

XXXIV  
**SEMANA DE  
HISTÓRIA**

GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E CLASSE:  
POTENCIALIDADES INTERSECCIONAIS  
SOB A ÓTICA DO SABER HISTÓRICO

**ANAIIS**  
*ELETRÔNICOS*



**15 A 19  
OUTUBRO  
2018**

ICH/UFJF

**Anais Eletrônicos da**  
**XXXIV SEMANA DE HISTÓRIA**  
do INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
da UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
**GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E CLASSE: POTENCIALIDADES**  
**INTERSECCIONAIS SOB A ÓTICA DO SABER HISTÓRICO**  
15 a 19 de outubro de 2018

**Organização**

Geraldo Homero do Couto Neto

Janaína Di Lourenço Esteves

Lucas dos Santos Silva

Vanessa Ferreira Lopes

**ICH-UFJF**

**Juiz de Fora, 2018**

**Comissão Organizadora**

Ana Cecília Pereira Batista

Anna Beatrice da Costa Dalcerio Raeder da Rocha

Cibele dos Santos Sales

Dara da Silva Lopes

Driely da Silva Cunha

Edmo Videira Neto

Estela Maria Gonçalves de Souza

Geraldo Homero do Couto Neto

Isabel Vitória de Oliveira Azambuja Vargas

Janaína Di Lourenço Esteves

João Victor de Oliveira Calegari

Jussara Cristiane Euzébio de Melo

Kathleen de Oliveira Maia

Luan Pedretti de Castro Ferreira

Lucas dos Santos Silva

Luísa Morais de Paula

Mariana Gomes da Silveira Rodrigues

Natália Médice Faria

Pedro de Almeida Freitas Soares

Samara Souza Silveira

Vanessa Ferreira Lopes

**Monitoria**

Ana Clara Atanazio Cunha

Bianca Marlene da Silva

Jéssica Alves Almeida

Maria Tereza Moreira Guedes

Luise Ramos Gomes de Araújo

Luiz Henrique Ribeiro Carneiro

**Organização dos Anais**

Geraldo Homero do Couto Neto

Janaína Di Lourenço Esteves

Lucas dos Santos Silva

Vanessa Ferreira Lopes

**Diagramação e Normatização**

Geraldo Homero do Couto Neto

Janaína Di Lourenço Esteves

**Capa**

Victor Sobral

**Reitor da UFJF**

Marcus Vinícius David

**Vice-Reitora da UFJF**

Girlene Alves da Silva

**Diretor do ICH**

Robert Daibert Júnior

**Vice-Diretor do ICH**

Leonardo de Oliveira Carneiro

**Chefe do Departamento de História**

Ana Paula Pereira Costa

**Coordenadora da Graduação em História**

Ludmilla Savry dos Santos Almeida

**Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História**

Fernando Perlatto Bom Jardim

**Apoio**

Centro Acadêmico de História Galba Di Mambro – Gestão “Podemos Mais”

Departamento de História da UFJF

Programa de Pós-Graduação em História da UFJF

Pró-Reitoria de Graduação da UFJF

Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da UFJF



---

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora.  
Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber  
histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos  
Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p.

ISSN: 2317-0468

Tiragem: Eletrônica (PDF)

Texto em Português

Modo de acesso: <http://www.ufjf.br/semanadehistoria/anais/>

1: História 2: Interseccionalidade

---

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	14
<b>SIMPÓSIO TEMÁTICO 01</b>	
“O PASSADO EM CIRCULAÇÃO”: IMPRENSA, HISTÓRIA, POLÍTICA E SOCIABILIDADES NO BRASIL REPUBLICANO.....	17
HISTÓRIA POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO: OS GRUPOS DE ESQUERDA NAS PÁGINAS DO JORNAL DO BRASIL E ÚLTIMA HORA (1967-1968) - <b>Lívia Bruna da Silva</b> .....	18
UM ARTISTA EM CIRCULAÇÃO: O ESTUDO SOBRE A PRODUÇÃO DE GUSTAVO DALL’ARA NOS MEIOS IMPRESSOS - <b>Aline Viana Tomé</b> .....	31
HISTÓRIA DO MOVIMENTO REPUBLICANO MINEIRO ATRAVÉS DOS JORNAIS (1871-1889) - <b>Jessica Maira Aparecida de Castro</b> .....	46
O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945) - <b>Juliana Martins Alves</b> .....	61
<b>SIMPÓSIO TEMÁTICO 02</b>	
ARTES E OFÍCIOS DE CURAR: MÚLTIPLAS EXPERIÊNCIAS SOBRE AS INTERVENÇÕES NO CORPO DOENTE.....	76
ENTRE A JUSTIÇA, A IGNORÂNCIA E A SABEDORIA: O PAPEL E OS SIGNIFICADOS DAS PRÁTICAS ALTERNATIVAS DE CURA NA “MANCHESTER MINEIRA” REPUBLICANA - <b>Maciel Antonio Silveira Fonseca e Marcos Estevam Vasconcelos Silva</b> .....	77
A LEGISLAÇÃO SANITÁRIA E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM JUIZ DE FORA NA BELLE-ÉPOQUE - <b>Maciel Antonio Silveira Fonseca</b> .....	92
A ASSISTÊNCIA AO CORPO E À ALMA NAS MINAS DO SETECENTOS - <b>Manoela Vieira Alves de Araújo</b> .....	109
<b>SIMPÓSIO TEMÁTICO 03</b>	
A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA: DIÁLOGOS SOBRE UMA CONJUNTURA.....	121
APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO HISTORIADOR NA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE - <b>Natália Aparecida Godoy da Silva</b> .....	123
DITADURA E O PROCESSO TRANSICIONAL NO BRASIL - <b>Danielle Silva</b> .....	139

A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA NA LEGITIMAÇÃO DO GOLPE DE 1964 - **Paulo Henrique Silveira Damião**.....154

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 04**

JUIZ DE FORA: HISTÓRIA E PESQUISA.....169

SOB O TAPETE: POBREZA, HIGIENE E MODERNIZAÇÃO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA (1890-1920) - **Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira**.....170

O CONFISCO DE BENS DE ESTRANGEIROS EM JUIZ DE FORA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - **Luiz Antonio Belletti Rodrigues**.....181

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 05**

INTELECTUAIS, HISTÓRIA E LITERATURA NA FORMAÇÃO DAS SOCIEDADES.....192

ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PEÇA DE PAUL GROUSSAC - **Daiana Pereira Neto**.....193

HISTÓRIA, LITERATURA E PODER: A LITERATURA NAS LENTES LACERDISTA - **Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi**.....201

INTELECTUALIDADE E MOVIMENTO DE MULHERES NO PÓS DITADURA NO URUGUAI - **Mariane Ambrósio Costa**.....213

HAVANA: UM MOSAICO CULTURAL NAS PÁGINAS DE DE DONDE SON LOS CANTANTES (1967), DE SEVERP SARDUY (1937-1993) - **Pedro Henrique Leite**.....223

A LÓGICA DO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO AMERICANO: AS ANÁLISES DE EDUARDO GALEANO E CELSO FURTADO PARA O CASO BRASILEIRO - **Pollyana Gonçalves Nogueira**.....235

AS MULHERES NOS RELATOS DE VIAGEM E NO PRIMEIRO MODERNISMO - **Vanessa Callado**.....246

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 06**

AÇÕES PARA COM O PATRIMÔNIO: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS.....256

NA LINHA DO TREM: UMA ANÁLISE DA LOCOMOTIVA NO MUSEU FERROVIÁRIO DE JUIZ DE FORA - **Beatriz Sales Dias e Renata Rezende Marcon**.....258

TRAJETÓRIA E MEMÓRIA: LEVANTAMENTO DAS OBRAS DE ÂNGELO BIGI - **Carolina Vétère Neves Gonze Maia**.....267

A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MINAS GERAIS POR MEIO DO ICMS - **Daniela Carvalho Meira e Gabriel Infante Magalhães Martins**.....276

A BATALHA FINAL: A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS VETERANOS DA FEB EM BELO HORIZONTE (1946-1988) - **Edilan Martins de Oliveira**.....291

PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE TOMBAMENTO COLETIVO NO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO POÇO RICO: ANÁLISE DO DISCURSO DAS ATAS DE REUNIÕES INFORMATIVAS SOBRE O TOMBAMENTO COM A COMUNIDADE AFETADA - **Priscila Angelo Tarabossi**.....305

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 07**

RELIGIÃO, RELIGIOSIDADES, CULTURA E POLÍTICA: SÉCULOS XIX E XX.....321

CATOLICISMO NO BRASIL E SUA PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DA DOCTRINA SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA AGRÁRIO - **Nilmar de Sousa Carvalho**.....322

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 08**

CONCEITOS E LINGUAGENS POLÍTICAS.....339

O ADVENTO DOS CONFLITOS LÍNGUISTICOS E A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: NOVAS DISCUSSÕES, VELHAS RAÍZES - **Allan Cordeiro da Silveira**.....341

O FEDERALISMO COM O PROJETO DE ESTADO-NAÇÃO NO BRASIL REPUBLICANO (1889-1891) - **Lucas Neto Teixeira**.....358

“E TRATOU DE ACELERAR A REVOLUÇÃO”: A EXPERIÊNCIA DO TEMPO NAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO - **Lucas dos Santos Silva**.....370

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 09**

HISTÓRIA, GÊNERO E SEXUALIDADE: PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA SUBJETIVIDADE NA ESCRITA DA HISTÓRIA.....379

INTERSECCIONALIDADE EM LAMPIÃO - **Geovane Batista da Costa**.....382

A DINÂMICA ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA JUSTIÇA COLONIAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE (1930) - **Inajá Reis Costa**.....398

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 10**

O HABITAR A CIDADE: REFLEXÕES E NARRATIVAS DAS DESIGUALDADES.....411

A AVALIAÇÃO DO PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS – RJ - **André de Oliveira Melo**.....413

A CIDADE COMO PROJETO DISCIPLINAR: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO CONTROLE NO ESPAÇO URBANO - **Fábio Luiz Rigueira Simão**.....419

A QUALIDADE AMBIENTAL COMO ASPECTO DO HABITAR: METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO EM UM CONJUNTO HABITACIONAL - <b>Aline de Vieira Souza; Milena G. M. de Almeida; Thiago Alves de Oliveira e Lilian Aparecida de Souza</b> .....	433
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: EQUACIONA OU ACENTUA AS DIFERENÇAS DA COR? - <b>Cristina Aparecida Sancho</b> .....	446
OS ESPAÇOS PÚBLICOS E O HABITAR NA CIDADE – <b>Raiza Monteiro; Joyce Aguiar e Clarice Torres</b> .....	460

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 11**

CANCELADO.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 12**

DEBATES NA ARTE: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES.....	465
FOTOGRAFIAS DE FAMÍLIAS NEGRAS NOS ACERVOS DE CHICHICO ALMIM E ASSIS HORTA: IDENTIDADES CONSTRUÍDAS A PARTIR DE RETRATOS - <b>Cleber Soares da Silva</b> .....	466
A IDEALIZAÇÃO DA BAILARINA NO SÉCULO XIX - <b>Franciara Sharon Silva do Carmo</b> .....	480
ALEGORIA DA AMÉRICA: O IMAGINÁRIO DE UM CONTINENTE - <b>Paula Nathaiane de Jesus da Silva</b> .....	488
O RETRATO DE NEGROS DENTRO DAS PAREDES DO MUSEU MARIANO PROCÓPIO E O PAPEL DO NEGRO NA ARTE BRASILEIRA - <b>Eric Barbosa Fraga</b> .....	504
A SEXUALIDADE ATRAVÉS DO OLHAR DE GEORGE BELLOWES - <b>Eponina Monteiro</b> .....	519
TRANSVESTIGENERES NO AUDIOVISUAL: PRODUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA ALTERIDADE DAS TELAS DE CINEMA AO YOUTUBE - <b>Carla Eloi Oliveira da Silva</b> .....	535
TRIANON EM DESTAQUE: UM PARALELO ENTRE AS BANHISTAS E O UNIVERSO INDÍGENA DE MANOEL SANTIAGO - <b>Laíza de Oliveira Rodrigues</b> .....	552
COLECIONISMO E IMPRENSA NO SÉCULO XIX: O CASO DOS “QUADROS HISTÓRICOS DA GUERRA DO PARAGUAY” - <b>Álvaro Saluan da Cunha</b> .....	565
O ARTISTA HIPÓLITO CARON ATRAVÉS DA HISTÓRIA DE JUIZ DE FORA NO FINAL DO SÉCULO XIX - <b>Aline Medeiros de Vasconcellos</b> .....	580

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 13**

GÊNERO, SEXUALIDADE E ORDENAMENTO SOCIAL NO MEDIEVO.....	588
--	-----



A FEITICEIRA MEDIEVAL: O CONTRÁRIO DA MULHER IDEAL - **Aieska Pandolfi Monfardini**.....589

SÃO FRANCISCO E SANTA CLARA: A LUTA PELA MANUTENÇÃO DE IDEAIS COMO PARÂMETRO PARA COMPREENÇÃO DE UMA MULHER SINGULAR - **Ismael da Silva Nunes**.....598

DA MODERNIDADE AO MEDIEVO, COMO A MEMÓRIA É RETRATADA NO LIVRO “MITOLOGIA NÓRDICA” E NA SÉRIE “VIKINGS” - **Nicole Letícia Facioni**.....607

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 14**

POR OUTRAS DIMENSÕES DO BRASIL OITOCENTISTAS: ATORES, ELITES E PODERES.....620

ENTRE O PODER IMATERIAL E A RIQUEZA MATERIAL: MECANISMOS DE ASCENSÃO SOCIAL ENTRE NEGOCIANTES – SÉCULO XVIII E XIX – GUARAPIRANGA (MG) - **Débora Cristina Alves**.....621

“ARROLHAMENTO” AOS CONSERVADORES: APONTAMENTOS PRELIMINARES SOBRE A CENSURA À POLÍTICOS CONSERVADORES EM MINAS GERAIS (DÉCADA DE 1860) - **Michel Diogo Saldanha**.....635

DINÂMICAS POLÍTICAS E FERROVIAS NA ZONA DA MATA MINEIRA (1870-1889) - **Walter Alves de Paula Neto**.....649

“FERIA DE CARNE HUMANA EN MEDIO DE UN PUEBLO LIBRE”: O PERIÓDICO LA AURORA E A ESCRAVIDÃO COMO ELEMENTO DE ALTERIDADE (PROVÍNCIA CISPLATINA, 1822-1823) - **Fabíula Paulo de Freitas Manhães**.....658

AS FINANÇAS ENTRE O REGIONAL E O LOCAL: O CONSELHO DE GOVERNO DE MINAS GERAIS E AS CÂMARAS MUNICIPAIS (1825-1828) - **Diego Rodolfo de Castro Gomes**.....667

A CÂMARA DE MARIANA E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESTADO IMPERIAL BRASILEIRO (1828-1834) - **Glauber Miranda Florindo**.....679

PODER PROVINCIAL E OS CONFLITOS E TENSÕES DA VIDA LOCAL (MINAS GERAIS, 1821-1834) - **Eduardo da Silva Júnior**.....691

INTERAÇÃO DE MULHERES POBRES COM OS VALORES “DOMINANTES”: O CASO DE ANGÉLICA MARIA DO ESPÍRITO SANTO. BAEPENDI (MG), 1862 - **Elimar C. E. Santo**.....700

#### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 15**

TEORIA QUEER, INTERSECCIONALIDADE E ESCRITA DA HISTÓRIA.....717

NENHUM TRABALHO RECEBIDO.

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 16**

TANTAS FALAS PARA POUCA ESCUTA: NARRATIVAS CONTEMPORÂNEAS E PERSPECTIVAS DE (IN)VISIBILIDADE E RESISTÊNCIA EM IDENTIDADES SUBALTERNAS.....719

A VIOLÊNCIA E A REDENÇÃO: UMA ANÁLISE DA NARRATIVA SHIRLEY PAIXÃO DE CONCEIÇÃO EVARISTO - **Leonardo Mendes Gonçalves**.....722

COLONIALIDADE DOS SABERES E EPISTEMICÍDIO: REFLEXÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PARA O LUGAR SOCIAL DO NEGRO - **Vanessa Ferreira Lopes**.....736

HISTÓRIA, LITERATURA, POESIA E RESISTÊNCIA NAS OBRAS DE GAYL JONES EM SONG FOR ANNINHO E OLIVEIRA FERREIRA SILVEIRA EM O POEMA SOBRE PALMARES - **Karla Rocha**.....751

QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A HISTORIOGRAFIA CONCEITUAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS - **Pablo Gomes Goulart**.....765

EU SEI QUEM SOU: AUTODEFINIÇÕES DE MULHERES NEGRAS EM ANGELA DAVIS, LÉLIA GONZALEZ E PATRICIA HILL COLLINS - **Denise do Nascimento Santos**.....773

TEM ORI NAS AFRODITES: DIÁLOGOS DE RESISTÊNCIA EM IDENTIDADES DIASPÓRICAS - **Giovana de Carvalho Castro**.....785

“A REVOLUÇÃO SERÁ CRESPA E NÃO NA TV...”: NOVÍSSIMAS MÍDIAS, MODA E RAÇA NO BRASIL - **Ana Beatriz Fernandes Lima Silva**.....794

IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO: A RELAÇÃO DA MULHER NEGRA COM O CABELO CRESPO - **Jéssica Campos Martins**.....805

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 17**

SOCIEDADES ESCRAVISTAS NAS AMÉRICAS (SÉCULOS XVI - XIX).....817

A ASCENSÃO ECONÔMICA DE UM PRETO FORRO NO BRASIL DO SÉCULO XVIII: A RETOMADA DA NARRATIVA APÓS DUZENTOS ANOS - **Beatriz Souza Oliveira**.....819

PRECARIZAÇÃO E BUSCA DE LIBERDADE NO BRASIL OITOCENTISTA - **Caio da Silva Batista**.....829

**SIMPÓSIO TEMÁTICO 18**

HISTÓRIA ORAL, MEMÓRIA, BIOGRAFIA E TRAJETÓRIAS: TEMAS, ABORDAGENS E PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO NAS TEMPORALIDADES HISTÓRICAS.....845

A LITERATURA COMO FORMA DE REPRESENTAÇÃO MEMORIALÍSTICA - <b>Izabella Maddaleno</b> .....	847
“NAVEGANDO CONTRA O VENTO”: UMA LEITURA DA BIOGRAFIA DE JOSÉ MAGALHÃES PINTO - <b>Esther Itaborahy Costa</b> .....	857
A DIMENSÃO SOBRE UMA LIDERANÇA QUILOMBOLA: CONCEPÇÃO COLETIVA E PARTICULAR- <b>Ana Cláudia Gonçalves</b> .....	872
A TRAJETÓRIA DE VIDA DE JOVENS POBRES INSERIDOS NO TRÁFICO DE DROGAS: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL - <b>Flávia Fernandes Guimarães e Fernando Santana de Paiva</b> .....	884

### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 19**

AUDIOVISUAL E MÚSICA: NOVAS PERSPECTIVAS PARA A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO.....	900
---	-----

CULTURA E POLÍTICA: A MÚSICA COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE HISTÓRICA - <b>Nathalia Guimarães e Sousa</b> .....	902
--	-----

UMA SOCIEDADE DOENTE: CONSIDERAÇÕES DO CINEMA EXPRESSIONISTA ALEMÃO NOS ANOS 1920 - <b>Tatiana de Carvalho Castro</b> .....	914
---	-----

TRABALHO, HISTÓRIA E CINEMA: DIÁLOGOS A PARTIR DO FILME BRASILEIRO A <i>QUEDA</i> - <b>Janaína Di Lourenço Esteves</b> .....	926
--	-----

TÃO FELIZES (NUNCA FOMOS): A MEMÓRIA DA LUTA ARMADA NA DITADURA MILITAR BRASILEIRA A PARTIR DO FILME NUNCA FOMOS TÃO FELIZES (1984, MURILO SALLES) - <b>Geraldo Homero do Couto Neto</b> .....	937
--	-----

HISTÓRIAS DE CINEMAS: MAPEANDO PESQUISAS NA REGIÃO SUDESTE - <b>Ryan Brandão Barbosa Reinh de Assis</b> .....	945
---	-----

A RECEPÇÃO CRÍTICA DE CIDADE DE DEUS: ENTRE A POLÊMICA NACIONAL E A ACLAMAÇÃO ESTRANGEIRA - <b>Tomás Santos Lopes de Freitas</b> .....	959
--	-----

### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 20**

A ESCRITA FEMININA E AS RELAÇÕES DE GÊNERO: DIÁLOGOS POSSÍVEIS.....	969
---	-----

MADAME DE STAËL: UM PANORAMA SOBRE OS ESTUDOS BIOGRÁFICOS, LITERÁRIOS E TEÓRICOS ACERCA DA HERANÇA DEIXADA PELA PERSONAGEM NO PLANO FRANÇA-BRASIL - <b>Louise Salles Schaeffer</b> .....	972
--	-----

BEATRIZ FRANCISCA DE ASSIS BRANDÃO (1779-1860): COMO COLABORADORA DO JORNAL A MARMOTA NA CORTE (1849-1852) - <b>Laura Junqueira de Mello Reis</b> .....	985
---	-----

ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A INTIMIDADE CONTADA POR MARIA FIRMINA DOS REIS - <b>Natália Lopes de Souza</b> .....	996
MULHERES OU MILITARES: O LUGAR DA MULHER ENFERMEIRA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL - <b>Renata Rezende Marcon</b> .....	1006
<b>COMUNICAÇÕES LIVRES</b> .....	1016
A ALTERIDADE ATRAVÉS DO ESPELHO: POSSIBILIDADES DE LEITURA DAS OBRAS DE DAMIÃO DE GÓIS - <b>Thays Alves Rodrigues</b> .....	1017
O DISTRITO DA LAGE NOS ÚLTIMOS ANOS DA ESCRAVIDÃO, 1850-1888 - <b>Amanda Cardoso Reis</b> .....	1034
ATUAÇÃO POLÍTICA DE PADRES EM SÃO JOÃO DEL REI - FIM DO PRIMEIRO REINADO E REGÊNCIAS - <b>Júlia Lopes Viana Lazzarini</b> .....	1048
LITERATURA E <i>SUPERSTITIO</i> : A MARGINALIZAÇÃO DA MAGIA EM HORÁCIO - <b>Allan Camuri</b> .....	1064
A INCONFIDÊNCIA MINEIRA NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL: A PINTURA DE “TIRADENTES” (1949), DA ARTISTA REGINA VEIGA (1890-1968) - <b>Paulo Roberto Franco Ferreira</b> .....	1073
NOTAS PRÉVIAS SOBRE A PRESENÇA DE MARIA LACERDA DE MOURA EM JUIZ DE FORA (OUTUBRO, 1920) - <b>Júlia Machado de Souza Freitas; Nicole Vieira Abreu Ornellas e Luís Eduardo de Oliveira</b> .....	1087
GÊNERO E FEMINISMO EM JOGO: UMA ANÁLISE SOBRE O (NÃO) LUGAR FEMININO NOS GAMES CONTEMPORÂNEOS - <b>Jorgeana Roberta Alcântara Teixeira; Júlia Canella da Silva e Tiago Nascimento Guarnieri de Oliveira</b> .....	1095

## APRESENTAÇÃO

A Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora é um evento anual realizado por estudantes da graduação juntamente com o Centro Acadêmico de História Galba Di Mambro. Na sua trigésima quarta edição, o evento ocorreu entre os dias 15 e 19 de outubro, trazendo a temática "Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico", proposta pelas alunas Samara Souza Silveira e Cristiane de Paula Ribeiro e escolhida através de votação entre estudantes do curso.

O tema do evento teve como intuito abordar um tema pungente para o saber histórico, sobretudo em tempos mais recentes em que temos visto um avanço conservador cada vez maior, conjuntamente com constantes retiradas de direitos e ataques a grupos minoritários. Indubitavelmente, sabemos que tal saber não se desvincula do nosso lugar de sujeito no tempo, como grandes nomes da historiografia já nos esclareceram, no qual o historiador, ao se colocar diante das fontes, levanta inquietações a partir de demandas apresentadas pelo presente. Diante disso, acreditamos que o diálogo da História com o presente significa compreender o próprio fazer histórico, assim como acarreta uma forma de dar significação ao que é produzido, de forma que o passado não seja simplesmente algo dado e encerrado – que nada diz ao presente.

Desde a década de 1980, com o fim do predomínio de teorias totalizantes, os historiadores vêm complexificando o saber histórico, desenvolvendo novos paradigmas, voltando o olhar para fontes históricas que antes não eram consideradas legítimas e para novos questionamentos que podem ser feitos a partir delas. Ao longo desse processo, estruturas foram revisadas, e os lugares de “certeza” de certas práticas metodológicas foram abandonados.

Do mesmo modo, o sujeito histórico, no singular, deixou de ser suficiente. Assim, tanto a historiografia quanto outros campos das humanidades passaram a interpretar a realidade como uma enorme colcha de retalhos, na qual se interpõem múltiplas teias de significações. Os sujeitos, agora no plural e muito mais diversos, começam a ser vistos sob outra perspectiva, considerando a multiplicidade de demandas e sentidos de suas atuações na História e na sociedade.



Tais mudanças dialogam tanto com os desafios decorrentes de um mundo globalizado e fragmentado, quanto com o fortalecimento dos movimentos sociais e das lutas por direitos civis, sobretudo a partir da segunda metade do século XX. Nesse novo cenário, denunciar ou teorizar sobre as opressões que atingem cada categoria social isoladamente deixa de ser suficiente. Assim, surge o desafio de compreender e operar a interseccionalidade.

Esse conceito, introduzido pela jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, em 1989, foi amplamente discutido em contraposição a outros, como o de consubstancialidade, de Danièle Kergoat. No Brasil, a contribuição de Mary Castro, sugerindo o uso da “alquimia das categorias sociais”, também nos ajuda a compreender a relevância histórica desse debate. Interseccionalidade, consubstancialidade ou alquimia, a despeito das diferenças epistemológicas, versam sobre a importância de analisar o modo como as opressões e as identidades se cruzam, se potencializam e se interpelam.

Pensar em interseccionalidade nos remete a nomes como, por exemplo, Angela Davis e Audre Lorde. Angela Davis, em suas obras, sobretudo em “Mulheres, raça e classe”, de 1981, analisa os componentes econômicos, políticos e ideológicos do modo de produção escravista e capitalista, nos permitindo vislumbrar como as diversas opressões e identidades se combinam e se entrecruzam na sustentação de projetos de dominação. Do mesmo modo, Audre Lorde, ao se posicionar como mulher, negra, lésbica, feminista e socialista, denunciava as dificuldades de operar essas múltiplas identidades no interior do movimento e no combate às opressões, sinalizando que considerá-las individualmente não era o caminho para superá-las.

A temática do evento configurou-se, assim, numa espécie de “tema guarda-chuva” que, por não delimitar nenhuma temporalidade extremamente específica, visou agrupar em seu âmbito os mais variados recortes temporais e metodológicos, expandindo o debate e a geração de saberes. Tratou-se de um tema que pretende o diálogo entre Presente e Passado – a partir da compreensão das múltiplas redes que se estabelecem no fazer do historiador e no próprio exercício de dar sentido à História – e que está conectado às múltiplas frentes de lutas que cada vez mais se estabelecem como um recorte dos trabalhos em História.

Partindo da mesma ideia de que passado e presente se interpenetram numa gama complexa de significações, defendemos as categorias de gênero, raça, sexualidade e

classe como recortes mais do que necessários dentro da construção de uma História que faça frente às ondas reacionárias e que se estabeleça, de fato, como representativa para as chamadas minorias sociais. Ademais, debater gênero, raça, sexualidade e classe em um curso que forma, majoritariamente, docentes é trazer à tona temáticas que abrem caminho para a construção de uma educação mais emancipadora e representativa, que não busque fazer uma escrita da História sob um olhar homogêneo.

Reconhecendo a importância e a complexidade de produzir um saber histórico sob a ótica da interseccionalidade, o tema da XXXIV Semana de História da UFJF veio como uma demanda de graduandos e pós-graduandos do curso, sendo útil a toda a comunidade, acadêmica ou não.

Comissão Organizadora

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 01**

### **“O passado em circulação”: Imprensa, História, política e sociabilidades no Brasil republicano**

#### **Coordenadoras:**

Juliana Martins Alves (Doutora – USP)

Alessandra de Carvalho Germano (Mestra – UNIRIO)

#### **Ementa:**

A partir de uma pluralidade temática, este simpósio visa a reunir pesquisadores dedicados ao estudo da imprensa, em sentido amplo (englobando periódicos, jornais, revistas, pasquins, panfletos e outros meios de informação/circulação de ideias, escritos e não escritos) – seja como objeto de estudo ou como fonte documental. Ele comportará trabalhos que reflitam sobre projetos, interesses, grupos, indivíduos, instituições, movimentos e práticas sociais, culturais e políticas de diferentes sujeitos históricos, relacionados à imprensa (como fonte ou objeto), tendo em vista sua historicidade. Nessa perspectiva, estarão em debate temas como: imprensa, relações de gênero e classe; representações culturais e práticas de poder; formação de identidades políticas, sociais e culturais, que tenham os impressos como lócus privilegiado; culturas, lutas políticas, sociabilidades e imprensa; intelectuais, poder e imprensa; censura, entre outros.

Vista como “instituição plural e complexa”, a imprensa integra diferentes intercâmbios de relações: disputas pelo poder, embates e projetos políticos, interesses econômicos e criações culturais – interagindo com as várias dimensões da realidade histórica e com as práticas político-institucionais de diversos atores sociais. Compreendendo o período que se estende do início do regime republicano à atualidade, o simpósio objetiva proporcionar um profícuo debate entre os pesquisadores que se debruçam sobre um dos mais destacados temas do fazer historiográfico: as complexas e contraditórias relações entre imprensa, memória e História.

## **História política e representação: os grupos de esquerda nas páginas do *Jornal do Brasil* e *Última Hora* (1967-1968)**

Lívia Bruna da Silva <sup>1</sup>

### **RESUMO:**

O presente trabalho pretende abordar e analisar as representações dos grupos de esquerda na chamada grande imprensa durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil. Com ênfase nos anos de 1967 e 1968 e nos editoriais do *Jornal do Brasil* e do *Última Hora*, busca-se compreender qual era a visibilidade que a imprensa dava a essas organizações e identificar as abordagens e discursos neste periódico em relação às esquerdas envolvidas na luta armada.

**PALAVRAS-CHAVE:** imprensa; história política; representação; ditadura civil-militar.

### **ABSTRACT:**

The present work intends to approach and analyzes the representations of the left groups in the call great press during the Civil-Military Dictatorship in Brazil. With emphasis on the years 1967 and 1968 and the editorial of *Jornal do Brasil* and *Última Hora*, it is sought to understand what visibility the press gave these organizations and identify the approaches and discourses in this period in relation to the left involved in the struggle armed.

**KEY WORDS:** press; political history; representation; civil-military dictatorship.

### **INTRODUÇÃO**

Os estudos relacionados à imprensa e o espaço de representação construído neste âmbito é amplamente discutido no campo historiográfico e em estudos relacionados à mídia de maneira geral. Ainda assim, é possível propor apontamentos e questões, como é o caso dessa breve proposição.

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). Licenciada e Bacharel em História pela mesma instituição. E-mail: livia-bruna@hotmail.com

Estudar a imprensa, “no e por meio dos periódicos” (LUCA, 2005) está relacionado ao aprofundamento dos estudos sobre imprensa e representação, por exemplo. Discutir os periódicos enquanto espaço de circulação cultural e política é de extrema importância para a historiografia que se propõe analisar a imprensa brasileira. Principalmente no que tange à política.

Nesse sentido, a ditadura civil-militar constitui um eixo peculiar pelo qual, não só os jornais, bem como os diversos âmbitos culturais passaram por condições políticas que os influenciaram. Exemplo disso é o aparelho de censura montado pelo regime civil-militar

Por isso propomos compreender qual era a visibilidade que a grande imprensa dava às organizações de esquerda através da análise do *Jornal do Brasil* e do jornal *Última Hora* nos anos de 1967 e 1968.

## O JORNAL COMO FONTE E OBJETO

No Brasil, a imprensa e sua circulação sempre foram consideradas importantes dentro dos levantamentos das pesquisas em História, porém a relevância girava sobre a trajetória dos periódicos. A ideia de escrever a História por meio dos jornais era limitada. (LUCA, 2005:111)

Os traços de importância adquiridos pela imprensa dentro dos estudos históricos estão diretamente ligados à busca pela objetividade histórica, nas palavras de Tania Regina de Luca,

Para trazer à luz o acontecido, o historiador, livre de qualquer envolvimento com seu objeto de estudo e senhor de métodos de crítica textual precisa, deveria valer-se de fontes marcadas pela objetividade, neutralidade, fidedignidade, credibilidade, além de suficientemente distanciadas de seu próprio tempo. (LUCA, 2005:112)

Dessa maneira, os jornais não se constituíam como fonte privilegiada, pois “forneciam imagens parciais, distorcidas e subjetivas.” (LUCA, 2005:112) A partir de 1930, a *Escola dos Annales* contribuiu para a relevância documental adquirida pelo jornal.

Foi a partir desse momento que não só os jornais, mas também outros meios de compreensão das ações humanas, como filmes e músicas, passaram a pertencer o conjunto de fontes que fariam parte do trabalho de historiador.

Para Maria Helena Capelato,



A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas. (CAPELATO, 1988: 24-25)

Outro ponto importante são as transformações no campo jornalístico. As mudanças administrativas e o layout das páginas são dois exemplos simples dos vários pontos de mudança. É possível compreender a reforma e modernização da imprensa brasileira a partir da fundação de um mercado empresarial dos jornais, responsável pelas mudanças no “fazer jornalístico”. (RIBEIRO, 2007:17) Esse quadro está relacionado com as mudanças econômicas ocorridas no Brasil nos anos de 1950 e que impulsionaram o novo modelo no campo da imprensa. (RIBEIRO, 2007:48) Não menos importante, o surgimento de novas tendências artísticas e culturais também influenciaram na modernização dos jornais brasileiros, dado as mudanças sociais e culturais da segunda metade do século XX. (RIBEIRO, 2007:50-51)

Quando pensamos a imprensa como objeto é preciso dizer que,

Em estudos recentes, a imprensa tanto constitui memórias de um tempo, as quais, apresentando visões distintas de um mesmo fato, servem como fundamentos para pensar e repensar a História, quanto desponta como agente histórico que intervém nos processos e episódios. (NEVES et al., 2006:10)

Desse modo, muitos são os trabalhos historiográficos que foram realizados por meio dos periódicos. A partir das décadas de 1970 e 1980, pesquisadoras Maria Helena Capelato e Marialva Barbosa produziram trabalhos em que a imprensa aparece como fonte e objeto e possibilita a percepção de diversas relações em que os periódicos estabelecem nos âmbitos culturais, sociais e principalmente políticos. O posicionamento político dos periódicos é fortemente influenciado pelo contexto político-social.

Esses estudos se referem à grande imprensa que de maneira geral pode ser definida como os periódicos que possuíam grande tiragem e circulação. Bem como definiu Capelato: “A “grande imprensa” é assim definida por uma atuação de longa duração, pela amplitude de circulação e pela participação relevante em vários âmbitos da sociedade, inclusive na política.” (CAPELATO, 2007:303) Este último ponto é o que nos interessa.

Nesse sentido, os jornais constituem-se como formadores de opinião pública quando são tidos como o veículo de comunicação. A imprensa e sua constituição como ramo empresarial é cercada por diversos fatores que possibilitam a compreensão de suas funções sociais, nas palavras de Maria Helena Capelato,

É preciso considerar, contudo, que a empresa jornalística coloca no mercado um produto muito específico: a mercadoria política. Nesse tipo de negócio há dois aspectos a se levar em conta – o público e o privado (o público relaciona-se ao aspecto político; o privado, ao empresarial). (CAPELATO, 1988:17-18)

Dessa maneira, podemos inferir que os jornais são, além de meios políticos e de comunicação, empresas comprometidas com sua manutenção através do lucro. E, esse fator é crucial nas reflexões sobre as representações que a imprensa produz sobre determinado tema ou grupo social.

## **HISTÓRIA POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO**

A conjuntura em análise neste trabalho foi marcada por tensas relações entre a imprensa e o estado autoritário, principalmente no que diz respeito à censura imposta. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta,

as relações da imprensa com o regime militar foram marcadas por complexidades e ambiguidades, variando entre o apoio entusiástico e a crítica, situação semelhante, aliás, à que viveram outros setores da sociedade. (MOTTA, 2013:63)

A partir desse exemplo e da ideia de imprensa como espaço de representação, consideramos o conceito de “representação” como prática discursiva – narração – e estratégia cultural através da análise da narração. Roger Chartier afirma que as representações “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam”. (CHARTIER, 1990:17)

Segundo Chartier,

(...) qualquer fonte documental que for mobilizada para qualquer tipo de história nunca terá uma relação imediata e transparente com as práticas que designa. Sempre a representação das práticas tem razões,

códigos, finalidades e destinatários particulares. Identificá-los é uma condição obrigatória para entender as situações ou práticas que são o objeto da representação. (CHARTIER, 2011:16)

Desse modo podemos identificar ao menos algumas noções relacionadas à análise dos jornais, ou seja, devemos considerar que, a título de exemplo, um editorial em condições de censura sofrerá influencia de pressões políticas externas, ou ainda, e mais simples é considerar que um periódico, como já foi mostrado, é uma empresa que está sujeita às condições sociais. No caso dos textos, como jornais, a alerta na análise da construção do discurso deve ser reafirmada.

Em condições de censura, por exemplo,

É possível, portanto, compreender de que maneira os enfrentamentos fundados na violência bruta, na força pura, se transformam em lutas simbólicas, ou seja, em lutas que têm as representações por armas e por apostas. (CHARTIER, 2011:20)

Nesse sentido, há o embate de forças pelo poder no meio jornalístico e nos espaços midiáticos de maneira geral. A censura e suas mais variadas formas são o ponto principal de discussão. O que corrobora a atuação dos jornais.

Segundo Marialva Barbosa, “a censura política, conduzida em momentos de autoritarismo, geralmente age de forma intermitente, mas não constante, e de maneira diferenciada em relação aos veículos de comunicação.” (BARBOSA, 2007:187)

À exemplo continua Barbosa,

A Tribuna da Imprensa é ocupada por sensores militares em outubro de 1968, dois meses antes da edição do AI- 5. O Jornal do Brasil é colocado sob censura prévia de dezembro de 1968 a janeiro de 1969. O Estado de S. Paulo e o Jornal da Tarde têm suas edições apreendidas pela polícia no mesmo período. A ação censória á imprensa perdura, com intensidade variada, de 1969 a 1978. No período, a então proprietária do Jornal Correio da Manhã, Niomar Muniz Sodré Bittencourt, é presa, ficando vinte e três dias em regime, de incomunicabilidade. A justificativa recai no fato de um jornal ter publicado artigos e reportagens de cunho oposicionista. Em 11 de setembro, o jornal é arrendado. (BARBOSA, 2007:191)

As formas pelas quais os periódicos passavam pelo aparato de censura do estado eram também diversificadas, segundo Marialva Barbosa:

Assim, ainda que haja múltiplas formas censórias a imprensa, sobretudo no período pós - AI-5, há que se considerar também que a reação da imprensa também é diversificada. Há aqueles que optam por aceitar as ordens que chegam a redação por meio de bilhetes e telefonemas; há aqueles que de fato sofrem censura prévia e há aqueles que promovem um discurso de inclusão no ato censório posteriormente a sua efetiva existência, como forma de se incluir num movimento de defesa do interesse do público. Para muitos jornalistas e para muitos jornais é mais interessante construir uma história de destemor e de lutas- sendo identificado como portadores dos anseios do público- do que revelar as aproximações que de fato tem com o poder. (BARBOSA, 2007:191-192)

Mas também eram muitos aqueles jornais que estavam ligados ao Estado. As relações entre Estado militar e empresas jornalísticas não eram de simples oposição ou apoio, elas perpassam por uma série de embates.

A autocensura é uma forma de tentar compreender a ação dos jornais neste período. A historiadora Beatriz Kushnir, entre seus inúmeros trabalhos, destaca essa característica dos meios de censura e as publicações. Ela destaca,

(...) a gênese dos intrincados caminhos e relações entre parcelas da imprensa e esferas de poder a partir dos encontros de jornalistas e censores. Assim, se na análise acerca dos censores se constatou que muitos deles eram jornalistas, existiram também uma parte da grande imprensa no período pós-1968 jornalistas que eram policiais. (KUSHNIR, 2004:213-214)

Além disso, a referência também gira em torno do AI-5 e o fechamento do regime ditatorial. Este caso dos jornalistas que eram censores era visto na medida em que se tratava, para além das convicções ideológicas, de uma maneira de sobreviver profissionalmente. Por fim, outro caso que retomo brevemente, é o da autocensura praticada, na maioria das vezes pelos editores dos jornais, na medida em que controlavam as matérias e os editoriais para que não fossem censurados.

A imprensa em períodos como o da ditadura civil-militar era marcada por uma série de embates que não se resumem apenas em publicações de apoio ou contestadoras. Há de se considerar o caráter e significado que os periódicos possuíam. O status de empresa inserida dentro de um contexto que estava além do caráter opinativo.

## **OS GRUPOS DE ESQUERDA NAS PÁGINAS DOS PERIÓDICOS DA GRANDE IMPRENSA**

Primeiramente é preciso dizer que esta comunicação faz parte de pesquisas que vem sendo desenvolvidas no mestrado e que foi iniciado neste ano. Desse modo alguns apontamentos são de caráter inicial e que foram apresentados no sentido de fomentar o debate.

Para a leitura e análise dos periódicos foi utilizada a plataforma *online* da Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital, onde encontra-se digitalizadas as edições tanto do *Jornal do Brasil*, quanto do *Última Hora*.

O quadro levantado sobre a esquerda nesse período a inclui no segmento de oposição ao regime ditatorial. Os opositores ao estado englobavam ainda, segundo os noticiários analisados, os trabalhadores organizados em sindicatos, os estudantes e membros da igreja católica, que não eram necessariamente associados aos grupos de esquerda já apresentados aqui. Mas é importante ressaltar que esses grupos também foram representados nos periódicos.

Mediante ao noticiário do dia 05 de maio de 1967 no UH podemos perceber que figuras ligadas à Igreja católica estavam associadas aos estudantes e trabalhadores: sindicatos e grêmios estudantis de São Paulo receberam a notícia de que o bispo de Santo André, D. Jorge Marcos foi preso pelo exército na manifestação operária programada pela ação católica, que resultou na queima de uma bandeira dos EUA. Temos aqui a participação católica na oposição ao governo, constituindo juntamente com outros segmentos uma importante força política no período. Além disso, há também a simbologia da queima da bandeira norte-americana, cujo país intervinha na política e na economia de vários países da América Latina, como Chile e Argentina. Em noticiário do dia 02 de maio do referido ano, uma notícia com o título “Bandeira dos EUA é queimada: S. André” demonstra que esse tipo de ato era recorrente nas manifestações de estudantes e sindicalistas.

Essa representação da oposição formada pela classe sindical também foi levantada pelo UH no dia 03 de maio de 1967 com o título “Governo e Trabalho” que afirma a tentativa de aproximação do governo Costa e Silva com os trabalhadores, e suas dificuldades para conseguir tal feito. Daí elucidada-se a tentativa do estado em tentar manter algum tipo de relação com os sindicatos, apesar de sua política, considerada por muitos, como anti-operária.

A oposição legalizada do Regime Civil-Militar era o Movimento Democrático Nacional (MDB) também ganha espaço no UH que destacou a não assinatura do MDB



na nova Constituição de 1967, com a chamada “Sem o MDB” em noticiário do dia 03 de janeiro de 1967.

Tratando agora sobre as organizações de esquerda que se articularam intensamente desde a década de 1960. O JB reconhece a ação nacional de grupos de guerrilha e caracteriza tais ações como “atividade subversiva” e reconhece a luta armada como tática comunista, como pode ser visto em noticiário do dia 01 de setembro de 1967 com o seguinte título “DPF descobre guerrilhas em Goiás e prende 20 agricultores.”<sup>2</sup> Sobre a mesma notícia, o UH anuncia “Polícia põe em liberdade vinte acusados de guerrilha”<sup>3</sup>, demonstrando seu reconhecimento de atividades guerrilheiras, sem ressaltar o termo “subversão”.

Outro tema recorrente em ambos os jornais foi o congresso da Organização Latino-Americana de Solidariedade – OLAS. Em noticiário intitulado “Cuba reunirá a 28 cúpula da subversão”<sup>4</sup>, o JB caracteriza os principais pontos que nortearam o evento e suas finalidades: “a luta revolucionária anti-imperialista na América Latina; posição e ação comum frente à intervenção político-militar e a penetração econômica do imperialismo na América Latina; solidariedade aos povos latino-americanos nas lutas de libertação nacional e o estabelecimento do estatuto da Organização Latino-Americana de Solidariedade.”<sup>5</sup>

Já a partir desses noticiários foi possível perceber o reconhecimento de movimentos revolucionários em toda a América Latina, diante do domínio político e militar instaurados em vários desses países. Em edições mais adiantes, datadas do dia 02 de agosto de 1967, o JB e o UH tratam do reaparecimento de um ex-cabo, chamado Anselmo no congresso da OLAS e este foi classificado como representante de uma organização de esquerda no Brasil, o Movimento Revolucionário Nacionalista – MRN. O destaque para esse indivíduo e da organização a qual fazia parte e representava, demonstra o reconhecimento das organizações de luta armada brasileiras, enfatizando a opinião do próprio ex-cabo Anselmo, que defende na reportagem a luta armada e desacredita na ideia de partido na condução da revolução.<sup>6</sup>

A morte do guerrilheiro Ernesto Che Guevara também foi abordada pelos periódicos que associaram a representação de um dos líderes da Revolução Cubana à

---

<sup>2</sup> Jornal do Brasil, 01 de setembro de 1967.

<sup>3</sup> Última Hora, 02 de setembro de 1967.

<sup>4</sup> Jornal do Brasil, 05 de julho de 1967.

<sup>5</sup> Ibid., p. 1.

<sup>6</sup> Jornal do Brasil, 02 de agosto de 1967, p. 01-02.

guerrilha.<sup>7</sup> No JB em noticiário do dia 11 de outubro de 1967 a morte de Guevara ganha imponente destaque, na forma de um dossiê a notícia ocupa nada menos que quatro páginas e em uma delas a notícia com o título “América dos rebeldes”<sup>8</sup> merece destaque nos termos dessa pesquisa. O assunto da reportagem são os movimentos revolucionários do continente americano, e há também a caracterização da formação desses movimentos, afirmando que poucos deles possuem um líder formal, como Fidel Castro em Cuba. Além disso, e mais significativo foi a análise feita das dissidências da esquerda em países da América Latina, como Bolívia e Venezuela. Não há citação da situação da esquerda brasileira e suas dissidências, tão significativas nesse momento como aponta a historiografia. Esse fato nos leva a pensar o porquê de tal omissão ou “desinformação”, e ainda, um possível desinteresse em publicar sobre a esquerda de seu próprio país.

Em noticiário do dia 02 de setembro de 1967, o JB discorre sobre um suposto movimento guerrilheiro em Uberlândia, em que são citadas organizações de esquerda, o PC do B e a REDE descrevendo os participantes do movimento como indivíduos “de índole subversiva e atentam contra a segurança do país”<sup>9</sup>. Há certo detalhamento dos acontecimentos contidos em boa parte da página, que demonstra a relevância do movimento dentro do contexto político do momento, além de caracterizar o movimento como *subversivo* e terrorista. Esse ponto de vista condiz com o que a historiografia já apontou sobre como as ações de organizações de esquerda eram vistas pela sociedade através das representações vinculadas por órgãos formadores de opinião pública, como a imprensa. Em notícia do mesmo dia, o UH reserva um pouco menos de destaque para a apuração desse suposto movimento em Uberlândia. Além das organizações citadas pelo JB, a edição do UH inclui outro grupo, o Movimento Revolucionário 21 de Abril e trata o movimento com termos qualitativos, como “terrorismo” e “guerrilha”.<sup>10</sup>

A partir desses noticiários podemos perceber certo reconhecimento de diversos grupos dentro do movimento de esquerda, mas esses, de acordo com os noticiários, fariam parte de uma organização nacional com um objetivo comum.

Outra questão levantada nos periódicos foi a denúncia de um ex-vereador sobre as torturas que sofreu na prisão. Em noticiário do JB, o político descreve que as autoridades tentaram envolvê-lo nas guerrilhas do Caparáó, pelo fato do mesmo estar

---

<sup>7</sup> Última Hora, 11 de outubro de 1967.

<sup>8</sup> Jornal do Brasil, 11 de outubro de 1967.

<sup>9</sup> Jornal do Brasil, 02 de setembro de 1967, p.7.

<sup>10</sup> Última Hora, 02 de setembro de 1967

visitando a região, enquanto o UH aponta como motivo da prisão o fato do vereador ter sido líder do movimento que anulou o título de “cidadão honorário” de Carlos Lacerda. Fatos como esse indicam algo comum no período do Regime Civil - Militar, segundo vários IPMs, o enquadramento de indivíduos oposicionistas ao governo em leis que ocasionariam a prisão por crimes, muitas vezes não cometidos <sup>11</sup>, como aponta essa notícia.

O UH retratou várias opiniões de autoridades militares sobre a esquerda brasileira. Em comentário dado ao periódico e intitulado “Esquerda” <sup>12</sup>, inserido na “Coluna Hora H”, recorrente na página 3 do periódico, tem-se um exemplo dessa caracterização em que é abordada a opinião do coronel Meira Matos descreve as ações da direita como muito mais “agressiva e terrorista” que as ações da própria esquerda, chamada por ele de “festiva”. Ou seja, há uma descrição muito mais para a esquerda do que para a própria direita citada. A esquerda é caracterizada como “terrorista”, mais uma vez.

Ainda no UH podemos perceber maior caracterização dos grupos de esquerda, muitas vezes expressa através da opinião de outros indivíduos e que foi considerado relevante para o jornal. Termos como, “descontentes” e “frustrados” “revolucionário inconsequente” <sup>13</sup> são empregados para essas organizações. Essa seria uma possível representação das esquerdas vinculadas pelo UH, que inclui ainda a esquerda armada e “guerrilheira”.

Como pode ser observado através da análise das fontes até aqui, a representação dos grupos de esquerda na grande imprensa brasileira durante o ano de 1967 é marcada por uma homogeneização das “esquerdas” brasileiras.

Apesar de suas trajetórias serem relativamente diferenciadas, ambos periódicos não apresentam variações político-partidárias da esquerda no Brasil após o golpe de 1964. É fato que algumas organizações como o PC do B, REDE, MNR e Movimento Revolucionário 21 de abril são mencionadas, mas não se aproximam dos números referentes às dissidências apresentadas pela historiografia sobre as esquerdas no Brasil.

Esses apontamentos não significam que a grande imprensa desconhecia essa diversidade da esquerda, mas que não julgaram necessário publicar sobre tal perspectiva, ou ainda, possuíam algum impedimento à possibilidade de retratar esses grupos nos

---

<sup>11</sup> Última Hora, 02 de maio de 1967.

<sup>12</sup> Última Hora, 02 de janeiro de 1967.

<sup>13</sup> Última Hora, 03 de maio de 1967.

noticiários. A explanação desses grupos condensados em um único bloco, a “oposição” ou “subversivos” poderia ser considerado suficiente.

Ainda é preciso lembrar que o posicionamento político dos jornais não envolvia necessariamente essa decantação de todas as organizações de esquerdas constituídas após a década de 1960. É possível inferir que esses periódicos não julgavam necessário assumir esse posicionamento, revelador das esquerdas.

Desse modo, podemos considerar também que poderia existir ideia de que essencialmente o Estado classificava toda a oposição como “subversiva”, “guerrilheira” ou “terrorista” e o jornal, mais uma vez, como formador de opinião pública, refletiria isso em suas publicações. Mesmo dado o quadro do UH, um jornal mais combativo em relação ao JB, não podemos deixar espaços de compreensão entre as ideias de empresas jornalísticas e a condução de censura por parte do Estado.

Para o ano de 1968 verificamos que, ao menos nos dois primeiros meses, as visões de agrupamento dos grupos de esquerda se mantiveram, quadro que poderá sofrer mudanças a partir do final do ano com a instauração do AI-5. Afirmção que será confirmada com o andamento da pesquisa.

A homogeneização dos grupos de esquerda é marcante nas representações da grande imprensa no Brasil em 1967 e no início de 1968.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir das representações dos grupos de esquerda na grande imprensa em 1967 e início de 1968 buscamos mapear como essas organizações eram vistas por dois grandes órgãos formadores da opinião pública, o que sem dúvidas influenciava na percepção da sociedade sobre esses movimentos oposicionistas à intervenção política e militar no país, ao incentivo ao capital estrangeiro e imperialista, entre outros objetivos revolucionários.

Nesse sentido, os jornais com a atribuição de ser veículo de comunicação entre o Estado e sua população estão intimamente ligados às influências no pensamento social pelas quais os periódicos passavam ao construir seus noticiários. Fator que foi crucial na compreensão da visibilidade atribuída aos grupos de esquerda nestes dois anos.

A associação constante das movimentações dos grupos revolucionários em uma oposição comum foi comum aos dois jornais. Essa homogeneização está ligada a uma possível iniciativa do Estado, e dos diferentes setores sociais ligados ao regime civil-

militar, de aglutinar todos seus opositoristas em um único bloco, o que acabava sendo reverberado nos periódicos da grande imprensa.

A historiografia já apontou para uma intensa diversificação dos grupos de esquerda após o golpe de 1964, o que não foi visto nos noticiários analisados nessa pesquisa. Que de longe não nega o conhecimento das dissidências, mas afirma a não necessidade de dar conhecimento público para esses significativos e efervescentes embates políticos travados entre a Ditadura Civil-Militar e os grupos revolucionários.

A escolha da grande imprensa – menos recorrente em estudos deste tipo – e não da chamada “pequena imprensa” aquela que circulava entre a própria esquerda – mais comum em estudos relacionados a essas organizações foi o principal eixo norteador deste trabalho. O grande número de tiragem dos jornais e o maior alcance dos periódicos faz diferir a percepção desse contexto a partir do objeto escolhido.

O anseio é de que as reflexões apresentadas até o momento e que serão continuadas em trabalhos futuros possam contribuir para a compreensão, mesmo que mínima, das esquerdas brasileiras.

## **BIBLIOGRAFIA**

BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil 1900-2000*. RJ: Mauad X, 2007.

CAPELATO, Maria Helena. *História do Tempo Presente: a grande imprensa como fonte e objeto de estudo*. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.

\_\_\_\_\_. *Imprensa e história do Brasil: Imprensa oficial e imprensa contestadora, o jornal como documento, o papel do jornal na história*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. 1988.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil.1990.

\_\_\_\_\_. *Defesa e ilustração da noção de representação*. Revista Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/1598>> Acesso em 16 de julho de 2018.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A Ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969*. Topoi. Revista de História, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p.62-85, jan./jun. 2013, p.63. Disponível em: <[www.revistatopoi.org](http://www.revistatopoi.org)> Acessado em 22 de novembro de 2015.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; MOREL, Marco; FERREIRA, Tania Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A: Faperj, 2006.

REMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e FGV, 2003.

## Um artista em circulação: o estudo sobre a produção de Gustavo Dall'Ara nos meios impressos

Aline Viana Tomé<sup>1</sup>

Resumo: O presente artigo procura destacar a presença do pintor italiano Gustavo Dall'Ara (1865-1923) nos periódicos brasileiros entre 1890 a 1923. Para isso serão utilizados como fontes de pesquisa as publicações presentes no site da Hemeroteca Digital, bem como algumas obras do pintor em questão. A análise mais detalhada da produção impressa possibilitará não somente o acesso ao trabalho do artista no meio em questão, uma vez que foi diretor artístico do periódico *Vida Fluminense*, mas terá como enfoque a crítica de arte sobre sua obra pictural, indo ainda mais adiante, nos permitindo reconstruir as curiosas ações cotidianas que demonstram os interesses do pintor em meio à sociedade carioca do entresséculos XIX/XX.

Palavras-chave: Brasil República, História da Arte, Imprensa

Abstract: This study aims to highlight the presence of the Italian artist Gustavo Dall'Ara (1865-1923) in Brazilian papers from 1890 to 1923. With this purpose will be used as research sources publications present on the Digital Hemeroteca website, as well as some works of the artist in question. The more detailed analysis of the printed production will not only allow access to the artist's work in the medium in question, since he was artistic director of the newspaper *Vida Fluminense*, but will focus on art critic about his pictorial work, going even further, allowing us to reconstruct the curious everyday actions that demonstrate the interests of the artist in the Rio de Janeiro society between the XIX and XX centuries.

Keywords: Brazil Republic, Art History, Press.

Dentre os inúmeros artistas italianos que aportaram em terras brasileiras no entresséculos XIX/XX, encontra-se Gustavo Giovanni Dall'Ara (1865-1923), nascido na província de Rovigo, região do Vêneto. Quando chega à cidade do Rio de Janeiro aos 24

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [alinehis@gmail.com](mailto:alinehis@gmail.com). Bolsista CAPES.

anos de idade, devido a um convite recebido para atuar como diretor artístico do periódico *Vida Fluminense*, Dall'Ara já era artista reconhecido em solo italiano, tendo exposto na Exposição Nacional de Veneza e trabalhando no periódico *Sior Tonim Bonagrazia* (SIMÕES, 1987).

Embora pouco se saiba de sua atuação como artista na Itália, encontramos no Brasil uma diversidade de trabalhos realizados pelo pintor entre os anos de 1890 e 1923. Como falaremos mais adiante, sua carreira como diretor artístico do periódico brasileiro foi breve, no entanto, Dall'Ara parece contornar o problema do desemprego precoce através de seu trabalho enquanto pintor. Realiza assim uma multiplicidade de gêneros pictóricos, sendo observado um lugar destacado para a produção paisagística em sua obra, mais especificamente a representação de paisagens urbanas relativas à capital da República. Para mais, encontramos a atuação do artista como desenhista da comissão responsável pela construção da cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, entre 1893 e 1895, bem como trabalhos decorativos para Vila Itararé, em Petrópolis.

Sabendo da atuação de Dall'Ara na imprensa carioca, para o presente trabalho nos valeremos da análise de sua produção em dois âmbitos: a de sua atividade como redator artístico do periódico *Vida Fluminense* e sua aparição enquanto artista noticiado pelos jornais da época. Embora os levantamentos até aqui realizados estejam em caráter inicial da pesquisa, já é possível tomar conhecimento de alguns fatos até então desconhecido sobre a vida do pintor.

As fontes utilizadas para o presente trabalho encontram-se disponíveis online através da Hemeroteca Digital<sup>2</sup> da Fundação Biblioteca Nacional. Assim, foram consultados os jornais: *Jornal do Commercio*, *Vida Fluminense*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *Novidades*, *O Fluminense*, *O Tempo*, *Revista Ilustrada*, *Diário do Commercio*, *Cidade do Rio*, *Revista Brasileira*, *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Jornal do Brasil*, *Kosmos*, *Almanak Laemmert*, *O Malho*, *O Século*, *A Imprensa*, *Jornal da Exposição*, *Revista Marítima Brasileira*, *Il Bersagliere*, *Revista da Semana*, *Revista Americana*, *A Capital*, *Tagarela*, *Gazeta Fluminense*, *A União*, *A Noite*, *Para Todos*, *A Rua*; bem como os *Relatórios do Ministério da Justiça*. O recorte temporal enquadra-se entre os anos de 1890 a 1923, tempo entre a chegada e morte do artista em terras brasileiras.

Ao que indica tanto a sua biografia, realizada na década de 1980 por Ronaldo do Valle Simões, Sandra Quintela e Umberto Cosentino, quanto Laudelino Freire em *Um*

<sup>2</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>



*Século de Pintura*, Dall’Ara teria recebido o convite para trabalhar no periódico *Vida Fluminense* enquanto ainda residia em território italiano, tendo sua decisão de cruzar o Atlântico sido ainda muito motivada por seu médico, que via na mudança para terras de clima tropical uma possível cura para um mal que lhe acometia desde muito novo, a epilepsia (FREIRE,1916: 388).

Como diretor artístico do *Vida Fluminense*, sob direção geral de Henrique Stepple, Dall’Ara atuou por apenas três números. Sendo o periódico de tiragem mensal, podemos concluir que o convite feito para sua atuação refletiu-se em acanhados três meses, enquanto sua viagem transatlântica demorou por volta de 20 a 30 dias.

No primeiro número sob sua direção, a revista destaca a chegada do pintor. Já na capa, com uma caricatura de sua autoria, Dall’Ara aparece de braços dados com uma mulher<sup>3</sup>, seios desnudos, que o apresenta: “- Apresento-te o Sr. Gustavo Dall’Ara, ex-caricaturista que mandei vir expressamente de Veneza para illustrar as minhas paginas, leitor. Entende-te com elle e não lhe despertes a cólera risonha” (VIDA FLUMINENSE, 1890: nº26). Já no interior da revista encontra-se uma espécie de história ilustrada de “como Dall’Ara veio para o Brasil”, realizada pelo mesmo artista, figura 01.

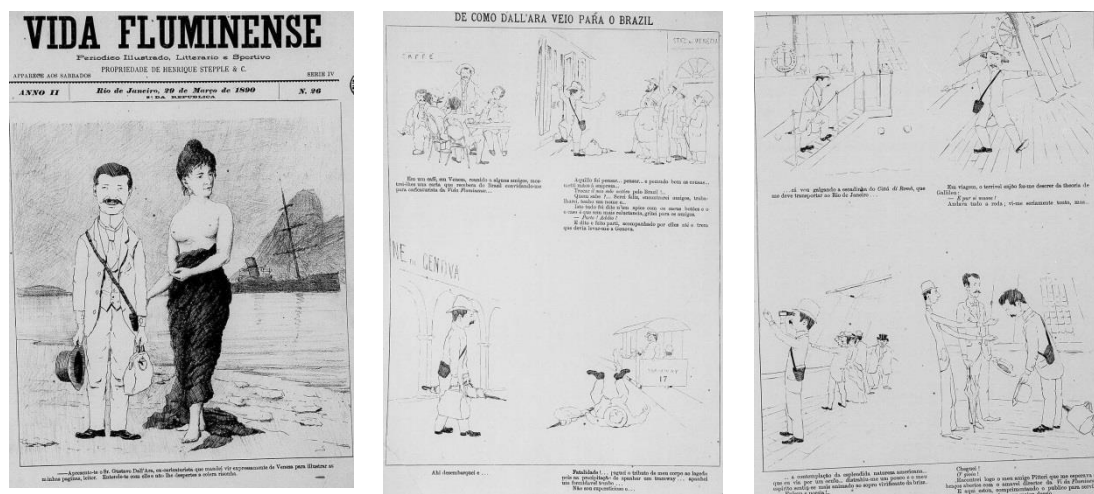


Figura 1: *Vida Fluminense*, 1890, nº 26.

Nos outros dois números do periódico, sua presença é mais discreta. Embora tenham trabalhos seus tanto na capa quanto em seu interior, a imagem do diretor artístico

<sup>3</sup> Na biografia do pintor a mulher é entendida enquanto sendo a alegoria da vinda ao Brasil (SIMÕES, 1986).

desaparece em nome de sua obra caricatural. Esses números possuem dois retratos muito bem realizados em suas capas sendo os figurados: Dr. Martins Júnior e Francisco Cunha, ministro do Brasil junto ao governo italiano. Além disso, encontra-se uma homenagem póstuma a dois irmãos mortos em um naufrágio, duas charges que supostamente dizem respeito à disputa entre os periódicos *O Cruzeiro* e *O Apóstolo* para a criação de um partido católico, um estudo de tipos da sociedade carioca e a imagem de alguns tilburis que ilustram a poesia de mesmo nome, todos realizados por Dall'Ara. Desses, os dois últimos nos chamam atenção uma vez que representam de antemão o que pareceu ser o interesse pictural do pintor em suas paisagens realizadas posteriormente, ou seja, os tipos que transitavam pelas ruas e os costumes da sociedade carioca. Prova isso o fato de anos mais tarde, em 1918, o pintor realizar uma obra colocando um tilburi, tantas vezes representado em outras telas, como protagonista da representação denominada *O último Tilbury* (figura 4).

No que diz respeito aos três números do periódico produzido pelo pintor comparados aos demais números, tanto anteriores quanto posteriores à sua atuação, percebemos nítida diferença de técnicas e estilo de composição na realização das caricaturas. Modificação notada também pelos seus contemporâneos, o que podemos ver através da seguinte crítica presente na coluna *Echos & Notícias* do periódico *Novidades*

O Sr. Gustavo Dall'Ara, actual desenhista da *Vida Fluminense*, confirmou o bom conceito que formamos das suas aptidões artísticas. O n. 26 daquele excellente jornal illustrado foi uma feliz estréa. **O nosso publico ainda não está affeito a esse genero de caricaturas, feitas a traço tão usadas na Europa. Ha de habituar-se, porém,** e então, dirá connosco que, effectivamente, o Sr. Dall'Ara é um dos primeiros artistas nesse genero de trabalhos.<sup>4</sup> (NOVIDADES, 1890: ed.74)

Se pensarmos que o *Vida Fluminense* seguia um padrão que foi quebrado com a chegada de Dall'Ara e logo depois reassumido com a saída do mesmo artista da direção do periódico, podemos, talvez, encontrar aí o motivo de sua enigmática ausência nas edições posteriores. Diferentemente do motivo encontrado por Simões que diz respeito a saída do artista:

supomos que, enfrentando algumas dificuldades, havia [o periódico] tentando reergue-se com a contratação de um artista estrangeiro que respondesse pelas ilustrações, charges, retratos, caricaturas, enfim,

---

<sup>4</sup> Grifo da autora

alguém que desse ao periódico um novo alento e lhe permitisse senão uma grande expansão, pelo menos a estabilidade. É possível que o malogro desse plano, sugerido pelo posterior fechamento, implicasse na contenção de despesas e no consequente desligamento do artista de suas atividades (SIMÕES, 1986: 23)

É verdade que o periódico fecha as portas algum tempo depois, mas é preciso ter em mente que Dall’Ara encerra sua atividade no número 28, enquanto o periódico tem seu último exemplar no número 37, nove meses após a saída de Dall’Ara. Dessa forma, aceitamos a possibilidade de um desligamento pela falta de condições de manutenção de um artista do porte de Dall’Ara, mas acreditamos que a diferenciação no padrão estilístico da revista causado pela entrada de Dall’Ara e a falta de costume da sociedade a esse padrão, como destacado na citação, também lance luz à questão<sup>5</sup>.

Terminada a sua experiência enquanto diretor artístico do periódico que lhe trouxe ao Brasil era necessário que o pintor contornasse o problema do desemprego precoce. Não há dados precisos sobre a vida do artista nesse momento. Sabedores que a imigração italiana para o Brasil entre finais do século XIX e início do século XX se deu de forma maciça, sendo os italianos, depois dos portugueses, a segunda maior comunidade de imigrantes no país (CARMO, 2015) e que, quando de seu desembarque havia um amigo que lhe esperava no porto, é possível que, caso não acolhido por conhecidos, o mesmo tenha se prestado de alguma das muitas sociedades de ajuda-mútua de italianos existentes na capital federal.

Infortúnio superado, Gustavo Dall’Ara já é mencionado em 1892 devido a exposição do retrato em bico de pena que realizou do “Sr. Marechal Floriano Peixoto”<sup>6</sup>, daí em diante seu nome aparece diversas vezes nas publicações do período. Dessa forma, para uma melhor compreensão do que está sendo dito pelos jornais dividimos as aparições em dois grupos: 1- as críticas de arte, que se referem às críticas que sua obra obteve mediante as exposições em diversos locais e as premiações (ou a falta delas) recebidas pelo pintor em ocasião das Exposições Gerais de Belas Artes; 2- os textos informativos, que são relativos às exposições que estão acontecendo, a entrevistas dadas pelo pintor, notícias de sua atuação na Associação dos aquarelistas, as obras em leilões e dados de sua

---

<sup>5</sup> Ao comparar as imagens produzidas anteriormente e posteriormente à chegada de Dall’Ara ao periódico, percebemos a falta de detalhes, o traçado fino e descuidado, quase casual com o qual o artista realiza suas representações, o que não notamos nos demais volumes do *Vida Fluminense*. Observamos entretanto que isso se aplica às imagens do interior do periódico, uma vez que continua com a mesma técnica dos demais períodos nos retratos expostos nas capas.

<sup>6</sup> Até o presente momento não se tem notícias do paradeiro dessa obra.

vida pessoal (naturalização, cumprimentos pelo seu aniversário, exonerações de cargos públicos, editais de concursos que concorreu, presença em missas e incêndio).

No que concerne à crítica de arte, em 1903 o periódico *Tagarela* faz referência a um possível engajamento de Dall’Ara em causas políticas: “O Dall’Ara gosta de allusões em pintura. No tempo do Campos Salles expoz um bello quadro a oleo em que figura um soberbo pavão entre gallinhas. Agora, no novo reinado, expoz elle na galeria Rembrandt um Perú. Malvado!” (TAGARELA,1903:ed.87). Apesar da menção a uma postura política, consideramos pouco provável o envolvimento do pintor de forma mais obstinada à causa política devido a excepcionalidade do argumento mediante às demais apreciações de sua obra. O que, é claro, não o impedia de realizar, com certa insistência, retratos a bico de pena da classe política da época, como os que realizou de Floriano Peixoto, Prudente de Moraes e Quintino Bocaiúva<sup>7</sup>. Inferimos que a realização e a crítica positiva das representações de quem estava no poder poderiam ser uma importante propaganda para encomendas que o sustentariam enquanto pintor.

Com relação a isso encontramos em textos relativos às suas exposições um chamado a possíveis compradores: “(...) **Chamamos a atenção dos Srs. amadores e colecionadores** para esta exposição que, pequena em tamanho, não deixa de ser importante pelos primorosos quadros que as formam.”<sup>8</sup> (O TEMPO, 1893: ed. 594) É possível que Dall’Ara, conhecedor do gosto burguês, pintasse temáticas e formatos que interessasse a essa classe, afinal, como afirma Ana Cavalcanti, “o pequeno ou médio formato [eram] mais acessíveis e adequados à decoração das casas burguesas” (CAVALCANTI, 2003: 19).

As críticas de arte referentes a Gustavo Dall’Ara presentes nos jornais já elencados encontram-se, em sua maioria, junto à apreciação de outros artistas por motivos de exposições nos meios institucionais ou exposições particulares. Dessa maneira, muitas delas não se aprofundam em sua análise: “As marinhas do Sr. Dall’Ara merecerão provavelmente demorada contemplação” (A NOTÍCIA, 1905: ed.209); “O Sr. Dall’Ara dá-nos tres estudos bem desenhados e intensamente coloridos. Muito bons.” (KOSMOS, 1906: ed.9); “Gustavo Dall’Ara enviou dois trabalhos (ns. 161 e 162), aos quaes não falta arte, assemelhando-se ao modo de pintar de J. Baptista da Costa. Mas há effeitos visivelmente procurados e pouco sinceros.” (REVISTA AMERICANA, 1916: ed.1);

<sup>7</sup> Até o presente momento não se tem notícias do paradeiro dessa obra.

<sup>8</sup> Grifo da autora.

“Dall’Ara nos dá os seus aspectos do Rio de Janeiro muito pittorescos de córte. Dall’Ara, pintando a cidade, presta relevante serviço á sua historia, perpetua flagrantos curiosos da nossa vida urbana ”(O MALHO, 1923: ed.1079).

No entanto, algumas obras parecem merecer maior atenção dos críticos, é o caso de *Uma rua no centro do Rio de Janeiro*, de 1899, nos jornais *Gazeta de Notícias* e *Jornal do Commercio*.



*Figura 2: Gustavo Dall'Ara. Uma Rua no centro do Rio de Janeiro, 1899. Óleo sobre tela, 161x61 cm. Coleção Particular.*

Acha-se exposta na casa Postal uma tela do pintor Gustavo Dall’Ara que merece apurada observação e tem indiscutível valor. É um estudo do trecho da rua do Hospício, da esquina da rua do Sacramento até a rua Direita. O artista escolheu uma hora de sol quente, durante o dia, quando a rua está cheia de movimento, que foi bem apanhada nessa tela. A luz forte recosta nas calçadas a sombra dos edificios e no meio do calor, que doura a poeira, produzindo uma nuvem luminosa. E no ar, movem-se as figuras; no primeiro plano um homem toca adiante de si

um pequeno bando de perus. Além uma bahiana, um bond e carroças, toda a animação de uma rua desta capital. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1899: ed.327)

#### Notas sobre Arte

Na Casa Postal expõe o Sr. Gustavo Dall'Ara um quadro representando um trecho da rua do Hospício. Não é a primeira vez que o senhor Dall'Ara demonstra a sua predileção por este género de assumptos, e com o quadro ora exposto tem elle mais uma vez occasião de revelar os seus grandes conhecimentos de perspectiva. O quadro é tirado do ponto em que se acha a igreja do Sacramento, de que ainda apanha no primeiro plano as ultimas janellas lateraes. O ponto de vista é da casa, uma casa alta de dous andares, fronteira á igreja. Com o horizonte relativamente baixo, o quadro desenvolve-se pela rua do Hospício abaixo em um tumultuar de casas, de diversas alturas, de bondes que sobem, de transeuntes que vão e vem, de uma polychromia violenta, mais seus effeitos chocantes. É um dia de sol luzente, em que a luz é vibrante e luminosa, as sombras de um contraste violento, e o céu de um azul profundo e transparente. Alguns dos detalhes, como por exemplo, o vendedor de perus e as próprias aves, do primeiro plano, podem não agradar a todos, mas não ha negar que o effeito do conjuncto é excellent e dominador e que o novo trabalho do Sr. Dall'Ara, a par de grandes conhecimentos de perspectiva, revela um artista que se deixa seduzir pelos fortes effeitos de cor e luz. (JORNAL DO COMMERCIO, 1899: ed. 326)

Embora não conste os autores das críticas é interessante notar que os dois ressaltam o interesse de Dall'Ara pela temática das ruas cariocas, cheias de movimento. Além do impacto causados pelas cores, devido à hora do dia em que o artista decide retratar a paisagem urbana. O vendedor de perus, com suas aves à solta, se destaca. Na primeira crítica o personagem é naturalizado, já na segunda é tido como possível motivo de desgosto. No último ano do século XIX, o Rio de Janeiro encontrava-se entre o urbano e o rural, sendo ainda comum que vendedores ambulantes levassem às ruas suas aves para serem vendidas, bem como vacas cruzarem o centro da cidade para que seu leite fosse vendido próximo ao freguês, embora já causasse algum tipo de estranhamento em parcela da população. Prova isso o fato de cinco anos mais tarde, o Código de Posturas de 1904 focar o comércio de aves ou de outros animais tocados em bandos: “Art.740. Fica prohibido, em todo do Districto Federal, o commercio de aves ou quaesquer outros animaes tocados em bandos pelas ruas e praças publicas , conduzidos suspensos, ou de azas ou pernas atadas.” (CARMO, 2015:252)

A perícia em representar o urbanismo carioca através da arquitetura, de seus personagens que parecem captados em meio a um flagrante fotográfico e das representações dos arrabaldes da capital republicana deram a Dall'Ara a alcunha de “o pintor da cidade”. No entanto, em algumas críticas, o artista foi acusado de ser pouco

sincero em suas paisagens, é o caso da *Revista Americana* visto anteriormente, que mesmo numa análise rápida, faz referência a “efeitos visivelmente procurados e pouco sinceros” (REVISTA AMERICANA, 1916: ed.01). Gonzaga Duque, um dos críticos mais respeitados do período, faz menção a falta de interesse estético existente na produção de Dall’Ara.

Ao lado, o Sr. Dall’Ara expõe uma marinha: ao fundo uma ilha, assim me parece, crivada de casinhas. Água mansa, um patacho ancorado, barcos em derredor. Tudo isso desenhado pacientemente e pintado ao vivo. **Faltando-lhe o interesse esthetico do conjunto, sobra-lhe o da observação. O Sr. Gustavo Dall’Ara possui, nesse processo, que lhe é peculiar, o mérito da probidade. Como pintura documental, excede á fidelidade photographica** e se o *captain* do patacho o levar p’ra sua terra longínqua, ao envelhecer e quando puzer lume ao cachimbo, após o empanturro do repasto, poderá dizer á velha esposa, alçando o dedo nodoso em alvo a um determinado ponto da ilha:

- Estás vendo aquella casita, lá em baixo?... Pois alli, muitas vezes, comi banas com farinha...<sup>9</sup> (KOSMOS, 1905: ed. 09)

Podemos perceber que para alguns críticos, a perícia, própria da pintura dallariana é vista como algo enfadonho e que não desperta interesse estético. Sendo considerada como pintura documental<sup>10</sup>.

Após sua morte, em 1923, alguns jornais publicaram homenagens ao pintor, destacando alguns pontos de sua produção. Interessante notar que, dentre esses pontos, encontra-se o valor do lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro presente em sua obra, dos locais e costumes que foram aos poucos desaparecendo do cotidiano.

A obra deixada por Gustavo Dall’Ara é copiosa e variada, representa um bello conjuncto de documentos importantíssimo, orientador do futuro da physionomia do Rio de Janeiro actual. **Em muitas das telas do pintor estão perpetuados aspectos desaparecidos como a velha porta do Castello, o antigo theatro da rua D. Manuel, os tilburys, os kiosques** e a antiga fachada da “Basilica da Cruz” – antiga “Cruz dos Militares” – com as estatuas talhadas em madeira por mestre Valentim e tantos outros aspectos pittorescos que aos poucos vão sendo reformados ou radicalmente substituídos (...) **Dall’Ara não foi um grande artista, mas também não foi um mediocre.** (PARA TODOS, 1923: ed.249)

<sup>9</sup> Grifo da autora.

<sup>10</sup> Ao contrário do que pensa Gonzaga Duque, o crítico de arte M. Nogueira da Silva defenderá Dall’Ara como sendo “o pintor da cidade”, sendo ele o único que consegue fixar a alma do Rio através do que o crítico denomina pintura do “urbanismo” (uma espécie de junção entre a pintura de gênero e a paisagem). Através do urbanismo, “sente-se tudo palpitar, sente-se tudo viver. É o bulício, o burburinho, o vozear dos pregões, o ruído intenso das ruas movimentadas, esplendendo animação e vida.” (SILVA, 1926 apud. SIMÕES, 1986:126)

Em homenagem a Dall’Ara a revista *Para Todos* traz um extenso texto sobre a vida e obra do pintor, destacando seu prazer em representar os recantos do Rio antigo e moderno e a alma da arquitetura irregular, considerada como traços da evolução da cidade. A revista traz ainda à mente de seus leitores, locais que, já naquele momento, não existiam mais, como é o caso do Morro do Castelo, destruído em 1922, na administração de Carlos Sampaio e representado no mesmo ano de sua destruição por Dall’Ara, figura 3. Já os *tilburis*, como mencionado anteriormente, foram alvo da arte dallariana desde sua curta atuação no periódico *Vida Fluminense*. Mas em 1918, Dall’Ara parece querer representar o seu lento desaparecimento em meio à paisagem carioca, devido à sua substituição por meios mais rápidos de transporte, como os bondes elétricos e os trens. Em *O Último Tilbury*, temos uma paisagem ensolarada da região central da cidade em que o cavalo, representado de cabeça baixa, aparenta cansaço e traz à tela um aspecto nostálgico, confirmado pelo título, imagem 4. Já os quiosques, ambientes multiétnicos de convivência, “espaço de trocas, informações e mesmo de lazer, além da venda de bebidas estimular a presença prolongada, após exaustivo dia de trabalho” (CARMO, 2015: 119) eram vistos pela administração da urbe como “lugares sujos, incompatíveis com a imagem de uma cidade civilizada” (CAVALCANTI, 2016: 50), tendo sido ainda muito frequentados pelos imigrantes italianos. Estes quiosques, ponto de convivência e alvo de combate da administração pública, encontram-se em telas, como *Praça Tiradentes*, 1906, *Cais da Praça XV*, 1901, *Arcos da Lapa*, s/d, e *Doca do Antigo Mercado*, s/d.





Figura 3: Gustavo Dall'Ara, *Forte do Morro do Castelo*, 1922. Óleo sobre tela, 90x74 cm. Acervo do Museu Histórico Nacional.

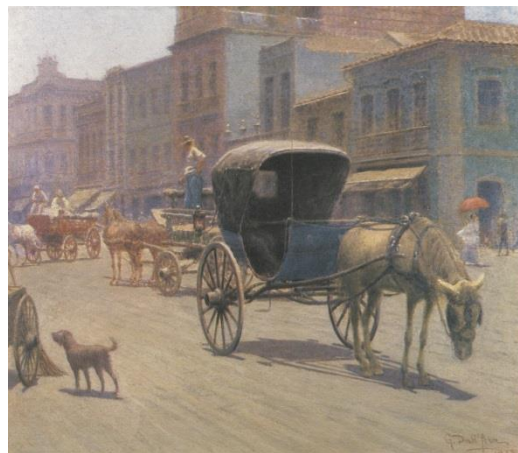


Figura 4: Gustavo Dall'Ara, *O último tilbury*, 1918. Óleo sobre madeira, 33x39 cm. Acervo do Museu da República.

Como dito anteriormente, a pesquisa na fonte impressa revelou-se altamente profícua para o caso de Gustavo Dall'Ara, necessitando para isso a divisão em grupos para melhor análise de suas aparições. Os textos de cunho informativo, como processo de naturalização, editais de concurso e publicações de exonerações nos permitem traçar as escolhas realizadas pelo pintor de maneira a entender melhor a sua participação naquela sociedade. Nesse sentido, duas passagens amplamente divulgadas pelos jornais da época serão alvo de nosso interesse no presente artigo: a sua participação na Associação de aquarelistas e o incêndio à sua residência.

Ao que indica o jornal *O Paiz*, a primeira exposição dos aquarelistas aconteceu no ano de 1903: “Iniciada ha poucos mezes pela iniciativa de alguns artistas e, especialmente de Rodolpho Amoedo, que appostolou a ideia que hoje aparece, brilhantemente realizada numa sala amplamente illuminada do largo da Carioca” (O PAIZ, 1903: ed.6445).

Em 1914, o jornal *A Noite* traz a notícia de nova exposição dos aquarelistas que há quatro anos não se realizava, dentre os sócios estão os artistas: Rodolpho Amoedo, Aurélio de Figueiredo, Beno Treidler, João Baptista da Costa, Rafael Frederico, Hetore Malagutti, Fiúza Guimarães, Gustavo Dall'Ara, Henrique Bernardelli, Julião Machado,

Joaquim Fernandes Machado, Eliseu Visconti e Helios Seelinger. Segundo o mesmo jornal a associação foi fundada com o intuito de propagandear a técnica da aquarela. A notícia nos permite perceber dentro de todo o universo de artistas presentes na sociedade carioca da época, um pequeno grupo de sociabilidade no qual Gustavo Dall'Ara estava inserido. Enfatizando que dentre estes havia mais dois outros italianos, a saber, Eliseu Visconti<sup>11</sup> e Hetore Malagutti.

Durante a pesquisa nas fontes impressas não foi sem espanto que nos deparamos com a notícia de um incêndio acontecido à rua Dr. Garnier, 45, residência de Gustavo Dall'Ara, no ano de 1905.

#### Incendio

Na estação do Rocha – Mais notas

O adiantado da hora em que delle tivemos conhecimento, não nos permittiu dar aos nossos leitores mais explicita e completa noticia do incendio que se declarou na casa da rua Dr. Garnier, na estação do Rocha.

Nella residia o pintor Gustavo Dall'Ara que se achava só, pois sua senhora D. Maria Carolina, ha oito dias, está de visita a uma amiga, D. Francisca da Costa Braga, á rua Leopoldo, no Andarahy Grande.

Os primeiros indicios do fogo foram vistos pelo inspector da guarda nocturna da 15<sup>a</sup>, Sr. Luiz Pinto da Fonseca, que se deu pressa em avisar áquella delegacia, ao perceber a grande quantidade de fumo e de fagulhas que saham do telhado da casa n. 45.

Simultaneamente foi dalli o aviso transmittido ás estações de bombeiros da Mangueira e da Central.

Aquella chegou pouco depois, sob o commando do alferes Firmino, nada tendo podido fazer, infelizmente, devido ao extremo afastamento do mais proximo registro dagua.

O fogo, graças a essa circumstancias, progrediu envolvendo logo toda a casa que é de um só pavimento, edificada no centro de uma grande chacara e, além disso de facil combustão, pois já está bastante velha.

**Salvar o que foi possível eis o que se poude fazer, conseguindo o Sr. Gustavo Dall'Ara ver arrancados ao furor das chammas muitos dos quadros que compõem a sua valiosa galeria.**

**Este senhor, para sahir illeso, apenas poude vestir, às pressas, uma calça e uma capa.**

Devido ás dificuldades de transporte só muito mais tarde poude estar no local o material da estação central do Corpo de Bombeiros sob o commando do Sr. Coronel Aguiar.

Estendidas as mangueiras e dispostas as bombas, nova decepção veio a paralyzar-lhes os esforços: a agua não tinha pressão.

Todas essas causas determinaram a completa destruição do predio.

O Sr. Dall'Ara tem os seus haveres segurados pela quantia de 115:000\$, na Companhia Equitativa.

---

<sup>11</sup> Eliseu Visconti chegou ao Brasil ainda criança, tendo por diversas vezes defendido a sua nacionalidade brasileira.

Os proprietários do prédio que são os herdeiros do finado commendador Antonio Joaquim Coelho, que são, a viúva deste e a senhora do Sr. Dall'Ara, tinham-no segurado por 12:000, naquella mesma companhia.

[ilegível], quando da casa só restavam os alicerces, tendo comparecido o delegado da 15ª, Dr. Levino Chacon, o escrivão Pinheiro Campos e demais auctoridades.

Na 15ª foi aberto rigoroso inquerito, tendo **ficado detido, para averiguações o Sr. Gustavo Dall'Ara.**

**Contra esse senhor a autoridade nutre fortes suspeitas, alimentadas pelo que vae sendo apurado pelo inquérito.**

O seguro feito por elle data de quinze dias, acontecendo que o predio já o estava por 15:000\$, na Companhia Aliança, da Bahia, pelos herdeiros.

Hoje, á 1 hora da tarde, será feito o exame nos escombros do predio incendiado pelos peritos nomeados. Srs. Dr. Olegario Pinto e José de Sá Osório.<sup>12</sup> (GAZETA DE NOTICIAS, 1905: ed.158)

Chama-nos atenção o infortúnio vivido por Dall'Ara. No entanto, interessa notar que o próprio Dall'Ara é tido como principal suspeito da tragédia devido ao seguro do imóvel ter sido realizado quinze dias antes das labaredas engolirem sua residência. Tendo o pintor ficado detido na delegacia. Dessa forma, curioso se torna o fato do artista, meticulosamente, tentar salvar os quadros que estavam em seu ateliê durante o incêndio.

Em longa matéria do Jornal do Brasil a apuração do caso é esclarecida e Dall'Ara é tido como culpado, embora “o inquérito não resulte prova testemunhável patente de que tenha sido Gustavo Dall'Ara quem ateou fogo no prédio, existem, todavia, circunstâncias bem poderosas que fazem presumir á autoridade ter sido elle o autor do delicto” (JORNAL DO BRASIL, 1905:ed.192). Dentre essas circunstâncias encontram-se o fato de sua esposa não se encontrar em casa, a existência de vários focos para o início do incêndio, o fato de todos os bicos de aparelhos de gás, bem como o relógio de gás estarem abertos no momento de realização da perícia, o fato de Dall'Ara ter feito há quinze dias seguro de um imóvel no qual ele morava há aproximadamente treze anos e que ele sabia que iria à leilão por motivos de ser o imóvel espólio de seu falecido sogro, haver Dall'Ara poucos dias antes do incêndio mandar construir um barracão em outro terreno. Ao que tudo indica, Dall'Ara foi considerado culpado, tendo sido preso. Mas teve o direito de

---

<sup>12</sup> Grifo da autora.

defesa<sup>13</sup>, recorrendo da decisão, assim, foi expedido em seu favor o alvará de soltura pelo juiz Dr. Cícero Seabra.

Através das publicações as quais lançamos luz nesse texto foi possível perceber que como dito no jornal *Para Todos*, na ocasião de sua morte, é possível que “Dall’Ara não foi um grande artista, mas também não foi um mediocre”. Talvez não tenha alcançado o êxito de artistas como Eliseu Visconti e Henrique Bernardelli, mas a importância de sua obra não ficou esquecida, já que críticos de diversos períodos posteriores citam seu trabalho de forma positiva em suas publicações.

Embora a pesquisa ainda se encontre em caráter inicial, podendo ainda existir outras incidências de registros, devido à grafia complexa de seu nome (Dall’Ara, Dalara, Dell’Ara, D’Allara, da Lara<sup>14</sup>), acreditamos já dispor de grande parte das fontes relativas à imprensa entre os anos de 1890 e 1923. Concebemos ainda ser importante a pesquisa de fontes que vão além de seu tempo de vida, pois as mesmas nos possibilitam o conhecimento de como a obra de Dall’Ara foi sendo reinterpretada ao longo dos anos. Além disso, um estudo pormenorizado de fontes fora do recorte 1890-1923 nos permite acesso a leilões, que tem se revelado meios frutíferos de conhecimento acerca de obras realizadas e de um possível mapeamento de seu paradeiro.

### **Referências Bibliográficas**

CARMO, Maria Izabel Mazini do. *Do Mediterrâneo à Baía de Guanabara. Os italianos no Rio de Janeiro (1870-1920)*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

CAVALCANTI, Ana Maria T. O conceito de modernidade e o meio artístico carioca nos anos de 1900 a 1909. In: *Seminário vanguarda e modernidade nas artes brasileiras*.

Campinas: Instituto de Artes da Unicamp. Disponível em:

[http://www.iar.unicamp.br/dap/vanguarda/artigos\\_pdf/ana\\_cavalcanti.pdf](http://www.iar.unicamp.br/dap/vanguarda/artigos_pdf/ana_cavalcanti.pdf).

---

<sup>13</sup> Não possuímos informações muito claras sobre quais seriam os argumentos de sua defesa, além do fato de “que a prova indiciária é feita em parte por testemunhas suspeitas e contraditórias” (CORREIO DA MANHÃ, 1905: e.1540)

<sup>14</sup> Devido às inúmeras formas que foram publicadas o nome de Gustavo Dall’Ara na imprensa é necessário buscar por todos os registros ora mencionados. A procura por esses nomes nos revelou a existência de um engenheiro de nome Gustavo De Lara Campos, que foi algumas vezes confundido com o pintor objeto de nosso estudo.

\_\_\_\_\_. Produção e recepção de imagens do Rio de Janeiro: os casos de Debret e Augusto Malta. In: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade de Brasília*. Volume 15, nº2, julho-dezembro, 2016.

FREIRE, Laudelino. *Um século de pintura: apontamentos para a história da pintura no Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Röhe, 1916.

SIMÕES, Ronaldo do Valle; QUINTELLA, Sandra; COSENTINO, Umberto. *Gustavo Dall'Ara 1865-1923*. Rio de Janeiro: Livraria Winston Ed. Ltda., 1986.

### **Fontes:**

Periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital

- A Notícia, 1905.
- Correio da Manhã, 1905.
- Gazeta de Notícias, 1899 e 1905.
- Jornal do Brasil, 1905.
- Jornal do Commercio, 1899.
- Revista Kosmos, 1905 e 1906.
- Novidades, 1890.
- O Malho, 1923
- O Tempo, 1893.
- Para todos, 1923.
- Revista Americana, 1916.
- Tagarela, 1903.
- Vida Fluminense, 1890.

## **História do Movimento Republicano mineiro através dos jornais (1871-1889)**

Jessica Maira Aparecida de Castro<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo procuramos desenvolver uma análise do ambiente político, no estado de Minas Gerais, no momento imediatamente posterior à publicação do Manifesto Republicano em 3 de dezembro de 1870 na Província do Rio de Janeiro. Analisamos como os periódicos mineiros encararam a notícia de um movimento em prol da República e da articulação posterior de organização de uma imprensa voltada a divulgar e ideia republicana e criar um sentimento favorável e república na província mineira. Para esse fim, utilizamos como fontes alguns dos periódicos republicanos que circulavam na província de Minas Gerais e trabalhos que se dedicaram a temática. Pretendemos contribuir para uma maior compreensão da participação dos mineiros do movimento republicano e posteriormente na Proclamação da República.

**Palavras-Chave:** Movimento Republicano; Minas Gerais e Imprensa.

**Abstract:** In this article we seek to develop an analysis of the political environment, in the state of Minas Gerais, at the moment immediately after the publication of the Republican Manifesto on December 3, 1870 in the Province of Rio de Janeiro. We analyze how the periodicals of Minas Gerais faced the news of a movement in favor of the Republic and of the later articulation of the organization of a press aimed at divulging and republican idea and to create a favorable feeling and republic in the province of Minas Gerais. To that end, we used as sources some of the republican periodicals that circulated in the province of Minas Gerais and works that were devoted to thematic. We intend to contribute to a greater understanding of the participation of the miners of the republican movement and later in the Proclamation of the Republic.

**Keywords:** Republican Movement; Minas Gerais and the Press.

“Os amigos que compõem a redacção do Jequitinhonha resolverão aderir explicitamente ao programa do Club republicano, recentemente creado no Rio de Janeiro”

---

<sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. No momento, cursa o mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em História da mesma universidade. E-mail: jessicamairacastro29@hotmail.com

Assim anunciava o jornal *O Jequitinhonha* em sua edição do dia 01 de janeiro de 1871, sob a direção de Joaquim Antônio Felício dos Santos e do proprietário Herculano C. de Magalhães. O periódico de Diamantina declarava apoio ao Manifesto de 1870 publicado no Rio de Janeiro que deu início oficialmente a propaganda e a divulgação dos ideais republicanos.

As propostas do republicanismo só tomaram forma e se organizaram mais sistematicamente quando o jornal *A República*, da província do Rio de Janeiro, na edição de 3 de dezembro de 1870, publicou o Manifesto Republicano. O documento almejava que o país se transformasse em uma República federativa para se adequar à realidade dos demais países do continente e garantir uma relativa autonomia das províncias em relação ao governo central. Devido a fortes influências em que esses homens buscavam referências como nos Estados Unidos e na França, sempre gloriados como exemplos a serem seguidos. Esses homens estavam dotados na construção de uma nova cultura política, que contrastava com a cultura política dominante monárquica (VISCARDI, 2011). Para isso, eles propunham a laicidade do ensino, a separação entre o Estado e a Igreja e a renovação do Senado.

O Manifesto Republicano foi idealizado pelos chamados evolucionistas, liderados principalmente por Quintino Bocaiúva. Esse grupo tinha uma concepção muito particular de República, queriam o fim da Monarquia, mas sem violência. Já o outro grupo de republicanos, os revolucionários. Liderados por Silva Jardim, acreditavam que somente a ação revolucionária era capaz de derrubar o Império. Esse grupo estava ligado a setores urbanos de profissionais liberais e intelectuais. O manifesto se caracterizava como um ensaio histórico que advogava a favor de uma república no Brasil em detrimento da Monarquia. Nele os republicanos denunciavam as condições deploráveis em que eles afirmavam viver o Brasil, devido a decadência moral e da administração defeituosa dos males econômicos do sistema monárquico. Acusavam a hereditariedade monárquica e a falta de soberania do povo. “Só poderíamos ser realmente americanos se seguissemos uma forma de governo adequada ao clima do continente” (BOEHRER, 2000: 224-225).

Viscardi destaca que foi a partir da década de 1870 que o país já se encontrava dividido entre as duas opções colocadas: monarquia x república. Formou-se uma geração que se comprometeu com o projeto republicano e por ele reuniu-se em ardorosa militância, que se manifestava através da imprensa, das conferências e dos comícios

(VISCARDI, 2013). Emilia Viotti da Costa observa que uma das tarefas mais difíceis do historiador é a crítica dos testemunhos concedidos pelos agentes históricos que efetivamente presenciaram determinado acontecimento. Ao utilizarmos periódicos como fontes, esse problema torna-se mais evidente, no sentido de que os jornais, na sua grande maioria veículos oficiais de informações partidárias, prezavam pela parcialidade e possuíam suas próprias interpretações dos fatos ocorridos.

Defendemos a importância da utilização da imprensa enquanto fonte de nossa análise, uma vez que todo movimento se articula por meio de uma imprensa. Nas localidades que se encontra a publicação de um jornal republicano, sabe-se que naquela região existe um movimento em prol da República. Nesse sentido, a importância da análise dos jornais amplia consideravelmente, principalmente pelo seu caráter de formadora de opinião. Nos periódicos é possível encontrar projetos políticos e visões de mundo representativos de diversos setores da sociedade. “A própria nação brasileira nasce e cresce com a imprensa, os impressos que circulam a mais de duzentos anos em solo brasileiro não são somente testemunhas, mas registram e veiculam nossa história fazem parte da formação do país” (MARTINS; LUCA, 2013:12).

Esses propagandistas utilizavam a imprensa para além de formadora de uma opinião favorável a República, mas também como uma divulgadora de uma nova cultura política. Esses homens que se encontravam a margem do poder imperial buscavam espaço político e encontraram na propaganda uma forma de disseminar suas ideias, para legitimar seus anseios políticos e embutir suas visões de mundo. Entendemos o jornal como expressão de interesses e portador de projetos, como expressão das motivações sociais desse grupo emergente que buscava espaço político.

Hanriot e Andrade discorrem sobre o papel da imprensa mineira do fim do século XIX que se caracteriza como fonte privilegiada de estudos, tanto pelo volume como pela variedade de temas. As autoras tratam a imprensa como fonte fundamental para a propaganda republicana na província de Minas Gerais, pois é nela que aparecem os principais debates em torno de questões que acirram os ânimos políticos e partidários nos últimos anos do Império. Hanriot e Andrade consideram o jornal um polo aglutinador importante da luta política, principalmente em uma época que havia o isolamento de municípios e dificuldade de comunicação, que tendia a ser superada por uma imprensa combativa (ANDRADE; HANRIOT, 1990).



Estudar a chegada e propagação do Movimento Republicano através dos jornais mineiros é levar em consideração o teor partidário e propagandistas de tais jornais. Observamos que mesmo antes da publicação do Manifesto na província de Rio de Janeiro, já havia publicações favoráveis a República e de desdém com a Monarquia. Por exemplo, no dia 03 de abril de 1870, no jornal *O Jequitinhonha* de Diamantina, temos uma reportagem na coluna “Paginas da historia do Brasil escripta nos anno de 2000”, que relata uma conversa entre dois homens, um descrito como S. M. (possível referência a sua majestade) e o atual presidente da República senhor Purgirá, que conversam na biblioteca pública de Penedo nos anos 2000. Podemos perceber a desvalorização da figura do Imperador, acusando-o de plágio, a conversa afirma que o nome de D. Pedro II nem seria lembrado no futuro. Nos jornais a República aparecia para resolver todos os males, em contrapartida, a monarquia se remetia ao atraso e deveria ser superada.

Esse fato, deve-se muito provavelmente a tradição liberal e republicana que a província carregava desde a Inconfidência Mineira. Como afirma Boehrer: “Durante o período de propaganda republicana, Minas Gerais era talvez a província mais importante do Brasil, e também a província de tradição republicana e liberal mais antiga e mais nitidamente definida (BOEHRER, 200:164)”. Devemos tomar cuidado em tal análise, para não cairmos no discurso dos propagandistas que tentavam incessantemente buscar um passado republicano, principalmente na inconfidência mineira. Procuravam passar em seu discurso que Minas Gerais sempre lutou a frente da liberdade. Minas era apresentada a seus leitores como a primeira opositora dos absurdos da monarquia e historicamente já estava à frente desse ideário de libertação. Não é por acaso que no jornal *Pátria Mineira* a notícia chegou sobre o título da “Independência do Estado de Minas Geraes”. “No discurso republicano, Minas era percebida como uma província que sempre lutara pela liberdade [...] tal leitura enaltecia a participação dos mineiros na Guerra dos Emboabas, nos eventos de 1833 e na Revolução de 1842 [...] conectando os propagandistas a uma tradição mineira (VISCARDI, 2011:160).

Entretanto, não devemos negar a importância da província que desde 1850, tornara-se uma majoritariamente cafeicultora. Devido a esse fato, reunia o maior número de escravos do Brasil, concentrados não só na atividade cafeicultora como também em uma dinâmica economia de mercado interno, responsável por abastecer de alimentos inúmeras outras províncias do Império. Viscardi afirma que Minas era um centro político

de incontestável importância, que fornecia quadros políticos destacados para o regime monárquico. Com um movimento republicano forte e coeso, com a publicação de 24 jornais e a existência de 51 clubes republicanos e de 60 partidos políticos, sediados nos 113 municípios existentes em 1889 (VISCARDI, 2011).

Oíliam José afirma que o Manifesto assinalou o começo de uma grande propaganda na província mineira, tanto pela adesão de alguns mineiros de influência tanto por corresponder a ideias de descontentamento com o rumo na monarquia estava dando a administração do Império (JOSÉ, 1960). Boehrer destaca que o Manifesto foi bem recebido na província com diversas assinaturas em todo território mineiro e uma intensiva propaganda que se espalhou rapidamente. Para o autor antes de 1870, havia em Minas apenas republicanos isolados, influenciados pela Revolução Francesa de 1789 e pelo modelo norte-americano (BOEHRER, 200). Assim, percebemos que logo que o Manifesto recebeu divulgação, começaram a surgir adesões públicas na província e o desejo da implementação de um novo sistema político.

Iremos assinalar em nossa breve síntese as adesões dos republicanos da província mineira e como a propaganda começou a ser vinculada pelos principais periódicos. Para isso, além das fontes presentes no site da Hemeroteca Nacional e no Arquivo Público Mineiro, utilizaremos sobre a bibliografia especializada no assunto, principalmente o trabalho de George C. A Boehrer (1929) e Oíliam José (1960). Por limites de laudas optamos por analisar a adesão de 4 jornais à causa republicana. Sendo eles: *O Jequitinhonha* (editado em Diamantina), *O Colombo* (editado em Campanha), *A Gazeta Sul Mineira* (editado em São Gonçalo do Sapucaí), e *O Movimento* (editado em Ouro Preto). Acreditamos realizar um apanhado geral de como estava sendo vinculado a ideia republicana e a propaganda na província mineira.

Antes do referido Manifesto, o jornal "O Jequitinhonha", de Diamantina, dirigido por Joaquim Felício dos Santos, já vinha publicando manifestações em crônicas e artigos de caráter republicano. o jornal "O Jequitinhonha", foi um semanário que durou treze anos (1860- 1873), mas só aderiu ao republicanismo em 1871, passando a ser dirigido pelo propagandista da região, Joaquim Felício dos Santos. No entanto, dois anos antes havia aderido à causa abolicionista. Como já destacamos foi um dos primeiros órgãos da imprensa a dedicar em suas paginas um espaço reservado a adesão do Manifesto do Rio de Janeiro, como destacava:

Os amigos que compõem a redacção do Jequitinhonha resolverão aderir explicitamente ao programa do Club republicano, recentemente creado no Rio de Janeiro, como já noticiamos.

Pelo que o Jequitinhonha órgão do partido republicano mineiro.

Assim proclamando-se, não altera o nosso periódico a sua fé política. Porquanto implícita esta a idéa republicana na doutrina até aqui definida pela redacção.

Há apenas mais franqueza.

Também por isso a parte principal da redacção resolveu apresenta-se assumindo a responsabilidade que lhe cabe perante ao público.

Entende o proprietário do Jequitinhonha que n'essa reforma há melhoramento incontestável, portanto espera que o seu periódico continue a merecer dos verdadeiros democratas o mesmo acolhimento, que ate aqui lhe tem sido generosamente concedido.

Apella resolutos para o concurso de todos s republicanos, sem o qual não se poderá manter o único órgão de publicidade do Norte de Minas.

Herculano C. de Magalhães Castro<sup>2</sup>

As publicações no jornal continuaram seguindo as justificativas do jornal a adesão ao republicanismo e o apelo a perigo que a nação corria devido ao regime monárquico. Utilizavam como exemplos outros países a serem seguidos. Enfrentavam a centralização e ressaltavam o bem do federalismo, ressaltavam que era necessário combater o sistema monárquico para garantir o futuro na nação com a república. Também percebemos no jornal o clamor popular e a adesão a causa republicana, além de justificar suas atitudes esses propagandistas tinha o objetivo de convencer seus leitores e criar um clima favorável as ideias republicanas. Já em suas últimas edições em 1873, não encontramos sessões voltadas para a difusão direta da República, mas há críticas a monarquia. Uma das colunas dedicada ao Instituto Histórico Geógrafo Brasileiro, crítica a instituição como detentora de uma “história” imparcial voltado para o interesse de um monarca que aos treze anos já havia sido considerado capaz de proteger aos interesses da instituição<sup>3</sup>.

As adesões ao manifesto iniciaram ainda em dezembro de 1870, com a criação de clubes republicanos de Diamantina, Campanha e Juiz de Fora Depois do manifesto foi no Sul de Minas que vieram as mais expressivas adesões ao Manifesto Republicano. O primeiro foi de Camanducaia, onde nove anos depois Bueno Brandão ia ser Juiz Direito. Em 1871 vinte e nove republicanos de Juiz de Fora hipotecaram apoio ao manifesto; São Vicente de Minas enviou documento com vinte assinaturas. Os jornais liberais

<sup>2</sup> O Jequitinhonha, Diamantina, ano X, ed. 62, 01 jan. 1871.

<sup>3</sup> O Jequitinhonha, Diamantina, ano XII, ed. 179, 06 abri. 1873.

começaram a formular adesões à Campanha republicana, a exemplo de "O Farol" de Juiz de Fora, sob a direção de Tomas Cameron, seguido pelo jornal "O Liberal Campanhense", da cidade de Campanha.

“O Colombo”, fundado em 1873, foi o primeiro jornal republicano de Minas Gerais, publicado três anos após o lançamento do Manifesto de 1870. Editado na cidade de Campanha, apareceu esporadicamente de 1873 até 1879 e mais regularmente de 1879 até 1885, quando encerrou suas atividades devido a problemas financeiros.<sup>4</sup> Seu principal redator foi o republicano e abolicionista Lúcio M. Furtado de Mendonça, que trabalhou anteriormente na redação do jornal A República, do Rio e depois, em São Paulo onde estudou direito foi colaborador do periódico republicano estudantil. Conhecido pelas suas ideias mais radicais, excluía qualquer associação com os partidos monarquistas e atacava com frequência aos ex-republicanos que haviam abandonado o partido e tornaram-se chefes dos partidos monarquistas. “Lucio de Mendonça representava o novo tipo de republicano: doutrinário, intransigente, inflexível. Recusava sacrificar a doutrina ao prestígio e poder político, quer para si, quer para o Partido”. (BOEHRER, 2000:135).

Já em sua primeira edição deixava claro sua vinculação política e ideológica:

Vem constituir no sul de Minas um centro, em roda do qual virá naturalmente grupar-se todo o partido republicano sul-mineiro que avulta já em número e em importância.

Seu programa político filia-se ao do grande partido nacional do futuro, representado pelo legítimo órgão central – A República- que na corte se publica sob a redação principal do exímio cidadão patriota Francisco Cunha<sup>5</sup>.

Em outro momento argumenta:

O velho império brasileiro, velho de penas cinquenta anos- mas já quase caduco, agonisa.

Feito e refeito por dois imperadores, Pedro (nome funesto!) ambos e acharam perfeito e contemplaram-se orgulhosos na sua imagem e semelhança.

[...]

<sup>4</sup> VEIGA, José Pedro X. da. (dir.) A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897). Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto: Ano 3, 1898, p. 207.

<sup>5</sup> Colombo, Campanha, ano I, ed. 1, 01 jan. 1873.

Veio uma primeira revolução e a um aceno do seu braço onnipotente desmoronou-se o primeiro artefato de insensatez: ahi vem vindo agora uma segunda revolução e vai à um aceno della desmoronar-se também o segundo:  
Ambos iguais no brilho, ambos na queda.<sup>6</sup>

Oiliam José destaca que o Colombo foi o jornal mineiro republicano mais intransigente e combativo. Por esse motivo em 1885 a propaganda republicana provincial sofreu um grande abalo, quando Lucio de Mendonça já atingido com problemas financeiros e decepcionado com as opções surgidas, muda-se novamente para a província do Rio de Janeiro. O choque com a perda do jornal o Colombo não foi reparado nem mesmo com o surgimento no mesmo ano de três outros jornais: A Gazeta Sul Mineira (editado em São Gonzalo do Sapucaí), O Correio de Machado (editado em Machado) e O Povo (editado em Campo Limpo).

A periódico “A Gazeta Sul-Mineira” foi fundado em São Gonçalo do Sapucaí, também ao sul de Minas. Folha abolicionista e republicana de propriedade de Francisco Bressane que era fazendeiro e teve papel considerável ascensão política com a queda do Império e tentou constantemente assumir posição de liderança diante dos seus leitores proprietários. O escritório sede da Gazeta Sul-Mineira estava localizado em São Gonçalo do Sapucaí, importante centro republicano da região. A circulação da folha perdurou de 30 de agosto de 1885 a 06 de junho de 1894 (CASTILHO, 2011). O periódico fazia oposição a quase todas as políticas do Império e afirmava que a constante troca no poder entre liberais e conservadores era estratégia do Imperador para manter o trono livre de críticas. Considerava-se um órgão moderno e avesso tanto aos liberais como aos conservadores, tidos como antiquados.

Em sua página inicial destacava o lema que transcenderia as publicações do periódico: “Não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara<sup>7</sup>”. No caso mineiro a Gazeta assinalava que seu principal compromisso deveria ser com uma abolição imediata. Em suas publicações observamos um forte ataque as instituições monárquicas, em um de seus escritos declara que o modelo que os monarquistas tentavam implantar no Brasil era o feudalismo e este nunca iria governar em terras tão prósperas como a americana. Os ataques continuam até mesmo com a

---

<sup>6</sup> Ibidem, p.2

<sup>7</sup> A Gazeta Sul Mineira, São Gonçalo do Sapucaí, ano III, edição 16. 16 maio 1886.

Proclamação da República, o jornal admite que ainda não é uma soberania do povo completa já que os militares tomaram o poder, mas eles continuaram lutando para que essa fase transitória passe rápido e os objetivos republicanos seja de fato concretizados: “A Gazeta Sul Mineira é um órgão de combate. Vem lutar pelo povo, pelo progresso das indústrias, consequência do regime inaugurado em 15 de novembro [...] desejamos a decretação da Constituição como meio de apressar o regime legal.”<sup>8</sup>

O último jornal, intitulado “O Movimento”, teve a sua primeira edição em janeiro de 1889 em Ouro Preto, era um órgão do recém-fundado PRM e manteve-se até 1892. Dirigido por João Pinheiro da Silva, filho de Giuseppe Pignataro e Carolina Augusta de Moraes, nasceu no Serro (MG) no dia 16 de dezembro de 1860 e faleceu na cidade de Belo Horizonte (MG) em 25 de outubro de 1908. Diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887. Paralelamente aos estudos, dedicou-se a Outras atividades, como o Jornalismo, o Magistério e a Política. João Pinheiro mudou-se para Ouro Preto, local onde estabeleceu um escritório de advocacia. Na cidade, foi um dos organizadores do Clube Republicano e, em julho de 1888, liderou a organização do primeiro Partido Republicano Mineiro, passando para a direção do jornal. Retornou a vida política em 1889, quando assumiu a presidência da câmara municipal de Caeté e exerceu também a função de Agente Executivo nesta cidade. Dedicou-se a carreira política em Minas Gerais durante todo o período da Primeira República. Empenhou-se, também, na solução das questões políticas, sociais e educacionais do Estado. Deu início à Reforma do Ensino Primário e Técnico-Profissional, criou a Escola Normal de Belo Horizonte e fundou o Instituto histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Enquanto esteve na frente da direção do jornal O Movimento, alcançou o reconhecimento de um dos principais instrumentos de agregação dos republicanos. O jornal tornou-se se o periódico de maior tiragem na província, 5000 cópias, conforme foi divulgado em sua décima quarta edição em 21 de abril de 1889. (VISCARDI, 2011). Viscardi destaca que o jornal em questão, funcionava bem como um instrumento de agregação dos republicanos mineiros e expressava “o conjunto de uma cultura política republicana compartilhada entre os propagandistas brasileiros, na medida em que recebia a contribuição de articulistas de todo o País, envolvidos com a propaganda do novo regime” (VISCARDI, 2011:152).

---

<sup>8</sup> A Gazeta Sul Mineira, São Gonçalo do Sapucaí, ano I, edição 1. 17 jul. 1890.

“O Movimento” é importante em nossa análise, pois ele era o órgão oficial do Partido Republicano Mineiro, impresso na capital da província, circulava por várias localidades, inclusive no interior. Como salienta o jornal:

É a voz de um novo partido a que se eleva hoje na capital mineira para falar a província.

Há bem pouco ainda uma utopia hontem uma esperança apenas, é agora a sua organização um facto e sua força uma realidade, já experimentada em mais de uma victoria, para ser a legião de amanhã.

O nosso jornal se dedica principalmente ao serviço desse partido – à divulgação de seus princípios, à propaganda de suas ideias, à determinação de seus legítimos fins, à demonstração de sua superioridade theorica e oportunidade pratica, e finalmente à publicação de seus atos oficiais, como partido organizado que é, em nossa província.

Desnecessário se torna fazermos um programa político minudente: e basta dizer que o ponto capital pelo qual lutamos é – o estabelecimento da República Brasileira, de modo que na federação das províncias se mantenha a unidade da pátria<sup>9</sup>.

Percebemos que o periódico foi fundado às vésperas da instituição da República, tal como o partido político de cujas ideias era a expressão. Seu objetivo era intensificar a propaganda em prol do movimento. No ano da proclamação já havia, segundo Boehrer, 51 clubes republicanos estabelecidos através de toda a província. A imprensa republicana havia se multiplicado com o aparecimento de novos jornais nos últimos anos, entre eles: A Irradiação (editado em Leopoldina, um jornal monarquista que se tornou republicano próximo a Proclamação), A Propaganda (editado em Caxambu), A Transformação (editado em Carambola), A Revolução (editado em Campanha), entre outros. Em levantamento realizado em diversas fontes, primárias e secundárias, ao longo de todo o período (1870-1889), encontramos em Minas Gerais a existência de 35 jornais. O número é provisório, uma vez que o levantamento realizado não esgotou o conjunto de eventuais fontes documentais disponíveis e a pesquisa em questão encontra-se em seu início. Dos periódicos que encontramos em nossa pesquisa, a análise da distribuição regional resultou no quadro a seguir:

---

<sup>9</sup> O Movimento, Ouro Preto, ano I, ed. 1, 23 Jan. 1889.

Região	Centro	Mata	Sul	Norte	Vertentes	Triângulo
<b>Jornais</b>	O Tiradentes, O Contemporâneo, O Rebate, O Itacolomi, O Estado de Minas Gerais, O Movimento O Apóstolo, O Contemporâneo, Centro de Minas, O Povo, A Província de Minas.	A Irradiação, A Ideia Nova, Regeneração, A Propaganda, Diário de Minas, O Pharol, O Povo, Transformação.	O Colombo, A Conjuração, A Revolução, O Liberal Campanhense, A Propaganda, O Lavrense, A Gazeta Sul Mineira, O Correio do Machado	O Tambor, A Propaganda, O Estudante, A Ideia Nova, Jequitinhonha.	A Pátria Mineira, O Mineiro.	O Povo

Decidimos incluir em nosso levantamento os jornais que tiveram sua publicação entre os anos de 1871 e 1889. A justificativa de nossa escolha, parte da publicação do dia 1 de janeiro 1871, cujo proprietário Herculano C. Magalhães Castro, declarou o apoio nas páginas do jornal “O Jequitinhonha” ao Manifesto de 1870, ocasionando posteriormente uma intensa propaganda republicana em favor do regime. Nosso marco final foi até o dia 21 de novembro de 1889, onde o jornal *A Pátria Mineira* de São João del-Rei anunciava a independência de Minas Gerais e comemorava o fim do Império brasileiro.

Oiliam José destaca que a fundação desses periódicos evidencia a seriedade com que os mineiros encaravam, de modo geral, o papel da imprensa e reconheciam seu poder sobre a população. Para ele, os mineiros republicanos souberam explorar a seu favor a força desses jornais atraindo a curiosidade dos eleitores. Viscardi afirma que havia uma intensa propaganda na província mineira que se manifesta através de inúmeros jornais e clubes republicanos espalhados entre as suas mais dinâmicas regiões. Antonio de Paiva e Moura ressalta a conjuntura política através da imprensa, com destaque a propaganda republicana e a formação do partido republicano mineiro, assim como, suas postulações, vinculações, divulgações e repercussão de ideias.

Percebemos através desses trabalhos que o potencial de estudo nessas fontes ainda pouco visitadas pela historiografia é grande. Nosso trabalho busca se inserir em uma perspectiva de uma reavaliação dessas fontes e emprenhar na pesquisa que possa nos revelar novos caminhos e apontamentos teórico metodológicos. Entender, refletir e



discutir as publicações presentes nesses jornais, é atenda-se para a visão de mundo que esses propagandistas possuíam e queriam implementar.

### **Considerações Finais:**

Ao longo deste artigo, procurou-se analisar de que forma os propagandistas mineiros vinculavam suas notícias através da imprensa no momento imediatamente posterior à publicação do Manifesto Republicano em 3 de dezembro de 1870 na Província do Rio de Janeiro. Neste artigo procuramos desenvolver uma análise do ambiente político e ressaltar através de alguns periódicos ligados à causa republicana. Sendo eles: O Jequitinhonha, O Colombo, A Gazeta Sul Mineira e O Movimento. Como esses republicanos encararam a notícia de um movimento em prol da República e da articulação posterior de organização de uma imprensa voltada a divulgar e ideia republicana e criar um sentimento favorável e república na província mineira. Esses republicanos foram aos poucos edificando um clima favorável ao novo regime político que queriam implantar, um regime que se apresentava como uma alternativa ao velho sistema monárquico e ao desgosto que esse trazia a esses homens que encontram-se fora do poder político e não encontravam espaço de atuação política.

Observamos que de uma forma geral os propagandistas procuravam em um primeiro momento descaracterizar tudo que estavam relacionados a monarquia e a figura de D. Pedro II. Tinham uma visão muito negativa da monarquia e de todas suas instituições que não permitiam uma soberania completa do povo. Buscavam estabelecer uma tradição republicana, como se Minas sempre tivesse uma característica liberal e nunca tivesse aceitado a monarquia com bons olhos. Em seus escritos percebemos a forte influencia de outras doutrinas e culturas políticas como o positivismo, o liberalismo doutrinário e o evolucionismo social. Outra característica que percebemos é a forte influência estrangeira nos discursos dos propagandistas mineiros que procuravam sempre estabelecer uma ligação com os Estados Unidos e a França, gloriados como exemplos a serem seguidos. Por fim, podemos destacar que a notícia do Manifesto foi bem recebida e aderida de forma rápida por vários republicanos na província. Alguns jornais utilizavam de forma mais energética para tentar convencer a população, outros eram mais moderados. Mas, de forma geral as críticas as instituições monárquicas eram severas. Alguns propagandistas defendiam a abolição de forma clara, outros não tocaram no assunto, muito pela falta de consenso em relação a mesma. Fato é, que com o Manifesto,

e a possibilidade da implementação da República, a Imprensa Mineira republicana cresceu em número e em tamanho. Seu estudo ainda pode nos revelar muito da estratégia desses propagandistas, suas visões de mundo e o que eles almejavam do novo sistema política que queriam implementar.

### ***Bibliografia***

#### **Fontes de Periódicos:**

**A Pátria Mineira.** São João Del-Rei. (SIA-APM)

**A Revolução.** Campanha. (SIA-APM)

**O Estado de Minas.** Ouro Preto. (SIA-APM)

**O Jequitinhonha.** Diamantina. (SIA-APM)

**O Movimento.** Ouro Preto. (SIA-APM)

**O Colombo.** Campanha. (SIA- APM)

**A Gazeta Sul Mineira.** São Gonçalo do Sapucaí. (SIA- APM)

#### **Fontes impressas:**

VEIGA, José Pedro X. da. (dir.) *A Imprensa em Minas Gerais (1807-1897)*. Revista do Arquivo Público Mineiro, Ouro Preto: Ano 3, 1898, p. 207.

#### **Referências bibliográficas:**

ALONSO, Ângela. *Idéias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Marize G. de e HANRIOT, Renata da Veiga. Notas sobre a Imprensa Mineira. In: *O Debate e a Propaganda Republicana na Imprensa Mineira (1869-1889)*. Revista do Arquivo Público Mineiro. Edição comemorativa: inconfidência e Republica. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, ano 38, 1990, p. 140.

BOEHRER, George C. A. *Da Monarquia a República: História do Partido Republicano do Brasil*. Tradução Berenice Xavier. Belo Horizonte: Itatiaia, vol. 164. 2000.

CAMISASCA, Marina; VENÂNCIO, Renato. Jornais mineiros do século XIX: um projeto de digitalização. *Revista Eletrônica Cadernos de História*. Ano II, n. 1. março de

2007. p. 1. Disponível em: <  
<http://www.ichs2.ufop.br/cadernosdehistoria/ojs/index.php/cadernosdehistoria/article/view/37>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que nunca foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

CASTILHO, Fábio Francisco de Almeida. Américo Werneck: o haussman de águas virtuosas. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650112\\_ARQUIVO\\_TextoAmericowerneck.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300650112_ARQUIVO_TextoAmericowerneck.pdf) >; Acesso em: 15 out.2018.

CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

CAPELATO, Maria Helena R. *Imprensa e história no Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

GOMES, Ângela de Castro. *História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões*. In: Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história/organizadoras Rachel Soihet, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa. Rio de Janeiro: Mauad, 2005, p. 23.

NEVES, Margarida de Souza. *Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX*. IN: O Brasil Republicano –O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República a Revolução de 1930/organização: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. –3º edição –Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

VISCARDI, Cláudia M. R. *Federalismo e cidadania na imprensa republicana (1870-1889)*. Tempo, [ S.I], n. 18, v. 32, p. 137-161, 2011. p. 160. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/tem/v18n32/v18n32a07.pdf>>. Acesso em: 25 out de 2018.

\_\_\_\_\_. A Imprensa Republicana no Brasil Visoes do Passado e Expectativas de Futuro 1870-1889. *Conference: XVI FIEALC*, At Antalya – Turkey. October 2013. Disponível em: <  
[https://www.researchgate.net/publication/283716021\\_A\\_Imprensa\\_Republicana\\_no\\_Br](https://www.researchgate.net/publication/283716021_A_Imprensa_Republicana_no_Br)

asil\_Visoos\_do\_Passado\_e\_Expectativas\_de\_Futuro\_1870-1889. Acesso em: 25 out de 2018.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013. p.12.

\_\_\_\_\_. O movimento republicano: formas de estruturação e valores políticos. In: RESENDE, Maria Efigênia Lafe. *Historia de Minas Gerais: A província de Minas 2*. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

## **O TRABALHISMO VARGUISTA ENTRE AS TRINCHEIRAS DA OPOSIÇÃO (1943-1945).**

Juliana Martins Alves\*\*

**Resumo:** Ancorando-se na temática da história política e das instituições, em suas relações com a cultura política e a imprensa, esta exposição objetiva refletir sobre o processo de oposição ao governo Vargas, com enfoque sobre as relações entre Estado e trabalhadores no período 1943-1945. Ela se concentra sobre os aspectos específicos da política social e sindical, definidos pelo trabalhismo, e a forma como estarão situados na conjuntura de crise política nos anos finais do Estado Novo. Tendo por objeto primordial da análise o discurso antigovernamental, situa a imprensa como *locus estratégico* para o desenvolvimento dessa oposição que levaria ao fim o primeiro governo Vargas.

**Palavras-chave:** Trabalhismo, Estado Novo, Imprensa, oposição.

## **LE TRAVAILLISME VARGUISTA ENTRE LES TRANCHÉES DE L'OPPOSITION (1943-1945).**

**Résumé:** En jetant l'ancre dans la thématique de l'histoire politique et des institutions, dans ses relations avec la culture politique et la presse, cette exposition a pour objectif la réflexion sur le processus de l'opposition au gouvernement de Vargas, en soulignant les relations entre l'Etat et les travailleurs de la période 1943-1945. Elle est concentrée sur les aspects spécifiques de la politique sociale et syndicale, définis par le travaillisme et la forme comment ils seront situés dans la conjoncture de crise politique dans les années finales de l'Etat Nouveau. Ayant pour objet primordial de l'analyse le discours antigouvernemental, la presse situe comme *locus strategico* pour le développement de cette opposition qui mènerait le premier gouvernement Vargas à sa fin.

**MOTS-CLÉS:** LE TRAVAILLISME, L'ETAT NOUVEAU, LA PRESSE, L'OPPOSITION

---

\*\* Doutora pelo Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). julimatin@alumni.usp.br

## INTRODUÇÃO

Este texto é uma releitura das ideias e fontes de minha dissertação de mestrado, defendida na Universidade de São Paulo (USP). Passados vários anos, o tema da oposição ao trabalhismo – envolvendo conceitos que, em sua historicidade, desde os anos finais do Estado Novo nortearam projetos, ideários, práticas sociais, político-institucionais de diferentes sujeitos históricos – parece bastante atual. Principalmente em uma época em que a voga ultra neoliberal apregoa a necessidade do desmonte de direitos sociais (não “outorgados”, concedidos por Vargas, mas, sim, historicamente conquistados pelas lutas dos trabalhadores desde princípios da República), o fim da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas, de 1943), em nome da suposta “modernização” do Estado e a desregulamentação das relações econômicas e de trabalho – legado direto da tradição varguista, seja do ponto de vista econômico ou político.

Jornais e publicações de associações de classe do eixo Rio de Janeiro e São Paulo constituíram a base fundamental da pesquisa, sendo selecionados por sua maior representatividade entre seguimentos populares e intra-elites. Essa escolha deveu-se à hipótese de que: com o arrefecimento da censura, a partir de 1943, a imprensa converteu-se em um *locus* estratégico, isto é, espaço da intermediação e articulação de interesses e forças sociais que por ela e através dela (imprensa) são expressos, como também redimensionados. Daí a importância da imprensa também como fonte documental, sobretudo, quando se tratou de investigar as posições de alinhamento ou confronto face à política social e sindical do Estado, definida pelo trabalhismo, nos anos finais do governo estado-novista, que culminou com o golpe de outubro de 1945.

Nos últimos anos, diversos autores assinalaram o reconhecimento cada vez maior da imprensa e seu lugar de destaque nos estudos históricos, comprometida com o sistema e jogos políticos e com os demais atores sociais, enquanto “porta-voz” de partidos políticos, de organizações e de interesses presentes na sociedade. Segundo Marcos Morel: “A renovação das abordagens políticas e culturais redimensionou a importância da imprensa, que passou a ser considerada como fonte documental” (na medida em que enuncia discursos, expressões de protagonistas e atores sociais) e também como “agente histórico, que intervém e interage com os processos sociais e influi nos acontecimentos”. (MOREL, 2005: 2; ABREU e LATMAN-WELTMAN, 2006).

Por seu turno, o processo de oposição à política estatal que culminou no golpe de 1945 e na deposição de Getúlio Vargas em outubro daquele ano – exatamente em uma época em que a luta pela distribuição de benefícios econômicos e sociais se associava às disputas em torno da democracia e do que esta representava para os diferentes grupos – foi, tradicionalmente, explicado pelas teorias sobre o populismo e pela contradição “fascismo/democracia”, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e a vitória das potências democráticas na Europa, incidindo no país na questão do “poder pessoal de Getúlio Vargas”. (WEFFORT, 1979: 15).

A “personalização” e a “relativa autonomia do poder”, “encarnado” pelo presidente – com a liberdade de inclinar-se ora sobre o moralismo burguês, ora sobre o moralismo popular – em um contexto de “crise de hegemonia” (“incapacidade” das elites em conferir legitimidade ao Estado); e os perigos de uma “quinada à esquerda”, representados pela “política de massas” (a exemplo da suposta adesão do governo ao MUT, Movimento Unificador dos Trabalhadores, da campanha queremista, o “queremos Getúlio”, etc) traçaram um modelo explicativo da crise de 1945, aplicado a conjunturas históricas diversas. (WEFFORT, 1978; DULCI, 1986; BOITO, 1982).

A teoria de “radicalização” da política estatal voltada para as classes populares (que não encontra base real nas medidas, nem na orientação governamental) justificou a “aversão das elites em geral” e o paradeiro posto ao populismo, com as intervenções militares de 1945, 1954, cujos desdobramentos alcançariam, inclusive, o golpe militar de 1964 – estando João Goulart (considerado herdeiro do “populismo” varguista) na presidência da República.

Tomando por empréstimo a proposição de Francisco Carlos Palomanes Martinho, parafraseando Castoriades: seja interpretado como “manipulação”, “demagogia”, controle/ameaça de descontrole das massas trabalhadoras pelo Estado; “latente ameaça” à ordem e à hierarquia do poder econômico (que, a rigor, representaria) o populismo converteu-se em “uma instituição imaginária da sociedade brasileira” (MARTINHO, 1996: 30).

Nesse ponto, entendo que utilizar o populismo (seja como instrumental teórico-metodológico ou categoria política de inspiração em Getúlio Vargas) como fator explicativo da crise e do processo oposição à política estatal, é dizer muito pouco. A meu ver, situar genericamente a oposição em torno do caráter populista do Estado e da “ameaça” representada pelo getulismo – sem considerar os elementos concretos e

específicos da política varguista, as forças sociais atuantes na conjuntura de crise ao fim do Estado Novo e as raízes de seus conflitos e divergências dirigidas à política estatal – incorremos na tentação de acreditar que o tema da oposição ao governo Vargas é autojustificável por si mesmo. E nessa direção, incorremos no risco de simplificar os vários aspectos da política estatal de reconhecimento das classes trabalhadoras e o próprio processo de oposição, que culminaria no golpe civil-militar de 1945.

Nesse sentido, a leitura das fontes revela bem mais. A partir de 1943, com o fim da censura, “é através da imprensa” – afirma Maria Celina D’araújo – que as “insatisfações e divergências dos grupos dominantes ganham ressonância, transformando os jornais da época em núcleos poderosos da resistência ao governo”. (D’ARAÚJO, 1992).

### **CRISE E POLÍTICA TRABALHISTA. COM A PALAVRA, AS “OPOSIÇÕES COLIGADAS”.**

Teria o nosso apoio o governo, se procurasse harmonizar as classes sociais em vez de jogar uma contra as outras... não teremos outro remédio senão o de nos manter na trincheira oposicionista, para a qual o próprio governo nos empurrou.

(*O Estado de S. Paulo*, 04 de janeiro de 1945).

A paixão política deve deixar em paz a legislação social brasileira. Ela dignificou o trabalho humano e reconheceu os direitos do operariado nacional.

(Discurso do Ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, na Rádio Mauá. *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945).

Nos anos finais do Estado Novo, dois projetos estavam em disputa: o liberalismo excludente das “oposições coligadas” (como se autodenominavam), recalcitrante aos direitos sociais e avesso à participação dos trabalhadores no processo político; e o trabalhismo, enquanto projeto político estatal, construído no período estado-novista e a sua outra face – o corporativismo – aos quais seriam reincorporados os direitos políticos na democratização de 1945.



Face à reordenação política interna do regime, Virgílio de Mello Franco, um dos próceres da oposição, assinala que naquele momento: Vargas “surpreenderia o país com a mesma manobra de 1937, porém pelo avesso: no sentido da democracia”. (MELLO FRANCO, 1946: 12-13).<sup>1</sup> Todavia, apesar da importância da guerra e das pressões diplomáticas exteriores no processo de democratização,<sup>2</sup> desde 1942 quando da entrada do país no conflito mundial, o *Boletim do Ministério do Trabalho* afirmava que o liberalismo dos Estados Unidos “conflitava com a práxis corporativista e sindical” da política trabalhista brasileira.<sup>3</sup>

Nesse ponto, cabe aqui uma definição. Além de uma proposta política – que expressou uma dada concepção de Estado corporativo, um corpo de ideias relativas à ordenação e organização do mundo capital/trabalho e das relações de produção, subordinados aos ideais de progresso e desenvolvimento econômico – o trabalhismo foi, a meu ver, um amálgama de normas e princípios articulados, que se traduziu em um conjunto empiricamente identificável de estruturas (institucionais) e práticas (governamentais). Todos, histórica e socialmente referentes. Inscrita na estrutura material (corporativa) do Estado brasileiro após 1930, permanentemente associada ao arcabouço jurídico-estatal, aos marcos institucionais que lhe deram sustentação e aos mecanismos incumbidos de sua *operacionalização* – é da progressiva institucionalização que a proposta trabalhista extrai o seu elemento principal, atualizando-se, inclusive, no segundo governo Vargas. (ALVES, 2010; 2018).

---

<sup>1</sup> - Em fevereiro de 1945, a imprensa noticia “A congratulação de Roosevelt” ao presidente Vargas em face da “restauração liberal no Brasil” e da notícia chegada aos Estados Unidos de que aqui “se fariam ouvir as urnas”. Apesar disso, considera o jornal *Correio da Manhã* que não obstante o contentamento do governo norte-americano, “expressão lídima da democracia”, o Brasil permanece “todavia divorciado dos Estados Unidos”, por se distanciar do seu modelo liberal e pela “forma como aqui se conduzem os negócios públicos”. “A América”, afirma o jornal, “é a democracia; é o governo do povo, que tem e cultiva a religião do voto”. Daí considerar que Vargas, “com sua arguta inteligência nunca desmentida através de quatorze anos de prática do poder”, deveria compreender o verdadeiro sentido da saudação do presidente Roosevelt: o de não estarmos “integralmente com os nossos aliados norte-americanos, por não praticarmos, como eles, a verdadeira e única democracia, que é a da representação do voto”. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 27/02/1945.

<sup>2</sup> - Em fevereiro de 1945, Vargas recebeu o secretário de Estado norte-americano Edward Stettinius para tratar de assuntos como a necessidade de restabelecer a liberdade de imprensa e o lugar que o Brasil teria na Conferência de São Francisco, como um dos países fundadores da ONU. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 27/02/1945. Neste mesmo dia, o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) comunica à imprensa que doravante estava “permitida a livre crítica”; divulgando-se também que Marcondes Filho (acumulando os ministérios do Trabalho e da Justiça) fora encarregado de elaborar uma exposição de motivos para a regulamentação das eleições, através de um ato complementar à Constituição de 1937.

<sup>3</sup> - *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, julho de 1942; maio de 1943.

No contexto da chamada “democratização pelo alto” ou controlada, conforme expressão cunhada por Gabriel Cohn (1968), em que era promulgada a CLT (1943) e a sorte do Estado Novo parecia vinculada aos resultados da Segunda Guerra, a orientação governamental far-se-ia em torno de dois objetivos centrais. Primeiro, demonstrar, na prática, os resultados da “democracia substantiva” (econômica, corporativa, social e sindical), a “cidadania corporativista” obtida pelos trabalhadores a partir de 1930, comprovados empiricamente.<sup>4</sup> Segundo, a reafirmação dos marcos do edifício jurídico-institucional construído e, sobretudo, da estrutura sindical-corporativa de organização da classe trabalhadora. Estrutura que não obstante conformar-se à criação de um partido político (o PTB, e até lhe servir de base) permaneceria definida como forma “legítima” de participação.<sup>5</sup> O que significou tanto a canalização dos esforços investidos pelo Estado na organização corporativa dos trabalhadores, como a garantia dos direitos sociais por eles adquiridos. Esse elemento estará no cerne da Campanha Queremista (o “Queremos Getúlio”) em 1945.

Daí a compatibilidade entre o corporativismo estatal e as outras formas de representação político-partidárias após a instituição da Lei Eleitoral de 28 de maio de 1945, que restabelece os partidos políticos.<sup>6</sup> Nas palavras do ministro Alexandre Marcondes Filho – articulador político chave do projeto trabalhista – “O MUNDO DO APÓS-GUERRA PERTENCE AO HOMEM DO TRABALHO” [sic], de acordo com a “inspirada diretriz que a política trabalhista” vinha traçando para o após-Guerra.<sup>7</sup>

A esse respeito, afirmava o jornal *Diário Carioca*: “há sete anos o povo brasileiro” aprendeu “o que é ‘democracia econômica’, ‘orgânica’, ‘sindical’, ‘corporativa’, ou qualquer outro adjetivo destinado a mascarar uma ditadura”. Daí considerar a “democracia social”, tão preconizada pelo governo, como própria de um regime que suprime “as garantias dos cidadãos, a pretexto de satisfazer-lhes as necessidades

---

<sup>4</sup> - Sobre o “Panorama Trabalhista” traçado para o após Guerra e a “ação pedagógica” do Titular da Pasta do Trabalho, Marcondes Filho – constituída de mais de 200 palestras pronunciadas de janeiro de 1942 a outubro de 1945, tendo em vista o lançamento de um livro – consultar GOMES, 1988: 327-328; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 10/11/1944 e “O Brasil começa honrosamente a Nova Época que se abre diante de nós”. Discurso de Marcondes Filho na “Hora do Brasil”. Reproduzido por *O Radical*. Rio de Janeiro, 11/05/1945, p. 1.

<sup>5</sup> - Nesse ponto, embora Vargas não negasse, evidentemente, a participação dos trabalhadores no PTB, chegando a conclamá-los em várias ocasiões, o sindicato permanece definido como a primeira instância organizacional para expressão das demandas dos trabalhadores.

<sup>6</sup> - Acerca das vinculações entre o sistema político-partidário, construído em 1945, e o Estado Novo o trabalho pioneiro de Maria do Carmo Campello de Souza permanece referência obrigatória. (SOUZA, 1983).

<sup>7</sup> - *O Radical*. Rio de Janeiro, 04/07/1945, p. 1, 2.

materiais”. A isto, acrescentava o *Correio da Manhã*, que ao “dar o Golpe de 1937, um dos propósitos do Sr. Getúlio Vargas” foi reduzir as classes trabalhadoras – que ele sempre considerou “incômodas, pretensiosas e exigentes” – ao “cativeiro ideológico” da política estatal. Por isso, Vargas “estabeleceu logo a subordinação integral dos sindicatos ao Ministério do Trabalho” para que o operário “fosse reduzido à simples categoria de escravo. Foi à escravidão a que [o governo]” tentou reduzir os trabalhadores, além de transformar os “sindicatos em agências do Ministério do Trabalho”. De onde conclui: “O que o operariado conseguiu foi no tempo em que havia, entre nós, um pouco de democracia”.<sup>8</sup>

Por seu turno, dando ampla divulgação aos movimentos dos trabalhadores distinguia *O Radical*, diário de tendência getulista, o que significava a “democracia das oposições” e a “democracia do governo”, esta última assentada na “justiça social” e nos direitos coletivos do trabalho: “Democracia – o nome está ensinando – é o regime do povo”. No Brasil, outro “conceito não queremos conhecer da democracia. Quem seria capaz de injuriar a democracia, chamando de democrata aquela granfinagem [*societas sceleris*] da tribuna social Jóquei Clube?”.<sup>9</sup>

A democracia aqui definida baseava-se na própria política estatal de reconhecimento das classes trabalhadoras e na garantia dos direitos por elas conquistados. Essa questão estaria entre os pontos centrais do discurso antigovernamental nos anos finais do Estado Novo.

Na tentativa de descaracterização da “democracia social” e dos benefícios obtidos pelo operariado urbano, apelava o jornal *O Globo*, dirigindo-se ao trabalhador e aos partidários do movimento queremista em 1945:

Em que democracia brasileira você foi recebido no Palácio do Catete?... .Você escreveu uma carta ao Presidente e obteve uma resposta pronta?... . Você se ombreou nas ruas com o Presidente da República e teve a honra de apertar-lhe a mão?... . Você recebeu em casa ou no leito de um hospital a visita do Presidente da República na pessoa de seu oficial de gabinete?... Você teve o prazer de ver o Presidente da República tomar em seus braços o seu filho querido, pobre, mas tão brasileiro como o filho dos ‘democratas’ [do governo]?... . Você escreveu ao Presidente da República pedindo-lhe uma perna, um braço mecânico para amenizar o defeito físico que, por acaso, você tenha e recebeu em sua casa este benefício?..<sup>10</sup>

<sup>8</sup> - *Diário Carioca*. Rio de Janeiro, 04/03/1945; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 08/05/1945, p. 2.

<sup>9</sup> - *O Radical*. Rio de Janeiro, 19/08/1945.

<sup>10</sup> - *O Globo*. Rio de Janeiro, 04/10/1945, p. 3.

A esse respeito, rebatia o jornal *O Radical*: “Queiram ou não os adversários do governo” as classes trabalhadoras “sentem-se garantidas em seus direitos” e compreendem que os que combatem a política estatal “nada fizeram em seu benefício”. Muito pelo contrário. Esses “paladinos do passadismo”, “censores” da política trabalhista, são os primeiros a fomentar “a discórdia nacional” por um lado; e por outro, “acumulando fortunas nababescas que, bem estudadas suas origens, dariam causa a muito trabalho aos meirinhos da nossa justiça”. Daí justificando-se a campanha dos “meios conservadores” que se arvoram em “donos da verdade democrática”, batendo-se: 1º.) “contra os Institutos de Aposentadorias” e contra o “reajustamento [das pensões] pelos salários” – “Abono, abono, dizem eles”; 2º.) contra a “Lei de Férias !” Para que isto ? Não seria melhor o trabalhador receber uma gratificação ?” e 3º.) contra a “estabilidade”, que seria “prejudicial ao trabalhador” por tirar-lhes “o estímulo”. Em face disso, conclui que as classes trabalhadoras, aderindo ao governo, caminhavam para a democracia. Mas a “democracia”, bem entendido: “que atenda aos postulados do bem-estar social de todos, garantindo direitos e impondo deveres, sem exclusão dos que tanto contribuem para o enriquecimento da nação, os trabalhadores”.<sup>11</sup>

Em outros termos, o que estava em questão era a política estatal de reconhecimento dos trabalhadores e os rumos da orientação econômico-social (industrialização, intervencionismo, direitos trabalhistas) traçados pelo governo.

Ao fim do Estado Novo, as questões debatidas por segmentos das elites – as chamadas “classes produtoras” ou “interessadas” – pela imprensa e diversas publicações de classe não aparecem reduzidas apenas à oposição a um modelo político, representado por Vargas. Mas envolveram demandas, interesses frente à política estatal, disputas intra-elites, fissuras no bloco que se constituiu junto ao poder no governo Vargas, além de interesses e questões não somente políticos, mas também econômicos e sociais.

Em fins de 1944, a imprensa inicia uma série de matérias explanando sobre o significado das “*Doutrinas Fascistas*”, centradas na intervenção estatal nos terrenos econômico e social. Em face delas, é que se colocaria para as forças contrárias ao governo a imperiosa “necessidade de desmascarar seus regougos ditatoriais” e “supostos benefícios” por ele concedidos ao povo, “especialmente ao proletariado”. Isto porque, de

---

<sup>11</sup> - *O Radical*. Rio de Janeiro, 30/06/1945, p. 1, 5.

acordo com os “preceitos democráticos”, então definidos pela oposição: “governar não é entupir de leis os caminhos pelos quais deveria circular a riqueza nacional”.<sup>12</sup>

## A CLT E AS “CLASSES INTERESSADAS” AO FIM DO ESTADO NOVO

Durante os movimentos grevistas de 1945, os opositores da política trabalhista passaram a defender a tese de que a legislação social “estava superada” uma vez que era “incapaz de evitar as greves” e eliminar os “antagonismos” de classes. Nesse ponto, cabe observar que, na busca de seus próprios objetivos, o governo, através do Ministério do Trabalho, colocava-se mais disposto a tolerar um nível maior de agressividade do movimento operário e sindical, que nos primeiros anos do regime estado-novista seria impensável. Contudo, a fim de julgar as demandas, greves e reivindicações das classes trabalhadoras, o Ministério e a Justiça do Trabalho eram chamados a intervir, na condição de árbitros dos conflitos capital/trabalho.

Defendendo a legislação trabalhista e sindical de seus detratores, o jornal pró-getulista *O Radical* iniciou uma campanha, com o fim de demonstrar o quanto as “*Leis são boas*”. Conforme suas palavras:

Os que atacam e golpeiam, por sadismo congênito, a admirável obra administrativa do eminente presidente Getúlio Vargas vivem no ‘mundo da lua’, inteiramente alheios à nossa realidade. Não conhecem a nossa organização sindical, nunca se inscreveram nos respectivos sindicatos ou não são trabalhadores. Fazem perigosa demagogia, porque ignoram a evolução que, a partir da Revolução Brasileira [de 1930], processou-se pacificamente nos meios trabalhistas. O operário, hoje em dia, é um homem esclarecido e consciente de suas enormes responsabilidades morais e cívicas. Não se deixa conduzir pelo canto das sereias. Ainda que essas sereias sejam muito boas de bico.<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> - *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 05/11/1944, 04/05/1945. Consultar também “Clamoroso atentado contra a Propriedade Particular”; “Bulimia de poder”, “Sovietização”, “Democracia, marxismo e italianismo”; “O dilema do ditador”, *Correio da Manhã*, 03/05/1945, 23/06/1945, 03/05/1945, 30/05/1945, 06/10/1945.

<sup>13</sup> - *O Radical*. Rio de Janeiro, 22/07/1945.

Em outra matéria, visando a colocar a questão nos seus devidos termos, defende o periódico: “OS DISSÍDIOS COLETIVOS SÃO CLARAMENTE ADMITIDOS PELA LEGISLAÇÃO TRABALHISTA” (sic).<sup>14</sup> Cabe observar que, embora admitindo os dissídios, a legislação definia alguns entraves ao movimento sindical. Em fevereiro de 1945, foi suspenso o requisito de que o Ministério do Trabalho fosse ouvido previamente quando da apresentação de dissídios pelos sindicatos. Esse entrave à manifestação das demandas e reivindicações dos trabalhadores foi estabelecido em 1943, em nome da guerra e da “batalha pela produção” então definida pela política estatal. (ALVES, 2002).

Quanto às divergências manifestas publicamente pelos setores industriais estas podem ser identificadas em torno de dois pontos principais: 1º.) os aspectos “redistributivos” da política trabalhista; e 2º.) a questão da ação reguladora do Estado no tocante a medidas de ordem econômica e social.

Embora amplamente beneficiados pelas medidas de favorecimento do governo e francamente adeptos do formato sindical-corporativo como forma de controle e contenção das reivindicações dos trabalhadores, os industriais se mostrariam recalcitrantes à promulgação da CLT. Questões como a aplicação da Lei de Acidentes do Trabalho e a generalização do direito à indenização nos casos de dispensa do trabalhador foram objeto de duras críticas, por “elevar os custos da demissão” e prejudicar a “autoridade do empregador” dentro da empresa. Conforme o discurso empresarial, os diversos pontos da legislação que regulavam as relações de trabalho contribuiriam para agravar “a disposição litigante” dos trabalhadores, bem como sua “intransigência” e “indisciplina” nas fábricas. (ALVES, 2002: 134; CORSI, 1996).

De igual modo, eram colocadas as críticas à Justiça do Trabalho. Embora entendida como instrumento adequado para a “pacificação” das relações entre patrões e empregados, sua atuação no sentido de rever medidas disciplinares dos empregadores e arbitrar os conflitos decorrentes do processo de acumulação, foi alvo de permanentes críticas e objeções. Além disso, a instabilidade da cena política, tornando-se mais competitiva à presença política dos trabalhadores e às suas demandas, marcariam as tensões desses grupos frente ao Executivo federal.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup> - Idem, 03 e 08/08/1945. Resposta de *O Radical* à matéria publicada pelo *Correio da Manhã* “*O Processo do Dissídio Coletivo*”, 01/08/1945.

<sup>15</sup> - *Boletim da Associação Comercial do Estado de São Paulo. Órgão de informações econômicas e jurídicas*. São Paulo, maio de 1943. A esse respeito, consultar também as seguintes matérias publicadas pelo jornal *Correio da Manhã*: “A nova lei de acidentes do trabalho”, 24/11/1944; “A VOCAÇÃO SACERDOTAL DO POBRE” [sic], 09/01/1945; “As novas Leis” – “O Sr. Getúlio Vargas ‘meteorologista da previsão do tempo’”, 01/02/1945; “O SR. GETÚLIO VARGAS E AS CLASSES TRABALHADORAS”

Em 1945, o rechaçamento a propostas como a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, as críticas ao Sistema Previdenciário e ao seu “impacto inflacionário” sobre a economia (embora sem questionar o seu caráter público) marcaram o discurso dos segmentos industriais na conjuntura que culminou com a derrubada do regime estado-novista. Isto, na mesma medida em que a questão da ampliação dos benefícios sociais e da legislação previdenciária passam a ser capitalizados politicamente pelo governo.

No bojo de tais debates, noticiava o jornal *O Radical*: “Minha tese não é comunista”, ao reproduzir as palavras de Ildelfonso Albano, escritor, poeta, e funcionário do Ministério do Trabalho, quando da apresentação da proposta de participação dos trabalhadores nos lucros das empresas no I Congresso Nacional de Economia – que se recusou a discuti-la, sob a alegação de que era “COMUNISTA” [sic]. Em maio de 1945, o periódico noticia ainda em destaque: “Trabalhadores devem participar dos lucros das empresas” e conclui em face da questão que: “Os interesses dos trabalhadores são inconciliáveis com os interesses da burguesia”.<sup>16</sup>

Por seu turno, nos anos finais do Estado Novo, as propostas de extensão das leis sociais ao campo agigantaram os debates das classes rurais, principalmente através da *Revista Rural Brasileira* e do jornal *O estado de S. Paulo*, que se apresentava como defensor da chamada “civilização agrária” do país. No contexto de promulgação da CLT e das medidas que a ela se seguiram, foram objeto de intensas discussões: o Anteprojeto do Código Rural, cuja iniciativa estava a cargo do Ministério do Trabalho, através de duas comissões interministeriais, sob a direção de Marcondes Filho, e a Lei de Sindicalização dos Trabalhadores Rurais.

A esse respeito, as entidades de classe rurais solicitam a “exclusão da agricultura dos vários dispositivos do Anteprojeto”, batendo-se contra o “regime de imposições múltiplas” ao homem do campo.<sup>17</sup> Especificamente, os debates das classes rurais sobre a Consolidação das Leis do Trabalho desenvolveram-se em torno de questões como a Lei de Férias e a instituição do Salário Mínimo para os trabalhadores rurais. Medidas consideradas “extravagantes”, uma vez que “o maior manda chuvas do interior do país

---

[sic], 08/05/1945; “A CARTA ECONÔMICA DO BRASIL” [sic], 11/05/1945; “DISCURSO PROFERIDO PELO DR. EUVALDO LODI, PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA NACIONAL DA INDÚSTRIA, POR OCASIÃO DO ENCERRAMENTO DA CONFERÊNCIA DE TERESÓPOLIS” [sic], 11/05/1945 e “A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA” [sic], 11/05/1945.

<sup>16</sup> - *O Radical*. Rio de Janeiro, 05/06/1945; maio de 1945.

<sup>17</sup> - *Revista Rural Brasileira*, março de 1943, p. 40.

não [poderia] em sua fazenda fazer parar a chuva e levantar o sol para aproveitar melhor o trabalho de seus operários agrícolas”; que, nesse caso, receberiam dias inteiros de salários “vendo chover”. O que tornaria “economicamente impossível a retribuição de um trabalho hipotético”.<sup>18</sup> E além destas, a falta de competência da Justiça do Trabalho para apreciar os casos ocorridos entre proprietários e trabalhadores rurais, bem como a própria “inaplicabilidade” das leis ao “mundo rural”.

Por sua vez, a Lei de 10 novembro de 1944, que concede direito de Sindicalização aos Trabalhadores Rurais, dentro da perspectiva de reforço ao sindicalismo estatal e formação de um mercado de consumo no campo, com trabalhadores assalariados, foi considerada um “contrassenso”, “uma verdadeira monstruosidade sistemática”.<sup>19</sup> Conforme a *Revista Rural Brasileira*:

Esse proletariado não está suficientemente amadurecido para compreensão dos direitos políticos que lhe querem outorgar (...). Quando se fala em sindicalismo tem-se a ideia logo de socialismo. São ideias irmãs que nasceram juntas: Marx pregou a revolução social, através da obra de um sindicalismo revolucionário (...).

D'aí uma certa aversão por parte das classes agrícolas ao sindicalismo. Não é que elas sejam contra ao associativismo sadio, livre e consciente, com as suas atividades limitadas na defesa da economia agrícola. A sociedade [rural] é a favor do sindicalismo, desde que este esteja limitado à defesa da economia agrícola e não à supressão dela.<sup>20</sup>

Embora tenha permanecido letra morta, dados os argumentos sobre a sua “improcedência” e “inexequibilidade”, a Lei 7.038 de sindicalização dos trabalhadores rurais foi revogada cinco dias antes do golpe de 29 de outubro, pelo decreto 8.127 de 24/10/1945.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em face do exposto, pode-se concluir que as posições político-ideológicas defendidas por esses grupos, além dos interesses específicos de classe, tiveram clara presença no “arranjo de forças” contrárias ao governo Vargas. Quanto às formulações ideológicas contidas nesse discurso, cabe recordar a proposição de Roger Chartier: “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de

<sup>18</sup> - Idem, junho de 1943.

<sup>19</sup> - *Revista Rural Brasileira*, 1944.

<sup>20</sup> - *Revista Rural Brasileira*, maio de 1945; consultar também *O estado de S. Paulo*, 30/10/1945.



um diagnóstico” da realidade histórica e social “são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam” (CHARTIER, 1990: 18).

Na iminência do golpe articulado pelas oposições, quatro dias antes da deposição de Vargas, Loureiro da Silva, um dos diretores do Banco do Brasil, denuncia o que denomina como “impatriótico militarismo”: segmentos do Exército transformarem-se em “forças políticas, tutelando o pensamento da nação e impondo situações não aceitas pelo povo”. Segundo ele, o militarismo “é a competição de milhares de homens armados contra milhões de civis desarmados. Confrange saber que listas percorrem os quartéis angariando assinaturas para forçar pronunciamentos políticos”.<sup>21</sup> Nessa direção, em 26/10/1945, o periódico *O Radical* publica com grande destaque uma entrevista do Ministro da Guerra, general Góes Monteiro, denunciando os grupos que “querem lançar o país na luta civil, o mais hediondo crime que se poderia praticar contra a pátria”, uma vez que era “visível o intuito da oposição no sentido de atrair as corporações militares... para os embates da política partidária”.<sup>22</sup> Já em 30/10/1945, estampava o *Correio da Manhã*: “Deposto o Sr. Getúlio Vargas. As Forças Armadas, num magnífico movimento cívico, obrigaram o ditador a entregar o governo ao Judiciário”.<sup>23</sup>

Por fim, entre as medidas imediatas que se seguiram à deposição de Vargas cabe destacar a ocupação da sede do Ministério do Trabalho pelo Exército, justificada pelas oposições como “medida de Segurança Pública”.<sup>24</sup>

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Alzira Alves de e LATMAN-WELTMAN, Fernando. “Uma instituição ausente nos estudos de transição, a mídia brasileira”. In: ABREU, Alzira Alves de (org.). *A democratização no Brasil: atores e contextos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ALVES, Juliana Martins. A “reinvenção do trabalhismo”: leis sociais e sindicais em revista no segundo Governo Vargas (1951-1954). In ROCHA, Elaine P., SILVA, Leonardo Rabelo de Matos e REIS, Thiago de Souza. (Orgs). *Mundos do trabalho e dos trabalhadores*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018, p. 345-368.

\_\_\_\_\_. *Trabalhismo e oposição no Segundo Governo Vargas (1950-1954)*. Tese de Doutorado em História Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2010.

<sup>21</sup> - *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25/10/1945.

<sup>22</sup> - *O Radical*. Rio de Janeiro, 26/10/1945.

<sup>23</sup> - *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 30/10/1945, p. 1.

<sup>24</sup> - *O Radical*. Rio de Janeiro, 01/11/1945; *Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 31/10/1945; *O estado de S. Paulo*, 01/11/1945.

\_\_\_\_\_. Entre as trincheiras da oposição: o trabalhismo varguista (1943-1945). Dissertação de mestrado em História Econômica. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

BOITO Jr, Armando. *O golpe de 1954: a burguesia contra o populismo*. São Paulo: Ática, 1980.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.

CORSI, F. L. “O fim do Estado Novo e as disputas em torno da política econômica”. *Revista de Sociologia e política*, UFPR, n. 6 e 7, 1996, p. 25-37.

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo: DIFEL, 1968.

D'ARAÚJO, Maria Celina S. *O Segundo Governo Vargas (1951-1954)*. São Paulo: Ática, 1992.

DULCI, Octavio S. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1986.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Vértice/IUPERJ, 1988.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. “O populismo sindical: um conceito em questão”. In: REIS, Elisa et alii (orgs.). *Política e cultura: visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MOREL, Marco. *A imprensa periódica no século XIX*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Rede da Memória Virtual: <http://catálogos.bn.br>, 2005.

MELLO FRANCO, Virgílio de. *A campanha da UDN*. Rio de Janeiro: Valverde, 1946.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. 2ª. edição, São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

WEFFORT, Francisco C. *Democracia e Movimento Operário: algumas questões para a história do período 1945-1964*. (Parte II). *Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo, CEDEC. (2), 1979, p. 15.

\_\_\_\_\_. *O Populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

## FONTES DOCUMENTAIS

*Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Rio de Janeiro, 1943-1945.

*Boletim Semanal da Associação Comercial de São Paulo.* Órgão de informações econômicas e financeiras, São Paulo, 1943.

*Correio da Manhã.* Rio de Janeiro, 1943-1945.

*Diário Carioca.* Rio de Janeiro, 1945.

*O Estado de S. Paulo,* 1945.

*O Jornal.* Rio de Janeiro, 1945.

*O Globo.* Rio de Janeiro, 1945.

*O Radical.* Rio de Janeiro, 1943 -1945.

*Revista Rural Brasileira.* Publicação Mensal sob os auspícios da Sociedade Rural Brasileira. São Paulo, 1943-1945.

## **SIMPÓSIO TEMÁTICO 02**

### **Artes e Ofícios de Curar: múltiplas experiências sobre as intervenções no corpo doente**

#### **Coordenadores:**

Maciel Antonio Silveira Fonseca - Doutorando em História UFJF

Marcos Estevam Vasconcelos Silva - Doutorando em História UFJF

#### **Ementa:**

Este Grupo de Trabalho tem por escopo reunir estudos que busquem investigar e discutir os saberes, as práticas e as representações relacionadas à doença, compreendidas como fenômenos socioculturais. Pretende-se aprofundar, entre outras questões, nos significados conferidos por indivíduos e por diferentes grupos sociais, em diversos contextos históricos, à experiência do adoecimento, das enfermidades e da melhor forma de curá-las, tal como os impactos produzidos por essas experiências na percepção e na organização social.

Sob tal perspectiva, este GT pretende abarcar tanto as pesquisas sobre as artes e os ofícios de curar “tradicionais”, que em grande parte foram e ainda são praticadas a partir de preceitos pautados em concepções que compreendem o funcionamento do corpo integrado a elementos sobrenaturais, quanto às práticas médicas orientadas pelo discurso científico, representada pela tradicional medicina acadêmica dos hospitais. Toda forma de estudo da medicina, da saúde, das doenças, das epidemias, da espiritualidade associada às práticas de curar e demais temas tangentes de práticas de cura e associações de combate às doenças, serão bem-vindos.

A interdisciplinaridade dos trabalhos e dos campos de abordagens possibilitará um maior diálogo entre os pesquisadores, contribuindo para uma discussão proveitosa sobre o tema e suas possíveis perspectivas de análises

## **Entre a justiça, a ignorância e a sabedoria: o papel e os significados das práticas alternativas de cura na “Manchester Mineira” republicana**

Maciel Antonio Silveira Fonseca<sup>1</sup>

Marcos Estevam Vasconcelos Silva<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como objetivo divulgar os resultados preliminares de uma pesquisa que investiga o papel e os significados das práticas alternativas de cura no cotidiano da população de Juiz de Fora/MG, no período de vigência do primeiro Código Penal Republicano (1890 - 1940). Tal momento foi marcado pelo agravamento dos problemas sociais oriundos das disputas entre a crescente medicina acadêmica e a tradicional medicina popular. Portanto, interessa-nos compreender, através da análise dos processos de Crime Conta a Saúde Pública e dos periódicos "O Pharol" e "Diário Mercantil", os motivos que levavam parte significativa da população de Juiz de Fora a procurar pelas práticas de cura alternativas em detrimento às curas institucionalizadas. Acreditamos que haviam fatores mais complexos que os aproximavam.

**PALAVRAS-CHAVE:** Saúde Pública. Modernização. Cura. Medicina.

**ABSTRACT:** This paper aims to disseminate the preliminary results of a research that investigates the role and meanings of alternative healing practices in the daily life of Juiz de Fora / MG, during the period of the first Republican Penal Code (1890-1940). Such a moment was marked by the worsening social problems arising from the disputes between growing academic medicine and traditional folk medicine. Therefore, it is important to understand, through the analysis of the Crime Against of Public Health and of the periodicals "O Pharol" and "Diário Mercantil", the reasons that led a significant part of the population of Juiz de Fora to seek alternative healing practices to the detriment of institutionalized cures. We believed that there were more complex factors that approached them.

---

<sup>1</sup>Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, da UFJF. E-mail: maciel.s.fonseca@gmail.com

<sup>2</sup>Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, da UFJF. E-mail:mevs\_hist@yahoo.com.br

**KEYWORDS:** Public Health. Modernization. Cure. Medicine.

Nicolau Sevcenko, ao demonstrar o panorama ambíguo da cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos do regime republicano, nos fornece informações úteis sobre este período. Segundo Sevcenko, o Rio de Janeiro, apesar de algumas dificuldades políticas e econômicas, sintonizava-se cada vez mais com a expansão do comércio europeu, algo que acabou ressaltando definitivamente o descompasso existente entre essas sociedades. Tornou-se cada vez mais evidente para a nova classe dominante o anacronismo entre a velha estrutura urbana da cidade e as necessidades impostas pelo novo tempo.

Algumas ruas estreitas, características de uma cidade colonial, dificultavam a conexão entre o porto e o comércio. As áreas insalubres, por sua vez, transformavam a febre amarela e a varíola, assim como outras doenças, em endemias incontroláveis. O medo das doenças, somado ao grande número de mestiços, servia de entrave para a entrada de capital e de força de trabalho vindos da Europa. Passou então a ser necessário apagar a imagem de cidade atrasada, insalubre e insegura, formada por uma população sem instrução que vivia em constante desconforto, sujeira e promiscuidade. Era preciso oferecer ao mundo uma imagem de credibilidade, de uma cidade civilizada.

Para a nova burguesia da Corte, acompanhar a civilização significava alinhar-se aos padrões e ao ritmo da economia europeia. A imagem do progresso, aos moldes do que era vivenciado pelos países europeus, transformou-se “na obsessão coletiva da nova burguesia” (SEVCENKO, 1995: 29). Para instaurá-lo no Rio de Janeiro, segundo Sevcenko, foi necessário transformar o espaço público, o modo de vida e, sobretudo a mentalidade da população. Nessa perspectiva, o historiador enumera quatro princípios fundamentais que regularam o transcurso dessas transformações:

A condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 1995: 30).

Para Sevcenko, o cenário que surgia exigia novos figurinos. Nesse momento, assiste-se a condenação de comportamentos tradicionais que passaram a ser vistos como

“desviados” diante dos novos parâmetros estabelecidos. Era a “luta contra a caturrice, a doença, o atraso” contra as “trevas e a ignorância” (SEVCENKO, 1995: 33). Buscava-se, definitivamente, a implantação do progresso e da civilização. Nesse sentido, eventos e comemorações populares como as festas de Judas e do bumba meu boi passaram a ser proibidas. Nota-se também um aumento no combate contra toda e qualquer forma de religiosidade popular. Líderes messiânicos, curandeiros entre outros foram constantemente perseguidos<sup>3</sup>.

Em Juiz de Fora a situação era bastante semelhante. Mesmo possuindo diferenças consideráveis, o processo de urbanização e modernização da cidade nos primeiros anos do regime Republicano, assim como o do Rio de Janeiro, não foi capaz de solucionar alguns problemas. Muito pelo contrário, contribuiu para o surgimento de outros. A cidade frequentemente enfrentava diversos surtos epidêmicos, resultado direto da insalubridade e da falta de saneamento básico, convivia com a falta de habitações populares, com a carestia de vida e o alto índice de analfabetismo e mortalidade. (CHRISTO, 1994: 12).

Uma correspondência enviado pelo Inspetor de Higiene ao presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora no dia vinte e dois de dezembro de 1894 nos permite tomar conhecimento das condições sociais e econômicas dos indivíduos relacionados nas estatísticas mencionadas acima. Trata-se da descrição dos procedimentos utilizados pela Inspetoria de Higiene na ocasião em que uma criança, filha de imigrantes, faleceu sem assistência médica em um dos cortiços existentes no centro da cidade.

Juiz de Fora, 22 de Dezembro de 1894

Ilmo Sr. Dr. Presidente da Câmara Municipal

A 7 de dezembro **faleceu sem assistência médica em um cortiço da rua da Liberdade (atual Rua Floriano Peixoto) uma criança filha de imigrantes** procedentes da Hospedaria de Pinheiros, tendo de lá vindo depois do aparecimento da epidemia. Imediatamente envolvi o cadáver em lençol impregnado de Bicloreto de Mercúrio e mandei enterra-la. Julguei necessário desinfetar o cômodo em que residiam e as roupas. **Haviam tanta roupa velha e imunda** que me pareceu mais conveniente incinerá-las. Feita a desinfecção e a maceração mandei dar à família 3 colchões novos, 3 cobertores e 20\$000 em [ilegível] como indenização pelas roupas queimadas, por ter chegado recentemente e estarem de todo sem recurso. (AHJF. Fundo Câmara Municipal na República Velha. Requerimentos recebidos pela Câmara. Série 143. Correspondências do Inspetor de Higiene com o Presidente da Câmara. Dezembro de 1894, grifo nosso).

<sup>3</sup> Gilberto Freyre (2004) também descreve em detalhes a perseguição aos curandeiros como sendo uma das práticas do processo de reeuropeização do Brasil.

Os procedimentos adotados pelo Inspetor revelam sua preocupação com a suposta causa da morte da criança. O fato desta ter vindo com sua família da Hospedaria do Pinheiro (Rio de Janeiro) após o "aparecimento da epidemia" (provavelmente cólera ou febre amarela) e de não ter sido tratada por um médico acadêmico de Juiz de Fora explica suas medidas de precaução. Outro ponto que merece destaque é a situação precária em que se encontrava a família de imigrantes. Residiam em um cortiço localizado na rua da Liberdade e suas roupas eram "velhas e imundas". Cerca de dois anos antes da morte da pequena criança, as autoridades médicas juizforanas já demonstravam uma certa preocupação com os riscos que a "importação de trabalhadores 'já feitos' da Europa" oferecia para a saúde pública da cidade. Em seção realizada na Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora em 12 de março de 1892, o Dr. João Penido Filho alertava que o problema habitacional causado pela expressiva concentração urbana poderia ser agravar ainda mais com a chegada dos imigrantes. (CHRISTO, 1994: 125).

Para Esteves, "os algarismos referentes à mortalidade e natalidade carecem de uma referência minuciosa, pois, confrontando-os, parecerá a primeira vista que se trata de uma cidade insalubre, quando, de fato, Juiz de Fora é uma 'Urbs' salubérrima". (ESTEVES, 1915: 226). Em parte, devemos concordar com Albino Esteves. Os números relativos aos nascimentos na cidade podem, de fato, não refletir a realidade, já que nos anos iniciais do século XX parte considerável dos registros não eram realizados imediatamente após o nascimento. Muitas pessoas só eram registradas depois de adulta. No entanto, mesmo se levarmos em conta esse fato, os números relacionados aos óbitos ainda são bastante significativos. Esteves procurou explicá-los a partir do

sentimento caridoso da cidade: os pobres acodem aos acenos caridosos do povo e se aboletam, muitas vezes, em estado grave, no Albergue dos Pobres ou são recolhidos à Santa Casa, vindo a falecer, meses, ou dias depois, aumentando assim a cifra dos que desaparecem da existência e aumentam enormemente as estatísticas. (ESTEVES, 1915: 226).

O Adensamento da pobreza e o crescimento das práticas e meios de sobrevivências indesejados pelas autoridades também podem ser apontados como problemas graves vivenciados em Juiz de Fora na passagem do século XIX para o XX. Nos primeiros anos do regime Republicano, a cidade enfrentava problemas sociais "como a segurança da propriedade, o crescimento da vadiagem, problemas com crianças, a higiene, entre outros". (PINTO, 2008: 25).



O crescimento abrupto da população juizforana nas primeiras décadas do século XX indubitavelmente é um dos fatores que explica esses problemas. Segundo dados de Luiz Eduardo Oliveira, o aumento populacional ocorrido no distrito sede de Juiz de Fora entre os anos de 1890 e 1907 foi de aproximadamente 62,03% como demonstra os números abaixo:

A população da "zona urbana" e "zona suburbana" do distrito sede de Juiz de Fora apresentou um crescimento de cerca de 119% no período de 1893 a 1907, passando de 10.200 para 22.334 habitantes com taxas de crescimento médio de 8,5% ao ano. (OLIVEIRA, 2010: 220). Ainda de acordo com Oliveira, esse aumento significativo trouxe consigo muitos "problemas sociais e desafios político-administrativo na aplicação das resoluções municipais relativas à salubridade e localização das habitações populares decretadas entre 1893 e 1896". (OLIVEIRA, 2010: 220). Em suma, o principal objetivo dessas resoluções mencionadas por Oliveira era afastar os grupos de pobres e operários que habitavam os quarteirões centrais da cidade.

A presença de casas de negócios, hotéis, oficinas e fabricas de todos os portes na malha urbana de Juiz de Fora contribuía para uma grande concentração de trabalhadores nessas regiões. Nas áreas centrais, as casas mais abastadas disputavam espaço com os inúmeros cortiços, barracões e casas de cômodo, "densamente habitadas por parcelas expressivas do proletariado juizforano. (OLIVEIRA, 2010: 222). A historiadora Elione Guimarães, ao discorrer sobre o espaço urbano de Juiz de Fora na passagem do século XIX para o XX, nos fornece um panorama do contraste social existente na cidade, reforçando, em vários pontos, as considerações de Luiz Eduardo Oliveira.

No espaço urbano de Juiz de Fora, casarões e chácaras pertencentes aos grandes proprietários agrícolas e aos emergentes capitalistas surgiam imponentes, dominando a rua Direita, principal da cidade, onde estava localizada a Igreja Matriz e o prédio das Repartições Municipais, espalhando-se pela rua de Santo Antonio e estendendo-se à rua São Mateus. Nos arrabaldes, fábricas de alimentos e bebidas invadiam o ambiente. A vida econômica fervilhava na rua do Comércio. Cortando as ruas Direita e do Comércio, no centro da cidade, uma série de ruas menores: Santa Rita, Espírito Santo, Halfeld e Imperatriz. Um pouco além, o Largo do Riachuelo, o Morro da Gratidão e Mariano Procópio. Lugares onde a arraia miúda vivia o cotidiano da pobreza urbana, dividindo quartos de cortiços mau-cheirosos ou casas de parede-meia, até que as reformas do início do período Republicano, preocupada em estabelecer os lugares dos desclassificados sociais (loucos, pobres, prostitutas e vadios) vieram expulsá-los para as regiões periféricas. (GUIMARÃES, 2006: 74-75).

Retornando para as análises de Luiz Eduardo Oliveira, este historiador destaca que alguns fatores como as longas jornadas de trabalho, a pequena abrangência e o elevado custo dos transportes públicos tornavam inviável "a fixação dos trabalhadores e suas famílias em áreas suburbanas que não contassem com estabelecimentos fabris" (OLIVEIRA, 2010: 222-223). Por consequência disto, "no momento de definir onde morar, além de um aluguel adequado aos seus "minguados recursos", os assalariados juizforanos buscavam prioritariamente um imóvel ou um cômodo situado bem perto dos locais em que trabalhavam todos os dias" (OLIVEIRA, 2010: 223). Bairros e ruas carentes de infraestrutura básica e serviços públicos essenciais como rede de água e esgoto, coleta de lixo e iluminação, mas a poucos minutos do centro como o Morro do Santo Antonio - "parte superior da Igreja Matriz e das Ruas do Espírito Santo a Academia do Comercio"<sup>4</sup> (ESTEVES, 1915: 168) -, a Serra (atual Rua Olegário Maciel), o Botanágua (Segmento da Avenida Sete de Setembro próximo ao bairro Costa Carvalho) e o Poço Rico, eram locais que concentravam um número considerável de operários e pessoas de baixa renda. Em ruas centrais da cidade como a Santa Rita, a XV de Novembro (atual Avenida Getúlio Vargas), a São Sebastião e a do Comércio (atualmente Rua Batista de Oliveira) também encontravam-se instalados uma grande quantidade de trabalhadores e pessoas pobres que viviam em condições degradantes em cortiços e casas de cômodo. (OLIVEIRA, 2010: 224).

Embora as moradias precárias existissem em Juiz de Fora desde a abertura das primeiras ruas da cidade, elas passaram a despertar a preocupação sistemática das classes conservadoras locais a partir dos anos finais do século XIX. Ao que tudo indica, foi somente durante os anos iniciais do período Republicano que seus habitantes se tornaram alvo da vigilância sanitária e dos diversos tipos de denúncias vindas, principalmente, por parte da imprensa.

A historiadora Sônia Regina Miranda, analisando a intervenção do poder público na área urbana do município de Juiz de Fora nas primeiras décadas do regime Republicano, também percebeu a presença de um controle sobre as de trabalho, principalmente aquelas de domínio do mercado informal. Para Miranda, os indivíduos à margem da ideologia de trabalho capitalista inaugurada com a proclamação da República estariam afastados da nova concepção de moral burguesa e, por isso, mereciam correção.

---

<sup>4</sup> A Academia do Comercio é uma escola tradicional de Juiz de Fora localizada na rua Halfeld.

Nessa perspectiva, aqueles que não se adequaram aos interesses capitalistas de expansão urbana e industrial se viram perseguidos por múltiplas formas de controle social, que variavam desde cumprimento de penas em cadeias até Colônias Correccionais.

Ainda de acordo com Sonia Miranda, a cidade de Juiz de Fora, pelo fato de ter sido um centro que atraiu um significativo número de pessoas de várias regiões de Minas Gerais ao longo do século XIX, contava com inúmeras práticas de sobrevivência que podem ser caracterizadas como "alternativas". Havia atividades necessárias para o abastecimento da população como as desempenhadas pelos carroceiros, quitandeiros, criadores de animais, ambulantes e etc. que "situavam em uma margem de tolerância da ação pública" (MIRANDA, 1990: 261). Muito embora essas atividades fossem estigmatizadas do ponto de vista social<sup>5</sup>, elas eram toleradas pelo poder público necessitando apenas de controle, já que possuíam um papel importante para a economia da cidade.

Por outro lado, existiam algumas práticas de sobrevivência alternativas ligadas diretamente ao desemprego e a mendicância como os "curandeiros", as prostitutas e os jogos de azar. Estas atividades eram mantidas "frequentemente no espaço do delito e, portanto, sujeitas à repressão constantes. (MIRANDA, 1990: 263). A perseguição sistemática instaurada contra grande parte dessas práticas alternativas de sobrevivência em Juiz de Fora, segundo Sonia Regina Miranda, estava diretamente associada a um projeto dominante cuja meta era colocar em um mesmo patamar Trabalho e Civilização, condenando a vadiagem, a desordem e a vida mundana.

Percebe-se que sob a égide do discurso modernizante de exaltação ao trabalho e repressão à imoralidade emergia a questão central da existência de práticas de subsistência completamente alheias à ordem capitalista baseada no trabalho assalariado e potencialmente ameaçadora dessa ordem, caso deixasse de ser numérica e ideologicamente marginal. (MIRANDA, 1990: 260).

Outra questão importante apontada por Sonia Regina Miranda foi o esforço sistemático por parte do poder público local nos primeiros anos do período Republicano em "forjar significações a partir da definição de padrões de percepção espacial em que o

---

<sup>5</sup> É possível perceber, principalmente por parte da imprensa local, um esforço para negativar a imagem dos carroceiros e quitandeiros. Para os diversos jornais de Juiz de Fora, as inúmeras carroças que circulavam pela cidade, além de "enfear", "lotavam o centro de mosquitos e mal cheiro. Os carroceiros eram também culpados diariamente pelo atraso dos bondes. Os quitandeiros e vendedores ambulantes eram bastante discriminados. Comumente esses trabalhadores eram criticados pelo barulho que faziam e pela pobreza e sujeira em que se encontravam.

mundo do trabalho e a tradição fosse seu eixo central em oposição e negação a tudo o que representasse o costume popular" (MIRANDA, 1990: 271). Diante desse quadro, é possível verificar, a partir dos primeiros anos do século XX, a mudança gradual da nomenclatura de vários logradouros públicos de Juiz de Fora. Lugares com denominações pitorescas como Morro Seco, Pito Aceso, Grotta dos Macacos e Botanágua tiveram seus nomes substituídos por outros "desprovidos de qualquer traço de cultura popular como São Mateus, Manoel Honório, Bonfim e Costa Carvalho". (MIRANDA, 1990: 272).

Ainda dentro dessa lógica de normatizar e controlar as "práticas alternativas de sobrevivência", Sonia Miranda destaca que o discurso higienista foi um mecanismo importante utilizado pelo poder público de Juiz de Fora nessa empreitada. Mantendo a "associação VADIAGEM, DESORDEM, VIDA MUNDANA potencializada pela ausência de higiene e doença", as autoridades ampliaram a "valoração positiva dada ao trabalho e à sua decorrência no plano de saúde: a higiene". (MIRANDA, 1990: 274, destaque do autor).

Durante as primeiras décadas do século XX pelo menos duas instituições se ocuparam diretamente dos problemas de saneamento e higiene em Juiz de Fora, "questões que se inseriam em um processo mais amplo de urbanização pela qual a cidade passava". (SCOTON, 2007: 22). Tanto a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF), fundada no ano de 1889, quanto a Inspetoria Municipal de Higiene, criada em 1890, buscaram aplicar medidas profiláticas para a higienização e limpeza da "Manchester Mineira". A ata inaugural da SMCJF nos dá uma mostra exata dos seus objetivos:

Zelar, sob o ponto de vista da higiene, das condições de salubridade de qualquer localidade que tenha relação com alguns de seus membros, quer no município, que na província, ou algures, especialmente as relativas à cidade de Juiz de Fora, sede da sociedade. Investigar as causas de sua insalubridade permanente ou transitória, discutir os meios de resolver do melhor modo científico e prático, propor aos poderes públicos as medidas próprias para garantir a sua salubridade e protestar contra as que forem reputadas inconvenientes. Em uma palavra: a sociedade constitui-se guarda avançada da salubridade pública. (Ata da 3º sessão extraordinária da SMCJF, em 21 de dezembro de 1889. In: Boletins da SMCJF, Tomo primeiro, 1º ano Apud LANA, 2006: 45-46).

Grande parte do discurso formulado pelos membros dessas instituições em relação à higienização do espaço urbano da cidade foram incorporados posteriormente pelo poder

local, visando estimular algumas condutas desejadas. (MIRANDA, 1990: 274). Cabe destacar que a Sociedade de Medicina e Cirurgia, embora fosse uma instituição de classe, procurou sempre se manter como uma entidade ligada à administração pública. Já nos primeiros anos após sua fundação, diversas solicitações formuladas por seus membros foram dirigidas ao poder público "com a finalidade de comprometê-lo com seus ideais de salubridade. (CHRISTO, 1994: 128). Entre os principais interesses estavam o recenseamento, a execução dos artigos do Código de Posturas referentes à saúde pública, o saneamento dos cortiços situados no centro da cidade e o desenvolvimento de planos de habitações populares.

De acordo com Maraliz de Castro Vieira Christo, a princípio, as autoridades não cederam às pressões da SMCJF. É emblemático nesse sentido a frustração do Dr. Eduardo de Menezes, um dos médicos fundadores da Sociedade, que, posteriormente, viria se tornar um dos presidentes da instituição.

Não ousa apelar para a municipalidade, porque as reclamações da Sociedade de Medicina tem sido improfícuas, e, às vezes mesmo, nem a Câmara responde aos ofícios que lhe são dirigidos. (ATA da seção de 18 de janeiro de 1890. In: SMCJF. Boletins, t. 1 Apud CHRISTO, 1994: 128).

Nas primeiras eleições municipais do período republicano, no entanto, a situação se alterou de maneira significativa. A recém constituída Câmara teria entre seus membros alguns integrantes da SMCJF, fazendo com que esta instituição passasse a ser "ouvida pelo poder público". (CHRISTO, 1994: 128). Segundo Jeferson Pinto, nos anos iniciais do século XX em Juiz de Fora, diversos vereadores eram médicos interessados diretamente na higienização do espaço público de Juiz de Fora. (PINTO, 2008: 38).

As correspondências entre o Inspetor Municipal de Higiene e o presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora nos permite ter uma dimensão dessas medidas adotadas pelo serviço de higiene em relação às habitações existentes na cidade. Para o mês de outubro de 1893, por exemplo, temos a seguinte:

A temperatura já bastante elevada dos últimos dias alternando com as chuvas repetidas, **nos aconselham tomar providencias afim de evitar a fermentação de substancias putresaveis acumulada nos pátios e quintais das habitações insalubres que abundam nessa cidade.**

Estas providencias consistem em revistar todos os cortiços, estalagens, pequenos hotéis e quaisquer outras habitações suspeitas de insalubridade ordenando a caiação, limpeza dos pátios, remoção do

lixo, proibindo a acumulação de moradores em cômodos relativamente pequenos, etc.

Para que estas medidas impostas sejam cumpridas rigorosamente e deem resultado eficaz torna-se necessária uma fiscalização ativa e para isto me parece imprescindível a criação de dois agentes de polícia sanitária.

Estes agentes comparecerão todos os dias nas visitas domiciliares e recebendo em cada visita um boletim especificando as providencias tomadas. Ficarão então incumbidos de fiscalizar a execução e trazer ao meu conhecimento toda e qualquer falta.

A cada um dos agentes de polícia sanitária ficará designado um dos dois distritos fiscais em que se dividi a cidade.

Estando já resolvida a criação de agentes de polícia municipal, seria muito conveniente se pudessem usar desta organização afetando já dois desses agente ao serviço de polícia sanitária afim de evitar a demora que forçosamente se dará se se esperar a nossa reunião agendada para resolver sobre o assunto. (AHJF. Fundo Câmara Municipal na República Velha. Requerimentos recebidos pela Câmara. Série 143. Correspondências do Inspetor de Higiene com o Presidente da Câmara. Outubro de 1893, grifo nosso).

O texto citado na íntegra nos permite apontar pelo menos três questões importantes sobre os serviços prestados pela Inspetoria de Higiene na "Manchester Mineira" nos primeiros anos do regime Republicano. Logo no início da correspondência, chama atenção a preocupação do Inspetor G. Penna Filho com as habitações suspeitas de insalubridade num período de temperatura elevada e "chuvas repetidas" que contribuía para a "fermentação de substancias putresaveis" nos quintais e pátios. Basicamente esta era a principal explicação do saber médico brasileiro no período para a origem das principais moléstias que acometiam as cidades do país. Para os infeccionistas, principais defensores da "teoria dos miasmas", grande parte das doenças se originava da matéria animal e vegetal em estado de putrefação e das águas estagnadas. Isso explica, em certa medida, a preocupação dos médicos-higienistas juizforanos com o saneamento das áreas urbanas da cidade, como "a secagem dos pântanos, a rede de água e esgoto, o cemitério". (CHRISTO, 1994: 124).

Paulo César Garcez Marins, assim com Chalhoub, salienta que a instabilidade das cidades brasileiras, hipertencionada pela escravidão e seus processos de exclusão social, tendeu a se agravar consideravelmente com as abruptas transformações socioeconômicas que ocorreram na transição do século XIX para o XX. Algo que fez surgir na mentalidade das classes dominantes

a figura aterradora da massa de "cidadãos" pobre e perigosa, viciosa, a qual emergia da multidão de casas térreas, de estalagens e cortiços, de casas de cômodo, de palafitas e mocambos que eram a vastidão da paisagem das cidades herdadas do Império. Acusadas de atrasadas, inferiores e pestilentas, essas populações seriam perseguidas na ocupação que faziam das ruas, mas sobretudo seriam fustigadas em suas habitações. (MARINS, 1998: 133).

Tendo em vista as considerações acima é bastante provável que para a Inspetoria Municipal de Higiene a presença das moradias "insalubres", quer dizer, populares, fixadas no centro de Juiz de Fora fosse um problema mais complexo do que parecia. Além de "enfear" as ruas centrais da "Manchester Mineira" e oferecer riscos para as condições higiênicas da cidade, as casas de cômodo e as demais habitações dos pobres representavam um problema para o controle social.

Somente para o ano de 1914 foram realizadas 1.267 visitas domiciliares, 76 licenças foram concedidas para a construção de casas na cidade, 34 foram negadas. Para concertos em residências, 27 licenças obtiveram sucesso, 30 não foram aceitas. Ao todo 592 intimações foram expedidas para melhoramentos sanitários. (ESTEVEVES, 1915: 226).

Embora houvesse uma postura autoritária por parte dos órgãos de higiene em Juiz de Fora, isso não significava que os moradores que tiveram suas casas vistoriadas e condenadas pelos fiscais sanitários não pudessem recorrer junto as autoridades. Em 1890 o proprietário de um prédio localizado na Rua Marechal Deodoro não concordou com a intimação do Fiscal do 1º distrito que solicitava a demolição de seu imóvel no prazo de 60 dias. (AHJF, 1892).

No geral, o que as linhas acima atestam é que em Juiz de Fora as ações profiláticas adotadas pelas instituições ligadas diretamente à questão da Higiene nos primeiros anos do regime Republicano tinham um caráter autoritário e não se limitavam a afastar os riscos de epidemias no espaço urbano. Como bem atestou Maraliz Christo, "a intervenção nos locais insalubres, as verificações de vacina, os registros de doença tinham, de fato, como aponta Foucault, por objetivo o controle das classes mais pobres". (CHRISTO, 1994: 130).

Sidney Chalhoub, ao analisar a perseguição aos cortiços do Rio de Janeiro na transição do século XIX para o XX, percebeu que para as autoridades da época essas habitações eram vistas tanto como uma ameaça para as condições higiênicas da cidade como um sério problema para o controle social dos pobres que nelas residiam. (CHALHOUB, 1996: 31). Para o historiador, muitas vezes o termo cortiço foi utilizado

pelas autoridades sanitárias quando estas desejavam estigmatizar em definitivo uma habitação e seus moradores. Desta forma, havia uma semelhança entre os conceitos de cortiço e de "classes perigosas". Quase sempre, ambos eram utilizados para descrever "realidades" a respeito dos hábitos dos pobres, se caracterizando "muito mais pela fluidez, pela ambiguidade, do que por qualquer esforço consequente de precisão de conceitos". (CHALHOUB, 1996: 39).

Se Levarmos em conta as considerações de Chalhoub e explorarmos outros pontos do ofício, fica evidente que para a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora não era apenas a falta de higiene dos cortiços e os riscos que estas habitações ofereciam para a saúde da cidade que preocupava. A localização destas e os indivíduos que nelas residiam também constituíam um sério problema. Para os médicos acadêmicos ligados a Sociedade de Medicina apenas a destruição e extinção desse tipo de habitação coletiva não era suficiente. Era indispensável afastar as "classes pobres/ classes perigosas", construindo "habitações higiênicas" adequadas aos "minguados recursos" dos operários e indigentes fora do centro da cidade<sup>6</sup>.

Na "Manchester Mineira" dos primeiros decênios do século XX, as ações truculentas dos fiscais de higiene geravam indubitavelmente a reação da população que, em algumas situações, omitiam os casos de doenças com receio de que suas casas - e suas privacidades - fossem revistadas e higienizadas pelas autoridades municipais. Essa questão talvez explique o número significativo, apontado por Albino Esteves, de indivíduos que faleceram na cidade entre os anos de 1893-1913 sem contar com uma assistência médica e a proximidade da população com outros agentes que atuavam no campo da cura. O próprio discurso dominante parecia apontar para essa direção. Para os médicos, autoridades municipais e articulistas, essa omissão era, quase sempre, motivada pela "ignorância" da "população inculta" que confiava mais nos "bruxos" do que na ciência pregada pelos médicos acadêmicos. (MIRANDA, 1990: 274).

Para médicos acadêmicos e articulistas era incompreensível o fato de uma parcela significativa da população da cidade preferir muitas vezes os tratamentos fornecidos pelos curadores num momento em que a medicina acadêmica se encontrava praticamente institucionalizada na cidade. Em um artigo publicado na Revista Médica de Minas, periódico que pertencia a SMCJF, é possível ter uma dimensão do grau de

---

<sup>6</sup> Segundo Luiz Eduardo Oliveira, as medidas relacionadas a isenção de impostos para proprietários e investidores imobiliários interessados em construir casas ou vilas operárias só seriam adotadas pelas autoridades de Juiz de Fora a partir de 1908. (OLIVEIRA, 2010: 228).



institucionalização da medicina científica em Juiz de Fora já nos primeiros anos do regime republicano. Infelizmente não temos a data exata da publicação.

O Código Penal republicano que passou a vigorar em 1º de fevereiro de 1891 em todos os “Estados do littoral, desde o Rio Grande do Sul até o Pará, e em Minas Gerais” (apud GAMMA, 1929: 475) é, até certo ponto, um exemplo de como as práticas alternativas de cura não seriam aceitas no pós 1889. Não que houvesse no Império uma tolerância com os curadores. Como bem atestou Gabriela dos Reis Sampaio, "o império tinha suas formas de punir e também reprimia, e muito, cultos e práticas de curandeiros". A diferença, entretanto, era que não havia no código penal desse período artigos específicos para enquadrar esses indivíduos. "Punia-se por meio dos mecanismos do paternalismo". (SAMPAIO, 2010: 414). Marcelo Rodriguez Dias, ao analisar as práticas alternativas de cura na Comarca do Rio das Mortes (MG) durante a segunda metade do século XIX, destacou que "no Império, os crimes de curandeirismo geralmente eram caracterizados como contravenção no artigo 264 (Estelionato), na falta de artigos específicos, ou ainda podiam ser punidos como infrações dos Códigos de Posturas Municipais disseminados pelas localidades do país". (DIAS, 2018: 2).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o caso específico de Juiz de Fora, os moradores "promíscuos" das casas "feias" e "insalubres", meros "ignorantes" que se recusavam a relatar casos de doenças às autoridades responsáveis, possuíam diversos hábitos que serviam de entrave para o projeto defendido pelas classes conservadoras de colocar Juiz de Fora nos trilhos do "progresso" e da "civilização", de elevá-la ao posto de "Manchester" das Minas Gerais. Dentro dessa perspectiva, todas as formas de manifestações culturais desses indivíduos, entre as quais estavam indubitavelmente as de intervir no corpo doente, deveriam ser combatidas e extintas.

Retomando para o combate aos curadores em Juiz de Fora, a ampliação da perseguição às suas atividades terapêuticas no período republicano pode ser associada a diversos fatores. Primeiramente, não podemos esquecer que os motivos que levaram os curadores a serem perseguidos na "Manchester Mineira" nos primeiros decênios do século XX em nada diferem daqueles responsáveis por marginalizar e estigmatizar outras atividades como as desempenhadas pelas prostitutas, jogadores, moradores de habitações

populares entre outras. Todas estavam inseridas em um mesmo contexto histórico: um período em que as práticas de sobrevivência alternativas foram amplamente combatidas.

A promulgação do Código de 1891 e a criação de um capítulo intitulado “Dos Crimes Contra a Saúde Pública” - que contava com nove artigos (156 a 164) - não marcou, portanto, o início de uma repressão sistemática aos curadores. Apenas institucionalizou a postura defendida pelas classes conservadoras de reprimir as práticas de cura desempenhadas por indivíduos não diplomados, consideradas supersticiosas, fruto do atraso e da ignorância da população.

### **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

AHJF. **Fundo Câmara Municipal na República Velha.** Requerimentos Recebidos pela Câmara. Série 81. Requerimentos de Residências. 13 de janeiro de 1892.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril:** Cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Europa dos Pobres:** Juiz de Fora na Belle-Époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

DIAS, Marcelo Rodrigues. **Curandeiros, Feiticeiros e Práticas Alternativas de Cura na Comarca do Rio das Mortes na Segunda Metade do Oitocentos.** Revista *Ágora*, V.9, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1934/1446>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

ESTEVES, Albino. **Álbum do Município de Juiz de Fora.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915.

GAMMA, Affonso Dionysio. **Código Penal Brasileiro** (Decreto n. 847, de 11 de outubro de 1890). 2. ed. Ver. Ampl. São Paulo: Saraiva, 1929.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Violências entre Parceiros de Cativoiro:** Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

LANA, Vanessa. **Uma Associação Científica no "Interior das Gerais":** a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF)- 1889-1908. Dissertação (Mestrado em História) - FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2006.

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e Vizinhança:** limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: Nicolau Sevcenko (Org). *História da Vida Privada no Brasil. República: da belle époque à era do rádio.* São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MIRANDA, Sonia Regina. **Cidade, Capital e Poder:** políticas públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo de. **Os Trabalhadores e a Cidade:** a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direitos (1877-1920). Juiz de Fora: FUNALFA, 2010.

PINTO, Jefferson de Almeida. **Controle Social e Pobreza** (Juiz de Fora, c. 1876 – c. 1922). Juiz de Fora: Editar, 2008.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura:** as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial. Campinas: UNICAMP, 2010.

SCOTON, Roberta Muller Scafuto. **Espíritos Enlouquecem ou Espíritas Curam?** uma análise das relações, conflitos, debates e diálogos entre médicos e kardecistas na primeira metade do século XX (Juiz de Fora - Minas Gerais. Dissertação (Ciências da Religião) - UFJF, Juiz de Fora, 2007.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1995.

## **A legislação sanitária e a configuração do espaço urbano em Juiz de Fora na *belle-époque***

Maciel Antonio Silveira Fonseca<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem por objetivo apresentar brevemente o processo de urbanização na cidade de Juiz de Fora a partir das ações de instituições voltadas ao controle e combate à doenças nesta cidade, na transição do século XIX para o século XX. Neste sentido, buscamos entender a dinâmica das ações empregadas para controle e combate às doenças e aos espaços insalubres. Nosso objetivo, então, é apresentar e discutir as modificações no espaço urbano que foram propostas através do primeiro plano diretor da cidade (1893) e pelo posterior código sanitário (1911) como forma de intervir no espaço social e nos costumes da urbe. Buscamos concluir mostrando que as ações dos grupos políticos e intelectuais da cidade atuaram diretamente no processo de expansão urbana com a ocupação de regiões periféricas em Juiz de Fora.

**PALAVRAS-CHAVE:** Urbanização. Saúde. Medicina. Sanitarismo.

**ABSTRACT:** This work aims to present briefly the urbanization process in the city of Juiz de Fora from the actions of institutions focused on controlling and fighting diseases in this city, in the transition from the nineteenth century to the twentieth century. In this sense, we seek to understand the dynamics of the actions employed to control and combat diseases and unhealthy spaces. Our objective, then, is to present and discuss the modifications in the urban space that were proposed through the first master plan of the city (1893) and by the later sanitary code (1911) as a way of intervening in the social space and the customs of the city. We seek to conclude by showing that the actions of the city's political and intellectual groups acted directly in the process of urban expansion with the occupation of outlying regions in Juiz de Fora.

**KEYWORDS:** Urbanization. Health. Medicine. Sanitarism.

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. E-mail: maciel.s.fonseca@gmail.com

O século XIX, sobretudo durante sua segunda metade, foi um período marcado pelo grande dinamismo que ocorreu na sociedade mundial em função da modernização que refletia cada vez mais na configuração do espaço urbano e nas transformações provenientes das novas demandas sociais. Tal movimento de modernização foi possível a partir dos grandes avanços científicos e tecnológicos que anunciaram uma nova era de mudanças na humanidade.

A expansão das malhas férreas, macadamização de ruas nos grandes centros urbanos, alargamento de ruas, canalização de esgotos e a produção de manufaturados são elementos que simbolizaram o advento da modernidade (HOBSBAWM, 2005: 61). Anunciou-se, então, uma era de mudanças, de melhorias do bem-estar coletivo e das novas oportunidades do mercado de trabalho.

O discurso da modernização foi incorporado pela sociedade brasileira que durante meados do século XIX, assim como em outros países da América Latina, conquistou a sua independência e buscou articular um novo e eficiente aparato político na consolidação dos Estados Nacionais. De um modo geral, tal discurso ganhou a adesão dos diversos grupos das elites políticas que se espelhavam nos ideais estéticos e culturais dos centros europeus, que foram o cerne dessas mudanças. O resultado foi a criação de uma série de associações de caráter científico e de cunho nacionalista, que buscaram a valorização de suas capacidades e potencialidades (CAPEL, 1992: 169).

O final do século XIX marcou também o debate cientificista racionalista que se pautava no positivismo comtiano e no darwinismo, permeando os principais ciclos letrados da sociedade brasileira (NAVA, 1972: 94). Nesse debate, a moral social era entendida como elemento fundamental na construção de um Estado moderno, garantindo a ordem da coletividade e disciplinando a população para o progresso vindouro. Tal disciplina incidia sobre as formas como o cidadão se portaria em sociedade, e também no modo como esse indivíduo despendia o seu tempo. Portanto, o lazer, as condições de trabalho, as relações familiares e até mesmo os locais de habitação dessas pessoas, tornaram-se alvo de ações e posturas de intelectuais e políticos que buscaram enquadrar o Brasil nos moldes internacionais (CAMPOS, 2002: 32).

O elemento fundamental da proposta modernizante foi a salubridade dos espaços públicos, tendo como principais agentes, conseqüentemente, os grupos de médicos ou demais indivíduos que mantinham estreita ligação com o campo das ciências experimentais em crescimento no decorrer do século XIX, sob forte influência iluminista

do século XVIII e do método cartesiano (SIGOLO, 1996: 149). O período foi marcado pela ascensão do capitalismo e de todo o projeto modernizador trazido por ele, especificamente pela renovação tecnológica e científica que a todo o momento buscava sua desvinculação com o passado colonial obsoleto, que não condizia com os novos padrões vigentes no cenário europeu (BARROSO, 2008: 14-16).

O maior contingente populacional significou o agravamento de uma série de questões. Pobreza acentuada, violência urbana, degradação moral e social, proliferação de epidemias e doenças, além da mendicância foram alguns dos problemas iniciais trazidos com a modernidade capitalista industrializada. Vale ressaltar que, embora não fosse interessante aos empregadores que os seus trabalhadores adoecessem, a camada social mais afetada em razão das condições existentes na época foi a dos operários e demais indivíduos subalternos da sociedade.

A Medicina Sanitária tornou-se, então, canalizadora das vontades dos setores detentores do capital e de prestígio social. Presenciou-se um momento no qual projetos de implementações sanitárias na urbe eram objetos constantes nas pautas das Câmaras, em grande medida devido ao fato de que uma parte dos agentes da saúde ocupava cargos na política local ou regional. Com isso, foi a partir desse momento que a Medicina adquiriu o seu caráter de Ciência Médica e passou a agir incisivamente na organização do espaço público, com suas intervenções e suas postulações de caráter higienista que incidiam sobre as legislações e regiam a população alvo dos empreendimentos modernizadores.

Contudo, segundo George Rosen, o projeto de reforma sanitária empreendido em meados do século XIX teria partido da ação dos legisladores como aparato utilizado para o controle social. Logo, a atuação dos médicos no processo teria sido elemento secundário, porém importante, na consolidação dos projetos propostos (ROSEN, 1994: 37). Com isso, a medicina passou a ser entendida como um instrumento mediador do projeto modernizador (BARROSO, 2008: 18-19).

Portanto, o ideário social de modernidade será consolidado pelos grandes empreendimentos de urbanização voltados à melhoria do espaço de convivência entre a população das cidades. O êxodo rural proveniente do declínio da produção cafeeira e a ascensão das atividades fabris, contribuíram para o acelerado fluxo de uma população multicultural e cosmopolita em diversas cidades brasileiras que comungavam deste processo de industrialização. Imigrantes e migrantes passaram a preencher os cenários

urbanos das localidades em cujas atividades econômicas operavam por meio da mão de obra fácil, barata e com grande rotatividade.

### **Primórdios e consolidação da assistência à saúde em Juiz de Fora durante o século XIX: a Casa de Caridade**

Juiz de Fora não fugiu à regra quanto ao acúmulo de capital proveniente da produção cafeeira. O município teve vultuosa participação na produção e desenvolvimento da cultura do café na região da Zona da Mata, durante a segunda metade do século XIX. Elevado para a categoria de Vila, em maio de 1850 pela Lei estadual nº 472, o grupo social que se desenvolveu na região não tardou a iniciar o seu processo de expansão urbana, com a construção da Câmara Municipal (1853) e a Casa de Caridade (1854). Pouco tempo depois, a vila foi elevada à categoria de cidade, em 1856 (OLIVEIRA, 2016: 27-28).

A cidade foi marcada por um número significativo de produtores da rubiácea, o que refletiu no grande contingente populacional de escravos na região. Tal estimativa populacional foi sendo intensificada gradativamente quando, em 1861, foi inaugurada a construção da Estrada União e Indústria, financiada por Mariano Procópio Ferreira Lage<sup>2</sup> em parceria com o Governo Imperial. A construção da estrada ocasionou a vinda em larga escala de imigrantes alemães e tirolezes para Juiz de Fora, pois seriam a principal mão de obra utilizada na execução das obras (COUTO, 2016: 30-31).

O avanço na produção cafeeira e a melhoria nas condições de escoamento do produto, favoreceram um crescimento elevado e, conseqüentemente, o acúmulo de capital por parte de seus proprietários. Tal fenômeno figurou como elemento chave para a industrialização da cidade, pois foi a partir do capital excedente que os proprietários de terra começaram a investir na indústria como fonte alternativa de renda, o que garantiu uma série de pioneirismos na cidade, como a criação da primeira usina hidrelétrica da América Latina pelo industrial Bernardo Mascarenhas, que foi também o principal responsável pela incorporação da rede elétrica na cidade na última década do século XIX<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Político, engenheiro, Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil. Deputado Federal. Construtor e incorporador da Companhia União e Indústria que construiu a rodovia ligando Juiz de Fora a Petrópolis, inaugurada em 1861 pelo Imperador Dom Pedro II. Teve participação ativa no desenvolvimento urbano de Juiz de Fora nas suas décadas iniciais, durante o século XIX.

<sup>3</sup> Fundou a Companhia Mineira de Eletricidade (1888), construindo a sua primeira Usina Hidrelétrica, que também foi a primeira da América do Sul e que até hoje é conservada como relíquia. Fundou a Companhia

A expansão política, econômica e social da cidade inseriu gradativamente a população em uma conjuntura de grandes transformações. Dentre elas, a que desempenhou papel basilar na consolidação da modernidade no município, foi o desenvolvimento de um aparato assistencialista que passou a pensar em problemáticas cotidianas, como a pobreza, o saneamento e a necessidade do embelezamento das ruas como forma de enquadrar Juiz de Fora nos moldes da, então, capital imperial, Rio de Janeiro, que, por sua vez, se espelhava na suntuosidade e opulência parisiense.

Inevitavelmente, ao falarmos de assistência à saúde em Juiz de Fora no século XIX, nos deparamos com a figura do Comendador José Antônio da Silva Pinto (1785-1870), que, posteriormente, viria a receber o título de Barão da Bertioga, por Dom Pedro II quando este visitou a cidade de Juiz de Fora. Silva Pinto foi um benfeitor que esteve atrelado às questões religiosas e políticas da região. Cafeicultor e proprietário de vasta região de terras, o Comendador fez parte de uma série de grupos de assistência mútua entre seus pares. Teve participação ativa na política juiz-forana.

José Antônio investiu maciçamente no desenvolvimento de Juiz de Fora, mostrando, desde os primórdios, uma preocupação com a salubridade do espaço social. Tal preocupação pode ser interpretada ao observarmos que partiu dele a iniciativa de construir o cemitério municipal da cidade, tendo financiado metade da construção. Foi responsável também pela construção de uma coluna hidráulica que abasteceria a população adjacente à sua fazenda, com água do poço.

Rogério Oliveira entende que Silva Pinto estava inserido no processo de desenvolvimento implementado por Dom Pedro II no Brasil. Com efeito, o autor assinalou que:

Buscava-se construir uma cidade moderna, rica e saudável voltada para a ordem, o progresso e o bem-estar da população. O objetivo era tornar o centro urbano um lugar atraente, garantindo o bem viver da elite dominante, em consonância com as atualizadas concepções de higiene, planejamento urbano, eletricidade, transporte, etc. Buscava-se a implementação de uma modernidade sem perder de vista o elitismo de uma sociedade agrária, escravista e ainda conservadora (OLIVEIRA, 2016: 40).

Conforme citado no trecho acima, Juiz de Fora buscava a inserção em um modelo de cidade moderna, mas, ao mesmo tempo, manteve os resquícios sociais de uma

---

de fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, da qual foi o primeiro presidente. Importante industrial e capitalista, contribuiu para os avanços tecnológicos de Juiz de Fora durante o século XIX.



sociedade escravista. Para o memorialista Pedro Nava, que foi um médico que viveu o momento de transição cultural da cidade, assinalou que:

Abolida esta [a escravidão] e não se podendo mais comprar o negro, as senhoras de Minas tomavam para criar negrinhas e mulatinhas sem pai e sem mãe ou dadas pelos pais e pelas mães. Começava para as desgraças a dormir vestidas em esteiras postas em qualquer canto da casa, as noites de frio, a roupa velha, o nenhum direito, o pixaim raspado, o pé descalço, o tapa na boca, o bolo, a férula, o correão, a vara, a solidão (NAVA, 1972: 259).

Entretanto, segundo nos mostrou Nava, parecia haver certa aceitação por parte das negras que, muitas vezes, acabaram sendo coniventes ou conformadas com o estigma e condições as quais eram submetidas. Disputavam, inclusive, a atenção de suas "senhoras" com as demais negras que estavam na mesma situação. De acordo com o que Nava completa sobre a condição servil dessas negras:

Apesar disto, íntimas das sinhás, ajudando nos fuxicos, nas intrigas - servis, bajuladoras, vendo tudo, alcovitando namoros, sabendo dos podres e integradas em cheio nos complexos sexuais dos meninos da família. Em casa de minha avó materna funcionava o sistema. Ela era mesmo tida como grande disciplinadora de negrinhas, disputando a palma dessa primazia em Juiz de Fora, com a D. Guilhermina do Dr. Rosa da Costa e a D. Clementina do Dr. Feliciano Pena<sup>4</sup> (NAVA, 1972: 259).

Assim, a partir de um cenário marcado de dualidades, no qual a modernidade progressista contrastava com o conservadorismo escravista, que foi construída a Casa de Caridade em Juiz de Fora. O empreendimento não somente seguia os dispositivos legais previstos na legislação provincial (OLIVEIRA, 2016: 41), como também representava a consolidação de um aparato desenvolvido para atender as demandas sociais e governamentais sobre a saúde pública.

A iniciativa de Silva Pinto funcionou como instrumento de afirmação política local, ao passo em que buscou enquadrar Juiz de Fora nos modelos das ações filantrópicas e de assistência instituídas na Europa (BRESCIANI, 2008: 26). Contudo, não ficou claro a quem o estabelecimento atendeu. Segundo Rogério Oliveira:

[...] Mais nenhuma menção faz o compromisso sobre qual o formato da relação entre a Mesa da Irmandade e da Casa de Caridade, como também não está claro se esta se propunha a atender a população da cidade como um todo, apenas os pobres e desfavorecidos, ou ainda se apenas aos irmãos (OLIVEIRA, 2016: 45-46).

---

<sup>4</sup> Ambas as famílias são importantes figuras no cenário político e social de Juiz de Fora. Tiveram atuação política e econômica, circulando nos principais espaços de sociabilidade da cidade.

Podemos perceber que a instituição de caridade serviu precariamente para suas finalidades durante as primeiras décadas de sua existência. Sabe-se que, embora fossem registrados constantes investimentos por parte do Barão da Bertioga somados aos pequenos donativos de objetos e alimentos oriundos de terceiros, não era incomum que os jornais locais notificassem algum atendimento que foi deixado de ser prestado por falta de recursos.

Com a morte de Silva Pinto, no ano de 1870, parte de sua fortuna havia sido deixada para a Casa de Caridade em testamento (TRAVASSOS, 1993: 52-60). Entretanto, em documento datado de 12 de maio de 1876, a Presidência da Província questionou sobre a não destinação do referido espólio às finalidades expressas em testamento pelo benfeitor (OLIVEIRA, 2016: 50). Tal material corroborou com a ideia de que durante todos esses anos a administração da Casa de Caridade tenha passado por acentuados problemas em sua gestão. Com isso, foram justificados também os problemas enfrentados na produção dos livros de receitas e despesas, que geraram inconstâncias na prestação de contas da Casa de Caridade. Rogério de Oliveira constatou que, somente a partir do ano de 1886, os livros de receitas tornaram-se regulares e passariam a ser aprimorados a partir de 1897, na gestão de Braz Bernardino Loureiro Tavares, quando este Provedor passou a desenvolver os relatórios anuais.

### **A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora e a Liga Mineira contra a Tuberculose: sanitarismo e civilização**

Contando com duas colônias de imigrantes alemães, na década de 1850, e uma hospedaria de imigrantes italianos a partir da década de 1880, Juiz de Fora passou a figurar como um palco de mortalidade e contaminação de doenças que eram somadas às precárias condições de vida às quais eram submetidos os imigrantes e migrantes (CHRISTO, 1994: 29-33). A chegada de tais indivíduos na cidade fez com que o contingente populacional fosse somado aos demais que já viviam no local em condições de alta precariedade.

Determinados imigrantes foram, então, instalados em submoradias, com alimentação insuficiente e precária, muitas vezes, sendo vistos à margem da sociedade. Somou-se ao grupo o grande contingente de escravos libertos com a abolição da escravatura. Ou seja, a transição do século XIX para o século XX legou à Juiz de Fora

uma massa de indesejados que serviam de vetores para doenças e contribuía para a propagação das moléstias que incidiam nas alarmantes taxas de mortalidade na cidade (BARROSO, 2005: 8-9).

Nesse rol de doenças que afligiam Juiz de Fora, a tuberculose foi uma das tantas que chegou vitimar inúmeras pessoas. O medo em torno da doença se deu, também, em função da sua facilidade de contágio e pelas proporções tomadas por seu agente patogênico, que contaminava do mais miserável morador de rua ao mais abastado barão do café. Ficou claro, porém, que elementos como a boa alimentação, higiene pessoal, atividades físicas e repouso implicavam em um organismo mais resistente à doença e menos propenso ao seu contágio, embora não significasse a isenção total de sua contaminação.

Discutiu-se em Juiz de Fora nas duas últimas décadas do século XIX sobre empreendimentos e obras que pudessem contribuir para o crescimento urbano da cidade. Influenciada pelo modelo da então capital brasileira, que, por sua vez, buscava influência em Paris, a Câmara Municipal juiz-forana passou a estabelecer nas pautas de suas discussões a real necessidade de efetivar o desenvolvimento político e social do município. Segundo Goodwin Jr (1997: 121-124), as intervenções da modernização que chegavam ao Brasil foram provenientes do intercâmbio produzido entre as elites locais e a capital do Império brasileiro. Os recursos dos grandes produtores de café, então, foram responsáveis por efetivar e subsidiar parte dos projetos que foram gradativamente incorporados ao município de Juiz de Fora.

No ano de 1891, a recém-criada Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (1889) estabeleceu uma comissão especializada para propor novas medidas que seriam aplicadas e incorporadas aos projetos de saneamento da cidade. Denominou-se, então, Comissão Sanitária, para a qual foram nomeados alguns engenheiros e médicos da cidade que iriam compor o grupo a fim de contribuir com projetos estruturais e medidas de salubridade (HOWYAN, 2004: 24).

Após a análise das condições geográficas de Juiz de Fora, que envolviam o estudo do clima, relevo, meteorologia e hidrografia, decidiram por contratar um engenheiro francês com habilitação em engenharia pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, Gregório Howyan, que implantou o chamado "Plano Howyan" (HOWYAN, 2004: 13). Em seu projeto, analisou principalmente as condições da cidade referentes ao tratamento das águas pluviais, que, muitas vezes empoçadas, serviam como vetores de doenças. Em

sua pesquisa, constatou que, entre os anos de 1891 e 1892, havia no perímetro da cidade, que contava com 12 mil habitantes, grandes extensões de pântanos que se multiplicavam em decorrência das chuvas, gerando focos de água estagnadas que difundiam uma série de moléstias, como a tifo (HOWYAN, 2004: 33, 47, 53 e 59).

A proposta de Howyan foi de melhorar os calçamentos que se encontravam precariamente macadamizados, dividir os esgotos a partir do tipo de imóvel que o produzia<sup>5</sup>, canalizando-os, implantar a profusão de águas para escoar os esgotos, construir chafarizes que não somente manteriam o fluxo de água como também embelezariam a cidade e trabalhar no curso do Rio Paraibuna, alargando-o e aprofundando-o para que se evitassem as constantes cheias ocasionadas em período de chuvas. As propostas incluíam, também, a drenagem das regiões pantanosas, melhorias na coleta e na disposição do lixo e o processo de colmatagem, que basicamente reuniria os nutrientes oriundos dos lodos produzidos no rio que cortava a cidade.

Todo o projeto desenvolvido por Howyan representava a busca de sua inserção em um contexto modernizado. Ao longo do relatório final do projeto elaborado por Howyan, em 1893, percebe-se que inúmeras vezes o engenheiro evocou o discurso de que a cidade somente seria civilizada e moderna caso adotasse as postulações sanitárias por ele instituídas. A alcunha "Éden do Brasil" foi atribuída à cidade e, se viesse a adotar as medidas evidenciadas na época, segundo Howyan:

Juiz de Fora se tornará um lugar encantador que atrairá certamente os amantes de vilegiaturas do Rio de Janeiro e de outros lugares, sempre à procura de estações de repouso.  
Juiz de Fora merecerá ser chamada definitivamente o Éden do Brasil e a Intendência Municipal, que terá presidido essas obras de grande utilidade, receberá todo o mérito do país e da República. (HOWYAN, 2004: 61)

Com a crescente necessidade da reorganização dos serviços sanitários para se adequar à Medicina Sanitária no Brasil e os recorrentes surtos epidêmicos entre as décadas de 1890 e 1900, conforme assinala Elaine Barroso (2008: 33), o poder público passou a investir em medidas e ações voltadas ao higienismo das cidades, que viveram um período de grandes efervescências sociais decorrentes das medidas empregadas pelo

---

<sup>5</sup> Segundo Howyan, era necessária a canalização dos esgotos nos imóveis, que deveriam ser diferidas conforme a natureza deste imóvel. Segundo o engenheiro, dividiu-se em: 1º) Hospitais, abrigos para mendigos etc.; 2º) Câmaras Municipais, Casernas, Usinas, Tribunais, Fábricas, etc.; 3º) Escolas, Conventos, Instituições, etc.; 4º) Prisões; 5º) Grandes Hotéis, etc.; 6º) Casas particulares; 7º) Pequenas moradias, casas de campo etc.

Estado. É possível destacar o isolamento de pessoas que representavam e apresentavam alguma característica que contrastasse ao modelo de salubridade almejado. Foi o caso dos portadores de doenças mentais e portadores de doenças infecto-contagiosas, naquilo que Barroso (2008: 33) denominou "limpeza social".

Com isso, é possível entender a importância que a institucionalização da saúde teve para a sociedade juiz-forana e os ideais do cientificismo empregados pelos médicos e filantropos em Juiz de Fora, durante o período em questão. Ao estudar a assistência à saúde em Minas Gerais na transição do século XIX para o século XX, Virna Braga assinala que:

Os gastos com a assistência são citados em várias partes de todos os relatórios dos presidentes da Província de Minas Gerais, desde o império até a República, contudo são mais recorrentes do final do século XIX. Durante o governo imperial, na maior parte dos relatórios, a palavra "hospitais" foi utilizada para iniciar o item sobre os socorros públicos na província, principalmente, quando doenças infecciosas se transformavam em epidemias, o que causava grande preocupação aos governantes mineiros. (BRAGA, 2015: 86)

O fator que serviu como alicerce para o desenvolvimento de Juiz de Fora, principalmente na esfera cultural, foi o grande desenvolvimento no setor econômico, possibilitado pela incorporação das fábricas para a produção industrial (ANDRADE, 1987: 16-19), embora a predominância do capital fosse decorrente das atividades agropecuárias e comerciais, por se tratar de uma região com localização privilegiada, interligando a capital com as demais regiões ao norte dos portos onde os produtos seriam comercializados (AMARAL, 1998: 7). Com isso, possibilitou a ampliação no campo científico, artístico e educacional, incorporando a cidade aos padrões entendidos como de saneada e moderna, promovendo solo fértil aos debates de cunho higienista.

Vanessa Lana (2006) apresentou em sua dissertação a criação da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, no final do século XIX. A autora assinalou que, com a mudança de regime político no país na transição interséculos, somando as transformações tecnológicas, a modernização passou a ser buscada por meio dos espaços na cidade, o que incidia diretamente na aplicabilidade dos conhecimentos da medicina para que se criasse um ambiente salubre com o intuito de refletir no controle das doenças da população.

A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora foi apenas um dos muitos aparatos desenvolvidos para acompanhar o dinamismo da cidade, cujo desenvolvimento estava cada vez mais efervescente. Seus membros buscavam legitimar suas ações por

meio de estratégias de intervenções do espaço público e privado, a partir do conhecimento específico da categoria médica a fim de contribuir para o modelo higienista e salubre do espaço urbano.

Diante do cenário de atuação e transformações no campo médico-científico, um grupo de agentes locais decidiu institucionalizar a assistência direcionada ao tratamento da tuberculose, que, naquele momento, assolava a população em grande escala, resistindo aos fármacos e terapias presentes e ineficazes, mostrando-se necessária uma intervenção da sociedade. No final do século XIX, surgiu o Instituto Pasteur na França. Instituição sem fins lucrativos, que destinava-se ao estudo dos micro-organismos e da produção de vacinas que pudessem atuar no controle e combate das doenças que tanto dizimavam no período. Muitos países adotaram os preceitos deste instituto, pois suas atividades laborais tinham como alvo as doenças infecciosas. Com uma cultura que seguiu os moldes franceses, o Brasil incorporou a ideia e disseminou o instituto nas principais cidades do território nacional, como Rio de Janeiro (1888) e São Paulo (1903).

Em Juiz de Fora, o Instituto Pasteur foi criado em 1908 como um desdobramento da Liga Mineira Contra a Tuberculose (1900). Sua criação se deu principalmente pela ação do médico Eduardo de Menezes. Entre 1886 e 1888, Eduardo de Menezes esteve em viagem de estudos na Europa, onde visitou importantes centros médicos em Viena, Berlim e Paris. Neste último país, esteve presente no Hospital dos Alienados e estagiou no Instituto Pasteur em um laboratório junto com Louis Pasteur durante quatorze meses, com estudos voltados para a atuação prática antirrábica (AMARAL, 2015: 28-29).

Tendo estreitas relações com a corte imperial brasileira, voltou ao Rio de Janeiro, em 1888, com o intuito de fazer parte do corpo médico oficial. No ano correspondente, voltou também o médico Ferreira dos Santos, que havia tido contato com Menezes em Paris, pois ambos fizeram o mesmo estágio. Ferreira dos Santos foi responsável por criar o primeiro Instituto Pasteur no Brasil e o segundo no mundo, no ano de 1888, no Rio de Janeiro. Já Menezes, tendo sido agraciado com algumas condecorações, como o título de Moço Fidalgo e Comendador da Ordem de Cristo, ficou impossibilitado de manter a sua vida na corte por contrair a peste branca, tendo como opção mudar-se para Juiz de Fora por conta do clima propício ao tratamento indicado contra a tuberculose. Após sua cura, instalou sua clínica médica e deu início a uma série de participações em instituições culturais da cidade:

[...] passou o resto de sua vida dedicando à cidade o melhor de seu talento e capacidade de liderança, junto a importantes instituições: a Sociedade de Medicina e Cirurgia (1889), o Instituto Granbery (1890), a Academia de Comércio (1894), os cursos superiores de Farmácia e Odontologia (1904), o curso de Direito (1912), a Liga Mineira contra a Tuberculose (1900) com seus institutos Pasteur (1908) e Antiofídico (1921). Em Juiz de Fora foi, também, membro fundador e primeiro presidente da Academia Mineira de Letras e escreveu os seus livros, dentre os quais destacamos, em vista de suas preocupações de higienista, "O Clima de Juiz de Fora", "A Serra de Ibitipoca, relatório sobre o seu clima" e "Cidade Salubre". (AMARAL, 2015: 29-30)

A partir de então, entendemos que a atuação nos meios sociais de grande circulação da elite local permitiu que Eduardo de Menezes conseguisse maior adesão de membros colaboradores nos projetos de desenvolvimento de novas pesquisas e na aplicação de seus resultados na população que necessitava de tal assistência. De um lado, grandes industriais e produtores agropecuários atuando para consolidar seu poder na esfera municipal, de outro uma demanda não atendida pelo Estado e que necessitava de uma intervenção para a melhoria da qualidade de vida da população.

No geral, os médicos avaliavam a Zona da Mata mineira como local de grandes propriedades terapêuticas no combate à tuberculose, conforme consta no relatório enviado para a comunidade de Lima Duarte pela Liga Mineira contra a Tuberculose, após os representantes desta Liga voltarem do Congresso Contra a Tuberculose, realizado em Paris, no ano de 1905. Juiz de Fora e suas adjacências mostravam ser de fundamental importância no combate dessa doença, em vista de sua posição geográfica privilegiada. Conforme publicado no jornal "O Pharol", em 27 de setembro de 1906:

O sanatorio é instrumento indispensável da Obra anti-tuberculosa, e a escolha de local, factor importantíssimo para que elle assegure toda a sua efficácia, embora não desconheça-mos que em quasquer condições de clima o Sanatorio seja util.

Em Minas Geraes e em quase todo o Brasil abundam os locais em condições ideaes; é preciso porém que estes locais sejam explorados e levados ao conhecimento dos medicos e do publico para que possam ser aproveitados opportunamente, visto que neste particular como para todas as fontes de bem e riqueza publicas a nossa natureza tão rica e prodiga ainda tem muitos recursos desconhecidos.

Ultimamente tivemos occasião de conhecer e explorar uma região que reúne o conjuncto de todas as condições ideaes para Santatorio, é a serra de Ibitipoca. (LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE, 1906)

Vale salientar que, além das ações voltadas ao combate da tuberculose, o projeto modernizante e institucional objetivou também abordar o processo da elaboração do

discurso médico-sanitarista que foi empregado pelos médicos e filantropos a fim de legitimar as ações das instituições, que, muitas vezes, se valeram de tais discursos para se firmar como entidades que detinham exclusivamente os conhecimentos científicos para combater as epidemias. Os principais veículos de comunicação e difusão destes debates foram os jornais e a estratégia de publicidade a partir da fixação de cartazes nos principais pontos de acesso da grande massa da cidade: as estações de transporte ferroviário, os bondes que circulavam no centro urbano e dava acesso às periferias e também nos comércios que se concentravam na região central da cidade. Os materiais foram objetos de desinteresse por parte da população, conforme evidenciou a publicação do jornal "O Pharol" com mensagem da Liga, ainda em setembro de 1906:

Além destas, inúmeras são as instituições que servem á questão da tuberculose, protegendo os recém-nascidos e meninos, pelo aleitamento e a educação higienica, proporcionando boas condições higienicas á classe mais miseravel da sociedade, a qual definha na domesticidade sem luz, sem ar e sem alimento reparador.

O que podemos nós fazer ora com uns 20 contos de que dispomos? Esphacelal-os em cartazes para servirem ás moscas e serem ludibriados pelo proprio publico; em revistas sem effeito pratico; montar dispensarios, fazer sanatorios, custeal-os? Temos nós o bafejo official que ao menos nos communique uma migalha de autoridade moral? (LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE, 1906)

A Liga Mineira contra a Tuberculose foi uma instituição filantrópica que incorporou em seu discurso a proposta de erradicar a tuberculose ou, caso não conseguisse erradicá-la, ao menos minimizar os impactos negativos que a doença oferecia para a população. A Liga iniciou, então, um empreendimento que se propôs a seguir o modelo empregado no Rio de Janeiro, caracterizado pela imposição de medidas coercitivas colocadas em práticas pelos órgãos públicos tendo em vista a eficácia das medidas de saúde, conforme explicitou o médico e presidente da Liga Mineira, Eduardo de Menezes, no relatório anual de 1905:

Eu não vejo sinão dois meios de fazer obra util. Um, consiste em medidas coercitivas, como as que são postas em pratica no Rio de Janeiro pela directoria da saude publica: é a intervenção administrativa official, que depende de despezas, de autoridades com poderes sufficientes, medidas que emanam dos governos locaes e geraes. Outro, consiste em instituições particulares, os sanatorios e os dispensarios; aquelles para restringir a mortalidade porporcionar a curabilidade e affastar da sociedade os individuos tuberculosos que são os fócios de propagação e disseminação; estes para proporcionar tratamento medico



aos tuberculosos. (LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE, 1905)

Esse modelo de institucionalização empregado no início do século XX, foi a promessa de livramento do mal que vitimava um grande número de desafortunados na cidade. O discurso proposto pela Liga Mineira, embora fosse no sentido de erradicar a tuberculose na cidade e, com isso, favorecer o bem-estar coletivo, não garantia que os seus agentes se interessassem pelas medidas que a associação havia postulado. É importante considerar também a necessidade de aprovação da sociedade para a qual tais medidas de saúde eram destinadas, pois foi possível constatar, a partir de algumas fontes trabalhadas, que parte da população desacreditava nas ações e no discurso médico, chegando a depredar cartazes afixados e outros materiais educativos propostos com o intuito de orientar a comunidade. Ressaltando que tais materiais foram primordiais na difusão do conhecimento médico naquele momento, conforme pode ser visto a seguir, com base na publicação da Liga Mineira Contra a Tuberculose, no jornal "O Pharol", em 06 de setembro de 1905, dizendo que:

[...] Esta Associação fundou-se com a consciencia de que não poderia desempenhar o seu papel dentro de algum tempo, attento ás condições da crise geral e a somma de capitaes necessarias para obter os seus fins. O assumpto sobre tuberculose repetido na imprensa diaria tornou-se platonico para que a sua continua repetição produza effectos. Os cartazes sobre os perigos e os inconvenientes relativos aos escarros, são tão inefficazes, que nos trens, nas estações ferreas e onde que se encontrem affixados, os escarros abundam sotopostos no chão, e o publico não escarra em cima mesmo dos cartazes porque não lhes traz geito. Os jornaes e as publicações periodicas espalhadas avulsamente, contendo materia relativa á tuberculose, não attingem a população que mais carece das respectivas instrucções, aproveitam apenas a algumas das classes letradas. Não são, mais praticos, mas especulativos, para que justifiquem o esgotamento dos parcos recursos de nossa caixa. (LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE, 1905)

Como pode ser constatado acerca da atuação da Liga Mineira contra a Tuberculose, o jornal "O Pharol" demonstrou que a elite médica e intelectual de Juiz de Fora mobilizou-se constantemente em torno da prestação da assistência à saúde com a proposta de instruir e instituir práticas rotineiras que, por si só, reduziriam a incidência da tuberculose. O referido periódico mostrou também que aos poucos, em vista da resistência à adesão das postulações da Liga, a associação passou a evocar diretamente o

poder público para que realizasse intervenções nas casas e famílias que se recusassem a adotar as medidas propostas.

### **Considerações finais**

Esta pesquisa buscou trabalhar novas perspectivas da assistência à saúde em Juiz de Fora, a partir da atuação de velhos atores. A Santa Casa de Misericórdia da cidade foi palco de desenvolvimento do projeto modernizador empreendido pela sociedade oitocentista, incorporando o que havia de melhor na prestação dos serviços médicos na transição do século XIX para o século XX. Ícone de poder, requinte e tecnologia, a instituição, que era e ainda hoje é gerida pela Irmandade de Nosso Senhor dos Passos, canalizou as principais demandas médicas da cidade e região, atuando como polo referencial de atendimento aos enfermos. Além disso, fomentou o desenvolvimento de outras instituições voltadas ao controle e combate de doenças, que incidiam diretamente no cotidiano da população.

### **Referências Bibliográficas**

AMARAL, Lucas Marques. **Eduardo de Menezes e a Liga Mineira contra a Tuberculose**. Publicação Museu da Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Concorde Editora Gráfica, 1998.

AMARAL, Lucas Marques. **Eduardo de Menezes: educador, cientista e higienista**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Juiz de Fora. n.15, 2015.

ANDRADE, Silvia Maria Belfort Vilela de. **Classe operária em Juiz de Fora: uma história de lutas (1912 -1924)**. Juiz de Fora, EDUFJF, 1987.

BARROSO, Elaine Aparecida Laier. **História Social da Cultura e História da Medicina: possibilidades de análise**. Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005.

BARROSO, Elaine A. Laier. **Modernização e Higienismo: controle sanitário e gestão político-científica na Manchester Mineira (1891-1906)**. 2008. 224.f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Juiz de Fora. 2008.

BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**. Sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1991.

BRAGA, Virna Lígia Fernandes. **Pobreza e assistência pública e privada em Minas Gerais (1888-1923)**. 2015, 245 f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela lente da higiene**. Propostas de Geraldo Horácio de Paula Souza para a cidade (1925 - 1945). São Carlos: RiMa, 2002.

CAPEL, Horácio. **El Associativismo científico em iberoamerica**. La necesidad de un enfoque globalizador. *Interciencia*, v.17,n.3,maio/junho, 1992, p.168-176.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **"Europa dos pobres": Juiz de Fora na belle-époque mineira**. Juiz de Fora. EDUFJF, 1994.

COUTO, Rita. **Santana: uma capela tirolesa na colônia alemã de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Edição do Autor, 2016.

GOODWIN Jr, James William. **A modernidade como projeto conservador: a atuação da Câmara Municipal de Juiz de Fora, 1850 - 1888**. *LOCUS: revista de história*, Juiz de Fora, MG, vol.3, n.1, 1997.

HOBBSAWM, Erick. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOWYAN, Gregório. **Saneamento e expansão da cidade de Juiz de Fora: águas e esgotos; retificação de rios, drenagem**. trad. Walquíria Corrêa de Araújo C. Valle. Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

LANA, Vanessa. **Uma associação científica no "interior das Gerais": A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) - 1889 - 1908**. 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ. Rio de Janeiro, 2006.

LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE. **O PHAROL**. Juiz de Fora, set. 1905. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 07 ago. 2017.

LIGA MINEIRA CONTRA A TUBERCULOSE. **O PHAROL**. Juiz de Fora, set. 1906. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=258822&PagFis=23336&Pesq=liga%20mineira%20contra%20a%20tuberculose>>. Acesso em 03 mar. 2018.

NAVA, Pedro. **Baú de ossos - memórias**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1972.

OLIVEIRA, Paulino. **História de Juiz de Fora**. Juiz de Fora, Companhia Dias Cardoso, 1953.

OLIVEIRA, Rogério Siqueira de. **Assistência à Saúde dos escravos em Juiz de Fora (1850 - 1888)**. 2016; 105f. Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2016.

ROSEN, George. **Uma História da Saúde Pública**. São Paulo: Hucitec; EDUESP. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994.

SIGOLO, Renata Palandri. **Pensamento médico e História**: um breve ensaio. Revista de História Regional, v. 1. Ponta Grossa: 1996. Arquivo para download. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2021>>. Acesso em 13 dez.2017.

TEIXEIRA FILHO, José Procópio. **Salvo erro ou omissão**. Gente Juiz-Forana. Juiz de Fora: Edição do autor. 1979.

TRAVASSOS, Miriam. **Santa Casa de Misericórdia de Juiz de Fora**. Uma reportagem para a história. Juiz de Fora: ESDEVA, 1993.

## A assistência ao corpo e à alma nas Minas do Setecentos

Manoela Vieira Alves de Araújo<sup>1</sup>

**RESUMO:** As irmandades da Misericórdia, que em Portugal e suas extensões ultramarinas eram as responsáveis por praticar o auxílio à população necessitada, tiveram uma criação tardia nas novas zonas que foram ocupadas no Brasil a partir do século XVIII. Neste artigo, abordaremos o modo como os habitantes mineiros tiveram acesso a outros diferentes recursos nos momentos de fragilidade humana para atender às suas necessidades assistenciais, tanto espirituais quanto materiais, estando estas mesmo interligadas. A população recorria à assistência através da filiação em irmandades, construía hospitais para atendimento dos necessitados, bem como tinham acesso a médicos, cirurgiões, boticários, curandeiros, feiticeiros, padres e raizeiros para sanar seus males.

**PALAVRAS-CHAVE:** irmandades; Santas Casas de Misericórdia; São Miguel e Almas; Minas Gerais; assistência; cura.

**ABSTRACT:** The Misericórdia brotherhoods, which in Portugal and its overseas extensions were responsible for practicing aid to the needy population, had a late creation in the new zones that were occupied in Brazil from the 18th century. In this article, we will discuss the way in which the inhabitants of Minas Gerais had access to other different resources in times of human frailty to attend to their assistance needs, both spiritual and material, and these are even interconnected. The population turned to care through membership in brotherhoods, built hospitals to care for the needy, and had access to doctors, surgeons, apothecaries, healers, sorcerers, priests and healers with roots to heal their illnesses.

**KEY-WORDS:** brotherhoods; Holy Houses of Mercy; Saint Michael and Souls; Minas Gerais; assistance; cure.

As Santas Casas de Misericórdia em Portugal e suas extensões ultramarinas eram as principais instituições locais responsáveis por praticar o auxílio à população

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Esta pesquisa é financiada pela FAPEMIG e pela Capes (PDSE). E-mail: [manoelavaa@yahoo.com.br](mailto:manoelavaa@yahoo.com.br)

necessitada. As irmandades da Misericórdia tiveram uma criação tardia nas novas zonas que foram ocupadas no Brasil a partir do século XVIII (FRANCO, 2011). Na capitania de Minas, após a fundação da Misericórdia de Vila Rica, em 1738, a próxima aprovação de uma irmandade da Misericórdia pela Coroa se deu apenas em 1816, em São João Del Rei.

Na falta das Misericórdias, esse espaço ficou preenchido, desde os primeiros núcleos de povoamento, por uma enorme quantidade de irmandades (BOSCHI, 1986), de diversas invocações espirituais, que supriam as necessidades assistenciais espirituais e materiais da população, ainda que restrita aos seus próprios membros. As irmandades de São Miguel e Almas, que se dedicavam à salvação das almas do Purgatório, se entendiam e se afirmavam como responsáveis por fazer “as vezes de Misericórdia” enquanto estas ainda não tivessem se instalado em suas localidades, o que, por sua vez, tinha o reconhecimento das autoridades competentes, como o bispado e a Coroa, através da confirmação dos seus Compromissos. Durante minha pesquisa de doutorado, verifiquei que essa não era uma especificidade da Capitania mineira, mas também de diversas irmandades de São Miguel e Almas localizadas em outras regiões da Colônia, constatando que, assim como em Minas, as irmandades das Almas de Vila Boa e do arraial de São José do Tocantins, ambas em Goiás; de Cuiabá, no Mato Grosso; de Curitiba e a da Colônia do Sacramento, na região Sul da Colônia, também se propuseram a atuar nas “vezes da Misericórdia”, sem excluirmos a possibilidade de haver mais em outras localidades. Dessa forma, podemos entender que essa foi uma característica das novas áreas de ocupação da região centro-sul da colônia brasileira no século XVIII.

Um exemplo é a irmandade de São Miguel e Almas de São João Del Rei, que em 1769 deliberou que

esta corporação que fazia as vezes de Misericórdia, no modo possível, na falta desta, atendendo ser justo socorrer os pobres enfermos, para que por falta de caridade não morrão, sem que se lhes administrem remédios necessários, ponderando nisto e no mais que ocorre a respeito dos pobres enfermos, ainda que não sejam irmãos desta Irmandade, foi por todos uniformemente acordado para que ajustarem Syrurgião e Boticário para que, com menos gravame desta Irmandade e Benefício dos pobres enfermos, serem estes socorridos a tempo, elegerão por hum anno ao Ldo Antônio José da Silva Lapa para assistir e curar os pobres que absolutamente nada têm de seu e elegerão também Boticário a Amaro da Cunha Barreto, por hum anno, para dar todos os remédios aos pobres enfermos receitados que sejam pelo Syrurgião (ALVARENGA, 2009: 32).

Em 1774 alguns camaristas ao pedirem abolição do médico de partido contratado pela Câmara usaram como uma das justificativas o fato de que “nem o Concelho podia com esta despesa, nem ela era necessária, porque a irmandade das Almas fazia vezes de Misericórdia, assistindo aos enfermos pobres com remédios, [confessor] e sustento”<sup>2</sup>.

Por sua vez, o Compromisso da irmandade das Almas de Cuiabá, no Mato Grosso, cujos estatutos foram confirmados pelo Bispo da cidade do Rio de Janeiro, portanto, antes de 1745 (criação do Bispado de Mariana), e foram enviados em 1765 e aprovados pela Mesa de Consciência e Ordens em 1768, determinava o seguinte:

Cap.16 - Que nenhuma irmandade possa ter tumba para enterrar quaisquer defuntos nem irmão e irmã (...) pois esta irmandade desde a ereção desta Vila está fazendo as vezes de Misericórdia enterrando os pobres e governando a casa que deram de esmola para o hospital dos pobres e foi por ser a primeira irmandade até o presente que se acha com tumba e as mais nunca tiveram tumba nem esquife.

Cap.17 Que esta irmandade terá todos os privilégios de Misericórdia por se achar até o presente fazendo as vezes dela desde sua criação pois é certo que em todas as partes destas Minas faz as vezes dela as Irmandades das Almas por não haverem (...)<sup>3</sup>.

A irmandade das Almas de Vila Boa de Goiás, ereta na matriz na década de 30 do século XVIII, afim de confirmar seu Compromisso reuniu em 1781 diversos testemunhos de pessoas proeminentes da Vila bem como da Câmara para provar que a irmandade atuava como Misericórdia na falta desta, desde a sua criação. Uma das testemunhas disse que

(...) sabe por presenciar que a dita irmandade costuma praticar nesta vila todas as ações mais pias e de melhor caridade, suprimdo aos enfermos necessitados, pedindo esmolas pelos fiéis para os alimentar nas ditas enfermidades, e falecendo algum o conduzem na sua tumba em corpo de irmandade até a sepultura. (...) Disse que sabe pela sobredita razão de o presenciar que desde o ano de 1763 que se criou nesta vila a junta de justiça sempre a mesma irmandade assistiu aos réus justificados dando-lhes alvas, cordas e acompanhando-os em corpo de irmandade com cera e a maior decência até o lugar do suplício e dando lhe sepultura em um cemitério que para esse efeito fez a mesma irmandade (...)<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Minas Gerais, cx. 107, doc. 19.

<sup>3</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT-CAOC/Comuns). Livro 297, fs. 85-89.

<sup>4</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Goiás. Cx. 32, doc. 2030.

A Câmara de Vila Boa também deu seu parecer:

(...) Atestamos e certificamos que tudo quanto os suplicantes referem neste seu requerimento é verdade, pois não havendo como não há nesta Vila irmandade de Misericórdia, esta das Almas supre aquela falta sem emolumento nem utilidade alguma antes a sua custa exercida em todas as ocasiões precisas todos os atos de caridade, piedade, não só com os justificados e padecentes como alegam, mas também com os enfermos pobres e desamparados, socorrendo-os em vida conforme podem e sepultando aos que falecem!<sup>5</sup>

Em 1782 a Mesa de Consciência e Ordens ordenou a confirmação desse compromisso, reafirmando a autoridade da Coroa sobre as irmandades religiosas e “dando-se a graça implorada da tumba enquanto não houver Casa da Misericórdia”<sup>6</sup>.

No Sul do Brasil, na Colônia do Sacramento, em 1723, o procurador da praça e dos povoadores solicitou a criação da Misericórdia, porque os soldados passavam por “muitas necessidades nas suas doenças”<sup>7</sup>. O rei solicitou a avaliação do governador que respondeu em 1725, que até aquela data, os soldados eram curados em casas alugadas pela Fazenda Real e tinham um enfermeiro e um ajudante índio. No entanto, segundo o governador, “se erigir a Irmandade da Misericórdia, justíssima coisa é, porém não ouço aos moradores cuidarem ainda nela, porquanto suprem com a que tem das Almas os seus pios exercícios”<sup>8</sup>.

O assistencialismo adquire formas e roupagens peculiares às épocas históricas e aos contextos nos quais se insere. Para a compreensão dos serviços de caridade desenvolvidos pelas irmandades das Almas, em grande parte concentrados no oferecimento de serviços fúnebres aos mortos, mas que não se limitavam a isso em algumas irmandades, especialmente as de maior capacidade financeira, acreditamos que devermos ter o cuidado em não negligenciar a importância social dos serviços espirituais prestados por essas irmandades, sob o risco de cairmos em uma visão anacrônica sobre a caridade. A angustiante busca dos leigos pela salvação de suas almas no catolicismo (LE GOFF, 1995) encontra-se associada à prática da caridade, considerada como um dever geral e como um instrumento que permite a remissão dos pecados, justificando a presença dos pobres na sociedade cristã como um meio natural no caminho da salvação, com a

<sup>5</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Goiás. Cx. 32, doc. 2030.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Colônia do Sacramento e Rio da Prata, cx. 02, doc. 135.

<sup>8</sup> Idem.



função de redimir espiritualmente os ricos que poderiam apagar os seus pecados através da doação de esmolas.

Abordando os aspectos teóricos da doutrina do Purgatório e o medo do destino da alma após a morte, alguns historiadores se esquecem de inserir a importância da salvação da alma para essa sociedade em sua análise concreta, enquanto efetivamente praticada pelos fiéis, descurando a respeito do valor dado aos aspectos espirituais da caridade, dirigida à alma, passível de eternidade e, por isso, muitas vezes considerada mais importante que a caridade material, dirigida ao corpo, que é perecível.

A população recorria à assistência garantida através da filiação em irmandades, construía hospitais para atendimento dos necessitados, bem como tinham acesso a médicos, cirurgiões, boticários, curandeiros, feiticeiros, padres e raizeiros que colocavam suas habilidades e dons à disposição de todos que deles precisavam para sanar os males que os acometiam. O recurso ao sobrenatural para a cura ou prevenção de enfermidades inseria-se de modo multifacetado na vida da sociedade mineira, criando uma intrincada trama de relações.

Apesar da falta de Misericórdias nas localidades mineiras do século XVIII, do suprimento das necessidades materiais espirituais dos fiéis pelas confrarias e da criação de alguns hospitais por parte da população para suprir essa falta, fato é que a arte de curar não se restringia a esses espaços. Atendendo fora dessas instituições havia as categorias profissionais ligadas ao universo oficial da cura, isto é, aqueles que haviam passado por exames e tinham recebido licença régia para atuarem, como os médicos, ou físicos, os cirurgiões, os boticários e os barbeiros, e também as pessoas comuns que, por alguma razão, obtiveram licença após comprovação de sua “inclinação” e “capacidade” para curar (GROSSI, 2004: 258-259), bem como havia os que atuavam ilegalmente.

O número de cirurgiões na Capitania de Minas não era abundante e a presença de médicos era escassa, sendo que em muitos locais, distantes das vilas e arraiais de maior envergadura, era rara a presença de um profissional médico (GROSSI, 2004: 259). O funcionário régio Manoel Soares de Sequeira produziu um manuscrito descritivo sobre Minas Gerais no segundo quartel do século XVIII, no qual afirma que “os médicos são em Vila Rica 3, no Ribeirão um, no Sabará 2. Os cirurgiões serão 80 e as boticas talvez não sejam 30” (GROSSI, 2004: 260).

Demonstrando que havia situações de informalidade, a legislação portuguesa procurou regradar as atividades curativas na América portuguesa. Em alvará de 1741, D.

João V ordenou a nomeação de comissários das autoridades médicas lusitanas para atuarem nos territórios ultramarinos para que fiscalizassem e aplicassem os exames, mediante o pagamento de uma taxa, àqueles que “estão sangrando e curando medicinalmente” sem serem aprovados. Os que passassem no exame tinham a certidão de aprovação enviada a Lisboa para ser confirmada e remetida ao Brasil. De acordo com o rei, isso se fazia necessário pois até aquele momento, “muitos destes não vêm examinar por estarem distantes desta corte temendo os gastos que poderão fazer nos caminhos”, e assim acontecia que “muitas pessoas [que] neste reino andavam curando e sangrando, e curando de meia cirurgia, parteiras e algevistas, e que tiram dentes e dão suores e unturas, e curam de algumas queixas particulares, como alporcas, quebraduras, sem serem examinados” (GROSSI, 2004: 260).

Na falta dos profissionais, a população buscava outras soluções. Havia os leigos que, aprovados nesses exames, podiam exercer funções curativas geralmente realizadas pelos cirurgiões. Exemplo disso foi Antônio da Rocha Porto, natural da cidade do Porto e morador no arraial do Itambé, na Comarca do Rio das Velhas, que em 1771 foi examinado de “meia cirurgia” pelo cirurgião José Antônio Mendes, “delegado geral em toda a América do cirurgião Mor do Reino”, pois apresentava “habilidade e muita curiosidade [e] se tem aplicado na total falta de professores pelos não haver naquele arraial e suas vizinhanças”. Antônio Porto já andava costumeiramente “a curar em necessidade alguns enfermos no que tem sido bem sucedido”. Durante o exame foram feitas as “perguntas necessárias a que ele respondeu com muita experiência e acerto por cujo motivo o damos por aprovado” (GROSSI, 2004: 258-259).

Em Minas, durante o século XVIII, os tratados médicos redigidos sobre a experiência adquirida na capitania não foram escritos por médicos formados, mas sim por cirurgiões, ou cirurgiões-barbeiros. Aliando a observação empírica dos casos que assistiam com a medicina erudita aprendida nos livros e mesclando conhecimentos oriundos de grupos como os ameríndios e os “paulistas” em suas práticas, esses cirurgiões “produziam um novo conhecimento que oscilava entre o popular e o erudito” (FURTADO, 2005: 90), incorporando às suas receitas as ervas locais (FURTADO, 2005: 101; ALMEIDA, 2010: 74-84).

Conforme destaca Júnia Furtado, os cirurgiões Luís Gomes Ferreira, Luís Gomes Ferreira, que redigiu o *Erário Mineral* (1735), José Antônio Mendes, autor do *Governo de Mineiros* (1770) e José Cardoso de Miranda, que escreveu *Relação cirurgica, e*

*médica, na qual se trata, e declara especialmente hum novo methodo para curar a infecção escorbútica* (1741) e *Prodigiosa Lagoa descoberta nas congonghas das minas do Sabará* (1749), receitaram em seus respectivos livros a ingestão de vários medicamentos, mesmo sabendo que isso era prerrogativa dos médicos, como também descreveram suas fórmulas e métodos de fabricação, que era da alçada dos boticários. Os autores se justificaram afirmando que no Brasil, e particularmente em Minas, eram os barbeiros, sem nenhuma formação, que geralmente realizavam essas práticas e que eles, enquanto cirurgiões, eram mais preparados para tal. Dessa forma, foi a escassez de médicos que os levou a redigirem livros voltados especialmente para a população da região (FURTADO, 2005: 92).

Gomes Ferreira, no *Erário Mineral*, por exemplo, em oposição aos remédios de botica, chamava de “remédios de pobre” as ervas medicinais catadas pelos matos, como a avenca silvestre, a erva-santa ou erva-cidreira, a angélica, a butua, além de muitas outras (NOGUEIRA, 2014: 19). O “Governo de Mineiros”, em que o termo “governo” empregado no título significa “uso”, como na expressão: “para seu governo, informo [...]”, era um guia prático preocupado em ajudar a minimizar as agruras da população ensinando-lhe a automedicação de acordo com os melhores preceitos da época, mas em linguagem compreensível aos leitores, destinando-se aos pobres sem recursos para contratar os serviços dos cirurgiões e, sobretudo, aos senhores de escravos (FURTADO, 2005; ALMEIDA, 2010; GUSMÃO et al., 2013: 252-253; NOGUEIRA, 2014).

André Luís Nogueira estudou os diálogos da medicina oficial presente nos tratados médicos do século XVIII com as práticas individuais de cura efetuadas por curadores não licenciados na Capitania de Minas, significativamente africanos ou mestiços, que acabaram envolvidos em denúncias em tribunais religiosos, com destaque para as devassas eclesiásticas, realizadas ao nível do bispado e os Cadernos do Promotor do Santo Ofício. Muitos desses curadores fixavam-se nos principais arraiais da Capitania e/ou circulavam oferecendo seus serviços que iam desde o uso, simultâneo ou não, de “bençãos”, “palavras” e orações católicas, administração de sangrias até a manipulação de “pós, raízes e ervas” para a produção de banhos, vomitórios e emplastos” (NOGUEIRA, 2014: 16).

Em 1722, Amaro, negro forro, foi lembrado à mesa de uma devassa eclesiástica por “curar com palavras bicho, e que sara sem mais outro remédio” (NOGUEIRA, 2014: 16). Na freguesia de Itabira, Alexandre Fernandes, provavelmente um curador branco,

morador no sítio do capitão-mor Tomás, também “usava de curar bichos com palavras e bênçãos”, curas pelas quais acabou sendo admoestado e assinou termo de culpa (NOGUEIRA, 2014: 16). Nessa mesma freguesia e época, residia uma mulher casada, chamada Mamede de Almeida, que fora duas vezes denunciada por “benzer com palavras bestas” (NOGUEIRA, 2014: 16). No Curral del Rei, outra mulher, uma viúva de nome Úrsula, também foi denunciada porque “usa de curar bicheiras com certas palavras e bênçãos” (NOGUEIRA, 2014: 16).

Quando explicitadas nas denúncias, essas mostram que parte dessas “palavras” e “bênçãos” era composta de conhecidas orações católicas, por vezes acompanhadas por invocações de santos. Assim, para “benzer de malefícios”, Bento de Prestelo, valia-se de “padres nossos credos e de outras orações que se usa na Igreja” (NOGUEIRA, 2014: 17).

Na sede do bispado, um preto forro foi solicitado para curar Ana Maria da Fonseca, que se achava gravemente enferma e “procurando todos os remédios da medicina sem lhe aproveitar nada de sorte que os professores a desampararam”. Conforme denúncia feita pelo marido de Ana, os tais “professores” disseram que a mesma padecia de “moléstia sobrenatural”, recomendando os exorcismos da Igreja, os quais teriam lhe conferido “algum alívio” embora “a moléstia sempre continuando”. Assim, “esgotadas” todas as possibilidades de recorrer às curas oficiais, o casal resolveu recorrer ao preto forro, curador ilegal. Confirmando ser a enfermidade decorrente de feitiços, o curador colocou “uma camisa de homem na parte da moléstia”, proferindo as palavras “assim como este pano foi cru, concruado e incruzado [sic] assim te tiro esse mal olhado; ou mal que te botaram, com o poder de Jó, de S. Pedro, e de S. Paulo e do Santo nome de Jesus que em ti tenha cuidado” (NOGUEIRA, 2014: 17-18).

Conforme afirmação de Júnia Furtado, apesar da perseguição às feiticeiras e curandeiros, grande parte deles escravos ou de origem africana, proveniente muitas vezes da tênue distância poder de curar e o de causar doenças e morte, isso nos revela, por outro lado, que a população recorria sistematicamente aos seus métodos de cura (FURTADO, 2005: 99).

Além disso, as orações endereçadas à corte celeste também se encontravam presentes nos livros escritos pelos representantes da medicina oficial (FURTADO, 2005: 97; ALMEIDA, 2010: 141). No *Erário Mineral*, Gomes Ferreira, que atuou mais de vinte anos em vários arraiais auríferos, prescreve para o tratamento de dores de dente o uso do “verdete e cravo da índia em pó” misturados “que se ponha em um prato de estanho em

29 de agosto, das onze horas até o meio-dia” e, em seguida, devia-se “molhar o dedo na saliva e pô-lo em cima dos pós”, e segundo o cirurgião, após uma Ave-maria, o dente pararia de doer (NOGUEIRA, 2014: 18). O recurso aos santos e orações é utilizado de forma constante em diversos trechos de seu tratado médico.

Dentro de um universo em que se relacionavam doenças e feitiços, curas e intercessão divina, não era raro que os tratados médicos do período receitassem sacramentos como o batismo ou a aplicação de água benta como parte da terapia (NOGUEIRA, 2011: 37). A crença nas “águas santas” estava diretamente ligada aos usos e explicações do sobrenatural cristão como recurso de cura.

O português João Cardoso de Miranda, que estudou cirurgia no Hospital do Porto, natural de Filgueiras, após viagens para a Espanha e França para sofisticar seus conhecimentos e prática, se estabeleceu na Bahia em 1726. Possuindo uma grave doença nos olhos, entrou em contato com a lagoa de Sabará na Capitania de Minas, experimentado uma melhora rápida e eficaz de sua enfermidade. A partir daí, Miranda resolveu escrever em 1749 uma obra relacionando as várias doenças curadas pelas águas da Lagoa Grande, cuja fama rapidamente se espalhou, ficando conhecida como Lagoa Santa, tendo suas ações terapêuticas relacionadas com as vivências cristãs (NOGUEIRA, 2011: 35). Calculando que aproximadamente três mil doentes “com todas as qualidades de achaques” já haviam peregrinado até a lagoa de Sabará, Cardoso de Miranda relatou na obra as primeiras cento e doze<sup>9</sup> curas operadas pelas suas águas, anotando o nome, a procedência, a doença e a quantidade de banhos necessários na lagoa para que as pessoas melhorassem ou se curassem definitivamente (NOGUEIRA, 2011: 40-41).

A obra de Cardoso de Miranda fornece algumas pistas sobre as relações entre senhores e escravos empregadas em relação à doença e aos tratamentos para recuperar a saúde dos cativos. As atitudes senhoriais eram diversas. Houve o caso de Jacinto de Sá, que havia expulsado seu escravo Jorge, qualificado como “incapaz” por encontrar-se em grave estado por conta das *quigilias*. Outros senhores, entretanto, investiam na cura de seus cativos para os manterem em melhores condições para a realização de seus trabalhos,

---

<sup>9</sup> Conforme analisou André Nogueira, das cento e doze pessoas mencionadas por Miranda, a grande maioria era composta por homens, que somavam noventa e um deste total. Provavelmente essa disparidade entre os gêneros se dava em razão da própria configuração populacional dos arraiais da Capitania bem como à menor capacidade de trânsito de certas mulheres, especialmente no que tange aos impedimentos morais relacionados aos banhos na lagoa. Esse último argumento é reforçado pelo fato de que das vinte e duas mulheres totais, doze eram cativas, e, portanto, tinham um menor poder de decisão sobre o tratamento de suas enfermidades. Ver NOGUEIRA, André Luís Lima. A “Prodigiosa Lagoa” de Sabará e as doenças das Minas do século XVIII. In: *Fronteiras*. Dourados. v. 13. n. 23, jan./jun. 2011: 33-57: 44.

garantindo os investimentos feitos. Antonio Ferreira Milhão, indo até Sabará para curar uma dor no joelho, levou também para se tratar seu escravo de nome Domingos, que se achava “com a bolça [sic] toda inchada, e cheia de fistolas”. Do mesmo modo, Domingos da Silva S. Paio, que durante nove anos convivia com dores em uma perna e aproveitou a viagem para levar consigo seu escravo Miguel, com graves cursos (NOGUEIRA, 2011: 53). Eram diversos os casos de senhores que buscavam tratamentos variados para recobrar a saúde de seus escravos, tanto no âmbito da medicina oficial como das práticas de curadores ilegais (FURTADO, 2005: 91; ALMEIDA, 2010; NOGUEIRA, 2011: 33-57, 2014: 15-26).

Nas Minas setecentistas, algumas das ações terapêuticas realizadas por agentes de cura não licenciados se aproximavam daquelas praticadas pelos curadores oficiais, não havendo uma delimitação rígida entre o oficial e o ilegal na arte de curar.

Uma denúncia contra o negro mina João da Silva mostrou que ele era um hábil conhecedor das raízes, ervas e pós no rol de produtos que usava em seus “suadouros de ervas”, “banhos”, “beberagens” e “purgas”. Além do “pó de pau” de laranjeira brava para cicatrizar e estancar sangrias figuravam ainda “raízes de orelha de onça”, “raízes de figueira brava” “e umas raízes a que chamam paratudo”. Parte dessas “raízes” e “ervas” usadas pelo curador ilegal João da Silva também eram conhecidas e usadas pelos representantes da medicina oficial, como o cirurgião Gomes Ferreira (NOGUEIRA, 2014: 20-21). O autor do Erário Mineral também ressaltava a importância terapêutica do *paratudo* nos casos de “dores de barriga” e “cólicas”, afirmando que “é este remédio tão vulgar em algumas partes que até os pretos trazem esta casca consigo para as ocasiões de suas dores de barriga”. Sobre a *orelha de onça*, assim como o curador ilegal, Gomes Ferreira também confirmava suas qualidades como “prodigiosa para todos os venenos e mafelícios”, ou seja, ambos a empregavam na cura de feitiços. A crença de que as pessoas poderiam ser alvo de feitiços era comungada por vários médicos, cirurgiões e demais representantes do saber letrado (NOGUEIRA, 2014: 21).

Assim, o que quisemos demonstrar aqui é que, na falta das Misericórdias, os habitantes mineiros tiveram outros diferentes recursos para atender nos momentos de fragilidade humana às suas necessidades assistenciais, tanto no âmbito espiritual quanto material, estando estas mesmo interligadas. O recurso ao sobrenatural para a cura ou prevenção de enfermidades inseria-se de modo multifacetado na vida da sociedade mineira, criando uma intrincada trama de relações. A população recorria à assistência

garantida através da filiação em irmandades, construíam hospitais para atendimento dos necessitados, bem como tinham acesso a médicos, cirurgiões, boticários, curandeiros, feiticeiros, padres e raizeiros que colocavam suas habilidades e dons à disposição de todos que deles precisavam para sanar os males que os acometiam.

Dentro desse contexto, muitas irmandades de São Miguel e Almas praticaram, além do auxílio interno aos seus membros, também a assistência a pessoas que não pertenciam ao grupo da confraria, e diziam desempenhar a função das Santas Casas de Misericórdia enquanto estas ainda não estivessem estabelecidas nessas localidades.

## BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla Berenice Starling de. *Medicina mestiça: saberes e práticas curativas nas Minas Setecentistas*. São Paulo: Annablume, 2010.

ALVARENGA, Luís de Melo Alvarenga. *História da Santa Casa da Misericórdia de São João del-Rei*. In: DANGELO, André G. D.; VIEGAS, Aluizio J. (ORGS.). Belo Horizonte: Gráfica Formato: 2009.

BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

FRANCO, Renato. *Pobreza e caridade leiga: as Santas Casas de Misericórdia na América Portuguesa*. (Tese de doutorado em História). São Paulo: USP, 2011.

FURTADO, Júnia Ferreira. Barbeiros, cirurgiões e médicos na Minas colonial. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 2005.

LE GOFF, Jacques. *O nascimento do Purgatório*. Lisboa: Estampa, 1995.

GROSSI, Ramon Fernandes. Dos físicos aos barbeiros: aspectos da profissão médica nas Minas Setecentistas. In: *História & Perspectivas*. Vols. 29 e 30. Uberlândia, 2004, pp.255-282.

GUSMÃO, Sebastiao Silva; MAGNANI, Maria Cláudia Almeida Orlando; RAMOS JÚNIOR, Silvio Pereira. Hospital do contrato Diamantino, Santa Casa de Diamantina e Hospício da Diamantina. In: *História da Medicina. Rev. Med. Minas Gerais*. Belo Horizonte, UFMG, 2013.

NOGUEIRA, André Luís Lima. A “Prodigiosa Lagoa” de Sabará e as doenças das Minas do século XVIII. In: *Fronteiras*. Dourados. v. 13. n. 23, jan./jun. 2011, pp. 33-57.

\_\_\_\_\_. Saberes terapêuticos nas Minas coloniais: diálogos entre a medicina oficial e as curas não licenciadas (séc. XVIII). In: *História Unisinos*. Vol.18. n.1, janeiro/abril de 2014, pp.15-26.



### **SIMPÓSIO TEMÁTICO 03**

A ditadura civil-militar brasileira: diálogos sobre uma conjuntura

#### **Coordenadores:**

Natália Aparecida Godoy da Silva - Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Licenciada em História pela mesma instituição.

Paulo Henrique Silveira Damião - Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Licenciado em História pela mesma instituição.

#### **Ementa:**

O tema da ditadura civil-militar brasileira está, hoje, em voga na sociedade. Com a crise político-institucional a qual o Brasil vem passando, muito se ouve sobre o tempo dos militares. Há muitas manifestações de denúncia à ditadura, mas há, também, pedidos de intervenção militar. O debate se torna cada vez mais polarizado, gerando uma verdadeira batalha pela memória da ditadura. Em um cenário no qual temos um candidato à presidente da República que apoia publicamente o regime autoritário a qual vivenciamos nas décadas de 1960, 70 e 80, e que tem projetos de lei (em âmbito municipal, estadual e nacional) que visam cercear as liberdades de ensino, tal como o “Escola sem partido”, torna-se cada vez mais importante travarmos debates sobre a ditadura e seus impactos sociais.

Os próprios debates sobre história pública se intensificaram nos últimos anos no Brasil. A criação da Rede Brasileira de História Pública – RBHP, em 2012, é sintomático de tal preocupação. O interesse por história compartilhado por um público leigo e a emergência do conhecimento histórico em mídias digitais, entre outros fatores, contribuíram, como ainda contribuem, para o crescimento das reflexões sobre a ditadura, a história pública e a história do tempo presente, e o papel do historiador dentro dessas disputas de memória. A conjuntura descrita acima justifica as problematizações que dizem respeito às comissões da verdade e outros organismos de reparação e sobre as potencialidades e desafios que envolvem a história pública.

Este Simpósio Temático pretende, assim, ser um espaço de debate para pesquisas que tenham como interesse o período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) em suas diferentes abordagens teórico-metodológicas. A censura, a repressão, os autoritarismos de Estado, a luta armada, os movimentos sociais (trabalhadores, sindicatos, esquerdas, igrejas, etc.), dentre outras, assim como as abordagens acerca da história pública e temáticas correlatas, como a história do tempo presente, história oral e as comissões da verdade, são algumas propostas de análises das quais este simpósio busca reunir.

## Apontamentos iniciais sobre a participação do historiador na Comissão Nacional da Verdade

Natália Aparecida Godoy da Silva <sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho pretende apresentar um perfil profissional dos historiadores que atuaram na Comissão Nacional da Verdade através do acordo internacional de cooperação técnica assinado entre esta comissão e o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento. O trabalho também dissertará sobre as contribuições e desafios do papel público do historiador na escrita da história de eventos traumáticos.

**Palavras-chave:** Comissão Nacional da Verdade, história do tempo presente, história pública, memória, justiça de transição.

**Abstract:** This paper intends to present a professional profile of the historians who worked in the National Commission of Truth through the international agreement of technical cooperation signed between this commission and the United Nations program for the development. The paper will also discuss the contributions and challenges of the historian's public role in writing the history of traumatic events.

**Keywords:** National Commission of Truth, history of the present time, public history, memory, transitional justice.

### Introdução

Em 2011, foi aprovada a criação da Comissão Nacional da Verdade através do Decreto Lei nº 12.528, com o objetivo de investigar as graves violações aos direitos humanos praticadas por indivíduos a serviço ou interesse do Estado entre 1946 a 1988, e tornar públicos os locais de ocorrência de tais violações.

As atividades da CNV se desenvolveram entre maio de 2012 a dezembro de 2014 através de uma rede de profissionais com formação em medicina, direito, história, jornalismo, ciências sociais e outras áreas. A comissão também trabalhou em diálogo com

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Licenciada em História pela mesma instituição. E-mail: nataliajfm@gmail.com

iniciativas nacionais e internacionais envolvidas na preservação dos Direitos Humanos. Entre as iniciativas internacionais, destaca-se o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD.

A Comissão Nacional da Verdade assinou um acordo de cooperação técnica internacional com o PNUD em outubro de 2013, com o intuito de contratar profissionais em um momento de mobilização para a escrita do relatório final desta comissão, a ser entregue ao final de seu mandato.<sup>2</sup> O acordo proporcionou a contratação de pesquisadores, assistentes, peritos, entre outros.<sup>3</sup> Entre os contratados é possível identificar um número significativo de historiadores, conforme será apresentado neste trabalho.

Assim, este trabalho apresentará um perfil profissional dos historiadores que foram contratados através do acordo supracitado entre novembro de 2013 e junho de 2014. <sup>4</sup> Procura-se através deste perfil traçar hipóteses sobre a participação de tais historiadores na Comissão Nacional da Verdade que serão verificadas com o aprofundamento da pesquisa.

O trabalho também dissertará sobre a criação da Comissão Nacional da Verdade e sobre o papel público do historiador na escrita da história de eventos traumáticos, tema caro ao historiador diante da conjuntura política atual. Será dado destaque à influência da CNV nas reflexões sobre o papel público do historiador.

## **Breve histórico de criação da Comissão Nacional da Verdade**

---

<sup>2</sup> CHERNICHARO, L.; WESTHROP, A. Jo; SIMI, G.(org.). *Comissão Nacional da Verdade: balanços e perspectivas da finalização de seu processo político-institucional*. Relatório de Monitoramento. Instituto de Estudos da Religião (ISER). Rio de Janeiro: fev. 2015, vol.5, p.28. Disponível em <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>. Acesso em 15 set.2018.

<sup>3</sup> BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, vol.1, p.69. Disponível em: << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

<sup>4</sup> A primeira chamada de contratação de pesquisadores divulgada pelo endereço eletrônico do PNUD informa que as atividades dos contratados se iniciariam em dezembro de 2013. De acordo com o Instituto de Estudos da Religião, o PNUD divulgou uma nova chamada com prazo limite de inscrição em junho de 2014. Não foram encontrados dados completos sobre esta chamada e não foi possível identificar o número exato de chamadas realizadas. Sobre a segunda chamada, ver: ISER. Relatório de Acompanhamento Semestral da Comissão Nacional da Verdade. Rio de Janeiro: ISER, jun.2014, vol.4, p.11-12. Disponível em <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>. Acesso em 01 maio 2018. A primeira chamada pode ser acessada através do endereço: MEMÓRIAS REVELADAS. Pnud seleciona profissionais para trabalhar na CNV. Disponível em << <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/2-uncategorised/371-pnud-seleciona-profissionais-para-trabalhar-na-cnv.html>>>. Acesso em 31 jan. 2018.

O Brasil foi um regime civil-militar entre 1964 a 1985, no qual imperou a repressão institucionalizada pelo Estado em direção a diversos segmentos opositores a tal regime (REIS FILHO: 2014,17).

O Estado brasileiro não promoveu investigações sobre a repressão no fim de tal regime devido ao medo de retorno ao autoritarismo, compartilhado por diversos setores da elite política e da sociedade civil. (HOLLANDA & PERLATTO: 2017,17). Além disso, a ideia de reconciliação por trás do perdão recíproco definido na lei de Anistia (Lei nº 6.683) era compreendida como a alternativa mais viável para o processo de redemocratização. (HOLLANDA & PERLATTO: 2017,17).

O esclarecimento do passado ficou a cargo de grupos envolvidos na defesa dos Direitos Humanos, incluindo ex- perseguidos políticos e seus familiares. Um dos frutos de tal militância foi o relatório *Brasil Nunca Mais*, produzido por advogados de presos e exilados políticos vinculados a Arquidiocese de São Paulo em 1985 (HOLLANDA: 2013,104).

Nas décadas seguintes, o Estado voltou-se para medidas de reparação pecuniária em detrimento de uma política de esclarecimento sobre o passado. (HOLLANDA & PERLATTO: 2017,17). Tais medidas foram asseguradas pelo Estado brasileiro a partir da Lei dos Mortos e Desaparecidos Políticos (Lei nº 9.140/1995) e da Comissão da Anistia (Lei nº 10.559/2002) (HOLLANDA: 2013,105-107). Os documentos para atestar as violações sofridas deveriam ser reunidos pelos próprios interessados, mas os documentos disponíveis registravam a versão dos militares sobre a Ditadura Civil-Militar, como alegações de suicídios (HOLLANDA & PERLATTO: 2017,18).

A criação da Comissão Nacional da Verdade começou a se desenvolver em 2008, durante a XI Conferência Nacional de Direitos Humanos. Como desdobramento de tal conferência, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos lançou o terceiro Plano Nacional dos Direitos Humanos através do Decreto nº 7.037 que propôs algumas medidas voltadas para a justiça de transição, entre as quais a criação de uma comissão da verdade (BAUER: 2017,33).

O plano teve uma repercussão negativa entre a direita, principalmente entre as Forças Armadas que entre as críticas, afirmavam que a comissão “[...] corromperia o ambiente de conciliação nacional estabelecido pela lei da Anistia de 1979 [...]” (MACIEL: 2014,123-124). Em resposta a tais críticas, o Governo Federal estendeu o

recorte temporal do plano para o período entre 1946 a 1988, período definido no artigo oitavo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (GALLO: 2014,331).

Após as reformas no PNDH III, elaborou-se o projeto de lei para a criação da Comissão Nacional da Verdade em 2010. O texto foi aprovado no Congresso e Senado no segundo semestre de 2011 e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff ainda em novembro (QUINALHA: 2013,185) através do Decreto-Lei nº 12.528<sup>5</sup>. Na mesma data, a aprovação da Lei de Acesso às Informações Públicas (Lei nº 12.527) permitiu o acesso da CNV a documentos referentes ao período investigado.

Entre os pontos definidos no decreto de criação da CNV, destaca-se a adoção do recorte temporal definido no PNDH III (1946 a 1988) como período a ser investigado pela comissão e o desprovemento de caráter judicial pela mesma que ficaria, assim, sem poderes para punir judicialmente os responsáveis pelos crimes aos direitos humanos.

Portanto, o Estado propõe uma política de esclarecimento do passado recente após trinta anos de redemocratização. (HOLLANDA: 2013,102).

### **As atividades da Comissão Nacional da Verdade**

A Comissão Nacional da Verdade foi instalada em 16 de maio de 2012, em uma cerimônia realizada no Palácio do Planalto.<sup>6</sup> O mandato legal desta comissão teve fim em 10 de dezembro de 2014, data na qual foi entregue o relatório dos trabalhos desenvolvidos.<sup>7</sup>

Quanto à composição da CNV definiu-se que a mesma deveria ser integrada por:

7 (sete) membros, designados pelo Presidente da República, dentre brasileiros, de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e da institucionalidade constitucional, bem como com o respeito aos direitos humanos.<sup>8</sup>

Receberam posse durante a cerimônia de instalação da CNV os seguintes membros escolhidos pela presidenta: José Carlos Dias, José Paulo C. Filho, Rosa Maria

---

<sup>5</sup> BRASIL. Decreto-lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Presidência da República*. Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

<sup>6</sup>GOVERNO FEDERAL. Instalada a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em << <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/05/instalada-a-comissao-nacional-da-verdade>>>. Acesso em 15 out.2018.

<sup>7</sup> BRASIL.Art. 11 do Decreto-lei nº 12.528/2011.

<sup>8</sup> BRASIL. Art. 2 do Decreto-lei nº 12.528/2011.

C. da Cunha, Claudio Fonteles e Gilson Dipp, advogados, Paulo Sérgio Pinheiro, cientista político e Maria Rita Kehl, psicanalista. Gilson Dipp se afastou em abril de 2013 por problemas de saúde e Claudio Fonteles renunciou ao cargo em setembro do mesmo ano.

<sup>9</sup> Não se contratou outro comissionado para a substituição de Gilson Dipp enquanto o advogado Pedro B. de Abreu Dallari foi nomeado em substituição a Cláudio Fonteles.<sup>10</sup>

O primeiro semestre de funcionamento da Comissão Nacional da Verdade, entre maio e outubro de 2012, foi marcado pela definição da estrutura administrativa e de pesquisa, incluindo a escolha dos temas a serem pesquisados.<sup>11</sup> Em julho do mesmo ano, os membros aprovaram a resolução nº 1 que definiu que a comissão se organizaria em colegiado, subcomissões e grupos de trabalho e estabeleceu outras disposições sobre o funcionamento de tal comissão.<sup>12</sup> O colegiado reuniu os sete membros enquanto as subcomissões e grupos de trabalho receberam pesquisadores e outros funcionários cujas atividades se deram sob orientação daquele.<sup>13</sup>

O colegiado criou três subcomissões ainda em julho: subcomissão de pesquisa, geração e sistematização de informações, subcomissão de relações com a sociedade civil e instituições e subcomissão de comunicação externa. Os grupos de trabalho temáticos se formaram no interior da subcomissão de pesquisa, durante o segundo semestre de atividades da CNV e seriam uma forma de dinamizar o extenso trabalho de pesquisa a ser desenvolvido por aquela.<sup>14</sup>

Os grupos de trabalho se subdividiram nos seguintes temas: ditadura e gênero; Araguaia; contextualização, fundamentos e razões do golpe civil-militar de 1964; ditadura e sistema de Justiça; ditadura e repressão aos trabalhadores e ao movimento

---

<sup>9</sup>BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, vol.1, p, 21. Disponível em: << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

<sup>10</sup> CHERNICHARO, Luciana; WESTHROP, Amy Jo; SIMI, Gustavo (org.). Comissão Nacional da Verdade: balanços e perspectivas da finalização de seu processo político-institucional. Relatório de Monitoramento. Instituto de Estudos da Religião (ISER). Rio de Janeiro: fev. 2015, vol.5, p.98. Disponível em <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 15 set.2018.

<sup>11</sup>BRASIL, op.cit. p.49.

<sup>12</sup> BRASIL. Resolução nº 1, de 02 de julho de 2012. Aprova o regimento interno da Comissão Nacional da Verdade. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, Seção I, 13 de julho de 2012. Disponível em << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/regimento\\_interno\\_cnv\\_130712.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/regimento_interno_cnv_130712.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

<sup>13</sup>WESTHROP, Amy Jo *et al.* Um ano de Comissão Nacional da Verdade: contribuições críticas para o debate público. Relatório de Monitoramento da Comissão Nacional da Verdade- maio de 2012 a maio de 2013. Instituto de Estudos da Religião. (ISER). Rio de Janeiro: ISER, maio 2013, vol.2, p.40-43. Disponível em << <http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 01 maio 2018.

<sup>14</sup> BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, vol.1, p,49-51. Disponível em: << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

sindical; estrutura de repressão; mortos e desaparecidos políticos; graves violações de direitos humanos no campo ou contra indígenas; Operação Condor; papel das igrejas durante a ditadura; perseguições a militares; violações de direitos humanos de brasileiros no exterior e de estrangeiros no Brasil; e o Estado ditatorial-militar.

As atividades dos grupos de trabalho foram desenvolvidas por profissionais de diferentes formações acadêmicas como jornalistas, advogados, psicanalistas, cientistas sociais e historiadores. Tais dados permitem identificar a participação de cinco historiadores em nove grupos de trabalho entre agosto de 2012 a maio de 2013 (GODOY: 2018, no prelo).

A subdivisão da pesquisa em grupos de trabalho começou a ser encerrada em novembro de 2013, data de início do terceiro semestre de funcionamento da CNV <sup>15</sup> e momento no qual esta passa a se organizar para a escrita do relatório final.<sup>16</sup> Alguns grupos continuaram atuando em 2014.<sup>17</sup>

Ainda em outubro de 2013, a comissão firma o acordo de cooperação técnica “Fortalecimento da Comissão Nacional da Verdade” com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com o intuito de contratar pesquisadores, assistentes técnicos e peritos<sup>18</sup> que pudessem atuar durante a fase de escrita do relatório final.<sup>19</sup> Em tal acordo, a CNV se beneficiou da vasta experiência do PNUD em prestar cooperação técnica a comissões da verdade de outros países.<sup>20</sup>

Encontravam-se contratados quarenta e cinco profissionais em junho de 2014.<sup>21</sup> Foram identificados dezenove historiadores entre os contratados através da consulta ao currículo Lattes de cada profissional: Maria Antonieta Mendizábal Cortés, Suellen Neto

<sup>15</sup> CHERNICHARO, Luciana; WESTHROP, Amy Jo; SIMI, Gustavo (org.). Comissão Nacional da Verdade: balanços e perspectivas da finalização de seu processo político-institucional. Relatório de Monitoramento. Instituto de Estudos da Religião (ISER). Rio de Janeiro: fev. 2015, vol. 5, p.43.

<sup>16</sup> BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, vol.1, p.57. Disponível em: << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

<sup>17</sup> CHERNICHARO, Luciana; WESTHROP, Amy Jo; SIMI, Gustavo (org.). Comissão Nacional da Verdade: balanços e perspectivas da finalização de seu processo político-institucional. Relatório de Monitoramento. Instituto de Estudos da Religião (ISER). Rio de Janeiro: fev. 2015, vol. 5, p.44. Disponível em <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 15 set.2018.

<sup>18</sup> BRASIL, op.cit.p.69.

<sup>19</sup> ISER. Relatório de Acompanhamento Semestral da Comissão Nacional da Verdade. Rio de Janeiro: ISER, jun.2014, vol. 4, p.12. Disponível em <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 01 maio 2018.

<sup>20</sup> PNUD, Projeto de Cooperação Técnica Internacional BRA/13/011 – Fortalecimento da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: 2013. Disponível em << [https://info.undp.org/docs/pdc/.../BRA/Relatorio%20progresso\\_marco%202014.doc](https://info.undp.org/docs/pdc/.../BRA/Relatorio%20progresso_marco%202014.doc)>>. Acesso em 17 set. 2018,p.7.

<sup>21</sup> ISER, op.cit.p.11.



Pires Maciel, Alejandra Luisa Magalhães Estevez, André Bonsanto Dias, Wilma Antunes Maciel, Angélica Muller, Eduardo Cavalcanti Schnoor, Fernanda Maria Duarte Severo, Deusa Maria de Sousa, Pedro Ivo Carneiro Teixeira, Mariluci Cardoso Vargas, Caio Bruno Pires Mende Cateb, Camila Cristina da Silva, Clerismar Aparecido Longo, Glenda Gathe Alves, Pâmela de Almeida Resende, Paula Franco, Paulo Jorge Corrêa Campos e Rafael Borba Araújo.

Tais historiadores, segundo a mesma fonte, ocuparam os cargos de analista de pesquisa, pesquisador, pesquisador sênior e pesquisador júnior. Oito historiadores atuaram como pesquisadores juniores, quatro historiadores foram pesquisadores, quatro foram analistas de pesquisa e três historiadores exerceram as atividades de pesquisador sênior.

Tais cargos se definiam por funções similares tais como realizar coleta de fontes, orientar a CNV na identificação de arquivos e outras fontes de informação e elaborar relatórios periódicos de pesquisa para a comissão, conforme apresentado nas chamadas de contratações de profissionais divulgadas pelo PNUD.<sup>22</sup>

Segundo tais chamadas, o analista de pesquisa e o pesquisador deveriam ser mestres em Ciências Humanas preferencialmente Ciência Política, Direito, História, ou área afins. O primeiro deveria ter três anos de experiência em pesquisa sobre temas correlatos a CNV e o segundo deveria apresentar dois anos de experiência. O cargo de pesquisador sênior exigia doutorado nas áreas supracitadas e quatro anos de experiência em pesquisa e o cargo de pesquisador júnior exigia na graduação nas mesmas áreas, uma esperada pós-graduação e dois anos de experiência em pesquisa.

Após a identificação dos historiadores contratados elaborou-se um perfil profissional dos mesmos, conforme apresentado a seguir.

## **O perfil profissional dos historiadores**

---

<sup>22</sup>MEMÓRIAS REVELADAS. Pnud seleciona profissionais para trabalhar na CNV. Disponível em <<<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/2-uncategorised/371-pnud-seleciona-profissionais-para-trabalhar-na-cnv.html>>>. Acesso em 31 jan. 2018.

Elaborou-se um perfil profissional dos historiadores contratados através do acordo de cooperação firmado entre a CNV e o PNUD. O perfil foi construído através do estabelecimento de categorias de análises comuns ao grupo de historiadores, metodologia utilizada em levantamentos prosopográficos (STONE: 2011,115).

A pesquisa não almejou construir uma biografia coletiva ou prosopografia dos historiadores, uma vez que categorias recorrentes em análises prosopográficas (data de nascimento, idade, entre outras) não fizeram parte do seu escopo de análise. Portanto, a prosopografia foi utilizada como um caminho metodológico para a construção de tal perfil.

A formação acadêmica, incluindo regiões de seu desenvolvimento, temas estudados e atuação profissional foram os critérios de análise utilizados para a construção do perfil profissional dos historiadores na pesquisa proposta. Os dados foram recolhidos através da consulta ao Currículo Lattes de cada historiador.

Em relação à formação acadêmica, treze historiadores eram mestres entre novembro de 2013 e o primeiro semestre de 2014, data provável de ingresso na CNV. Entre estes, onze eram mestres em História e dois em Relações Internacionais e Comunicação Social, respectivamente. Estima-se que três historiadores contratados para o cargo de pesquisador Junior estavam cursando o mestrado em História na data acima.

Até o primeiro semestre de 2014, seis historiadores apresentavam o título de doutores e quatro estavam desenvolvendo uma pesquisa doutoral. Estima-se que dois historiadores ingressaram no doutorado durante as suas atividades na CNV. Atualmente, entre os dois grupos de historiadores com doutorado em andamento, quatro já terminaram o doutorado. Dois historiadores que atuaram como pesquisadores juniores iniciaram o doutorado após o encerramento das atividades da CNV, um em História e outro em Estudos Estratégicos Internacionais. Assim, contabilizam-se oito historiadores com doutorado em História, uma doutora em Sociologia e um doutor em Comunicação Social.

Uma historiadora obteve o título de pós-doutora em História, após o fim das atividades da CNV e um historiador está cursando o pós-doutorado em Ciências Sociais.

Entre os dezenove historiadores, Maria Antonieta M. Cortés aparenta não ser brasileira, uma vez que se graduou em História no Chile. Grande parte dos historiadores desenvolveu seus estudos em instituições de ensino superior localizadas nas regiões sudeste e sul, enquanto um pequeno número de historiadores estudou na região centro-oeste, em duas regiões, no exterior e no Brasil parcialmente e no exterior:

**Tabela 1:** Trajetória acadêmica dos historiadores por região

<b>Regiões</b>	<b>Número de historiadores</b>
Sudeste	7
Sul	4
Centro-Oeste	3
Exterior	1
Sudeste e Centro-Oeste	1
Sudeste e Sul	2
Sudeste e Exterior	1
<b>Total</b>	<b>19</b>

Fonte: elaborado pela autora.

Dezesseis historiadores desenvolvem pesquisas sobre uma grande variedade de temas relacionados à Ditadura Civil-Militar e de interesse da CNV tais como movimentos sociais, tempo presente, história, memória, justiça de transição, direita e esquerda, imprensa, Igreja católica, militares.

O grupo analisado atua como professor de História no Ensino Superior, professor de história na rede pública de ensino básico, pesquisador de instituições de pesquisa, entre as quais instituições voltadas para a preservação dos Direitos Humanos. Paula Franco foi pesquisadora na Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo, em 2013. Eduardo C. Schnoor foi pesquisador da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro também em 2013 e atualmente é pesquisador da Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis (RJ).

Portanto, constata-se que todos os historiadores contratados apresentam a formação acadêmica e a experiência profissional exigidas em cada um dos quatro cargos definidos pelo PNUD. Entretanto, os Currículos Lattes e o relatório final não evidenciam se houve historiadores que se inscreveram no processo de contratação de pesquisadores pelo PNUD, mas não foram selecionados, quais os critérios de escolha dos historiadores

utilizados pelos responsáveis pela seleção, qual a data de entrada de cada historiador na CNV e quais as atividades desenvolvidas por cada um destes.

Através de ambas as fontes conseguiram-se identificar que Alejandra Estevez<sup>23</sup> foi colaboradora no grupo de trabalho sobre repressão aos trabalhadores e ao movimento sindical, Wilma Antunes Maciel foi uma das escritoras do capítulo “Violações dos Direitos Humanos no meio militar,” presente no segundo volume do relatório da CNV e Angélica Muller foi uma das escritoras do capítulo “As graves violações aos direitos humanos nas universidades”, disponível no mesmo volume. Os currículos de Deusa Maria de Sousa e Eduardo Cavalcanti Schnoor informam que os pesquisadores atuaram respectivamente em pesquisas sobre a guerrilha do Araguaia e sobre a “casa da morte”, localizada em Petrópolis (RJ).

Além disso, a formação teórico-metodológica de tais pesquisadores e a experiência acumulada no estudo de temas de interesse da Comissão Nacional da Verdade, no trabalho enquanto docente e pesquisador permite indagar acerca das contribuições de tais historiadores para os trabalhos da CNV e para a elaboração de seu relatório final.

O relatório reconhece o trabalho desenvolvido pelos pesquisadores de diversas áreas que atuaram na comissão durante seu mandato e ressalta a importância da contratação de profissionais para as suas atividades através do acordo firmado com o PNUD. Entretanto, não há menções às contribuições dos historiadores em tais atividades.

Quanto ao relatório final, Caroline Bauer afirma que o mesmo tem uma narrativa de tom jurídico positivista

[...] que se aproxima de uma concepção historicista da história, na qual a potencialidade do fato, existente aprioristicamente e acessível a partir de documentos oficiais e dos depoimentos prestados por ex-presos e perseguidos políticos, familiares de mortos e desaparecidos e agentes da ditadura, é a prova incontestada da realidade. [...] (BAUER: 2017,179).

A pesquisadora acrescenta que tal configuração da narrativa do relatório pode se explicar pelo fato da Comissão Nacional da Verdade ter sido coordenada por profissionais do Direito em sua maioria.

---

<sup>23</sup> BRASIL, Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014, vol.2, textos temáticos, p. 82. Disponível em: << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf)>>. Acesso em 13 de jul 2017.

Assim, os historiadores tiveram um papel secundário na Comissão Nacional da Verdade no que diz respeito às pesquisas e escrita do relatório final? Almeja-se responder a esta questão e as outras indagações supracitadas nos próximos meses da pesquisa, através de entrevistas realizadas com alguns historiadores que participaram da CNV e ex-representantes desta comissão.

### **História do tempo presente, história pública e o papel social do historiador**

Segundo François Hartog e Jaques Revel, a partir dos anos 1980, os historiadores foram designados para participarem em julgamentos de crimes de lesa humanidade devido à “autoridade e expertise dos profissionais, principalmente no que diz respeito à análise contextual e à crítica às fontes” o que contribuiu para a retomada das reflexões sobre o papel social do historiador e da historiografia (HARTOG; REVEL: 2001,23 *apud* BAUER: 2017,53).

Tais inquietações se desdobraram na ascensão de uma corrente de escrita da história preocupada em refletir sobre a produção de um conhecimento histórico voltado para a intervenção pública e social do historiador principalmente em temas traumáticos, como as ditaduras que marcaram o século XX. Tais reflexões preocupam-se com o caráter ético-político da pesquisa histórica, movimento denominado de “giro ético-político” por Enzo Traverso (TRAVERSO: 2011,106 *apud* BAUER: 2017,14).

O giro ético-político da historiografia contribuiu para a problematização da premissa de que a história do tempo presente compromete a objetividade do historiador devido à proximidade temporal, uma vez que o distanciamento temporal tem sido percebido como um empecilho à memória, a verdade e a justiça (BAUER: 2017,14).

Além disso, os historiadores têm sido desafiados a observar e inserir em suas pesquisas elementos presentes no espaço que os rodeia, nos quais se incluem os saberes não acadêmicos e as disputas de memória. (TRAVERSO: 2004,7-8 *apud* BAUER: 2017,56).

No Brasil, esse movimento ganhou força com a criação da Comissão Nacional da Verdade que além dos questionamentos sobre o papel público do historiador gerou indagações sobre a viabilidade ou não da participação deste profissional em tal organismo investigativo e contribuiu para a consolidação do campo da história do tempo presente no Brasil (BAUER: 2017,39-40; FERREIRA: 2018,96-99).

No início de 2012, a Associação Nacional de História- ANPUH promoveu gestões para indicar um historiador para compor o corpo de membros da CNV (SCHMIDT: 2014,340) e publicou uma nota na qual afirmou que os historiadores poderiam contribuir para os trabalhos a serem desenvolvidos por esta comissão devido ao preparo metodológico de tais profissionais para lidar com documentos e compreender as lembranças do passado.<sup>24</sup>

O historiador Carlos Fico em um vídeo publicado em seu canal no *YouTube* em parceria com o blog *Café História*,<sup>25</sup> argumentou que os historiadores não deveriam participar da CNV pelo risco desta produzir uma narrativa oficial sobre os fatos, em detrimento de interpretações plurais.

O autoritarismo das instituições brasileiras demonstrado no golpe responsável pelo afastamento da presidenta Dilma Rousseff em 2016, na prisão do ex-presidente Lula e compartilhado por parcela da população, tentativas de criminalização do ensino de História, através do projeto “Escola sem partido”, e o negacionismo e o revisionismo acerca do período da escravidão e da Ditadura Civil-Militar são alguns elementos da conjuntura recente que tem contribuído para que determinada parcela de historiadores reflitam acerca de seu papel público e científico.

A formação teórico-metodológica do historiador na análise de documentos e testemunhos fornece elementos que contribuem para o enriquecimento da compreensão da história recente, incluindo em debates públicos, geralmente marcados por discursos memorialísticos ou por interpretações jornalísticas (MOTTA: 2013,63-64).

As narrativas históricas e o trabalho dos historiadores tornariam possível a formação de “[...] uma consciência moral a partir de processos de compreensão e autorreflexão, principalmente em relação a como ocorreram determinados eventos e porque esses acontecimentos foram possíveis”( BAUER: 2017,106-109).

Não se trata de defender o monopólio dos historiadores na condução de interpretações sobre o passado ou a construção de verdades universais (BAUER: 2018,201; MATTOS: 2018,262). Trata-se de oferecer aos indivíduos formas menos simplistas de interpretação da realidade histórica e contribuir para a problematização de

<sup>24</sup> ANPUH. Comissão da Verdade: entre a memória e a história. Disponível em: << <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/item/543-posicao-da-anpuh-sobre-a-participacao-dos-historiadores-nacomissao-da-verdade>. >> Acesso em: 13 jul. 2017.

<sup>25</sup> FICO, Carlos. *Vídeo - palestra sobre Comissão da Verdade*. Disponível em: << <https://www.youtube.com/watch?v=g8-T3UhSK38&t=24s>>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

discursos autoritários e conseqüentemente para o fortalecimento dos valores democráticos, em um momento de questionamento dos mesmos.

### **Considerações Finais**

O trabalho apresentou um perfil profissional dos historiadores que atuaram na Comissão Nacional da Verdade através do acordo de cooperação técnica internacional assinado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. Concluiu-se através de tal perfil que parte considerável dos historiadores contratados desenvolve pesquisas sobre temas de interesse a compreensão do passado recente além de possuir uma experiência como docente e pesquisador.

Tais resultados e a importância da contratação de profissionais por meio do acordo supracitado para o desenvolvimento das atividades da CNV evidenciam a necessidade de aprofundar a compreensão acerca das contribuições dos historiadores para as pesquisas desenvolvidas pela Comissão Nacional da Verdade e para a escrita de seu relatório final.

### **Referências:**

#### **1) Fontes primárias**

##### **Currículos Lattes dos historiadores:**

- ARAUJO, Rafael Borba. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 11 mar.2017. Disponível em: << <http://lattes.cnpq.br/2112310506079102>>>. Acesso em 14 out.2018.
- CAMPOS, Paulo J. C. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 24 jul.2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/9703652318645218>>>. Acesso em 14 out.2018.
- CATEB, Caio B. P. M. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 26 ago.2016. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/8831217456494675>>>. Acesso em 14 out.2018.
- CORTÉS, Maria Antonieta M. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 28 ago.2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/5844767717521129>>>. Acesso em 09 set.2018.
- DIAS, André Bonsanto. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 23 ago.2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/5025469064512821>>>. Acesso em 09 set.2018.
- ESTEVEZ, Alejandra L.M. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 14 abr.2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/5564619887388224>>>. Acesso em 09 set.2018.
- FRANCO, Paula. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 27 nov.2017. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/1978967993343554>>>. Acesso em 14 out.2018.
- GATHE, Glenda A. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 19 abr.2017. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/7718294001818868>>>. Acesso em 14 out.2018.
- LONGO, Clerismar. A. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 05 out.2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/6572488087842449>>>. Acesso em 14 out.2018.

MACIEL, Suellen Neto Pires. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 01 nov. 2017. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/1014328377749019>>>. Acesso em 09 set.2018.

MACIEL, Wilma Antunes. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 09 jan. 2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/0355343894434146>>>. Acesso em 09 set.2018.

MULLER, Angélica. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 16 ago. 2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/4499187976511605>>>. Acesso em 09 set.2018.

RESENDE, P. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 05 jun.2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/5929017300764311>>>. Acesso em 14 out.2018.

SCHNOOR, Eduardo C. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 07 fev.2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/6745554090930290>>>. Acesso em 09 set.2018.

SEVERO, Fernanda M. D. *Currículo do sistema currículo Lattes* [Brasília], 08 maio. 2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/5868189423132435>>>. Acesso em 09 set.2018.

SILVA, Camila. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 07 out.2018. Disponível em <<<http://lattes.cnpq.br/3014689769366158>>>. Acesso em 14 out.2018.

SOUSA, Deusa M. *Currículo do sistema currículo Lattes* [Brasília], 25 maio 2018. Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/7903732047295381>>>. Acesso em 09 set.2018.

TEIXEIRENSE, Pedro Ivo C. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 28 ago.2018 Disponível em << <http://lattes.cnpq.br/7449768330785687>>>. Acesso em 09 set.2018.

VARGAS, Mariluce C. de Vargas. *Currículo do sistema currículo Lattes*. [Brasília], 16 ago.2018. Disponível em <<http://lattes.cnpq.br/1212620695866912>>. Acesso em 09 set.2018.

### Legislações:

BRASIL, Artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 05 de outubro de 1988. Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct)>>. Acesso em 20 jul. 2017.

BRASIL, Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos PNDH-3 e dá outras providências. *Presidência da República*. Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm)>>. Acesso em 16 abr. 2018.

BRASIL, Decreto-lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Presidência da República*. Disponível em << [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112528.htm)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

BRASIL, Resolução nº 1, de 02 de julho de 2012. Aprova o regimento interno da Comissão Nacional da Verdade. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 02 de julho de 2012. Seção I. Disponível em << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/regimento\\_interno\\_cnv\\_130712.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/regimento_interno_cnv_130712.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

PNUD, Projeto de Cooperação Técnica Internacional. Fortalecimento da Comissão Nacional da Verdade. Brasília: 2013. Disponível em << [https://info.undp.org/docs/pdc/.../BRA/Relatorio%20progresso\\_marco%202014.doc](https://info.undp.org/docs/pdc/.../BRA/Relatorio%20progresso_marco%202014.doc)>>. Acesso em 17 set. 2018.



### Posicionamentos de historiadores:

ANPUH. Comissão da Verdade: entre a memória e a história. Disponível em: << <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/item/543-posicao-da-anpuh-sobre-a-participacao-dos-historiadores-nacomissao-da-verdade>. >> Acesso em: 13 jul. 2017.

FICO, Carlos. *Vídeo - palestra sobre Comissão da Verdade*. Disponível em: << <https://www.youtube.com/watch?v=g8-T3UhSK38&t=24s>>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

### Relatórios:

BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, vol.1. Disponível em: << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_1\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf)>>. Acesso em 13 jul. 2017.

BRASIL, *Relatório da Comissão Nacional da Verdade*. Brasília: CNV, 2014, vol.2. Textos temáticos. Disponível em: << [http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume\\_2\\_digital.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2_digital.pdf)>>. Acesso em 13 de jul 2017.

CHERNICHARO, Luciana; WESTHROP, Amy Jo; SIMI, Gustavo (org.). *Comissão Nacional da Verdade: balanços e perspectivas da finalização de seu processo político-institucional. Relatório de Monitoramento*. Instituto de Estudos da Religião (ISER). Rio de Janeiro: fev. 2015, vol.5. Disponível em <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 15 set.2018.

ISER. *Relatório de Acompanhamento Semestral da Comissão Nacional da Verdade*. Rio de Janeiro: ISER, jun.2014, vol. 4. Disponível em <<http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 01 maio 2018.

WESTHROP, Amy Jo et. al. *Um ano de Comissão Nacional da Verdade: contribuições críticas para o debate público*. Relatório de Monitoramento da Comissão Nacional da Verdade- maio de 2012 a maio de 2013. Instituto de Estudos da Religião. (ISER). Rio de Janeiro: ISER, maio 2013, vol. 2. Disponível em << <http://www.iser.org.br/site/relatorios-do-monitoramento-da-comissao-nacional-da-verdade-e-infograficos/>>>. Acesso em 01 maio 2018.

### Reportagens eletrônicas:

GOVERNO FEDERAL. Instalada a Comissão Nacional da Verdade. Disponível em << <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/05/instalada-a-comissao-nacional-da-verdade>>>. Acesso em 15 out.2018.

MEMÓRIAS REVELADAS. Pnud seleciona profissionais para trabalhar na CNV. Disponível em << <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/2-uncategorised/371-pnud-seleciona-profissionais-para-trabalhar-na-cnv.html>>>. Acesso em 31 jan. 2018.

## 2) Fontes secundárias

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

- \_\_\_\_\_. *Qual o papel da história pública frente ao revisionismo histórico?* In: MAUAD, Ana, Maria; SANTHIAGO, Ricardo; TRINDADE, Vivian. Borges. (orgs.). *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.196-203.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.
- GALLO, Carlos Artur. A Comissão Nacional da Verdade e a reconstituição do passado recente brasileiro: uma análise preliminar da sua atuação. *Estudos de sociologia*. Araraquara, v.20, n.39, p.327-345 jul.-dez. 2015.
- GODOY, Natália (no prelo). O historiador na Comissão Nacional da Verdade: contribuições e desafios. In: Encontro de Pesquisa em História da UFMG: diálogos necessários, 7º, 2018, Belo Horizonte. Anais Eletrônicos do VII Encontro de Pesquisa em História da UFMG: diálogos necessários. Belo Horizonte: Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, FAFICH/UFMG.
- HOLLANDA, Cristina Buarque de. Sobre as políticas de justiça e reparação no Brasil. *Insight Inteligência*. Rio de Janeiro, v. 61, p. 100-111, abr/maio/jun. 2013.
- MACIEL, Suellen N. P. Disputas da memória: uma reflexão inicial sobre a lei de criação da Comissão Nacional da Verdade. In: Delgado, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.), *História do Tempo Presente*. Rio de Janeiro: FGV, 2014, p.116-133.
- MATTOS, Hebe. *Deve a história pública se comprometer com a democracia?* In: MAUAD, Ana, Maria; SANTHIAGO, Ricardo; TRINDADE, Vivian Borges. (orgs.). *Que história pública queremos? What public history do we want?* São Paulo: Letra e Voz, 2018, p.262-267.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. História, memória e as disputas pela representação do passado recente. *Patrimônio e Memória*. São Paulo, Unesp, v. 9, n.1, p. 56-70, jan.- jun., 2013. HOLLANDA, Cristina Buarque de; PERLATTO, Fernando. Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade. In: ARAÚJO, M. P; PINTO, A. C. *Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos*. Pernambuco: Editora Universitária de Pernambuco (EDUPE), 2017, v.1, p.16-30.
- QUINALHA, Renan. Com quantos lados se faz uma verdade? Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade e a “teoria dos dois demônios”. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 15, n. 105, p. 181- 204, Fev./Mai. 2013.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1968*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- SCHMIDT, Benito. Conhecimento Histórico e diálogo social. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 67, p.325-345. 2014.
- STONE, Lawrence. *Prosopografia*. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 115-137, jun.2011.

## Ditadura e o processo transicional no Brasil

Danielle Silva<sup>1</sup>

Resumo: Este artigo pretende analisar o desenvolvimento da Justiça de Transição no Brasil, do período pós ditadura civil-militar para os governos democráticos. Perpassando pela Lei da Anistia até o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, como esforços de tentativas do Estado brasileiro para um processo transicional o quanto justo possível. A metodologia usada para compreender os elementos fundamentais da Justiça de Transição que começou a ocorrer no Brasil com a redemocratização consiste numa breve análise do conceito de Justiça de Transição trazido pelos autores Gabriel Roberto Dauer e Inês Virgínia Prado Soares e, perpassando por uma interpretação sobre “memória, silenciamento e esquecimento”. Por fim, pontua que a Justiça de Transição no Brasil foi inconclusa e tardia e traz à luz uma reflexão acerca da importância do conhecimento multilateral e plural sobre os eventos ocorridos durante a ditadura.

Palavras chave: Justiça de Transição; Ditadura, Memória.

**Abstract:** This article intends to analyze the development of the Transitional Justice in Brazil, from the period after the civil-military dictatorship to democratic governments. Passing through the Amnesty Law up to the final report of the National Truth Commission, as efforts of attempts of the Brazilian State for a transitional process as fair as possible. The methodology used to understand the fundamental elements of the Transitional Justice that began to occur in Brazil with the redemocratization consists of a brief analysis of the concept of Transitional Justice brought by the authors Gabriel Roberto Dauer and Inês Virgínia Prado Soares and, going through an interpretation on "memory, silencing and forgetting." Finally, it points out that the Transitional Justice in Brazil was inconclusive and late and brings to light a reflection on the importance of multilateral and plural knowledge about the events that occurred during the dictatorship.

key words: Justice of Transition; Dictatorship, Memory.

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Os anos da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985) deixaram profundas marcas nas sociedades. A segunda ditadura que o Brasil vivenciou, a pior e mais dolorosa, até hoje é cercada de controvérsias e de pontos obscuros. Foi um período que transitou desde o caminho de histórias de torturas, perseguições, assassinatos, autoritarismo, censura, repressão e medo ao caminho do milagre econômico, respeito imposto, segurança seletiva, corrupção velada e liberdade vigiada.

Notavelmente, deixou grandes marcas nas pessoas e mazelas sociais profundas que influem na sociedade brasileira dos dias atuais. Por outro lado, a ditadura civil-militar brasileira lançou marcas que perpetraram histórias de vida e de sobrevivência. Como resultado, temos o encontro da História e de histórias que tentam nos ensinar sobre o período em voga.

Em regimes autoritários se faz comum a violação aos direitos humanos através de mecanismos repressivos e violentos. Durante o processo de abertura para o retorno de governos democráticos, é comum que aqueles que comandam o regime se previnam de que “seus atos sejam investigados e punidos através da edição de leis que garantirão a impunidade das violências praticadas” (OLIVEIRA, ano desconhecido: 1). Um exemplo, foi a Lei da Anistia, insituída com a abertura política no governo de João Figueiredo, em que o Estado brasileiro mediante a necessidade de reconhecimento dos crimes compreendidos entre 1961 à 1979 e do início de uma “transição” mais aberta e “democrática” concedeu anistia a todos, dentro do período citado, que cometeram crimes políticos, concedendo perdão até mesmo aos torturadores e assassinos.

Dessa forma, os nossos governantes do período diatorial perpetuaram a política do esquecimento e da impunidade. No Brasil, após a volta de governos civis e democráticos, as lembranças do passado violento ficaram restritas às vítimas e aos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que sozinhos ou através de grupos relacionados aos direitos humanos, tentam reconstituir o passado e alcançar a justiça.

É neste cenário que a Justiça de Transição (JT) se faz necessária. Justiça de Transição consiste num conjunto de aparatos judiciais e não judiciais necessários para defrontar e superar a herança da violência deixada na sociedade e nas instituições por um regime ou governo anterior violento e diatorial. A busca pelo reconhecimento das marcas deixadas pela violência evidencia um maior interesse no direito à memória e à verdade e no fortalecimento de instituições de preceitos democráticos garantindo que os crimes de violações do direitos humanos não se repitam (SOARES, 2010).

Surgiu num contexto de conjunturas que se desenvolveram na segunda metade do século XX em vários países se consolidando mais especificamente a partir dos anos 1980. Conjunturas essas que consistiam numa busca por reparação, justiça e verdade em resposta às mudanças políticas em países latinoamericanos e da Europa oriental. Em outras palavras, os Estados na medida em que se libertavam dos regimes ditatoriais, demandavam cada vez mais, pela necessidade de uma busca por transição e justiça que apenas seria possível dentro de um conjunto de mecanismos legais organizados pelo Estado em simbiose com a população civil (SOARES, 2010).

Cada país se encarregou de criar o seu próprio modelo de Justiça de Transição dentro das necessidades especiais e peculiaridades de cada sociedade (SOARES, 2010). Assim, não existiu um modelo único de JT mas os países que se propuseram a passar pelo processo de transição tiveram que dispor de algumas medidas comuns para a efetividade do direito à verdade, como prevenir violações de direitos humanos; oferecer instrumentos que permitam a elucidação de situações de violência e reparação material e simbólica destinada às vítimas (SOARES, 2010). Um pouco além, o Centro Internacional de Justiça de Transição (ICTJ) estabelece alguns aspectos simples de Justiça de Transição sob a forma dos três pilares “memória, verdade e justiça”, tais como criar comissões da verdade e programas de reparação aos vitimados pelo governo no qual houve graves violações dos direitos humanos. A transição seria o caminho para a consolidação de valores democráticos.

Portanto, com a redemocratização, diversas ações foram postas em prática pelos governos que se sucederam e pela sociedade civil organizada em suas diversas formas, com intuito de que conheçamos nossa própria história. A criação da memória histórica e o conhecimento do que ocorreu de fato, nos anos ditatoriais no Brasil, são essenciais para que fatos como os que se passaram não mais se repitam. Sobretudo, a força dos familiares de pessoas que foram mortas na ditadura e que solicitam explicações para entender o que aconteceu com seus entes, é determinante para que ações governamentais sejam postas em prática (Memórias da Ditadura. Acervo online).

Os países que vivenciaram períodos de ditadura e de violação dos direitos humanos, se propuseram a passar pela Justiça de Transição, durante a redemocratização. Argentina, Chile e Peru, entre outros, nossos vizinhos do Cone Sul, também viveram ditaduras e superaram o período através do tripé “verdade, justiça e reparação” da justiça de transição:

Houve, e ainda há, processos e julgamento de militares pela violação de regras jurídicas internacionais que consideram crime sem prescrição, especialmente o de tortura e assassinato de opositores do regime. (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal)

Já o Brasil, não superou em sua completude a Justiça de Transição muito por causa da Lei 6.683 (Lei da Anistia) promulgada pelo Congresso no dia 28/8/1979. A Lei de 1979 ao tentar anistiar, de forma geral, todas as vítimas sem condenações do governo, sistematizou uma espécie de impunidade e injustiça já que não imputou punições aos autores dos crimes. Segundo Leonildo Campos:

Já era uma lei esperada desde a metade daquela década quando surgiram os comitês pró-anistia, com mais força durante o governo Geisel, com a prometida “abertura lenta, gradual, e segura”. O País já estava farto de 15 anos de desrespeito aos direitos humanos, do uso da violência por parte do governo, como uma política de Estado, colocada racionalmente e executada por zelosos funcionários burocráticos, que se vangloriavam de estar cumprindo ordens. (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal)

A partir de meados dos anos 1970, surgiram movimentos da sociedade civil exigindo “anistia já, completa e irrestrita” que se institucionalizaram em movimentos como o Movimento Feminino pela Anistia, Comitê Brasileiro pela Anistia, Grupo Tortura Nunca Mais, e outros. A ala majoritária dos militares “começava a preparar a volta aos quartéis, com a saída do controle dos aparelhos de Estado que ocupavam desde os primeiros dias de abril de 1964”. Entretanto, os militares, minoria, conhecidos como “linha dura” resistiram. Especialmente após a promulgação da Lei de Anistia, Leonildo Campos declara que:

Vários militares praticaram atentados terroristas, entre eles, o Atentado do Riocentro, já no começo dos anos 1980. Tanto que escrevi um pequeno artigo publicado no primeiro número da revista Tempo e Presença, do então Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), hoje Koinonia. Nesse artigo comparei a chegada da anistia com o despertar festivo anunciado em uma música de Chico Buarque de Holanda: “Amanhã há de ser outro dia...”. A anistia seria uma festa, depois de uma longa noite escura. Víamos como a chegada de um momento de catarse nacional! (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal)

A grande questão é que a Lei da Anistia apenas acobertou os crimes ocorridos durante a ditadura militar. Foi como um “pacto entre militares, políticos, e parte da

sociedade civil”, que levou o país a aceitar uma “anistia que privilegiava torturadores e responsáveis pelas violações dos Direitos Humanos” (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal). Em outras palavras, a Lei da Anistia, solução encontrada para o desenvolvimento de uma Justiça de Transição na época, não só anistiou os atingidos pela ditadura como “perdoou também os torturadores e assassinos” (Entrevista de Daniel Schmitz, 2017, arquivo pessoal), abrindo espaço para que, posteriormente, movimentos surgissem pedindo a revisão desta lei.

Neste seguimento, para Fernando Perlatto e Cristina Buarque de Hollanda, o processo de transição no Brasil, teria rejeitado as atribuições penais aos torturadores, substituído as responsabilizações individuais em detrimento de uma ampla exercida pelo Estado. Também acreditam que nosso processo transicional não contribuiu devidamente para os esclarecimentos sobre a violência da ditadura:

Nesse caminho transicional próprio, que recusou o princípio retributivo e penal, a anistia reparadora foi articulada pelo Estado como forma de justiça. A responsabilização difusa do Estado substituiu a apuração de responsabilidades individuais. Apesar de uma notável máquina indenizatória e não obstante alguns avanços institucionais importantes no sentido de esclarecimentos sobre o passado autoritário, o conhecimento sobre a violência da ditadura seguia precário e inarticulado, legado a memórias de vitimação e fragmentos de informação institucional. O Estado reparador não era agente de esclarecimento. (PEREIRA, 2015; PERLATTO & HOLLANDA, 2017; BAUER: 3)

Um dos casos mais emblemáticos de tentativa de resgatar a verdade dos diversos militantes que lutavam contra a ditadura militar foi o Projeto Brasil: Nunca Mais realizado clandestinamente entre 1979 e 1985 por Dom Paulo Evaristo Arns, Henry Sobel e Jaime Wright, entre outros. Organizaram um dossiê onde sistematizaram informações dos processos do Superior Tribunal Militar e reuniram processos, depoimentos e dados sobre pessoas presas, mortas e desaparecidas, além de relatos de tortura. Outros dois dossiês também foram criados para esclarecer os eventos relativos ao período em voga, o “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)” com foto e circunstância de morte ou desaparecimento de cada pessoa citada e um dossiê “oficial” do Estado contando as histórias dos crimes cometidos por seus agentes durante a ditadura, produzido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, sob a gestão do então ministro Paulo Vannucchi. (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal)

O direito à verdade, assim como o princípio fundamental da Justiça de Transição, é “definido como o direito a conhecer as graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado para, ao torná-las públicas, evitar sua reincidência” (LOPES, Ana Maria D’Ávila, 2016: 11-23). Entendemos que a efetividade do direito à verdade “somente se perfaz com o conhecimento irrestrito dos crimes” cometidos pelo Estado ditatorial “somado à perspectiva da urdidura de mecanismos para sua não repetição” (LOPES, Ana Maria D’Ávila, 2016: 11-23).

Assim, dois fatores que possibilitaram a efetividade do direito à verdade acerca da ditadura consistem nas “discussões levantadas pelos grupos de ex-presos políticos e familiares de mortos e desaparecidos políticos” e, no “fortalecimento dos partidos identificados com as lutas políticas por verdade, memória e justiça”. Tais ações, progressivamente, foram possibilitando maiores informações e esclarecimentos acerca das violações dos direitos humanos cometidas pela ditadura e levantaram uma discussão nos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário resultando na criação de instrumentos institucionais, representados, pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) e pela Comissão de Anistia (CA).

Dessa forma, o ano de 1995, simbolizou um momento importante para a justiça de transição no Brasil. O país se propôs à rediscutir a Lei da Anistia e a reparação começou a se dar pela Lei 9.140, que fez o Estado Brasileiro reconhecer a sua “responsabilidade pela prisão, tortura, assassinato e desaparecimento do corpo de centenas de opositores do regime militar” (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal). Reconheceu como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas entre 1961 e 1979. Ou seja, foi um primeiro passo para que familiares conseguissem atestados de óbito de seus parentes desaparecidos e para que pudessem resolver questões legais. Além disso, a Lei 9.140 criou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) que dispôs de atestados de óbito para determinadas vítimas, e tinha como objetivo principal:

Promover a busca de informações e a construção de instrumentos que permitam a elucidação de violações contra os direitos humanos ocorridas durante a ditadura civil-militar brasileira. (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal).

Uma ação de grande importância da CEMDP foi conceder a reparação prevista na lei por meio de indenizações e tentar localizar e identificar restos mortais de



desaparecidos políticos, para devolvê-los às suas famílias. A CEMDP representou o primeiro esforço institucional do Estado brasileiro de promover a busca e o reconhecimento dos mortos e desaparecidos políticos e, assim, possibilitar que familiares realizassem o período de luto e enterrassem os seus mortos, pertinente à dimensão da verdade e da memória na justiça transicional. (Memórias da Ditadura. Acervo online)

Em 13 de novembro de 2002 a Lei no 10.559/2002 conseguiu a regulamentação do art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e instituiu a Comissão de Anistia (CA) do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O objetivo era de reparar moral e economicamente as vítimas de atos de exceção, arbítrio e violações dos direitos humanos cometidas entre 1946-1985. A Comissão foi composta de 25 conselheiros, a maioria agentes da sociedade civil ou professores universitários. Até janeiro de 2015, haviam declarado mais de 43 mil pessoas anistiadas políticas com indenizações que chegaram a R\$ 3,4 bilhões (EVANDRO, 2014).

Houve um prejuízo causado pela ditadura a milhares de brasileiros. E, portanto, o Estado tem o dever de, nada mais nada menos, devolver aquilo que foi roubado desses cidadãos. São todos valores que pertenceram ao patrimônio dessas pessoas e que foram, arbitrariamente, retirados. É o custo da ditadura. (EVANDRO, 2014)

A Comissão da Anistia teve que enfrentar diversos problemas para julgar os casos de indenizações, por exemplo, é impossível mensurar a dor, o sofrimento e as sequelas das torturas e estabelecer um produto financeiro de todas as perdas e traumas. Além disso, o Estado ao tentar reparar economicamente as vítimas demonstrou uma infeliz inversão de valores, no qual as pessoas que perderam seus empregos em decorrência das arbitrariedades da ditadura acabaram recebendo uma indenização muitas vezes maior que a família de uma pessoa morta. Assim, teria o Estado falhado em “relacionar as indenizações a serem concedidas a rendimentos não recebidos, em vez de aos crimes sofridos” (ARRUDA, 2009). Uma pessoa não teria recebido indenização pelo crime sofrido mas pela perda econômica.

Por outro lado, a comissão conseguiu anistiar e indenizar um grande número de vítimas, e tal reparação financeira acabou sendo importante “desde o uso para questões relacionadas à condição de saúde, até mesmo para questões de ordem de subsistência” (RENA, Luiz Carlos, 2016: 44)

Muitos tiveram sua vida completamente subtraída e ainda presenciam uma Justiça de Transição inconclusa, reparos quase simbólicos e o reconhecimento social fraco ou mesmo inexistente.

Em suma, independente dos valores e métodos, é preciso reconhecer que nenhuma indenização financeira poderia reparar os tantos danos (sociais, morais, psicológicos e físicos) das vítimas e das famílias. O que de forma alguma, invalida os esforços do Estado em procurar reconhecer e reparar os erros da ditadura:

Independentemente do valor, o fato de o Estado reconhecer que usou da violência arbitrária, desproporcional, desumana por um lado e, por outro, que as vítimas dessa violência institucional seriam reconhecidas e minimamente reparadas configuravam como os valores mais relevantes. (RENA, Luiz Carlos, 2016: 44)

Em 2008 foi idealizado o Programa Caravana da Anistia com objetivo de levar à público os julgamentos da Comissão de Anistia, de modo itinerante. No final do ano de 2015 já haviam chegado na 92ª sessão. (LOPES; CHEHAB, 2016: 14)

Entre 2005 e 2010 houve tentativas jurídicas ante os tribunais superiores de uma interpretação correta da Lei da Anistia à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos e dos princípios e valores da ordem constitucional de 1988 e, um dos pressupostos era de que “a tortura é um crime comum, imprescritível, e sujeito a uma condenação internacional” (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal). Como resultado disso Campos afirma que:

O Brasil jamais cumpriu a exigência da Corte Interamericana de Direitos Humanos de abrir processos para punir aqueles que mataram e torturaram sob o guarda-chuva do Estado. (Entrevista com Leonildo Campos, 2016, arquivo pessoal).

Finalmente em 2009 “rompeu-se com a lacuna do direito à verdade”, quando, na “Conferência Nacional de Direitos Humanos, foram estabelecidas, por meio do Programa Nacional de Direitos Humanos III (PNDH 3), no seu Eixo orientador VI, intitulado Direito à Memória e à Verdade, diversas diretrizes”. Dentre as diretrizes destacamos a de número 23 e 24, respectivamente, promover o reconhecimento da verdade e da memória como direito humano da cidadania e dever do Estado e, preservar a memória histórica e a construção pública da verdade. (BRASIL, 2009: 173-176)

Posteriormente, entre 2010 e 2011, tramitou no Congresso Nacional o Projeto de Lei no 7.376, de autoria do Poder Executivo, que regulamentou o PNDH III, instituindo a Comissão Nacional da Verdade. Isso aconteceu muito em conta porque em novembro de 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos expediu sentença no caso "Gomes Lund e outros v. Brasil" condenando o Brasil pela conduta na "Guerrilha do Araguaia".

Em decorrência da condenação foram estabelecidas algumas obrigações do Estado brasileiro para com a sociedade como investigar e punir os responsáveis pelos crimes cometidos e realizar atos públicos de reconhecimento de sua responsabilidade sobre o fato. Contudo, o Brasil deu abertura a criação de uma Comissão Nacional da Verdade mas acabou por não cumprir a determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos de "abrir processos para punir aqueles que mataram e torturaram sob o guarda-chuva do Estado" (NAPOLITANO, Marcos, 2014: 327-332).

O Estado brasileiro, mesmo inicialmente não tendo demonstrado interesse numa justiça de transição comprometida com o tripé "memória, verdade e justiça", se dispôs de tentativas políticas para construir, mesmo que por pressões civis e totalmente moldável aos anseios das forças armadas, uma transição dúctil para governos democráticos.

Dessa forma, diversas ações foram colocadas em prática com intuito de resgatar a memória das vítimas que sobreviveram às torturas e dos que foram mortos e, promover o debate junto à sociedade civil em torno dos temas da consolidação de nossa democracia. Nas palavras de Torelly:

No Brasil, ocorreu uma "transição sob controle", em que os militares apenas aceitaram a "transição lenta, gradual e segura" a partir de uma posição de retaguarda no regime, delegando aos políticos que os defendiam a legitimação da transição em aliança com a elite burocrática e política que emergiu do regime e orientou a conciliação com a maior parte da oposição legal. A partir daí procurou-se impor burocraticamente um conceito de perdão pelo qual os ofensores perdoariam os ofendidos, o que limitou a adesão subjetiva à reconciliação, tentando-se transformar a anistia em um mero esquema de reparações materiais com intuito de impor o esquecimento, como se isso fosse possível. (ABRÃO, Paulo, 2010: 128)

A tentativa mais recente de investigação sobre a ditadura civil-militar e de conciliação do Estado com a sociedade (incluídos vítimas e familiares), consiste na Comissão Nacional da Verdade e nas demais comissões da verdade. Estas que foram instaladas a partir de 2012 - a nível nacional, estadual, municipal, universitárias e outros.

Para apurar e investigar os crimes de violações de direitos humanos cometidos pelos agentes do Estado brasileiro no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – de 18 de setembro de 1946 a 5 de outubro de 1988, sobretudo, com certa prioridade no período da ditadura civil-militar, foi criada a Comissão Nacional da Verdade a partir da Lei 12528/2011 no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.

Foi instituída em 16 de maio de 2012 e seu principal objetivo além de apurar os graves crimes de violações dos direitos humanos podemos dizer, que consistiu numa tentativa de reconciliação do Estado brasileiro com a sociedade e “de recuperar a memória daqueles atingidos pelos processos de violação dos direitos humanos” (CANABARRO, Ivo, 2014: 2).

O processo de aprovação desta lei [Instituição da CNV] trouxe mais uma vez o tópico da anistia para o centro do debate público. Em torno dele se confrontaram setores das Forças Armadas, vítimas e familiares de desaparecidos políticos, organizações de direitos humanos, setores da sociedade civil e também os próprios membros da CNV, divididos em duros conflitos que ultrapassaram suas capacidades de negociação interna e alcançaram canais da grande imprensa – eles próprios articuladores de entendimentos e narrativas sobre a mesma pauta. Após os primeiros meses de funcionamento da CNV, a difusão do debate se deu ainda pelas mãos de novos e inesperados atores locais: as comissões não-nacionais da verdade, organizadas em níveis estadual, municipal e, fora do escopo estatal, em universidades, sindicatos e associações profissionais. (PERLATTO, 2017: 5)

A formação da CNV contou com quatro grandes pilares: “apuração/investigação dos crimes cometidos durante a ditadura, publicização das violações de direitos humanos no curso do regime ditatorial, criação de mecanismos para a sua não repetição e para assistência às vítimas”. (LOPES; CHEHAB, 2016: 16)

Ficou definido no art. 4º as medidas que a CNV poderia se dispor como: colher voluntariamente testemunhos, informações, dados e documentos; requisitar informações, dados e documentos de órgãos e entidades do poder público, ainda que classificados em qualquer grau de sigilo; convocar, para entrevistas ou testemunho, pessoas que pudessem guardar qualquer relação com os fatos e circunstâncias examinados; determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados; promover audiências públicas, entre outras medidas. (LOPES; CHEHAB, 2016: 16)

Importante ressaltar que a CNV não dispôs de caráter jurisdicional ou persecutório, ou seja, não gozava de natureza judicial, mas possuía caráter administrativo cunhando um poder totalmente conciliatório. Embora a Comissão não tivesse caráter jurisdicional, poderia requerer ao Poder Judiciário acesso às informações, dados e documentos – públicos ou privados –, o que colaborou para a eficiência e agilidade das suas demandas.

Em cumprimento à Medida Provisória no 632/2013, convertida na Lei no 12.998/2014, a CNV funcionou até 10 de dezembro de 2014, quando apresentou um Relatório Final circunstanciado, entregue a ex-presidenta Dilma Rousseff. O relatório contém descritas as atividades realizadas pela Comissão, as conclusões e as recomendações a serem implementadas por meio de políticas de verdade e memória no Brasil. Nos termos do art. 2º da Lei nº 12.528/2011, os trabalhos da CNV foram desenvolvidos sob a coordenação de sete conselheiros designados pela Presidenta da República, contou com o auxílio de catorze assessores especializados, conforme o disciplinado pelo art. 9º da Lei no 12.528/2011, por um diligente conjunto de consultores e pesquisadores. (LOPES; CHEHAB, 2016: 17)

Os crimes apurados pela CNV perpassam entre as prisões sem base legal, a tortura e as mortes dela decorrentes, desaparecimentos, assassinatos e ocultações de cadáveres, as violências sexuais. “Praticadas de forma massiva e sistemática contra a população, essas violações tornam-se crime contra a humanidade” (BRASIL, 2014).

Durante os dois anos de trabalho, os membros da CNV colheram em torno de 1121 depoimentos, 132 deles de agentes públicos e realizaram 80 audiências e sessões públicas pelo país, percorrendo todo o Brasil. Foram também realizadas centenas de diligências investigativas e audiências públicas, além de terem sido percorridas sete unidades militares e locais utilizados pelas Forças Armadas para a prática de torturas no período da ditadura juntamente de peritos e vítimas da repressão (BRASIL, 2014). O trabalho foi sistematizado para recuperar a verdade dos acontecimentos da ditadura civil-militar, sobretudo, com olhar diferenciado às vítimas. Assim, afirma Simone Pinto:

Um dos diferenciais da comissão de verdade é a ênfase na vítima. Enquanto julgamentos criminais procuram analisar os fatos e sua relação causal com o acusado, a comissão permite uma maior atenção aos relatos das vítimas e de seus familiares. Este fato beneficia uma cura psicológica e um alívio dos traumas causados pela violência das violações. O efeito catártico e expurgatório que os achados de uma comissão pode gerar na sociedade não pode ser ignorado (PINTO, 2010: 130).

A instituição da CNV incentivou a criação de dezenas de comissões da verdade em todo o Brasil, sejam elas em nível estadual, municipal ou setorial (sindicais, OAB, universitárias) (PINTO, 2010: 130).

Para facilitar o funcionamento e a organização do trabalho da comissão, foram criados Grupos de Trabalho (GT's) afim de permitir a descentralização das investigações e a autonomia das equipes de pesquisa. Foram criados 13 GT's de campos temáticos diferentes e um deles foi responsável por investigar o papel das igrejas cristãs durante a ditadura. (Autor desconhecido. Grupos de Trabalho. 2015)

Para além de suas características práticas e funcionais, a CNV foi também um importante mecanismo de política de memória que, segundo Carolina Bauer, realizou determinados usos políticos do passado para a efetivação da justiça de transição e conformou certas noções temporais. (BAUER, 2017: 133)

A CNV fez o importante trabalho de ouvir mais de 600 pessoas – em sua maioria vítimas do regime, mas também agentes da repressão com intuito de desmontar falsas versões oficiais dos militares sobre mortos e desaparecidos políticos. Entre os principais feitos das comissões esta a retificação de atestados de óbitos e a obtenção de confissões de agentes da ditadura sobre a prática de tortura. (SCHREIBER, 2014)

Sobre o campo da Justiça de Transição, concluímos que o momento transicional da ditadura civil-militar para o período democrático perpetuou “resquícios deletérios na estrutura social e institucional brasileira” (DAUER, 2015). Portanto, consideramos que o processo de transição está inconcluso. Os governos civis democráticos posteriores ao período ditatorial se moldaram de forma pacífica por aqueles que violaram direitos e oprimiram a sociedade” (DAUER, 2015). No Estado democrático de direito, observa-se, até o momento, que foram esparsas e, muitas vezes, ineficientes as discussões e tentativas de investigação e de punição dos crimes de violações dos direitos humanos. A consequência do Estado não ter apurado oficialmente as graves violações aos direitos humanos perpetradas pelos responsáveis pela segurança pública – muitas vezes com a cumplicidade da sociedade civil – acarretou problemas significativos na estrutura social e política pois estimulou a cultura da impunidade e a falta de credibilidade do poder público (OLIVEIRA: 29).

O nosso processo de Justiça de Transição nada mais é que um “processo transicional que procurou esquecer o passado, e não superá-lo” (ABRÃO, 2010: 29). É

ainda um processo incompleto que precisa ser retomado para que em algum momento, possa ser concluído definitivamente. Para tanto, é necessário continuar defrontando o período que deixou grandes e profundas marcas na história do Brasil e nas diversas vítimas e grupos da sociedade. Também é necessário para a concretização da Justiça de Transição, que o Estado possibilite a continuação da promoção da verdade e da memória, e possua, de fato, vontade na aplicação das recomendações propostas no relatório final da Comissão.

Apesar disso, por muito tempo, o governo brasileiro, “trabalhou para consolidar a “política do esquecimento”, evitando o passado e lutando contra sua reconciliação” (DAUER, 2015). Inversamente a essa “política do esquecimento” o resgate da memória dos anos ditatoriais elabora uma “construção cultural dos direitos humanos no Brasil” (DAUER, 2015). Para Gabriel Dauer, “tornar acessível o passado da ditadura militar significa possibilitar que as novas gerações tenham contato e participação ativa na justiça de transição” (DAUER, 2015).

Nesta perspectiva, projetos de resgate de memórias, sobretudo o trabalho da CNV, impulsionam a reflexão e o debate coletivo em prol da compreensão e do conhecimento pleno da herança deixada pelo autoritarismo na história brasileira.

## BIBLIOGRAFIA

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transição no Brasil: a dimensão da reparação.** In: *Prepressão e Memória Política no Contexto Ibero-Brasileiro: estudos sobre o Brasil, Guatemala, Moçambique, Peru e Portugal.* Brasília: Ministério da Justiça, Comissão de Anistia; Portugal: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Sociais, 2010.

ARRUDA, Roldão. **É preocupante a inversão de valores nas indenizações às vítimas da ditadura.** 2009. Entrevista com Glenda Mezarobba. Estadão de São Paulo. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,e-preocupante-a-inversao-de-valores-nas-indenizacoes-as-vitimas-da-ditadura,398317>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

Autor desconhecido. **Grupos de Trabalho.** 2015. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/institucional-acesso-informacao/grupos-de-trabalho.html>>. Acesso em: 12 out. 2017.

BAUER, Caroline Silveira. **Como será o passado?** História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Paco Editorial: 2017, São Paulo, p. 133.

BRASIL. **Conheça e acesse o relatório final da CNV.** 2014. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

BRASIL. Decreto no 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Diário Oficial da União, 22 dez. 2009 a, p. 173-176.

CANABARRO, Ivo. **Caminhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV):** memórias em construção. Sequência (Florianópolis), n. 69, p. 215-234, dez. 2014

DAUER, Gabriel Roberto. **Marcas da Memória:** justiça de transição no Brasil e no Chile.. P.1.. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/4.-DAUER-Gabriel-Roberto-Marcas-da-Memoria-justica-de-transicao-no-Brasil-e-no-Chile.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

Entrevista com Daniel Schimidt concedida para a autora. 07 Maio de 2017. (Arquivo pessoal).

Entrevista com Leonildo Campos concedida para a autora. São Paulo: 01 dezembro de 2016. (Arquivo pessoal).

EVANDRO, Éboli. **O custo da reparação::** aprovadas na Comissão de Anistia chegam a R\$ 3,4 bilhões.. 2014. Entrevista com o presidente da Comissão de Anistia Paulo Abrão. O Globo. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/o-custo-da-reparacao-indenizacoes-aprovadas-na-comissao-de-anistia-chegam-r-34-bilhoes-12037526>>. Acesso em: 10 out. 2017.

LOPES, Ana Maria D'Ávila; CHEHAB, Isabelle Maria Campos Vasconcelos. **A Comissão Nacional da Verdade e a inclusão do Nordeste brasileiro na Agenda Transicional.** Brasília a. 53 n. 210 abr./jun. 2016p.

Memórias da Ditadura – Maior acervo online sobre a história da ditadura no Brasil. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em [http://memoriasdaditadura.org.br/?gclid=Cj0KCCQiA\\_4jgBRDhARIsADezXcgGZ7vgo7UZGuJNcBG2aPS1ryr1fAQMdVkJodqStlOONK00XoxBiNwaAoZxEALw\\_wcB](http://memoriasdaditadura.org.br/?gclid=Cj0KCCQiA_4jgBRDhARIsADezXcgGZ7vgo7UZGuJNcBG2aPS1ryr1fAQMdVkJodqStlOONK00XoxBiNwaAoZxEALw_wcB)>. Acesso em 10 out. 2017.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do regime militar brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Gabriela Goergen. **Comissão Nacional Da Verdade:** A busca pela concretização da justiça de transição no Brasil. Trabalho de conclusão de curso de Ciências Jurídicas e Sociais, da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.



PERLATTO, Fernando & HOLLANDA, Cristina Buarque. Entre a reconciliação e a justiça: a Lei da Anistia diante das Comissões da Verdade” In: Maria Paula Araujo & António Costa Pinto (Orgs.). Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos. Pernambuco: EDUPE, 2017, p.16-30.

PINTO, Simone Rodrigues. **Direito à memória e à verdade:** comissões de verdade na América Latina. Revista Debates, Porto Alegre, v. 4, n. 1, jan./jun. 2010, p. 128-143.

RENA, Luiz Carlos; VIANA, Francisco Machado. (org.) **A política no cotidiano:** Contribuições teóricas e práticas da Psicologia Social. Porto Alegre, 2016.

SCHREIBER, Mariana. **Oito descobertas da comissão da verdade.** 2014. BBC Brasil em Londres. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328\\_comissao\\_verdade\\_ms](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/03/140328_comissao_verdade_ms)>. Acesso em: 26 set. 2017.

SOARES, Virgínia Prado. **Justiça de transição.** 2010. Dicionário de Direitos Humanos – ESMPU. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Justiça+de+transição>>. Acesso em: 08 set. 2017.

## A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA NA LEGITIMAÇÃO DO GOLPE DE 1964<sup>1</sup>

Paulo Henrique Silveira Damiano<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, propomos, na primeira parte, reconstruir a trajetória da conquista dos direitos no Brasil, com especial atenção aos direitos trabalhistas e sociais, demonstrando como se articularam os movimentos sociais e como se deu a relação deles com Estado, sobretudo a partir do século XX. A seguir, colocaremos luz sobre o regime militar implantado em 1964, chamando a atenção para a retórica e os discursos utilizados por aqueles que apoiaram o golpe de Estado e que se colocaram contrários às políticas progressistas e à generalização dos direitos na sociedade. Nota-se que o recurso ao autoritarismo de Estado e à repressão para conter movimentos progressistas estiveram, desde a proclamação da república, presentes na legislação brasileira.

**Palavras-chave:** Golpe; 1964; Ditadura Civil-Militar; Direitos.

**Abstract:** In this article, we propose, in the first part, to reconstruct the trajectory of the conquest of rights in Brazil, with special attention to labor and social rights, demonstrating how social movements were articulated and how their relationship with the State occurred, especially since the century XX. Next, we will shed light on the military regime implemented in 1964, drawing attention to the rhetoric and speeches used by those who supported the coup and who opposed the progressive policies and the generalization of rights in society. It is noted that the use of state authoritarianism and repression to contain progressive movements have been present in the Brazilian legislation since the proclamation of the republic.

**Keywords:** Coup; 1964; Civil-Military Dictatorship; Rights.

*A TRAJETÓRIA DA CONQUISTA DOS DIREITOS NO BRASIL – BREVES APONTAMENTOS:*

---

<sup>1</sup> O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

<sup>2</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Licenciado em História pela mesma instituição. E-mail: paulohenriquesd@hotmail.com

A conquista de direitos e a busca pelo desvelamento das desigualdades sociais sempre estiveram na pauta da sociedade brasileira, sobretudo a partir do século XIX, quando percebemos a luta pela liberdade e pelo fim da escravidão, evidenciada pelas disputas ocorridas, num contexto social e político, para a aprovação das leis de 1850, 1871 e 1888, que versaram, respectivamente, sobre o fim do tráfico de escravos, a emancipação do ventre das escravizadas e a abolição da escravatura.<sup>3</sup>

No início século XX, com a formação de uma classe operária brasileira, notamos o surgimento de movimentos em prol dos direitos políticos e sociais. Durante a Primeira República, já existia um movimento operário, ainda que em fase de formação, que reivindicava e protestava por melhores condições de trabalho e de vida e que no período pós-1930 continuou a exercer destaque no cenário político nacional, contestando o mito da outorga. Cláudio Batalha discorre a esse respeito da seguinte forma:

A despeito de todas as condições desfavoráveis e dos elementos de divisão e diferenciação da classe operária, *a história da Primeira República permanece como um momento de extraordinária mobilização coletiva e de forte organização de classe*. Mas é preciso reconhecer que, malgrado esse caráter extraordinário, a ação organizada da classe por meio de suas instituições ou de ações *coletivas atingiu apenas uma minoria dos trabalhadores*, entre outras razões porque nesse período 80% da população brasileira vivia no campo (BATALHA, 2000: 14).

Luiz Werneck Vianna também chama atenção para o caráter do movimento operário nos anos pré-30, afirmando que “não deixam dúvidas sobre sua natureza reivindicante, capacidade de organização e aglutinação de grandes massas operárias” (WERNECK VIANNA, 2009: 58). Entre as principais reivindicações, figuravam o aumento salarial, a jornada de oito horas, diminuição dos aluguéis, etc. Porém, com a Revolução de 1930 e a instalação do governo Vargas, inicia-se um processo de restrição à autonomia do movimento associativo dos trabalhadores, devido, sobretudo, à nova

---

<sup>3</sup> Sobre essas leis, ver mais em: CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2015; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; GRINBERG, Keila. *O fiador de brasileiros: Cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002; GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade - as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010; MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

legislação sindical, estruturada a partir do corporativismo, tornando o movimento subordinado ao Estado (IBIDEM: 66).

O período seguinte à Primeira República (1930-1945), foi marcado por uma forte atuação do Estado, encabeçado pela figura de Getúlio Vargas, avançando nas questões sociais. Neste período temos, por exemplo, a criação da Justiça do Trabalho, em 1934, e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943. Na conjuntura de criação da legislação trabalhista brasileira no Governo Vargas, muito se discute na historiografia a postura manipuladora do governo, a qual a classe trabalhadora teria sido submetida. Porém, tem se rediscutido essa interpretação. Propõe-se, dessa maneira, a construção de um pacto político com a participação desses dois atores: Estado e trabalhadores. Angela de Castro Gomes argumenta que:

Afastar essa abordagem implicava discutir seus postulados e, em particular, considerar que os *trabalhadores também tinham uma posição política ativa*, ainda que sem recusar a força do Estado que sobre eles se abatia [...]. Dessa forma, considerar os trabalhadores interlocutores do Estado era reconhecer um diálogo entre atores com recursos de poder diferenciados, mas igualmente capazes de se apropriar e reler as propostas políticas um do outro (GOMES, 2011: 59-61).

Destaca-se que foi num momento de autoritarismo e de um Estado de Exceção, com direitos civis e políticos controlados, que os direitos sociais foram dinamizados (SANTOS, 1987), como demonstrado no parágrafo anterior. É esse o fator que faz o Brasil se diferir da tese defendida por Marshall acerca dos direitos civis, políticos e sociais na Europa, visto que o autor defende, em seu estudo, que os direitos seguiram, na Europa, uma ordem específica de conquista, sendo, em primeiro, os direitos civis no século XVIII, com a Revolução Francesa, depois os políticos no século XIX, com o movimento pelo sufrágio universal, e, por fim, os sociais no século XX, com o Welfare State (MARSHALL, 1967).

Contudo, a conquista pelos direitos políticos foi mais problemática, pois por muito tempo o direito de votar era censitário e restrito a homens letrados. Apenas em 1932 que a mulher conquistou o direito ao voto. O direito político, enquanto direito universal, ocorreu apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os analfabetos passaram a ter o direito de votar e ser votado. Porém, ressaltamos, nessa trajetória dos direitos políticos, que o Brasil passou por momentos de Estado de Exceção,

como nas ditaduras Vargas e militar, o que também reforça uma descontinuidade nas conquistas dos direitos no Brasil com relação a tese de Marshall.

A trajetória da conquista dos direitos no Brasil sofreu um duro golpe em 1964, quando parte de segmentos sociais passou a enxergar uma “comunização” na sociedade, sobretudo por conta da preocupação dos governos anteriores com as classes mais pobres, governos esses que desenvolveram inúmeras políticas sociais e ampliaram o conceito de cidadania. Essa retórica contrária às políticas empregadas pelos governos anteriores a 1964, sobretudo contrária aos governos de Vargas (1930-1945/ 1951-1954) e João Goulart (1961-1964), buscou se legitimar através de teses reacionárias.

#### *AS TESES REACIONÁRIAS DE ALBERT HIRSCHMAN:*

Antes de falarmos sobre o golpe de 1964 e sua implicação nos direitos civis, políticos e sociais, dissertaremos um pouco sobre as teses reacionárias utilizadas por aqueles que têm como objetivo derrubar as políticas e desmobilizar os movimentos de ideias progressistas.

A principal contribuição que temos nesse tema foi a do alemão Albert Hirschman (1915-2012), economista que desenvolveu grande parte de seus trabalhos nos Estados Unidos da América. Seus estudos se concentram majoritariamente no campo da economia política. Seu trabalho, intitulado *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*, aborda os tipos de teses reacionárias, “com intuito de delinear os tipos formais de argumento ou de retórica, dando ênfase, pois, às posturas e manobras políticas mais importantes e provavelmente mais utilizadas por aqueles que têm como objetivo derrubar as políticas e os movimentos de ideias progressistas” (HIRSCHMAN, 1992: 15).

A partir das formulações de Marshall acerca dos estágios de progresso social, que seriam as conquistas dos direitos civis, políticos e sociais, Hirschman procura demonstrar que tais conquistas foram motivo de disputas entre grupos sociais, sobretudo dentro da ótica da política, uma seara que Marshall não se propôs a entrar. A tese de Hirschman se pauta, então, na identificação das teses reacionárias a esses estágios, notadamente, a tese da perversidade, a da futilidade e a da ameaça, dentro dos contextos sociais que ocorreram as conquistas de direitos, respectivamente, a Revolução Francesa e os direitos civis, o sufrágio universal e os direitos políticos, o estado de bem-estar social e os direitos sociais.

Tais teses não são exclusivas de um único grupo, podendo ser notadas sempre que há oposição a alguma nova política. Porém, torna-se mais perceptível o uso de teses reacionárias quando se trata de políticas progressistas, como é o caso da conquista ou manutenção de direitos. Aqui vale uma nota sobre o termo “reacionário”: a partir da Revolução Francesa tal termo passou a carregar um tom pejorativo, quando um determinado grupo passou a se opor aos Jacobinos, o que poderia gerar uma reação pior que a ação. Porém, Hirschman não busca utilizar o termo “reacionário” com essa carga negativa, aplicando-o com significado mais neutro, ou até mesmo utilizando outras expressões, tais como “contra investida” ou “reativo” (IDEM). Nessa proposta de artigo também pautamos o termo “reacionário” como uma contra investida às políticas progressistas presentes nos governos Vargas e João Goulart.

Como elucidado acima, Albert Hirschman pautou seu estudo em cima de três teses reacionárias elaboradas por grupos sociais que visaram se contrapor a novas políticas, utilizando-se de argumentos e da retórica, com objetivo de derrubar tais políticas, sobretudo as identificadas como progressistas. Dissertaremos agora sobre o que o autor compreende por tese da perversidade, da futilidade e da ameaça.

A tese da perversidade seria, para Hirschman, a tentativa de disseminar argumentos perversos para que a sociedade se posicionasse contra uma determinada política, sem condicionar essa posição reativa a apenas um determinado grupo. O autor baseia seu argumento nos contextos da Revolução Francesa, do movimento do sufrágio universal e da formação do Estado de Bem-Estar Social. Dentro desses contextos, seu estudo demonstra como a perversidade foi utilizada. Na Revolução Francesa, o argumento da perversidade era que a ação em prol da democracia, se exacerbada, poderia gerar a tirania. No contexto da luta pelo sufrágio universal, a tese da perversidade utilizada se concentrava em apontar possíveis consequências desastrosas para a sociedade que poderiam ocorrer com a grande massa populacional participando democraticamente da política. A participação das massas na política, mesmo na forma diluída do sufrágio universal, deve ter parecido potencialmente perigosa para boa parte das elites europeias. Já na construção do estado de bem-estar social, a tese da perversidade era de que as leis criadas, de cunho social, poderiam atrapalhar as leis do livre comércio (IBIDEM: 24-25).

Por tese da futilidade, Albert Hirschman entende como sendo um argumento utilizado por movimentos reacionários, com intuito de disseminar, entre a sociedade, que a ação em prol de determinada política era desnecessária, pois já estava em curso

mudanças na sociedade que levariam à mesma direção, sendo esta, então, uma política fútil. Na luta por direitos civis no século XVIII, argumentava-se que os movimentos sociais já estavam em curso antes mesmo do aparecimento dos movimentos revolucionários, fazendo com que parte da sociedade entendesse a Revolução Francesa como um efeito fútil. No sufrágio universal, o argumento da tese da futilidade era de que o sufrágio não teria utilidade ou efetividade na busca por uma sociedade democrática, pois sempre existiria a dicotomia entre governante e governado, na qual uns teriam mais privilégios que outros. No contexto de expansão do estado de bem-estar social, a tese da futilidade empregada pregava que o amparo aos mais pobres por parte do governo geraria dependência, ociosidade e preguiça, aos quais essas pessoas assistidas pelo governo não conseguiriam voltar a produzir para que o mercado pudesse funcionar naturalmente, ocasionando interferências nocivas nos resultados do mercado, como pregavam os conservadores críticos do Welfare State (IBIDEM: 56-57).

Com relação à tese da ameaça, o autor a entende como todo tipo de argumento que busca disseminar entre a sociedade algum possível efeito ameaçador que uma determinada política possa gerar. Os direitos civis, conquistados com a Revolução Francesa, exacerbariam a individualidade e ameaçariam a democracia. Os direitos políticos, conquistados com o sufrágio universal, reforçariam a democracia, que, por sua vez, ameaçaria as liberdades individuais. O avanço do estado de bem-estar social, ameaçaria tanto a liberdade quanto a democracia, uma vez que se criariam políticas sociais de atenção a uma determinada parcela da sociedade, em detrimento de outros segmentos sociais (IBIDEM: 76).

Apontar o efeito perverso de alguma política progressista com o intuito de fazer a sociedade se posicionar contrariamente a tal política é um recurso muito utilizado contemporaneamente. Debruçaremos, a seguir, especificamente na utilização dessas teses reacionárias no contexto de consolidação, no Brasil, do golpe de Estado de 1964.

#### *A RETÓRICA DA INTRANSIGÊNCIA NA LEGITIMAÇÃO DO GOLPE DE 1964:*

Em 31 de março de 1964, partiram de Juiz de Fora, cidade do interior de Minas Gerais, as tropas do general Olympio Mourão Filho rumo ao Rio de Janeiro, na ação que culminou com a deposição do então presidente da república João Goulart. O general era

comandante da 4ª Região Militar (4ª RM)<sup>4</sup>, e logo no ano de sua posse como comandante, em 1963, já havia iniciado as conspirações contra o governo João Goulart, junto com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, e o general Luiz Guedes, lotado na 4ª Divisão de Infantaria, em Belo Horizonte. A importância de Juiz de Fora na consumação do golpe de 1964 deve ser resgatada, mas sem perder de vista que a cidade estava em consonância com outros municípios e estados, sobretudo, Rio de Janeiro e São Paulo, maiores centros urbanos do país.

A partir da mudança de ordem política ocorrida com a deposição do presidente João Goulart, em 1964, na qual se derrubou um governo constitucional respaldado por setores sociais significativos, englobado, principalmente, por trabalhadores organizados em sindicatos, partidos e movimentos no campo e na cidade, para erigir um governo que não passou pelo crivo das urnas, optou-se, para sustentação do regime ora implantado, por um discurso legitimador que se apoiou em outros segmentos expressivos da sociedade, como empresariado, oligarquias rurais, setores da classe média, imprensa e instituições religiosas, segmentos esses que se sentiam ameaçados por um suposto avanço do comunismo, do sindicalismo e da corrupção (RIDENTI, 2014: 31). Junto a esse discurso contra o “comunismo”, os militares utilizaram mecanismos autoritários e repressivos, com o intuito de minar possíveis reações contrárias ao novo regime.

O sistema autoritário e repressivo que se consolidou no Brasil, e especificamente em Juiz de Fora, no período da ditadura civil-militar, é reflexo ou continuidade de práticas encontradas em outros períodos da História do Brasil, que, desde a independência da república, é marcada por instrumentos e mecanismos diversos de repressão, junto com a conformação da sociedade brasileira, sobretudo a partir de 1964, em relação a uma estrutura destinada a reprimir indivíduos e grupos sociais contrários ao regime vigente (PERLATTO, 2015: 44). De acordo com Aarão Reis:

O autoritarismo era evidente na exclusão do jogo político de amplas camadas populares, por analfabetas; no estrito controle estatal das estruturas corporativas sindicais, herança intocada da ditadura varguista; no domínio incontestado dos monopólios latifundiários – e do poder dos senhores de terra sobre a maioria da população, ainda vivendo em campo, onde a lei mal chegava, ou não chegava; na repressão intermitente dos movimentos populares; na tutela militar,

---

<sup>4</sup> A Região Militar foi instaurada a partir do decreto n. 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, no qual foram criadas as regiões militares, uma espécie de estrutura militar que abrangia todo o país. Pelo Decreto, a 4ª RM era constituída pelos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. No ano seguinte, 1916, a sede oficial 4ª RM foi instalada em Juiz de Fora.



onipresente, característica da República brasileira desde sua fundação (REIS, 2014: 17).

Pensando as ditaduras militares latino-americanas como um todo, Marcos Napolitano destaca, a respeito da legitimidade e da violência política desses regimes impostos a partir de golpes de estado e da derrubada de governos eleitos, três aspectos específicos:

a) em sua vigência, foram apoiados por diversos grupos civis e amplos setores da sociedade; b) seus perpetradores em geral não eram militares estrangeiros ou milícias colaboracionistas, mas parte da burocracia militar de Estado, que se manteve intacta depois do fim daqueles regimes; c) as correntes de opinião que simpatizavam com as ditaduras procuraram se justificar afirmando que a violência do Estado à época foi meramente reativa contra grupos armados violentos que queriam assaltar o poder e destruir a sociedade” (NAPOLITANO, 2015: 99).

Os jornais estamparam de forma positiva a ação que culminou na deposição do presidente João Goulart. Nas notícias temos, de forma marcada, a menção ao avanço da ameaça comunista, representada por Goulart, o combate a corrupção e a reconstrução nacional. Contra a ameaça comunista, pedia-se, inclusive, uma lei de repressão e combate à propaganda comunista.



Figura 5: Diário Mercantil. Juiz de Fora, março de 1964.

## Associação Rural de JF pede aprovação da lei de repressão à propaganda comunista

Em 1961, o deputado Marechal Mendes de Moraes apresentou ao Congresso Nacional projeto de lei, que tomou o número 3.016, dispondo sobre a repressão e defesa contra a implantação e propaganda do regime comunista no Brasil.

Têrça-feira última, a Associação Rural de Juiz de Fora, entidade presidida pelo sr. Homero Gonçalves, dirigiu ofícios ao Senado e à Câmara Federal, solicitando a mais rápida

aprovação do citado projeto de lei, acrescentando que, no momento em que vivemos, é oportuna a aprovação dessa emenda, pois virá "trazer a possibilidade de um rigoroso policiamento no setor do provimento de cargos públicos, para os quais não se pode admitir a presença ou permanência de elementos contrários ao regime e adeptos de idéias comunistas, as quais constituem, sempre, um perigo para as instituições e uma intranquilidade para a co-

letividade".

Termina o ofício: "Entende a Associação Rural que tais elementos devem, não só ser afastados dos postos que ocupam, como, também, ser definitivamente impedidos de a eles terem acesso ou nomeação, no interesse da própria segurança nacional e de acôrdo com os sadios princípios da democracia, hoje, mais do que nunca, necessitando da mais ampla defesa, para sua definitiva consolidação em nossa Pátria".

Figura 6: Diário Mercantil. Juiz de Fora, março de 1964.

## A consolidação da vitória

A vitória das forças democráticas, aliadas ao glorioso Exército Brasileiro e à adesão das esquadras da Marinha e da Aeronáutica, está agora se preparando para sair do terreno puramente das comemorações com que vibra a alma do povo, a fim de se dirigir para um trabalho de fortalecimento democrático e que possibilite, por sua vez, uma verdadeira obra de reconstrução nacional. Reintegrado na ordem jurídica implantada com a Constituição Federal de 1946 e que o sr. João Goulart com seu cupido senile e atacado de espiroquetismo mental tentaram subverter, o País agora demonstra às Américas e ao Mundo que, dentro da unidade do princípio democrático, se constituirá para o futuro, numa cidade-la contra a comunização da humanidade, para não faltar com seu dever de garantir a espécie humana o direito de viver com a manifestação plena das forças do espírito e afirmação da personalidade de cada cidadão, em face do Estado, a que jamais se deve submeter, quando este surge como arauto da prepotência e do arbítrio dos detentores de um poder pessoal e totalitário. Agora que a Nação reencontra os caminhos da lei e da ordem, cabe aos novos governantes o entrosamento perfeito com o Congresso Nacional para que soluções rápidas sejam adotadas, a fim de se realizar a consolidação da vitória democrática, inclusive agindo-se com energia, quando esta se fizer necessária, não com o intuito de, pura e simplesmente, tripudiar sobre os vencidos, mas com a convicção firme e decidida de não permitir para o País o surto de novos focos de agitação, para que o povo possa trabalhar e produzir num clima de paz. Parece, aliás, ser opinião unânime dos democratas, para não incidir no erro cometido quando da primeira deposição de Vargas, em 1945, que se deva cassar os direitos políticos do sr. João Goulart, por prazo indeterminado, a fim de que não volte ele a criar para a Nação as dificuldades em que esta se viu para se afirmar, econômica e politicamente, no conceito internacional. Preconiza-se, também e com o apoio do povo, a cassação dos mandatos dos deputados e outros legisladores presos pelas Forças Armadas, inclusive o mandato do sr. Leonel Brizola, grande responsável pelo ambiente subversivo, que reinou no País, não se esquecendo, também, de enviar para Cuba, ou para a Rússia o sr. Luis Carlos Prestes e seus corifeus, para que eles tenham, em tais Países, a "vida confortável" que sempre desejaram dar aos brasileiros. Urge que as chamadas cúpulas sindicais espúrias (COT e PUA), sejam fechadas pelo novo governo, por isso que são organismos aglutinadores da subversão da or-

dem e que se acham fora da lei, pois nenhuma autorização judicial tinham para funcionar, mesmo durante o governo deposto. E, para aproveitar a mão, está na hora da defecção dos sindicatos, defecções e confederações de trabalhadores que, sob a cobertura política do sr. João Goulart, eram foco de comunistas e agitadores, politizando-se contra o País e, assim, fugindo às suas finalidades legais, constantes de normas específicas incluídas na Consolidação das Leis Trabalhistas. E, nesta obra de consolidação da vitória e de reconstrução nacional, que não se esqueçam as autoridades da ação nefasta exercida pelo ex-ministro da Justiça, sr. Abelardo Jurema, que na sua função de áulico bajulador, aviltou as tradições de um Ministério que sempre foi um dos grandes baluartes da legalidade no Império e na República. Impõe-se, portanto, a revogação dos decretos que o sr. Jurema elaborou contra a Carta Magna e contra a ordem econômica, dando-se-lhe uma lição sobre como se deve fazer, através do estudo constante, para se chegar a ser juriconsulto em qualquer País civilizado deste Planeta. Tome o Parlamento a si a tarefa da revisão agrária, dentro de uma posição reformista, que atenda aos interesses de nossa economia, necessitada de evolução e que, agora, sem a ingerência das obstruções, realize obra perfeita, cristã e duradoura. Medidas judiciais complementadoras de devassas e conseqüente punição dos culpados, parecem-nos oportunas, inclusive com a aplicação da Lei de Segurança Nacional, a fim de que não se facilite às novas gerações e impunidade de uma filiação eventual e futura às ideologias, que colocam a soberania do País abaixo das ambições imperiaristas de potências submetidas ao arbítrio dos ditadores comunistas e ateus. Mas, mesmo antes de adotar todas estas providências complementadoras da vitória das Forças Armadas sobre os maus brasileiros, procure o Congresso, quanto antes, eleger os novos presidente e vice-presidente da República para o resto do período que Jânio Quadros e João Goulart não puderam concluir e que, para isso, adote a verdadeira interpretação do parágrafo 2.º do art. 79 da Constituição que ordena semelhante eleição, depois de 30 dias da última vaga verificada. E que essa eleição, no sábio entender das correntes democráticas prefira candidatos equidistantes das forças políticas, a fim de que o processo de reconstrução nacional se efetive, sem o perigo do aparecimento ou eclosão de novas crises, de que o País precisa de se livrar e de modo definitivo, para que seu progresso se realize sem solução de continuidade.

Figura 7: Diário Mercantil. Juiz de Fora, março de 1964.

No discurso pró-intervenção militar encontramos, então, principalmente, dois argumentos: um de combate a uma possível ameaça comunista, representada pelo governo João Goulart e seus apoiadores, outro de combate à corrupção, reflexo de um governo perverso. Nota-se que nessa breve análise dos discursos empregados no contexto do golpe de 1964 conseguimos associá-los a ao menos duas teses de Hirschman, as teses da ameaça e da perversidade.

Esses discursos são identificados, também, nos processos da Justiça do Trabalho de 1964, especificamente nos dissídios coletivos. Os dissídios coletivos são fontes riquíssimas para se compreender um pouco da relação entre Estado, capital e trabalho, três esferas sociais que podem nos dizer muito sobre o período da ditadura militar.

Nessa disputa entre a representação patronal e a representação dos trabalhadores, os discursos empregados pelos sindicatos das indústrias, representantes do capital, nos deixam perplexo. O objeto das ações é, em sua maioria, o aumento salarial. Em um momento de instabilidade econômica, sobretudo a partir de 1964, percebemos que as políticas autoritárias empregadas pelo governo impactaram diretamente as relações de trabalho. Em um processo aberto em setembro de 1964, em Juiz de Fora, temos, como suscitado, o Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem de Juiz de Fora; o objeto da ação: aumento salarial. Na defesa apresentada por esse sindicato...:

Ademais, nada, absolutamente nada, autoriza a revisão salarial nesta oportunidade, quando é sabido que o Governo Federal vem envidando ingentes esforços para conter o problema inflacionário, esforços que tornar-se-iam inoperantes se continuássemos com a nefasta indústria dos ‘dissídios’ para aumento de salário [...]. Nenhuma outra prova, repete-se, existe no processado e capaz de autorizar e escudar o pedido inicial, e, muito ao contrário, *tudo indica que a calamidade já passou* e que os níveis dos preços tende a se estabilizar, como o testifica dados fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, como se vê publicação de ‘Globo’ de 25 do corrente.

*A manutenção dos níveis de salário ora vigentes, é um imperativo da ora presente, constituindo uma salutar cooperação com o Governo honesto e sério que dirige os destinos do país, depois do ciclo calamitoso encerrado a 31 de março último. [...]*

Por tudo quanto acima e atrás foi dito, e, invocando os Doutos suplementos dos Ínclitos Julgadores, pede e espera o suscitado venha o *presente dissídio ser julgado inoportuno e improcedente, como uma homenagem a nova fase por que passa a vida administrativa do país, ao Direito e a JUSTIÇA!*”<sup>5</sup>

<sup>5</sup> Processo n. TRT-MG 4338/64. Data da ação: 18/09/1964, p. 34-35, grifo nosso.

Notamos, a partir dessas duas fontes utilizadas neste artigo, que, em Juiz de Fora, e possivelmente no restante do país, a retórica do patronato e de determinados segmentos, como a mídia, estava alinhada com as teses e discursos utilizados pelos segmentos sociais que apoiaram a intervenção militar de 1964. Esses segmentos se posicionaram contrários às políticas progressistas empregadas pelo governo de João Goulart e, assim, passaram a disseminar pela sociedade teses reacionárias, o que colocou em risco a recente democracia do Brasil e possibilitou a ação que culminou no golpe de 1964 e na intervenção militar.

Jaques Rancière (2014) nos mostra que “num país de experiência democrática recente, democracia pode significar o aumento irresistível de demandas que pressionam os governos, acarreta o declínio da autoridade e torna os indivíduos e os grupos rebeldes às disciplinas e os sacrifícios pelo interesse comum”. Rancière vai mais longe, ao afirmar que democracia significa, ao mesmo tempo, uma ampla participação popular nas discussões políticas e uma forma de vida social direcionada para satisfação social. Porém, o autor chama a atenção para os excessos que podem ocorrer a partir dessas duas formulações, excessos esses que poderiam levar a democracia à ruína. Para Rancière, um meio termo deveria ser encontrado, “a boa democracia deveria ser, então, uma forma de governo e de vida social capaz de controlar o duplo excesso de atividade coletiva ou de retração individual inerente à vida democrática” (RANCIÈRE, 2014: 17).

Nas tensões pré-1964 haviam, sim, pressões por demandas específicas, o que pode ter acarretado a disputa política entre grupos e indivíduos, que passaram a não enxergar mais essas demandas como de interesse de todos. Rancière sugere que, a partir dessas tensões, podem surgir dois adversários para a vida democrática: de um lado a proposta de um governo autoritário, que se coloca como o “salvador da pátria”, do outro, um governo incapaz de controlar essas tensões pela via democrática e da legalidade (IBIDEM: 16). Para o caso do Brasil, a proposta de um governo autoritário foi, em 1964, a vencedora. Optou-se pelo fim da vida democrática para se controlar os excessos das demandas sociais que não estavam atendendo aos interesses de todos, fazendo com que se erigisse um governo ditatorial, autoritário e repressor, que seria capaz de pôr fim às políticas progressistas, atendendo, assim, às demandas das elites, classes médias e da grande mídia, que, como vimos, foram os principais segmentos que contribuíram para a derrubada de um presidente que tinha o respaldo da Constituição.

#### *REFERÊNCIAS:*



**Fontes primárias:**

*Diário Mercantil*. “Repressão e defesa contra a propaganda do regime comunista”. Juiz de Fora, março de 1964.

*Diário Mercantil*. “Associação rural de JF pede aprovação da lei de repressão à propaganda comunista”. Juiz de Fora, março de 1964.

*Diário Mercantil*. “A consolidação da vitória”. Juiz de Fora, março de 1964.

*Processo Trabalhista* (dissídio coletivo) n. TRT-MG 4338/64. Juiz de Fora. Data da ação: 18/09/1964.

**Bibliografia:**

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

DELGADO, Maurício Godinho. *Capitalismo, trabalho e emprego: Entre o paradigma da destruição e os caminhos de reconstrução*. São Paulo: LTR, 2005.

GOMES, A. M. C. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha V. (Orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX, Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 35-70.

HIRSCHMAN, A. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz & ROLLEMBERG, Denise. *História e memória das ditaduras do século XX*. V. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 96-106.

PERLATTO, F. Sistema de repressão de Juiz de Fora – Contextualização histórica do sistema repressivo. In: JUIZ DE FORA. Comissão Municipal da Verdade. *Memórias da repressão: relatório da Comissão Municipal da Verdade de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: MAMM, 2015, pp. 44-45.

RANCIÈRE, J. *O ódio a democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à constituição de 1968*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo & MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 30-47.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1987.

WERNECK VIANNA, Luiz. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.



## SIMPÓSIO TEMÁTICO 04

### Juiz de Fora: História e Pesquisa

#### **Coordenadores:**

Felipe Marinho Duarte (Doutor em História – Universidade Federal de Juiz de Fora)

Fabio Augusto Machado Soares de Oliveira (Doutorando em História – Universidade Federal de Juiz de Fora)

#### **Ementa:**

O simpósio temático "Juiz de Fora: História e Pesquisa" destina-se a discutir e divulgar pesquisas de âmbito local que tenham Juiz de Fora como foco de análise, desde a consolidação de seu arraial no século XVIII até meados do século XX. Pretende-se promover debates sobre as dimensões dos distintos e complementares espaços do que o veio a ser o município e seu entorno, a saber, o campo e a cidade, suas especificidades e suas inter-relações com outras partes de Minas Gerais e do Brasil, bem como suas conexões internacionais. O objetivo principal é estimular uma produção historiográfica própria, cujo crescimento nos últimos anos é visível, colocando em contato pesquisadores que se dedicam aos estudos deste local sobre os mais variados temas: cafeicultura, escravidão, movimento operário, crédito, industrialização, urbanização, arquitetura, cultura política, associativismo urbano, religião, entre outras propostas investigativas que elucidem a História de Juiz de Fora.

Ao longo dos anos, o curso de História da Universidade Federal de Juiz de Fora se manteve próximo das discussões pertinentes ao seu município através da promoção de eventos acadêmicos, núcleos de estudos, laboratórios de pesquisas e das investigações publicadas por seus docentes e discentes. Nesse sentido, torna-se relevante a promoção de um simpósio capaz de reunir num mesmo espaço os pesquisadores do tema, procurando abarcar, sobretudo, a produção historiográfica mais recente desse universo de pesquisa tão diverso, mas que compartilham um mesmo objeto - Juiz de Fora -, de modo a acrescentar questões, sobre métodos, fontes e estratégias que possam ser exploradas e comparadas.

## SOB O TAPETE: POBREZA, HIGIENE E MODERNIZAÇÃO NA CIDADE DE JUIZ DE FORA (1890-1920)

Iolanda Chaves Ferreira de Oliveira<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo identificar e compreender a gestão do território urbano na cidade de Juiz de Fora – Minas Gerais pelas elites políticas no período de 1890 a 1920 através dos documentos oficiais da Câmara Municipal, mais precisamente as Resoluções municipais. É observado a forma que o ordenamento do território se deu de modo a enquadrar as classes pobres citadinas no discurso político modernizador, que passou a conduzir toda a gestão pública do município a partir da segunda metade do século XIX.

**Palavras-chaves:** Pobres; Modernização; Trabalho

**Abstract:** This article aims to identify and understand the management of Juiz de Fora, Minas Gerais urban territory by the political elites in the period from 1890 to 1920 through official documents of its City Council, more precisely the Municipal Resolutions. It is observed how the city's territory planning occurred to accommodate the poor urban classes into the modernizing political speech, which was the leading power to all of the city's public management policies from the second half of the 19th century.

**Keywords:** Poor; Modernization; Work

### Introdução:

A história do município de Juiz de Fora tem início no final do século XVIII quando é aberto o “Caminho Novo” com a intenção de facilitar a comunicação entre o Rio de Janeiro e a região das minas, e reduzir o contrabando do ouro. A partir desse período a Zona da Mata se torna um centro importante de atividades mercantis relacionadas à mineração. A vila (Santo Antônio do Paraibuna) é elevada à categoria de cidade no ano de 1856, e não congregava dos valores coloniais que são atribuídos a cultura mineira como o forte barroquismo e a tendência religiosa, não participando assim da “mineiridade” (BOMENY, 1994: 9) como ocorria com as cidades do circuito aurífero, Ouro Preto, Mariana, etc.

A partir de meados do século XIX, principalmente da década de 1870, é possível verificar, de acordo com Mônica Oliveira, um processo endógeno de investimentos de capitais de famílias tradicionais da região (Tostes, Ferreira Lage, Procópio, por exemplo)

---

<sup>1</sup>Mestranda em História Social - PPGHIS Universidade Federal do Rio de Janeiro. Email: [iochavesferreira@gmail.com](mailto:iochavesferreira@gmail.com)

que impulsionou e expandiu as lavouras cafeeiras locais, assistindo assim a um grande crescimento econômico permitindo conseqüentemente a dinamização da produção, simultaneamente ao processo de construção da Rodovia União e Indústria e da Estrada de Ferro Central do Brasil (1861), intensificando o fluxo de pessoas e acentuando o convívio com a cidade do Rio de Janeiro.

### *A Belle Époque Mineira: o caso juiz-forano*

Como foi posto anteriormente, a cidade de Juiz de Fora não ‘participava’ da cultura colonial mineira e se aproximava geográfica e culturalmente à capital do Império/República, assim como exercia uma luta política contra a hegemonia da zona mineradora. Essa disputa com os antigos centros do ouro, e a proximidade econômica e cultural com o Rio de Janeiro, provocou na cidade, segundo Maraliz de Castro V. Christo, um maior ‘cosmopolitismo’ fazendo com que a cidade fosse considerada um centro cultural da província mineira até a década de 1920, aproximadamente (CHRISTO, 1994: 2).

Essa vida cultural intensa não é fortuita, ela nasce de um projeto modernizador idealizado e financiado pelos cafeicultores e industriais locais, que correspondiam também às elites políticas, pertencentes às famílias tradicionais citadas anteriormente, com o intuito de exercer um maior controle sobre o espaço urbano e a população, sendo assim, foi pensado um projeto de modernização que viabilizava uma infraestrutura capaz de suportar a demanda do crescimento industrial, bem como através de jornais, educação, instituições culturais em geral, a formação de trabalhadores, gerando assim uma opinião pública em torno do desejo de um “vir a ser civilizado”.

Essas elites políticas contaram ainda com a Sociedade Médica e Cirúrgica de Juiz de Fora (SMCJF) – fundada em 1889, por iniciativa dos médicos João Nogueira Penido e Eduardo de Meneses – a qual muitos de seus membros também faziam parte da classe política do município como o próprio João Penido e o Barão de Santa Helena. A SMCJF foi pensada a fim de divulgar e enaltecer a classe médica através da união de seus membros e a produção e circulação de informações. Após sua inauguração, verificou-se que o conhecimento que circulava ou era produzido pela SMCJF buscava ser aplicado através da intervenção no espaço público e privado, como forma de legitimar a categoria médica em meio à sociedade (LANA, 2006: 41).

## “Classes Subalternas” e “Classes Perigosas”: Trabalho e Higiene

### *A categorização da pobreza: “Classes Subalternas” x “Classes Perigosas”*

“Classes subalternas” e “Classes perigosas”: esses dois conceitos irão permear a noção de classes pobres a que se refere o trabalho. Essa escolha se dá pela dificuldade de mensurar de forma específica nesse contexto espacial e histórico quem eram os sujeitos ditos pobres.

O primeiro deles, “Classes subalternas”, é apresentado por Sandra Pesavento em “Os pobres da cidade”. Segundo a autora, o resgate do termo ‘subalterno’ é importante, pois é a que mais se aproxima da categorização de ‘povo’, e ainda, pressupõe relações de subordinação, exclusão política, uma posição baixa na hierarquia social, e ausência de direitos ou direitos frágeis, resultando em cidadãos de segunda classe. A autora ainda faz uma referência a Antonio Gramsci, que classifica esses subalternos como sujeitos excluídos de um sistema hegemônico (PESAVENTO, 1994: 13-14). Porém, ainda de acordo com Pesavento, os subalternos não são apenas os indivíduos que se encontram nessas relações de subordinação, exemplificada pela autora pela relação patrão/empregado, ou seja, não são apenas os sujeitos considerados parte do proletariado, mas também aqueles que se encontram à margem do mercado de trabalho, que não tem meios concretos de subsistência, vivem de mascates, e pequenos ofícios, são reforçadamente cidadãos menores, pouco ouvidos pelas autoridades e alvos constantes da polícia, considerados perigosos.

O conceito de “Classes perigosas” é usado por Sidney Chalhoub, que contextualiza essa nomeação europeia empregada pelas autoridades políticas cariocas: originalmente o termo era atribuído para designar as pessoas que já houvessem passado pela prisão por motivos de tentar obter o próprio sustento ou de sua família através de furtos e não do trabalho. Segundo o autor, quando o termo é utilizado por políticos brasileiros, são apoiados pelos trabalhos de M. A. Frégier, um funcionário da polícia parisiense, que torna o conceito mais amplo ao deixar equivalentes os conceitos entre classes pobres e classes viciosas, e quando a pobreza e o vício se encontravam em um mesmo indivíduo, este logo poderia ser considerado um perigo para a sociedade. Isso pressupõe que existiriam os ‘bons pobres’ e os ‘pobres perigosos’, mas o que se vê no discurso político brasileiro, que preconizava o hábito do trabalho, e que este levava ao

hábito da poupança, que se transforma em poder de compra, logo aquele trabalhador que não consegue acumular capital, ou seja, que vive em estado de pobreza, pode ser considerado um mau trabalhador, ocioso, dado aos vícios, conseqüentemente acarretando que o conceito de “classes perigosas” seja equivalente ao de “classes pobres” (CHALHOUB, 1996: 19-20).

A principal diferença entre esses dois conceitos é a forma como categoriza as classes pobres. A denominação “classes subalternas”, diferente do termo “classes perigosas” que classifica todos os pobres como sujeitos que oferecem perigo à sociedade, permite que se qualifique esses desafortunados em pelo menos duas categorias: a do pobre trabalhador, e a do pobre ocioso, considerado um perigo por lançar mão de práticas consideradas subversivas e imorais como roubos, prostituição, jogos, mendicância, etc (PESAVENTO, 1994: 18). Ainda que o pobre trabalhador seja comparativamente mais virtuoso do que a outra categoria, este representa um perigo, porém, em um sentido de “vir a ser” perigoso, a sua existência por si só não acarretava medo, e seu perigo se dava mais em um âmbito político, em que as autoridades políticas e intelectuais orgânicos consideravam a possibilidade de uma tomada de consciência de classe do proletariado uma possibilidade perigosa, ou seja, o pobre trabalhador poderia se tornar um perigo enquanto categoria, e não enquanto um indivíduo isolado.

No entanto, ambos autores concordam quanto à problemática de que fora das discussões acadêmicas, tanto no meio historiográfico como nas ponderações da classe política e intelectual da época que discutia esses valores, não existe uma dualidade que se oponha, dois universos distintos, um mundo do trabalho, e outro completamente oposto ao primeiro, da ociosidade e do crime. O que acontece é que o crime e o ócio que são considerados valores fora da ordem e reproduzidos por sujeitos marginais a essa ordem, estão sim no interior dela e são elementos importantes para a manutenção desse modelo de sociedade, como pondera Chalhoub (CHALHOUB, 2008: 79-80).

Um ponto que se pretende chegar a partir dessa discussão é de que essas condutas consideradas desviantes possuem uma intencionalidade e são úteis quando apropriadas pelas elites com a intenção de legitimar esse sistema racionalizante - que supunha que a cidade deveria ser administrada de acordo com valores técnicos e científicos - de gestão do espaço e da vida, de um modo geral, da população, porque justificava os mecanismos de controle e normalização (FREIRE, 1979: 50) dos grupos subalternos.

Não foi possível fazer um apanhado de fontes mais complexo que permitisse identificar nesse contexto específico quem fazia parte dessas classes subalternas, mas de acordo com Maíra C. Silva de uma forma geral esses pobres eram principalmente os libertos e descendentes de escravos, devido à grande quantidade destes em virtude da economia cafeeira local e aproximação com o Vale do Paraíba, zona decadente do café; e os imigrantes, principalmente alemães, italianos e portugueses, graças a hospedaria de imigrantes da cidade que era um ‘ponto de distribuição’ desses trabalhadores que muitas vezes não se submetiam às condições de trabalho que eram oferecidas e preferiam trabalhos informais por conta própria, bem como uma parcela significativa dos imigrantes sírios e libaneses (chamados pejorativamente de turcos) que tinham pequenos comércios ou camelôs nas partes baixas do centro da cidade, onde ficavam em sua maior parte as habitações populares e população mais pobre (SILVA, 2008: 44).

### *Trabalho e Higiene: o controle sobre as classes pobres*

No tocante ao contexto específico da cidade de Juiz de Fora é possível perceber que a Câmara Municipal e SMCJF tinham os seus discursos afinados, sendo a SMCJF no sentido da higiene e a Câmara na perspectiva da salubridade, ambos estavam alinhados ao ideal republicano de modernidade, em busca de instaurar novos hábitos na sociedade, na tentativa de enquadrá-la nos preceitos da higiene, moral e bons costumes, muitas vezes trabalhando em conjunto na administração pública.

Eduardo de Meneses, primeiro secretário da Sociedade, foi encarregado pela Câmara municipal de gerir a Diretoria de Higiene, criada a fim de combater as diversas doenças que vinham causando sérios impactos na cidade como a varíola, febre amarela e tuberculose, e uma de suas intenções era esquadrihar a cidade tanto em termos territoriais, ou seja, na gestão do espaço, como em termos sociais, identificando a população nos seus mais diversos estratos, principalmente nos segmentos mais pobres. De acordo com Maraliz Christo, com o avanço da bacteriologia crescia a preocupação médica com o confinamento das pessoas infectadas, antisepsia, etc., e que isso resultava em problemas para os pobres, principalmente aqueles que moravam em cortiços ou viviam nas ruas, porque era necessário que ficassem confinados em hospitais ou asilos, como era comum na época, ao contrário daqueles que dispunham de atendimento

domiciliar e poderiam fazer os respectivos tratamentos em suas próprias casas (CHRISTO, 1994: 130-131).

No centro da cidade havia além da Santa Casa de Misericórdia o Hospital Santa Helena. Conhecido como Lazareto, era voltado principalmente para o atendimento de mendigos, órfãos, etc. Era esse o local para onde eram feitas as remoções das pessoas infectadas com doenças contagiosas. Segundo as autoridades as condições do hospital eram tidas como precárias<sup>2</sup>, o hospital foi fechado em 1894 em virtude das suas más condições. Além disso, a SMCJF intencionava retirar do centro da cidade as marcas estéticas e sociais da pobreza do centro, exercendo um forte poder político sobre a população em nome de medidas profiláticas. Um exemplo de um desses casos foi a tentativa do padre João Emílio Ferreira diretor da Sociedade protetora da Pobreza, construir um asilo para mendigos em uma das ruas próximas ao centro da cidade, a SMCJF se posicionou contra a construção:

...a Sociedade de Medicina e Cirurgia, que vela zelosamente pela salubridade dessa florescente cidade, entendeu aconselhar-me para que não construísse o referido asilo no supracitado terreno, por estar no centro da cidade e ser um foco de infecção que pode causar inconvenientes à higiene pública. (CHRISTO, 1994: 129)

A partir desse trecho é possível observar que o que de fato incomodava essas autoridades não era o fato de ser construído um asilo para atender os mendigos, mas que esse asilo fosse construído no centro, onde estava ocorrendo toda a remodelação urbana, social e estética, possivelmente se a tentativa de erguer esse asilo se desse em um sítio mais distante, como era nomeado na época, como é visto nos próprios relatórios da Câmara, “para além de Tostes e Halfeld” (SILVA, 2008: 45), as maiores e principais ruas do centro no fim do século XIX. Nota-se também a culpabilização dos enfermos pelo contágio da doença, usando justificativas tais como a ignorância da população, e inocentando por outro lado, os donos dos cortiços e demais habitações insalubres e industriais, já que as condições de trabalho também eram aviltantes e contribuíam para a proliferação das doenças.

Dessa forma, foram várias ações elaboradas pelo poder público, tanto pela Câmara Municipal, quanto pela SMCJF (ou ambas, em conjunto) para que a cidade fosse racionalmente ordenada dentro dos padrões higiênicos e estéticos, como novas propostas

---

<sup>2</sup>Ata da sessão de 18 de Janeiro de 1890. In: SMCJF. Boletins. t. 1

para a instrução pública, inspeção de casas coletivas e cortiços e multas para os habitantes (e não os donos) dessas moradias que apresentassem perigo por se apresentarem em condições insalubres.

### **O controle sobre o território: A gerência do espaço público**

Para entender como se deu o controle do espaço público pelas autoridades políticas, nesse caso, principalmente pela Câmara Municipal de Juiz de Fora, ainda que algumas medidas tenham sido tomadas a partir de direcionamentos indicados pela SMCJF serão usadas as resoluções municipais entre os anos 1892-1920. O que se pretende observar não é a efetividade da implantação dessas medidas, se foram realmente implantadas ou não, ou qual era o nível de conhecimento e obediência da população em relação a esses atos legislativos, mas sobretudo em quais espaços e sobre quem essas medidas iriam agir, ou seja, de que maneira as autoridades pretendiam um modelo ideal de cidade e da sua população.

Entre os anos citados (1892-1920) são 50 de aproximadamente 880 as resoluções que legislam sobre o espaço público, ou o fluxo de pessoas, mercadorias e trabalhadores sobre esse espaço. Entre elas não se encontram as de medidas higiênicas e profiláticas, como as de vacinação obrigatória, por exemplo, e sim aquelas que tendem a remodelar o espaço urbano, agindo ‘indiretamente’ sobre a população, principalmente.

A partir da leitura dessas resoluções é possível confirmar o que foi colocado anteriormente sobre a imensa preocupação voltada para o viés estético e embelezamento da cidade, e sobre questões de salubridade e higiene, e como isso em alguns casos acaba sendo direcionado aos pobres, ou arruaceiros e boêmios dentro do conceito de “classe perigosa”, como por exemplo, como o caso que a Câmara confere poder aos agentes do executivo para cassar as licenças concedidas para os botequins e tabernas que vendem bebida, uma vez que esses estabelecimentos não se encontrassem nas condições higiênicas exigidas pela lei municipal, essa resolução ainda contém um parágrafo único que saliente o tipo de estabelecimento que se pretende atingir com essa medida: “... a medida de estende a qualquer estabelecimento em que se reúnam ébrios, vagabundos e desordeiros”<sup>3</sup>. Em 1920, é autorizada a criação de uma Guarda Noturna com as seguintes finalidades:

---

<sup>3</sup> Resolução número 602 de 23 de Abril de 1907. Livro de Resoluções Municipais (1906-19032). Arquivo Histórico de Juiz de Fora



- a) o policiamento das vias publicas, a vigilância das habitações e da população contra qualquer crimes ou acidentes;
- b) a prestação de favores às pessoas que deles necessitem;
- c) a fiscalização do cumprimento das resoluções municipaes;<sup>4</sup>

As medidas, porém não se valem somente para esses ‘arruaceiros’ mas tenta regulamentar o próprio trabalhador, sobretudo aquele que vive do mercado informal, são algumas as resoluções que legislam sobre eles, como a obrigatoriedade para os mercadores ambulantes de adquirir licença e pagar por ela por cada grupo de objetos que esses mercadores pretendiam vender (Resolução número 715 de 1º de Maio de 1916); a proibição da comercialização de gêneros comestíveis em tabuleiros abertos (Resolução número 737 de 31 de Janeiro de 1917); e outra proibição de se transitar no centro da cidade carros de tração bovina (Resolução número 751 de 27 de Julho de 1917), carros esses que eram provenientes de trabalhadores das zonas rurais ou bairros mais periféricos da cidade; entre outras resoluções. Essas são as resoluções mais comuns, que tentam legislar sobre o trabalho do mercado informal, e estabelecer parâmetros de estabelecimento dos seus ‘comércios’, os locais onde eram permitidos ou não transitarem, e, sobretudo o conhecimento das autoridades de ter em seu poder o conhecimento de quem eram esses trabalhadores e o que faziam, visto a necessidade de licença para que pudessem exercer suas funções dentro da legalidade.

Outro padrão que se repete entre as resoluções são relativas à uma notável tentativa de padronização e organização das construções que eram feitas no centro da cidade, como a proibição de construção ou reconstrução de casas em determinadas ruas da cidade, a licença só seria concedida para iniciativas que tivessem a intenção de construir prédios (Resolução número 797 de 7 de Fevereiro de 1919); a obrigação de proprietários de terrenos vazios e abertos no centro da cidade a fechá-los com muros caiados ou pintados, ou com gradil sobre a avenida em uma altura específica de dois metros (Resolução número 598 de 13 de Abril de 1907).

Percebe-se ainda dois comportamentos temporais nessas resoluções escolhidas: de 1892 a 1906 aproximadamente, as medidas tomadas em relação ao espaço público e privados, como o das casas, cortiços, etc. principalmente em relação à higiene desses espaços e controle de doenças, como inspecionar as casas, principalmente as coletivas, multando e até fechando e demolindo as que se encontrassem em condições mais

---

<sup>4</sup> Resolução número 855 de 20 de Outubro de 1920. Livro de Resoluções Municipais (1906-1932). Arquivo Histórico de Juiz de Fora

aviltantes, a instalação de vasos sanitários em dependências públicas, como teatros e escolas, etc. A partir de 1906/1907 se vê com mais frequência essa preocupação com a racionalização dos espaços e controle dos trabalhadores e também dos ‘vadios’, como o notório embelezamento da cidade, estabelecendo limites mínimos de andares para se construir nas avenidas principais, dando preferência a construção de prédios em detrimento dos antigos casarões, ou seja, uma gestão bastante afinada, pelo menos em termos de legislação e projetos, com os preceitos do discurso modernizador republicano.

No tocante a essa legislação específica é possível perceber preocupações reais com a saúde pública através das medidas higienistas adotadas pela Câmara Municipal, ainda que muitas dessas medidas não fossem instauradas de modo promover uma reflexão social das doenças, e dos valores de higiene individual ou coletiva, e acabassem oprimindo de alguma maneira a população pobre da cidade, tutelando sobre elas legitimados por um discurso que pregava a sua ignorância e incivilidade, muitas delas eram pensadas para garantir um espaço e população livre de mazelas, pelo menos no que diz respeito ao discurso oficial adotado pelas autoridades.

### **Considerações Finais**

Para pensar a gestão da cidade de Juiz de Fora nos seus mais diversos níveis é necessário em primeiro lugar ponderar quem eram os responsáveis por essa gestão e onde eles se encontravam. Ao construir esse trabalho ficou claro que ao falar sobre autoridades políticas é importante colocar que apesar dela ser formada por uma elite intelectual, ela se apresentava de maneiras diferentes: era constituídas por cafeicultores e industriais locais endinheirados, agentes das profissões liberais como advogados, mas principalmente agentes da área da saúde como médicos e dentistas.

Esses últimos, além de algumas vezes serem parte da elite política da cidade, eram associados a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora, que também carece de uma reflexão acerca da posição que ocupava na cidade. Apesar de ter sido fundada por iniciativa ‘privada’ e não da esfera pública, é notável que esta Sociedade não se pretendia apenas como um espaço de discussão e produção científica, mas almejava e teve êxito em participar da administração pública seja por meio dos cargos que seus membros ocupavam na Câmara Municipal, ou por associações feitas com essas instituições políticas da cidade, mesmo que em diversos momentos existissem tensões entre elas e

seus discursos, mas discordâncias sempre pautadas mais em uma questão de execução do que planejamento.

Sendo assim, pensar a gestão da cidade é pensar no associativismo dessas duas instituições e os impactos que isso causava no espaço e na sociedade. O projeto modernizador toma uma roupagem pesadamente carregada por preceitos científicos e higienistas, sobretudo, se preocupando em eliminar da cidade as doenças que atingiam em números preocupantes a população, e estabelecer dentro dela normas da higiene individual e coletiva que vinha acompanhada do discurso de normalização das famílias e indivíduos a partir de uma ordem médica, domesticando esses sujeitos a partir dos espaços que frequentavam, os mais importantes, a casa, fosse ela compartilhada ou não, e seus espaços de lazer, principalmente àqueles voltados para as classes subalternas, as tabernas e botequins, agindo assim indiretamente no controle desses indivíduos, que para a outra esfera da elite política da cidade, os donos do capital, financiadores do projeto de modernização juiz-forana, pretendiam tê-los em suas fábricas e empreendimentos como mão-de-obra domesticada, pronta a enfrentar uma carga enorme de trabalho, crentes em um discurso de dignificação do trabalho e repressão daqueles que se encontravam ociosos ou à margem do mercado de trabalho formal, ou seja, aqueles que não renderiam lucro aos seus próprios empreendimentos.

Finalmente, a opção por enfatizar a figura dessas elites políticas principalmente aquelas que são também tidas como a elite intelectual mais até do que as classes pobres se dá pelo fato como ficou esclarecido anteriormente, que os conceitos de pobreza, virtude, ociosos se dá a partir da própria camada política/intelectual e dos usos que esses conceitos terão para construir discursos que legitimem as medidas que se pretendem tomar, de acordo com Gramsci, pensar os intelectuais significa também pesar o conjunto de relações sociais nas quais se encontram e no conjunto geral de relações sociais (GRAMSCI, 1982: 9).

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Bibliografia:

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Cia das Letras, 1996

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho – 1880-1920**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994

LANA, Vanessa. **Uma associação científica no “Interior das Gerais”**: A Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora (SMCJF) – 1889 – 1908. 109 páginas. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2006

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A Europa dos Pobres: a Belle Époque Mineira**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1994

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

SILVA, Maíra Carneiro Carvalho. **Lugar de trabalhador é na área de serviço: moradia popular em Juiz de Fora (1892-1930)**. 186 páginas, Dissertação de Mestrado. UFJF, 2008

GRAMSCI, Antônio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982

Fontes:

Livro de Resoluções Municipais (1906-1932) - **Resolução nº 598 de 13 de Abril de 1907**.

Arquivo Histórico de Juiz de Fora

Livro de Resoluções Municipais (1906-1932) - **Resolução nº 602 de 23 de Abril de 1907**.

Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Livro de Resoluções Municipais (1906-1932) - **Resolução nº 715 de 1º de Maio de 1916**.

Arquivo Histórico de Juiz de Fora

Livro de Resoluções Municipais (1906-1932) - **Resolução nº 737 de 31 de Janeiro de 1917**. Arquivo Histórico de Juiz de Fora

Livro de Resoluções Municipais (1906-1932) - **Resolução nº 751 de 27 de Julho de 1917**. Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Livro de Resoluções Municipais (1906-1932) - **Resolução nº 797 de 7 de Fevereiro de 1919**. Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Livro de Resoluções Municipais (1906-1932) - **Resolução nº 855 de 20 de Outubro de 1920**. Arquivo Histórico de Juiz de Fora.

Boletim Sociedade de Medicina e Cirurgia de Juiz de Fora – **Ata da sessão de 18 de Janeiro de 1890**. Arquivo Histórico de Juiz de Fora

## O CONFISCO DE BENS DE ESTRANGEIROS EM JUIZ DE FORA DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Luiz Antonio Belletti Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo analisa o confisco de bens de estrangeiros residentes no Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, e particularmente os acontecimentos em Juiz de Fora, onde, por ordem do delegado especializado, um detalhado documento com todos os estrangeiros e seus bens foi elaborado. Esta listagem está no Fundo da Câmara Municipal de Juiz de Fora do Arquivo Histórico de Juiz de Fora e é aqui analisada. Também são analisados os jornais da época que noticiavam a prisão de estrangeiros ou sua remoção dos locais onde viviam, por serem lugares “estratégicos”. Outro importante confisco foi a Casa d’Itália, que passou a ser a sede da Junta Militar da cidade. As solicitações de documentos eram feitas pelo delegado da Polícia Política em Belo Horizonte, e toda a documentação analisada faz parte do acervo do Arquivo Público Mineiro, Arquivo da Polícia Política.

Palavras chave: Confisco de bens, Segunda Guerra Mundial, estrangeiros.

**Abstract:** This article analyzes the confiscation of assets of foreigners residing in Brazil during World War II, and particularly the events in Juiz de Fora, where, by order of the specialized delegate, a detailed document with all foreigners and their assets was prepared. This listing is in the fund "Câmara Municipal" in the Juiz de Fora Historical Archive and is analyzed here. Also analyzed are the newspapers of the time that reported the arrest of foreigners or their removal from the places where they lived, because they are "strategic" places. Another important confiscation was Casa d'Italia, which became the seat of the city's Military Junta. The requests for documents were made by the Political Police officer in Belo Horizonte, and all the documentation analyzed is part of the archive of the Arquivo Público Mineiro, the Political Police Archive.

Key words: Confiscation of property, World War II, foreigners.

---

<sup>1</sup>Licenciado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientador Fernando Perlatto Bom Jardim. Bolsista CAPES. E-mail: luizbelletti@hotmail.com

## Introdução

Durante os anos da Segunda Guerra Mundial, os imigrantes e seus descendentes residentes no Brasil sofreram restrições e perseguições, inclusive prisões em campos de concentração, confisco de bens, fechamento de associações e intervenções em escolas. Este artigo trata de um ponto que geralmente é pouco estudado, que é a questão do confisco de bens de estrangeiros durante a guerra, incluindo bens que jamais foram devolvidos.

A declaração de guerra representou um corte radical na vida de muitas pessoas que viviam aqui há muitos anos. Os idiomas destes países foram definitivamente proibidos de serem falados, e as pessoas passaram a ser “súditos do eixo”. A expressão “Quinta-Coluna”, que nomeava os espões e sabotadores, era usada para humilhar os estrangeiros (LESSA, 2011). Para Estevão Martins, entrevistado por Lessa:

O Brasil fez alguns gestos simbólicos que eram típicos do que os americanos também vieram a fazer depois, sobretudo com as colônias de descendentes japoneses no Havaí e na costa oeste dos Estados Unidos, que foi confinar os descendentes, ou os imigrantes recentes e seus descendentes como se fossem agentes do inimigo. É uma reação um pouco normal em época de guerra, embora seja bruta, deseducada e grosseira, porque muita gente não tem culpa de nada disso, não estava nem pensando nisso, estava só saindo da miséria seja como agricultor italiano, alemão ou japonês. Mas aconteceu (LESSA, 2011).

Rosângela Kumura (apud LESSA, 2011) nos conta que, no Paraná, os súditos do Eixo foram retirados da orla marítima, os bens foram confiscados, e as casas nunca mais foram devolvidas: até hoje pertencem aos bancos, não aos japoneses, que foram levados para a fazenda do interventor do estado. Marlene Fávere (apud LESSA, 2011) relata o cotidiano e o medo dos estrangeiros, mas o que ela mais chama a atenção é que estas histórias não eram, na verdade, contadas. O silêncio foi a forma de lidar com as lembranças. O rearranjo de forças políticas forçou também o esquecimento das dores e rancores. A destruição de lápides nos cemitérios, a proibição de ouvir rádio, de cantar e festejar causou muita mágoa.

Uma guerra é sempre um marco na história de povos e nações, introduzindo rupturas e novidades, seja na tecnologia empregada ou no papel desempenhado pelas forças armadas. Contudo, na história e na memória coletiva da população do Brasil, a lembrança da Segunda Guerra Mundial é marcada mais pela ausência, uma vez que a guerra não é lembrada como um marco na história da cidade ou do país. Os debates sobre

o período se resumem à diplomacia, ao jogo duplo de Getúlio ou aos impactos econômicos no país. Não há conexão da guerra com a história do país (CYTRYNOWICZ, 2000: 18; FAUSTO, 1999: 17).

### **O confisco de bens**

No Decreto-Lei n. 4166, de 11 de março de 1942, Getúlio confisca os bens dos imigrantes que viviam no país como compensação dos prejuízos de guerra. Alguns decretos editados após a guerra chegaram a regulamentar a devolução destes bens, mas muitos não foram devolvidos até hoje. Bens e ações continuam de posse do Banco do Brasil. Não se sabe ao certo o valor destes bens, mas estima-se que são valores muito elevados. Só em ações da Cervejaria Brahma, hoje a multinacional Ambev, o valor está próximo de 42 milhões de reais. Segundo Lessa (2011), não há solução de curto prazo para resolver a questão, pendente desde o fim da guerra.

No site “JusBrasil” quando se procura por processos de reclamação de bens da Segunda Guerra, 408 resultados são encontrados, sendo processos de famílias que reclamam pelos bens de parentes. O resultado mais recente encontrado, de 2010, em um processo o Superior Tribunal de Justiça, negava recurso do requerente, informando que todos os bens já haviam sido incorporados pela União e não poderiam mais ser reclamados<sup>2</sup>. Esta informação é confirmada pela ONG Contas Abertas:

Quando foram anistiados, em 1950, uma parte dessas ações nunca chegou a ser reclamada. Nas décadas seguintes, por força de lei, foram incorporadas pela União e não podem mais ser retomadas. Por isso, o governo tem pequenas participações nos bancos Itaú e Santander, além de R\$ 42 milhões em ações da AmBev. Segundo a assessoria da empresa, esse valor representa menos de 1% do valor de mercado da AmBev. Eles explicam que havia sócios alemães tanto na Brahma, quanto na Antarctica. Após a guerra, nunca chegaram a reivindicá-las de volta<sup>3</sup>.

Em uma reportagem do dia 10 de abril de 2006, o jornal *Folha de São Paulo* noticiava que o Exército Brasileiro devolveria para a comunidade de descendentes de imigrantes japoneses um casarão na cidade de Santos, onde funciona a Junta de Alistamento Militar, que foi confiscada em 1942. Neste local, funcionava antes a Escola

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/busca?q=BENS+DOS+S%C3%9ADITOS+DO+EIXO&c> acessado em 09/01/2017.

<sup>3</sup> Disponível em <http://reacnaria.org/blog/reacablog/ajuste-para-quem-parte-3-governo-e-socio-de-mais-de-330-empresas-ativos-ultrapassam-r-180-bilhoes> acessado em 09/01/2017

Japonesa de Santos. Ainda segundo o jornal, os imóveis dos japoneses não foram devolvidos como foram muitos dos imóveis de italianos e alemães, possivelmente pela “barreira” da língua. O jornal informa que provavelmente este é o último imóvel, dos que foram confiscados por Vargas, que ainda permanecia de posse do governo brasileiro<sup>4</sup>.

O ano de 1942 é o mais marcante em relação à guerra para os estrangeiros residentes no Brasil. No dia 24 de janeiro aparece, a notícia no Jornal *Diário Mercantil (AHJF)* que os países da América aprovaram por unanimidade o rompimento de relações como o Eixo. No dia 28, o Brasil romperia com o Eixo. A jurisdição dos cônsules destes países é cassada em Minas, inclusive em Juiz de Fora. Neste mesmo dia o jornal fazia um balanço da situação dos estrangeiros dos países do Eixo em Juiz de Fora, na fala do delegado especializado João Luiz Alves Valadão, que se tornaria a figura principal em todas as notícias sobre estrangeiros, processos e protestos durante a guerra. Ele dizia que aqueles que se manifestassem publicamente pelos adversários seriam presos. Os estrangeiros precisariam de salvo conduto para viajar, teriam que declarar em 15 dias a residência e não poderiam se manifestar ou falar a língua de origem. O cônsul italiano Emilio Camodeca voltaria para a Itália, pois era funcionário de carreira, e o vice-cônsul, não sendo funcionário permaneceria, pois era industrial na cidade. Diversos livros foram apreendidos nas livrarias, a Casa D’Itália e a sociedade Humberto I passam para o controle do governo e as demais sociedades estrangeiras ficaram sobre severa vigilância.

Na mesma edição o jornal noticia que a polícia local fechou uma escola e várias sociedades estrangeiras na cidade e outras ficaram sob fiscalização direta e rigorosa, de acordo com os Decreto-Lei 383 e 1545. Foram fechadas as sociedades “Dante Allehieri” e a Associação Nacional dos Ex-Combatentes e Donolavero, referidas nos estatutos da Casa D’Itália, mas sem registro no Ministério da Justiça. Elas já estavam com as atividades encerradas. Também foi fechado o Jardim de Infância da Escola Alemã, por estar em desacordo com as leis nacionalizadoras. Também foram fiscalizadas as sociedades alemãs e notificadas as de culto evangélico alemã para só falar português.

Em fevereiro as notícias se multiplicam. No dia 6 várias sociedades italianas foram fechadas no Rio de Janeiro, principalmente as esportivas, beneficentes e recreativas, exceto os hospitais. No mesmo dia a Casa D’Itália era fechada em Juiz de Fora e o prédio possivelmente seria alugado ao governo. No dia 18 o Buarque foi

---

<sup>4</sup>Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1004200611.htm> Acessado em 09/01/2017.



afundado na costa norte-americana do Atlântico pelos alemães e no dia 20 o Olinda foi afundado. Era o início da revolta generalizada no país contra os estrangeiros. O processo se agravaria mais ao final do ano com o afundamento de outros navios na costa brasileira.

O mês de março é um dos mais tumultuados. No dia 9, foi afundado o cargueiro Arabutan, e no dia 11 foi torpedeado o Cayru. As notícias tinham grande destaque nos jornais, com as manchetes ocupando metade da página. No mesmo dia, aparecia a notícia da reforma na Constituição Federal, no artigo 166, que passou a permitir que o presidente decretasse estado de guerra sem a autorização do legislativo. No dia seguinte, foi decretado que os bens dos estrangeiros no Brasil responderiam pelos prejuízos causados pelas agressões dos países do Eixo. O jornal informa, então, que havia no Rio de Janeiro uma grande animosidade contra tudo que era do Eixo. Um alemão que ofendera o Brasil fora agredido; grupos se formavam em frente a casas pertencentes a “súditos totalitários”, em atitude hostil; e foram lançadas pedras contra as vitrines da Casa Lerner, na Avenida Rio Branco, tendo sido o sócio agredido a pontapés.

Em 9 de março de 1942, o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, noticiava:

Os japoneses ocupam pontos estratégicos no interior de Minas. Um dos agricultores amarelos foi localizar-se precisamente entre uma fábrica de munições e um paiol do Exército, nas proximidades do reservatório de água. Sensacionais revelações do delegado de Juiz de Fora ao “Globo” (APM, 2016).

Tujama Asajiro era plantador de tomates no atual bairro de Benfica em Juiz de Fora, e o próprio jornal não sabe se ele se instalou no local por acaso. O delegado o removeu do local e informou ao jornal que achava estranho que existissem japoneses residindo próximo a estrada de ferro, pois eles poderiam cortar fios de telégrafo, eletricidade e danificar trens. Ainda em março de 1942, o Chefe do Serviço de Estrangeiros mandava carta ao delegado, recomendando que fossem tomadas medidas no sentido de restringir totalmente a circulação de japoneses, pois brasileiros estariam sendo maltratados no Japão (APM, 2016).

No dia 13, era informado que todos os estrangeiros possivelmente “perniciosos” à segurança nacional da cidade estavam fichados e haveriam de “dar conta de todo o mal que porventura cometerem”. Na capital, um grupo percorreu as ruas mais centrais da cidade e depredou propriedades de súditos do Eixo. Em nenhum dos jornais pesquisados é relatado algo semelhante em Juiz de Fora em nenhum momento, apesar de que em dois processos crime analisados (AHJF), bem como em documentos do Arquivo Público Mineiro, o cerco de imóveis de estrangeiros é mencionado.

Sob o título “Confiscação”, o jornal avisava que os súditos alemães, japoneses e italianos tinham quinze dias de prazo para declararem o valor dos bens que possuíam no Brasil, de acordo com o Decreto Lei 4.166. O jornal considerou a medida legítima. Na Paraíba, os colonos japoneses que moravam entre o aeroporto e a captação de água da cidade foram removidos para o interior, pois o local era considerado estratégico. Possivelmente, a remoção ocorreu sem indenização ou disponibilidade de local para a nova moradia.

As notícias de conflitos com estrangeiros se espalhavam pelo país. No dia 14, estudantes baianos fizeram uma proclamação contra a quinta-coluna, sendo que, no mesmo dia, o gerente da firma sueca SKF em Salvador foi quase linchado ao reagir por ser chamado de quinta-coluna. No dia seguinte, apareceu a notícia de que Ilhéus estaria dominada por nazistas que recebiam armas de Berlim. Não há sequência ou novo informe posterior sobre esta “dominação”. Como muitas outras, o caráter sensacionalista e desprovido de provas era a marca principal do noticiário.

### **Os acontecimentos em Juiz de Fora**

Paralelo aos acontecimentos de guerra e ao afundamento de navios na costa brasileira, o governo começa a tomar medidas e a expedir decretos que culminariam com o rompimento com os países do Eixo e a declaração de guerra. Em 27 de março de 1942 o Estado Maior do Exército envia formulário à Prefeitura de Juiz de Fora, solicitando informações sobre os estrangeiros da cidade e seus bens. Além desta relação de bens, é solicitado ao prefeito que informe sobre a reação de estrangeiros, comunistas e integralistas sobre o rompimento do Brasil com o Eixo. O prefeito Raphael Crigliano responde a Filinto Muller em 18 de abril de 1942, informando sobre a reação dos diversos grupos, relatando que a pior recepção foi com os estrangeiros e seus descendentes, e que estariam todos sob vigilância.

*Relação dos alemães, italianos e japoneses que possuem bens na cidade e distrito*

N.º	Nomes	Nacionalidade	Profissão	Bens
1	Antônio de Jesus	Italiano		
2	Amorim			
3	Antonio Bellamini			
4	Adolpho Biscatti			
5	Bello			
6	Carlos Domaneid	Italiano		
7	David Barato			
8	Gramiani Celeste			
9	Costa			
10	Costa		Empreiteiro	
11	Waldall			
12	Yabuji		Brancheiro	
13	Yuardi			
14	Yagumi			
15	Alomari			
16	Passarella Sidew 18			
17	Calosino		Comerciante	
18	Costa			
19	Camapico			
20	Costa			
21	Spinnelli			
22	Costa			
23	Alcimar			
24	Costa			
25	Costa			
26	Amela Sivan Doppelbaum	Alemã		
27	Andria Opprado (Dondri)	Italiano	Bancheiro	
28	Costa			

FIGURA 1 – Relação de estrangeiros residentes em Juiz de Fora.  
Fonte: Fundo Câmara Municipal – Arquivo Histórico de Juiz de Fora

Junto a este documento existe um detalhado mapa da cidade, com todos os pontos relevantes em caso de guerra, bem como uma descrição detalhada de tudo que existia na cidade. O documento mais importante era a relação nominal de todos os estrangeiros (Figura 1). Esta lista tem o nome de todos estrangeiros residentes em Juiz de Fora, com a nacionalidade, profissão e relação de bens. Não está claro na descrição do prefeito, se esta relação seguiu junto com a resposta para Filinto Muller, ou uma cópia dele.

A lista possui 788 estrangeiros listados. Os descendentes nascidos no Brasil não estão listados. A população de Juiz de Fora nesta data era de aproximadamente oitenta mil pessoas, segundo o mesmo documento. A distribuição por nacionalidade e patrimônio estava assim caracterizada: alemães, 62, sendo seis proprietários de um total de sete prédios na cidade; italianos, 604, sendo 149 proprietários de 606 imóveis; e 22 japoneses, sem propriedades e somente dois listados com profissões. O documento ainda destacava que haviam 25 indústrias de posse de estrangeiros, sendo 16 com italianos e nove com alemães. Dezesete fazendas pertenciam a italianos, sendo que alemães e japoneses não possuíam nenhuma propriedade rural. Somente duas fazendas eram maiores que 100 alqueires (107 e 156), sendo que a maior ainda pertence à mesma família até hoje.

O governo fascista italiano procurou reforçar sua legitimidade dentro e fora do país, através de inúmeros mecanismos. Um deles, para os italianos que moravam no

exterior, foi a criação das Casas D'Itália na década de 1930. A preocupação era criar representações do Partido Nacional Fascista (PNF) em outros países, os “Fasci” no exterior (FERENZINI, 2008: 151).

Em Juiz de Fora, a Casa D'Itália foi inaugurada em 4 de novembro de 1939, e o “Fascio” passou a funcionar em uma das salas, possuindo 130 pessoas inscritas. Neste período, a Itália e Mussolini estavam sempre em evidência na imprensa juizforana, e os italianos no apogeu. Para a construção do prédio, cujo projeto tinha grandes proporções, os italianos contribuíram com dinheiro, e a Companhia Industrial e Construtora Pantaleoni Arcuri assumiu a obra, abrindo mão de parte do pagamento. O espaço foi pensado como um centro de convivência para ítalo-brasileiros (FERENZINI, 2008: 153).

O projeto atendia à estética fascista, como o símbolo do fascio no alto da fachada, no portão e nos tacos do piso. O detalhe da fachada sobrevive até hoje. No local ocorreram diversas atividades artísticas e culturais e também funcionaram algumas organizações de atividades recreativas e culturais, como a “Opera Nazionale Dopolavoro” e o Instituto Ítalo-brasileiro de Alta Cultura. A Casa D'Itália teve um grande significado para a colônia italiana de Juiz de Fora (FERENZINI, 2008: 158).

A casa foi fechada em 1942 no auge da repressão contra os estrangeiros, tendo sido ocupada pelo Círculo Militar. Cumprindo o decreto-lei 383 de 1938, a Delegacia Especializada de Juiz de Fora comunicou o fechamento em janeiro de 1942, e no dia 3 de fevereiro do mesmo ano, o delegado mandou retirar o emblema fascista da fachada (PACHECO, 1996: 74).

Os documentos hoje existentes no arquivo da instituição são em sua maioria documentos administrativos. A consulta não é aberta ao público, sendo necessária uma autorização especial e o acompanhamento de terceiros. O estado dos documentos é precário, e não restou muita coisa do período da guerra. Contudo, em pesquisa recente realizada nos Arquivos da Polícia Política do Arquivo Público Mineiro, diversos documentos relacionados à Casa D'Itália foram encontrados, entre eles a relação de bens entregue ao governo suíço, representante dos italianos no Brasil, o estatuto completo da instituição, diversas cartas e relatórios, além do pedido de prisão de italianos.

Um ponto importante a destacar é que, como observa Lessa (2011), o ressentimento dos estrangeiros perseguidos durante a guerra persiste até hoje, e somente na década de 1980 é que houve uma retomada gradativa da valorização da cultura germânica no Brasil, como por exemplo, a “Oktoberfest” em Blumenau, Santa Catarina,

seguindo a tradição de festa semelhante que ocorre em Munique, Alemanha, no mesmo período todos os anos.

Para Gertz (2008: 73), a questão é muito mais complexa. O autor apontando a existência de um senso comum na sociedade brasileira sobre a inserção dos alemães:

a convicção sobre o caráter problemático da inserção dos descendentes de alemães na realidade brasileira continua tão inabalavelmente presente no imaginário de uma parcela significativa da opinião pública brasileira que até a qualidade de pesquisas acadêmicas pode ser afetada por ela.

Em Juiz de Fora, também existe uma festa anual semelhante à de Blumenau, a Festa Alemã, acontecendo, contudo, em setembro. A festa é organizada pela Associação Cultural e Recreativa Brasil – Alemanha (ACRBA), associação que foi fundada em 27 de abril de 1993, com a missão de “manter viva a chama da Cultura Alemã em Juiz de Fora”, como afirma a página da associação. A ACRBA é uma entidade sem fins lucrativos, sediada no bairro Borboleta, em Juiz de Fora. Entre suas diversas atividades, é a mantenedora do Schmetterling Germanische Volkstanzgruppe (Grupo de Danças Folclóricas Alemãs Schmetterling)<sup>5</sup>.

O grupo de danças foi fundado em 1990 para “resgatar a cultura alemã” durante a Festa Alemã, evento surgido no final da década de 60 e que teve edições esporádicas nas décadas seguintes. Para sua formação, este grupo teve contato direto com os grupos de dança de Blumenau, em Santa Catarina. A Festa Alemã de 1990 marcou a retomada da festa que já não acontecia havia quinze anos. E a motivação para a retomada, segundo o site da associação, foi a reconstrução da igreja da comunidade do bairro Borboleta, bem como eventos políticos do final dos anos 80, como a reunificação alemã (ACRBA, 2016):

Criou-se então uma comissão para gerenciar a realização dessa festa, a qual apoiou e incentivou a criação dos grupos de danças, os quais receberam nomes específicos. O Grupo de Jovens (equivalente as atuais categorias Juvenil e Adulto) recebeu o nome de MUNIQUE, em homenagem a cidade de Munique, na Alemanha, onde se promove a tradicional "OKTOBERFEST". O Grupo de Adolescentes (equivalente à atual categoria Infante) recebeu o nome de SCHMETTERLING (Borboleta), em homenagem ao nome do bairro. O Grupo Infantil recebeu o nome de KINDER, que significa Crianças, equivalendo ao atual Kinder. [...] Para gerir toda essa estrutura, com uma média de 100 membros (dados de 2008), criou-se a ACRBA, em abril de 1993, a qual se encontra filiada

<sup>5</sup> Disponível em <http://www.culturalemajf.com.br/historia.html>. Acessado em 29/03/2016.

à Federação dos Eventos de Cultura Alemã do Brasil (FECAB) e a Casa da Juventude, em Gramado – RS

## Conclusão

Este estudo faz parte de uma pesquisa maior que estuda a perseguição de estrangeiros e seus descendentes, ocorrida em Juiz de Fora durante a Segunda Guerra Mundial. O objetivo central da pesquisa foi identificar, através do estudo das perseguições, os mecanismos repressivos do Estado Novo e sua ação em diversas situações, muito além da repressão oficializada e reconhecida pela historiografia. A pesquisa foi feita nos processos criminais existentes no Arquivo Histórico de Juiz de Fora. O período pesquisado está compreendido entre 1937 e 1945, isto, é, imediatamente antes, durante e imediatamente após a Segunda Guerra, fazendo uma análise quantitativa e qualitativa das perseguições ocorridas contra os estrangeiros neste período.

Os estrangeiros que viviam no Brasil foram perseguidos de diversas formas, mesmo os que se consideravam brasileiros. Em Juiz de Fora a perseguição chegou a ser violenta, mas muitas vezes aparecia em atos simples, como um simples comentário de rua. Estes acontecimentos na cidade ainda precisam ser resgatados e relatados. Muito pouco se escreveu ou se falou sobre o que aconteceu, e praticamente não há literatura sobre o período na cidade. Este artigo pretendeu mostrar o que ocorreu em Juiz de Fora durante o período da guerra em que os alemães afundaram os navios cargueiros brasileiros e o país rompeu relações com os países do Eixo, levando ao confisco de bens dos estrangeiros aqui residentes. É possível observar também, com o cruzamento de diversas fontes, como jornais, processos e documentos da Polícia Política, a teia de informações e os mecanismos repressivos que o Estado Novo criou. Os estrangeiros eram vigiados e suas ações e reações observadas e relatadas aos delegados em Belo Horizonte e Rio de Janeiro.

Os processos criminais selecionados na pesquisa original constituem vasto material para o prosseguimento do projeto. Os processos selecionados mostram desde perseguições a estrangeiros na rua, em cartas, em jornais e também a organização dos grupos fascistas existentes na cidade. A pesquisa prosseguirá com entrevistas com estrangeiros residentes na cidade e com pesquisas no Arquivo Nacional, com os processos do Tribunal de Segurança Nacional. O material encontrado no Arquivo Histórico já nos

permite deslumbrar bons resultados para a conclusão do projeto.

### Fontes primárias

Arquivo da Polícia Política – APM – Arquivo Público Mineiro. Disponível em <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/> . Acessado em 07/04/2016.

Arquivo do Crime – Arquivo Histórico de Juiz de Fora – AHJF.

Fundo Câmara Municipal - Arquivo Histórico de Juiz de Fora - AHJF.

Leis e decretos federais

Jornais do período (1937-1947) – Setor de Memória da Biblioteca Municipal Murilo Mendes e Arquivo Histórico de Juiz de Fora - AHJF.

### Bibliografia

ACRBA. Associação Cultural e Recreativa Brasil - Alemanha (ACRBA) Site Oficial. <http://www.culturalemajf.com.br/historia.html>. Acessado em 29/03/2016.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Geração Editorial; EDUSP, 2000.

FAUSTO, Boris. O Estado Novo no contexto internacional. In PANDOLFI, Dulce (org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

FERENZINI, Valéria Leão. **Os italianos e a Casa d'Italia de Juiz de Fora**. Locus: revista de História, Juiz de Fora, v.14, n.2 p.149-159,2008.

GERTZ, René. **Os súditos alemães no Brasil e a “pátria-mãe” Alemanha**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Brasil 2008.

LESSA, Daniele. **Segunda Guerra Mundial: uma breve história do conflito**. Programa de rádio, Rádio Câmara, 09/11/2011, transcrito em: <http://www.camara.gov.br/internet/radiocamara/default.asp?lnk=SEGUNDA-GUERRA-MUNDIAL-AS-RESTRICOES-ENTRENTADAS-POR-ESTRANGEIROS-QUE-VIVIAM-NO-BRASIL-1049&selecao=MAT&materia=129553&programa=132>. Acessado em 29/03/2016.

PACHECO, Jairo Queiroz. **Cotidiano fabril na Indústria Têxtil de Juiz de Fora durante a Segunda Guerra Mundial**. Dissertação de Mestrado em Sociologia pela USP. 1996.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 05

Intelectuais, História e Literatura na formação das sociedades

### Coordenadores:

Daiana Pereira Neto - Doutoranda em História pela UFJF

Pedro Henrique Leite - Doutorando em História pela UFJF

Mariane Ambrósio Costa - Doutoranda em História pela UNIRIO

### Ementa:

Este simpósio se dedicará a discutir a pluralidade de problematizações acerca da relação entre intelectuais, história e literatura na formação das sociedades. Para abarcar a amplitude temática, serão bem-vindos trabalhos que partam em duas direções complementares: a da literatura como fonte para pensar os processos históricos, compreendendo-a a partir de seus mais diversificados gêneros, como romances, literatura de viagem, crônicas, autobiografias, epístolas, bem como artigos que problematizem a relação entre a história e a literatura como documento. De igual modo, abrimos espaço para trabalhos que busquem compreender o papel dos intelectuais, seus espaços de atuação, tais como jornais e revistas, suas redes e sociabilidades. As balizas temporal e espacial são amplas, sendo desejáveis, portanto, trabalhos cujo enfoque esteja pautado na compreensão da complexa relação entre história e literatura, bem como a relação dos intelectuais e da sociedade da qual fazem parte.

Alguns dos eixos temáticos possíveis – mas não somente – são: obras literárias e a visão sobre as cidades na América Latina; a apropriação dos processos históricos pela literatura; obras literárias como documentos históricos; o papel dos intelectuais na consolidação do campo literário; a literatura de viagem e a sua importância na consolidação de identidades; intelectuais e suas redes e sociabilidades; intelectuais e sua atuação em jornais e revistas; condições histórico-sociais de circulação/recepção de textos literários e jornalísticos; narrativas literárias e narrativas historiográficas, pontos de afinidade e distanciamento; periódicos como espaço de luta política e formação/afirmação de identidades e culturas políticas no Brasil e na América Latina.



## ENTRE FICÇÃO E REALIDADE: CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA PEÇA DE PAUL GROUSSAC

Daiana Pereira Neto<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é pensar as relações entre a peça teatral, escrita por Paul Groussac em 1886, intitulada *La Monja*, e a conjuntura histórica de sua produção, bem como as relações com a vida do próprio autor. *La Monja* é o texto mais antigo agrupado em *Relatos argentinos* (1922), uma coletânea de textos ficcionais de Groussac, sendo que o cenário é a França, para onde o autor havia viajado em 1883.

**Palavras-chave:** Paul Groussac, literatura, Argentina.

**Abstract:** The purpose of this paper is to think over the relations between the play, written by Paul Groussac in 1886, entitled *La Monja*, and the historical conjuncture of its production, as well as the relations with the author's own life. *La Monja* is the oldest text grouped in *Relatos argentinos* (1922), a collection of fictional texts written by Groussac. The scenario depicted in the play is France, to where the author had traveled in 1883.

**Keywords:** Paul Groussac, literature, Argentina.

### Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar a peça teatral *La Monja* escrita pelo autor franco-argentino Paul Groussac, em 1886. Pretendendo a partir de tal análise demonstrar como alguns aspectos deste trabalho de Groussac se relacionam com o período histórico no qual viveu, bem como com as experiências do autor.

Groussac foi um importante intelectual na Argentina, sobretudo, a partir da década de 1880. Nascido em Toulouse, França, em 1848, se mudou em definitivo para a Argentina aos 18 anos. Chegou ao país como um total desconhecido, sendo que nem mesmo o idioma ele dominava. Trabalhou em estâncias cuidando de gado por cerca de seis meses, quando obedecendo a um pedido do pai retornou a Buenos Aires, com a justificativa de aprender o espanhol. Em Buenos Aires pouco permaneceu, sendo convidado a ocupar um cargo de professor na longínqua província de Tucumán, na qual permaneceu por 11 anos, trabalhando como professor, diretor de escola e, posteriormente, como inspetor de educação, cargo que lhe deu a oportunidade de viajar por toda a província e pelo país sul-americano (GROUSSAC, apud. BENARÓS, 1998).

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação da prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Beatriz Helena Domingues. Email: daianapneto@gmail.com

Em 1883, regressou pela primeira vez ao país natal, no entanto, não conseguiu estabelecer-se como intelectual em Paris. Na Argentina um dos aspectos que lhe conferiam prestígio e abria portas para seu crescimento profissional era sua nacionalidade francesa, porém na França ele era visto como um literato sul-americano. Regressou de Paris e decidiu se estabelecer em Buenos Aires, onde trabalhou como professor, na redação do periódico *Sud-América* e em 1885 assumiu o cargo de diretor da Biblioteca Nacional, cargo que ocupou até sua morte em 1929 (BRUNO, 2005).

Essa dualidade de pertencimento perpassa toda a sua produção, inclusive as obras compreendidas como literatura de viagem. De forma ampla, o objetivo de meu trabalho é pensar como Groussac incorporou a experiência da viagem e do exílio em suas obras, tanto nas quais narrou suas viagens pela América Latina, França e Estados Unidos, como nas obras de ficção, como a peça teatral analisada a seguir.

### **La Monja**

*La Monja* consiste em uma peça teatral e é o texto mais antigo agrupado em *Relatos argentinos*, de 1922. Nela o cenário é a França, o autor havia regressado a pátria em 1883 e possivelmente estava ainda marcado pela impressão deste regresso. A história se passa no Vale do Loire, entre Chinón e Tours, em um castelo fictício de propriedade do personagem, um capitão da marinha francesa, conde Pedro de Laroche.

A história foi escrita em uma noite de verão de 1886, segundo Groussac, e se passa no decorrer de um dia. Além de Pedro de Laroche, os personagens centrais são: Clara Bresson, a monja, Gastón de Laroche, o irmão aventureiro e viajante de Pedro e dois serviçais Germán e Tony. Em um cenário bucólico e rural vivia o grupo, Clara com seus vinte e sete anos havia decidido, a pedido da família, abandonar o convento. Porém, ainda assim se dedicava fervorosamente aos serviços da Igreja, optando pelo celibato. Embora seja a figura feminina central da casa e do próprio enredo da peça, Clara era cunhada do conde Pedro de Laroche, por quem nutria grande carinho.

A volta de Gastón, irmão caçula do conde De Laroche, com seus trinta e cinco anos, após dez anos de permanência nas Américas, muitos deles na capital peruana, dá início aos acontecimentos daquele dia. Assim como o fará em seus outros textos literários, Groussac apresenta uma característica comum: a história se passa na França, porém vivamente influenciada pelas reminiscências do Novo Mundo. Assim como em suas outras histórias ficcionais, reunidas em *Relatos Argentinos*, a viagem por mar é algo importantíssimo, somado a ela o conhecimento sobre outras terras e culturas, por

exemplo, um dos personagens centrais, o conde, é um marinheiro, o que ressalta a importância de tal atividade na percepção de Groussac.

A trama se inicia em uma tarde na sala do palacete, onde Clara e o duque conversam. Clara ao piano convence seu cunhado a ir à missa no domingo, embora haja o respeito com as crenças religiosas da cunhada, não existe entusiasmo por parte do conde. Naquele momento, a chegada de um telegrama coloca o conde de sobreaviso, pois aguardava a notícia da chegada do irmão. No entanto, tal telegrama era apenas de sua esposa, que avisava a sua hora de chegada. A pausa, porém, alimenta a ansiedade e mergulha o personagem em lembranças da juventude, dos anos em que ele e o irmão serviam juntos lado a lado na guerra, dos atos de bravura de ambos, sendo que logo após o final do conflito se separaram:

Junto con la guerra concluyó mi tutela: entregué a Gastón su parte de herencia y volví a embarcarme. Estuve ausente dos o tres años; cuando regresé supe su triste historia. Arruinado, sin carrera abierta, pero recto y altivo siempre, prefirió arrojarse a lo desconocido antes que sufrir la decadencia social y moral en París. Se embarcó para América. Supe que hizo un viaje a Francia por el año 79, después de la Exposición. Tampoco pude verle entonces: yo estaba navegando para recuperar el tiempo perdido, y también porque amaba el mar como una patria (GROUSSAC, 1922: 356). [grifos meus]

O conde nos apresenta então as características centrais de seu irmão, que arruinado por más escolhas, preferiu arriscar-se no continente americano do que sofrer sua decadência em Paris. Dessa maneira, assim como o foi para Groussac, a alternativa de abandonar a França em favor do desconhecido na América se mostrou mais aceitável moralmente do que sofrer a decadência entre os seus. O irmão Gastón, vindo do Peru, chega, então, de surpresa naquela mesma tarde, quando tanto Clara quanto o conde estão ausentes. Ele se encontra primeiramente com o empregado Germán, que não o via desde criança. Germán o apresenta a Clara e logo uma discussão acerca dos propósitos da religião católica é travada entre ambos.

Gastón não é fã da religião, fazendo fortes críticas a Igreja Católica, que Clara defende. Podemos perceber em Gastón críticas que foram feitas por Groussac, que também não foi religioso, sendo um dos maiores defensores da necessidade de uma educação laica na Argentina.<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Em *Los que pasaban* Groussac escreve sobre seus posicionamentos no final do século XIX, quando se discutia na Argentina a laicidade do ensino.

...En esa religión establecida y dominadora, que se ha tornado, permitirme decirlo sin ofensa, para algunos un simple rito externo y para otros una mera elegancia social; en ese culto que miro petrificado por fuera y vacío por dentro, como representado fielmente por sus grandes templos imponentes, sólo concurridos durante los oficios, es donde encuentro más evidente la falta de convicción que deploráis como nota del mundo moderno (GROUSSAC, 1922: 378).

Mesmo que a pessoa de Clara o agradasse, os anseios religiosos não eram para ele. Durante a conversa de ambos, ao saber que o jovem vinha da capital peruana e, que a colônia de franceses na cidade era muito pequena, o que favorecia a proximidade entre os colonos, Clara conta a Gastón que uma de suas irmãs de convento se correspondia com um jovem chamado Johel, um francês que vivia no Peru. Gastón surpreendido, afirma conhecer o rapaz, surpresa maior recai sobre Clara, que sabia muito bem que nenhuma de suas irmãs de convento se correspondia com tal pessoa, mas sim sua irmã de sangue, a atual esposa do conde.

O susto de ouvir a familiaridade com aquele nome a faz ficar escutando a conversa de Gastón com o irmão atrás da porta e seus temores acabam por se concretizar. Gastón revela ao irmão que também havia regressado à França para rever uma mulher, com a qual vivera uma aventura em 1880, quando foi, como enviado peruano, buscar recursos para a marinha, que havia perdido o navio Huáscar<sup>3</sup> durante a Guerra do Pacífico.<sup>4</sup> Os detalhes da aventura de Gastón também atingem o conde, que desconfia conhecer a mulher descrita por seu irmão. A senhora, que sua futura esposa acompanhava, havia falecido na mesma época do que a da moça descrita por Gastón, na mesma cidade e nas mesmas condições, o que desperta a desconfiança. Gastón, mesmo apaixonado, passava por uma crise financeira na América e ignorava quando poderia regressar à terra natal, sendo assim liberou a jovem da promessa de casamento e, para sua surpresa, ela se casou logo em seguida ao fim de seu compromisso.

Será que el hogar paterno ejerce en mí su sedante y tónica influencia? Desde allá sólo me impelía el deseo de volver a ver a una mujer; el llamado de su última carta fulguraba en mi soledad con letras de fuego... ¡Al cabo iba a ser del todo mía! Me tendía sus brazos abiertos; me enseñaba la felicidad conquistada, tanto más duradera cuanto más furtiva, en el tumulto encubridor de este inmenso París... ¡Pobre

<sup>3</sup> O Huáscar foi o maior encouraçado da marinha peruana no início da Guerra do Pacífico, foi capturado e incorporado à frota da marinha chilena em 8 de outubro de 1879, após o famoso Combate Naval de Angamos.

<sup>4</sup> A Guerra do Pacífico foi um conflito envolvendo Peru, Chile e Bolívia, entre 1879 e 1883. Groussac trata de tal evento, principalmente, em *Del Plata al Niágara*, no qual narra sua viagem ao Chile em 1893.

sacrificada! Me espera, sin duda; me habrá escrito indicándome ya el día y la hora del anhelado encuentro; nunca sospechará que, al pisar la tierra en que vive, mi primer impulso no me llevó a sus pies! ... ¡Extraña aventura en mi pasado!... Nos amamos unos meses; la vida nos separó. Años después me anunció que se casaba, haciéndome jurar que nunca le preguntaría su nuevo nombre. Ella tampoco me conoce sino por mi seudónimo de Juhel, mi apellido californiano... (GROUSSAC, 1922: 382).

Clara, ao ouvir o relato, sinaliza para que o jovem não revele o nome da mulher. Porém, quando o conde se ausenta ela lhe mostra uma pintura do rosto da condessa. Seus temores se mostram fundamentados, a condessa fora a prometida de Gastón. Clara então lhe implora para que deixe o palacete imediatamente, para que o conde nunca saiba de tal aventura e para que a vida da irmã não seja arruinada. Gastón chegou a contar a seu irmão, em sua conversa particular, que a moça sabia de seu regresso e que aceitara se encontrar com ele. Gastón, obedecendo ao desejo de Clara, abandona o antigo lar de sua família decidido a regressar a América, deixa um bilhete de desculpas para o irmão e parte imediatamente. O conde culpa a religiosidade exacerbada de Clara por sua partida que, entristecida decide regressar ao convento.

Esta é a trama principal, a do irmão pródigo que regressa da América, após anos de aventura no Novo Mundo, em busca de acolhimento na terra natal francesa. Mais uma vez, como em outras obras de Groussac, o personagem central não consegue se estabelecer novamente em seu país, aquele que regressa da América não se encaixa mais naquele universo, sendo específico de *La Monja*, a coincidência amorosa imprevisível.

Um leque de outras questões, no entanto, também pode ser retirado de tal peça. Primeiramente a paixão do conde por arqueologia:

¿Tony? Que entre... ¿qué noticias me traerá de las excavaciones?... Siempre que no sean como las últimas, cuando hizo pedazos un admirable jarrón merovingio para saber lo que había dentro... Ya se ve; de primer gaviero a director de cáteos arqueológicos I... (Dirigiéndose a Clara.) La cerámica antigua, muchacha: no puedes imaginarte cuánta poesía se encuentra amalgamada a esos roídos y descartados cacharros. Pensar que se tiene en la mano un objeto que recibió la forma, la impresión de seres desaparecidos mil años ha! Te aseguro que por poco que se le alcance a uno de historia, de filología, de antropología y una media docena de ciencias conexas, se convence de que realmente la arqueología es la mejor historia de la humanidad... (GROUSSAC, 1922: 360).

Em seus relatos de viagem, Groussac assim como “seu” conde nutria interesse por peças arqueológicas, como demonstrou em sua visita ao Museu Nacional Mexicano. Na

ocasião, expressou seu descontentamento com a organização e preservação do acervo, que segundo ele estaria muito melhor em mãos de europeus ou em grandes museus no velho continente (GROUSSAC, 1897).

Outra questão que podemos apontar é o constante apelo à Argentina, não por um acaso Germán, o mordomo, questiona ao marinheiro, subordinado ao conde, se este conhecia os pampas argentinos e Buenos Aires:

Voy a aprovechar el rato leyendo mi interesante folletín... ¡Ahí Helo aquí: «Los Piratas de la Pampa». (A Tony, que se alejaba hacia el vestíbulo.) A propósito, Tony: vos que habéis navegado tanto, ¿estuvisteis alguna vez en las Pampas? TONY, reflexionando. ¿Las Pampas?... Nunca crucé por esas aguas... Ha de ser por el Polo Norte...GERMÁN, desdenoso. Entonces ¿no conocéis el Brasil, Buenos Aires?... TONY '¿Buenos Aires? Mucho que sí... Recuerdo perfectamente... Estuve diez meses en estación. (GROUSSAC, 1922:362).

Parece importante para Groussac de alguma forma inserir a Argentina e seus pampas em sua história. Germán lê um folhetim no jornal, que se revela muito mais acessível para se conhecer Buenos Aires do que a experiência de conhecê-la pessoalmente. Dessa maneira, Groussac aponta mais uma forma de viajar: a literária. Viajar através da leitura e da imaginação, muitas vezes se mostra mais interessante e produtivo do que a viagem daquele que se desloca, permanece dez meses na costa, mas que não tem a coragem de saltar no porto. Da mesma maneira, podemos pensar na importância dos folhetins para seu público leitor no século XIX, sendo que o próprio Groussac publicou textos neste formato, suas novelas foram publicadas até mesmo em revistas que o próprio dirigia. Os folhetins, nascidos junto com o surgimento da imprensa, tornaram-se uma maneira de uma maior gama de pessoas terem acesso a textos literários e despertaram grande interesse. Na Argentina um público voraz devorava estes trabalhos, mesmo durante o rosismo na década de 1840.

Outra questão apontada em uma fala de Gastón sinaliza para o nacionalismo, que permaneceria mesmo no exílio. Gastón como Groussac, havia preferido consolidar sua fortuna na América a amargar uma condição de inferioridade na França. Ao mesmo tempo, permaneceu em Gastón o sentimento de ser francês e de alguma maneira servir a esta pátria no estrangeiro, se justificando da seguinte forma:

Otros muchos han hecho más que yo, sin duda; pero he procurado cumplir con mi deber y acaso hacer amar un poco más en mi persona el

nombre francés... Ignoro lo que me hubiera tocado hacer en mi país;  
 pero te aseguro  
 que algunos de nosotros, aventureros o pioneers del Nuevo Mundo,  
 hemos sido más útiles que tantos ociosos como arrastran por los  
 bulevares su enervado escepticismo... [grifos meus](GROUSSAC,  
 1922: 386).

Ou seja, é necessário para o personagem justificar a sua escolha de abandonar o país natal. Afirmando que mesmo no estrangeiro se dedicou e foi mais útil à França do que muitos que lá permaneceram.

### **Considerações finais:**

Neste texto de 1886 podemos perceber o que permaneceu como uma espécie de sombra em toda a produção groussaquiana: a ideia do não pertencimento, do não-lugar, do transitar entre dois universos distintos. No caso de Gastón, um dos personagens centrais desta obra, a impossibilidade do regresso, o medo do fracasso e o encantamento pelos países americanos nos quais viveu e trabalhou, mostra-se como empecilhos palpáveis para sua reinserção no seio familiar.<sup>5</sup>

Muitos aspectos da trajetória de Groussac podem ser percebidos na de seus personagens. Em *La Monja* estes aspectos podem melhor ser notados na personagem de Gastón, aquele que se aventura na América, tem relativo sucesso em sua empreitada e que mesmo após vários anos decide tentar regressar a pátria natal. Groussac, assim como seu personagem, regressou a sua terra natal em várias ocasiões, decidindo retornar à Argentina, onde já possuía uma carreira consolidada.

Dessa forma, espero ter conseguido demonstrar como neste texto ficcional em muitos momentos Groussac entrelaça sua biografia com a história de seu enredo, permitindo que ele exponha questões que o assombraram durante toda a vida. Da mesma maneira, esse trabalho carrega características do século XIX argentino e ajuda a melhor compreender o lugar do intelectual francês no meio no qual atuou, em um período de não profissionalização dos saberes. Em linhas gerais, posso afirmar que nas obras literárias de Groussac e, em especial, na peça aqui apresentada, transparecem de forma inegável suas experiências de vida, bem como as influências intelectuais sofridas por ele em determinado período de sua produção.

---

<sup>5</sup> Em referência à obra de Eduard Said.

### Referências Bibliográficas

GROUSSAC, Paul. *Del Plata al Niágara*. Buenos Aires: Administración de la Biblioteca, 1897.

GROUSSAC, Paul. *Relatos argentinos*. Segunda edição. Madrid: Talleres Poligráficos, 1922.

GROUSSAC, Paul. *Los que pasaban*. Buenos Aires: Administración de La Biblioteca, 1897.

BENARÓS, León. *Paul Groussac en el archivo general de la Nación*. Archivo General de la Nación: Buenos Aires, 1998.

BRUNO, Paula. *Paul Groussac: un estratega intelectual*. Fondo de Cultura Económica de Argentina: Buenos Aires, 2005.



## HISTÓRIA, LITERATURA E PODER: A LITERATURA NAS LENTES LACERDISTA

Fernanda Gallinari Machado Sathler Mussi<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse trabalho consiste em enfatizar a importância da interdisciplinaridade não só para os trabalhos acadêmicos, mais também, para a preparação do profissional que necessita está mais aberto para as comunicações com as disciplinas vizinhas. Tem como realce a literatura, mais especificamente, a obra literária, *A casa do meu avô*, escrita pelo político veemente do século XX, Carlos Lacerda, que também é alvo de discussão mediante a bibliografia Lacerdista de cunho mais relevante.

Palavras – Chaves: Interdisciplinaridade; História-Literatura; Carlos Lacerda; *A casa do meu avô*.

**Abstract:** This work consists of emphasizing the importance of interdisciplinarity not only for academic work, but also for the preparation of the professional that needs it is more open to communications with the neighboring disciplines. Literature, especially the literary work, *My Grandfather's House*, written by the twentieth-century politician, Carlos Lacerda, is also the subject of discussion through the most relevant Bibliography.

Keywords: Interdisciplinarity; History-Literature; Carlos Lacerda; *My grandfather's house*.

### Quem foi Carlos Lacerda?

Carlos Lacerda foi um personagem central na política nacional que ficou conhecido, principalmente por ter se tornado um veemente opositor de Getúlio Vargas. Apesar de sua oposição ao ex presidente, o que lhe rendeu o apelido de — O demolidor de presidentes<sup>2</sup> — Lacerda é pouco lembrado como escritor, por isso a importância de

---

<sup>1</sup>Graduada em História pela UFJF  
Mestranda em História pela UFJF  
fernanda.gallinari@hotmail.com

<sup>2</sup>De acordo com Marina Gusmão de Mendonça (2002), Carlos Lacerda foi considerado Demolidor de Presidentes por ter sido contrário a vários presidentes que passaram pelo governo do Brasil. Ela o considerava incompatível com a democracia (2002, p.317) — Sua concepção de democracia era

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

perquirir suas obras, para entender questões como: quais seriam suas intenções como escritor? Será que se assemelham as do viés político? Qual seria o público leitor? Ele conseguiu alcançar seus objetivos? Suas obras literárias são ilusionárias? Biografias? Memórias? Autobiografias? Autoficção biográfica? Enfim, como elas poderiam contribuir para a historiografia atual da política brasileira do século XX? A atuação de Lacerda no cenário político do país obscureceu de certa forma, os contornos de sua individualidade literária. Mais diante mão, afirmo, a “casa do meu avô”, sendo representante desse conjunto literário, não é uma obra “de ficção e nem uma memória”<sup>3</sup>. É uma obra lúcida, clara e objetiva. E são esses objetivos, discursos políticos enraizados, presentes nesse texto de apenas 186 laudos<sup>4</sup>, que precisam ser analisados. Lacerda viu-se em meio a sucessivas crises políticas, muitas delas criadas por ele mesmo, e compartilhadas na obra “A casa do meu avô”.

O historiador José Honório Rodrigues escreveu que —ninguém sozinho influenciou tanto no processo histórico brasileiro como Carlos Lacerda (DULLER, 1992, prólogo). Durante toda a sua vida foi considerado o adversário mais temido e implacável do Brasil. A fama foi conquistada após inúmeros episódios políticos nos quais Lacerda logrou intensa participação, sendo o episódio da Rua Tonelero o mais conhecido e estudado por historiadores. Na ocasião, Lacerda foi alvo de uma tentativa de assassinato que culminou com a morte do Major das Forças Armadas Rubens Vaz, que o acompanhava. Vaz havia sugerido que Lacerda amenizasse seus mordazes ataques, mas o político insistiu em defender seu estilo agressivo. As consequências do episódio foram associadas ao suicídio de Getúlio Vargas, já que Lacerda era um dos principais opositores do governo e o maior inimigo do então Presidente. O peso de ser conhecido como o — “demolidor de Presidentes” ou apelidado como —o corvo<sup>5</sup> marcou sua história, e caracteriza sua má fama na política pelo vigoroso oposicionismo. Por tais razões, a atuação de Lacerda no cenário político do país obscureceu de certa forma, os nítidos contornos de sua individualidade literária, por isso, a importância de estudar as mesmas.

---

extremamente fluida, variando aos sopros do vento. Portanto seu respeito à ordem jurídica nunca fora das melhores, dessa forma, jamais hesitara em deixar de tomar decisões autoritárias, extralegais, e até mesmo golpistas nas ocasiões em que julgara necessário.

<sup>3</sup>Podemos afirmar isso diante de todas as provas já coletadas no arquivo de obras raras, que está sendo cuidado pela UNB, universidade de Brasília. Em anexo, colocarei algumas imagens que confirmam essas afirmações.

<sup>4</sup>Essa é a quinta edição - LACERDA, Carlos. *A casa do meu avô*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

<sup>5</sup>“Corvo”, foi um apelido dado ao Lacerda pelo jornalista Samuel Wainer. A relação do dois era conturbada cheio de altos e baixos. A charge feita por Wainer se espalhou muito rapidamente e marcou a vida do Lacerda.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

Iniciou sua militância política no partido comunista, posteriormente desfez o vínculo com PCB por diversos motivos, se inclinando para a UDN, onde vai continuar sendo sempre esse veemente opositor e lutando pelo o que acredita. Exerceu seus dons jornalísticos escrevendo em várias colunas como “Na tribuna da Imprensa” no Correio da manhã, sempre tendo muita repercussão. E é esse sucesso que vai levar ele ter seu próprio jornal, O Tribuna da Imprensa, que pode ser caracterizado como um jornal voltado para debates políticos, onde o grande “demolidor de presidente” travava uma guerra contra a corrupção do País. Samuel Wainer, criou o Último Hora como forma de combater as famosas manchetes do Tribuna principalmente quando se tratava de acusações a Getúlio. Além de escrever em jornais e literatura, Lacerda também trabalhou com teatros. Ele teve a oportunidade, através do convite do Manuel Bandeira, de auxiliar na construção da obra Sítio do Pica Pau Amarelo, construiu os diálogos, os personagens. Não apenas para os outros, mais pela vontade própria, a obra O Rio, também é um marco na sua história.

### **A casa do meu avô**

É um livro mais literário do que político, estou tentando ingressar na carreira literária, já que a outra não pude seguir.  
Entrevista concedida ao Jornal Folha da tarde São Paulo, 31 de março de 1977. (Em anexo).

Compreender politicamente a obra A casa do meu avô, permite-nos interpretar, na visão de Carlos Lacerda, as informações sobre a política brasileira versada na obra recortada em um período (1920-60), correspondente à fase política do autor.

A criação da obra, é um discurso político enriquecido de informações a respeito de diversas fases da política brasileira perpassadas pelo autor, portanto, compreender o contexto político, com amparo na obra A casa do meu avô nos acarreta relevantes informações sobre as relações de poder nesse período e dos atores políticos envolvidos.

A obra foi escrita por Lacerda já no final da sua vida, e publicada apenas em 1977. Ele havia prometido a si mesmo que escreveria um romance antes de morrer, que refletiria as incontáveis experiências acumuladas durante toda a sua vida (LACERDA, 1977). A obra foi então publicada pela editora Nova Fronteira. A Editora é uma das maiores no Brasil, fundada por Carlos Lacerda em 1965 e com sede no Rio de Janeiro. Publicou obras de importantes autores brasileiros como: Guimarães Rosa, Cecília, Manuel Bandeira.

Em vários jornais<sup>6</sup> da época, foi divulgado a obra e também as noites de autógrafos<sup>7</sup> para a apresentação da mesma. Nas entrevistas concedidas por Lacerda a respeito dela, ele definiu-a como “uma série de reflexões sobre a vida em geral, não são memórias nem lembranças de infâncias. São justaposições de várias fases da minha vida. Não é político, porque não posso falar de política” (LACERDA, 1977). Cabe lembrar, que nesse período seu mandato político estava cassado, após ter sido derrotado pelos militares, pós golpe militar. Mesmo golpe que ele ajudou a dar. Então podemos dizer, que “ele levou um golpe do golpe que deu”. Ele acreditava e sonhava em chegar a presidência do Brasil e quando estava mais perto, viu esse sonho desmoronar com seu mandato político cassado. A escrita da obra, *A casa do meu avô*, justamente nesse período, nos deixa sugestivo de que sua conduta acerca da política brasileira não estava na sua melhor fase, e que uma literatura faria todo sentido para expor suas brechas, de forma sucinta e sem obrigações.

O livro começou a ser vendido em dois exemplares, um considerado de luxo e outro popular. Com custos de Cr\$600,00 e Cr\$70,00 respectivamente. A edição mais cara, foram vendidos apenas 1500 exemplares e ela tinha de diferente da outra, uma coletânea de fotos feitas pelo filho de Lacerda, Sérgio. Registros únicos, de família, principalmente do seu avô, Sebastião Lacerda inspiração para a escrita do livro. Por isso a revolta de Sérgio e também de seus outros dois filhos pelo pai, que em entrevistas registradas no DEPOIMENTO, 1978, ele desabafa dizendo que o pai não precisava ter feito alusões políticas na sua obra, indignou-se por ela ter pouca beleza literária, além disso, acreditava que foi o melhor trabalho que o pai havia contemplado, e que merecia ter livrado a obra da política que o perseguiu em toda sua jornada.

É de grande importância então, analisar as obras literárias lacerdistas para reflexões acerca do século XX, principalmente sobre a política, levando em conta a figura central que é o autor das obras, caracterizado por ele mesmo, e também por pesquisadores como um veemente opositor que participou diretamente do fim de uma era, intitulada Era Vargas além das contribuições, seja elas, derradeiras, para governos seguintes como Café Filho, Nereu Ramos, Jk<sup>8</sup>, Jango, e finalizando sua carreira política participando de um dos

---

<sup>6</sup> Esses jornais onde ocorreu essa divulgação estão guardados no Arquivo pessoal do Carlos Lacerda (Obras raras) na UNB, em Brasília. Foram feitos recortes de manchetes, textos e edições onde há menções acerca da obra. Jornais como: folha de São Paulo, Folha da tarde São Paulo, A gazeta São Paulo, Jornal do Brasil, entre outros.

<sup>8</sup>Jk amedrontado com suas influências, resolveu proibir Lacerda de falar nas rádios e Tvs com medo dele conseguir tirá-lo do governo.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

maiores golpes a nossa democracia, a ditadura militar. Diante de todas essas informações, seu viés literário é extremamente respeitável e precisa ser analisado de forma minuciosa, como estou fazendo a prodigiosa obra, *A casa do meu avô*.

### **Sobre interdisciplinaridade**

Quantas vezes nos Historiadores, lermos um sociólogo ou antropólogo dentro da graduação sem fazer meras críticas? Quantas disciplinas fizemos fora da nossa zona de conforto em outros campos? Campos vizinhos como dos nossos amigos sociólogos, antropólogos, cientistas políticos ou geógrafos?

De acordo com Peter Burke, “a História é mais bem definida como o estudo de sociedades humanas no plural, destacando as diferenças entre elas e as mudanças ocorridas em cada uma com o passar do tempo.” Precisamos nos libertar do paroquialismo. Historiadores correm o risco do paroquialismo no sentido literal do termo. Ao se especializarem, como em geral o fazem, em uma região específica podem acabar considerando sua “paróquia” completamente única, e não uma combinação única de elementos que individualmente tem paralelos com outros lugares. Isso nos acarreta a discussão sobre a naturalização das disciplinas, na Grã Bretanha por exemplo, os historiadores eram vistos como sociólogos. A partir do momento que as disciplinas foram se fechando e começou a ser criadas capas protetoras, onde críticas eram conduzidas como uma forma de representação ou proteção, defesa sobre a sua ordem. Os sociólogos consideram o historiadores coletores de fatos, míopes e amadores, sem nenhum sistema ou método, sendo a imprecisão de sua “base de dados” equiparada à sua incapacidade de analisa-los. Em resumo, apesar da existência de um número cada vez maior de bilíngues, sociólogos e Historiadores não falam a mesma língua. São os famosos “Diálogos de Surdos”, que não existem apenas entre a História e a Sociologia, mais também com a Literatura, Antropologia, Geografia, entre outros.

As mudanças vão começar acontecer na historiografia com Ranke, no “retorno político” final do século XIX revolucionando métodos e as fontes que deixavam de usar as histórias mais antigas ou “crônicas”, substituindo-as pelos registros oficiais dos governo. Historiadores começaram a frequentar arquivos e elaborar técnicas sofisticadas para avaliar a confiabilidade desses documentos. Vai ocorrer as primeiras produções científicas e universidades com departamentos.

Historiadores sociais não pareciam ser profissionais quando comparado com os historiadores Rankeanos do estado. (BURKE, Peter. 2002:18)

### **Sobre História Social**

“História Social” era ainda um termo muito preciso para o que ainda era tratado na prática como uma categoria residual. História social era definida como “a história de um povo excluindo-se a omissão da política”. A história política era considerada mais séria ou mais necessária do que o estudo da sociedade ou cultura.

O século XX, caracterizado com sua vertente cultural, ou o “retorno do que havia sido reprimido” temos a História Social, tomando o seu espaço. Os historiadores começaram a produzir uma “História Natural da sociedade”. Era uma resposta a insatisfação da história neo-rankeana. E essa História cultural, ela ia consultar outras disciplinas para formar seus conceitos. Lamprecht defendia a geografia e a psicologia como companheiras da produções historiográficas. Temos uma polêmica entre Lamprecht e a historiografia Rankeana. Max Weber mencionava Lamprecht como um “avanço além de Ranke”.Lamprecht queria quebrar o monopólio da história política que fracassou. Os EUA e a França tiveram um retorno favorável, acreditavam que todas as esferas da atividade humana devem ser consideradas. Nenhum setor da vida social pode ser entendido isoladamente dos outros.

Entramos então na Escola dos Annales, que tanto contribuiu para as constantes evoluções da historiografia em meados do século XX. A primeira fase, constituída por dois importantes intelectuais, Marc Bloch e LucienFebvre, lutavam por uma história mais ampla e mais humana. Estariam menos preocupados com a narrativa de eventos do que com a análise das estruturas. Propunham o tempo toda a interdisciplinaridade. Febvre por exemplo, teve como apoio a geografia e a psicologia que tanto acrescentou no seu trabalho.

A segunda fase, destacando Braudel, um dos mais importante trabalho do século XX. Era versado em economia e geografia, e acreditava nas ciências sociais. Na opinião dele, a história e a sociologia deveriam caminhar juntas, ambas vêm a experiência humana como um todo.

Não podemos deixar de mencionar o grande historiador, Gilberto Freyre, um dos primeiros a discutir assuntos como a história dos idiomas, da comida, do corpo, da infância. Também foi o primeiro a utilizar como fontes, jornais e pesquisas sociais. Além

dele, temos outro clássico, Norbert Elias, sua principal obra, “O processo civilizador”. Há então um grande interesse mútuo dos historiadores em acabar com essa história política tradicional para caminhar no campo da história social.

Queremos, escreveu Hintze, conhecer não apenas as cadeias das montanhas e seus cumes, mas também os sopés dessas montanhas, não meramente as alturas e profundidades da superfície, mas toda a massa continental.” BURKE, PETER. História e teoria social. (BURKE, Peter. 2002:29)

As pessoas sentem a necessidade crescente de encontrar suas raízes e de renovar os laços com o passado em especial o passado de sua comunidade, família, profissionais e religiosas.

### **Literatura como uma legítima fonte histórica.**

Porque a literatura, como fonte histórica, já foi vista de forma negativa por parte de nós historiadores? Será que realmente existe alguma diferença entre ter obras literárias ou quadros artísticos como fonte histórica? Quando falamos que vamos ter a literatura como a principal fonte, o que é a primeira coisa que vem na sua cabeça? A literatura não é ficção? Como a pesquisa vai conseguir ter legitimidade? Veracidade? É um trabalho historiográfico mesmo? Primeira coisa, teremos um olhar historiográfico sobre a literatura. Então o trabalho tem sim caráter histórico, e não literato.

A literatura pode até ter ficção, mas para o historiador a ficção não vem ao caso, pois ele estará deparado com informações de base que podem estar infiltradas ou não dentro da literatura. (ECO, Umberto. 2004-35)

E como faremos essa separação? Conhecendo bem o objeto de pesquisa, as propostas desse objeto, o contexto, o autor, o que levou esse autor a escrever essa literatura, se ele teve algum tipo de reconhecimento, qual é seu público alvo. Temos que ser contextualizados, para não cairmos no anacronismo. Chalhoub nos difere dos literatos de forma simples, mais objetiva: “Historiadores necessitam ser referenciados, diferentemente do Literato, que não precisa ser referenciado, podendo ser ficcional.” 2005. O discurso do historiador, via de regra, não autoriza narradores ficcionais ou instabilidades narrativas nesse sentido. O historiador, portanto, tem que se tornar

plausível nos argumentos que ele for apresentar, significa ancorá-lo em um discurso com demonstrações e provas.

O historiador, quando constrói sua narrativa sobre o passado, tem uma pretensão a atingir a veridicidade. Mesmo sabendo que não chegará jamais à verdade do acontecido, ele é animado por esta busca, por este esforço de construção de uma versão plausível, possível, verossímil de fato, com foros ou efeito de verdade. (PESAVENTO, Sandra. 2003-56)

Já a Literatura, cria uma modalidade narrativa referencial ao mundo, com pretensão aproximativa. Não precisa comprovar ou chegar a uma veracidade, mas obter uma coerência de sentido e um efeito de verossimilhança. História e Literatura obtêm o mesmo efeito: a verossimilhança, com a diferença de que o historiador tem uma pretensão de veracidade.

### **Vantagens de trabalhar com a literatura.**

A Literatura é sempre um registro privilegiado do seu tempo. A leitura é agradável, leve, harmoniosa e sutil – contribui para o trabalho do historiador. No caso da Literatura Lacerdista, Lacerda era um grande produtor da época mais sempre caracterizado e visado nos jornais, nas rádios e tvs. Então, a literatura lacerdista se diferencia bastante das contribuições nos jornais, das escritas no tribuna da imprensa. O que facilita o trabalho do historiador, pois não há nenhum tipo de compromisso com a formalidade. A vantagem de se trabalhar a literatura como fonte histórica é a capacidade de entender as experiências dos sujeitos que viveram naquela época. A obra literária não é uma ‘finalidade sem fim’, ou seja, tem finalidades, propostas e utilidades. Caso contrário a obra correrá o perigo de cair em esquecimento, em desuso e sem nenhum tipo de reconhecimento.

Literatura e a História teriam o seu lugar, como formas ou modalidades discursivas que tem sempre como referência o real, mesmo que seja para negá-lo, ultrapassá-lo ou transfigurá-lo.

O escritor engajado não faria arte, concebida como algo universal e atemporal, mas sim textos que, por não privilegiarem a dimensão estética, estariam rapidamente fadados ao esquecimento, pois não teriam nada a comunicar as gerações futuras. (PESAVENTO, Sandra.2006:3)



O fantástico está ancorado no cotidiano, no mundo dos acontecimentos reais de cada dia, onde ocorre ou irrompe um fenômeno inusitado e extraordinário. (LABBÉ, Denis; MILLET, Gilbert. 2000:14)

A Literatura, portanto, é fonte para a História dependendo dos problemas ou questões formuladas. Você, como historiador, precisa propor problemas e questões para serem formuladas. E a partir daí, a literatura conseguirá, mesmo que há um pedaço do fantástico que se liga ao realismo, tudo se passa dentro de um mundo conhecido e familiar, que permite tanto os personagens como o leitor reconhecer como sendo o mundo natural em que vivem. Lembrando que não há fonte que não precisa ser analisada de forma minuciosa e resguardada para não cometermos anacronismo.

Se, no século XIX, Clio fora guindada ao posto de rainha das ciências, definindo seus auxiliares e hierarquizando os saberes, cabendo à Literatura ser o sorriso da sociedade, a História se valia da Literatura como um recurso ilustrativo de uma afirmação sobre o passado, para confirmação de um fato ou ideia. (GINZBURG, Carlo. 2002:34)

Nos anos 60 e 70 do século XX, a Literatura se definia como engajada e militante, portadora de um compromisso definido com o social, cabendo também à História um perfil crítico e politicamente correto, na sua missão de denúncia das injustiças sociais. Ambas se colocavam a serviço de uma causa, que definia assim o seu valor e positividade.

Hoje, são outras as questões que articulam o debate, que aproximam e entrecruzam as narrativas histórica e literária, entendendo-as como discursos que respondem às indagações dos homens sobre o mundo, em todas as épocas. Narrativas que respondem às perguntas, expectativas, desejos e temores sobre a realidade, a História e a Literatura oferecem o mundo como texto.

Ora, História e Literatura são formas distintas, porém próximas, de dizer a realidade e de lhe atribuir/desvelar sentidos, e hoje se pode dizer que estão mais próximas do que nunca. (GINZBURG, Carlo. 2007:345)

A Literatura, é uma narrativa que constrói um enredo e desvenda uma trama. A História é uma urdidura discursiva de ações encadeadas que, por meio da linguagem e de artifícios retóricos, constrói significados no tempo.

## **Sobre Ficção**

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

Definição no dicionário: ato ou efeito de fingir, simulação, fingimento, ou coisa imaginária: fantasia, invenção, criação. Já Carlo Ginzburg remete ficção a *fictio*, ligada a *figulus*, oleiro, *que implica uma construção a partir do real*. Nesta acepção, para Ginzburg, a *fictio* representaria, de forma positiva e construtiva, uma saída entre a verdade e a mentira, lugar que seria ocupado, por exemplo, pelo mito, pela Literatura e...pela História! Criação a partir do que já existe, elaboração do possível e plausível, como refere Natalie Davis, ou daquilo que é verossímil, como argumentava Isidoro de Sevilha, ou ainda *res fictae*, única forma de acessar a *res factae* do passado, no entendimento de Koselleck, uma vez que o *acontecido é uma construção!*

“Para tanto, as estratégias ficcionais do historiador estariam presentes na escolha, seleção e rejeição de materiais, organização de um enredo, escolha e uso de palavras e metáforas, desvendamento de sentidos implícitos.”

“Mas, sem sombra de dúvida, o exercício ficcional de escrita da História encontra limites, se formos considerá-lo com relação àquele que preside a escrita da Literatura. Estes limites se dão, por um lado, pela exigência deste acontecido, ou de que os personagens e fatos sejam reais. Nesta medida, a História coloca reticências a uma postura tal como a de Hayden White, que leva muito longe a dimensão desta imaginação histórica, ou a de Roland Barthes, quando afirma que nada existe fora do discurso. Sim, a realidade é apreendida pela linguagem e nesta encontra significado, mas o imaginário pressupõe o real como referente.”

Em relação aos limites de ficção para o historiador, cuja a invenção do passado se acha, assim, condicionada pela natureza do objeto – o que aconteceu e o que desta restou, como traço pela regras de como fazer seu trabalho – método, de testagem, comparação, montagem, contraste e a forma que se propõe a recuperação/reconstrução do acontecido, atingindo uma verdade possível. O que nos diferencia é as perguntas as fontes, e nos aproxima ao máximo da verdade. Não temos como garantir a verdade absoluta, o nosso trabalho tende nos aproximar ao máximo. Nós utilizamos o esforço retórico do convencimento, das evidências de pesquisas, referências bibliográficas, citações, notas de rodapé. Coisas que o escritor de literatura não precisa se preocupar.

Admitimos que a literatura é fonte de si mesma enquanto escrita de uma sensibilidade, enquanto registro, no tempo, das razões e sensibilidades dos homens em um certo momento da história. Dos seus sonhos, medos, angústias, pecados e virtudes, da regra e da

contravenção, da ordem e da contramão da vida. A literatura registra a vida. Literatura é, sobretudo, impressão de vida. E, com isto, chegamos a uma das metas mais buscadas nos domínios da História Cultural: capturar a impressão de vida, a energia vital, a enargheia presente no passado, na raiz da explicação de seus atos e da sua forma de qualificar o mundo. E estes traços, eles podem ser resgatados na narrativa literária, muito mais do que em outro tipo de documento. Como afirma Ginzburg, a poesia- ou literatura – constitui uma realidade que é verdadeira para todos os efeitos, mas não no sentido literal. (PESAVENTO, Sandra.1995:145)

## Fontes

BURKE, P. *Teóricos e Historiadores*. Pág. 15-41. São Paulo, 2002.

ECO, Umberto. *Sobre a literatura*. Tradução de Eliana Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Tradução de António Narino. RJ: Ed. Bertrand Brasil, 1991.

\_\_\_\_\_. *Relações de Força*. História, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. *O fio e os rastros. Verdadeiro, falso, fictício*. Companhia das Letras, 2007.

Tradução de HISTÓRIA: História e Literatura. Disponível em:

**<https://www.youtube.com/watch?v=e5jnTFQg6as>. Assistido em: 23/agosto de 2016.**

LABBÉ, Denis; MILLET, Gilbert. *Le fantastique*. Paris: Ellipses, 2000, p. 14

LACERDA, Carlos. *A casa do meu avô*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

\_\_\_\_\_. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. *História & literatura: uma velha-nova história, Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates, 2006, [En línea], Puesto en línea el 28 janvier 2006. URL : <https://nuevomundo.revues.org/index1560.html> . Consultado en 11 de maio de 2009.

\_\_\_\_\_. *Relação entre História e literatura e representação das identidades urbanas no Brasil (século XIX e XX)*. In: *Revista anos 90*. Porto Alegre, n° 4, dez. de 1995. pp.115 – 127.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

THOMPSON. E. A venda das esposas. pág. 227-268. *Folclore, Antropologia e história social*. In: As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

VAINFAS, Ronaldo e CARDOSO, Ciro. História e Literatura - "*Novos domínios da História*". 2º ed. Elsevier campos.

WHITE, Hayden. *Meta-História. A Imaginação Histórica do Século XIX*. Tradução de José Laurêncio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.

\_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. 2 ed. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 2001.

\_\_\_\_\_. *A questão da narrativa na teoria histórica contemporânea*. Revista de História, Unicamp, n. 2/3, 1991a, pp. 47-89.

\_\_\_\_\_. *Teoria literária e escrita da História*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13.

## INTELECTUALIDADE E MOVIMENTO DE MULHERES NO PÓS DITADURA NO URUGUAI

Mariane Ambrósio Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho busca perceber a existência de uma rede de informações e circulação de discursos entre feministas uruguaias durante a década de 1980, período que compreende os debates acerca da redemocratização política do país, após mais de duas décadas assoladas pela ditadura militar. Torna-se importante compreender como feministas se apropriaram do momento de ascensão de grupos sociais objetivando serem inseridas nos debates das constituintes e as formas utilizadas por elas de se fazerem visíveis para a sociedade em geral. Para isso, é analisado o periódico *La Cacerola* produzido pelas mulheres do *Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya* (GRECMU) entre 1984 e 1988. A ideia consiste em considerar estas mulheres como intelectuais produtoras de conhecimento, que se utilizam do veículo da imprensa como forma de difusão de suas pesquisas.

**Palavras-chave:** Feminismo. Uruguai. Imprensa.

**Abstract:** The present work seeks to understand the existence of a network of information and circulation of discourses among Uruguayan feminists during the 1980s, a period that includes debates about the country's political re-democratization after more than two decades of military dictatorship. It is important to understand how feminists have appropriated the moment of ascension of social groups in order to be inserted in the debates of the constituents and the forms used by them to make themselves visible to society in general. For this, the journal *La Cacerola* produced by the women of the *Grupo de Estudios sobre la Condición de la Mujer Uruguaya* (GRECMU) between 1984 and 1988 is analyzed. The idea is to consider these women as knowledge-producing intellectuals, who use the vehicle of the press as a way of disseminating their research.

**Key-words:** Feminism. Uruguay. Press.

Durante as décadas de 60 e 80, do século XX, os países do Cone Sul atravessaram períodos de repressão política desencadeados por golpes militares. Este período foi marcado, por um lado, pela suspensão das liberdades políticas, sociais e ideológicas e, por outro, pela ampliação de uma oposição engajada ao regime instaurado. A situação global no período pós Segunda Guerra Mundial, marcado pela Guerra Fria e a polarização do conflito ideológico, teve reflexos inevitáveis em todos os países que se alinhavam a um dos lados, o que fez nascer diversos pontos de tensão que culminaram com conflitos tais como a Guerra do Vietnã, a Guerra das Coreias e questões na Ásia.

---

<sup>1</sup> Doutorado em andamento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: mariane.ambrosioc@gmail.com

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

Na América do Sul, esta disputa também teve reflexos. Com a justificativa de frear a inserção de ideias comunistas no continente, principalmente após a Revolução Cubana em 1959, grupos que se encontravam sob a influência ideológica dos Estados Unidos ascenderam ao poder e, através de golpes civil-militares, instauraram ditaduras em diversos países da parte sul do continente.

No Uruguai, a década de 60, do século XX, foi marcada por um processo de abertura de mercado, causando a redução do salário real dos trabalhadores, e, conseqüentemente, o descontentamento popular. Com isso, diversos movimentos de guerrilha surgiram pelo país, em defesa dos direitos dos trabalhadores, sendo o Movimento de Libertação Nacional (MLN) o mais importante<sup>21</sup>. No ano de 1972, foi eleito o presidente Juan Maria Bordaberry, que já em seus primeiros meses de governo sofria com a ausência de apoio político no parlamento.

Com um parlamento enfraquecido e sem condições de frear os avanços de autoritarismo do poder executivo, e as ameaças cada vez mais frequentes do MLN, Bordaberry lançou como prioridade o combate à subversão, abrindo espaço para o protagonismo das forças armadas no governo. Em 1972, em decorrência da onda de violência que devastava o país, foi promulgado o Estado de Guerra Interno, que suspendia as liberdades individuais e legitimava toda ação repressiva às formas de oposição ao governo.

Vitoriosos na luta contra os guerrilheiros do MLN, os militares ganharam cada vez mais força, aliada ao enfraquecimento quase total do sistema político democrático teoricamente vigente no Uruguai. Padrós afirma que

abriram-se, aos militares, as portas da administração e direção de entes autônomos e serviços descentralizados, assim como ministérios, configurando a implantação de um regime que, formalmente, governavam os civis, entretanto, de fato, os militares se haviam aquinhoado de boa parte do poder. (Padrós, 2005: 360)

Desta forma, em junho de 1973, com o apoio das Forças Armadas, o presidente dissolveu o parlamento e deu o golpe de Estado iniciando, assim, uma ditadura civil-militar que vigorou até o ano de 1985. Caberia aos países do Cone Sul arcar com a proteção de seus territórios nacionais através de um novo profissionalismo das Forças Armadas, enquanto aos EUA restariam a incumbência de fornecer material bélico e missões de assessoria militar que priorizavam a segurança interna diante da ameaça subversiva.

No Uruguai, apesar do contato com as teses da DSN remontar a fins da Segunda Guerra, foi em 1968 que o fator militar foi incorporado ao projeto autoritário. Aliada às ideias do catolicismo nacionalista de ultradireita, corrente que ganhou destaque a partir de sua influência na reestruturação do sistema educativo após o golpe em 1973, a DSN praticada no Uruguai tinha como premissa a suspensão dos direitos civis, a subordinação do poder civil ao militar e a dissolução de partidos políticos. Foi neste contexto que aconteceu um aumento na repressão aos opositores do sistema, com prisões, torturas e mortes.

O período para a transição democrática uruguaia aconteceu em 1976, quando ocorreu a suspensão da ajuda militar por parte dos EUA, passando por um plebiscito que instituiu uma democracia tutelada em 1980 (além de determinar anistia política restrita e diálogos com a oposição) e culminando com a chegada de um presidente democraticamente eleito ao poder em 1985 (CHIRICO, 2000). Vários fatores – internos e externos – contribuíram para que o sistema se fragilizasse, fazendo com que a transição para a democracia no país se desse através de um jogo de forças mais ou menos equilibrado entre instâncias políticas, sociais, econômicas, etc.

No Uruguai, desde o fim da ditadura o tema vem sendo amplamente debatido não apenas nas esferas legais, mas também em vários setores da sociedade, como grupos de parentes de presos e desaparecidos em busca de justiça, grupos privados de apoio a perseguidos políticos, entre outros. Com a chegada da coalizão Frente Amplio ao poder em 2005<sup>2</sup>, diversas decisões legais foram tomadas para garantir a investigação e a punição dos acusados de terem cometido crimes de violação dos direitos humanos durante os anos da ditadura. Não apenas na esfera legal, mas uma grande parcela da população cobra, por meio de manifestações públicas e passeatas, que justiça seja feita em nome das vítimas do regime.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> A *Frente Amplio* é uma coalizão partidária esquerdista fundada em 1971 reunindo partidos políticos, organizações não governamentais, cidadãos independentes, sindicatos e outros. Dentre seus membros, circulam ideologias tais como o comunismo, o socialismo, o marxismo e, em menor quantidade, o liberalismo e a democracia cristã. Porém, enquanto unidade, o grupo defende um Estado benfeitor, a “morte digna”, o direito ao aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e o uso do nome social para pessoas transgênero. O grupo ascendeu à presidência da República em 2005, com a eleição de Tabaré Vázquez e continuou, com a eleição de José Mujica, e permanece atualmente, novamente com Vázquez, desde 2015. Desde 1990 o grupo governa o departamento de Montevidéu, o principal do país. Buscando não apenas o crescimento econômico, a coalizão prioriza as questões sociais e a distribuição de renda. Para maiores informações sobre a *Frente Amplio*, ver: <<http://www.telesurtv.net/news/Conozca-los-logros-del-Frente-Amplio-en-Uruguay-desde-2005-20141127-0066.html>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

<sup>3</sup> Um dos exemplos foi uma passeata em 2008 que reuniu milhares de pessoas reivindicando respostas sobre os desaparecidos políticos uruguaiois nas ruas de Montevidéu. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL488625-5602,00.html>>. Acesso em: 3 fev. 2017.

Em meio a este conturbado momento político e social, as mulheres submergem como atores sociais importantes para se construir um novo campo de estudos, que privilegie seus dilemas e realidades. A representação feminina ganha uma ressignificação: a busca pelo protagonismo social e político das mulheres emerge em diversos grupos, que se organizam com o objetivo de criar mecanismos que legitimem suas pautas. No caso deste estudo, que busca analisar os centros privados de pesquisa e seus boletins informativos, reconheço que a existência desta cultura política feminista foi fundamental para o sucesso do projeto. Segundo Motta (2009: 24), a organização de eventos e a criação de jornais e boletins informativos “são fundamentais na divulgação e disseminação dos valores das diferentes culturas políticas, e são usados propositadamente com tal fim”. Compreendo que aquelas mulheres se organizaram a partir de suas vivências pessoais e acadêmicas e construíram importantes significados sobre a questão do gênero no feminismo latino-americano à época das ditaduras militares e durante a redemocratização.

Uma das formas encontradas de mobilização desta mulheres foram os centros privados de pesquisa. Os institutos de pesquisa são centros – públicos ou privados - nascidos fora do ambiente universitário, que desenvolvem sua ação na investigação de temas gerais ou aplicados, nas áreas das ciências naturais e também das ciências sociais. A sua organização interna se dava de forma autônoma: os próprios membros decidiam, através de votação, os estatutos, a organização, os planos e programas, a distribuição de recursos e todos os demais assuntos relativos a seu funcionamento e organização. Em um contexto de universidades sob o domínio dos governos militares, a maioria desses centros funcionava como organizações não governamentais (ONG's), com caráter acadêmico, que reuniam profissionais de diversas áreas tanto das ciências naturais como das sociais com o objetivo de realizar tarefas de investigação, ensino superior, a difusão de conhecimentos e sua aplicação no desenvolvimento das sociedades aos quais estavam vinculados. A proposta central era refletir sobre a realidade de seus países e aliar a teoria científica, através da participação de intelectuais e acadêmicos especialistas, com a aplicação prática dos resultados nos setores sociais os quais suas pesquisas se destinavam.

De acordo com,

Los centros que aquí nos ocupan tienen una primera característica que los distingue de fenómenos académicos-políticos similares: se inscriben en el campo de las ciencias sociales y adquieren su específica connotación como centros independientes durante el período de los regímenes militares autoritarios, sea que hayan sido creados bajo esos regímenes o con anterioridad a su instalación adaptándose



posteriormente a las nuevas circunstancias. (Barrios; Brunner, 1987: 90),

Inúmeros foram os centros de pesquisa que desenvolveram suas atividades na América Latina a partir da década de 60, do século XX, e vários deles tiveram um ponto em comum: a ajuda financeira de grupos norte-americanos como as Fundações Ford e Rockefeller que tinham como objetivo aliar o desenvolvimento científico dos EUA com a mão de obra disponível nos países do hemisfério sul. Essa atuação das fundações norte americanas foi uma das estratégias utilizadas durante a Guerra Fria para a expansão ideológica norte americana.

O foco de atuação da Fundação nos países do Cone Sul foi o social e o político, através de investimentos na educação superior. Vários cursos de pós-graduação e pesquisas de distintas naturezas foram financiados e a aproximação com as ciências sociais foi se dando de forma gradual. Esta aproximação se deu por duas vias cruciais. Desde sua implantação na América do Sul, a Fundação objetivava não apenas pesquisas sobre o desenvolvimento dos países, mas também, questões relacionadas diretamente com os direitos humanos.

Com a promulgação dos golpes militares, a Fundação enxergava na especialização de mão de obra científica uma possibilidade de criar uma comunidade de cientistas sociais que ajudasse a pensar as dimensões políticas e sociais e sua relação com estratégias de desenvolvimento econômico. Por outro lado, os golpes trouxeram consigo a violação dos direitos humanos de diversos cidadãos na América Latina e a perda de direitos políticos e sociais poderia ser um entrave para o esperado desenvolvimento.

Com a chegada da década de 80, do século XX, que interessa particularmente a esta pesquisa, e a gradual abertura política, as reivindicações específicas de cada grupo social foram ganhando espaço e verba. As demandas de pesquisas sobre gênero, que nas primeiras décadas sequer apareciam na destinação de recursos, teve um aumento considerável durante os anos de 1980, possivelmente influenciado pela ascensão dos movimentos feministas e a promulgação do decênio 1975-1985 como a década da mulher pela ONU.<sup>4</sup>

No Uruguai, os centros de investigação tiveram ligação direta com o desenvolvimento das ciências sociais no âmbito das universidades. Estas, por sua vez,

---

<sup>4</sup> Em 1975 reuniu-se na Cidade do México a Conferência Mundial do ano internacional da Mulher, patrocinada pela ONU. Os temas principais de debate da conferência foram a igualdade entre os sexos e a integração da mulher no desenvolvimento e promoção da paz. Com isso, estabeleceu-se que os anos entre 1976-1985 seria a Década da Mulher.

passaram por reformas profundas ao longo das décadas de 50 e 60, do século XX, ampliando a capacidade de absorção de pessoas, mas sofrendo com atrasos significativos em relação aos campos acadêmicos dos vizinhos latino-americanos (BARRIOS; BRUNNER, 1987). Poucos eram os professores que se dedicavam exclusivamente à carreira docente, o que gerou atraso na criação de centros de pesquisa dentro e fora da academia.

A *Universidad de la República* foi, desde a sua criação, o maior e mais importante centro universitário do Uruguai, concentrando um grande número de alunos que se dedicava, em sua maior parte, às carreiras tradicionais. Com o adentrar da década de 60, do século XX, e as tensões políticas aumentando, a universidade se tornou um centro de oposição às práticas políticas cada vez mais repressoras, gerando assim uma tensão entre a universidade e o governo federal. Neste período, através de algumas reformas, novos cursos relacionados às humanidades e às ciências sociais foram criados, aumentando, desta forma, as tendências esquerdistas no ambiente universitário. Com isso, em 1973, ocorreu uma intervenção militar na *Universidad*, garantindo ao governo o controle das atividades que ali ocorriam.

As ciências sociais apareceram apenas nos anos de 1970 no Uruguai, uma vez que as investigações e pesquisas neste âmbito eram circunscritas às ciências econômicas, departamento mais antigo na *Universidad* e que concentrava a maior parte dos estudantes. Fora da universidade, também foram poucos os centros de pesquisa com foco nas questões sociais que se desenvolveram. Isto porque as carreiras tradicionais sempre se destacavam em uma sociedade que tendia a não aprofundar os questionamentos sociais de sua realidade. Apenas com o golpe de 1973 esta situação foi trazida à tona e começou a despertar o interesse dos uruguaios.

Com institutos acadêmicos universitários fechados e diversos profissionais destituídos de seus cargos, os centros privados de investigações proliferaram pelo Uruguai, em uma rápida resposta ao arrocho político que havia se estendido ao mundo acadêmico. Surge então, em 1975, o *Centro de Informaciones y Estudios Del Uruguay* (CIESU), *Centro de Invetigaciones Económicas* (CINVE), ambos formados por profissionais que haviam abandonado a universidade. Em 1977, se criou o *Centro Interdisciplinario Estudios sobre el Desarrollo* (CIEDUR), e no mesmo ano o *Centro Latinoamericano de Economía Humana* (CLAEH), e o *Centro de Investigación y Experimentación Pedagógica* (CIEP). Estes cinco grupos formaram o chamado “las cinco hermanas”, grupos que nasceram com o objetivo de continuar no país a tradição das

disciplinas excluídas da universidade, e assim, manter viva a análise crítica da realidade nacional.

Los CAI [Centros Autônomos de Investigación] se encuentran básicamente comprometidos en este "juego de la investigación"; sus miembros pertenecen a comunidades disciplinarias y muchos entre ellos, como veremos más adelante, gozan de reconocimiento dentro de ellas; su trabajo principal está orientado hacia la producción de conocimientos que se incorporan al "archivo" público de la disciplina o del campo: por tanto, son actores competentes que comunican los resultados de su trabajo y que esperan respuestas competentes, sea de la comunidad local, regional o internacional; habitualmente los CAI publican series de documentos (papers), a veces una revista y en ocasiones libros y sus miembros aprovechan, además, otras revistas especializadas del país o buscan publicar fuera del mismo. (Barrios; Brunner, 1987: 86),

Estes grupos integraram a rede regional do *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales* (CLACSO), órgão fundado em 1967 e que ajudava na manutenção de centros privados na América Latina, através do financiamento de projetos e concessão de bolsas de estudos. A Fundação Ford também foi um importante órgão de financiamento para os grupos do Uruguai, assim como os brasileiros.

No ano de 1979 a brasileira Suzana Prates e outras ativistas e intelectuais que estavam no Uruguai, como Graciela Sapriza e Silvia Villamil, fundaram mais um grupo que viria a integrar a rede CLACSO: o *Grupo de Estudios sobre La Condición de La Mujer Uruguaya* (GRECMU). Inicialmente, o grupo se formou com um viés multidisciplinar, orientado à investigação da situação das mulheres, sobretudo no âmbito do trabalho.

Em 1982, o grupo se declarou feminista com viés marxista e o foco dos estudos passou a ser o estado de subordinação das mulheres uruguaias em relação aos homens, passando a se articular em torno do debate acerca da condição feminina em suas mais variadas esferas. O GRECMU se tornou uma referência ao trazer as ideias feministas que circulavam pelo mundo para os debates das mulheres uruguaias, ainda que de forma “tardia”.

Em recente entrevista, a deputada uruguaia Margarita Percovich narra que, a partir de 1984, com o início da redemocratização no Uruguai, mulheres de todos os partidos políticos se organizavam no sindicato dos trabalhadores têxteis para discutir o lugar que ocupariam nos novos rumos que o país estava tomando. Neste contexto, começaram os contatos com as integrantes do GRECMU. Nas palavras de Percovich, então deputada no Uruguai:

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

Ellas sabían de la década de la mujer de las Naciones Unidas, algo que las demás no teníamos ni idea. No sabíamos lo que estaba pasando en el resto del mundo porque se recibía poca información y no teníamos los medios que tenemos ahora. Ellas venían trabajando, haciendo diagnósticos y habían creado ese centro de estudios -como habían hecho otros universitarios porque en dictadura no se dejaba funcionar la Universidad. Fueron quienes nos trajeron las reivindicaciones propias que teníamos que tener como mujeres. Y fue ahí que algunas empezamos a descubrir lo que era la discriminación y a unirla con nuestro marco ideológico, que la injusticia de un proyecto de desarrollo estaba basado en otras formas de subordinación que no eran solamente las de clase<sup>5</sup>.

As fundadoras do GRECMU estavam intimamente ligadas as discussões que envolviam o momento político do país, no qual uma nova sociedade democrática estava prestes a nascer, e demandava por novos atores sociais para construir suas bases. O grupo era formado, basicamente, por jovens acadêmicas, muitas vezes ligadas ou dissidentes de partidos de esquerda (principalmente do Frente Amplio), por vezes presas e/ou exiladas durante o período de repressão política.

Conforme,

GRECMU se transformó en un lugar de referencia donde se producían materiales, debates y encuentros a partir de la dedicación de sociólogas, historiadoras, economistas que articularon su producción académica con el activismo. A su vez muchas transitaban por los espacios partidarios como es el caso del rol que desempeñaba Silvia Rodríguez Villamil como militante política. (Giorgi. 2015: 21):

Desta forma, os centros de investigação tinham a produção autônoma de conhecimento como seu objetivo principal de existência. Reunindo pesquisadores renomados de diversas áreas de conhecimento, os centros acadêmicos produziam documentos oficiais que se transformavam em livros e se tornavam a forma principal de divulgação dos resultados das pesquisas. Outra forma de divulgação de resultados destes centros foram os boletins informativos, publicados de forma periódica tanto em formato de jornais, como de revistas, garantindo, assim, que suas investigações chegassem a diversas partes do país, e ganhassem projeção internacional. Isto só foi possível devido a

---

<sup>5</sup> Margarita Percovich é deputada no Uruguai e deu esta entrevista em março de 2015, por ocasião do mês da mulher. A entrevista completa pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <<http://innmayores.mides.gub.uy/innovaportal/v/41507/4/innova.front/derrribando-las-barreras-invisibles>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

organização do movimento feminista na América Latina. Este não foi um movimento simples e nem instantâneo, mas sim cheio de fases e tentativas de estabelecimento.

Os grupos privados de pesquisa, tais como o GRECMU, são em grande parte responsáveis pelas novas demandas que as mulheres tinham a partir da década de 80, do século XX. É importante destacar que o GRECMU, ainda em atividade, não foi o único centro de estudos a iniciar suas atividades no Uruguai a partir da década de 1980. Em 1984, foi fundado o *Plenario de Mujeres del Uruguay* (PLEMUU), que nasceu com o objetivo de melhorar a situação da mulher uruguaia através de cursos de formação/capacitação de mão de obra especializada para (re)inserção no mercado de trabalho.

O GRECMU chamou seu boletim de *La Cacerola*, que esteve em atividade entre 1984 e 1988, com tiragem e periodicidade irregulares. O boletim era o instrumento de divulgação e discussão, no qual através de temas propostos colocava em questão as teorias de forma prática. Foi responsável por levar as questões feministas às mulheres organizadas nos grupos bairristas, sem formação acadêmica e até então, contando apenas com seus conhecimentos de mundo e coisas a ermo que liam para divulgar a causa feminista.

Além do boletim, o GRECMU foi responsável pela publicação de diversos livros fruto das pesquisas de suas participantes. Como um grupo de investigação, divulgar o resultado destes estudos era uma forma de dar visibilidade não apenas ao trabalho que estavam fazendo estas mulheres, mas também, de preencher a lacuna sobre a história das mulheres uruguaias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRIOS, Alice; BRUNNER, Jose Joaquin. **Inquisición, mercado y filantropía: Ciencias Sociales y autoritarismo en Argentina, Brasil, Chile y Uruguay.** Santiago: FLACSO, 1987.

CHIRICO, Selva López. **Forças Armadas e democracia: um olhar para o passado recente a partir do final do século.** In: CASTRO, Celso; D'ARAUJO, Maria Celina (Orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul.* Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GIORGI, Ana Laura de. **A la calle con la cacerola**: El encuentro con la izquierda y el feminismo en los ochenta. Buenos Aires: CLACSO, 2015. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/becas/20150730114605/InformedeGiorgi.pdf>>.

Acesso em: 26 fev .2017.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Culturas políticas na História**: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

PADRÒS, Enrique Serra. **Como en El Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional – Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

## HAVANA: UM MOSAICO CULTURAL NAS PÁGINAS DE DE DONDE SON LOS CANTANTES (1967), DE SEVERP SARDUY (1937-1993)

Pedro Henrique Leite\*

**Resumo:** O artigo propõe uma leitura do romance *De donde son los cantantes* (1967), do escritor cubano Severo Sarduy (1937-1993), trazendo como enfoque a representação de Havana presente na obra, e sua dupla relação com a questão identitária cubana e com a construção de uma memória sobre a cidade. No romance, Sarduy oferece uma síntese do que acredita ser a identidade cubana, forjada por três matrizes culturais distintas: a chinesa, a africana e a espanhola. Cada uma delas torna-se então a base de cada capítulo, ao mesmo tempo que se complementam ao longo da narrativa. A Havana narrada torna-se então o grande palco de convergência dessas culturas, conformando um tipo de identidade nacional que se expande por todo o país. Desse modo, a questão identitária, a memória e o contexto de produção da obra apresentam-se como os principais eixos temáticos desta investigação.

**Palavras-Chave:** Havana; identidade; cidade; memória; Severo Sarduy.

**Abstract:** The article proposes an interpretation of the novel *De donde son los cantantes* (1967), written by the Cuban author Severo Sarduy (1937-1993), focusing on the literary representation of Havana present in the work, and its dual relation with the Cuban identity matter and with the construction of a city's memory. In the novel Sarduy offers a synthesis of what he believes to be the Cuban identity, forged by three distinct cultural matrices: the Chinese, the African and the Spanish. Each of them, then becomes the basis of each chapter, at the same time as they complement each other throughout the narrative. The narrated Havana becomes then the principal stage of convergence of these cultures, conforming a type of a national identity that expands throughout the country. In this way, the identity issue, the memory and the context of the novel's writing are the main thematic axes of this investigation.

**Keywords:** Havana; identity; city; memory; Severo Sarduy.

### *Introdução:*

Este artigo traz como principal tema de investigação a cidade. Mais precisamente as representações sobre a cidade produzidas a partir da literatura e suas relações com questões mais amplas como identidade e memória. Desse modo, inscreve-se em meio à linha de interpretação que entende a cidade como um produto de experiências humanas constantemente tensionadas e, ao mesmo tempo, como “uma escrita, materialização de sua própria história” (GOMES, 2008; ROLNIK, 1988).

---

\*Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora, na linha Narrativas, Imagens e Sociabilidades. E-mail: pedrohenriqueleite@mail.com

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

Complementarmente, a cidade é vista aqui como uma *Arena Cultural*, como bem conceitua o historiador Richard M. Morse:

[...]. As cidades tornam-se teatros e nossos informantes, atores. Estes últimos não são repórteres ou especialistas em diagnósticos, mas participantes envolvidos, que se lançam sobre todas as fontes ou recursos intelectuais e psíquicos de que dispõem para interpretar, não a condição urbana, mas a condição humana. (MORSE, 1995: p.205)

Nesse caminho, Havana emerge como um espaço de observação bastante privilegiado. A capital cubana, amplamente visitada, lida e interpretada por grandes escritores de renome internacional, ocupou uma destacada posição na história latino-americana, ostentando um cosmopolitismo que inspirou, geração após geração, a construção de relatos e leituras variadas. Observada em meio ao contexto da Revolução, em 1959, Havana também ofereceu do ponto de vista do pensamento ocidental uma oxigenação nas formas de encarar o passado, refletir sobre o presente e, conseqüentemente, de projetar o futuro. Por vezes, ela converteu-se no centro do olhar do mundo socialista e no destino para o qual confluíram muitos intelectuais.

Desde uma perspectiva nacional a capital também intensificou seu magnetismo: escritores e artistas que estiveram fora do país durante o período mais turbulento da ditadura de Fulgêncio Batista retornaram à cidade, somando-se à volumosa e constante migração proveniente de outras partes da ilha. Esses grupos, somados aos próprios cidadãos nativos de Havana, buscaram as novas oportunidades geradas com o advento revolucionário, engrossando, conseqüentemente, a fileira de futuros intérpretes da cidade.

Situada nesse contexto, a trajetória do escritor Severo Sarduy (1937-1993) se apresenta como um exemplo significativo: originário de Camagüey – cidade situada no centro-leste de Cuba –, Sarduy adotou Havana como lar a partir de 1955, acompanhado de sua família. Sua intenção profissional na capital era inicialmente a Medicina, curso em que se matriculou no início de 1956, mas que tivera de ser interrompido ao final do mesmo ano, devido à suspensão das aulas na Universidade de Havana – uma represália de Batista aos constantes protestos estudantis cada vez maiores contra o seu governo. Se adaptando à nova realidade, Sarduy consegue um trabalho em uma agência publicitária e, concomitantemente, passa a dar vazão à outra de suas paixões: a literatura. Aproveitando o hiato universitário, o então jovem escritor começa a participar mais ativamente da vida



cultural havanesa, estabelecendo contato com prestigiadas figuras literárias como: Virgilio Piñera, Manuel Díaz Martínez, Frank Rivera e Antón Arrufat.<sup>1</sup>

Durante o período em que se desenvolve a Revolução, Sarduy situa-se completamente imerso no mundo literário havanês, dando início a uma fase de constantes colaborações com as principais revistas literárias do país, especialmente *Carteles* e *Ciclón*. Nelas, o autor adquire experiência e visibilidade, alinhando-se a uma vanguarda literária preocupada com questões culturais centrais, como a produção de uma literatura que preservasse as especificidades nacionais e dialogasse, ao mesmo tempo, com as vanguardas do Ocidente, e sobretudo com a busca pela definição de uma identidade nacional, como revelava em entrevista, em 1991:

*Ciclón*, hoy parece una evidencia –por entonces era *todo*, menos una evidencia–, fue en su momento la revista más importante del idioma; también la más osada, la más subversiva, la que de modo más hondo interrogó sobre la esencia de lo cubano, sobre el fundamento de la nacionalidad.(SARDUY M., 2013: pp.1663-1678. Edição digital, Kindle)

Tal busca pela definição do que seria, e de como seria formada, essa identidade cubana ocupou o trabalho de grande parte da intelectualidade do país nesse período, fortalecendo-se ainda mais com o desfecho revolucionário. Inevitavelmente, o tema também se tornou uma preocupação constante nos escritos de Sarduy, ganhando ainda mais força durante os anos 1960, quando se transformou em mote de suas principais obras.

A partir de janeiro de 1959, consumada a derrota de Batista e estabelecida a formação do novo governo, grande parte da intelectualidade cubana passou a colaborar ativamente com a reestruturação do campo cultural. Sarduy, assim como a maioria dos escritores daquele momento, partilhava do entusiasmo revolucionário, e permanecia publicando poesias, artigos e contos nos novos periódicos que surgiram a partir de 1959, como *Lunes de Revolución* e *Diario Libre*. Mais tarde, ainda no mesmo ano, o escritor é selecionado junto a outros jovens escritores e artistas para a obtenção de bolsas de estudos

---

<sup>1</sup> Alguns dados biográficos de Sarduy, assim como citações aqui expostas, são retirados da coletânea de correspondências organizada por Mercedes Sarduy, irmã do autor, intitulada *Cartas a mi hermana em La Habana* (2013), disponível em versão digital no Kindle. Devido à falta de formalização específica da ABNT para dispositivos de leitura digitais, quando utilizadas, as referências aqui expressas sobre as páginas das citações obedecerão ao número da posição encontrada no Kindle (seguindo a tipografia “Bookerly” e o tamanho de fonte 1).

na Europa. Almejando tornar-se crítico de arte, Sarduy dá início então a uma nova etapa em sua vida que marcaria para sempre sua carreira e sua trajetória individual, transformando-o duplamente: de um lado, em um dos importantes intérpretes sobre Cuba (e conseqüentemente de Havana) desde o estrangeiro e, de outro, em exilado.

*O exílio: rompimento e continuidades.*

O ano de 1960 é de adaptação e de profundas definições para o escritor no continente europeu. Sua rápida passagem por Madrid, afetada pelo incidente diplomático entre Cuba e Espanha (que culminou com a expulsão do embaixador espanhol, Juan Pablo de Lojendio e Irure, da ilha),<sup>2</sup> teve conseqüências diretas para a continuidade de sua jornada. Com o aumento das tensões entre as duas nações, Sarduy se vê pressionado a tomar uma decisão repentina: se instalar em Paris, junto a alguns amigos cubanos também escritores. Preocupado com os efeitos da crise diplomática, ele avisava sua nova decisão à família:

Cuando recibas esta carta ya estaré en París, la capital del mundo. Aunque se me parte el corazón de dejar a España perdóname estoy un poco sentimental creo que no puede ser otra la actitud que tome frente a las agresiones que le hacen a nuestra revolución. Esta es la tierra más bella del mundo... sin embargo la sola idea de dejar España ya ves que me saca de mi sobriedad. Las relaciones están prácticamente rotas [...]. Manolo (o escritor Manuel Díaz Martínez) me ha escrito pidiéndome que defina mi actitud o correré el peligro de que se interprete que mi presencia en este país justifica la dictadura asquerosa que padecemos... porque nosotros también somos españoles y debemos sufrir la tiranía de España tanto como la nuestra. (SARDUY M., 2013: pp.1955-1969. Edição digital, Kindle)

Uma vez na capital francesa, o escritor volta a se dedicar às artes e à literatura. Nesse momento inicia a produção de seu primeiro romance (publicado somente em 1963) intitulado *Gestos*. A obra, que traz a Revolução Cubana como tema de fundo, é a expressão do momento de um Sarduy dividido: entre o apoio à causa revolucionária e a

---

<sup>2</sup>Trata-se da repercussão em torno do episódio em que o embaixador espanhol em Havana, Juan Lojendio, interrompe um dos discursos de Fidel Castro, transmitido ao vivo pela TV cubana, para rebater as acusações feitas pelo líder revolucionário sobre uma suposta ajuda da embaixada espanhola em Cuba à resistência contrarrevolucionária. Lojendio, furioso, irrompe nos estúdios de TV em meio ao discurso de Castro, causando grande alvoroço e fazendo com que a transmissão fosse imediatamente retirada do ar. O resultado desse episódio foi a expulsão imediata de Lojendio do país, e o aumento das tensões entre Cuba e Espanha, ainda que do ponto de vista político continuassem a manter relações. Sobre o episódio Cf. em: <https://blogs.elpais.com/historias/2014/06/franco-y-fidel-enemigos-cordiales.html>.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

busca pela expressão de elementos artísticos novos – como o *kitsch*, por exemplo, que, retirado seu conteúdo crítico (visto como expressão de mal gosto), representaria a mescla de diferentes níveis sociais ou estéticos (SARDUY, 2010: p.23). Mais do que isso, *Gestos* inaugura algumas de suas marcas nos romances posteriores, como a representação do urbano e a preocupação com a expressão de elementos identitários cubanos, como a ênfase dada às culturas africana e chinesa.

Paralelamente à escrita de seu romance de estreia, Sarduy tenta a renovação de sua bolsa de estudos por mais alguns meses: uma tarefa cada vez mais difícil, e que se converte em impossível a partir da decisão unilateral e arbitrária do governo cubano de não renovação. Mais do que isso, o Ministério das Relações Exteriores exigia o retorno imediato de todos os cidadãos cubanos ao país, sob o risco de serem catalogados como “contrarrevolucionários” em caso de recusa (SARDUY, M., 2013: 2050).<sup>3</sup> Sem entender a razão dessa decisão, Sarduy insiste em respostas do governo, algo que jamais aconteceu. Os efeitos foram definitivos: sem o seu retorno à ilha, iniciava-se um exílio que duraria até o fim de sua vida.

Apesar das dificuldades iniciais em se estabelecer em Paris, somadas à saudade cada vez maior da família – “Es certo que tengo tantos deseos de ver los que se me hacen delirantes” (SARDUY, 2013: p.2114. Edição digital, Kindle.) – e à angústia provocada a cada dia pelas tentativas frustradas de contato com o governo de Cuba, Severo Sarduy pouco a pouco conquistou o desejado sucesso profissional. O contato com o movimento estruturalista francês, que lhe rendeu a amizade e o companheirismo de nomes como Roland Barthes e François Wahl, lhe possibilitou além de enriquecimento intelectual, novas vias de entrada no mercado editorial francês, tornando possível a publicação de seu romance e o estabelecimento definitivo no país.

A literatura então emergiu nesse contexto como uma ferramenta fundamental, um espaço de criação livre em que Sarduy projetou muitos de seus sentimentos: a ironia em relação ao mundo da política, a angústia de uma existência incompleta num espaço de poucos vínculos afetivos e distante da terra natal, até a nostalgia em relação ao país e à

---

<sup>3</sup>Tal decisão abrupta por parte do governo ainda permanece de certa forma uma incógnita. Especulo que a escalada de tensões entre Cuba e EUA no cenário internacional, com a ameaça cada vez maior de uma invasão norte-americana no país, tenha favorecido em grande medida o despacho do Ministério das Relações Exteriores nesse sentido. A iminência de um confronto com os norte-americanos (suspeita do governo cubano que mais tarde se confirmou com a tentativa de invasão da Baía dos Porcos), somada ao autoritarismo adotado pelo governo já em 1960, e ampliado no ano seguinte, podem ter sido fatores preponderantes para o cancelamento das bolsas e a ordem de retorno imediato ao país.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

cidade de origem, ou à vida anterior ao exílio. Essa literatura, encarada como resistência à realidade sufocante provocada pelas políticas cubanas dos anos 1960, aos poucos encontrou formas criativas de estabelecer críticas a esse presente político e refletir sobre questões como a identidade nacional, a memória, a singularidade de Cuba, de Havana, etc. A partir de narrativas complexas e modernas, Sarduy ofereceu versões importantes sobre o espaço e o povo cubanos, numa linguagem repleta de humor, de intertextualidade e de polifonia.

Um dos aspectos mais significativos do conjunto de sua obra foi a forma como soube produzir uma imagem rica e alternativa sobre Cuba, e mais precisamente sobre Havana, concomitantemente à relação desses espaços com outras periferias do mundo, como o extremo oriente, num nível geográfico, e o submundo urbano do ponto de vista das cidades. Complementarmente, ao apelar para um resgate literário de Havana, baseando-se sobretudo na memória como forma de acessar esse espaço, Sarduy de certa forma assumira do exílio um movimento de retomada sobre a cidade, garantindo de volta um espaço que lhe foi subtraído. A capital aparece como uma miragem, em alguns momentos muito nítida, em outros embaçada e distante, situada num meio termo, numa transitoriedade – nem tão distante, nem tão perto –, assim como sua vida fora de Cuba.

*De donde son los cantantes (1967), de Severo Sarduy: Havana sob múltiplos níveis.*

*De donde son los cantantes* foi o segundo romance publicado por Severo Sarduy, em 1967. Nele o autor deixa visível muitas de suas influências literárias, gostos pessoais, formas de enxergar e sentir o mundo, ao mesmo tempo que produz uma narrativa caracterizada por um humor crítico em relação ao processo revolucionário, e ao mesmo tempo sensível, caracterizado pelo *choteo*, ou seja, pela capacidade de zombar da realidade ao invés de aceitá-la de forma dramática.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup>Recupero aqui a definição de Guillermo Cabrera Infante sobre o *choteo*, dada em uma entrevista à Joaquín Soler. Nessa entrevista Infante afirmava ter se inspirado no mesmo recurso para a composição de sua obra *Três Tristes Tigres* (1965). De acordo com o autor: “Me gustaba mucho la gente, sobre todo me gustaba mucho el pueblo cubano [...]. Me gustaba su manera de hablar, la manera de aproximar la vida con un cierto desparpajo, esto que se llama en Cuba el *choteo* que, es decir: burlarse de la realidad en vez de aceptarla dramáticamente, aceptarla como una risa y a veces con una carcajada. Esto me pareció verdaderamente extraordinario, y traté de captar en mi libro.” Cf. Em: GUILLERMO Cabrera Infante em A fondo (11 jul. 1976). Direção de Joaquín Soler. Espanha: TVE, 1976. Disponível em: <http://www.rtve.es/alcarta/videos/a-fondo/entrevista-guillermo-cabrera-infante-fondo-1976/1184309>. Acesso em 09 nov. 2017.

Sua importância dentro do corpus literário de Sarduy é muito grande, pois foi através de sua publicação e boa recepção no exterior que o autor conseguiu se firmar no ambiente intelectual francês, tendo também as portas abertas para o restante do mercado europeu, podendo agora dedicar-se mais exclusivamente à carreira literária. Seu estilo narrativo experimental, baseado na transposição de diversas linguagens (publicitária, oral, poética, teatral, etc.) para a literatura, foi influenciado em grande medida por seu contato como movimento estruturalista, consistindo numa alternativa às narrativas do *boom*.

Como afirma o crítico literário cubano Roberto González Echevarría no livro *Monstros e Arquivos* (2014), com *De donde son, los cantantes*, Sarduy marcava uma diferença importante em relação às narrativas e à construção de personagens presentes em outras obras publicadas no mesmo período, como *La ciudad y los perros* (1962), de Mario Vargas Llosa, *Rayuela* (1963), de Julio Cortázar, ou mesmo a famigerada *Cien años de soledad*, de Gabriel García Márquez, publicada também em 1967:

Em *De donde son los cantantes* Sarduy renunciou a muitos dos recursos do romance, e não só do romance tradicional, mas também da vanguarda – entre nós o do Boom. *De donde son los cantantes* não tem personagens que possamos reconhecer como tais, mesmo se pensarmos nos de Proust, Joyce ou Faulkner, e todos os latino-americanos que o precedem ou foram seus contemporâneos. Os personagens de Sarduy carecem de traços próprios que nos remetam a pessoas vivas; [...]. Eles são como pronomes; não têm personalidade e muito menos interioridade ou psicologia. [...] Falam, comunicam-se, por vezes berram, em clichês e chavões, alguns tomados emprestados da publicidade ou da mídia em geral, e também da literatura. (ECHEVARRÍA, 2014: 335-336)

Essa rejeição de uma caracterização de personagens com um estilo definido, ausentes de “personalidade, interioridade ou psicologia”, como interpreta Echevarría, é resultado não só das influências intelectuais de Sarduy (o estruturalismo já mencionado, a pintura cubana de Wifredo Lam e o mundo da artes em geral, etc.), mas também constitui uma forma de contraposição à produção literária na América Latina, e especialmente em Cuba no mesmo período. Enquanto na ilha, a política adotada a partir das novas diretrizes do Primeiro Congresso Nacional de Escritores e Artistas defendia uma produção cultural cada vez mais similar à defendida pelo Realismo Socialista Soviético, com o “povo como o centro da obra de arte revolucionária” (MISKULIN, 2003, 191), Sarduy por sua vez rejeitava o modelo, explorando mais livremente sua

própria percepção sobre as fronteiras da criação literária, dos personagens, e, consequentemente da própria realidade.

O resultado disso é que *De donde son los cantantes* aparece como um mosaico cultural com diferentes elementos: fragmentos de textos variados (como poesia, música, anúncio publicitário, diários de viagem, etc.) surgem em meio ao diálogo por vezes caótico entre os personagens, e estes, por sua vez, destituídos de características físicas fixas, se metamorfoseiam ao longo da narrativa, aparecendo para o leitor de diversas formas nos capítulos que compõem a obra. No romance, os personagens também surgem na maioria das vezes como pares contrapostos: “gêmeos, um que é a versão reduzida do outro, ou seu reflexo distorcido, rivais disfarçados entre si [...]”, etc. (ECHEVARRÍA, 2010, p.26). Esse duplo – espelhado, invertido, retorcido, distorcido e projetado –, característico da estética barroca, é adotado por Sarduy dando a ideia de um movimento constante.

Auxílio e Socorro, os duplos mais perceptíveis de *De donde son los cantantes*, percorrem toda a novela travando diálogos e conectando personagens e histórias. Elas são, ao mesmo tempo, narradoras e personagens ativas na trama, participando dos três capítulos, que compõem o livro. São eles: “Junto al río de cenizas de rosa”, “La Dolores Rondón” e “La entrada de Cristo en La Habana”. Em cada um dos capítulos, Auxílio e Socorro assumem formas diferentes, como se fossem jinns (gênios) árabes, tipos de entidades do mundo intermediário entre o sobrenatural e o humano, ligadas ao bem e ao mal, que se ocupam regendo o destino de alguém ou de um lugar. Ora são descritas como travestis e prostitutas do bairro chinês de Havana, ora aparecem transformadas em “jimaguas” – entidades sobrenaturais gêmeas na cosmogonia yoruba – (ibid., p.60), ou ainda assumem a figura de fiéis católicas carregando a imagem de um Cristo de madeira, ao final da novela.

Cada uma das três histórias que compõem os capítulos do romance funciona como um relato encerrado em si mesmo, podendo, portanto, serem lidas como histórias separadas. Porém, se vistas em conjunto, elas expõem a real empreitada de Sarduy: o desejo de produzir uma síntese da identidade e da cultura cubana a partir de três matrizes culturais principais: a chinesa (elemento pouco trabalhado nos estudos sobre Cuba e na literatura cubana em geral), a africana e a espanhola. Para Sarduy, Cuba é a simbiose dessas três culturas e Havana torna-se, então, um microcosmos dessa união, que se projeta para o restante do país.

No primeiro Capítulo, equivalente à influência da cultura oriental sobre Cuba, Sarduy descreve um cenário de Havana pouco visitado na literatura do país: o bairro chinês. Ele surge diante dos olhos do leitor como um espaço tão antigo e tradicional na cidade quanto a história da própria imigração oriental no país. Na obra, Sarduy reforça especialmente como a cultura chinesa em Havana se adaptou à atmosfera informal da cidade, criando uma cultura do submundo extremamente rica e por vezes caótica: com suas barracas de comida na rua, lavanderias com cômodos anexos frequentados por sádicos e traficantes, restaurantes e casas noturnas com saídas para becos frequentados por prostitutas e travestis, o cheiro do incenso misturado com o da fritura, a música oriental misturada com a salsa e a rumba, etc.

Mistura-se a essa atmosfera desacertada, cenários conhecidos da Havana dos anos 1950, como o *Bosque de la Habana* (Parque florestal às margens do rio Almendares), a *Calle Zanja* (rua em que residia grande parte da colônia chinesa), *El Pacífico* (restaurante de comida chinesa frequentado pelas classes abastadas de Havana), entre outros. Entretanto, é importante destacar que esses espaços urbanos resgatados por Sarduy, mais do que oferecer precisão histórica, são por vezes misturados uns aos outros, como num sonho, possibilitando a partir da livre criação do narrador um trânsito acelerado e constante de seus personagens. Aliás, o sentido de transitoriedade encarnado no capítulo (e também na obra como um todo) se dá em múltiplos níveis: seja do ponto de vista do enredo – em que desde as primeiras linhas, o personagem “General” (um loiro de ascendência espanhola) aparece percorrendo as ruas do bairro chinês em busca de “Flor de Loto”, travesti do teatro local, e paixão não correspondida do personagem –; ou do ponto de vista da temporalidade – em que a representação do espaço oriental, logo no início do romance, simboliza o mito de origem cubano (como a narrativa original de Colombo que acreditava ter encontrado Cipango, ao pisar na ilha), ou origem da própria narrativa, história inicial que movimenta a grande engrenagem narrativa que leva aos outros dois capítulos da obra.

O segundo Capítulo, equivalente à cultura afro-cubana, acompanha o trágico destino de Dolores Rondón (uma mulata do interior, que se apaixona e se casa com *Mortal Pérez*, um branco da elite, vereador e candidato ao Senado) desde Camagüey, zona rural, até Havana, em busca de seus sonhos na cidade. Em Havana o destino lhe prega uma peça (Seu marido é acusado de corrupção, tráfico de drogas, e é excomungado, considerado *persona non grata*) e a leva de volta a Camagüey, onde morre. No entanto, como propõe

Sarduy, mais importante que o desfecho trágico da morte de Dolores é a trajetória percorrida pela personagem: com suas tensões, seus desejos, o encontro com Havana, a paixão por Mortal Pérez, etc. Sua morte, no início do capítulo resulta no início da descrição de sua vida. Sua vida, uma vez descrita, acaba em morte. Através dessa visão cíclica a ideia de movimento torna-se então um traço fundamental, e o capítulo se desdobra em dois mundos paralelos: o plano terreno e o sobrenatural. Paralelamente à história do casal Dolores Rondón e Mortal Pérez, Auxílio e Socorro reaparecem neste capítulo formando o duplo do mundo espiritual, assumindo a figura de “jimaguas”: entidades gêmeas yorubas, que travam diálogos constantes, acompanhando a jornada do casal no plano terreno. A fortuna de Dolores na terra depende exclusivamente das bênçãos dos orixás. Sua jornada terrena reflete os humores do mundo sobrenatural. Em suma, a cultura afro-cubana aparece nesse capítulo como um ciclo de exaltação da vida e da morte, uma dobra barroca que se espelha sobre si mesma. Um traço fundamental da cultura cubana que Sarduy recupera numa versão alucinada – por vezes também amalucada –, como num sonho distante de um exilado.

O terceiro e último capítulo da novela, “La entrada de Cristo em La Habana”, evoca o traço hispânico, ou branco, da cultura cubana. Frente às outras duas narrativas, ela equivale também à parte histórica da obra. Enquanto os dois primeiros capítulos trazem a ideia de movimento circular da cultura cubana a partir da ação de seus personagens, o último apresenta o movimento linear da jornada oriente-ocidente característico da história cubana. O capítulo começa na Espanha, onde Auxílio e Socorro, transformadas, estão em busca de Mortal, personagem também metamorfoseado como um tipo de amante ausente, um objeto de desejo das duas. De Cádiz, elas atravessam o Atlântico em direção à América, chegando até Santiago de Cuba, numa jornada que é mimese da aventura de Cristóvão Colombo. Em Santiago, visitando a Catedral, elas descobrem um Cristo de madeira e transformam-no em uma espécie de materialização do espírito de Mortal. Elas agora levam o receptáculo em procissão por toda a ilha, seguindo a tradicional rota oriente-ocidente, de Santiago à Havana, passando por Camagüey.

Nesta cidade, terra natal de Sarduy, a procissão se mistura e se confunde com a história narrada no segundo capítulo, em que Mortal, o político – amante de Dolores, aparece num comício. Assim, num choque entre as duas histórias, o Cristo/Mortal-sacro se funde e confunde com o Líder/Mortal-político (aqui a analogia com o mito construído em torno de Fidel Castro durante a Revolução, do guerrilheiro-herói-salvador, se torna



possível). Em seguida, a procissão chega em Havana, embaixo de uma nevasca que cobre toda a cidade de branco. Não bastasse o evento meteorológico insólito, o Cristo (ou seria Castro?) de madeira, que durante o périplo vai se desfazendo e apodrecendo, acaba por desmanchar-se, enquanto Auxílio e Socorro, recolhendo os fragmentos do tal Cristo, encontram a morte ao serem baleadas por helicópteros do governo.

Na jornada de Auxílio e Socorro em direção à Havana, não só o espaço se transforma, mas também o tempo: uma viagem que começa na Santiago colonial, avança por séculos, até chegar a uma Havana futurista – moderna, com túneis, feiras, edifícios de vidro. O capítulo é sobretudo uma alegoria, com várias possibilidades de interpretação. Em uma delas Roberto González Echevarría sugere:

En esta alegoría de Sarduy la unidad de sentido la da el final, la nada, el blanco de la nieve. Si el viaje de los personajes representa un movimiento hegeliano de Oriente a Occidente, un movimiento que lleva al Espíritu a un conocimiento de sí, en *De donde son los cantantes* el viaje termina en la ausencia de conocimiento y en la violencia. Si el viaje de los personajes traza la evolución de la cultura cubana, el final no es una síntesis de los varios elementos que la componen, sino un regreso al principio, a la nada, a la página en blanco.(ECHEVARRÍA, 2010: p.67)

A crítica ao presente político se estabelece. A angústia do exilado Sarduy, se expressa a partir de uma narrativa que nasce, cresce em múltiplas direções e, por fim, se autodestrói, terminando num vazio. Os múltiplos movimentos e caminhos tomados pelos personagens, ou pelas três expressões/sínteses da cultura cubana, encontram-se ao fim e se tornam vítimas da estúpida violência política final. Auxílio e Socorro, personagens que conectam os três momentos da novela sarduyana terminam em meio à praça, juntando os cacos de um Cristo em pedaços: “Pedazo a pedazo Loenvolvían en un paño, con amor, con cuidado. Se volvieron, apresuradas. Ya iban alcanzando los portales cuando, desde los helicópteros, llovió la balacera.” (SARDUY, 2010: p.233)

Destruição. Nada. Página em branco.

Como o próprio exilado e melancólico Sarduy revelava em uma carta escrita numa manhã fria de quinta-feira, numa viagem feita à Alemanha:

Mis queridos padres y hermana: Me acabo de levantar y contra la ventana cae una verdadera lluvia blanca. Nieva muy fuerte en Alemania y en comparación, París es una ciudad tropical. Desde aquí veo terrazas blancas y personas que salen a la acera con palas para abrir sus garajes.

Los quiero mucho y pienso que podré contarles mejor estas experiencias puesto que pienso utilizar estas cosas en el final de la novela, cuando el Cristo es sepultado por la nieve a su entrada en La Habana. (SARDUYM., 2013: p.3423, Edição digital, Kindle)

Neve. Destruição. Vazio. Página em branco. Saudades de Cuba. De Havana.

### Referências Bibliográficas:

ECHEVARRÍA, Roberto González. *Monstros e Arquivos: textos críticos reunidos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

\_\_\_\_\_. "Nota del editor" in.: SARDUY, Severo. *De donde son los cantantes*. Madrid: Ediciones Catedra, 2010.

GOMES, Renato Cordeiro. *Todas as cidades, a cidade: literatura e experiência urbana*. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

GUILLERMO Cabrera Infante em A fondo (11 jul. 1976). Direção de Joaquín Soler. Espanha: TVE, 1976. Disponível em: <http://www.rtve.es/alicarta/videos/a-fondo/entrevista-guillermo-cabrera-infante-fondo-1976/1184309>.

HERRERO, F.Javier. "Franco y Fidel, enemigos cordiales". *El País*. Madrid, jun. 2014, Blogs Cultura. Disponível em: <https://blogs.elpais.com/historias/2014/06/franco-y-fidel-enemigos-cordiales.html>.

MISKULIN, Sílvia Cezar. *Cultura Ilhada: imprensa e Revolução Cubana (1959-1961)*. São Paulo: Xamã, 2003.

MORSE, Richard M. "As cidades 'periféricas' como Arenas Culturais: Rússia, Áustria, América Latina". *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.8, nº 16, 1995.

SARDUY, Severo. *De donde son los cantantes*. Madrid: Ediciones Catedra, 2010.

SARDUY, Mercedes Aguilar. *Cartas a mi hermana en La Habana*. Alexandria Library Publishing House, 2013. (Edição Digital, Kindle).

## A LÓGICA DO SUBDESENVOLVIMENTO LATINO AMERICANO: AS ANÁLISES DE EDUARDO GALEANO E CELSO FURTADO PARA O CASO BRASILEIRO

Pollyana Gonçalves Nogueira<sup>1</sup>

**Resumo:** Na metade do século XX, as economias subdesenvolvidas tornaram-se objeto de estudo de intelectuais e de organizações internacionais, para a solução de impasses ligados ao subdesenvolvimento. Na interpretação de Celso Furtado, a problematização da formação histórica do país e das mazelas sociais eram fundamentais para compreender o subdesenvolvimento não apenas como atraso econômico, mas como estrutura política de dominação. Eduardo Galeano teve a função de denunciar a exploração, com uma perspectiva mais literária, com base em metáforas e figuras de linguagem. Dessa forma, o objetivo do artigo é compreender a relação entre a produção literária de Galeano e as contribuições para o debate econômico, realizadas por Furtado, para compreender a discussão teórica sobre o subdesenvolvimento latino-americano.

Palavras-chave: Subdesenvolvimento; Eduardo Galeano; Celso Furtado.

**Abstract:** In the middle of the twentieth century, under developed economies became the object of study of intellectual and international organizations for the solution of impasses linked to under development. In Celso Furtado's interpretation, the problematization of the historical formation of the country and social ills were fundamental to understanding underdevelopment not only as an economic backwardness, but as a political structure of domination. Eduardo Galeano had the function of denouncing exploitation, with a more literary perspective, based on metaphors and figures of language. Thus, the objective of the article is to understand the relationship between Galeano's literary production and the contributions to the economic debate, made by Furtado, to understand the theoretical discussion about Latin American underdevelopment.

**Keywords:** Underdevelopment; Eduardo Galeano; Celso Furtado.

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, [...]. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. A história do

---

<sup>1</sup> Graduada em História e graduanda em Ciências Econômicas, ambas pela Universidade Católica de Petrópolis (UCP).

pollyana-nogueira@hotmail.com

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

subdesenvolvimento da América Latina integra, a história do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Eduardo Galeano. *As veias abertas da América Latina*. 1971.

Na metade do século XX, as economias subdesenvolvidas e dependentes dos países da América Latina tornaram-se objeto de estudo de intelectuais e de organizações internacionais, com a finalidade de explicar e solucionar os impasses ligados ao subdesenvolvimento, pois nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial as economias latino-americanas, estavam em pleno processo de industrialização, possibilitando a abertura definitiva para o fortalecimento da ideologia industrializante na região. À exemplo dessa conduta em 1948 foi criada a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, uma importante iniciativa institucional com o objetivo de estudar as realidades dos países e promover políticas de desenvolvimento em conformidade com as especificidades latino-americanas.

A comissão era composta por um grupo de economistas da Escola Estruturalista sob a liderança de Raúl Prebisch, cuja primeiras análises estavam no "*Manifesto latino-americano*", datado de 1949, que apontava para o falso senso da teoria econômica elaborada nos países desenvolvidos, visto que, o progresso técnico não se difundiria de maneira linear no "centro" e na "periferia" da economia mundial. A dicotomia entre "centro-periferia" é o conceito fundamental na teoria da Cepal, utilizado para descrever o processo de difusão das novas técnicas de produção e a distribuição de seus ganhos. (BIELCOWSKI, 2000). Ao contrário do que sugeria a tese ricardiana sobre as "vantagens comparativas" provindas da divisão internacional do trabalho, haveria uma "deterioração dos termos de intercâmbio", entre as matérias-primas, produzidas na periferia, e as manufaturas, originárias do centro, ou seja, o desenvolvimento não seria um processo único e inevitável.

Em um contexto internacional, a preocupação com o desenvolvimento recebeu interdisciplinaridade e adição de fatores socioeconômicos, assim nos países de economias dependentes e periféricas, como nos países da América Latina, também foi um momento de contestação. Na definição de Eric Hobsbawm, "*o breve século XX*" foi um período singular na história da humanidade, internacionalmente marcado por momentos de choques imperialistas, guerras, crises, recessões e radicalizações ideológicas, em que discussões sobre projetos de desenvolvimento eram potencializadas. Para Hobsbawm:

O desenvolvimento, controlado ou não pelo Estado, não era de interesse

imediatamente para a grande maioria dos habitantes do Terceiro Mundo que viviam cultivando sua própria comida; pois mesmo em países cujas rendas públicas dependiam dos ganhos com uma ou duas grandes safras de exportação, estas se achavam em geral concentradas numas poucas áreas restritas. (HOBBSAWM, 2012: 344)

No Brasil ficou acordado que o processo de modernização capitalista seria realizado com base num projeto econômico de industrialização planejado e apoiado pelo Estado. O desenvolvimentismo foi a ideologia econômica de sustentação do projeto de industrialização nacional, fundamental para superação do atraso e da pobreza no país. De 1930 a 1964, o país deixou de ser uma economia agrária, para inserir-se definitivamente nos quadros do capitalismo mundial. A transição de uma economia agrária para uma economia modernizadora de bases industriais, gerou um amplo debate político baseado em uma ideia fundamental, a superação do subdesenvolvimento. As mudanças foram iniciadas em 1930, atingiram seu apogeu em 1945, ainda sob a tutela de Getúlio Vargas, crescendo até a década de 1960, quando entrou em crise, influenciada pela conjuntura política da época, que culminou com a interrupção da via democrática em 1964, e a sequência de golpes nos países da América Latina, encerrando o amplo debate ideológico que acontecia nos países.

O desejo de superação de um passado eivado de heranças coloniais, que forjou tais países e produziu um quadro de dependência econômica e política, também percebida no campo cultural levou toda uma geração de intelectuais e ensaístas a problematizar a formação histórica brasileira, constituindo uma verdadeira literatura política. Alguns nomes se sobressaíram, tanto pelo impacto de suas obras, como pelo tom de denúncia. Após a década de 1930, o nacionalismo não estava presente apenas nos debates políticos e econômicos, para a *intelligentsia* brasileira era o momento de buscar entender, reinterpretar e explicar o passado nacional. Em comum, seus representantes tinham o espírito de renovação e de propostas de ação política. Foi o momento de uma guinada intelectual, uma tentativa de superação da história nacional difundida pelo positivismo do século XIX. Como demonstra Maria Arruda:

A formação do pensamento brasileiro acaba por coincidir com a constituição de uma intelectualidade de corte modernista, identificada com as questões do país e dedicada à construção da sociedade moderna neste lado do mundo. A temática da formação refere-se, em suma, à própria consolidação do campo intelectual no Brasil. Daí a identificação dos ensaístas dos anos de 1930 como ‘intérpretes do Brasil’, em claro obscurecimento dos intelectuais precedentes, elucida-se quando os inserimos na tradição modernista, assumida como expressão mais genuína da nossa cultura, introdutora de verdadeira ruptura do tecido

cultural, representante dos cânones mais avançados nos centros hegemônicos. (ARRUDA, 2004: 111)

Nas décadas de 1930 e 1940, período marcado pela produção de correntes explicativas da sociedade brasileira, Gilberto Freyre publicou *Casa Grande e Senzala*, Sérgio Buarque de Holanda, lançou *Raízes do Brasil* e Caio Prado Júnior publicou *Formação do Brasil Contemporâneo*, uma tentativa de romper com uma tradição e iluminar nossa realidade com a antropologia de Franz Boas, com o historicismo alemão e com a teoria de Marx, respectivamente. Aos "novos clássicos" da modernidade brasileira podem ser incorporados uma segunda geração de intelectuais, cujas publicações continham a palavra formação em seus títulos, como por exemplo, *Os Donos do Poder*, que tem como subtítulo Formação do patronato político brasileiro, de Raymundo Faoro, publicado em 1958, *Formação da Literatura Brasileira*, de Antonio Candido e *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, ambos publicados em 1959.

### **Celso Furtado, o notório economista brasileiro da Cepal.**

Celso Furtado foi uma das grandes figuras da vida política e intelectual do Brasil no século XX, além de o maior economista da corrente desenvolvimentista de inclinação nacionalista no país. Por outro lado, Furtado se preocupava, como intelectual e homem público, com a economia política brasileira. A contribuição particular de Celso Furtado no que ficou conhecido como teoria estruturalista da Cepal foi historicizar os processos, mostrando como foi estabelecida ao longo do tempo, a relação entre colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia. Enquanto a Cepal levou as últimas consequências a dicotomia centro-periferia, Furtado foi mais refinado ao estudar a experiência histórica brasileira, ao levar em consideração, as especificidades e vicissitudes da realidade do país, para propor um projeto de desenvolvimento socioeconômico mais alinhado e ajustado para o Brasil. O aporte furtadiano à teoria do subdesenvolvimento foi compreendê-lo não apenas como um atraso econômico, entre o não desenvolvido e o desenvolvido, mas uma criação específica do capitalismo na sua periferia, como parte de uma estrutura de dominação e fator de perpetuação.

“Em 1953 concluiu a *Economia brasileira*, que é uma análise estruturalista da história brasileira. Com alguns aperfeiçoamentos, subtrações e ampliações, o estudo transformou-se nos anos subsequentes no clássico *Formação Econômica do Brasil*, desde então

uma espécie de livro-texto obrigatório em todas as universidades brasileiras, e certamente a obra sobre economia brasileira mais lida no Brasil e no exterior” (BIELSCHOWSKY, 2001: 133)

O autor parte, em alguma medida, do paradigma “centro-periferia” e da “deterioração dos termos de intercâmbio” influenciado pelo ambiente intelectual da CEPAL no decênio de 1950. Contudo, esse referencial analítico serviu mais como base para a compreensão da materialidade econômica da condição subdesenvolvida e do movimento da economia global, do que para o entendimento das formas de sociabilidade que perpetuavam, nessas sociedades nacionais tão diferentes e recentes. Ao combinar aspectos da teoria keynesiana com transformações históricas do sistema centro-periferia, Furtado tornou-se referência para analisar os problemas estruturais comuns às economias latinas do continente americano, como por exemplo: déficits externos crônicos, desemprego, deterioração nos termos de troca nas relações de comércio e inflação.

Para Celso Furtado, a formulação de uma teoria do desenvolvimento econômico que apontasse caminhos para a adoção de políticas econômicas no Brasil e na América Latina, pressupunha uma nova formulação conceitual, abandonando a construção teórica da economia ao longo do século XIX. Portanto, as políticas econômicas formuladas tendo por base o instrumental clássico e neoclássico teriam pouca validade enquanto soluções para o problema do desenvolvimento econômico. Em sua concepção, as livres forças de mercado não teriam condições de avançar o processo de industrialização brasileira, sendo necessária a intervenção do Estado para viabilizar a criação de indústrias, ampliar a estrutura produtiva e, com isso, estimular a passagem da agricultura de subsistência para uma agricultura com maior produtividade, como forma de diminuir o custo real dos salários. Esse conjunto de medidas visava um aumento da produtividade social da economia e uma distribuição do excedente econômico para viabilizar os investimentos industriais, única forma de superar a tradição primário-exportadora da economia brasileira. Dessa forma, somente a elaboração de uma teoria econômica que incorporasse a realidade dos países periféricos seria capaz de explicar seus problemas e apontar soluções de política econômica baseadas na compreensão histórica dos países da América Latina.

A aventura furtadiana na história do pensamento econômico, permitiu identificar sua preocupação com o desenvolvimento econômico e os caminhos para sua implantação no Brasil. De fato, sua leitura, longe de ser didática, interroga os autores do passado com

uma problemática do presente, evidenciando que os dilemas contemporâneos exigiam uma solução diferente. Neste sentido, a leitura de Celso Furtado sobre o pensamento econômico brasileiro é parte da mesma preocupação de voltar ao passado colonial brasileiro para compreender as raízes do subdesenvolvimento no Brasil.

As contribuições de Furtado não estavam condicionadas apenas aos espaços acadêmicos e as discussões da Cepal, pois além de intelectual foi parte do governo de Juscelino Kubitschek entre 1957-1958, época de criação da Sudene (Superintendência para desenvolvimento do Nordeste), além de integrar o Ministério do Planejamento Nacional no governo de João Goulart, sua função como ministro foi liderar o grupo de economistas e demais cientistas sociais que esquematizaram, elaboraram e redigiram o Plano Trienal, tentativa de enfrentar os problemas da época como a inflação, o problema nos balanços de pagamentos e propostas de reformas de base, notadamente reforma agrária, fiscal e bancária.

O esforço em captar as especificidades de nossa sociedade, explicando como eram diferentes dos casos "clássicos", especialmente europeus e norte-americanos. Mas dentro do quadro maior, de estudos sobre o Brasil e a América Latina, Furtado se destacou de outros autores por ter sido um dos poucos a intervir diretamente na realidade, o que tanto seus interesses como experiência de vida permitiram. Portanto, era membro uma geração de intelectuais obstinados a estudar o subdesenvolvimento e as mazelas dos países latino-americanos.

### **Literatura como fonte histórica: contribuições de Antonio Candido.**

A relação entre a história, como conhecimento que representa o processo social do passado, e a literatura como uma forma de expressão artística da sociedade que possui uma historicidade determinada por diversos fatores e influências, mas como fonte documental para a produção de conhecimento histórico. As representações do mundo social são resultantes do entrelaçamento de aspectos individuais e coletivos, pois nenhuma produção literária é criada sem materialidade, pois o literato é parte de uma sociedade, com determinados valores culturais e com uma formação história específica, capaz de gerar em seus autores perguntas próprias e pertinentes com a realidade e com os problemas de sua época. Entretanto, ao utilizar a literatura como fonte história é necessário compreender o processo social do escritor, porém cabe ao historiador



questionar, descobrir e detalhar as condições de produção, as intenções e interpretações do autor, inserindo-os no contexto histórico.

No livro *Literatura e Sociedade*, Antonio Candido trouxe a discussão da influência concreta dos fatores sociais nas artes, especialmente na literatura. Segundo Candido, a função social independe da vontade ou da consciência dos autores e consumidores de literatura, portanto é originária da própria natureza da obra, da inserção no universo e de valores culturais, como demonstra abaixo:

A literatura é um sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a. A obra não é um produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito. São os dois termos que atuam um sobre o outro, e aos quais se junta o autor, termo inicial desse processo de circulação literária, para configurar a realidade da literatura atuando no tempo. O escritor, numa determinada sociedade, é não apenas o indivíduo capaz de exprimir a sua originalidade, mas alguém desempenhando um papel social, ocupando uma posição relativa ao seu grupo profissional e correspondendo a certas expectativas dos leitores (CANDIDO, 1967: 86).

No Brasil, o nacionalismo estava nos debates sobre a elaboração do conceito de “cultura brasileira”. No campo intelectual, as discussões estavam concentradas nas contradições culturais e na incorporação de novos elementos à cultura, medida alinhada com as tendências internacionais, legitimada pela crença no nacional-desenvolvimentismo. Na obra *História Geral do Brasil*, organizada por Maria Yedda Linhares, a historiadora Sônia Regina de Mendonça escreveu artigo em que demonstra a especificidade das relações culturais brasileiras entre as décadas de 1930 e 1960. Para Mendonça:

No momento em que a euforia desenvolvimentista apresentasse seus primeiros sinais de esgotamento, o engajamento político passaria a dominar a produção cultural e literária, conferindo-lhe a missão pedagógica de conscientização e organização das massas. E a reação não tardaria: 1964 inscrevia-se no horizonte (MENDONÇA *apud* LINHARES, 2000: 347).

A interrupção da via democrática representou a estagnação do amplo debate ideológico que acontecia no país entre as forças progressistas sobre projetos de nação para o Brasil. A situação latino-americana de subdesenvolvimento e fragilidade democrática, levou o governo dos EUA com receio de novos movimentos revolucionários no continente, seguindo o exemplo da Revolução Cubana, articular e participar ativamente

do processo que deflagrou golpes civis-militares nos países do Cone Sul, instaurando ditaduras posteriormente.

### **Galeano: o narrador das mazelas latino-americanas.**

A história dos países do século XX na América Latina precisa ser compreendida no contexto de atuação do imperialismo norte-americano. Apesar de apresentar uma nova roupagem, na sua essência mantém o caráter intervencionista e selvagem na corrida pela dominação das nações periféricas. A posição adotada por alguns governos locais, de superação frente às dependências econômicas historicamente construídas nesses países. No plano econômico, a América Latina era vista pelos EUA como região de “reserva econômica”, buscando mantê-la como consumidora de produtos manufaturados e colocando obstáculos técnicos ao processo de industrialização.

A América Latina vivenciou um processo de intensa efervescência política durante as décadas de 1960 e 1970. Eduardo Galeano teve a função de denunciar a exploração, com uma perspectiva mais literária, sem perder o rigor científico e com base em metáforas, figuras de linguagem e na realidade concreta. Apesar de sua obra-manifesto, “*As veias abertas da América Latina*”, datar do decênio de 1970, a crítica literária do autor esteve presente em toda sua produção, assim como a preocupação com a condição de subdesenvolvido e de dependência em relação aos países de capitalismo central. Como demonstra no trecho a seguir:

Segundo a voz de quem manda, os países do sul do mundo devem acreditar na *liberdade de comércio* (embora não exista), em *honrar a dívida* (embora seja desonrosa), em *atrair investimentos* (embora sejam indignos) e em *entrar no mundo* (embora pela porta de serviço). Entrar no mundo: o mundo é o mercado. O mercado mundial, onde se compram países. Nada de novo. A América Latina nasceu para obedecê-lo, quando o mercado mundial ainda não se chamava assim, e aos trancos e barrancos continuamos atados ao dever de obediência (GALEANO, 2016: 5).

Assim como outros escritores, realizou um processo de redemocratização através da escrita. O *boom* latino-americano entre os anos de 1960 e 1970 trouxe para a literatura universal um legado, o protagonismo de pessoas que não tinham domínio da própria vida, que também podemos chamar, parafraseando Galeano, de “nenhuns”.

“*O livro dos abraços*” é um livro de restrições, de sonhos desperdiçados, de liberdades, de tormentos, de política e de amor, além disso foi compilado nas andanças de Galeano como exiliado político, numa tentativa de congelar as memórias, é um livro

que nunca se esgota, pois é uma leitura de paciência e de reflexão. Consiste numa história alternativa da América Latina, pois nas palavras do autor, identidade e literatura são sempre a mais assombrosa síntese das contradições. Lançado em 1989 e composto por pequenos textos, entre os quais vale destacar dois, especificamente, mapa-múndi/1 e mapa-múndi/2, pois são extremamente críticos à lógica do subdesenvolvimento latino-americano, denunciam como as relações são diferentes no “centro” e na “periferia”, na parcela desenvolvida e subdesenvolvida estipulados pela divisão internacional.

#### Mapa-múndi / 1

O sistema: com uma das mãos rouba o que com a outra empresta.

Suas vítimas:

Quanto mais pagam, mais devem.

Quanto mais recebem, menos têm.

Quanto mais vendem, menos compram (GALEANO, 1991: 107).

#### Mapa-múndi / 2

Ao Sul, a repressão. Ao Norte, a depressão.

Não são poucos os intelectuais do Norte que se casam com as revoluções do Sul só pelo prazer de ficarem viúvos. Prestigiosamente choram, choram a cântaros, choram mares, a morte de cada ilusão; e nunca demoram muito para descobrir que o socialismo é o caminho mais longo para chegar do capitalismo ao capitalismo.

A moda do Norte, moda universal, celebra a arte neutra e aplaude a víbora que morde a própria cauda e acha que é saborosa. A cultura e a política se convertem em artigos de consumo. Os presidentes são eleitos pela televisão, com os sabonetes, e os poetas cumprem uma função decorativa. Não há maior magia que a magia dos mercados, nem heróis mais heróis que os banqueiros.

A democracia é um luxo do Norte. Ao Sul é permitido o espetáculo, que não é negado a ninguém. E ninguém se incomoda muito, afinal, que a política seja democrática, desde que a economia não o seja. Quando as cortinas se fecham no palco, uma vez que os votos foram depositados nas urnas, a realidade impõe a lei do mais forte, que é a lei do dinheiro. Assim determina a ordem natural das coisas. No Sul do mundo, ensina o sistema, a violência e a fome não pertencem à história, mas à natureza, e a justiça e liberdade foram condenadas a odiar-se entre si (GALEANO, 1991: 108)

Dessa forma, ao mesmo tempo em que os países latino-americanos lutavam para desprender-se da dependência econômica, social e cultural, construída estruturalmente a partir da sua formação histórica colonial, tinham que conduzir sua inserção econômica e

cultural internacionalmente. A CEPAL foi oriunda do contexto de insatisfação dos países da América Latina, por conta da exclusão da ajuda econômica do Plano Marshall e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais, resultante da falta de dólares para importar tecnologia, causada pelos anos de crise de exportações. Com sede no Chile, foi além de uma agência internacional, pois constitui uma matriz original de produção de conhecimento para o pensamento latino-americano, crítica ao modelo liberal e geradora de toda uma escola de economistas, além de atuar como produtora de literatura política, pois a literatura é a perfeição da linguagem, e por meio dela, é possível a perpetuação de discursos hegemônicos, utilizando o aparato do Estado em suprir as necessidades sociais, entretanto, as críticas sociais e os traços de denúncia, ruptura e quebra de hegemonia, para a proposta de projetos alternativos é sempre necessária. Portanto, o objetivo do artigo foi compreender a relação entre a produção literária de Eduardo Galeano e as contribuições para o debate econômico, realizadas por Celso Furtado, para sintetizar a discussão teórica sobre o subdesenvolvimento latino-americano.

### **Referências Bibliográficas**

ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. *Pensamento brasileiro e sociologia da cultura*. São Paulo: Revista Tempo Social, 2004.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Contraponto: Rio de Janeiro, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1967.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2009.

FURTADO, Celso. *Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975*. Rio de Janeiro: Contraponto e Centro Internacional Celso Furtado, 2008.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. L&PM: Porto Alegre, 2016.

GALEANO, Eduardo. *O livro dos abraços*. L&PM: Porto Alegre, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. Trad. de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Lisboa: Relógio D'água editores, 2010.

LINHARES, Maria Yedda. *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MALLORQUIN, Carlos. *Celso Furtado: um retrato intelectual*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. *Intérpretes do Brasil: clássicos rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo, 2014.

## AS MULHERES NOS RELATOS DE VIAGEM E NO PRIMEIRO MODERNISMO

Vanessa Callado<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo pretende investigar a representação da mulher no modernismo a partir da análise de uma cena de relato de viagem. O livro *Pequena Viagem ao Brasil* de Stefan Zweig faz a descrição da zona de prostituição do Rio de Janeiro, o Mangue. Partindo disso, trazemos outros autores e quadros que representam outras cenas de bordel para entender como era caracterizada a mulher nessa época e tentar compreender seu estatuto como “outro” do modernismo.

Palavras-chave: relato de viagem, mulher, alteridade, modernismo

**Abstract:** This article intends to comprehend the women representation on modernism from the analysis of a traveler’s tale. The book *Kleine Reise nach Brasilien* from Stefan Zweig describes Rio de Janeiro prostitution area, known as Mangue. Starting from it and bring other writers and images that picture another prostitution scenes, we try to understand how women wore portrait on this period and comprehend her status as “others” in modernism.

Key-words; travel tale, women, otherness, modernism

Relatos de viagem normalmente nos levam a terras desconhecidas e exóticas - exóticas pelo menos para a Europa - onde culturas distantes são apresentadas em um viés muitas vezes quase – ou mesmo - antropológico para satisfazer uma curiosidade de como vive esse “outro” tão apartado do “nós”. Os relatos de viagem, e as viagens de estudo, ficaram particularmente populares no cientificista século XIX, onde se acreditava que tudo poderia ser compreendido e classificado racionalmente e que a marcha da civilização, se seguida, levaria a todos o progresso, por isso um interesse pelo o que eles acreditavam estar nos estágios anteriores. O Brasil foi paragem de várias dessas expedições como ponto ainda exótico e incivilizado.

Podemos entender, portanto, que um dos interesses dos relatos de viagem é o estudo do “outro” e uma tentativa de compreender o desconhecido. Fica claro também que esse “outro” está em um estágio hierárquico – por muito tempo foi um estágio de evolução literalmente- diferente do “nós”. Então ele não precisa ser exatamente de outra cultura, mas deve ser não totalmente compreendido -misterioso, menos racional - e nessa

---

<sup>1</sup>Graduanda do curso de História da Arte da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Bolsista de Iniciação científica. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Berbara.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

leitura, inferior. E se o desconhecido estiver em algo bem próximo? E se o “outro” não for distante?

Esse artigo nasce da leitura do relato de viagem de Stefan Zweig feito em 1936 sobre uma visita ao Brasil, chamado Pequena Viagem ao Brasil e se concentra particularmente em uma cena, a descrição do “Mangue”, zona de prostituição da cidade. A partir da leitura de Zweig, nos vem como suporte teórico uma indagação de Hal Foster em *O inconsciente primitivo do modernismo ou pele branca, máscara negra*, feita sobre outra cena de bordel: o quadro *Les Femmes d'Alger*, partindo de uma afirmação de Picasso sobre o quadro ele se pergunta: se o modernismo não usaria a alteridade exatamente para se proteger do outro. Então nos perguntamos: Quem é o “outro” nessa imagem?



Pablo Picasso  
 Les Femmes d'Alger  
 Paris, Junho-Julho 1911  
 MoMA, Nova York.

Se pararmos para responder, aparentemente são as máscaras africanas. Mas pensando na afirmação de Picasso sobre o quadro citada pelo artigo de Hal Foster podemos analisar de maneira diferente:

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

Eles são contra tudo – contra a desconhecida ameaça dos espíritos... E eu também sou contra tudo. Eu também acredito que tudo é desconhecido, que tudo é um inimigo!

Mulheres, crianças...tudo! Eu entendi para que os Negros usavam suas esculturas...todos os fetiches...são armas. Para ajudar as pessoas a evitar cair sobre a influência dos espíritos novamente, para ajuda-las a se tornarem independentes. Espíritos, inconsciente...Eles são tudo a mesma coisa. Eu entendi porque era pintor.<sup>2</sup>(FOSTER, 1987: 181 e 182)

Voltando ao quadro e o analisando nos três níveis da descrição iconográfica de Panofsky, primeiro o que se vê: mulheres nuas usando máscaras em formas geométricas duras. Em seguida partindo para o nível cultural: Entendemos que é uma cena de bordel, portanto as mulheres estão oferecendo a realização de desejos e que as máscaras são fetiches de tribos africanas, isto é, objetos apotrópicos. Por último, indo para o nível mais profundo de interpretação e usando a afirmação de Picasso para isso, entende-se que os fetiches são objetos de proteção contra os espíritos que Picasso coloca também como o inconsciente, então são proteção contra as forças desconhecidas em nossas vidas e as do desejo, portanto elas estão ali como defesa às mulheres que representam essas forças misteriosas, apesar de serem ocidentais, elas são o “outro”, pois representam nossos desejos primitivos e por isso estão associadas as máscaras.

Stefan Zweig descreve o Brasil como a terra do futuro, um paraíso que contrastava profundamente com a Europa, envolta pelas obscuras teorias de eugenia dos nazistas. Como judeu, nada mais belo que esse país onde as diferentes etnias pareciam conviver em harmonia, como estrangeiro, ele não pode ver as linhas invisíveis das classes no Brasil. O escritor austríaco esteve no Brasil, pela primeira vez em 1936, sobre esse encontro escreveu *Pequena Viagem ao Brasil*. O livro se torna muito interessante como relato exatamente por essa lente positiva de homem desiludido com que a civilização europeia havia criado que ele lança principalmente sobre o Rio de Janeiro, há certamente o deslumbramento com a mais bela baía do mundo. Porém, algumas observações nesse relato amoroso sobressaem e até incomodam ao leitor contemporâneo, a reafirmação de nossa dita “democracia racial”, o olhar condescendente para com a pobreza de grande

---

<sup>2</sup>FOSTER, Hal. (1985) *Recordings. Art, Spectacle, Cultural Politics*. First edition. Second press. Seattle, Washington: Bay Press, 1987. Páginas 181 e 182. Tradução minha.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.



parcela da população, mas concentremo-nos, nessa análise, na descrição da cena do Mangue, famosa zona de prostituição da cidade.

Em duas décadas estarão transformadas ou destruídas – temo que também o “Mangue”, a famosa Yoshiwara do Rio de Janeiro, o mercado do amor noturno, que ultrapassa mil vezes os afamados quartiers de Marselha no que há de pitoresco. Aqui todas as raças se encontram, negros e japoneses e índios e franceses e brasileiros, apresentadas aos clientes – assustadoramente baratas - em vitrines iluminadas: em quase nenhum lugar podem-se ver milhares de destinos (pois por quais caminhos aquela russa e aquela provençal percorreram antes de terminar no Mangue?) condensados em um espaço tão estreito como esse, nesses mercados de amor coloridos, faiscentes, fantásticos e iluminados por estrelas ardentes, mercados que deveriam encantar qualquer pintor.<sup>3</sup> (ZWEIG, 2016: 23)

Ele a caracteriza como um quadro colorido e pitoresco, pela mistura de “raças” que ali se encontravam, se espanta por serem “assustadoramente baratas” e se pergunta como aqueles destinos diversos acabaram ali juntos, mas em um tom quase de aventura, esquecendo os possíveis sofrimentos ali concentrados. Ficamos nos perguntando que golpes do destino teriam levados tantas mulheres de lugares tão diferentes a tornarem-se prostitutas na cidade portuária do Rio de Janeiro. Isso não é problematizado pelo relato, a mistura de destinos é apenas fascinante, as mulheres em vitrines são parte do quadro. O mangue foi realmente muito representado por diversos artistas e era um foco de interesse para eles, porém em outras representações como Goeldi e Lasar Segall, as cenas são mais realistas e menos coloridas e o interesse parece ser em seu lado mais tenebroso.



Lasar Segall

1929

xilogravura

<sup>3</sup>ZWEIG, Stefan. (1936) Pequena viagem ao Brasil. Tradução: Petê Rissatti. Organização: Heike Muranyi. 1ª edição. Rio de Janeiro: Versal, 2016. Página 23.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

31.50 cm x 42.00 cm

Museu Lasar Segall - IPHAN/MinC (São Paulo)

Trazemos as fotografias de Marcel Gautherot para comparar outras visões do Brasil. Observando suas fotografias, como principal fotógrafo do movimento moderno carioca, parece haver na fantasia da arquitetura, além da fascinação pelo mar e pelas montanhas, a necessidade da figura feminina, como se a paisagem só estivesse completa com a vista livre, as plantas tropicais e uma estátua de mulher nua, isso está presente em diversas obras, além do MEC. É como se reproduzíssemos nossa imagem de paraíso tropical mesmo na modernização. O mar, a floresta, as mulheres são partes da natureza. Algo que se aproxima muito do relato de Zweig.

Mas no carnaval, pelas fotos de Gautherot, podemos observar o que Zweig deixou de ver, as diferenças de classes sociais no Rio de Janeiro. Afirma-se que só em sociedades altamente hierarquizadas como a brasileira seria necessário festas como o carnaval, para que as classes sociais possam ser invertidas por um dia e assim se expie a violência contida nela, os papéis podem ser trocados, homens podem se vestir de mulher para que no dia seguinte a ordem rígida volte a reinar em paz.

Zweig era fascinado por contar histórias femininas, principalmente de traições, desejando, de alguma forma, reescrever Madame Bovary de Flaubert, em Medo tenta fazer isso com um final alternativo ao normalmente desfecho trágico destinado, como castigo, as adúlteras na literatura. Amigo pessoal de Freud queria também entender a psique feminina. Freud teria dito que em 24 horas na vida de uma mulher, ele teria reproduzido na literatura uma rigorosa avaliação psicológica e que ele seria um “observador benevolente”.

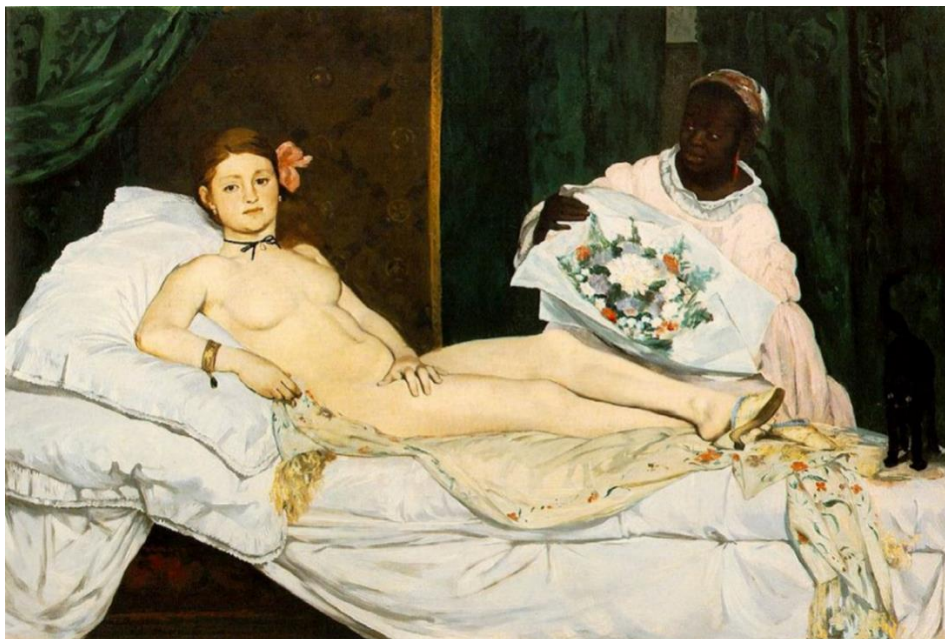
É interessante pensar que a ciência que de alguma forma definiu o século XX, a psicologia, nasceu da tentativa de compreender as mulheres, na verdade a histeria em algumas delas que sem causa aparente teria despertado nele a ideia de uma força oculta ou inconsciente. A mulher sempre foi ligada ao oculto por encarnar as forças do desejo e os mistérios da concepção, também na nova ciência era assim associada. As históricas pacientes de Charcot foram fotografadas pela a equipe fotográfica do Salpêtrière para estudo e para a validação da nova ciência.

Didi-Huberman em suas incursões pelo estudo da criação do conceito de histeria, se depara com a imagem abaixo, uma das histéricas de Charcot, em que a moça ao contar uma história parece representar ao mesmo tempo os dois papéis, o do homem e da mulher, tanto do que deseja quanto do objeto de desejo, em um gesto ambivalente de revelar e esconder. Uma imagem carregada de páthos, da dor e da emoção humana, a moça vive uma disjunção entre o afeto e a representação, está profundamente tomada pela emoção, mas não a compreende, a falta de empatia ao tentar entender sua dificuldade de verbalizar de maneira “adequada” a sua dor a coloca como louca.



Histérica paciente de Charcot

Em outra cena de prostituição, nos deparamos com o conceito de inquietante de Freud. Olympia olha diretamente para o espectador enquanto nua recebe flores. O quadro de Manet foi considerado imoral quando apresentado no Salão de Paris de 1865, apesar da nudez ser um tema comum em pintura. Mas algo realmente nos inquieta no quadro, algo talvez na naturalidade e no orgulho com que Olympia recebe as flores. No quadro o espectador é colocado no lugar do cliente, o que também ocorre no quadro de Picasso. Grande parte da comoção causada pelo quadro vem dele representar diante de mulheres de classe alta, frequentadoras do salão, um espaço interdito da masculinidade, o da troca comercial-sexual.



Edouard Manet (1832-1883)

Olympia

1863

Óleo sobre tela

130 cm x 190 cm

© RMN-Grand Palais (Musée d'Orsay) / Hervé Lewandowski

Freud define o inquietante analisando a origem da palavra alemã como aquilo que deveria permanecer oculto, mas se revela, na linguagem de sua teoria psicanalítica, o retorno do que foi reprimido. Observando esses quadros e seguindo a afirmação de Picasso parece ser esse o caso aqui, algo que torna muito visível desejos inconscientes e que ao mesmo tempo nos fascina e inquieta. “*Unheimlich* seria tudo que deveria permanecer secreto, oculto, mas apareceu.”<sup>4</sup> (FREUD, :338)

No quadro *Les Femmes d'Alger*, de 1907, as mulheres vestem máscaras africanas, Picasso teria afirmado que os símbolos estava ali para exorcizar o inconsciente e o desconhecido. Assim, as mulheres eram um “outro” identificado com o oculto. Quando pensamos em relatos de viagem, procuramos ver o encontro com o “outro”

---

<sup>4</sup>FREUD, Sigmund (1917-1920) Obras completas volume 14. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras. Página 338.

distante, como ele seria retratado. Mas será que a mulher, nessa época, não seria também um desses “outros”?

Griselda Pollock em seu artigo *A modernidade e os espaços de feminilidade* coloca que sim. Ela faz um interessante mapeamento das mulheres que podem ser representadas e em que locais elas se encontram, mostrando assim quais mulheres podiam ser olhadas e como esse ser olhada ou poder olhar a enquadra em determinada classe, caracterizando o olhar masculino como algo que classifica, categoriza e domina, explicitando que aquela que podia ser olhada publicamente, trabalhadoras de bares, bailarinas e prostitutas, também podiam em muitos casos ser possuídas e eram de uma classe social inferior ao homem.

É sem dúvida um facto inegável que muitos dos trabalhos canonizados como fundadores da arte moderna focam precisamente a área da sexualidade, sobretudo enquanto bem comercial. Poderíamos nos referir a inúmeras cenas de bordel, incluindo *As Meninas de Avinhão* de Picasso e até o sofá do artista. Estes encontros representados e imaginados ocorriam entre homens que tinham a liberdade de assumir os seus prazeres em vários espaços urbanos e mulheres de uma classe a eles subordinada, que tinham que trabalhar nesses locais, muitas vezes vendendo seu corpo a clientes e artistas. Indubitavelmente, estas trocas são estruturadas por relações de classes, que por sua vez são determinadas pelo género e pelas inerentes relações de poder.<sup>5</sup>(POLLOCK, 2011: 57)

Ela se questiona: “por que razão o território do modernismo é tão frequentemente uma forma de lidar com a sexualidade masculina e com os corpos das mulheres – porquê a nudez, o bordel, o bar? Qual a relação entre sexualidade, modernidade e modernismo?”<sup>6</sup>(POLLOCK, 2011: 57)

A resposta que dá é que o poder nessa época está intrinsecamente ligado a visibilidade a poder frequentar espaços públicos e a poder olhar. A divisão de poder entre os sexos é uma divisão entre o público e o privado, pesando no *flâneur*, figura mítica da modernidade, ela diz que há “uma oposição entre o lar, o domínio interior da

---

<sup>5</sup>MACEDO, Ana Gabriela, RAYNER, Francesca. (Organização) *Género, cultura visual e performance. Antologia crítica*. Traduções: Ana Maria Chaves, Joana Passos, Márcia Oliveira. Centro de estudos humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM) Edições Húmus, 2011. Página 57

<sup>6</sup> *Ibidem*. Página 57

personalidade conhecida e contida, e o exterior, o espaço da liberdade, onde é possível olhar sem ser visto ou até reconhecido no acto de olhar.”<sup>7</sup> (POLLOCK, 2011: 58)

Assim, o que é negado as mulheres é o poder de representação de si mesmas, elas são imagens sem materialidade definida, uma categoria vazia a ser preenchida como musa, esposa, prostituta. A delimitação público/privado era a delimitação virgem/prostituta. Às mulheres de classe alta da burguesia era negada tanto olhar quanto ser olhadas, sua feminilidade eraregulada pelas “relações de propriedade que legal e economicamente definem o casamento burguês”.<sup>8</sup> (POLLOCK, 2011: 65) Já às outras mulheres, a esfera do público é a que delimita sua classe. “Abaixo desta linha encontra-se o domínio dos corpos sexualizados e mercantilizados das mulheres, onde a natureza acaba e onde a classe, o capital e o poder masculino dominam.”<sup>9</sup>(POLLOCK, 2011: 66)

Por isso é tão importante estudar as representações visuais e imagéticas para compreender esse tipo de alteridade da mulher, já que era sobre a quem detinha esse poder de construção de que se trata.

Na verdade, a mulher é só um signo, uma ficção, uma configuração de significados e fantasias. A feminilidade não é a condição natural das pessoas do sexo feminino, é uma construção ideológica historicamente variável de significados correspondentes a um signo MULHER que é produzido por, e para, um outro grupo social cuja identidade e superioridade imaginada têm origem na produção do espectro desse fantástico Outro. MULHER é tanto um ídolo como nada mais que uma palavra.<sup>10</sup> (POLLOCK, 2011: 59)

### **Bibliografia:**

FOSTER, Hal. (1985) *Recodings. Art, Spectacle, Cultural Politics*. First edition. Second press. Seattle, Washington: Bay Press, 1987.

ZWEIG, Stefan. (1936) *Pequena viagem ao Brasil*. Tradução: Petê Rissatti. Organização: Heike Muranyi. 1ª edição. Rio de Janeiro: Versal, 2016.

---

<sup>7</sup> Ibidem. Página 58

<sup>8</sup> Ibidem. Página 65

<sup>9</sup> Ibidem. Página 66

<sup>10</sup>Ibidem. Página 59.

ZWEIG, Stefan. Três novelas femininas. Medo, carta de uma desconhecida, 24 horas na vida de uma mulher. Tradução: Adriana Lisboa e Raquel Abi-Sâmara. Organização: Alberto Dines. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

FREUD, Sigmund (1917-1920) Obras completas volume 14. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos”), Além do princípio do prazer e outros textos. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

MACEDO, Ana Gabriela, RAYNER, Francesca. (Organização) Género, cultura visual e performance. Antologia crítica. Traduções: Ana Maria Chaves, Joana Passos, Márcia Oliveira. Centro de estudos humanísticos da Universidade do Minho (CEHUM) Edições Húmus, 2011.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 06

### Ações para com o patrimônio: diálogos necessários

#### **Coordenadores:**

Carolina Vétère Neves Gonze Maia - Graduanda em Licenciatura em Artes Visuais/UFJF

Luiz Henrique Souza de Giacomo – Doutorando em História Social / USP

#### **Ementa:**

É dever do Estado brasileiro cuidar de seu patrimônio. No entanto, apenas com uma sociedade civil atenta ao que vem sendo desenvolvido no campo patrimonial, seja nas instituições que possuem esse fim (bibliotecas, arquivos e museus) – mas não apenas elas

–, seja em pesquisas acadêmicas, que poderemos ajudar e cobrar do poder público efetivas ações patrimoniais. Estamos numa época em que também é cobrada dos cidadãos a participação nas ações cotidianas, como meio de ação política, para que tenhamos, também, como exigir de nossos políticos sua parte. Apenas por meio de uma ação conjunta que poderemos tornar, principalmente na área do patrimônio histórico e artístico, a realidade de descaso – que configura grande parte do cenário nacional nesse âmbito – em ações de preservação e valorização do nosso passado e de seus vestígios.

Aproveitar o espaço de um evento acadêmico na área de História é essencial por pensarmos que, numa região em que não há cursos específicos de Conservação e Restauro, Biblioteconomia, Museologia e Arquivologia, as funções desempenhadas pelos profissionais dessas áreas recairão sobre historiadores, o que já ocorre em alguns casos. Assim, damos a possibilidade que futuros profissionais possam já conhecer o panorama do que vem sendo desenvolvido na região no campo patrimonial e, a partir da troca de experiências, estabelecer uma rede de contatos e conhecimento, mas, sobretudo, fortalecer as diversas atitudes desenvolvidas. Apenas a partir da divulgação daquilo que vem sendo realizado é que se podem ser efetuados diálogos.

Outra questão que também nos motiva para essa proposta é a educação patrimonial. Cabe, muitas vezes, aos professores de História a árdua tarefa de conscientizar seus alunos sobre o nosso patrimônio histórico e artístico, por meio de suas aulas e de atividades para além do espaço escolar. Desse modo, esse momento de diálogo é importante para que os futuros professores possam, inclusive, conhecer as instituições, os profissionais, os espaços físicos de trabalho (como os laboratórios de



conservação, espaços potenciais para a troca das primeiras informações sobre cuidados básicos ao se manusear um bem patrimonial, destacando as possíveis degradações e como evitá-las) e os acervos existentes, para, em seguida, quando estiverem exercendo a docência, contribuir, por meio de aulas de educação patrimonial, com o fortalecimento do campo junto à sociedade civil.

Todos devemos nos aproximar e unir, estabelecendo diálogos, pois assim estaremos, mesmo que de modo ainda inicial, fortalecendo o campo patrimonial. É preciso que canais para diálogo e troca de experiências entre profissionais, pesquisadores e estudantes sejam estabelecidos, justamente a proposta de nosso Simpósio Temático.

Nosso foco são trabalhos que abordem atividades com o patrimônio que vêm sendo realizados sejam elas em bibliotecas, arquivos, museus, centros de informação, fundações culturais, grupos de pesquisa ou pesquisas acadêmicas (graduação e pós-graduação). Queremos permitir o diálogo entre profissionais, pesquisadores e estudantes para que possam ser conhecidas as atividades que vêm sendo desenvolvidas. Assim, nos interessam: atividades técnicas com o tratamento documental; ações de restauração e conservação; ações educativas; pesquisas sobre a história patrimonial ou de metodologias relacionadas; entre outras.

## NA LINHA DO TREM: UMA ANÁLISE DA LOCOMOTIVA NO MUSEU FERROVIÁRIO DE JUIZ DE FORA

Beatriz Sales Dias<sup>1</sup>

Renata Rezende Marcon<sup>2</sup>

Resumo: Este trabalho procura compreender os diferentes significados que um mesmo objeto pode adquirir, a partir do local onde está disposto, em relação com o momento histórico de sua exposição. Foi escolhido como objeto de reflexão, para tanto, uma miniatura de locomotiva que hoje faz parte do acervo do Museu Ferroviário de Juiz de Fora. Pela extensão deste texto, discute-se a importância deste objeto para a trajetória da cidade, principalmente quando ao considerar-se a importância da malha ferroviária para a história pessoal dos habitantes e para o desenvolvimento da cidade.

Palavra-chave: locomotiva; malha ferroviária; Juiz de Fora.

## RIGHT ON TRACK: AN ANALYSIS OF THE LOCOMOTIVE IN THE MUSEU FERROVIÁRIO DE JUIZ DE FORA

Abstract: In this essay we reflect on the various meanings a single object can have, when placed in different locations through a number of historical periods. In order to accomplish this, we selected a miniature of a locomotive, which is now part of the archive of the Museu Ferroviário de Juiz de Fora. Throughout this work, we discuss the importance of this object on the history of the city, especially considering how significant this rail network was to the lives of the people who lived here and the development of the city.

Keywords: locomotive; rail network; Juiz de Fora.

### *1. Introdução*

Existem inúmeras maneiras de se ler um museu, e isso depende, principalmente, de qual museu estamos visitando. Onde ele se localiza? O que ele expõe? Qual é o público para o qual ele se direciona? Ele é frequentado por apenas esse público ou se esforça para atender a todas as pessoas? Essas são questões que surgem quando pensamos nos significados que cada museu adquire em sua busca por um sentido.

---

<sup>1</sup> Graduanda de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF.) Email: tiz.sales@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF.) Email: marconrenata@outlook.com

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

Um museu de arte não possui a mesma dimensão que um museu de história. Cada um destes clama por um público diferenciado, e se organiza de modo a recebe-lo. Seu acervo, sua disposição, sua localização no espaço urbano em que se encontra, seu horário de funcionamento são fatores que demonstram o resultado dessas escolhas, e influenciam na acessibilidade que ele terá e no significado que irá adquirir para as pessoas que convivem com ele — seja em relação de proximidade ou de afastamento.

Ao trazer essa ideia para nossa realidade mais imediata, podemos perceber que Juiz de Fora é uma cidade rica em museus e memoriais. Temos centros de memória que se dispõem a discutir uma infinidade de temas e períodos pelos quais nossa cidade atravessou. Temos o famoso Museu Mariano Procópio, em que estão em disposição peças que remontam ao período imperial, até o Memorial da República Itamar Franco ou o pequeno “Museu da FEB”. No entanto, esses espaços não são utilizados da forma como merecem.

Se é um fato que museus brasileiros têm permanecido ao longo de décadas ignorados por grande parte da população, temos que admitir que esta população pouca ou nenhuma participação tem tido na produção dos discursos lá existentes. (Sepúlveda dos Santos, 2002)

Entendemos que é necessário, como historiadores de Juiz de Fora, aprender a valorizar nossos espaços de memória, valorizar a cidade onde vivemos e tudo o que ela tem para nos contar. Temos muitos museus que sequer são lembrados, seja pelas escolas, pela Universidade ou pela população local, e acreditamos que devemos utilizar nosso lugar de historiadores em formação para redirecionar os olhares a esses espaços.

Pensando assim, decidimos trabalhar um objeto do Museu Ferroviário de Juiz de Fora. Devido à uma trajetória que já vem sendo traçada em nossa caminhada acadêmica, bem como uma relação pessoal, escolhemos este local para ser o foco de nosso presente estudo. No entanto, faremos o uso de uma lupa, utilizando como objeto de observação a miniatura de uma locomotiva que faz parte do acervo deste museu. Este objeto, como percebemos ao longo de nossas pesquisas, acabou por se tornar também um disparador de significados para os diferentes públicos que visitam o Museu Ferroviário.

## 2. *O Objeto*

O nosso objeto é, portanto, uma miniatura da locomotiva à vapor número 322 da Estrada de Ferro Central do Brasil<sup>3</sup>, feita por Reinaldo Justo Guimarães, antigo mestre de oficina de Cachoeira Paulista, no período de 1922 a 1940. A miniatura é composta por um tender pintado de preto com a inscrição “CENTRAL” na cor branca e a máquina é formada por um vagão vermelho onde está a inscrição “322” e peças douradas, todas as peças foram pintadas à mão, a peça possui 52 centímetros de altura, 46 de largura e 2,13 de profundidade. Havia, na oficina em que foi produzida, uma pequena linha férrea por onde esta máquina circulava, seu autor conseguiu nacionalizar o sistema de freios e o injetor, semelhantes aos importados<sup>4</sup>. Hoje, este objeto apresenta-se em excelente estado de conservação e com repintura.



Peça na redoma de vidro, no Museu Ferroviário. Fonte: Arquivo DIPAC

### 3. *Trajétória*

Pelo que sabemos a partir da ficha catalográfica desta peça e através de entrevistas com Luiz Fernando Priamo — atual diretor do Museu Ferroviário — e Aloisio Nunes Castro — coordenador do projeto de revitalização do Museu Ferroviário — conseguimos traçar a trajetória desta miniatura desde sua realização até o seu estabelecimento no museu.

Sabemos que a peça foi construída entre 1922 e 1940 numa oficina em Cachoeira Paulista, mas não sabemos maiores informações sobre esta oficina, apenas que havia uma pequena linha férrea por onde circulava a miniatura. Entre 1940 e 1978, em algum

<sup>3</sup> Em nossas pesquisas não conseguimos nenhuma informação ou imagens desta locomotiva original.

<sup>4</sup> Todas essas informações foram retiradas da ficha catalográfica da peça feita pelo Museu Ferroviário de Juiz de Fora.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

momento, a miniatura foi para o Distrito de Transportes na cidade de São Paulo e lá ficou por algum tempo, não sabemos como e nem por quê.

Em 1978 a miniatura da locomotiva é transferida para enfeitar o gabinete da Superintendência Regional de Juiz de Fora da Rede Ferroviária Federal S.A., conhecida como SR 3. Essa superintendência foi instalada aqui na cidade tendo em vista sua localização privilegiada no eixo de transportes de minérios e passageiros entre Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

A miniatura permanece no gabinete da SR 3 até 1985, quando é transferida para o recém fundado Núcleo Histórico Ferroviário, instaurado na antiga sede da Estrada de Ferro Leopoldina. O Núcleo foi criado para preservar a memória da ferrovia em Juiz de Fora e era de responsabilidade da RFFSA. No térreo, foram ambientadas as salas de exposição do acervo ferroviário, enquanto no pavimento superior foram instalados o Centro de Documentação, a Sala de Exposição Temporária, a Galeria de Arte e a Administração do Núcleo. A miniatura foi colocada no centro da Sala História da Ferrovia.

Em 1999, por meio de um convênio celebrado entre a Rede Ferroviária Federal S.A. e a Prefeitura de Juiz de Fora, a Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage — FUNALFA — assumiu a administração do espaço, que passou a se chamar Museu Ferroviário de Juiz de Fora. As diretrizes implantadas visaram a dinamização das ações de natureza turístico-cultural e educacional, particularmente aquelas relacionadas com a preservação, valorização e difusão do patrimônio, da memória e das tradições ferroviárias.

O prédio do Museu Ferroviário passou por novas intervenções e o acervo foi reorganizado e disposto de forma didática, mesmo com essa reorganização, a miniatura da locomotiva permaneceu no centro da Sala História da Ferrovia. Em agosto de 2003, depois do processo de revitalização e modernização, o Museu Ferroviário foi aberto ao público.

#### *4. Dimensões Significativas*

Objetos, sejam eles da natureza que forem, têm a capacidade de remeter seu observador a memórias de tempos passados, a concepções formadas durante sua vida, à novos aprendizados e ideias. Se este objeto do qual tratamos se encontra dentro de um

espaço exclusivamente dedicado à conservação da memória, então essa habilidade cresce exponencialmente.

Durante nossa pesquisa, percebemos que nosso objeto de estudo, a miniatura da locomotiva, se encontrava em local-chave da exposição do Museu. Ali, no centro da primeira sala que visitamos, ele cativa a atenção do visitante e, assim, começa o seu trabalho como um disparador de aprendizado.

Qualquer pessoa que visite o Museu pode perceber como a miniatura é bonita, esteticamente, e pode imaginar o que ela representa ali naquele espaço. Apesar de informações estarem colocadas por todo o Museu, é esse objeto que adquire e fornece significado naquele local em que foi colocado.

Ao longo de sua trajetória, essa miniatura já possuiu diversos significados, tendo sido tratada como um objeto de caráter ilustrativo e, posteriormente, como de memória. Essas dimensões relacionam-se, diretamente, com as relações humanas que foram estabelecidas com o objeto ao longo de sua existência, desde a Oficina em São Paulo até ser estabelecido no Museu Ferroviário em Juiz de Fora.

#### *4.1. O Objeto como ilustração*

Neste tópico, abordamos os momentos em que a miniatura representou uma figura ilustrativa nos espaços em que estava alocada. Nesses lugares, ela ainda não havia adquirido fazia parte de um projeto que a tornasse um objeto de dimensão histórica, possuidor de uma memória coletiva.

Por muitos anos, a miniatura fez parte da oficina onde foi construída, em São Paulo. Possuía um trilho específico, onde passava os dias rodando. Não sabemos exatamente quando ela foi criada, mas em algum momento entre 1922 e 1940, começou a fazer parte da decoração daquela oficina, até seguir para o Gabinete da Superintendência Regional de Juiz de Fora (RFFSA), em 1978.

Até então, era tratada como um objeto de grande orgulho para o mestre que a fez e se apresentava, exposta naquele espaço, como um tipo de brinquedo para os demais funcionários.

Em um segundo momento, quando o objeto seguiu para Juiz de Fora, a miniatura não mais funcionava em seu trilho. Agora, era um objeto decorativo exibido neste Gabinete. Interpretamos a decisão de trazer esse objeto para a cidade como uma tentativa

de legitimizar a função do superintendente nesse novo espaço. Era interessante ter uma peça original e rara como essa decorando esse novo escritório, fundado há tão pouco tempo, que marcava a volta de Juiz de Fora para a malha ferroviária.

#### 4.2. *O Objeto como memória*

Em 1985, com a fundação do Núcleo Ferroviário de Juiz de Fora, a miniatura deixou Gabinete para fazer parte do acervo deste novo espaço de memória. Agora, nosso objeto adquire uma dimensão histórica e se torna parte de um projeto de rememoração e conservação do passado. Não é mais, apenas, uma figura decorativa.

No entanto, é preciso considerar que o Núcleo não possuía, ainda um projeto de socialização da memória, o que limitava esse caráter histórico ao interesse de profissionais ligados à essa corrente, como engenheiros e antigos trabalhadores da ferrovia. A miniatura representava um passava um encantamento a quem trabalhava com isso, ao ver uma representação pequena daquilo que fazia parte de sua profissão, mas perdia sentido frente a todo o resto da população da cidade que nunca havia tido contato com aquilo a que o objeto remetia, ou simplesmente não guardava essa relação pessoal de carinho ou saudade.

Quando, em 2003, esse espaço reabriu não mais como um Núcleo Histórico, mas como um Museu, estava atrelado a um projeto de cunho mais social, que buscava atrair o juiz-forano à esse espaço, em busca da história de sua cidade. Atualmente, a organização do Museu busca trazer juiz-foranos de todas as idades ao seu espaço, com o projeto de resgatar a memória da cidade atrelada a ferrovia, que foi tão importante para a construção de nossa cidade e ainda se encontra, viva, por nossas ruas.

A miniatura da locomotiva, dentro desse espaço, adquire diferentes significados, que variam de acordo com qual público a visita. Percebemos três principais dimensões significativas que esse objeto adquire: um lugar de rememoração, para os visitantes mais idosos; a construção de uma aprendizagem sobre a ferrovia na cidade, principalmente para o público mais jovem; e estabelece uma relação com o presente, através da locomotiva em tamanho real e o espaço urbano que envolve o Museu.

Para as pessoas que viveram a época em que a ferrovia ainda funcionava, na cidade, como um meio de transporte comum para passageiros e tem grande parte de sua vida pautada por esse tipo de transporte, a inserção dessa miniatura numa sala em que se pretende contar a história da ferrovia diz muito de algo que não existe mais, mas que está

condensado ali, dentro daquela redoma de vidro em que a peça se encontra. Possui uma dimensão de memória pessoal, de saudade e rememoração do passado.

Para o público mais jovem, que não utilizou o transporte ferroviário e que o vê hoje servindo apenas como transporte de carga, essa miniatura ajuda a construir uma concepção do que a ferrovia significou para a cidade onde vivem. Através de um objeto pequeno, controlado, podem ter a oportunidade de compreender uma parte da história de sua cidade.

Por outro lado, esse objeto consegue ir além do que representa, estando ainda fechado dentro do Museu, ao ser remetido à outras partes da história que se mostram dentro e fora do Museu, e aparecem na narrativa que o próprio Museu fornece aos seus visitantes, quando escolhem uma visita guiada.

Na área exterior do Museu, existe uma locomotiva real, que agora está parada, servindo como peça do acervo. Essas duas peças são diretamente relacionadas, não só visualmente mas também com a ajuda da narrativa trazida pelo Museu. A miniatura remete à locomotiva, que juntas se aproveitam da localização do Museu para dar significado àquele lugar de memória.

Estando o Museu colocado em contato direto com a antiga linha de trem e bastante próximo a atual, bem como à Praça da Estação, todos esses fatores conseguem trazer o discurso do Museu para um lugar cotidiano e em contato com a realidade dos jovens visitantes. Essa relação entre objeto e espaço transforma uma característica de distância da peça, que seria apenas mais uma “peça de Museu” – para os olhares desinteressados – e, portanto, distante de qualquer significado tangível, e a coloca como parte fundamental da história da cidade e da vida dos juiz-foranos, mostrando que essa história ainda é viva na cidade e pode ser experimentada nos espaços urbanos comuns aos moradores.

##### 5. *Perspectivas*

Através da análise da trajetória do objeto, bem como dos diferentes significados que ele possuiu ao longo do tempo e dos espaços que ocupou, podemos compreender que ele também, por si mesmo, conta a história da cidade e faz parte dela.

Em conjunto com a sala na qual se encontra e pelos motivos já apresentados anteriormente, além de sua posição de destaque na sala, a miniatura da locomotiva conta uma história da ferrovia nacional a partir de suas potencialidades interpretativas.



Por outro lado, em sua trajetória, ela mesma é parte da história da ferrovia no Brasil e, mais especificamente, em Juiz de Fora. Passou por momentos e lugares de instalação de novas linhas ferroviárias e fim de outras, por onde testemunhou mudanças na função e utilização dos trens e tantas alterações que essas mudanças trouxeram para o espaço urbano. Desta forma, portanto, criou uma ligação direta com as fases da ferrovia na cidade e tudo o que ela significou para este espaço, estando diretamente ligada à essa história.

## 6. *Considerações Finais*

A escolha que fizemos de analisar uma miniatura de locomotiva não foi aleatória. O Museu Ferroviário, acervo de que ela faz parte, é responsável por abrigar parte importante da história de nossa cidade e, no entanto, raramente é lembrado pela Academia. Nós acreditamos que precisamos colocar o espaço que temos, de produção de pesquisas, a serviço do lugar onde vivemos e trabalhar para a divulgação desses espaços.

Este trabalho pretendeu, então, não apenas trazer atenção à esse local, mas também realizar uma reflexão sobre a miniatura da locomotiva que faz parte dele e ocupa lugar de destaque em sua exposição.

Apresentamos discussões sobre as dimensões que ela possui nos diferentes momentos e locais onde foi exibida, e o que ela significa quando colocada em relação direta com a cidade. Procuramos expor as diferentes dimensões significativas, potencialidades interpretativas e perspectivas sobre o objeto. Percebemos como uma única peça pode se transformar completamente, dependendo do espaço que está localizada e dos olhares que as pessoas direcionam a ela.

Através deste texto, portanto, compreendemos como um simples objeto se constrói carregado de significados sobre a história e a memória da ferrovia no Brasil e em Juiz de Fora, e como esses significados podem se desdobrar na vida e no cotidiano de quem se permite fazer parte dessa trajetória.

## 7. *Fontes*

Entrevista com o atual diretor do Museu Ferroviário, Luiz Fernando Priamo.

Entrevista com o coordenador do projeto de revitalização do Museu Ferroviário, Aloisio Nunes Castro.

Cartilha de divulgação do antigo Núcleo Histórico Ferroviário (1986).

## 8. *Bibliografia*

LEITE, Maria Isabel. Crianças, velhos e museu: memória e descoberta. **Cad. CEDES**, Campinas, v. 26, n. 68, p. 74-85, Apr. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622006000100006&lng=en &nrm=iso)

32622006000100006&lng=en &nrm=iso>. Acesso em: 7 de junho de 2018

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico”. Debate (continuação). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, São Paulo, n.3, p. 103-126, 1995

NORA, Pierre; AUN KHOURY, Tradução: Yara. ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 10, out. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. A história nos objetos. In: RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: O museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004. p. 19-30

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. POLÍTICAS DA MEMÓRIA NA CRIAÇÃO DOS MUSEUS BRASILEIROS. **Cadernos de Sociomuseologia**, [S.l.], v. 19, n. 19, junho 2009. Disponível em:

<<http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/369>>.

Acesso em: 8 june 2018.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. A memória em questão: uma perspectiva histórico-cultural. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 21, n. 71, p. 166-193. Julho 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200008&lng=en&nrm=iso)

73302000000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 de junho de 2018.

## TRAJETÓRIA E MEMÓRIA: LEVANTAMENTO DAS OBRAS DE ÂNGELO BIGI

Carolina Vétère Neves Gonze Maia<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este trabalho tem por objetivo realizar uma primeira busca das obras do artista Ângelo Bigi, a fim de que, a longo prazo, seja possível catalogar toda sua produção de forma cronológica e incluindo as pinturas parietais, de cavalete, caricaturas e ilustrações. É um trabalho inicial pois há uma fartura de materiais que necessitam de maior aprofundamento e catalogação, sobretudo por estarem dispersas e algumas sem qualquer registro fotográfico.

**Palavras chave:** Ângelo Bigi; Artista; Pintura; Patrimônio; Cidade.

## TRAJECTORY AND MEMORY: COLLECTION OF THE WORKS OF ÂNGELO BIGI

### **Abstract:**

This article intends to make a first search of the works of the artist Ângelo Bigi, so that in the long term it is possible to catalog all his works chronologically and including mural paintings, easel paintings, caricatures and illustrations. It is an initial work because at the beginning of the investigation I came across a wealth of materials that need more time and locomotion to be reached, because they are in different cities and do not have photographic records on the internet.

**Keywords:** Ângelo Bigi; Artist; Painting; Patrimony; City.

### **Introdução.**

Nascido em Roma no ano de 1887, Ângelo Bigi foi aluno da Escola de Belas Artes de Roma, iniciando logo cedo sua instrução no mundo das artes plásticas. Ele se muda para o Brasil em 1907, aos 20 anos e já tem seu primeiro estudo no país frequentando o Curso Livre de Paisagem onde teve aula com o professor João Batista da Costa, pintor, ilustrador, desenhista e professor da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Participou de Salões e Exposições de Arte em diversas cidades, recebendo Menção Honrosa de Primeiro Grau na Exposição Geral de Belas Artes de 1922 no Rio de Janeiro

---

<sup>1</sup> Graduanda em Licenciatura em Artes Visuais pelo Instituto de Artes e Design da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Contado: carolina.vetere94@gmail.com

e Medalha de Bronze na mesma Exposição em 1924.

Fixou residência em Juiz de Fora, casando-se com uma imigrante também italiana, se aproximando da comunidade italiana, e assim, mantendo contato com suas origens. Nesta cidade realizou inúmeros trabalhos, sendo a maioria pinturas murais/parietais em teatros, igrejas e residências particulares. Pelas datas que possuo, seu primeiro trabalho foi a Associação Comercial do ano de 1919, logo após as pinturas do Cine-Theatro Central de 1929, considerado seu trabalho mais majestoso, e patrimônio de maior prestígio na cidade.

Citado muitas vezes em revistas, artigos e outros, como um dos artistas mais influentes do século XX na região Minas Gerais – Rio de Janeiro, Ângelo, além de ter assumido maior parte das ornamentações dos edifícios da Companhia Pantaleone Arcuri, produz vasto e rico material de pintura de cavalete, sendo premiado em exposições no Rio de Janeiro. Também em Juiz de Fora, é um dos principais fundadores da Associação de Belas Artes Antônio Parreiras, grupo de artistas locais que buscava reunir artistas da região para aperfeiçoar e difundir as artes plásticas na época, proporcionando o ensino das artes plásticas e promovendo exposições.

Falece em 1953.

### **Parietais.**

Para iniciar a fala sobre suas pinturas parietais, não poderia começar por outra obra que não fosse o Cine-Theatro Central - mesmo saindo da ordem cronológica - patrimônio tombado da cidade de Juiz de Fora e considerado um dos mais importantes e atraentes desde a época de sua inauguração (1929), devido à beleza e grandiosidade de sua estrutura. Parceiro dos irmãos Arcuri, da Companhia Pantaleone Arcuri - encarregados da construção do Cine-Theatro Central -, Ângelo Bigi foi o artista responsável por realizar a decoração ornamental das paredes de diversas construções da empresa. As pinturas dessa construção me motivaram a iniciar este trabalho por em 2014 ter integrado a equipe de Conservação e Restauro que executou a preservação - para manter o bom estado de conservação das pinturas e estrutura - da grande restauração realizada em 1996 onde foram descobertas numerosas pinturas do artista no foyer do hall de entrada (Imagem 1), que estavam encobertas por grossas camadas de tinta, tendo sido recuperadas as pinturas do teto que estavam descolando e muito degradadas (Imagem 2 e 3), o que devolveu ao teatro e à cidade a beleza desse valioso bem.

Em Juiz de Fora sabemos de seus murais na Associação Comercial (1919) que

anteriormente era sede da Companhia Pantaleone Arcuri, no Cine-Theatro Central (1929), no Museu de Crédito Real (1931), – todos construídos pelos irmãos Arcuri -, algumas obras na residência dos Arcuri não assinadas - a capela mortuária dos Arcuri e a residência da Família Ciamp.

Distribuídas pelo estado de Minas Gerais sabemos também - ainda sem data e fotografias – que há pinturas suas em Belo Horizonte, na Capela Palácio Cristo rei e no Cine Brasil, que estão encobertas por camadas de tinta. Também o Grande Hotel de Barbacena, Igrejas Matriz de Matias Barbosa e de Manhuaçu.



Imagem 1: Foyer do hall de entrada. Fonte: Cine – Theatro Central/Alexandre Dornelas

2



Imagem 2: Teto. Fonte: Cine – Theatro Central/Alexandre Dornelas



Imagem 3: Restauração de 1996 da pintura do teto. Fonte: Arquivo Cine – Theatro Central.

### **Cavalete.**

Sua produção de pinturas de cavaletes é muito extensa, sendo assim até difícil de saber se temos conhecimentos de todas elas. Parte de suas obras foi diluída entre seus familiares, tornando desse modo muito improvável que tudo seja reunido.

A primeira data que tenho conhecimento de sua criação de pinturas de cavalete é uma obra classificada como retrato no acervo virtual do Museu Mariano Procópio datada de 1905, mas sem imagem, apenas as informações técnicas da pintura, o que me leva a pensar que possa ser uma obra trazida por ele ou por outra pessoa da Itália, pois Ângelo só chega ao Brasil em 1907. No decorrer dos anos já no nosso país, seus trabalhos de pintura percorreram por retratos e paisagens, mas principalmente paisagens, o que pode ser influência do seu professor João Batista da Costa, que foi um dos maiores pintores paisagistas brasileiros.

As paisagens de Bigi, por muitas vezes retratam regiões de Minas Gerais, é provável que seja por ter residido durante maior parte de sua vida no Brasil neste estado, apesar da maioria encontrada não estar datada, impossibilitando criar uma cronologia correta de suas obras. Das pinturas disponíveis no acervo virtual do Museu Mariano Procópio - que possuem imagem -, são paisagens uma sem data e outra datada de 1936. A que não possui data é uma obra sua muito conhecida, titulada de Casa dos Contos Ouro Preto (Imagem 4), que auxilia em muito a percepção das mudanças espaciais sofridas na cidade histórica de Ouro Preto. Em uma exposição sobre o artista na Biblioteca de Benfica foram expostas um retrato de 1949 e uma paisagem de 1951, pertencentes á coleção de Eliete Loredó.



Sua última obra (imagem 5), que está localizada na reserva técnica do Museu Mariano Procópio, retrata os membros da Associação de Belas Artes Antônio Parreiras, a qual Ângelo ajudou a fundar. A pintura está inacabada e não possui título, e é datada de 1952, ano anterior a seu falecimento.



Imagem 4: Ângelo Bigi. Casa dos Contos Ouro Preto s/d Óleo sobre tela.

Fonte: Museu Mariano Procópio.



Imagem 5: Ângelo Bigi. Sem título (1952) Óleo sobre tela.

Fonte: Museu Mariano Procópio.

### **Caricaturas e Ilustrações.**

Há ainda poucos registros da atuação de Ângelo Bigi como ilustrador, sendo seu trabalho de ilustração de fato conhecido, o livro de Gilberto de Alencar – Cidade do Sonho e da Melancolia.

Com traço “seguro e cruel”, de acordo com a crítica, Ângelo elaborou caricaturas para jornais e revistas de sua época, que estiveram à mostra na exposição itinerante “A expressão artística de Ângelo Bigi”, mas sem o catálogo da exposição, ainda não tenho informações de quais seriam os jornais e revistas que o artista ilustrou para realizar uma investigação mais meticulosa.

### **Exposições.**

O primeiro registro encontrado de participação de Ângelo Bigi em exposições se dá na Exposição Geral de Belas Artes de 1922 no Rio de Janeiro, na qual recebe Menção Honrosa de Primeiro Grau, juntamente com Candido Portinari. Na exposição também se encontravam Anita Malfati – importante artista do Modernismo brasileiro - e Batista da Costa, que fora seu professor, entre outros artistas. Da mesma forma, foi premiado na Exposição Geral de Belas Artes de 1924 no Rio de Janeiro, sendo contemplado com a Medalha de Bronze. Dessas exposições não há informações de com quais obras Ângelo recebeu estas premiações. Na Exposição Geral de Belas Artes de 1925, ele participou, mas não foi premiado.

Após seu falecimento, suas obras integraram algumas exposições como: “Artistas de Juiz de Fora” em 1978 no Rio de Janeiro, RJ, estando presentes também obras dos artistas juizforanos, Arlindo Daibert, Carlos Bracher, Dnar Rocha e Heitor de Alencar – um dos membros fundadores da Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras -, entre outros. Exposição: O Modernismo em Minas: o Salão de 1936 (1986 em Belo Horizonte, MG) e a Exposição: Emergência do Modernismo 1996 em Belo Horizonte, MG. Em Juiz de Fora a exposição itinerante organizada pela Funalfa, “A expressão artística de Ângelo Bigi”, circulou por diversos pontos da cidade, como a Biblioteca de Benfica e o Espaço Alternativo do Centro Cultural Bernardo Mascarenhas (CCBM), entre 2009 e 2010, com banners e painéis com algumas obras do artista e fotos pessoais. Por fim, a exposição: “Bigi: Homem da Itália, Artista do Brasil”, idealizada pelo historiador Dornevilly Nóbrega e realizada no Museu de Arte Moderna Murilo Mendes (MAMM) em 2014, priorizando as suntuosas decorações do Cine-Theatro Central, mas por hora me parece a exposição com o mais rico acervo de obras do artista.



## Considerações Finais.

Antes do início desta pesquisa, ao conversar com diversas pessoas sobre Ângelo Bigi, pude observar que os que conheciam seu trabalho, apenas o conheciam pelas suas pinturas murais no Cine-Theatro Central, e mesmo este, sendo seu trabalho mais memorável, mesmo sendo o impulsor desta pesquisa, é reducionista e não faz jus a sua complexidade quanto artista e a sua extensa produção. Posso afirmar que este motivo é a maior força motora desta investigação. Nota-se que mesmo tendo exposições em sua homenagem não foram suficientes para trazer ao popular sua vida quanto um completo artista.

Este artigo é o ponto de partida para os desdobramentos de muitas outras pesquisas sobre o artista. O próximo passo para meu trabalho será encontrar os catálogos de exposições em que participou e exposições feitas em sua homenagem, juntamente com um mapeamento de suas demais obras que não estiveram presentes nas exposições, como forma de deixar este levantamento de obras o mais preciso e quantitativo possível. Assim como uma investigação mais minuciosa de suas obras, dedicando a cada uma um trabalho mais específico e aprofundado, dividido aqui neste artigo por tópicos. Estudar suas influências, e sua contribuição para os artistas e o cenário de artes plásticas local, sendo visto pelos artistas da região com pintor prestigiado, dado ao volume de suas criações.

## Referências Bibliográficas.

“A expressão artística de **Ângelo Bigi**”. Disponível em: < [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/edital/inter-no/selecao2016/arquivos/apostilas/nocoas\\_basicas\\_sobre\\_patrimonio\\_parte\\_3\\_tnm3\\_23\\_0117.pdf](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/sarh/edital/inter-no/selecao2016/arquivos/apostilas/nocoas_basicas_sobre_patrimonio_parte_3_tnm3_23_0117.pdf) >. Acesso em: 11/10/2018.

**Alunos do Centro de Educação de Jovens e Adultos visitam exposição no CCBM.** Disponível em: < <http://radialistaleodeoliveira.blogspot.com/2009/10/alunos-do-centro-de-educacao-de-jovens.html> > Acesso em: 12/10/2018.

AMARAL, Lucas Marques do. **A Parreiras e seus Artistas: crônica da Sociedade de Belas Artes Antônio Parreiras e dicionário biográfico de seus artistas.** Juiz de Fora: FUNALFA Edições, 2004.

**Ângelo Bigi.** Disponível em: < <https://juizdeforaonline.wordpress.com/especiais/cine-theatro-central-80-anos-de-arte-cultura-e-superacao/angelo-bigi/> >. Acesso em: 11/10/2018.

**ARTISTAS de Juiz de Fora (1978 : Rio de Janeiro, RJ). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018.** Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento551992/artistas-de-juiz-de-fora-1978-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 21 de Nov. 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

**Biblioteca de Benfica recebe mostra sobre Angelo Bigi.** Disponível em:< [https://www.benficanet.com/biblioteca\\_de\\_benfica\\_mostra\\_sobre\\_angelo\\_bigi.htm](https://www.benficanet.com/biblioteca_de_benfica_mostra_sobre_angelo_bigi.htm) >. Acesso em: 11/10/2018.

**“Bigi: Homem da Itália, Artista do Brasil”.** Disponível em:< <http://www.museudeartemurilomendes.com.br/noticias/bigi-homem-da-italia-artista-do-brasil/> >. Acesso em: 11/10/2018.

**Coleção online Museu Mariano Procópio.** Disponível em: < <http://mapro.inwebonline.net/default.aspx> >. Acesso em: 11/10/2018.

**EMERGÊNCIA do Modernismo (1996 : Belo Horizonte, MG). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018.** Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento270932/emergencia-do-modernismo-1996-belo-horizonte-mg>>. Acesso em: 21 de Nov. 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

**EXPOSIÇÃO Geral de Belas Artes (29. : 1922 : Rio de Janeiro, RJ). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018.** Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento80321/exposicao-geral-de-belas-artes-29-1922-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 21 de Nov. 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

**EXPOSIÇÃO Geral de Belas Artes (31. : 1924 : Rio de Janeiro, RJ). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018.** Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento84295/exposicao-geral-de-belas-artes-31-1924-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 21 de Nov. 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

**EXPOSIÇÃO Geral de Belas Artes (32. : 1925 : Rio de Janeiro, RJ). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018.** Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento240263/exposicao-geral-de-belas-artes-32-1925-rio-de-janeiro-rj>>. Acesso em: 21 de Nov. 2018. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

**O Modernismo em Minas: o Salão de 1936 (1986 : Belo Horizonte, MG). In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018.** Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento270001/o->

modernismo-em-minas-o-salao-de-1936-1986-belo-horizonte-mg>. Acesso em: 21 de  
Nov. 2018. Verbetes da Enciclopédia.  
ISBN: 978-85-7979-060-7

## A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM MINAS GERAIS POR MEIO DO ICMS

Daniela Carvalho Meira<sup>1</sup>

Gabriel Infante Magalhães Martins<sup>2</sup>

### **Resumo:**

O objetivo do presente trabalho é analisar a proteção jurídica fornecida ao patrimônio cultural no estado de Minas Gerais, por meio da destinação de verbas decorrentes do “imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação” (conhecido como ICMS) aos Municípios, com a finalidade de preservar o patrimônio e as referências culturais através de políticas públicas relevantes, de acordo com o grau de engajamento de cada um. Para tanto, analisa-se o fundamento jurídico de tal ferramenta – prevista no art. 158, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, na Lei Estadual 12.040/1995 e leis posteriores que a modificaram (Leis Estaduais 13.803/2000 e 18.030/2009) –, bem como outras leis, dados, estudos e obras relacionadas e/ou pertinentes à matéria explorada.

**Palavras-chave:** Patrimônio cultural; Minas Gerais; ICMS.

### **Abstract:**

The objective of this work is to analyze the legal protection provided to cultural heritage in the state of Minas Gerais, through the allocation of funds arising from the “tax on operations related to the movement of goods and on interstate transportation, intermunicipal transportation and communication services” (known as ICMS) to municipalities, with purpose of preserving the patrimony and cultural references through relevant public policies, according to the degree of commitment of each one. In order to do so, the legal basis of such tool – based on the art. 158, single paragraph, item II, of the Federal Constitution, State Law 12.040/1995 and following laws that modified it (State Laws 13.803/2000 and 18.030/2009) –, as well as other laws, datas, studies and works related and/or pertinent to the matter are explored.

**Keywords:** Cultural heritage; Minas Gerais; ICMS.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).Email: danielacmeira@gmail.com

<sup>2</sup> Graduando em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).Email: infantegabriel95@gmail.com

## **Introdução**

Busca-se, com o presente estudo, explicitar e analisar a proteção do patrimônio cultural por meio de uma medida pensada no âmbito do estado de Minas Gerais, sem precedentes em outros estados brasileiros, todos os desdobramentos gerados por esta política e se ela consubstancia uma solução interessante para atingir o escopo ao qual se destina.

É de suma importância suscitar este tema, haja vista que o desenvolvimento contemporâneo, muitas vezes (e infelizmente), despreza a preservação do patrimônio cultural, guiado apenas pelos interesses econômicos e especulativos. Isso ocorre não somente na seara imobiliária, situação capaz de gerar inúmeras consequências negativas sobre os bens culturais materiais, mas também no tocante aos bens culturais imateriais, os quais têm sua proteção relegada a segundo plano em razão das prioridades concedidas às políticas econômicas, mercadológicas e desenvolvimentistas. Obviamente, o desenvolvimento econômico nacional é extremamente importante (inclusive é um dos objetivos da nossa República, segundo o art. 3º da Constituição Federal), porém ele não pode ocorrer em detrimento da preservação do patrimônio cultural e histórico brasileiro, repelindo-a, e sim juntamente a ela, na esteira do desenvolvimento sustentável, que preconiza a intersecção entre o desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Basicamente, pretende-se entender como funciona a Lei Estadual 12.040/1995, conhecida como “Lei Robin Hood”, a qual surgiu em razão da possibilidade, concedida pelo legislador constituinte, no art. 158, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, de destinar aos Municípios recursos tributários advindos do ICMS tendo em vista critérios determinados por leis estaduais. Para tanto, é imprescindível, também, apreciar as leis que modificaram esta primeira, da década de 1990, como a Leis Estaduais 13.803/2000 e 18.030/2009.

Como conclusão, foi possível perceber que a política tributária mineira de incentivo à consecução de políticas públicas no campo da proteção do patrimônio cultural é um sucesso, geradora de várias consequências positivas, as quais serão devidamente delineadas durante o trabalho.

## **Patrimônio cultural brasileiro e seus meios jurídicos de proteção.**

O patrimônio cultural brasileiro é definido no art. 216 da Constituição Federal, o qual diz que “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)” (BRASIL, 1988). Em seguida, em seus cinco incisos, o *caput* do artigo enumera alguns exemplos, como (I) as formas de expressão; (II) os modos de criar, fazer e viver; (III) as criações científicas, artísticas e tecnológicas; (IV) as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e (V) os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Como elucida o §1º deste artigo, o patrimônio cultural é merecedor de proteção jurídica, e, para tanto, é necessário que o Poder Público ofereça meios de incentivo à preservação. O patrimônio cultural é oriundo do “estabelecimento de vínculos com as diversas fases culturais relacionadas com as gerações humanas” (MACHADO, 2016: 1119), e, desta forma, a “busca de manutenção ou reencontro da identidade cultural, neste mundo de rápidas alterações de costumes, é traço fundamental para os povos” (SOUZA FILHO, 2018: 153). Esta é a principal razão que explica a extrema importância da preservação do patrimônio cultural, que, além disso, tem capacidade de fomentar acentuadamente o potencial turístico e, conseqüentemente, econômico que o permeia, como bem pontuam FUNARI e PELEGRINI:

A valorização do patrimônio cultural e a necessidade de reabilitar os centros históricos, na atualidade, constituem premissas básicas dos debates sobre o desenvolvimento sustentável nas cidades latino-americanas, pois esses centros representam a síntese da diversidade que caracteriza a própria cidade. Vista por esse ângulo, a reabilitação dos centros históricos, além de potencializar a identidade coletiva dos povos e promover a preservação de seus bens culturais — materiais e imateriais — pode contribuir para o desenvolvimento econômico e social e, ainda, otimizar os custos financeiros e ambientais do desenvolvimento urbano, através do aproveitamento da infraestrutura de áreas centrais e do incremento da indústria turística. (FUNARI; PELEGRINI, 2006: 19)

Neste mesmo sentido, ao analisar o discurso do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG) visando incentivar os municípios mineiros a adotarem medidas de preservação do patrimônio cultural, BOTELHO assevera que

A preservação do patrimônio não é mais legitimada pela conservação do passado ou pela construção de um discurso identitário calcado na memória histórica, mas por sua referência ao presente. É a possibilidade de garantir a qualidade de vida das populações presentes e futuras que

gera a necessidade de se criar os mecanismos de proteção ao patrimônio. Essa proteção só faz sentido enquanto integrada ao desenvolvimento (sustentado) e, portanto, ao futuro da população envolvida. (BOTELHO, 2006: 480).

Alguns dos instrumentos para esta ação, neste sentido, estão enumerados, apenas a título ilustrativo, no já mencionado §1º do art. 216 da Constituição Federal, que expõe o seguinte: “O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (BRASIL, 1988).

Além disso, é notório salientar que, de acordo com o art. 24, inciso VII, também da Carta Magna, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico. O art. 23 da Constituição Federal, por sua vez, de acordo com os incisos III e IV, diz que é competência comum de todos os entes federativos “proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos”, bem como “impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural” (BRASIL, 1988). Por fim, o art. 30, em seu inciso IX, salienta que compete ao Município a proteção do patrimônio histórico-cultural local, sem que seja esquecida a legislação e as ações de fiscalização promovidas em âmbito federal e estadual.

Quanto às espécies de proteção elencadas pela Carta Magna, o tombamento é a forma mais utilizada pelos entes federativos (União, Estados e Municípios, já que todos os três possuem competência para realizá-lo, independentemente de quem seja o proprietário do bem imóvel) no tocante à proteção do patrimônio cultural brasileiro. Ele é previsto, em âmbito federal, no Decreto-Lei nº 25/1937 e consiste em uma “forma de intervenção do Estado na propriedade privada, que tem por objetivo a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional” (DI PIETRO, 2017: 176).

O inventário, por sua vez, “consiste em uma espécie de cadastro dos bens culturalmente valorados”, ou seja, é a busca e descrição dos bens culturais para que eles tenham sua existência verificada (FALAVIGNO, 2010: 9). Ele carece de regulação legal, que seja geral, no âmbito federal. Em Minas Gerais, existe o Inventário de Proteção do

Acervo Cultural (IPAC/MG),<sup>3</sup> programa desenvolvido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA/MG).

A desapropriação está prevista no art. 5º, alínea “I”, do Decreto-Lei 3.365/1941 e consiste na retirada do bem da posse do particular para que seja possível concretizar a conservação do patrimônio cultural. Tal dispositivo legal dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública e o artigo mencionado define os casos considerados de utilidade pública, como “a preservação e a conservação adequada de arquivos, documentos e outros bens móveis de valor histórico ou artístico” (BRASIL, 1941).

O registro consiste em um instrumento legal de preservação, reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial brasileiro, por meio do qual os bens registrados recebem um título de Patrimônio Cultural do Brasil e são inscritos em um Livro de Registros, de acordo com sua categoria.<sup>4</sup> É um instituto previsto no Decreto nº 3.351/2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. Além disso, em Minas Gerais, o instituto é regulado pelo Decreto Estadual 42.505/2002<sup>5</sup>.

Por fim, cumpre realçar que existem outros meios de proteção do patrimônio cultural brasileiro, tais como o zoneamento, a transferência do direito de construir, o direito de preempção, os meios legais de fiscalização concedidos ao Ministério Público, como o Inquérito Civil Público e o Termo de Ajustamento de Conduta (FALAVIGNO, 2010: 10/14), e também o ICMS Patrimônio Cultural, objeto deste estudo.

Pode-se afirmar, desta forma, que

Os novos instrumentos que vieram se somar ao tombamento do patrimônio edificado – registros, inventários de referências culturais e planos de salvaguarda – além do apoio financeiro a projetos, representam alternativas de ação no campo das políticas públicas de patrimônio, que têm agora seu principal apelo no desenvolvimento social e na corresponsabilidade do cidadão e da sociedade (BIONDINI; STARLING; CARSALADE, 2014: 164).

### **Tributação, ICMS e a repartição dos valores entre os entes federativos.**

<sup>3</sup> Disponível em: <http://www.ipac.iepha.mg.gov.br/>. Acesso em 05 nov. 2018.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/folRegistroE.jsf>. Acesso em 05 nov. 2018.

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=42505&comp=&ano=2002&aba=js\\_textoOriginal#texto](https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=42505&comp=&ano=2002&aba=js_textoOriginal#texto). Acesso em 07 nov. 2018.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.



A Seção VI (“Da repartição das receitas tributárias”) do Capítulo I (“Do sistema tributário nacional”) do Título VI (“Da tributação e do orçamento”) da Constituição Federal de 1988 trata da divisão do valor de determinados tributos entre os entes federativos, ou seja, da União para os Estados e o Distrito Federal e dos Estados para os Municípios.

Neste contexto, é imprescindível ressaltar a importância da tributação para a manutenção de um Estado Social Democrático de Direito, que possa devidamente assegurar os direitos humanos fundamentais dos cidadãos e cumprir com seus objetivos fundamentais, como, entre outros, a garantia do desenvolvimento nacional e erradicação da pobreza, de acordo com o art. 3º da Constituição Federal. É neste sentido que leciona PAULSEN, desembargador federal e professor universitário:

O Estado, como instituição indispensável à existência de uma sociedade organizada, depende de recursos para sua manutenção e para a realização dos seus objetivos. Isso independe da ideologia que inspire as instituições políticas, tampouco do seu estágio de desenvolvimento. (PAULSEN, 2017: 17).

Isto consubstancia o caráter fiscal dos tributos, que são a principal receita financeira da máquina pública estatal. Nesta toada, cumpre ressaltar que o ICMS é um dos impostos (categoria que, junto com as taxas e as contribuições de melhoria, é espécie do gênero “tributo”) mais importantes no ordenamento jurídico constitucional brasileiro. Ele é previsto no art. 155, inciso II, da Constituição Federal, que, além disso, diseca diversas características, prerrogativas e obrigações dirigidas às autoridades públicas em seu §2º, que conta com doze incisos e diversas alíneas. Além das previsões constitucionais, existe a regência nacional do ICMS por meio da Lei Complementar 87/1996 e as resoluções do Senado Federal, elaboradas com base nas permissões do §2º.

A título de exemplo, cumpre ressaltar que o ICMS possui algumas características, como a não-cumulatividade (§2º, I) e a seletividade (§2§, II). A primeira característica significa que “o imposto recairá sobre o valor agregado em cada fase da circulação ou prestação, estando assim impedido o efeito cascata, ocasionado pela cobrança de imposto sobre imposto” (SABBAG, 2017: 270), enquanto que a outra significa que as alíquotas do ICMS (que consistem no percentual com o qual um tributo incide sobre o valor de algo tributado) podem ser estipuladas, para os produtos e serviços sob os quais recaiam a cobrança do imposto, de acordo com sua essencialidade para os indivíduos.

Além disso, em se tratando do ICMS, é imprescindível ter em mente alguns conceitos básicos para entender a incidência do imposto, enfoque que, entretanto, é pouco útil para o presente trabalho. Um exemplo é a expressão “operações relativas à circulação de mercadoria”, por exemplo. HARADA leciona sobre o tema:

[...] o caráter mercantil do imposto ficou evidenciado pela expressão “operações relativas à circulação de mercadorias”, isto é, só são relevantes juridicamente as operações que digam respeito à “circulação de mercadorias”, e não qualquer operação que implique, por exemplo, mero deslocamento físico da mercadoria. Circulação de algo objeto de comércio (mercadoria) só pode ser aquela que implica transferência de sua propriedade ou posse. (HARADA, 2017: 17)

Neste momento, entretanto, torna-se relevante entender o art. 158 da Constituição Federal, que trata do repasse do ICMS aos Municípios, mais especificamente em seu inciso IV, que traz a seguinte previsão: “Pertencem aos Municípios: vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação” (BRASIL, 1988). Tal dispositivo vai além e, no seu parágrafo único, fragmenta este valor em duas porções. Para o nosso estudo, interessa o que diz o inciso II, transcrito a seguir: “As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios: (...) até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual (...)” (BRASIL, 1988).

Com essa possibilidade proporcionada pela carta política nacional, os gestores públicos estaduais podem incentivar a confecção de políticas públicas pelos municípios, dando evidência ao conceito de extrafiscalidade dos tributos, que completa o caráter fiscal dos tributos (já citado acima). Paulsen explica que os tributos influenciam as escolhas dos agentes, tendo em vista que eles oneram, positiva ou negativamente, as situações sobre as quais incidem, sendo que, por vezes, eles são instituídos precipuamente com este fim (PAULSEN, 2017: 32).

Desta forma, a Constituição Federal permite que os estados, por meio do estabelecimento de critérios quanto ao repasse de verbas relativas ao ICMS, possam incentivar os Municípios a conceberem políticas públicas relevantes. Foi assim que surgiram as Leis Estaduais 12.040/1995, 13.803/2000 e 18.030/2009 no estado de Minas Gerais, as quais dispõem sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. Elas têm o intuito de dar ênfase em critérios que não reflitam puramente a importância econômica do Município para o

Estado na hora do rateio dos valores, de forma a gerar redistribuição da receita por meio do incentivo à adesão, pelos Municípios, a determinadas políticas públicas, como a proteção do patrimônio cultural.

### **ICMS Patrimônio Cultural no estado de Minas Gerais.**

O estado de Minas Gerais, como explicado, utiliza uma ferramenta não estipulada no art. 216, porém igualmente prevista na Constituição Federal (art. 158, parágrafo único, inciso II): o incentivo tributário aos municípios, utilizando como um dos critérios para o repasse de recursos oriundos do ICMS a preservação de seu patrimônio e suas referências culturais através de políticas públicas relevantes. O programa tem como fim o estímulo a ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios, via fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e também dos conselhos municipais, em ação conjunta com comunidades locais.<sup>6</sup>

É imprescindível analisar, neste contexto, diversas nuances proporcionadas por esta política tributária. Primeiramente, é importante entender se esta forma de proteção cumpre com seu papel, de modo a analisar os critérios utilizados pela legislação estadual, qual o grau de estímulo suscitado nos governos municipais para aderirem à ideia e, em especial, quais os resultados práticos gerados.

Neste contexto, é imprescindível, de início, compreender como funciona o Índice de Patrimônio Cultural – PPC, que determina a pontuação que o município terá para que, assim, possa receber valores maiores ou menores nos repasses, tendo em mente o critério do patrimônio cultural, o qual consiste em um dos vários que são estipulados pela legislação. O PPC corresponde ao somatório das notas obtidas pelo município dividido pelo somatório das notas alcançadas por todos os municípios, de acordo com uma tabela prevista na lei.

As duas primeiras leis estaduais contemplaram, igualmente, e ambas no anexo de número III, os mesmos atributos e pontuações idênticas destinadas a cada um deles, que variam segundo parâmetros deliberados pela legislação. A única diferença vista na lei de 2000 concerne a determinados pontos relativos à redação da lei de 1995. De acordo com aquela, as características levadas em conta são as seguintes: (I) cidade ou distrito com seu núcleo histórico urbano tombado pelo Governo Federal ou pelo Estadual; (II) somatório

---

<sup>6</sup> Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural#oque-%C3%A9>. Acesso em 16 ago. 2018.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

dos conjuntos urbanos ou paisagísticos, localizados nas áreas urbanas ou rurais, tombados pelo Governo Federal ou pelo Estadual; (III) bens imóveis tombados isoladamente pelo Governo Federal ou pelo Estadual, incluídos seus acervos de bens móveis, quando houver; (IV) bens móveis tombados isoladamente pelo Governo Federal ou pelo Estadual; (V) cidade ou distrito com seu núcleo histórico urbano tombado pela administração municipal; (VI) somatório dos conjuntos urbanos ou paisagísticos, localizados em zonas urbanas ou rurais, tombados pela administração municipal; (VII) bens imóveis tombados isoladamente pela administração municipal, incluídos seus acervos de bens móveis, quando houver; (VIII) bens móveis tombados isoladamente pela administração municipal; (IX) existência de planejamento e de política municipal de proteção do patrimônio cultural.

A lei estadual de 2009, por sua vez, em seu anexo II, revogou as tabelas contempladas nas leis pretéritas e instituiu modificações relevantes, tanto nos atributos quanto na pontuação. Para o escopo deste trabalho, cabe realçar apenas as quatro características que passam a ser consideradas pela nova legislação, além das nove já citadas, que são (I) o registro de bens imateriais em nível federal, estadual e municipal; (II) a educação patrimonial municipal; (III) o Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural elaborado pelo Município e (IV) a criação do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural.

É relevante expor, neste momento, uma crítica presente na doutrina sobre a inclusão tardia da dimensão imaterial do patrimônio cultural como um fator de pontuação. Como é perceptível, isso ocorreu apenas em 2009, o que, para CAMPOS,

demonstra como a seara do patrimônio cultural é um campo de disputas de identidades, no qual essas se mostram em conflito permanente por seu reconhecimento político e por sua preservação e salvaguarda. O patrimônio cultural deve ser entendido e tratado não como uma classificação dividida em gênero “patrimônio cultural” e espécies “material” e “imaterial”; tal classificação pode ser utilizada de forma didática, mas não de forma hierarquizante entre os bens culturais. (CAMPOS, 2011: 100).

Além disso, é essencial reportar que o IEPHA, por meio do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural – CONEP (órgão colegiado e deliberativo, subordinado à Secretaria de Estado de Cultura), emite deliberações normativas que abarcam os procedimentos estabelecidos para a valoração de cada atributo contemplado na lei como passível de ser pontuado. Por exemplo, a “Deliberação CONEP nº 06/2018”, a mais recente de todas,

determina que para que o atributo “Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural elaborado pelo Município” receba pontuação, é necessária a apresentação da “relação de procedimentos a serem documentados e informados sobre a elaboração do plano e a execução, pelo município, de Inventário do Patrimônio Cultural” (MINAS GERAIS, 2018: 2).

Após a breve e resumida exposição acerca do funcionamento da lei, torna-se imperativo buscar compreender e refletir sobre as consequências, tanto negativas quanto positivas, desta política pública.

### **Consequências geradas pela política do ICMS Patrimônio Cultural**

Inicialmente, ressalta-se que este capítulo se apoiará em estudos e trabalhos já concretizados, baseados em dados oficiais e análises extremamente bem realizadas. RIANI e ALBUQUERQUE, por exemplo, salientam que a Lei 12.040/1995 visou, entre outros fatores, buscar maior descentralização na distribuição dos valores do ICMS e criar formas de incentivo aos municípios a destinar verbas para áreas sociais mais básicas. Segundo a análise global da lei feita pelos autores, foi possível alterar a participação das regiões do Estado de Minas Gerais na porcentagem de verbas recebidas, com ganhos mais significativos para as regiões mais pobres do Estado, como o Jequitinhonha e o Vale do Mucuri (RIANI; ALBUQUERQUE, 2014: 3-7).

Em sequência, os autores fazem um exame das alterações proporcionadas pela Lei 18.030/2009, que abandona os objetivos meramente incentivadores às ações municipais e enfatiza critérios redistributivos dos valores. Dessa forma, mostram tabelas e gráficos que constata a diminuição da participação dos 10 maiores municípios no recebimento do dinheiro e um considerável crescimento dos municípios menores, que, para eles, são todos os municípios do Estado excluídos os 150 maiores. Como exemplo, citam o Vale do Jequitinhonha, região para a qual o aumento real do *quantum* transferido alcançou 637,7% (RIANI; ALBUQUERQUE, 2014: 13-17).

Além disso, PONTES e FARIA mostram que a adesão dos municípios mineiros ao programa, em 2012, chegou a 727 dos 853, os quais abrangem 92,3% da população do Estado. O número, contudo, caiu para 689 em 2013, provavelmente por ser um ano pós-eleitoral e, portanto, de reformulações políticas. Minas Gerais, em razão disso, é largamente o Estado da Federação com o maior número de legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural e de municípios com bens materiais e/ou imateriais

tombados (PONTES; FARIA, 2016: 137, 139 e 144). Os autores, ambos consultores legislativos da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALEMG), contudo, baseiam seu estudo no trabalho realizado por BIONDINI, STARLING e CARSALADE.

Estes, por sua vez, chegam a inúmeras conclusões, tendo em mente a análise do exercício de 2012 que fizeram. Primeiramente, afirmam que o ICMS Patrimônio Cultural assume maior importância principalmente nos municípios menos populosos, tendo em vista que o percentual da população que vive nos municípios onde este critério é mais expressivo é baixo. Em outras palavras, os repasses demonstram um caráter compensatório e redistributivo, já que nos municípios com maior população e dinamicidade na economia a participação do ICMS Patrimônio Cultural não tem tanta relevância, ao passo que, para os municípios menos populosos e com atividade econômica mais restrita, a participação das verbas repassadas, em razão do critério, é forte (BIONDINI; STARLING; CARSALADE, 2014: 154 e 156).

Ademais, notaram os autores que o ICMS Patrimônio Cultural favoreceu o crescimento do número de bens tombados e registrados em Minas Gerais desde a implementação da Lei Robin Hood, em 1995, sendo que, até 2013, haviam sido aprovados 3.926 tombamentos e 190 registros. Contudo, fazem um alerta preocupante: as informações disponíveis sobre o estado de conservação dos bens tombados e os respectivos gastos efetivados na preservação e restauração, pelos Municípios, não sofreram aumento, o que permite interpretar que os gestores municipais estão se valendo destes instrumentos com o fim precípuo de captar recursos e não exatamente levando em conta a proteção do patrimônio cultural em si (BIONDINI; STARLING; CARSALADE, 2014: 165, 166 e 169).

Por fim, os autores elencam, de forma didática, na concepção baseada nos resultados que obtiveram, 10 pontos positivos e quatro negativos. Das perspectivas positivas citadas, ressalta-se a instituição da proteção do patrimônio cultural como uma “política de Estado”, forte adesão dos Municípios, grande importância dos valores repassados aos Municípios com atividade econômica menos atrativa e diversificada, tendência de ampliação da conscientização quanto à questão do patrimônio cultural e aumento do mercado de trabalho para profissionais ligados ao setor do patrimônio cultural. Por outro lado, alguns dos aspectos negativos são os investimentos insuficientes na conservação e na manutenção de bens culturais protegidos e o grande poder concedido

a empresas de consultoria, o que acabou por gerar tensões entre a fiscalização estadual e os governos municipais (BIONDINI; STARLING; CARSALADE, 2014: 170 e 171).

### **Conclusão.**

Como pôde ser brevemente observado, a política tributária pioneira, estabelecida pelo estado de Minas Gerais, deu causa a diversas consequências positivas por meio da indução à formulação e à implementação de políticas municipais na área da preservação do patrimônio cultural, que, como já salientado, a deve ser vista como um fim em si mesma, tendo em vista o grande valor que possui para a coletividade.

A implantação de programas que tenham o intento de promover o desenvolvimento econômico e turístico “deve escapar à tentação de reduzir o patrimônio a ‘cenários’ da indústria cultural e à lógica do entretenimento, dissociando toda a fruição dos bens culturais da memória social e histórica” (FUNARI; PELEGRINI, 2006: 33). Isso não significa, como salientado, que o fator econômico seja totalmente esquecido – deve ser enfrentado o desafio de associar a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento econômico, turístico e urbano sem que um fator se sobreponha ao outro.

Neste sentido, pode-se concluir que o programa mineiro é um sucesso, tendo em vista que, entre outros aspectos, obteve uma grande adesão, permitiu a redistribuição de verbas para municípios mais carentes, fomentou a atividade econômica do turismo e, acima de tudo, incentivou a proteção do patrimônio cultural mineiro, tanto material quanto imaterial, como um fim em si mesma, por meio dos diversos instrumentos (e não só pelo tombamento, que, no geral, é a ferramenta mais utilizada pelos entes federativos). Apesar de possuir alguns pontos negativos – que devem, certamente, ser levados em conta e alterados, como a falta de aumento dos recursos destinados pelos municípios para a preservação e restauração dos bens tombados efetivamente, esta política tributária mineira deve servir de parâmetro para outros Estados da Federação.

Não obstante, muito se tem discutido acerca da dificuldade de se falar em proteção do patrimônio cultural em tempos de crise, sob o argumento de que a destinação dos recursos públicos deveria ser priorizada em pontos de maior indispensabilidade para a manutenção de uma vida digna, tais como o direito à saúde, à educação e à moradia.

Nesse sentido, está em tramitação na Assembleia Legislativa de Minas Gerais o Projeto de Lei nº 4.773/17, de autoria do deputado Paulo Guedes (PT), que propõe

mudanças na Lei nº 18.030/09 (Lei Robin Hood) de modo a estabelecer novos critérios, mais simplificados, para a distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Caso o projeto seja aprovado, os atuais dezoito critérios de distribuição do ICMS serão substituídos por apenas cinco, praticamente extinguindo os ICMS Cultural, Turístico e o do Esporte. Além disso, pretende-se reformular a estruturação do ICMS solidário, dando fim à lógica de “dar mais aos municípios que fazem mais pelos cidadãos”, princípio norteador da Lei Robin Hood, em sua atual concepção, o que seria inequivocamente prejudicial aos avanços já alcançados pela Lei.

Ocorre que o patrimônio, por ser fonte de diálogo do homem consigo próprio e com a sua comunidade, tem relevância ímpar ao atuar como uma ponte que liga o presente ao futuro através do passado. O arcabouço patrimonial carecedor de tutela jurídica não é aquele que reflete em si fatos necessariamente memoráveis, mas sim os fatos capazes de contar histórias e viajar no tempo, primando-se pela carga emocional do testemunho que o bem é capaz de produzir, e não pela sua raridade. Sendo assim, conclui-se que a proteção da humanidade, em sua essência, passa pela proteção da cultura e do meio ambiente. Ademais, como uma alternativa à crise financeira enfrentada, afirma-se que é possível gerar empregos e renda através da cultura, de modo a reverenciar o passado e oferecer alternativas para o futuro.

### **Referências.**

BIONDINI, Isabella Virgínia Freire; STARLING, Mônica Barros de Lima; CARSALADE, Flávio Lemos. A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites. **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 16, n. 25, jan/jul 2014.

BOTELHO, Tarcísio R. Patrimônio cultural e gestão das cidades: uma análise da lei do ICMS Cultura de Minas Gerais. **Habitus**. Goiânia, v. 4, n. 1, p. 471/492, jan./jun. 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 18 ago. 2018.



BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del3365.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3365.htm). Acesso em 18 ago. 2018.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão de. A imaterialidade do patrimônio cultural e a lei Robin Hood: a inserção da categoria imaterial do patrimônio como pontuação para o repasse de ICMS cultural em Minas Gerais. **Revista CPC**. São Paulo, n. 11, nov. 2010/abr. 2011, p. 87-102.

CONSELHO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Deliberação **CONEP nº 06/2018**. Minas Gerais, 2018. Disponível em: [http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/DN\\_CONEP\\_06\\_2018\\_EXERC\\_2020.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/DN_CONEP_06_2018_EXERC_2020.pdf). Acesso em 22 ago. 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo** – 30 ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2017.

FALAVIGNO, ChiavelliFacenda. A tutela jurídica do patrimônio cultural brasileiro. **Revista Científica dos Estudantes de Direito da UFRGS**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, maio de 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

HARADA, Kiyoshi. **ICMS: doutrina e prática**. 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. **ICMS Patrimônio Cultural**. Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural#oque-%C3%A9>. Acesso em 16 ago. 2018.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito ambiental brasileiro** – 24. ed., rev., ampl. e atual. – São Paulo: Malheiros, 2016.

MINAS GERAIS. **Lei 18.030, de 12 de janeiro de 2009**. Disponível em: <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=18030&comp=&ano=2009&texto=original>. Acesso em 15 ago. 2018.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário completo** – 8. ed. – São Paulo: Saraiva, 2017.

PONTES, Ana Cristina de Carvalho; FARIA, Gustavo Rafael da Silva. Capítulo 8 – Critério Patrimônio Cultural. In: **Avaliação de Impacto da Lei do ICMS Solidário: Lei n 18.030, de 2009**. 2016. Disponível em: [https://www.almg.gov.br/hotsites/2016/icms\\_solidario/](https://www.almg.gov.br/hotsites/2016/icms_solidario/) Acesso em 27 ago. 2018

RIANI, Flávio; ALBUQUERQUE, Célio Marcos Pontes de. **Impactos distributivos regionais da Lei Robin Hood**. 2014. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/2014/site/arquivos/impactos-distributivos-regionais-da-lei-robin-hood.pdf>. Acesso em 27 ago. 2018.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito tributário essencial** – 5. ed., rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Mares de. **A proteção jurídica dos bens culturais**. Disponível em: [http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista\\_artigo/arquivo\\_1283280089.pdf](http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1283280089.pdf). Acesso em 12 ago. 2018.

## A BATALHA FINAL: A REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS VETERANOS DA FEB EM BELO HORIZONTE (1946-1988)

Edilan Martins de Oliveira<sup>1</sup>

### **Resumo:**

A meta desta comunicação é expor o cenário histórico que permitiu a constituição de um campo de memórias sobre a Segunda Guerra Mundial em Belo Horizonte. Permanentemente reavivada e mobilizada por grupos específicos na capital mineira após o retorno da Força Expedicionária Brasileira do *front* europeu, a memória da guerra tornou-se objeto e instrumento de luta. Nessa lógica, a memória produziu narrativas excepcionais e foi manipulada para atingir metas específicas no processo de construção da identidade de coletividades sociais distintas. Este trabalho se refere às discussões iniciais expostas no projeto de pesquisa que culminará na dissertação de Mestrado relacionada à temática.

**Palavras-chave:** memória, identidade, reintegração social.

### **Abstract:**

The aim of this communication is to expose the historical scenario that allowed the constitution of a memorial field on the Second World War in Belo Horizonte. Permanently revived and mobilized by specific groups in the capital of Minas Gerais after their turn of the Brazilian Expeditionary Force from the European front, the memory of war became an object and instrument of struggle. In this logic, memory produced exceptional narratives and was manipulated to achieve specific goals in the process of building the identity of distinct social collectivities. This work refers to the initial discussions exposed in their search project that will culminate in the master dissertation related to the subject.

**Keywords:** memory, identity, social reintegration.

A Segunda Guerra Mundial foi o conflito mais mortífero da humanidade. Durante seis longos anos, entre 1939 e 1945, as nações beligerantes se confrontaram nos campos de batalha ao redor do mundo. A contenda terminou com a vitória dos países “Aliados” (coligação formada por vários países, especialmente Estados Unidos, Grã-Bretanha,

---

<sup>1</sup>Mestrando em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania- História (UFV). Orientador: Luiz Lima Vailati. E-mail: edilantotal@gmail.com

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

França e União Soviética) sobre a aliança do Eixo (coligação constituída por vários países, especialmente Alemanha, Itália e Japão).

O Brasil participou da guerra em seu período final, lutou ao lado dos Aliados, tendo enviado seu contingente expedicionário para combater as tropas nazifascistas que recuavam para posições avançadas nos Montes Apeninos, região situada no norte italiano em 1944<sup>2</sup>. Além disso, o país forneceu matérias-primas e cedeu bases no Norte e no Nordeste brasileiros para contribuir com o esforço de guerra dos Aliados, inclusive isso ocorreu mesmo antes da declaração de guerra efetuada em 1942, num contexto marcado por uma suposta “neutralidade” (FERRAZ, 2005).

Sobre o envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, é necessário compreendermos um conceito-chave que caracteriza este conflito. A Segunda Guerra se tornaria mais avassaladora do que a sua antecessora, pois ela aprofundaria a noção de guerratotal (HOBBSAWN, 1995). É um tipo específico de combate, na guerra moderna, no qual não há civis e todos os componentes de uma nação devem contribuir para o esforço de guerra, seja por meio do seu trabalho e envolvimento na produção de materiais e suprimentos ou com o sacrifício de suas próprias vidas no *front*.

Foi nesse contexto de massificação da guerra que os membros da cúpula governista de Vargas almejaram participar do conflito. Entretanto, quando da declaração de guerra às tropas do Eixo em 1942, o Brasil era o sinônimo do “atraso social”. Naquele período, havia flagrantes carências educacionais e sanitárias, expressivas desigualdades sociais, a economia era basicamente agroexportadora e a maior parte da população brasileira (girava em torno dos 40 milhões na época) residia nas áreas rurais.

Nessa época, o Exército era a força política mais influente (CARVALHO, 1980). Inicialmente, o ministério da guerra, comandado por Eurico Gaspar Dutra, pretendia ambiciosamente a formação de um Corpo Expedicionário, formado por três divisões de infantaria, totalizando 60 mil homens (CASTELLO BRANCO, 1960:124-125). Entretanto, logo a tarefa para aglutinar os homens necessários mostrou-se árdua demais devido às inúmeras dificuldades obtidas para selecionar aqueles que comporiam o efetivo (BONALUME NETO, 1995:125). O recrutamento militar acabava por se constituir num verdadeiro retrato social do Brasil, esboçando as suas mazelas e deficiências sociais. Mas

---

<sup>2</sup>O Brasil enviou uma Divisão de Infantaria Expedicionária (DIE) e mais alguns órgãos de exército: Depósito de Pessoal, a Agência do Banco do Brasil, os Grupos Hospitalares, o Depósito de Intendência, Pagadoria Fixa, o Correio Regulador e o Serviço de Justiça. Os cinco escalões de embarque da FEB transportaram 5000 homens, cada um; totalizando 25000. Os três primeiros compunham a 1ª DIE e os outros dois formavam o Depósito de Pessoal.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

também, as instalações militares do país eram precárias e insalubres, o treinamento dos soldados estava ultrapassado em suas técnicas e lições, e o armamento, era obsoleto e originário de vários países.

Ao tomarem parte na ofensiva aliada, o grupo brasileiro de 25.334 soldados enviado à Europa constituiu-se nos únicos representantes ao longo de toda a história republicana a ter vivenciado uma experiência integral de cidadania. Refiro-me aquela na qual os indivíduos não apenas possuem direitos sociais, políticos e civis assegurados pelo Estado, mas colaboram ativamente na trajetória política nacional com a prestação do “tributo de sangue” (CARVALHO, 2001). Porém, os soldados da FEB alcançaram o “status” de cidadãos justamente num período histórico em que as conquistas sociais eram vistas mais pela ótica de uma concessão estatal benevolente, e não como resultado de um árduo processo de disputas entre a sociedade e os organismos de poder. Isso fez com que no pós-guerra a maioria dos ex-expedicionários ficasse a mercê dos ganhos sociais advindos do seu sacrifício humano em prol da nação.

Foge, contudo, ao objetivo aqui proposto, discorrer sobre o Brasil no período da guerra. O interesse paira nas consequências da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Torna-se necessário apreender os processos e fatos históricos que fundamentaram as narrativas e os conteúdos de memória veiculados pelos grupos sociais ligados à história da Segunda Guerra Mundial. Esse é um dos objetivos da pesquisa em desenvolvimento a qual esta comunicação se refere. Neste texto, pretende-se apresentar as discussões iniciais do projeto da pesquisa. Nessa lógica, é preciso entender o modo pelo qual se deu a formação de memórias traumáticas no grupo dos ex-expedicionários em Belo Horizonte, tomando como pano de fundo o processo de reintegração social após o retorno à terra natal.

Uma questão primordial ao final da guerra em todas as nações beligerantes, era sobre o que fazer com os veteranos, os agora ex-combatentes. Mas também, o problema alcançava grandes proporções principalmente nos países que haviam mobilizado milhões de “cidadãos-soldados”, como os Estados Unidos e a Inglaterra. Ao contrário das grandes potências Aliadas que reuniram uma quantidade exorbitante de tropas para o esforço de guerra, o Estado Novo (1937-1945) conseguira enviar apenas uma divisão de combate para frente de batalha, e ainda assim fracassou na reincorporação social e no aproveitamento profissional de seus outrora combatentes.

Nesse sentido, dissolução da FEB fora feita de maneira apressada ainda em território italiano, os expedicionários receberam seus certificados de reservistas, os quais

foram confeccionados numa tipografia em Milão, algumas semanas antes do embarque para o Brasil (SALUM, 1996:30). Sem dizer, que uma série de proibições foi emitida pelo Ministério da Guerra no retorno dos ex-expedicionários ao Brasil<sup>3</sup>. Assim, a desmobilização da tropa que deveria ter sido um processo planejado, lento e gradual fora feito de maneira rápida e injusta na perspectiva dos componentes da Força Expedicionária Brasileira (SILVEIRA, 2000).

Havia um medo equivocado, inflado pelos meios de comunicação, de que os veteranos da FEB iriam se insurgir contra o governo estabelecido e instaurar o regime democrático de governo ou almejavam depor Getúlio e seus ministros. Porém, foi entre os oficiais mais politizados na Itália que correram os boatos sobre a crise política que começou a assolar o Brasil no primeiro semestre de 1945, e, mesmo assim não houve uma iniciativa organizada por parte do oficialato da FEB para derrubar Vargas. Isso, porque entre aqueles pertencentes ao Alto Comando da força expedicionária havia discordâncias sobre os meios pelos quais se daria a insurreição, bem como se seria instalado um novo regime de governo com Vargas no poder, e sobre quando deveria ser instaurada uma Assembleia Constituinte (FERRAZ, 2012:110). Se havia quem poderia dar o golpe para desestabilizar o Estado Novo, esses indivíduos eram os militares que ficaram no Brasil como Goés Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, os febianos não possuíam reais condições de colaborar na implantação de um novo governo (FERRAZ, 2012: 111).

Além disso, naquela conjuntura brasileira, as massas populacionais demonstraram uma profunda apatia política, e estavam preocupadas mais em sobreviver e angariar os recursos necessários para adquirir bens de subsistência (CYTRYNOWICZ, 2000: 82; 196-197; 278-280). Para a maioria das pessoas do período, a guerra era um assunto distante, que só aparecia nas rodas de conversa quando havia uma elevação nos preços de alguns produtos devido à sua carência no mercado ou uma substituição desses por outros de “categoria” semelhante. Quando os soldados da FEB embarcaram para a Europa, levaram consigo a mentalidade vigente no Brasil, e muitos sequer sabiam a motivação de estarem lutando na Itália contra o “poderoso” soldado alemão (SCHNAIDERMAN, 1995: 11; 22; 89).

Quando retornaram ao Brasil, as tropas foram recepcionadas por uma população que não havia contemplado os horrores da guerra, já que o Brasil não fora ocupado, e nem tinha passado por sérias crises de abastecimento. Apesar de alguns produtos e insumos de

---

<sup>3</sup>Os expedicionários foram proibidos de conceder entrevistas e usar os uniformes da FEB, por exemplo.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

consumo ter sido escassos no mercado, principalmente os importados, a vida das pessoas não fora alterada radicalmente (CYTRYNOWICZ, 2000: 112; 130). Grande parte das dificuldades de reintegração social está ligada ao fato da população civil não ter sido devidamente preparada pelo Estado para recepcionar os soldados expedicionários.

Mas também, o Estado que deveria zelar pelas vidas de todos os cidadãos, nos anos posteriores ao pós-guerra passou a criar toda uma série de leis para abonar os veteranos, que na prática não eram cumpridas devido a entraves institucionais ocasionados principalmente por redes clientelistas. E, nesse contexto, leis de amparo aos ex-expedicionários começariam a surgir somente a partir de 1946, e ainda sim, acabaria por estender os benefícios que pertenceriam exclusivamente aos cidadãos-soldados da FEB à militares que serviram nas terras brasileiras durante o período bélico<sup>4</sup>.

E, para complicar ainda mais a situação, os militares da FEB só teriam seu tributo de sangue plenamente reconhecido a partir da Constituição de 1988, quando grande parte deles já havia falecido<sup>5</sup>. Como agravante, tem-se o fato de que um grande número de ex-expedicionários desconhecia a existência das “leis de amparo”, pois a maioria dos febianos eram homens analfabetos e habitantes de áreas rurais ou de regiões interioranas que se encontravam distantes dos grandes centros do país. Mas também, mesmo aqueles que residiam nas grandes cidades e metrópoles brasileiras, por vezes sequer imaginavam que havia uma legislação a qual os ofereceria amparo, muitos não ficaram sabendo das pensões das quais tinham direito.

Foi em meio às dificuldades enfrentadas pelos veteranos que civis e militares tiveram a ideia de criar organizações que reunissem os irmãos de armas. Assim, durante

---

<sup>4</sup>Brasil. Lei nº 616, de 2 de Fevereiro de 1949. Altera os artigos 1º e 6º da Lei Nº 288, de 8 de Junho de 1948, que concede vantagens a militares e civis que participaram de operações de guerra; Brasil. Decreto Nº 26.907, de 18 de Julho de 1949. Define as diversas situações previstas nos arts. 1º e 6º da Lei Nº 288, de 8 de Junho de 1948, na forma da redação dada pela Lei Nº 616, de 2 de Fevereiro de 1949. Estas foram as primeiras “leis da praia”, ou seja, leis para beneficiar os militares e convocados não-expedicionários, que durante a guerra serviram no território brasileiro. Cf. MELLO, José Luiz Ribeiro (Org.). A legislação do ex-combatente: compilada e organizada pelo Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Expedicionário, 1978.

<sup>5</sup>Brasil. Constituição Federal, 1988. O inciso II do artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias prescreve, para “o excombatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei Nº 5.315, de 12 de setembro de 1967”, uma pensão especial, “correspondente à deixada por Segundo-Tenente das Forças Armadas, que poderá ser requerida a qualquer tempo, sendo inacumulável com quaisquer rendimentos recebidos dos cofres públicos. Em caso de morte do ex-combatente, a viúva ou companheira ou dependente, deveria continuar a receber a pensão, no mesmo valor (inciso III). Os outros incisos apenas davam sequência aos benefícios já em vigor nas constituições anteriores e legislação ordinária, como o direito ao aproveitamento no serviço público (inciso I), assistência médica, hospitalar e educacional gratuita, extensiva aos dependentes (inciso IV), aposentadoria com proventos integrais aos 25 anos de serviço, em qualquer regime jurídico (inciso V) e prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuem, e para suas viúvas ou companheiras (inciso VI).

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

essas sete décadas após o término do conflito, as associações de veteranos estiveram imbricadas no processo de gestão da memória, assim como tornaram-se lugares que possibilitavam pontos de contato entre aqueles que haviam sido ligados pelos laços de sangue (NORA,1993). Em todo o mundo, como aponta Francisco Cezar Ferraz, tiveram quase sempre as mesmas funções:

Promover a reintegração social entre os veteranos de guerra, representar seus interesses coletivos diante das autoridades, preservar e promover a memória dos feitos dos brasileiros na Segunda Guerra Mundial, oferecer dentro de suas possibilidades, assistência social e jurídica àqueles companheiros em dificuldades e lutar pela valorização da paz nas relações sociais e internacionais (FERRAZ, 2012: 94).

Converteram-se por excelência em espaços que não apenas sediavam encontros e reuniões entre os ex-combatentes que almejavam manter a “irmandade da guerra”, mas num lócus privilegiado para a formulação de ações específicas na busca pelo reconhecimento dos feitos daqueles que serviram nas Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Assim como, nas cidades em que se instalaram, buscaram efetivar uma relação profícua com instituições públicas e privadas, especialmente aquelas ligadas aos poderes constituídos, com o objetivo de exercer pressão política e garantir a sobrevivência simbólica e material dos veteranos.

Entretanto, no Brasil constituíram mais um ponto de encontro do que em um lugar que deliberasse acerca das questões nacionais ou regionais, e mesmo que buscasse negociar com os governos locais por benesses e direitos para os veteranos, essa não foi a tônica destas instituições de memória. Embora, no imediato pós-guerra tenha prevalecido um caráter combativo nas associações, isso não perdurou muito tempo. Após disputas acirradas, os “dirigentes comunistas” foram afastados dos quadros da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, o que acarretou em um arrefecimento das tensões e disputas com os órgãos do poder.

Essa tendência marcou os primeiros anos de funcionamento da AECB, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil. Sua fundação se deu em Outubro de 1945 na capital federal, e logo foram criadas outras instituições regionais tendo como meta aglutinar os veteranos. O critério para participar destas instituições, diferentemente de outros países nos quais havia a necessidade de proximidade regimental, pautou-se em aspectos geográficos (FERRAZ, 2012). Assim, surgiu em 1946, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil Seção Regional Belo Horizonte (AECB SR- BH), foi formada em



grande parte por indivíduos que residiam nas proximidades da metrópole belo-horizontina.

Inicialmente, a AECB foi formada tanto por veteranos da FEB, quanto por aqueles que haviam servido nas regiões interioranas ou no litoral do país. Porém, com a extensão dos benefícios da FEB aos soldados que não haviam combatido as tropas nazifascistas na Itália, houve uma cisão interna nas associações espalhadas pelo Brasil. Isso levou os veteranos por todo o país a se cindirem da AECB, a qual, na concepção de muitos deles agora, estava repleta de “praieiros” e interesseiros<sup>6</sup>, e a organizarem a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira, a ANVFEB. De modo que, a seção regional em Belo Horizonte foi fundada em 1973. Somente aqueles que portassem a medalha de campanha poderiam fazer parte das novas agremiações associativas<sup>7</sup>. Emergiu assim a perene distinção entre os “ex-combatentes” e os “ex-expedicionários”<sup>8</sup>.

Dessa forma, a questão que aqui se coloca está em compreender como se constituíram as agremiações associativas de veteranos, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB) e a Associação Nacional dos Veteranos da Força Expedicionária Brasileira (ANVFEB) em Belo Horizonte (Minas Gerais), buscando identificar os projetos institucionais, as suas respectivas expressões públicas e as batalhas de memória nas quais estiveram envolvidas.

A pesquisa se baseará na análise de fontes jornalísticas, panfletos produzidos em ambas as instituições de memória, na legislação de amparo aos veteranos, assim como em obras memorialísticas. Mas, será fundamental esmiuçar as atas das reuniões e assembleias gerais nas quais os associados revelaram suas aspirações e deliberaram acerca das questões relacionadas ao seu próprio grupo social. Infelizmente, já não há mais tantos veteranos, sejam eles ex-combatentes ou ex-expedicionários, em condições de

---

<sup>6</sup> Da Praia, “Praieiro” e também “Pato D’água” são denominações ainda hoje usadas depreciativamente pelos ex-expedicionários chamados ex-combatentes que não combateram na Europa. A partir da leitura das memórias publicadas de expedicionários, fica claro que a mágoa dos veteranos da FEB não se dirige àqueles que foram convocados e realizaram algum tipo de serviço ativo durante a guerra, mas sim para os oportunistas que conseguiram benefícios sem merecê-lo, como, por exemplo, militares regulares que não quiseram ir à Itália e que tiveram um serviço tranquilo nos quartéis brasileiros, considerado, anos depois, “serviço de guerra”.

<sup>7</sup> A Medalha de Campanha era distribuída a todos militares, da ativa ou da reserva, que participaram da campanha da FEB. É esta medalha que distingue o veterano da FEB do ex-combatente não febianos.

<sup>8</sup> Emergiu dentre os que participaram da campanha da Itália uma diferenciação entre “veteranos da FEB” e “ex-combatentes”, termo este usado a partir da década de 1960 para referir-se tanto aos que efetivamente lutaram na Itália quanto aos que, por força da legislação federal, tiveram suas atividades de patrulhamento do litoral brasileiro, segurança das unidades militares em zonas consideradas de guerra e navegação em áreas de ataque potencial por submarinos inimigos, considerados “serviços de guerra” e equipados ao serviço dos que estiveram na campanha da Itália.

saúde ideais para fornecer entrevistas. Contudo, há um material profícuo para ser analisado tanto na AECB como na ANVFEB.

De modo que, no estudo parte-se do pressuposto de que as disputas de memória dos grupos envolvidos com a história da Segunda Guerra Mundial ocorreram com maior intensidade até o momento no qual os ex-expedicionários alcançaram o reconhecimento efetivo por suas lutas, no caso, com a Constituição de 1988. Nessa conjuntura, teria ocorrido a sensibilidade dos parlamentares para a situação dos febianos e prevalecido a ideia de um “dever de memória” para com aqueles que haviam se sacrificado pela nação na grande contenda. Essas “batalhas de memória” teriam sido travadas não apenas entre as instituições de memória em questão, mas também ocorreriam no interior de ambas, de modo que nos primeiros anos da AECB teriam colocado em lados opostos os associados que possuíam posições ideológicas divergentes. Isso ressaltaria suas preferências políticas e definiria a atuação da agremiação frente aos desafios impostos pela necessidade de sobrevivência material e simbólica dos veteranos.

Assim, verifica-se que há diferenças no modo pelo qual se moldou a memória dos ex-expedicionários, os soldados litorâneos, os civis, os militares regulares e a instituição militar, o que inviabiliza a compreensão do fato de haver uma memória nacional sólida e unificada acerca do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial e possibilitar contemplar as batalhas pelos lugares de memória na busca pela legitimação de identidades.

Em sua tese de doutorado, Francisco César Ferraz atenta para a questão do esquecimento da participação brasileira no conflito, por parte de historiadores e mesmo da sociedade (FERRAZ, 2012), o que por si só não justificaria a pesquisa. Mas, além de pouco estudado pela historiografia, ocorre que a luta pela memória, entre os veteranos da FEB e a sociedade, traduz problemas ainda caros aos brasileiros, como a questão da identidade nacional e a memória coletiva.

A disputa pela memória foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos e dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1990:26).

É em meio a essa disputa pela memória entre duas coletividades, veteranos e a memória institucional que a identidade cultural dos veteranos é reorganizada. Para se ter uma ideia, foi em meio aos discursos laudatórios propagados em obras memorialísticas,

tendo o livro do Marechal Mascarenhas de Moraes como grande referência nessa lógica(MORAES,1946), que os ex-expedicionários organizaram uma coletânea com vários depoimentos sobre a experiência vivida no *front* (ARRUDA,1949), a fim de contrastar a versão veiculada na obra do comandante supremo do contingente expedicionário.

Le Goff define que a memória se apoia em dois tipos de material, os monumentos e os documentos, e é através de suas análises que pretendemos esclarecer esse processo de formação e as mudanças advindas dessa disputa entre lembrança e esquecimento. Por monumento entenda-se herança do passado: “(...) é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação” (LE GOFF, 1990; 525). Já os documentos, que não deixam de serem monumentos, representam a escolha do historiador, que seleciona estes vestígios de maneira a construir ou desconstruir uma determinada versão sobre o ocorrido. Ao se deparar com a ambição de veracidade que a memória se apresenta, principalmente quando se trata de um sentimento que permeia a construção da identidade, alguns trabalhos são chaves para a compreensão desses pontos como os de Michael Pollak, Maurice Halbwachs e Alistair Thompson.

Michael Pollak lança luz sobre processos sociais mais amplos e problematiza conceitos de uso corrente nas ciências humanas. Um dos principais questionamentos do autor se dá sobre como é possível se preservar a identidade em um contexto caótico como um campo de concentração, em que pessoas são arrancadas de seu ambiente, de suas relações familiares, expropriadas de seus bens e atiradas num universo estranho, hostil e totalitário. O autor busca compreender como num local onde se procura a despersonalização e a morte é uma presença constante, a identidade - e os elementos que a constituem - podem influenciar na definição das trajetórias individuais e construção de novas redes sociais (POLLAK, 1989).

Nesse sentido, as experiências sobre as quais ele se debruça em muito se assemelham com as que buscamos neste projeto, ainda que com abordagem e proporções distintas. Os relatos de que dispõe o autor tornam-se objeto de problematização ao serem sistematicamente comparados para criar uma ponte entre memória e identidade enquanto os relatos dos veteranos aparecem aqui de forma a incitar questionamentos de determinadas práticas e comportamentos sociais.

Alistair Thomson, em seu estudo sobre as memórias de Anzac, apresenta a maneira como os ex-combatentes australianos da Primeira Guerra foram compondo suas memórias tendo como referência as comemorações oficiais(THOMSON, 2001: 85-101). O mesmo

ocorre com os veteranos brasileiros que tem nas datas relativas à tomada de Monte Castello, Montese, Castelnuevo e Dia da Vitória, a oportunidade de reafirmar sua identidade veterana pela reelaboração de suas memórias de guerra. O objetivo do trabalho de Thomson é analisar as contradições existentes entre o mito nacional e as memórias individuais, ou seja, o estudo é voltado para as interações entre as memórias públicas e as privadas. Assim, ele se focaliza nas lembranças que sofrem transformações ao longo do tempo, provocada tanto pelas mudanças nas comemorações públicas, quanto nas alterações do seu lugar social do agente de memória.

Buscar os pontos de contato entre as recordações individuais dos veteranos que determinam a memória coletiva será fundamental para apreender a realidade cultural do grupo social em questão. Tanto Pollack como Thomson trabalham com a ideia de que a estabilidade da memória é gerada pela tentativa de adequação de nossas memórias individuais às públicas, uma forma de ajustamento à identidade social ou do grupo, reprimindo as memórias que ainda são dolorosas.

É consenso de ex-expedicionários e especialistas de que a Força Expedicionária Brasileira foi ignorada pelo mundo e pelos brasileiros (CYTRYNOWICZ, 2000: 287-320; MAXIMINIANO, 1995:102; NEVES, 1992:295). Segundo Francisco César Alves Ferraz, até o início do século XXI, a temática do envolvimento no front italiano teve pouca importância nos cursos de História e nos livros didáticos (FERRAZ, 2010). Para Sirlei de Fátima Nass, o Brasil não teve o seu território ocupado e nem sofreu com o padecimento de vidas humanas, assim a guerra tornou-se um assunto distante na sociedade, o que contribuiu para o esquecimento social da FEB (NASS, 2005:17).

Porém, contrariando esses posicionamentos, segundo alguns outros autores, o Brasil tem nas paisagens cívicas das cidades brasileiras uma boa representação da FEB (CALIKEVSTZ, 2017; MATTOS, 1960; MAUD, 1999:53-73; ROSENHECK, 2008: 7-16). O levantamento dos monumentos da FEB localizado na sede da Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB) no Rio de Janeiro dá conta de 192 monumentos erigidos no Brasil até a década de 1980, em 165 cidades (ROSENHECK, 2008:7). E Ferraz aponta para a existência de 1092 publicações (livros, coletâneas de livros, artigos em periódicos científicos e militares, teses e dissertações) ao longo dos 70 anos de pós-guerra em pesquisa recente (FERRAZ, 2016). Segundo Ferraz, houve um crescimento significativo na produção somente a partir de meados dos anos 1970, e uma vigorosa produção entre 2006-2015 (dentro os 1092 estudos, 314 foram elaborados nesse período) em grande parte devido a atuação de autores de extração universitária (FERRAZ, 2016).

Uri Rosenheck propõe que é preciso precaver-se para não incorrer no anacronismo e reconhecer que em certas épocas e tempos a memória da FEB teve um papel de maior importância nos âmbitos pessoal, local e nacional (ROSENHECK, 2008:14).

Contudo, de acordo com Dennison de Oliveira, a pequena repercussão social do conflito não fundamenta a omissão e o silêncio da historiografia brasileira, a qual surpreendentemente permaneceu afastada dos dilemas colocados pela história e a memória militar (OLIVEIRA, 2000). Na concepção de alguns estudiosos o distanciamento da academia dos assuntos militares esteve ligado à tortuosa relação do Regime Militar (1964-1985) para com os universitários (NASS, 2005; ROSA, 2010; FERRAZ, 2003). De modo que, após o fim da ditadura, a FEB permaneceu abandonada pela produção acadêmica. Somente mais recentemente, a partir da década de 1980, os historiadores procuraram fazer incursões na temática da FEB, utilizando os conceitos e métodos da Nova História.

Além disso, grande parte das publicações sobre a Força Expedicionária Brasileira segue um padrão, ainda que não absoluto, de se basearem nos arquivos das associações de veteranos em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba. É preciso expandir geograficamente as análises sobre a FEB. Assim, em Minas Gerais, embora alguns tópicos sobre o processo de desmobilização, regresso e a reintegração social dos veteranos tenham sido abordados nas dissertações de Bustamante (UFMG, 2006) e Costa (UFJF, 2009), prevaleceu a análise das memórias dos ex-expedicionários no que tange ao envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Apenas Soares (UFOP, 2014) buscou estudar mais detalhadamente o processo da reincorporação social do efetivo expedicionário, por meio da análise das memórias dos associados da FEB em Divinópolis (ANVFEB- Seção Regional Divinópolis).

Nesse sentido, é preciso ampliar os estudos sobre a memória e o patrimônio do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Belo Horizonte é uma cidade estratégica neste sentido, pois contou com iniciativas organizadas por parte dos veteranos representados em suas agremiações associativas. E o que interessa aqui, pelo menos inicialmente, é investigar as narrativas, os conteúdos e as formas de memória veiculadas tanto na AECEB quanto na ANVFEB. Mas também, verificou-se a existência de expedicionários ainda vivos, os quais estão em condições de prestar depoimentos, bem como livros memorialísticos que permitem explorar a problemática naquilo que tange a uma “memória dos veteranos”. Além disso, a metrópole ainda conta com a presença das edificações que dão lugar às Associações, assim como com a presença de associados, isso

tanto no que se refere à AECB quanto a ANVFEB. Os arquivos de ambas as instituições estão em bom estado de conservação e isso facilitará o desenvolvimento satisfatório da pesquisa.

### **BIBLIOGRAFIA:**

- ARRUDA, Demócrito, et alii. **Depoimento dos Oficiais de Reserva da FEB**. São Paulo: s.ed., 1949.
- BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa Segunda Guerra: Os brasileiros em combate, 1942-1945**. Rio de Janeiro: Expressão Cultura, 1995.
- BUSTAMANTE, Márcio. **A memória entre duas guerras: Uma História da Memória dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- CALIKEVSTZ, Viviane Regina. **Categoria especial da sociedade: estudo do patrimônio cultural e da representatividade social da Força Expedicionária Brasileira \_ FEB**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2017.
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política, 1930-1945**. In: **A REVOLUÇÃO de 30: Seminário Internacional**. Brasília: Ed. da UnB, 1980.
- \_\_\_\_\_. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CASTELLO BRANCO, Manoel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército Editora, 1960.
- COSTA, Marcos Antonio Tavares da. **A Força Expedicionária Brasileira : memórias de um conflito**. UFJF, 2009. 256p. Dissertação (Mestrado em História).
- CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Edusp, 2000.
- FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945–2000)**. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

\_\_\_\_\_. **Considerações Historiográficas sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial: balanço da produção bibliográfica e suas tendências.** Revista Esboços, Florianópolis, v. 22, n. 34, p. 207-232, jul. 2016. Acesso em 10/11/2017.

HOBBSAWN, Eric. **A era dos Extremos: O Breve século XX.** 2.ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MATTOS, J. B. **Os Monumentos Nacionais: A Força Expedicionária no Bronze.** Rio de Janeiro: Imp. Do Exército, 1960.

MAUAD, Ana M.; NUNES, D. F. **“Discurso de uma morteconsumada: monumento dos pracinhas”.** In: Paulo Knauss (Org.). **Cidade Vaidosa: estudos sobre imaginária urbana no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Letras, 1999, pp. 53-73.

MORAES, João Batista Mascarenhas de. **A FEB pelo seu comandante.** São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1946.

NASS, Sirlei de Fátima. **Legião paranaense do expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos Febianos Paranaenses (1943-1951).** 2005. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** In: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados do Departamento de História da PUC-SP. (Pontífice Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: SP, 1981.

OLIVEIRA, Dennison de. **Cultura e poder nas cerimônias militares das Forças Armadas Brasileiras: o caso da vitória de Monte Castelo.** Revista de Ciências Humans, Curitiba, Editora da UFPR, n.9,2000.

POLLAK, Michel. **“Memória, esquecimento e silêncio”.** In: Estudos Históricos n.º.3. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 1989. p.3-16.

ROSA, Alessandro dos Santos. **A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988).** Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em História).Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Curso de Pós-Graduação em História, 2010.

ROSENHECK, Uri. **Entre a comemoração do passado e a construção do futuro: os monumentos da FEB em seus contextos.** In: Militares e Política, n.º 3 (jul –dez. 2008), p.7-16.

SALUM, Alfredo Oscar. **Zé Carioca vai à Guerra.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina: histórias do Brasil na Segunda Guerra Mundial**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000.

THOMSON, Alistair. **Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália**. In: História Oral, nº 4, junho de 2001. p. 85-101.



## PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DE TOMBAMENTO COLETIVO NO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO POÇO RICO: Análise do discurso das atas de reuniões informativas sobre o tombamento com a comunidade afetada

Priscila Angelo Tarabossi<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente trabalho se dedica à análise da participação popular no processo de tombamento, tratando-se de pesquisa empírica, que tem por objeto atas de reuniões realizadas com a comunidade afetada no processo de tombamento do conjunto paisagístico do bairro do Poço Rico. Mais especificamente, o trabalho se desdobra sobre a análise do discurso presente nestes documentos. Para o embasamento teórico, utilizou-se a Análise Crítica do Discurso (ACD) e do conceito de patrimônio trazido por François Choay, além de outros autores do campo jurídico e do campo do patrimônio. De acordo com o estudo desenvolvido, é possível perceber a importância da educação patrimonial a fim de que se dê a efetiva participação popular dentro do processo de tombamento, de modo a assegurar a preservação do patrimônio nacional e local.

Palavras-chave: Tombamento. Educação patrimonial. Participação popular. Análise Crítica do Discurso. Proteção patrimonial.

### **Abstract:**

The present work dedicate sit self to the analysis of popular participation in the process of establishing a site as a heritage site, corresponding to anempirical research, of which objetct of analys is consist in a public hearingand a informal meeting envolling the neighborhood community of Poço Rico. More specifically, this work focus on the discourse analysis present in these documents. For theoretical framework it made use of Critical Discourse Analysis (CDA) and of the concept of historical patrimony brought by François Choay, and other authors in law and patrimonial fields. Accordingly to the study developed, it is possible to notice them portance of heritage education in order to perceive effective popular participation in the process of establish in heritage site , in a way to enable the protection of heritage site in a local and national aspect.

Keywords: Heritage site. Heritage education. Popular participation. Critical Discourse Analysis. Heritage preservation.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora [priscilatarabossi@gmail.com](mailto:priscilatarabossi@gmail.com)

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dedica a análise da participação popular dentro do processo de tombamento, tratando-se de pesquisa empírica, que tem por objeto atas de reuniões realizadas com a comunidade afetada no processo de tombamento do conjunto paisagístico do bairro do Poço Rico – uma informal, de iniciativa da FUNALFA, e outra realizada na Câmara de Juiz de Fora -, anexadas ao processo físico. Mais especificamente, o trabalho se desdobra sobre a análise do discurso presente nestes documentos, tendo por marco teórico a Análise Crítica do Discurso (ADC).

O direito fundamental de proteção ao patrimônio cultural está assegurado pela Constituição no art. 5º, inciso LXXXIII, e no art. 216, sendo o tombamento o principal instrumento de proteção ao patrimônio cultural no ordenamento brasileiro, com relação aos bens imóveis. A proteção do patrimônio cultural se encontra regida pelos seguintes princípios: a) pluralismo cultural; b) participação popular; c) atuação estatal como suporte logístico; d) respeito à memória coletiva. O presente trabalho delimitou sua análise quanto ao princípio da participação popular dentro de um processo de tombamento.

A escolha pelo tema local se justifica na medida em que se verifica na cidade de Juiz de Fora, centro urbano de grande importância na história da industrialização brasileira, uma proteção não efetiva dos patrimônios tombados, de forma que vários desses patrimônios se encontram em um estado devastador de conservação. Cita-se, a título de exemplo, o Palacete Fellet, localizado na região central da cidade, que foi propositalmente abandonado de cuidados por seu proprietário quando do processo de tombamento, de forma que grande parte do patrimônio se tornou ruína.

A opção pelo processo de tombamento da região do Poço Rico é pertinente na medida em que é o primeiro caso de tombamento coletivo na cidade. A justificativa para o tombamento é que o bairro guarda parte importante da memória local, pois as casas objetos do tombamento coletivo seriam construções iniciais do Pantaleone Arcuri, importante construtora e empresa para a história do município, e por abarcar, além de mansões aristocráticas, imóveis que, originalmente, pertenciam à uma vila operária, contribuindo, assim, para a preservação de uma memória coletiva mais democrática, marcando a história da sociedade juiz-forana no auge de seu movimento industrial.

O objetivo geral do trabalho consiste na verificação do discurso empregado nas reuniões realizadas com a comunidade do bairro do Poço Rico, de forma a averiguar se o mesmo contribui ou não para a efetivação da preservação do patrimônio, incentivando e garantindo o direito à memória desta comunidade com relação ao objeto da ação de tombamento. Possui, ainda, como objetivo específico, analisar a participação da comunidade no processo de tombamento, perpassando: a) pela identificação do conhecimento dessa comunidade com relação ao processo, seus direitos e deveres; b) pela verificação de sua compreensão do que seja o instituto do tombamento e em que o mesmo implica para o patrimônio tombado e, c) pela análise das consequências dessa participação, ou não-participação, para a efetiva proteção do patrimônio local.

Para o embasamento teórico, utilizou-se a teoria de Norman Fairclough, principal nome da Análise Crítica do Discurso (ACD), e do conceito de patrimônio trazido por François Choay. Em breve síntese, a ACD, representada pelos estudos de Norman Fairclough, é uma abordagem científica transdisciplinar para estudos críticos da linguagem como prática social, que analisa, entre outros, a relação de poder que se estabelece pelo discurso, suas consequências e efeitos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais. A ACD analisa as relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais e defende o papel essencial do discurso nas mudanças sociais. Dessa forma, através da ACD, será possível verificar de que forma os discursos empregados nas reuniões contribuem, ou não, para a concretização do princípio da participação popular na proteção do patrimônio cultural.

O presente trabalho se estruturou da seguinte maneira: a) o primeiro capítulo abordará o que é patrimônio cultural, o que é tombamento, como se configura o princípio da participação popular neste instituto e a relação entre participação popular e o discurso; b) o segundo capítulo abordará o processo de tombamento do Poço Rico e um breve histórico da região afetada no processo e c) o terceiro e último capítulo apresentará a análise do discurso apresentado nas reuniões objetos da pesquisa acadêmica.

## **2 PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA**

O patrimônio cultural é um direito cultural, cuja proteção se encontra prevista no art. 216 da Constituição Federal e sua importância e caracterização encontram-se intimamente ligadas ao conceito de memória social.

Em Juiz de Fora, a primeira norma a reger a proteção cultural do município foi a Lei Municipal nº 6.108, de 13 de janeiro de 1982. Posteriormente substituída pela Lei nº 7.282/1988, tratou de quatro importantes situações: a implementação do tombamento como instrumento de proteção; a possibilidade de isenções fiscais como instrumento de incentivo aos proprietários de bens tombados; a criação da Comissão Técnico-Permanente Cultural (CTPC) como órgão consultivo da formação das diretrizes das políticas públicas para o setor; a criação do Conselho Consultivo de Proteção ao Patrimônio Cultural como órgão de consulta do Poder Executivo local, sendo que este último nunca saiu do papel. Em 1986, o Decreto nº 3.621 modifica a competência da Comissão Técnico-Cultural, que passa a ser uma das instâncias de permissão para demolição de imóveis.

Em 2004, ocorre a instalação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPPAC), pela Lei nº 10.777, vinculado à Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), encarregada da política cultural do município. Ao COMPPAC cabe definir as diretrizes da política de preservação do patrimônio cultural do Município, possuindo o poder de fiscalizar a execução técnica da FUNALFA, visando a proteção, preservação, vigilância, desenvolvimento de inventários, projetos, atividades culturais, pareceres, relacionados com o patrimônio cultural do Município. Entretanto, não possui natureza deliberativa em relação ao principal instrumento de proteção, o tombamento (AZEVEDO; JABOUR JÚNIOR, 2012: 48)

Em 1931, a Sociedade de Nações promoveu a Conferência de Atenas, resultando na Carta de Atenas. Nesta, o patrimônio é trazido como um bem que possui, por si só, um valor intrínseco, que o torna merecedor de proteção. Assim, nesta dimensão o patrimônio cultural não era algo construído, mas algo a ser decodificado. (AZEVEDO; JABOUR JÚNIOR, 2012: 21).

Entretanto, a política de patrimônio cultural nunca esteve apartada da situação política nacional, o patrimônio é construído e deve ser visto inserido num contexto de dimensão humanizadora do desenvolvimento de afirmação de uma identidade cultural plural, profundamente ligado com a democracia (AZEVEDO; JABOUR JÚNIOR, 2012: 21-23). Portanto, a construção de uma política de preservação patrimonial inclusiva pressupõe uma delimitação democrática do que é importante para a cultura local e nacional, de forma a não se olvidar das construções que representam um caráter contra

majoritário. Para tanto, é necessário que haja participação da população de forma ampla e consciente.

## **2.1 Tombamento: principal mecanismo de proteção do patrimônio cultural**

O tombamento pode ser definido como a inscrição de um bem cultural em um livro de tombo, com a finalidade de estabelecer sobre o bem prerrogativas legais de proteção (CUNHA FILHO, 2000: 114). Trata-se de um dos mecanismos voltados à proteção do patrimônio cultural. Encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 25/37, com a alteração determinada pela Lei n.º 6.292/75, quanto à constituição, que prevê três tipos de tombamento: a) de ofício; b) voluntário e c) compulsório; e quanto à eficácia, em: a) provisório e b) definitivo.

O tombamento pode ser definido como a inscrição de um bem cultural em um livro de tombo, com a finalidade de estabelecer sobre o bem prerrogativas legais de proteção (CUNHA FILHO, 2000: 114). Trata-se de um dos mecanismos voltados à proteção do patrimônio cultural. Encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 25/37, com a alteração determinada pela Lei n.º 6.292/75, quanto à constituição, que prevê três tipos de tombamento: a) de ofício; b) voluntário e c) compulsório; e quanto à eficácia, em: a) provisório e b) definitivo.

O tombamento pode ser requerido por qualquer cidadão, proprietário, órgão público ou privado, organização não governamental ou por iniciativa da própria Coordenadoria do Patrimônio Cultural. Pode se dar de forma voluntária, quando requerido pelo próprio proprietário, ou com sua anuência, ou compulsório, quando não há essa anuência. Para o tombamento compulsório, o Decreto-Lei 25/37, em seu art. 9º, estabelece o seguinte processo: a) a notificação do proprietário pelo órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para que este, no prazo de quinze dias, apresente a anuência ou impugnação; b) remessa ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para decisão, da qual não caberá recurso. Em Juiz de Fora, o órgão competente é a COMPPAC.

Esse instrumento provoca uma restrição sobre a propriedade privada dos bens tutelados, podendo essa se dar somente em partes do bem, como é o caso da proteção da fachada ou da volumetria. Essa restrição à propriedade privada encontra-se prevista pela Constituição de 1988, configurando-se em uma forma de efetivação da função social da

propriedade. Assim, qualquer modificação do bem tombado, seja definitiva ou provisoriamente, deve antes passar por aprovação do órgão competente. O instituto também prevê benesses, a serem determinadas por cada localidade. No caso de Juiz de Fora, os bens tombados usufruem de isenção do IPTU 2e direito de transferência do potencial construtivo.<sup>3</sup>

Apesar de a legislação pátria prever diversos outros mecanismos voltados à proteção do patrimônio cultural, como, por exemplo, inventários, registros, vigilância e desapropriação, a marca da proteção do patrimônio cultural no Brasil tem sido o instituto do tombamento, “tanto que já superou seu conceito jurídico se tornando um sinônimo de proteção, de afirmação axiológica do bem como cultural e significativo.” (AZEVEDO; BOTELHO, 2005: 34)

O município de Juiz de Fora, no ano de 2016, possuía um conjunto de 186 imóveis tombados (TRIBUNA DE MINAS, 2017). Entretanto, verifica-se, em alguns desses imóveis, precariedade, na medida em que se encontram em ruínas ou estado severo de degradação. Em alguns casos, percebe-se degradação provocada pelos próprios proprietários dos imóveis tombados, como foi o caso do Palacete Fellet, localizado na região central da cidade (FERNANDES, 2016). De outro modo, verifica-se um movimento crescente de resistência à novos tombamentos locais, como foi o caso do Colégio Magister.<sup>4</sup>

## 2.2 A participação popular no processo de tombamento

O patrimônio cultural nacional encontra-se regido pelos princípios do pluralismo cultural, da atuação estatal como suporte logístico, do respeito à memória coletiva e da participação popular (CUNHA FILHO, 2000: 44). Ainda são considerados princípios que

<sup>2</sup> Lei Municipal n.º 11.000, de 25 de abril de 2006.

<sup>3</sup> Lei Municipal n.º 9.327, de 27 de julho de 1998 e Lei Complementar n.º 65, de 25 de julho de 2017.

<sup>4</sup> O Colégio Magister, situado na Rua Braz Bernardino 151, região central de Juiz de Fora, configurava como um importante exemplar da arquitetura modernista: projetado por Arthur Arcuri, incluindo também painéis de sua autoria e um painel de autoria de Guimarães Vieira, o Guima, jornalista e renomado artista plástico da cidade. Anteriormente já catalogado pelo Inventário do Patrimônio Cultural de Juiz de Fora, realizado em 1996. O primeiro pedido de tombamento do imóvel foi realizado em 2002, votado pela Comissão antecessora da COMPPAC, no sentido do tombamento, para o qual o prefeito emitiu ordem de retorno do processo, sob alegações de problemas processuais com a delimitação do objeto. Em 2003 foi aberto novo processo de proposta de tombamento, mas a votação somente veio a ocorrer em novembro de 2004, já sob vigência da Lei municipal nº 10.777/04, pelo COMPPAC. Nesta votação o tombamento não foi aprovado. Outros mecanismos, como, por exemplo, o mandado de segurança, foram impetrados na tentativa de impedir a demolição do Colégio Magister, mas este foi ao chão no dia 23 de julho de 2005.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

regem essa proteção: a construção da memória plural, a diversidade de instrumentos de preservação, a municipalização da política patrimonial e a multiplicidade de sujeitos/atores na defesa do patrimônio cultural (FERNANDES, 2011: 3).

Pode-se auferir destes últimos princípios que a chave para a efetiva proteção do patrimônio cultural encontra-se na democracia, ou seja, na efetiva participação popular na construção e proteção desses patrimônios. Assim o é, já que a sociedade configura como um dos titulares desse direito ao patrimônio cultural (CUNHA FILHO, 2000: 130). Essa participação somente é efetiva quando existe ainda a educação patrimonial.<sup>5</sup>

Entretanto, não há previsão legal expressa de como essa participação deve se dar no quesito tombamento. No âmbito local, a Lei nº 10.777, que estabeleceu o COMPPAC, não prevê como as reuniões devem ser realizadas, se abertas ou fechadas para ouvintes, ou se é possível manifestação da população nas mesmas.

### 2.3 O discurso e o princípio da participação popular

A Análise do Discurso Crítica (ADC), ou Análise Crítica do Discurso (ACD), foi elaborada na segunda metade da década de 1980, na Inglaterra, tendo como principal teórico Norman Fairclough (1941). A ADC é uma abordagem científica transdisciplinar que parte das ideias de Bakhtin (1997) e tem base no Realismo Crítico (BAHSKAR, 1989). A ADC é

(...) perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) como um elemento ou momento do processo social material (WILLIAMS, 1977), que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social (FAIRCLOUGH, 2005: 307).

A ADC analisa as relações dialéticas entre o discurso e as práticas sociais, estas que seriam,

(...) por um lado, uma maneira relativamente permanente de agir na sociedade, determinada por sua posição dentro da rede de práticas estruturadas e, por outro, um domínio de ação social e interação que reproduz estruturas, podendo transformá-las (FAIRCLOUGH, 2005: 308).

A interrelação dessas práticas constitui uma ordem social, cujo aspecto semiótico chamamos de discurso. Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença

---

<sup>5</sup>FERNANDES, 2011, p.5

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. (FAIRCLOUGH, 2005: 310)

Parte da rede de interconexões de que trata a ADC, a participação popular no processo de tombamento também está sujeita ao embate discursivo. Como dito anteriormente, a política de proteção ao patrimônio cultural não se encontra escusada da política de governo, ou mesmo das interferências de interesses de mercado.

### **3 PROCESSO DE TOMBAMENTO DO CONJUNTO PAISAGÍSTICO DO POÇO RICO**

O processo de tombamento do conjunto paisagístico do bairro Poço Rico teve início em outubro de 2015, impulsionado pelo pedido feito pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, representada pela assinatura do então diretor, Gustavo Francis Abdalla, pelo Centro de Conservação da Memória da UFJF, representada pela assinatura do Professor Marcos Olender e pela assinatura da presidente do Programa de Estudos e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística (PERMEAR), uma ONG de conscientização da preservação da cultura da cidade e da região.

No conjunto paisagístico incluem-se quarenta e sete imóveis de seis ruas do bairro do Poço (Rua Dr. João Villaça, Rua da Bahia, Rua Pinto de Moura, Rua Herculano Pena, Rua Antônio Dias e Rua Espírito Santo), e a notificação de cento e quarenta famílias. Dentre as justificativas para o tombamento apresentam-se a diversidade arquitetônica e o padrão de ocupação do solo, com predominância de residências unifamiliares, características das construções típicas das vilas operárias no século XX na cidade de Juiz de Fora. Além disso, dentre os imóveis inseridos no conjunto paisagístico apresentavam-se construções realizadas por Arthur Arcuri, figura importante no plano paisagístico da cidade. Atualmente o processo do conjunto paisagístico se encontra na fase de instrução, na qual serão realizados os levantamentos históricos e arquitetônicos sobre a área.

#### **3.1 Poço Rico: um retrato de uma Juiz de Fora industrial**

A cidade de Juiz de Fora, já no início do século XX, demonstrava uma forte expansão industrial: das doze indústrias que se localizavam na Zona da Mata na época, sete se encontravam no município; assim, possuía 8% do número total de estabelecimentos do estado, 22% do capital, 16% do número de operários e mais de ¼ do



valor total da produção do estado (BARBOSA, 2017: 85 - 86). Assim, a cidade se configurou como o maior centro industrial do estado de Minas Gerais, o que lhe garantiu o título de “Manchester Mineira”. 6

Como consequência da intensa industrialização, verificou-se uma rápida expansão da urbanização na região, resultando, mais especificamente, na proliferação das vilas operárias.

A região do bairro do Poço Rico se localizava em terreno pantanoso, cortada pelo Rio Paraibuna na direção leste. Após as inundações de 1906 e 1940, entretanto, a paisagem passa por uma grande modificação, quando o Governo Vargas disponibiliza recursos que são destinados ao plano de tratamento das águas e esgotos, retificação e drenagem do rio. A região fazia parte das Três Pontes, ou seja, era cortada pela linha férrea em três trechos do Rio Paraibuna, desde 1875, com a chegada da Estrada de Ferro D. Pedro II, e por ela também passava a estrada União e Indústria, desde 1861. Assim, após a retificação do rio o terreno se tornou um investimento interessante para o polo industrial.

Apesar de ter sido uma das primeiras regiões da cidade a ser habitada e ser, à época, a principal entrada da cidade, até o terreno ser adquirido pela Companhia Pantaleone Arcuri, a região era pouco valorizada. Ali se concentrava o depósito de lixo, o matadouro municipal, curtumes, o asilo que hoje corresponde ao atual abrigo Santa Helena e uma fábrica de banha. A companhia da família Arcuri adquiriu o terreno e iniciaram-se as obras de aterro e saneamento.

Em 1910, a Companhia Industrial e Construtora Pantaleone Arcuri & Spinelli ergueu a vila operária do Bairro do Poço Rico, na parte posterior do terreno da empresa. A vila era composta por dezessete habitações construídas no padrão de residências unifamiliares, todas com quintais, apesar da topografia bastante irregular com acentuado aclive. Esse tipo de residência era bastante comum das vilas operárias no século XX.

### **3.2 O tombamento coletivo do conjunto paisagístico**

Uma das maiores dificuldades do processo de tombamento em questão deu com relação à notificação dos proprietários dos imóveis. A lei de tombamento não prevê uma

---

6 A cidade de Manchester, na Inglaterra, é conhecida como o berço da Revolução Industrial, na medida em que foi nessa localidade que se instalou a primeira máquina à vapor na indústria têxtil, assim como foi também ali que foi construída a primeira linha férrea de passageiros.

forma específica ou diferenciada para a notificação em caso de tombamento de conjunto paisagístico. A problemática está no fato de que o imóvel só sofrerá os efeitos, ainda que provisórios, do tombamento após a devida notificação. A Lei de Tombamento Municipal, Lei N.º 10.777, de 15 de julho de 2004, traz, em seu art. 12, §1º, inciso II, “c” e “d” que a notificação poderá ser realizada por edital quando for para conhecimento público em geral ou sempre que a publicidade seja essencial à finalidade do mandado e quando a demora da notificação pessoal puder prejudicar seus efeitos. Entretanto, ao ser consultada, a Corregedoria Geral do Município determinou que, seriam realizadas as notificações por carta registrada, como determina o referido Artigo, §1º, inciso I, concomitantemente com a publicação de edital no Diário Oficial, nos jornais de circulação local e ampla divulgação pela imprensa, assim determinado em maio de 2017. No entanto, as notificações se iniciaram apenas em setembro do mesmo ano, e o edital foi publicado somente em 12 de outubro de 2017.

Entretanto, o que se destaca neste caso é o posicionamento dos proprietários afetados. O processo provocou fortes reações contrárias por parte destes e de moradores do bairro, que apresentaram impugnações ao processo e se organizaram no Movimento SOS Poço Rico, cujo objetivo é impedir o prosseguimento do processo de tombamento. No quesito processual, diversas impugnações foram interpostas e diversos foram os argumentos apresentados: a descaracterização dos imóveis; a falta de instrução que justificasse o pedido de tombamento; o descaso do poder público para com o bairro; o prejuízo provocado nos imóveis pelo trem; a limitação da fruição dos bens pelos proprietários, atingindo o direito à propriedade e não oferecendo em troca uma justa compensação e que teriam sido surpreendidos pelo processo, havendo prazo insuficiente para realizar a defesa. Alguns desses argumentos serão analisados de maneira mais profunda no capítulo posterior.

A resistência dos proprietários quanto ao tombamento diferencia o caso juiz-forano do caso do bairro de Santa Tereza, em Belo Horizonte, no qual os moradores se reuniram no Movimento Salve Santa Tereza. Com o movimento, no ano de 2015, deu-se início ao tombamento de diversos imóveis da região, além da determinação de uma Área de Diretrizes Especiais, os quais resultaram, atualmente, em uma grande movimentação comercial em torno dessa proteção patrimonial.

#### **4 ANÁLISE DAS ATAS DE REUNIÕES ATRAVÉS DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ADC)**

Durante a fase de notificação do processo de tombamento do conjunto paisagístico do Poço Rico, duas reuniões foram realizadas com os proprietários dos imóveis envolvidos. A primeira foi realizada pela Funalfa, de maneira informal, no mês de outubro do ano de 2017, com o objetivo de esclarecer possíveis dúvidas quanto aos procedimentos do tombamento. A segunda foi uma audiência pública convocada na Câmara Municipal, requerida pelo Vereador Dr. Adriano Miranda, realizada no mês de dezembro do mesmo ano.

Em ambas as reuniões podemos perceber, através da aplicação do marco teórico, a forma como discurso dos agentes envolvidos revela os desafios a efetiva participação popular dentro do processo de tombamento.

##### **4.1 Ata da reunião com a FUNALFA**

A FUNALFA convocou os proprietários já notificados dos imóveis envolvidos no processo de tombamento, na data de 24 de outubro de 2017, no intuito de esclarecer as possíveis dúvidas desses agentes quanto aos trâmites do processo de tombamento do Poço Rico. A ata da reunião se encontra anexada ao processo físico, nas páginas 150 à 169 e no anexo 1 deste trabalho. A reunião foi presidida pelo Superintendente da FUNALFA, Rômulo Rodrigues Veiga e contou com a presença da Procuradora Municipal, Dra. Carla de Oliveira; com a Diretora da Divisão de Patrimônio Cultural da FUNALFA, Angélica Moreira Costa, e a Supervisora da mesma divisão. Não houve lista de presença ou qualquer outro dado que possibilitasse auferir quantos ou quais proprietários estiveram presentes na reunião.

Pela leitura da ata é possível verificar que a linguagem utilizada por esses profissionais foi moldada para seu público, apresentando-se de maneira informal e acessível. Entretanto, a reunião se apresentou caótica, verificando-se várias interrupções nas falas dos locutores, e em vários momentos notam-se lacunas de registro na ata sobre falas e intervenções manifestadas durante a reunião, o que por vezes pode dificultar uma análise mais aprofundada dos discursos empregados.

Nesta reunião, o enfoque se coloca sob os discursos dos “participantes não-identificados”, ou seja, dos proprietários presentes, que apresentam suas reclamações

quanto ao processo de tombamento. Essas reclamações e questionamentos desvendam os principais obstáculos para a efetiva participação popular no tombamento.

Dentre as queixas dos proprietários durante a reunião, destacam-se as afirmações de que não há interesse por parte deles quanto ao tombamento, tornando-o, à seu ver, ilegítimo; de que a notificação foi, alegadamente, tardia, o que dificultaria a apresentação de uma defesa consistente, e a de que não haveria argumentos técnicos que justificassem esse pedido de tombamento, justificando, de acordo com eles, a extinção do processo. Quanto a primeira queixa, deve-se destacar que o direito ao patrimônio é um direito social, ou seja, é um direito que tem como titular a sociedade como um todo. Obviamente, o patrimônio deve ser construído de forma democrática e inclusiva, entretanto, em seu processo de construção, existe também o caráter contra majoritário, que implica em uma proteção ao bem de valor histórico ou arquitetônico para além de interesses de uma maioria, interesses esses que podem estar condicionados a outros fatores socioculturais ou econômicos. Assim, quando da análise de um tombamento não é necessário que haja anuência ou interesse do proprietário para que este seja válido.

Sobre questão do prazo para defesa e a falta de instrução do processo, tem-se, primeiramente, que, no processo de tombamento o prazo para impugnação é, em regra, de trinta dias, a serem contados não a partir do pedido de abertura do processo, que neste caso foi em 2015, mas a partir da notificação. Assim, o argumento de que os proprietários teriam sido pegos de surpresa demonstra a falta de conhecimento sobre o procedimento. Já quanto à instrução, a mesma se dá após findo o prazo de impugnação, quando começa a fase instrutória do processo, no qual serão reunidas evidências que justifiquem o tombamento. Quando do pedido de tombamento, portanto, não é necessário que haja um conjunto de evidências que sustentem o tombamento. Além disso, é preciso ressaltar que, por força da lei nacional que regula o tombamento, o órgão competente é obrigado a acatar a solicitação de tombamento, e é vedado a extinção do processo sem que antes se passe pela instrução e votação.

Um outro fator responsável pela resistência dos proprietários ao processo está relacionado ao mercado imobiliário. Alguns proprietários levantaram o questionamento da perda do valor de mercado por conta do tombamento e quais seriam os ganhos financeiros que poderiam advir desse tombamento. O mercado imobiliário sempre ocupou um lugar de destaque nas questões do patrimônio cultural em Juiz de Fora, perceptível através dos exemplos do Palacete Fellet e do Colégio Magister. No bairro do

Poço Rico, próximo ao entorno do conjunto paisagístico, está sendo construído um prédio de oito, fato esse que também foi levantado durante a reunião. Assim, o direito de venda do potencial construtivo e a isenção de IPTU estão sendo vistas como incentivos insuficientes para cobrir os ônus de uma propriedade tombada em face ao lucro que se poderia adquirir com a especulação imobiliária.

Entretanto, o maior problema percebido através da análise dos discursos dos proprietários nessa reunião foi a associação entre “tombamento” e “ruínas”. No município são vários os casos de bens tombados que acabaram ruindo ou sendo demolidos, levando à judicialização da questão. Sobre isso, o superintendente da Funalfa se manifestou da seguinte forma:

(...) Vocês citaram casos aqui que estão judicializados. É importante que a gente cumpra as leis. A nossa função de órgão aqui, DIPAC e COMPAC, é cumprir as leis. E acontece casos que quando o imóvel é deliberadamente destruído, para tentar alterar ali os valores que levaram ao tombamento isso gera um processo judicial do Ministério Público, nem é da Prefeitura. O Ministério Público entra e por isso tem a lei federal de tombamento [...]. Ele vai averiguar se esse ‘tombamento’ [demolição] foi intencional ou não. Mas se foi provocado por outros, cabe indenização também. (Processo de Tombamento do Conjunto Paisagístico do Poço Rico: 153)

Nesse pequeno trecho podemos vislumbrar o interlocutor utilizando-se do termo “tombamento” como sinônimo para “demolição”. Esse é o principal problema a ser enfrentado a fim de que ocorra a efetiva preservação do bem, já que não é possível uma participação popular no processo de tombamento se existe a descrença nesse instituto.

#### **4.2 Ata da reunião na Câmara dos Deputados**

O Vereador Dr. Adriano Miranda, com base no requerimento nº 4257/17, propôs uma audiência pública na Câmara Municipal para tratar o processo de tombamento do Poço Rico, que ocorreu no dia treze de dezembro de 2017.

O Vereador Adriano apresentou a primeira fala da audiência e algumas de suas afirmações precisam ser analisadas através do marco teórico. A primeira seria a de que o documento de notificação do processo de tombamento teria retirado a autonomia dos proprietários sobre suas residências. A notificação estabelece o tombamento provisório do bem, que passa a ter algumas restrições quanto a determinadas alterações em sua estrutura. Entretanto, o direito de propriedade não foi retirado, podendo-se realizar alterações desde que estas sejam aprovadas pelo órgão competente. Em seu discurso ele

também afirma que “deseja que o Superintendente da FUNALFA garanta total melhoria ao bairro”. A FUNALFA é responsável pelo patrimônio cultural do município, não sendo competente para resolver todos os problemas urbanos relacionados à infraestrutura e políticas públicas. Esse tipo de ação, na verdade, seria de responsabilidade do Plano Diretor e mesmo da própria Câmara Municipal. Esse tipo de discurso acaba por contribuir para a desinformação quanto ao tombamento, criando ainda maior resistência popular a esse instrumento. Além disso, o vereador também incorre em erros técnicos ao requerer, por exemplo, o arquivamento do processo.

A manifestação dos proprietários nesta reunião enfatizou a exigência de um maior diálogo dentro do processo, criticando o modo como a intenção de preservar foi manifestada. Aqui novamente se abre espaço para questionar a falta de diálogo com a comunidade no processo de construção e reconhecimento do patrimônio cultural. Esse discurso também foi empregado por alguns políticos durante a reunião e por componentes da mesa. Novamente também se verificaram as alegações de falta de instrução do processo e a associação entre “tombamento” e “ruínas”.

## 5 CONCLUSÃO

O princípio da participação popular na defesa do direito ao patrimônio cultural, mais especificamente, dentro do processo de tombamento, só pode se apresentar efetivo se há a compreensão do instituto por parte dessa população, sendo a educação patrimonial, portanto, a chave para essa efetividade. Através da análise dos discursos apresentados nas reuniões com a comunidade do bairro do Poço Rico, pode-se concluir o que se segue:

Existe um grande déficit de conhecimento sobre o processo de tombamento por parte da população, que se reflete em resistência ao instituto, impedindo que haja uma efetiva participação popular dentro do processo.

Esse déficit de informação é reforçado por discursos políticos e mercadológicos, que dissociam proteção ao patrimônio cultural de desenvolvimento econômico e social. Percebe-se, então, a manipulação do discurso de forma desprivilegiar a proteção ao patrimônio, além da forte intervenção do mercado imobiliário nas questões patrimoniais.

A degradação e destruição intencional de bens tombados na cidade construiu a associação entre “tombamento” e “não preservação”, o que se coloca como um forte fator de afastamento da população da preservação do patrimônio cultural

Todos esses fatores enfraquecem a participação popular no processo de construção e preservação do patrimônio cultural da cidade. Esse fato, aliado à ausência de políticas públicas de conscientização e de educação patrimonial, leva a um ciclo vicioso no qual o tombamento é solicitado a fim de preservar um bem, sem que sejam discutidas formas de participação da comunidade no processo, gerando resistência por parte dessa, resultando em um tombamento sem eficácia. Assim, é necessário que haja políticas públicas que promovam a educação patrimonial na comunidade local, além de formas de preservação construídas com essa comunidade, e que possam ir além do tombamento.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Nilo Lima de; BOTELHO, T.R. Gestão participativa e política de patrimônio no município de Belo Horizonte: realidade ou mito? **Ciências Sociais Unisinos**. São Leopoldo, vol. 41, n. 1, p. 31-36, 2005.

AZEVEDO, Nilo Lima de; JABOUR JÚNIOR, Wilson Coury. **Reflexões e Olhares: O patrimônio cultural de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Funalfa, 2012.

BARBOSA, Yuri Amaral. **Pequena Geografia Histórica de Juiz de Fora: O processo urbano do Caminho Novo ao início do século XX**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 1999.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical Discourse Analysis as a Method In Social Scientific Research*. Tradução de Iran Ferreira de Melo. *Methods in critical discourse analysis*. Londres: Sage, 2ª ed., 2005. P. 121-138.

FERNANDES, Daniele Aparecida Carneiro. A função social da propriedade cultural um estudo sobre o caso 'Palacete Fellet'. Juiz de Fora: UFJF, 2016.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O direito à memória: análise dos princípios constitucionais da política de patrimônio cultural no Brasil (1998-2010). *Anais do II Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

MGTV. Moradores do Bairro Poço Rico manifestam contra tombamento de imóveis em Juiz de Fora. G1, Juiz de Fora, 14 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/moradores-do-bairro-poco-rico-manifestam-contratombamento-de-imoveis-em-juiz-de-fora.ghtml>>. Acesso em: 16/10/2018.

MORAIS, Mauro. Poço Rico: O que representa o processo de tombamento de um conjunto de casas? *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 10 de dezembro de 2017. Disponível em: <<https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/10-12-2017/poco-rico-o-que-representa-o-processo-de-tombamento-de-um-conjunto-de-casas.html>>. Acesso em: 16/10/2018.

MORAIS, Mauro. Em contraste com tombamento, Poço Rico sofre com abandono. *Tribuna de Minas*, Juiz de Fora, 16 de setembro de 2018. Disponível em:

<<https://tribunademinas.com.br/noticias/cultura/16-09-2018/em-contraste-com-tombamento-poco-rico-sofre-com-abandono.html>>. Acesso em 17/09/2018.



## SIMPÓSIO TEMÁTICO 07

### Religião, religiosidades, cultura e política: séculos XIX e XX

#### **Coordenadores:**

José Leandro Peters (Doutor em História pela UFJF)

Alexandre Luis de Oliveira (Doutorando em História pela PUC-RS).

#### **Ementa:**

O presente simpósio temático pretende congrega pesquisas que tangem as relações religiosas frente às políticas desenvolvidas pelo Estado. Nesse caminho, propomos um grupo de trabalho que visa reunir pesquisadores de variadas áreas interessados em debater como os diferentes discursos e fatores religiosos estiveram relacionados aos eventos históricos (culturais, sociais e políticos) ao longo dos séculos XIX e XX, ou como os estudos no campo religioso ajudam na compreensão da história política social e cultural dos diversos Estados nos séculos XIX e XX. No que tange à história nacional brasileira, esse é um período com diversos acontecimentos que colocam em questão as variadas relações entre sociedade, religião, cultura e política. Ao longo do século XIX percebemos intensos debates em torno das relações entre Estado e Igreja: a formação do Estado brasileiro, o regime do padroado e a independência da Igreja no Brasil, a reforma ultramontana, a Proclamação da República e o Estado Laico; são exemplos de momentos em que as relações entre sociedade, religião, política e cultura estiveram em ênfase. Esses debates acabaram por repercutir ou ter a sua continuidade ao longo do século XX, em que percebemos uma disputa pelo espaço religioso entre a igreja católica e as igrejas protestantes e pelo espaço público entre as igrejas, o Estado, e diversos movimentos sociais. Esses espaços de conflito promoveram fissuras institucionais, mas também permitiram movimentos de união entre discursos: hibridismos, mestiçagens; enfim abriram campos de negociação e quase sempre foram modificados na prática social, política, cultural e religiosa. O simpósio temático pretende capitalizar essas formas de pesquisas.

## CATOLICISMO NO BRASIL E SUA PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA: AS CONTRIBUIÇÕES DA DOCTRINA SOCIAL NA ELABORAÇÃO DE SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA AGRÁRIO

Nilmar de Sousa Carvalho<sup>1</sup>

### RESUMO

Na segunda metade do século XX, o Brasil sofreu profundas transformações sociais no meio rural. A luta pela posse e uso da terra, aos poucos, foi se tornando um tema inevitável. Esse debate reverberou com a volta do país ao regime democrático, após o fim da II Guerra Mundial. O setor progressista da Igreja Católica, preocupado com essa questão, elaborou uma proposta de reforma Agrária, que teve início em setembro de 1950, com a convocação da I Semana Ruralista pelo bispo de Campanha (MG), Dom Inocêncio Engelke. Durante os anos que se seguiram, a discussão ganhou mais relevância, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1956 e 1959, os bispos do nordeste endossaram esse debate com um discurso que defendia o desenvolvimento. Durante o governo de João Goulart (1961-1964), foi aprovado o estatuto do trabalhador rural e, a Igreja, apoiou a Reforma de Base.

Palavras chave – Igreja Católica, reforma agrária, propriedade privada, Doutrina Social da Igreja.

### ABSTRACT

In the second half of the twentieth century, Brazil suffered profound social transformations in the rural environment. The struggle for possession and use of the land gradually became an inevitable theme. This debate reverberated with the return of the country to the democratic regime after the end of World War II. The progressive sector of the Catholic church, concerned about the need to find a solution to the problem, is prepared to reflect on the subject. In September 1950, the Campaign Bishop (MG) D. Innocent Engelke summoned the I ruralist week. During the years that followed, the discussion gained more relevance, with the support of the National Conference of Bishops of Brazil (CNBB). This reflection culminated in the elaboration of a proposal for agrarian reform, defined as a political-social initiative. During the government of João Goulart (1961-1964), The church supported the form of Bases.

Key words – Catholic Church, Agrarian Reform, Private Property, Church Social Doctrine.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup>Mestrando em Ciência da Religião pela UFJF - Bolsista CAPES - Graduado em História pela Universidade Católica de Petrópolis: UCP.nilmarcarv@hotmail.com

Esse artigo pretende analisar a proposta de reforma agrária elaborada pela Igreja Católica entre os anos de 1950 e 1964. Procurará apresentar o contexto histórico da época, além dos pressupostos sócio-políticos e religiosos que levaram a Igreja Católica a refletir sobre o problema agrário.

Na segunda metade do século XX, o Brasil viveu profundas transformações sociais no meio rural. A luta pela distribuição de terra, já em curso em outros países, aos poucos, foi se tornando um tema bastante discutido entre alguns movimentos da sociedade brasileira, principalmente, aqueles ligados a luta e a defesa dos direitos sociais.

Em setembro de 1950, o bispo de Campanha (MG), Dom Inocêncio Engelke, convocou a I Semana Ruralista e, foi publicado o primeiro documento, chamado de carta pastoral, com o título: Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. Em 1954, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), por meio do documento: a Igreja e a Reforma Agrária elaborou um conceito sobre o tema. Nos anos de 1956 e 1959, foi realizado, no nordeste, o encontro dos bispos do nordeste. A Igreja defendeu que o atraso econômico do país era resultado da ausência de políticas públicas efetivas que solucionassem os problemas do desabastecimento de água, além de garantir o acesso à terra aos trabalhadores rurais.

Em 1960 os bispos de Campos/RJ, Castro Mayer e o bispo de diamantina/MG, Geraldo Proença Sigaud, juntamente com o professor Plínio de Oliveira, se posicionam contrários à proposta de Reforma Agrária que estava sendo pensada pela CNBB e, para justificar as suas discordâncias, publicaram um livro com o título: Reforma agrária, problema de consciência. Durante o governo de João Goulart (1961-1964), algumas das reivindicações feitas pela Igreja foram atendidas, dentre elas, foi criado, em 1962, a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA). No ano seguinte, foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural, que tornava extensivos ao campo os direitos trabalhistas. Foi criada, também, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR). Diante das propostas de reforma, defendida por João Goulart, a igreja Católica, por meio da Comissão Central da CNBB, declarou publicamente apoio e, em contrapartida, o governo federal reconheceu o esforço da Igreja Católica e a urgência de apresentar uma solução para o problema agrário.

Para ajudar na compreensão do objeto dessa pesquisa, será feita uma contextualização histórica, com o objetivo de evidenciar que a proposta de reforma agrária apresentada pela Igreja possui uma relação com três acontecimentos históricos que ocorreram no final do século XIX e durante a primeira metade do século XX. O primeiro, diz respeito à publicação da Encíclica *Rerum Novarum* pelo papa Leão XIII (1891), que representou uma nova hermenêutica da realidade sócio-política e religiosa da Igreja Católica. O segundo fato se refere à inflexão da Igreja Católica após a separação entre Igreja/Estado, no final do século XIX, que lhe garantiu mais liberdade de ação. Essa abertura da Igreja, como estratégia para se reposicionar diante dos desafios do mundo secularizado, contou com a atuação do arcebispo do Rio de Janeiro, Sebastião Leme (1921). Dom Leme promoveu uma maior participação dos leigos na construção do ideário católico no Brasil e fundou as ligas católicas, dentre elas a Juventude Agrária Católica. E por fim, o papel do Partido Comunista Brasileiro como protagonista da luta pela distribuição de terra e o primeiro a apresentar para a sociedade um projeto de reforma agrária.

O estudo desse tema foi pouco explorado pela comunidade acadêmica. Em 1983, o sociólogo Abdias Vilar de Carvalho escreveu uma obra com o título: *A Igreja Católica e a questão agrária*, em que procurou pesquisar esse movimento dentro da Igreja Católica. Evidenciou os vários encontros realizados pela hierarquia católica com a participação do poder público e dos trabalhadores rurais ocorridos entre a década de 50 e início da década de 60. E, que tinham como propósito, promover uma ampla discussão concernente à urgência de apresentar para classe campestre uma proposta de reforma agrária.

Esse trabalho tem como objetivo, portanto, além de aprofundar a discussão iniciada anteriormente pelo sociólogo Abdias V. de Carvalho, almeja ressaltar o papel da Igreja Católica, que por meio da sua Doutrina Social, se predispôs a lutar, ao lado dos trabalhadores rurais, pela realização da reforma agrária. Apresentar uma percepção acerca do objeto. sem a pretensão de que tenha um caráter conclusivo, mas que possa auxiliar novas pesquisas.

### **A ENCÍCLICA *RERUM NOVARUM* COMO UMA NOVA HERMENÊUTICA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.**

O primeiro fato histórico, que ajudará na compreensão das razões que levou a Igreja Católica a refletir sobre a necessidade de elaborar uma proposta de reforma agrária,

foi a publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, pelo papa Leão XIII, no final do século XIX. Leão XIII percebeu que não era mais possível adiar o encontro entre a tradição cristã e as coisas novas trazidas pela contemporaneidade. O Pontífice, sensibilizado pela situação de exploração do operariado urbano, resultado da revolução industrial na Europa, se propôs a estabelecer uma alternativa que pudesse nortear essa grave crise social, motivada pelos:

(...) progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito (*RERUM NOVARUM*: 1).

A Encíclica *Rerum Novarum* inaugurou uma nova fase da cultura ocidental, uma modalidade do magistério eclesial e uma nova época na História da Igreja. O explosivo nascer da era industrial e a conseqüente revolução socioeconômica caracterizaram a crise da cultura ocidental nos fins do século XIX. Representou um novo olhar da Igreja sobre a realidade social multifacetada protagonizada pela modernidade (TERRA, 1991: 347).

Dentre os variados temas abordados pelo papa Leão XIII, por meio da Carta Encíclica *Rerum Novarum*, alguns possuem relações com o objeto dessa pesquisa. No parágrafo quarto da Carta Encíclica, o papa defendeu a necessidade de garantir a propriedade privada. Segundo o pontífice, “o fim imediato de quem exerce uma arte lucrativa é conquistar um bem que possuirá como próprio, tendo-se em vista, prover à sua sustentação e às necessidades da vida”. E, ainda, “o trabalhador espera do seu trabalho, não só o direito ao salário, mas ainda um direito estrito e rigoroso para usar dele como entender”. Leão XIII defendeu, também, que o trabalhador, mediante a redução das suas despesas e, conseqüentemente, a poupança de algum valor, pode adquirir uma porção de terra que, segundo ele, não é outra coisa senão o seu salário transformado (*RERUM NOVARUM*: 4).

O papa Leão XIII propôs que a razão do trabalho é garantir o acesso a propriedade como uma espécie de mediação para a vida. A aquisição de bens é fundamental para que o trabalhador conquiste uma vida digna e humana, apontado pelo papa, como aquilo que pode “prover à sua sustentação e as necessidades da vida”. Na

mesma perspectiva, o papa João XXIII (1958-1963), afirmou que “é necessário que aos trabalhadores se dê um salário que lhes proporcione um nível de vida verdadeiramente humana e que lhes permitam enfrentar com dignidade as responsabilidades familiares”. Para ele, o acesso à propriedade estende-se não só aos bens de consumo, mas também aos meios de produção, ou seja, o trabalhador, além do direito ao salário, também é garantido a ele a liberdade de usá-lo como quiser, inclusive para a aquisição de bens, denominados de frutos digno do trabalho (ANTONCICH & SANS, 1992: 159).

Outro espectro abordado por Leão XIII trata da apreensão da Igreja Católica com relação ao avanço das ideias anticristãs defendida pelo materialismo histórico. Para o pontífice, além de o socialismo negar a relevância da religião para a sociedade, não reconhecia a propriedade privada e, ainda, defendia o uso da violência como forma de resistência. Segundo o papa: “a conversão da propriedade particular em propriedade coletiva, tão preconizada pelo socialismo, não teria outro efeito senão tornar a situação dos operários mais difíceis, retirando-lhes a livre disposição do seu salário e roubando-lhes” (*RERUM NOVARUM*: 4).

O papa, portanto, afirmou que a supressão da propriedade privada lesa os justos direitos do trabalhador e, que o trabalhador tem o direito de ser proprietário, mediante o justo salário (ANTONCICH & SANS, 1992: 160). Quanto à violência que o socialismo poderia promover, Leão XIII afirmou que “semelhante teoria é injusta, por violar os direitos legítimos dos proprietários, viciar as funções do Estado e tender para a subversão completa do edifício social” (*RERUM NOVARUM*:3).

A Carta Encíclica *Rerum Novarum* abordou, também, a necessidade dos operários de se organizarem em associações, isto é, em sindicatos, como forma de evitar a influência das falsas ideologias e, ao mesmo tempo, garantir a proteção dos trabalhadores contra as injustiças sociais. Para Leão XIII, é urgente à necessidade dos trabalhadores “organizarem-se eles próprios e unirem as forças para poderem sacudir denodadamente um jugo tão injusto e tão intolerável” (*RERUM NOVARUM*: 34).

O papa reconheceu, portanto, que apesar das dificuldades, havia um grande número de católicos operários que se mantinham firmes na defesa dos deveres e na observação dos preceitos cristãos. Salientou também que esses “homens de grande mérito” se reuniam frequentemente em congresso, com o propósito de compartilhar

mutuamente as suas ideias, unirem as suas forças e ordenarem programas de ação. Outros se ocupavam em formar corporações com as diversas profissões, com o objetivo de manter os postos de trabalho.

### **A SEPARAÇÃO IGREJA/ESTADO COMO UM NOVO ALVORECER DA IGREJA CATÓLICA.**

O segundo aspecto que possui relação com esse objeto de pesquisa, concerne ao processo de separação envolvendo a Igreja e o Estado. Em 1872, deflagrou, no Brasil Império, a chamada Questão Religiosa. O episódio envolveu os bispos Dom Vital Maria G. de Oliveira, Dom Antônio Macedo Costa e a maçonaria. Dom Vital, bispo de Olinda, promoveu uma série de atos contra a maçonaria. Sensibilizado com a questão, Dom vital recebeu apoio do bispo do Pará, Dom Antônio Macedo. Os maçons, insatisfeitos, apelaram ao Imperador, que por meio do regime de padroado<sup>2</sup> mantinha a Igreja sob a sua jurisdição. Em 12 de julho de 1873, o Conselho do Estado atendeu o recurso da maçonaria e, o Supremo Tribunal de Justiça, condenou os bispos a quatro anos de prisão. Em 1875, o governo reconsiderou as condenações e concedeu-lhes um indulto, mas determinou que ficassem em perpétuo silêncio. A Questão Religiosa foi “uma tentativa do Estado de manter suas prerrogativas em face da Igreja. Entretanto foi o grito de independência da Igreja em relação ao Estado”. (SCHERER, 2014: 31-33).

Todavia, a separação Igreja/Estado provocou na Igreja uma ruptura político-organizacional. A Igreja Católica, diante dessa inflexão política, foi impelida a buscar novos caminhos e, conseqüentemente, estabelecer um novo *modus operandi*, tanto do ponto de vista institucional, quanto na maneira de se apresentar dentro da sociedade. Segundo a Carta Pastoral de 19 de março de 1981<sup>3</sup>, foi assegurada à Igreja Católica certa soma de liberdade como ele nunca logrou no tempo da monarquia (SCHERER, 2014: 37). Sendo assim, os bispos ganharam maior liberdade de ação, pois as decisões eclesiais

---

<sup>2</sup> A Igreja concedeu à Coroa Portuguesa o controle virtual sobre a nova Igreja, como por exemplo, nomeação dos bispos, recolhimento e administração do dízimo, construção de novos templos, as comunicações eram enviadas antes a Lisboa e só depois a Roma, os documentos eclesiásticos eram aprovados pela Coroa, era prerrogativa da Coroa determinar a quantidade e qualidade dos missionários enviados ao Brasil ... Em contrapartida o padroado poderia favorecer o desenvolvimento da Igreja como instituição. Os objetivos da Igreja e da Coroa, portanto, eram virtualmente idênticos, conseguir estar presentes em todos os seguimentos da sociedade. Cf: SCHERER, 2014: 20.

<sup>3</sup> Carta Pastoral de 19 de março de 1890, a primeira publicada em conjunto, pelo episcopado e, dirigida ao clero e aos fiéis, em vista da perseguição sofrida por parte do governo em alguns setores. A redação foi por dom Macedo Costa, bispo do Pará. Época da separação entre a Igreja/Estado, estabelecido pelo decreto n.º 119-A do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil (SCHERER, 2014: 69)

passaram a não depender mais da chancela do Estado. Esse movimento de inovação tornou uma constante na vida do catolicismo no Brasil durante as décadas seguintes.

Nos idos de 1898, o papa Leão XIII, convocou o primeiro Concílio Plenário Latino-Americano. Teve início em maio de 1999 e foi realizado na cidade de Roma. Contou com a presença de 53 bispos, sendo onze do Brasil. Dentre os objetivos defendidos pelo Concílio, dois ganharam notoriedade, a defesa e a propagação da fé católica (SCHERER, 2014: 40). Durante a primeira metade do século XX, a Igreja Católica se preocupou em cumprir esses objetivos e uma série de mudanças foram implementadas, principalmente aquelas pensadas pelo bispo Dom Sebastião Leme de Silveira Cintra.

Em 1921, Dom Sebastião Leme, foi nomeado arcebispo-coadjutor do Rio de Janeiro, em função da saúde frágil do Cardeal Arcoverde. Como ponto de partida do seu trabalho missionário, adotou a política do papa Pio XI que visava, dentre outras coisas, a restauração da ordem cristã. Dom Leme se empenhou para fazer da Igreja uma grande força mobilizadora, capaz de regenerar a sociedade. (MATOS, 2011: 58-59).

Dom Leme se preocupou em desenhar um modelo de Igreja atuante e combativa. O bispo percebia que havia, no Brasil, certos fatores que favoreciam a criação de uma espécie de militância católica, com um viés voltado para questões sociais. Sendo assim, o projeto sócio-político de Dom Leme se dividiu em duas frentes de ação: uma aproximação com as novas classes sociais da época, nesse caso com a burguesia e sobre ela a preocupação de aumentar a influência da Igreja e, a atenção às escolas católicas, vista como instrumento por excelência dessa política (MATOS, 2011: 62).

Em 1921, Dom Leme, com a colaboração de Jackson Figueiredo, fundou o centro D. Vital com o propósito de discutir ideias, formando um círculo de cultura. No ano seguinte, fundou a revista, “A ordem”, que tinha como incumbência combater as manifestações contrárias aos princípios cristãos, tanto no campo filosófico, quanto literário e ético. Com a morte de Jackson Figueiredo, em 1937, Alceu amoroso Lima (Tristão de Ataíde) se tornou o novo líder dos leigos no Brasil (SCHERER, 2014: 76).

Com a preocupação de que a Igreja assumisse um papel efetivo no campo político, mas sem fundar um partido católico, Dom Leme fundou a Liga Eleitoral Católica (LEC). Uma instituição suprapartidária que respeitava a liberdade do voto, desde que, os



fiéis votassem nos candidatos que se comprometessem em defender, algumas prerrogativas, vista pela Igreja como imprescindíveis à prática cristã, dentre elas: a indissolubilidade do matrimônio e o ensino religioso facultativo nas escolas. Pela primeira vez as mulheres iriam votar no Brasil e, como incentivo para que elas participassem do processo eleitoral, foi criada a Juventude Feminina Católica (JFC) e a Ação Universitária Católica (AUC) (SCHERER, 2014: 79).

Em 1935, Dom Leme fundou a Ação Católica brasileira e, para viabilizar a realização das propostas defendidas por esse movimento, foram criados vários outros grupos, cada um com o seu objetivo específico de atuação: Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) (OLIVEIRA, 2016: 90s).

Após a morte de Dom Sebastião Leme, em 1942, o padre Helder Câmara foi transferido de Fortaleza para o Rio de Janeiro. Em 1947, foi nomeado assistente nacional da Ação Católica e, nos anos seguintes, assim como o seu predecessor, foi responsável por um forte dinamismo, dentro e fora, da Igreja em função da sua presença na sociedade mais ampla (SOUZA, 2004, p.78). Vale ressaltar, que nesses anos, a Igreja esteve envolvida nas discussões sociais por meio dos seus bispos, como p. ex., 1950, Dom Inocêncio Engelke, ligado à Juventude Agrária Católica convocou a I Primeira Semana Ruralista.

### **O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO COMO O PRIMEIRO MOVIMENTO DE RESISTÊNCIA AO MODELO LATIFUNDISTA.**

O terceiro acontecimento histórico, definido como aquele que impeliu a Igreja Católica a se “antecipar a revolução”, se referiu ao papel do Partido Comunista Brasileiro como protagonista na luta pela distribuição de terra. O retorno do país ao regime de garantias democráticas, a partir de 1945, propiciou uma grande mobilização de massas camponesas, então marginalizadas, pela ausência de políticas governamentais que garantissem, aos trabalhadores rurais, o acesso à terra (MORAIS, 2012: 21).

Os militantes do PCB, sob a liderança de Luís Carlos Prestes, entre 1945 e 1947, realizaram uma grande mobilização de trabalhadores rurais em quase todos os Estados brasileiros. Foram fundadas as chamadas ligas camponesas com intuito de organizar os

lavradores. Os êxitos alcançados foram de tal importância que nem os elevados índices de analfabetismo do meio rural impediram a eleição de considerável número de representantes comunistas para as assembleias estaduais e municipais (MORAIS, 2012: 23).

O PCB foi o primeiro movimento social a discutir a urgência de políticas públicas que assegurassem, aos trabalhadores rurais, o direito à terra. Em 1946, o partido inferiu duras críticas à nova Carta Constitucional por não apresentar um plano efetivo que atenuasse o problema do monopólio da terra. Esse acontecimento levou o PCB a elaborar o primeiro projeto de reforma agrária. Em agosto de 1950, durante o chamado “manifesto de agosto”, o partido defendeu o “confisco das grandes propriedades latifundiárias sem indenização, a entrega das terras diretamente aos camponeses e a abolição de todas as formas semifeudais de exploração da terra” (RODRIGUES, 1983: 414). O movimento acreditava que a causa do atraso econômico do país estaria fundamentado na propriedade privada e na sua concentração nas mãos de uma minoria (STEDILE, 2012: 12).

Adotando um discurso de ordem, que propôs a realização da reforma agrária na “lei ou na marra”, o PCB provocou no meio rural, um clima de tensão social que tendia para a deflagração de um conflito entre camponeses e fazendeiros. Diante dessa postura revolucionária do PCB, a Igreja Católica também se dispôs a elaborar uma proposta de reforma agrária.

#### **A PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA DA IGREJA CATÓLICA (1950-1964).**

Na segunda metade do século XX, o Brasil sofreu profundas transformações sociais no meio rural. A luta pela distribuição de terra, já em curso em outros países<sup>4</sup>, aos poucos foi se tornando um tema inevitável entre os diferentes grupos da sociedade, de um modo especial, no meio político. Esse debate reverberou com a volta do país ao regime democrático, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial (MORAIS, 2012: 21).

A Igreja Católica propôs uma reflexão sobre a Reforma Agrária num momento em que as definições acerca do tema, eram, ainda, incipientes. Em um período histórico marcado por um contido e limitado temor de questionar o direito de propriedade e os direitos dos latifundiários. Falar sobre esse tema se constituía

---

<sup>4</sup>A revolução chinesa de 1949 tinha como um dos pressupostos encontrar uma solução para o problema agrário.

uma espécie de antecipação preventiva, derivada de um claro antagonismo ideológico, em relação às chamadas esquerdas e, do medo de que fosse instaurado no Brasil o regime socialista (MARTINS, 2004: 95).

A proposta Católica de Reforma Agrária foi fruto de vários encontros realizados pela Igreja Católica, na década de 50 e início da década de 60. O primeiro ficou conhecido como: I Semana Ruralista convocada pelo bispo diocesano de Campanha (MG), Dom Inocêncio Engelke<sup>5</sup>, ligado a Juventude Agrária Católica, em 10 de setembro, de 1950. Contou com a participação de 60 párocos, 250 fazendeiros e mais de 270 professoras rurais. Os resultados dos debates deram origem à carta pastoral: Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural. O Documento sugeriu que os camponeses formassem seus próprios líderes: “vendo sair de seus próprios meios os apóstolos de uma redenção social e cristã, o mundo agrícola tomará consciência do importante papel que exerce no seio da comunidade” e, propôs que o poder público estendesse ao trabalhador rural as garantias sociais já concedidas ao operariado urbano (ENGELKE, 1977: 46).

No ano seguinte e, contando com a assinatura de 113 bispos, um novo documento foi elaborado com o título: Ante os problemas atuais. Os bispos ratificaram as posições/opiniões defendidas pela carta pastoral do bispo de Campanha e, defenderam que “a Igreja Católica não poderia ser indiferente à discussão da reforma agrária”. Além do mais, esse documento assinado pelos 113 bispos, enalteceu o direito individual e social da propriedade como condição imprescindível para a manutenção da estabilidade social e da família (CARVALHO, 1983: 84).

Como ação prática, o documento sugeriu os chamados: princípios rurais, que previam o incentivo ao emprego de métodos cooperativos, tendo em vista o aumento da produção agrícola; mudanças na legislação trabalhista e na previdência social e, que as mesmas contemplassem também os trabalhadores rurais e o fomento de programa especial, referente à escola secundária, com técnicas de artes liberais destinadas a atender às necessidades das comunidades rurais (PORPHIRIO, 2015: 5).

---

<sup>5</sup>D. Inocêncio Engelke nasceu em 11 de março de 1881, na cidade de Joinville (SC). Em 1924, foi nomeado Bispo Titular de Trapezópolis e Coadjutor de Dom Ferrão, em Campanha. Foi sagrado Bispo por Dom João Francisco Braga em 22-01-1925, tomando posse da Diocese no dia seguinte. Em seu episcopado em Campanha, realizou muitas obras de vulto, destacando-se a construção de um novo prédio para o Seminário Diocesano.

Em setembro de 1954, a II Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)<sup>6</sup> lançou o primeiro documento, elaborado pela Igreja Católica sobre o tema: A Igreja e a reforma agrária. Por meio desse documento, se estabeleceu o seu conceito de reforma agrária, definida como:

(...) um conjunto de medidas que modificam o atual estatuto jurídico-social da propriedade rural no sentido de vincular o homem à terra como seu proprietário; possibilitar em larga escala o acesso à terra àqueles que estejam aptos a se tornar proprietários; sendo assim, possa criar as condições para que o homem obtenha pela posse e uso adequado da terra, os meios de proporcionar uma existência digna de si e à família, sem ferir as legítimas exigências do bem comum (A IGREJA E A REFORMA AGRÁRIA, 1976: 79).

Em 1956, os bispos do nordeste se reuniram na cidade de Campina Grande (PB) e, em 1959, na capital do Rio Grande do Norte. Desses dois encontros, foi elaborado um documento com o título: Declaração dos bispos do nordeste. O objetivo dessas assembleias foi debater os problemas de ordem social suscitados pela seca e pelas condições de vida dos trabalhadores rurais. A Igreja defendia que esses problemas provinham da ausência de desenvolvimento econômico nessa região e, por conseguinte, da incapacidade das economias atrasadas de romper o círculo vicioso da pobreza do campo. Nesse sentido, acreditava que a elaboração de uma política pública, que fomentasse a distribuição de riqueza, resultaria na minimização dessas calamidades, além de criar as condições necessárias para que os trabalhadores permanecessem inseridos no meio rural, evitando o êxodo de milhares de nordestinos para outras regiões do país (CARVALHO, 1985: 91). A Igreja entendia como desenvolvimento a constituição de uma economia harmônica, suficientemente autônoma, não submetida ao livre jogo das trocas internacionais, comandado pelos ciclos dos países economicamente dominantes e, pela política egoísta dos monopólios (LIMA, 1979: 87).

Para Martins (1989), o Documento elaborado pelos bispos do nordeste tinha uma linguagem técnica, com indicação de diagnósticos econômicos e soluções, centrado

---

<sup>6</sup>A CNBB foi criada, em 1952 e dedicou-se aos estudos sobre os mais relevantes pontos da realidade brasileira da época, como a reforma agrária, a postura da instituição perante a opinião pública e as influências das estruturas sociais na vida religiosa do povo brasileiro. Inicialmente havia poucas assembleias que reuniam apenas os cardeais e os arcebispos, o que dificultava a criação de laços fraternos entre eles e a formação de um rosto próprio da Igreja no Brasil. Cf: BEOZZO, José Oscar. *História da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Paulinas, 1985.

na noção de progresso, com amplas recomendações favoráveis à modernização técnica, aos investimentos de capital e a modificação das estruturas econômicas. Além do mais, é uma posição explícita da Igreja pelo desenvolvimento econômico, como saída, para o atraso, a pobreza e a economia agrária tradicional e latifundista. Segundo Martins:

(...) essa concepção moral de desenvolvimento servirá, nos anos seguintes, como parâmetro crítico para a avaliação pastoral das condições de vida do povo brasileiro por parte da igreja. Será a ideia elemento que permitirá o avanço da consciência e da postura crítica de religiosas, sacerdotes e bispos no confronto de uma realidade social de conflitos, violência e expropriação. (...), mas, se antes a motivação tinha uma raiz conservadora, em defesa da ordem, agora a raiz era outra: tratava-se de promover uma entrada maciça dos trabalhadores rurais no moderno mundo capitalista, basicamente no mundo da igualdade jurídica e dos direitos civis (MARTINS, 1989: 45).

Em dezembro de 1960, o episcopado paulista, sob a orientação de D. Carlos C. de Vasconcelos Motta, com o apoio do presidente da CNBB, Dom. Helder Câmara e do Núncio Apostólico<sup>7</sup>, apoiou o projeto de Reforma Agrária, apresentado pelo governador do Estado de São Paulo, Carvalho Pinto, denominado de Revisão Agrária. Os bispos afirmaram que as propostas apresentadas pelo governo paulista encontram bases na *Rerum Novarum*. E, assim como defendeu D. Inocêncio Engelke seria urgente à defesa da propriedade privada no campo, a necessidade do cooperativismo, salários justos, moradias dignas para o trabalhador do campo e a previdência social (TOLENTINO, 2011: 99).

Em 1960, o professor Plínio de Oliveira, juntamente Dom Castro Mayer, bispo de Campos (RJ) e, dom Geraldo Proença Sigaud, bispo de Diamantina (MG) se posicionam contrários à proposta de Reforma Agrária que estava sendo pensada pela CNBB e, para justificar as suas discordâncias, publicaram um livro com o título: Reforma agrária, problema de consciência (SOUZA, 2004: 79).

---

<sup>7</sup>Em setembro de 1954, Dom Armando Lombardi foi designado a assumir a nunciatura no Brasil pelo subsecretário de Estado do Vaticano, Giovanni Battista Montini (futuro papa Paulo VI) com a seguinte recomendação: “No Brasil, você terá muitos amigos, mas seu amigo deverá ser monsenhor Câmara”. Ele se tornou um grande incentivador do processo de renovação interna da Igreja que vinha ocorrendo desde os anos finais da década de 40. Cf: <http://www.diocesedacampanha.org.br/portal/index.php/diocese/antigos-bispos-e-administradores/30-conteudo-estatico-portal/antigos-bispos-e-administradores/83-dom-inocencio-engelke-ofm-2-bispo-diocesano-1935-a-1960>. Acesso em 17 de nov. 2018.

Segundo os seus autores, o Brasil vivia uma crise de produção, de transporte, de finanças etc. Entretanto, as atenções estavam mais voltadas para os problemas do campo, “por toda parte se fala em reforma agrária”. Havia uma atmosfera de confusão no estudo da reforma agrária. Em meio a essa confusão, percebia-se uma espécie de resistência contra o proprietário rural e contra o direito de propriedade. Para eles, o papel da propriedade rural, grande e média, no conjunto da economia nacional, é um privilégio pessoal. Eles reconheciam que havia, na sociedade, o desejo mais ou menos consciente de aboli-las, mediante pequena indenização. Eles percebiam que debates sobre essa proposta de reforma agrária, estavam induzindo as pessoas a adotarem programas socialistas e revolucionários. Diante dessa realidade, os bispos Dom Castro Mayer e Dom Geraldo Proença Sigaud admitiam que haviam riscos, caso fosse aprovada qualquer legislação nesse ambiente de irreflexão. Para eles, a propriedade, ao invés de ser protegida, poderia ser cerceada. Se isso acontecesse, o Brasil passaria por uma grave crise de consciência histórica (MAYER, SIGAUD, OLIVEIRA, 1960: 2).

Com o acirramento do embate político durante o governo de João Goulart (1961-1964), a Igreja, por meio da Comissão Central da CNBB, declarou publicamente apoio às propostas do governo, que ficaram conhecidas como: Reformas de Base. Defendiam, dentre outras mudanças, a realização da distribuição de terras. A Comissão Central da CNBB, reunida nos dias 13 e 14 de julho de 1962, procurando interpretar o pensamento do episcopado, em face da presente situação do Brasil, julgou de seu dever levar à nação uma palavra de esclarecimento e um apelo:

Poderemos promover as chamadas Reformas de Base, reclamadas por todos e de urgência inadiável (...). Daí saudarmos, com alegria, as Reformas de Base que passaram a ser anseio de todos os responsáveis — poderes da República, partidos políticos, classes dirigentes (MENSAGEM DA COMISSÃO CENTRAL DA CNBB, 1976: 99s).

Entretanto, a realização da reforma agrária dependia da aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma emenda constitucional que autorizava a desapropriação de terras por interesse social, com indenizações pagas com títulos da dívida pública, contrária à resolução contida na Carta Constitucional de 1946, que determinava que as indenizações fossem pagas em dinheiro (MARTINS, 1984: 21).

Por meio do Decreto Legislativo em 1962, foi criada a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), com o objetivo de ativar medidas preparatórias de reforma

antes mesmo de sua aprovação pelo Congresso, visando criar condições políticas e institucionais favoráveis à sua imediata aplicação. No ano seguinte, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto do Trabalhador Rural, que tornava extensivos ao campo, o direito que os trabalhadores urbanos já haviam incorporado décadas antes, como a obrigatoriedade do registro em carteira profissional, salário mínimo, repouso semanal, férias remuneradas (NATIVIDADE, 2011: 7). Foi criada, também, a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSR), com a incumbência de promover a formação de lideranças rurais e flexibilizar os trâmites legais para a criação de sindicatos. No ano de 1963, o número de sindicatos rurais no Brasil saltou de 50 para mais de 700 (BALTHAZAR, 2014: 4).

A Proposta de Reforma Agrária elaborada pela Igreja Católica teve um papel central para a política agrária, contida nas Reformas de Base do presidente João Goulart. Segundo Lucília Delgado, o discurso do presidente Goulart<sup>8</sup> se mostrou, por vezes, em consonância com os princípios defendidos pela Igreja Católica, como ficou explícito no trecho:

(...) o papa João XXIII nos ensina, que a dignidade da pessoa humana exige como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos. É dentro desta autêntica doutrina que o governo brasileiro vem procurando situar sua política social, particularmente no que diz respeito a nossa realidade agrária (DELGADO, 2001: 167).

Houve, portanto, uma aproximação entre a Igreja Católica e o projeto político do governo federal, que reconheceu nos princípios morais cristãos, os fundamentos norteadores desse processo que deveria culminar com a realização da reforma agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de reforma agrária, elaborada pela Igreja Católica, pode ser considerada um desfecho possível dentro daquilo que a ala mais progressista havia se predisposto a realizar. Existia um clamor pela realização de um projeto político que atenuasse o problema agrário e, a Igreja se propôs a encontrar um caminho possível e, ao mesmo tempo, como afirmou o bispo de Campanha, antecipar “a revolução”.

Todavia, não podemos entender essa postura da Igreja, nesse momento histórico, se prescindirmos da análise de sua trajetória histórica. Sem considerarmos a relevância

---

<sup>8</sup>Discurso realizado na Central do Brasil em 13 de março de 1964.

dos eventos historiográficos descritos e, sem reconhecer, nos mesmos, as suas especificidades que, de alguma forma, justificaram a sua intenção de se juntar aos trabalhadores rurais em prol da distribuição de terras.

A Igreja tinha consciência que a realização das suas reivindicações dependia do poder estatal, por isso procurou manter uma boa relação com os governos federais desse período. Como ação concreta, podemos destacar a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste no governo do presidente JK, a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural, a criação da Superintendência da Reforma Agrária e a questão agrária, que se transformou em prioridade pelo projeto, denominado Reforma de Base, do presidente João Goulart.

## FONTES

A IGREJA E A REFORMA AGRÁRIA. Conclusões *Gerais da II Assembleia Ordinária da CNBB*. In CNBB, Pastoral da Terra, Ed. Paulinas, (Estudos da CNBB 11), São Paulo, 1976.

ENGELKE, Dom Inocêncio. *Conosco, Sem Nós ou Contra Nós se Fará a Reforma Rural*. (MG 10/09/1950) In: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB. Pastoral da Terra (Estudos da CNBB 11. Antologia de Documentos e Pronunciamentos Pastorais). São Paulo: Edições Paulinas, 1977, p. 43-53.

LEÃO XIII. *Rerum Novarum: sobre a condição dos operários*. Disponível em: [http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_lxiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](http://w2.vatican.va/content/leoxiii/pt/encyclicals/documents/hf_lxiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em 28 de set. 2018.

MENSAGEM DA COMISSÃO CENTRAL DA CNBB. In; CNBB, pastoral da Terra, Ed. Paulinas. (Estudos da CNBB 11). São Paulo, 1976.

PROPOSTA DE REFORMA AGRÁRIA DA BANCADA DO PCB NA CONSTITUINTE DE 1946: In STEDILE, João Pedro (org.) e ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). *A Questão Agrária no Brasil: O Debate na Esquerda: 1946-2003*. Expressão Popular, 2012. p. 12.

A IGREJA E A REFORMA AGRÁRIA. Conclusões *Gerais da II Assembleia Ordinária da CNBB*. In CNBB, Pastoral da Terra, Ed. Paulinas, (Estudos da CNBB 11), São Paulo, 1976.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONCICH, Ricardo & SANS, José M. Munarriz. *Ensino social da Igreja: a Igreja, Sacramento de Libertação*. 3ª Edição, Vozes: Petrópolis/RJ, 1992.



BALTHAZAR, Pedro Henrique Barbosa. *Sindicalização Rural no Governo de João Goulart (1961-1964): As Discussões Historiográficas Acerca do Campo Brasileiro*. In: Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: Saberes e Práticas Científicas. 28 de julho a 1º de agosto de 2014. p. 1-11.

CARVALHO, Abdias Vilar de. *A Igreja Católica e a Questão Agrária*. In: PAIVA, Vanilda (Org). Igreja e Questão Agrária. São Paulo; Edições Loyola. 1983. p. 68-103.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge (org.). O Populismo e sua História: Debate e Crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 167-203.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipótese para uma interpretação*. Petrópolis RJ: Vozes, 1979.

MAYER, Castro, SIGAUD, Proença, OLIVEIRA, Plínio. *Reforma agrária, problema de consciência*. Disponível em <http://www.pliniocorreadeoliveira.info/livros/1960%20-%20ReformaAgrariaQuestConci%C3%Aancia.pdf>. Acesso em 18 de abr. de 2018.

MARTINS, José de Souza. *Reforma Agrária: O Impossível Diálogo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Caminhando no Chão da Noite: Emancipação Política e Libertação Social do Campo*. São Paulo:Hucitec. 1989.

\_\_\_\_\_. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil, (Terra e Poder: O Problema da Terra na Crise Política)*. Petrópolis: Vozes,1984.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil*. 2ª edição, São Paulo: Paulinas, 2011.

MICELI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. São Paulo: Companhia das letras, 2009.

MORAIS, Clodomir Santos de. História das ligas camponesas do brasil. In STEDILE, João Pedro (org.) e ESTEVAM, Douglas (assistente de pesquisa). *A questão agrária no Brasil: O debate na esquerda: 1954-1964*. Expressão Popular, 2012. p. 21-70.

NATIVIDADE, Melissa de Miranda. *A Questão Agrária no Brasil no Governo João Goulart: uma Arena de Luta de Classe e Intraclasse (1961-1964)*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. p. 1-16.

OLIVEIRA, Alexandre Luís de. *Dom Sebastião Leme e as estratégias de atuação do catolicismo nos anos 1930*. In: Faces de Clío, Revista discente do programa de pós-graduação em História – UFJF. Vol. 2 | N. 4 | Jul./Dez. 2016. p. 88 -98.

PORPHIRIO, Max Fellipe Cesário. *O Nordeste e o Campo Brasileiro, 1961*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História - Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios, 27 a 31 de julho de 2015, Florianópolis/SC. p. 1-18.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: Os dirigentes e a organização: In. FAUSTO, Boris. *O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964)*. São Paulo: Difel, 1983.

SCHERER, Dom Vicente. Nossos problemas agrários e rurais. In: R.E.B., v. 22, fascículo 01, mar.1962, p. 234-236. Biblioteca Nacional (BN), cód. 2-136, 01,03.

SCHERER,Ireneu Roque. *Concílio Plenário na Igreja do Brasil: a Igreja no Brasil de 1900 a 1945*. São Paulo: Paulus, 2014.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. *As várias faces da Igreja Católica*. In: Estudos avançados, v.18 n. 52; São Paulo Set./Dez. 2004. p. 77-95.

TERRA, João Evangelista Martins. *A Rerum Novarum dentro de seu contexto sociocultural*. In: Síntese Nova Fase, v. 18, n.º. 54. 1991, p. 347-366.

TOLENTINO, Célia Aparecida Ferreira. *O Farmer contra o Jeca: o projeto de revisão agrária do governo Carvalho Pinto*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 08

### Conceitos e linguagens políticas

**Coordenador:**

Renato de Ulhoa Canto Reis (Doutorando em História pela UFJF)

**Ementa:**

A partir do “giro linguístico”, termo que procura sintetizar diversificadas e heterogêneas abordagens relacionadas às novas posições epistemológicas em diferentes áreas das humanidades, houve alterações substanciais no campo do conhecimento histórico. Dentro dessa perspectiva tratou-se de reconsiderar os problemas clássicos da historiografia, como a compreensão dos textos, dos imaginários, mentalidades, ideias e/ou pensamentos, a partir de um olhar preocupado, por um lado, com os conceitos e linguagens políticas utilizadas pelos atores históricos para ordenar e dar um sentido para o mundo em que vivem e, por outro, para a historicidade destes usos linguísticos. Dessa forma as abordagens voltaram sua atenção para os atores envolvidos em diferentes contextos de debate e para a forma como lançam mão de conceitos, linguagens e estratégias para se inserir nos conflitos políticos e em suas respectivas resoluções. A proposta do presente Simpósio Temático é agregar trabalhos que se insiram nessa discussão, tanto em seu nível teórico e metodológico, quanto na realização prática de interpretação linguística e conceitual dos mais diferentes períodos ou atores históricos.

As abordagens que enfocam nos discursos, linguagens e conceitos políticos estão revisitando problemas e questões clássicas da filosofia e da teoria política a partir de uma ótica essencial na formação do historiador: a historicidade. Assim, trata-se de entender historicamente como se compreendiam conceitos como “estado”, “civilização”, “opinião pública”, “representação”, “raça”, “soberania”, “liberalismo”, “modernidade”, etc. e as relações políticas estabelecidas entre os sujeitos históricos. As questões de interpretação dos textos e das fontes, o problema das ideias fora de lugar, o método comparativo, entre outros, são alguns problemas que essa abordagem e esse simpósio pretendem discutir. Propõe-se também um espaço para a discussão sobre os jogos de escalas (local, regional, nacional, transnacional, global) e a forma como os estudos sobre os conceitos e as linguagens políticas permitem repensar suas dinâmicas de relações. Tendo em vista a

relevância destes temas para a formação do historiador, o simpósio temático aqui proposto ajuda a pensar na forma como os diferentes atores históricos interagem e atribuem significado para as suas experiências. Justifica-se este simpósio a partir da relevância da abertura de um espaço no qual se possam discutir as múltiplas questões do político a partir do enfoque nas linguagens, conceitos, contextos, discursos, práticas e estratégias políticas em diferentes períodos históricos.

## O ADVENTO DOS CONFLITOS LÍNGUISTICOS E A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: NOVAS DISCUSSÕES, VELHAS RAÍZES

Allan Cordeiro da Silveira<sup>1</sup>

### Resumo:

A identidade nacional tem sido tema que tem recebido destaque na literatura da Linguística Aplicada nas últimas décadas, devido à sua intensa e conflituosa natureza. O presente trabalho faz associações entre língua e nacionalismo e esses embates sociais. Para tal, três trabalhos cujas temáticas examinam assuntos que se referem ao nacionalismo, à formação dos Estados nacionais europeus e ao vínculo entre línguas e dialetos foram utilizados como base para a discussão que será apresentada. Os resultados do estudo confirmam que a língua e o conceito de nação estão intimamente associados à criação dos Estados nacionais. Pretende-se contribuir para reflexão acerca de temas relevantes para as tendências atuais e futuras na Linguística Aplicada, bem como a discussão em mobilidade populacional e a incorporação histórica de grupos sociais a novos territórios.

Palavras-chave: Nacionalismo; Identidade nacional; Língua; Dialeto.

### Abstract:

#### **The Emergence of Language Conflicts and the Creation of the National Identity: New Discussions, Old Roots**

National identity has been a subject that has received prominence in the literature of Applied Linguistics in the last decades, due to its intense and conflicting nature. The present work aims to make associations between language and nationalism, and these social conflicts. To this end, three papers were used as a basis for the discussion whose themes examine issues related to nationalism, the formation of European nation-states and the link between languages and dialects. The results of the study confirm that language and the concept of a nation are closely associated with the creation of nation-states. The paper is intended to contribute to the reflection on relevant themes to current and future trends in Applied Linguistics, as well as the discussion on population mobility and the historical incorporation of social groups into new territories.

Keywords: Nationalism; National identity; Language; Dialect.

---

<sup>1</sup> Mestre em Linguística Aplicada pela Universidade de Londres. (allancordeiro2@hotmail.com)

## INTRODUÇÃO

Associações entre língua, nacionalismo e conflitos sociais têm sido estudadas por cientistas nos campos da História, da Linguística, dentre outros. Em um mundo cada vez mais interconectado, percebemos que algumas dessas relações estão se tornando, na verdade, conflituosas.

O principal objetivo do artigo é analisar e relacionar três trabalhos referentes à glotopolítica. São eles: “Dialeto, língua e nação”, escrito por Einar Haugen (2001), o trabalho de Henrique Monteagudo (2012), nomeado “A invenção do monolinguismo e da língua nacional” e os capítulos quatro e cinco de Rafael Ninyoles (1985) cujos títulos são “Língua, estrutura e mudança social” e “Esferas de conflito”<sup>2</sup>, respectivamente. Os artigos abordam assuntos que estão relacionados a três grandes contextos: nacionalismo, formação dos Estados nacionais europeus e o vínculo conflituoso entre línguas e dialetos.

A obra de Einar Haugen (2001), “Dialeto, língua e nação”, questiona o uso dos termos “dialeto” e “língua”. O desenvolvimento da primeira terminologia está associado ao desenvolvimento da escrita e ao aumento do nacionalismo. O autor analisa a gramatização dos vernáculos europeus no Renascimento<sup>3</sup>, relacionando conceitos de identidade e de unidade nacional com a língua. Ele ainda propõe chamar o dialeto de vernáculo, segundo sua visão, todas as línguas de prestígio já foram dialetos.

O artigo de Henrique Monteagudo (2012), “A invenção do monolinguismo e da língua nacional”, analisa conceitos acerca do monolinguismo e do bilinguismo. O autor afirma que não se separa a invenção dos Estados nacionais do fenômeno do monolinguismo. O primeiro Estado-nação europeu nasceu com o modelo napoleônico, nele a unidade linguística era importante para fomentar uma identidade cultural nacional homogênea. Assim, Monteagudo (2012) traça um nexos, unívoco e excludente, entre língua, identidade nacional e Estado, em toda a Europa, pelo modelo napoleônico ou pelo modelo *herderiano*, no qual o monolinguismo era a norma.

---

<sup>2</sup> Tradução livre do Galego para o português. Os títulos em galego são: “Língua, estrutura e cambio social” e “Esferas de conflito”, respectivamente.

<sup>3</sup> Renascimento é o período da História entre meados do século XIV e o fim do século XVI.

Os capítulos quatro e cinco, “Língua, estrutura e mudança social” e “Esferas de conflito”, do livro “Estrutura social e política linguística” de Rafael Ninyoles (1985), exploram o fenômeno de conflito linguístico como fator determinante da dinâmica política. Os conflitos linguísticos surgem da própria estrutura de uma sociedade e não podem ser corretamente apresentados ou definidos enquanto as inter-relações forem desconhecidas. Por fim, Ninyoles contrasta três modelos socioculturais propostos por Gideon Sjöberg, em “The Preindustrial City” (1959). No capítulo cinco, Ninyoles (1985) apresenta as esferas de poder. A primeira esfera é a governamental; a segunda é a educativa; a terceira é a religiosa e a última é a do trabalho.

### **A GLOBALIZAÇÃO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO**

O processo de globalização concebido por Blommaert (2010, p.13) define esse fenômeno como um aumento das relações humanas e financeiras em todo o mundo, impulsionado pelo avanço tecnológico no campo da mídia e da informação que a humanidade conquistou nos últimos séculos. Procurar-se entender esse fenômeno a partir do Renascimento. No entanto, é necessário traçar um breve panorama histórico do tipo de sociedade predominante em cada época, para delinear os conceitos de nação e de nacionalismo, bem como o nexos que esses fenômenos fazem com a língua.

Em uma perspectiva sócio-histórica, Rafael Ninyoles (1985) contrastou três modelos socioculturais propostos por Gideon Sjöberg, em “The Preindustrial City” (1959). O primeiro era a “sociedade *folk*” ou “pre-alfabetizada”, esse grupo possuía um grau alto de homogeneidade cultural e um nível tecnológico elementar. Nesse estágio, o idioma falado não era visto como um fator político-cultural, portanto, os grupos sociais não estavam conscientes de que falavam uma língua similar em um grande território. Deste modo, a língua não era a gênese das maiores tensões, apesar de seu caráter discriminativo persistir nesse contexto social.

Na Antiguidade, mais precisamente na Roma antiga, observava-se que as elites eram bilíngues e a língua franca era o grego. Já na Europa centro-ocidental, a língua franca era o latim, enquanto a Península Ibérica se caracterizava por ser uma região plurilíngue, com a presença de idiomas como: o latim, o árabe, o occitano, o hebreu, o

galego-português, o asturleonês, o castelhano, o aragonês, o catalão e o basco, cada um exercia uma função diferente no espectro da oralidade e da escrita, conforme afirma Monteagudo (2012).

O período do Renascimento, na tradição ocidental, ganha destaque como um dos acontecimentos que serviram de pilar para segunda revolução técnico-linguística em razão de um intenso processo de gramatização de vernáculos europeus (italiano, espanhol, francês, português, alemão e inglês), e também o húngaro (1539), o polonês (1568) e o velho-eslavônio (1596). Trata-se de um processo quantitativa ou qualitativamente incomparável com a gramatização anterior (período tardo-antigo ao final da Idade Média), a qual foi esporádica. Esse intenso processo de gramatização tem relação com a conjuntura política do mundo latino de acordo com Sylvain Auroux (1992). As invasões bárbaras e o esfacelamento do Império Romano do Ocidente foram fatos históricos que contribuíram para o desaparecimento do latim vernacular e o surgimento das línguas neolatinas. Desta forma, o latim foi conservado como a língua da cultura, da administração e da religião, um segundo idioma a ser aprendida pelos europeus no século IX.

Durante a Idade Média, Auroux (1992) afirma que a ausência da gramatização dos vernáculos se deveu à falta de interesse, não à ausência de recursos. O autor aponta duas causas para a gramatização: a primeira é a necessidade de aprendizagem de uma língua estrangeira. Essas necessidades se adéquam aos interesses práticos da época, como o acesso à língua da cultura, da administração e da religião; as relações político-comerciais e as explorações econômicas e geomilitares colonizadoras. A segunda causa abarca dois interesses relacionados à regulação e organização de uma língua literária e ao desenvolvimento de uma política linguística de uso interno e externo.

Durante o Renascimento, Ninyoles (1985) observa que os contatos entre as populações, o comércio e a mobilidade geográfica ficaram mais intensos, sendo inseparáveis do processo de unificação política. É o período posterior ao que o autor menciona como “sociedade feudal”, também denominada “sociedade tradicional, agrícola ou pré-industrial civilizada”. Esse é o segundo modelo sociocultural proposto por Gideon Sjöberg, no qual se verifica o desenvolvimento de uma camada superior letrada, com uma estrutura de classes definida e rígida, havendo divisão do trabalho e uma organização



social mais complexa cuja elite comandava a direção política social. A disposição das sociedades tradicionais se baseava na multiplicidade de falas locais dos camponeses (muitos dialetos) e na presença de línguas francas (latim e árabe). Na esfera religiosa, retomada no mesmo livro de Ninyoles (1985), observa-se que o latim, o árabe e o sânscrito constituíram grandes línguas religiosas que facilitavam a comunicação entre as elites de diversos países.

Já na sociedade moderna, a capacidade de domínio linguístico é uma das premissas básicas de sua organização. O terceiro modelo associa os processos de urbanização e de industrialização com o fenômeno de padronização linguística. A sociedade industrial utiliza recursos inanimados e possui um alto desenvolvimento científico. Nela, o sistema de classes é móvel e há uma complexa divisão de trabalho. Observa-se o fenômeno da secularização e a presença de normas permissivas em detrimento de normas prescritivas. Um fator preponderante nesse grupo é a alfabetização em massa (*mass literacy*), que é um sistema educacional altamente especializado. Essa característica é a linha divisória entre os modelos, mais precisamente, os dois primeiros e o terceiro.

### **A CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS EUROPEUS**

Um fenômeno que está atrelado ao Renascimento é a constituição dos Estados nacionais europeus no século XIV. Esse fato implica uma profunda transformação nas relações sociais, pois os Estados fizeram da aprendizagem e do uso de uma língua oficial uma obrigação para os cidadãos. A língua se tornou parte importante das novas elites nos âmbitos social e religioso, o que caracterizava uma verdadeira política linguística.

De acordo com Aurox (1992), a gramatização dos vernáculos deve ser associada a três elementos: à renovação da gramática latina, à imprensa e às grandes “descobertas” marítimas. O primeiro se relaciona com o surgimento do Humanismo na Itália, no século XIV, que tinha como um de seus objetivos, resgatar o latim clássico, o qual havia sido recusado devido à gramatização dos vernáculos. O segundo item, o desenvolvimento da imprensa, proporcionou às pessoas acesso a documentos que antes estavam disponíveis somente para um seleto grupo de intelectuais. Por último, as grandes

“descobertas” territoriais e a colonização progressiva desses territórios têm relação direta com o fenômeno da gramatização.

Uma vez que a questão acerca do conceito de “nação” tem gerado discussões no meio acadêmico há décadas, será brevemente delineada a visão apresentada por Eric Hobsbawm (1990) sobre essa concepção. De acordo com o autor, os fundadores da acepção de “nação” são Carleton B. Hayes e Hans Kohn<sup>4</sup>, que realizaram estudos, logo após a Primeira Guerra Mundial, cuja ênfase centrava em fenômenos relativos aos movimentos de liberação colonial e no redesenho do território europeu, ambos com base em conceitos de nacionalidade. Igualmente relevante é a obra de Karl Deutsch (1955) a respeito do nacionalismo e da comunicação. Além desses autores e suas respectivas produções, Hobsbawm (1990) cita onze obras notáveis<sup>5</sup> sobre o nacionalismo destacando a obra de Miroslav Hroch (1985), como o livro que criou outro paradigma no que concerne à organização para libertação de nações na Europa.

Voltando à questão central deste trecho, que é discutir o conceito de “nação”, Hobsbawm (1990, p: 14–15) assegura que não há critério convincente que abarque a complexidade das coletividades humanas a despeito das afirmações individuais de pertencimento a certos grupos, pois a “nação” é um fenômeno recente na história, fruto de deliberações regionais. O autor afirma que as tentativas de determinar critérios objetivos sobre esse conceito foram baseadas em elementos como língua, etnia, território, história, traços culturais, dentre outras características. No entanto, todas as definições apresentaram exceções, pois a “nação” é um fenômeno historicamente volante e recente.

Dessa forma, questões importantes para a discussão do artigo foram levantadas. A primeira é que Hobsbawm (1990) não apresenta uma definição, mas trata o termo como

---

<sup>4</sup> Carlton Joseph Huntley Hayes (1882–1964); Hans Kohn, 1891–1971).

<sup>5</sup> ANDERSON, B. *Imagined Communities*. Londres, 1988; ARMSTRONG, J. *Nations before Nationalism*. Chapel Hill, 1982; BREUILLY, J. *Nationalism and the State*. Manchester, 1982. COLE, J. W.; WOLF, E. R. *The Hidden Frontier: Ecology and Ethnicity in an Alpine Valley*. Nova York e Londres, 1974; FISHMAN, J. (Org.). *Language Problems of Developing Countries*. Nova York, 1968; GELLNER, E. *Nations and Nationalism*. Oxford, 1983. HOBBSAWM, Ed. J.; RANGER, T. (Orgs.). *The Invention of Tradition*. Cambridge, 1983. SMITH, A. D. *Theories of Nationalism*. 2. ed. Londres, 1983. SZÚCS, J. *Nation und Geschichte: Studien*. Budapeste, 1981. TILLY, C. (Org.). *The Formation of National States in Western Europe*. Princeton, 1975.

um conjunto numericamente expressivo de pessoas que se autodeterminem uma “nação”. Em conformidade conceitual, o autor cita Gellner (1983), que compreende o “nacionalismo” como um fator que sustenta a concepção de unidade territorial e política de um grupo de pessoas. Os membros pertencentes a essa comunidade têm obrigações com ela. O segundo ponto se baseia no fato de que os nacionalismos, que formam as nações, não são “[...] modos naturais ou divinos de classificar os homens” (HOBSBAWM, 1990, p: 19). Desta forma, ela será uma entidade social quando estiver relacionada com o “Estado-nação”. A terceira questão concerne diretamente a este trabalho, pois postula que línguas padronizadas nacionais surgem da alfabetização em massa (*mass-literacy*) e não podem se manifestar antes da imprensa. A existência das nações está vinculada a agendas que visam estabelecer territorialmente um determinado Estado, como foi o caso do Estado-cidadão da Revolução Francesa. O quarto ponto trata da dualidade nacional como fenômeno construído essencialmente pelo alto (pelas esferas privilegiadas de poder), mas que deve ser analisado por baixo (anseios e interesses das pessoas ordinárias). Investigar e analisar os desejos da população é uma tarefa árdua, e essas aspirações são usadas pelo Estado em propaganda política e resoluções.

Por fim, a última questão aborda o pouco estudo do desenvolvimento nacional e do nacionalismo em Estados longamente estabelecidos, como a Grã-Bretanha e a França na época. De acordo com o autor, havia poucos estudos sobre o nacionalismo inglês, tendo como base de comparação os trabalhos acerca do nacionalismo irlandês, escocês e galês. Para Hobsbawm (1990), a consciência nacional é desenvolvida de forma desigual nos territórios de um país, sendo a área rural a última a ser afetada. Neste ponto, o autor cita Hroch (1985) que divide a história dos movimentos nacionais em fase 1 (Europa, séc. XIX), que não teve consequências políticas diretas, sendo folclórica, literária e cultural; fase 2, quando se observam movimentações políticas em prol da “ideia nacional”; fase 3, quando os programas nacionalistas ganham corpo porque adquirem suporte popular. Deu-se na transição da etapa 2 para a 3 a Guerra de Independência da Irlanda (1919-1921), por exemplo.

Consoante a essas afirmações, Monteagudo (2012) postula que o primeiro Estado-nação europeu nasceu com o modelo napoleônico. O Estado-nação surge com a mudança do paradigma no que tange ao poder político no Antigo Regime, no qual o Estado era o Monarca e seu poder era advindo de Deus. Pode-se resumir o significado de

toda a época e de um modelo de Estado em uma frase, atribuída a Luís XVI (o rei-sol), símbolo máximo do Absolutismo: “L’État c’est moi”, ou seja, “O Estado sou eu”. No que concerne às fronteiras geográficas, esses Estados possuíam limites não muito definidos devido a alianças, casamentos e aquisições de terras feitas pelos monarcas. Os súditos pagavam tributos e tinham obrigações militares com o rei, assim como demonstravam lealdade ao soberano. Entre o rei e os súditos, havia diversas camadas, como as que pertenciam à esfera religiosa e às classes mais privilegiadas financeiramente. A unidade linguística era importante para fomentar uma identidade cultural nacional homogênea.

O modelo napoleônico, que se baseia no pressuposto da existência de um Estado, uma nação e uma língua, é basilar para se compreender o papel do Estado na padronização linguística e no cunho do termo “monolinguismo”. Monteagudo (2012) apresenta pressupostos da conjuntura sócio-política da França ao longo dos séculos XVIII e XIX. Sabe-se que havia várias línguas faladas no território francês, pois em torno de dois terços da população falava uma variante diferente do francês. A ideia de que estes cidadãos constituíam uma nação foi difundida pelos revolucionários, e esse pensamento se concretizaria conforme os pilares ideológicos baseados em uma cultura homogênea, representada por uma língua comum. A meta era exterminar a diversidade linguística dentro do território do novo Estado revolucionário francês, para isso, utilizou-se de uma atitude impositiva no sentido de consolidar o que não existia, pois, a França ainda não era uma nação e não tinha uma língua ou cultura em comum. Assim, toda a riqueza do plurilinguismo francês foi desconsiderada em prol desse projeto opressivo.

De acordo com Monteagudo (2012), foi nesse momento que surgiu a ideologia da monoglossia e o modelo do Estado-nação monolíngue. Esse conceito operava por meio da padronização sócio-cultural das pessoas pelos mecanismos estatistas, burocráticos e administrativos, e também, pela ampliação da oferta de educação infantil e juvenil para moldar atitudes, ideias e concepções mentais durante os séculos XIX e XX. Essa configuração estatal francesa era de interesse da burguesia, do exército, de grupos intelectuais e dos meios de comunicação, que tiveram um papel fundamental no projeto de homogeneização nacional, com o intuito de divulgar a língua e idealizar o indivíduo monolíngue. Hobsbawm (1990) afirma que esse modelo de nação igualava o povo e o Estado, essa ideologia fica evidente no discurso estadunidense que ainda faz uso recorrente de palavras como “povo”, “união”, “nossa terra comum”. Esse pensamento vai

ao encontro do viés do cientista Roger Scruton (2018, p: 62–63) o qual afirma que o federalismo estadunidense não criou um império, mas um Estado-nação, segundo uma visão mais conservadora do processo histórico. Para o filósofo, essa configuração estatal foi viabilizada porque o Estado norte-americano se tornou de direito secular, no qual a comunidade local tratava os membros de uma mesma raça como “semelhantes” e os conflitos eram resolvidos pela “lei da terra”.

Não menos impactante, foi o contra-modelo, elaborado por Johann G. Herder<sup>6</sup>, também denominado *herderiano*, como aponta Monteagudo (2012). Movimentos nacionalistas fomentaram os laços entre a identidade nacional, o Estado e a língua, como por exemplo, a unificação da Itália (Risorgimento)<sup>7</sup> e da Alemanha<sup>8</sup>, o desmembramento de Impérios austro-húngaro<sup>9</sup> e otomano<sup>10</sup> e o surgimento de novas nações<sup>11</sup> (Grécia, Noruega, Finlândia, Polônia, Estônia, dentre outras).

Criou-se um nexos entre a língua, a identidade nacional e o Estado em toda a Europa por meio do modelo napoleônico ou pelo modelo *herderiano*, no qual o monolingüismo era a norma, como afirma Monteagudo (2012). Assim, o contato linguístico entre sujeitos bilíngües era raro e diferente, salvos os falantes de língüas auxiliares, usadas para comercializar ou estudar. O surgimento dos Estados nacionais provocou efeitos sociolinguísticos como a estandardização da língua nacional e a uniformização linguística da população, devido à imposição desse código. Discursos normativos legitimadores dessa uniformização da língua ganharam espaço, assim como a crença numa hegemonia do idioma nacional. Desta maneira, o movimento que preconizava o monolingüismo como normal e natural ganhou força, ao passo que o

---

<sup>6</sup> Johann Gottfried von Herder (1744–1803).

<sup>7</sup> O *Risorgimento* é o movimento na história italiana que buscou entre 1815 e 1870 unificar o país, que era uma coleção de pequenos Estados submetidos a potências estrangeiras.

<sup>8</sup> A unificação da Alemanha, política e administrativamente, em um Estado-nação, realizou-se, oficialmente, no dia 18 de Janeiro de 1871.

<sup>9</sup> O Império Austro-Húngaro foi uma união constitucional do Império Austríaco e o Reino da Hungria que existiu de 1867 a 1918, quando entrou em colapso após a sua derrota na Primeira Guerra.

<sup>10</sup> A dissolução do Império Otomano é um período que se estende de 1908 até 1922 com a Revolução dos Jovens Turcos.

<sup>11</sup> Independência da Grécia (1829), Independência da Noruega (1905), Independência da Finlândia (1917), Independência da Polônia (1918), Independência da Estônia (1918).

bilíngüismo se tornou uma condição que devia ser explicada por ser o diferente. Há uma crença de que somente alguns indivíduos se tornam bilíngües, pois é esperado que o ser humano seja monolíngüe. Essa pseudonormalidade nos leva a questionar o processo que conduz as pessoas a serem bilíngües. Uma vez que se acredita que essa condição é adquirida no decorrer de suas vidas. No entanto, Monteagudo (2012) se coloca na contramão dessas proposições, questionando como os seres humanos e os ambientes são monolíngües. O monolíngüismo social é produto de intervenção glotopolítica cujo objetivo é uniformizar indivíduos em prol de promover uma língua, que pode nem ser a língua nativa daquele falante. Essa prática é mantida por políticas de exclusão, por vezes, oficialmente estabelecidas. Portanto, não se separa a invenção dos Estados nacionais do fenômeno do monolíngüismo, caracterizando-se como um processo intrusivo e artificial.

### **O (DES)PRESTÍGIO DA LÍNGUA E DO DIALETO E A IDENTIDADE NACIONAL**

O questionamento do uso dos termos “dialeto” e “língua” é central no trabalho de Haugen (2001), o qual discute que a taxonomia da descrição das língüas fica prejudicada pela falta de precisão, no que diz respeito ao entendimento do que seriam esses dois itens lexicais. O autor afirma que o desenvolvimento do termo “dialeto” está associado à evolução da escrita e ao aumento do nacionalismo. O fato é que não é preciso saber, com exatidão, quantas língüas ou dialetos existem no mundo, pois há muita confusão e superposição quando se lida com as duas entidades.

O modelo língua-dialeto era pragmaticamente impreciso, porque a língua pode se referir não somente a uma única norma linguística, mas também a um grupo de normas que mantêm um parentesco (sincronia). A língua pode ainda ter um sentido histórico ou comum na perspectiva de dissolução, ou pode ser o produto de uma unificação (diacronia). Assim, um dialeto é uma das normas diferentes ou similares relacionadas com a língua. Haugen (2001) afirma que o dialeto é o termo subordinado e a língua é o superordenado. Portanto, a última pode ser usada sem referência à primeira, a qual pode perder se não estiver vinculada ao idioma. Em uma breve análise sobre o dialeto e nação, Haugen (2001) afirma que já no Renascimento se tinha a ideia de que os conceitos de

identidade e de unidade nacionais estavam relacionados à língua. O autor menciona que havia muitos dialetos nas regiões da Grécia antiga, tendo em vista que não havia norma grega unificada, e cada dialeto tinha um determinado uso (jônico – história, dórico – lírica e o ático – tragédia), assim, o “grego” era um conjunto de normas escritas diferentes, mas com algum parentesco, nomeadas então de “dialetos”. As línguas surgiram da dispersão dialetal, marcadamente geográfica, e do conceito de que se ramificavam como galhos em árvores.

Haugen (2001) propõe duas dimensões implicadas nos usos da língua e do dialeto. A primeira, estrutural, descreve a língua e a segunda, funcional, caracteriza os usos sociais nos eventos comunicativos. No que concerne ao uso estrutural, pode-se dizer que língua X tem dialetos X1, X2 e X3, e que existe uma preponderante relação genética entre elas. Esses dialetos são inteligíveis entre si, pois, caso contrário, seriam línguas diferentes. De acordo com o autor, o linguista pode determinar o grau de compreensibilidade do vernáculo considerando os estudos de suas gramáticas, e o que separa os dialetos e das línguas é a zona intermediária de compreensão parcial. O uso funcional da língua se relaciona com os usos dos falantes. Dessarte, a língua se define como uma norma que é superposta ao dialeto, *i.e.*, o elo entre falantes de línguas diferentes, ao passo que o dialeto é compreendido como uma língua que não se desenvolveu, pois não tem sido utilizada em todas as funções. O autor propõe chamar o dialeto de “vernáculo”, pois todas as línguas de prestígio já foram dialetos.

Em um trabalho recente, Monteagudo e Lagares (2017) relacionam o surgimento de padrões normativos (línguas) com a formação de identidades nacionais. Essa configuração constrói e molda conflitos de poder entre as esferas sociais e, nesse ponto, essa obra faz nexos com o trabalho de Ninyoles (1985), no que concerne aos conflitos sociais. Os autores (2017: 5) mencionam o *gradatum*, em que os dois extremos, a língua e o dialeto, fazem parte de uma classificação clássica dicotômica. Há problemas nessa classificação, como a *dialetalização*, na qual uma língua é considerada dialeto devido aos interesses políticos. Essa dicotomização é problemática porque não há como categorizar os sistemas linguísticos que estão alocados entre um *gradatum*. Monteagudo (2013) afirma que a ideologia da língua nacional está imbuída na postura hegemônica e imperialista de grandes nações. Esses ideais fazem parte do “modelo monoglótico europeu”, que tem a planificação linguística como uma de suas metas.

Monteagudo e Lagares (2017) também mencionam Einar Haugen e seu estudo sobre a padronização do norueguês, no processo intervencionista de movimentos político-culturais, na realidade linguística de um grupo social. Essas interferências se relacionam com o status linguístico de uma determinada sociedade, sendo um fato determinante no balanceamento de esferas de poder nos âmbitos políticos porque estão impregnadas de concepções próprias de grupos dominantes, como aponta Ninyoles (1985). Os resultados dessas ações podem resolver problemas pontuais, mas engatilhar outros.

Neste ponto, a asserção de que o conflito linguístico somente acontece na sociedade industrial urbana, no texto de Rafael Ninyoles (1985) faz sentido, devido à especificidade desta comunidade e do seu grau de desenvolvimento. O fenômeno da alfabetização em massa (*mass-literacy*), já mencionado no texto, é o fator basilar que permite ao indivíduo ter acesso ao trabalho qualificado. Dessa maneira, têm-se conflitos deflagrados que são alvo de análise no livro de Ninyoles (1985), o qual apresenta o fenômeno do conflito linguístico como fator determinante da dinâmica política. Esse confronto é inevitável se está inserido em um contexto onde há línguas em contato. Elas, por sua vez, não lutam nem se colidem, mas se relacionam cooperativamente ou antagonicamente, ou seja, o conflito pode acontecer de forma consciente e de forma inconsciente. O primeiro modo se vale de uma disputa energética, um enfrentamento expresso, ou um antagonismo violento, ao passo que na segunda forma, o conflito transcende o conhecimento, envolvendo os indivíduos em controvérsias relacionadas à oposição em interesses sociais, que podem gerar ações contrárias violentas ou não.

No que concerne ao conflito linguístico como um conflito social, Ninyoles (1985) afirma que as diferenças idiomáticas se convertem em símbolos fundamentais de oposição política (diferenças de status e classe) e que a língua aumenta a consciência das distinções. O autor cita o linguista alemão Heinz Kloss<sup>12</sup> que afirma que a igualdade entre as línguas é muito difícil de conquistar, pois quando se consegue uma igualdade/equivalência linguística, ela não se deriva de uma equidade efetiva entre os

---

<sup>12</sup> Heinz Kloss (1904–1987) foi um linguista alemão reconhecido internacionalmente por ser uma autoridade em minorias linguísticas. O autor cunhou os termos "abstandsprache" (língua de distanciamento) and "ausbausprache" (língua por elaboração), na tentativa de diferenciar língua e dialeto. O primeiro termo se refere a diferenças linguísticas, não geográficas, implica uma separação entre dois dialetos. O segundo termo, como o próprio nome implica, são línguas que foram modeladas, construídas ou elaboradas. (KLOSS, 1967)



grupos linguísticos. Uma característica da política linguística não é somente a busca pela igualdade das comunidades no conflito, mas a reversão da ordem dominante.

Ninyoles (1985) ainda analisa três premissas básicas relacionadas às relações dos fatores linguísticos com a disposição social, a diferenciação de estruturas e o bloqueio das expectativas crescentes dentro de uma estrutura. O primeiro é referente à posição social do sujeito, que afeta e é afetada pela capacidade linguística do indivíduo, tendo em vista que a linguagem exerce um papel significativo na estrutura social de um país e de uma economia. O segundo trata a importância do fator competência linguística (domínio da língua falada e escrita), como determinante dos papéis de prestígio e de posição econômica dos sujeitos. O terceiro aborda o problema da língua que volta a ser uma fonte de preocupação pública, uma vez que a utilização dessa ferramenta determina o ingresso ou a exclusão do indivíduo, marcando o grau de prestígio que o falante tem dentro dos grupos sociais. De acordo com autor, o fator linguístico promove o acesso do sujeito a posições de autoridade e de status, e a coexistência de grupos linguísticos não constitui uma fonte de tensão principal. Essa retenção é percebida em dois extremos: um quando a igualdade linguística segue uma equidade social efetiva entre os grupos linguísticos e o outro quando a desigualdade linguística vai acompanhada do desequilíbrio social dentro de uma estrutura social fechada.

Esses três fatores implicam na escolha de qual será o dialeto a ser trabalhado e elevado (desenvolvido) à condição ou ao status de língua. O conceito básico de “nação” implica fazer a escolha dessa língua pela qual os membros de uma mesma sociedade vão conseguir se comunicar. Os dialetos são forças que não colaboram com esse ideal, já que se observa que conflitos internos são recorrentes. Ninyoles (1985: 106–107) aponta a Suíça, a Bélgica, o País de Gales e a Noruega como exemplos de regiões que enfrentam conflitos linguísticos. Um fenômeno relacionado à questão de conflito nacionalista e de prestígio linguístico é o purismo linguístico, a qual é uma resistência consciente a qualquer interferência linguística. A província de Quebec, que aspira pela independência política, é um exemplo de resistência do francês frente ao inglês no Canadá. Assim, a lealdade linguística apresenta resistência ao que é imposto pelos grupos dominantes. No entanto, o francês no Canadá acaba por manter sua posição subordinada, tendo em vista a dominação da língua inglesa em um cenário global. Esse status se reflete na esfera do trabalho em Quebec, pois a imposição da língua que será falada no trabalho pode afetar a

relação entre os trabalhadores. O indivíduo que não apresenta competência linguística num ambiente laboral bilíngue (no idioma materno e no imposto pelo trabalho) acaba sendo marginalizado.

### CONCLUSÃO:

O principal objetivo deste trabalho era analisar e comparar três estudos relacionados à glotopolítica cujos temas centrais são o (des)prestígio da língua e do dialeto, a associação da formação dos Estados nacionais europeus com o nacionalismo e as relações de conflitos linguísticos.

Várias regiões no mundo têm enfrentado conflitos de diversos tipos, um exemplo de território com muitos conflitos sociopolíticos é o Reino Unido. Recentemente, as resoluções do Brexit<sup>13</sup> têm causado problemas internos e externos, acaba refletindo atitudes de isolamento nacional e de negação do processo de globalização. Essa tendência de um possível clamor por mais autonomia nacional tem sido observada no cenário político dentro da própria União Europeia. Na Suíça, Dinamarca, Hungria, República Tcheca, Áustria, Finlândia, França, Itália e Alemanha, partidos políticos que seguem essa linha de pensamento têm alcançado expressivas vitórias na política desde 2016. A maioria com agendas contra a imigração, a favor da restrição de entrada de refugiados na Europa e anti-União Europeia. Uma mistura de xenofobia, crises financeiras e medo de terrorismo internacional têm dado voz a esses líderes na Europa.

Existe a alegação de que o Reino Unido perdeu sua soberania nacional ao não poder controlar suas fronteiras acerca da questão da imigração como afirma Scruton (2018: 252). Não é possível afirmar até que ponto esse cenário político não seria uma reação às constantes pressões sofridas pelo Reino Unido pela EU para aceitar imigrantes (alguns ilegais). Não se sabe se o país está preparado para receber esses imigrantes em massa não importa a quantidade ou a qualidade. Com relação à qualidade, refiro-me ao tipo de imigração praticada pelo governo do Canadá, que tem um processo de imigração

---

<sup>13</sup> A saída do Reino Unido da União Europeia (UE) é apelidada de Brexit, originada da junção das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída).

baseado em pontos, que acaba privilegiando os imigrantes com muita formação acadêmica, apesar de haver alternativas para um sistema híbrido, segundo Papademetriou e Sumption (2011).

Porém, não somente no Velho Mundo se observa o crescimento de líderes com esse tipo de discurso. No continente americano, com a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos para presidente, muitos países estão seguindo a mesma receita. A Colômbia elegeu um partido conservador com 54% dos votos (MANETTO, 2017). Da mesma forma, o Paraguai também elegeu um partido conservador com 65% dos votos (MOLINA, 2018) e as eleições no Brasil reforçaram essa tendência, conferindo à extrema-direita 55% dos votos. Na contramão dessa tendência temos o México, onde um candidato de esquerda venceu as eleições, com 53% dos votos (LAFUENTE, 2018). Na Venezuela, apesar da crise político-humanitária, da hiperinflação que acomete os contribuintes e das denúncias de corrupção no processo eleitoral, o atual presidente venceu as eleições de 2018 com 67,7% dos votos (MOLEIRO, 2018).

O contexto político mundial conturbado sinaliza o crescimento de movimentos separatistas. Scruton (2018, p.63) afirma que países como a Escócia, a Inglaterra e o país de Gales podem se dividir, a exemplo dos eslovenos e tchecos, ou podem exigir sua soberania. Casos semelhantes de movimentos separatistas, com suas particularidades, são observados em várias regiões do globo, como o movimento no Curdistão (Irã, Iraque, Síria e Turquia), Flandres e Valônia (Bélgica), Irlanda Unida (Reino Unido), País Basco (Espanha), Catalunha (Espanha), Québec (Canadá), Saara Ocidental (Marrocos e Mauritânia), dentre outros (BRUM, 2018). Todos esses conflitos não são somente geopolíticos, mas glotopolíticos. Esses cenários implicam questões críticas que expõe o despreparo da maioria dos governos no mundo em lidar com a questão da imigração com mais tranquilidade.

Assim, conclui-se que esses conflitos confirmam o que Montegudo (2012) discorre sobre as nações e seus princípios perenes. Um desses princípios é que a língua e o conceito de nação estão intimamente associados à criação dos Estados nacionais. Ninyoles (1985) afirma que a homogeneidade cultural entre os governantes e os governados é uma exceção na esfera do poder. Esse é um foco de conflitos sociolinguísticos, pois a escolha da língua a ser usada, no âmbito governamental e

educacional, é uma decisão política intervencionista. Porém, Haugen (2001) alega que uma língua-padrão deve ofertar a seus usuários oportunidades de melhoria, de status social e, ao mesmo tempo, fomente um sentimento de pertencimento a certo grupo. Afinal, a política está atrelada à representatividade. A identidade cultural está entrelaçada a esse valor emblemático ao abarcar e determinar a (ir)relevância social de seus membros, independentemente de suas predileções políticas.

#### REFERÊNCIAS:

AUROUX, S. O fato da gramatização. **A Revolução tecnológica da Gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 35–63.

BLOMMAERT, J. **The sociolinguistics of globalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BRUM, M. “**O Sul é Meu País’ e outros 25 movimentos separatistas que podem mudar o mapa-múndi**”. 2017. Disponível em:<<https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-sul-e-meu-pais-e-outros-25-movimentos-separatistas-que-podem-mudar-o-mapa-mundi-a9zm3p8kuev5lytxi8on8ekxq>>. Acesso em: 20 ago. 2018.

DEUTSCH, K. W. **Nationalism and social communication**. Cambridge: The MIT Press, 1955.

GELLNER, E. **Nations and nationalism**. ed. New York: Cornell University Press, 1983.  
HAUGEN, E. Dialeto, língua, nação. In: BAGNO, M. Norma linguística. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

HOBBSAWM, E. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HROCH, M. **Social preconditions of national revival in Europe**. New York: Cambridge University Press. 1985.

KLOSS, Heinz. **Abstand Languages and Ausbau Languages**. In: *Anthropological Linguistics*, vol. 9, n. 7, p. 29–41, 1967.

LAFUENTE, J. **López Obrador é eleito presidente do México com maior respaldo popular da história**. 2018. Disponível em:<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/02/internacional/1530528010\\_797985.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/02/internacional/1530528010_797985.html)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MANETTO, F. **Colômbia dá uma guinada à direita com eleição do conservador Iván Duque**, 2018. Disponível em:<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529272882\\_814333.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/18/internacional/1529272882_814333.html)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MOLEIRO, A. **Maduro é reeleito presidente da Venezuela com uma forte abstenção e em meio a denúncias de fraude.** 2018. Disponível em:<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397\\_319633.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/20/internacional/1526840397_319633.html)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MOLINA, F. R. **Governista Mario Abdo, do Partido Colorado, vence as eleições no Paraguai.** 2018. Disponível em:<[https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/22/internacional/1524427963\\_885415.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/22/internacional/1524427963_885415.html)>. Acesso em: 23 ago. 2018.

MONTEAGUDO, H. **A invenção do monolinguismo e da língua nacional.** Niterói: Editora Gragoatá, 2012. v. 17, n. 32.

\_\_\_\_\_. LAGARES, X. C. Norma e autoridade linguística no galego e no português brasileiro. **LaborHistórico.** Rio de Janeiro, 2017. v. 3, n. 2, p. 12–27.

NINYOLES, Rafael L. 1985. **Estrutura social e política lingüística.** Vigo: Ir indo, 1985. cap. 4–5.

PAPADEMETRIOU, D. G.; SUMPTION, M. **Rethinking points systems and employer-selected immigration.** Washington DC: Migration Policy Institute, 2011.

SCRUTON, R. **Como ser um conservador.** 8 ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018.

WALLERSTEIN, I. **The Modern World-SystemI: Capitalist Agricultureand the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** SanDiego: Academic Press, 1974.

## O FEDERALISMO COM O PROJETO DE ESTADO-NAÇÃO NO BRASIL REPUBLICANO (1889-1891).

Lucas Neto Teixeira<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo busca expor algumas questões sobre a construção do conceito de federalismo no momento pós-golpe republicano de 1889, no que tange principalmente na formação da carta constitucional de 1891. Para que a pesquisa fosse possível busca-se analisar os debates parlamentares ocorridos durante a Assembleia Constituinte Nacional ocorridos entre 1890-91. Através das vozes nas tribunas pode-se compreender melhor como se formou a ideia e o conceito de federalismo no país, as múltiplas facetas que abrangem o conceito nos levam a um rico debate de ideias republicanas sobre a construção do estado-nação brasileiro.

Palavras-chave: Assembleia Constituinte; Constituição; Federalismo; Estado-nação.

### ABSTRACT

This article tries to present some questions about the construction of the concept of federalism in the moment after the republican coup of 1889, in what concerns mainly in the formation of the constitutional charter of 1891. In order that the research was possible it is looked for to analyze the parliamentary debates occurred during the National Constituent Assembly occurred between 1890-91. Through the voices in the stands, one can better understand how the idea and concept of federalism was formed in the country, the multiple facets that encompass the concept lead us to a rich debate of republican ideas about the construction of the Brazilian nation-state.

Keywords: Constituent Assembly; Constitution; Federalism; Nation-state

### Federalismo como ponto de partida

A ideia de federalismo no Brasil, já é uma condicionante através desenvolvimentos políticos e econômicos do país já no período pós-independência. Sabe-se, que o termo passou a fazer parte do vocabulário nacional através da primeira constituinte em 1823, sendo confundido com a ideia de confederação. O termo se encontrou em debate na assembleia, era compreendido como uma reunião de Estados soberanos – modelo que difere do caráter de federação que é oposto. Novamente, partes

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora financiado por bolsa pelo Programa de Pós-Graduação da UFJF. E-mail: [lucasnetoteixeira@hotmail.com](mailto:lucasnetoteixeira@hotmail.com)

da ideia foram colocadas em prática durante o Código de Processo de 1832 e no Ato Adicional 1835, apesar dos efeitos nas instituições poucas modificações ou aquelas reais balizas do federalismo não foram colocadas em prática (COSER, 2008: 941-942).

Na ordem prática, o federalismo verdadeiramente só conseguiria angariar adeptos na sociedade através dos movimentos republicanos e dos manifestos nacionais e da fundação de partidos republicanos nos oitocentos. Tais iniciativas viriam a estar presente no espaço coletivo, este frequentado por pares que buscavam ou almejavam maior participação na vida pública e menos controle do estado nacional à época do império (VISCARDI, 2007: 23-24). Nesse sentido, o século XIX expõe toda a construção do conceito através da sociedade, o que nos auxilia a conhecer um pouco deste passado. Por conseguinte, nos mostra de que forma o federalismo apoiaria os planos dos republicanos durante a sua primeira constituinte.

Antes disso deve-se, conforme aponta Rosanvallon, a busca por compreender os conceitos naquele contexto é fundamental para entender a formação das racionalidades políticas. E dessa forma pode-se construir respostas a aquilo que os grupos procuravam compreender, como por exemplo, no contexto da formação do federalismo. Para o historiador francês, necessita-se sempre questionar aquilo que foi retido pelos autores, fazendo história das palavras e a partir disso pode-se conhecer como se compreendia o conceito ou a ideia naquele momento (ROSANVALLON, 1995: 16-17).

Com isso, limitou-se a abordar alguns pontos de interesse nos anais para confecção deste artigo. Dessa maneira, buscou-se retirar alguns discursos que nos servem de exemplo e que se encontram existentes nos *Anais do Congresso Nacional* entre 1890-91. Acredita-se, que nesse espaço de debates de ideias e de formação de um novo arranjo institucional pode nos dar pistas para que se possa, em parte, compreender o que os constituintes brasileiros entendiam ou esboçavam sobre a ideia e a construção do federalismo para a primeira – republicana e federal – *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*, finalizada em 24 de fevereiro de 1891.

Para que fosse possível analisar tais pontos, é necessário compreender que o federalismo já havia sido estabelecido por meio de decreto no país. Logo, uma das primeiras medidas dos republicanos brasileiros foi a pronta declaração do federalismo como regra com o primeiro Decreto nº1 de 15 de novembro de 1889. A lei estabelecia a

forma de governo como República Federativa, assim sendo, a não quebra dos laços entre os estados e a soberania do país. Os decretos foram medidas utilizadas pelo Governo Provisório, instalado no país, para oferecer institucionalidade ao regime instaurado. Após o primeiro decreto lançaram-se até a finalização da carta republicana, um número maior que 100 decretos para gerir a vida do Estado enquanto não houvesse um texto normativo (VISCARDI, 2017: 69).

Deve-se salientar que, os decretos foram essenciais e buscaram por meio de regra organizar a vida política, econômica, as eleições nos estados e a armada nacional. Destaca-se, que inicialmente o Estado ainda permanecia centralizando, mas já carregava características do federalismo, como é possível perceber logo nos primeiros decretos nacionais. Sem dúvida, é que a partir das normativas é que surgem os primeiros aspectos da perspectiva federal na vida pública nacional. Mas, somente durante o processo constituinte é, que de fato, houve a cristalização do conceito e do sistema possibilitando a sua construção à brasileira.

O federalismo construído pelos constituintes brasileiros não se tratava de uma cópia da ideia norte-americana. Apesar do empréstimo, pode-se salientar que os parlamentares percebiam e avaliavam as formas de federalismo também existentes no continente latino-americano, como por exemplo, em países como a Argentina (1853), Chile (1833) e Venezuela (1864). Todos possuíam uma estrutura federal de Estado, os constituintes, inclusive Rui Barbosa, tiveram papel importante no debate inclusive adaptando questões pontuais já compreendidas em outras constituições e auxiliando na construção prática do modelo de governo no país, que para ele, o sistema deveria preservar a União possibilitando as liberdades autônomas aos estados, mas sem cair no separatismo ou na desintegração da pátria (BARBOSA, 1999: 83).

Nessa etapa de costurar o conceito a república muitas temáticas e narrativas são usadas para barganhar maiores e melhores condições a estados específicos. Pode-se perceber que o projeto constituinte elaborado pela Comissão de Petrópolis ou Comissão dos Cinco, criada pelo Decreto nº29 de dezembro de 1890, ficou responsável criar a constituição reunião da qual resultaram 3 projetos e que teve por participação de Rui Barbosa que comprimiu e imprimiu sua marca no projeto adicionando questões temporais das constituições norte-americana e argentina (BALEIRO, 2011: 24). O Brasil, nesse sentido, seguia o *estabilism* federalista que rondava as Américas, de maneira que os



constituintes buscaram expor modelos mais afeitos as questões regionais já aclaradas em alguns países da América Latina.

O pensamento precedido pelo projeto constitucional agia nessa tangente de mobilizar o poder central frente as demandas dos estados da federação, com a pendente ideia de conservar a estrutura territorial existente no período anterior. Não ameaçar as bases já existentes era fundamental à formação institucional da República, como aclarava o Presidente provisório Deodoro da Fonseca em seu discurso lido na abertura da Assembleia Constituinte republicana em 1890<sup>2</sup>. Dessa forma, do molde descrito por Deodoro buscava-se promover a institucionalidade o mais breve possível ao país, e para isso, um dos principais objetivos constitucionais era a organização das bases do federalismo. A sua atuação seria a de delimitar e organizar as instituições federais, além de autorizar os estados a obter seus meios de representação própria atendendo aos seus interesses e direitos. E também estabelecer o presidencialismo, legislativo, judiciários e o nível de autonomia que todos os estados membros da federação obteriam.

Nesse princípio também era reorganizada das finanças do país – o debate sobre as rendas, dívida pública nacional e a dívida dos estados. A partir disso, ponderou-se a construção federalismo de maneira que os atores reconheceriam um poder do Estado-nação, mas pelas disputas regionais buscava a todo custo o favorecimento econômico aos seus estados. É nesse sentido que o conceito de *federalismo fiscal* dimensiona a discussão, pois na presente constituinte republicana brasileira, os valores baseavam-se na composição de fatores que incorporavam a narrativas históricas, a economia e a política.

A partir do ponto destacado, deve-se compreender que a formação de um novo modelo de estado republicano no país e nos demais do continente sul-americano, implicaram em um grau de compromisso maior e menor entre diferentes atores e estamentos regionais. Portanto, as disputas sobre diferentes níveis de autonomia são reflexos dos conflitos sociais naturais que se expressam no regionalismo (MÜLLER, 2014: 154).

Conhecer os debates são dessa maneira importante para compreendermos como se fundamentaram os laços federativos e através dessas disputas foi-se construindo

---

<sup>2</sup> Discurso de Deodoro da Fonseca foi lido pelo 1º secretário da mesa João da Mata Machado na abertura da Assembleia Constituinte em 15 de novembro de 1890. In: ANAIS CONSTITUENTES, 15 de novembro 1890 – Discurso do Marechal Deodoro da Fonseca

federalismo. Muitas são as disputas e formações de discursos na Assembleia Constituinte que buscavam angariar cada vez mais adeptos as suas ideias mais autônomas, federais e/ou unitárias. Nesse sentido, esses aspectos apresentados pelas discussões parlamentares são essenciais para a compreensão da formação do desenho federalista brasileiro.

Através da metodologia da História dos Conceitos produzida na Escola de Cambridge e segundo Ricardo Silva (2010), que aborda a concepção da método, para o historiador Pocock em sua análise sobre o método contextualista destaca-se que é necessário sempre que se busque com mais profundamente os diferentes graus de coerência racional. Esse tipo de coerência existe porque há em que todos esses discursos características do aporte de palavras conceituais e que nesse sentido extrapolam simples estruturas gramaticais (SILVA, 2010: 301-302).

Na montagem do modelo federal, muitas foram as discussões, mas evidencia-se que no princípio da organização alguns constituintes buscaram, com dados e através de discursos, expor a vida dos seus estados. A questão das discriminações de rendas para os estados, por exemplo, era palco de grandes debates. Para o deputado constituinte por Pernambuco Meira Vasconcelos, em sua exposição na tribuna, acreditava que as rendas públicas deveriam ter a competência privativa da União, ou seja, tudo que fosse fontes de receita descritas na constituição deveria pertencer ao governo federal e aquilo que lhe coubesse seria da alçada dos estados. Sua visão em relação aos impostos dava a União a prerrogativa de lançar contribuições sobre as importações estrangeiras, de maneira que, os estados ficariam com o direito simples de taxar somente os importados quais fossem consumidos nos seus respectivos territórios<sup>3</sup>.

A outra tese mais federalista promovia mais os interesses dos estados, numa gangorra em que a União ficaria dependente dos membros da federação. O deputado constituinte por Pernambuco Espírito Santo, argumentava que o projeto constitucional apresentado à assembleia proposto com a situação econômica de 1890 deixava claro que a União ficaria com um orçamento maior que o dos estados. Para o constituinte era necessário que se desse mais funções aos estados, em que se busca-se compreender a sua real função. Dessa maneira, a federação para ele, deveria dispor maiores poderes locais,

---

<sup>3</sup> ANAIS do Congresso Nacional, sessão de 18 de dezembro de 1890.

o que viria a atender ainda mais as questões regionais, o que se compreendia nesse sentido era que os estados deveriam ser contribuintes da União<sup>4</sup>.

A permanência de impostos, dinheiro em caixa nos membros da federação nada mais era do que um ataque ao modelo apresentado pelo então ministro Rui Barbosa logo nos primeiros dias após da abertura da Assembleia. Espírito Santo creditava que o sistema era desigual e que proporcionaria maiores vantagens a alguns estados, de forma que, os que possuíssem maiores rendas contribuiriam pouco e os que possuíssem pouca renda contribuiriam mais para o fisco nacional<sup>5</sup>.

O princípio apresentado por Rui Barbosa deixava a união no controle, conforme o pré-projeto no seu artigo sexto, proporcionava que somente a união poderia decretar quaisquer impostos sobre a importação estrangeira, ficaria também com os direitos de entrada e saída e estada dos navios, as taxas de selo, contribuições postais e telegráficas, as alfândegas, e o ponto de mais disputa a instituição de bancos emissores.

O centralismo advindo do período anterior produzia efeitos, de forma que, qualquer tentativa de controle era despótica e antirrepublicana. Cresciam discursos pautados na larga autonomia que buscava enfraquecer a esvaziar os poderes do governo federal. A principal bancada que reforçava o discurso eram os rio-grandenses liderados pela figura do constituinte Júlio de Castilhos<sup>6</sup>. O grande impasse era o descompasso das dívidas dos estados, segundo Serzedelo Correia, deputado constituinte pelo Rio Grande do Sul, feriria os estados no futuro com a necessidade de intervenção e medidas provisórias nos anos seguintes a aprovação da constituição.

O projeto do governo provisório agiria nessa tangente de mobilizar a União, reforçando-a e estruturando para que compensasse os desníveis que poderiam vir a ocorrer no futuro, ao menos essa era a perspectiva. Em tese, esse reforço não centralizava o Estado, mas dava condições de desenvolvimento autônomo aos demais membros. As constituições estaduais, ficariam diante da constituição federal, não podendo passar os

---

<sup>4</sup> ANAIS do Congresso Nacional, sessão 18 de dezembro de 1890.

<sup>5</sup> *Ibidem*

<sup>6</sup> Júlio de Castilhos, advogado foi constituinte em 1891, deputado federal 1891-1893, governador em 1891, 1892 e 1893-1898. Sua família era tradicionalmente rio-grandense. Seu avô Fidélis Nepomuceno participou ativamente da Revolução Farroupilha, movimento separatista que ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1835-1845. Foi dirigente de jornal *A república* em São Paulo. Participou também da fundação do Partido Republicano Riograndense. In: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CASTILHOS,%20J%C3%BAlio%20de.pdf> acesso em 29/11/2018.

limites nela estabelecidos, de fato, a ideia possibilitava liberdades econômicas e políticas aos estados. Portanto, a ideia era não ameaçar as bases já existentes.

Neste sentido, os acontecimentos ocorridos a partir de 15 de novembro de 1889 trouxeram transformações em vários níveis. A política, não diferente, angariou consigo a montagem de uma nova maneira discursiva, para as novas relações de poder ocorre a interlocução, ou seja, novas formas de compreender os e serem compreendidos os discursos. É nesse sentido que é construído o federalismo republicano, deve-se levar em conta que o sistema proposto pudesse ser montado e com isso generalizado entre os pares e vitorioso frente as demandas anteprojetado, ele precisava compor o imaginário dos que proferiam os discursos, produzindo efeitos de que o conjunto federalista apresentado seria possível frente as propostas concorrentes (VISCARDI, 2017: 2).

A partir disso, deve-se levar em conta que os constituintes subiam à tribuna para além de debater os pontos da nova Carta Magna republicana, também construiriam e defenderiam as bases do federalismo: ora mais unitário, controlado pela União, e em nos mais diversos momentos em pugna com os ultras federalistas mais afoitos a uma maior distribuição e permanência de renda nos estados. O primeiro ponto era defendido por Deodoro e pelos seus ministros de estado, com isso, surgem os debates sobre maior e menor grau de autonomia e nesse sentido utilizaram-se argumentos para ampliação e construção do conceito que seria primordial a autonomia dos novos estados.

Nesse mesmo sentido, conforme aponta o historiador inglês Skinner, também pertencente a Escola de Cambridge, nos indica que a mobilização de discursos elenca a utilização de padrões existentes de comunicação, o que é válido para reforçar e criar novas subvenções linguísticas com intenção de criticar e até mesmo inverter ou viabilizar ideias. Portanto, convencer seus pares da necessidade de que se deve haver uma alteração de significado de termos e de conceitos utilizados, ou mesmo, a necessidade de abolir seu uso corrente favorecendo a vitória de novos conceitos e termos, deve-se como prática recorrer a linguagem existente (SKINNER apud SILVA, 2010: 310).

A partir desse princípio exposto, pode-se compreender que a defesa da bancada Riograndense se baseava no federalismo mais autônomo, que acreditavam ser melhores aos seus interesses, ou seja, buscava construir e constituir uma ideia no parlamento buscando angariar adeptos para formar um discurso coeso. Como aborda Skinner,

entender determinada ideia, cultura ou momento, não deve o historiador somente se concentrar nos termos expressados, as intenções podem ser variáveis e incompatíveis. O próprio contexto pode ser ambíguo. Estudar o contexto dos proferimentos e como foram usadas as palavras, as funções que poderiam cumprir e todas as coisas que se poderiam fazer com ela (SKINNER, 2001: 393). Através das ambiguidades e do momento de construção institucional que a bancada buscava imprimir sua marca diante daquele momento procurando construir respostas ao problema do federalismo.

Nesse conjunto, deve-se destacar que, algumas vezes, o conceito pode ser diferente daquele colocado no dicionário. Sendo assim, torna-se necessário observar o uso do conceito nas discussões ocorridas na constituinte e rever sua conceitualização nos dicionários de época, que para Koselleck (2010), as mudanças lexicais nos trazem questões que são importantes para descobrir as mudanças na própria compreensão do conceito, neste caso, ao longo do século XIX. A metodologia de conhecer através dos dicionários nos traz a evolução do conceito, e com isso, pode-se observar um pouco daquele passado. Dessa maneira, para o historiador alemão, observar através de suas camadas, os *extratos do tempo*, contribuem para a investigação dos conceitos. A metáfora usada pelo historiador alemão é importante, pois através do método de comparação temporal, pode-se compreender os movimentos dos sujeitos. Portanto, conhecer o uso das palavras através do tempo histórico apreendendo o que era inteligível como no caso o federalismo.

Pode-se aferir, através das consultas nos dicionários de época destacados, que poucas são as mudanças lexicográficas. Buscou-se nesta análise se pautar pelo momento mais republicano já na década de 1870. Mesmo que o conceito não existisse no dicionário de Domingos Vieira (1873) a palavra federalismo, pode-se achar paridade no conceito *federativo*. Nesse caso a conceitualização era compreendida ainda muito análoga à ideia de confederação, o oposto de federalismo.

Neste contraste, os Estados Unidos seriam ao mesmo tempo federalistas e confederais para o dicionário, mesmo pós-guerra de Secessão ou Guerra Civil americana. Outro país muito destacado nas exemplificações é a República Argentina por ser republicana e federalista. Mas, destaca-se para o fato de que antes de 1853 o país ter passado por turbulências que lhe deram durante algum tempo um modelo confederal. Assim, a confusão existia também nos dicionários da época produzidos no

Brasil e em Portugal. Dessa forma, a Argentina era tida também, apesar de já ser um estado federal consolidado em 1870, para o glossário era também uma confederação.

Nesta cronologia histórica dos dicionários de época, no ano de 1878, o dicionário produzido por Moraes e Silva (1878, TOMO II: 22), novos termos são adicionados: federação, federado, federal, federalismo, federalista, federar e por fim federativo. Apesar dos novos adicionados é fato que ainda era coligada comumente a perspectiva de aliança e pela união dos estados. Destaca-se para a seguinte questão em que a diferença entre confederação e federação se coloca à medida que as forças centrípetas se estruturam na União, ou seja, como são os laços formados com os estados, se eles se estruturam de estados a união, ou ao contrário, com maior reforço do poder da União (SOARES, 1998: 144).

Somente em 1891, com a República implementada e com a discussão sendo feita pela Assembleia Nacional, o conceito nos dicionários se aproxima de sua forma estabelecida na carta constitucional. Institucionalizando, o regime federal, o conceito deixou de ser ideia e passou a influir na prática da vida institucional e na sociedade e nisto o legado republicano foi rapidamente apreendido e difundido. Dessa maneira, o dicionário de Almeida (1891, tomo II), pode-se encontrar pela primeira vez a associação de república e federação. Para além disso, o autor define que monarquia seria o oposto de república. A mudança de regime se opõe a ideia de monarquia federalista. Já no glossário de Moraes e Silva (1891, tomo II) cita como modelo constitucional o brasileiro colocando em evidência a ideia federal na carta. Segundo Viscardi (2017), o termo federalismo possui uma maior elaboração técnica, pois a institucionalização do regime e os debates nas tribunas passaram a contribuir com a construção do conceito.

As exposições dos dicionários no texto nos aproximam de países federalistas, e as discussões volta e meia os citam. Portanto, a pouca base para definição nos anos anteriores e posteriormente à promulgação da carta deixaram espaços vazios de compreensão, e nesse sentido, é que provem as tentativas de revestir um conceito e torná-lo aquilo que se desejava ou buscar reerguer uma nova forma. Conforme nos auxilia o historiador John Pocock (1962), perceber como os atores históricos criam suas metáforas ou executam um texto conforme os resultados das suas experiências revelam-nos pontos de atenção e de questionamentos importantes. Dessa maneira, para Skinner em conjunto com as aproximações de Pocock, tais medidas revelam os *atos de fala* dos indivíduos em

que a ação política é completamente embasada à maneira como os parlamentares, neste caso, percebiam a realidade. Dessa forma, esses aspectos nos direcionam a resgatar a história do pensamento político e possibilita-nos as conexões entre pensamento e comportamento político (SILVA, 2010: 308).

Para os parlamentares brasileiros, a principal e a mais importante questão colocada à república naquele dado momento era pensar em qual melhor forma de adoção do modelo para o Brasil. Quais adaptações deveriam ser promovidas para o melhor funcionamento do Estado<sup>7</sup>. Nesse comparativo podemos destacar alguns pontos: a organização do executivo era reproduzida na constituição brasileira que se discutiaera detentora de traços adotados não só dos Estados Unidos, mas em contrapartida e por convicção de elementos históricos e regionais, as constituições da América Latina foram influentes na construção da carta. Sendo assim, leva-nos a compreensão de que o sistema adotado teria relações com a carta constitucional já estabelecida pela republicana e federal constituição da Argentina.

A construção do conceito dessa maneira, reavaliou a postura federalista existente no Manifestos produzidos no Brasil do século XIX em prol de uma união nacional, conforme disposto nos discursos dos parlamentares pró-governo. De certa forma, buscava atender as demandas dos estados, dando a estes poderes largos e extensos que produziram posteriormente desigualdades. Para Josep Love, o regionalismo era pauta de comportamento político que caracteriza o regime federal, dessa maneira, os parlamentares aceitavam a instituição de um *Estado-nação* em salvaguarda de favorecimentos econômicos aos seus estados que poderia inclusive colocar em risco o próprio sistema (LOVE, 1993: 180).

Portanto, avalia-se a construção do conceito sendo ele transformado e diferente daquilo que se compreenderia na sua forma “modelo”. Para que fosse possível analisar tais construções políticas buscou-se a utilização de História dos Conceitos Políticos, a metodologia nos auxilia a análise dos discursos políticos, tais métodos são propostas da Escola de Cambridge e conceitualizados por Quentin Skinner e John Pocock e apoiou-se também em Reinhart Koselleck, da Escola de Bielefeld, a História dos Conceitos alemã. Pode-se compreender que estas metodológicas são fundamentais para que se possa

---

<sup>7</sup> ANAIS do Congresso Nacional 29 de dezembro de 1890.

compreender os discursos como ação, e para além disso, a sua a nova conceitualização e por fim sua forma hegemônica.

Neste breve ensaio procurou-se demonstrar que os republicanos que compunham o parlamento na constituinte buscaram de amplas formas moldar o conceito as suas regionalidades, apoiando-se em narrativas de cunho econômico e histórico sobre a vida nacional. Como tentou-se expor essas tentativas que requeriam a adesão de outros parlamentares para que funcionassem. O federalismo posto em prática durante a assembleia tangia para o centro, mas possibilitou autonomia que os estados nunca obtiveram. Em vista disso, também se intensificou o palco de disputas que buscavam a cooptação narrativas históricas e reais sobre experiências exteriores na busca de sua constituição a partir de interesses regionalistas.

## REFERÊNCIAS

BALEEIRO, Aliomar. *Coleções Constituições brasileiras 1891*. Vol. II. 3. ed. — Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

COSER, Ivo. *O Conceito de Federalismo e a Ideia de Interesse no Brasil do Século XIX*. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 51, nº4, 2008, pp. 941 a 981.

CPDOC. *Dicionário da Elite Republicana (1889-1930)*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica>.

KOSELLECK, Reinhart. *Extratos do Tempo: estudos sobre história*. Tradução Markus Hediger. 1 ed. Contraponto. Rio de Janeiro, 2010.

LOVE, Joseph. *Federalismo y regionalismo em Brasil, 1889-1937*. In: \_ CARMAGNANI, Marcello (org.). *Federalismo Latino Americanos: Argentina / Brasil / México*. Fondo de Cultura Económica, S. A. de C. V. 1993. ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História Conceitual do Político*. Rev. Bras. de Hist. S. Paulo. v. 15, nº 30. pp. 9-22.

MÜLLER, Alberto. *Federalismo Fiscal em um país federativo e conflituoso: o caso da Argentina*. In: FRAZÃO, Paulo de Tarso (org.). *Federalismo Sul-Americano*. Rio de Janeiro. IPEA, 2014.

SILVA, Ricardo. *O Contextualismo Linguístico na História do Pensamento Político: Quentin Skinner e o Debate Metodológico Contemporâneo*. DADOS – *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº2, 2010, pp. 299 a 355. CPDOC, Verbetes Primeira República.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399. jan./abr. 2017. Tradução de: Meaning and Understanding in the History of Ideas. In:



SKINNER, Quentin. *Visions of Politics*. Londres: Cambridge University Press, 2001, vol. I, cap. 4, p. 57-89.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. *Unidos Perderemos: a construção do federalismo republicano brasileiro*. Curitiba: CRV, 2017.

### **Dicionários**

ALMEIDA, F. de. *Novo dicionário Universal Português*. Lisboa: Tavares Cardoso e Irmão, 1891.

AULETE, Francisco Júlio Caldas. *Diccionario Contemporaneo da Lingua Portuguesa*—Volume 1, Imprensa Nacional, Lisboa, 1891.

MORAES E SILVA, Antonio. *Dicionário da língua portuguesa*. Nova edição revista e melhorada. Rio de Janeiro e Lisboa: Empresa Literária Fluminense, 1889.

\_\_\_\_\_. *Diccionario da Língua Portuguesa*- 7ª edição, Tomo II, F-Z, 1878. Disponível em

VIEIRA, Domingos. *Grande dictionarioportuguez ou Thesouro da linguaportugueza*: publ. feita o ms. orig., inteiramente rev. e consideravelmente augm. E - L, Volume 3, 1873.

### **Fontes primárias e bibliográficas**

ANAIS do Congresso Nacional 1890-1891

BARBOSA, Rui. *Pensamento e Ação de Rui Barbosa*. Organização e seleção de textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 1999.

BRASIL. Decreto nº 29, de 3 de dezembro de 1889.

BRASIL. Decreto nº1, de 15 de novembro de 1889.

# “E TRATOU DE ACELERAR A REVOLUÇÃO”: A EXPERIÊNCIA DO TEMPO NAS MEMÓRIAS HISTÓRICAS DA REVOLUÇÃO DE PERNAMBUCO

Lucas dos Santos Silva<sup>1</sup>

## **Resumo:**

Este trabalho tem como objetivo investigar a “experiência do tempo” e suas formas de expressão nas *Memórias Históricas da Revolução de Pernambuco*. Escrita poucos meses após o seu término e de autoria desconhecida, as *Memórias* inscrevem-se no horizonte discursivo gestado a partir da Revolução Pernambucana de 1817. Intenta-se compreender na obra em que medida a experiência revolucionária de 1817 contribui para a gestação de um horizonte de expectativas de ruptura em relação ao Antigo Regime português, o qual tornaria o passado incapaz de modular a experiência histórica do presente. Através das *Memórias*, é possível apreender elementos que caracterizam uma progressiva historicização da realidade, modulada pela sensação de aceleração do tempo histórico.

**Palavras-chave:** **Revolução de Pernambuco. Historia Magistra vitae. Conceito Moderno de História.**

**Abstract:** This work aims to investigate the “experience of time” and its forms of expression in the *Memórias Históricas da Revolução de Pernambuco*. Written a few months after its end and of unknown authorship, this text is inscribed in the discursive horizon born from the Pernambuco Revolution of 1817. The objective is to understand in the work to what extent the revolutionary experience of 1817 contributes to the gestation of a “horizon of expectation” of rupture in relation to the Ancient Régime, which would make the past unable to modulate the historical experience of the present. Through the *Memórias*, it is possible to perceive elements that characterize a progressive historicization of reality, modulated by the sensation of acceleration of time

**Key-words:** **Pernambuco Revolution. HistoriaMagistra vitae. Modern Concept of History.**

## **Introdução**

No contexto revolucionário pernambucano de 1817, paralelamente aos conflitos entre legalistas e sublevados, processaram-se também embates no plano discursivo cujo objeto de disputa era dar inteligibilidade – e projetar futuros - para a tentativa de sublevação em curso. É sintomático, nesse sentido, que uma das primeiras medidas dos revolucionários tenha sido adquirir uma prensa, a qual os muniria de meios para produzirem e fazerem circular suas próprias narrativas para os acontecimentos recentes,

---

<sup>1</sup>Graduando pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Bolsista Fapemig. E-mail: lucas009911@gmail.com

conferindo sentido, assim, ao espaço de experiência revolucionário em emergência. Não seriam os sublevados, contudo, o único grupo a reivindicar para si o primado das interpretações sobre o movimento. Também os contrarrevolucionários - diretamente engajados na repressão do movimento ou não – lançariam mão da construção de narrativas como forma de deslegitimação da atuação revolucionária e de mobilização da resistência aos sublevados.

Neste contexto de tensionamentos e antinomias no horizonte político-discursivo partilhado pelos letrados legalistas e insurgentes, as apropriações do passado figurariam como um instrumento importante na urdidura das narrativas revolucionárias e contrarrevolucionárias, o que indica-nos o valor atribuído à história enquanto instrumento de legitimação das práticas políticas(VILLALTA, 2017).

É este o contexto discursivo no qual as *Memórias Históricas*<sup>2</sup> aqui tematizadas adquirem inteligibilidade. Cumpre agora definirmos de modo mais claro os aspectos estruturantes desse gênero de escrita. Dentre os gêneros historiográficos recorrentes no período, as memórias históricas podem ser compreendidas como subgênero das Histórias Gerais, guardando algumas especificidades em relação a estas. Seu objetivo fundamental enquanto gênero de escrita era conservar lembranças e dar os primeiros passos na determinação do sentido de fatos recentemente experienciados. Mais incompletas e provisórias se comparadas às histórias gerais, as memórias históricas, por outro lado, estavam mais livres de limitações temáticas e lhes era permitido tratar de um repertório de assuntos mais diversificado, como, por exemplo, de temas contemporâneos. Tal conformação conferia a este gênero maior dinamicidade e efetividade do ponto de vista do uso político imediato, o que nos ajuda a compreender a sua recorrente mobilização em contextos de conflito político-social.

Nesse sentido, é salutar que pensemos as memórias históricas enquanto práticas discursivas às quais subjazem embates semânticos e a mobilização de conceitos cujas camadas de significação são objetos de disputa. Os conceitos, conforme esclarece-nos Koselleck, na modernidade passam a compreender não apenas um “substrato empírico” da realidade, mas também a carregarem consigo “campos de expectativa”, projetos de futuro.

---

<sup>2</sup>DOCUMENTOS HISTÓRICOS [doravante, DH], 1955, v. CVII: 230-265).

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

A dilatação do “campo de expectativa” e o seu afastamento em relação ao espaço de experiência, bem como a sedimentação dos projetos de futuro enquanto uma camada semântica proeminente nos conceitos em transformação, são expressões evidentes da emergência de formas modernas de experiência temporal e do conceito moderno de história, um dos instrumentos centrais de articulação da experiência do tempo. Nos limites deste trabalho, partiremos apenas de uma caracterização esquemática desta transformação da experiência do tempo e de suas formas de expressão, valendo-nos, para tanto, das formulações de Reinhart Koselleck, em *Futuro do Passado* (KOSELECK, 2006). Nosso objetivo, nesse sentido, é mapear a “fragmentação” do *topos* da *Historia magistra vitae* (NICOLAZZI, MOLO & ARAUJO, 2011) e o surgimento de formas modernas de experiência da história, o que instrumentalizará a análise das *Memórias Históricas* aqui tematizadas e uma melhor compreensão destas transformações nas primeiras décadas dos oitocentos no mundo luso-brasileiro.

### **Topos antigo e moderno da experiência histórica: uma apresentação esquemática**

No que diz respeito ao tipo antigo de experiência histórica, pode-se elencar como elemento estruturante a continuidade do campo de experiência, isto é, uma coincidência deste com o horizonte de expectativas. Além disso, caracterizam-no também: a estabilidade da natureza humana e dos seus valores; um campo de experiência voltado para o passado; um tempo circular ou evolutivo articulado por etapas fechadas; um futuro previsível, por vezes escatológico, e, portanto, não planejável. Cumpre pontuar também que no tipo antigo, cujo instrumento de expressão da experiência do tempo é a *Historia magistra vitae*, as histórias identificam-se com o seu relato (*historie*) e com elas aprende-se pela aplicação de exemplos. Os termos *exemplaridade*, *repetição* e *imitação* são aqui centrais, na medida em que informam o valor pedagógico atribuído ao passado e a história. Nesta forma de escrita da história, a proximidade temporal do historiador em relação ao evento narrado é central na qualificação de seu relato.

Já o tipo moderno de experiência histórica, conforme pontuamos anteriormente, tem como elemento orientador a descontinuidade do campo de experiência, demarcada por uma ruptura entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativas. Para além disso, e diversamente ao tipo antigo de experiência da história, o tipo moderno caracteriza-se pela relatividade do humano e de seus valores; por um campo de

experiência orientado para o futuro; por um tempo linear e progressivo; e pela imprevisibilidade do futuro, que torna-se então planejável.

Do ponto de vista da escrita da história, agora informada por uma experiência temporal moderna, tem-se como principais aspectos: o estreitamento do tempo presente e consequente desvalorização da história tempo presente; a valorização do distanciamento temporal na validação das narrativas; e a crescente complexificação das condições de representação da história, a qual abre-se para aquilo que Koselleck define como *perspectivismo histórico*. Ademais, a História doravante seria compreendida como um “coletivo singular”, um em si e para si dotado de unidade épica, na medida em que passava a inscrever os acontecimentos outrora exemplares em um processo totalizante e linear dotado de sentido, o progresso. Eis os sintomas claros do processo de historicização da realidade e de gestação de um tempo especificamente histórico, apartado do tempo natural e produto de um novo campo também em emergência na modernidade: a(s) filosofia(s) da história. A partir de então, a dimensão formativa da história relacionar-se-ia a compreensão do processo geral da história humana, e não mais ocorreria pela exemplaridade, já que os acontecimentos estariam marcados pela singularidade e novidade, não sendo mais repetíveis.

Finalmente, seria importante acrescentarmos a este quadro um elementodinamizador da experiência temporal moderna, a ideia de aceleração temporal, a qual tem suas condições de possibilidades vinculadas ao processo geral de historicização da realidade e à concepção de que os processos históricos são passíveis de serem controlados pela agência humana. A experiência revolucionária francesa é o acontecimento chave nesse sentido e, inclusive nas *Memórias históricas da Revolução de Pernambuco*, aparecerá como um divisor que torna o passado ultrapassado e que contribui para a aceleração de um tempo, agora propriamente histórico e marcado pela novidade. Afinal, subjaz a aceleração do tempo a maior (co) incidência da novidade, isto é, do acontecimentos não mais inteligíveis nos quadros da experiência e da tradição.

### **A “fragmentação” do *topos* da História mestra da vida no mundo luso-brasileiro**

À despeito do caráter esquemático de nossa apresentação, a transição entre formas antigas e modernas da experiência do tempo não se daria de forma homogênea, linear e sem uma miríade de ambiguidades. Valdeci Lopes Araújo, ao definir o conceito de *topos*,

estabelece uma distinção profícua para a compreensão desta transição. Araújo distingue o uso do termo *topos* tal como emprega Koselleck da utilização da palavra para aludir a um “lugar-comum”. No sentido Koselleckiano, o termo *topos* tem como significado a “forma na qual conteúdos podem ser articulados”, ou seja, trata-se de um lugar predefinido no qual é possível articular a experiência. Portanto, mais do que um conjunto de expressões acabadas, o termo *topos* referencia neste caso um modo de pensar.

Dadas as ambiguidades da transição, nas primeiras décadas do século XIX seria mais apropriado falarmos em “estreitamento” e fragmentação do que em dissolução do *topos* da *Historia Magistra vitae*. Até meados dos oitocentos, o que se observa tanto nas obras do gênero historiográfico quanto nos mais diversos gêneros de escrita característicos do período são confluências, por vezes contraditórias, entre formas clássicas e modernas de experiência e escrita da história. Nesse sentido, o uso dos termos “fragmentação” e “estreitamento”, empregados por Valdeir Araújo, não é fortuito. Ambos buscam dar conta do processo de retraimento da capacidade da “história mestra da vida” de dar conta da experiência histórica. Ao não mais ser capaz de expressar a totalidade das formas de experiência temporal, o *topos* da *Historia magistra vitae* será frequentemente empregado como um “lugar comum”, ou cederá espaço para formas modernas de expressão da experiência histórica. Este processo, como dissemos, comporta ambiguidades, confluências e conflitos, de tal modo que em um mesmo texto é possível a coexistência de expressões clássicas e modernas de experiência histórica. Parece ser este o caso das *memórias históricas* aqui analisadas. E o esforço analítico, acreditamos, justifica-se em função da capacidade deste texto de complexificar a compreensão da transição para formas modernas de expressão da experiência do tempo no horizonte discursivo luso-brasileiro. Conforme observaremos a partir de agora, por tematizar uma experiência histórica de tentativa de ruptura revolucionária que contribui para a gestação daquilo que João Paulo Garrido Pimenta designa como um *espaço de experiência revolucionário moderno*, as *Memórias históricas da revolução de Pernambuco* fornecem-nos indícios importantes do estreitamento da *Historia Magistra Vitae* no Brasil.

### ***Memórias Históricas da Revolução de Pernambuco: a emergência de um tempo da revolução***

Nosso objetivo neste trabalho não será abordar propriamente a narrativa e os argumentos construídos pelo autor no sentido da condenação do processo revolucionário.

Tampouco tematizaremos as chaves explicativas mobilizadas para dar inteligibilidade a eclosão da revolução ou investigaremos o contexto de debates e disputas narrativas que emerge no pós-revolução de 1817. Nosso objetivo será, fundamentalmente, apreender os elementos que caracterizam as formas de expressão da experiência temporal compreendidos na narrativa das *memórias*.

De autoria desconhecida, as *Memórias Históricas da Revolução de Pernambuco* foram escritas poucos meses após a sublevação de 1817 e endereçam-se ao monarca D. João VI. Em relação a este contexto de produção, o autor tece algumas considerações introdutórias. Na sua perspectiva, o fato de situar-se temporalmente próximo ao acontecimento dificultaria sua tentativa de encontrar suas causas. Portanto, em consonância ao conceito moderno de história, o autor das *memórias*, que autodesigna-se como “economista”, entende ser o distanciamento temporal algo salutar à escrita da história e à inteligibilidade do sentido dos processos históricos.

Na tentativa de apreender as causas da Revolução de Pernambuco, o economista afirma não se valer das “antiquíssimas revoluções”, mas sim dos processos revolucionários da América inglesa, da França e da América espanhola. Com isso, parece demarcar uma ruptura entre experiências revolucionárias antigas e aquelas presentes em seu tempo, o que indicia a singularidade dos acontecimentos que lhe são contemporâneos. Há, portanto, uma ruptura com o espaço de experiência que esgarça as possibilidades de aprendizagem com os relatos exemplares do passado, agora ultrapassado. Reinhart Koselleck, ao analisar os escritos do legalista François-René Chateaubriand relativos à Revolução francesa, identifica como indício de formas modernas de experiência temporal a impossibilidade de estabelecer paralelos entre o processo revolucionário francês e as revoluções antigas. Assim como no caso de Chateaubriand - que segundo Koselleck também o teria feito tardiamente - o autor das *memórias* aqui tratadas compreende a experiência revolucionária com a qual se depara como expressão de um tempo novo, o que evidencia uma ruptura, ao menos parcial, entre experiência e expectativa. É sintomático nesse sentido que o autor prescindia explicitamente dos relatos exemplares de séculos anteriores, optando pela apreensão de maneira compreensiva das revoluções coevas que em sua argumentação parecem constituir um contexto geral comum e distinto do passado.

Ao tematizar precisamente a atuação dos revolucionários, o autor destaca como os “motivos mais fortes” a “corrupção”, a “novidade” e a “imitação”. É significativo que em sua argumentação os termos “novidade” e “imitação” ladeiem-se. Se o primeiro termo parece aludir a emergência de um novo “tempo das revoluções”, distinto do passado, o uso da palavra “imitação” indicia a subsistência de uma forma de experiência temporal na qual a aprendizagem pela via analógica do exemplo ainda subsiste enquanto fonte de orientação. Parece haver no plano discursivo, portanto, traços de uma espécie de coexistência conflitiva entre dois regimes de historicidades, a qual indicia os revezes da passagem a um *topos* moderno de experiência histórica.

Em que pese a constatação de que o *topos Historiamagistra vitae* era ainda capaz de compreender fragmentos da experiência do tempo expressos nas *memórias históricas*, há nelas sintomas manifestos de um processo de historicização da realidade e da formação de um tempo especificamente histórico. Chama atenção como elemento estruturante da obra a concepção de que são as ações dos homens capazes de determinar o sentido e o ritmo dos acontecimentos históricos. Tanto ao narrar a agência dos sublevados quanto ao definir os futuros possíveis no pós-sublevação o autor fia-se estritamente na agência humana como definidoras dos eventos. Parece permear toda narrativa uma tácita disputa entre os agentes cujo intento era “acelerar” a revolução e aqueles que objetivavam retardá-la ou dissolvê-la. Valdeci Lopes Araújo acautela-nos que tanto a crença na possibilidade de retardar a história quanto a consciência do poder de acelerá-la – controlando a velocidade das transformações – são sintomas da consciência histórica moderna. Afinal, subjaz a ambas as apostas o pressuposto de que o futuro está em aberto e que, portanto, é planejável.

Pode-se conjecturar em que em medida a atualidade da experiência revolucionária de Pernambuco corroborou para a consciência da indefinição do futuro. De todo modo, parece ser evidente para o autor que as revoluções que lhe eram coevas inauguraram um presente acelerado no qual elementos estruturantes do espaço de experiência dissolvem-se ou tornam-se instáveis. Para o economista, ante as maquinações dos insurgentes, cujo sentido é a aceleração da revolução, nem mesmo a causa monárquica estaria garantida no mundo luso-brasileiro. Perfazia, portanto, o tom propositivo característico do gênero historiográfico das memórias históricas, a irrupção de uma experiência temporal na qual passado e futuro não mais parecem coincidir. Seja a fim de minar ou de acelerar a



revolução, a agência humana inscreve-se em um tempo que não mais conduz a um passado ciclicamente repetível e fechado<sup>3</sup>.

Conforme observamos anteriormente, um elemento central das memórias históricas é a sua potencialmente mais imediata inserção no debate político. Ao reivindicar para si a posição de um emissário que reportaria ao rei a situação de Pernambuco no pós-sublevação, o autor do texto ora abordado enseja uma miríade de reformas em sua perspectiva fundamentais para repelir o desencadear de um novo processo revolucionário. Ao fazê-lo, seu argumento assume como pressuposto a vigência de um “tempo revolucionário”, ante ao qual urgia intervenções por parte do monarca. Em sua avaliação, a ruptura inaugurada pelo “tempo da revolução” demandaria novas práticas de governo, as quais poderiam dar novo sentido às mudanças de modo a evitar a gestação de novos processos revolucionários.

Ao analisar a temporalização dos discursos políticos à época da Independência, Rafael Fanni Dias Resende define como sintomas da temporalização discursiva a mobilização de expressões e conceitos que indicam movimento, a alteração do alinhamento entre experiência e expectativa e a projeção de um futuro – temporalmente aberto – como imagem propulsora do movimento histórico. No argumento de Fanni Dias Resende, a consciência da imanência do tempo, isto é, a experimentação de um tempo especificamente histórico, caminharia *pari passu* no horizonte discursivo luso-brasileiro a formação de um *espaço de experiência revolucionário moderno*, o qual teria se nutrido inclusive da Revolução de 1817.

### **Conclusões parciais: Memórias Históricas como um *locus* de emergência de novas formas de aprender com a história?**

Parece haver coincidências evidentes entre os indícios de formação do tempo histórico manifestos em muitos impressos no contexto de Independência brasileira e

---

<sup>3</sup>“Tinha o dito revolucionário uma bonita presença, modo engraçado, majestade, e um natural a toda a classe de homens acomodados. Vendeu o brigue, e tratou de acelerar a revolução, mas com tanto vigor que dizem ainda hoje muitas pessoas estalara extemporaneamente”. DOCUMENTOS HISTÓRICOS [doravante, DH], 1955, v. CVII: 233) Este trecho nos dá indícios de que o autor era consciencioso da possibilidade de aceleração dos acontecimentos a partir da atuação dos homens. O uso do termo “extemporaneamente”, nesse sentido, pode ser tomado como objeto de análises ulteriores. Se, no léxico coevo, ele poderia significar algo realizado de improviso, sem planejamento, no contexto mencionado pode também ser indício de uma compreensão processual da história, segundo a qual os eventos ocorrem em um tempo específico, histórico, quando há condições para sua formação.

aqueles encontrados nas *Memórias Históricas da Revolução de Pernambuco*, já que a pluralidade de perspectivas para o futuro – e o temor de novos processos revolucionários – nortearam a narrativa histórica urdida nas memórias. O esforço de apreender compreensivamente os motivos para a “aceleração” da revolução são sintomáticos nesse sentido, sobretudo por exprimirem que apenas a agência humana poderia evitar ou promover a formação de novos processos revolucionários<sup>4</sup>. Parece se esboçar, portanto, uma concepção do movimento da história em um sentido processual cuja força motora é a ação dos homens e suas expectativas de futuro. Diante disso, apreender as causas do processo tornava-se condição necessária para a alteração de seu sentido, o que em última instância dava sinais de uma forma moderna de aprendizagem com a história, na qual não mais o exemplo, mas a compreensão formativa, adquiria centralidade. Se seguia dotada de valor magisterial, a história parecia fazê-lo por instrumentalizar a compreensão do presente e por aprimorar as condições de intervenção no futuro.

#### **Referências:**

ARAUJO, V. L. de. Formas de ler e aprender com a história no Brasil joanino. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.22,n.1, p.85-98, jan./jun. 2009.

DOCUMENTOS HISTÓRICOS [doravante, DH], 1955, v. CVII, p. 230-265).

FANNI, Rafael. Pimenta, João Paulo Garrido (orient). *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. São Paulo, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*, São Paulo, Universidade de São Paulo (Tese de Livre docência), 2012.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os contrarrevolucionários de 1817 e suas apropriações da história: “Os perigos das Revoluções”. *História*, Franca, v. 36, e28, 2017.

---

<sup>4</sup> O seguinte trecho é ilustrativo nesse sentido: “Eu só ouvia de uns e de outros e mesmo pelos pasquins postos pelas esquinas: a revolução ainda não está acabada; todos gritam ter sido um aborto, ainda há muitos colóquios, ela se segundará com mais feliz sucesso etc.” DOCUMENTOS HISTÓRICOS [doravante, DH], 1955, v. CVII, p. 253)

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 09

### História, gênero e sexualidade: Processos de construção da subjetividade na escrita da História

#### Coordenadores:

Cristiane de Paula Ribeiro (Mestranda - UFJF)

Geovane Batista da Costa (Mestrando - UFJF)

Stella Ferreira Gontijo (Mestranda – UFF)

#### Ementa:

Este Simpósio Temático, em sua 2ª edição, objetiva abarcar discussões referentes a gênero e sexualidade e as suas respectivas intersecções concernentes a raça, classe, etnia, religião na História. Temos como intuito, também, colaborar com pesquisas em andamento e propiciar uma interdisciplinaridade nas diversas áreas das Ciências Humanas, propiciando diálogo e contribuições nos novos estudos que pensam a partir da perspectiva do gênero.

O gênero, como categoria útil de análise histórica, proposto pela americana Joan Wallach Scott, ajuda-nos a compreender as diferenças presentes entre os sexos como construções sociais e seus sistemas de significação, isto é, maneiras como as sociedades representam o gênero com o passar das décadas, negando assim, o determinismo biológico. Em sua argumentação, a autora aponta que o gênero no seu uso descritivo é apenas um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Neste sentido, tais estudos possibilitaram um novo olhar para a história, crítico à polarização para um sujeito humano universal.

Ressaltamos ainda que, nesse processo de constituição do gênero, é impossível explicarmos por que a vulnerabilidade é maior entre mulheres do que homens, sem que se leve em conta as relações de gênero, assim como não se pode compreender as posições assimétricas e hierárquicas que se definem entre as próprias mulheres, sem levar em consideração raça e classe como fatores fundamentais<sup>5</sup>, sendo necessário pensarmos sob uma perspectiva interseccional.

---

<sup>5</sup> BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

O conceito de interseccionalidade, aqui nos ajuda, mostrando-nos que nem sempre lidamos com grupos distintos e, sim, sobrepostos<sup>6</sup>, demonstrando-nos uma interdependência das relações de poder e das hierarquias presentes na sociedade. O surgimento do termo se deu na década de 1990, a partir das formulações de Kimberlé W. Crenshaw, como uma proposta de levar em conta as múltiplas identidades<sup>7</sup> na constituição de desigualdades.

No que tange ao conceito de sexualidade, por ser abrangente e não se encaixar em uma única definição, é alvo de distorções e reducionismos e normalmente acaba sendo associado como sinônimo de genitalidade, ou seja, dentro do campo biológico. Mas, aqui, concordamos com a Organização Mundial de Saúde (OMS) que em 2002 definiu a sexualidade como um aspecto da vida humana influenciada por fatores diversos ligados a diferentes campos, e a entenderemos, dentro de uma perspectiva foucaultiana, como um dispositivo das relações de poder, constituído ao longo da Modernidade capitalista, que divide a sociedade em categorias como homossexuais, bissexuais e heterossexuais, só para falarmos das mais conhecidas, na qual a heterossexualidade é a dominante e tida com normal, sobrepondo às demais.

Consideramos que ao aplicarmos as categorias de gênero e sexualidade aos estudos epistemológicos da história, não se relaciona com anacronismo, pois, são categorias analíticas e representativas. Margareth Rago (1995) assim nos explica:

Afinal, se considerarmos que a epistemologia define um campo e uma forma de produção do conhecimento, o campo conceitual a partir do qual operamos ao produzir o conhecimento científico, a maneira pela qual estabelecemos a relação sujeito-objeto do conhecimento e a própria representação de conhecimento como verdade com que operamos, deveríamos prestar atenção ao movimento de constituição de uma ( ou seriam várias?) epistemologia do conhecimento.

Por fim, vale a ressalva, de que ao consideramos todos esses como construções sociais e históricas, portanto, datados e de estrita relação com a questão do poder, assim, discordamos, por exemplo, que gênero e sexo sejam unicamente de origem biológica. Por isso é importante desnaturalizarmos estas questões e, este é o objetivo deste Simpósio,

---

<sup>6</sup> Ver mais em: CRENSHAW, Kimberlé. (2002), “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. Estudos Feministas, 10 (1): 171-188.

<sup>7</sup> Ver mais em: HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, v.26, n.1, junho de 2014, p.61-73. MOUTINHO, Laura. Diferenças e desigualdades negociadas: raça, sexualidade e gênero em produções acadêmicas recentes. *Cadernos Pagu*, n.24, jan.-jun., 2014, p.201-248.

que aceitará trabalhos que discutam nas mais variadas perspectivas teóricas e com os mais distintos objetos de pesquisa, particularmente, aqueles que contenham metodologicamente uma análise histórica. Assim, convidamos as pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com os mais diversos objetos (periódicos, revistas, fotografias, biografias, literatura, cartas, ofícios, etc.), a fazerem parte de nosso Simpósio, para podermos discutir e compartilharmos questões referentes ao gênero, história e sexualidade, pensando sempre no viés interseccional.

## Interseccionalidade em *LAMPIÃO*

Geovane Batista da Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo tem como proposta apresentar a presença da questão da interseccionalidade - através das categorias de gênero (mulher), raça (negra) e orientação sexual (homossexual) - no jornal *LAMPIÃO da Esquina*, a partir da entrevista com a cantora e compositora Leci Brandão. *LAMPIÃO*, foi uma publicação da imprensa alternativa dos anos 1970 e durante os seus três anos de existência - abril de 1978 a junho de 1981 -, abriu espaço para os discursos das minorias como as mulheres, os negros, índios, ecologistas, e homossexuais, e, proporcionou uma visibilidade inédita às práticas sociais dessas minorias ao abordar questões de sexualidade, gênero e raça em suas páginas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imprensa Alternativa; Lampião da Esquina; Interseccionalidade.

### ABSTRACT

This article intends to present the presence of the intersectionality issue- through the categories of gender (woman), race (black) and sexual orientation (homosexual) - in the newspaper *LAMPIÃO da Esquina*, from the interview with the singer and composer Leci Brandão. *LAMPIÃO* was an alternative press publication of the 1970s and during its three years of existence, from April 1978 to June 1981, it made room for minority discourses such as women, blacks, Indians, ecologists, and homosexuals, and provided unprecedented visibility to the social practices of these minorities by addressing issues of sexuality, gender, and race in their pages.

**Key Words:** Alternative press; Lampião da Esquina; Intersectionality

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) sob orientação da prof<sup>a</sup>. Dr (a). Beatriz Helena Domingues. Bolsista CAPES. E-mail: [geovannecosta2009@hotmail.com](mailto:geovannecosta2009@hotmail.com)

Depois do golpe civil-militar de 1964, que destituiu o presidente João Goulart, democraticamente eleito, o Brasil começou a conviver com um dos períodos mais obscuros de sua história: a ditadura militar. Tendo como bandeiras as ideias de uma nação livre e democrática; a defesa da moralidade pública, dos bons costumes e da solidez das tradições; a demanda por mais segurança; a proteção da família e o cultivo de valores religiosos cristãos, as forças armadas brasileiras assumiram o comando do país por 21 anos, justificando combater o socialismo e evitar um possível golpe comunista; e, para isso, foram apoiadas pelos Estados Unidos da América e por setores conservadores da sociedade, entre eles, empresários, banqueiros e Igreja Católica (QUINALHA, 2017: 25).

A ditadura militar que se iniciou em 1964, a partir de 1968 - nos governos do general Humberto Costa e Silva (1967-69) e de Emilio Garrastazu Médici (1969-74), que contaram com a edição do Ato Institucional nº 5 (AI-5)<sup>2</sup> -, se tornou mais repressiva e violenta com o estabelecimento da polícia política representada pelo DOI-CODI<sup>3</sup> e da

---

<sup>2</sup> Ato institucional é a denominação dada aos decretos, emitidos após o golpe civil-militar de 1964, que buscavam legitimar e legalizar as ações do novo regime. Sua validação dependia apenas do poder extraconstitucional que se atribuiu o Poder Executivo para legislar já que não eram submetidos à sanção do Legislativo. Ver: ALMEIDA, Monica Piccolo. Legitimidade e coação no pós-1964: institucionalidade partidária e repressão. In: CORRÊA, Maria Letícia. História do Brasil IV. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012: 69.

Foram promulgados 17 Atos ao todo, e o AI-5 é considerado o mais duro, já que concentrava muito poder discricionário nas mãos do Executivo, e, que ao contrário dos outros Atos Institucionais, não tinha prazo de vigência definido. Ele autorizava o presidente da República, sem apreciação judicial, a decretar o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares a nível federal, estadual e municipal, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, decretar o confisco de bens considerados ilícitos, aposentar compulsoriamente qualquer servidor público e suspender a garantia do *habeas-corpus*, que é o instrumento jurídico, reconhecido no Brasil desde a Constituição de 1891, que garante a liberdade em favor de quem sofre violência ou ameaça de constrangimento em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade. Ver: CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hílton Lobo. Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis Complementares. São Paulo: Editora Atlas, 1971: 23.

<sup>3</sup> Os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), funcionavam como órgãos de planejamento, controlando a execução das medidas de defesa interna, tanto de informações quanto de segurança, e de repressão. Já os DOI eram unidades móveis, dinâmicas, de ação, subordinadas ao CODI, e realizavam o trabalho de busca e apreensão de provas e pessoas, prisões, interrogatórios, torturas e assassinatos. Ambos foram criados para institucionalizar e aumentar o escopo de atuação da Operação Bandeirante (Oban), implantada em julho de 1969 pelo comando do II Exército, em São Paulo, que reunia representantes das Forças Armadas, da Polícia Federal, do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), da Guarda Civil e da Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP), e tinha como objetivo garantir a segurança nacional a partir do controle das informações e da repressão aos opositores do regime militar. O sistema DOI-CODI foi desativado no final do governo do general João Batista Figueiredo, por meio de uma portaria do ministro do Exército, general Valter Pires. Ver: ALMEIDA, Monica Piccolo. Legitimidade e coação no pós-1964: institucionalidade partidária e repressão. In: CORRÊA, Maria Letícia. História do Brasil IV. v. 2. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj, 2012: 86.

espionagem, organizada a partir de uma grande rede de órgãos de informações de cada força militar: a marinha tinha o Cenimar (Centro de Informações da Marinha), criado em 1955; o exército criou o CIE (Centro de Informações do Exército), em 1967, e a aeronáutica tinha, a partir de 1968, o Cisa (Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica) (NAPOLITANO, 2014: 120-121). Além do mais, a censura da imprensa voltaria a ser exercida com todo vigor com a Emenda Constitucional nº 1<sup>4</sup>, que permitiu ao presidente Médici baixar, em 26 de janeiro de 1970, o Decreto-Lei 1.077, pelo qual se regulamentou a censura prévia de livros e revistas que tratavam de temas referentes aos costumes, sob a responsabilidade do Ministério da Justiça, e, que teve duas fases: a primeira fase da censura prévia ocorre até 1975, e possui um caráter amplo e de intervenção ativa sobre todos os periódicos, sem distinção, no conteúdo destes através de bilhetes e telefonemas; e a segunda fase, que ocorre de 1975 a 1978, quando a censura prévia passou a ser mais restrita e seletiva, se retirando dos órgãos de divulgação da grande imprensa<sup>5</sup> e também diminuindo a intensidade das ordens telefônicas e dos bilhetes às suas redações, mas, permanecendo contudo, ainda sobre algumas publicações da imprensa alternativa<sup>6</sup> (AQUINO, 1999: 212-215).

---

<sup>4</sup> A Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967, no seu Art. 153, §8 já estabelecia que a imprensa não podia mais publicar nada que se referisse a “propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça ou de classe” e nem “contrárias à moral e aos bons costumes”. Ver: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm)>

A Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, deu uma nova redação à Constituição de 1967, mantendo o artigo 158 e o parágrafo 8, assim como manteve também o AI-5, para dar um ar de legalidade às ações dos militares (através dos Atos Institucionais) a partir da Constituição. Ver: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1960-1969/emendaconstitucional-1-17-outubro-1969-364989-publicacaooriginal-1-pl.html>>

<sup>5</sup> O termo grande imprensa, de forma genérica, é usado para designar o conjunto da mídia que compõe a porção mais significativa em termos de divulgação que pode ser diária, semanal, quinzenal, etc.; de circulação, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro cuja dimensão, em termos empresariais, atinja uma estrutura que implique na dependência de um alto financiamento publicitário para a sua sobrevivência. Ver: AQUINO, Maria Aparecida de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978) - O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999, p.37.

<sup>6</sup> A imprensa alternativa, também conhecida como “nanica”, “de leitor”, “tropicalista”, “marginal”, “emergente”, “independente” ou ainda “underground”, cuja invenção “remonta aos pasquins do período regencial (1831-1840) e também aos jornais anarquistas publicados pelos operários entre os anos de 1880 e 1920”, é um termo que convencionou-se usar para aglomerar diversos jornais e revistas editados por grupos independentes (de homossexuais, ou mulheres, ou negros, ou partidos políticos etc.), que tinham uma grande questão que os uniam: eram sempre de oposição ao governo e ao discurso oficial, ou seja, tinha um discurso contestador, antigovernista e contra-hegemônico. Ver: KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Scritta Editorial, 1991.



Todavia, no final dos anos 70 os brasileiros pareciam estar começando a respirar ares mais otimistas devido as grandes transformações que se anunciaram com a “distensão lenta, gradual e segura” iniciada em 1974, com o presidente general Ernesto Geisel<sup>7</sup>, e com o ressurgimento das importantes manifestações de protestos dos trabalhadores, empresários, intelectuais e estudantes, particularmente em 1978.

É nesse contexto que surgiu o jornal alternativo gay *LAMPIÃO da Esquina*, que iria durar até o ano de 1981. Também chamada de *imprensa homossexual* ou *imprensa homoerótica*, a *imprensa gay* surge nos EUA, na Califórnia, em 1947, com o jornal *Vice-Versa*, e aqui no Brasil, em 1963 no Rio de Janeiro com o jornal *Snob*. Era uma imprensa inicialmente feita de modo artesanal, pois os jornais e revistas eram mimeografados ou xerocados, com pequenas tiragens e não visavam o lucro, e, que, só depois passam a ser produzidos de forma industrializada; era destinada majoritariamente aos leitores gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, e em sua grande maioria, produzida por jornalistas gays, sejam eles amadores ou profissionais (PÉRET, 2011). É importante destacar que apesar de existirem essas três denominações<sup>8</sup> – imprensa gay, homossexual ou homoerótica -, para a imprensa voltada ao público homossexual, em questão de conteúdo elas não diferem; o que as diferenciam é o posicionamento político frente ao conceito da homossexualidade e do sujeito homossexual assumido pelo autor que as empregam. Sendo assim, neste artigo, que tem como interesse expor a questão da

---

<sup>7</sup> Segundo Napolitano (2006) Geisel passou à história como um presidente autocrático que iniciou o processo de abertura e, conseqüentemente, de transição política, mas, devemos lembrar que ao longo de seu governo, ele recorreu diversas vezes às prerrogativas que o AI-5 garantia ao presidente da República: cassou mandatos, decretou intervenção na prefeitura de Rio Branco/AC, entre outras coisas. Ver: NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014: 206.

<sup>8</sup> Para saber mais sobre *imprensa gay* ver PÉRET, Flávia. *Imprensa gay no Brasil*. São Paulo: Publifolha, 2011. Para *imprensa homossexual* ver FERREIRA, Carlos. *Imprensa homossexual: surge o Lampião da Esquina*. São Paulo, Revista ALTERJOR, Ano 01, Volume 01, Edição 01, Janeiro-Dezembro de 2010. E para saber sobre *imprensa homoerótica* ver ARIAS, José Miguel; AMARAL, Muriel Emídio Pessoa do. *Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015)*. Cuadernos.info, 2016, nº39, p. 101-112.

interseccionalidade<sup>9</sup>, a partir das categorias gênero<sup>10</sup>, raça<sup>11</sup> e orientação sexual<sup>12</sup>, presente em *LAMPIÃO*, através da seleção de uma entrevista da cantora e compositora Leci Brandão, usaremos o termo *imprensa gay*. É bom ressaltar que “a proposta de trabalho com essas categorias [gênero, raça e orientação sexual] é oferecer ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades” (PISCITELLI, 2008: 266), pois, não são dissociadas uma das outras, e sim articuladas,

<sup>9</sup> Embora o termo “*interseccionalidade*” tenha sido cunhado apenas em 1989 por Kimberlé Crenshaw, a preocupação na interseção (no entrelaçar, no cruzamento) de distintas formas de diferenciações sociais (e de desigualdades) é anterior, e um de seus marcos é o manifesto de 1977 do Combahee River Collective - um coletivo de feministas negras e lésbicas, de Boston -, que defendia uma luta articulada não apenas contra a opressão sexual das mulheres, mas também contra outras formas de dominação e de desigualdades baseadas em racismo, heterossexismo e exploração por classe social. Ver: BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. Cadernos Pagu, Campinas, n.26, jan./jun. 2006, p. 329-376.

<sup>10</sup> Sem me aprofundar muito na literatura existente sobre o conceito de *gênero*, aqui ele será entendido como um dado cultural que define a maneira de ser homem e de ser mulher. Dito de outra forma, o gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e cultural e não somente da decorrência da anatomia do corpo, do sexo biológico. Para saber mais ver: BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; e, SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica (Guacira L. Louro, Trad.). Educação & Realidade, 20(2), 1995, p. 71-99.

<sup>11</sup> A palavra “*raça*” tem pelo menos dois sentidos analíticos: um reivindicado pela biologia genética, que diz respeito às características físicas e divide os seres humanos em subespécies baseando-se em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo; e outro pela sociologia, que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (GUIMARÃES, Antônio. Raça, cor e outros conceitos analíticos. In: Osmundo Pinho & Livio Sansone (Orgs.), Raça – novas perspectivas antropológicas. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2008: 65-77).

É bom lembrar também, que não se confunda os conceitos de *raça* e de *etnia*, já que a concepção de *raça* implica, necessariamente, uma relação de dominação de um grupo sobre outro, havendo uma hierarquização necessária. Já o reconhecimento das diferenças étnicas nem sempre produz uma relação de dominação. Assim sendo, poderíamos dizer que *etnia* tem mais a ver com a construção das identidades dos indivíduos - que, têm um ancestral e uma língua em comum; uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território -, e *raça* com a instalação das relações de dominação. Ver: MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação - Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira (PENESB), RJ, 05/11/03. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Uma-abordagem-conceitual-das-nocoes-de-raca-racismo-identidade-e-etnia.pdf>> Acesso em 19 de novembro de 2018.

<sup>12</sup> Entendo aqui *orientação sexual* como a capacidade de cada pessoa ter uma atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas (PRINCÍPIOS, 2006). Apesar de termos três orientações sexuais preponderantes como a homossexualidade (interesse afetivo e sexual pelo mesmo sexo/gênero), a heterossexualidade (interesse afetivo e sexual pelo sexo/gênero oposto) e a bissexualidade (interesse afetivo e sexual pelos dois sexos/gêneros), elas não são as únicas e temos ainda os assexuados (indivíduos que não sentem nenhuma atração sexual, seja pelo sexo/gênero oposto ou pelo mesmo sexo/gênero), os pansexuais (pessoas que desenvolvem atração física, amor e desejo sexual por outras pessoas, independente da identidade de gênero - sentimento de ser do gênero feminino (mulher) ou do gênero masculino (homem) independentemente da anatomia-, ou sexo biológico – sexo genital). Ver: REIS, Toni. (org). Manual de Comunicação LGBTI+. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI/GayLatino, 2018.

que existem de forma relacional e contextual. Isto é, não pretendo analisar a reportagem de LAMPIÃO através de um ou outro conceito de forma isolada, mas da articulação deles.

## UM JORNAL *GUEI*<sup>13</sup> ASSUMIDO

Brasil, março de 1978. Ventos favoráveis sopram no rumo de uma certa liberalização do quadro nacional: em ano eleitoral, a imprensa noticia promessas de um Executivo menos rígido [que] [...] faz até com que se fareje uma “abertura” do discurso brasileiro. (LAMPIÃO, 1978: 2).

E com esta narrativa, em abril de 1978, se acendia *LAMPIÃO*, o primeiro periódico gay nacional com sua edição experimental, a edição de número 00 (zero), que não foi comercializada, mas entregue na casa de cinco mil pessoas aleatórias “sem distinção de credo, raça ou preferência sexual” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1978a: 9) escolhidas pelos membros do Conselho editorial, que era composto por 11 homens assumidamente homossexuais, intitulado *Senhores do Conselho*. Eram eles: Adão Acosta, Aguinaldo Silva que ocupava o cargo de chefe de edição, Clóvis Marques, Darcy Penteadó, Francisco Bittencourt, Antônio Chrysóstomo, Gasparino Damata, Jean-Claude Bernardet, João Antônio Mascarenhas, João Silvério Trevisan e Peter Fry.

A ideia de se fazer o jornal *LAMPIÃO da Esquina* - que a princípio, se chamaria “Esquina”, por ser um “lugar icônico para os homossexuais”, isto é, por ser um lugar de encontro dos gays, e só não foi registrado com esse nome porque “Esquina” já tinha sido registrado, e aí pensaram em *LAMPIÃO*, por ser este objeto que iluminava a esquina das

---

<sup>13</sup> Lampião escrevia a palavra “gay” dessa forma em suas páginas. A forma aportuguesada da palavra norte-americana “gay”, que ainda não tinha uma boa recepção no país, talvez tenha a ver com a questão da contracultura brasileira, que rejeitava concepções estadunidenses por acreditarem que a realidade brasileira era diferente da vivida em outros países. Ver: MAIOR JÚNIOR, Paulo R. Souto; NASCIMENTO, Regina Coelli G. A vontade de fala(r): Fragmentos da colaboração do Lampião da Esquina no movimento homossexual brasileiro. XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH –Brasil, Natal, Rio Grande do Norte, 22 a 26 de julho de 2013.

Mas *LAMPIÃO* chegou a usar a palavra gay em várias edições, e na edição de nº 3, Aguinaldo Silva diz que a palavra *gay* foi traduzida por *LAMPIÃO* para *guei*, porque tal palavra significava “absolutamente nada”. Ver: SILVA, Aguinaldo. *LAMPIÃO da Esquina*. As palavras: para que temê-las? Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, jul-ago 1978, p. 5. Talvez ainda a rejeição à palavra *gay* tenha a ver com a questão comercial que vinha junto com ela, como a venda de livros, discos, revistas etc. Ver: ACOSTA, Adão. *LAMPIÃO da Esquina*. Música para o povo *guei*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 6, novembro de 1978, p. 13.

praças de encontros entre as pessoas (SILVA, 2016), e, portanto, o nome não teria nada a ver a priori com a figura do cangaceiro Virgulino Ferreira da Silva, vulgo Lampião, porém, na hora de se fazer o logotipo do jornal, Aguinaldo Silva e Bernardo Mascarenhas pensaram em “brincar” com tal personagem por ele ser um “símbolo da masculinidade e macheza” nacional (PEREIRA, 2017: 55) -, surgiu em novembro de 1977, após uma visita do diretor da editora gay norte-americana Gay Sunshine Press, que publicava a revista *Gay Sunshine*, de São Francisco, Califórnia, Winston Leyland ao Brasil. Coordenada pelo advogado João Antônio Mascarenhas, e o único a assinar a revista de Leyland em toda a América Latina, a passagem de Winston pelo Brasil teria como objetivo a reunião de pessoas para a organização de uma antologia de literatura homossexual latino-americana, a ser publicada este ano sob o patrocínio do Congresso dos Estados Unidos (LAMPIÃO, 1978: 5).

No entanto, por uma questão de direitos autorais, pois já havia um jornal com esse nome (FEITOSA, 2014: 79), o conselho editorial do jornal na edição de número 01, que já tinha começado a ser vendido em algumas bancas de jornais cariocas, acrescentou o termo “da Esquina” ao nome “LAMPIÃO”, que fez parte do nome do jornal até o seu fim, em junho de 1981.

Voltado para as “minorias”<sup>14</sup>, em especial os homossexuais, em três anos de distribuição, entre abril de 1978 e junho de 1981, *LAMPIÃO da Esquina* teve ao todo 41 edições publicadas: uma experimental - a edição de número 00 (zero) na qual o jornal aparece apenas com o nome LAMPIÃO; 37 edições regulares - da edição nº 1 à edição de nº 37-, e três edições extras - a Edição Extra 1, de dezembro de 1979, tinha algumas entrevistas já publicadas no ano de 1978-79; a Edição Extra 2, de maio de 1980, trazia a seção **Ensaio**, que tinha textos sobre a temática homossexual enviados por colaboradores do jornal; e, a Edição Extra 03, sem o mês, mas com a data do ano de 1980, que também trazia algumas das entrevistas já publicadas pelo jornal.

Para o financiamento do jornal, “nove dos onze idealizadores iniciais se cotizaram para criar uma editora de capital fixo. Resolveram também tentar arrecadar dinheiro

---

<sup>14</sup> Lampião entende *minorias* como “um grupo sobre o qual a sociedade repressiva mantém seus tacões, mesmo que ele não seja minoritário, como as mulheres, por exemplo”. LAMPIÃO. Rio de Janeiro, Edição Experimental – número zero – abril de 1978, p.11

através de uma carta endereçada a 12 mil amigos e amigos de amigos homossexuais de todo o Brasil” (MACRAE, 1990: 71). Não sei informar o nome dos 9 editores de LAMPIÃO que cotizaram, mas o nome da editora que criaram foi “Esquina”, que publicava livros, jornais e revistas, cuja sede ficava no bairro Santa Teresa, Rio de Janeiro. O dinheiro arrecadado financiou as duas primeiras edições de *LAMPIÃO da Esquina* (MACRAE, 1990: 72), edição de nº 1 e de nº 2, com 16 páginas cada, que também teve circulação restrita ao Rio de Janeiro, por não contar ainda com a distribuição em outros locais. Contudo, a partir da edição de nº 3, o jornal começou a ser distribuído nas cidades de São Paulo (SP), Recife (PE), Salvador (BA), Florianópolis (SC), Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS). Já na edição de nº 9, o jornal chegou também às cidades de Joinville (SC), Teresina (PI), Curitiba (PR) e Manaus (AM). Na edição 14, o jornal atingiu também a cidade de Vitória (ES). O nº 22 chegou também às cidades de Campos (RJ), Jundiaí (SP), Campinas (SP), Ribeirão Preto (SP), Juiz de Fora (MG), Londrina (PR), Brasília (DF), Goiânia (GO) e Fortaleza (CE). A partir da edição de nº 30, LAMPIÃO também foi distribuído nas cidades de Divinópolis (MG), Maceió (AL), João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB)<sup>15</sup>.

*LAMPIÃO da Esquina* teve uma tiragem mensal média de 25 mil exemplares<sup>16</sup>, e manteve o jornal com 16 páginas por edição até o nº 10. A partir da edição de nº 11 passou a ter 20 páginas. Durante os seus três anos de existência – 1978 a 1981 -, o esse jornal foi veiculado em tamanho tabloide (tamanho pequeno), impresso em cores neutras e com uma diagramação editorial “dura e de pouca inventividade, pois parecia ter uma preocupação maior com o discurso verbal, como se a severidade da forma respaldasse a seriedade do conteúdo” (RODRIGUES, 2010: 80). Além disso, os textos eram “longos e comprimidos em letras pequenas, que só não atrapalhavam a leitura porque a vontade de lê-los era maior” (FIDALGO, 2013: 43).

---

<sup>15</sup> Estes dados foram retirados das páginas de nº 2 das edições do jornal LAMPIÃO onde se encontravam as informações de quem compunha o conselho, quem eram os redatores e colaboradores, locais de distribuição, entre outras coisas.

<sup>16</sup> Mariusso afirma que a tiragem do jornal era entre 14 mil e 25 mil exemplares, o que já o destacava de outros jornais que eram xerocados e mimeografados e tinham no máximo 50 exemplares. Ver: MARIUSSO, Victor Hugo da Silva Gomes. *Lampião da Esquina: homossexualidade e violência no Brasil (1978-1981)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Uberlândia, 2015, p.22.

*LAMPIÃO da Esquina* surgiu com sete seções: **Opinião**<sup>17</sup>, que equivalia ao editorial e era ocupada por opiniões pessoais dos membros do Conselho editorial; **Ensaio**, seção composta de textos sobre temas gays enviados por colaboradores; **Esquina**, uma seção com artigos traduzidos, textos opinativos e notas variadas; **Reportagem**, que era a seção com matérias informativas, ou com assuntos das matérias de capa, e, ou com entrevistas tanto com personalidades da época quanto com pessoas comuns dos movimentos das “minorias”, michês, juizes, advogados, diretores e escritores de peças de teatro e filmes etc.; **Literatura**, seção de poesias, poemas, contos, estórias e gravuras onde tivesse como tema central à sexualidade, que eram enviadas pelos leitores e aberta a todos os que se dedicavam “com talento e verdadeiro empenho à poesia”, onde Gasparino da Mata “mensalmente selecionava algumas para publicação “mediante dois critérios: a qualidade e o enfoque lírico de uma das formas mais expressivas da comunicação humana - a sexualidade, dos pontos de vista que interessam aos leitores deste jornal” (LAMPIÃO, 1978: 10); **Tendências**, que era uma seção cultural subdividida em **Livros** - fazia indicação de livros nacionais e internacionais cuja temática fizesse referência à sexualidade -, **Exposições** – continha indicações e comentários sobre peças teatrais e exposição de obras de artes-, **Filmes** -comentavam e indicavam filmes nacionais e internacionais-, e **Shows** -indicação de festas, bailes, saraus e shows-, e, a seção **Cartas na mesa**, onde se publicava cartas de leitores que opinavam, discutiam e debatiam matérias com os respectivos comentários dos jornalistas. A ideia dos editores de *LAMPIÃO*, era fazer da seção “uma espécie de tribuna” através da qual os seus leitores pudessem se “expressar à vontade, inclusive fazendo críticas ao próprio jornal.”<sup>18</sup> (Idem: 14).

A partir da edição de nº5 é publicada uma nova seção: **Bixórdia**, uma espécie de coluna social marcada pela utilização de palavras típicas da “cultura” gay – uma linguagem cheia de trejeitos para falar e criticar -, e que narrava acontecimentos vinculados diretamente a aspectos da cultura homossexual brasileira. Essa coluna era assinada por uma personagem mítica, criada pelos editores, Rafaela Mambaba, que poderia ser incorporada por qualquer um dos editores do jornal (HEEREN, 2011: 176). E

<sup>17</sup> A seção Opinião desapareceu a partir do jornal nº 7, ressurgiu no nº 20 e foi somente até o jornal de nº 29.

<sup>18</sup> Idem, p. 14.

posteriormente a partir do nº18 temos a seção **Troca-troca**, que era o espaço para paquera onde perfis de leitores eram publicados para eventual correspondência entre os interessados (ARIAS; AMARAL, 2016: 115). Outras seções apareciam esporadicamente como: **Ativismo** (informava sobre a atuação dos grupos do movimento homossexual e estimulava adesões), **Festim** (tratava de informar sobre “badalação” e atrações noturnas), **Badalo** (composta sobretudo por notícias estrangeiras traduzidas sobre temas homossexuais); **Violência** (trazia informações de violência contra as minorias, principalmente mulheres e homossexuais); **Pensamento do Mês** (coluna social editada por Dodô Darling, outra personagem misteriosa, que publicava algumas pérolas de humor como “Não cuspa no prato que comeu”); **Bate/boca** (continha textos com posições opostas sobre temas considerados polêmicos à época, como o bissexualismo) e **Bofarada** ou **Os meninos do Lampião** (apresentavam ensaios sensuais com fotos de homens nus).

Todavia, um conjunto de fatores contribuiu para que *LAMPIÃO da Esquina* se apagasse com o nº 37, em junho de 1981 (ROSA, 2005: 4): 1) o jornal começou a publicar fotos eróticas, o que era evitado antes, e começa então a perder público, pois existiam outros jornais que faziam isto e custavam baratos; 2) por ser formado por pessoas que pensavam e tinham ideologias diferentes, *LAMPIÃO* passou a enfrentar disputas internas entre os responsáveis pela edição em São Paulo com os do Rio de Janeiro, principalmente entre Darcy Penteado e José Trevisan, de São Paulo, e Aguinaldo Silva e Francisco Bittencourt, que pertenciam à linha editorial do Rio de Janeiro e que decidiam ao final o que seria ou não publicado no jornal; 3) a censura prévia e sanções econômicas por parte do Estado; 4) o surgimento de outras publicações voltadas para os homossexuais; 5) a perseguição da direita “terrorista” à imprensa alternativa em geral com atentados criminosos; 6) o aumento do preço do papel e dos custos de produção; 7) a falta de anunciantes; 8) a apropriação da grande imprensa dos temas que pertenciam à imprensa alternativa após o enfraquecimento do regime militar.

## **INTERSECCIONALIDADE EM *LAMPIÃO DA ESQUINA***

Conforme Kimberlé “a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002: 177). Desta forma, por considerar que *LAMPIÃO da Esquina* “ativa” grupos discriminados (negros, índios, mulheres, homossexuais, etc.) e articula gênero, sexualidade e raça, ele foi o escolhido para examinarmos o cruzamento dessas categorias, em especial a entrevista com a cantora e compositora Leci Brandão. Poderíamos quanto à questão da interseccionalidade falar do conselho editorial do jornal, composto por 12 pessoas do sexo masculino, homossexuais, de classe média, já que **Adão Acosta** (jornalista, pintor e tradutor); **Aguinaldo Silva** (jornalista e escritor); **Antônio Chrysóstomo** (jornalista e crítico musical); **Clóvis Marques** (jornalista e tradutor); **Darcy Penteado** (artista plástico e escritor); **Francisco Bittencourt** (poeta, crítico de artes e jornalista); **Gasparino Damata** (jornalista e escritor); **Jean-Claudet Bernardet** (crítico de cinema e professor); **João Antônio Mascarenhas** (advogado, jornalista e escritor); **João Silvério Trevisan** (cineasta e escritor), e **Peter Fry** (antropólogo e professor) (*LAMPIÃO*, 1978: 2) e de maioria branca, pois somente Adão Acosta era negro. Todavia, preferimos examinar a questão da repressão à mulher negra e homossexual, pois o “fato de sermos mulheres homossexuais duplica a repressão. Além de mulher, ser homossexual é muito, né? Quer ver muito mais? Mulher, negra, homossexual. (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1979: 7), e por isso escolhi a entrevista dada por Leci ao *LAMPIÃO da Esquina*, da qual selecionaremos as partes mais condizentes com o objetivo deste artigo.

Leci Brandão, cantora e compositora da Música Popular Brasileira (MPB), e também conforme *LAMPIÃO da Esquina*, da Música Popular Entendida (MPE), por ser uma das porta-vozes do “povo guei brasileiro”, com as músicas “Ombro Amigo”, “As Pessoas e Eles” e “Chantagem” (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978b: 10); conversou na edição nº 6, de novembro de 1978, na seção “Reportagem” com José Fernando Bastos, Antônio Chrysóstomo e Maurício Domingues sobre a sua tríplice condição de mulher, negra e homossexual.

Na primeira parte da entrevista Chrysóstomo, José Fernando e Maurício questionam Leci sobre a questão da mulher no samba e se houve discriminação:

**Chrysóstomo - Você foi a primeira mulher a integrar uma Ala dos Compositores de Escola de Samba, não é?**



**Leci** - É. Em 1971 eu já tinha amizade com alguns compositores da Mangueira. O Zé Branco - como diz o nome, um cara branco, branquinho, pois em samba não há separação entre negro e branco -, que conhecia um pouco o meu trabalho, teve a ideia de me levar pra lá. Fui com ele, tinha mais ou menos uns quarenta compositores reunidos, só homens. Levaram um susto, né?

José Fernando: **Como primeira mulher no meio da macharia você chegou a sofrer alguma discriminação?**

**Leci** - No princípio não foi um problema de discriminação, foi de surpresa. Porque eu, que não nasci nem fui criada no morro, querer me enturmar com eles, deu uma desconfiança, né? Ai o presidente da Ala, na época o José Brogogério, pediu que eu escrevesse uma carta, solicitando minha entrada oficial. Escrevi e disse que queria ir pra lá a fim de adquirir a cultura deles, saber o que era exatamente um partido-alto, um samba de roda, as estruturas melódicas, rimas e métricas.

Maurício - **Demorou muito ser aceita?**

**Leci** - Fizeram um teste, um período de adaptação de mais ou menos um ano. Já em 72 eu desfilava com a Escola, primeira mulher a entrar na Avenida no meio dos compositores, com o emblema da Mangueira bordado no bolsinho do terno da Ala. Primeira mulher a envergar o terno da Ala dos Compositores. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978b: 10)

Da parte da entrevista acima, chama a atenção para o fato de Leci ter sido a primeira mulher a fazer parte de escola de samba, que não havia diferença entre os brancos e negros no samba, e que perante a “macharia”, que compunha a escola da Mangueira, ela não sofreu discriminação e nem demorou muito para ser aceita por eles. Depois dessas questões, Leci começou a responder sobre o início do trabalho, quem a ajudou a virar cantora e sobre suas influências musicais. Após essa parte da entrevista, as perguntas iriam rumo à relação de Leci com as produções destinadas para este público.

Chrysóstomo - **Num LP você gravou "Ombro Amigo", em outro "As Pessoas e Eles", suas músicas dedicadas ao povo guei, seus problemas etc... Falar de homossexual vende jornal e discos, populariza artistas. Com você, o que aconteceu?**

**Leci** - Eu não sei se vende ou populariza. No momento em que fiz essas músicas o registro era todo de sensibilidade, pureza, honestidade. [...] Minha gravadora morreu de medo do disco ser aberto, primeira faixa, lado, A, com "Ombro Amigo". Alegaram que tinha de abrir com um samba. No fundo tinham mesmo era medo da música, abertamente dedicada ao povo guei. [...] Eu não pensei, “não, porque agora eu vou atingir as bichas”. Foi uma coisa de amor, numa noite em que eu fiquei numa boate até o final e sai dali deprimida e no dia seguinte pintaram a letra e a música na minha cabeça. (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978b: 10)

Logo após essa questão, a entrevista se encaminha para o fim e aprofunda na questão do cruzamento entre raça, gênero e orientação sexual. Vejamos:

**Chrysóstomo - Apesar de já levar certa vantagem, por ser famosa, você é negra, homossexual e mulher. Todos nós sabemos que negro, homossexual e mulher são algumas das espécies mais discriminadas. Você não tem medo de se expor, de enfrentar a barra dos preconceitos?**

**Leci -** Perai. Você falou como?

**Chrysóstomo - Você não tem medo das pessoas te olharem diferente porque é negra, mulher e homossexual declarada?**

**Leci -** Eu teria medo dos outros se não fosse nada disso e estivesse fazendo um trabalho supérfluo, alguma coisa simulada, se estivesse mentindo para vender disco. Mas como eu estou fazendo verdade dessas três condições, acho que fica tudo bem. Assumo minha cor e minha condição feminina porque nasci assim e nunca usei isso como argumento, como "me ajuda que sou preta, mulher e fraca"; para pedir favor aos outros. Que nada! Por ser preta e mulher é que trabalho muito, desde pequena. Agora assumo também a minha condição de gostar de outra mulher. Isso pintou na minha vida porque tinha que pintar. Ninguém obrigou, induziu, nada disso. Como eu estou fazendo tudo de verdade, de cabeça, não tenho medo do preconceito das pessoas. Quando alguém tem consciência do que faz só tem a ganhar. Quando você acredita em você - e sabe porque está acreditando - não existe motivo para medo nenhum. (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1978b: 11)

Podemos observar que a pergunta de Chrysóstomo sobre Leci ter medo do preconceito por ser mulher, negra e homossexual levou a entrevista e a entrevistada ao questionamento interseccional. Leci respondeu que não temia por essas três condições, já que expressavam a verdade, pois ela nasceu assim e nunca usou tais argumentos para se fazer de vítima. Leci e os entrevistadores demonstraram consciência na articulação dessas três categorias -gênero, raça e orientação sexual -, e na subordinação que elas criam ao definir o lugar dos sujeitos<sup>19</sup>. Numa sociedade onde o padrão homem heterossexual branco dominava, e domina ainda hoje, Leci, mulher negra homossexual, demonstrou coragem em assumir tais verdades e ser uma voz de resistência contra tudo isso que estava aí e ainda está presente em nossa atual sociedade.

---

<sup>19</sup> Não aprofundarei nesse artigo sobre a rica contribuição que Foucault poderia trazer para pensarmos sobre dominação/exploração, as relações de poder e a construção/produção das subjetividades. Para isso ver: Foucault, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert L. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica (Vera P. Carrero, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

Leci, como mulher, negra, homossexual, talvez foi fonte de inspiração para muitas pessoas que acompanhavam a sua carreira e o jornal *LAMPIÃO*. O alcance dessa entrevista e suas consequências, não posso afirmar categoricamente se teve ou não. Acredito que teve. Todavia, posso afirmar, que *LAMPIÃO da Esquina*, de forma inconsciente, apresentava questões interseccionais, e Leci, consciente ou não, sabia identificar tais categorias como sendo inerentes à sua vida. Algo que hoje em dia está cada vez mais sendo estudado nas diversas áreas das humanidades, *LAMPIÃO* já trazia, e mesmo não utilizando o conceito de interseccionalidade, que surgirá somente na década de 90, o jornal já trazia a noção que o conceito definiria mais tarde.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comungando da ideia de que a imprensa “registra, comenta e participa da história”, resolvi neste texto tratar de um jornal que é um dos componentes daquilo que chamam de “imprensa gay”, o *LAMPIÃO da Esquina*, foi a minha principal fonte e o principal objeto de pesquisa neste artigo. Por acreditar que tal jornal inovou na questão de se fazer pensar a homossexualidade, as identidades homossexuais, a situação dos índios e dos negros e várias outras temáticas - **uso da maconha** (nº 23 e nº 26, abril e julho de 1980 respectivamente); **masturbação** (nº 31, dezembro de 1980); **transexualidade e travestis** (nº 22, março de 1980; nº 32, e, nº 35, janeiro e abril de 1981); **religiões afro-brasileiras** (nº 17, e, nº 19, outubro e dezembro de 1979); **sexualidade de pessoas com deficiência** (nº 35, abril de 1981); **prostituição masculina e feminina** (nº 1 de maio/junho de 1978; nº 20, janeiro de 1980; nº 21, fevereiro de 1980; nº 34, março de 1981); **mulheres e feminismo** (nº 11, abril de 1979; nº 17, outubro de 1979; nº 20, janeiro de 1980; nº 22, março de 1980; nº 23, abril de 1980; nº 24, maio de 1980; nº 25, junho de 1980; nº 26, julho de 1980; nº 27, agosto de 1980; nº 28, setembro de 1980, e, nº 30, novembro de 1980); **racismo** (nº 13, junho de 1979; nº 15, agosto de 1979; nº 25, junho de 1980; nº 28, setembro de 1980); **ecologia** (nº 3, agosto de 1978; nº 6, novembro de 1978; nº 7, dezembro de 1978; nº 8, janeiro de 1979; nº 9, fevereiro de 1979; nº 27, agosto de 1980); **sex shops** (nº 33, fevereiro de 1981); **pedofilia e exploração de menores** (nº 36, maio de 1981)-, num período de perseguição política, censura,

desaparecimentos de pessoas etc., como o que se deu aqui no país no período de vigência da ditadura militar entre os anos 1964-85, e observar que do ponto de vista formal, *LAMPIÃO* “não era um jornal comum, já que de certa maneira, se fixava entre o factual e o literário, não havendo uma marca eminentemente noticiosa, cujos textos eram fluidos, em tom de ensaio” (OLIVEIRA, 2017: 80), *Lampião da Esquina* fez história, e sabia disso desde a sua edição de nº 6 quando declarou que “Nós também estamos fazendo História. *LAMPIÃO* discute o único tema que ainda é tabu no Brasil: o prazer! (*LAMPIÃO DA ESQUINA*, 1978b: 15).

## FONTES

**LAMPIÃO**. Ano 1, edição experimental, número zero, abril de 1978. Rio de Janeiro: Esquina, 1978.

**LAMPIÃO DA ESQUINA**. Ano 1, edição 1, 25 maio/25 jun. 1978. Rio de Janeiro: Esquina, 1978a.

\_\_\_\_\_. Ano 1, edição 6, novembro de 1978. Rio de Janeiro: Esquina, 1978b.

\_\_\_\_\_. Ano 1, edição 12, maio de 1979. Rio de Janeiro: Esquina, 1979.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). O exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento**. Bauru: EDUSC, 1999.

ARIAS, José Miguel; AMARAL, Muriel E. Pessoa do. Homossexualidades de papel: cenas da imprensa homoerótica no Brasil (1963-2015). **Cuadernos.info**, nº 39, 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, ano 10, 1º semestre 2002 p.171-189. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>> Acesso em 18 de novembro de 2018.

FEITOSA, Ricardo Augusto de Sabóia. **Linhas e entrelinhas: homossexualidades, categorias e políticas sexuais e de gênero nos discursos da imprensa gay brasileira**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

FIDALGO, Maycon. **A identidade queer no jornal o Lampião da Esquina**. Trabalho de Conclusão de Curso (Comunicação Social) - Universidade Católica de Brasília, Brasília -DF, 2013.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da abertura**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

PÉRET, Flávia. **Imprensa gay no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2011.

PEREIRA, Ronielysson Cezar Souza. **“GAY-MACHO”, “TRAVESTI” Ou “BICHA Pintosá”? – A produção discursiva sobre representações homoeróticas no jornal Lâmpião Da Esquina (1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Paraná, 2017.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008, p. 263 a 274. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/fchf/article/viewFile/5247/4295>> Acesso em 18 de novembro de 2018.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. Tese (Relações Internacionais), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade: um olhar sobre a imprensa gay no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2010.

ROSA, Susel Oliveira da. "Apesar de vocês amanhã vai ser outro dia" – Imprensa alternativa versus ditadura militar em Porto Alegre. **Revista eletrônica de crítica e teoria de literaturas**. Dossiê: a literatura em tempos de repressão PPG-LET-UFRGS, Porto Alegre, v. 01, n. 01, jul/dez 2005.

SILVA, Daniel Henrique de Oliveira. **Lâmpião da esquina: lutas feministas nas páginas do "Jornal Gay", luzes em tempos sombrios (Brasil, 1978-1981)**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia - MG, 2016.

## A DINÂMICA ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA JUSTIÇA COLONIAL DO NORTE DE MOÇAMBIQUE (1930)\*

Inajá Reis Costa<sup>1</sup>

**Resumo:** Após as transformações políticas ocorridas em Portugal, ao longo da década de 1920, a administração da justiça na colônia de Moçambique sofreu grandes transformações, resultando em um sistema bifurcado, com leis e instituições distintas para os diferentes seguimentos coloniais. Nesse sentido, o presente trabalho busca analisar dois processos criminais produzidos pelo Tribunal Privativo dos Indígenas do Concêlho de Pemba, localizado no extremo norte do território. Tratam-se de casos de violência sexual contra mulheres africanas cometidos por dois sujeitos com status social distintos. Após discutir brevemente as ideias pressupostas pelo termo “indígena” e suas consequências para a organização social da colônia, realizamos uma análise comparativa entre os dois casos no intuito de descortinar as relações de poder que estruturavam a sociedade colonial do norte de Moçambique ao longo da década de 1930.

**Palavras-chave:** gênero; raça; classe; justiça; Moçambique.

**Abstract:** Following the political changes in Portugal throughout the 1920's, the administration of justice in Mozambique suffered considerable transformations, resulting in a bifurcated system with distinct laws and institutions for the different social groups. The following study analyses two different criminal cases investigated by the Tribunal Privativo dos Indígenas do Concêlho de Pemba, located in the far north of the territory. These two cases cover the matter of sexual assault against African women committed by two individuals with different social statuses. After a brief analyzes of the ideas hidden under the term “indígena” and its implications on the social organization of the colony, we perform a comparative study between the criminal cases, aiming to uncover the power relations that structured the colonial society in the North of Mozambique during the 1930's.

**Key-words:** gender; race; class; justice; Mozambique.

A década de 1920 foi palco de grandes transformações na história da república portuguesa e dos territórios a ela vinculados. A partir de 1926, com o início do movimento que levaria à instauração do Estado Novo, em 1933, uma série de legislações foi aprovada<sup>2</sup>, redefinindo os rumos das políticas aplicadas ao ultramar. Ainda em 1926,

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista FAPEMIG (2018-2020). Endereço eletrônico: inajareis@gmail.com.

2 Para além dos documentos mencionados nos referimos também ao Acto Colonial de 1930, a Carta Orgânica do Império Colonial Português e a Reforma Administrativa Ultramarina de 1933.

aprovou-se o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, reconhecendo formalmente a necessidade de colocar em vigor um projeto já antigo entre os juristas portugueses: a elaboração de uma legislação exclusiva para os africanos colonizados que, ao mesmo tempo, respeitasse seus costumes tradicionais sem ferir os valores morais lusitanos. Em 1929 o documento foi revisto, sendo acrescentada a proposta de criação dos Tribunais Privativos dos Indígenas, instituição responsável por administrar juridicamente os conflitos travados no seio daquela mesma população.

Como os povos nativos regiam-se por suas próprias normas, demonstravam pouco interesse pelas leis portuguesas. O recurso a um tribunal híbrido pode ser lido, ao mesmo tempo, como um reconhecimento da inoperância das leis metropolitanas bem como um passo para torná-las mais eficazes. Em seu estudo sobre a justiça colonial aplicada ao norte de Moçambique, a historiadora Fernanda Thomaz caracterizou a instituição como uma tentativa de colaboração entre os administradores coloniais e os chefes locais, entendidos como “conhecedores da lei especial do meio indígena e por isso os informadores seguros dos usos e tradições da tribo que sejam atendíveis na administração da justiça” (2012, p: 72). Torna-se possível afirmar, assim, que a criação do novo tribunal contribuiu para oficializar a diarquia jurídica que, informalmente, já era praticada desde longa data. Ainda de acordo com Thomaz:

A administração da justiça se apresentava como um dos critérios mais importantes para a manutenção da soberania do Estado colonial. Ainda que as potências europeias utilizassem da força para ocupar o continente africano, com as expedições militares, a justiça se constituía em um mecanismo essencial para a conservação dessa ocupação. Portanto, o controle judicial, mais precisamente a lei, tornou-se um instrumento fundamental para a implementação do domínio colonial. [...] Essa recriação das instituições jurídicas europeias, muitas vezes, resultou na dualidade do sistema - o do colonizado e o do colonizador - , embora este último sempre se mostrasse como o “único proprietário da lei e civilidade”, ao transplantar sua língua, tensões e contradições entre metrópole e colônia. No entanto, a justiça serviu não somente como instrumento, mas também se apresentou como uma parte extrínseca do processo de coerção (Op. Cit. p: 34).

---

\* O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

A existência desse sistema dualista reflete a divisão que se observava na sociedade moçambicana da época e, numa perspectiva mais ampla, com os interesses do colonialismo de forma geral. É o que podemos perceber se analisarmos melhor as ideias implícitas no uso do termo “indígena”. Segundo a definição do Estatuto de 1929, eram “considerados indígenas os indivíduos da raça negra, ou dela descendente que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça; e não indígenas os indivíduos de qualquer raça que não estejam nessas condições” (ASSIS, 2013, p: 84-86). Retomando as investigações de Fernanda Thomaz, descobrimos que:

A primeira legislação colonial a definir “indígena” foi o decreto de 27 de setembro de 1894, que instituía a pena de trabalhos públicos a ser aplicada aos “indígenas” das “terras portuguesas em África”. Definia como “indígena” somente as pessoas nascidas nas colônias, com pai e mãe “indígena”, que não se “distinguissem pela sua ilustração e costumes do comum de sua raça”. O principal objetivo desse decreto não era simplesmente, a definição de um grupo de pessoas, mas visava saber a quem seria aplicada a pena de trabalhos públicos. Essa disposição legislativa isentava os africanos que possuíam alguma ascendência não “indígena” e que tivessem determinados comportamentos diferenciados dos demais daquela localidade. Era, de fato, a reconstrução de novas distinções e de novos grupos (2012, p: 107).

O recurso à noção de raça como critério de caracterização dos indivíduos como indígena ou não indígena é explícito. De acordo com Antônio Sérgio Guimarães, as raças são “discursos sobre a origem de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas, etc... pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências)” (2003, p: 96). Sua concepção moderna surgiu na Europa da segunda metade do século XIX, com a aproximação entre as ciências humanas e a biologia. Ao final da Segunda Guerra Mundial, a raça passou a ser amplamente criticada, sendo deslegitimada enquanto um dado científico (Op. Cit. p: 96). Nesse sentido, o conceito nos parece estar de acordo com o uso que se fazia dele no contexto analisado.

A partir da conceituação formulada por Guimarães, podemos entender melhor o destaque dado a descendência, ao nível de conhecimento (ilustração) e ao comportamento (costumes) nas legislações citadas. Indígenas não eram apenas indivíduos de origem africana e pele negra, mas, especificamente, aqueles indivíduos de origem africana e pele



negra que permaneciam ainda muito ligados à sua própria cultura e valores, ou seja, que ainda não haviam passado pelo processo de assimilação da cultura europeia. Aqueles que escolhiam – ou viam-se forçados a – atravessar esse processo, eram chamados de assimilados<sup>3</sup>. É importante lembrar que a missão civilizadora da Europa foi um dos principais discursos a legitimar a colonização do continente africano. Dessa forma, vemos surgir o esboço de uma pirâmide social com base na raça, uma vez que o indivíduo indígena surge como o/a africano/a selvagem, primitivo/a. À estas pessoas, uma série de direitos eram negados, visto que não gozavam nem mesmo do status de cidadãos portugueses. Para conquistar a cidadania, precisavam tornar-se assimilados, o estágio intermediário da pirâmide, já que não bastava apenas aprender a língua e cultura dos colonizadores, mas ser por eles reconhecidos e aceitos. O topo da pirâmide, como se pode deduzir, estava reservado aos indivíduos de pele branca, nascidos na Europa ou não. A estas pessoas não se exigia um nível mínimo de ilustração, a brancura de suas peles lhes bastava para garantir acesso a todos os espaços da colônia.

Considerar apenas a raça como um critério de estratificação social, contudo, é insuficiente para compreendermos a complexidade da sociedade colonial moçambicana. Como vimos, o primeiro documento a versar sobre esses grupos sociais tinha um propósito que não pode ser ignorado. As pesquisas de Fernanda Thomaz (2012) e Valdemir Zamparoni (2007) demonstram que a instauração do trabalho forçado como penalidade aplicada exclusivamente aos indígenas, por delitos que iam desde vadiagem e embriaguês até agressão e homicídios, foi um dos principais meios de coerção e controle social utilizados pelos portugueses. Transformar Moçambique num espaço lucrativo era imprescindível para justificar os custos materiais e humanos da conquista militar, um objetivo só poderia ser alcançado se a mão-de-obra fosse obtida a baixíssimos custos.

---

3 Em 1917, foi promulgado o Estatuto do Assimilado que estabelecia a obrigatoriedade de que esses indivíduos adquirissem um alvará de assimilação, o que gerou inúmeros protestos, uma vez que grande parte das pessoas que já gozavam desse status precisariam submeter-se a uma avaliação e, assim, correr o risco de perder suas posições. A exigência de um alvará ilustra a imposição de uma série de critérios a serem cumpridos para que uma pessoa pudesse ser considerada assimilada. Cabe frisar que mesmo tornando-se assimilados, esses indivíduos nem sempre abandonavam por completo suas culturas e mesmo que o fizessem, nunca eram vistos como iguais nem pelos colonos brancos, nem por seus congêneres africanos identificados como indígenas. Desvencilhar-se de suas culturas significava libertar-se de uma série de opressões; significava o exercício dos direitos políticos, a possibilidade de empregos melhores e de que seus filhos tivessem direito a uma educação de qualidade. Ainda assim, a melhoria de condição não os isentava de sofrer com o peso do racismo. Para mais informações ver: CABAÇO, José Luís de Oliveira, *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. 2007. Tese (Doutorado – Programa de Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

Tendo isto em mente, é possível compreender, portanto, o quanto a fabricação de identidades raciais essencializadas contribuíam na fabricação de um Outro subalternizado que, graças ao seu suposto estado de evolução, deveria ser forçado a trabalhar sob o comando de um Eu superior e civilizado (THOMAZ, 2012, p: 318-323). Este raciocínio ganha força se observarmos as palavras de Antônio Enes, um dos principais nomes a arquitetar as estruturas coloniais de moçambique e responsável pelo decreto de 27 de setembro de 1894:

O trabalho é a missão mais moralizadora, a escola mais instrutiva, a autoridade mais disciplinadora, a conquista menos exposta a revoltas, o exército que pode ocupar os sertões ínvios, a única polícia que há de reprimir o escravismo, a religião que rebaterá o maometismo, a educação que conseguirá metamorfosear brutos em homens (Op. Cit. p: 323 APU.D Enes, 1947, p: 72).

Estas constatações nos obrigam a reconhecer que falar em “indígena” implica uma relação direta entre as noções de raça e de classe. Como este é um conceito cunhado para um contexto histórico muito específico, sua utilização precisa ser acompanhada de algumas observações. Priorizamos neste trabalho uma abordagem conceitual que faça a ponte entre as relações de produção estabelecidas no contexto analisado e as dinâmicas sócio-culturais dos indivíduos. Recusamos abordagens essencialmente economicistas e compartilhamos da perspectiva de Edward Thompson no que diz respeito à classe enquanto uma categoria heurística. Sendo assim, a classe é inseparável da noção de luta de classes, um fenômeno histórico mais universal (2001: 277). Para utilizá-lo, precisamos antes reformular os termos pelos quais esse antagonismo se expressa. No contexto colonial moçambicano, o conflito foi travado entre indígenas e não indígenas uma vez que o grupo dominante (nomeadamente os portugueses) foi capaz de construir todo um aparato jurídico-administrativo que reservou aos dominados obrigações específicas: eram eles quem pagavam coercitivamente os impostos da palhota; eram eles quem estavam sujeitos a serem penalizados com trabalho; eram eles quem deveriam cultivar gêneros impostos pelo Estado e muitas vezes exóticos à sua cultura e região; eram eles quem não podiam deslocar-se pelo território sem autorização prévia; eram eles quem tinham suas terras expropriadas à medida que a política de imigração de colonos avançava (ZAMPARONI, 2007).

Sabe-se que o colonialismo em África tratou-se, precisamente, do movimento histórico que completou a inserção do continente no mercado internacional e, sendo um processo, encontramos nele fases distintas. Essa mesma observação cabe aos colonizados: é somente com o avançar do empreendimento colonial que os africanos e africanas vão sendo transformados em indígenas e tomando, progressivamente, consciência desse lugar. A consciência de classe não é, conseqüentemente, algo que acontece de forma igual e instantânea em todo o território. Os e as indígenas só se percebem enquanto tal no convívio com o colonizador, porque são justamente a criação dele.

Nas páginas que se seguem, buscaremos analisar dois processos criminais produzidos entre 1936 e 1937 pelo Tribunal Privativo dos Indígenas do Concêlho de Pemba, localizado no extremo norte do território, na província de Cabo Delgado. A ocupação colonial efetiva da região teve início na últimadécada do século XIX, ficando a cargo da Companhia do Niassa, uma empresa privada autorizada a cobrar impostos e explorar os recursos naturais da região, desde que se responsabilizasse a pacificá-la e a construir ali uma infraestrutura que atraísse novos colonos. Em 1929, contudo, foi encerrado o contrato de concessão e a região voltou para o controle direto de Portugal. É interessante lembrar que, durante todo o período de atuação da Companhia do Niassa, a administração da justiça permaneceu sob o comando lusitano, o que reforça sua importância estratégica.

Escolhemos os processos criminais pela sua capacidade de dar acesso a grupos sociais marginalizados e, portanto, a micro-história é nosso método de escolha. Faz-se necessário, antes, duas observações. Primeiro, lembramos que Moçambique é um território multi-étnico e, conseqüentemente, multi-cultural. Assim, mesmo que as dinâmicas estabelecidas no norte sejam similares às de outras áreas da colônia, ainda reserva suas particularidades. Segundo, os depoimentos que chegaram até nós não podem ser vistos como espelhos que refletem o passado em sua exata forma. O registro escrito da fala dos indivíduos é fruto de uma série de filtros e sobreposições que começam com suas próprias subjetividades, atravessam as barreiras da comunicação na figura do intérprete (eram poucos os africanos e africanas que falavam português) e, por fim, encontram-se com o intermédio do escrivão que elabora o registro. Cabe, portanto, o cuidado de buscar nas entrelinhas da documento aquilo que, embora não seja dito, ainda pode ser percebido.

Os dois casos em questão foram selecionados por guardar muitas similaridades e, ao mesmo tempo, muitas diferenças entre si. Por isso, além da micro-história, optamos em utilizar também a análise comparativa como metodologia. Tratam-se casos de violência sexual contra mulheres africanas enquadradas como indígenas, mas entre seus agressores há uma distinção fundamental: o primeiro é um português metropolitano e o segundo um africano considerado indígena. Acreditamos que esses dois conflitos abrem espaço para refletirmos a respeito das relações de poder que estruturavam a sociedade colonial do norte de Moçambique na década de 1930, nos levando a perceber quais as consequências dessas relações para o defecho dos processos. Para além dessas questões, estamos interessadas em demonstrar a importância exercida pela sobreposição de marcadores sociais como raça, classe e gênero pra o posicionamento dos indivíduos na hierarquia social.

Procuramos trazer um breve resumo desses conflitos para, então, procedermos com nossas análises. Convém, antes, esclarecer a que nos referimos quando dizemos “gênero”. Nossa concepção inicial do conceito parte da proposta de Joan Scott, isto é, o gênero não apenas se constitui a partir das diferenças percebidas entre os sexos, mas, sobretudo, é o ponto de partida sobre o qual se estabelecem as relações de poder (1995, p: 88). Por se tratar de um conceito formulado no ocidente, pode parecer equivocado atribuí-lo ao continente africano, pois, como aponta a socióloga nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí, o gênero é socialmente construído e, dessa forma, as categorias sociais “mulher” e “homem” não podem ser universalizadas, sendo necessário relacioná-las a outros sistemas de hierarquia. Para a autora, o conceito, tal como formulado pelas feministas ocidentais, baseia-se na família nuclear, um modelo generificado por excelência e completamente alienígena em África (2004, p: 1-8).

Torna-se, então, fundamental reconhecermos que, como o norte de Moçambique era predominantemente povoado por sociedades matrilineares e, em alguns casos, poligâmicas, nossas fontes são muito limitadas no que diz respeito à compreensão das noções de feminilidade e masculinidade que ali existem. Os processos criminais com os quais trabalhamos foram produzidos por homens portugueses, brancos, católicos e – até onde se sabe – heterossexuais, com uma finalidade específica: o registro e julgamento de conflitos. Nessa operação, as diferenças culturais foram ignoradas e perderam-se em meio a um processo de homogeneização. Aos olhos daqueles homens, todos os africanos e

africanas eram iguais e, por isso, torna-se difícil perceber com precisão as diferenças étnicas que ali existiam.

### **Sexo, violência e sociedade**

No dia quatro de abril de 1936, o cipai Pintane compareceu na Secretaria de Administração do Concêlho de Porto Amélia, local onde funcionava o Tribunal Privativo dos Indígenas, a fim de acusar o engenheiro agrônomo Mário Pedro de Alcântara Vieira de Sá de ter assediado sua esposa Amissina alguns dias antes. O primeiro passo da investigação foi tomar o depoimento de Amissina, o que aconteceu no dia seis de abril. A jovem, de aproximadamente 24 anos, relatou que há cerca de quatro dias dirigia-se para a palhotado cipai Janga quando encontrou com o engenheiro português. Na ocasião, ele teria lhe proposto sexo e, ao ser recusado, tentou agarrá-la fazendo com que a moça saísse correndo. Ao chegar na palhota do cipai Janga, Amissina encontrou Notuiraré, mulher do referido cipai, acompanhada por Necavende e suas duas filhas, além de um garoto. A idade provável das crianças foi computada entre oito e dez anos. A moça mal teve tempo contar o ocorrido quando Mário de Alcântara entrou na casa e a agarrou. Quando a vítima finalmente conseguiu se soltar, se escondeu numa parte do quarto. O engenheiro teria então exposto seus genitais e o oferecido aos presentes dizendo, em emacua, que aquele era um pênis bom e bonito porque era de branco. As mulheres, tendo chegado ao limite da paciência, começaram a gritar e só assim o engenheiro se retirou.

Ainda no dia seis de abril um outro depoimento foi tomado. Dessa vez tratava-se de Icanari, uma jovem de 21 anos prováveis que relatou não ter se surpreendido ao descobrir que o senhor Mário de Alcântara exibira suas partes púbicas na casa do cipai Janga às mulheres e crianças que lá estavam, porque aquele senhor já havia tentado fazer o mesmo com ela. Icanari contou que estava no quintal de sua casa pilando milho, quando o engenheiro entrou pelo portão e a agarrou por trás, agarrando seus seios. A moça ainda disse que enquanto fazia isso, o engenheiro repetia a palavra "currupiene" que, segundo a tradução para o português encontrada no processo criminal, significa "queres copular comigo?". Icanari contou que assim que conseguiu escapar dos braços do engenheiro correu para dentro de sua palhota e fechou a porta. Mário de Alcântara ainda teria insistido ao bater na porta algumas vezes, mas, passado algum tempo, desistira. O depoimento da moça chamou nossa atenção porque seu nome não aparece em nenhum outro momento

da investigação, incluindo os documentos de intimação de testemunhas. Isto nos leva a considerar o depoimento de Icanari como um ato voluntário e nos força a questionar quão corriqueiro era o envolvimento de Mário de Alcântara em situações parecidas, já que todos os depoentes informaram que, entre os macuas, o engenheiro era conhecido pelo nome de *Muzungo Mafuruela*, sendo “useiro e vezeiro nessas proezas”. No processo, a expressão foi traduzida como “milho grosso”, mas através de pesquisas online<sup>4</sup> descobrimos que “muzungo” era uma forma popular de se referir ao europeu branco.

Necavende, Notuiràré e Mengue, o único entre as três crianças a comparecer ao tribunal, depuseram no dia seguinte. Todos relataram os mesmos acontecimentos dentro da palhota, na mesma ordem, sem nada acrescentar ou alterar. Já Mário de Alcântara teve seu depoimento tomado no dia 13 e negou as acusações dizendo que, de fato, fizera menção de agarrar Amissina, mas que aquilo não passou de uma simples brincadeira e, dada a fuga da moça, não fizera mais nada além de seguir seu caminho rindo da situação. Nenhum questionamento foi feito sobre as outras acusações. Após o registro de seu interrogatório, encontramos uma nota do administrador responsável pelo caso dizendo que o registro da queixa havia sido uma falta de cuidado por parte do guarda, porque aquele era um assunto “por fora”. Assim, sua decisão de arguir o acusado, que além de português metropolitano e engenheiro era também o chefe da Delegação de Serviços de Agricultura, foi para “não provocar um escândalo”. Com esta informação o processo foi encerrado<sup>5</sup>.

Ao avaliar o mesmo episódio, Fernanda Thomaz ressaltou o lugar de “extremo abuso sexual e discriminação racial” que as mulheres africanas, principalmente as indígenas, enfrentavam ao serem vistas “como objeto de prazer, a partir de uma imposição sexual baseada na ideia de superioridade” do homem branco europeu. A historiadora ainda salienta que ambos ocupavam posições radicalmente opostas na “escala hierárquica em uma sociedade colonialista, machista e racista” (2012, p: 252). Se seguirmos a lógica de hierarquia social mencionada por Thomaz, perceberemos que entre as mulheres africanas e os homens brancos, estão posicionados os homens africanos.

---

4Sites consultados: Dicio, disponível em [<https://www.dicio.com.br/muzungo/>], acesso em 27/08/2018; Infopédia, disponível em [<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/muzungo>], acesso em 27/08/2018; Léxico, disponível em [<https://www.lexico.pt/muzungo/>], acesso em 27/08/2018; OsDicionários.com disponível em [<http://www.osdicionarios.com/c/significado/muzungo>], acesso em 27/08/2018.

5Processo: XX-1936; Mário Pedro de Alcântara Vieira de Sá; Abuso Sexual; ACPA;cota: 8; 1936.

Dessa forma, acrescentamos o gênero como um marcador importante a modificar a configuração da pirâmide social da qual falamos no início deste texto. Como as mulheres africanas, os homens africanos também sofriam a marginalização imposta pelo racismo, contudo, o peso do sexismo não recaía sobre eles da mesma maneira, de forma que, tal como os homens brancos, eram igualmente capazes de cometer crimes sexuais.

É o que revela um processo registrado em novembro de 1937, data em que Metico compareceu ao posto administrativo de Ancuabe alegando que sua mulher, Zanapo, havia sido assassinada por Namuanié enquanto deslocava-se até a povoação de Bulo, onde o denunciante estava a visitar sua família e a espera de sua mulher. Em seu depoimento fica claro que a única razão que Metico tinha para acusar Namuanié era o fato de Culué, tio de Zanapo, ter visto o acusado seguir a mesma estrada que a vítima. A denúncia foi encaminhada ao Tribunal Privativo dos Indígenas do Conselho de Pemba e uma investigação foi aberta. Namuanié foi preso e logo confessou o crime. Resumidamente, o acusado contou que regressava a pé de Montepuez quando avistou logo a frente uma mulher. Ao aproximar-se, agarrou-a pelo braço e a arrastou pelo mato a fim de fazer sexo com ela. Como a moça resistiu, ele a esfaqueou na barriga causando sua morte imediata. Namuanié relatou que após a agressão “ficara doido”: retirou os panos que a moça vestia, juntou todos os seus pertences e saiu correndo, perdendo a faca pelo caminho. Quando questionado sobre que fim deu aos objetos da vítima, afirmou tê-los atirado numa fogueira que encontrou pelo caminho para que eles não o comprometessem. Em janeiro 1938 o réu foi condenado a 23 anos de trabalhos públicos, mas teve sua pena reduzida para 22 anos em um acordão publicado em abril de 1938. Em junho de 1953 Namuanié foi perdoado de um terço da pena<sup>6</sup>.

Os dois episódios possibilitam reafirmar o imaginário mencionado por Thomaz que caracterizava as mulheres africanas como objeto de prazer. O risco de violência sexual era constante, fosse deslocando-se sozinhas pelas estradas ou acompanhadas em suas casas. A ameaça não vinha apenas dos homens brancos ou dos homens negros, mas dos homens em geral. O primeiro caso ainda ilustra as dificuldades que as mulheres africanas enfrentavam para denunciar os abusos que sofriam, visto que, ao contrário dos homens africanos, estavam completamente afastadas dos espaços de poder. Há uma passagem em seu depoimento em que Amissina admitiu ter escondido a ocorrência de seu

---

<sup>6</sup>Processo: 2-1937; Namuania; Homicídio Voluntário; ACPA; cota: 9; 1937.

marido, que soube por outras fontes. Não sabemos ao certo as razões que a levaram a tomar tal atitude, cabendo apenas especularmos se por medo, vergonha ou pela certeza de que nada aconteceria ao acusado, visto que aquela não era a primeira vez que atacava uma mulher na região. A única certeza que temos é que Amissina não fez a denúncia e sim seu marido que, na qualidade de sipai<sup>7</sup>, sentiu-se no direito de cobrar uma atitude do Estado. O caso, entretanto, foi comandado por homens brancos e as únicas autoridades africanas envolvidas eram homens que, ainda assim, ficavam a cargo de tarefas secundárias, como intimar testemunhas.

Para além dos argumentos que traçamos até aqui, a ideia de hierarquia social ainda pode ser reafirmada quando contrastamos os casos e percebemos como a justiça colonial tratava as pessoas de forma diferente de acordo com suas posições sociais – o que abarca conjuntamente raça, classe e gênero. Namuanié era um africano pobre. Não havia testemunhas oculares do seu crime, a arma utilizada não foi encontrada e ainda teve o cuidado de se desfazer dos objetos da vítima para que não fosse possível ligá-lo ao crime. Mesmo assim, confessou e foi condenado. Já Mário de Alcântara era um europeu branco, engenheiro e ocupava um cargo de chefia. As testemunhas eram abundantes, assim como seus antecedentes. Não obstante, ele negou as acusações e nenhuma investigação foi feita para comprovar suas palavras. A denúncia foi tratada como um equívoco, a apuração se deu como meio de evitar um escândalo e o processo foi arquivado sem julgamento.

## CONCLUSÃO

De forma geral, a análise dos episódios coloca em evidência as bases racistas e patriarcalistas sobre as quais foi construída a sociedade colonial em Moçambique. O que tem implicações diretas nas relações de produção e, portanto, na classe. A política aplicada aos indígenas demonstra a reformulação pragmática dos princípios defendidos pelo discurso ocidental. Ao reconhecer a incapacidade das leis metropolitanas em regular as relações sociais daqueles sujeitos considerados “indígenas” e elaborar leis especiais para este grupo, a metrópole se viu obrigada a abandonar os ideais iluministas sob o qual

---

<sup>7</sup>Sipais, cipais, sipaios ou cipaios. O termo aparece com diferentes grafias e refere-se à militares africanos que serviam sob o comando de um oficial europeu, exercendo, frequentemente, funções policiais.



se fundamenta o direito. O sujeito universal, aquele construído a partir da concepção setecentista de que “todos os homens são iguais perante a lei”, foi assim destituído. Sua existência provou-se impossível empiricamente.

Outra constataçãopossível é a posição subalterna da mulher africana quando relacionada aos demais sujeitos sociais do mundo colonial. Apesar de compartilhar com o homem africano o peso das opressões de raça e de classe, o gênero, enquanto um sistema de distribuição de poder, permitiu ao africano aproximar-se dos centros de poder, ainda que em funções periféricas, enquanto as mulheres africanas estavam completamente excluídas desses espaços, sendo obrigadas a buscar formas de negociação que as permitissem continuar existindo. Na documentação trabalhada, as mulheres só aparecem para serem questionadas e nenhum dos relatos parece colocá-las em uma posição de poder. Para além disso, os processos mostraram que seu corpo era socialmente concebido como um bem público, acessível a qualquer um que tenha interesse, em qualquer lugar e a qualquer momento, independente de sua vontade.

Acreditamos, portanto, termos conseguido demonstrar a relevância das categorias de raça, classe e gênero para compreensão da estratificação social observada no norte de Moçambique. Qualquer análise que não as leve em consideração oferecerá explicações incompletas. Em nosso estudo, fomos capazes de constatar que a posição dos sujeitos sociais exerce, frequentemente, uma influência direta nos rumos das investigações, sendo sim capazes de alterar o resultado dos processos. Mesmo que a parcialidade da justiça não possa ser considerada exatamente uma novidade, conseguimos perceber as formas através das quais ela se expressa. Nos casos aqui trabalhados, descortinamos uma rede de solidariedade que mobiliza, conjuntamente, todas as categorias aqui trabalhadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Manuela. Sistemas jurídicos e judiciais: os tribunais coloniais e a aplicação da justiça aos indígenas. **Revista Africana Studia**, nº 21. 2º Semeste. Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. 2013. p. 75-94.

BARROS, José D'Assunção. O Tratamento Historiográfico de Fontes Dialógicas. **Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia**. Ano 3, N.4, Julho 2012.

CABAÇO, José Luís de Oliveira, **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. Tese (Doutorado – Programa de Antropologia Social) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo.

COSTA, Inajá R. **Representação dos Africanos nos Processos Criminais do Tribunal Privativo dos Indígenas do Concelho de Pemba – Moçambique (1929-1939)**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Juiz de Fora. Instituto de Ciências Humanas. Departamento de História.

GINZBURG, Carlo. “O inquisidor como antropólogo: uma analogia e as suas implicações”. In: **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUIMARÃES, Antonio S. A. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 29, n.1, pp. 93-107. ISSN 1517-9702. Jan./Jun, 2003

MEDEIROS, Eduardo da Conceição. **Os Senhores da floresta: Ritos de iniciação dos rapazes macuas e lómuès**. Porto: Campo das Letras, 2007.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. v. 20. n. 2. p. 71-99. Jul/dez. 1995.

THOMAZ, Fernanda N. **Casaco que se despe pelas costas: a formação da justiça colonial e a (re)ação dos africanos no norte de Moçambique, 1894c.1940**. 2012. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2012.

\_\_\_\_\_ Disciplinar o “indígena” com pena de trabalho: políticas coloniais portuguesas em Moçambique. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, julho-dezembro, 2012. p. 313-330.

THOMPSON, E. P. Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Organizadores: Antônio Lugi Negro e Sérgio Silva. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

ZAMPARONI, Valdemir D. **De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2007.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 10

### O habitar a cidade: reflexões e narrativas das desigualdades

#### **Coordenadores:**

André de Oliveira Melo - Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Cristina Aparecida Sancho - Mestranda em Estudos Literários pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora

Lilian Aparecida de Souza – Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense

#### **Ementa:**

O presente simpósio temático pretende reunir trabalhos de pesquisa que busquem nas ciências humanas e nas suas relações interdisciplinares, possibilidades de leitura crítica sobre as desigualdades socioespaciais que marcam as cidades. Como recorte propõe-se discussões em torno da problemática habitacional no Brasil, principalmente no que tange à vida nas periferias e às políticas públicas voltadas para a provisão de moradias, sendo interessante destacar reflexões que se relacionem com questões de classe, cor e gênero.

Dialogando com os saberes da História, Geografia, Literatura, Sociologia, Arquitetura e outras áreas, colocamos a seguinte indagação: Todas as pessoas que vivem em uma cidade têm as mesmas possibilidades de habitar, circular, e usufruir desse espaço? Respondemos que não, pois as cidades modernas são produto de uma história concreta, na qual o poder econômico e político foi consolidado nas mãos de poucos, gerando assim a segregação da grande maioria.

Na prática, a forma como as cidades crescem e se desenvolvem expressam as relações sociais de produção capitalista e sua reprodução política e espacial. Nesse sentido, elas se apresentam como espaços importantes para a reflexão da realidade contemporânea, já que são ao mesmo tempo, lugar de encontro e de isolamento de seus habitantes.

Pensar sobre as cidades requer compreender esses lugares como espaços marcados pela divisão da sociedade em classes, fruto das ações dos sujeitos que as produzem através

de práticas orientadas por interesses antagônicos. Assim, para cada um dos sujeitos a cidade assume um significado e uma possibilidade de apropriação diferente. Esse conflito se dá principalmente em torno da moradia, pois esta é uma necessidade básica para a vida humana, mas é uma mercadoria das mais caras e valorizadas, a qual grande parcela dos trabalhadores não consegue adquirir.

Basta observar qualquer cidade para verificar que há uma grande diferença entre as localizações, construções, acabamentos e infraestruturas a que estão servidas as moradias. Também há diferença de classe e de cor de seus habitantes. Entretanto, na maioria das vezes esta distinção não está relacionada com as modificações ao longo dos tempos históricos e sim com uma variação no mesmo tempo e espaço, marcada pelas desigualdades na apropriação da riqueza produzida.

Diante disso, este simpósio busca debater as interseções entre os projetos de urbanização capitalista, as práticas socioespaciais dos cidadãos e os aspectos simbólicos que permeiam o habitar a cidade, principalmente no que tange às periferias, entendidas aqui como espaços repletos de restrições materiais e imateriais, mas que carregam a força de seus residentes, sendo assim potências criativas e de resignificação. Esse simpósio também se interessa por leituras que abordam o papel desempenhado pelo Estado e as políticas habitacionais como um instrumento importante, mas também contraditório, na produção das cidades. Além disso, busca debater sobre experiências organizativas que contribuam na compreensão da necessidade urgente de reivindicação do direito à cidade.

## A AVALIAÇÃO DO PROJETO MINHA CASA MINHA VIDA NO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS - RJ

André de Oliveira Melo<sup>1</sup>

### RESUMO:

O presente trabalho visa compreender como os Projetos Minha Casa Minha Vida - PMCMV, nas suas faixas 2 e 3, contribuem para um (re)ordenamento territorial do espaço urbano no município de Petrópolis – RJ. Essa investigação torna-se necessária diante do novo ordenamento do espaço urbano no município a partir da instalação dos referidos projetos, onde a tomada de decisão dos órgãos públicos em parceria com o setor de construção civil e imobiliário vem promovendo uma nova lógica de política pública para o município.

Palavra-chave: ordenamento territorial, espaço urbano. PMCMV.

Abstract: The present work aims to understand how the *Minha casa minha vida – PMCMV*, in its tracks 2 and 3, contribute to a territorial (re) urban planning in the city of Petrópolis - RJ. This research is necessary in view of the new urban development in the municipality based on installation of these projects, where the decision-making of public agencies in partnership with the civil construction and real estate sector has been promoting a new public policy for the city.

O município de Petrópolis se localiza no estado do Rio de Janeiro, contendo uma população de 295.917 habitantes em 2010 segundo o IBGE (2010), destes 281.286 vivem no espaço urbano compondo 91.687 domicílios particulares permanentes e nestes 25.117 pessoas viviam em aglomerados subnormais, fato que demonstra não só a falta de organização na produção do espaço urbano, onde vale ressaltar o fato da cidade ter sido planejada, durante o período do império, como pontua Ambrósio (2013: 58), bem como também as condições sociais de apropriação desse espaço.

Esses dados correspondem em percentuais à cerca de 9% da população urbana total de 2010 vivendo em moradias subnormais. Os mesmos apontam para um município cujo espaço urbano lança um desafio para ser pensado e planejado, quando são levadas em conta as condições geomorfológicas, por se localizar na Região Serrana. Ambrósio

---

<sup>1</sup> Mestrando em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFJF email: aomgeo@gmail.com

(2013: 59) relatou que o processo de ocupação anteriormente planejado pelo engenheiro Koeler e mantido pelo império e pela republica se manteve até meados dos anos 1970, caracterizado pela ocupação dos vales que posteriormente foram conectados pelas invasões dos morros de forma desorganizada. Esse relevo é um fator agravante para justificar o percentual de população vivendo em moradias subnormais.

Durante a década de 1970, Petrópolis vivenciou um momento de instalação de habitações multifamiliares planejadas pelo estado através do Banco Nacional de Habitação (BNH), que se instalaram principalmente nos bairros e quarteirões planejados por Koeler, voltados para a classe média de Petrópolis, não atendendo em parte as famílias mais pobres, agravando ainda mais a concentração de renda e intensificando as ocupações subnormais (Ambrósio 2013: 58).

Esse fator está relacionado aos mecanismos de (re)produção do espaço urbano, onde a questão habitacional tem se mostrado um fator evidente das relações de poder e relações sociais capitalistas. A habitação apresenta-se como uma mercadoria para um determinado mercado, e por isso segue a lógica capitalista de lucratividade, e portanto, os custos devem ser avaliados.

Pensar essa problemática e estudá-la objetiva medida pró-ativas, que visem identificar e avaliar as causas e propor suas soluções prevenindo o agravamento dos problemas territoriais e sociais. Compreender portanto a ocupação e a formação das cidades é de suma importância. Segundo Carlos (2007: 83 – 85) é no espaço urbano que se recriam todas as condições de reprodução do capital, onde se organiza e se realiza a divisão social do trabalho e também onde se percebe um determinado modo de vida e de organização sócio-espacial, que se torna único em cada cidade.

Assim, torna-se necessário pensar o espaço urbano de Petrópolis em conjunto com as ações que vem sendo tomadas pelo Estado, juntamente com os atores comerciais e empresariais do setor de construção civil e imobiliário apoiados no PMCMV. Assim essas relações ocorrem no espaço e no tempo, portanto é possível ver o seu histórico, sua materialização e sua espacialidade no município de Petrópolis.

O programa Minha Casa Minha vida do Governo Federal foi implantado a partir da criação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) a partir da (Lei 11.124/05), sendo esse fundo o que proveria os recursos para subsidiar a compra da casa própria dentro do PMCMV. Assim posteriormente o programa é criado através da (Lei nº11.977/09), com a finalidade de se reduzir o déficit habitacional no Brasil.

Shimbo (2010, p.75 - 92) pontua que a partir de 2003, diante da nova política governamental, é criado o Ministério das Cidades, que teve um caráter de órgão coordenador, gestor e formulador da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), O Ministério das Cidades viabilizou propostas de uma Política Nacional de Habitação definindo dois subsistemas, um voltado para a Habitação de Interesse Social e o outro voltado para a habitação de mercado. Isso foi o embrião para o que viria a ser apresentado em 2009, como reflexo ao PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, o Programa Minha Casa Minha Vida – MCMV, cuja meta, conforme indicado por Melazzo (2015: 375), era a “produção de 1 milhão de unidades habitacionais no ano de 2009 e 3 milhões de unidades nos próximos quatro anos subsequentes”. Shimbo (2011: 41) ainda destaca que é nesse momento que a habitação social transforma-se num mercado extremamente lucrativo, com a ação de incorporação e construção de unidades habitacionais com valores de até duzentos mil reais. Destinadas a famílias que podem acessar os subsídios públicos ou mesmo ter acesso aos financiamentos.

Tratando da questão do valor, a casa própria torna-se mais uma mercadoria, e esse valor de mercado é representativo para o comprador e também para o banco que fica como garantidor do financiamento. Assim a essa mercadoria é atribuído um preço que suporte os valores da compra e dos juros advindos da perda de liquidez. Ou seja, a casa própria passa a assumir o valor de troca para além do seu valor de uso, tornando-se assim mais uma mercadoria. É o que apresenta Carlos (2007: 49), como sendo “a redução do humano e da vida na cidade ao mundo da mercadoria, que produz a ‘cidade como negócio’ (o crescimento como estratégia da reprodução espacial)”.

O espaço é produzido por diversas relações entre a sociedade e o meio natural e o mesmo evidentemente ocorre com o espaço urbano. Para Gomes (2002, p.37) a lei tem um papel fundamental por gerir um grupo de indivíduos que estão unidos para produzir as transformações no espaço. Assim é por meio da lei que temos a condição necessária para se configurar um pacto social contratual e é importante mencionar esse fato pois pactos diferentes dão origem a diferentes formações espaciais.

A análise sobre a ação do Estado, das incorporadoras e das construtoras nos leva ao estudo da produção do espaço urbano, que para Villaça (2001, p73 - 79), é fruto do trabalho social e portanto apresenta um valor, não diretamente associado aquilo que já foi produzido, como os edifícios, mas fundamentalmente pelo que esse espaço produz

enquanto espaço vazio numa cidade em construção. Ao apontar esse processo o autor destaca que por vezes é necessária a demolição de casas para liberar o efetivo valor do espaço, para dar novos usos e ocorrer à produção ou (re) produção desse espaço. Assim o papel dos incorporadores no controle da valorização de determinadas áreas da cidade.

O ganho de valor produzido em determinados espaços, acrescidos da interferência do Estado, pode produzir novos espaços de segregação socioespacial, que é destacado por Villaça (2001, p.147) como uma das variadas formas de sua existência em “uma separação crescente entre zonas e moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular”. Sendo o PMCMV, nas suas faixas 2 e 3, voltadas àqueles que tem condições financeiras de ter acesso ao financiamento e consequentemente à escolha de determinados espaços da cidade para esse público.

Nesse sentido, observar atentamente as leis, a ideologia e os projetos dos grupos que configuram esses pactos sociais ideológicos podem indicar a atuação na formação do espaço urbano. Para Souza (2010, p.84) os problemas urbanos e os conflitos sociais apontam que o Estado tem um papel tradicional de promover a segregação residencial quando justamente cria leis ou zoneamentos e investe diferentemente em algumas áreas residências da cidade, um exemplo disso pode ser visto nos programas habitacionais .

Santos (2008, p.139-140) apontava que a tendência para a urbanização brasileira no fim do século XX estaria não apenas atrelada às questões de mercado, mas dependeria de decisões políticas, no sentido de atender as necessidades e as diretrizes a partir de políticas públicas. Assim parece que o PMCMV segue nesse mesmo sentido apontado pelo autor.

A proposta deste artigo se dá dentro dessa temática e com a necessidade de avaliar como o programa tem sido executado no município de Petrópolis, principalmente buscando a compreensão de como esses projetos podem contribuir para um novo ordenamento territorial.

Para alcançar esse objetivo tem sido usada como metodologia a definição de escala do município e posteriormente um aumento de escala em direção as áreas de instalação dos empreendimentos, avaliando o papel da prefeitura, do setor de construção civil e imobiliário, adotando as entrevistas orientadas.

Diante dos dados levantados até o momento, foi possível identificar a atuação das empresas do setor de construção civil, incorporadoras e construtoras, neste caso a



Andrade e Almeida, Grupo Sola e o Grupo Oito, que atuam no mercado imobiliário voltado para o produto Minha Casa Minha Vida e a atuação do setor imobiliário ficando a cargo inicialmente da Imobiliária Itaipava.

A construtora e incorporadora Andrade e Almeida, com sede na cidade do Rio de Janeiro, foi a primeira a se instalar em Petrópolis para oferecer unidades habitacionais na faixa 2 do programa, com o empreendimento Pedras do Açú, situado no bairro de Corrêas. Destacando na sua propaganda a oportunidade de comprar a casa própria com a proximidade de serviços básicos. Essa construtora acaba por decretar falência e não entregar toda a obra. Atualmente aqueles que compraram seus apartamentos aguardam uma posição da caixa econômica federal.

O grupo Sola, com sede na cidade de Três Rios, chega ao município de Petrópolis em 2013 como lançamento do residencial Solar de Nogueira ainda fora do PMCMV, mas marca sua estratégia de negócios para se tornar conhecida na cidade. Posteriormente lança três empreendimentos do PMCMV – Palmeiras do Prado, localizado no bairro Corrêas e que já foi entregue, Bosques de Montreal, também localizado no bairro Corrêas e que está em fase final de obras, e o Bosques de Nogueira, localizado no Bairro Nogueira que ainda está em fase de lançamento. Todos esses projetos foram voltados para a faixa 3 do PMCV.

O grupo Oito, com sede na cidade do Rio de Janeiro, chega ao município de Petrópolis também em 2013 com o lançamento do empreendimento Cenários de Monet em fase final de obras, localizado no bairro de Corrêas e posteriormente o Cenários da Montanha que ainda está em fase de lançamento, situado no bairro Itaipava.

Percebe-se que a ação das construtoras se deu numa concentração no bairro Corrêas, que segundo o que foi apurado nas entrevista, correspondeu às necessidades de localização, sendo um bairro bem estruturado com transporte e serviços. Portanto segue o novo ordenamento territorial de crescimento do município para além do centro e direção aos demais distritos.

Essa demanda se dava nas proximidades do primeiro distrito ou distrito sede, que é a área mais densamente ocupada, mas devido à limitação na oferta de terrenos bem como o custo do mesmo, além da legislação ambiental e do patrimônio histórico e cultural que restringem a construção, a busca se deu nos distritos próximos. Dai a concentração no segundo distrito.

A busca de incorporação se deu através da análise criteriosa para a oferta de terrenos que comportassem os empreendimentos e que estivessem próximo daqueles

fatores vitais para a população da faixa 2 e 3 os mercados, comércio, escolas, locomoção e proximidade com o centro. Essa incorporação se deu pela compra dos terrenos ou mesmo pela compra de parte do terreno e o restante feito com permuta em imóveis do empreendimento.

Assim pode-se concluir que as incorporadoras, construtoras e o setor imobiliário com o apoio do Estado têm o papel decisivo no ordenamento territorial e a (re) produção do espaço urbano.

### Referências Bibliográficas

AMBRÓSIO, J. **Petrópolis O presente e o passado no espaço urbano. Uma história territorial.** Editora Escrita Fina. Petrópolis – RJ, 2013.

BRASIL, Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. **Do Sistema Nacional De Habitação De Interesse Social**, Brasília, DF, Junho de 2005. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2004-2006/2005/lei/111124.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/111124.htm)>. Acessado em: 25 de out 2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº11.977 de 7 de junho de 2009. Do **Programa Minha Casa, Minha Vida PMCMV**. Brasília, DF, Junho de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2009/lei/111977.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/111977.htm)>. Acessado em 25 de out 2018.

CARLOS, A. F. A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007.

GOMES, P.C.C. **A Condição Urbana: ensaios de geopolítica da cidade.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, M. **Urbanização Brasileira.** Edusp. São Paulo, 2008.

SHIMBO, L.Z. Habitação social, habitação de Mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

\_\_\_\_\_. Empresas construtoras, capital financeiro e a constituição da habitação social de mercado. In: MENDONÇA, J.G. COSTA. H.S.M. (Org.). **Estado e Capital Imobiliário. Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Belo Horizonte: Editora C/Arte. p.41 – 62, 2011

SOUZA, M.L. **ABC Do Desenvolvimento Urbano.** Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2010.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-urbano no Brasil.** Studio Nobel – FAPESP. São Paulo, 2001

## A CIDADE COMO PROJETO DISCIPLINAR: UMA HISTÓRIA SOCIAL DO CONTROLE NO ESPAÇO URBANO

Fábio Luiz Rigueira Simão<sup>1</sup>

### Resumo:

As *tecnologias disciplinares* crivam o mundo contemporâneo, padronizando as maneiras de organização e convivência sociais. Neste trabalho analisamos essas questões tomando por base um estudo de caso: a construção da capital de Minas Gerais no final do século XIX. Belo Horizonte foi um *projeto* de cidade “moderna” e “civilizada”, mas teve de se debater com uma realidade conflitante. Planejada, a cidade não pôde ser o *locus* da harmonia de que falavam seus entusiastas. Outras forças agiam ali. A *urbe* era lugar de relações de poder, desigualdade, preconceitos e embates de ideias e práticas. A partir de uma análise sobre a cidade de Belo Horizonte, acreditamos poder ansiar que novos estudos empenhassem esforços de interpretação semelhantes no interior desse *processo disciplinar* para pensar outras realidades também.

**Palavras-chave:** Cidade, Disciplina Urbana, Controle Social, Belo Horizonte, Modernidade

### Abstract:

Disciplinary technologies construct contemporary world, standardizing the ways of both social organization and coexistence. Cities take it all to its maximum effect. In this work we analyze these questions based on a case study: the construction of the capital of Minas Gerais at the end of the 19th century. Belo Horizonte was from a “modern” and “civilized” project of city, but it had to struggle with a conflicting reality. Although it was really planned by a group of engineers and architects, the city could not be the locus of a real social harmony. Actually, other forces were in action there. People had not the same perspectives in on the new city. Then, it became a place of relations of power, inequality, prejudices and clashes of ideas and practices. Based on an analysis of our field of research in the city of Belo Horizonte, we believe new studies will be able to propose similar interpretations on disciplinary process to think about other realities as well.

**Key-words:** City, Urban Discipline, Social Control, Belo Horizonte, Modernity

### Introdução

As *tecnologias disciplinares* crivam o mundo contemporâneo, padronizando as maneiras de organização e convivência sociais. O poder normalizador, além de estar nas

---

<sup>1</sup> Doutor em História. Professor do CAp-Coluni Universidade Federal de Viçosa.

instituições, atravessa também as relações sociais, imprimindo-se nas consciências, nos olhares e nas ações. Os diversos atores sociais, a sua fala, os seus gestos, suas roupas, seu corpo, enfim, são *instrumentos-força* nesse processo, atuando na normalização da realidade social de seu entorno.

As cidades levam tudo isso ao seu efeito máximo. O espaço público, sob o fluxo incessante de pessoas e energias em trânsito, e o desejo de exercer controle sobre ele, faz com que o fenômeno urbano seja um tema privilegiado para o estudo das práticas de normalização das pessoas, dos comportamentos e dos espaços.

Neste trabalho analisamos essas questões tomando por base um estudo de caso: a construção da capital de Minas Gerais no final do século XIX. Belo Horizonte foi um *projeto* de cidade “moderna” e “civilizada”, mas teve de se debater com uma realidade conflitante. Planejada, a cidade não pôde ser o *locus* da harmonia de que falavam seus entusiastas. Outras forças agiam ali. A *urbe* era lugar de relações de poder, desigualdade, preconceitos e embates de ideias e práticas.

O discurso disciplinar estava nos relatórios de prefeitos, boletins policiais e estatutos de clubes; nos jornais, nas crônicas, cantigas e até nas petições de homens pobres abordados pela polícia. Essas fontes nos levam à aura de normalização em que a cidade estava envolta antes mesmo da sua inauguração. Os indivíduos eram chamados a participar do progresso da cidade e, com isso, eram chamados a se tornarem mais vigilantes e censores. Suas consciências e seus corpos eram treinados a praticar um léxico específico e a performatizar certos comportamentos, a fim de negociar com a realidade de seu entorno.

A historiografia sobre esse tema, ao pensar as diferentes realidades brasileiras, conclui, comumente, que se tratava de um contexto novo, em que a abolição da escravidão e a transição para o trabalho livre criavam a necessidade de se controlar o mundo do trabalho, em geral, e dos trabalhadores pobres, em particular. Concordamos com essa análise e com a tese de que o projeto republicano também buscava uma ordem pautada em um novo código de comportamento ao meio público. Mas, se olharmos com atenção, veremos que o *material cultural* a partir dos quais se defenderam projetos disciplinares nos tempos da República acompanhavam esquemas mentais e valores de tempos anteriores. O Código Penal do Império do Brasil, por exemplo, conserva notáveis correspondências com o Código Penal de 1890 e os códigos de postura observáveis dentro e fora da capital federal. Por isso, nos propomos uma *história da disciplina* como processo

relativamente autônomo, cujas balizas temporais não são as mesmas de outros processos. A partir de uma análise sobre o nosso campo, acreditamos poder ansiar que novos estudos empenhem esforços de interpretação semelhantes no interior desse *processo disciplinar* para pensar outras realidades também.

### **O quadro de construção da cidade de Belo Horizonte**

A construção de Belo Horizonte se dá no momento de inserção do país em um discurso de modernidade que faria nexos de oposição ao passado monárquico, então notado como obsoleto e arcaico. A análise de textos da época permite observá-lo. Em “Traços Históricos e Descritivos de Belo Horizonte”, por exemplo, obra compendiada e publicada pelo reverendo Francisco Martins Dias, em 1896 encontra-se uma série de referências a esse jogo dicotômico muito comum ao tempo da construção da cidade. Em uma de suas mais célebres passagens, o padre cronista refere-se à cidade como fruto de um tempo capaz de “apagar de vez tudo o que a trono cheirasse ou a rei se referisse”.

A hostilidade podia se voltar tanto a um lugar, quanto a uma prática ou a uma pessoa. Cronistas, sanitaristas, legisladores e policiais agiam, cada um à sua maneira, na promoção de uma *ordem urbana* que assimilasse pelo adestramento os indesejados. O apelo maior seria a própria cidade. Sua aura espetacular e chancelaria a necessidade de se zelar pela sua conservação e sua modernidade geraria um notável efeito disciplinador. Como observa Carlos Nelson dos Santos, esse processo pedagógico assenta-se na pressuposta beleza e transparência das capitais de um modo geral. Isso permite que os novos centros urbanos sejam usados “como *espelhos didáticos* que servem a seus próprios cidadãos” (SANTOS, 1982: 31).

Na prática, o projeto não promoveria acessibilidade a essas benesses a toda a população, e sua legitimidade, encampada pela própria noção de racionalidade, esbarrava nas forças de uma realidade complexa e conflituosa. Belo Horizonte, em verdade, “engendrou uma experiência de modernidade ambígua e paradoxal, na qual a vida pública, em particular, estava repleta de distorções”, aponta Letícia Julião. Para a autora, tudo isso afastava a jovem cidade da real produção de um “espaço adequado ao surgimento de uma sociedade politicamente ativa, composta de indivíduos emancipados e convertidos em cidadãos” (JULIÃO, 1996: 52).

Os “desordeiros” e “vadios”, mendigos, ébrios, prostitutas, capoeiras e

“jogadores”; as casas e casinhas populares, os prédios de arquitetura rural e colonial, traços de um tempo que se queria ver superado, seriam todos alvos do poder público. Nessa cruzada, juntariam esforços também o olhar alheio e policial, que, ao lado de médicos e engenheiros, começaria a sistematizar a vigilância na cidade em formação.

As pessoas, porém, não eram passivas e o ímpeto de sua disciplinalização não daria sem resistência. A produção do espaço se tornou fruto das suas forças em luta.

### **O poder público na direção da disciplina**

As normas que regulamentavam a criação e a atividade da *Turma de Guardas e Vigias Municipais* passam então a nos ocupar. Essa documentação, a julgar pelo modo como foi organizada e pela correspondência que guarda com os principais pressupostos do urbanismo moderno – embelezamento, higienização e racionalização do espaço –, é fonte de grande importância para a análise da *imagem de cidade* que se queria imprimir (oficialmente, i.e., pelo poder público) a uma realidade ainda em construção.

A *Turma de Guardas e Vigias Municipais de Belo Horizonte* foi criada pela Lei Municipal nº. 12 de 1903 e destinava-se a fazer cumprir as posturas e os regulamentos constantes das leis e dos decretos municipais, coagindo aqueles que os contrariassem. A fim de regulamentar a própria corporação e fazer conhecer os seus expedientes, a prefeitura de Belo Horizonte publica um *manual* de instruções para execução dos serviços. Em sua primeira disposição o documento definia a criação da turma, dividindo-a em dois grupos, “sendo um de operários-vigias e outro de guardas municipais, cada um composto de quatro pessoas”.<sup>2</sup>

Como se vê, era uma corporação modesta, contando com oito agentes apenas. Nada, porém, incompatível com a população de pouco mais de 15000 habitantes.<sup>3</sup> O seu aparato qualitativo, todavia, é notável. À sombra da atuação desses agentes, homens e mulheres estariam coagidos por um conjunto de novas formas de ser e agir na cidade. É claro que isso não significa que a sociedade o assimilaria sem embargo ou resistência, mas aos guardas e vigias caberia a tarefa de procurar tornar possível o projeto.

---

<sup>2</sup> Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903: 3. APM, 30 FM 352 B CX. BH 2.

<sup>3</sup> Não temos referências precisas para afirmarmos se houve aumento de pessoal da Turma conforme ia crescendo a população.

Em primeiro lugar, caberia aos jovens agentes proibir, entre outras coisas, que se dispensassem na via pública materiais de construção que bloqueassem o trânsito ou as sarjetas, bem como entulho e terra provenientes das obras. O depositante construtor, proprietário ou habitante da casa ficava incumbido de remover os materiais no prazo fixado pela legislação. Terminando o prazo e não tendo sido realizado o serviço, lavrava-se o auto de infração pelos guardas e era aplicada multa, nos termos do art. 59 das posturas aprovadas pelo Dec. n. 1211, de 31 de outubro de 1898.<sup>4</sup>

A via pública era o palco no “espetáculo da modernidade”. Nestas circunstâncias era forçoso que não manchasse a imagem da cidade qualquer resquício de materiais de construção e outros objetos que a entulhassem. Dessa maneira, ficava também proibido, “Que se despejem lavagens ou se deixem correr águas servidas nas vias públicas; Que se tenham jardins, lagos ou poços cujo fundo e paredes não sejam cimentadas e cujas águas não sejam renovadas por correntes continuas (...)”.<sup>5</sup>

Esse trecho lembra-nos sobre a tentativa deliberada do governo de manter fora da vista e do olfato da população elementos que contrariassem o projeto de vida esterilizada e elegante, livre dos percalços da natureza orgânica, donde emanam os odores, a insalubridade e a doença.

Outra preocupação do poder público com relação à manutenção da imagem e da livre circulação nas ruas da cidade era com o tráfego de animais. Proibia-se, por exemplo, o trânsito de cães desacompanhados de seus donos, sem coleira e sem comprovante de registro tirado junto à prefeitura. A presença de cães sem os devidos cuidados e fiscalizados pelo poder público comprometia a imagem da cidade. Os jornais noticiavam, frequentemente, o tráfego de animais nas vias públicas, a ponto de um cronista ter, certa vez, comparado Belo Horizonte à Constantinopla dos tempos de Justiniano devido à presença numerosa de cães vagantes pelas ruas (JULIÃO, 1996: 87-88).

Era proibido também o trânsito de cavaleiros, carregadores com cargas, carroças, carrinhos e velocípedes pelos passeios da cidade e o depósito de cargas e outros objetos que embaraçassem o trânsito de pessoas. Nas grades dos portões, árvores e postes, impedia-se que se amarrassem animais. Boiadas e tropas eram permitidas pelas ruas somente se “convenientemente guiadas e a passo”. Nas ruas, praças e avenidas, proibia-

---

<sup>4</sup> Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da Turma de Guardas e Vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903: 4. APM, 30 FM 352 B CX. BH 2.

<sup>5</sup>*Idem.*

se que se andasse em disparada de carro ou a cavalo. Para a desobediência de qualquer uma dessas determinações, estavam previstas multas entre 10\$000 (*dez mil réis*) e 20\$000 (*vinte mil réis*).<sup>6</sup>

À utilização de veículos havia ainda um regulamento maior. Licenças começavam a ser cobradas para se guiasse obrigando os guias e condutores a observar as disposições legais quanto ao trânsito e ao asseio quando estivessem utilizando animais como motriz (art. 68 e §§ das posturas e 6 n. 9, 7 n° 8, do Reg. n° 1377 de 3 de abril de 1890).<sup>7</sup>

As vias públicas *deveriam* ser severamente vigiadas e as novas leis *haveriam* de ser seguidas. O que não significa que tudo se deu como pretendido. Se havia legislação era porque as pessoas praticavam os delitos.

Está presente também entre as preocupações do poder público municipal a inserção em registro formal de agentes e ações, a fim de melhor regular o cotidiano das ruas. Manter a sociedade sob registro a tornaria mais previsível e, assim, mais fácil de ser vigiada. Além das já citadas, uma licença é marcante neste sentido. Ela se encontrava na disposição n. 10 do manual de instruções da turma de guardas e vigias municipais e proibia o estabelecimento “nos lugares públicos [dos] Quiosques ambulantes, sem que os seus proprietários[exibissem] a respectiva licença”.<sup>8</sup>

### **Vadiagem e mendicância: um caso à parte**

Esmoleiros e indigentes também estavam na mira dos guardas municipais. Havia um *Regulamento dos Mendigos*, aprovado em 1900, pelo então presidente do estado de Minas Gerais, Benjamin Franklin Silviano Brandão, no qual se lia: “nenhum indivíduo poderá pedir esmolas no distrito da cidade sem estar inscrito como mendigo no respectivo livro da prefeitura”.<sup>9</sup> Assim, aos guardas municipais competiria “Impedir que esmolem na cidade indigentes que não estejam matriculados”.<sup>10</sup>

A mendicância se ligava ao ócio e, por conseguinte, à vadiagem. Desde o último quartel do século XIX, o Brasil experimentava um processo de transição do trabalho

---

<sup>6</sup>*Idem.*

<sup>7</sup>*Idem.*

<sup>8</sup>*Ibid*, p.5, grifos nossos.

<sup>9</sup> Regulamento dos Mendigos, 1900, *apud* ANDRADE, 1987: 24.

<sup>10</sup> Prefeitura da cidade de Belo Horizonte. Instruções para execução dos serviços a cargo da turma de guardas e vigias. Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903: 8.



escravo para o trabalho livre e o grande desafio que estava colocado (e que parece estar ainda hoje) era a superação do estigma do trabalho braçal, ligado a uma imagem negativa e de inferioridade. Era preciso convencer as pessoas de que o trabalho ordeiro e regular era uma atividade nobre e dignificante. Um propagandismo quase pedagógico foi posto em prática como vimos até aqui, mas outro problema se colocara à sua sombra: a desocupação. O desemprego, conquanto não fosse obra da vontade individual, representava o avesso do trabalho e estar desocupado marcava um desvio moral. Diante da celebração do trabalho como um compromisso social, não seria difícil criar uma mentalidade de repúdio ao ócio, e, por conseguinte, aos ociosos.<sup>11</sup>

O Código Penal de 1890, primeiro documento da justiça criminal brasileira durante o regime republicano, definia a vadiagem como contravenção, e, não por acaso, foram estimuladas construções de colônias disciplinares e correccionais a partir de sua vigência. A ideia era simples: o vadio poderia se redimir e se recuperar através do trabalho coagido, que, conforme prescrevia a lei penal, deveria ser organizado em torno do “regime carcerário de caráter *correccional*”.

A crença de que o trabalho (digno e regular) poderia dar sustentação à sociedade, sendo, para aqueles que não tinham outra coisa a oferecer no mercado, a única via de inserção social, movia o pensamento jurídico da época, e deveria organizar os expedientes dos guardas municipais e da própria polícia no sentido do controle social através da vadiagem.

Citando o criminologista Maurice Parmelee (1916), Marco Antônio Cabral dos Santos, em estudo sobre a polícia de São Paulo na virada do século XIX para o XX, mostra que a vadiagem poderia significar uma antessala da criminalidade. O vadio podia ser considerado um *semi-criminoso* dada a sua pretensa *predisposição* para o crime, uma vez que se encontrava distante do trabalho honesto. A ele restaria “apenas a caridade pública ou o atentado à propriedade alheia”. Por isso, “o combate à vadiagem se revestia de um caráter profilático” já que neutralizava a criminalidade de indivíduos “para os quais esse potencial era evidente”.<sup>12</sup>

---

<sup>11</sup> Ainda nos tempos do Império, quando era recente a assinatura da Lei Áurea, o então Ministro da Justiça, Ferreira Vianna, encaminhara ao congresso um projeto de lei de *repressão à ociosidade*, o qual fora aprovado em seguida (SANTOS, 2004: 180).

<sup>12</sup>SANTOS, 2004: 188-189.

Como vemos, o criminalista junta vadiagem e mendicância com a questão da índole de pessoas que pudessem se aproveitar de uma situação pela outra. O seu alvo, portanto, além da desocupação que deve estar implícita, é a impostura.

Essa discussão sobre a vadiagem é complexa e parece ter sido cara ao pensamento criminalista naquele contexto. Olívia Maria Gomes da Cunha (2002), estudando o tema para Rio de Janeiro no mesmo período, encontra algo similar. Um dos grandes dilemas girava em torno do julgamento. A autora cita o jurista e comentarista penal, Evaristo Moraes, que faz uma crítica veemente à chamada lei Alfredo Pinto. Alfredo Pinto foi ainda nos tempos da Monarquia nomeado Promotor de Justiça de Baependi na então província de Minas Gerais, e, posteriormente, foi Juiz de Direito da cidade de Ouro Fino. Exerceu o cargo de Chefe de Polícia de Estado de Minas Gerais entre os anos 1893 e 1896 durante os governos Afonso Pena e Bias Fortes.

A lei n. 628 de outubro de 1899, que levava seu nome, previa a possibilidade de um processo contra a vadiagem ser feito pela própria polícia em termos de inquérito. Assim, o indivíduo era preso e obrigado a responder junto à justiça penal por vadiagem, desde que a polícia desenvolvesse um dossiê consistente o bastante para incriminá-lo. Nestes casos, a polícia era a acusação e compunha o inquérito que se transformava no próprio processo entregue ao juiz pretor. Muitas vezes sem a presença do réu ou da ré, o juiz expedia a sentença.

Em 1921, em seus *Ensaio de patologia social*, Evaristo Moraes chamou a lei 628 de *monstruosidade* rechaçando principalmente a ausência do direito à defesa em juízo do réu ou ré por vadiagem. Alfredo Pinto, em resposta às críticas, escreveu em artigos publicados no *Jornal do Comércio* e no seu relatório endereçado ao Ministério da Justiça, na época em que já havia saído de Minas Gerais indo assumir o cargo de Chefe de Polícia do Distrito Federal. Neste documento, ele se refere à polícia como um “magistério da prevenção” e o seu trabalho, todavia, um “círculo vicioso”. Ele explica que “o mesmo indivíduo que ela [a polícia] colhe em suas malhas, e que (...) entrega aos tribunais (...) volta logo depois, isento de culpas, mas com as mesmas taras, com a mesma sua tendência para o crime e a mesma predisposição para o vício”.<sup>13</sup>

Fica clara a posição do chefe de polícia que foi afamado pela sociedade do Rio de Janeiro à época como o *caça vadios*. Para ele, vadiagem era uma questão de tendência

---

<sup>13</sup>Apud CUNHA, 2002: 409.

natural de alguns. Uma postura lombrosiana de alguém que, aliás, tinha formação jurídica também. O que está em jogo não é só a natureza da vadiagem. Nem a sua imputabilidade, mas seu caráter social. Muito em consonância com o próprio texto da lei que definia a vadiagem na época, Moraes escrevia que “o indivíduo que, sem domicílio certo, não tendo meios de subsistência, não exerce qualquer ofício ou profissão, não obstante ser válido, e, se lhe oferecer ocasião de trabalhar, constitui, em verdade, um *perigo social*”.<sup>14</sup>

O que realmente importa no debate é a legitimidade do raio de ação da polícia com relação à justiça em matéria de vadiagem. Todo isso em *defesa* da sociedade. Como fica claro, a lei 628 dá maiores poderes à corporação o que se nos apresenta como um sinalizador duplo: primeiro, há uma clara intenção de facilitar a *perseguição* e o *controle* correcional de um delito típico e indesejado; depois, como se tratava de uma questão ligada à *disciplina social*, parecia necessário deixar à polícia o mérito de orquestrar o processo, fortalecendo sua visibilidade. Isso tudo concorria para conferir à polícia uma indumentária nova, ao mesmo tempo em que pressupunha o seu papel de *entidade disciplinar* e o do trabalho de *purificador* do indivíduo.

Dentro das próprias prisões havia preocupação em manter os presos ocupados para evitar que se degenerassem ainda mais potencializando seus vícios e inclinações criminosas. Talvez de fato preocupado com a saúde dos presos e reclamando uma reforma penitenciária no Brasil ainda em meados do século XIX, o médico Cesário Eugênio Gomes de Araújo dizia: “o efeito do trabalho é prodigioso (...) o espírito e o corpo assim entretidos afugentarão a ociosidade e toda espécie de depravação (...) era de nímia importância o conservar todo homem nas raias da virtude”.<sup>15</sup>

Essa questão da vadiagem não é totalmente original na legislação republicana. Na concepção da lei penal do Império, a preocupação já aparece, embora talvez não tão centralmente. No artigo 295 do Código Criminal de 1830 previa-se pena de “prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias” à pessoa sem “ocupação honesta e útil, depois de advertida pelo juiz de paz”.<sup>16</sup>

A mendicância também aparece no Código Criminal do Império. A lei condenava a prática de “andar mendigando”, quando houvesse estabelecimentos públicos para

<sup>14</sup> MORAES, Evaristo de. *Ensaio de Patologia Social*. Vagabundagem, Alcoolismo, Prostituição, Lenocínio. Rio de Janeiro: Editora Leite Ribeiro, 1921: 28-29 *apud* GARZONI, 2007, grifos nossos.

<sup>15</sup> *Apud* CUNHA, 2002: 425.

<sup>16</sup> CÓDIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. Lei 16 Dezembro 1830. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm). Acesso em: 30/07/2018.

mendigos ou pessoas que se oferecessem para sustentá-los. O código coibia pessoas que mendigavam em condições de trabalhar, dissimulando chagas ou moléstias. Também era crime a mendicidade em grupos de quatro ou mais pessoas, talvez porque isso fizesse com que a atividade parecesse um negócio.

No código penal, a mendicância era tratada pelo artigo 60 que criminalizava o ato de “mendigar, por ociosidade ou cupidez”, sendo a pena prisão simples, de quinze dias a três meses. Agravava a contravenção penal, aumentando a pena de um terço a um sexto, se ocorresse “de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; mediante simulação de moléstia ou deformidade; em companhia de alienado ou menor”.

Muito similar ao que vemos no código de 1830. Por detrás da legislação, há um pressuposto moral, ligado à indolência e à impostura, como vimos no comentário de Parmelee. Dispõem-se, lado a lado, uma dimensão legal e outra social. O *não-trabalho* e a dependência não geram por si sós o delito. A desocupação por opção ou o ganho por meios ilícitos, no caso da vadiagem, e a cupidez ou a dissimulação, no caso da mendicância, configuram, eles sim, vícios condenáveis. A falta está na força propulsora dos atos e a sua natureza é antes moral. A forma enérgica com que a *sociedade* se volta contra isso configura o que Durkheim chamou *sansão social*: uma reação do grupo a um *comportamento imoral* que enfraquece os laços sociais. Algo talvez mais poderoso que a *sansão legal* chancelada pelo direito.

Assim, na letra da lei, a vadiagem e a mendicância eram contravenções com penas mínimas e relativamente simplificadas, mas, no juízo social, eram abandonáveis provavelmente porque traziam, por um lado, um estigma da escravidão (do indivíduo sem propriedade que vagava pelas ruas, sendo ele próprio dependente e propriedade de alguém) e, por outro, porque eram associadas à desordem e à ofensa da imagem bela e útil que a cidade deveria sustentar.

Todavia, se devidamente regulamentada, a mendicância (não a vadiagem porque a essa recaía uma condenação moral indelével) era em Belo Horizonte tolerada. O mendigo tinha hora, dia e local próprios para praticar a mendicância, previstos pelo poder público municipal, através do Regulamento dos Mendigos. Quando identificado pela guarda municipal ou pela polícia sem registro, o mendigo passava por uma avaliação, a partir da qual se resolvia o seu destino. Se identificado como vadio era preso e processado conforme manda a lei, e passaria (ao menos em tese) a ser vigiado e coagido ao mundo

do trabalho; se fosse constatada a sua real inaptidão, receberia, conforme regulamento municipal, a licença para exercer a mendicância.

O mendigo, assim que realizasse sua inscrição na Prefeitura, receberia uma placa de identificação com a designação “Mendigo”, a qual deveria trazer no peito de modo que fosse reconhecido de imediato. Recebia também um bilhete de identidade onde constavam seus dados pessoais e o local em que poderia exercer a mendicância. Esse quadro reflete uma atitude de tolerância por parte de uma sociedade que reconhece a invalidez para o trabalho como digna de amparo. Mas o mesmo regulamento, além de vigiar austeramente os “mendigos farsantes”, prevê a proibição irrevogável da exibição de escrófulas, chagas e deformidades.

Em 1911, a sociedade belo-horizontina receberia com euforia o Asilo Afonso Pena, destinado à internação dos mendigos. A partir daí o Regulamento dos Mendigos perderia validade, ficando expressamente proibida a mendicância pelas ruas da capital. Um periódico noticiava em 1913 que no Rio de Janeiro “o Dr. Francisco Valladares, Chefe de Polícia, ordenou aos delegados que [tomassem] medidas enérgicas para a repressão da mendicância”.<sup>17</sup> A matéria procurava fazer eco com a ação do poder público também em Belo Horizonte, que, ao que parece, também havia declarado guerra aos mendicantes.

O asilo Afonso Pena era estritamente destinado aos mendigos inaptos para o trabalho, mas a polícia indiscriminadamente encaminhava bêbados, epiléticos e loucos pra lá. Podemos verificá-lo a partir de um ofício datado de 1915 que chegara às mãos do chefe de polícia de Minas Gerais com um apelo do diretor do Asilo Afonso Pena. No documento, registrava-se que o hospital tinha “lotação limitada [sendo] sistematicamente recusados os alcoolistas, os epiléticos e os dementes *com mais de duas internações* (grifos nossos)”. Isso nos leva a supor que os casos não eram raros. Ao concluir o documento, o diretor enfatizava: “o Asilo Afonso Pena deve ficar reservado para os mendigos inválidos para o trabalho por moléstia ou defeito físico”.<sup>18</sup>

## A cidade da ordem

---

<sup>17</sup> A CAPITAL, Belo Horizonte, 25 nov. 1913. Hemeroteca Estadual Assis Chateaubriand, Minas Gerais.

<sup>18</sup> Ofício enviado pelo Diretor do Asilo Afonso Pena ao Chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais. Pol. 8 Cx. 02 – Doc. 10-13 (1913-1937) – Belo Horizonte. Ocorrências Policiais. Série 8: (1913-1937), BH. Pol8. Cx 02 – Doc 16 (79 folhas), 1915.

Chamamos *cidade da ordem* ao modelo de organização pretendido, primeiramente, pelos construtores e, depois, pelas autoridades governamentais, em consonância com o desejo daqueles a quem interessasse um modelo de gestão do espaço e dos comportamentos pautado no controle e na disciplina. A princípio, a *cidade da ordem* é uma ideia. Ela está nos discursos dos políticos, cronistas e jornalistas e na formalidade de decretos e expedientes de funcionários do Estado: guardas, fiscais, e policiais.

É um *projeto*, mas no interior das relações sociais concretas transmuta-se em *processo* e permite o agenciamento de forças que impedem a sua realização em uma só direção. A ideia de que se constitui, então, procura meios de subsistir e se adaptar às circunstâncias adversas e procurar acomodação. Seus vetores apontam para a eliminação daquilo que ameaça a sua concretização. Como um ideal de *ordem*, essa ideia se torna um senso de organização social e passa à imaginação das pessoas. Aparece na literatura, na crônica, na música, nas conversas.

Dessa forma, a sua natureza deixa de ser discursiva e chega ao nível das ações. A consciência e a prática dos grupos são marcadas por um conjunto de ideias, mecanismos de intervenção e vozes que se voltam a um *ideal de ordem*. As forças contrárias se agenciam também nesse campo e são atravessadas por aquelas ideias. A complexidade está nessa relação tensa entre projeto e processo, forças em luta por um lugar possível à urbe em formação.

Entendemos que os grupos proprietários, e aqueles que a ele aspiram, são os principais difusores e depositários do discurso de uma cidade modelo, limpa e organizada. A esses grupos interessava a cidade ordenada, em que a segregação espacial – o que implica a concentração de recursos de infraestrutura e melhoramentos em umas áreas em detrimento de outras – não era um problema, mas um pressuposto.

A grande mestria do projeto é achar meios de universalização. Tornar-se de alguma forma uma cultura comum, alcançando diferentes pessoas a despeito da condição social. Os discursos e os juízos que compõem esse ideal disciplinar a se consolidar no meio urbano são internalizados por pessoas que não pertencem ao projeto; pessoas cujo lugar é marginal, mas que, apesar disso, comungam com as outras de uma *linguagem da ordem*. Apesar de ser alvo das ações coercitivas concernentes ao projeto, ou estarem mais sujeitas a elas, essas pessoas enxergam no projeto, por outras vias que não são as da manutenção da propriedade, um caminho conveniente para a organização social.

Ao mesmo tempo, os efeitos desse discurso se tornam alvo de críticas e agenciamentos mais ou menos combativos. Assim, ao mesmo tempo em que procuram, talvez apenas de forma retórica e estratégica difundir sua concordância com relação a certos juízos da *cidade da ordem*, pessoas pobres, autuadas numa diligência policial, procurarão também estabelecer os limites da ação da polícia em sua esfera de vida considerada privada. Da mesma forma, os membros da administração de um clube recreativo poderiam solicitar à polícia anuência acerca da prática de jogos mesmo sabendo que isso podia ferir a lei penal. Neste sentido, eles contam com sua posição social e afirmam que naquele espaço não se trataria, como se deve supor, de jogo de azar. É aí que a polícia e outros funcionários do Estado responsáveis por fazer cumprir o ideal da *cidade da ordem* precisam negociar com a sociedade civil. Às elites proprietárias interessava a conformação de um espaço que fosse, a um só tempo, o lócus e o pressuposto do exercício de sua dominação. Mas a cidade na sua complexidade demandava mais que isso. As pessoas transitavam por seu espaço e o constituíam. Aos grupos proprietários interessava, por exemplo, efetivar as resoluções que, na Constituição Federal, dissessem respeito à defesa da propriedade e da ordem pública. O Código Penal de 1890, marcadamente destinado ao comportamento ao espaço público urbano potencializava isso. Às pessoas simples, cuja inserção se dava de forma subalterna, restava internalizar o discurso da ordem e, de alguma maneira, ainda que somente estrategicamente, negociar seu lugar na cidade.

A desigualdade social e a pobreza não são somente excrescências desse processo; elas são uma espécie de razão dele. A maneira como vão se consolidando esses juízos acerca de um mundo ordenado (que elege o bom e o mau indivíduo, lugares e comportamentos desejáveis) determina um tipo moral de espaço e de vida em sociedade tão forte que sua contestação se torna objeto distante. A *ordem* transmuta-se em uma espécie de condição para uma vida social organizada. Ela se naturaliza. Com ela, o controle dos corpos, dos hábitos, dos movimentos e das consciências triunfa também. As pessoas a internalizam como algo bom e necessário e não percebem clivagens determinantes de poder.

## **Bibliografia**

ANDRADE, Luciana Teixeira. *Ordem Pública e Desviantes Sociais em Belo Horizonte (1897/1930)*. Belo Horizonte, UFMG/FAFICH/DCP, 1987. (Dissertação de Mestrado).

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e Gesto: pessoa, cor e a construção urbana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

GARZONI, Lericice de Castro. *Vagabundas e Conhecidas: novos olhares sobre a polícia republicana (Rio de Janeiro, início século XX)*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, 2007.

SANTOS, Carlos Nelson dos. *Processo de crescimento e ocupação da periferia*. Rio de Janeiro, IBAM, 1982.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. *Paladinos da ordem: polícia e sociedade em São Paulo na virada do século XIX ao XX*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2004. 378 p.



## A QUALIDADE AMBIENTAL COMO ASPECTO DO HABITAR: METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO EM UM CONJUNTO HABITACIONAL

Aline de Vieira Souza<sup>1</sup>  
Milena G. M. de Almeida<sup>2</sup>  
Thiago Alves de Oliveira<sup>3</sup>  
Lilian Aparecida de Souza<sup>4</sup>

### **Resumo**

O trabalho tem por objetivo sistematizar as variáveis para a análise da qualidade ambiental em um conjunto habitacional do Minha Casa Minha Vida em Juiz e Fora-MG. Foram apresentados os sete critérios analíticos utilizados, tendo como referência os elencados no trabalho de Nucci (1998, 2008) e outros dois acrescentados a partir dos trabalhos de campo.

**Palavras-chave:** qualidade ambiental, metodologia, habitação.

### **Abstract:**

The objective of this study is systematize the variables used to analysis the ambiental quality of houses buids by Minha Casa Minha Vida, Juiz de For a – MG. Were apresented seven analitical criteria, with Nucci's reference (1998, 2008) and others acrescented from field work.

**Keywords:**ambiental quality, methodology,housing.

### **Introdução**

Este trabalho é parte de uma pesquisa que pretende refletir sobre a localização e a qualidade ambiental como aspectos importantes do ato de habitar a cidade. Nossa compreensão é que o habitar é mais do que apenas residir o que implica considerá-lo em sua dimensão concreta e também simbólica, não se limitando a unidade habitacional e englobando o meio ambiente no qual ela é inserida, o que resulta maior ou menor qualidade de vida para seus moradores (LEFEBVRE, 2001).

---

<sup>1</sup> Graduanda em geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea – UFJF).

<sup>2</sup> Graduanda em geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista do Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea – UFJF).

<sup>3</sup> Graduado em geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista do Laboratório de Climatologia e Análise Ambiental (LABCAA - UFJF).

<sup>4</sup> Doutoranda no Programa de Pós-graduação em geografia pela Universidade Federal Fluminense e pesquisadora associada ao Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea – UFJF).

Com foco no segundo elemento tratado na pesquisa e analisando a partir da realidade do maior empreendimento do programa habitacional Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora, o Parque das Águas I, a ideia é apresentar uma sistematização da metodologia utilizada para a avaliação da qualidade ambiental no loteamento. O trabalho é parte da pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa Geografia, Espaço e Ação (NuGea) e pelo Laboratório de Climatologia e Análise Ambiental (LABCAA) pertencentes a Universidade Federal de Juiz de Fora, e conta com o financiamento da FAPEMIG.

Para avançar na compreensão da qualidade ambiental em conjuntos habitacionais, o estudo realizado no Parque das Águas I teve como principais referências as observações feitas nas idas ao loteamento, os relatos dos moradores em entrevistas de campo a tese de doutorado de João Carlos Nucci (1998). Deste modo, este trabalho é um esforço de sistematizar a metodologia utilizada para o estudo da qualidade ambiental no conjunto habitacional, e apresenta o percurso utilizado para tanto.

### **Qualidade ambiental**

Para que o habitar seja pleno no sentido do direito à cidade, tal como propõe Lefebvre (2001), é necessária a consideração não só dos parâmetros sociais, como a localização, mas também dos fatores ambientais. Água potável, ar fresco, energia (alimento e calor), espaço para dormir e se proteger das intempéries são necessidades básicas a todos os seres humanos, mas se tornaram raridades e disponíveis apenas a uma parcela da população no projeto de urbanização capitalista.

As cidades são fragmentadas e articuladas, o que faz com que, mesmo de maneira desigual, todos os seus habitantes sejam impactados pelo vertiginoso processo de urbanização, que traz como resultado problemas de saúde pública, saneamento básico, degradação ambiental entre outros. É claro que estas questões afetam de maneira muito mais intensa os pobres, tal como os moradores das periferias. Nesse sentido, entendendo a sua importância para a vida, mas também sua limitação nas cidades capitalistas, foi que se elencou a qualidade ambiental como o segundo elemento referente ao ato de habitar estudado nesta pesquisa.

Aqui, a qualidade ambiental é tratada a partir de uma dupla dimensão: a natural e a social, pois “não deve estar restrita à natureza ou ecossistema, pois engloba elementos da atividade humana com reflexos diretos na vida do homem” (BURTON, 1968, p: 473).

Corroborar com essa noção, Vargas e Ribeiro (2001), que indicam que qualidade ambiental urbana passa por questões de cunho político, subjetivo, e ético, mas também ligados ao ecossistema urbano e a qualidade de vida.

Contudo, o que se observa é que, em grande medida, a qualidade ambiental tem sido negligenciada quando da elaboração de políticas destinadas a habitação popular, como no caso do MCMV, tal como apresentado no livro organizado por Amore, Shimbo e Rufino (2015). Em seu artigo, Rufino explica que

De modo geral, técnicas construtivas, arranjos espaciais e programas das unidades, desempenho e conforto ambientais e padrão de implantação (do MCMV) não correspondem às diversidades urbanas, bioclimáticas, sociais, culturais, tecnológicas das regiões, municípios ou dos bairros. (RUFINO, 2015, p: 62)

Diante disso, verificar se a qualidade ambiental foi levada em consideração no projeto de construção do empreendimento Parque das Águas ganha relevância. O que se questiona nesta pesquisa é se essa dimensão do ato de habitar subsidia a política de habitação representada pelo Programa Minha Casa Minha Vida implementada em Juiz de Fora, e como os residentes percebem e significam essa dimensão como elemento na constituição das suas relações com o loteamento e dele com o restante da cidade. Para tanto, elaborou-se uma proposta metodológica de análise da qualidade ambiental no conjunto habitacional e esta será apresentada a seguir.

### **Proposta Metodológica**

O ponto de partida para a elaboração desta metodologia foram os trabalhos de Nucci (1998; 2008), nos quais uma série de critérios são elencados para verificar a qualidade ambiental, são eles: uso do solo, poluição, verticalidade das edificações, densidade populacional, déficit de espaços livres públicos, deserto florístico e enchentes. O autor analisa um distrito da cidade de São Paulo com dinâmicas comerciais, residenciais e produtivas, e isto o fez optar por estas variáveis e não outras. No caso da pesquisa em questão, trata-se de um conjunto habitacional do MCMV localizado num bairro periférico de uma cidade média, onde o uso é quase que exclusivamente residencial, com a presença de poucos pontos de comércio, realizados no espaço das moradias, e reduzidos equipamentos sociais, de lazer, entre outros. Tal realidade nos fez

considerar algumas variáveis de Nucci (1998) que são: poluição, deserto florístico, espaços livres e densidade populacional; e acrescentar outras variáveis que se julgou necessárias e foram somadas a partir da realidade encontrada em campo, são elas: conforto térmico, ventilação e impactos pluviais.

Aqui serão trabalhados estes sete critérios em diversas escalas, indo da casa ao bairro e a cidade de Juiz de Fora. Estas variáveis foram elencadas a partir do trabalho de Nucci (1998) e das primeiras idas a campo, em 2016, quando se realizou um levantamento inicial do quadro físico ambiental do conjunto habitacional e se entrevistou os moradores. Posteriormente, outros campos foram realizados com foco nos dados necessários para dar conta dos aspectos elencadas. Essa trajetória de trabalho será aqui sistematizada a partir das especificidades de cada critério, sendo que os referenciados em Nucci (1998) já foram apresentadas no trabalho apresentado pelos autores no III Colóquio do NuGea e serão retomados aqui. Iniciar-se-á por eles.

### **Variáveis indicadas por Nucci**

#### **Poluição**

O uso dos veículos automotores para a circulação humanas nas cidades tem sido cada vez mais preponderante destacando que esse aumento frota veicular gera impactos negativos para a população, como congestionamentos, poluição, acidentes, dentre outros impactos (FERREIRA e OLIVEIRA, 2016).

Segundo Nucci (2008) o homem é o melhor bioindicador da poluição atmosférica, pois a concentração desta acarreta em uma série de doenças e problemas de saúde, “doenças respiratórias e de visão, dores de cabeça, mal-estar são alguns desses problemas, porém pesquisas mostram que a poluição atmosférica pode até matar” (NUCCI, 2008, p: 14).

Toledo e Nardocci (2011) realizaram um levantamento bibliográfico acerca das relações entre a poluição do ar e impactos na saúde humanas, e a partir disso, estudos apontaram que a mortalidade de idosos aumentam em até 6% com o aumento do material particulado no ambiente. Além disso, é verificada uma “associação entre a mortalidade das crianças menores de 5 anos e os poluentes CO, SO<sub>2</sub> e PM<sub>10</sub>, sendo a proporção de mortes atribuídas a estes poluentes de 15, 13 e 7%, respectivamente” (TOLETO e NARDOCCI, 2011, p: 448).

Ferreira e Oliveira (2016), analisando ruas e avenidas do centro da cidade de Juiz de Fora, apontam que a relação entre as verticalizações e a canalização dos ventos pode dificultar a dispersão dos poluentes atmosféricos. Uma vez que a redução da velocidade dos ventos aumenta a sua concentração próximo à fonte emissora. No conjunto habitacional Parque das Águas uma questão importante é o relevo local, uma vez que este pode influenciar na dispersão da poluição em condição de ventos mais calmos.

Além disso, foi identificado em campo uma intensa circulação de veículos em uma das ruas do loteamento, sendo que esta serve como via de interligação entre regiões urbanas de Juiz de Fora, unindo as zonas Norte para a Zona Oeste da cidade. A rua Agulhas Negras é a principal via de interligação, no entanto, esta sofre recorrentemente com problemas na pavimentação ocasionados por uma deficiência na rede de águas pluviais que acaba impossibilitando a circulação de automóveis. Com isso, a rua paralela a ela, Edith Machado Franck, acaba assumindo esta função.

Para se ter uma noção da poluição oriunda dos veículos dentro do Parque das Águas foi realizada a contagem dos carros que passam pelas principais ruas do conjunto habitacional. No dia 8/06/2018, as contagens de automóveis foram feitas em vários intervalos de 5 minutos, espalhados ao longo do dia, para observar a intensidade da circulação, na esquina das ruas Maestro José Quirino e Edith Machado Franck, indicadas no mapa abaixo.

Figura 1 – Mapa de ruas com tráfego intenso de veículos no Parque das Águas

## Ruas com tráfego intenso- Parque das Águas



Fonte: Os autores, 2018.

Além disso, considerou-se a existência e frequência das queimadas, relatadas pelos moradores e visualizada durante uma ida a campo.

### Cobertura Vegetal e Deserto florístico

A cobertura vegetal é um atributo muito importante não só para a qualidade ambiental, mas também para a qualidade de vida dos cidadãos. Entretanto, é negligenciado no desenvolvimento das cidades e na execução da política habitacional Minha Casa Minha Vida. Buccheri Filho (2006) retoma os escritos de Nucci (2008) elencando funções importantes desempenhadas pela vegetação, são elas:

estabilização de determinadas superfícies, obstáculos contra o vento, proteção da qualidade da água, filtração do ar, equilíbrio do índice de umidade, diminuição da poeira em suspensão, redução dos ruídos, interação entre as atividades humanas e o meio ambiente, fornecimento de alimentos, proteção das nascentes e mananciais, organização e composição de espaços no desenvolvimento das atividades humanas, valorização visual e ornamental, segurança nas calçadas (verde de acompanhamento viário), recreação, quebra das monotonias das cidades, cores relaxantes, estabelecimento de uma escala intermediária entre a humana e a construída, caracterização e sinalização de espaços, etc. (BUCCHERI FILHO, 2006, p: 11)

Segundo Buccheri Filho (2006), quadras residenciais ou comerciais quase totalmente edificadas, com a cobertura vegetal restrita à arborização da rua se comportam como desertos. O autor reflete que em lugares sem ou com quantidade de vegetação abaixo de 5% do total da área analisada, a qualidade ambiental é bem inferior à desejável para a qualidade de vida, pois os benefícios que a vegetação pode trazer ao ser humano não são considerados. Todavia, tal como orienta Nucci (2008) esse percentual não é uma regra, devendo ser analisadas outras variáveis para que se possa afirmar a existência ou não de desertos florísticos.

Com relação ao Parque das Águas, o levantamento das áreas vegetadas foi feito de duas formas, uma a partir do Geoprocessamento e uma posterior investigação em campo. A primeira parte consistiu de georreferenciar uma imagem do Google Earth Pro referente à área do conjunto habitacional e posteriormente as porções com cobertura vegetal foram vetorizadas a partir do Arc Gis 10.3.3, gerando o mapa de cobertura vegetal. Paralelamente a isto, uma visita em campo foi feita com o intuito de verificar as áreas vegetadas e confirmar o que tinha sido visto a partir da imagem de satélite.

## **Espaços Livres**

Um dos critérios propostos por Nucci (2008) utilizados para a percepção sobre a qualidade ambiental no conjunto habitacional Parque das Águas é a existência de Espaços Livres. Estes são entendidos pelo autor, baseado nos estudos de Llardent, (1982 apud NUCCI, 2008), como sendo “o conjunto de espaços urbanos ao ar livre destinados a todo tipo de utilização relacionada a pedestres (em oposição ao uso motorizado), descanso, passeio, prática de esporte em geral, recreio e entretenimento em horas de ócio” (NUCCI, 2008 p.106).

Contra-pondo-se ao espaço construído em áreas urbanas, os Espaços Livres devem ser agradáveis e oferecer segurança e comodidade. Além disso, precisam ser dotados de infraestruturas compostas por calçadas que possibilitem a separação entre pessoas e veículos. Para Nucci (2008), esses espaços têm que ter regras mínimas de convivência, mas serem realmente livres para o uso de todos os que assim desejarem.

Para se analisar os espaços livres, Llardent (1982 apud NUCCI, 2008) propõe duas escalas: a cidade e os conjuntos habitacionais. Com relação à escala dos conjuntos habitacionais, tal como o Parque das Águas, o autor chama atenção para o número de residências, o tamanho dos espaços livres e sua área de influência. Espaços livres distantes das moradias faz com que seus usuários não sintam diretamente seus benefícios, necessitando de caminhadas para chegar ao local, o que impossibilita, por exemplo, crianças irem sozinhas. Também as condições de manutenção das áreas livres devem ser consideradas para que os beneficiários a utilizem (BUCCHERI FILHO, 2006).

Assim como nos desertos florísticos, o levantamento no Parque das Águas foi feito a partir de uma imagem do Google Earth Pro e levantamentos em questionários com a população.

### **Densidade Populacional**

Outra variável utilizada com base na proposta de Nucci (2008) para avaliação da qualidade ambiental no Parque das Águas é a Densidade Populacional. Entende-se que esta é a medida expressa pela relação entre população e território, cujo objetivo está em detectar se o empreendimento é ou não superpopuloso, ressaltando ainda que, “chegar a um índice ideal para a densidade populacional é muito difícil” (NUCCI, 1998, p: 217). Visto isto, adotou-se o valor utilizado pelo autor mencionado em sua metodologia de análise da qualidade ambiental urbana, onde valores acima de 400 habitantes por hectare correspondem a uma queda na qualidade ambiental da localidade.

Em seu trabalho Nucci (2008, p: 44) afirma que “com o adensamento, o cidadão fica sem opção. Ele se encontra mergulhado em meio a ruídos, sons, cheiros, vozes, aglomerações, etc., sem a possibilidade de fuga” (NUCCI, 2008). Além disso, o adensamento compromete o conforto térmico, sendo esta outra variável considerada para análise da qualidade ambiental do Parque das Águas. Neste sentido, justifica-se a aplicação desta variável na pesquisa em questão.



Assim, para efetuar o cálculo da densidade, foi utilizada a média de moradores por casa indicada pelo Secretaria de Desenvolvimento Social de Juiz de Fora, com base no Cadastro Único, que aponta 4 moradores por casa. Entretanto, durante as entrevistas de campo chegou-se a números extremos, variando de 2 a 12 moradores em cada unidade.

### **Impactos Pluviométricos**

Os impactos pluviais, como o próprio nome sugere, são tidos aqui como os desdobramentos causados pelas chuvas, que engloba diversos fenômenos, entre eles estão abalos nas construções, goteiras, destelhamentos, rachaduras, até em dinâmicas mais gerais do terreno, como movimentos de massas, inundações e enchentes.

Em termos metodológicos foram feitos trabalhos de campo que visavam à observação das condições do terreno e das construções. Somado a isto, foram realizadas entrevistas com os moradores do Parque das Águas, cujos relatos tiveram papel central na análise realizada a partir desta variável.

### **Novas variáveis propostas**

Ao longo do trabalho viu-se que duas variáveis utilizadas por Nucci (2008) não caberiam à realidade do conjunto habitacional Parque das Águas, dessa forma acrescentou-se outras duas variáveis: o conforto térmico e a ventilação, que foram pensadas com o intuito de entender como as variáveis meteorológicas influenciam a vida dos sujeitos a partir de uma escala microclimática.

### **Conforto Térmico**

O conforto térmico, e este está relacionado ao equilíbrio térmico humano, portanto é necessário destacar o caráter subjetivo desse processo, pois diferentes pessoas podem ter diferentes respostas fisiológicas à exposição em condições ambientais semelhantes (ASSIS, 2016; RUAS, 1999).

A análise do conforto térmico pode ter 2 pontos de investigação, um subjetivo e um ambiental. Gobo (2013, p: 14) coloca que o subjetivo depende “das pessoas, portanto certo ambiente confortável termicamente para uma pessoa pode ser frio ou quente para

outra”, e do ponto de vista ambiental “os estudos de conforto propõem o estabelecimento de um estado térmico para um específico ambiente, com relação às suas variáveis físicas, a fim de que um menor número de pessoas estejam insatisfeitas com o mesmo” (GOBO, 2013, p: 15).

Nesse sentido, a proposta metodológica teve 2 atividades, uma primeira relacionada ao levantamento de dados meteorológicos no conjunto habitacional, com o auxílio de uma estação meteorológica. Os dados coletados foram submetidos a uma equação da Temperatura Efetiva com função do Vento, na qual relaciona os valores de temperatura do ar, umidade relativa do ar e a velocidade do vento. A equação é apresentada abaixo.

Equação 1 – Temperatura Efetiva com função do Vento

$$TEv = \frac{37 - (37 - T)}{[0.68 - 0.0014 \times UR + \frac{1}{(1.76 + 1.4 \times v^{0.75})}]} - 0.29 \times T \left(1 - \frac{UR}{100}\right) \text{ (EQUAÇÃO 1)}$$

Onde:

**TEv** é temperatura efetiva como função do vento, temperatura do ar e umidade relativa (°C);

**T** é a temperatura do bulbo seco (° C);

**UR** é a umidade relativa (%) e

**V** é a velocidade do vento (m/s).

Conforme aponta Assis (2016) o intervalo entre 22-25°C fica estabelecido com confortável para as atividades humanas. Com o resultado adquirido através da fórmula é possível classificar a zona de conforto encontrada através das classes estabelecidas por Fanger (1972 apud ASSIS, 2016).

Tabela 1 – Classes de Conforto Térmico

TEv	Sensação térmica (tipo de tempo)	Grau de estresse fisiológico
<13	Muito frio	Extremo estresse ao frio
13-16	Frio	Tiritar/tremer
16-19	Frio Moderado	Ligeiro resfriamento do corpo
19-22	Ligeiramente Frio	Vasoconstrição
22-25	Confortável	Neutralidade térmica
25-28	Ligeiramente Quente	Ligeiro suor, vasodilatação

28-31	Quente Moderado	Suando
31-34	Quente	Suor em profusão
>34	Muito Quente	Falha na termoregulação

Fonte: Fanger (1972 apud ASSIS, 2016).

E paralelamente a isso algumas pessoas, escolhidas ao acaso e na rua, responderam a um questionário relacionado à sensação térmica, atuando a partir do ponto de vista subjetivo. O questionário era composto por 8 perguntas que levavam a uma noção da sensação térmica daquele indivíduo, uma vez que os níveis de conforto térmico são variáveis em função da fisiologia humana. Foram aplicados 7 questionários no período da manhã, e 8 à tarde.

Em uma outra visita a campo, além dos levantamentos de dados pela estação meteorológica, foram levantados os dados de temperatura e umidade no interior de algumas casas, com o auxílio de um sensor de temperatura interna. Também dois questionários foram aplicados em campo, o primeiro idêntico ao utilizado anteriormente e um segundo que tratava das condições no interior da residência.

## Ventilação

Além do fator conforto térmico, ao longo do trabalho foi montada uma proposta de análise acerca da ventilação e a sua influência na qualidade ambiental, relacionada em um primeiro momento com o conforto térmico, mas também com outros aspectos.

Segundo Vieira e Romero (2012, p: 10) “a movimentação do ar no ambiente urbano está relacionada com a forma das construções no meio, suas dimensões e localização, podendo causar uma série de efeitos sobre a massa construída”. No município de Juiz de Fora os ventos predominantes são do quadrante Norte, condição que deve ser levada a efeito quando se objetiva construir determinado espaço.

Nesse sentido, foi levantado em campo todas as alterações nas residências que podem influenciar na circulação efetiva dos ventos, por exemplo, muros altos, garagens, comércios e outros usos que impedem sua chegada no interior das moradias, gerando um mapa indicativo do número de moradias alteradas e o tipo de modificação. Além disso, os porquês das alterações foram questionados nas entrevistas aos moradores.

Além da distribuição e configuração das construções, observou-se como o relevo local pode influenciar na dinâmica dos ventos.

## Algumas considerações

Este trabalho é parte de uma pesquisa maior e representa um primeiro esforço de sistematizar a metodologia utilizada para o estudo da qualidade ambiental no conjunto habitacional Parque das Águas I. Através da série de variáveis apresentada, acredita-se que a análise proposta será contemplada. Entretanto, é importante destacar que os critérios analíticos devem ser observados individualmente, mas também em sua relação, proporcionando uma compreensão mais totalizante.

## Referências

AMORE, C. S., SHIMBO, L. Z.; RUFINO, M. B. C. **Minha casa... e a cidade?: avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ASSIS, D. C. **O conforto térmico associado às variáveis de cobertura da terra na região central de Juiz de Fora – MG**. Dissertação de mestrado (em geografia),PPGEO-UFJF, 2016.

BUCCHERI FILHO, A. T. **Qualidade ambiental no bairro Alto da XV**, Curitiba/PR. 2006. 80f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

BURTON, I. The quality of the environment: a review. **The Geographical Review**, v.58, n.3, p.472-481, 1968.

GOBO, J. P. A. **Regionalização climática do Rio Grande do Sul com base no conforto térmico humano**. Tese de Doutorado (em Geografia). Programa de Pós Graduação e Geografia Física: Universidade de São Paulo- USP, 2013.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução de D. Pereira e S. Martins. Paris: Anthropos, 2000.

NUCCI, J. C. Metodologia para determinação da qualidade ambiental urbana. In: **Revista do Departamento de Geografia**, n.12, p.209-224, 1998.

NUCCI, J. C. **Qualidade Ambiental e Adensamento Urbano: um estudo de Ecologia e Planejamento da Paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)**. 2 ed. Curitiba: Edição do Autor, 2008.

RUAS, A. C. **Avaliação do conforto térmico**: contribuição à aplicação prática das normas internacionais. Dissertação de mestrado (em Engenharia Civil) Faculdade de Engenharia Civil: Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1999.

VARGAS, H. C; RIBEIRO, H. Qualidade Ambiental Urbana: Ensaio de Uma Definição. In: VARGAS, H. C; RIBEIRO, H (orgs.) **Novos Instrumentos de Gestão Ambiental Urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

## PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: EQUACIONA OU ACENTUA AS DIFERENÇAS DA COR?

Cristina Aparecida Sancho<sup>1</sup>

### RESUMO:

O presente artigo pretende discutir a influência do Programa Habitacional Minha Casa Minha Vida dentro das escolas públicas da cidade de Juiz de Fora. A discussão do assunto se materializou mediante o meu contato com uma instituição pública estadual onde o público majoritário são alunos vindos dessa política desde 2012. O bairro em questão vem perdendo seu status depois da distribuição das casas e, em consequência, a estrutura social da escola tem se rompido, ano após ano. Esse assunto começou a despertar meu interesse, devido aos grandes problemas ocorridos dentro das escolas, por fatores como: falta de identidade racial e aceitação da mesma; enfrentamento interpessoal; baixa autoestima e extrema desmotivação.

### ABSTRACT:

This article aims to discuss the influence of “Minha Casa, Minha Vida”, a housing program from lately Brazilian government, within public schools in Juiz de Fora. The discussion has been made through my personal contact with a civil institution where most of the pupils came from this habitation policy since 2012. The neighborhood in question has lost its status after the distribution of houses and consequently, the school social structure has been broken up year after year. The present matter has attracted my interest because there are many problems inside the school that directly derive from lack of racial identity and lack of acceptance of it; interpersonal confront; low self-esteem and extreme demotivation.

**PALAVRAS CHAVE:** Identidade racial. Autoestima. Exclusão. Educação. Diferença Social.

**KEYWORDS:** racialidentity. Self esteem. Exclusion. Education. Social difference.

---

<sup>1</sup>Graduada em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (2008). Especialista em História e Cultura Afro-brasileira e Africana: Educação para as relações étnico-raciais (NEAB/UFJF) em 2011. Especialista em Gestão de Políticas Públicas com Foco na Temática do Gênero e Raça pela UFV - Universidade Federal de Viçosa em dezembro de 2015. Mestranda em Estudos Literários pela UFJF em 2018. Email: chricasancho.cs@gmail.com

O presente artigo, inicia-se a partir da seguinte problemática: Como se deu a chegada de alunos filhos de beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV<sup>2</sup> na Escola Estadual Deputado Olavo Costa?

Essa problemática se torna importante em virtude de toda a representação social que a mesma carrega. Primeiramente, por serem negros, os beneficiários do programa já carregam o estigma da identidade deteriorada conforme a literatura de Goffman (1963). Em seguida, temos as moradias dos programas habitacionais sendo historicamente carregadas de representação negativa, pois no imaginário coletivo esse é o lugar onde o tráfico chega primeiro. Assim, o programa, que possui a possibilidade de equacionar as diferenças sociais, é duramente criticado pelo fato de provocar uma desterritorialização dos beneficiários. Isto é, os conjuntos são construídos longe do espaço social dos mesmos, separando-os dos seus grupos de referência dentro da cidade. Dessa forma, há uma multiplicidade de estranhamento: Primeiro em relação às amizades, em seguida junto aos equipamentos públicos e em terceiro junto às instituições como a escola.

Nesse contexto, muitas são as estratégias para que haja a construção de redes e um ideal de pertencimento aos novos moradores. Sendo assim, o presente artigo é desenvolvido como um relato de experiência que contribui para uma reflexão sobre o uso da estratégia da identidade de raça como marcador de posições nas instituições escolares.

É nesse emaranhado que entendemos a construção que Bourdieu (1996) define como espaço social. Entende-se por *campus social*, uma rede ou configurações de relações objetivas entre posições. Essas posições são definidas objetivamente em sua existência e nas determinações que elas impõem aos seus ocupantes, agentes ou instituições, por sua situação atual e potencial na estrutura da distribuição das diferentes espécies de poder ou de capital cuja posse comanda o acesso aos lucros específicos que estão em jogo no campo, e ao mesmo tempo, por suas relações objetivas com as outras posições - dominação, subordinações, etc. (BOURDIEU, 1996).

Nesse processo de construção do espaço social da escola a problemática da identidade parece exercer um papel central. Como o público, quase sempre, são alunos de periferia, a clientela em massa são crianças e adolescentes que carregam as marcas da cor e de classe. Além da cor outro fato interessante fica evidenciado: a carga de

---

<sup>2</sup> Programa Minha Casa Minha Vida - usaremos nesse artigo a sigla PMCMV para nos referir à política pública.

representação negativa que carrega a Política Pública do PMCMV. Os beneficiados pelo programa, em grande maioria, são mulheres chefes de família, ou então pessoas de baixa renda independentemente de seu sexo, porém quase sempre negras. Essas características reafirmam o estereótipo de exclusão e da identidade deteriorada, e, conseqüentemente, agravam os problemas sociais aos quais tais cidadãos estão inseridos.

O estudioso francês, Léopold Senghor, enfatiza a seguinte afirmação: “... a Negritude é um fato. Uma cultura é o conjunto dos valores econômicos e políticos, intelectuais e morais, artísticos e sociais – não somente dos povos da África, mas também das minorias negras da América e inclusive da Ásia e Oceania...” (SENGHOR, 1972:15). Pensando nessa citação, encontramos os militantes negros se propondo a assumir os valores da civilização do mundo negro, atualizá-los e fecundá-los, a fim de disseminarem tais valores e fazer com que a contribuição negra seja vista como uma civilização universal.

Sendo assim, pretende-se refletir sobre o processo de construção de um espaço social, através do PMCMV, e associar os ideais da Lei 10.639/03 que trata a cultura negra para trabalhar a ressignificação de identidades, nessa instituição de ensino e, também, ampliar a prática para realidades similares. Acredita-se que o trabalho com a Lei seja um caminho que proporciona saberes diversos; conhecimento histórico capaz de criar um olhar positivo sobre a construção do sujeito negro.

Conhecer alguns conceitos acerca das Políticas Públicas é necessário para que compreendamos bem o PMCMV. Sabe-se que Políticas Públicas são medidas criadas pelo Governo para o enfrentamento de uma problemática social. A política pública do PMCMV, iniciou-se no primeiro mandato do governo Lula. Com isso a questão habitacional foi retomada no país, o que motivou um processo de mudanças na área, como, por exemplo, a criação do Ministério das Cidades, que não existia anteriormente. Houve ainda uma alteração na regulamentação do setor e o crescimento de programas com metas maiores àquelas já encontradas no país.

Para estruturar essa política, mecanismos institucionais foram implementados. Em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, estabeleceu-se um marco na rearticulação da política habitacional e de infraestrutura urbana no país. Nos anos seguintes, os recursos orçamentários para subsidiar operações de financiamento habitacional de interesse social foram ampliados com aportes significativos para o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e para o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH),



assim como o redirecionamento dos recursos do Fundo de Desenvolvimento Social para financiamento habitacional destinado aos movimentos sociais de luta pela moradia.

Em 2008, o Plano Nacional da Habitação (PlanHab) estabeleceu as diretrizes da política habitacional e sua integração com a política urbana e trouxe inovações com relação à política voltada às famílias de baixa renda. Naquele ano, houve um novo marco: segundo dados do Banco Central do Brasil, o número de unidades habitacionais financiadas pelo Sistema Financeiro da Habitação ultrapassou o número de 600 mil unidades, algo que não se verificava desde 1980, no ápice das operações do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH). A estabilidade econômica, a queda gradual das taxas de juros e o aumento da renda das famílias formam o cenário em que essa recuperação se deu, mas, por si só, não são fatores suficientes para explicá-la. A política habitacional, entendida como promoção de condições de acesso à moradia ao cidadão na forma de acesso ao crédito ou como subsídio do Estado, recuperou-se em razão do aumento dos recursos públicos, do crédito e com a disposição do setor privado (bancos, construtoras, indústria de materiais de construção) de participar mais intensamente desse processo, uma vez que a habitação passou a ser vista como uma boa perspectiva de investimento. A atividade no segmento habitacional também passou a ser vista como fundamental para alavancar o ciclo de crescimento econômico e o nível de empregos no Brasil, frente ao cenário de crise mundial. Nesse contexto, surge o PMCMV, anunciado em 2009.

O Programa estabeleceu um leque amplo de estratégias para favorecer a aquisição da moradia, por meio do subsídio associado ou não à concessão de crédito. A proposta objetivava ampliar o mercado privado – antes concentrado em empreendimentos voltados às classes de renda mais elevada; de modo que o atendimento a famílias com renda inferior a cinco salários mínimos mensais fosse priorizado mediante a utilização de recursos federais e incentivos fiscais. Atualmente o PMCMV é o maior programa de produção de moradia do Brasil. Regulamentado pela Lei 11.977 de 07/07/2009 o PMCMV procura atender a situações que perpassam o campo do déficit habitacional. A ideia fomentadora do programa era amenizar os efeitos da crise econômica que atingiu o mundo em 2008, gerando empregos e renda mediante o crescimento da indústria da construção civil.

O Fundo de Arrendamento Residencial (FAR) recebeu recursos transferidos do Orçamento Geral da União (OGU) para viabilizar a construção de unidades habitacionais. A medida foi tomada para atender ao déficit habitacional urbano para famílias com renda até R\$

1.600,00, considerando a estimativa da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”. (PNAD), de 2008.

Os Estados ou Municípios podem indicar famílias para serem beneficiadas com o recurso por meio do PMCMV, a partir do seu cadastro habitacional; realizam o enquadramento das famílias nos critérios de priorização definidos para o Programa e inserem no Cadúnico, quando for necessário. A execução das obras do empreendimento é realizada por construtora contratada pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil, que se responsabilizam pela entrega dos imóveis prontos e legalizados. Os imóveis contratados são de propriedade exclusiva do FAR<sup>3</sup> e integram seu patrimônio até que sejam alienados. O Governo Estadual ou Municipal assina o Termo de Adesão com o banco que, a partir desse momento, passa a receber propostas de compra de terreno e produção ou requalificação de empreendimentos para análise. A Instituição Financeira avalia, ainda toda a documentação. Após a análise, a empresa contrata a operação e acompanha a execução das obras pela construtora. A indicação e seleção dos beneficiários é de responsabilidade do Poder Público e deve ser apresentada à Caixa em até oito meses contados da contratação do empreendimento, conforme critérios nacionais e adicionais de priorização, definidos na Portaria nº 595 do Ministério das Cidades, de 18/12/2013.

Durante a execução das obras e após a entrega das Unidades Habitacionais, o trabalho social é realizado sob a responsabilidade dos Estados e Municípios. Beneficiário paga mensalmente prestação equivalente a 10% da renda ou mínima de R\$ 50,00 durante 10 anos. Estados e municípios podem aportar contrapartidas sob a forma de recursos financeiros, terreno ou serviços. Para atender a população pretendida, o programa foi dividido em três perfis de famílias beneficiárias e esses perfis modificam dependendo da área de construção. O programa, na área urbana, é dividido por 3 faixas de renda mensal: até R\$ 1.600 (faixa 1), até R\$ 3.275 (2) e até R\$ 5 mil (3). Na área rural, as faixas de renda são anuais: até R\$ 15 mil (1), até R\$ 30 mil (2) e até R\$ 60 mil (3). Quando, porém, as obras forem direcionadas à população de menor renda no meio urbano, a construtora privada, contratada pela Caixa Econômica Federal irá produzir as unidades por oferta ao poder público, ou seja, é a construtora que define o terreno (em muitos casos doados pelo poder público municipal) e o projeto que, uma vez aprovado, é executado e vendido

---

<sup>3</sup>Fundo de Arrendamento Residencial.

integralmente a Caixa. Neste processo, não há gastos, por parte do capital privado, com incorporação e comercialização, além de terem seus lucros garantidos em função da ausência do risco de inadimplência ou não ocupação das unidades.

Para compreendermos melhor como esse processo se consolidou, seguiremos a cronologia da criação das instituições e das regulamentações que compõem a nova Política de Habitação Brasileira.

O PMCMV pode ser dividido em três fases: a primeira de 2009 a 2011; a segunda de 2011 a 2014 e a terceira que fora prevista para o final de 2014, foi lançada em 2016 em meio ao processo de impeachment, da ex-presidente Dilma Rousseff no Congresso Nacional. Esse estudo, entretanto, irá se ater a segunda fase que teve início em 2011, daremos ênfase as construções das unidades habitacionais em área urbana. A partir desse corte que faremos, será destacado o PMCMV na cidade de Juiz de Fora – MG, região sudeste do país e suas aplicações territoriais, raciais e no campo socioeducacional. Nossa pretensão é averiguar como que essa política tem influenciado as escolas, a vida social e o novo ambiente onde esses beneficiários passaram a residir.

Em Juiz de Fora, o PMCMV teve início no ano de 2009, quando foi firmado o acordo entre a Prefeitura de Juiz de Fora (PJF) e a Caixa Econômica Federal, com o intuito de atender parte da demanda por habitação na cidade. Em janeiro de 2012 a Prefeitura anunciou a segunda etapa do programa com a construção de 2.890 moradias a serem contratadas no ano<sup>4</sup>. Revista de Geografia (v. 3, nº 1 (2013) p.4.

Sabemos que o espaço urbano no Brasil é marcado por grandes contrastes sociais, entre eles a reprodução da pobreza e a não afirmação de direitos, os dois pilares políticos para a manutenção de certo “poder”. Esses contrastes no solo urbano perpetuam a negação de direitos humanos e sociais, tais como: saúde, moradia, cultura, segurança, trabalho, renda e educação e conseqüentemente não propiciam o estabelecimento de uma cidadania plena. Sobre isso, Milton Santos (2007) diz em seu livro “O espaço do cidadão”.

... que o respeito ao indivíduo e a consagração da cidadania não vem apenas no ato de nascer, mas de torna-se ser no mundo. Aponta-se então prerrogativas que compartilham o “direito ao teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries,

<sup>4</sup> O orçamento disponível era de R\$ 164,73 milhões, sendo que cada residência avaliada em R\$ 57 mil. Já na primeira fase, o valor por unidade era de R\$ 48 mil. Somadas às 2.632 moradias disponibilizadas na primeira fase do programa, a previsão era de que fossem construídas 5.522 casas e apartamentos direcionados a famílias com renda entre zero e três salários mínimos. Revista de Geografia (v. 3, nº 1 (2013) p.4.

direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna” (SANTOS, 2007:19).

Em Juiz de Fora, as regiões mais afetadas pela política do PMCMV são, respectivamente, as regiões Leste, Sul e Noroeste. Estas são ainda as áreas de maior concentração de MAES- Microáreas de Exclusão Social e também onde encontramos a maior quantidade de domicílios em situação precária.

A compreensão desse trabalho se torna interessante quando analisado a partir da ideia de território. Sendo importante salientar que embora o conceito de território seja amplo e não se tenha um consenso sobre sua definição, adotamos a que foi preconizada por Rafestin (1993), que compreende território como o espaço sendo analisado a partir das relações de poder. É nessa perspectiva que se propõem mostrar as estratégias de fragilização usada pelo poder público na implementação das políticas públicas.

A partir desses pressupostos, verificamos em uma primeira análise que grande parte da população juizforana reside nos bairros das regiões Centro, Sul e Leste da cidade, sendo essa última, a região em que se concentram o maior número de ocupações antigas, superadas apenas pelo Centro. Nessa região estão localizadas as maiores áreas de risco da cidade e o maior número de habitações subnormais. Apesar desse histórico que marca a região Leste, nota-se que a grande maioria dos empreendimentos do PMCMV, construídos na cidade, estão localizados na porção norte do município. Uma estratégia que parece anunciar a necessidade de fragilizar os beneficiários, ou reflete a fragilidade no alcance do poder público municipal em coordenar a política habitacional urbana? Situação que, todavia, não é particular à cidade já que conforme bem salienta Buonfiglio e Bastos (2011: 8),

No Programa Minha casa Minha Vida, observa-se o papel determinante desempenhado pelas construtoras e incorporadoras alavancadas pela financeirização imobiliária. Estes agentes estão definindo não apenas a localização e o público alvo, mas os projetos, tipologias e qualidade das edificações. É o mercado interferindo e definindo a demanda de interesse social, que não é de mercado.

Apesar de se encontrar na região Leste o maior número de ocupações irregulares, de áreas de riscos e grande concentração populacional, as construções do PMCMV têm sido efetuadas na região oposta, devido à existência de terrenos disponíveis para os empreendimentos e pelo interesse do mercado imobiliário. Por isso, são gerados novos

bairros pouco consolidados, nos quais os serviços básicos são precários, tais como: transporte, coleta de lixo, serviço de saúde, escola, segurança...

O Programa, ao priorizar a construção de grandes conjuntos habitacionais, seja de casas ou prédios, nas periferias urbanas ou mesmo próximo à zona rural da cidade, cria esses novos bairros, concorrendo, assim, para velhos problemas referentes à construção de grandes empreendimentos habitacionais, como a dificuldade para acessar equipamentos e serviços, seja pela distância ou pela pressão que esse novo espaço exerce sobre os serviços disponíveis no bairro próximo. Ou seja, tem prevalecido a lógica da construção de novas unidades ao invés de haver uma política de ocupação de imóveis vazios ou de reforma de imóveis existentes. Dessa forma que o processo de urbanização acontece, a partir do crivo da segregação social e deixando na cidade a marca da divisão de classes, como bem diz Clarice Cassab:

O MCMV, ao determinar novos eixos de ocupação contribui na conformação de um novo padrão de espacialização da pobreza no município que explicita a segregação social e as desigualdades, em especial na ocupação do solo, uma vez que os distintos grupos e classes sociais se distribuem e se localizam pelas regiões da cidade de acordo com o tipo de mercadoria habitação que seu poder aquisitivo permite acessar”. Revista de Geografia (v. 3, nº 1 (2013) p.7.

Além das questões territoriais que possuem grande peso nesse programa, o corte racial e de gênero que a mesma faz, chama-nos bastante atenção. Acreditamos que não seja proposital, mas os beneficiários em demasia dessa política são pessoas negras, dentre essas, diversas mulheres.

[...] em consonância com as diretrizes do Ministério das Cidades, as famílias previamente cadastradas pela Central da Casa Própria foram divididas em grupos cuja definição respeitou os seguintes critérios nacionais: 1) famílias residentes e que tenham sido desabrigadas de áreas de risco ou insalubres e 2) famílias *com mulheres responsáveis pela unidade familiar*<sup>5</sup>. Revista de Geografia (v. 3, nº 1 (2013) p.4.

Pensando essas questões, algumas alusões concernentes à raça e gênero são feitas de forma instantânea. Podemos embasar esse pressuposto, a partir da visão de alguns estudiosos do assunto, como: Carlos Hasenbalg, um sociólogo argentino que analisahistoricamente as desigualdades entre os grupos de cor, sendo essas desvantagens

---

<sup>5</sup> Grifo meu.

transmitidas de geração a geração e, por isso, tornam-se responsáveis pela perpetuação da pobreza entre os pretos e pardos. Após Hasenbalg, nos anos de 1980 e 1990, outros pesquisadores ampliaram as discussões sobre classificação racial.

O antropólogo, Peter Fry procura demonstrar a existência de três tipos de classificação racial vigentes no Brasil: a do IBGE que distingue preto, pardo, branco, amarelo e indígena; a dos movimentos negros que considera a categoria branco/negro e a perspectiva popular que cria incontáveis categorias, de acordo com cada contexto. As três posturas aparecem nas relações sociais cotidianas, porém o predomínio de uma em detrimento das outras está relacionado a fatores como classe social e escolarização. Para Hasenbalg a classificação branco/negro seria mais comum na classe média intelectualizada do que nas camadas populares, onde haveria o maior número de classificações.

Já o sociólogo, Antônio Sérgio Guimarães, procura demonstrar que a cor no Brasil funciona como uma imagem figurada de “raça”, ou seja, só é possível falar sobre cor se houver um contexto com uma ideologia racial vigente. Nessa visão, não se aceita as diferenciações fenotípicas contra alguns grupos, pois essas foram construídas arbitrariamente mediante a ideia de raça preconcebida. Esses novos pesquisadores queriam ainda dar à ideia de democracia racial uma nova interpretação. Para isso, eles se opunham à interpretação de Florestan Fernandes que definiu a democracia racial como um mito, ou uma forma de mascarar a dominação branca sobre o povo negro. Peter Fry aponta o mito como um elemento que organiza as relações interpessoais. Seria uma forma de igualdade e convivência pacífica entre os grupos raciais distintos. Guimarães, em contrapartida, pensa a democracia racial a partir das mudanças que o conceito sofre tendo em vista as fases de sua elaboração: o ideal, o pacto e o mito. O ideal surgindo mediante o imaginário vigente no sec. XIX, no qual o Brasil era considerado um paraíso racial; o pacto se dá quando a noção de democracia racial serve como alicerce para a formação de grupos políticos, sociais e raciais distintos que visavam implementar de fato, a democracia racial e o mito que faz referência ao momento em que essa aliança é quebrada e a ideia de democracia racial passa a ser vista como falácia. Guimarães destaca, também, a atuação dos movimentos negros contemporâneos. O autor mostra o salto que os ativistas ganharam de 1930 até 1970 quando passaram da busca por integração para uma política de identidade.

Percebemos, então, que as teorias de Peter Fry são bastante aplicáveis a realidade social em que vivemos. A forma de classificar os indivíduos, apresentada por Fry é a mesma que encontramos diariamente na sociedade; não há identidade e as pessoas se autodeclaram de formas múltiplas, variando de acordo com o contexto que vivem.

É sabido que o IBGE é o órgão responsável pelo levantamento desses dados, porém não o faz com fidedignidade. Florestan Fernandes ao desenvolver a terminologia “mito” permitiu que fosse dessacralizada a ideia de democracia racial. É possível perceber que essa democracia é um mito quando notamos as desigualdades geradas por um corte racial e esse por sua vez, perpetuando as mazelas e as condições mínimas de subsistência que são oferecidas aos negros.

Todos os posicionamentos, vistos anteriormente, reforçam a argumentação que foi observada entre os beneficiários do PMCMV. Como bem disse Carlos Hasenbalg, o povo negro vem sofrendo desvantagens por gerações e esse traço é o responsável pela perpetuação da pobreza entre o povo negro no Brasil.

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda o resto de si mesmo (NASCIMENTO, 1974 Apud RATTTS, 2006: 98)<sup>6</sup>

Em consonância a esse assunto encontramos a problemática que envolve as mulheres, pois como diz a intelectual negra, Lélia Gonzalez: “... ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão”. (GONZALES, 1982:97).

Desde a Revolução Francesa (1789), há uma luta intensa pela igualdade. Seus princípios revolucionários de justiça social, liberdade, igualdade e fraternidade passaram a inspirar gradualmente, nos séculos seguintes, reivindicações de diferentes segmentos sociais em condição de desigualdade de acesso a direitos até então negados. A essas questões somamos os direitos das mulheres, direitos esses que não foram imediatamente assumidos por esta bandeira; só a partir do século XIX é que começam a surgir manifestações públicas pela igualdade de direitos entre homens e mulheres, traduzidos no

---

<sup>6</sup>Publicado originalmente em: Revista de Cultura Vozes. 68(7), pp. 65-68, Petrópolis, 1974. (RATTTS , 2006).

igual acesso de ambos à educação, ao mercado de trabalho e ao voto. No decorrer do século XX, a partir da reflexão sobre a situação das mulheres nas sociedades ocidentais modernas, foi possível explicitar as desigualdades sociais e étnico-raciais que marcavam suas vidas.

O Movimento Feminista é apontado por importantes analistas sociais como o responsável pelas grandes mudanças ocorridas na segunda metade do século XX. Este movimento foi capaz de demonstrar à sociedade que as discriminações incidiam sobre as mulheres, desde a sujeição feminina aos desígnios da autoridade masculina no ambiente doméstico, até as situações de guerra, nas quais as mulheres eram (e são) vulneráveis a mutilações, estupros e abusos de toda ordem. A partir do Movimento Feminista a questão da divisão sexual do trabalho começou a ser questionada; caracterizada pela desigual repartição de tarefas, salários e poder entre homens e mulheres, presente nas diversas sociedades. Ao questionar as posições inferiores e menos valorizadas que as mulheres ocupavam, o Movimento Feminista deixou as claras as desigualdades de gênero em diversas esferas, tais como nas áreas do trabalho, de educação, saúde, na organização da vida política, no ordenamento jurídico da sociedade e na produção de conhecimentos científicos.

Entendemos, então, que estamos imersos a uma realidade que perpassa os campos da raça, do gênero e da condição social. Porém, essas características são alvo de apontamentos e exclusão. E somadas ao assunto desse artigo, podemos compreender com mais eficácia como se formou toda a problemática da Política do PMCMV. Por isso, percebe-se desde as contribuições de Hasenbalg, Florestan Fernandes, Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez entre outros que a questão racial e de gênero não são assuntos que trazem preocupação social apenas nos dias de hoje; entretanto, encontramos atualmente um ambiente mais propício para colocarmos essas questões em pauta. Nossa inquietação com esse assunto se baseia na vivência com o caos. Uma instituição de ensino quase falida devido à chegada das casas do PMCMV. Isso sem falar nos homicídios que aumentaram assustadoramente; no alto índice de gravidez na adolescência e conseqüentemente de mães solteiras e de evasão escolar. A escola é um local que nos permite trabalhar a legislação que, acredita-se criar condições para refletir os fatos históricos que contribuíram para a construção de uma hierarquia em torno da cor. Nesse sentido, a Lei. 10.639/03 se configura um caminho para trabalhar a ressignificação da identidade, a fim de promover aceitação dos iguais.



A Lei 10.639/03 surgiu efetivamente no ano de 2003. Anteriormente já havia uma lei que regia as normas educacionais, era a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, essa estabeleceu a política de ensino da LDB - Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Porém, no ano de 2003, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou o decreto do Congresso Nacional que acrescentou à Lei 9.394 novas medidas para a educação no país. Sendo assim, a partir daquela data, tornou-se obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas públicas e particulares do Brasil. Segundo essa nova lei os currículos, em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História Brasileiras, deveriam ser modificados a fim de contemplar o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. E ainda o dia 20 de novembro foi incluído oficialmente no calendário escolar, como Dia Nacional da Consciência Negra.

Aparentemente, obtivemos muitas conquistas, mas todo esse ganho só foi possível graças a um denso empenho e reivindicações das organizações negras desde o final do século XIX e início do XX. A Lei 10.639/03 é apenas um reflexo de anos e anos de lutas do movimento negro, ela representa a consumação de inúmeras idealizações, de tantas reivindicações insistentes, de um trabalho intenso realizado ao longo dos séculos. Não é possível pensar essa Lei ou políticas públicas que envolvam a questão racial sem nos espelhar nas ações de muitos negros que desde o período escravista lutam por reconhecimento, espaço, liberdade, igualdade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do relato apresentado e dos conceitos estudados, entendemos que o Programa Minha Casa Minha Vida tem fomentado alguns problemas no círculo social de seus beneficiários. Enfocamos nesse artigo, as questões: raciais, de gênero e territorial. Essa última, porém, merece destaque, pois ela tem sido a principal geradora de distorções, tanto nos campos social e racial quanto no de gênero. Afinal, os beneficiados pelo programa, em grande maioria, são cidadãos de classe baixa e mulheres arrimos de família, mulheres essas que contemplam um dos requisitos básicos para aquisição dessa moradia: ser a “chefe” de família. Contudo, nos dois casos, essas pessoas quase sempre são negras.

A sistematização dessas características cria um estereótipo de exclusão e de negação de identidade e, conseqüentemente, agravam os problemas sociais aos quais tais cidadãos estão inseridos. Por tudo, isso, concluímos que de todos os quesitos apresentados o territorial seja o disseminador de diferenças, uma vez que ele acentua as questões de cor, de gênero e de classe social e gera nas escolas um ambiente de resistência e conflitos múltiplos, pois ali concentra-se pessoas de realidades e locais distintos, sem referência, que não se sentem pertencentes aquele meio e tudo isso culmina em problemas no meio educacional e no tecido social como um todo.

Pensando nessas problemáticas acredito que um trabalho desenvolvido a partir da inserção efetiva da Lei. 10.639/03 seja um caminho para melhorias, para ressignificação de identidades, para aceitação dos iguais. É fundamental promover discussões que permitam a compreensão do porquê a política do PMCMV, em especial, não tem propiciado melhorias na condição de vida de seus beneficiários e porque a diferença de oportunidades e de uma existência diga tem sido uma constante. Para isso, iremos utilizar a Lei 10.639/03 e traçar estratégias para que a educação escolar associada ao conhecimento da História negra sejam um veículo que promova identidade e valores e rompa com estereótipos.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BOURDIEU, Pierre. **Espaço social e espaço simbólico**. In: \_\_\_\_\_. Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papyrus, 1996.
- BUONFIGLIO, L. V.; BASTOS, R. D. **O lugar das políticas de habitação popular nas cidades brasileiras**. XII Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), Belo Horizonte, 2011. Belo Horizonte: UFMG, 2011.
- CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, 2004.
- FERNANDES, Florestan. **Consciência negra e transformação da realidade**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1994.
- FRY, Peter. **A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África Austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GOFFMAN, E. **estigma, la identidade deteriorada**. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1963.
- GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.
- HASENBALG, Carlos A. **Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil**. Dados, v. 38, n. 2, 1995.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade **étnico-racial e educação no contexto brasileiro**: algumas reflexões. In: GOMES, Nilma Lino (Org). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

**Revista de Cultura Vozes**. 68(7), pp. 65-68, Petrópolis, 1974. (RATTS, 2006).

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7ªed. São Paulo: Edusp, 2007. 176p.

SENGHOR, Léopold. 1972. **La Lutte des classes en Afrique, Présence Africaine**. Paris, 1972.

#### FONTES:

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/>>.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm)>. (Conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB).

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro- Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10639.htm)>.

\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações Etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/>>.

<http://www.caixa.gov.br/poder-publico/programas-uniao/habitacao/minha-casa-minha-vida/Paginas/default.aspx>

<https://geografia.ufjf.emnuvens.com.br/geografia/search/authors/view?firstName=Clarice&middleName=&lastName=Cassab&affiliation=&country=>

[http://www.leliagonzalez.org.br/material/Acao\\_e\\_Pensamento](http://www.leliagonzalez.org.br/material/Acao_e_Pensamento).

## OS ESPAÇOS PÚBLICOS E O HABITAR NA CIDADE

MONTEIRO, RAIZA G.<sup>1</sup>;

AGUIAR, JOYCE F.<sup>2</sup>;

TORRES, CLARICE C<sup>3</sup>

### RESUMO

Os espaços públicos são um importante fator para o habitar da cidade. Abarcam o espaço vivido, além de demarcarem o que está dentro e o que está fora, permitem a criação de relações coletivas na cidade. São nesses espaços que se realizam as trocas e as relações humanas, as diversidades de uso, e os conflitos e as contradições. São vários os benefícios da presença dessas áreas no espaço urbano: desde ambientais a benefícios ao próprio indivíduo. Nesse sentido, é importante salientar que para além das dimensões físicas, os espaços públicos possuem dimensões políticas e sociais e a presença dos mesmos no cotidiano da cidade é de grande relevância. O objetivo desse estudo é a realização de uma reflexão teórica, a partir da articulação de autores a respeito da importância da presença de espaços públicos para o habitar na cidade, considerando suas dimensões físicas, políticas e sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitar; espaço público; sociedade.

### ABSTRACT

Public spaces are an important factor to inhabit the city. They encompass the lived space, besides demarcating what is inside and what is outside, allow the creation of collective relations in the city. It is in these spaces that the exchanges and the human relations are realized, the diversities of use, and the conflicts and the contradictions. There are several benefits of the presence of these areas in urban space: from environmental to benefits to the individual. In this sense it is important to emphasize that in addition to physical dimensions, public spaces have political and social dimensions and their presence in the daily life of the city is of great relevance. The objective of this study is the realization of a theoretical reflection, based on the articulation of authors regarding the importance of the presence of public spaces to inhabit the city, considering its physical, political and social dimensions.

**KEY WORDS:** Inhabit; public space; society.

---

<sup>1</sup>Arquiteta e Urbanista. Mestranda em geografia. Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista FAPEMIG. E-mail: raizamonteiro@yahoo.com.br

<sup>2</sup>Arquiteta e Urbanista. Estudante de pós-graduação. Instituto Federal Sudeste de Minas. E-mail: joycefalci@gmail.com

<sup>3</sup>Profª. Drª. Mestrado em geografia. Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: clarice.torres@ufjf.edu.br

## **INTRODUÇÃO**

Os espaços públicos são parte da cidade, abrangem ruas, praças, parques, entre outros. A importância dos mesmos para a vida da cidade e seu habitar é de extrema relevância. Com a urbanização e o intenso adensamento, eles se tornam áreas de respiro. Em oposição à vida privada do espaço urbano capitalista, demarcam o que está dentro e o que está fora.

São nesses espaços que se realizam as trocas e as relações humanas, as diversidades de uso, os conflitos e as contradições. Portanto, a presença dos mesmos acarreta em benefícios tanto individuais quanto coletivos.

Quando associados a diferentes usos também podem trazer vivacidade e segurança aos locais. Esses benefícios são potencializados ainda mais com a presença de alguns elementos, como áreas verdes, mobiliário para lazer e convívio, entre outros. Entretanto, na cidade capitalista o acesso a esses espaços nem sempre é democrático e passível de apropriações distintas. Muitas vezes o próprio mobiliário é inibidor de determinados usos.

Também é importante destacar a importância das dimensões políticas e sociais dos espaços públicos e suas potencialidades ao exercício da democracia. Uma área pública considerada democrática é aquela que reflete a diversidade da comunidade que está inserida e estimula a convivência entre as pessoas, criando condições necessárias para a permanência e vivência.

Para a reflexão teórica a respeito do tema, a metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica, a partir da articulação de autores a respeito da importância da presença de espaços públicos para o habitar na cidade, em suas dimensões físicas, políticas e sociais.

## **O ESPAÇO PÚBLICO**

O termo espaços públicos já é de senso comum e muitas vezes é visto em contraposição ao espaço privado. Existem também outras acepções que podem estar

associadas a outras condições como, acesso público e democrático, acesso irrestrito ou aberto, entre outros.

Entretanto muitos autores discorrem a respeito do tema. Lavalle destaca as diferentes dimensões do espaço público: o espaço público *versus* privacidade, intimidade ou sociabilidade primária; público *versus* propriedade ou interesse particular e o público *versus* não difundido, de conhecimento particular ou restrito (LAVALLE, 2005).

Os espaços livres públicos em sua dimensão física abarcam as ruas, praças e demais espaços livres nos quais o poder de controle é exercido pelo poder público.

Eles configuram-se como local de encontro, de acordo com Sobarzo, os encontros que devem ser entendidos como a possibilidade de compartilhar os mesmos territórios com outras pessoas sem a compulsão de conhecê-las em profundidade, (SOBARZO, 2006).

No espaço urbano atual, fragmentado e articulado, os espaços públicos exercem papel fundamental, isso por apresentarem a capacidade de possibilitar a convivência e a visibilidade de diversos grupos sociais, como destacado por, segundo Gomes (GOMES, 2013). Harvey, ressalta as potencialidades que o espaço urbano tem no sentido de oferecer possibilidades as ações sociais, destacando que ele é produzido coletivamente e imprime a cultura de uma civilização (HARVEY, 2013).

Segundo Gomes, hoje há uma multiplicação de espaço que são comuns, mas não se configuram como espaço público, destaca que ele não é aquilo que não é privado e que apenas um acesso livre não configura um espaço público (GOMES, 2002). Carlos ainda salienta que:

O espaço público, por sua vez, tem uma multiplicidade de sentidos para a sociedade em função da cultura, hábitos, costumes, que não pode ser negligenciado.[...]Portanto, os espaços privados e públicos são marcados por formas de apropriação diferenciadas, enquanto momentos privilegiados que constituem a identidade cidadão/cidade em sua indissociabilidade, apesar de constituírem-se, historicamente, como contraditórios: o dentro e o fora, o individual e o coletivo, o protegido e o violento. (CARLOS, 2013: 19)

Esses espaços denominados semipúblicos ou pseudopúblicos, são frutos de novos produtos imobiliários: loteamentos fechados, centros comerciais, parques temáticos, shoppings centers, entre outros. Neles há um esvaziamento do conteúdo social e original

do espaço público. As contradições e conflitos são mascarados através da lógica homogeneizadora e do poder de controle do capital, segundo Carlos, “as relações sociais passam a ser mediadas por normas e organizadas em função do consumo, representando práticas de exclusão, pois os espaços (modernos) são vigiados e controlados”(CARLOS, 2001: 353).

Dessa forma, cabe destacar que em sua essência o espaço público é aquele que pode ser usufruído por todos e apropriado de formas distintas por todos os sujeitos e classes sociais.

Outras facetas dos espaços públicos também tem que ser pensadas. No estudo das cidades é necessário considera-los, além do suporte físico, ele é também o espaço da sociedade onde dinâmicas e relações distintas se estabelecem. Gomes ao discorrer a respeito dos espaços públicos chama atenção sobre sua condição multifacetada. Ele o espaço físico, a rua a praça os parques, mas também é o espaço abstrato, onde a vida política e democrática se estabelecem(GOMES, 2012).

Hannah Arendt e Jürgen Habermas destacam os espaços públicos enquanto palco de ação política. Na obra de Arendt, o espaço público aparece enquanto lugar da ação política. Na concepção de Arendt, a ação política é uma atividade que comprova imediatamente a pluralidade da condição humana. Destacando assim a notoriedade dos espaços públicos não só como espaços de permanência e circulação, mas como espaços das atividades dos sujeitos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os espaços públicos, essenciais para o habitar da cidade, configurando os espaços de circulação, como ruas e avenidas e espaços de permanência como praças e parques, também possuem funções importantíssimas na vida urbana.

Neles se encontram potencialidades para o exercício da cidadania, o palco de contradições e conflitos, de forma que qualquer espaço que não permita tal pluralidade, não pode ser considerado espaço público.

## **REFERÊNCIAS**

ARENDRT, Hannah. A Condição Humana. 10º ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2000;

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A cidade. 8ª Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- CARLOS, A. F. A. Introdução. In: Espaço-Tempo na Metrópole: A fragmentação da vida cotidiana, p. 11 a 42, São Paulo, Contexto, 2001;
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- GOMES, Paulo César da Costa. O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 14ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2005.
- HERTZBERGER, H. Lições de Arquitetura. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.
- JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- LAMAS, J. M. R.G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação CalousteGulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.
- LAVALLE, A. G. As dimensões constitutivas do espaço público: uma abordagem pré-teórica para lidar com a teoria. In: Espaço & Debates 46. Revista de nEstudos Regionais e Urbanos – v. 25 n. 46 jan./jul. 2005.
- LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5ª edição. São Paulo: Centauro, 2001
- SOBARZO, Oscar. A Produção do Espaço Público: da dominação à apropriação. In: GEOUSP, Espaço e Tempo 19. Revista de Pós-Graduação/ Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo – nº. 19 (2006) – São Paulo: FFLCH/USP, 2006.



## SIMPÓSIO TEMÁTICO 12

### Debates na arte: Identidades e Representações

#### **Coordenadoras:**

Luisa Pereira Vianna – mestranda em História PPG/ICH – Laboratório de História da Arte - UFJF

Paula Nathaiane de Jesus da Silva – mestranda em História PPG/ICH – Laboratório de História da Arte - UFJF

#### **Ementa:**

A pretensão deste simpósio é reunir trabalhos que contemplem pesquisas sobre as questões de gênero, raça e sexualidade em diversas temporalidades e campos das artes, nas diferentes linguagens artísticas: pintura, escultura, gravura, cinema, televisão, fotografia, moda, música, ilustração, literatura, entre outros. Buscamos a percepção atual da imagem, sob a luz desta discussão, por meio das reflexões acerca dos grupos sociais considerados como minorias e de como são/ foram representados.

Assim, esperamos contribuições que estabeleçam relações entre obras, artistas, sociedade e poder dentro do contexto. Desta forma, o Simpósio Temático “Debates na arte: Identidades e Representações” considera bem-vindo todos os campos de pesquisa da arte, seja teórica ou historiográfica, que abordem esse contexto.

Tendo em vista o tema central do evento da XXXIV Semana de História da UFJF, “GÊNERO, RAÇA, SEXUALIDADE E CLASSE: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico” este ST compactua com a mesma abordagem, porém no contexto das artes.

Haja vista o aprisionamento na história do indivíduo marginalizado, fora dos padrões estipulados pela sociedade, o espaço acadêmico para esta discussão corrobora e fortifica a consciência de uma pluralidade, contribuindo para dissolução, mesmo que ínfima, da discriminação persistente na sociedade. Reunindo trabalhos sobre esta temática, por meio das mais variadas formas e expressões artísticas, possibilitaremos uma conscientização relativa ao debate.

## FOTOGRAFIAS DE FAMÍLIAS NEGRAS NOS ACERVOS DE CHICHICO ALKMIM E ASSIS HORTA: IDENTIDADES CONSTRUÍDAS A PARTIR DE RETRATOS

**Cleber Soares da Silva<sup>1</sup>**

**RESUMO:** As fotografias de famílias negras feitas por Augusto Militão de Azevedo, atualmente integrantes do acervo do Museu Paulista da USP, são amostras raras que chegaram até nossos dias. É amplamente conhecido que mesmo antes da abolição da escravatura esse tipo de imagem já era produzido no Brasil. É também inquestionável a importância do retrato fotográfico na construção da identidade do negro como cidadão e os registros produzidos por Chichico Alkmim e Assis Horta, em Diamantina (MG), entre os anos 1910/1940 são exemplares desta tentativa entre os afrodescendentes do norte do estado de Minas Gerais. Esse artigo evidencia estas fotos e conjectura que elas possam ter contribuído para a construção das identidades daquelas pessoas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade; Fotografia; Retrato; Álbum de família.

**ABSTRACT:** The photographs of black families by Augusto Militão de Azevedo, currently members of the collection of the Paulista Museum of USP, are rare samples that have reached our time. It is widely known that even before the abolition of slavery this type of image was already produced in Brazil. It is also unquestionable the importance of the photographic portrait in the construction of the identity of the black as citizen and the records produced by Chichico Alkmim and Assis Horta in Diamantina (MG), between the years 1910/1940 are exemplary of this attempt among Afrodescendants of the north of the state of Minas Gerais. This article highlights these photos and conjecture that they contributed to the construction of the identities of those people.

**KEYWORDS:** *Identity; Photography; Portrait; Family album.*

Mesmo antes da abolição da escravatura os afro-brasileiros já utilizavam a fotografia na construção de suas identidades na tentativa de relegar ao passado as marcas físicas e psicológicas deixadas pelos séculos de subjugação e desrespeito sofridos. Apesar do jeito brasileiro de abrandar ou até mesmo negar conflitos existentes – como a falta de indenização e a não efetiva inclusão dos libertos nos meios sociais e econômicos –, a população negra seguiu em frente na busca por reconhecimento. As fotografias sociais

---

<sup>1</sup>Mestre em Artes, Cultura e Linguagens pelo PPG do Instituto de Artes e Design (IAD) da UFJF.

foram uma das ferramentas para criar essa nova realidade. Nas fotografias feitas por Francisco Augusto Alkmim (1886-1978), mais conhecido como Chichico Alkmim e Assis Alves Horta (1918-2018), entre os anos de 1910 e 1940, podemos constatar o desejo da população negra e mestiça em deixar para a posteridade retratos onde a elegância e o conceito de família eram buscados. Partindo dos modelos herdados das fotografias oitocentistas feitas pela elite branca, os novos cidadãos criaram sua retórica em imagens comoventes, belas e dignas.

A partir de 1850, quando os ingleses se posicionaram contra o comércio escravagista, já era possível que negros alforriados, ex-escravos ou na eminência de serem libertos pudessem sonhar com a possibilidade de se ver em uma fotografia.<sup>2</sup> Koutsoukus (2013) afirma que os motivos possíveis que levaram pessoas negras e mestiças a se retratarem em meados do século XIX vão além da necessidade e do desejo de lembrar e de ser lembrado. Para pessoas negras, ou mestiços, nascidos livres, o retrato podia não deixar dúvidas de sua condição e até mesmo mostrar sua riqueza por meio dos itens escolhidos para compor a cena fotográfica. O retrato podia dar indícios e funcionar como um comprovante da sua nova situação social.<sup>3</sup>

As fotografias de famílias negras, destacadas neste artigo, foram tentativas de construção de realidades com o objetivo de corresponder a um modo de percepção social burguês. Pobres em roupas (muitas vezes emprestadas) e poses elegantes, deslocados para o ambiente fotográfico, constroem juntamente com o fotógrafo essa nova realidade. Os registros feitos por Militão Augusto de Azevedo (1837-1905) em

---

<sup>2</sup>Em 1845, a Inglaterra, por motivos econômicos e por pressão de grupos humanitários, tomou medidas contra o comércio de escravos e a determinou a prisão de toda a embarcação que estivesse no Oceano Atlântico, transportando negros cativos. Isso fez com que o número de escravos vindos para o Brasil diminuísse e o preço deles se elevasse. Em resposta às fortes pressões, o governo brasileiro aprovou a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, que proibia definitivamente a importação de escravos para o país, o que ocasionou o aumento do tráfico de escravos. Após a promulgação dessa lei, destacam-se ainda as leis abolicionistas que foram aprovadas por D. Pedro II. A Lei do Ventre Livre, em 1871, que determinou que todos os filhos de escravos nascidos a partir daquela data seriam livres. Essa medida, no entanto, só era aplicada depois que o indivíduo atingisse os 21 anos de idade, quando já tinha sido explorado por toda a infância e juventude. Após atingir a maioridade, os ex-escravos encontravam enormes dificuldades em arranjar trabalho e em abandonar definitivamente a fazenda de origem. No ano de 1885, com a Lei dos Sexagenários, seriam libertados os escravos com mais de sessenta anos, e os proprietários indenizados. A medida se mostrou ineficaz, já que a maioria dos escravos, pela vida dura que levavam viviam em média apenas quarenta anos. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/noticias/topicos,abolicao-da-escravidao,484,0.htm>>. Acessado em 14/05/2017.

<sup>3</sup>Beltramim coloca em dúvida se a fotografia foi realmente um artefato democratizante. A pesquisadora atribui à falta de documentação que possa ser analisada, o motivo da incerteza a respeito do custo da fotografia e se este “cabia” no bolso de um escravo de ganho ou negro forro. Citando Grangeiro (2000, p. 126), expressa a importância de “não se esquecer que o preço do retrato era ainda caro para grande parte da população” e que para possuí-lo “implicava sacrifício e economia” (BELTRAMIM, 2013, p. 55).

fins do século XIX e, em Diamantina a partir de 1910, por Alkmim e Horta, comprovam que os negros e mestiços sempre tiveram a fotografia social como lugar onde gostariam de se verem representados.<sup>4</sup> Possivelmente a sorte no garimpo proporcionou que o sonho se realizasse para muitos deles, logo nos primeiros anos do século XX. Mas foi sem dúvida a garantia de direitos trabalhistas e a possibilidade de uma vida melhor o que motivou operários a procurar o estúdio Photo Assis na década de 1940.

Horta fez a interpretação do real circunstanciada por diversos fatores sociais que vão desde a herança dos cânones da fotografia oitocentista, passando pela situação de exclusão que afetava ex-escravos, seus descendentes e as camadas mais pobres da população. Tudo isso amalgamado pelas políticas públicas e sociais implantadas por Getúlio Vargas a partir dos anos 1930. A conexão entre as fotografias de Horta e seus referentes anteriores fica mais perceptível em relação à obra de Chichico Alkmim, o que não significa, no entanto, que esta seja sua única ascendência.

De uma geração anterior a de Assis Horta, Chichico Alkmim era filho de proprietários rurais e irmão de José Maria Alkmin, ministro da Fazenda de Juscelino Kubitschek e vice-presidente da República do marechal Castello Branco (SOUZA; FRANÇA, 2005). Foi durante as três primeiras décadas do século XX o fotógrafo mais importante de Diamantina e, sem dúvida, referência para o jovem Assis Horta.

Alkmim produziu imagens até 1955, quando tinha 69 anos de idade. Devido a problemas de saúde que dificultavam seu trabalho fora do ateliê, ocasiões em que era obrigado a manipular os pesados equipamentos fotográficos em espaços públicos, foi priorizando cada vez mais o trabalho dentro do seu estúdio, até que nos últimos anos se limitava a trabalhar somente naquele local (SANTOS, 2017). Esse não era o caso de Assis Horta, 32 anos mais novo do que o veterano Alkmim.

Com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1943, Horta teve a chance de ampliar sua clientela e mais uma vez, tirando proveito da sua juventude, explorou o novo mercado, visitando as indústrias e fábricas da região para fazer os retratos funcionais que

---

<sup>4</sup>Militão organizou e publicou seu primeiro álbum com 30 vistas de São Paulo em 1862, e seu público-alvo eram os estudantes da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Depois publicou mais dois outros álbuns sobre Santos e outro sobre a estrada de ferro Santos-Jundiaí. Vinte e cinco anos após o primeiro álbum, Militão organizou outro com vistas, mostrando o desenvolvimento da cidade no período. Em função do avanço da indústria cafeeira, a cidade se transformou rapidamente e promoveu melhorias no espaço urbano para atender as novas demandas sociais, econômicas e culturais. O *Álbum Comparativo da Cidade de São Paulo (1862-1887)* comparava as vistas de 1862 com as mais recentes feitas pelo fotógrafo e deixava claro a vocação de São Paulo para ser grande centro comercial e financeiro do país (FERNANDES JUNIOR, 2012).

a partir daquela data seriam obrigatórios nas tão desejadas Carteiras de Trabalho e Seguro Social (CTPS). O resultado desse primeiro contato entre os operários, a maioria negros e mestiços pobres, e a fotografia 3x4 resultou na vontade de novas incursões ao estúdio fotográfico para fazer retratos mais elaborados, dessa vez em tradicionais poses e cercados de acessórios. A intenção dos fotografados, sem dúvida era criar imagens que pudessem, além de registrar suas conquistas, contar a partir daquelas imagens suas histórias para as futuras gerações

A maior produção de retratos sociais de negros e mestiços brasileiros do século XIX foi realizada por Militão. Em seu estúdio em São Paulo, o fotógrafo trabalhou incessantemente até 1886, tendo produzido cerca de doze mil *portraits* (ERMAKOFF, 2004). Seu estúdio, o Photographia Americana, situado na antiga rua da Imperatriz, n. 58, próximo à Igreja do Rosário, era frequentado na época pela comunidade negra. Essa proximidade espacial seria uma das explicações para a grande quantidade de negros e mestiços na formação da clientela de Militão. Os negros foram fotografados não mais como escravos, mas como cidadãos da cidade de São Paulo (CARVALHO; LIMA; TURAZZI, 1998). Koutsoukus (2013) estimou que entre 30% e 35% da clientela de Militão era formada por negros e mulatos mas, não soube precisar quantos seriam livres, forros ou quantos ainda seriam escravos pois tais informações não constam nos controles dos álbuns hoje conservados pelo Museu Paulista da Universidade de São Paulo. São essas fotografias, provavelmente as primeiras a que se tem notícia no Brasil, que trataram negros e mestiços com dignidade.

O álbum de família desde a virada do século XIX até as últimas décadas do século XX, portanto anterior à revolução causada pelas máquinas fotográficas digitais e pelos telefones celulares, está diretamente relacionado à tradicional família burguesa formada por pai, mãe e filhos, unidos por laços consanguíneos e pela convivência doméstica. Antes das transformações culturais causadas pelas novas tecnologias, o álbum de fotografias era o objeto que mostrava visualmente uma família, contando histórias em formato de arquivo e de maneira cronológica (SILVA, 2008). Acreditava-se que os afrodescendentes não estivessem entre as pessoas possuidoras de álbuns, afinal os registros fotográficos sociais de negros em estúdio que se tinha notícia eram somente aqueles feitos por Militão. No entanto, nos últimos cinco anos foram abertos arquivos extraordinariamente importantes com relação a esse tipo de fotografia. Tanto os negativos e fotos de Chichico Alkmim, atualmente em comodato com o Instituto Moreira Sales (IMS), no Rio

de janeiro, quanto os negativos e fotos de Assis Horta, no arquivo da família do fotógrafo em Belo Horizonte, comprovam o contrário e são ricos em imagens de famílias negras fotografadas em estúdio.

As pessoas negras e mestiças retratadas em estúdio fotográfico continuaram seguindo as regras e a moda ditadas pelo padrão europeu dos *carte de visite*. Nesses retratos não se evidenciavam mais as marcas da tortura e dos trabalhos pesados; pelo contrário, os estigmas da escravidão eram propositalmente escondidos. O negro livre e o forro procuravam com isso a sua dignidade através da imagem. Para conseguir o intento, os mesmos elementos de distinção usados pelos brancos eram expostos nas fotografias dos negros. Eram comuns nessas representações o uso de joias, roupas elegantes, cabelos penteados, barba e bigode aparados no caso dos homens e vestidos requintados à moda europeia, joias, penteados, lenços e leques para as mulheres, e, para ambos os sexos, o uso de lustrosos sapatos (KOUTSOUKOS, 2013).

Um bom exemplo disso é a fotografia do pai acompanhado da pequena filha (figura 1). A estrutura da foto e a elegância dos fotografados não deixam dúvidas de que o retratado gostaria de passar a ideia de pessoa respeitável e bem sucedida. Orgulhoso e compenetrado, o homem negro deixou-se fotografar com a filha em plano geral, possibilitando assim dar destaque ao seu terno bem ajustado, à corrente de ouro e aos sapatos. O olhar do elegante senhor é seguro e fixo no espectador. O retrato certamente foi feito para compor o álbum da família ou para ser exposto em um retrato em local destacado da casa.



**Figura 1: Militão Augusto de Azevedo. Pai e filha.** São Paulo, c. 1879. Fotografia *Carte de visite*. Acervo do Museu Paulista (USP).Fonte: KOUTSOUKUS (2010)

Mauad (2008) afirma que as relações entre fotografia e história não definem um campo autônomo de estudos, no entanto, se apresentam como um “fórum em que se pode debater a história social” (MAUAD, 2008: 14). A pesquisadora nos alerta que não é qualquer motivo que se fotografa, o assunto escolhido passa anteriormente por protocolos que são tocados pelas experiências sociais “compartilhadas, apropriadas ou ainda expropriadas – se pensarmos em todas as formas de apagamento das imagens” (MAUAD, 2008: 19). É sob esse prisma que as fotografias sociais de Chichico e Assis Horta devem ser analisadas, como um resultado da experiência e de uma lógica de representação que remonta ao século XIX, à tradição do retrato oitocentista e à itinerância fotográfica em Minas Gerais. Ao mesmo tempo, se pensarmos em termos de expropriação, como apontado por Mauad, os negros e seus descendentes tinham a necessidade de se autoafirmarem enquanto indivíduos e apagarem a imagem de modelos-objeto divulgadas no passado em fotografias como as de Christiano Junior, Alberto Henschel, Marc Ferrez, dentre outros. Foi, no entanto, sob os olhares de ChichicoAlkmim e de Assis Horta que os afro-brasileiros tiveram a oportunidade de ampliarem em termos de quantidade a chance de serem vistos como indivíduos e consequentemente cidadãos de Diamantina. A qualidade desses registros confirmam o talento dos fotógrafos, um item a mais que valorizava o produto final, a fotografia, que iria compor possíveis álbunsou ser enviada aos parentes distantes.



**Figura 2: Chichico Alkmim. Grupo familiar.** Diamantina, c. década de 1920. Fotografia. Coleção Chichico Alkmim. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles (IMS)/Rio de Janeiro.

Provavelmente, muitos dos negros fotografados por Chichico tenham passado pelo trauma da escravidão. Um bom exemplo dessa possibilidade é a fotografia da numerosa família da figura 2, em que podemos ver uma velha senhora cercada pelos seus prováveis descendentes. A tradicional construção triangular, de inspiração oitocentista, destaca a figura central do homem de terno e revela três gerações de negros retratados dignamente, vestidos com roupas limpas e calçados com sapatos. Todos na fotografia se mostram serenos, porém tímidos.

Tanto no estúdio de Chichico quanto no Photo Assis, de Horta – arremedos de ambientes requintados –, negros, mestiços e brancos das camadas mais pobres puderam também ser fotografados cercados por ornamentos. A tradição era seguida na maioria dos casos, mas algumas inovações podiam se inseridas de acordo com a necessidade dos fotógrafos ou para corresponder aos pedidos dos clientes.

Alguns retratados se mostravam tímidos e desconfortáveis por estarem pela primeira vez no estúdio, como parece ter sido o caso da família fotografada por Assis Horta (figura 3). Nessa imagem percebemos que a pose foi inspirada nos tradicionais *cabinet portraits* adaptada para atender o desejo da pequena família de operários. Os ombros caídos, as roupas largas, provavelmente emprestadas, e a expressão tensa nos rostos dão uma aparência envelhecida ao casal e contrasta com o jeito tímido e curioso da menina, em pé sobre a cadeira.





**Figura 3: Assis Horta. Família de operário.** Diamantina, c. 1940.  
Fotografia. Fonte: Acervo do fotógrafo / Belo Horizonte (MG).

A família (figura 4) fotografada por Chichico, mais numerosa, parece menos tensa. Os personagens foram dispostos de maneira tradicional e formam uma composição triangular graças a estatura das pessoas. O rapaz mais velho, provavelmente o provedor da família, posa sentado em primeiro plano, no local reservado ao membro familiar mais importante. No segundo plano os outros parentes, três mulheres e um rapaz mais jovem, dispostos lado a lado completam a composição. Outra pose tradicional pode ser notada nesta fotografia. A mulher ao centro, de pé atrás do rapaz sentado, deposita as mãos delicadamente sobre o ombro do moço que traz sobre os joelhos um chapéu. A mulher mais alta do grupo, vértice superior do triângulo imaginário, também deposita a mão esquerda sobre o ombro direito da mulher a sua frente. As duas figuras nos extremos da fotografia, um rapaz de olhar curioso que segura nas mãos o chapéu e uma moça tímida complementam o retrato. Todos muito sérios mas sem dúvida bastante orgulhosos do *status* alcançado.



**Figura 4: Chichico Alkmim. Grupo familiar.** Diamantina, c. década de 1920. Fotografia. Coleção Chichico Alkmim. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles (IMS)/Rio de Janeiro.

Koutsoukos (2013) afirma que não foi possível localizar álbuns de famílias negras nos arquivos e instituições pesquisadas por ela no Brasil. Para suprir a falta, a autora sugere “álbuns imaginários” em que possamos categorizar retratos de negros, escravos ou não. A autora diz acreditar que existiram álbuns com fotos de negros, e que estes atenderam as necessidades das famílias em manter a luta para conquistar a liberdade ao mesmo tempo que serviam de alento e prova visual para aquelas famílias que não conseguiram ficar unidas. Além da explicação óbvia de que colecionadores priorizaram os álbuns de famílias ricas em detrimento aos de famílias pobres, negras ou não, a autora também aponta o costume de, após a morte do dono do álbum, os herdeiros desmembrarem o objeto e distribuírem as fotografias como lembranças entre os descendentes, como mais um provável motivo pela ausência de álbuns de famílias negras em arquivos e instituições.<sup>5</sup>

Para o pesquisador Armando Silva (2008), na fotografia como um “acontecimento factual”, a pose, o local, as roupas, a disposição dos retratados “sob regras e maneiras de ser e de se expor”, e a própria organização sequencial do álbum são maneiras de se

---

<sup>5</sup>Com o advento dos *carte de visite* e conseqüente aumento do número de fotos tiradas, trocadas, compradas e vendidas, acabou-se por criar um problema: onde guardar tantas fotografias? Gavetas, caixas e cestas podiam ser opções, mas guardar as fotografias, objetos caros, em um álbum era um desejo que poucos podiam realizar. Existiam álbuns específicos para o formato cartão de visita, assim como para os de formato *cabinet*. Um formato que foi bastante utilizado era o que tinha janelas ovais ou redondas que deixavam a vista os retratos ali encaixados (KOUTSOUKOS, 2013).

comunicar com aqueles a quem o álbum se dirige, proporcionando aos narradores futuros a possibilidade de poder manipular a história familiar que foi merecedora daquele registro fotográfico. (SILVA, 2008: 24)

Para Armando Silva, os álbuns de família não tem a função de mostrar nada de novo, mas reiterar e conservar o que já foi visto e mostrar o que já foi dito: o casamento dos pais, o batizado e a primeira comunhão dos filhos, os carinho dos avós etc., de maneira que evidencie, por meio das poses, como viveu feliz aquela família. Nas palavras do autor: “O álbum nasce e é filho da foto e do retrato pictórico, com todas as suas consequências lógicas, comunicativas, técnicas e psicoculturais, mas margeia a literatura e o teatro no que diz respeito à narrativa, bem como a arte quanto à visualidade” (SILVA, 2008: 37).

Assim como aconteceu com os retratos de negros e seus familiares feitos por Militão, não se tem notícias de álbuns de família de negros e mestiços, em instituições ou mesmo coleções particulares, que mostrem o destino das fotografias feitas por Alkmim e Horta. No entanto, podemos pressupor, por exemplo, que os garimpeiros nas décadas de 1920 e o operários que passaram a frequentar o Photo Assis, após 1940, tinham as mesmas aspirações dos clientes mais ricos desses fotógrafos, ou seja, queriam se ver retratados e no futuro serem lembrados pelos familiares. Bastou, portanto, que os fotógrafos lhes apresentassem a possibilidade de realizar o desejo para que as primeiras fotografias fossem realizadas.<sup>6</sup>

Chichico e Assis Horta mantinham os mesmos cuidados com a luz e com a direção de cena independente da condição social dos seus clientes. Não se nota grandes diferenças entre as fotos feitas para um cliente rico ou para um pobre. Tanto o apego dos dois fotógrafos às regras do “bom retrato” – aquelas definidas por Disdéri e seguidas por uma legião de fotógrafos anteriores a eles –, quanto a falta de preconceitos em adaptar as poses consagradas pela elite em retratos de negros e mestiços pobres, facilitaram o feito desses importantes registros.<sup>7</sup> Ao fotografar as pessoas das classes mais humildes

---

<sup>6</sup>Após os anos de escravidão, para uma pessoa negra nascida livre, o retrato podia ser um instrumento que não deixava dúvidas sobre a sua condição, e até mesmo mostrar que a pessoa tinha obtido sucesso financeiro. Koutsoukos (2013) afirma que a fotografia funcionava como um passaporte para uma nova vida social ou seja a fotografia de estúdio funcionava como “um símbolo de *status*, sobretudo se tirado nos estúdios mais procurados pela gente abastada; era ainda uma forma de construir a sua memória familiar (através do possível acondicionamento do retrato no álbum), além de uma mercadoria de troca, um cartão de visita.” (KOUTSOUKOS, 2013: 89).

<sup>7</sup>O fotógrafo André Adolphe Eugène Disdéri (1819-1889) definiu em seu livro *Estética da Fotografia*, de 1862, os seis princípios básicos da boa fotografia: 1) Fisionomia agradável; 2) Nitidez geral; 3) Sombras e

com a mesma dedicação que dispensava aos mais abastados clientes, Chichico e Horta agiram de maneira análoga ao que fez Militão e deixaram, assim como o mestre paulista, um grande legado para as gerações futuras. Como apontado por Ferraz (2017), o trabalho de Alkmim foi um levantamento fotográfico que mapeou, quase que sociologicamente, a população do norte de Minas Gerais entre os anos de 1910 a 1930. O trabalho de Assis Horta cobre o espaço entre 1930 a 1960. Em função da diversidade de personagens retratados e pelas décadas cobertas fotograficamente, os acervos desses dois fotógrafos, compõem obrigatoriamente o material de referência para estudos das áreas sociais e artísticas que tenham a região, sua população e suas tradições como tema. E são, as fotografias de famílias em estúdio, as imagens mais significativas e dignificantes dessas coleções.

A despeito do anonimato na maioria das fotografias do acervo de Alkmim, Ferraz observa que este funciona “como metonímia do Brasil daqueles tempos, em seu *continuum* racial e suas tragédias sociais”, levando-nos a ver seus personagens como arquétipos que nos representam ainda hoje. Os negros e mestiços compunham a parte mais pobre da população Diamantinense, mas não eram fotografados como “modelos-objeto”, pelo contrário, eram registrados como se viam ou como gostariam de serem vistos, como indivíduos. Os negros ali representados, não estão diluídos numa coletividade, mas destacados em suas singularidades que ficam expressas em poses que apesar da herança oitocentista não denotam ostentação, mas dignidade. Modesta, aquela “gente ligada ao pequeno garimpo, à faiscação, operários, pardos e brancos [...] todos aqueles até então invisíveis [...] ocupavam o mesmo cenário que padres, freiras, bispos, senhores e senhoras burgueses de ares aristocráticos” (FERRAZ, 2017: 16-18).

Koutsoukos (2013) afirma que não foi possível localizar álbuns de famílias negras nos arquivos e instituições pesquisadas por ela no Brasil. Para suprir a falta, a autora sugere “álbuns imaginários” em que possamos categorizar retratos de negros, escravos ou não. A autora diz acreditar que existiram álbuns com fotos de negros, e que estes atenderam as necessidades das famílias em manter a luta para conquistar a liberdade ao mesmo tempo que serviam de alento e prova visual para aquelas famílias que não conseguiram ficar unidas. Nas fotografias mostradas neste texto e em outras integrantes das coleções de Alkmim e Horta, podemos verificar o caprichado tratamento

---

meios-tons e os claros e escuros bem pronunciados, estes brilhantes; 4) Proporções naturais; 5) Detalhes nos negros e 6) Beleza. (MAUAD, 2008: 77).

de luz e sombra, os olhares ora voltados para o observador, ora desviados para um ponto no infinito. Todos os retratados estão muito sérios, ficando as exceções reservadas geralmente às crianças, quando as variações das feições eram ocasionadas involuntariamente por uma bocejada ou por não terem se mantido quietas durante o longo tempo de exposição. Outra constante nesses retratos é, além do talento dos fotógrafos, a dignidade dos retratados.

De acordo com Kossoy (2012) é por intermédio da história visual que se tem o conhecimento de cultura material de uma sociedade. A fotografia como fragmento isolado na bidimensão da superfície sensível é importante fonte primária para pesquisas e por si só um “*objeto-imagem: um artefato no qual se podem detectar em sua estrutura as características técnicas típicas da época em que foi produzido*” (KOSSOY, 2012: 47). Daí a importância de se criar iconografias de histórias familiares negras.

Segundo o pesquisador, ao selecionar fragmentos do real, fazendo escolhas de acordo com seu senso estético e estado de espírito, o fotógrafo funciona como um filtro cultural. Isso é perceptível nas fotografias de afro-brasileiros feitas por Alkmim e Horta. A atitude de solidariedade e empatia com que os fotógrafos fizeram aqueles registros visuais nos permite identificar seus compromissos com as pessoas retratadas ao mesmo tempo em que percebemos a forma particular de cada um dos fotógrafos.

As fotografias de negros e seus familiares em estúdio causam impacto até hoje, tanto por revelar a realidade de um passado que muitos desconheciam, como por mostrar a força das imagens e o talento dos fotógrafos. Em uma sociedade cada vez mais sectária e individualista, em que direitos trabalhistas estão sendo questionados e divisões de classe reforçadas, lamentavelmente ainda causa espanto ver trabalhadores negros transportados para um ambiente considerado de elite, no caso o estúdio fotográfico, fotografados com tamanha dignidade e beleza.

Podemos encarar as fotografias citadas neste artigo como tentativas de enfrentamento das dificuldades impostas por uma sociedade recém saída da escravidão. Apesar das variadas formas de preconceito existentes as famílias negras, ao se exporem diante da máquina fotográfica, vislumbraram uma forma eficaz de galgar novos degraus na escala social ainda deixaram registrado para as gerações futuras a certeza da suas existências.

## Conclusão

Os negros, mestiços, seus familiares e amigos frequentaram os estúdios fotográficos de Chichico Alkmim e Assis Horta em Diamantina e deixaram-se registrar dignamente em fotografias tradicionais que poderiam compor álbuns de família. Podemos apontar o racismo para justificar a raridade desses registros em instituições de pesquisa e museus. Podemos afirmar também que está no preconceito com que essa parcela da população foi tratada na pós-abolição e nos anos de Primeira República a razão para que tais imagens fossem tão pouco divulgadas e valorizadas. No entanto, a partir das fotografias feitas por Alkmim e Horta, comprovamos que estas fotos existem e podem agora começar a preencher esta lacuna na história da fotografia social no Brasil. Os retratos feitos por Chichico e Horta, assim como os registros feitos por Militão, evidenciaram de maneira digna uma população relegada à condição de cidadãos de segunda classe. Nos retratos feitos pelos fotógrafos mineiros, além de dignidade, podemos observar nas fotografias de trabalhadores negros e mestiços – nos olhares as vezes tímidos outras vezes orgulhosos –, a certeza de que eram enfim sujeitos de seus próprios retratos.

Tanto Alkmim quanto Horta transitaram com facilidade em meio a elite religiosa, política e intelectual da sua época assim como circularam com desenvoltura pelas camadas mais populares de Diamantina e região. As fotografias de negros e suas famílias são uma pequena parte de um acervo ainda a ser estudado e do qual poderemos ter gratas surpresas no futuro. Seguindo a trilha aberta anteriormente por Militão, os fotógrafos usaram a experiência adquirida no trabalho feito para os mais ricos e a adaptaram na construção das fotografias dos mais pobres, sem preconceito e com muita dedicação. Os retratos evidenciaram de maneira digna uma população rejeitada e tratada como cidadãos de segunda classe que, apesar das dificuldades, resistia e buscava seus direitos.

Em termos históricos e culturais, as obras de Alkmim e Horta podem ser referência por ser um levantamento fotográfico que mapeou, quase que sociologicamente, a população do norte de Minas Gerais, tendo particular importância no registro de garimpeiros, operários e gente simples do povo. Em função da diversidade de personagens retratados e pelas décadas cobertas fotograficamente, os acervos desses dois fotógrafos certamente comporão obrigatoriamente o material de referência para estudos das áreas sociais e artísticas que tenham o Vale do Jequitinhonha, sua população e suas tradições como tema.

## Referências

BELTRAMIM, Fabiana. **Sujeitos iluminados**. São Paulo: Alameda, 2013.

CARVALHO, Vânia Carneiro de Lima; LIMA, Solange Ferraz de. TURAZZI, Maria Inês (org.). **Representações urbanas: Militão Augusto Azevedo e a memória visual da cidade de São Paulo**. Revista do IPHAN, Brasília, 1998.

ERMAKOFF, George. **O negro na fotografia brasileira do século XIX**. Rio de Janeiro: George Ermakoff Casa Editorial, 2004.

FABRIS, Annateresa (org). **Fotografia: Usos e funções no século XIX**. São Paulo: Edusp, 1991.

FERNANDES JUNIOR, Rubens. “*Técnica, pioneirismo e memória na obra de Militão*”. In: **Militão Augusto de Azevedo**. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

FERRAZ, Eucanaã. *Diamantes, vidro, cristal*. In: **ChichicoAlkmim fotógrafo**. São Paulo: IMS, 2017.

HARAZIM, Dorrit. “*O clique único de Assis Horta*”. In: **Revista Zum**. São Paulo: Instituto Moreira Salles, n.7, p.32-55. 2014.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros no estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LEMOS, A. C. Carlos. “*Ambientação ilusória*”. In: **Retratos quase inocentes**. São Paulo: Nobel, 1983, p49-64.

MAUAD, Ana Maria. **Poses e flagrantes: ensaios sobre fotografia e história**. Niterói: Editora da UFF. 2008.

SILVA, Armando. **Álbum de família: a imagem de nós mesmos**. São Paulo: Editora Senas São Paulo: Edições SESC SP, 2008.

SOUZA, Flander de. FRANÇA, Verônica Alkmim. (org). **O olhar eterno de ChichicoAlkmim**. Belo Horizonte: Editora B, 2005.

## A IDEALIZAÇÃO DA BAILARINA NO SÉCULO XIX

Franciara Sharon Silva do Carmo<sup>1</sup>

**Resumo:** Ao olharmos para o balé francês do século XIX, averiguamos o crescimento técnico, além de também observar como o mesmo foi importante para a consolidação deste tipo de arte no contexto social deste período. Podemos observar que inúmeras obras tiveram êxito em suas respectivas estréias, e as bailarinas principais que participavam destas obras, por inúmeras vezes eram citadas na imprensa, sendo estas até hoje consideradas como bailarinas estrelas. Porém este trabalho tem o objetivo de olhar para além das protagonistas, colocando em perspectiva também os diversos membros do corpo de balé e seu respectivo lugar em uma apresentação. Além de tentar entender todos estes bailarinos em seu contexto social.

**Palavras-chave:** Arte; Dança; França; História.

**Abstract:** As we look at the French ballet of the nineteenth century, we investigate technical growth, as well as observe how it was important for the consolidation of this type of art in the social context of this period. We can observe that countless works were successful in their respective premieres, and the main dancers who participated in these works, by countless times were mentioned in the press, being these until today considered like star dancers. But this work aims to look beyond the protagonists, putting in perspective also the various members of the ballet body and their respective place in a presentation. In addition to trying to understand all these dancers in their social context.

**Keywords:** Art; Dance; France; History.

Na *Grand Opéra*, grande parte do público aproveitava o intervalo do primeiro para o segundo ato para entrar na apresentação. Essa preferência pelo balé ser apresentado no segundo ato era uma imposição, sobretudo dos patrocinadores das bailarinas, tendo em vista que esses burgueses chegavam neste período. Por esse motivo o balé em

---

<sup>1</sup> Franciara Sharon Silva do Carmo mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. e-mail: franciarasharon@hotmail.com



determinadas peças é visto apenas como elemento decorativo, pois sua apresentação surgia nos momentos mais inesperados da trama.

O mais óbvio desses objetos decorativos eram elaborados balés precariamente inseridos no centro da trama. Eram apenas uma guloseima visual para os cavalheiros do público, dos quais os mais privilegiados (os que tinham bilhetes de assinatura da temporada completa) tinham acesso livre aos bastidores e, em especial, ao chamado *foyer de la danse*, onde podiam encontrar as bailarinas e usufruir de seu visual, e depois talvez de outros prazeres. (ALBATE e PARKER, 2015: 316)

Embora algumas bailarinas e seus respectivos papéis fossem relevantes para a obra e conseguissem chamar a atenção dos críticos sendo bem recebidas, isso acontecia em geral com as grandes estrelas do Opéra. Essas tradições deveriam nos fazer lembrar que a ópera, até um momento muito avançado em sua história, era muitas vezes pouco mais do que um adendo à interação social. (ALBATE e PARKER, 2015: 327) Mesmo que o público estivesse ausente, ou mesmo não estivesse prestando plena atenção no que era apresentado no palco, a *grand opéra* deveria seguir padrões já citados, não apenas por causa de seu público, mas devido à estrutura da arte que fora fixada. Muitos os quais tinham a intenção de ostentar a beleza e o luxo do espetáculo.

Em geral o corpo de balé era formado por bailarinas que recebiam um pagamento que muitas vezes não era o suficiente para se manterem. Por este motivo muitas bailarinas acabavam elaborando atividades extras para conseguir sobreviver em Paris. Parte da justificativa para salários tão baixos seria esta questão do balé como elemento figurativo da *grand opéra*.

Era preciso haver um grande balé, um balé que, com desesperada ingenuidade, teria de se entrelaçar com o enredo. Carlos Magno (ou algum outro grande personagem histórico) está angustiado na véspera de uma batalha importante? Neste caso, o que poderia ser mais adequado do que o súbito aparecimento de uma trupe de bailarinas, personificando ciganas que vivem nas proximidades, para alegrar a melancolia com a dança? (ALBATE e PARKER, 2015: 308)

Neste gênero era inconcebível que em uma obra digna não houvesse um balé em seu decorrer, sendo assim as obras que ousassem mudar o momento da apresentação em que

este iria ao palco, ou até mesmo não trazer este elemento a obra, poderiam ser mal recebidas pelo público e serem retiradas de cartaz. Como já observamos, apesar da maioria dos bailarinos da Opéra serem formados na *Académie*, a eles era designado participar do corpo de balé, assistindo estrelas estrangeiras serem protagonistas dos papéis principais. Nenhuma francesa brilhará em nível internacional no século XIX. A Ópera de Paris teve até de procurar suas grandes estrelas no estrangeiro. (BOURCIER, 2000: 212) Todavia, estas bailarinas continuavam nos palcos com o objetivo de serem a próxima grande estrela, ou conseguirem se relacionar com algum burguês, para assim constituir uma vida mais estável.

Com o crescente destaque do balé romântico, surgem consigo as bailarinas estrelas<sup>2</sup>. Estas bailarinas eram peças de inspiração para os libretistas, com as coreografias sendo escritas para que as mesmas pudessem se sobressair e mostrar a parte técnica que elas por sua vez dominavam. A sua opinião sobre os aspectos do balé eram palavras de ordem, surgindo aqui, desta forma, o balé para a bailarina.

Foi por meio dessa nova liberdade de inspiração e de expressão que vários caminhos novos foram abertos em todos os setores da vida humana. No caso do balé romântico, essa luta passa a ser uma constante nos libretos das óperas do período, nos quais há quase sempre um herói apaixonado por um ser do outro mundo, pelo qual ele luta até a destruição. (FARO, 1998: 62)

Uma parcela do crescimento da importância da bailarina, e de sua opinião, nos balés se deve pela questão de uma idealização da mulher, que passa a ser elemento chave do enredo. Por uma donzela e subsequentemente pelo seu amor é válido travar batalhas, renegar tudo ao seu redor e, até mesmo algo mais extremo, é válido morrer. Neste momento vemos balés e literaturas nos quais a morte por um coração partido ou por amor não é apenas válida, mas recorrente. Não existe apenas o amor, mas também os dissabores da vida que impedem que os personagens principais vivam o amor verdadeiro em seus

---

<sup>2</sup> É relevante salientar que no século anterior temos alguns nomes importantes no cenário da dança, algumas bailarinas conseguiram sobressair, mesmo que o balé não fosse destaque nas apresentações, e serem nomes importantes de seu tempo, todavia neste momento a bailarina pode tomar decisões sobre o balé que a mesma virá a apresentare as coreografias apresentadas deviam destacar o ponto forte das mesmas.

“Felizes para sempre”. Essa tendência de valorização da mulher gera o destaque da bailarina, e esta se torna peça chave da apresentação.

Mas o apogeu dessa tendência se dá com o endeusamento de bailarinas como Taglioni, Cerrito, Elssler, Grisi ou Grahn.<sup>3</sup> (FARO, 1998: 58) Essas grandes bailarinas conseguiram deixar seu nome marcado na História do Balé, seja por suas inovações ou estreadem grandes histórias. Francesca “Fanny” Cerrito<sup>4</sup> foi uma bailarina italiana, nascida em 1817, que começou seus estudos na Itália, tendo como professor Carlo Blasis e posteriormente os franceses Jules Perrot e Arthur Saint-Léon. Teve sucesso nos palcos da Itália, Viena, e Londres. Uma de suas apresentações em Milão coincidiu com uma apresentação de Taglioni no mesmo teatro, *La Scala*, e o público se dividiu com cada qual defendendo sua favorita. Foi contratada pelo Opéra em 1847, e permaneceu no teatro até 1855. Temos que destacar que durante o século XIX Cerrito se destacou não apenas em suas apresentações como bailarina, mas como uma importante coreógrafa de balé do período.

Lucile Grahn nasceu na Dinamarca em 1819, estudando o balé desde pequena em seu país, e começou seu estrelato no *Royal Danish Theatre School*. Em 1836 foi tentar conquistar os palcos de Paris. Conseguiu chegar aos palcos do Opéra, onde trabalhou durante o período de 1839-1845, e dançou em outros palcos da Europa, cativando o público onde passava. O auge de sua carreira e a consagração junto às bailarinas importantes de sua época foi a coreografia do *Pas de Quatre*, dançada com Cerrito, Taglioni e Grisi no teatro *Her Majesty's Theatre* em 1845, sendo este considerado um balé romântico também. Foi um dos mais renomados da época, pois conseguiu reunir no palco as melhores bailarinas do período apesar de suas rixas, em apenas quatro apresentações. A única que se recusou a participar da apresentação foi Elssler, desta forma abrindo lugar para Grahn.

Fanny Elssler nasceu em Viena em 1810, onde também iniciou seus estudos em dança, ainda criança. Após esta fase foi para Nápoles, Berlim e Londres. Depois destas turnês, a bailarina foi para Paris em 1834, logo sendo contratada pelo Opéra de Paris.

---

<sup>3</sup> Marie Taglioni, Fanny Cerrito, Fanny Elssler, Carlota Grisi e Lucile Grahn.

<sup>4</sup> Cabe destacar que estas biografias das bailarinas que apresentaremos aqui são parcialmente trabalhadas por autores como Paul Bourcier e Antônio José Faro, em suas obras, além de constarem no *Dicionário de Balé e Dança* dos autores Antônio José Faro e Luiz Paulo Sampaio.

Todavia, a cidade já tinha sua bailarina favorita, Taglioni. Elssler não se intimidou e usou sua melhor técnica para rivalizar com a outra bailarina. Contudo os estilos de dança que elas pregavam eram bem opostos, pois enquanto Taglioni pregava a bailarina sobrenatural, passos aéreos e dançar suave, Elssler era sua completa oposição, preferindo passos mais enérgicos, com várias *pirouettes* e uma coreografia mais viva e alegre. De fato, destacava-se não somente por sua dança vivaz, mas também por seus talentos de *mimo* e sua presença em cena. (BOURCIER, 2000: 210) A bailarina foi convidada a participar do *Pas de Quatre*, mas sua rivalidade com Taglioni era tão forte que acabou recusando o papel, por causa da participação da bailarina.

Em alguns casos o nome da bailarina acaba se mesclando ou tornando-se sinônimo do sucesso que a mesma apresentou, como ocorre com duas bailarinas desta lista. O interessante sobre elas é que além de seu nome se vincular ao da obra, estas são sempre colocadas em conjunto ou contraposição. Este caso ocorre principalmente com as bailarinas Marie Taglioni e Carlota Grisi. Essas bailarinas trouxeram ao palco, no caso de Taglioni, o primeiro grande balé romântico, *La Sylphide*, *A Sílfi*, e no caso de Grisi a obra prima do balé romântico, *Giselle, ou les wilis*. Marie Taglioni nasceu na Suécia, era filha de Filippo Taglioni, coreógrafo de balé renomado que optou por seguir a filha em sua carreira e criar para a mesma coreografias que transmitissem sua graça e técnica. Um de seus mestres foi Coulon, o qual lhe ensinou a técnica de ponta. Marie foi contratada pela Ópera de Paris em 1827, porém somente em 1831 estreou um balé no qual foi destaque, *Ballet des nonnes, O Balé das Freiras*. Considerado por alguns escritores o primeiro balé romântico, ainda era parte de uma ópera, *Robert Le Diable*, de Mayerbeer. Seu grande sucesso na verdade estreou no ano seguinte com o balé *A Sílfi*, o qual foi o primeiro dançado em ponta por uma bailarina do início ao fim.

Carlotta Grisi nasceu na Istria (atual Croácia) em 1819, de família italiana, iniciou seus estudos na escola de balé do *Teatro Alla Scala*, em Milão. Após turnês pelos palcos da Itália, a bailarina foi para Londres, Viena, e Munique, retornando depois a Milão. Ao ir para Paris dançou primeiramente no teatro *la Renaissance*, em 1840, mas logo foi contratada para o Opéra. Trabalhou em seu papel principal, *Giselle*, pouco tempo depois de estreiar na casa, em junho de 1841, sendo o mesmo o mais importante de sua carreira. Permaneceu no teatro até 1849, quando seu contrato não foi renovado, pois o salão teve que fechar temporariamente. Assim como Taglioni, Grisi e *Giselle* se tornam sinônimos,

tornando-se quase impossível dissociá-los completamente tendo em vista que sempre que um surge, o outro o acompanha, mesmo que involuntariamente.

Estas bailarinas, também denominadas sob a égide do período no qual viveram, ou mesmo devido ao tipo de balé apresentado por elas corriqueiramente, foram as bailarinas românticas do século XIX. Elas estavam regularmente sob os mesmos holofotes, dançando por vezes as mesmas obras e nos mesmos palcos. Como foi apresentado, o confronto e a rivalidade eram assim inevitáveis.

Tal como hoje em dia todas as bailarinas citadas tinham suas características pessoais. Assim, Taglioni era a rainha da elevação, a figura ideal para interpretar as personagens míticas dos balés de então. Em comparação, a austríaca Elssler parece ter encontrado seus melhores papéis nas ciganas ou sultanas dos balés mais exóticos. As italianas Grisi e Cerrito possuíam vigor dramático somado a uma técnica mais poderosa, geralmente identificada com a escola de seu país. (FARO, 1998: 82)

As mesmas fizeram turnês europeias e passaram pelo palco do Opéra em um período muito próximo, é difícil, ou mesmo impossível, apontar qual foi a mais relevante. Isto dependia de uma série de fatores, entre eles que tipo de papel estava desempenhando e o público que a assistia. Ao fazer uma remontagem de um balé que foi escrito para outra bailarina, a que estava participando da remontagem poderia fazer as modificações que desejasse, desde que a essência do enredo e as coreografias principais da obra fossem mantidas. Desta forma, poderiam ser acrescentados ou retirados passos e até mesmo sequências, solos inteiros.

Fugir muito do que a coreografia original apresentava poderia acabar sendo um fiasco, desta forma uma boa maneira de evitar o fracasso da apresentação é um meio termo, trazendo em uma proporção menor a vontade da bailarina, e mais da coreografia original. Apesar de querer deixar sua marca e se fazer brilhar acrescentando algo que traga o seu ponto forte, ao participar de uma remontagem a bailarina quer mostrar que ela pode apresentar aquele papel específico também, mostrando o quão flexível ela poderia ser em diferentes papéis. Quando uma adaptação fugia muito do que o público viu na versão anterior, ou no original, mesmo sendo agradável aos olhos poderia não agradar as opiniões das pessoas, o que não era muito favorável nem ao teatro nem a bailarina, pela

chance de receber críticas negativas. De todo modo, a maioria destas bailarinas preferia ser estrelas de papéis escritos exclusivamente para elas, ao seu modo. O balé era feito para a estrela e não o contrário. (BOURCIER, 2000: 205)

Ao final da equação, quem decidia se uma bailarina ou remontagem não eram boas o suficiente eram os críticos e o público. Os críticos, apesar de neste momento usarem em seus escritos bastante a sua opinião, de forma bem pessoal, contundente ao período, não devem ser menosprezados sobre. Tanto os críticos quanto o público poderiam ter uma bailarina favorita, e por ela expressar amores, e por sua concorrente dissabores. O público, quando duas bailarinas se apresentavam no mesmo palco, se dividia em favor de sua preferida, podendo não apenas menosprezar, mas também expressando sua opinião verbalmente ou por meio de vaias durante a apresentação, ou ainda glorificando e aplaudindo aquela que lhe agradava. Sendo que para a burguesia esta questão era mais benéfica, pois como já foi dito, neste momento era possível para os homens que possuíam o passe da Opéra ir aos camarins e travar relações com as bailarinas. Para os críticos era reservada a imprensa; mesmo quando as bailarinas não estavam em mesmo solo, as comparações eram inevitáveis, o que para nós pode ser benéfico. Ao comparar esses escritos, podemos ter noção do fulgor de cada uma que era mencionada.

Nesta equação falta um elemento que ficou em segundo plano neste período, o qual, aliás, podemos dizer que literalmente foi deixado de lado, o bailarino. O endeusamento das grandes bailarinas pela imprensa e pela literatura contribuiu para que o homem fosse relegado a um segundo plano, nada favorável ao balé. (FARO, 1998: 84) Apesar de frequentar as mesmas aulas que as bailarinas, e estudar por vezes o mesmo período de tempo, o bailarino que em um momento anterior fora glorificado, neste momento não possuía papel tão significativo quanto o das bailarinas. Eles eram citados na imprensa, os críticos os elogiavam em poucas palavras, ou por vezes eram simplesmente ignorados. Mesmo possuindo os papéis principais assim como as bailarinas, eles não eram os protagonistas, eles não poderiam opinar, nem moldar a obra ao seu jeito. Eles possuíam solos que poderiam apresentar seus pontos fortes no palco, mas ao lado da bailarina eles eram ofuscados, eram apenas seu suporte, não por ser menos capacitados, mas porque o balé romântico era feito para a leveza da bailarina, a mulher idealizada.

### Referências Bibliográficas

ALBATE, Carolym. e PARKER, Roger. *Uma História da Ópera*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BOURCIER, Paul. *História da Dança no Ocidente*. 2ªEd. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

BORGÉA , Inês. *Contos do Ballet*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

FARO, Antonio José. *Pequena História da dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

FARO, Antonio José. SAMPAIO, Luiz Paulo. *Dicionário de balé e dança*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

## ALEGORIA DA AMÉRICA: O IMAGINÁRIO DE UM CONTINENTE

Paula Nathaiane de Jesus da Silva<sup>1</sup>

### Resumo:

Este artigo se furará a uma breve discussão acerca do imaginário europeu sobre o povo americano, através de uma pintura de gênero alegórica, intitulada *América* executada pelo pintor austríaco Stephan Kessler. Sabemos que ao descobrimento do continente americano, esta sociedade foi vista pelos europeus sob um olhar de inferioridade. Mas como esse olhar aparece em representações pictóricas? É por meio de uma análise iconográfica da obra que pretende-se perceber como os europeus enxergavam a sociedade que habitava o continente americano, o qual vamos analisar questões de identidades presente nesta pintura, construídas a partir de signos e símbolos, arquitetando um imaginário acerca do que seria o povo americano.

Palavras-Chave: Alegoria; América; Imaginário; Pintura; Stephan Kessler;

Résumé : Cet article propose une brève discussion sur l'image européenne du peuple américain au travers d'une peinture de genre allégorique intitulée *America*, réalisée par le peintre autrichien Stephan Kessler. sous un regard d'infériorité. Mais comment cela apparaît-il dans les représentations picturales? C'est à travers une analyse iconographique de l'œuvre que l'on entend percevoir comment les Européens ont perçu la société qui a habité le continent américain. qui serait le peuple américain.

Mots-clés: allégorie; L'Amérique; Imaginaire; La peinture; Stephan Kessler;

Esse artigo surgiu do desejo de se trabalhar com outras alegorias. Como nossa área de pesquisa perpassa por este gênero de pintura, o qual atualmente trabalhou com a representação de Oscar Pereira da Silva que versa sobre a noite, nosso desejo foi de dialogar com outras obras. Nosso olhar foi chamado atenção quando ao folhearmos o catalogo da Coleção Brasileira Fundação Estudar<sup>2</sup>, nos deparamos com a obra intitulada América, na página 48. Assim este artigo tem por objetivo realizar uma breve análise desta obra, ressaltando como a identidade do povo americano é abordada nesta obra, ou seja, o que era pertencer ao continente Americano para os Europeus naquela época do descobrimento deste “Novo Mundo”.

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora-UFJF. E-mail: paula\_nathaiane@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Coleção Brasileira/Fundação estudar; textos de Ana Maria Belluzo...[et al.] ; [organização e coordenação/prganization and coordination Roberto Bertani ; fotografia/photography Rômulo Fialdini, Sergio Guerini; São Paulo : Via Imprensa Edições de Arte, 2007, 301 p.



Em um primeiro olhar é possível perceber que um casal indígena toma o centro da tela, juntamente com uma criança, que segura à mão da figura feminina. Estes indígenas centrais trajam uma saia de penas e estão adornados com colares e pulseiras, sendo que a figura masculina porta um cocar em sua cabeça. Tanto a figura masculina quanto a feminina porta uma espécie de sapatos nos pés.

Do lado direito, uma macaca alimentando seu filhote chama atenção da criança indígena que a observa. Ainda presente nesta área da tela, uma ema com um longo pescoço e um olhar curioso encara o observador, logo atrás, está presente uma bananeira e a figura de uma indígena deitada na rede com seu filho. Ainda em primeiro plano, mais ao centro, temos a visão de um macaco de costas, que assim como a ema, encara o observador e para isso, sua cabeça está em um movimento contrário ao do corpo. Ao seu lado, um grande crocodilo está presente.

Do lado esquerdo, temos duas figuras masculinas. A primeira está trajando roupas que se assemelha á trajes europeus de época, a outra, representa um indígena, portanto uma longa lança que, pela expressão facial de ambos, caminham em uma boa conversa.

Ao fundo da cena, temos a presença de vários indígenas em diversas atividades. Enquanto uns caminham e conversam, outros estão ateando corpos em uma espécie de fogueira. Um indígena carregando um corpo no ombro e uma lança na mão nos chama atenção. Como cenário de fundo, temos o mar, o qual caravelas se aproximam da terra, onde estes indígenas habitam.



Figura 8<sup>3</sup>-KESSLER, Stephan.América.(s.d.)Óleo sobre tela,153, 3 x 250 cm.Pinacoteca do Estado de São Paulo-Brasil.

No catálogo a obra aparece como *artista não identificado, apartir de Charles Le Brun*<sup>4</sup>, porém, ao realizarmos uma pesquisa acerca da obra, no site do banco comparativo de imagens Warburg<sup>5</sup>, a obra aparece sendo executada pelo artista Stephan Kessler. Stephan Kessler foi um pintor austríaco nascido em Viena no ano de 1622 e falecendo no ano de 1700. Em 1644 torna-se cidadão de Bressassone, uma Comuna na Itália e onde adquire uma oficina, tendo seus três filhos como funcionários. Poucas são as informações que conseguimos reunir deste artista, o qual as que mencionamos aqui, foram consultadas no Banco Comparativo de Imagens Warburg, já citado aqui.

Nossa análise começa perpassando sobre o que versa o tratado alegórico, como uma referência a elementos que esta alegoria deva transportar. Assim, o tratado profere:

É representado por uma **mulher de cor verde-oliva**, cabeça coberta e parte do corpo com penas, **ornamento peculiar dos povos deste continente**. Os arcos e as flechas são armas com os quais, não apenas homens, mas mulheres vão lutar contra seus inimigos. A cabeça separada do tronco e perfurada por uma flecha, vista na parte inferior do desenho, expressa a **desumanidade dos habitantes desta parte do mundo**. O cachimbo **ornamentado dos selvagens** que é colocado ao lado deles, é entre esses povos o símbolo da paz; por essa razão, as asas do caduceu de Mercúrio, que também simbolizam a paz, também foram

<sup>3</sup> Disponível em: <<http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/6673>> Acesso em 06/11/2018.

<sup>4</sup>Ibid, pág.48.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://warburg.chaa-unicamp.com.br/obras/view/6673>> Acessado em 06/11/2018.

acrescentadas. **A pesca e a caça** que são o alimento desses povos e constituem sua **principal ocupação**, são representadas por dois filhos, um carregado de peixes e outro de animais de caça. Caiman, espécie de **crocodilo e da bananeira**, ajudam a **caracterizar o novo mundo** que **apesar de ter dobrado as riquezas do antigo, não o fez mais feliz**. (M.M. Grawelot, 1866:121)

Tomamos a licença de destacar alguns termos em negrito do tratado acima. Isto se dá, pois o próprio tratado já nos oferece algumas características do que seria este povo americano. O que nos chamou atenção em um primeiro olhar foi o fato da menção da cor de pele, ao proferir “cor verde-oliva”. Confessamos que não havíamos escutado esta expressão, assim, tivemos que recorrer uma pesquisa para descobrir a referência. Em uma busca rápida, vimos que esta menção faz alusão a pessoas que possuem o tom da pele morena<sup>6</sup>. Assim, a alegoria da América é apresentada por uma mulher de pele morena, com penas, o qual seria um enfeite específico deste povo. Uma cabeça transpassada por uma flecha deve acompanhar esta representação, como símbolo de sua brutalidade. Assim como as penas, o cachimbo aparece como ornamento, mas o que chama a atenção é a palavra que se segue: “selvagens”. No próprio tratado, o povo americano é visto aqui como selvagens, o que não destoia do ideal criado pelos portugueses, por exemplo, dos índios brasileiros, que tanto estudamos na escola.

Seguindo, temos a menção da atividade deste povo, como sendo a principal, a pesca e a caça e, como exótico e peculiar do novo mundo, a bananeira e o crocodilo aparecem para caracterizar este continente. Acrescido da frase final: “apesar de ter dobrado as riquezas do antigo, não o fez mais feliz”, ou seja, como se não bastassem os europeus terem se enriquecido à custa da América, saqueando suas preciosidades, ainda sim, esta, a teria que satisfazê-los, coisa que segundo o tratado, não conseguiu. Segue abaixo a imagem que acompanha a referência:

---

<sup>6</sup> Esta questão é brevemente abordada no Wikipédia. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Pele\\_bronzeada](https://pt.wikipedia.org/wiki/Pele_bronzeada)> Acesso em 06/011/2018.



*Figura 9<sup>a</sup>-L'Amérique.*

Veremos que a representação de Kessler e de outros artistas se assemelham e destoam desta que é apresentada no tratado alegórico. Como mencionamos mais acima, a obra de Kessler foi executada a partir de Charles Le Brun, outro artista.

Stephan Kessler se apropriou da gravura deste artista, o qual se pode perceber que ao compararmos, se assemelham muito, sobretudo no casal presente no centro da cena.

---

<sup>7</sup> M.M. Grawelot *Iconologie, ou traité des allégories, emblèmes*.pág. 21.



Figura 10-KESSLER, Stephan.América.(s.d.)Óleo sobre tela,153, 3 x 250 cm.Pinacoteca do Estado de São Paulo-Brasil.

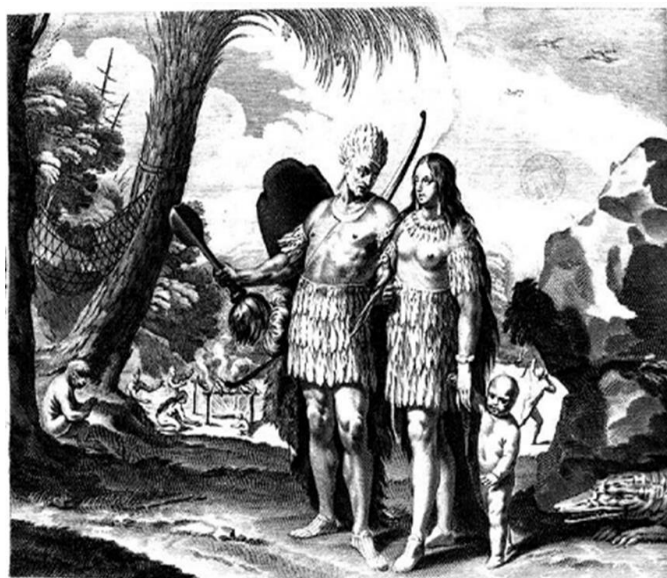


Figura 11<sup>8</sup>-BRUN, Charles le(del). & Gilles Rousset(sculpt) América. 1650, gravura em cobre, 25,5 x 31, 1 cm.Bibliothèque Mazarine, Paris-França.

*Percebemos que são poucas as diferenças presentes entre a pintura e a gravura no que diz respeito ao casal de indígenas no centro. Vemos uma figura masculina, uma*

<sup>8</sup> Disponível no livro de Carla Mary S. Oliveira, intitulado *A América alegorizada*, na página 90.

*feminina e por último, uma representação de criança. Nas duas obras percebemos que os indígenas são apresentados com um corpo robusto, com músculos bem marcados.*

A respeito do corpo dos indígenas do continente Americano, Colombo descreve bem em seu diário de viagem, como é possível perceber, citado por Todorov (2011, p.51): “Eram todos muito bem feitos, belíssimos de corpo e muito bem harmoniosos de rosto” (11.10.1492).” Assim também como a cor da pele, o qual pela gravura não nos é perceptível consequentemente pela técnica empregada, mas que pela pintura nos é clara: a pele morena, que faz alusão ao que fora mencionado no tratado alegórico como pele verde oliva. O que Colombo também não irá deixar de notar e registrar, citado por Todorov (2011, p.48): “Todos são como os canarinos, nem negros nem brancos” (11.10.1492).

Nas duas representações, as duas figuras masculinas seguram um objeto na mão, bem semelhante, algo se assimila a uma pequena pá. Vários são os pontos que estas representações se assemelham em respeito à essa pequena família indígena, como os adornos que usam, a exemplo do colar no pescoço, no qual a da figura masculina se assemelha a uma argola dourada e da figura feminina, também uma argola, porém enfeitada com penas. Além é claro da vestimenta, toda adornada com penas, como a saia, a pulseira no ombro e o cocar, presente na figura feminina.

Oliveira (2014) relata que, esta representação de família reafirmando que mesmo em meio a um ambiente considerado bárbaro e selvagem, havia elementos que não se distinguiam da civilização europeia, o laço familiar entre os indivíduos.





Figura 12-Detalhe de América de Kessler.



Figura 13-Detalhe de América de Charles Le Brun.

*Além deste casal indígena trajando vestimenta de penas e apresentarem a cor da pele verde oliva como menciona o tratado, temos o canibalismo presente em ambas as representações.*

Oliveira (2014) menciona que no final do século XVI e XVII, muitas representações acerca do continente Americano começam a surgir e que muitas vezes acaba por compondo o imaginário que se tinha desta região na época. Ela aborda que por muitas vezes esta representação se faz por uma mulher caracterizando o continente, com algum animal exótico aos seus pés e com a presença de cena de canibalismo na obra. Como podemos perceber tanto a gravura quanto a pintura, a América não é representada por uma mulher, mas sim por uma cena onde várias coisas estão acontecendo ao mesmo tempo, mas o canibalismo é presente em ambas.



Figura 14-Detalhe de América de Kessler.



Figura 15-Detalhe de América de Charles Le Brun.

Assim como mencionado pela autora, a presença de animais exóticos, nesse caso, seriam representados aos pés da figura feminina, assim como o tratado menciona o crocodilo, em ambas tem este exótico representado. Porém na tela de Kessler, o crocodilo aparece no lado esquerdo da obra, corpo inteiro, na parte inferior da tela, se misturando aos tons escuros que cobrem o chão. Já na gravura de Charles Le Brun, este, aparece no lado direito, na parte inferior da gravura, apenas sendo sua cabeça e pescoço e duas patas dianteira representadas.



Figura 16-Detalhe de América de Kessler.



Figura 17-Detalhe de América de Charles Le Brun.

### A narrativa presente na obra

Percebemos que algumas temáticas estão presentes na obra de Kessler e ajudam a compor e reforçar o que é este novo mundo. O primeiro que destacamos é a colonização. Ao fundo da tela de Kessler é possível ver que temos um mar como paisagem e que nele, estão presentes algumas caravelas que se aproximam da terra onde habitam os indígenas.

Assim também, como no canto esquerdo, no centro da obra, percebemos que duas figuras masculinas ali caminham. Uma trajando roupas que se assemelham a de costumes europeus e a outra, porta saia recoberta com penas. Trata-se de um europeu e um indígena.

Oliveira (2014) menciona que estes dois elementos remetem a civilização. Que, por não constar na gravura de Charles Le Brun, sua amplificação na tela de Kessler, representa a afirmação de que o continente nunca mais seria o mesmo. A autora relata que, ao descobrimento do novo mundo, muitas gravuras circularam, denotando como seria esta terra e os povos que ali habitavam e por isso, não era incomum que algumas delas fossem ampliadas em reproduções em tela, ou que inspirassem outras representações, como foi o caso de Kessler.



Ainda demarcamos como elemento de civilização presente na obra, o próprio exótico, descrito no tratado alegórico mencionado mais acima. Na pintura temos três elementos que denotam este exótico: o crocodilo, a bananeira e a ema. Todos considerados exóticos por não haverem nas terras europeias.

Assim, através destes elementos presente na obra, falar do descobrimento da América é reafirmar a presença dos europeus nela. Realizar uma alegoria representando este continente com características da colonização é afirmar que a América só passa a existir a partir do momento em que os europeus colocam seus pés nela.



Figura 18-Detalhe de América de Kessler. Figura 19-Detalhe de América de Kessler.

*Outra temática presente na obra é o canibalismo. Luz(2003) nos relata que a prática do canibalismo era comum neste continente e ocorria em diversas regiões por motivos múltiplos, seja para impor vingança ou por questões de guerra, ou seja, ao ingerir a carne de seu oponente, acreditavam que também absorveriam seus atributos, como força, inteligência e etc. Desta forma, quanto mais difícil fosse a captura do oponente, mais benefícios absorveriam dele pela ingestão de sua carne.*

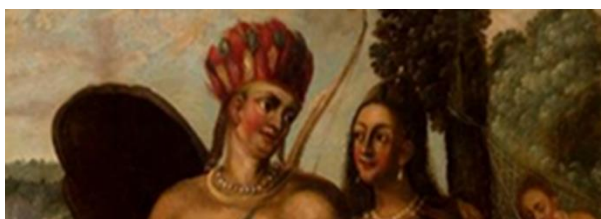
Esta prática era encarada pelos conquistadores como uma ato de barbárie, advindo da selvageria. A compreensão destes habitantes do novo mundo e sua cultura foi algo ignorado neste momento de colonização.



*Figura 20-Detalhe de América de Kessler.*

Outra temática que destacamos é a representação do indígena. Tomemos o casal do cento como alvo de nossos apontamentos. Ao olharmos para eles, o que nos surpreende são seus rostos. A face destes indígenas não remetem em nada a características dos povos que habitavam o continente Americano, mas sim, se familiarizam com os europeus. Oliveira(2014) nos relata que muitos artistas ao retratarem a alegoria da América muitas das vezes nem conhecia o continente, ou seja, nunca haviam pisado nele. Executavam suas representações a partir do que liam nos jornais e relatos de outras pessoas e que por vezes, estas representações se tornava a imagem verídica do que seria o continente americano, talvez por isso, os traços europeus presentes nas feições dos indígenas.

Outro fato que nos chama a atenção, no casal principal do primeiro plano da obra, é o fato de estarem calçados. Estes indígenas são os únicos na tela que são representados portando uma espécie de sapato. Oliveira(2014) menciona que esta representação passa a ideia da civilização na obra, ou seja, marca os bons costumes, a boa educação chegando a um local de habitantes completamente tidos como ignorantes, nus e descalços.



*Figura 21 –Detalhe de América de Kessler.*



*Figura 22-Detalhe de América de Kessler.*

## A América representada por outros artistas

Certamente não foi só Kessler e Le Brun que executaram uma alegoria representando a América. Muitas são as obras, desde pinturas a gravura que circularam na Europa durante o período do descobrimento como aponta Oliveira(2014). Aqui apresentaremos apenas algumas, afim de apontar semelhanças e divergências entre a produção de Kessler e de outros artistas.



*Figura 23º-FRANGIPANE, Niccolo. Alegoria da América. 1590. Óleo sobre tela, 194 x 112 cm. Coleção Emanuel de Araújo, São Paulo.*

Esta representação foi executada pelo pintor italiano, Niccolò Frangiipane. Percebemos que diferente da representação de Kessler, a América é representada por uma mulher. Esta mulher está vestida com uma saia decorada com penas, assim como menciona o tratado alegórico. Uma blusa igualmente decorada com penas assim como a saia, porém é transparente, deixando-a mostrar seus pequenos seios. Sua imagem não nos apresenta perigo algum, não porta nenhum tipo de arma, apenas uma ave pousada em sua mão esquerda. Em sua cabeça, um grande cocar de penas a enfeita e seus pés estão calçados com algo semelhante a uma espécie de sapato. Não encara o observador, olha fixamente para a esquerda, o qual não sabemos o que vê. A nós, observadores, é vedado.

Segurando sua mão direita, está uma criança, que também está vestida. Suas vestes se assemelham com roupas europeias, possui uma pena enfeitando sua cabeça. Diferentemente da figura feminina, encara o observador e porta uma arma: um arco e

<sup>9</sup> Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/guardarios/10441006>> Acesso em 09/11/2018.

flecha pendurado á suas costas e uma longa flecha na mão que está entrando em contato com a da América. Podemos destacar aqui que a própria figura da mulher que representa a América não denota perigo algum, mas sim a criança com vestes europeias qual a cena mostra o contato da América com ela, ao aproximarem suas mãos. Seria um preludio do que estava por vir? o perigo que o continente americano estava por encarar ao seu contato com a Europa? Não podemos afirmar, mas a observação nos permite várias interpretações e olhares.



Figura 24<sup>10</sup>-STAFFORD, John. América.c.1630.Gravura em cobre, 20,3 x 13,7 cm.Versos de George Wither.The British Museum ,Londres-Reino Unido.

A próxima é a gravura de John Stafford.Sua representação assim como a de Niccolo, nos apresenta uma figura feminina representando a América. De cara uma perna desmembrada nos chama atenção, carregada pela América em seu braço direito- símbolo da canibalização. Ao fundo da gravura, do lado esquerdo, o canibalismo também é representado por uma figura que parece atear o fogo que queima um pedaço de carne. A representação de Niccolo não abordava esta temática, fugindo do que menciona o tratado alegórico.

<sup>10</sup>Disponível no artigo: Soux, Maria Luisa. Dela América bárbara a la Patria ilustrada: Alegorías de América, la igualdad y el mito del buen salvaje. Disponível em:< [http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?pid=S2078-03622013000200007&script=sci\\_arttext](http://www.revistasbolivianas.org.bo/scielo.php?pid=S2078-03622013000200007&script=sci_arttext)> Acesso em 09/11/2018.

A figura feminina está seminua, apenas com um pedaço de tecido cobrindo seu sexo. Ela está sentada em uma espécie de pedra e na mão esquerda traz um arco e flecha, símbolo de guerra e força. Sua cabeça está enfeitada com uma espécie de coroa, difícil apontar o que seja, ela sua forma física.

O fundo da imagem, diferente de Niccolo e semelhante a Kessler, nos apresenta uma cena. Há alguns indígenas caçando e a simbolização do canibalismo, como já mencionamos. Atrás da figura da América, há uma grande árvore com uma ave bem visível num galho-esta ave se assemelha com a que está pousada na figura da América na representação de Niccolo.



*Figura 25<sup>11</sup>-GALLE, Philippe. América. c1579-1600. Gravura em cobre, 19 x 11 cm. The New York Historical Society. Nova York-USA.*

Esta representação também é uma gravura, executada por Philippe Galle. Assim como as representações de Niccolo e John, a figura da América é apresentada por uma mulher. Decerto, das duas obras, esta é mais simples com relação a cena que compõe a obra. Temos poucos elementos na construção desta alegoria. A figura feminina está nua, o qual seus longos cabelos cobrem-lhe o sexo. Sua face está voltada para a esquerda e assim como as duas representações já citadas, não olham para o observador. Possui um

<sup>11</sup> Disponível no artigo: Bernd, Zilá. Comparilhar as Américas: ressignificando a americanidade numa perspectiva relacional. Disponível em: < file:///C:/Users/paula/Downloads/23137-93907-3-PB.pdf > Acesso em 09/11/2018.

arco e flecha pendurado ao corpo e na mão esquerda, traz uma cabeça decepada e na outra uma longa lança.

No chão é possível ver atrás da figura feminina um arco e flecha, no mesmo plano que seu corpo, temos uma ave, um braço segurando um machado e um porta flechas, que talvez estivesse pendurado neste braço à mostra. Ao olhar para a cabeça decepada em suas mãos e estes elementos descritos, podemos supor que houve uma luta e a figura feminina, no caso a América, saiu vencedora.

Na obra de Kessler temos uma cena onde várias coisas acontecem ao mesmo tempo então temos apenas uma figura designada para representar a América na obra de Niccolò a América, assim como na gravura de John é representada por uma figura feminina, porém a primeira está completamente vestida e não porta nenhuma arma e não há a referência ao canibalismo. Na segunda, ela está completamente nua, com o sexo velado assim como a de Philippe, e porta um arco e flecha e segura um membro de um copo, no caso uma perna, assim como esta representação que segura uma cabeça. A diferença entre ela é que na gravura de John há uma cena de índios caçando no fundo, na de Philippe, a figura feminina é a única personagem presente na obra e nos sugere que uma luta ocorreu e que participou ativamente dela.

Podemos perceber que muitas foram as imagens criadas em torno do continente Americano, sobretudo o ideal que se tinha desta região de seu povo, sobretudo sobre a sua cultura.

E como já mencionamos aqui, estas imagens contribuíram em muito para se criar este imaginário em torno do continente Americano que em nada ressaltava com verdade as suas riquezas e pluralidades, mais, vendo esta sociedade como um povo que precisava ser educado e ensinado, descaracterizando a sua identidade que em nada estava sendo representada e sobretudo apresentada para o continente europeu.

## BIBLIOGRAFIA

LUZ, Guilherme Amaral. **Carne humana**: a retórica do canibalismo na América portuguesa quinhentista. Tese (Doutorado em Filosofia e Ciências Humanas)-Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 257 p., 2003.

Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279880>> Acesso em 09/11/2018.

OLIVEIRA, Carla Mary S. **A América alegorizada**: imagens e visões do Novo Mundo na iconografia europeia dos séculos XVI a XVIII. João Pessoa, Editora da UFPB, 2014, 109 p.

TODOROV, Tzevetan. **A conquista da América**: a questão do outro. São Paulo, Wmf Martins Fontes, 2011, 387p.

O RETRATO DE NEGROS DENTRO DAS PAREDES DO MUSEU  
MARIANO PROCÓPIO E O PAPEL DO NEGRO NA ARTE  
BRASILEIRA

Eric Barbosa Fraga<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho discute e aborda questões quanto a representação do negro na arte brasileira e quanto às relações entre arte e construção do imaginário social, com foco na masculinidade negra. Para critério de análise utilizarei “Mau Passo”, uma obra presente no acervo do Museu Mariano Procópio, analisando a obra em si e sua relação com o acervo do museu, como forma de traçar relações entre estruturas macro e seus reflexos em questões micro. Compreendendo a constante, e mútua, relação entre arte e imaginário social, construindo reflexões para além da história da arte como ilustração do momento histórico e social, mas sim em seu papel de fomentadora de discursos, utilizando de recortes de raça e gênero.

**Palavras chave:** gênero, história da arte, masculinidade negra, imaginário social, Museu Mariano Procópio.

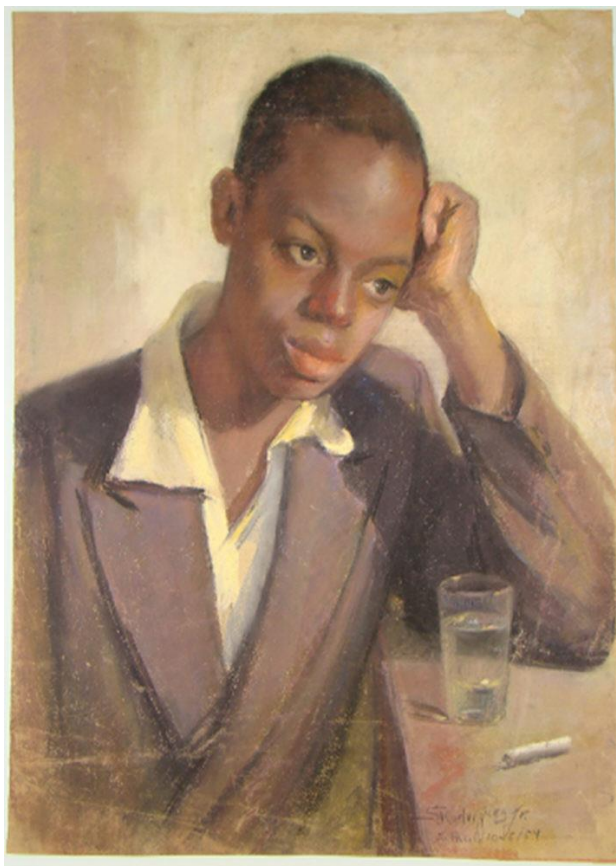
**Abstract:** This paper discuss black representation on brazilian art history and its relation to the construct of the social imaginary, focusing on black masculinity specifically. The “Mau Passo” painting was chosen to be the object of analysis, which belongs to the Mariano Procópio Museum collection; it's also related to the museum collection itself, as an form of relating macro-structures and its impact on micro-structures. Understanding the constant, and mutual, relationship between the arts and the social imaginary, creating impacts further from art history as an illustration in a textbook, and more as an discourse developer, utilizing race and gender analytics.

**Keywords:** gender, art history, black masculinity, social imaginary, Mariano Procópio Museum.

---

<sup>1</sup> Graduado em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora, atualmente cursando bacharelado em Ciências Sociais na mesma instituição. Bolsista de iniciação científica do projeto “Testemunhos e Transformações: narrativas, emoções e moralidades femininas na conversão religiosa de artistas populares”. Contato: [ericbfraga@gmail.com](mailto:ericbfraga@gmail.com)





**‘Mau Passo’; Rodrigues, 1954**

## **Introdução**

Neste artigo, cujo objeto é a análise das relações entre as representações de negros na arte e a construção de uma narrativa que exclui os mesmos da história e do imaginário social como atores destes processos, baseando-me na análise do quadro intitulado ‘Mau Passo’ de Salvador Rodrigues Júnior, presente no acervo do Museu Mariano Procópio e a relação da obra com o contexto. A escolha deste quadro se baseou na busca feita na categoria de ‘retrato’ do acervo online do Museu Mariano Procópio, onde apenas dois retratos com imagens online disponíveis apresentam pessoas não-brancas. A partir deste fato, comecei a questionar qual era o papel do negro na arte brasileira e como o mesmo é retratado, tendo em vista a análise do seu papel (ou ‘não-papel’) na construção do imaginário social e da construção da identidade brasileira.

A construção da identidade negra na arte brasileira se baseia na tentativa de inserção histórica destes, a partir da abolição, como sujeitos à história mas não como atores sociais. Buscava-se consolidar o lugar social do negro como preso ao espaço de exploração e trabalho ou lançava-se o olhar categorizante e fetichista sobre o corpo negro e as religiões afro-brasileiras, criando a imagem de melancolia e “povo sofrido”, sem se preocupar com o caráter humano das representações ou com a individualidade e sentimentos destes como personagens das obras. Após a abolição e até mesmo durante o séc XX, o negro não teve espaço, nem na academia muito menos no mercado de arte em geral, para consolidar o autorretrato da sua identidade, uma vez que se privilegiava o olhar etnográfico e branco nas obras renomadas destes períodos, cenário que começa a mudar apenas no final do século XX e início do XXI.

Pretendo expor e analisar os parâmetros do negro na arte brasileira, com foco sobre o modernismo e como a obra se encaixa neste contexto, o discurso presente na produção da mesma e o papel da obra no acervo do museu. Discutindo questões como a formulação da identidade negra na arte brasileira e as contribuições que estas estabelecem para o imaginário social do povo negro, tendo foco específico na construção da masculinidade no homem negro. Me baseio em textos que abordam o negro na história da arte brasileira e suas representações, assim como textos que abordam a formulação de narrativas em museus. Analisando no cenário e no recorte microssociológico e histórico, influências macro. Tendo como principal fonte histórica o Museu Mariano Procópio e seu acervo, especificamente a obra “Mau Passo” de Salvador Rodrigues Jr.

### **A obra – Mau Passo**

“Mau Passo” é o título da obra analisada neste artigo, foi produzida em dez de maio de 1954 em São Paulo. Foram utilizadas apenas tinta em pastel seco e técnicas de desenho prévio na produção da obra, tem as dimensões de 61 cm de altura e 49 cm de largura.

A obra apresenta um jovem negro, de lado, com um semblante triste e relutante, que olha diretamente para o observador, apoiado em uma superfície que parece um balcão devido a altura e a posição do cotovelo. O jovem está vestindo um terno azul-escuro sobre uma blusa branca, roupas de certa maneira formais. O fundo do quadro não é muito elaborado, apenas uma cor está presente, o que pode-se entender como uma parede.

No balcão se encontram um copo cheio com um líquido transparente e algo que, possivelmente, é um cigarro apagado. Pelo título da obra pode-se presumir que o líquido do copo é, na verdade, cachaça ou alguma bebida alcoólica. “Mau passo” é uma gíria muito utilizada durante os anos de 1950 a 1960 que significa algo imoral, impuro, um vício, algo que muitas vezes não seguia os parâmetros estabelecidos pela sociedade.

Quanto a circulação, obra foi produzida em São Paulo em 1954 (e possivelmente exposta no Salão Paulista de Belas Artes e no Salão de Belas Artes de Piracicaba) e em Juiz de Fora em 1956, onde ganhou o segundo prêmio do Salão Municipal de Belas Artes.

A obra ficou em segundo lugar e como prêmio na época recompensava-se o autor com 3.000 cruzeiros, e foi posteriormente adicionada ao acervo do museu, porém sem registros de que foi exposta ou que circulou fora do acervo do museu após sua aquisição.

### **Sobre o Autor**

Salvador Rodrigues Jr. foi um pintor espanhol que viveu a maior parte de sua vida no Brasil, diplomou-se em pintura pela Escola Profissional Masculina do Estado de São Paulo, em 1922. Durante sua vida participou de diversos salões de arte, dentre estes o Salão Municipal de Belas Artes de Juiz de fora e o Salão Paulista de Belas Artes, colecionou diversos títulos e prêmios. Muitas de suas obras circulam ainda hoje por sites de leilão online, acervos pessoais e galerias de arte.

Viveu maior parte de sua vida em São Paulo capital, porém circulava pelo estado com suas obras para participar dos diversos salões de arte. Além da pintura comercial e para salões, Rodrigues também mantinha um ateliê na capital, onde ensinava técnicas de pintura e hoje a família mantém suas obras mais consagradas e com maior valor

sentimental. Era membro da Associação Paulista de Belas Artes, no ano em que Rodrigues completaria 110 anos a APBA organizou uma exposição em sua homenagem onde todas as obras expostas estavam a venda. Sua assinatura recorrente é ‘‘SRodrigues’’ ou ‘‘RodriguesJR’’.

Rodrigues é conhecido pelo seu estilo de arte acadêmica e ‘‘formal’’ do início do século, o pintor mostra uma ótima técnica que o garantiu muitos de seus prêmios. Ao analisar suas obras é possível reconhecer temas recorrentes como natureza morta, retratos e paisagens; a técnica do pintor não sofreu muitas mudanças ao longo dos anos mas o mesmo se mostra sensível quanto às mudanças sociais do contexto em que estava inserido.

O pintor exibiu seus trabalhos duas vezes no Salão Municipal de Belas Artes, uma vez em 1955 a outra em 1956, nessas duas vezes suas obras ganharam prêmios e foram compradas pela prefeitura e posteriormente adicionadas ao acervo do Museu Mariano Procópio. As duas pinturas em questão apresentavam temas em comum: eram retratos (uma retratava um menino branco de no máximo dez anos e a outra um jovem negro, a obra em questão no artigo). Atribui-se os prêmios no salão a técnica muito bem utilizada na pintura.

## **O negro na História da Arte Brasileira**

Até o século XIX buscava-se um embranquecimento da história brasileira, o negro estava presente apenas nas narrativas em que era inerente tratar do trabalho escravo, e era importante reforçar *quem* estava sendo escravizado. A inserção do negro na história era através da representação tanto do trabalho quanto da religião, a arte que representava o negro tinha um olhar etnográfico sobre essas pessoas, como se buscasse catalogar a vida desses *corpos estranhos* dentro da própria realidade de quem pintava, tanto que muitas obras sobre o assunto que temos acesso hoje foram feitas por viajantes deste século.

A representação do negro na arte brasileira está ligada a criação do imaginário social do mesmo enquanto povo sofrido sujeito a história e não como atores sociais. A

questão da individualidade e da subjetividade é pouco presente, mas quando presente trata sobre questões de tristeza e melancolia, o que ajuda a fomentar o imaginário de 'pobre coitado'', que a historiografia buscava até a metade do século XX.

O negro só passa a ser um tema recorrente na arte brasileira quando era necessário inseri-lo na sociedade pós-abolição, onde era crucial para um terceiro reinado formar a imagem da Princesa Isabel como santa salvadora e portadora de um novo tempo, mais moderno. As artes desse período, quando relacionadas aos negros, não buscavam retratar nenhum momento épico, apenas traziam temas que reforçavam o imaginário que tentavam fomentar. Retratar o negro, nesse período, era uma tarefa "fácil" e que, se apresentada em salões de arte, renderia ao autor algum prêmio, exatamente visto que o governo comprava obras nesses temas para fomentar o discurso historiográfico. É só com o movimento de vanguarda modernista que esses arquétipos da representação começam a ser mudados.



“Um Jantar Brasileiro” de Jean Baptiste Debret, 1827

“A Redenção de Cã” de Modesto de Brocos, 1895



“Navio Negreiro” de Johann Moritz Rugendas, 1830

### **O negro e o movimento Modernista**

O modernismo como vanguarda começa a retratar o negro em dois aspectos: como sujeito, ainda, relacionado ao trabalho, ou mas, mesmo assim, como um indivíduo. O negro no modernismo se torna símbolo de brasilidade, afinal o modernismo buscava criar uma arte genuinamente brasileira, onde a miscigenação e o mito da democracia racial são vistos de forma positiva e retratados dessa maneira.

Muitos artistas se mantiveram relutantes ao movimento, continuando com a arte acadêmica já imposta no período. É inegável que o modernismo mudou e influenciou todos os parâmetros para a arte posterior a este tempo, entretanto, este movimento falha em inserir propriamente o negro na história da arte brasileira e representá-lo de maneira coerente e além do seu tipo social.

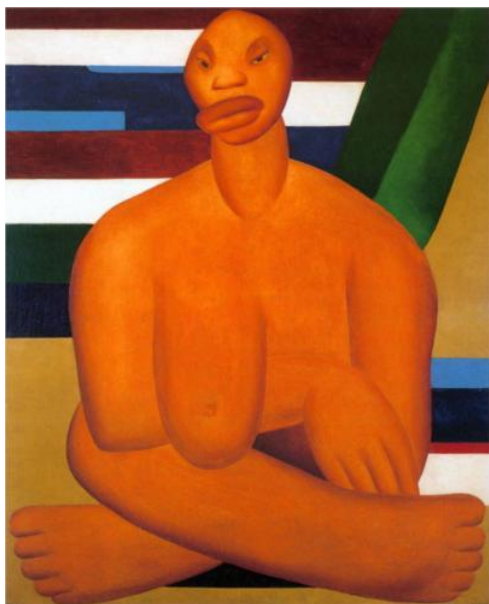
Apresenta-se o modernismo como a vanguarda que quebra completamente com a antiga arte brasileira institucionalizada, porém segue utilizando dos mesmos antigos arquétipos para a representação do negro. O modernismo falha em trazer o elemento da vanguarda pra representação do negro, em vez de abrir espaço para artistas negros o



movimento só fez reforçar, ao retratar, o que já era entendido como a realidade dos negros. A luta dos movimentos sociais começa a se formular apenas nos anos 50, significando que, mesmo na vanguarda, o fator social e racial ainda não eram pautas.

A crítica ao racismo no Brasil de 1920 ainda é falho (como é ainda na atualidade), entretanto. dentro do modernismo eram poucos os artistas negros que participavam, por se tratar de um movimento artístico formado majoritariamente pela elite intelectual, abastada e branca de São Paulo, faltava a visão do próprio negro sobre si. Faltava dar voz ao indivíduo marginalizado que buscavam retratar. Por mais que se pintasse o negro como indivíduo e símbolo nacional, os mesmos ainda ficavam presos ao tipo social do negro mais do que se preocupavam em mostrar a subjetividade dos mesmos como pessoa. O movimento contribuiu, indiretamente, para o afastamento da realidade social do negro para a representação artística.

Mesmo dentro do Modernismo não há produção de arte militante, o que ocorre, em grande escala, apenas no final do século XX e o início do século XXI, onde há uma tomada de representação de negros *por* negros, ligado ao fato do lento aumento de negros com acesso à universidades e a arte em geral.

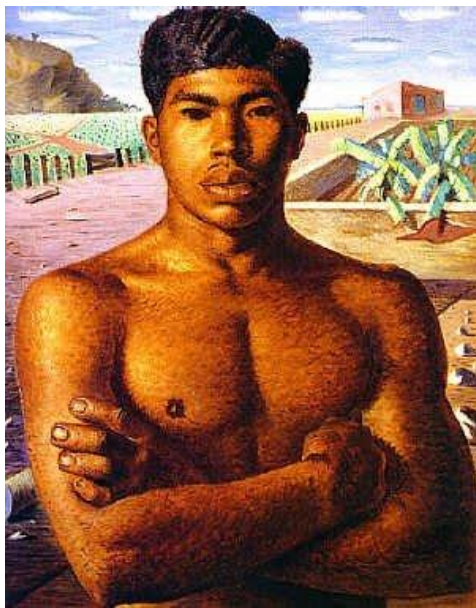


“A Negra” de Tarsila do Amaral, 1923



“Samba” de Di Cavalcanti, 1925





''Mestiço'' de Candido Portinari, 1934



'Menino com Largatixas'', 1924

### **Masculinidade e Malandragem**

A construção da masculinidade negra e da representação do homem negro através da perspectiva da história da arte se dá através da construção do imaginário social quanto ao que se categoriza como a masculinidade desejável, se transformando em um regime corpóreo de adequação obrigatória, porém quando se trata do homem negro existem questões para além da masculinidade. Neste específico caso, as relações de dominação e escravidão reverberam no que se cria como o homem negro desejável. A representação artística articula-se com o imaginário social para criar estruturas estruturantes que garantem a reprodução social dos corpos. O que significa, basicamente, que através da representação estabelecem parâmetros que influenciam quanto a conduta, aliando-se a outros fatores propícios e criando um ciclo onde a representação, as artes e os meios de comunicação funcionam como “molde”. Corpo aqui é entendido como categoria sociológica, sendo o corpo total (social e biológico) e não alheio ao meio.

Sendo a masculinidade, e qualquer experiência de gênero, uma experiência coletiva onde certas performances atribuem *status* e prestígio social. A masculinidade, como a feminilidade, é construída socialmente através de processos sociais e da relação com o imaginário social, que funciona como arcabouço cultural para tais processos. E a mesma não é livre de diferenciações internas, devido a recortes como raça, classe, sexualidade e religião. Desta maneira é possível traçar a ligação entre a história da arte brasileira, lida como forma de fomentar discursos, e a construção da masculinidade negra.

Mesmo quando se trata do negro na arte, o homem negro é o menos representado, dado, basicamente, as obras ligadas ao trabalho ou a estereótipos negativos. Analisando quadros como “*A Redenção de Cã*” já é perceptível a falta do homem negro alinhada a presença do homem branco, alicerçando assim imaginários do homem branco como salvador, afinal este mesmo “limpa” o sangue brasileiro através da miscigenação, como já foi apontado em diversas análises. O que fomenta a exclusão do homem negro pela predileção do homem branco.

O ponto que quero focar são as imagens do *Negão* e do *Neguinho* e como tais características alinham-se e interferem com o quadro e a narrativa em questão. O primeiro se relaciona com a imagem do homem negro hiper-racializado e hiper-sexualizado, tem como principal característica o grande falo e apetite sexual, além de performar altos padrões de masculinidade: agressivo, bruto, grande preocupação com a virilidade e fisicamente forte. Esta imagem reforça o imaginário de violência e abuso sexual, quando não reduz o homem negro apenas ao seu desempenho sexual, tal qual um animal para reprodução.

O *Neguinho* já apresenta o outro lado da moeda, infantilizado e dado a “malandragem”. O *neguinho* seria o homem submisso, sem vontade própria, e guiado pelos seus desejos, fortemente ligado a bebida alcoólica e fumo. Representa um tipo de escravo dócil e facilmente comprado por suas vontades, ligado principalmente a ideia de “moleque de recados”, comum até a primeira metade do século XX. Sendo este arquétipo utilizado na obra em análise, o jovem negro escravo de seus vícios e por tal percorrer em “mau-passo”.

## A obra no contexto

A partir da análise de contexto em que a obra se insere, dito São Paulo na euforia modernista, a mesma não difere muito do padrão pré-modernista. Ela concebe o negro como indivíduo entretanto é, ainda assim, um indivíduo ligado a imagem negativa, ao vício e a “malandragem”, recorrente, por exemplo, no título da obra. Na pintura de Rodrigues o indivíduo está menos evidente do que o tipo social do negro da época, mesmo que esteja representado uma pessoa o que se entende na imagem é o estereótipo do “malandro”.

O diálogo com o modernismo é evidente, mas a obra não se configura como modernista, principalmente, por manter arquétipos já recorrentes. O arquétipo do neguinho, dialogando com o imaginário do malandro brasileiro e do momento da Bossa Nova, mesmo que se busque uma imagem genuinamente brasileira, fora desse aspecto a imagem do malandro boêmio é negativa e contribui ao imaginário social que relaciona o negro ao ócio.

No momento em que a obra foi produzida começava a se “caçar” os movimentos sociais que se articulavam no Brasil, a “ameaça comunista” se transfigurou em medo de movimentos sociais e ao que estes pregavam. Dentro da cidade de São Paulo existiam associações de negros que reivindicavam a sua luta, mesmo que fossem dissolvidas nos anos seguintes pela perseguição militar. Por isso a questão de *quem* está retratado passa a ser menos importante do que *o que* está sendo retratado.

Pelo momento social de perseguição ao movimento negro, como a arte acadêmica do período se posiciona? Pela pouca circulação da obra, presume-se que da mesma maneira em que na pós-abolição pintar um negro era símbolo de “garantia” de prêmios, aqui não se faz diferente. Pintar um homem negro, mesmo que reforçando sua imagem negativa, era revolucionário no meio acadêmico, da mesma maneira que hoje negros em universidades públicas é algo revolucionário mas sem apoio, o que leva a apenas uma decoração de “olha como não somos racistas!”. É importante ressaltar o papel do Museu Mariano Procópio na fomentação do discurso, como instituição que ao longo dos anos perpetuou com essa visão. Entretanto é inegável que há uma mudança no discurso

museológico atual, e que, aos poucos, o museu revê questões fundamentais da historiografia de Juiz de Fora e do Brasil com olhar crítico ao que, muitas vezes, passa despercebido de tão comum que o discurso racista histórico se transformou.

Analisar esse discurso atualmente é mostrar o quanto as formas de racismo institucionalizado no Brasil apenas se ‘’modificam’’ a ficar menos agressivas ao olhos. Tanto que o que garantiu à obra em questão o prêmio no salão municipal foi muito mais a técnica que o tema. O tema em questão fica em segundo plano, não tem tanta relevância, apenas pra olhares treinados que *buscam* entender o tema. Pela visão da época, não tem nada de fora do comum, no quadro que retrata o negro de forma negativa o que *choca* é a técnica.

## Conclusão

Frente ao revisionismo histórico este artigo se faz mais do que necessário, ainda mais devido a atual conjuntura onde pautas sociais são constantemente atacadas e deslegitimadoras. É necessário o processo de revisão e análise dos discursos presentes em movimentos aclamados e queridos no meio acadêmico, em face de movimentos e atores sociais que antes não podiam ocupar estes espaços. O reconhecimento da falha mas a capacidade de desconstruir e reconstruir discursos e espaços acadêmicos capazes de abrigar e discutir as diferenças.

Resistência no meio da arte ainda é muito presente, mas mesmo as vanguardas ainda utilizam de arquétipos já datados, desconstruir e reformular o negro na arte ainda é uma tarefa difícil, mas não é impossível. Através de discussões e desconstruções de arquétipos racistas, além de promover que negros produzam sobre negros, retirando este grupo da periferia intelectual e retirando também do papel de objeto de estudo, quase, novamente, como ser exótico.

O imaginário social que hoje é empregado ao negro é fruto desse processo histórico, aculações diversas de anos de escravidão e racismos institucionalizados, por isso na realidade brasileira precisamos buscar desconstruir esses estigmas ligados ao

negro e exercer o pensamento crítico em volta da imagem histórica desse povo. Todo discurso, inclusive na arte, serve a um processo, grupo ou legítima poder, pensar estas questões são necessárias ao analisar obras ou mesmo tendo contato com a arte. O negro é sim símbolo de brasilidade, mas esse processo não foi pacífico e muito menos vivemos no mito da democracia racial, teoria já derrubada no início da década de 90.

A mudança da historiografia quanto a representação do negro é gradual, conforme mais negros entram na academia e os antigos paradigmas racistas são questionados. A história da arte não fica fora dessa mudança, uma vez que a mesma vai muito além de “ilustrar” os acontecimentos históricos, é preciso repensar o local do negro na arte, tanto como produtor tanto quanto objeto de estudo. Espero que este estudo ajude em futuras discussões e no processo de enegrecer a academia, mesmo que em uma escala mínima.

### **Referências Bibliográficas**

CANDURU, Roberto. “Arte Afro-Brasileira”: 1º. ed. Belo Horizonte: C/Arte, 2009. 49-64 p.

CARDOSO, Rafael. “A arte brasileira em 25 quadros (1790 – 1930).” 1º ed. Rio de Janeiro. Record, 2008.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO, Relatório - Tomo I - Parte II - Perseguição à População e ao Movimento Negros. Disponível em: [http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/I Tomo Parte 2 Persiguicao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf](http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomoi/downloads/I_Tomo_Parte_2_Persiguicao-a-populacao-e-ao-movimento-negros.pdf)

CHRISTO, M. C. V..” Algo além do moderno: a mulher negra na pintura brasileira no início do século XX”. 19&20 (Online), v. IV, p. 1-10, 2009.

DAIBERT JR, Robert. “ ‘Santa Isabel’ e o escravo devoto: a princesa redentora por olhares negros e brancos”. Anais do Museu Mariano Procópio. Juiz de Fora, v.1, no1, 2014.

FELINTO DOS SANTOS, Renata AP. A representação do negro nas artes plásticas brasileiras: diálogos e identidades in: Práticas Pedagógicas da Lei 10.639/03: Rediscutindo as relações étnicorraciais em sala de aula. Aula: Artistas Visuais Negros: Biografias e Visualidades em sala de aula – 08/06/2013.

PINHO, Osmundo de Araújo. “Etnografia do *Brau*: corpo, masculinidade e raça na reafrikanização em Salvador”. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1): 127-145. janeiro-abril/2005.

SANTANA, Roseli, G. “A Imagem do Negro nas Artes Visuais no Brasil: Virada de paradigma, desafios e conquistas no ensino de História e Cultura Afro-brasileira “ 2016.

SOUZA, Rolf Ribeiro de. “As representações do homem negro e suas consequências”. Revista Fórum Identidades. Ano 3; Volume 6. Jul-dez de 2009.

### **Referências Online**

[www.pinturasdesalvador.blogspot.com.br](http://www.pinturasdesalvador.blogspot.com.br)

## A SEXUALIDADE ATRAVÉS DO OLHAR DE GEORGE BELLOWS

Eponina Monteiro<sup>1</sup>

### RESUMO:

Nosso objetivo é explorar a sexualidade através das obras de George Bellows. George Bellows foi um pintor estadunidense do entresséculo XIX e XX, e em um momento de efervescência moderna, o olhar de Bellows nos mostra uma modernidade ímpar, principalmente ao retratar corpos nus. Em sua maioria, Bellows representou mulheres nuas sentadas, mas nosso objetivo aqui é a análise do corpo e sua sexualidade. Sem nos esquecer do nosso próprio olhar e da nossa própria subjetividade e sexualidade, ver como o corpo é representado nos ajuda a entender como o corpo era visto e compreendido em tempos distintos.

**PALAVRAS-CHAVE:** sexualidade, George Bellows, nu, arte estadunidense, modernidade.

### ABSTRACT:

Our goal here is to explore sexualidade through George Bellows' paintings. He was an U.S. painter during the end of the 19th century and the beginning of the 20th century – with the booming of modernity, Bellows shows us a unique modernity when he represents nude women. Most of the nude women he painted were sitting, and the point of the essay is to analyze the body and its sexuality. And not forgetting our own view, our subjectivity and sexuality, to analyze how a body is represented helps us to understand how bodies were seen and understood in a different time.

**KEY-WORDS:** sexuality, George Bellows, nude, U.S. art, modernity.

### 1. INTRODUÇÃO

Um corpo desnudo. Desnudo para o prazer, para o olhar, para o outro. Desnudo de barreiras, de convicções, de privacidade e de pudor. Um corpo desnudo pode ser para o outro ou para si mesmo, mas será esse corpo nu sempre sexual? Com essas questões em mente, analisaremos o corpo feminino desnudo na obra do estadunidense George Bellows. Aqui analisaremos brevemente algumas obras de Bellows que nos saltam aos olhos seja pelo corpo denudo, seja pelo conteúdo sexual.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: nina.cmmonteiro@gmail.com

Kenneth Clark, já nos idos anos 50, elucubrava sobre as diferenças de um corpo pelado para um corpo nu ou desnudo, e vemos que a intencionalidade é um ponto chave para a discussão que Clark trava. O primeiro corpo, o pelado, seria aquele sem intencionalidade, com pudor, com embaraços e envergonhado, é aquele corpo que é pego de surpresa sem o seu manto social. Já o nu é aquele corpo que se coloca ali intencionalmente, que completamente ciente de sua situação, busca o olhar alheio. E será que esse corpo ciente está ciente também das intenções de quem o observa? Será que esse corpo se coloca necessariamente como um corpo sexual?

### 1.1 NUDE, MISS BENTHAM

O primeiro nu de George Bellows de que temos conhecimento é o *Nude Miss Bentham*, de 1905. Aqui vemos uma mulher em pé, com o rosto perfilado, e seus braços encobrindo seus seios. O fundo é neutro, não nenhum objeto ao fundo. Seu cabelo traz algo que poderia ser um chapéu – ou apenas um penteado muito desajeitado. Miss Bentham não encara o pintor/espectador, seu corpo está retorcido e não temos acesso ao seu sexo – apenas às suas nádegas. Bellows aqui recorre a uma paleta bem comum aos Grandes Mestres.



Figura 26 *Nude Miss Bentham*. George Bellows. 1906. Óleo sobre tela. 182,88cm x 91,44cm. Coleção privada. Fonte: *Catálogo Raisonné do artista*

*A luz amarelada que bate em seu ombro e suas nádegas, em contraste com o fundo neutro amarronzado, remonta uma estética barroca, a la Caravaggio e Velázquez, como em o autorretrato, A Young Man, de Velázquez. A necessidade de explicitar o estado civil da modelo, pode ser apenas o costume da época, ou uma compreensão de que uma mulher casada não se prestaria a tal serviço. De qualquer forma, essa obra poderia ser apenas*



*um estudo, uma forma de vislumbrar a anatomia feminina e entender seus dinamismos. É uma obra, que aparece fora de contexto, não sendo uma iconografia comum de Bellows. Aqui, a sexualidade fica mais por conta do nome do que pela forma como a modelo se coloca. Sua pose não é convidativa, temos pouco acesso às suas partes íntimas, e ela parece apenas posar com certa rigidez para o pintor.*

## 1.2 PADDY FLANNIGAN

Três anos após, George Bellows pinta o incrível PaddyFlannigan.



*Figura 27 Paddy Flannigan. George Bellows. 1908. Óleo sobre tela. 76.84cm x 63.50cm. Coleção privada. Fonte: Catálogo Raisonée do artista.*

Aqui, vemos um menino, talvez no auge dos seus onze anos, que nos encara de forma impiedosa e desafiadora. Seu torso à mostra pela camisa rasgada, mostra seu corpo franzino e magro, deixando claro o começo de um músculo que poderá se formar se o trabalho manual for constante. Paddy coloca a mão na cintura, tem sua cabeça levantada, e seus olhos baixos. Ele nos olha de cima. Seus dentes tortos e avantajados, sua coloração diferente no corpo e na face (provavelmente devido ao trabalho duro) não nos mostra uma pessoa extremamente agradável ao olhar.

Mesmo sabendo da linha tênue que corremos entre uma análise iconográfica, um anacronismo (um anacronismo absurdo, já que qualquer interpretação de um outro tempo pressupõe um anacronismo) e uma sexualização da infância (que não é, de forma alguma, nosso objetivo aqui), vemos em Paddy, um menino apenas, sendo tratado de uma outra forma pelos olhos e pincéis de Bellows. Há em sua pose uma atitude madura e sexual, talvez pela segurança de expor seu corpo ainda em desenvolvimento de forma tão masculina e questionadora. Aqui, Bellows ainda trabalha a mesma paleta da obra anterior e da próxima que iremos trabalhar. Importante destacar que em todo seu trabalho

conhecido e documentado, Bellows pintou apenas um homem completamente nu, deixando a maior parte de nus apenas para as mulheres.

### 1.3 NUDE GIRL, MISS LESLIE HALL

Já em 1909, ao analisarmos *Nude Girl, Miss Leslie Hall*<sup>2</sup>,



*Figura 28* *Nude Girl, Miss Leslie Hall*. George Bellows. 1909. Óleo sobre tela. 152,4cm X 106,68cm. Terra Foundation. Fonte: Catálogo *Raisonné* do artista.

vemos uma mulher sentada, tocando seus tornozelos como quem abotoa seu sapato boneca. Seus cabelos desgrenhados, mas ainda assim presos, seu corpo maciço e seu peso corpóreo nos mostram um corpo atípico. Temos acesso apenas a um dos seus seios e mesmo assim nosso ângulo não é dos mais apreciados. Mas temos acesso completo ao seu rosto que nos encara e tem total ciência do olhar alheio. Esse corpo posa para uma situação – talvez desconfortavelmente, talvez a contragosto, mas ainda assim há a intenção e o conhecimento do olhar que a observa. Mas a consciência é também pautada no desejo do outro? A pose da modelo que nos remete as diversas *pin-ups* do meio do século XX, não é por acaso: o que esconde aguça o olhar e a cobiça; muitas vezes é um recurso mais efetivo do que mostrar escancaradamente; e a paleta ainda nos moldes de *Nude Miss Bentham*. A ocultação por si só implica a condição do desejo alheio, e configura uma relação de troca que sabemos que muitas vezes pende para o ganho masculino. Mas em NGMLH, a ocultação não parece como aquela entre um corpo que se

<sup>2</sup> Para uma comodidade, chamaremos essa obra de NGMLH.

quer desejado e um olhar de desejo, o olhar confrontador de Leslie Hall é uma quebra de contrato inesperada para os mais desavisados.

Em uma retomada dupla à Jorge Coli e Michel Foucault, aqui, tomamos talvez o “lugar do cliente”, e certamente, o lugar do inoportuno. O “lugar do fodedor” é possível, mas questionável, já que não sabemos com certeza se Leslie era de fato uma prostituta<sup>3</sup>, como o caso que Coli analisa, o famoso Olympia, de Édouard Manet. Bellows, a princípio, nomeia a obra apenas por *Nude Girl*, mas logo decide explicitar sua identidade dando seu nome ao título. Mas diferentemente de Olympia, Leslie Hall não se apresenta como uma pessoa distinta no seu círculo, ao contrário, se apresenta como uma moça não casada – o que para a época era um forte juízo de valor. Aqui vemos uma modelo que posa para o pintor e para o público. O fator sexual está mais no que se esconde, no impedimento do olhar imposto do que de fato na narrativa criada por Bellows. Um corpo que não se expõe pode muitas vezes causar mais interesse do que um corpo desnudo. Aliás, importante nos atentarmos para o fato de que a sexualidade americana do século XX muitas vezes não reside apenas no corpo nu, reside também nos seus movimentos, nas suas intenções e configurações.

#### 1.4 SEATED NUDE

Seguindo a linha cronológica, temos a obra *SeatedNude*, de 1910, também de George Bellows. Nesse quadro, salta aos nossos olhos as costas de um homem sentado, desconjuntado, em uma cadeira. Não temos acesso ao seu rosto, à sua identidade e nada que nos remeta quem possa ser esse homem. Não há também nenhum componente de cena, nada além do homem e da cadeira.

---

<sup>3</sup> Ver: DOEZEMA, Marianne. *Tenement Life: Cliff Dwellers, 1906-1913*. In. George Bellows. P. 51

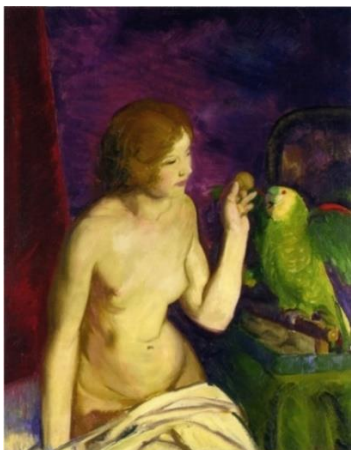


Figura 29 *Seated Nude*. Geroge Bellows. 1910. Óleo sobre tela. 60.96cm x 40.64cm. The Fine Arts Museum of San Francisco. Fonte: Catálogo *Raisonné* do artista.

Os rastros das pinceladas não só estão aparentes, como se querem assim. O vinco nas costas do modelo surge como uma pincelada única e distinguida. Essa obra poderia facilmente ser um estudo também, ainda mais um estudo de academia, com modelo vivo e vários outros pintores. Mas Bellows não era um pintor de academia. A cultura de pintores acadêmicos não tem força nos Estados Unidos, e Bellows se forma na The New York School of Art. O título não revela nada demais, a pose, sem vermos seu rosto e sem vermos sua genitália, demonstra ser apenas mais uma obra sem grandes emoções. Mas o vigor que esse corpo apresenta traz para si uma sexualidade inesperada, que brota em cada canto de seu corpo, seja no vinco de suas costas o na força do seu calcanhar de Aquiles, exposto e vulnerável.

### 1.5 NUDE WITH PARROT

E se antes tomávamos o lugar do inoportuno em NGMLH, em *Nude With Parrot*, de 1915, tomamos o lugar do voyeur. E diferentemente de *Seated Nude*, aqui temos total acesso ao seu rosto e aos seios. Não perpassa o corpo da modelo nenhum indício de um desconforto com a situação: talvez por ela não estar ciente do olhar que a observa, mas sem a certeza desse fato, podemos presumir apenas que, ciente ou não, a modelo revela maior liberdade e despojamento do que a obra anterior.



*Figura 30* *Nude Girl With Parrot*. George Bellows. 1915. Óleo sobre tela. 101,6cm X 81,28cm. Coleção privada. Fonte: *Catálogo Raisonné do artista*

Bellows aqui decide não explicitar a identidade da modelo, mas ao mesmo tempo decide retratá-la em um momento íntimo entre ela e o papagaio, um momento delicado e de comunhão entre esses dois seres que brincam, delineando uma inocência que salta aos olhos. O fato da modelo estar nua não é por si só o fator sexual, mas a interação com o papagaio e a delicadeza de seu tratamento, trazem à tona, para o olhar mais treinado, uma sensualidade atribuída à ingenuidade e à inocência.

Temos aqui uma situação em que a mulher poderia facilmente estar em um momento íntimo em seus aposentos e é observada pelo buraco da fechadura. Mas também há possibilidade de ser apenas um momento de folga entre uma pose e outra, vai do olhar e da imaginação do espectador. Mas nos cabe também destacar o peso do corpo dessa mulher que se apresenta ao nosso olhar. Bellows, nessa época, ainda opta por uma pincelada aparente, por uma composição mais carregada de si. Esse corpo com o peso do tempo e da naturalidade pode soar estranho para o gosto acostumado ao corpo idealizado, mas é exatamente isso que a modernidade nos traz: nos traz a possibilidade de ver o comum, o que está ao seu redor como fonte de prazer e beleza. Os seus seios tubulares, pequenos e espaçados, sua desenvoltura com o animal, contrastam com a pele não lisa e radiante e o olhar negro e fundo a *l'alla Modigliani*.

Os corpos femininos de Bellows se apresentam muitas vezes com o tom da realidade, com a massa e a gordura que nos é natural, com uma pele rugosa e imperfeita, como quem nos mostra fisicamente uma consciência turbulenta e questionamentos pesados. Mais para o final da vida, sua preocupação se volta para uma outra direção, e vemos uma preocupação maior com harmonia e dinâmica. Mas aqui, a harmonia não é

tão direta e a dinâmica é bem fluida, vemos um corpo que brinca e que se coloca em uma situação de prazer consigo mesmo.

### 1.6 TORSO OF A GIRL WITH FLOWERS

Ainda em 1915, ano da obra anterior, Bellows produz *Torso of a Girl With Flowers*. Com uma paleta bem similar à da obra anterior, vemos uma mulher com apenas um seio à mostra, já que o outro é levemente coberto pelos babados da transparente camisola que veste. Ela, assim como a moça em *Nude With Parrot*, tem seu sexo propositalmente encoberto com um lençol branco apenas na área necessária.



Figura 31 *Torso of Girl With Flowers*. George Bellows. 1915. Óleo sobre tela. 101.60cm x 81.28cm. Union League Club of Chicago. Fonte: Site do Union League Club of Chicago.

Essa modelo não se apresenta particularmente bonita, seu cabelo é estranhamente composto em formato de cuia, e seus olhos apresentam uma olheira acompanhada de uma mancha triangular em suas bochechas. Os elementos narrativos da cena nos chamam atenção não só pela forma como as flores interagem com a modelo, mas também pela paleta similar à usada na obra do papagaio. O verde, o roxo e o vermelho parecem estar na linha de experimentação de Bellows. Novamente vemos um olhar perdido, que se esvai em pensamentos e sentimentos aos quais não temos acesso. A sexualidade, mais uma vez, se coloca não apenas pelo plano físico, mas também pelo interesse por algo além.

### 1.7 NUDE GIRL WITH FRUIT

Já em *Nude Girl With Fruit*, vemos uma mulher com fartos seios, completamente desenvolvidos, a pose descontraída poderia facilmente ser uma pose de quem, entre uma sessão e outra, descansa e se prepara para um novo momento de extensa e exaustiva pose.

A modelo brinca com sua anágua, e olha para o lado, se perdendo em pensamentos e lembranças. Em *Nude Girl With Parrot*, já começamos a ver elementos narrativos, totalmente inexistentes. Em *Nude Girl With Fruit*, vemos uma bacia com frutas, uma mesa com uma toalha estampada, uma cadeira se projeta ao fundo, sem muitos detalhes, e a diversidade de texturas e cor da saia completa a narração da cena.



Figura 32 *Nude Girl With Fruit*. George Bellows. 1919. Óleo sobre tela. 109,86cm X 102,24cm. Coleção privada. Fonte: Catálogo *Raisonné* do artista.

Em *Nude Girl With Parrot* já começamos a ver elementos narrativos, totalmente inexistentes, como a cadeira e o papagaio. Já em *Nude Girl With Fruit*, vemos uma bacia com frutas, uma mesa com uma toalha estampada, uma cadeira se projeta ao fundo, sem muitos detalhes, e a diversidade de texturas e cor da saia completa a narração da cena.

Sua boca, levemente crispada, suas bochechas rosadas, contrastam com o fundo levemente arroxeadado atrás da modelo (aliás, essa é uma paleta que passa a ser usual para o trabalho de nu em Bellows, cores não tão trabalhadas por ele em outros trabalhos). Esses mesmos lábios crispados e essas bochechas rubras trazem o tom sexual para a obra. A fixação com a narrativa da obra pode muito bem transformar essa obra em apenas uma obra para o deleite da beleza feminina para os olhares masculinos. Mas podemos pensar também como os corpos femininos são retratados e como a sexualidade se transveste de várias formas. Aqui, vemos uma mulher pensativa, introspectiva, e aí está seu diferencial. É um corpo que tem uma consciência e um pesar sobre a vida moderna, um corpo que se constrói através da internalização do exterior.

## 1.8 NUDE WITH WHITE SHAWL



No mesmo ano, Bellows produz uma outra obra (que nos levou ao trabalho análise das obras de Bellows), *Nude With White Shawl*, de 1919, em que uma mulher sentada tem seu colo desnudo, seus olhos caem ao lado, com grandes olheiras de quem se mantém acordada pelos questionamentos da vida. Seus braços pousam sobre seu colo, com as palmas viradas para cima, mas levemente fechadas, segurando o manto que recobre seus ombros e percorrem seus braços, pousando sobre suas mãos.



Figura 33 *Nude With White Shawl*. George Bellows. 1919. Óleo sobre tela. 96,52cm X 76,2cm. Coleção privada. Fonte: catálogo *Raisonné* do artista.

O roxo vibrante e aceso do lado direito da tela, como se irradiasse de modelo, e sua pose icônica, nos leva à comparação de uma madona. Se pudéssemos vislumbrar Jesus em seu colo, seu olhar combinaria facilmente com o pesar da cena e as cores escolhidas e o manto que a recobre é típico da iconografia de Maria com Jesus ao seu colo.

Esses seios fartos, no entanto, captam nossa atenção e distorcem levemente nossa diegese induzida. Mas os seios fartos começam a se popularizar novamente, quando as *flappers* dão lugar as *pinups*. As mulheres na virada do século, tidas apenas como as mães, *belas, recatadas e do lar*, tinham sua figura coberta por diversas camadas de roupas, para manter a imagem casta de sua personalidade. Com o começo do século XX, as mulheres se colocam no mercado de trabalho, e a vestimenta e o olhar para o corpo feminino começam a mudar. A praticidade toma o lugar dos véus, anáguas e corselets. Com a falta do corselet, a estética de então passa a ser os seios menores e o torso mais reto. Mas com as Guerras Mundiais, logo essa estética é modificada e entra em cena a ideia da mulher para o prazer masculino, a mulher com seios fartos e curvilínea, como bem diz Bram Dijkstra (2010, P.359). Em 1919, os seios fartos se ligam mais a sexualidade do que



a fertilidade e ao caráter da maternidade. Mas aqui, essa dúbia conotação não é clara, e Bellows explora mais seu caráter simbólico e interno do que de fato o físico feminino para o prazer alheio – alguns poderiam até dizer que o quadro promove melancolia e não, necessariamente prazer.

### 1.9 NUDE WITH RED HAIR

Um ano após, em 1920, temos duas produções de nu, ambos sentados. No primeiro, *Nude With Red Hair*, vemos uma mulher com longos cabelos caindo até os seus seios. Aqui não temos acesso nenhum aos seus seios. Juntamente com seus longos cabelos, suas mãos cobrem os dois seios. Sua pele alva, contrasta com fundo neutro e, principalmente com o vermelho de seus cabelos e de seus lábios e do panejamento que a recobre.



Figura 34 *Nude With Red Hair*. George Bellows. 1920. Óleo sobre tela. 110,9cm X 86,5cm. National Gallery. Fonte: Catálogo *Raisonné* do artista.

Não é a primeira dos nus de Bellows a trazer joias, mas é a primeira a ostentar de forma tão clara. Traz um pesado colar alaranjado, composto por formatos arredondados, e uma pulseira dourada na mão em primeiro plano que recobre os seios. Os diversos tipos de planejamentos ao redor da moça trazem uma riqueza e uma opulência não tão comuns as obras do Bellows até então.

Mas é a partir de 1920, que Bellows tem contato com Jay Hembidge, e começa a trabalhar mais intensamente proporção e dinamismo. Já vínhamos vendo que nas duas obras de 1919 (*Nude With Fruit* e *Nude With White Shawl*), Bellows estava trazendo uma mulher mais acabada no aspecto luminoso e de textura. Seus corpos não mais parecem aqueles subjugados pelo tempo, mas parecem mais sedosos e afogados ao toque. Aqui sua

preocupação com esses fatores não é tão óbvia quanto nas próximas obras, mas mostra o caminho escolhido pelo Bellows da década de 20, além de trazer uma cena muito mais carregada de simbolismos, que cremos, apontam numa direção sexual.

Seus lábios claramente avermelhados pelo tom de um batom, chama o espectador, e deixando a volta inferior do seio esquerdo levemente à mostra, e a mão, em uma tensão calculada, como quem se enrijece de prazer, Bellows no engendra em um jogo de ocultação e tensão que aguça a curiosidade. Contudo, apesar da modelo não nos encarar, e seu olhar ser menos pesaroso do que em *Nude With White Shawl*, ainda assim, é um olhar calmo, um olhar tranquilo sem pretensões de algo a mais. Um corpo que se coloca ao dispor do olhar alheio para pura apreciação de sua consciente beleza.

#### 1.10 NUDE WITH FAN

Ainda em 1920, Bellows nos brinda com *Nude With Fan*. Nessa obra, que é uma das poucas a pertencer a um museu, apresenta uma mulher branca, sentada em uma cama.



Figura 35 *Nude With Fan*. George Bellows. 1920. Óleo sobre tela. 111,76cm X 86,36cm. North Carolina Museum of Art. Fonte: Catálogo *Raisonné* do artista.

Vemos aqui uma situação diferente: claramente há uma construção de cenário maior do que as outras obras. Vemos uma cama, uma janela com uma paisagem ao fundo, um robe com uma padronagem bem bellowsiana, e um leque de plumas azuis.

Seu corpo aqui aparenta ser um corpo mais como os que vemos ao nosso redor, mas a presença do pintor através de suas pinceladas já é bem menor do que em *Nude Girl Miss Leslie Hall*. Mas mesmo sem a presença das pinceladas, Bellows consegue dar volume e peso para sua barriga que cai molemente, tampando seu sexo. Seus seios, como qualquer outro atingido pela idade ou pelo volume, pendem sobre seu estômago sem muita pretensão. Sua mão e seus braços tensionados dão movimento a cena, como quem

levanta e se veste com robe pendurado na cadeira – quem sabe pela ciência de um olhar não convidado, o roupão puxa seu olhar e sua atenção? Conjurações de uma narrativa interminada.

O ambiente íntimo aqui é claro, e não nenhuma alusão à presença de outra pessoa. Na cama, temos apenas o registro de quem uma pessoa estivera ali. Mas o prazer está em observar o alheio em seu momento íntimo, natural e confortável, assim como o prazer do sono<sup>4</sup> e das mulheres ao banho que são espiadas<sup>5</sup>. Essa sensação de intimidade, de ingenuidade e inconsciência de que é desejada, dá ao espectador o poder da ciência, o poder do conhecimento e da imaginação. A mulher observada serve aos olhos e ao prazer alheio, sem de fato usufruir de prazer nenhum. Como Laura Mulvey coloca sobre o *Male Gaze*

Em um mundo dividido pelo desequilíbrio de gênero, o prazer em olhar tem sido dividido em ativo/masculino e passivo/feminino. O olhar masculino determinante projeta sua fantasia na figura feminina que se configura de acordo [com tal fantasia]. No papel tradicional de exibição de figura feminina, mulheres são constantemente olhadas e exibidas, com a sua aparência codificada de acordo com o impacto visual e erótico [...] Mulheres exibidas como objetos sexuais é o leit-motif do espetáculo erótico: das pin-ups ao strip-tease, de Ziegfeld à Busby Berkeley, ela segura o look, representa e significa o desejo masculino. (MULVEY, 1999: 837)

Mas é essa de fato a intenção de Bellows? Talvez haja uma possibilidade de que para ele, a beleza se conecta com a introspecção e a vivência interna de um mundo com infinitas impossibilidades para ser e infinitas formas de solidão.

### 1.11 NUDE WITH HEXAGONAL QUILT

Após quatro anos, em 1924, Bellows produz dois nus sentados, antes de morrer de uma apendicite aguda, em 1925. *Nude With Hexagonal Quilt* traz uma mulher recostada em um sofá preto vitoriano, coberto por uma colcha de retalhos hexagonais, e aos pés um panejamento avermelhado. O quarto se banha com uma meia luz, da qual não temos acesso à fonte. Uma janela fechada atrás mostra a luz do dia em contraste com o papel de parede azul com uma padronagem de flor vermelha, já vista na obra anterior.

<sup>4</sup> *Le Sommeil*, de Gustav Courbet. 1866. Óleo sobre tela. 135cm X 200cm. Petit Palais. Fonte: site do Petit Palais. <http://www.petitpalais.paris.fr/en/oeuvre/sleepers>.

<sup>5</sup> Colocar referência.



*Figura 36* *Nude with Hexagonal Quilt*. George Bellows. 1924. Óleo sobre tela. 129,54cm X 160,02cm. National Gallery. Fonte: catálogo *Raisonné* do artista.

Aqui vemos uma mulher com longos cabelos acobreados e lisos que pendem até um dos seus seios, deixando o outro à mostra. Sua mão esquerda brinca com as pontas dos cabelos, e suas pernas cruzadas nos impedem a visão de seu sexo. Seu corpo, apesar de não ser o corpo extremamente idealizado como os das obras de Tiziano, por exemplo, já aparenta ser mais liso, sem rugosidade e mais convidativo ao toque dos corpos de então. O olhar da modelo cai sobre seu próprio corpo e suas sobrancelhas e formato inclinado do olhar dão à mulher um olhar melancólico e sofrido, próprio de quem vive uma época de desencantamentos. Sua sexualidade aqui, mais uma vez, perpassa o mundo interior da modelo, e é esse mundo que chama pelo olhar desbravador do espectador.

#### 1.12 TWO WOMEN (também conhecido como Amor sagrado e profano)

Nessa última obra analisada, e também uma das últimas produzidas por Bellows, traz uma cena incomum para seu portfólio. Duas mulheres sentadas, no mesmo sofá vitoriano da obra anterior, em um quarto com duas janelas ao fundo, e dois cachorrinhos aos pés, brincando. Até então, nada de tão incomum, se não fosse o fato de que a da esquerda está completamente nua, e a da direita, vestida como se estivesse no inverno russo.



Figura 37 Two Women. George Bellows. 1924. Óleo sobre tela. 145cm X 168cm. Coleção privada. Fonte: catálogo *Raisonné* do artista.

O corpo nu já se apresenta bem mais próximo de um corpo clássico, com a sedosidade e as linhas e formas extremamente proporcionais. O jogo de luz e sombra sobre o corpo da modelo dá ainda mais destaque para essas linhas bem marcadas. Os lábios rubros e a franja aos olhos dão um destaque para o rosto, de uma forma insinuante. Do outro lado, temos uma mulher extremamente vestida, com um cap tipicamente russo, e uma estola de pelo sobre um sobretudo roxo avermelhado. Bellows se utiliza da luz sobre o sobretudo, para mostrar os detalhes de um tecido que se comporta diferentemente dependendo da luz.

Porém, temos dois pontos altos dessa obra, sendo um deles as mãos das mulheres retratadas. Uma mão da mulher vestida se encontra coberta por uma luva branca, e a mão direita, próxima à outra mulher, se encontra nua, segurando sua própria luva; enquanto a mão da mulher nua se encontra logo abaixo da mão nua da mulher vestida, como quem esboça um toque afetuoso entre elas. O outro ponto sempre muito levantado sobre essa obra é a comparação com a clássica obra de Tiziano, Amor Sacro e Amor Profano, de 1514. Interessante notar, que na obra de Tiziano, o corpo nu se encontra à esquerda e o corpo vestido, à direita. Teorias à parte, vemos entre essas duas mulheres uma comunhão, um afeto, criando uma possível tensão entre essas mulheres díspares.

## 2. CONCLUSÃO

O tema da sexualidade é muito amplo, e estamos limitados por um artigo, sabemos disso. Mas nosso objetivo aqui era levantar essas questões e apontar alguns caminhos possíveis. A obra de Bellows é circundada pela modernidade de seu tempo e espaço, e não poderia ser diferente a forma como ele vê a sexualidade e o corpo em seu auge. Temos

o vislumbre de uma sexualidade que perpassa, necessariamente o interior, a introspecção, a melancólica e um desalento que nem mesmo o mais cândido olhar e os pincéis mais hábeis poderão confortar. Um ponto alto, para nós, é perceber o olhar de um homem moderno determinante sobre a figura feminina e como essa modernidade permite tantas novas configurações, que até mesmo a sexualidade pode se travestir de formas diferentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAIDER, Donald. *George Bellows and the Ashcan School of Painting*. New York: Doubleday & Company. 1971.

BROCK, Charles. (ORG.) *George Bellows*. Washington, National Gallery of Art. 2012.

CLARK, Kenneth. *The nude – A study in ideal form*. Princeton: Princeton University Press. 1984.

COLI, Jorge. *O Corpo da Liberdade*. São Paulo: Cosac Naify. 2010.

\_\_\_\_\_. *Exposição, ocultação, contemplação: o olhar o sexo feminino*. Disponível em: <http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2016%20-%20artigo%208.pdf>.

DIJKSTRA, Bram. *Naked: The nude in America*. New York: Rizzoli, 2010.

DOEZEMA, Marianne; MILROY, Elizabeth. (ORG.) *Reading American Art*. Dexter: Yale University. 1998.

GREENBERG, Clement. *Arte Abstrata*. In *Clement Greenberg e o Debate Crítico*. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.

\_\_\_\_\_. *Arte e Cultura*. São Paulo: Ática. 1996.

HEMBIDGE, Jay. *The Elements of Dynamic Symmetry*. New York: Dover Publications. 1967.

MULVEY, Laura. *Visual Pleasure and Narrative Cinema*. Disponível em: [http://www.composingdigitalmedia.org/f15\\_mca/mca\\_reads/mulvey.pdf](http://www.composingdigitalmedia.org/f15_mca/mca_reads/mulvey.pdf). Acesso em: 20/11/2018.

THE NATIONAL GALLERY. *An American Experiment: George Bellows and the Ashcan School*. London: The National Gallery. 2011.

# TRANSVESTIGENERES NO AUDIOVISUAL: PRODUÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA ALTERIDADE DAS TELAS DE CINEMA AO YOUTUBE

Carla Eloi Oliveira da Silva<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo consiste em uma análise documental da representação de identidades trans no audiovisual brasileiro. Através da análise da produção de videocliques e filmes brasileiros, a pesquisa observa a produção e representação da alteridade nos videocliques de artistas trans difundidos no Youtube, e o histórico de produção e representação de pessoas trans no cinema brasileiro da segunda metade do século XX. A pesquisa visa compreender como a construção dessas imagens reproduz opressões ou, contrariamente, celebra a diversidade, sendo este último, visando apontar a importância da visibilidade e representatividade trans nas artes, para o combate às desigualdades sociais e promoção do respeito, tolerância e do direito à diferença.

**Palavras-chave:** transvestigeneres, trans, alteridade, representação, audiovisual.

**Substract:** This article consists of a documentary analysis of the representation of Brazilian audiovisual trans identities. Through the analysis of the production of Brazilian music videos and films, the research observes the production and representation of otherness in the music videos of trans artists spread on Youtube, and the history of production and representation of trans people in the Brazilian cinema of the second half of the twentieth century. The aim of this research is to understand how the construction of these images reproduces oppressions or, conversely, celebrates diversity, the latter aiming to point out the importance of visibility and trans representation in the arts, to combat social inequalities and promote respect, tolerance and right to difference.

**Keywords:** transgender, trans, otherness, representation, audiovisual.

## Introdução

---

<sup>1</sup> Mestranda em Artes, Cultura e Linguagens, pela Universidade Federal de Juiz de Fora. carlaeloi2@gmail.com

O desenvolvimento do cinema e do audiovisual ao longo do século XX trouxe inúmeras inovações estéticas e tecnológicas para a cultura visual. Belidson Dias afirma que “nós construímos imagens ao mesmo tempo que elas nos constroem” (DIAS, 2011: 67). A primeira associação a ser feita com essa afirmação, para a compreensão da construção das imagens e de seu papel socializador, isto é, a forma como elas nos constroem, é com os conceitos de arquétipo e inconsciente coletivo, introduzidos por Carl Jung, um dos maiores nomes da psicanálise.

Jung apresentou arquétipo como “a ideia é preexistente e supra ordenada aos fenômenos em geral” (JUNG, 2000: 87). Essa ‘ideia’, no sentido junguiano, é uma imagem que se repete, continuamente, em todos os lugares: nas artes, na publicidade, na convivência social, portanto, é uma imagem que é reproduzida e propagada, absorvida e processada inconscientemente pelos indivíduos, moldando o pensamento e a consciência desses sujeitos. Para Jung, o inconsciente coletivo é

uma parte da psique que pode distinguir-se de um inconsciente pessoal pelo fato de que não deve sua existência à experiência pessoal, não sendo portanto uma aquisição pessoal. Enquanto o inconsciente pessoal é constituído essencialmente de conteúdos que já foram conscientes e no entanto desapareceram da consciência por terem sido esquecidos ou reprimidos, os conteúdos do inconsciente coletivo nunca estiveram na consciência e portanto não foram adquiridos individualmente, mas devem sua existência apenas à hereditariedade [...]. O conteúdo do inconsciente coletivo é constituído essencialmente de arquétipos. O conceito de arquétipo, que constitui um correlato indispensável da ideia do inconsciente coletivo, indica a existência de determinadas formas na psique, que estão presentes em todo tempo e em todo lugar [...]. O inconsciente coletivo não se desenvolve individualmente, mas é herdado. Ele consiste de formas preexistentes, arquétipos, que só secundariamente podem tornar-se conscientes, conferindo uma forma definida aos conteúdos da consciência. (JUNG, 2000: 53-54).

Através da propagação de arquétipos pelo inconsciente coletivo, a cultura transmite as suas normas sociais. Tendo isto em vista, a produção imagética é um processo retroativo, uma vez que essas imagens irão arquitetar a própria estrutura social, difundindo suas significações sociais, seus preceitos e preconceitos, sendo esta a principal importância da representação e representatividade nas formas de arte, uma das principais divulgadoras de arquétipos. O cinema e o audiovisual são linguagens com grande força



de reprodução de arquétipos por sua própria definição. São artes industriais, tendo um alcance massivo e sua forma é literalmente dar visibilidade a essas ideias/imagens presentes no inconsciente coletivo.

Em se tratando da produção da alteridade no audiovisual, isto é, a produção das imagens dos grupos subalternos, a história do cinema reproduziu muito bem as normas sociais vigentes. A sub-representação, o estereótipo e a ausência de negros, mulheres e LGBTQ+ acompanha a maior parte da produção audiovisual do século XX, com três principais formas de produção de alteridade para atender às estruturas sociais: A sub-representação, criando uma imagem inferior de um grupo em relação a outro; o estereótipo, limitando a existência de um grupo a uma só faceta, geralmente, pejorativa e caricata ou demonizada; e a ausência, sendo a não-representação algo que, literalmente, sugere a negação da existência à grupo ou pelo menos, sua falta de importância social.

Teresa de Lauretis fez um estudo sobre as teóricas feministas que estavam “analisando as técnicas cinematográficas (iluminação, enquadramento, edição, etc) e os códigos cinemáticos específicos (por exemplo, a maneira de olhar) que constroem a mulher como imagem” (LAURETIS, 1987: 221). É possível fazer essas mesmas análises para conhecer outros grupos como imagens. Entender essas imagens, essas personagens e esses processos de representação no audiovisual é uma forma de observar as violências normalizadas e estigmatização de grupos subalternos na sociedade, da qual o filme/vídeo faz parte como fruto desses (pré) conceitos e, ao mesmo tempo, criador/reprodutor deles.

Por outro lado, conforme os movimentos feministas, negro e LGBTQ+ foram avançando, especialmente na segunda metade do século XX e início do século XXI, essas imagens já banalizadas começaram a ser questionadas, bem como a ideia de mulheridade, negritude, homossexualidade e transgeneridade na sociedade que também existia no inconsciente coletivo. Com o advento das novas mídias que seguem a lógica de *broadcast yourself*, a produção cultural ampliou as vozes e os processos de construção de imagens, permitindo que os próprios grupos subalternos representassem suas identidades, produzindo a alteridade não de forma sub-representada ou estereotipada, apenas descolonizando o pensamento, e reconstruindo os arquétipos sobre si.

## O corpo histórico: produção de opressão

A produção da alteridade se refere ao processo de construção social do ‘outro’, a construção social das diferenças, de certa forma, a criação de um ou vários arquétipos para identificar e distinguir grupos sociais, o ‘eu’ do ‘outro’. No entanto, essa alteridade pode se dar de duas formas distintas a serem trabalhadas ao longo desse artigo. A primeira pertencente ao histórico opressor da construção da diferença como desigualdade, quando a relação entre o ‘eu’ e o ‘outro’ é hierárquica, dicotômica e se utiliza distintamente de termos como ‘superior’, ‘certo’, ‘centro’ e ‘normal’, ‘inferior’, ‘errado’, ‘margem’ e ‘anormal’. Nesse tipo de processo, o arquétipo construído do ‘outro’ geralmente é um estereótipo degradante, que propaga a naturalização da opressão contra todo seu grupo. De acordo com esse tipo de produção de alteridade, só existem grupos subalternos, porque outro grupo se definiu, historicamente, através de relações de poder, como dominante.

O segundo tipo de produção de alteridade se refere à identidade, como definida por Tomaz Tadeu Silva, “a identidade é simplesmente aquilo que se é [...] a diferença é aquilo que o outro é” (SILVA, 2009: 1). Neste caso, a diferenciação do ‘eu’ e do ‘outro’ se dá numa relação dialética que não trabalha a diferença como desigualdade, mas como identidade. Os conceitos de ‘normalidade’ e ‘superioridade’ não são considerados, uma vez que são apenas diferenças não hierarquizadas, são outras perspectivas sobre o mesmo mundo. Nesta produção de alteridade, é a vez dos grupos subalternos narrarem sua própria história.

A epistemologia de fronteira, como uma atividade de descolonização do conhecimento situado nos subalternos, incentiva o desenvolvimento de um “outro pensamento”, deslocando os binários eu/outro e centro/periferia, e provocando um deslocamento de rígidas noções de expectativa, análise de imagens, modos de ver, questões de posicionalidade, epistemologia, poder, identidade, subjetividade, agência e vida cotidiana [...]. Reivindicar o poder da fronteira/margem como um espaço epistemológico gerador de aceitação, compreensão, reconhecimento, valoração, contradição e capaz de transpor epistemologias configuradas por diferentes posições geoculturais e históricas (DIAS, 2011: 89-90).

No Brasil, o grupo ‘subalterno’ com um dos maiores índices de invisibilização e sub-representação nas artes é o transvestigenero<sup>2</sup>. O grupo é patologizado oficialmente pela Organização Mundial de Saúde, através da última Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, a CID 10 de 2008. O código de classificação F.64 faz parte da lista de transtornos mentais “F64 - Transtornos da identidade sexual: F64.0 Transexualismo” (OMS, 2008). Uma verdadeira patologização das diferenças sociais.

Patologizar é uma tática usada pelos grupos ‘dominantes’ para legitimar a opressão e a inferiorização de outros grupos. Apesar da CID 11, divulgada em 2018 para entrar em vigor em 2022, já ter retirado a transexualidade da lista de transtornos mentais, ainda a manteve como patologia, apenas a realocando para condição relativa à saúde sexual, agora não mais classificada com ‘transexualismo’, mas como ‘incongruência de gênero’ (LUCON, 2018). O Brasil, um país sem campos de concentração, sem Estado Islâmico, sem guerra, onde homo/transexualidade não é criminalizada, ainda assim, atualmente, ostenta o recorde de assassinato de pessoas trans em todo o mundo (ANTRA, 2018).

A produção da alteridade é um processo essencial para a construção da identidade dos sujeitos e dos grupos sociais, quando os próprios indivíduos falam sobre si e suas diferenças. No entanto, quando a produção da alteridade é literalmente quando um grupo constrói a imagem do outro, tende a ser uma produção problemática que contribui para os processos de criação e manutenção de opressões estruturais, uma vez que “nós construímos imagens ao mesmo tempo que elas nos constroem” (DIAS, 2011: 67).

O corpo, elemento que detém as principais diferenças biológicas entre os indivíduos, é um objeto social por carregar em suas diferenças as significações culturais que definem o seu grupo como o oprimido ou opressor. “O homem existe em função do seu corpo” (BENEDETTI, 2005: 51). E tendo isso como base para a construção da cultura da sociedade, houve uma divisão de papéis sociais para homens e para mulheres, lugares

---

<sup>2</sup> Transvestigenero: termo guarda-chuva para identificar pessoas do espectro trans, formada pela junção das palavras transexual, travesti e transgênero terminando com ‘e’ para não dar gênero à palavra, mantendo-a neutra. Abarca mulheres trans, homens trans, travestis, pessoas não-binárias, etc.

na pirâmide hierárquica, funções no organismo estrutural familiar e da sociedade capitalista e comportamentos foram atribuídos a um e a outro, em função de seu sexo.

Simone de Beauvoir propõe em ‘O Segundo Sexo’, que gênero “é uma situação histórica e não um fato natural” (BUTLER, 2011: 71). Segundo Judith Butler, “é uma maneira de representar, dramatizar, e reproduzir uma situação histórica” (BUTLER, 2011: 73). Essa situação histórica é o que condiciona o corpo em sua ‘atuação’ social. Sendo a história algo que condiciona e limita as possibilidades, há uma ilusão de que os corpos possuem livre arbítrio quando são limitados historicamente a um conjunto restrito de possibilidades. A teoria feminista critica as explicações naturalistas do sexo e da sexualidade, que tentam justificar a existência social da mulher à sua fisiologia. As teóricas feministas distinguem a definição de sexo e gênero, justamente, para abrir o debate de que sexo dita ao mesmo tempo em que precisa de significados sociais para ter valor de gênero.

O corpo performatiza o gênero, principalmente, através de sua expressão concreta no mundo, portanto, esta deve ser entendida como uma ideia histórica, ou seja, que adquire seu significado historicamente. É uma linguagem, um corpo/indivíduo expressa seu gênero e ele é lido socialmente pelos demais. A expressão de gênero e sua leitura social estão para além do corpo biológico, aliás, ela precede os conflitos do corpo, constituída do que Paul Beatriz Preciado chamaria de próteses ou “acessórios para fabricar o gênero” (PRECIADO, 2014: 206). A expressão e a leitura social de um corpo são feitas pelas roupas que o cobrem, as cores que o pintam, os penteados e badulaques que o adornam. No caso de pessoas trans essa afirmação é igualmente válida. Há outros processos de produção e visibilização dos corpos trans, que antecedem suas transformações cirúrgicas e/ou hormonais: “a moda constitui-se como prótese desse corpo” (BENTO, 2006: 162), uma vez que o corpo é mutável e fala através das roupas, cores, maquiagens, penteados e acessórios.

“Ninguém nasce bípede, todo mundo aprende a andar” (GARCIA, 2015). A naturalização de construções culturais é outra tática de conversão de diferenças em desigualdades. A socialização é quem naturaliza comportamentos que são na verdade impostos socialmente. Tornar-se mulher, na concepção de Beauvoir, é um processo de socialização pelo qual as pessoas nascidas com vaginas passam para forçar o corpo a se

tornar um signo cultural, “a materializar-se em obediência a uma possibilidade historicamente delimitada, e fazê-lo como um projeto corporal continuado sustentado e repetido” (BUTLER, 2011: 73).

Esses processos de significação social foram amplamente difundidos pelo mito da criação cristã, resultando na perseguição e queima de mulheres na Idade Média. O cristianismo criou uma das mais eficientes táticas de produção de opressão e desigualdade para mulheres, socializando não apenas os homens para reprimirem, mas as mulheres para acreditarem na sua dita inferioridade, tática essa que tem vestígios até os dias atuais, atingindo não apenas para mulheres, mas homossexuais e pessoas trans: a demonização.

Da época em que foi escrito o Gênesis até os nossos dias, isto é, de alguns milênios para cá, essa narrativa básica da nossa cultura patriarcal tem servido ininterruptamente para manter a mulher em seu devido lugar. E, aliás, com muita eficiência. A partir desse texto, a mulher é vista como a tentadora do homem, aquela que perturba a sua relação com a transcendência e também aquela que conflitua as relações entre os homens. Ela é ligada à natureza, à carne, ao sexo e ao prazer, domínios que têm de ser rigorosamente normatizados: a serpente, que nas eras matricêntricas era o símbolo da fertilidade e tida na mais alta estima como símbolo máximo da sabedoria, se transforma no demônio, no tentador, na fonte de todo pecado. E ao demônio é alocado o pecado por excelência, o pecado da carne (MURARO, 2015: 16).

Esses processos de demonização da mulher pelo cristianismo impregnaram a sua representação nas linguagens artísticas, principalmente, porque desde o início da Idade Média “quase toda a produção de arte na Europa tinha que passar pelo crivo da igreja católica [...]. A arte foi ferramenta crucial para a inserção de arquétipos imagéticos no inconsciente coletivo [...]: a imagem da moral e a imagem do diabo” (ELOI, 2018: 13). A princesa e a bruxa dos contos de fadas, dois arquétipos que se repetem na literatura e chegam ao cinema infantil do século XX, representam respectivamente a mulher que atende aos interesses cristãos e capitalistas e a mulher que o ameaça e por isso é demonizada. Não ficando apenas nos contos de fadas e nem apenas na figura da mulher, mas se alastrando por grande parte da produção audiovisual do século XX, a representação de grupos subalternos no cinema continuou a reproduzir opressões contra mulheres, negros, indígenas, latinos, homossexuais e transexuais.

## Representação de transvestigeneres no cinema do século XX

Os primeiros registros de personagens dissidentes<sup>3</sup> no cinema brasileiro, de acordo com Antônio Moreno<sup>4</sup>, data da década de 1950 (PINHEIRO, 2014). Antes disso, a pesquisa de Moreno registrou apenas cinco filmes onde há algum tipo de representação dissidente, mas em nenhum deles é clara a bi/homossexualidade/transsexualidade dos personagens. Em três deles, os personagens se travestiam com fins cômicos. Por não ficar mais claro nos filmes as identidades de gênero e sexuais dos personagens, é muito difícil falar em transexualidade ou bi/homossexualidade neste momento, não confundindo a prática de drag<sup>5</sup> com identidade de gênero e nem com orientação sexual.

A partir de 1949, iniciando com o filme ‘Carnaval no Fogo’, “a ridicularização de personagens travestis (anteriores a uma problematização da transexualidade) continua através das chanchadas da Atlântida” (PINHEIRO, 2014: 43), com personagens que se travestem comicamente. Ainda aqui, é difícil saber se se tratam de travestis ou drag. No entanto, uma coisa é clara, essas personagens são interpretadas por homens cisgêneros e não por pessoas trans – o que é uma questão que será debatida mais a frente – e a veia cômica de se vestirem como mulher tem “a finalidade implícita de provocar um ataque à feminilidade, ao conceito de mulher, como muitos homens fazem hoje no carnaval com a finalidade de se expor ao ridículo, ao invés de as homenagear como fazem drag queens” (PINHEIRO, 2014: 43).

Enquanto as chanchadas brasileiras tratavam de forma cômica a não clara homossexualidade ou transexualidade dos personagens, Hollywood tirou o homossexual do ‘anonimato’ em 1959, com o filme ‘De repente, no Último Verão’, não como

---

<sup>3</sup> Dissidente é usado aqui no sentido de ser alguém ou grupo, cuja identidade e expressão de gênero diverge do normatizado, do padrão imposto socialmente. Portanto, neste artigo, esse termo se refere especificamente a pessoas transvestigeneres, mas também inclui drag queens e drag kings e homossexuais ou bissexuais cuja expressão esteja em não-conformidade de gênero – isto é, que fuja ao que foi estabelecido como expressão de gênero para homens e para mulheres. Grande parte da produção audiovisual debatida não deixa clara a identidade de gênero e sexual dos personagens, não permitindo distinguir facilmente a transgeneridade da prática de drag, por isso, a opção pelo termo ‘dissidente’.

<sup>4</sup> Antônio Moreno, autor do primeiro levantamento sobre a representação LGBT no cinema nacional.

<sup>5</sup> Drag: prática artística de se vestir de acordo com o estabelecido para outro gênero diferente do seu.

ridiculamente cômico, mas como abjeto. Narrando a trágica morte de Sebastian, um jovem gay assassinado brutalmente na Espanha, segundo Guacira Lopes Louro,

É possível afirmar que, embora De Repente, no Último Verão tenha introduzido a figura do homossexual, os recursos que o filme põe em ação para representá-lo mantêm a identidade no lugar da abjeção. O filme parece dizer que Sebastian “merece” seu destino. Outros filmes e outros personagens vão reiterar este lugar. Ainda que possam ser (como efetivamente são) múltiplas e distintas as leituras feitas pelas plateias, é razoável assumir que a repetição de um desfecho trágico para quem se afasta das normas regulatórias da sexualidade tenha produzido efeitos. A temática da homossexualidade deixava de ser ocultada, mas os vestígios da posição desprezível com que fora marcada (certamente não só pelo cinema, é claro!), de um modo ou de outro, persistiriam [...]. Por certo, outros filmes evitaram o trágico ou o dramático e, eventualmente, apelaram para o ridículo ou o caricato para se aproximar da temática (LOURO, 2008: 86).

Pouco antes da instauração oficial da ditadura no Brasil, o cinema nacional já estava sujeito a uma censura, por grande influência do catolicismo e os filmes já tinham que receber pareceres morais. Mesmo que quase a totalidade desses filmes estivessem ridicularizando personagens trans, as tratando como abjetos ou como exóticos objetos sexuais, “a respeito do filme Mulheres, Cheguei! (1961) [...] foi emitida uma nota de repúdio moral [...] questionando a “falha das instituições familiares” do mesmo e a naturalização de “um travesti como algo normal” (PINHEIRO, 2014: 44). Mas boa parte dessas produções não enfrentavam esses problemas de ‘subversão’, nem no Brasil e nem no exterior, porque tratavam essa nem sempre clara prática de drag ou transgeneridade para fins de deboche.

O riso revela-se fácil, especialmente, quando são enfatizadas dificuldades ou trapalhadas de alguém que se esforça por realizar uma performance de gênero oposta à sua “natureza”. A plateia, em tais casos, é colocada na posição de cúmplice do personagem e “sabe” que ele ou ela não é o que está fingindo ser; em outras palavras, a plateia “sabe” que o personagem não transgrediu ou não atravessou “pra valer” as fronteiras de gênero e, ao final, irá retornar à “normalidade”. Há, portanto, um caráter provisório nesse (suposto) atravessamento e, provavelmente por isso, a situação não parece ser, efetivamente, subversiva (LOURO, 2008: 92).

Os primeiros avanços na representação das travestis no cinema brasileiro já datam da década de 1980, trazendo uma imagem de uma transgeneridade a ser levada a sério e dos problemas sociais enfrentados por esse grupo. O filme de 1981, ‘Pixote, a lei do mais fraco’, tem em seu enredo principal a travesti Lilica, presa na FEBEM para meninos. A realidade do sistema penitenciário brasileiro é extremamente opressora e violenta para pessoas trans, que atenta contra a integridade física e psicológica desses indivíduos, “e mostra a importância do reconhecimento da identidade social desses indivíduos para poder ter acesso aos direitos e deveres referentes ao gênero que sentem pertencer de verdade” (PINHEIRO, 2014: 45).

Não se tem registros de personagens transmasculinos nos filmes brasileiros até meados da década de 1980. Até aqui, essas personagens transfemininas têm sido representada majoritariamente por homens cis ou em raros casos por mulheres cis. Em 1981, temos a primeira personagem mais significativa interpretada por de fato uma pessoa trans, no filme de Arnaldo Jabor, ‘Eu te Amo’, interpretada pela atriz e travesti Vera Abelha. Antes disso, Rogéria, ícone trans do cinema brasileiro, atuou na comédia de 1975 ‘O Sexualista’. Os homens trans começam a ganhar visibilidade apenas em 1986, a partir do filme ‘Vera’, mas interpretado por uma mulher cis. O personagem também se encontra em uma situação de cárcere na FEBEM, no entanto, “Vera parece ser o único longa-metragem, até então, a abordar no Brasil a identidade de gênero e o processo de transição de homens assignados como mulheres ao nascer” (PINHEIRO, 2014: 49).

Os anos 1990 trazem Rogéria novamente no filme ‘A maldição Sanpaku’, de 1992, como vilã assassina. Já o início dos anos 2000, a temática brasileira e hollywoodiana mais comum para abordar a questão trans é o HIV, a promiscuidade ou a criminalidade. A obra brasileira ‘Carandiru’ de 2003 traz novamente o sistema penitenciário brasileiro, com uma trans prostituta interpretada por um homem cis que, por ter se relacionado com milhares de homens, teme pelo diagnóstico de HIV.

Na maioria dos filmes citados, os arquétipos da transgeneridade variam pouco e continuam num patamar de estereotipação, fetiche, patologização ou ridicularização. Além disso, o fato de pessoas trans serem usadas como temática de construção de narrativas, mas não comporem a narrativa é sintomático ao mesmo tempo em que



causador de uma realidade de opressão. A produção da alteridade em que ‘um’ constrói a imagem do ‘outro’, através de seu ponto de vista sobre o ‘outro’, tende a ter o mesmo resultado que as produções cinematográficas de grande parte do século XX: um ‘outro’ ridicularizado, abjeto, exótico, anormal, estranho, engraçado, etc. Além disso, é um processo de explorar uma ideia de uma identidade, a homogeneizando e negando a esse grupo voz para falar por si mesmo, para existir em sua própria narrativa.

Esses próprios filmes revelam uma realidade de subemprego e/ou prostituição de travestis e transexuais e ainda assim, colaboram para que essa situação se mantenha, fechando suas portas às pessoas trans que poderiam atuar nos filmes, trabalhar na equipe técnica ou de criação e produção. A empregabilidade trans nas artes pode parafrasear a frase de Viola Davis ao receber um prêmio Emmy e ser a primeira mulher negra a receber um Oscar, um Emmy e um Tony: o que diferencia pessoas trans de qualquer outra, são as oportunidades. Não podem haver prêmios por papéis que não existem. A diferença entre representação e representatividade é que, no segundo, o grupo social representa a si mesmo, do seu ponto de vista, produzindo a alteridade para celebrar a sua identidade.

Além de ser o país que mais mata pessoas trans, o Brasil é o país que mais consome pornografia trans (HMC, 2018). São os lugares destinados a pessoas trans no Brasil: a violência ou a hipersexualização. No século XXI, especialmente, após o surgimento do Youtube em 2005, a produção audiovisual mundial, incluindo a brasileira, ganhou novas perspectivas. Enquanto no cinema hegemônico nacional chegavam títulos como ‘Elvis e Madona’ de 2010 e de 2012 ‘A febre do rato’, a plataforma virtual permitiu que criações independentes tivessem alcance global. Além de curtas metragens, entrevistas e vlogs, que permitiram o aumento significativo da representatividade trans, a produção de vídeos de artistas trans também ganharam notória visibilidade em território nacional.

### **Representatividade transvestigenera no Youtube**

A virada do século reinventou a forma de acessar formas de arte midiáticas, como o cinema, a música e o videoclipe, redefinindo, portanto, a forma de criar essas artes. Inúmeros artistas brasileiros puderam se promover depois do advento do Youtube e das

redes sociais. Os artistas independentes se valeram dessas plataformas virtuais para conseguir se estabelecer no mercado. Com plataformas de download de músicas e de acesso gratuito a vídeos, pequenos grupos locais, da noite para o dia, se tornavam sensações globais. Shows com centenas de fãs, em pouco tempo, se multiplicaram para milhares.

Teoricamente, o objetivo do Youtube – presente inclusive em seu slogan atual *Broadcast Yourself* (algo como transmitir-se) – está em disponibilizar um espaço para que os usuários produzam seus próprios vídeos e os compartilhem. Isso aconteceu e acontece de fato, tanto que alguns desses usuários acabaram se tornando famosos na comunidade do Youtube e até extrapolando os limites da Internet, partindo para a mídia offline (PEREIRA, 2010: 51).

O videoclipe na Internet foi decisivo para criação e difusão dos signos e significados socioculturais que os novos movimentos artísticos e sociais produziam, porque suas imagens tem um alcance mais universal do que o cinema e a TV, sendo, portanto, mais incisivo na produção de sentidos e na construção ainda mais fluida da pós-modernidade. Além disso, com o Youtube, a produção de vídeos se tornou muito forte no Brasil, uma das principais linguagens audiovisuais da atualidade. Ao se deparar com o corpo trans num videoclipe, um corpo historicamente marginalizado, estigmatizado e, principalmente, ignorado pelas classes dominantes, todos os signos, padrões, normas e sentidos estéticos e morais propagados pela cultura visual começam a ser questionados, a ser recriados.

Tendo como realidade a marginalização e criminalização de pessoas trans, em muitas músicas e vídeos de artistas trans, essa realidade é relatada, porque faz parte de seus cotidianos, não para estereotipar ou marginalizar, mas para problematizar essas situações que são tão constantes. A discriminação e a violência que esse grupo vivencia é uma reação em cadeia, que o acompanha desde as primeiras relações familiares, passando pelas agressões na escola, que ocasiona a evasão; a evasão escolar gera despreparo para o mercado de trabalho, obrigando mais de 90% das pessoas trans a recorrerem à prostituição (ANTRA, 2018); o constrangimento na saúde, que gera também a evasão, a qual ocasiona problemas, às vezes fatais, por uso de hormônios sem

acompanhamento e procedimentos clandestinos; além da violência nas ruas, que faz com que 40% dos assassinatos de pessoas trans do mundo inteiro ocorram no Brasil (ANTRA, 2018).

Há diversos artistas trans que se valem do Youtube como plataforma contra-hegemônica de produção e difusão audiovisual. Não apenas homens e mulheres trans e travestis, mas abarcando o grande espectro das pessoas trans não binárias<sup>6</sup>. A representação trans através da representatividade, não de forma estereotipada, ridicularizada ou como objeto de fetiche, traz o debate de gênero à tona, revelando que “o aparelho de produção de verdade já não funciona mais” (PRECIADO, 2013). Dos principais artistas trans da atualidade, o Brasil conta com nomes como Linn da Quebrada, Jaloo, Banda Uó – não mais em atividade, a banda tinha como vocalista a cantora trans Candy Mel – Danna Lisboa, As Bahias e a Cozinha Mineira – banda que conta com as vocalistas trans Raquel Virgínia e Assucena Assucena – Mc Xuxú, Mulher Pepita, Kaique Theodoro, Mc Téhh Queiroz, Rosa Luz, Erick Barbi, Liniker, Mc Trans, Alice Guél e Saint-Hill – brasileiro que vive e grava músicas nos EUA.

Não apenas esses artistas conquistaram seu espaço e deram outras perspectivas sobre o mundo e a construção da imagem de pessoas trans, como também muitos deles garantiram a empregabilidade trans em seus projetos. Como é o caso dos clipes de ‘Ao Sol’ de Kaique Theodoro e ‘Chama a Beleza’ de Mulher Pepita, que conta com um elenco trans. No primeiro, Kaique aparece com o violão tocando sua música, enquanto pessoas trans aparecem diante da câmera, inclusive o artista, com pinturas douradas em seus rostos, depois todos interagem acariciando o corpo de Kaique. Ao enaltecer as pessoas trans no vídeo, de acordo com o próprio artista, “sua intenção foi mostrá-las para que todos vejam longe da transfobia o quanto são incríveis como qualquer ser humano” (LUCON, 2017).

Já em ‘Chama a Beleza’, aparecem pessoas cis e trans de diferentes cores, tamanhos, expressões, etnias, orientações e corpos, enquanto Pepita evoca os mais diversos tipos de beleza existentes, num clima festivo, criticando o padrão de beleza que

---

<sup>6</sup> Trans não binária: pessoa cuja identidade de gênero não é homem nem mulher, podendo haver uma imensa variedade de possibilidades de não-binariedade, que envolve estar entre os dois, mais próximo de um ou outro, fluidez de gênero ou até mesmo, neutralidade e até ausência de gênero.

tenta adequar às pessoas a caberem nele e só assim serem felizes. No clipe, Pepita recusa esse padrão e apresenta a diversidade como a própria beleza, inclusive, aparecendo no clipe em alguns momentos performatizando uma expressão masculina, com roupas e acessórios, tidos como masculinos. O clipe homenageia a travesti Claudia Celeste, que aparece no vídeo transfigurada na imagem de santa, num pequeno altar.

No clipe/curta-metragem ‘BlasFêmea/Mulher’, de Linn da Quebrada, por exemplo, há um forte engajamento político e uma imensa problematização da situação das pessoas trans no Brasil, ao mostrar a violência que uma mulher trans sofre, especialmente, a mulher negra. O vídeo empodera as mulheres e fomenta a união de mulheres, cis e trans, para a proteção delas mesmas e pela luta pelos seus próprios direitos. Uma questão que muitas vezes fica em aberto nos movimentos sociais feministas, já que não são todas as vertentes do feminismo que incluem ou mesmo respeitam pessoas trans.

As Bahias e a Cozinha Mineira, em seu ‘Apologia às Virgens Mães’, clipe dirigido pelo artista trans Jaloo, trazem uma estética rica em simbologia das inúmeras facetas do feminino, com signos da cultura matriarcal e da construção da mulheridade na história patriarcal, através da dualidade entre a casta e materna Virgem Maria e livre e sexual Maria Madalena. De acordo com Assucena, uma das vocalistas, “a interseção de tempos vão pontuando linhas de um imenso bordado que constrói diacronicamente a mulher, entre resistência, sorrisos, lágrimas e a maternidade como um ônus natural” (MOURA, 2016). Em um trecho da letra, elas cantam ‘Já choraram teu choro, prantos correm na história, feito rio que erode do espaço às margens: Trajetória. E dum choro contido, de branco e grinalda na média, abusaram o desejo do corpo e teu sonho trajou de tragédia’. É um clipe com uma riqueza visual que dialoga diretamente com a letra da música, trazendo signos imagéticos das relações de alegrias e sofrimentos de ser mulher, ao longo da história, em suma, um vídeo sobre a resiliência feminina.

Em clipes como ‘Chuva’ de Jaloo ou ‘Sem nome, mas com endereço’ de Liniker, a androginia é trazida de uma maneira artística, em conexão com a natureza e o divino. Além disso, Jaloo sendo uma pessoa trans não binária paraense, com traços indígenas e Liniker sendo uma mulher trans não-binária e negra, as produções apresentam outros recortes, nomeadamente de raça e etnia, para além das questões de gênero, sendo duplamente, contra-hegemônicas, trazendo realidades não-cis e não-brancas. A água é

uma constante em ambos os clipes, mais forte no vídeo de Liniker. A água é um elemento fluido e místico, que conecta todos os povos, e quebra todas as fronteiras simbólicas inventadas pelo homem para os separar. Além disso, ela é fonte da vida para todos os seres vivos, sem distinção e ajuda a construir uma estética criativa e bela, uma criação artística que surpreende por sua delicadeza e potência.

Apesar da música se chamar ‘Chuva’, a força da natureza evocada por Jaloo é a mãe terra e o vento, enquanto sozinho realiza sua performance coreográfica numa floresta, na montanha e por fim, num lago, com roupas esvoaçantes. O vento é algo que ao mesmo tempo que é calma, também é caos, é uma força invisível que toca a montanha com a mesma força que toca a folha da figueira. Já a terra, é o elemento que dá a vida e leva a vida de volta. Em muitos mitos – como o de Gaia e Urano, na mitologia grega – ela foi fertilizada pela chuva e pariu o mundo. Após a morte, a terra cobre a vida que se esvaiu e alimenta outra vida. A natureza é ambígua e dialética, tal como o corpo andrógino que canta e dança durante todo o clipe, até que ele próprio se transforma numa força da natureza.

Em ambos os casos, a construção da imagem trans é feita como a de qualquer outra pessoa, com um toque de doçura e simplicidade, uma relação de harmonia e equilíbrio com a natureza, com o divino e com a música. Algo que poderia ser traduzido como uma existência comum em meio as bilhões de existências na natureza, uma existência que se conecta com todas as outras de forma harmônica e pacífica, não numa relação de dominação, mas de integração e unidade.

Sem compromisso com um engajamento político ou com a problematização de opressões sociais vividas por pessoas trans, a simples representatividade presente nesses vídeos já promove a normalização dessas identidades no meio social, que durante tanto tempo foram – e ainda são – patologizadas ou ridicularizadas, como se suas existências ‘anormais’ fossem motivos de piada, fetiche ou de ameaça. O sofrimento e a violência são reais, mas não definem ou limitam a experiência trans. Suas presenças como artistas nesses vídeos tornam suas imagens mais comuns e menos caricatas, menos ameaçadoras, apenas pessoas comuns, cantando, dançando, criando arte, desfazendo os estereótipos que lhes foram atribuídos, mostrando que são apenas pessoas, não o ‘eu’, não o ‘outro’, apenas mais alguém na jornada interminável da humanidade em busca de sua própria felicidade.

## Referências Bibliográficas

- ANTRA, Associação Nacional de Travestis e Transexuais. *Mapa dos Assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017*. ANTRA, 2018.
- BENEDETTI, Marcos. *Toda Feita – O corpo e o gênero das travestis*. São Paulo: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. *A Reinvenção do corpo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BUTLER, Judith. Actos performativos e a constituição de gênero – Um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: MACEDO, Ana Gabriela; RAYNER, Francesca. *Gênero, cultura visual e performance: antologia crítica*. Ribeirão, Portugal: Edições Húmus, 2011. p.69-87.
- DIAS, Belidson.. *O i/mundo da educação em cultura visual*. Editora do Programa de Pós-Graduação em Arte da UnB: Brasília, 2011
- ELOI, Carla Luã. *Não se nasce Malévola, torna-se: a representação da mulher nos contos de fadas*. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2018.
- GARCIA, Carla. *Entrevista: Machismo e Sexualidade*. Canal das Bee. São Paulo, 2015. <disponível em <https://www.youtube.com/> acesso 25/01/2016>.
- JUNG, Carl. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- HMC, Pedro. *Brasil é país que mais mata e mais procura transexuais na Internet*. Põe Na Roda, 2018 <disponível em <https://poenaroda.com.br/> acesso 04/09/18>.
- LAURETIS, Teresa de. *A Tecnologia do Gênero*. Indiana: Indiana University Press, 1987.
- LOURO, Guacira Lopes. *Cinema e Sexualidade*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 2008.
- LUCON, Neto. *OMS (finalmente) anuncia ter retirado identidades trans da lista de transtornos mentais*. NLUCON, 2018 <disponível em <https://nlucon.com> acesso em 03/09/18>
- \_\_\_\_\_. *Cantor Kaique Theodoro enaltece representatividade*. NLUCON, 2017 <disponível em <https://nlucon.com> acesso em 4/09/18>.
- MOURA, Beatriz. *Veja o clipe de "Apologia às Virgens Mães"*. CEERT, 2016 <disponível <http://www.ceert.org.br/noticias/historia-cultura-arte/> acesso em 05/09/18>
- MURARO, Rosie Marie. *Malleus Maleficarum – O Martelo das Feiticeiras*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.
- OMS, Organização Mundial de Saúde. *Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID-10*. OMS, 2008.

PEREIRA, Nastacha de Avila. *Marketing viral na web: análise da difusão de vídeos distribuídos no youtube*. Porto Alegre: UFRS, 2010.

PINHEIRO, Anna Caroline de Moraes. *A representação de transexuais e travestis no cinema brasileiro*. Brasília: Universidade de Brasília, 2014.

PRECIADO, Paul Beatriz. *Manifesto Contrassexual – Práticas Subversivas de Identidade Sexual*. São Paulo: N-1 edições, 2014.

\_\_\_\_\_. *Nós dizemos Revolução*. Rede Universidade Nômade Brasil, 2013. <disponível em <http://uninomade.net/tenda/nos-dizemos-revolucao/> acesso 20/07/2018>

SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais*. Vozes: Brasil, 2009.

### Fontes

YOUTUBE, 2018. *‘Ao Sol’ de Kaique Theodoro; ‘Chama a Beleza’ de Mulher Pepita; ‘Chuva’ de Jaloo; ‘BlasFêmea/Mulher’ de Linn da Quebrada; ‘Apologia às Virgens Mães’ de As Bahias e a Cozinha Mineira; ‘Sem nome, mas com endereço’ de Liniker*. <disponível em <http://youtube.com> acesso em 29/08/2018>.

## TRIANON EM DESTAQUE: UM PARALELO ENTRE AS BANHISTAS E O UNIVERSO INDÍGENA DE MANOEL SANTIAGO

Laíza de Oliveira Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** Este estudo faz parte de uma seleção de pinturas com a temática do nu, analisadas pelo projeto de pesquisa “O Nu no Museu Mariano Procópio”, coordenado pelo professor Dr. Martinho Alves da Costa Júnior na Universidade Federal de Juiz de Fora. Tem como objetivo compreender características da tela *Trianon*, do pintor amazonense Manoel Santiago, presente no Museu Mariano Procópio, e entender seu contexto de produção no início do século XX, além de observar as influências do pintor e refletir acerca de seu papel e relevância no âmbito acadêmico brasileiro no período.

**Palavras-chave:** Manoel Santiago, Banhistas, Nu.

**Abstract:** This study is a selection of paintings with the theme of nudity, analyzed by the research project “The Nude in the Mariano Procópio Museum”, coordinated by professor Dr. Martinho Alves da Costa Júnior. It’s objective is to understand the characteristics of the *Trianon* canvas, by the amazonian painter Manoel Santiago, part of the Mariano Procópio Museum collection. In addition, it will be analyze it’s context of production in the beginning of the 20th century, as well as observing the painter’s influences and reflecting on his role and relevance in the academic field in the period concerned.

**Keywords:** Manoel Santiago, Bathers, Nude.

### A Obra

---

<sup>1</sup>Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: laizarodriguesp@hotmail.com





*Trianon*, de Manoel Santiago, 1929. Óleo sobre tela, 55 x 46 cm. O quadro pertence a coleção do Museu Mariano Procópio. Fonte: Museu Mariano Procópio

Neste artigo temos como objetivo analisar a obra intitulada *Trianon*, do pintor amazonense Manoel Santiago, presente na coleção do Museu Mariano Procópio, em Juiz de Fora. De acordo com as informações disponibilizadas pela instituição, a tela, uma pintura a óleo datada de 1929, foi realizada em Paris<sup>2</sup>, período em que o autor desfrutava do Prêmio Viagem ao Exterior, proporcionado pela Escola Nacional de Belas Artes, em 1927. O quadro em questão foi exposto no 5º Salão Municipal de Belas Artes Antônio Parreiras, recebendo o 1º prêmio Hipólito Caron de 1954. Em seguida, foi doado ao Museu Mariano Procópio<sup>3</sup>, integrando seu acervo até a atualidade.

Em *Trianon*, a temática da representação de banhistas em um ambiente idílico se evidencia, abordagem característica do início do século XX e parte de amplo repertório na História da Arte, sendo um assunto recorrente no conjunto de obras de Manoel Santiago. Trata-se de um ambiente aberto, cercado por uma vegetação abundante e grandiosa, na qual árvores densas se estendem do centro da tela, abrangendo suas extremidades superiores e contribuindo para a sensação de um espaço quimérico. No solo, figuras nuas se encontram em diversos planos, mulheres e crianças que dançam e parecem brincar às margens de um grande lago que circunda o ambiente, transmitindo a sensação de juventude e apreciação. Sob maior luminosidade, uma figura feminina de cabelos

<sup>2</sup> Informação encontrada no verso da tela.

<sup>3</sup> O Museu Mariano Procópio possui em seu acervo, além de *Trianon*, a tela *Flores e rosas no azul*, de Manoel Santiago, datada de 1969.

avermelhados, localizada no primeiro plano, atrai de forma mais direta o olhar do espectador. Ela tem os pés na relva e segura nas mãos um tecido decorado, em um movimento que não se identifica com nitidez, podendo significar um descanso após um mergulho ou a intenção de se cobrir. De maneira geral, todos os personagens no quadro parecem se encontrar em um momento de comunhão com a natureza, desfrutando deste espaço idealizado.

Para que uma análise mais aprofundada dos aspectos referentes ao quadro *Trianon* seja realizada, consideramos neste estudo a relevância de abordarmos a tradição da representação de mulheres no banho, parte da cultura Ocidental, posicionando a tela dentro deste repertório pictórico e estabelecendo alguns diálogos. Além disso, na busca de ampliar a visão sobre questões que tangenciam a realização da tela, mobilizamos para o presente estudo algumas informações sobre a vida do artista, entendendo que a apresentação de sua carreira enquanto pintor auxilia na compreensão da tela dentro de sua trajetória artística. Assim, realizamos um recorte da vida do pintor amazonense, nos voltando ao estudo de seus trabalhos até o período anterior à realização de *Trianon*, refletindo sobre sua recepção nos Salões.

### **Trajatória de Manoel Santiago e sua importância no cenário artístico nacional**

Nascido em Manaus, no ano de 1897, em uma família de descendentes de espanhóis, supostamente, Manoel Santiago apresenta logo na juventude inclinação à pintura, fato comumente destacado pelos autores dedicados à sua biografia, que o apresentam como um jovem sensível às belezas da natureza e dotado de habilidades latentes para representá-las – “nasce um gênio”<sup>4</sup>, segundo Chermont de Britto, que através de sua narrativa destaca o brilhantismo do artista logo nos primeiros anos do ginásio (BRITTO, 1980). Por volta de 1910, já instalado em Belém do Pará com sua família, Manoel Santiago ingressou no Colégio Progresso Paraense, iniciando seus primeiros estudos de pintura e desenho com o professor Theodoro Braga (1872-1953) – mestre que

---

<sup>4</sup>A obra de Chermont de Britto, se constitui como uma elaborada narrativa acerca da vida do pintor Manoel Santiago. Ela assume característico perfil de enaltecimento de sua trajetória e de seu trabalho artístico, descrevendo momentos louváveis em sua biografia, sem se preocupar, no entanto, na apresentação plausível ou documental de seu acesso aos fatos descritos.

exerceu notável influência na educação de Santiago e em seu particular interesse sobre as lendas nacionais.

Braga tinha a intenção pessoal de construir um ideal artístico a partir das características locais, desenvolvendo uma “visão amazônica”, “valorizando a pintura de elementos locais e a instrução artística como ponto alto para a construção de uma arte brasileira”(NETO, FIGUEIREDO, 2012).Obras como *A Fundação da cidade de N. Sra. de Belém do Pará* (1908), *Muiraquitã* (1920) e *Fascinação de Iara* (1929), realizadas pelo artista, são exemplos do enaltecimento do motivo nacional e também das lendas de nossa cultura. A importância por ele dedicada à aplicação das cores puras e a própria representação do nu feminino são características aproximadas do trabalho construído por Manoel Santiago em sua trajetória, enquanto discípulo.<sup>5</sup>

Não abandonando suas ambições de seguir a carreira artística, Santiago iniciou seus estudos na faculdade de Direito do Pará e em 1914 começou a trabalhar nos Correios. Ainda assim, manteve-se no cenário das artes na região, participando da Academia Paraense de Bellas Artes e de exposições estudantis (NETO, FIGUEIREDO, 2012).Em 1919, Manoel Santiago transferiu-se para o serviço dos Correios do Rio de Janeiro, tendo como objetivo expandir seus estudos sobre pintura, trabalhando no turno da noite e frequentando a Escola Nacional de Belas Artes durante o dia. Na nova escola, foi aluno de pintores como Batista da Costa, Rodolfo Chambelland, Gonzaga Duque e Eliseu Visconti, professor particular de Manoel, com quem nutriu grande amizade, sendo considerado “excelente mestre com quem devem ter saído as primeiras paisagens autênticas de Manoel Santiago”(AQUINO, 1986). A primeira participação do artista no Salão se deu em 1920, quando apresentou um Autorretrato digno de menção honrosa.

Durante as aulas na ENBA, Santiago conheceu a pintora Haydéa, também aluna de Rodolfo Chambelland, com quem se casou em 1923 – mesmo ano em que funda o Salão de Primavera, considerado o primeiro salão independente, que tinha o objetivo principal de reagir frente ao academicismo da época.<sup>6</sup> No mesmo ano, Manoel participou

---

<sup>5</sup> A partir do estudo de Paola Pascoal, em “Theodoro Braga e as proposições para uma arte brasileira”, observa-se que Braga defendia a implantação de cursos fundamentados nos aspectos nacionais nas escolas brasileiras, contemplando a cultura marajoara, com a finalidade de introduzi-la no sentimento de pertencimento nacional.

<sup>6</sup>Mais considerações sobre o Salão de Primavera podem ser encontradas no periódico *O Brasil*, do dia 22 de Novembro de 1922.

da 30ª Exposição Geral de Belas Artes, conquistando a Menção Honrosa de 1º Grau com a tela *Yara*, trabalhando já neste período com o que seria considerado seu grande objeto de trabalho: a temática das lendas indígenas e a composição do nu feminino, muitas vezes em um ambiente tomado pela natureza.

Na exposição de 1925, Manoel Santiago apresentou três quadros que geraram grande repercussão no discurso da crítica, um momento decisivo na carreira do pintor. Duas de suas telas, que representavam o nu feminino, intituladas *Noturno de Chopin* e *Flor de Igarapé* – premiado com a Medalha de Prata – foram comentados pelo *O Jornal*:

Arrebatado pelas asas da fantasia, o Sr. Manoel Santiago andou vagando pelo país das quimeras e do sonho. Foi de lá que ele nos trouxe, para este mundo de coisas reais e utilitárias, o “Noturno de Chopin” e a “Flor do Igarapé”. São dois nus trabalhados dentro de um puro idealismo. Olha-se com viva simpatia para esses dois quadros, mesmo abstraindo do convencionalismo que os envolve, tal a harmonia de suas linhas e tão grande a suavidade que deles transborda (O JORNAL, 1925: 7).

O terceiro quadro, identificado por *Sesta Tropical*, foi afastado da exposição pela alegação de imoralidade de um dos membros da comissão avaliadora, o professor Rodolpho Amoedo, ação duramente criticada pelos jornais da época, como “um ato que põe em cheque a soberania do júri”, de acordo com o *Jornal Gazeta de Notícias*.<sup>7</sup> Mobilizando para a causa o fato de que Amoedo fora, no passado, também alvo de acusação de imoralidade pelo quadro *Dorso de Mulher*, Adalberto Mattos, na revista *Ilustração Brasileira* afirma:

A acusação, em se tratando do quadro de Manoel Santiago, atinge o absurdo (somente uma miopia maldosa seria capaz de julgá-la verdadeira). Uma sesta tropical foi a tela atingida pela perversidade. [...] Bem embaraçosa e pitoresca é a situação criada com a acusação assacada, o critério estabelecido importa quase no fechamento das portas da Escola Nacional de Belas Artes, onde figuram os maravilhosos calcos da estatuária grega em plena NUDEZ, [...] e principalmente Estudo de mulher quadro impregnado de realismo zolista tão em voga quando o Sr. Rodolpho Amoêdo, seu autor, o concebeu! Se não quiserem cerrar as portas do palácio das Belas Artes, no mínimo, terão que vestir tangas no Apolo de Belvedere, no

---

<sup>7</sup>Este trecho pode ser encontrado na reportagem realizada pelo jornal *Gazeta de Notícias*, em 12 de agosto de 1925.

Laocoonte e em todo séquito de nus maravilhosos que enchem de beleza resplandecente as galerias do nosso museu máximo... É tão absurdo o critério, que não nos é possível acreditar na sua sinceridade. (MATTOS, 1925).

Em seguida, Mario Linhares, em seu exemplar *Nova Orientação da Pintura Brasileira*, de 1926, escolhe Manoel Santiago como tema de estudo, por este lhe parecer “dotado do melhor sentimento nativista”, e também defende o artista: “O seu nu artístico é um elemento de beleza e de Graça, sem ultrajes à moral.” (LINHARES, 1926: 16). Os efeitos da defesa favorável da crítica seguiram o trabalho de Santiago, que em 1927<sup>8</sup>, na 34ª Exposição Geral de Belas Artes, apresentou a tela *Marajoaras*, conferindo-lhe o Prêmio de Viagem ao Exterior, conquista que, de acordo com a crítica de Ivone Pimentel, no *Jornal A Rua*, “já vinha sendo retardada, devido a conspiração inconsequente de mesquinhos despeitos” (PIMENTEL, 1927: 2).

Assim, em 1928, Manoel Santiago se direcionou à Europa ao lado de sua esposa, Haydéa Santiago, que também havia sido contemplada pelo Salão com a Grande Medalha de Prata pelo quadro *Veranistas*. No período de viagem, o casal teve a oportunidade de visitar museus da França, Espanha e Itália. Em Paris, residiram em Montparnasse, local onde se concentravam muitos artistas e intelectuais do período, relacionando-se com importantes nomes da pintura, como Portinari, Quirino Campofirito, Di Cavalcanti e Armando Vianna, trocando experiências e partilhando o mesmo circuito artístico. Haydéa e Manoel se dedicaram ao estudo da pintura na Academia La Grand Chaumière, tendo mestres como Vuillard (1868-1940) e o retratista Louis François Biloul (1874-1947) (BRITTO, 1980: 86). Durante sua estada, Manoel participou ativamente das exposições nos salões franceses, tendo trabalhos expostos no Salão das Tulherias, Salão Colonial dos Artistas Franceses, entre outros, sendo bem recebido pela crítica francesa e tendo alguns de seus quadros destacados na *ReveduVrai e duBeau*, comentadas por Jules de Saint-Hilaire.<sup>9</sup>

Destacamos, por fim, ser neste ambiente de socialização que Santiago realiza a obra aqui estudada, *Trianon*. Mediante a essa exposição e através dos comentários

<sup>8</sup> Neste ano, Manoel Santiago inicia uma apresentação periódica, intitulada “A Amazônia Lendária na arte brasileira”, na qual publicava ilustrações e contava algumas das lendas nacionais. Posteriormente, esse material foi agrupado no livro “Lendas Amazônicas”, publicado em 1967 por Manoel, com o apoio do Governo do Estado do Amazonas.

<sup>9</sup> Para mais informações, confira a reportagem realizada pela *ReveduVrai et duBeau*, realizada em junho de 1929.

selecionados de jornais do período, sobre o pintor no início de sua carreira artística, podemos inferir o papel de singular importância que seu trabalho pictórico representou no âmbito artístico brasileiro na primeira metade do século XX – principalmente pela composição de seus nus femininos e na representação de ambientações de caráter tipicamente nacional.

### ***Trianon* e a representação de mulheres no banho**

No universo das artes, o tema das figuras nuas, incorporadas a uma paisagem, foi elaborado de diferentes maneiras ao longo dos séculos, sendo parte da tradição na pintura Ocidental. Compreendendo que as formas de encarnação do corpo nu se relacionam com a organização social, analisaremos brevemente a conjuntura de representação do corpo despido, buscando ampliar nosso campo de estudo e entendendo o quadro *Trianon* como parte deste cenário.

Amplamente difundida, como coisa comum, a apresentação do corpo nu no contexto medieval pode ser entendida como uma “representação não polida da realidade”, característica interrompida no século XVI pelo maior rigorismo nos costumes e nas composições de ilustrações, reivindicados pelos movimentos da Reforma e Contrarreforma, que apartaram as imagens do Renascimento de uma representação cotidiana dos corpos (BONNET, 2006:81).

*A obsessão com a decência invadirá as consciências e estará no coração dos dois principais movimentos sócio-religiosos do século XVI: A Reforma e a Contrarreforma. Em um caso, a repressão sexual será acompanhada por um desaparecimento de imagens, no outro, de uma censura hipócrita. Mas essa dissimulação conduzirá mecanicamente a novos jogos de olhares: não pode mais ser publicamente demonstrado do que é uma referência cultural, mitológica, histórica ou bíblica, deveria ilustrar o que há de mais elevado no homem*(BONNET, 2006: 95, tradução da autora).<sup>10</sup>

<sup>10</sup>"L'obsession de la décence envahira les consciences et sera au cœur de deux grands mouvements socio-religieux du XVI<sup>e</sup> siècle: La Réforme et la Contre-Réforme. Dans un cas la répression sexuelle l'accompagnera d'une quasi-disparition des images, dans l'autre d'une hypocrite censure. Mais cette dissimulation obligera mécaniquement de nouveaux jeux de regards: ne peut plus être montré publiquement que ce qui relève d'une référence culturelle, mythologique, historique ou biblique, censée illustrer ce qu'il y a de plus élevé en l'homme."

De acordo com Jacques Bonnet, a censura religiosa à representação da plena nudez levou os artistas do Renascimento a se adaptarem às condições sociais e morais impostas, aproveitando episódios mitológicos e bíblicos para, enfim, apresentarem o corpo nu, enroupado de significação sacra. Nesta conjuntura, a temática do banho assumiu caráter mítico, partindo da ilustração de deusas e ninfas, distanciando o que é exposto figurativamente de conexões com o universo terreno, aspecto exemplificado pelas telas do século XVI, *O Banho de Diana*, de Clouet, e *Diana e Calisto*, de Palma Vecchio.



*O Banho de Diana*, de Clouet. Fonte: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand

No entanto, com o tempo as representações femininas em cenas de banho se modificaram, passando por um processo de secularização, no qual as ambientações se tornavam progressivamente cotidianas, distanciando-se do antigo pretexto de identificação mitológica e revelando-se na apresentação de um nu mundano e menos alegórico, que aparece no século XIX como uma variante final no movimento orientalista (BONNET, 2006). Em *Banhistas* ou *Mulheres turcas se banhando*, obra de Eugène Delacroix, realizada em 1854, não se encontram os referenciais da narrativa religiosa ou mítica, ilustrando, por outro lado, um ambiente que faz parte da realidade, composto por mulheres “tangíveis”, ainda que dentro de um contexto cultural distante dos costumes ocidentais.

Entre os séculos XIX e XX a temática da figura feminina no banho foi explorada de diferentes formas, por artistas como Suzanne Valadon, Paul Cézanne e Renoir. Uma característica comum entre as diversas maneiras de ilustração da cena pode ser notada

pelo ambiente retratado, espaços tomados pela vasta vegetação, que assume aspecto paradisíaco em conjunto com os corpos nus em desfrute do ambiente, atributos que também se evidenciam na tela de Manoel Santiago, *Trianon*. Telas com *Mulheres no Banho*, de Alfons Van Beurden Jr. e *Paisagem com Banhistas*, de Renoir, realizada em 1885, apresentam espaços que parecem tender à gradativa junção entre o corpo feminino e o espaço natural que o envolve, uma relação que se aproxima da atmosfera construída por Santiago ao longo de sua produção artística, relacionando a mulher com a natureza.



*Paisagem com Banhistas*, de Renoir, 1885. Fonte: WahooArt

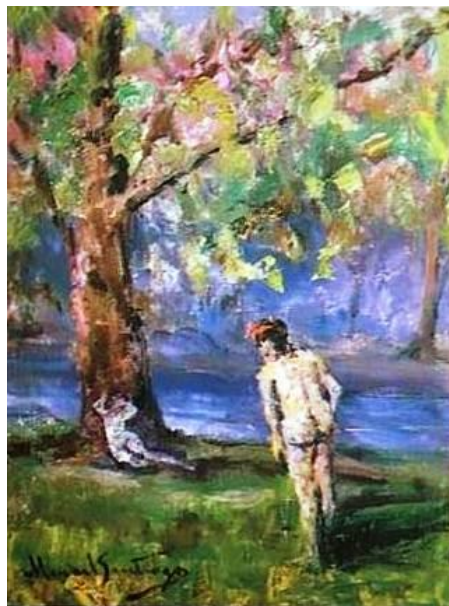
Além disso, destacamos que essa vertente temática foi contemplada na Academia brasileira, presente em obras como *Banho Matinal*, de Armando Vianna, exposta em 1929, em *Banhistas, paisagem com árvores, lago e nus femininos*, de João Batista da Costa, em 1925 e também pela tela premiada *Banhista*, do Sr. Miguel Campploth, um artista eclipsado no cenário artístico do período e de difícil rastreamento. Sendo assim, é possível compreender *Trianon* dentro de um conjunto de produções no âmbito das artes, situadas temporalmente. Ademais, partindo do detalhamento da trajetória profissional de Manoel Santiago ampliaram-se as possibilidades de assimilação das influências do artista, além de destacarmos o reconhecimento apontado pela crítica do período em relação ao seu trabalho.

### **Considerações Finais**

Com o intuito de melhor analisar o quadro *Trianon*, consideramos a relevância de destacar que a temática das banhistas aparece com grande fôlego na obra de Manoel



Santiago, constituindo um conjunto significativo de suas telas, realizadas em diferentes períodos de sua trajetória artística. Este motivo aparece de diferentes maneiras em suas reproduções de cenas de banho, destacando-se em telas como *Manhã Azul*, de 1933, onde as figuras femininas nuas ou parcialmente cobertas se encontram em praias do Rio de Janeiro. A vertente também é explorada em telas como *Nu na paisagem*, da década de 70, ou *Raio de Sol*, dos anos 30, ambientes muito similares à descrição encontrada em *Trianon*, constituídos por elementos expressivamente característicos de Santiago, desenvolvidos enquanto parte de ampla coleção, construída durante sua vida.



*Nu na paisagem*, Déc. 70. Fonte: Livro ‘Manoel Santiago, Vida, Obra e Crítica’, de Flávio Aquino

A temática indígena, que se estabeleceu como uma forma de representação particular no trabalho do artista, também dialoga com o motivo em questão, as cenas de banho. A representação de mulheres nuas e em grupo, em um ambiente tomado pela vegetação, assume na obra do pintor amazonense, muitas vezes, uma tonalidade nacional, relacionando-se com as lendas da região amazônica, aspectos presentes em telas como *Banho de Ceci*, de 1928, *Marajoaras*, de 1927 e *Banhistas*, dos anos 30.

Nesse contexto, à figura da índia é atribuída uma personalização de “Ninfa Selvagem”<sup>11</sup>, pois a representação de mulheres em comunhão com a natureza, além de

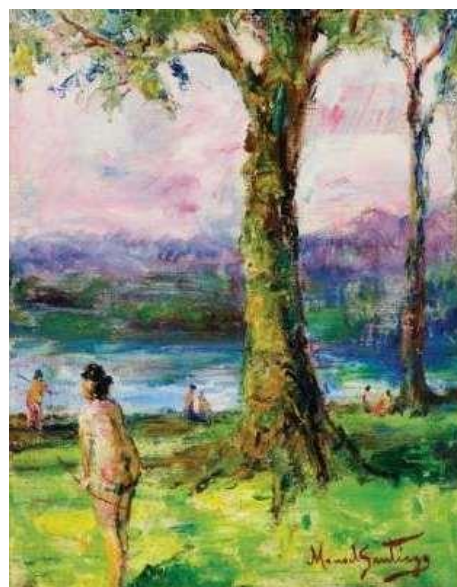
<sup>11</sup> Em “O mundo das quimeras: a Vênus indígena e a ninfa selvagem de Manoel Santiago (1925-1929)”, João Augusto da Silva Neto comenta: “*O encontro da ninfa selvagem adormecida na rede com um ser*

ser parte de amplo repertório na História da Arte, sobre o universo quimérico, dialoga com a cultura Marajoara e a Lenda das Amazonas, na qual a simbologia feminina é evidenciada, tratando-se de uma conjuntura na qual a mulher é valorizada socialmente. Ademais, outro ponto a ser destacado se relaciona com a maneira escolhida pelo pintor para a representação de suas figuras indígenas, descritas como presenças próximas ao universo fantástico, muitas vezes sensualizadas e de pele clara. Tratando-se dessa relação construída por Manoel Santiago, destacamos um comentário dos pesquisadores Aldrin Figueiredo e João da Silva Neto:

Apesar de representar elementos da mitologia amazônica, está evidente em Santiago a referência à antiguidade clássica. [...] Dessa forma, o artista acredita que não é preciso negar o passado “com o seu incomparável acervo de maravilhas”; mas é necessário que se lute contra a estagnação e os marasmos nas artes. Nessa empreitada, o amazonense vê “em nossas lendas [...] as fontes mais ricas e originais de inspiração artística que, só agora [na década de 1920] vão sendo aproveitadas convenientemente”. Portanto, essa ideia é fundamental para se entender a narrativa visual de Santiago, haja vista que o pintor tenta construir uma narrativa em que os elementos lendários amazônicos estão em evidência. As lendas, nesse sentido, se constituiriam como fontes de inspiração para a construção de um discurso de valorização dos elementos locais/nacionais.(NETO, FIGUEIREDO, 2012).



*Trianon* (1929)



*Sem Título e Data*. Fonte: Guia das Artes

*animalesco possui certa analogia com o encontro das ninfas gregas com o sátiros.*”, considerando, a “Vênus selvagem” dotada das mesmas feições da índia de *O Curupira*, em um episódio similar ao representado por Bouguereau no quadro “Ninfas e Sátiro” de 1873.

Através dessa reflexão, comparamos duas telas de Manoel Santiago: *Trianon* e *Sem Título*, onde evidencia-se a similaridade proposta. As figuras nuas estão inseridas em cenários semelhantes por excelência: ambientes tomados pela vegetação abundante, cercado por grandiosas árvores, localizadas ao redor de um grande lago. No entanto, distinguem-se entre si apenas pelo detalhe presente nas mãos das figuras nativas, que portam objetos típicos da cultura indígena, arcos e flechas.

Por essas considerações, destacamos que Manoel Santiago se consolidou no âmbito artístico brasileiro do século XX com distinção. Aspectos indissociáveis de seu trabalho pictórico, como a representação do nu feminino e as referências às lendas nacionais, foram recebidos pela crítica e evidenciados por nomes de referência. Foi possível posicionar a tela *Trianon* no conjunto de obras do pintor amazonense, além de compreender sua dimensão a partir do diálogo estabelecido com outras obras e com o contexto da História da Arte, entendendo, em seguida, sua particular familiaridade com traços da cultura amazonense, construídos por Santiago em seu fazer artístico.

## **Bibliografia**

- BONNET, Jacques. *Femmesaubain. Du voyeurisme dans la peinture occidentale*. Paris: Hazan, 2006
- BARDI, P; OLIVEIRA, Altamir. *Manoel Santiago*. Rio de Janeiro: Colorama/Samurai, 1975.
- AQUINO, Flávio. *Manoel Santiago: Vida, Obra e Crítica*. Rio de Janeiro: Arte Hoje, 1986. 390p.
- LINHARES, Mario. *Nova orientação da Pintura Brasileira*. Rio de Janeiro, 1926. 43p.
- BRITTO, Chermont. *Vida Triunfante de Manoel Santiago*. Rio de Janeiro: Livraria Kosmos, 1980. 164p.
- PASCOAL, Paola. *Theodoro Braga e as proposições para uma arte brasileira*. 19&20, Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1, jan./jun. 2013.
- COSTA, Angyone. *A Inquietação das abelhas: o que pensam e o que dizem os nossos pintores, esculptores, architectos e gravadores, sobre as artes plásticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello, 1927. p. 188. In: VALLE, Arthur (org.). 19&20, Rio de Janeiro, v. III, n. 1, jan. 2008.
- NETO, João Augusto da Silva.; FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Uma imagem, duas narrativas: as representações de uma lenda amazônica em Manoel Santiago*. 19&20, Rio de Janeiro, v. VII, n.1, jan./mar. 2012.
- MAGALHÃES, Marcos, *A Cultura Marajoara*. Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/737106>

SILVA NETO, João Augusto da. O mundo das quimeras amazônicas: a vênus indígena e a ninfa selvagem de Manoel Santiago, 1925-1929. In: XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social, 2013, Natal. Anais Eletrônico do XXVII Simpósio Nacional de História - Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: ANPUH, 2013. p. 1-11.

**Fontes:**

ALGUMA coisa sobre Belas-Artes. *O Brasil*, Rio de Janeiro. 22 de Novembro. 1922. p. 3.

ARTS ET LETTRES. *Revue du Vrai et du Beau*. 10 de junho de 1929. p.5. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64174215/f7.image.r=Revue%20du%20Vrai%20e%20du%20BeauManoel%20Santiago?rk=257512;0> Acesso em: 16/10/2018.

BELAS-ARTES. O salão dos artistas brasileiros – A pintura. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1925, p. 7.

EXPOSIÇÃO Geral de Belas Artes. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 12 ago. 1925, p. 2.

MATTOS, Adalberto. O Salão de Belas Artes. *Ilustração Brasileira*, RJ, set. 1925.

PIMENTEL, Ivone. O Salão de Bellas Artes. *A Rua*. Rio de Janeiro. 27 de ago. 1927. p.2

## COLECIONISMO E IMPRENSA NO SÉCULO XIX: O CASO DOS “QUADROS HISTÓRICOS DA GUERRA DO PARAGUAY”

Álvaro Saluan da Cunha<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo apresentará parte da pesquisa de mestrado intitulada “As litografias da coleção ‘Quadros históricos da guerra do Paraguay’ na década de 1870: Projeto editorial e imagens”, introduzindo alguns aspectos técnicos e descritivos, enfatizando questões relacionadas à editoração, circulação e, conseqüentemente, ao colecionismo vigente no século XIX. As imagens e textos em questão eram diretamente ligados a produção da imprensa, sendo anunciados nos periódicos da época e vendidos por casas litográficas e livreiros, fazendo parte de um crescente mercado editorial brasileiro.

Palavras-chave: Guerra da Tríplice Aliança, Imprensa, Século XIX, Litografia, Brasil Império.

### Abstract

This paper will present part of the master's research entitled "The lithographs of the collection 'Historical pictures of the Paraguayan War' in the 1870s: Editorial Design and Images", introducing some technical and descriptive aspects, emphasizing issues related to publishing, and consequently to the colecionism in the nineteenth century. The images and texts in question were directly linked to the production of the press, being announced in the newspapers of the period, being part of a growing Brazilian publishing market.

Keywords: War of the Triple Alliance, Press, XIXth Century, Lithographs, Imperial Brazil.

### Questões iniciais e introdução à coleção *Quadros históricos da guerra do Paraguay*

O historiador José Murilo de Carvalho (2009) há algum tempo já alertava para uma série de lacunas presentes na história social da guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), sobre a qual “quase nada sabemos sobre as conseqüências da guerra para a cultura cívica do país”. Porém, ainda no início dos anos 2000, surge uma série de trabalhos voltados para o período, tendo diretamente participado o próprio historiador citado, que propôs e coordenou o projeto *Nação e cidadania no Império: novos horizontes* (2007), que tinha justamente como objetivo promover os estudos nessa área ao buscar novas fontes e abordagens. Este artigo, que segue o fluxo do qual José Murilo de Carvalho trata,

---

<sup>1</sup>Mestrando em História na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), graduando em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

trará uma pequena parte da pesquisa de mestrado intitulada “As litografias da coleção ‘Quadros históricos da guerra do Paraguay’ na década de 1870: Projeto editorial e imagens”, executada no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Para se estudar não só os anos de guerra, mas todo o contexto imperial do século XIX, torna-se imprescindível o uso das fontes primárias, como os periódicos e produções impressas da época. Dentre elas encontra-se a coleção de litografias e textos que faz parte do título deste trabalho, os *Quadros históricos da guerra do Paraguay*. Neste artigo, serão introduzidos alguns aspectos técnicos e descritivos, levantando pontos relacionados à editoração, circulação e também sobre o colecionismo presente no século XIX. Este hábito, diretamente ligado à aquisição desse material elaborado após a guerra, que pode ser considerado como “comemorativo”, é objeto de estudo de diversos pesquisadores. Aqui, alguns serão utilizados para contextualizar o aspecto colecionista presente nos fascículos e álbuns produzidos.

Essa unidade bibliográfica foi produzida na cidade do Rio de Janeiro, então capital da Corte, constituindo-se de litogravuras acompanhadas de textos, vendidos inicialmente em fascículos, sendo anunciada através dos periódicos, a partir do início da década de 1870. Posteriormente, a coleção seria lançada em formato de álbum, em folio máximo e encadernada em *chagrin*, como em alguns dos exemplares encontrados. Em dois dos três álbuns consultados presencialmente, os da Biblioteca Nacional e do Museu Histórico Nacional estavam presentes apenas oito litografias, estando ausente a litografia sobre o *Combate naval do Riachuelo*, que consta no álbum completo presente no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Somados, os nove fascículos mais a introdução, esta sem litografia, reúnem ao todo quarenta e quatro páginas. Destas, nove são litografias e o restante consiste em narrativas textuais de episódios vitoriosos da Marinha e Exército brasileiro no conflito na região do Prata. As gravuras são baseadas em pinturas históricas ou esboços feitos especificamente para a coleção. Boa parte dessas imagens pode ser encontrada em acervos digitais de forma avulsa, como nos sites do Museu Mariano Procópio<sup>2</sup> e na Biblioteca

---

<sup>2</sup> Neste site é possível encontrar boa parte do acervo do museu digitalizado. Ver mais em: <http://mapro.inwebonline.net/>. Acessado dia 23/02/2018.

Digital Luso-Brasileira<sup>3</sup>. Algumas delas já foram utilizadas em uma série de trabalhos, embora não tenham sido contextualizadas como aqui estão, agrupadas.

Acredita-se que a coleção esteja disponível em outros acervos, devido a sua significativa circulação pelo país no século XIX, embora a pesquisa foque especificamente nos exemplares encontrados na cidade do Rio de Janeiro. Em uma das buscas efetuadas, por exemplo, foi possível encontrar um álbum com nome e descrição semelhante na Universidade de Coimbra, em Portugal. Todavia, a tentativa de contato não foi bem-sucedida.

É importante ressaltar que os fascículos e gravuras são posteriores ao conflito, sendo algumas delas datadas entre 1871 e 1874, embora essa questão não esteja representada nas catalogações ou nas próprias imagens, não sendo possível precisar as datas de publicação de cada fascículo. A coleção conta com alguns dados imprecisos, algo muito corriqueiro na imprensa naquele momento, trazendo poucas informações sobre os criadores das litografias e textos, que serão analisados aqui a partir de uma densa busca nos periódicos, onde foi possível encontrar maiores informações para elucidar hipóteses levantadas pela pesquisa. A partir desta tabela, é possível exibir de forma mais imediata os artistas e escritores envolvidos no processo das imagens e textos, pontos que não serão diretamente abordados neste artigo, que preza por outros aspectos já referidos.

A coleção encontra-se na seguinte ordem<sup>4</sup>:

**Tabela 1 – Os Quadros históricos da guerra do Paraguay**

Nº	Título da litografia	Baseada em óleo de	Desenhista	Litógrafo	Título do texto	Escritor
Intro	sem litografia	-	-	-	<i>Introdução</i>	Cesar Muzzio <sup>5</sup>
1	<i>Combate naval do Riachuelo</i>	-	Ângelo Agostini	Alf. Martinet	<i>O combate naval do Riachuelo</i>	*

<sup>3</sup> Tendo um vasto acervo relacionados ao Brasil e a Portugal, a Biblioteca Luso-Brasileira conta com uma série de materiais para se estudar o século XIX. Ver mais em: <http://bdlb.bn.gov.br/>. Acessado dia 23/02/2018.

<sup>4</sup> Ordem e nomes baseados nos dados cruzados disponíveis no Arquivo Geral do Rio de Janeiro, no catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881 e no jornal Monitor Campista, n. 282, 15/07/1882, p. 3. Isso não necessariamente define que todas as possíveis reproduções sejam feitas pelas mesmas oficinas litográficas, algo que será analisado ao longo da dissertação.

<sup>5</sup> De acordo com alguns anúncios em periódicos que serão mostrados a seguir, a *Introdução* era vendida juntamente com o primeiro fascículo do *Combate naval do Riachuelo*. É possível que a autoria do texto também seja de Cesar Muzzio.

2	<i>A Rendição de Uruguayana</i>	Pedro Américo	Ângelo Agostini	J. Reis Litógrafo / Souza Lobo	<i>A Rendição de Uruguayana</i>	A. E. Zaluar
3	<i>O ataque da ilha da Redempção</i>	Pedro Américo	-	J. Vitorino Litógrafo / A. de Pinho	<i>O ataque da ilha do Cabrita ou da Redempção</i>	Coronel Pinheiro Guimarães
4	<i>Assalto e ocupação de Curuzu</i>	Victor Meirelles	-	Huascar, editada por Fígaro	<i>A passagem do Curusú</i>	Dr. Ferreira de Menezes
5	<i>A passagem de Humaitá</i>	Victor Meirelles	-	Souza Lobo	<i>A passagem de Humaitá</i>	Felix Ferreira
6	<i>Passagem do Curuzu</i>	Eduardo De Martino	R. Pontremoli	Alf. Martinet	<i>A tomada de Curuzú</i>	Felix Ferreira
7	<i>O reconhecimento de Humaitá</i>	Eduardo De Martino	R. Pontremoli	-	<i>O Reconheciment o do Humaitá</i>	Dr. Ferreira de Menezes
8	<i>O Passo da Pátria</i>	Victor Meirelles	-	-	<i>A passagem do Passo da Pátria</i>	Coronel Pinheiro Guimarães
9	<i>Ataque e tomada do Estabelecimiento</i>	Eduardo De Martino	R. Pontremoli	-	<i>Tomada do forte do Estabeleciment o</i>	Felix Ferreira

## Produção

Já bem delineada em 1860, a imprensa da Corte era ligada ao cotidiano popular, embora até então refletisse muito dos costumes da elite letrada em uma relação ainda verticalizada. O movimentado porto do Rio de Janeiro era extremamente importante para a circulação de matérias-primas, livros, periódicos estrangeiros e outras imagens e matrizes litográficas que agitavam ainda mais o ambiente intelectual ilustrado. Isso exigia das casas litográficas e da imprensa no geral uma maior qualidade e destreza na elaboração dos periódicos e imagens, que circulavam em suas mais variadas formas. Dessa maneira, também se tornava possível a circulação de litografias brasileiras em nações ultramarinas, algo inovador para o período e que será ilustrado a seguir.

A guerra da Tríplice Aliança foi o momento em que se teve maior o maior destaque, ainda que com alguma latência, dos periódicos ilustrados, que traziam cenas do conflito para as páginas dos jornais, revolucionando a forma com a qual as notícias e imagens eram consumidas pela população. Já no pós-guerra, coleções e álbuns como os *Quadros históricos da guerra do Paraguay* eram feitos para celebrar os êxitos da Tríplice



Aliança, enfatizando-se os brasileiros, em campo de batalha. Seja pela Marinha ou pelo Exército, essas coleções explicitavam os principais personagens presentes e as passagens por meio de suas imagens, legendas e textos mais detalhados que, não necessariamente, tratavam a imagem que os acompanhavam.

A partir do contato direto com as fontes primárias e a leitura de uma vasta bibliografia de referência, foi possível perceber algumas das formas pelas quais essa coleção circulava na Corte e em outras províncias, sendo adquirida através de anúncios feitos nos periódicos mostrados a seguir. Era possível adquirir as litografias avulsas por meio dos anúncios feitos nesses jornais, por oficinas litográficas que se dispunham a vender os fascículos completos ou apenas as gravuras ou, posteriormente, a encadernação completa. A isso pode-se atribuir a causa de muitas destas imagens serem encontradas separadas em outros acervos, sobretudo se analisarmos algumas inconstâncias da imprensa no período, haja vista que os exemplares que não circulavam geralmente eram reaproveitados para criar novos álbuns ou revendidos por um preço mais modesto. Também era muito comum que certas edições se esgotassem rapidamente e fossem reimpressas. Nesses casos, os prelos reimprimiam as edições, muitas já removidas das pedras litográficas, culminando em um novo processo de desenho e impressão, o que pode justificar os diferentes tipos de fonte nos textos e algumas pequenas modificações nas gravuras. Sobre os casos de reimpressão, há um citado no editorial periódico *A Vida Fluminense*, número 8, do dia 22 de fevereiro de 1868, que ilustra bem a situação, ao anunciar

A grande procura que tem tido os sete primeiros numeros de *Vida Fluminense* obrigarão nos a reimprimil-os. Infelizmente a reimpressão, se bem que feita em grande escala, não pode satisfazer todos os pedidos que nos forão dirigidos. Hoje que **algumas pedras que continhão os desenhos já não existem, vão ser novamente desenhadas** (grifo nosso). Em quanto não ficarem promptas não podemos aceitar assignaturas senão do mez de Fevereiro em diante (*A Vida Fluminense*: folha joco-seria-illustrada, n. 8, 22/02/1868, p: 88.).

Sendo assim, é possível levantar a hipótese de que algumas das outras versões encontradas em avulso ou até mesmo álbuns com distinções na formatação possam ser originados justamente por esse problema, passando por novas impressões, geralmente pelas mãos de outros desenhistas e artistas, seguindo apenas os textos como um ponto em comum que não foi alterado. Ao longo desta parte buscar-se-á explicar essa hipótese.

Sabe-se, através de anúncios encontrados, como o que será citado abaixo, que a coleção estava relacionada aos editores responsáveis pelo periódico ilustrado *AVida Fluminense*<sup>6</sup>, os senhores A. de Almeida & C. – Antônio Pedro Marques de Almeida e Augusto de Castro –, sendo o primeiro padrao do posteriormente membro dessa sociedade, o desenhista, Ângelo Agostini (AUGUSTO, 2009: 2). Também é citada a *Vida Fluminense Oficina Litográfica*, relacionada aos três personagens referidos acima, sendo muito provavelmente propriedade da sociedade Almeida, Castro & Angelo. O *Diario do Rio de Janeiro*, no dia 6 de fevereiro de 1871 (Diario do Rio de Janeiro, nº 37, 06/02/1871, p: 1.), na seção “Noticiario”, referia-se em um determinado anúncio que os editores da coleção estiveram presentes na cerimônia de cumprimentos ao imperador D. Pedro II, os mencionando apenas como “editores dos *Quadros historicos da guerra do Paraguay*”. Tal encontro foi posteriormente repetido no mesmo ano, sendo noticiado em outubro (Diario do Rio de Janeiro, nº 295, 25/10/1871, p: 1.).

Ao longo das investigações nos periódicos, foi possível perceber determinadas incongruências nas informações acerca das oficinas litográficas que executaram os desenhos, bem como a formação da própria coleção. Um exemplo que ajuda a entender e ilustrar melhor os desejos iniciais dos editores na criação da coleção encontra-se registrado no *Jornal da Tarde*, periódico que circulou na capital. Ele anunciava em sua seção “Gazetilha”, a chegada dos fascículos, dedicando uma parte de sua segunda página para falar mais sobre como se daria a coletânea, enfatizando o desejo de se comemorar as glórias brasileiras por meio das gravuras e textos:

– QUADROS HISTORICOS DA GUERRA DO PARAGUAY. – Nada mais justo do que procurar qualquer paiz commemorar as suas glorias, transmittindo aos vindouros perduraveis monumentos que as attestem. Tão heroicas e brilhantes foram as acções praticadas na ultima campanha pelos brasileiros, que estes não poderão negar o seu apoio a todo aquelle que procurar transmittil-as á posteridade. Os **Srs. A. de Almeida & C.**, propoem-se historiar aquelles feitos gloriosos em uma publicação de que são editores, **e que constará de vinte e quatro quadros, dos quaeso texto ou a parte litteraria está commettida a hábeis e delicadas pennas e as gravuras ao habilissimo e bem conhecido lapis do distincto artista, o Sr. Angelo Agoutini** (grifos nossos).

<sup>6</sup> No período de 1868 a 1875, a redação da revista ocupou, respectivamente, os sobrados de números 59, 52 e 50 da tradicional Rua do Ouvidor, na região central do Rio de Janeiro.

Os quadros historicos da guerra do Paraguay serão inaugurados com o brilhante e heroico feito da batalha do Riachuelo (Jornal da Tarde (RJ), n. 24, 28/01/1871, p: 2.).

No dia 8 de fevereiro do mesmo ano, o mesmo *Jornal da Tarde* citava novamente, agora em uma parte voltada a anúncios de produtos na última página, a coleção *Quadros historicos da guerra do Paraguay*, dando maiores detalhes:

Todas as nações do mundo civilizado procuram recolher zelosamente os factos que as elevam na consideração universal, e tratam de colligirde um modo duradouro as glorias das contendadas em que foram vencedoras.

Conservar para a posteridade a memoria dos grandes feitos do nosso tempo é dever que a historia nos impõe, e tarefa que o patriotismo reclama. O Brazil não podia esquivar-se a esse empenho de honra.

A porfiada lucta com o dictador do Paraguay, essa peleja gigantesca em que o depotismo ferrenho e indomavel de um homem tenaz travou guerra de morte com os brios offendidos de uma nação pundonorosa, conta brilhantissimos feitos, que é dever commemorar pela penna do historiographo e pelo lapis do desenhista.

Reunidos, como se acham, os elementos e dados precisos para levar á pratica semelhante projecto, não recuarão os editores desta obra diante de quaesquerobstaculos.

**A obra constará de 24 quadros** (para assumpto dos quaes serão escolhidos os principaes feitos do exercito e marinha brasileira) **divididos em duas series de 12 quadros cada uma.**

O desenho, que desde já **podemos garantir ser feito com a maior verdade historica, e correccãoartística, acha-se a cargo do Sr. Angelo Agostini; e uma narração historica, devida á penna de um dos homens mais habilitados a tratar tal assumpto, acompanhará cada quadro.**

Os editores podem, portanto, de antemão assegurar que o trabalho litterario e artistico será digno do assumpto: e esta convicção lhe dá afouteza para solicitar a coadjuvação publica, e o au (ilegível) dos espiritospatrioticos para empreza tão brasileira.

**Publicar-se-ha um fascicolo mensalmente que será distribuido pelos Srs. assignantes, sem que um só exemplar seja exposto á venda avulsa.**

**A assignatura da primeira serie (12 quadros com texto respectivo, tudo impresso sob magnifico papel de folio maximo) custará 50\$ – (sendo 20\$ pagos logo que entre para prélo o primeiro fascicolo, e 30\$ após a entrega do sexto)** (grifos nossos).

O glorioso combate naval de RIACHUELO inaugurará os QUADROS HISTÓRICOS DA GUERRA DO PARAGUAY. – Os editores A. de Almeida & C.

Assigna-se na rua do Ouvidor n. 52, sobrado (endereço d'AVida Fluminense, grifo nosso) (Jornal da Tarde (RJ), nº 33, 08/02/1871, p: 4.).

O anúncio se repete em mais dois números do mesmo ano: em 18 e 28 de fevereiro, nos números 42 e 49, respectivamente. Percebe-se no texto outros pontos detalhes como valores, forma de pagamento, material utilizado e compra exclusivamente por meio de assinatura, algo que também parece não ter sido levado adiante. Afinal de contas, os editores precisavam vender, não podendo delimitar as formas de compra. Essa ideia pode ter sido inicialmente aplicada para que a coleção não sofresse com problemas financeiros e, conseqüentemente, atrasos. Esta notícia destaca novamente a importância de se fazer uma coleção que exalte os feitos no teatro de guerra, buscando conservar a gloriosa memória brasileira nos campos de batalha ante o ditador Solano López, retratado muitas vezes como o “demônio vivo” nos periódicos ilustrados. Além disso, enfatizava a escolha dos editores em selecionar os episódios mais importantes, os melhores desenhistas e os escritores mais letrados. Novamente a questão da circulação da coleção é levantada, agora com mais detalhes, saindo por meio de assinaturas feitas de doze em doze fascículos, todos feitos em papel de folio máximo (tamanho semelhante a um jornal contemporâneo), ou seja, em tamanho aproximado ao das gazetas, utilizando o espaço total das páginas.

A princípio, os desenhos ficariam a cargo de Angelo Agostini, que já havia sido incorporado ao periódico *A Vida Fluminense* por um breve período. Mas, percebe-se, ao longo das descrições dos fascículos encontrados e das gravuras avulsas, o nome de outros impressores e outros desenhistas. Um caso interessante observado ao longo da pesquisa trata de três exemplares referentes à *Rendição de Uruguayana*: um como sendo de autoria da *Vida Fluminense*, desenhada por Agostini e impresso por Alf. Martinet; outro com proporções aproximadas da primeira, porém com traços menos caprichados, invertida e impressa por Souza Lobo, sem desenhista citado e feita de forma espelhada; e a última, em tamanho reduzido e traços simplórios de Campbell & Co. Lith.. Dos três exemplares, percebe-se a grande diferença na qualidade do desenho feito no primeiro, evidenciando-se o traço de Agostini ao se comparar com as outras gravuras, aspecto utilizado para fomentar ainda mais a hipótese de que outros artistas também executaram a coleção.

Outro aspecto a ser destacado nestes dois anúncios é que a coleção se constituiria inicialmente de vinte e quatro gravuras, divididas igualmente entre passagens da Marinha e do Exército. Todavia, em outros anúncios posteriormente veiculados e catálogos remetentes à coleção, fala-se apenas nas nove imagens citadas no início do artigo, que mesclam as duas armas. Essa também é uma questão muito comum da imprensa no

período, que tinha total liberdade de alterar seus planos, seja pelo baixo índice de assinaturas, divergências entre os editores, dificuldades para se executar os desenhos ou até mesmo pelo fim ou modificação na direção da empresa responsável. Um exemplo é a mudança, em 1889, da direção do periódico *Vida Fluminense*, agora com o subtítulo de *periódico ilustrado, litterario e sportivo*, sendo dirigido por Henrique Stepple e impresso pela Casa Litotipográfica de Pereira Braga (COSTA, 2007: 258).

### Circulação

A possibilidade da divulgação das vitórias brasileiras por meio de fascículos e, posteriormente álbuns, bem como o papel diplomático e propagandístico de um império consolidado e vitorioso para além das fronteiras da Corte já era algo comum, sobretudo pela melhoria gradativa nas condições de transporte advindas do crescente processo de modernização no país. Por meio das pinturas históricas via-se que o projeto era promissor, sendo óbvia a cogitação de que as gravuras elevariam exponencialmente esse poder, expandindo as traduções feitas em preto e branco de grandes obras em imagens menores, do tamanho de uma folha de jornal, chegando a várias províncias e até mesmo a nações longínquas, como veremos a seguir.

Um registro presente nos *Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática*, relata, em uma circular assinada em 1872, a seguinte informação:

Circular<sup>7</sup> de 13/11/1872. Índice: "Oferece um exemplar do fascículo sobre a guerra do Paraguai".  
 Para as legações de Bolívia, da Santa Sé, de França, da República Argentina, da Rússia e da Áustria  
 Em 13 de novembro de 1872.  
 O ministro dos Negócios Estrangeiros faz seus atenciosos cumprimentos ao sr. ... **e oferece-lhe o 1º e 2º fascículo[s] da obra intitulada Quadros históricos da Guerra do Paraguai** (grifo nosso).  
 Manoel Francisco Correia (Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano 3, n.5. Brasília, DF: A Fundação, 2004, p: 32.).

Nota-se a partir dessa informação que as litografias também circulavam pelo meio diplomático, sendo entregue a legações de diversos países, constituindo um reflexo da constante evolução nacional, observada a partir da segunda metade do XIX. Com isso,

<sup>7</sup> Segundo uma nota do editor, na mesma data foi enviada circular remetendo o segundo fascículo às legações da Prússia, América, Grã-Bretanha, Portugal, Espanha e Itália.

constituía-se um processo propagandístico da imagem de nação civilizada no âmbito internacional, presente tanto na divulgação das vitórias na guerra, quanto na produção artística de um país que gradativamente se constituía.

Alguns fascículos foram adquiridos por ministérios do Império e enviados para outras províncias, através de ofícios de requerimento ou como prêmios, com o intuito de se difundir a coleção e potencializar o acesso aos episódios da guerra, exercendo assim o seu papel pedagógico na consolidação de uma imagem vitoriosa da monarquia, na tentativa de se criar uma identidade nacional a partir destes episódios que glorificavam o país. Algumas destas compras foram divulgadas nos *Balanços da Receita e Despesa do Imperio* entre 1875 a 1883. Abaixo, a tabela traz dados mais precisos que enfatizam alguns dos resultados encontrados.

**Tabela 2 – Compras feitas pelos ministérios**

<b>Ministério</b>	<b>Localidade</b>	<b>Descrição da compra</b>	<b>Anos</b>	<b>Valor</b>
Ministerio da Agricultura, commercio e obras publicas	Municipio da côrte	Compra da colleção de quadros historicos da guerra contra o Paraguay	1872-1873	500\$000
Ministerio do Imperio	Municipio da côrte	Dita de quadros historicos da guerra do Paraguay	1873-1874	500\$000
Ministerio da Agricultura, commercio e obras publicas	Municipio da côrte	Fasciculo dos quadros historicos da guerra contra o Paraguay	1874-1875	500\$000
Ministerio da Guerra	Municipio da côrte	Dita de fasciculos da obra Quadros historicos da guerra com o Paraguay	1875-1876	2:500\$000
Ministerio da Guerra	Municipio da côrte	Compra de exemplares dos Quadros historicos da Guerra do Paraguay	1876-1877	8:700\$000
Ministerio da Marinha - Secretaria de Estado	Municipio da côrte	Assignatura de exemplares dos Quadros historicos da guerra do Paraguai	1876-1877	1:500\$000
Ministerio da Marinha - Secretaria de Estado	Municipio da côrte	Assignatura de exemplares dos Quadros historicos da guerra do Paraguai	1877-1878	1:000\$000
Ministerio do Imperio - Instrucção primaria e secundaria	Municipio da côrte	(Compra) de quadros historicos da guerra do Paraguay, para premios	1880-1881	300\$000

Percebe-se a partir destes dados que os ministérios foram extremamente importantes para a circulação e financiamento da coleção, gastando altas quantias que, a

título de comparação, superavam o valor de um escravo de sexo masculino, entre 15 a 33 anos, que era, em média, de 1:635\$909 réis (MARCONDES; MOTTA, 2001). Mesmo sendo editada em âmbito privado, vale considerar que, assim como o custeio das pinturashistóricas era diretamente atrelado ao Império e as forças armadas, pode-se perceber aqui, mesmo que de forma distinta, o empenho de alguns ministérios em adquirir e financiar o material. Geralmente enviavam fascículos para outras províncias requisitantes ou davam como forma de premiação em alguns concursos de instrução primária e secundária. No entanto, isso não significa que os periódicos e coleções fossem diretamente controlados pela Coroa. A efeito de comparação, ao contrário do Brasil, onde parte da imprensa era, ainda que discretamente financiada pelo Império e seus Ministérios – como o caso da própria coleção aqui estudada, a imprensa paraguaia era diretamente controlada e financiada pelo Estado, que comandava e custeava boa parte da produção da imprensa, manipulando a opinião pública e auxiliando o moral as tropas paraguaias no *front* (TORAL, 2001).

Em 1873, por meio da sessão “Parte Oficial – Expediente do Governo do dia 18 de agosto”, veiculado apenas no dia 22 do mesmo mês abaixo do subtítulo “Offícios”, o *Jornal do Pará* mostrava o requerimento feito e endereçado ao bibliotecário público com os dizeres:

- Ao bibliothecariopublico. –Remetto-lhe o 1.º fasciculo dos quadros historicos da guerra do Paraguay, que faltava para completar a obra existente n’essa biblioteca, e acaba de ser-me enviado pelo ministerio da guerra á quem solicitei por ofício de 25 de junho último (Jornal do Pará: Órgão Oficial, n. 189, 22/08/1873, p: 1.).

Já no ano de 1874, novamente o jornal veiculara, no dia 13 de agosto, na mesma sessão, o “Expediente do Governo do dia 8 de agosto”, desta vez recebendo mais fascículos:

- Ao director do lyceo paraense e da escóla normal (...) – Remeto á vmc., para a bibliotheca publica um exemplar do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º fasciculo dos quadros historicos da guerra do Paraguay, que com esse destino acabam-se de ser-me enviados pela secretaria d’estado dos negocios do imperio (Jornal do Pará: Órgão Oficial, n. 181, 12/08/1874, p: 1.).

O *Jornal do Pará* exemplifica a questão das solicitações via ofício, dos envios e do remanejamento dos exemplares recebidos pelo Órgão Oficial, que repassava ao Liceu

Paraense e a Escola Normal, cerca de dois anos após o início da divulgação da coleção, em 1871. Existem uma série de exemplos que ajudam a compreender melhor a circulação dentro do país mas, devido a limitação deste espaço, este trabalho se limitará a tratar apenas dos exemplos dados acima. Todavia, é possível admitir, a partir de anúncios encontrados em periódicos de vários estados brasileiros, que essas imagens foram para o Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pernambuco e cidades do interior do estado do Rio de Janeiro. Provavelmente a coleção teve um alcance muito maior, mas as buscas feitas na Hemeroteca Digital só conseguiram apresentar estes casos.

O que se percebe e se confirma a partir dessas informações é que já ocorria no Brasil uma significativa circulação de periódicos e gravuras pelas províncias e até mesmo em outras nações, “criando uma espécie de rede que interligava os círculos letrados: por esses impressos as pessoas se aliavam, se insultavam e se conheciam, manifestando-se publicamente” (MOREL; BARROS, 2003: 47), o que formula um espaço social de grande relevância, ainda que em um primeiro momento restrito a um público letrado.

### **Colecionismo e algumas conclusões possíveis**

O colecionismo, questão há tempos presente na humanidade, constitui a ideia dos fascículos da coleção, que buscam rememorar os feitos do país na guerra e leva-los à posteridade a partir dos textos e imagens, tendo considerável sucesso. Segundo Rosane Ferraz (2014: 184), autora que dará as bases da concepção de colecionismo utilizada nesta dissertação

a coleção é uma instituição universalmente difundida, considerada uma representação do seu colecionador, em que o mundo está presente em cada um dos seus objetos de modo organizado. O fato de possuir determinadas peças de coleção confere prestígio, testemunhando o gosto de quem as adquiriu, ou seus interesses intelectuais.

Este hábito, refletido como uma operação mental necessária à vida social, imprime uma hierarquização de valores, modos de organização, e o estabelecimento de territórios afetivos e subjetivos. Ou seja, colecionar é definir ordens e prioridades, incluindo ou excluir determinados aspectos ligados às dinâmicas da memória e do esquecimento coletivos, cujo os indivíduos dependem subjetivamente para se mover no espaço social (ABREU, 2005: 103).



Krysztof Pomian (1984) explica que os objetos exercem a tarefa de intermediários entre os espectadores e um mundo imaterial onde se encontram os mitos, os contos e as histórias. Ou seja, tornam-se uma espécie de enciclopédia de seu tempo, refletindo diretamente os gostos de seu proprietário, algo perceptível no objeto de estudo desta pesquisa. As coleções formam uma espécie de teatro da memória, reunindo passados pessoais e coletivos. Elas garantem a presença das memórias por meio dos objetos que as evocam. Como em museus históricos, onde se busca dividir tematicamente os espaços, para que cada sala remeta a um passado remoto a partir de seus variados objetos e as memórias criadas em torno deles. Essa presença transubstanciada mostra a ligação entre memória e objeto presente nos indivíduos (BLOM, 2003).

A relação entre colecionador e coleção define exatamente, tal qual a exposição de um museu, os valores e significados aos itens expostos, reordenando a própria natureza deles. Ou seja, o ato de colecionar está diretamente ligado à necessidade do indivíduo se posicionar na sociedade por meio destes objetos, suportes de memória, que traçam assim suas relações entre a sociedade e entre o presente e o passado, de forma indireta (COSTA, 2012). No caso da coleção aqui analisada, os indivíduos que a colecionavam buscavam preservar materialmente a memória das vitórias brasileiras para a posteridade onde, em paralelo, eram também expostos seus gostos pessoais.

Especificamente sobre a obra de arte, Pomian (1984: 72) diz que aquilo que é representado, cedo ou tarde se tornará invisível, ao passo que a imagem permanecerá. Isso pode ser claramente transposto para as litografias que, em muito dos casos, ainda potencializaria esse raio de difusão das pinturas. No exemplo aqui analisado, estas litografias tiveram papel de suma importância para que algumas destas obras – desaparecidas, destruídas ou em acervos privados – tenham parte da sua ideia traduzida pelas gravuras, chegando à contemporaneidade graças a sua reprodutibilidade e salvaguarda em várias instituições e, claramente, por conta do colecionismo, como é possível perceber em alguns anúncios de venda na internet, feito por diversos leiloeiros.

Vale ressaltar que a polissemia destas imagens permite ao espectador, seja do século XIX ou da atualidade, perceber inúmeras. Contudo, o fato de que os fascículos estejam reunidos em torno de uma narrativa específica, facilita com que as análises tenham um foco, sendo direcionadas como o já citado trajeto de um museu. Caso estivessem separadas e, claramente sem contexto específico, esses fascículos certamente

teriam uma variedade ainda maior de análises, visando apenas aquilo que retratam e não o contexto em que se inserem.

Ao falar especificamente sobre as fotografias no século XIX, Ferraz (2014: 190) explica que tais registros iconográficos, que podem ser também observados nas gravuras, configuram-se como importantes fontes de estudos para as mais variadas áreas do conhecimento. As litografias, especificamente, são frutos de um contexto social específico, estando diretamente relacionada aos valores, costumes e gostos da comunidade de sua época. No caso, as gravuras baseadas na guerra foram feitas em dois momentos: contemporaneamente aos eventos, graças aos enviados de guerra e seus relatos e croquis e, no caso da coleção estudada, posterior ao conflito, com o intuito de exaltar os feitos em batalha, em um período demarcado por forte nacionalismo.

Percebe-se a partir de seus planos de elaboração nos seus anúncios e no material final, o desejo de se criar um forte simbolismo em suas páginas, chegando ao outro lado do oceano, buscando explicitar a caminhada civilizatória do Império brasileiro, um território além-mar que se espelhava nos ideais europeus para se introduzir no *hall* das grandes nações mundiais.

Conclui-se que as imagens produzidas neste período devem ser consideradas como elementos de construção de um discurso maior, voltado para uma ideia de identidade brasileira enquanto nação, esta que ainda se encontrava em um processo de formação de sua imagem para o exterior e, principalmente, para o seu próprio povo. Assim como a fotografia, os métodos de criação de gravuras, mais ainda, encontram-se plenamente relacionados ao processo de construção do Império, enfatizando-se o período do Segundo Reinado.

## **Bibliografia**

CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos P. (orgs). **Repensando o Brasil do Oitocentos**; cidadania, política e liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de (org.). **Nação e cidadania no Império**: novos horizontes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

AUGUSTO, José Carlos. A Vida Fluminense, “folha joco-séria-illustrada” (1868-1875). Curitiba: **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1235-1.pdf>.

Acessado dia 04/03/2018.

COSTA, Carlos Roberto da. **A revista no Brasil, o século XIX**. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

- MARCONDES, Renato Leite; MOTTA, José Flávio. Duas fontes documentais para o estudo dos preços dos escravos no vale do Paraíba Paulista. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, 2001, v. 21, n. 42.
- TORAL, André Amaral. **Imagens em desordem**: a iconografia da guerra do Paraguai (1864-1870). São Paulo: Humanitas FFLCH USP, 2001.
- MOREL, Marco, BARROS, Mariana Monteiro de. **Palavra, imagem e poder**: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FERRAZ, Rosane Carmanin. Entre usos e funções: a prática do colecionismo de fotografias no século XIX e sua difusão no Brasil Imperial. **Patrimônio e Memória**. v. 10, n. 1, p. 183-198, janeiro-junho. São Paulo: UNESP, 2014.
- ABREU, Regina. Museus etnográficos e práticas de colecionamento: antropofagia dos sentidos. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 100-125, 2005.
- POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**: Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.
- BLOM, Philipp. **Ter e Manter**: uma história íntima de colecionadores e coleções. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- COSTA, Thainá Castro. **Colecionando o invisível**: o reordenamento de mundo a partir de objetos de descarte. 2012. Dissertação (Mestrado em Memória Social). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

## O ARTISTA HIPÓLITO CARON ATRAVÉS DA HISTÓRIA DE JUIZ DE FORA NO FINAL DO SÉCULO XIX

Aline Medeiros de Vasconcellos<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho tem como tema o cenário artístico e social de Hipólito Boaventura Caron (1863-1892) na cidade mineira de Juiz de Fora entre 1870, ano em que se muda para o município com sua família, e 1892, quando falece. Como cidade do século XIX, Juiz de Fora não participou da cultura colonial mineira, a proximidade e o maior intercâmbio cultural com o Rio de Janeiro, provocaram na cidade um maior cosmopolitismo. Às vésperas da República, Juiz de Fora não só se constituiu em um mercado de trabalho para artistas, como viabilizou aos jovens da região a fundação de uma atividade profissional. Até a década de 1920, a cidade mineira foi considerada centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais.

**Palavras-chave:** Hipólito Caron, Juiz de Fora, século XIX.

**Abstract:** This work has as its theme the artistic and social scene of Hipólito Boaventura Caron (1863-1892) in the Minas Gerais city of Juiz de Fora between 1870, the year in which he moved to the municipality with his family, and in 1892, when he died. As a city of the nineteenth century, Juiz de Fora did not participate in the colonial culture of Minas Gerais, the proximity and the greater cultural exchange with Rio de Janeiro, provoked a greater cosmopolitanism in the city. On the eve of the Republic, Juiz de Fora was not only a job market for artists, but also made it possible for young people in the region to establish a professional activity. Until the 1920s, the city of Minas Gerais was considered a cultural center of the state, either by its number of newspapers and theaters, or by the expression of its schools and cultural institutions.

**Key words:** Hipólito Caron, Juiz de Fora, nineteenth century.

### Introdução

Esteartigo surgiu através de uma pesquisa de dissertação sobre sete obras do artista Hipólito Boaventura Caron (1863-1892) que pertencem ao Museu Mariano Procópio, localizado em Juiz de Fora, Minas Gerais<sup>2</sup>.

A dissertação de mestrado tem como recorte temporal o ano de 1870, quando Caron se muda para Juiz de Fora com a família, e 1926, quando o Teatro Juiz de Fora foi

---

<sup>1</sup>Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora; Graduada em licenciatura em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Orientadora: Maraliz de Castro Vieira Christo. E-mail: aline.bmed@gmail.com

<sup>2</sup> São elas: dois painéis decorativos (*Alegoria às Artes e Alegoria ao Teatro*); dois retratos (*Juiz Joaquim Barbosa Lima e Francisco Lins*) e três paisagens (*Poço Rico Antigo, Sabará e Paisagem*).

extinto<sup>3</sup>. Sendo assim, apesar de ter como foco os sete trabalhos do pintor, para ter uma melhor compreensão da sociedade na qual Hipólito Caron pertencia, assim como o mercado de trabalho na região, foi necessário entender o que os periódicos da época diziam sobre o artista.

Até o momento Caron surge em 22 periódicos de cidades como: Juiz de Fora, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Ouro Preto. No total foram catalogados 237 registros, entre os anos de 1877 a 1924, que revelam diversos aspectos da vida do artista, como: suas exposições – em Juiz de Fora, no Rio de Janeiro e em Paris –, as viagens, as encomendas de retratos e decorações, sua ocupação como professor de desenho no Liceu de Artes e Ofícios de Juiz de Fora e Rio Janeiro, as várias atividades em Juiz de Fora e sobre seu precoce falecimento, com inúmeras homenagens, onde muitos jornalistas, intelectuais e críticos da arte lamentaram a perda.

## **1. Juiz de Fora no final do século XIX**

Por volta de 1860, Juiz de Fora – então chamada de Paraibuna – já era uma das três mais importantes cidades de Minas Gerais. Em 13 de dezembro de 1865 por iniciativa do Barão de São Marcelino foi sancionada a Lei que denomina definitivamente a Cidade do Paraibuna como Cidade do Juiz de Fora.

Como cidade do século XIX, Juiz de Fora não participou da cultura colonial mineira, a proximidade e o maior intercâmbio cultural com o Rio de Janeiro, provocaram na cidade um maior cosmopolitismo. Até a década de 1920, Juiz de Fora é apontada como centro cultural do Estado, seja pelo seu número de jornais e teatros, seja pela expressão de suas escolas e instituições culturais (CHRISTO, 1994:1).

Sobretudo no tocante às atividades econômicas, a posição geográfica estratégica da cidade foi estimulante aos investimentos em infraestrutura de qualidade e eficiência que, conseqüentemente, catalisaram uma série de grandes empreendimentos marcando sua história. O sucesso econômico permitiu que a cidade formasse a sua base cultural. A imprensa em particular tem papel saliente na cultura da cidade desde 1861, passível de ser verificado pela circulação de cerca de cem jornais nos últimos trinta anos do século XIX.

---

<sup>3</sup> Os dois painéis decorativos, citados na referência acima, foram encomendados a Caron por Frederico Ferreira Lage para decoração do Teatro Juiz de Fora, por isso a data limite do recorte é 1926.

Devido ao expressivo progresso industrial e urbano da cidade, no final do século XIX, Juiz de Fora recebeu de Rui Barbosa o apelido de “Manchester Mineira”, evocando a prosperidade da cidade industrial inglesa Manchester. A denotação de “Manchester” compreendia a força do processo de industrialização do entresséculos XIX-XX, trazendo a emergência de novos personagens sociais, como: operários, profissionais da indústria e dos serviços, bem como os industriais.

Em Juiz de Fora e região, Maraliz Christo explica que artistas, principalmente estrangeiros, eram atraídos pela constituição de um mercado de trabalho alternativo à capital, já saturado pela presença da AIBA. Os retratos para decoração “das sedes de fazendas, dos salões de visita dos palacetes e dos salões de honra das instituições, além das pinturas parietais ou mesmo das esculturas tumulares, constituíam-se em encomendas constantes” (CHRISTO, 1995: 64).

Às vésperas da República, Juiz de Fora não só fomentou o mercado de trabalho de artistas de outros centros, como proporcionou aos jovens da região o estabelecimento de uma atividade profissional <sup>4</sup>. Christo reitera que eles contavam com o apoio, principalmente, de proprietários rurais como Frederico Ferreira Lage e Eugênio Fontainha (1848-1918). Intitulado como “mecenas de Juiz de Fora”, o comendador Fontainha era proprietário da fazenda da “Divisa”, presidente da Associação comercial (em 1898) e músico (CHRISTO, 1995: 70).

## 2. Hipólito Caron e sua trajetória social e artística

Hipólito Boaventura Caron nasceu em Resende, no Rio de Janeiro, filho de Clemente João Caron (?-1894), padeiro francês, e Jesuína Maria da Cunha.

Em 1874 Hipólito Caron se muda para Juiz de Fora com a família. Seu pai, um padeiro francês, logo estabeleceu a “Confeitaria Caron” na cidade mineira (CHRISTO, 1995: 72)<sup>5</sup>. Entre 1874 e 1879 Hipólito estudou no colégio Progresso, dirigido pelo Sr.

---

<sup>4</sup> O mercado para os artistas, já não dependia apenas das encomendas de retratos e decorações por parte dos cafeicultores; a própria indústria empregava parte desta mão-de-obra. Alguns litógrafos eram contratados para produzir rótulos para produtos como manteigas, queijos e bebidas, seguindo os parâmetros estéticos neoclássicos (CHRISTO, 1995: 70-72).

<sup>5</sup> A confeitaria de Clemente situava-se na Rua Batista de Oliveira, centro de Juiz de Fora. Uma inscrição na fachada do edifício dizia: “Fábrica de biscoitos e doces finos de todas as qualidades.”

Avelino Milagres, ali seu primeiro professor de desenho foi o comendador Eduardo Braga<sup>6</sup>.

Certamente Juiz de Fora foi a porta de entrada de Hipólito Caron no mundo das artes, pois em 1877, aos 14 anos de idade, já era secretário do Salão de Música D. Luiz I<sup>7</sup>. Portanto, em 1880, Caron inicia a vida artística profissional, quando ingressa na Academia Imperial de Belas Artes do Rio de Janeiro (AIBA)<sup>8</sup>, e, desde então, dedicou 12 dos seus 29 anos a arte, principalmente à pintura de paisagens, gênero no qual mais se destacou, obtendo ótimas críticas dos jornais da época.

Com apenas um ano de academia, Caron ganhou a medalha de prata no concurso da aula de paisagens<sup>9</sup> da AIBA, e no ano seguinte, para ajudar sua manutenção na capital, foi admitido como professor de desenho elementar no curso profissional do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro (LEVY, 1980: 41-42). Ainda em 1882, participou da exposição na academia recebendo duas pequenas medalhas de ouro – uma em desenho figurado e outra em paisagem – e o Prêmio D. Pedro I<sup>10</sup>.

Caron inaugurou sua primeira exposição individual no salão da Câmara Municipal de Juiz de Fora a 15 de abril de 1883<sup>11</sup>. No final deste ano o pintor participou da exposição dos alunos da AIBA angariando a pequena medalha de ouro, logo, os quadros exibidos na academia foram para uma exposição na Casa de Wilde na capital do país<sup>12</sup>.

Em junho de 1884, Hipólito Caron e mais seis colegas, sendo alguns da academia, mudaram-se para Niterói, RJ, a fim de seguir o mestre Georg Grimm, que, por consequência de algumas incompatibilidades com a AIBA, largou a cadeira de paisagem, flores e animais, mudando-se para a Rua da praia da Boa Viagem, em Niterói. Nessa cidade, o mestre Grimm passou a ensinar e a praticar a pintura ao ar livre, onde mais tarde estes artistas ficaram conhecidos como Grupo Grimm<sup>13</sup>. Mesmo após o egresso da AIBA, Grimm e alguns de seus discípulos participaram da XXVI Exposição Geral de Belas

<sup>6</sup>*Almanaque de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, ano III – 1898, p. 6.

<sup>7</sup>O *Pharol*, Juiz de Fora, 28 de junho de 1877, p. 3.

<sup>8</sup>Hipólito Caron teve como professores na AIBA os mestres João Zeferino da Costa; Leôncio da Costa Vieira e Georg Grimm.

<sup>9</sup>O *Pharol*, Juiz de Fora, 17 de abril de 1883, p.1.

<sup>10</sup>O *Pharol*, Juiz de Fora, 21 de dezembro de 1882, p. 1.

<sup>11</sup>O *Pharol*, Juiz de Fora, 15 de abril de 1883, p.1.

<sup>12</sup>*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1883, p. 3.

<sup>13</sup>Eram membros do Grupo Grimm: Antônio Diogo da Silva Parreiras (1861 - 1937), Domingos Garcia y Vasquez (ca.1859 - 1912), Joaquim José França Júnior (1838 - 1890), Francisco Joaquim Gomes Ribeiro (ca.1855 - ca.1900), Giambattista Castagneto (1851 - 1900), Hipólito Boaventura Caron (1863 - 1892) e o pintor alemão Thomas Georg Driendl (1849 - 1916), este último por vezes substituiu o professor.

Artes, e nela, o professor ganhou a grande medalha de ouro e Caron a segunda medalha de ouro <sup>14</sup>.

Mais tarde, no ano de 1885, Caron, visto como artista moderno <sup>15</sup>, auxiliado por amigos e familiares, partiu para a França com o objetivo de se aperfeiçoar sobre orientação de Charles Hanoteaue Henri Harpignies. Enquanto esteve em solo europeu, o pintor enviou muitas produções para serem expostas no Rio de Janeiro e assim financiar sua estadia. Seu retorno foi em novembro de 1888, quando decidiu fixar-se na corte <sup>16</sup>.

A vida de Caron, no ano seguinte ao seu retorno da França, esteve bastante movimentada, como exemplo temos a notícia de sua candidatura a uma das cadeiras de professor da AIBA, mas, por falta de documentação, não sabemos se ele realmente realizou tal processo <sup>17</sup>. Outro bom exemplo é a exposição do quadro *Orquídeas e rosas* no escritório do jornal juiz-forano *O Pharol*. Esta é a primeira vez que ouvimos falar de uma natureza-morta feita pelo artista <sup>18</sup>.

A estadia de Caron no Rio de Janeiro, não gerou obstáculo para o pintor se distanciar de Juiz de Fora, pois, mesmo trabalhando para produzir suas exposições individuais foi nomeado Capitão da 2ª companhia da Guarda Cívica Municipal <sup>19</sup>, lá apresentou croquis do uniforme da guarda, no qual foi aprovado <sup>20</sup>. Finalizando 1889, em dezembro Hipólito Caron terminou a encomenda do retrato do Marechal Deodoro para a Cidade de Rio Novo, MG <sup>21</sup>.

Em reunião realizada a 1 de janeiro de 1890 na Confeitaria Azevedo, foi criado o Clube Carnavalesco de Juiz de Fora, e ficou constituído Hipólito Caron e José da Silva Tavares membros da comissão de críticas <sup>22</sup>. Logo, nesta cidade inaugurou-se o Centro Philotechnico Mineiro (CPM), e Caron foi designado professor de desenho <sup>23</sup>. Neste ano,

<sup>14</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1884, p. 1.

<sup>15</sup> O artista moderno, no final do século XIX, era aquele que contemplava, se não todas, ao menos algumas destas características: ser capaz de romper com padrões, até então considerados acadêmicos; pautar-se por suas impressões e sensações; ser original e capaz de apresentar em suas obras sua personalidade e individualidade; ser capaz de realizar todos os gêneros de pintura/escultura; ser apto para transmitir suas próprias emoções diante da natureza; ser um dândi, um pintor errante e livre (DAZZI, 2011:31).

<sup>16</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1888, p. 2.

<sup>17</sup> *Novidades*, Rio de Janeiro, 23 de maio de 1889, p. 2.

<sup>18</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 11 de outubro de 1889, p. 1.

<sup>19</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 21 de novembro de 1889, p. 2.

<sup>20</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 03 de dezembro de 1889, p. 1.

<sup>21</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 19 de dezembro de 1889, p. 1.

<sup>22</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 03 de janeiro de 1890, p.1.

<sup>23</sup> *O Pharol*, Juiz de Fora, 05 de fevereiro de 1890, p.1.



o artista participou da Exposição Geral de Belas Artes, ganhando a medalha de ouro<sup>24</sup>, e realizou algumas viagens entre Rio de Janeiro, Juiz de Fora, Espírito Santo e Carandaí<sup>25</sup>.

Não sabemos exatamente a data que Hipólito se muda definitivamente para Juiz de Fora, segundo os jornais juiz-foranos da época, aumenta a atuação do artista na cidade entre meados de 1890 e 1891. Essas notícias mostram desde exposições de seus quadros, até a nomeação de vice-presidente do CPM em fevereiro de 1891<sup>26</sup>. A atuação de Hipólito Caron na cidade mineira era intensa, prova disso é a nomeação de suplente de delegado em Juiz de Fora<sup>27</sup>, tendo em vista, o já citado cargo de Capitão da 2ª companhia da Guarda Cívica.

No início de 1892, Caron terminou o retrato da distinta Sra. Rita Tostes, inclusive este quadro, antes de ser entregue ao encomendante, ficou exposto no escritório do *O Pharol*<sup>28</sup>. Mais tarde Hipólito Caron organizou e assumiu a presidência de uma nova instituição, o Liceu de Artes e Ofícios de Juiz de Fora, cujos preceitos seguiram o modelo do Liceu do Rio de Janeiro (CHRISTO, 2013: 242).

Após os festejos carnavalescos de 92, Caron viajou para o sul de Minas Gerais, retornando em abril por ter contraído febre amarela. Em 15 de maio de 1892, às 20 horas, pelo agravamento da doença, faleceu Hipólito Boaventura Caron<sup>29</sup>.

## Conclusão

Portanto, através desta sucintabiografia podemos entender um pouco melhor sobre a trajetória de um artista ainda pouco conhecido pela história da arte. Apesar de poucos anos em Juiz de Fora, ele sempre esteve presente, seja pela sua arte ou por suas ligações sociais. Buscando entender o cenário artístico<sup>30</sup> da região (Juiz de Fora e Zona da Mata Mineira), percebemos que Caron não foi o único artista local, porém, foi o único que obteve formação sólida. O artista estudou quatro anos na Academia Imperial de Belas Artes, passou um ano em Niterói, acompanhando o Grupo Grimm e três anos na Europa.

<sup>24</sup>*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 de março de 1890, p. 1.

<sup>25</sup>*O Pharol*, Juiz de Fora, 12 de junho de 1890, p. 1; 10 de julho de 1890, p. 2; 20 de novembro de 1890, p. 2.

<sup>26</sup>*O Pharol*, Juiz de Fora, 20 de fevereiro de 1891, p.1.

<sup>27</sup>*O Pharol*, Juiz de Fora, 18 de outubro de 1891, p. 2.

<sup>28</sup>*O Pharol*, Juiz de Fora, 17 de janeiro 1892, p. 1.

<sup>29</sup>*O Pharol*, Juiz de Fora, 16 de maio de 1892, p 1.

<sup>30</sup> Consideramos cenário artístico, o intercâmbio com artistas estrangeiros, a formação e o mercado de trabalho dos artistas.

Assim, notamos que a formação diversificada de Caron e seus deslocamentos entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, certamente contribuiu para o desenvolvimento cultural da cidade mineira no final do século XIX.

Sabemos que em Juiz de Fora Caron frequentava lugares onde tinha frequentes contatos com personalidades da região. Eram eles industriais, políticos, membros da Sociedade de Medicina e Cirurgia, empresários e fazendeiros. Identificamos assim que através da arte, Caron alcançou certa distinção social, o que nos faz pensar na seguinte questão: será que se Caron tivesse seguido os passos do pai, ou seja, se tornado padeiro, ele teria alcançado algum reconhecimento social?

Portanto, a partir de uma abordagem mais sociológica sobre o tema, imposta em parte, pela própria natureza da maioria das fontes (periódicos), percebe-se o rico universo artístico, econômico e social de Juiz de Fora. Através desta pesquisa, notamos um panorama muito mais preciso, amplo e revelador das condições sociais, Hipólito Boaventura Caron.

### **Bibliografia:**

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A “Europa dos pobres”**: Juiz de Fora na Belle Époque mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **Algumas observações sobre a pintura em áreas cafeeiras**: Juiz de Fora (MG), 1850-1930. Locus, Revista de História, v. 1, n. 1, 1995.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **O mundo das artes nos jornais**: Juiz de Fora no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA Luiz Carlos. (Org.). O mundo das artes nos jornais: Juiz de Fora no século XIX. Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013, v. 2.

DAZZI, Camila. **Pôr em prática a reforma da antiga Academia: a concepção e a implementação da reforma que instituiu a Escola Nacional de Belas Artes em 1890**. Tese (Doutorado em História e Crítica da Arte) Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, 2011.

LAGE, Oscar Vidal Barbosa. ESTEVES, Albino (Org.). **Álbum do Município de Juiz de Fora**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915.

LEVY, Carlos Roberto Maciel. **O Grupo Grimm**: paisagismo brasileiro no século XIX. Rio de Janeiro: Pinakothek, 1980.

### **Fontes:**

*Almanaque de Juiz de Fora*, Juiz de Fora, ano III – 1898, p. 6.

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

*Gazeta de Noticias*, Rio de Janeiro, 30/12/1883, p. 3; 17/11/1888, p. 2; 31/03/1890, p. 1.

*Novidades*, Rio de Janeiro, 23/05/1889, p. 2.

*O Pharol*, Juiz de Fora, 17/04/1883, p. 1; 15/04/1883, p. 1; 11/10/1889, p. 1; 21/11/1889, p. 2; 03/12/1889, p. 1; 19/12/1889, p. 1; 03/01/1890, p. 1; 05/02/1890, p. 1; 12/06/1890, p. 1; 10/07/1890, p. 2; 20/11/1890, p. 2; 20/02/1891, p. 1; 18/10/1891, p. 2; 17/01/1892, p. 1; 16/05/1892, p. 1.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 13

### Gênero, sexualidade e ordenamento social no Medievo

#### **Coordenadoras:**

Denise da Silva Menezes do Nascimento (Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> UFJF)

Aieska Pandolfi Monfardini (Mestranda UFJF)

#### **Ementa:**

Ao longo dos anos tem multiplicado as pesquisas que analisam os diferentesatores das sociedades medievais dando destaque a sujeitos que até a metade do século XX eram preteridos pela historiografia ocidental. Nesse sentido, ganharam destaque as pesquisas que se voltam para o estudo das mulheres, das minorias religiosas e dos grupos menos abastados.

Levando em consideração que o tema da XXXIV Semana História é fundamental para implicarmos nosso conhecimento sobre o Medievo e para desfazermos preconceitos que ainda recaem sobre o período, este simpósio visa congregiar pesquisadores que analisam a Idade Média e o início da Idade Moderna em suas diversas perspectivas – social, política, econômica, cultural – a fim de debatermos as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade, Buscamos, também, refletir sobre a rede de alianças e conflitos entre os diferentes grupos constituintes do ordenamento social.

## A FEITICEIRA MEDIEVAL: O CONTRÁRIO DA MULHER IDEAL

Aieska Pandolfi Monfardini<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem a intenção em discutir o ideal feminino no medievo a partir do seu contrário: a mulher pública e herética. Para os estudiosos da condição feminina entre os séculos 13 e 17, é comum ver uma grande repressão patrística sobre a figura feminina, enriquecendo a mácula misógina que cerca a mulher. Entre a crise feudal e a reforma tridentina, o lugar social da mulher encara várias mudanças, os padrões a serem seguidos se tornam uma lista do que não fazer. Nossa intenção é discutir o quão amplamente a feiticeira se encaixa em tal lista. Para tal discussão usaremos autores como Georges Duby, Carlos Roberto Figueredo Nogueira e Jules Michelet.

**Palavra-Chave:** Feiticeira; Sexualidade; Medieval.

### **The medieval sorceresses: the opposite of the ideal woman**

**Abstract:** This paper intends to discuss the feminine ideal in the Middle Ages from its opposite: the public and heretic woman. For the scholars of the feminine condition amongst the 13<sup>th</sup> and 17<sup>th</sup> centuries, it is common to see a great patristic repression over the feminine figure, enriching the misogynist taint that surrounds the woman. Between the feudal crisis and the Tridentine reform, the social place of the woman faces many changes, the patterns to be followed become a list of what not to do. Our intention is to discuss how broadly the sorceresses fits in this list. To such discussion, we are using authors such as Georges Duby, Carlos Roberto FigueredoNogueira e Jules Michelet.

**Key-words:** Sorceress; Sexuality; Medieval.

A formação Monogâmica baseia-se no direito masculino e traz a tona para as formações sociais a discrepância entre homens e mulheres. Com o passar do tempo é possível perceber que os direitos femininos são aglutinados pelos homens e uma diabolização feminina é construída através dos séculos. Os textos clássicos gregos e teológicos como o de Santo Agostinho montam uma iconografia feminina que se relaciona intimamente com os males do mundo, independente da cultura ritual ou religiosa.

---

<sup>1</sup>Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Jean Delumeau em seu livro “*A História do Medo no Ocidente*” mostra em suas páginas que a sexualidade feminina era entrelaçada com tudo que envolvia o mal. A mulher era portadora dele.

Mal magnífico, prazer funesto, venenosa e enganadora, a mulher foi acusada pelo outro sexo de ter introduzido na terra o pecado, a desgraça e a morte. Pandora grega ou Eva judaica, ela cometeu a falta original ao abrir a urna que continha todos os males ou ao comer o fruto proibido. O homem procurou uma responsável para o sofrimento, para o malogro, para o desaparecimento do paraíso terrestre, e encontrou a mulher. Como não temer um ser que nunca é tão perigoso como quando sorri? A caverna sexual tornou-se a fossa viscosa do inferno. (DELUMEAU, 1989, p: 314.)

A pesada influência grega clássica, assim como a literatura judaico-cristã, pavimentaram, principalmente na cultura ocidental católica, uma estreita estrada que leva a solidificação do estigma feminino. Nomes como Tertuliano, São Jerônimo e São Agostinho exortam em seus sermões e escritos sobre a culpa da mulher no pecado do homem e destacam sua inferioridade como ser<sup>2</sup>. Entre Lilith, Eva e Pandora, não havia defesa que conseguisse absolvição da mulher.

Com bases eclesiásticas misóginas, como já citamos, - Agostinho, Tertuliano e Jerônimo – certa semelhança é estabelecida entre antiguidade e medievo. Segundo Itamar de Souza, tanto a antiguidade quanto o período medieval foram épocas dominadas por homens de forma predominante, trazendo a mulher como papel secundário – não menos importante, porém, mais lateralmente. De Souza fala sobre o tipo de caráter apreciado nas mulheres medievais e é possível perceber que sua apreciação estava diretamente ligada com seu nível de submissão a Deus, ao seu Senhor de Terra e ao seu pai ou marido, independente de sua posição social.

Jeffrey Richards em *Sexo, Desvio e Danação* (1993), chama atenção para o papel da mulher no Pecado Original e também no casamento. Em ambos – tanto o Pecado Original quanto o casamento -, a mulher é vista como a desviante entre eles, porém, existem diferenças de tempo entre eles. Clemente de Alexandria, no século II, vincula o Pecado Original à descoberta do sexo – sendo a mulher, sua maior adepta -, teoria a qual Santo Agostinho aperfeiçoa no século IV, dizendo que todo desejo sexual seria o Pecado

---

<sup>2</sup>SIQUEIRA, Silvia Márcia Alves. A mulher na visão de Tertuliano e Agostinho séc. II – V d.c. Tese-Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Assis, 2004, p. 26

Original, não apenas o sexo, entretanto, o que fica difundido entre a cristandade é que o Pecado Original é igual a sexo.<sup>3</sup>

Richards escreve então, sobre a sexualidade e seu único papel nos objetivos reprodutivos dentro do casamento<sup>4</sup>. Jesus instituiu o casamento como um estado normal das pessoas, declarando-o ainda indissolúvel, exceto por adultério. O apóstolo Paulo em uma de suas cartas a comunidade em Corinto ainda chama atenção para a segunda alternativa mais aceitável de vida – uma vez que a primeira era o celibato:

Quanto aos assuntos sobre os quais vocês escreveram, é bom que o homem não toque em mulher, mas, por causa da imoralidade, cada um deve ter sua esposa e cada mulher o seu próprio marido. O marido deve cumprir os seus deveres conjugais para com a sua mulher, e da mesma forma a mulher para com o seu marido. A mulher não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas sim o marido. Da mesma forma, o marido não tem autoridade sobre o seu próprio corpo, mas sim a mulher. Não se recusem um ao outro, exceto por mútuo consentimento e durante certo tempo, para se dedicarem à oração. Depois, unam-se de novo, para que Satanás não os tente por não terem domínio próprio. Digo isso como concessão, e não como mandamento. Gostaria que todos os homens fossem como eu; mas cada um tem o seu próprio dom da parte de Deus; um de um modo, outro de outro. Digo, porém, aos solteiros e às viúvas: É bom que permaneçam como eu. Mas, se não conseguem controlar-se, devem casar-se, pois é melhor casar-se do que ficar ardendo de desejo. (I Coríntios 7, 1-9)

A Igreja, com fundamento bíblico, usa as palavras do Apóstolo Paulo e as interpretações de seus estudiosos para o controle da sexualidade dentro do casamento. Apesar dos escritos de Paulo, a partir das interpretações de Agostinho e Clemente da Alexandria de Pecado Original a Igreja difunde entre a população que o sexo deve ser usado apenas para a procriação, que o uso para o mero prazer era considerado pecado.

Richards argumenta que a intenção da Igreja em controlar a sexualidade tinha como objetivo canalizar a atividade sexual para o casamento, assim controlando também o mesmo. O clero teria então, mais um braço controlador dentro das casas na sociedade, uma vez que a partir do século IX teria se iniciado um longo processo de sacralização do matrimônio. “A sacralização envolvia também o cumprimento de novas regras elaboradas para aumentar o efeito estabilizador do casamento sobre a sociedade (...).”<sup>5</sup>

<sup>3</sup> RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*; tradução: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p. 34.

<sup>4</sup> RICHARDS, Jeffrey. *Op. Cit.*, nota 4. p. 35.

<sup>5</sup> RICHARDS, Jeffrey. *Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média*; tradução: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, p.35.

A mulher na sociedade medieval é completamente sujeita a seu marido, o que é uma crença universalmente aceita durante a Idade Média, que perpassa pela noção patrística da criação do mundo. Cada mulher como descendente de Eva tem em si a inferioridade, que vem da criação através da costela do homem e também a maldade, que é ganha quando sucumbe a serpente. Ambas os defeitos vindos de Eva como mãe de todas as mulheres.<sup>6</sup> Em oposição a tais figuras, Maria se torna modelo santificado.

A Virgem Maria é promovida entre o século IX e XII a modelo o qual as mulheres deveriam seguir se não pela virgindade, pela maternidade. A virgindade seria o ideal para resistir ao pecado iniciado em Eva, porém, a maternidade se torna uma qualidade redentora para aquelas que não se adaptam à vida celibatária e religiosa. Entra-se em cena o casamento como destino para a maioria das mulheres, uma vez que não era esperado delas que se livrassem de sua natureza pecaminosa, justamente por sua inferioridade<sup>7</sup>. O casamento em domínio completo da Igreja ganha nova esfera, além de comprometimento com a reprodução, segundo George Duby<sup>8</sup>, seu propósito transcendia a desejos frívolos do sexo e era um dos pilares das estruturas sociais e econômicas.

Para Carlos Roberto Figueiredo Nogueira, a partir do século XII há uma crescente apreciação da mulher e se inicia um processo de idealização do feminino, tendo como base a promoção da Virgem Maria e o amor cortês. No amor cortês existe uma elevação onde a mulher é colocada acima do homem que a idealiza. A mulher que é excluída por um sistema misógino, tanto na parte civil, quando religiosamente, é compensada de sua situação vergonhosa e real através da literatura, onde é retratada irrealmente de forma angélica, quando na verdade sua situação cotidiana é hostil e essa mesma mulher tem o papel central diabólico.<sup>9</sup> Para Nogueira a idealização da mulher causa efeito contrário do esperado, uma vez que o agigantamento da pureza feminina com base na Virgem Maria traz a tona imediatamente o espírito maligno que é o contraponto da santidade da Virgem Mãe de Deus. A tríadica do simbolismo antigo feminino é suprimida em sua terceira parte, uma vez que a Igreja dá atenção apenas para a Virgem e para a mãe, ignorando por completo o lado escuro que faz parte da mulher.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> RICHARDS, Jeffrey. Op. Cit, nota 6. p.36.

<sup>7</sup>RICHARDS, Jeffrey. Op. Cit. nota 6.p.38.

<sup>8</sup>DUBY, Georges. Eva e os padres. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>9</sup>NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. Bruxaria e História: As práticas mágicas do Ocidente Cristão. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 105.

<sup>10</sup>NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. Op. Cit. , p.104. nota 10. p. 104.



Em meados do século XIII, com a criação do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição, que tinha como objetivo perseguir os hereges, o escrutínio clerical sobre a mulher aumenta. Nas áreas rurais europeias onde o cristianismo não conseguiu extinguir os cultos pagãos havia a mulher com sua posição de destaque em razão de suas habilidades tratamento de doenças e seus saberes para sortilégios – tanto para cura quanto para morte, tanto para unir casais quanto afastá-los. É importante salientar que a mesma população que procurava essas mulheres com esse tipo de conhecimento e prática também eram seus denunciante em mesas do Santo Ofício. Para Duby<sup>11</sup>, a mulher era temida e desprezada ao mesmo tempo por ser uma “parte oculta” da sociedade masculina que na realidade a desconhecia.

Michelet escreveu que no paganismo a mulher sempre teve uma posição de destaque, justamente pelos seus mistérios e seu contato com a natureza. A feiticeira era, na verdade, a médica dos pobres e da área rural uma vez que era essa a única figura que tinha a possibilidade de cura a quem essa população poderia recorrer.<sup>12</sup> Além de trazer com a ela a cura, a figura da feiticeira também oferecia a possibilidade de amor, desejo e até mesmo a felicidade, uma vez que os casamentos eram feitos por conformação socioeconômica.<sup>13</sup>

A diabolização da mulher continua até o século XV onde o medo aumenta rapidamente e a culpabilização feminina juntamente com ele. A crise feudal, a Peste Negra, as revoltas urbanas e camponesas, a Guerra dos Cem anos, o avanço turco e o Cisma do Papado apontam diretamente para as obras demoníacas de Satã e para mulher como sua ajudante.

Satã e seus demônios constituem uma ameaça cotidiana, tramando para a perdição dos homens, sobre os quais paira a terrível angústia dos tormentos da perdição eterna. E sua vítima, por excelência, é a mulher, cujo o pendor para o Mal possuía uma longa tradição.(  
NOGUEIRA, 1995, p: 77)

A inferioridade da mulher toma um tom mais agudo, uma vez que a fragilidade do ser feminino seria uma questão conhecida ao Diabo. Santo Agostinho argumenta sobre como todo ser humano teria um corpo sexuado em contraposição da alma assexuada, para

<sup>11</sup> DUBY, George. Idade Média, idade dos homens, do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.37.

<sup>12</sup> MICHELET, Jules. A feiticeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992, p.31.

<sup>13</sup> MICHELET, Jules. Op. Cit. , p.104. nota 13. p. 114-119.

o homem isso funcionaria perfeitamente, uma vez que o mesmo seria a imagem cabal de Deus, porém, no caso da mulher, ela é inferior ao homem, dessa maneira é sua obrigação se submeter a ele.

Dessa maneira, a Igreja adicionou, sistematizou e racionalizou todo um misoginismo recebido da Antiguidade, que o desenvolvimento do culto à Virgem só irá acentuar – na medida em que exalta a mulher excepcional, para a qual a sexualidade feminina foi uma eterna ausente – a desqualificação da condição feminina. (NOGUEIRA, 1995, p: 79)

Segundo Guy Betchel, a figura feminina traz um perigo constante. A única forma de suportá-la seria a subjugando com violência, ou senão, tendo a já como submissa, silenciosa, cuidando dos filhos e saindo pouco de casa. “A mulher cristã, herdeira da Eva judia e da Pandora grega, é naturalmente culpada. Quanto ao resto, não tem valor. O homem é seguramente à imagem de Deus, mas a mulher não (...)” (BETCHEL, 1998, p: 52). Criada para a sedução do homem, a mulher é fina, delicada, de formas atraentes aos olhos masculinos. A fim de levar a alma do homem ao inferno, seu corpo delgado, características peculiares e ações trazem-no mais perto da danação.<sup>14</sup>

O recato e a obediência, tidos como características fundamentais da esposa moralmente correta demonstravam controle do esposo que deveria ser tomado a força se necessário fosse e ainda tinham como apoio a ira santa do Esposo Divino, que poderia amaldiçoá-las ao fogo eterno da danação. A condensação de valores femininos se dá ainda pelo modelo de sujeição e dependência vividas dentro do casamento. De acordo com Del Priore, o modelo de “santa-mãe” introjetado segue a linha da mãe e esposa católica, criando seus filhos dentro do modo cristão, obedecendo seu marido, se mantendo reclusa dentro das portas de sua casa. O recolhimento dava à mulher a imagem de esposa cuidadosa e ao marido de homem em controle e prudente.

Qualquer desvio milimétrico em seu caráter a colocava de volta na posição de condenação, posição essa que a mesma nunca havia saído, uma vez que o modelo esculpido para se seguir era inalcançável: a virgem Maria.

Maria era o próprio ideal, a mulher concebida sem pecado original, mãe sem ter copulado, símbolo de doçura e de perdão inigualável. As mulheres só tinham que se parecer com ela e tudo seria mais simples. Que ser, também elas, sem pecado, virgens, boas e

<sup>14</sup> BETCHEL, Guy. A carne, o diabo e o confessor. – Lisboa: Dom Quixote, 1998. p: 53.

generosas. Só que isso não era possível num sistema religioso que pedia a essas mesmas mulheres que assegurassem a procriação, e isso praticamente sem limites. Nada podia ser mais belo, mais puro, mais santo do que a verdadeira mulher cristã, mas uma mulher idealizada segundo o modelo de Maria não podia de modo algum existir. (BETCHEL, 1998, p: 51)

A condenação adotada pelo social baseia-se no medo, grande motor da sociedade medieval, que através do simbolismo da bruxa – que mescla-se a imagem da feiticeira, sendo diferenciadas apenas por uma forma conceitual – condena a mulher, independente do seu grau de santidade ao papel de Mal do mundo. Como colocado por Carlos Nogueira Figueiredo Nogueira,

Na Baixa Idade Média, o símbolo da nobreza era o cavaleiro; o da depravação, a bruxa. Essas imagens corporificam o ódio sexual e destrutivo ao elemento feminino: o *senhor*, o símbolo do Bem, é o homem; a *bruxa*, o símbolo do Mal, é mulher. Aqui o inimigo real e o inimigo imaginado convergem personalizando e justificando muitas das origens de acontecimentos inesperados e calamidades que assaltam a vida dos humanos. Seu pecado era maior que o dos demônios, pois estes haviam cometido pecado, mas as bruxas continuavam pecando apesar dos reiterados avisos da Igreja. (NOGUEIRA, 1991, p: 109)

Como já estabelecido, o poder mariano que se insere na sociedade a partir do século XII marca para as mulheres um exemplo inalcançável de santidade. Entretanto, apesar do forte culto a Virgem, a imagem da mulher portadora do Mal que encontra seu símbolo na bruxa/feiticeira demonstra a fragilidade da figura feminina no medievo. A figura da feiticeira toma forma num contexto onde a mulher, completamente carnal, é o oposto do homem, que é a imagem de Deus, tornando-a suscetível a sedução de Satanás e, por consequência sua serva sedutora do homem e instrumento de danação de sua alma imortal.

A sedução, arma primária da feiticeira, tem sua base forte da sensualidade, uma vez que

Sua origem europeia parece estar ligada à magia amatória ou erótica, desenvolvida na Grécia, ou, melhor dizendo às operações mágicas vinculadas aos desejos e paixões amorosas, o que faz que a feiticeira, além de efetuar elucubrações mágicas, intervenha como intermediária de casos amorosos, com auxílio da observação e de técnicas comuns e correntes às práticas amorosas. (...) O mundo da feitiçaria é o mundo do desejo, do desejo eminentemente passional, que a tudo se sobrepõe para conseguir uma resposta para a paixão não correspondida ou proibida. (NOGUEIRA, 1991, p: 26-27)

Levando em consideração a perseguição a sexualidade feminina, é possível entender a idealização da Virgem Maria numa perspectiva que a instrumentalize na luta contra a sedução diabólica que se faz presente na figura feminina e que é involuntária a ela. Sendo a mulher ainda, o símbolo do Mal, a partir da feiticeira temos a o signo que permite liga-la diretamente a Satanás e seus planos destrutivos.

## **BIBLIOGRAFIA**

BETHENCOURT, Francisco. **O imaginário da magia: feiticeiras, adivinhos e curandeiros em Portugal no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

BLOCH, Howard. **A misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou ofício do historiador**; prefácio, Jacques Le Goff. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998

BURKE, Peter. **Cultura Popular na Idade Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BYNUM, Caroline Walker. **Fragmentation and Redemption. Essays on Gender and Human Body in Medieval Religion**. New York: Zone Books, 1992.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990

CLARK, Stuart. **Pensando com Demônios**. A ideia de bruxaria no princípio da Europa Moderna. Trad. de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no Ocidente: 1300-1800**. Uma cidade sitiada. Trad. de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DUBY, Georges. **Eva e os padres**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DUBY, George. **Idade Média, idade dos homens, do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GINZBURG, Carlo. **História Noturna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GINZBUR, Carlo. **O fio e os rastros: o verdadeiro, o falso e o fictício**. Trad. de Rosa Freire D'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

- GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.
- HUIZINGA, Jean. **O Declínio da Idade Média**. São Paulo: Ulisseia.
- LIEBEL, Silvia. **Demonização da mulher: A construção do discurso misógino no *Mallus Maleficarum***. 2014. 74 f. Monografia. História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. 2004.
- MARCOCCI, Giusepe; PAIVA, José Pedro. **História da Inquisição portuguesa: 1536-1821**. Lisboa: A esfera dos Livros, 2013.
- MICHELET, Jules. **A feiticeira**. Tradução de Ana Moura. Cascais, Portugal: Editora Pergaminho, 2003.
- MURRAY, Margaret Alice. **O Culto das Bruxas na Europa Ocidental**. São Paulo: Editora Madras, 2003.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto. **O Diabo no imaginário cristão**. 2ª Ed. Bauru/Sp: EDUSC, 2008.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **O nascimento da bruxaria**. São Paulo: Imaginário, 1995.
- NOGUEIRA, Carlos Roberto F. **Bruxaria e História: as práticas mágicas no ocidente cristão**. São Paulo: editora ática, 1991.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. – São Paulo: Contexto, 2007.
- RICHARDS, Jeffrey. **Sexo, desvio e danação: as minorias na Idade Média**; tradução: Marco Antonio Esteves da Rocha e Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- SILVA, Edlene Oliveira. **As filhas de Eva: religião e relações de gênero na justiça medieval portuguesa**. Florianópolis, Revista Feminista, janeiro-abril/2011.
- SIQUEIRA, Silvia Márcia Alves. **A mulher na visão de Tertuliano e Agostinho séc. II – V d.c.** Tese- Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Assis, 2004, p. 26
- SOUZA, Laura de Mello e. **A feitiçaria na Europa moderna**. São Paulo: Ática, 1987.

## SÃO FRANCISCO E SANTA CLARA: A LUTA PELA MANUTENÇÃO DE IDEAIS COMO PARÂMETRO PARA COMPREENÇÃO DE UMA MULHER SINGULAR.

Ismael da Silva Nunes\*

**Resumo:** Por meio do estudo de fontes existentes sobre a vida de Francisco e Clara de Assis, sendo estas fontes desde legendas, bulas e escritos pessoais, até trabalhos como o de Jacques Le Goff e Paul Sabatier, nosso trabalho objetiva-se entender o discurso que está por trás do tema da pobreza e como este nos ajuda a compreender a figura de Santa Clara como uma mulher religiosa do século XIII com um papel original e, sobretudo, marcado pela coragem e ousadia. Tais características nunca se desvincilharam do respeito e obediência próprios da época para uma mulher religiosa, mas ao mesmo tempo, utilizando de mecanismos próprios, ela não deixou de desafiar a ordem estabelecida, fazendo pressão e sendo, algumas vezes, atendida.

**Palavras-chaves:** Mulheres, pobreza, religiosa

**Abstract:** Though the study of existent sources about the life of Francisco and Clara de Assis, such as hagiographies, bulls and personal writings, and even works by Jacques Le Goff and Paul Sabatier, our study aims to understand the reasoning behind poverty as a theme and how it helps us to comprehend the figure of Saint Clare of Assisi as a religious woman of 13th century, with an original role and, above all, marked by the courage and boldness. Such features never separated themselves from the respect and obedience from a religious woman of that time, but at the same time, using her own methods, she didn't stop challenging the established order, pressuring it and, sometimes, being attended.

**Keywords:** Women, poverty, religious

### Mulher na Idade média

Talvez a pergunta mais importante aqui seja, quem foi santa Clara? De fato, será nosso foco trazer em cena esta insigne mulher que, em seu tempo, e não desconectada dele, teve a capacidade de fazer grandes feitos dentro de um escopo próprio que é o da religião. Então convém marcar três coisas, Clara é uma mulher; Clara fala dentro de um tempo, ela é regida pela dinâmica deste tempo histórico e não é possível pensa-la descolada dele; e Clara tem um escopo de atuação, que é a religião, o que não a impede de ter atuado em outras áreas, mas que direciona nosso olhar a pensar na mulher sob uma ótica religiosa.

---

\*Graduando em história pela Universidade Federal de Juiz de Fora  
[Ismaelcd2008@hotmail.com](mailto:Ismaelcd2008@hotmail.com)

Então é preciso começar por trazer em cena quem foi santa Clara, porém este exercício não pode deixar de caminhar aliado a visão de mulher da época medieval, sobretudo do século XIII, afinal de contas, estamos olhando-a em relação as demais mulheres de seu tempo. Então não é de nosso interesse trazer Clara sem pensar em como viviam as mulheres de seu tempo. Cabe-nos perguntar: a que julgo estavam submetidas? Como Clara aparece em meio a este cenário? O que ela oferece? Como ela se distancia do “comum”, e como ela, também, se encontra neste “comum”?

O tema da mulher na Idade Média há um tempo tem me chamado a atenção. A forma como eram tratadas; a misoginia e, sobretudo, a bagagem teórico religiosa que fundamentava as crenças numa inferioridade da mulher. Neste sentido ganha destaque o pensamento judaico cristão que serviu como base, inspirado nos escritos bíblicos do Gêneses, para a legitimação do papel secundário e pejorativo da mulher.

Dentro desta construção do feminino, que não é inerte na idade média, ou seja, neste vasto período de mil anos, conservando o caráter inferiorizado da mulher, sua imagem será destruída e reconstruída, e assim por diversas vezes, sobre novas vigas, porém mantendo estilos de construto parecidos. É nesse cenário de submissão que aparece a imagem de Clara, uma jovem nobre nascida em Assis.

As bases para lançarmos mão de sua trajetória de vida e de seus pensamentos, passa por um conjunto de textos que vão, desde cartas escritas a próprio punho, até bulas e testamento. Uma importante fonte, ainda, é a legenda de Tomás de Celano. De Celano é imprescindível trazer que seu trabalho são construções que fazem parte de um discurso oficial da Igreja da época. É um texto pedido pelo papa Alexandre IV, e como tal tende a ressaltar qual “franciscanismo” a Igreja quer e julga ser o mais fiel ao seu corpodoutrinário. Não se trata de um “forjar a história”, não creio que esta seja a melhor das definições, mas são escolhas feitas, escolhas que não são inocentes. Importa então pensar quais fatos da vida de Clara Celano optou por trazer à tona.

Também me vali de outros tipos de fontes secundárias, como por exemplo, a obra *São Francisco de Assis* de Jacques Le Goff e *Vida de São Francisco* de Paul Sabatier. Tais obras serviram de comparação e de reflexão para alguns aspectos das fontes contemporâneas a Clara que à primeira vista poderiam passar despercebidas.

### **Assis é o berço**

Em Assis, terra onde nasceu Francisco, nasce também Clara. A vida dos dois santos católicos se uniria em um vínculo forte que transporia as aproximações físicas. Os dois foram muito unidos. Não se trata, como por tempos se pensou, de uma união no sentido conjugal, ou marital, mas uma união fraterna, de pensamentos e ideias, de estilo de vida, de reconhecimento de um no outro.

Por tempos se tendeu a ver que não era possível compreender a vida e trajetória de Clara sem a figura de Francisco, visto o quanto este a influenciou. Em Celano é possível perceber tamanha influência, mas são os escritos claretianos, de próprio punho, que refletem de forma mais clara esta aproximação e esta influência. De forma significativa, é na pobreza que se percebe nitidamente a presença de Francisco. A vida de ambos é tangenciada por tal tema, sendo este, a espinha dorsal da agência histórica dos dois. E é este mesmo tema da pobreza que nos leva a perceber, aquilo que tem sido pensado por estudiosos franciscanos, sem Clara também não se conhece Francisco.

### **A Pobreza**

Em meados do século XII, a Idade Média viveu um período que no dizer de Le Goff foi o “Apogeu da cidade”. Em *o Apogeu da cidade medieval*, Le Goff diz que

A atividade econômica, cujo centro são as cidades, chega ao seu mais alto nível. Sob a égide de uma Igreja que se adapta à evolução e triunfa sobre a ameaça herética, particularmente viva em certos meios urbanos, uma nova sociedade, marcada pelo cunho urbano (LE GOFF, 1989, p: 4)

Neste cenário onde impera o dinheiro, o prestígio e toda uma série de elementos ligados a um espírito carnal, além de inúmeras divergências àquilo que a Igreja, enquanto instituição, prega, o Jovem Francisco propõe um ideal de vida que passa pelo desprendimento daquilo que remete ao termo “mundo”. Ou seja, condutas que poderiam privar as pessoas do céu, como a ganância, avareza, egoísmo, elementos estes que são reforçados em cidades controladas pela lógica de mercado. Como diz Le Goff em *São Francisco de Assis*

“Francisco é um menino da cidade, filho de comerciante, sua primeira área de atuação é o meio urbano, mas a cidade ele quer levar o sentido de pobreza em face do dinheiro e dos ricos, a paz em vez daquelas lutas intestinas entre Assis e a Perúsia”.(LE GOFF, 1999, p: 37)



Então, em Francisco nós vemos, claramente, uma oposição a cidade dos séculos XII e XIII, mas esta oposição se dá por meio da pregação e atuação nestes meios. Sendo assim, ele não opta como outros santos, (Santo Antão, por exemplo), a uma vida eremita. Sua oposição aos “vícios” do meio urbano se dá por meio de uma atuação incisiva, forte e ativa nas cidades. É importante, neste sentido, a autenticidade, ou seja, Francisco, no meio de uma Igreja decadente moralmente, que está conhecendo um período de reformas<sup>1</sup>, mostra-se na contramão teórica e prática: prega contra os vícios, sobretudo do dinheiro, mas, também, opta por um estilo de vida que abandona as posses, que passa por uma adesão a uma vida pobre e que tem nessa pobreza o ponto fundamental de sua vida e de seus seguidores.

Sendo assim, Francisco, seguindo aquilo que será seu plano de vida, “Seguir nú, o Cristo nú”, abandona toda sua herança, suas posses, até mesmo suas roupas. Ele se despe diante do Bispo de Assis, e nesse ato, entrega tudo que é material para o pai, pois tais coisas não são significativas para ele. Na primeira vida de Tomás de Celano encontramos que

É aqui que o nu luta com o adversário nu e, desprezando as coisas que são do mundo, aspira apenas à justiça de Deus. Foi assim que Francisco tratou de desprezar a própria vida, deixando de lado toda solicitude mundana, para encontrar como um pobre a paz no caminho que lhe fora aberto: só a parede da carne separava-o ainda da visão celeste. FONTES, 2005, p: 195

O abandono das coisas do pai é um marco importante de um deixar às coisas ligadas ao mundo secular. Me parece ficar bem visível, uma oposição de dois mundos: de um lado, o mundo das coisas terrenas, um mundo vicioso, distante da liberdade, liberdade aqui entendida como um desprendimento de tudo que pode tornar dependente, de tudo aquilo que escraviza e o impede de “ser bom”; de outro lado, um mundo divino, onde todas as coisas são partes de Deus, compositoras de um mundo harmônico, ritmado que se descompassa e desarranja frente à presença dos elementos do mundo terreno. Francisco vê todas as pessoas, os elementos da natureza, incluindo a morte, como irmãos, é assim uma dinâmica de vida fraterna. Como diz Le Goff, “Francisco proclama, sem nenhum panteísmo, nem o mais longínquo, a presença divina em todas as criaturas”.(1999, p: 38)

Porque trazer Francisco de forma tão forte a uma fala que visa a Clara? É imprescindível tratar a figura de Francisco de Assis. Mesmo que, como já disse, o foco seja Clara. É um exercício dialético, os dois santos estão intimamente ligados. É o ideal de Francisco que Clara abraçará e lutará para manter vivo. Em Francisco, Clara encontra uma fonte de inspiração, ela se identificará com seu discurso, e tal identificação ficará fortemente presente em sua vida.

“Casar-se com a pobreza”<sup>2</sup>. Esta fala fica muito evidente em Clara. O seu desejo passa a ser o de entregar-se, de forma completa, a uma vida pobre. Isso fica muito visível nos seus escritos. A pobreza se torna chave para toda fundamentação da ordem que se fundará sobre sua inspiração e sobre seu ânimo. Agora, a que se pensar até que ponto uma mulher do século XII e XIII possuía autonomia suficiente para escolher o seu destino, se casar ou permanecer solteira. Agrava-se mais o fato de ser uma mulher de família nobre, seu pai, um cavaleiro, almejava um casamento com um nobre, como era de costume. Tratava-se de mecanismos de interesse, no mais, negócios de família.

Então, de começo, seu primeiro desafio para colocar em prática a pobreza, passaria pela família. Enfrentar a imposição de se casar, eis o primeiro desafio posto e que marca, de forma significativa, a força de uma mulher que luta por suas vontades. Em Clara veremos, corriqueiramente, este enfrentamento. Ela não se emudece diante de situações que coloquem em risco o que ela crê e vive. Claro que não se pode desprende-la de seu tempo. Ela não é uma Simone de Beauvoir, ela é, antes, uma mulher regida por uma dinâmica que vê o feminino como o sexo frágil. Vemos, na introdução a sua vida, segundo Celano, a seguinte passagem

Não convinha que faltasse ajuda ao sexo mais fraco, que, tomado pelo abismo da concupiscência, não o atraía menos a vontade para pecar e a grande fragilidade a isso impele-o por demais. Por isso, o piedoso Deus suscitou a venerável virgem Clara, e acendeu nela uma lâmpada claríssima para as mulheres. FONTES, 2005, p: 1381

Assim, o que fica muito forte nesta passagem é a reprodução da mulher Eva, peça fácil de ser movida, em que a marca da concupiscência é mais forte que sua capacidade de controle. Reforça-se de um lado o caráter pecaminoso, do outro, a

---

<sup>2</sup>Uma referência ao trecho encontrado na Carta de Notificação da Morte de Santa Clara (CNMCL) “Oh! Que casamento solene, que virgindade fecunda, limpa de todo contato carnal, a ponto de desabrochar em tão numerosa e abundante descendência.” (FONTES, 2005, p. 1378)

fragilidade. Clara desponta, nesta perspectiva, como uma mulher diferenciada, que tem como missão conduzir as mulheres fracas a uma vida de santidade. O seu nome favorece a analogia da “lâmpada claríssima”, sendo assim, portadora de luz em meio a vastidão das trevas.

Então o que encontraremos em seus escritos estará ligado, muitas vezes, a esta visão de mulher própria de seu tempo, mas nem por isso se ausentando de particularidades. Ela ressaltará no testamento a pequena força física da mulher quando ela diz: “O bem aventurado Francisco, porém, percebendo que éramos frágeis e fracas de corpo e todavianão recusávamos nenhuma fatalidade, pobreza, labor, tribulação ou vileza e desprezo do século (...) alegrou-se muito no Senhor”<sup>3</sup>. Mas, de um outro ponto, o que pode ser visto, também, nessa passagem, é que a força física da mulher não será sempre e necessariamente inferior, as mulheres de Clara, habitantes do mosteiro de São Damião, trabalham, jejuam, e possuem força para isso. Numa outra passagem, carregada de uma áurea mística, Tomás de Celano traz o relato de como a irmã de Clara, Inês, se prende no chão enquanto os parentes querem levá-la a força de volta para casa, após sua conversão ao estilo de vida da irmã.

Veremos, também, que Clara se colocará no lugar de “plantinha do beatíssimo pai Francisco”, ou seja, quase como um fruto, um resultado da ação de Francisco. De certa forma, o termo não deixa de revelar este lado de Clara que a colocou em destaque, fiel defensora do projeto de Francisco. Isso perceberemos na forte defesa da pobreza. A sua regra de vida, seus demais escritos, estarão repletos do termo “pobreza”, e não será apenas um uso irrefletido do termo, mas uma aplicação fidedigna àquilo que Francisco propunha. Então, o termo “plantinha” não precisa ser entendido num sentido de inferioridade do sexo, mas como uma adesão a um projeto de vida que, no mais, não deixará de mostrar a força de Clara.

Mas que pobreza é esta? Aqui nos cabe perguntar. É preciso diferenciar uma pobreza voluntária da pobreza a que muitos estavam submetidos na idade média. Francisco e Clara defendem uma pobreza que passa, necessariamente, pela ideia de liberdade e de segmento evangélico. Uma passagem que muito reflete este aspecto é:

---

<sup>3</sup>FONTES, 2005, P. 1352

Francisco, ouvindo que os discípulos não deviam possuir ouro, prata ou dinheiro, nem levar bolsa ou sacola, nem pão, nem bastão pelo caminho, nem ter calçados ou duas túnicas, mas pregar o Reino de Deus e a penitência, entusiasmou-se imediatamente no espírito de Deus: É isso que eu quero, isso que procuro, é isso que eu desejo fazer com todas as fibras do meu coração. FONTES, 2005, p: 184

Ao final percebemos a presença das palavras, “quero”, “procuro”, “desejo”, então é preciso diferenciar a pobreza livre, da pobrezamiserável. A pobreza miserável é, e sempre foi, fruto do oposto ao que Francisco e Clara defendiam. Ambas pobrezas colocam em confronto, de um lado, a liberdade, a fraternidade e do outro a prisão, o acúmulo, o egoísmo.

Apesar de ver marcas, que não haveriam como se ausentarem, de uma ideia do feminino como o sexo frágil, inferior, Clara é um exemplo de mulher forte e que atua de forma incisiva num processo que impactou a sociedade de seu tempo. Ela é a primeira mulher autora de uma regra de vida, de um documento jurídico que teve forte impacto na vida religiosa de seu tempo; ela serviu de exemplo a ser seguido para inúmeras mulheres, muitas mulheres se encontravam em Clara e viam nela uma mestra e mãe; ela, a seu modo, desafiou a mais alta hierarquia da Igreja; ela foi forte, corajosa e ativa em muitos momentos importantes.

A “briga” com Hugolino, que se tornaria o Papa Gregório IX, é um ponto fundamental. Clara escolhe casar-se com a pobreza. Sendo uma escolha, não se constitui um fardo, muito pelo contrário. Clara é apaixonada pelo ideal da pobreza evangélica. Ela não quer possuir nada, ela está bem não tendo mais que a sobrevivência. A ordem religiosa das irmãs pobres não precisa de ter posses para sobreviver. Sendo assim, quando Ugolino, agora papa Gregório IX, pede a ela que aceite que a ordem possua algo, propondo livra-la, na condição de Papa, do voto a pobreza absoluta, Clara responde prontamente: “Santo pai, de jeito nenhum desejo ser dispensada de seguir Cristo para sempre”.<sup>4</sup> Apesar da docilidade da resposta, significa muito, tendo em vista que é direcionada ao papa. Em uma outra ocasião Clara se chocará novamente com o mais alto posto da hierarquia da Igreja. Ao negar a presença, sem prévia autorização, dos Irmãos de São Francisco no mosteiro, o papa, recebe como resposta de Clara que “depois que nos privou dos que nos davam o alimento da vida, que nos tire, então, todos os frades”.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup>FONTES, 2005,p. 1391

<sup>5</sup>FONTES, 2005, p. 1404

A fala significava um desejo de que os frades continuassem pregando para ela e para as irmãs, por este motivo ela está dizendo de uma privação do “alimento da vida” que seria a pregação. Então percebe-se um choque forte entre Clara e Gregório IX que não se restringe apenas ao que estou colocando em exposição, mas aqui, creio que sirva para percebermos o quanto ela lutou para defender suas posições, aquilo que acreditava ser a vontade de Deus, e o modo mais autêntico de seguir as propostas de Francisco.

O exercício que nos cabe aqui é o de perceber que, mesmo a sociedade medieval sendo misógina, existiram mulheres com certo grau de atividade, existiram mulheres atuando em posições de destaque e participando de importantes processos históricos. Reforçar o papel dessas mulheres é importante para dar luz a uma história onde elas são, de fato, sujeito histórico. Muitas vezes ao reforçar a idade média como o espaço patriarcal, em que a mulher não tinha vez nem voz, somos levados a mantê-las na situação de silêncio. Então o caminho que vejo como interessante é o de uma análise conjuntural que se preocupe em mostrar a atuação feminina, mesmo com todos os impedimentos postos pelo tempo. Claro que tal exercício não pode nos conduzir ao anacronismo. É preciso ter o cuidado de não buscar moldar o passado ao nosso tempo, de não fazer juízos e comparações descabidas, mas isso não nos impede de perceber permanências e rupturas.

Clara foi uma mulher que deixou marcas sensíveis na sociedade de sua época, estas se mantem até os dias de hoje com cerca de 20,000 clarissas espalhadas por mais de 70 países em seus 1500 mosteiros.<sup>6</sup> O que se vê é que, assim como nos anos iniciais do século XIII, muitas mulheres acorriam a ela, provindas das mais variadas famílias, ricas ou pobres, nobres ou camponesas, ainda hoje, muitas se identificam com seus ideais e os tornam ainda vivos e presentes.

### **Referências bibliográficas:**

-LE GOFF, Jacques. O apogeu da cidade medieval. 1ª. ed. São Paulo-SP: Martins Fontes Edit. Ltda., 1989. 151 p. v. único.

-LE GOFF, Jacques. São Francisco de Assis. 10ª. ed. Rio de Janeiro - RJ: Record Ltda., 1999. 251 p. v. único.

---

<sup>6</sup> Tais dados podem ser encontrados em um dos sites da ordem fundada por Clara: Disponível em: <[http://poorclare.org/blog/?page\\_id=36](http://poorclare.org/blog/?page_id=36)> Acessado em 05.10.2018

- POBRE IRMÃS CLARISSAS DE SPOKANE. \_ . *PoorClareSisters*. 2008. Disponível em: <[http://poorclare.org/blog/?page\\_id=36](http://poorclare.org/blog/?page_id=36)>. Acesso em: 05 out. 2018.

### Fontes

- FONTES FRANCISCANI. Português. Fontes Franciscanas: Carta de Notificação da Morte de Santa Clara. Frei Dorvalino Francisco Fassini e col.. 1. ed. Santo André. SP: Mensageiro de Santo Antônio, 2005. 1596 p. v. único
- FONTES FRANCISCANI. Português. Fontes Franciscanas: Legenda de Santa Clara segundo Tomás de Celano. Frei Dorvalino Francisco Fassini e col.. 1. ed. Santo André. SP: Mensageiro de Santo Antônio, 2005. 1596 p. v. único
- FONTES FRANCISCANI. Português. *Fontes Franciscanas: Primeira vida de São Francisco segundo Tomás de Celano*. Frei Dorvalino Francisco Fassini e col.. 1. ed. Santo André. SP: Mensageiro de Santo Antônio, 2005. 1596 p. v. único.
- FONTES FRANCISCANI. Português. *Fontes Franciscanas: Testamento de Santa Clara*. Frei Dorvalino Francisco Fassini e col.. 1. ed. Santo André. SP: Mensageiro de Santo Antônio, 2005. 1596 p. v. único.

## **Da modernidade ao medievo, como a memória é retratada no livro 'Mitologia Nórdica' e na série 'Vikings'**

Nicole Letícia Facioni<sup>1</sup>

### **Resumo:**

O presente artigo trata sobre a análise da memória de Mitologia Nórdica em produções não-históricas. Os textos de Andreas Huyssen foram aparatos fundamentais para compreender como a industrial cultural é capaz de gerar memória em seus telespectadores. A partir disso foi possível analisar como os produtores desses objetos observados trabalham com a memória e como ela é inserida nesses dois contextos distintos que é a série televisiva e o livro. O que se pode apontar é que trabalhar com memória em meios medievais é importante para a quebra de estigmas do período e para que possamos olhar mais atentamente em como culturas diversas são retratadas na nossa atual sociedade gerando ou não pertencimento à memória de outras civilizações.

Palavras-chave: Mitologia Nórdica; Memória; História Medieval; Vikings.

## **From modernity to the Middle Ages, as memory is portrayed in the book 'Norse Mythology' and in the series 'Vikings'**

### **Abstract:**

This article deals with the analysis of the memory of Norse Mythology in non-historical productions. The texts by Andreas Huyssen were fundamental amppliances to understand how the cultutral industry is capable to create memories on the viewers. From this it was possible to analyze how the producers of these objects working with memory and how it is inserted in these two distinct contexts that is the television series and the book. What can be pointed out is that work with memory in a medieval framing is important to break the period's stigmas and for we look carefully how diverse cultures are portrayed in our actual society generating or not belonging to other civilizations memories.

Keywords: Norse Mythology; Memory; Medieval History; Vikings.

---

<sup>1</sup> Graduanda de História na Universidade Federal de Juiz de Fora- UFJF; Nicole\_leticiajf@hotmail.com

## **Introdução:**

A temática Nórdica esta muito em alta entre os jovens e adolescentes, sendo motivo de tendências de novos cabelos, roupas, músicas e até mesmo religião. Compreender a maneira como meios de comunicação lidam com a memória, nos faz começar a pensar no comportamento desses jovens e como eles recebem e interpretam essas memórias.

O presente artigo tem o objetivo de mostrar como a memória é retratada no livro “Mitologia Nórdica” de Neil Gaiman e no seriado “Vikings” de Michael Hirst, sendo analisado em questão a Mitologia Nórdica em dois meios completamente diferentes, onde um conversa com o público utilizando de palavras escritas e o outro por meio visual e auditivo. A intenção é através de textos de Andreas Huyssen, compreender como o uso da memória esta sendo trabalhado, visto que Huyssen aborda sobre a relação de memória e mídia e como ela é fundamental para a construção de memórias (HUYSSSEN, 2000).

Em virtude dessa análise, o artigo foi separado em três seções, onde na primeira se define como podemos trabalhar com memória e como nossa sociedade lida com as memórias e o passado, para que possamos compreender onde essas retratações analisadas se encaixam no cotidiano e como que os autores trabalham com essas memórias mitológicas e qual o recorte que se é feito. Ou seja, nesse primeiro ponto, trabalhamos com a historiografia em cima do contexto da memória para poder fazer uma análise historiográfica dos materiais trabalhados.

Na segunda seção, se fala sobre o trabalho de Neil Gaiman, e lá é esmiuçado algumas partes mais importantes do livro e sua relação com a memória e também uma análise sobre a relação dos personagens com as próprias memórias. Na terceira seção, o foco foi no seriado Vikings, particularmente na temática da Mitologia Nórdica que é muito abordada, como destaque, investiga-se como os personagens lidam com a memória e como o autor trabalha com essa memória e a reação do público a ela.

### **- Memória, passado e a atual sociedade sob um olhar Huyseniano:**

Ao tratar de memória, Huyssen diz que o esquecimento é algo inevitável e isso é algo diretamente ligado à natureza do ser humano (HUYSSSEN, 2014), visto que são



processos químicos e neurológicos, nosso cérebro descarta tudo aquilo que não nos é útil. Por um lado isso é bom, pois seria extremamente complexo lidar com todas as memórias e lembranças que temos, mas ao analisar isso sob o ponto de vista historiográfico, seria benéfico para a escrita da mesma que pudéssemos nos lembrar de todos os fatos ocorridos. Mas para suprir essa demanda, nos detemos a pesquisar sobre a veracidade das memórias, fazendo com que se legitime o ofício do historiador, de comprovar suas teses por meio de fontes.

Mas muitas vezes o esquecimento é algo imposto à sociedade, devido aos enquadramentos de memórias que o Estado, ou até mesmo a população faz, relembrando alguns fatos e esquecendo outros. Por consequência, tudo isso faz parte da construção histórica de indivíduos e de lugares, mas o que acaba sendo feito é uma seleção do que deve ser apresentado para compor um dado fato histórico. Geralmente as histórias exaltadas são aquelas que carregam glória consigo mesma, que ajudam a construir o ideal do mito fundador de um determinado lugar. Esses enquadramentos de memória, por vezes são excludentes, fazendo com que Histórias que possam ir de encontro com políticas vigentes do momento, acabem por serem “esquecidas”.

No começo do século XX, a sociedade ansiava pelo futuro, em virtude de ser uma época de surgimento de novos ideais e culturas, enquanto que atualmente buscamos excessivamente pelo passado, em função de revisionismos históricos e curiosidades acerca da tradição de outros povos. E essa busca pelo desconhecido, acaba por globalizar a memória, fazendo com que determinados fatos históricos passem a ser metáforas para outras histórias. Com essa constante rememoração, a produção artística passa a investir nessa onda nostálgica, lançando livros, séries e documentários com teor histórico. Huyssen analisa isso como uma forma de não se esquecer e que a indústria cultural ocidental sabe trabalhar muito bem com isso (HUYSSSEN, 2000).

É importante pensar em quais efeitos essas produções culturais midiáticas têm sob o nosso imaginário e memória. Esse tipo de memória nos causa a impressão de que a memória é coletiva, ao interpretar as ideias de Maurice Halbwachs pela visão de Michael Pollak, sabemos que esse conceito de coletividade é problemático, haja vista que a memória é algo muito pessoal e colocá-la em coletividade, acaba por excluir outras memórias (POLLAK, 1989). Porém é isso o que a mídia acaba por fazer, ao atender as demandas da sociedade de um temor constante do esquecimento. Mas esse uso da

memória pela indústria midiática, não é em seu todo negativa, em determinados temas, como na Mitologia Nórdica, como veremos a seguir, é importante para a divulgação e conhecimento da cultura dos escandinavos do medievo. Temos sempre que levar em consideração o contexto no qual são apresentados e qual é o propósito ao reproduzir essas memórias.

Porém não devemos ser inocentes de achar que a mídia reproduz tudo da maneira como realmente aconteceu, porque ela produz esse material sob moldes que irão favorecê-la. Como vimos anteriormente, nossa sociedade tem um profundo gosto pelo passado, então novelas, filmes, livros, documentários e séries que abrangem esse campo, irão vender e atrair o público cada vez mais. Pode-se dizer que somos a sociedade do “Re” parafraseando Andreas Huyssen, pois sempre exigimos representações, remasterizações e repetições das histórias já contadas (HUYSSSEN, 2000). Voltamos para o passado em busca de conforto, visto que o futuro nos causa temor, pois é tudo incerto, talvez essa seja uma maneira de compreender esse desejo pelo que já aconteceu.

Ao analisar a memória na atualidade, passamos por um conflito que diz respeito à tecnologia e suas facilidades ao poder acessar uma memória a qualquer momento, fazendo com que o passado seja constantemente parte do nosso presente. Acaba que a alteridade, passado e presente se misturam, fazendo com que as pessoas percam a noção de tempo que passou. Um fator que colabora para isso é a abordagem da História em mídias e museus, onde a informação chega até a pessoa e por um momento ela passa a associar aquilo aos seus momentos já vividos, ou até mesmo cria uma imaginação em cima daquilo que lhe foi dado.

Em um futuro próximo, haverá um volume intenso de documentos que remetem ao passado e algo que poderá ser observado pelas outras gerações sobre a nossa geração é que muitas vezes vivemos nosso presente sob o molde de óticas passadas, deixando de descobrir novas possibilidades e aventuras. Talvez devêssemos buscar a mescla entre o passado, o presente e o futuro, para que haja um equilíbrio coletivo e emocional. Mas para isso, precisamos analisar mais precisamente a função da indústria cultural e midiática e ver como ela está trabalhando determinados temas.

### **- Mitologia Nórdica e suas formas de expressão na modernidade:**

Com isso, após essa breve explicação sobre a memória e seus usos pela nossa sociedade, entraremos em questão na análise do livro “Mitologia Nórdica”, de Neil Gaiman e de algumas partes onde se retrata a Mitologia Nórdica na série “Vikings”, de Michael Hirst. O primeiro ponto a ser levado em conta aqui, é que essas duas obras não foram escritas por historiadores, apesar de que estaremos analisando como a História é retratada, juntamente com a ideia e construção de memória. Neil Gaiman é um prestigiado escritor inglês, assim como Michael Hirst. Ambos trabalham com esferas históricas, misturando-as com fantasias.

Utilizando o livro de Johnni Langer, “Dicionário de Mitologia Nórdica, Símbolos, Mitos e Ritos”, como aparato histórico para analisar a procedência dos fatos no livro de Gaiman e na série Vikings, vamos explorar um pouco mais como a Mitologia Nórdica é tratada em materiais que não foram produzidos por historiadores.

#### **-Gaiman e sua escrita sobre os deuses do panteão nórdico:**

Neil Gaiman divide seu livro em ordem cronológicas e apresentativa dos fatos. Logo no primeiro capítulo ele apresenta os personagens principais que serão tratados no decorrer da escrita, sendo assim ele nos aproxima de Odin, Thor e Loki. Nessa parte o autor faz questão de apontar características destes personagens para que possamos criar um imaginário dos mesmos. Por todo o livro, Gaiman nos faz viajar e escreve de uma maneira que nos objetiva informações e nos faz termos a sensação de que essa é uma memória pertencente ao nosso imaginário. Nesse livro, assim como em qualquer outro, houve um enquadramento de memória, sendo optado pelo autor conduzir a história pelo viés e perspectiva dos deuses.

Outro ponto interessante são os diálogos que são inseridos na narrativa, que acabam por se tornar elementos surpresas da escrita, ao passo que estamos presos em uma leitura que vem nos dando informações e em outro instante os deuses estão conversando. Essas conversas por vezes afluem ainda mais a construção imaginativa. Sendo esse um dos pontos que foi abordado anteriormente sobre a questão da memória, esses elementos fazem parte de formação de memórias que não vivemos, mas nos aproximamos, seja por vivência ou por afinidade. E neste livro, ao chegar no final, temos a sensação de

pertencimento, não como personagens ativos, mas como alguém que participa ao observar.

No capítulo “Antes do principio, e o que veio depois”, Gaiman busca explicar a criação do mundo por meio da visão mitológica, com muita maestria aborda o tema de forma fácil e compreensível, sem destoar do verbete sobre Cosmogonia Nórdica do livro de Langer (LANGER, 2015a). O escritor se atenta aos detalhes e retrata cronologicamente essa formação, passando pela caracterização do que era o Nifheim e Muspell, do surgimento do gigante Ymir e sua vaca Audhmula, que deu origem ao primeiro homem, Buri, que era o ancestral dos deuses, ele era pai de Bor, que era pai de Odin, Vili e Ve. Após o surgimento dessas figuras Ymir foi morto pelos filhos de Bor e a morte do gigante deu origem ao mundo que conhecemos. Aqui podemos ver uma forte construção dos mitos fundadores do universo, que permeou por tempos a memória e imaginário dos escandinavos do medievo. Atualmente ainda se tem pessoas que seguem essa religião, mas infelizmente a mesma perdeu forças após a expansão cristã.

Os capítulos “A Yggdrasil e os nove mundos” e “A cabeça de Mimir e o Olho de Odin”, podem ser tratados como assuntos interligados, onde irão abordar sobre a importância dessa árvore e que ela perpassa por todos os nove mundos da Mitologia Nórdica: Asgard, Álfheim, Níðavellir, Midgard, Jötunheim, Vanaheim, Nifheim, Muspell e Hel,<sup>2</sup> após essas explicações, ele passa a contar sobre como Odin perdeu seu olho e obteve tanta sabedoria para que governasse o mundo e fosse o Deus dos deuses. Odin é colocado como uma figura imponente, que sempre sabe o que fazer e força descomunal.

Enquanto que no capítulo “Os tesouros dos Deuses”, pode se perceber a retratação de Loki como um Deus inconsequente, que faz brincadeiras, mas não pensa no que isso pode resultar. E aqui esta uma das partes mais importantes da mitologia nórdica, como os deuses receberam seus presentes que fez com que suas forças aumentassem. Seus presentes foram forjados em meio a uma disputa que Loki instaurou entre duas famílias de anões, onde eles deveriam mostrar qual deles era capaz de produzir presentes que agradassem os deuses. Os deuses que receberam presentes foram Odin, que ganhou sua

---

<sup>2</sup> Asgard: morada de Odin e dos Aesir; Álfheim: morada dos elfos; Níðavelli: morada dos anões; Midgard: morada dos seres humanos; Jötunheim: morada dos gigantes; Vanaheim: morada dos Vanir; Nifheim: mundo da escuridão; Muspell: mundo das chamas; Hel: onde os mortos que não morreram com glória moram.

imponente lança que não errava o alvo, Gungnir e o bracelete Draupnir, que a cada nove noites gotejavam outros oito braceletes para que fossem dados como presente ou guardados. Thor recebeu uma peruca dourada para sua mulher Sif, que Loki havia arrancado seus cabelos e o martelo Mjölfnir, que era inquebrável e garantia ao Deus mais força do que ele já possuía. Por último Frey recebeu seus presentes, ganhou um navio, Skidbladnir, que poderia ser guardado em um pedaço de seda e um enorme javali de pelos dourados, que poderia conduzi-lo rapidamente e emitia uma forte luz que clareava durante a noite.

Outros três capítulos importantes que complementam a concepção da visão de Neil Gaiman na Mitologia Nórdica são: “Os filhos de Loki”, “Os últimos dias de Loki”, “Ragnarok: o destino final dos deuses”. Onde o primeiro fala sobre os filhos de Loki com a gigante Angrboda, sendo eles Fenrir, o lobo que terá um papel fundamental no Ragnarok, Jörmungard a serpente que vivia nos oceanos, circundando o mundo e Hel, que cuidava do lugar os mortos sem glória moravam. No segundo capítulo citado, o ponto principal é mostrar como os deuses estavam insatisfeitos com Loki, após a morte de Balder e como o mesmo insultou os deuses algum tempo depois, falando ainda sobre o fim dos tempos que estava para chegar. O último capítulo que também encerra o livro, fala sobre o intenso confronto travado entre os deuses e Loki e seus filhos, onde Thor morre ao ser atingido pelo poderoso veneno de Jörmungard, Odin morre ao ser engolido por Fenrir, enquanto que Loki e Heimdall se enfrentam e ambos morrem, porém na Yggdrasil dois mortais se esconderam, a vida e a vontade de viver e depois do fim do mundo dos deuses, um novo mundo surgirá e os descendentes desses deuses governarão assim esse lugar na luz do novo sol.

Quando se observa a maneira como Gaiman conduz a história, podemos perceber que a mesma é dotada de elementos que a todo o momento interligam o que aconteceu com o que está acontecendo, até mesmo para os deuses, a memória é algo importante, que ajudou a constituir o que eles se tornaram. Possível notar isso ao falar de Thor, que sempre é lembrado por seus feitos e lutas contra criaturas enormes. Outro ponto interessante que foi analisado é a constante rememoração dos antepassados dos personagens, sempre dizendo de quem são descendentes e seu lugar de origem.

### **- A Mitologia Nórdica retratada na série Vikings:**

Em relação ao seriado Vikings, sabemos que é uma obra baseada em fatos históricos, porém a mesma não segue a ordem cronológica, fazendo com alguns personagens de épocas distintas ou que não eram parentes, como Rollo e Ragnar Lodbrok, apareçam no mesmo contexto, mas isso acontece devido a licença poética, para que a história siga de uma maneira mais atrativa para o público. Contudo, em relação à Mitologia Nórdica, a mesma é sempre muito retratada na série, sendo constantemente mencionada, por meio de falas, rituais, ou até mesmo objetos. Nesse artigo iremos analisar algumas cenas de rituais ou que a fala sobre a Mitologia é bem marcada, como explicações.

Uma característica muito marcante na trilha sonora de Vikings é a utilização de músicas instrumentais e da banda Wardruna, que tem como um dos principais integrantes Einar Selvik e a temática das músicas é a cultura nórdica e tradições exotéricas e todos os rituais representados na série são ambientados com essas músicas. A primeira cena analisada<sup>3</sup>, faz menção ao ritual para Freyr, um Deus Nórdico que é responsável por fertilidade, paz e riqueza. Nessa cena, pode-se observar a utilização de símbolos rúnicos e frases de invocação para que o Deus aceite esse ritual e os abençoe com suas graças. Para que se concluísse o sacrifício, um boi foi sacrificado, respingos de sangue foram jogados em uma representação de madeira do Deus, na época era comum que eles fossem representados por materiais de pedra e madeira.

Ainda em relação a essa cena, o sangue do boi é jogado nas lavouras para garantir boa colheita e Lagertha, quem conduziu o rito, é banhada com este mesmo sangue. Observe que quem executa esse ritual é uma mulher, porém segundo a análise de Johnni Langer em um Dossiê sobre a série, quem costumava conduzir o ritual ao deus Freyr era um homem, o que seria um equívoco da série (LANGER, 2015b). Mesmo assim, as mulheres eram inseridas nos mais diversos setores da sociedade escandinava, podendo assim ir para guerras, governar na ausência do marido e até mesmo conduzir um ritual. Os ritos era uma maneira de se conectar com os deuses, como diz Langer em seu dicionário sobre a mitologia nórdica “Os ritos são as tentativas dos homens de se

---

<sup>3</sup>“Ritual for Freyr”, disponível em, [https://www.youtube.com/watch?v=eAyJm-U\\_M00](https://www.youtube.com/watch?v=eAyJm-U_M00), acessado em 12/07/2018.

aproximarem e se comunicarem com as outras esferas do mundo, com as esferas do sagrado” (LANGER, 2015a: 408-409).

A segunda cena utilizada<sup>4</sup>, diz respeito ao Yule, que é um ritual comemorado durante o solstício de inverno da Escandinávia, esse rito durava cerca de treze dias e tinha um grande banquete onde os vivos se conectavam com os mortos. Nessa cena, elementos que são característicos desse ritual aparecem, como um animal sacrificado e dança, visto que a dança era uma forma de realização do ritual.

Podemos observar no final da cena, Ragnar olhando emocionado para o céu, Ragnar é tido como descendente de Odin na série e esse momento faz uma alusão a essa conexão dos dois, até porque esse é um ritual que está intrinsecamente ligado ao Deus. Esta cena poderia conter mais elementos que remetessem a esse ritual, visto que ele é muito importante e os cristãos pegaram como referência muitos desses elementos para caracterizar o Natal, como os pinheiros, ceias com muita fartura e comidas típicas. Mas um fato interessante de se observar é como a família está perto durante o rito, a todo o momento é mostrado, a mulher de Ragnar e seus filhos enquanto ele acende a pira para a realização do mesmo, a família era algo muito precioso para os nórdicos, estando sempre em primeiro lugar.

Já no terceiro vídeo<sup>5</sup> analisado, algo emblemático na Mitologia Nórdica é posto em questão, o Ragnarok, o padre Athelstan pergunta a Ragnar sobre o evento dos deuses. Então é feita toda uma preparação para a explicação do fato e entra um corvo na sala, o corvo é a alusão a Odin. Ao contar o final dos deuses, elementos lúdicos são utilizados para retratar o momento, fazendo com que o padre se sentisse parte daquilo. Assim podemos dizer que a partir daquele momento, o padre teria uma memória criada a partir de relatos. Essa memória comum a todos, é algo presente em todos os escandinavos, visto que era uma cultura passada oralmente desde quando eram crianças, sendo assim há uma transferência ou projeção de memória, como diz Pollak ao falar dessas maneiras de se absorver outras memórias (POLLAK, 1992).

---

<sup>4</sup> “Vikings Celebrate YOL - Season 4 Episode 4 - HD” Disponível em, <https://www.youtube.com/watch?v=qSNU4aInTc8>, acessado em 12/07/2018.

<sup>5</sup> “Vikings TV show. Ragnarök” Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=f7m2pUhjmis> acessado em 12/07/2018.

Podemos assim tratar esses eventos citados no terceiro vídeo como memória coletiva projetada, ao passo que são relatos relacionados a mitos fundadores do mundo e de meios de proteção. E os nórdicos acreditavam que esses deuses iriam influenciar na colheita, guerra e fertilidade, sendo assim, aprendiam a cultuá-los e suas vidas eram ofertadas a Odin nas guerras, para que os caídos pudessem ser conduzidos pelas Valkyrias para Valhalla, para que pudesse se sentar nos salões sagrados com Odin e tomar hidromel.

A quarta cena analisada<sup>6</sup>, aborda uma discussão sobre religiosidade entre o Rei Ecbert e Ragnar, onde o primeiro é cristão e o outro pagão e cada um tenta defender sua religião, o ponto em questão é a existência do Céu e de Valhalla, porém não se chega a nenhuma conclusão. O que se observa aqui é uma disputa entre memórias, onde cada um quer provar a importância da sua compreensão sobre as crenças citadas.

Na quinta e última cena analisada<sup>7</sup>, os filhos de Ragnar recebem a notícia de sua morte, Björn e seu irmão Hvitserk receberam a notícia por meio de corvos que começaram a voar no desfiladeiro que estavam, corvos em alusão a Odin. Enquanto que Ivar, Ubbe e Sigurd recebem a notícia do próprio Odin que aparece muito bem retratado, sem um olho, com roupas escuras em uma forma humana normal. Ele diz para os meninos vingarem a morte de seu pai. Ao final da cena, aparecem raios e uma forte tempestade, mostrando a ira dos deuses ao terem matado Ragnar.

O que se pode observar em comum nessas cenas, é que a Mitologia Nórdica esta sempre sendo retratada no cotidiano escandinavo, os deuses estão sempre presentes em suas memórias e Hirst é muito preocupado em detalhar as cenas e os símbolos que remetem a essa mitologia, ao assistir a série em si podemos observar o cuidado com que o roteiro e as cenas foram planejadas, buscando sempre, por meio de recursos visuais, inserir o telespectador naquele mundo. Ele, assim como Gaiman, faz com que criemos imaginações e portanto memórias acerca do tema e também enquadra a memória tratando, na maioria das vezes, somente dos deuses e de rituais.

---

<sup>6</sup> “Ragnar & King Ecbert Discuss Heaven & Valhalla S04E14”  
Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=n3cimQ6yIT8> acessado em 12/07/2018.

<sup>7</sup> “Vikings - Odin Visits Ragnar's Sons [Season 4B Official Scene] (4x16) [HD]”  
Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=wqOukX1roHQ> acessado em 12/07/2018.



Mas a memória em relação aos ataques Vikings são bem retratados, sempre mostrando com muitos detalhes as invasões aos reinos ingleses e franceses. Mostrando os meios de locomoção e armas utilizadas, assim como as estratégias de guerra e negociações entre os Vikings e os saxões. Esse cuidado com a reprodução histórica é importante para que se mostre de maneira semelhante como as coisas eram na época. Essa é uma maneira muito interessante que a indústria cultural propôs para nos aproximar da Era Viking.

### **Conclusão:**

O que se pode concluir ao fim deste trabalho, é que a mídia vem cada vez mais tentando inserir fatos históricos por meio de filmes, seriados, livros e documentários. Isso não é algo negativo desde que feito com consciência e ponderamento sobre os fatos. Percebemos que Gaiman tem uma ligação mais forte em retratar a história da Mitologia Nórdica fazendo com que o leitor adentre nesse mundo e construa memórias com os deuses enquanto a narrativa prossegue. Apesar de não ser um historiador, ele faz um bom uso dos fatos históricos para narrar os eventos mostrado neste livro que vendeu milhares de exemplares, que a memória e o passado, é algo que a nossa sociedade consome, pois se tem a curiosidade acerca do diferente e do que já aconteceu.

Em relação ao seriado, pode-se dizer que Michael Hirst tem como preocupação não só a mitologia, mas a História em si, apesar das licenças poéticas utilizadas. Como já foi dito, ele consegue fazer com que o público entre na sua história e peça mais, ele fez uma das melhores projeções visuais que retratam essa época e trabalha com o imaginário da nossa sociedade. Sempre levando em conta a narrativa bem elucidada, pode-se dizer que em questão de memória, é mais fácil associar os fatos pelo material audiovisual e que se inserir no mesmo, acaba se tornando algo facilitado.

Todas essas fontes de mitologia foram analisadas com base nos trabalhos já citados de Johnni Langer e seguem os fatos da mesma maneira que o historiador escreve, podendo assim credibilizar esses trabalhos que não são feitos por historiadores, mas que certamente envolveram longas pesquisas para se chegar ao resultado final. Esses dois objetos contribuem diretamente para a formação de memórias adquiridas, fazendo com que a atual sociedade se teletransporte para uma outra dimensão da História e que com

isso possa se interessar por uma cultura diferente da própria, reproduzindo as mesmas nos dias atuais. Começando a cultuar deuses nórdicos e a utilizar elementos mitológicos, como pingentes do mijolnir de Thor, acessórios com runas e usando frases de culto aos deuses.

Trabalhar com memória, demanda um olhar crítico para o que é dito e o que não é dito, mas com os ensinamentos de Andreas Huyssen, fica mais claro poder analisar o objeto em questão, aqui no caso, foi-se optado pela análise da memória mitológica, mas nada impede que possamos analisar outros contextos do medievo por esse viés, ou até mesmo outros momentos da história e casos isolados. Porque a memória, juntamente a História Oral têm muitas coisas para nos dizer, que muitas vezes não encontramos em fontes escritas.

Retratar a Mitologia Nórdica e a Era Viking é algo que requer muita atenção, pois são áreas com menos informações do que outras áreas da História. Mas colocar o assunto in voga, é de grande valia para a divulgação da Era Medieval e para que esta possa ser mais aceita pela sociedade e para que alguns paradigmas possam ser postos em questão. A empatia exercida por esses jovens pelo conteúdo, fomenta a pesquisa e novas descobertas sobre o período, fazendo com que a História possa ser cada vez mais valorizada.

### **Referências bibliográficas:**

GAIMAN, Neil. "Mitologia Nórdica". Tradução: Edmundo Barreiros. 1.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2017, p.01-286.

HUYSSSEN, Andreas. "A cultura da memória em um impasse: memoriais em Berlim e Nova York". Culturas do passado-presente: Culturas do passado-presente modernismos, artes visuais, políticas da memória. São Paulo: Contraponto, 2014, p.139-154.

\_\_\_\_\_. "Monumentos e memória do Holocausto numa idade da mídia". In: Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.67-88.

\_\_\_\_\_. "Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público". Culturas do passado-presente: Culturas do passado-presente modernismos, artes visuais, políticas da memória. São Paulo: Contraponto, 2014, p.155-176.

\_\_\_\_\_. Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p.9-40.

LANGER, Johnni. “Dicionário de Mitologia Nórdica: mitos símbolos e ritos.” Org: Johnni Langer. São Paulo: Hedra, 2015, p.01-581.

\_\_\_\_\_. ”Sacrifício a freyr: notas sobre ritual em vikings”. Notícias Asgardianas – N. 10 (Nova Série). João Pessoa: PB/NEVE, 2015, p.23-32.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3-15.

\_\_\_\_\_. “Memória e identidade social”. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, v.5, n10, 1992, p.200-212.

### **Fontes:**

“Ritual for Freyr” [https://www.youtube.com/watch?v=eAyJm-U\\_M00](https://www.youtube.com/watch?v=eAyJm-U_M00)

“Vikings Celebrate YOL - Season 4 Episode 4 – HD”

<https://www.youtube.com/watch?v=qSNU4aInTc8>

“Vikings TV show. Ragnarök” <https://www.youtube.com/watch?v=f7m2pUhmis>

“Ragnar & King Ecbert Discuss Heaven & Valhalla S04E14”

<https://www.youtube.com/watch?v=n3cimQ6yIT8>

“Vikings - Odin Visits Ragnar's Sons [Season 4B Official Scene] (4x16) [HD]”

<https://www.youtube.com/watch?v=wqOukX1roHQ>

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 14

Por outras dimensões do Brasil Oitocentistas: atores, elites e poderes

### **Coordenadoras:**

Luiza Coutinho Ottero (mestre pela UFJF).

Luísa Moraes Silva Cutrim (doutoranda pela UFJF)

Raissa Gabrielle Vieira Cirino (doutoranda pela UFJF)

### **Ementa:**

Considerando as novas perspectivas da História Social, que buscam compreender e analisar as múltiplas formas de inserção e atuação dos indivíduos e grupos nos variados palcos de poder, assim como a convergência desses espaços e sua repercussão nos demais âmbitos (econômico, político e social), o presente simpósio propõe reunir trabalhos que discutam o protagonismos desses indivíduos e de seus grupos de congregação – como as famílias, as casas comerciais, as Câmaras, os Conselhos de Província (de Governo e Geral) –, enfocando suas formas de articulação e estratégias para se adaptar, negociar e impor diante das perspectivas abertas com as transformações econômicas, o processo de Independência do Brasil e a posterior formatação do Estado imperial.

Ao refletir sobre a atuação dos atores através de seus contextos, projetos e interesses, podemos compreender, por diferentes vieses, o complexo processo de constituição de um novo aparato estatal que, além de agregar um imenso território, articulou a junção de diversas culturas e práticas que, em alguma medida, ainda encontram ressonância em nossa realidade atual. Por exemplo, a intrigante perpetuação de gerações das mesmas famílias no âmbito político ou a progressiva comunhão entre as esferas política e econômica a partir da atuação de negociantes, empresários e afins no jogo político. Ademais, observamos que existe uma lacuna com relação à temática, principalmente no que diz respeito à história local e regional no século XIX. Assim, pretendemos reunir pesquisadores e interessados, de diversos níveis acadêmicos, com o intuito de suprir tal carência, proporcionando-lhes um espaço de diálogo, além de incentivar mais pesquisas.

## ***Entre o poder imaterial e a riqueza material: mecanismos de ascensão social entre negociantes – Século XVIII e XIX – Guarapiranga (MG)***

Débora Cristina Alves<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem como intuito analisar as mudanças conjunturais, políticas, sociais e econômicas que os indivíduos no século XVIII e início XIX, que se dedicaram efusivamente ao comércio, sofreram no seio social em que se inseriram na região de Guarapiranga. Por intermédio de inventários post-mortem, processos matrimoniais, cartas patentes do Arquivo Histórico Ultramarino e documentos do Arquivo da Torre do Tombo, a pesquisa se ateve a analisar alguns sujeitos da freguesia que instituíram redes de negócios e suas trajetórias. Para tanto, observamos a riqueza material que conquistaram e as benesses, privilégios, comendas, mercês, ofícios e matrimônios que obtiveram com o propósito de se inserirem no rol dos grandes senhores do termo de Mariana.

**Palavras-chave:** relações de poder, negociantes, poder material e imaterial.

**Abstract:** The present work aims to analyze the conjunctural, political, social and economic changes that individuals in the eighteenth and early nineteenth centuries, who were effusively engaged in trade, suffered in the social environment in which they were inserted in the Guarapiranga region. Through post-mortem inventories, matrimonial proceedings, charters from the Overseas Historical Archive and documents from the Torre do Tombo Archive, the research analyzed some subjects of the parish that established business networks and their trajectories. In order to do so, we observe the material wealth they have conquered and the blessings, privileges, commendations, favors, offices, and marriages they have obtained for the purpose of becoming part of the great masters of Mariana's term.

**Keywords:** relations of power, merchants, material and immaterial power.

## **INTRODUÇÃO**

Durante muitos anos a historiografia tem se preocupado a compreender como os súditos portugueses se portavam nas possessões ultramarinas e os meios que empregaram para relacionaram-se com o rei e com seu poder de mando. Recentes pesquisas têm

---

<sup>1</sup> Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e Doutoranda em História Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES. E-mail: [dediliber@yahoo.com.br](mailto:dediliber@yahoo.com.br)

asseverado que o poder do monarca não fora absoluto, já que, por vezes, sua autoridade e decisões decorriam de negociações com os vassallos. A distância entre a colônia e o reino, por vezes, impossibilitava a efetivação legítima do poder real e alimentava poderes locais altaneiros. Entre a lei e sua efetivação havia um espaço de negociação, como afirmou Russel-Wood:

(...)forças centrífugas ligadas a múltiplos pontos de tomada de decisão e a falta de coordenação entre administradores individuais e entre as agências administrativas enfraqueciam a efetividade da ação do governo. Isto abria espaço para que os colonos participassem da estrutura administrativa e da formulação ou implementação das políticas da Coroa (RUSSEL-WOOD, 1998: 10).

Por esta ótica, a ideia clássica de uma monarquia centralizada e rígida legitimada por um rei que possuía controle total de suas possessões e de seus súditos, por muito é revista. As monarquias, notadamente a portuguesa, seriam contempladas por uma ótica pluricontinental, no qual o poder central, considerado fraco, não se estabeleceria pela coerção, no entanto, seria forte o suficiente para negociar seus interesses com múltiplos poderes existentes no reino e nas conquistas (FRAGOSO e GÔUVEA, 2009: 42).

A liberalidade régia criava, portanto, uma cadeia de obrigações recíprocas em que o súdito disponibilizava seu serviço ao monarca e este retribuía com mercês e ofícios. Estas atribuições conferiam aos indivíduos status, honra, privilégios e posição elevada na hierarquia social da comunidade, e por sua vez, eram restituídas com profundo reconhecimento e gratidão, com perspectivas de renovação e disponibilidade de prestar mais serviços ao monarca (BICALHO, 2005: 92).

Em busca de constante distinção, hierarquização e nobreza perante os demais habitantes do Ultramar, os indivíduos instituíram diferentes estratégias para serem reconhecidos entre os “grandes”, que se alternavam entre prestação de serviço ao rei, matrimônio com membros de uma elite já constituída até a formação de redes clientelares que os pudessem conduzi-los ao topo da hierarquia da comunidade. Esses ideais aristocráticos e de ascensão perduraram durante o início do século XIX na conjuntura familiar e na projeção individual de muitos indivíduos, que empregaram, ainda, estratégias e métodos semelhantes dos pais e avós no intuito de obter a tão ambicionada posição social que lhes pudessem conferir prestígio social, político e econômico.

Para tal compreender esse ideal investigamos especificamente a freguesia de Guarapiranga (MG) em fins do século do XVIII e do XIX, observando inventários *post-*

*mortem*, processos matrimoniais, testamentos, documentos do Arquivo Histórico Ultramarino e do Arquivo da Torre do Tombo. A princípio empregamos o método de reconstituição de paróquias através de indicações nominativas, desenvolvido pelo NEPS da Universidade do Minho (AMORIM, DURÃES e FERREIRA, 1993), no qual se define como unidade de análise o indivíduo e seus encadeamentos genealógicos, permitindo iluminar os ciclos familiares e servindo, assim, não apenas a fins de análise demográfica, mas também de história social (ROWLAND, 1997).

Com um amplo número de inventários e reduzido montante de dispensas e documentos definimos como mecanismo acessível analisar alguns indivíduos da família dos Alves Ferreira e dos Freitas Guimarães, examinando como alguns dos membros desta parentela que se dedicaram ao comércio, “vivendo de seu negócio”, em uma região pautada pela ótica hierarquizada e excludente, conseguiram omitir o “estigma mecânico” existente aos que se dedicassem a comercialização, auferindo a si e aos descendentes ascensão social e imaterial em fins do século XVIII e ao longo do XIX.

### **Homens de negócio: ascensão social e material**

Investindo na ascensão social e material, diferentes indivíduos portugueses vieram para terras brasileiras, a fim de, obterem melhores condições de vida que não almejaram em sua terra natal. Preferencialmente do Norte português, muitos homens abarcaram nas Minas, na região de Guarapiranga, devassando a extração aurífera ainda vigente em fins do século XVIII.

O norte português foi uma região abalizada por uma escassez de recursos econômicos e que se distinguiu por uma estrutura baseada no minifúndio, com famílias que completavam suas rendas com atividades artesanais. (RAMOS, 1998: 135). Tais peculiaridades produziram um fenômeno intenso de imigração de indivíduos que partiram para a colônia com o propósito análogo de ascensão social e econômica.

Ser reconhecido um indivíduo com distinções nobiliárquicas tanto no Reino quanto nas possessões ultramarinas poderia ser obtido por diversas estratégias, no entanto a grande mácula capaz de impedir tal pretensão seria a ligação com ofícios mecânicos. “A distinção essencial nobre/ mecânico, adoptada em Portugal, pelo menos, desde finais

do século XVI, acabou por se traduzir no facto da identificação entre ser nobre e viver como tal (viver à lei da nobreza) se encontrar juridicamente sancionada” (MONTEIRO, 2005:15). Esse viver conforme os preceitos nobres foram essenciais para diferenciar os indivíduos, principalmente, em regiões recentemente habitadas e em formação como a América Lusa, onde não existiram os chamados “nobres de sangue” ou “nobreza natural”, que assentaram sua diferenciação na linhagem, passada de pais para filhos (SILVA, 2005: 16). No entanto, o alargamento do conceito de nobreza, com a inclusão de uma grande diversidade de ofícios e funções, a designada nobreza “civil ou política”, possibilitou que uma série de indivíduos pudessem ingressar no âmbito social e institucional da ordem (SAMPAIO, 2006:74).

Ter acesso a cargos e privilégios possibilitara ao indivíduo reconhecimento social e ascendente, no qual se assumiria o valor, padrão de conduta, e o viver ao estilo e lei da “nobreza”, que dispunham como características fundamentais: honra, prestígio, reconhecimento público, insígnias, precedências e aparato nos exercícios de suas funções (MAGALHÃES, 1998: 334).

Ainda em meados do século XVIII, localizamos Martinho Freitas Guimarães, português de Guimarães, que viera para terras brasileiras acompanhado do irmão Bernardo de Freitas Guimarães, fixando-se em Vila Rica, dedicando-se a uma loja que coordenava caixeiros que vendiam vários objetos, entre eles “fazendas em grosso trato”<sup>2</sup>, como descreveu o processo de habilitação para Ordem de Cristo de seu filho Bernardino José de Sena Freitas. Posteriormente, como descreveu os autos, Martinho de Freitas “teria largado os caixeiros, a sua casa de negócio e passara a viver em Guarapiranga onde estabeleceu lavra de ouro com seus escravos”<sup>3</sup>, conjuntura muito comum entre os indivíduos que para ascenderem socialmente abandonavam seu comércio para se transformar em grandes senhores de terras e escravos, “*vivendo nobremente com cavalos e escravos*”<sup>4</sup>. Seu irmão, Bernardo de Freitas, por sua vez, não abandonou de todo o empreendimento, já que em seu inventário em 1786, localizamos uma dívida que detivera com o sobrinho, Manoel Pereira Duarte casado que foi com Joana Freitas, de vários objetos, como panos, botões, tesouras, outros artigos facilmente comercializáveis, como chapéus, lenços, etc., e parte de uma fazenda<sup>5</sup>; estes bens e outros, possivelmente, foram

<sup>2</sup> ANTT, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra B, maço 09, 1778.

<sup>3</sup> ANTT, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra B, maço 09, 1778.

<sup>4</sup> ANTT, Habilitação da Ordem de Cristo, Letra B, maço 09, 1778.

<sup>5</sup> ACSM, Inventário *post-mortem* de Bernardo de Freitas Guimarães, 1º ofício, código 69, auto 1470, 1786.



revendidos por Bernardo e/ou caixeiros nos arredores da freguesia, tratando-se de sua principal fonte de renda. Sem posses de terras, detentor de 12 escravos avaliados em 650\$000 réis, o irmão de Martinho Freitas não adquiriu cabedal suficiente para se inserir entre os ricos senhores da região, falecendo com um monte-mor irrisório de 659\$615 réis<sup>6</sup>. Sem fortuna, sem cargos e ofícios de alta patente, sem comendas ou mercês, esse indivíduo não conseguiu ascender-se socialmente e não se destacou o suficiente para obter um matrimônio promissor; celibatário, Bernardo de Freitas não angariou uma rede de relações clientelares que puderam colaborar na ampliação de seus recursos financeiros e no seu projeto de ascensão. Em diferentes casos, o celibato relegava aos sujeitos uma desvantagem em relação as regalias, benefícios e privilégios que os casados poderiam almejar e auferir ao longo de suas trajetórias.

Como observamos, em meados do século XVIII fora imprescindível a estes indivíduos se retirarem da vida dinâmica e intensa do comércio e se dedicarem exclusivamente e efusivamente a agricultura, a extração mineral e a obtenção de escravos para pudesse, de fato, serem inseridos entre o rol de grandes senhores de terras e escravos, auferindo a si casamento promissor e diferentes comendas, mercês e benesses. O estigma mecânico relativo ao comércio ainda era fortemente aplicado, exigindo dos indivíduos uma postura firme em relação a sua atividade. Foi o que fez Martinho de Freitas, que, possivelmente, detentor de fortuna obtida com o seu negócio, elegeu as posses de terras e a mineração como sua principal fonte de renda material e imaterial.

Já em fins do século XVIII e meados do XIX, ao que parece, embora ainda imprescindível “viver a lei da nobreza”, os comerciantes não foram tão hostilizados, como no princípio dos setecentos, o que possibilitou que os indivíduos pudessem adquirir seus cabedais imateriais, possuindo posses de terras, no entanto, perdurando com seus “negócios”, como nos casos a seguir.

Antônio Carneiro foi um desses sujeitos que aportou nos anos iniciais de 1750<sup>7</sup>, acompanhado do irmão Antônio Carneiro Flores, nas Minas Gerais. Anos mais tarde, em 1778<sup>8</sup>, contraiu sponsais com Teresa Maria, descendente do maior escravocrata da paróquia, Antônio Gonçalves da Silva, do qual foram gerados seis filhos. Embora, não seja possível definir ao certo quando Antônio Carneiro adquiriu seus bens, pressupõe-se,

---

<sup>6</sup> ACSM, Inventário *post-mortem* de Bernardo de Freitas Guimarães, 1º ofício, código 69, auto 1470, 1786.

<sup>7</sup> AEAM, Processo matrimonial, registro 7854, armário 07, pasta 564, 1778.

<sup>8</sup> AEAM, Processo matrimonial, registro 7854, armário 07, pasta 564, 1778.

contudo, que o lusitano ao chegar nas Minas, assim como o irmão, detivera-se em práticas comerciais, que lhe outorgou montante considerável e diferentes redes clientelares.

Antônio Carneiro vivera como importante “homem de negócio” na região de Guarapiranga, especificamente no arraial de Piranga, onde dispusera de uma loja em que negociara, sobretudo, tecidos, linhas, botões entre outros objetos de alfaiataria, além de canivetes, chapéus, perfumes e diferentes mercadorias facilmente comercializáveis. Suas mercadorias, possivelmente, foram trazidas do Rio de Janeiro para serem vendidas por Antônio Carneiro em sua loja nas Minas. Assim, o pressupomos, já que das poucas dívidas que listou em seu inventário, a maior delas foi com um morador do Rio de Janeiro, João Francisco da Silva, porventura, seu fornecedor<sup>9</sup>.

Em fins do século XVII e início do XVIII ficou evidente que o crescimento da atividade mercantil no império português, como um todo, gerou impactos sociais na sociedade colonial, marcadamente agrária e proporcionou espaço para que os denominados “homens de negócio” assomassem como parte da elite colonial<sup>10</sup>. Antônio Jucá Sampaio ao salientar sobre o surgimento e o papel dos homens de negócio no Rio de Janeiro, ressaltou que:

Naturalmente, as transformações por que então passa a economia local acabam por refletir-se nas características do grupo mercantil aí existente, sobretudo em sua elite. D fato, a passagem do século XVII para o XVIII viu essa elite mercantil constituir-se enquanto grupo social autônomo em face da elite agrária (o que não significa separação total entre as duas, mas sim a criação de uma esfera tipicamente mercantil de atuação, que inexistia no seiscentos fluminense). Mais do que isso, essas transformações caracterizavam esse novo grupo como a elite colonial setecentista, responsável direta pela própria reprodução da

<sup>9</sup> ACSM, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro e sua esposa D. Thereza Maria de Jesus, 1º ofício, códice 55, auto 1227, 1800.

<sup>10</sup> Para compreender com riqueza de detalhes o surgimento e a caracterização dos homens de negócio como parte da elite colonial, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. *O nome e o sangue*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. FRAGOSO, João. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GÓUVEA, Maria de Fátima (orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: Hierarquização social e estratégias de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, 1650 – 1750)*. Niterói: Tese de doutorado apresentada ao PPGH do ICHF da UFF, 2000. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português (1701 – 1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GÓUVEA, Maria de Fátima (orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João e GÓUVEA, Maria de Fátima (orgs.) *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI – XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Entre outros tantos trabalhos sobre o tema.

sociedade fluminense por meio do controle dos mecanismos de crédito e da oferta de mão-de-obra escrava (SAMPAIO, 2001: 77).

Embora a análise do autor detenha-se sobre o estado do Rio de Janeiro, a importância desses homens fora frequente também nas Minas, em que uma parte destes sujeitos, tornaram-se Familiares do Santo Ofício (RODRIGUES, 2009) e ocuparam cargos importantes nos ofícios militares e nas câmaras municipais.

Proveniente de Portugal, da Vila do Conde, Arcebispado de Braga, Antônio Carneiro, filho de Antônio Carneiro Flores e Francisca Caetana, deslocara-se para terras brasileiras com seu irmão Antônio Carneiro Flores possivelmente em busca de melhores condições de vida. Os pais que se mantiveram da pesca marítima no norte de Portugal, provavelmente viveram dificuldades econômicas que impulsionaram os irmãos a se aventurarem no lado de cá do atlântico. Após a chegada, os irmãos se dedicaram ao comércio: Antônio Carneiro com sua loja de tecidos e outros utensílios no arraial de Piranga e Antônio Flores com sua loja de fazenda seca na freguesia de Nossa Senhora do Rosário (bispado de Mariana)<sup>11</sup>.

Como homens de negócio, depois de obterem o capital econômico, com suas atividades comerciais, procuraram conquistar o poder simbólico, através de insígnias, ofícios, cargos e privilégios que puderam distingui-los e ascendê-los socialmente. Para tanto, diferentes foram as estratégias empregadas para este fim. Antônio Carneiro casou-se com uma das filhas de um dos maiores senhores de terras e escravos da região e tornou-se oficial militar<sup>12</sup>, por sua vez, o irmão Antônio Flores candidatou-se a familiar do Santo Ofício obtendo o título e mantendo-se solteiro por toda a vida<sup>13</sup>. Esses postos e ofícios, como já salientado anteriormente, conferiam aos indivíduos o prestígio e as vantagens necessárias para inseri-los no rol de uma elite marcada pela presença quase maciça de senhores de terras e escravos, lhes enquadrando “na economia das mercês como importantes credores da atenção régia” (SAMPAIO, 2010:470). O acesso a cargos e privilégios possibilitaram aos indivíduos “viverem ao estilo e lei da nobreza”, que dispunha como características fundamentais: honra, prestígio, reconhecimento público, insígnias, precedências e aparato nos exercícios de suas funções (MAGALHÃES, 1998:

---

<sup>11</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, mç.188, doc.2787, 1769.

<sup>12</sup> ACSM, Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro e sua esposa D. Thereza Maria de Jesus, 1º ofício, códice 55, auto 1227, 1800.

<sup>13</sup> ANTT, Tribunal do Santo Ofício, mç.188, doc.2787, 1769.

334). Já o cargo de familiar do santo ofício, como sabemos, conferia além de notoriedade e regalias, autoridade para prender, notificar e confiscar bens dos indivíduos. Significava também ser limpo de sangue, ter privilégios fiscais ou de foro privativo, representar a inquisição e servir como elo de ligação entre os colonos e a poderosa instituição (RODRIGUES, 2007), era de fato ser um “homem bom”. A procura por essas prerrogativas esteve diretamente relacionada ao fato destes indivíduos serem reinóis, visto que procuraram em terras brasileiras perpetuar os mesmos padrões de estratificação e distinção social típicas do Antigo Regime europeu, ao mesmo tempo, que se adaptaram aos valores da sociedade escravista ao adquirirem cativos.

Antônio Carneiro com seu negócio, sua patente, seu matrimônio e suas relações clientelares lhe possibilitou estabelecer-se como importante mercador da paróquia de Guarapiranga, legando aos filhos uma fortuna considerável de 11:877\$477 réis. Desta riqueza, a maior parte, constituía-se por créditos a serem arrecadados de diferentes indivíduos da região, que compraram produtos em sua loja no arraial, mais 18 escravos avaliados em 1:655\$000 réis, ouro lavrado, dois cavalos, o que coubera ao casal pela legítima que a esposa tinha de receber pelo falecimento do pai e alguns bens em sociedade (o valor do sítio em que fora sócio com o Tenente Coronel Manoel Pereira da Silva; no montante da roda que pertencera ao sítio e a parte de umas terras e águas minerais no Córrego das Cargas em que era sócio com o Padre José Gomes e João Machado)<sup>14</sup>. Embora “vivesse de seu negócio”, Antônio Carneiro ainda sim, investira em posses de terras em sociedade, procurando agregar a si e aos familiares, a distinção social inerente aos senhores de terras e escravos. Pertencer a esse seletivo grupo concedia ao indivíduo certa distância frente ao mundo do trabalho, o afastando do estigma mecânico e lhe concedendo controle sobre a atividade e os homens, conjuntura inerente de uma sociedade marcada por uma contínua hierarquização e exclusão dos agentes sociais, que desfrutaram como pré-condição a constituição de relações de poder (FRAGOSO e FLORENTINO, 1993:107). Para serem reconhecidos como elite nesta região, além das posses de terras, que eram imprescindíveis, esses indivíduos deveriam deter poder político, econômico e social, com suas comendas, mercês, ofícios e regalias que os distinguissem da massa pobre que viviam ao derredor e dos escravos, adquiridos com maior empenho e em maior número possível.

---

<sup>14</sup> Inventário *post-mortem* de Antônio Carneiro e sua esposa D. Tereza Maria de Jesus Silva, ACSM, 1º ofício, código 55, auto 1227, 1800.

A ocupação em cargos régios e o acesso a ofícios camarários e militares conferiram como estratégia fundamental a esses indivíduos em seu projeto de ascensão social, como ressaltou Antônio C. Jucá:

A coroa surge nesses trabalhos como instrumento de classificação e como via de constituição das elites coloniais, seja através da ocupação de ofícios régios na colônia ou da confirmação do exercício do poder local por essas elites que vão aos poucos se constituindo. Longe de ser a demiurga das hierarquias sociais coloniais, ela é sobretudo via fundamental de confirmação delas. É nesse mesmo sentido que podemos entender as relações complexas (e variáveis no tempo) estabelecidas entre o poder régio e as câmaras, bastiões da elite. Inegavelmente, a plasticidade da sociedade da América portuguesa contribuía para a ascensão à elite de indivíduos oriundos dos mais diversos extratos sociais (SAMPAIO, 2010: 462).

Apesar do comércio constituir-se como um dos principais estigmas mecânicos que atuavam em oposição ao projeto de ascensão social dos indivíduos, foi evidente que a elite mercantil usufruiu de garantias e prerrogativas tanto quanto a tradicional nobreza da terra. Antônio Carneiro, como hábil português, pressupôs que sua ascensão na sociedade mineira não atribuiria exclusivamente à riqueza que conquistara, e para elevar-se, obtivera um título militar, adquirindo posses de terras e consorciando com membro de uma das famílias mais importantes da freguesia. A esses indivíduos, como ressaltou Antônio Jucá Sampaio:

[...] a ocupação de tais posições tinha um significado algo distinto daquele que se revestia para a nobreza. Para esta, tais cargos eram não só fontes essenciais de poder político, mas também importantes instrumentos de acumulação de riquezas. A sua ocupação significava, na prática, a transferência de parte da riqueza produzida pelo conjunto da sociedade para uma pequena parte dela. [...] Aos homens de negócio setecentistas pelo contrário, tinham como sua principal fonte de acumulação a própria atividade mercantil que os designava (SAMPAIO, 2010: 464).

As posses de terras não forneceram a esses homens ganhos semelhantes aos obtidos nas atividades mercantis e a aquisição de ofícios e cargos que compuseram o acesso como partícipes da camada mais privilegiada da população. “Em certos casos, a venalidade tornava tais ofícios ótimos instrumentos de acumulação para negociantes sempre prontos a diversificar seus investimentos” (SAMPAIO, 2010: 465).

Fora fundamental, desta forma, mesmo para os indivíduos que se enriqueceram com o comércio, adquirir cabedais materiais, como a terra e os escravos, e imateriais, como cargos, ofícios e mercês para que se inserissem entre o rol dos grandes senhores da

região. Isso fora tão comum, que os filhos de Antônio Carneiro seguiram a mesma tendência do genitor, como João Justiniano Carneiro, que se deslocara para o Rio de Janeiro no ano do falecimento do pai, em 1799, retornando em 1803, ano em que obtivera o o posto de Alferes da Companhia de Ordenanças no distrito de São João Nepomuceno, termo de São João Del Rei<sup>15</sup>. Embora, ainda distante da parentela, José Justiniano engendrou os primeiros passos em busca de ascensão e fortuna, que não obtivera no Rio de Janeiro. Em 1811, casou-se com Dona Antônia Maria Tereza do Carmo, filha do Capitão de Ordenanças de Tapera – distrito de Guarapiranga – Antônio Alves Ferreira<sup>16</sup>, permanecendo nas redondezas até sua morte e auferindo deferência e fortuna que, por certo, sempre almejava. Em 1841, em seu inventário *post-mortem* legara aos 8 filhos (entre legítimos e naturais) uma fortuna extensa de 52:830\$807 réis entre posses de terras na região, escravos, uma extensa produção de café e algodão, muitos créditos e ampla quantidade de objetos (entre linhas, tecidos, arreios, selas, panelas, tachos, etc) o que nos sugere a continuação do herdeiro no ramo comercial do pai, com uma loja de fazenda seca<sup>17</sup>. José Justiniano, ao que observamos, mesmo em período marcado pelos ideais constitucionais e liberais, em que os indivíduos procuravam romper, a princípio, com os modelos absolutistas e os ideais de Antigo Regime (MARTINS, 2007) procurou manter a mesma distinção, honrarias e privilégios que sua família obtivera nas Minas e no Reino. Suas redes clientelares foram estruturadas de forma a preservar a hegemonia social e política que seu pai sempre desfrutou. O poder político e os recursos de um indivíduo não se relacionavam apenas ao seu status, mas também à sua capacidade de conceder e restituir benefícios, em um sistema complexo de trocas cuja função confirmava-se nos níveis mais básico e cotidiano das relações de poder (MARTINS, 2007: 169).

Neste sentido, podemos auferir que o comércio não simbolizou a Antônio Carneiro e seus descendentes um estigma que o impedisse de negociar e elaborar alianças entre os principais da região, embora ao longo de sua trajetória tenha adquirido ofícios e posses de terras que lhe conferiram privilégios e foi no decurso de suas atividades comerciais que o português pode alcançar recursos suficientes para se ascender socialmente. As estratégias, como observamos, ao longo da análise, foram diferentes

---

<sup>15</sup> AHU, Cx. 167, doc. 67, 30/08/1803.

<sup>16</sup> AEAM, Processo Matrimonial de José Justiniano Carneiro, registro 5815, armário 5, pasta 577, 1811.

<sup>17</sup> Inventário *post-mortem* de José Justiniano Carneiro, ACSM, 2º ofício, código 22, auto 558, 1841.

entre os indivíduos, e apresentaram-se como características fundamentais para a inserção e enriquecimento desses portugueses na América Lusa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por intermédio dos casos supracitados é possível compreender as lógicas sociais, estamentais e classificatórias que regeram as sociedades do século XVIII e meados do XIX. Questões como o estigma mecânico relacionado ao comércio impulsionaram alguns indivíduos, no início do setecentos, a auferir definida fortuna com as atividades mercantis, dedicando-se, posteriormente, ao senhorio de posses de terras e escravos, almejando posição de destaque no grupo social, que também poderia ser obtido com um casamento promissor. A hierarquização e a espólio legava a si e aos descendentes privilégios, benesses, comendas e mercês imprescindíveis em uma sociedade marcada pelos preceitos de Antigo Regime. Cargos e funções militares, mercê da Ordem de Cristo, participação no Santo Ofício entre outras regalias possibilitavam, similarmente, que esses homens participassem do rol dos principais, incluindo-os entre a elite da freguesia e região.

De outro modo, manter-se como negociante nesse período, poderia delegar impasses sociais aos sujeitos, como o celibato, que inibia a obtenção de uma série prerrogativas e benefícios que somente o matrimônio poderia transmitir. Os casamentos ofertavam aos indivíduos, principalmente, aos portugueses, acesso a redes políticas, sociais e econômicas, tanto quanto ofertava pertencimento, visto que, integrar alguma das famílias de posse e renome, expandia as possibilidades de ascensão e crescimento social e econômico.

Neste sentido, fora imprescindível, como se observou, que esses homens adquirissem fazendas, sítios, sesmarias e escravos, afastando-se, sobremaneira, do trabalho manual e da mácula a ela relacionada, bem como, angariar um casamento com algum membro de uma família de posses da região. Esses preceitos, não foram preteridos, no século XIX, muito embora, as mudanças sociais, políticas e econômicas no âmbito social se amplificassem. Em fins do setecentos e início do oitocentos, os comerciantes ainda empenhavam-se em conseguir posses de terras e escravos, mesmo entre sócios, procurando afastar do descrédito mecânico, no entanto sobreviveram com seu negócio,

obtendo dele o maior percentual de sua riqueza. Fora preciso, ainda, lograr postos e ofícios que pudessem engradecer e distinguir-se da massa pobre e da escravidão.

Em meados dos oitocentos, conquanto, a comercialização tenha se expandido e se transformado em uma atividade habitual e comum entre os indivíduos, verifica-se, com José Justiniano Carneiro, que a agricultura, com o crescimento da produção de café, conduzia, por sua vez, ao enriquecimento desses homens, que se deparavam com duas fontes abastadas de recursos, o comércio e a produção agrícola. Não obstante, a mácula ao comércio, fosse abrandada, a indispensabilidade de obter cargos, ofícios e comendas que pudessem qualificar os indivíduos ainda era recorrente, assim como, a aquisição de matrimônios auspiciosos era necessária.

Sendo assim, torna-se imprescindível compreender e observar os aspectos sociais que norteavam a trajetória de negociantes e comerciantes nas Minas e no período colonial e imperial como um todo, averiguando o caráter estrutural e classificatório destes indivíduos. Mesmo em um período em que o comércio era naturalmente admitido, os homens que se dedicavam ao ofício, intentavam auferir o máximo possível de cabedal imaterial para que pudessem ser facilmente inseridos e aceitos no seio social. No setecentos, como único meio de se nobilitarem, adquiriam terras e benefícios, por sua vez, no oitocentos, mantiveram a lógica hierárquica, a fim de, não perderem os postos de comando e privilégios que logravam, por vezes, dos familiares. Esses indivíduos, em no novo século, ainda estão condicionando suas conquistas pessoais, econômicas e políticas nas relações que estabeleceram, nas alianças que formaram, nas estratégias que empregaram, nos matrimônios que realizaram e nas redes que formaram. As mudanças efetivas na conjuntura social e basilar dessas famílias e indivíduos ocorreram paulatinamente em torno das alterações políticas e econômicas do século XIX.

## REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Noberta; DURÃES, Margarida & FERREIRA, Antero. Bases de dados genealógicos e História da Família em Portugal – Análises comparativas (do Antigo Regime à Contemporaneidade), La História de la Família em la Península Ibérica (ss. XVI – XIX), Balance y Perspectivas. Homenage a Peter Laslett, **UCLM**, Albacete, 2003.



BICALHO, Maria Fernanda. Pacto Colonial, autoridades negociadas e Império Ultramarino Português. In: SOIHET, Raquel, BICALHO, Maria Fernanda e GÔUVEA, Maria de Fátima. *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro, Mauad, 2005.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790-c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João e GÔUVEA, Maria de Fátima Silva. Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América Lusa nos séculos XVI – XVIII. *Tempo*, vol 14, n. 27, Niterói, jul/dez, 2009.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de Governar: um estudo sobre a política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O ‘Ethos’ Nobiliárquico no final do Antigo Regime: poder simbólico, império e imaginário social. *Almanack Brasiliense*. São Paulo, nº 02, novembro de 2005.

RAMOS, Donald. Do Minho à Minas. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Belo Horizonte, 1998.

RODRIGUES, Aldair Carlos. *Sociedade e Inquisição em Minas Colonial: os Familiares do Santo Ofício (1711 – 1808)*. Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. FLC da USP, 2007.

RODRIGUES, Aldair Carlos. Homens de negócio: vocabulário social, distinção e atividades mercantis nas Minas Setecentistas, *História*, São Paulo, 28, (1), 2009, pp. 191 – 214.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e Periferias no Mundo Luso-Brasileiro, 1500- 1808. Trad. de Maria de Fátima Silva Gouvêa (UFF). *Revista Brasileira de História*, vol. 18, nº 36, São Paulo, 1998.

ROWLAND, Robert. População, família, sociedade: Portugal, séculos XIX-XX. Oeiras: Celta, 1997.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio do Rio de Janeiro e sua atuação nos quadros do Império Português (1701 – 1750). In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GÔUVEA, Maria de Fátima (orgs.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI – XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. Comércio, riqueza e nobreza: elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime português. In: FRAGOSO, João [et. al.] (orgs.) *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. “Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII. In: FRAGOSO, João e GOUVEA, Maria de Fátima (orgs.) *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI – XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

## FONTES

Acervo da Casa Setecentista de Mariana, Inventários *post-mortem* de 1715 a 1880.

Arquivo Histórico Ultramarino, Cartas Avulsas e Patentes Militares entre 1700 a 1880.

Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Processos Matrimoniais entre 1715 a 1840.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Tribunal do Santo Ofício e Concessão da Comenda da Ordem de Cristo entre 1700 a 1850.

**“ARROLHAMENTO” AOS CONSERVADORES: APONTAMENTOS  
PRELIMINARES SOBRE A CENSURA À POLÍTICOS  
CONSERVADORES EM MINAS GERAIS (DÉCADA DE 1860)**

Michel Diogo Saldanha<sup>1</sup>

**RESUMO:**

Em meados da década de 1860, os políticos conservadores foram censurados por políticos liberais na Assembleia Provincial de Minas Gerais. Abordaremos, com isso, os embates entre liberais e conservadores na tribuna e na imprensa mineira, a partir do periódico *Constitucional*, editado em Ouro Preto, em 1866. O objetivo é apontar como a imprensa poderia servir de instrumento político para canalizar as ações de contenção do espaço parlamentar. Este texto aponta alguns resultados preliminares de uma pesquisa em andamento na Pós-Graduação (mestrado) em História da Universidade Federal de São João Del Rei.

**Palavras-chave:** conservadores de Minas Gerais; imprensa; censura.

**“ARROLHAMENTO” TO CONSERVATIVES: PRELIMINARY NOTES  
UPON THE CENSORSHIP TO CONSERVATIVE POLITICIANS IN  
MINAS GERAIS (1860s)**

**ABSTRACT:**

In mid of 1860s, the conservative politicians were censored for liberal politicians in the Provincial Assembly from Minas Gerais. So, we will approach the struggles between liberal and conservatives in the Minas Gerais tribune and press, from the *Constitucional*, edited in Ouro Preto, in 1866. The Purpose of this work is indicate how the press would can serve as an political instrument for to conduct the containment action of the parliamentary space. This work indicates some preliminary results of an ongoing research in the master degree in History from Universidade Federal de São João Del Rei.

**Keywords:** conservatives from Minas Gerais; press; censorship

---

<sup>1</sup> Mestrado - História - em andamento pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ); e graduado em História pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Em 1862, o desenho de uma coalizão entre liberais e conservadores moderados começa a tomar a forma de uma experiência progressista no Império brasileiro. Desse momento em diante, os conservadores *ortodoxos* ficariam aliçados do Poder Executivo durante um bom pedaço da década de 1860. Os políticos que largaram o barco do Partido Conservador, dentre eles os três baianos, Zacarias de Góis e Vasconcelos, José Tomaz Nabuco de Araújo e José Antônio Saraiva, aliaram-se a um grupo de liberais para compor a Liga Progressista. A aliança tinha o intento de formar um partido político de novo tipo, que tenderia ao liberalismo mas que combateria disposições revolucionárias. O intento, porém, não foi realizado. E em 1868, os conservadores, com um chefe saquarema à frente, retomam o controle do poder central.

Após a reforma eleitoral de 1855, que introduziu a Lei dos Círculos, e a reforma dessa lei que, em 1860, alargava os círculos eleitorais de um para três deputados, os políticos liberais começaram a ocupar cada vez mais assentos na Câmara dos Deputados. Mas, somente com as eleições de fins de 1863 e início de 1864 as sessões passariam a ter uma Câmara composta com maioria liberal-progressista.

Junto a isso, o Brasil entrava em guerra contra o Paraguai, na região platina, acarretando consequências políticas, econômicas e no âmbito do cotidiano social: a diplomacia cederia cada vez mais lugar ao confronto aberto; as crises bancárias, sucessivas emissões de papel moeda e o aumento dos impostos levariam à inflação e ao aumento do custo de vida, sobretudo nos centros urbanos; também havia o recrutamento da população masculina em todo território imperial para formar destacamentos para a guerra.

No poder, os gabinetes liberais-progressistas continuaram com o hábito de enviar autoridades de origem distinta da província que lhe era destinado presidir. Minas Gerais recebeu um presidente fluminense: Joaquim Saldanha Marinho. Sua presidência, durante o período progressista, foi marcada por conturbações no âmbito imperial, como a guerra contra o Paraguai, instabilidade ministerial, oposição de liberais históricos; bem como, no âmbito provincial, foi sinalizada com escândalos de demissões, denúncias de favorecimento a interesses particulares e uma incursão por várias comarcas e vilas no interior da província com interesses obscuros. Os políticos liberais ocuparam a maioria dos assentos na assembleia mineira. Havia ali uma minoria de políticos conservadores, dentre alguns que começaram a editar um jornal de cunho político-partidário conservador

em Ouro Preto, o *Constitucional*. É neste periódico que, durante a presidência de Saldanha Marinho, surgem denúncias de censura na tribuna da Assembleia mineira.

Sob esse prisma, este texto propõem-se verificar como se deu a atuação dos políticos provinciais conservadores em Minas Gerais durante a situação progressista. O aspecto específico levantado à inquirimento foi uma manobra realizada pelos políticos liberais da Assembleia mineira, vista pelos conservadores como uma censura contra denúncias de irregularidades ao governo provincial. Os políticos conservadores acusavam os liberais mineiros de aliarem-se aos ligueiros e promover “arrolhamento” na tribuna. Melhor dizendo, os liberais eram acusados de censurar os conservadores em sua função de fiscalizar os atos do Presidente da Província durante os trabalhos legislativos na assembleia mineira.

O intermeio de 1862 a 1868 tem composição de um complexo de situações, eventos e traumas que a historiografia poucas vezes aventou-se a enveredar. Conseqüentemente, o historiador que dispõe-se ao desafio encontra outro tanto de obscuridade. Quer-se dizer que não vemos como compreender a realidade política daquele momento sem equacionar um agregamento de situações que se concatenam, ora dilatando-se, ora contraindo-se, gravitando em torno de atores e agentes assentados em espaços e momentos distintos. Por isso, o cenário em que atuam os políticos provinciais mineiros pode aproximar-se da disposição política nacional, como, da mesma forma, pode oferecer graus variados de espaços autônomos que não correspondem com aquela disposição geral.

Sob ciência da impossibilidade de conduzirmo-nos através de todo o âmbito social, econômico e ideológico da situação política da década de 1860, optamos antes por concatenar o objeto analisado ao conjunto da realidade política, do que por evadirmos pela análise do evento em si mesmo. Mostraremos, assim, como uma situação particular na província mineira pode ser reflexo de uma complexidade mais ampla no âmbito nacional.

### **A política imperial e Minas Gerais na década de 1860:**

Em 1860, Saldanha Marinho assumiu o jornal *O Diário do Rio de Janeiro* - impresso na Corte e tinha como redatores Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Salvador Mendonça e Henrique César Muzzio. Foi indicado para ocupar a presidência de Minas Gerais em fins de 1865; onde atuou até 1867 (CLAUDINO, 2011: 99-101). Foi instado a assumir esse posto durante o segundo gabinete de Pedro Araújo Lima, o marquês de Olinda. Tal gabinete, no poder desde 12 de maio de 1865, atravessou o recesso parlamentar desse ano para inaugurar as sessões de 1866 sob um ministério pouco homogêneo e sem base parlamentar. Havia falta de unidade entre os próprios ministerialistas - situação que configurou-se quase como regra em gabinetes do período progressista -, levando à sua retirada em 03 de agosto de 1866. Quem comporia novo gabinete seria Zacarias de Góis e Vasconcelos, em sua terceira e última inventiva como Presidente do Conselho de Ministros (IGLÉSIAS, 1997: 97-100).

O Gabinete 03 de Agosto, como dizia-se nos jornais, foi desde o início recebido com frieza pelos liberais. Os conservadores *ortodoxos* e aqueles não associados à Liga continuariam na oposição. Dessa forma, a situação progressista se tornava “um cadáver que não pode ser ressuscitado” (IGLÉSIAS, 1997: 103-104). Nesse ínterim, Saldanha Marinho assume a Presidência da Província de Minas Gerais.

Instalado na presidência de Minas, Saldanha Marinho se alia a dois representantes mineiros na Câmara dos Deputados. Trata-se de Afonso Celso de Assis Figueiredo e Francisco de Paula Silveira Lobo. A tríade parece ter participado das negociações para a retirada de Olinda do Poder Executivo, rearticulando a formação do gabinete chefiado por Zacarias (CLAUDINO, 2011: 100). Saldanha Marinho era um “liberal em radicalização”, crítico ferrenho da dominação saquarema, e, em princípios da década de 1870, se tornaria o principal vínculo do grupo de liberais republicanos com a Corte e com a política institucional (ALONSO, 2002: 106).

As divisões entre os políticos mineiros alinhados ao liberalismo progressista tornam-se ostensivas nas cartas do liberal mineiro Lafaiete Pereira Rodrigues à seu irmão, enviadas entre dezembro de 1865 e fevereiro de 1866.<sup>2</sup> O liberal mineiro expõe que Saldanha Marinho pretendia “desmontar” os irmãos Ottoni na província mineira. Mas que

---

<sup>2</sup> Em 1868, as cartas foram organizadas em livro que, atualmente, encontra-se disponível no acervo digital Brasileira Eletrônica.

era “empresa difícil”, visto que “a influência dos Ottoni é extensa e antiga”. Silveira Lobo estava ao lado de Saldanha Marinho nas articulações políticas contra os irmãos Ottoni, esperando que Lafaiete Rodrigues se posicionasse a favor dos ligueiros. Lafaiete, contudo, tomava a precaução de não se ver na mira dos “velhos amigos” Ottoni, nem na conta de inimigos dos ligueiros. Preferia fazer-se de “desentendido”. Mas se as circunstâncias lhe impusesse tomar lado, seria pelos Ottoni (PEREIRA, 1968: 50-51). Reconhecia que diferente de Silveira Lobo que detinha o “apoio oficial” do gabinete, a influência dos irmãos Ottoni tinha “por base as adesões sinceras da população”. A expectativa de Lafaiete era receber o apoio de Teófilo Ottoni para sua candidatura, e manter-se neutro das articulações de Saldanha Marinho para não receber a hostilização de Silveira Lobo (Ibidem: 51). Nas disputas entre os grupos de Saldanha Marinho e dos Ottoni, Lafaiete desejava o muro da isenção, pois necessitava da popularidade de Teófilo Ottoni e, ao mesmo tempo, da aprovação do grupo ligueiro no poder central.

Os liberais mineiros, seja na oposição, seja na situação progressista, articulavam e influíam diretamente na política nacional. Em carta de 29 de abril de 1866, Lafaiete torna explícita a coordenação em torno da formação de um novo gabinete progressista para substituir o Gabinete Olinda. Transição que só ocorrerá três meses depois, a 3 de agosto daquele ano. Naquela ocasião, fazia dois anos que o mineiro Lafaiete Rodrigues ocupava o posto de Presidente de Província do Maranhão. E entrevia que se fossem nomeados Francisco José Furtado ou José Pedro Dias Vieira para a nova organização ministerial, era provável que o novo gabinete não concederia sua transferência para retornar à Minas e cuidar de sua eleição (PEREIRA, 1968: 53). Uma indicação para alguma pasta durante a troca ministerial mudaria todo o cálculo político para quem pretendia candidatar-se à Câmara dos Deputados.

O liberal mineiro Lafaiete Rodrigues Pereira pisava em ovos para articular sua candidatura à Câmara por Minas. Assim como, não pretendia ser alvo de grupos relativamente estabelecidos, atuantes tanto na província mineira como na Corte. Havia, entretanto, uma complicação. O liberal mineiro, então presidente do Maranhão, tinha parentesco com um conservador empedernido em Minas Gerais. Trata-se de Benjamin Rodrigues Pereira (CLAUDINO, 2011: 106), que, naquele ano de 1866, além de atuar na

Assembleia mineira como um dos mais aguerridos opositores a Saldanha Marinho, também editava o único periódico conservador na capital Ouro Preto, o *Constitucional*.<sup>3</sup>

Para os deputados provinciais conservadores, que compunham minoria na assembleia mineira, a imprensa mostrou-se espaço de publicização de ideias conservadoras, meio de denunciar ações que acreditavam ser irregulares na administração da província e integrar opiniões em oposição a situação política vigente. A oposição que o político conservador e redator do *Constitucional*, Benjamin Rodrigues, travou contra a Administração Saldanha Marinho passou, inclusive, pela denúncia dela haver patrocinado a instalação do periódico de opinião liberal *Diário de Minas*.

A denúncia era de que o *Diário de Minas* foi criado para ser um jornal oficial, no qual atuaria em favor do governo. Além da queixa da ilegalidade do patrocínio, dizia-se que era um ato arbitrário para as prerrogativas do cargo de Presidente de Província. De acordo com a acusação, a tipografia da folha liberal estava sob responsabilidade editorial de um dos empregados da administração provincial, Francisco Paula de Castro, e outros servidores colaboravam com as publicações. O *Constitucional* publicava missivas do interior da província que apontavam indignação quanto ao ato de criação de um jornal oficial. As críticas partiram da tribuna da Assembleia Provincial de Minas Gerais, encabeçadas pelos conservadores Benjamin Rodrigues, o sanjoanense Balbino Cândido da Cunha e Mizaél Ribeiro (CLAUDINO, 2011: 168-169).

Este último inquiria que ante a criação de uma folha governista Saldanha Marinho havia violado a lei do orçamento, desorganizado as rendas provinciais, tomado para si a atribuição da Assembleia Provincial em contratar a publicação de suas sessões e feito uso descomedido de seu cargo em benefício próprio e de seus partidários. Benjamin Rodrigues querelava que a quantia de doze contos de réis dada ao jornal pelo governo era paga pelos tributos retirados do povo. Da mesma forma, diante da resposta do político liberal Cesário Alvim, de que a maioria da Assembleia teria apoiado o ato de Saldanha Marinho, os conservadores sustentavam que a Assembleia não dava ao Presidente provincial o direito de cometer atos ilegais (Idem).

---

<sup>3</sup> Nossas investigações leva-nos a crer que, até o ano de 1866, o *Constitucional* era uma das únicas folhas de matriz político-partidária conservadora rodando na província de Minas Gerais. José Pedro Xavier da Veiga identifica o periódico *O Despertador*, surgido em 1863, como também sendo uma folha de opinião política conservadora (VEIGA, 1898: 198-234). Mas não encontramos exemplares desta última folha.



Remeter ao orçamento, às rendas públicas e à tributação leva-nos a crer que era feito um chamado ao povo para, se não incitar seus ânimos, ao menos atrair sua atenção para o assunto das finanças públicas. O período era de guerra. As feridas, quando não fisicamente levadas por aqueles que estavam no flanco contra o Paraguai, eram carregadas pelo grosso da população brasileira a quem recaía as tributações.

Junto aos gastos externos que haviam aumentado em quase 200% durante a primeira metade da década de 1860, houve uma crise bancária em 1864, declinou-se as exportações e a situação cambial era afetada pelas sucessivas emissões. Salvo alguns poucos privilegiados pertencentes às classes dominantes, a sombra da crise e do movimento inflacionário caía sobre aqueles que mais sentiram a oscilação em seu custo de vida. Diante de uma vida cotidiana que fazia-se cada dia mais difícil, some-se a isso a impaciência da população ante a falta de notícias sobre as operações na bacia do Rio da Prata (HOLLANDA, 2004: 92-95).

### **O óbice dos conservadores:**

Enquanto o governo Zacarias experimentava empecos com o trato da guerra e da política interna, a oposição conservadora da província mineira experimentava seu próprio incômodo na tribuna da Assembleia Legislativa. Os redatores do *Constitucional* alertavam o povo para os desmandos da administração provincial. Com Benjamin Rodrigues ocupando assento na Assembleia Provincial, reforçava-se na folha conservadora os acontecimentos e discussões na tribuna. Não na forma de transcrições dos debates como o *Diário de Minas* fazia, mas da maneira que melhor atendesse os interesses dos editores do jornal e as demandas do público receptor – que também podiam receber as informações oralmente. O jornal conservador destinava uma seção exclusiva para arguir sobre o que ocorria na tribuna provincial, chamava-se o “Espelho da Assembleia”. Como sói ocorrer, fazia-se críticas aos políticos liberais mineiros. Porém, era um espaço de críticas aos políticos liberais que compunham a Assembleia Provincial de Minas Gerais; e a nenhum outro alvo cabia a exclusividade.

A 22 de setembro de 1866, saía do prelo a sexta edição do *Constitucional*. Aparece no primeiro texto do jornal a denúncia de “arrolhamento” feita pelo redator da folha conservadora. Do que tratava-se? Antes de iniciar os trabalhos da Assembleia Legislativa Provincial daquele ano de 1866, os “deputados *históricos* da maioria” se reuniram para combinar que as acusações contra a administração provincial apresentadas pelos deputados conservadores fossem transferidas para a última hora das sessões. Da posse de tal informação, os deputados provinciais conservadores pressionaram em não comparecer às sessões se a petição sobre tal modificação na ordem dos trabalhos não fosse retirada. Mas tudo pareceu ocorrer contra os conservadores. A denúncia é contundente:

Em vista da resolução firme dos deputados conservadores, [os *históricos*] tomaram o expediente de reconhecerem a um deputado liberal, quando não tinham número para fazer casa, achando-se apenas presentes 20 deputados; e em ato sucessivo foi votado o *arrolhamento*!<sup>4</sup>

Em que uma modificação na ordem dos trabalhos legislativos, que propunha a transferência da apresentação de denúncias para o fim das sessões, comprometeria a oposição conservadora? Reconstituindo os eventos a questão pode ser melhor conduzida.

A Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais contava com 40 assentos naquela legislatura. A Constituição estabelecia que após sua instalação, a Assembleia Provincial apenas poderia funcionar com a metade mais um de deputados presentes nas sessões. Daí, os conservadores denunciarem que com apenas 20 membros os deputados da situação não poderiam reconhecer a diplomação de “um deputado liberal”. Constitucionalmente, ela poderia ocorrer mediante a presença de, ao menos, 21 membros na casa.<sup>5</sup>

Na seção “Espelho da Assembleia”, impressa na última página dessa mesma edição do *Constitucional*, o detalhamento dos fatos toma lugar à inflamada retórica de combate a oposição surgida no editorial. Outrossim, enquanto que no texto de abertura da

---

<sup>4</sup> *Constitucional*, Ouro Preto, nº 6, 22 nov. 1866, grifo do texto.

<sup>5</sup> *Idem*.

folha a oposição provincial era chamada de “liberais *históricos*”, na seção o *Espelho da Assembleia* os políticos opositoristas surgem como “deputados progressistas”. Vejamos.

A abertura dos trabalhos legislativos fora marcada para iniciar em setembro de 1866. No dia 8, dos 33 “deputados progressistas” eleitos, apenas 17 compareceram na Assembleia; de outra parte, dos 6 conservadores eleitos, 5 estavam presentes. Assim, do total de 39 deputados provinciais diplomados, o deputado que faltava para completar a 40ª vaga pode não ter sido diplomado por ter sua eleição recusada ou por falecimento. Todavia, com os 22 deputados presentes tinha-se quórum para a abertura dos trabalhos legislativos provinciais.<sup>6</sup> A ausência de boa parte dos deputados eleitos para assentos na Assembleia Provincial mineira foge-nos da investigação. Mas, por razões diversas, nem todos os deputados podiam permanecer na assembleia durante todo o período das reuniões. Caso se avançasse certo número de faltas eram chamados suplentes para substituí-los. Contudo, a substituição nem sempre era aplicada. À exemplo da província fluminense, Maria de Fátima Gouvêa notou que convinha à interesses, individuais ou coletivos, a aplicação da medida: por um lado, poderia ser aplicada para excluir determinado deputado ausente; e, por outro lado, a ausência contínua de um político poderia nem sequer ser mencionada (GOUVÊA, 2008: 105-108).

Ainda no dia 8 de setembro de 1866, os deputados mineiros da maioria liberal-progressista fizeram duas concessões à minoria conservadora, visando obter o quórum para abrir os trabalhos na assembleia: não iriam apresentar projetos de estatísticas e não proporiam a “*rolha*”. A primeira medida, versava sobre a requalificação de votantes com o intento de repartir determinada paróquia eleitoral, fazendo a redistribuição de seus votantes para outras localidades. A repartição pressupunha tornar mais equânime a quantidade de votantes distribuídos na totalidade de paróquias do círculo eleitoral a que faziam parte. Contudo, na prática, as medidas de estatísticas eclesiais poderiam atender ao interesse eleitoral de tal ou qual grupo ou partido que dispusesse de maioria na assembleia. Quer dizer, abria margem para uma divisão instrumental das paróquias eleitorais. Nesse sentido, o redator do *Constitucional* acusava que tais medidas eram

---

<sup>6</sup> Idem.

empregadas pelos deputados liberais provinciais “para o aniquilamento do partido constitucional” – qual seja, o Partido Conservador.<sup>7</sup>

A segunda medida diz respeito à aplicação da “rolha” sobre os deputados provinciais conservadores. A metáfora era utilizada pelos conservadores para acusar a maioria liberal de tentar amordaçá-los. Pois, se votada a “rolha” a oposição conservadora não poderia usar de suas prerrogativas de analisar, exigir pareceres e acusar o presidente da província e os servidores provinciais sobre o andamento e execução das ações da Administração da Província. Tais prerrogativas eram formalmente realizadas durante as sessões por meio de requerimentos apresentados pelos deputados querelantes.

O “*arrolhamento*” tratava-se especificamente de uma alteração na ordem dos trabalhos da casa. O regimento da Assembleia mineira exigia que requerimentos e pedidos diversos deveriam ser realizados antes de iniciar a Ordem do Dia, ou seja, no início de cada sessão - a Ordem do Dia é o rol de matérias a serem apreciadas, como projetos de lei a serem votados. A moção propunha o adiamento dos requerimentos para depois da Ordem do Dia, ou seja, para o final das sessões. Entretanto, como a prática parlamentar mostrava, as matérias ajuizadas durante a Ordem do Dia se estendiam por toda a sessão e, em alguns casos, retomadas em outra sessão, por falta de tempo para seu trato. Assim, se votada a moção, a minoria conservadora na assembleia mineira temia não conseguir tempo para discutir os requerimentos; bem como, apresentar denúncias e exigir pareceres sobre a administração de Saldanha Marinho.<sup>8</sup>

Realizadas as negociações para a instalação da Assembleia, no dia 9 de setembro abriu-se a casa. Passados dois dias, porém, o deputado liberal Francisco de Paula Ferreira de Rezende, em nome de seus colegas liberais, declarou “roto o compromisso feito com a minoria”.<sup>9</sup> Nos dias 11, 12 e 13 os deputados provinciais conservadores Benjamin Rodrigues Pereira e Balbino Cândido da Cunha apresentaram acusações contra os atos da administração Saldanha Marinho.<sup>10</sup> No dia 14, o deputado provincial liberal Francisco Teixeira Amaral apresenta para votação a alteração tão temida pelos conservadores, propondo “que a apresentação de requerimentos e indicações fique para a última hora da

---

<sup>7</sup> Idem.

<sup>8</sup> Idem, grifo do texto.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Idem; também presente na transcrição dos debates das sessões. Ver: *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 82, 21 set. 1866.

sessão”, com o objetivo declarado de “que as leis mais necessárias não fiquem [à] parte”.<sup>11</sup> Benjamin Rodrigues foi à tribuna expressar sua indignação aludindo tratar-se de uma “rolha” que a maioria lançava mão contra os conservadores, pois transferir a apresentação de requerimento para a última hora da sessão,

não é só um *arrolhamento* atirado à minoria para esta não poder se aproveitar dessa oportunidade para discutir os atos da administração; não, ela tem por fim também dar azo a que, quando a minoria vier à tribuna fazer as mais graves acusações à administração pública, a maioria possa responder: são calúnias, são fatos destituídos de provas!<sup>12</sup>

O deputado provincial conservador esclarecia que na “assembleia de Minas a ordem do dia é tão grande que nunca se esgota, e assim nunca chegará a hora de apresentar-se requerimentos”. Explicava, em seguida, porque tal requerimento se tratava de uma “rolha”: “transferida a discussão dos requerimentos para a última hora, ficava cortada a única válvula que a lei abriu à oposição para poder colher as peças instrutivas do processo que deve oferecer ao juízo imparcial e severo da opinião pública da província”.<sup>13</sup>

Neste 14 de setembro de 1866, os deputados provinciais conservadores anunciaram sua retirada da Assembleia para que não se aprovasse a moção. Diante dessa postura, a partir do dia 15, a Assembleia não conseguiu quórum para que houvesse sessão e não abriu seus trabalhos. Nesse momento, a maioria liberal contava com 19 deputados, faltando dois para fazer casa. A folha conservadora descreveu com escárnio a inquietação dos liberais para encontrar uma solução; conta como a minoria conservadora “ria a bom rir dos apuros dos *arrolhadores*”.<sup>14</sup>

O cálculo da minoria, carregada de otimismo, não renunciou que os liberais manobrassem na direção daquilo que buscavam. Nas páginas do *Constitucional*, a confiança dos conservadores parecia insuperável. Às suas costas, contudo, a maioria orquestrou para aprovar a diplomação de um colega liberal.

<sup>11</sup> *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 85, 25 set. 1866.

<sup>12</sup> *Idem*, grifos do texto.

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> *Constitucional*, Ouro Preto, nº 6, 22 nov. 1866, grifo do texto.

Contando com apenas 20 membros em suas fileiras, no dia 20 de setembro de 1866, os liberais fizeram o expediente e diplomaram “um deputado liberal”, que preencheu a 40ª cadeira, “violando a constituição”.<sup>15</sup> Assim denunciava os redatores do *Constitucional*. A denúncia recebeu, para esta ocasião, uma seção do “Espelho da Assembleia” unicamente para detalhar a manobra.

O deputado liberal diplomado tratava-se de Antero José Lage Barbosa. Agora compondo junto a seus pares liberais, e fazendo-se casa, a maioria contava com 21 dos de sua tintura para aprovar a moção de transferência dos requerimentos para a última hora da sessão. A expectativa bucólica dos conservadores veio à baixo. Transformou-se em indignação nas páginas do *Constitucional*.

Remeteu-se à atenção dos irmãos Ottoni e de Martinho Álvares da Silva Campos, os três *históricos* mineiros, que, na Corte, faziam oposição à Saldanha Marinho e aos ligueiros. Clamou-se para que eles guerreassem “com todas as forças” contra os liberais-progressistas de Minas. Requeria-se, também, a atenção dos liberais *históricos* do Rio de Janeiro, para que enxergassem como os liberais em Minas respondiam com “bajulação e servilismo ao presidente”. Rogava-se a atenção de todos os liberais *históricos*, seja da Corte, seja de Minas, para que soubessem que a maioria da Assembleia mineira não faria oposição à Saldanha Marinho enquanto ele estivesse instalado em Minas Gerais; que ela não se oporia a “uma administração que planta na província o partido progressista”.<sup>16</sup>

Vê-se que o texto de abertura dessa edição da folha diferia do texto da seção “Espelho da Assembleia”: enquanto aquele se refere à maioria como deputados *históricos*, este se refere como progressistas. Trata-se de um recurso retórico para desqualificar os liberais da Assembleia mineira. Parece que estes eram aliados dos liberais *históricos* da Corte, mas com a presença de Saldanha Marinho titubearam para a situação progressista. Por isso, os conservadores no *Constitucional* clamaram a atenção dos liberais *históricos*, em geral, para a situação de “bajulação e servilismo” que os liberais mineiros, em particular, se prestavam a fazer na Assembleia de Minas.

E mais. Na tribuna da Assembleia mineira, quando o deputado situacionista Emílio Soares de Gouvêa Horta Júnior tentou diluir as críticas da minoria apontando para

---

<sup>15</sup> Idem.

<sup>16</sup> Idem.

o exemplo na Corte, em que, na Câmara e no Senado, a apresentação de requerimentos foi transferida para os sábados, Benjamin Rodrigues de súbito declarou que “está se importando para cá a *rolha*”.<sup>17</sup> O vínculo com a conjuntura na Corte refletia uma situação contraditória na província. Enquanto que os liberais *históricos* da Câmara dos Deputados se opunham aos membros da Liga Progressista, os *históricos* da Assembleia mineira fizeram esteio aos atos de Saldanha Marinho na Presidência da Província.

Não à toa os conservadores, com denúncias contra a administração provincial em mãos, fizeram-se ouvir na imprensa; espaço este de exercício da representação política. Destarte, quando acreditavam ser censurados na tribuna recorreram para a imprensa periódica e, tornando público, censuraram os atos de seus rivais políticos. Nesse sentido, as tentativas de contenção dos atos da oposição na tribuna eram canalizados para a imprensa e instrumentalizados como exercício de reparo da representação política.

Enfim... Os efeitos da guerra contra o Paraguai iriam acentuar-se nos anos seguintes, à vista de mais impostos, mais emissões e os recrutamentos nos quais a população passaria. No quadro da política interna, as divisões no interior do Gabinete Zacarias e na Câmara dos Deputados tornaria cada vez mais complicado o trato com a guerra. Em Minas Gerais, a oposição conservadora, mediante o *Constitucional*, continuou as críticas aos ligueiros até a queda do último ministério liberal-progressista, e, somente aí, os conservadores regozijaram com seu retorno ao poder.

## BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. *Ideais em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CLAUDINO, Guilherme P. “*Uma verdadeira torre de babel*”: entre a Corte e a Província – a Liga Progressista em Minas Gerais (1862-1868). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, 2011.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

---

<sup>17</sup> *Diário de Minas*, Ouro Preto, nº 85, 25 set. 1866, grifo do texto.

HOLLANDA, Sérgio B. *História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol.5*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IGLÉSIAS, Francisco. Vida Política, 1848/1868. In: HOLLANDA, Sérgio B. (org.). *História geral da civilização brasileira, tomo 2, vol.3*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

LOSURDO, Domenico. *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

PEREIRA, Lafaiete Rodrigues. *Cartas ao irmão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968. Disponível em: <<http://www.brasiliana.com.br/obras/cartas-ao-irmao>>. Acesso em: 24 de nov. de 2018.

VEIGA, José P. Xavier da. A imprensa em Minas Gerais. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, ano III, 1898, pp. 169-239. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/rapm/capas.php>>. Acesso em: 24 de nov. de 2018.

### Fontes

*Diário de Minas*, Ouro Preto, edições 82 e 85. Arquivo do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 25 de nov. de 2018.

*Constitucional*, Ouro Preto, edição 06. Arquivo do acervo da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 25 de nov. de 2018.



## Dinâmicas políticas e ferrovias na Zona da Mata mineira (1870-1889)

Walter Alves de Paula Neto<sup>1</sup>

**Resumo:** O modal ferroviário, durante a passagem dos séculos XIX e XX no Brasil, teve importância como facilitador para a comunicação entre os sertões brasileiros e os portos. Neste contexto, a Zona da Mata mineira se caracteriza como uma importante produtora de café, local de grande interesse para o surgimento de diversos caminhos ferroviário. A “Estrada de Ferro Leopoldina” foi inaugurada em 1872, com o objetivo de conectar a Zona da Mata mineira à “Estrada de Ferro Pedro II”. A proposta deste trabalho foi a análise das relações estabelecidas entre aqueles que atuaram nos processos que resultaram na aprovação do projeto que resultaria na primeira ferrovia de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** Estrada de ferro, Zona da Mata, Leopoldina.

**Abstract:** During the passage of the nineteenth and twentieth centuries in Brazil, the railroad was important facilitator for communication between the brazilian backlands and the ports. In this context, the Zona da Mata in Minas Gerais is characterized as an important coffee producer, a place of interest for the emergence of many railroad tracks. The "Estrada de Ferro Leopoldina" was inaugurated in 1872, with the purpose of connecting the Zona da Mata in Minas Gerais to the "Estrada de Ferro Pedro II". The proposal of this work was an analysis of the relations between those who acted in the processes that resulted in the approval of the project that resulted in the first railroad of Minas Gerais.

**Key-words:** Railroads, Zona da Mata, Leopoldina.

### Introdução

As questões que envolviam a expansão das vias de comunicação na província de Minas Gerais sempre foram presentes nos diversos debates travados na Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, tanto quanto as elevações, subtrações, acréscimos e extinções de distritos e vilas que compunham, durante o período imperial, as divisões

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF – Bolsista CAPES – e-mail: waltternetto@gmail.com.

administrativas da província mineira, temas que estavam presentes em quase todas as sessões ordinárias ou extraordinárias (SARAIVA, 2009: 308). A relevância do tema transportes é compreendida pela necessidade de ligar diversos pontos de produção e escoação a cidades e consumidores em uma província que estava entre uma das maiores do império brasileiro.

Segundo levantamento realizado por Felipe de Alvarenga Batista e Marcelo Magalhães Godoy, em mais de 220 documentos oficiais da província de Minas Gerais, a temática dos transportes está presente pelo menos uma vez em 78% da documentação analisada (BATISTA; GODOY, 2012: 07). Além disso, em três ocasiões foram elaborados planos de viação: em 1835, por Bernardo Pereira Vasconcelos; em 1864, pelo engenheiro Henrique Gerber; e em 1871 (BATISTA; GODOY, 2012: 07). As principais preocupações dos criadores dos planos viários era ligar os centros produtores mineiros aos centros consumidores, estando em destaque a cidade do Rio de Janeiro e também a conexão dos diversos pontos da província entre si (BATISTA; GODOY, 2012: 08).

### **Os projetos 36, 120 e a Estrada de Ferro Leopoldina:**

Além dos planos viários já citados, para uma melhor compreensão do debate que resultou na lei que originou a Estrada de Ferro Leopoldina (EFL), é preciso entender um projeto de lei, apresentado na 10ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial de Minas Gerais, no dia 12 de agosto de 1870<sup>2,3</sup>. O projeto de lei em questão foi o de número 36, que tinha como objetivo construir diversos ramais de estradas de rodagem por Minas Gerais, apresentado pelo deputado Modesto de Faria Bello, que também ocupava o cargo de Engenheiro Chefe da Diretoria de Obras Públicas de Minas Gerais. O deputado sustenta seu projeto de lei em três pilares: 1. Necessidade de tornar a Estrada de Ferro Pedro II (EFPII), que chegara a Minas em 1869, no tronco principal das vias de comunicação da província, visto que em diversos relatórios do Ministério da Agricultura do império a ampliação de um dos ramais da ferrovia em direção ao vale do rio São Francisco era colocada como essencial para a conexão da corte a outras localidades do Império; 2. Mescla de diversos modais de transporte através de estradas de rodagem, a

---

<sup>2</sup> As informações extraídas neste trabalho sobre os debates na Assembleia Legislativa Provincial mineira foram encontradas no jornal “Noticiador de Minas”, disponível para consulta na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

<sup>3</sup> De forma a facilitar a leitura, buscou-se utilizar a norma atualizada do português.

EFPII e vias fluviais; 3. Criação de um sistema único para adoção e execução das obras aprovadas, tendo como guia a necessidade de escoação da produção e a comunicação entre centros mais habitados<sup>4</sup>.

O principal ponto a destacar é a ausência da sugestão para a construção de estradas de ferro, tomando a EFPII como o ramal necessário para as necessidades da província. Outro ponto é a quantidade de ramais apresentados pelo deputado na região da Zona da Mata. Das oito estradas postas como necessárias pelo projeto, três percorreriam a região: De Leopoldina ao Porto Novo do Cunha; Mar de Espanha à estação Chiador da EFPII e de Ubá a Rio Novo, demonstrando claro enfoque na crescente porção cafeeira da Mata. Desde de 1815, e expandindo para o norte com o avançar das colheitas, já era registrada produção de café nas recebedorias nas proximidades da fronteira de Minas Gerais com o Rio de Janeiro, tendo o seu maior crescimento a partir da década de 1840 (RESTITUTTI, 2006: 284).

Após passar por uma primeira leitura, o projeto é posto na ordem dos trabalhos da Assembleia, ficando a espera das 2ª e 3ª leituras. É a partir da 2ª leitura, nas falas proferidas pelos deputados de diversos distritos, que são realçados os conflitos de interesses internos tanto à Assembleia quanto ao desenvolvimento da província. Justino de Andrade Câmara, deputado eleito pelo 7ª distrito, sediado em Montes Claros, ao norte da província, descreve no começo de sua fala diversas leis, além de, segundo ele, outras não citadas, que autorizavam ou aprovavam quantias necessárias para melhoramentos viários na região de Montes Claros. O principal ponto do deputado era demonstrar que mesmo abrangida por toda uma legislação, as tais obras nunca foram efetivadas. Além dele, diversos deputados dos distritos ao norte e ao sul da província reclamaram da mesma situação. Segundo o deputado, o problema não seria uma falta de atenção à região por parte do governo provincial, mas sim a burocracia:

A razão de não execução dessas leis será o pouco apreço em que é tido o norte da província de Minas? Não, sr. presidente, a razão é outra, a razão é que entre as disposições de lei, e seu executor se tem levantado uma barreira com a denominação de obras públicas [...] tem-se levantado o sistema chamado – do papelório – barreira invencível, e que faz com que semelhantes disposições jamais sejam executadas. Eu, porém, Sr. presidente, ocupando esta cadeira, não venho pedir a extinção da repartição de obras públicas, venho unicamente pedir que o norte, os pontos longínquos da província de Minas, aqueles que

---

<sup>4</sup> NOTICIADOR DE MINAS, Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 226, 26 ago. 1870, p. 01.

demoram a mais de quarenta léguas de sua capital, fiquem livre desse embaraço de obras públicas<sup>5</sup>.

A fim de superar este problema, Câmara apresentou um projeto em complemento a este do deputado Bello, o projeto visava “conferir às câmaras municipais a atribuição de orçarem e contratarem aquelas obras que forem decretadas a seus municípios.”<sup>6</sup> Tal ponto abre espaço para apresentar mais uma parte do projeto 36, que foi estabelecida a partir do 5º artigo. O texto apresentava mudanças na gestão das obras públicas da província, a fim de tornar mais ágil e esquematizar os processos envolvidos nas expansões dos ramais de rodagem de Minas Gerais. O artigo 5º autorizava a transferência de alíquotas excedentes de outras pastas do governo mineiro para a Diretoria de Obras Públicas, a cada seis meses; e contratação de empréstimos a juros de 6% ao ano, quando houvesse a possibilidade de findar os recursos do Tesouro Provincial. O projeto também trazia a possibilidade de descentralizar, até certo ponto, os trabalhos para reformas e obras de vias de comunicação:

Às câmaras municipais fica livre a aplicação e fiscalização dos auxílios que lhes for distribuído, exceto na parte técnica, como alinhamento da direção das estradas e planos de obra, que serão feitos pelos engenheiros da província em seus respectivos distritos à requisição das câmaras<sup>7</sup>.

Na 22ª sessão da Assembleia Legislativa Provincial, alguns deputados, de diversos distritos, adicionaram novos ramais de estradas de rodagem, buscando, cada um, atender a suas regiões de influência política. Na mesma sessão foi aprovado um aditivo ao projeto, neste foi estabelecido que “Fica o governo autorizado a conceder a qualquer empresa nacional ou estrangeira, ou mesmo a qualquer cidadão [...] que se proponha a construir com seus capitais, estradas [...] uma garantia de juros que não exceda a 5%”<sup>8</sup>. Na 27ª sessão o aditivo é editado, subindo a garantia de juros para 6% e é posto que após o período de privilégio de 15 anos todas as obras de arte das vias pertenceriam à província<sup>9</sup>. Após passar pela 3ª discussão, ter diversos aditivos suprimidos, o projeto n. 36 é votado e aprovado pela Assembleia<sup>10</sup>. O projeto não foi sancionado como lei, porém, teve forte influência em duas ocasiões distintas, que foram o projeto n. 120 e o plano viário de 1871, já citado neste trabalho.

<sup>5</sup> NOTICIADOR DE MINAS, Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 238, 27 set. 1870, p. 02.

<sup>6</sup> NOTICIADOR DE MINAS, loc. cit.

<sup>7</sup> NOTICIADOR DE MINAS, Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 226, 26 ago. 1870, loc. cit.

<sup>8</sup> Id., Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 233, 15 set. 1870, p. 02.

<sup>9</sup> Id., Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 236, 22 set. 1870, p. 01.

<sup>10</sup> Id., Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 239, 29 set. 1870, p. 01.

Antes de trazer a tona o debate que envolveu a aprovação do projeto n. 120, é preciso contextualizar o momento econômico da Zona da Mata mineira na virada das décadas de 1860 e 1870. Após a inauguração da Estrada União e Indústria, que partia da cidade matense de Juiz de Fora para a província do Rio de Janeiro e a chegada de um dos ramais da EFPII à fronteira de Minas, a exportação de café foi muito facilitada, auxiliando no crescimento das rendas dos fazendeiros da região. De 1861, ano de sua inauguração, até 1868 a União & Indústria já havia arrecadado por volta de 1.300 contos de réis, sendo 70% desse lucro devido às taxas de exportação da rubiácea. Além disso, entre 1860 e 1867, a província mineira havia aumentado sua taxa de exportação de grãos de café em 21 mil toneladas, saindo de 10 para 31 mil toneladas (BLASENHEIM, 1996: 86).

Em 1869, o primeiro ramal da EFPII chegou a Minas Gerais, consolidando ainda mais o processo expansionista da cultura do café na Zona da Mata, dando forças para a ideia de expandir para além da EFPII os ramais ferroviários na região (FREITAS, 2009: 248). É neste contexto de euforia que o projeto n. 120 é apresentado.

Na 42ª sessão ordinária, no dia 24 de setembro de 1870, é apresentado pelo deputado do 3º distrito (referente à Zona da Mata), Horta Barboza, o projeto n. 120. Infelizmente, por uma limitação do jornal, não foi possível o acesso ao discurso deste deputado em defesa do projeto, como era de costume dos ritos da casa. Segundo o texto do projeto o presidente da província estava autorizado a: “A contratar com qualquer empresa ou companhia, que para este fim se organizar, a construção de uma estrada de ferro, pelo sistema do ramal de Vassouras [da EFPII], que ligue o Porto Novo do Cunha à cidade de Leopoldina”, além de também “subvencionar a empresa ou companhia que para este fim se organizar com a quota votada para a construção da estrada [...] da Leopoldina a Porto Novo do Cunha, com tanto que essa subvenção não exceda ao máximo de setenta contos de réis por légua”. O projeto também previa que a ferrovia “que a empresa ou companhia construir passará a pertencer a província findo o prazo de 50 anos, dentro dos quais pertencerá o uso fruto dela a mesma empresa ou companhia”. O projeto, apesar de ser encabeçado por Horta Barboza, contou com o apoio de todos os outros 5 deputados pela região, além de 6 deputados eleitos por outros distritos, sendo um deles Lucas Antônio Monteiro de Castro, de família influente em Leopoldina (CARRARA,

1999: 20), ou seja, mesmo eleito por outro distrito político, o deputado possuía raízes na Zona da Mata<sup>11</sup>.

As principais questões apresentadas durante as discussões tratadas neste projeto foram referente aos custos. Os apoiadores do projeto defendiam que a construção de uma estrada de ferro, nos moldes apresentados teria, no fim, o mesmo custo que uma estrada de rodagem. Já aqueles que, apoiavam o projeto, porém desconfiavam da forma do pagamento da construção dos ramais, defendiam que uma estrada de rodagem seria mais vantajosa aos cofres da província, pois a sua construção e o pagamento seriam feitos de acordo com as possibilidades dos cofres, sem a necessidade de pagamentos para além das condições da província e também da solicitação de empréstimos que fariam dobrar os gastos da província com a companhia.

A discussão do projeto se estende pelas sessões 42, 44, 45, 46 e 47. Porém a sua aprovação fica adiada para o próximo ano da Assembleia, pois, devido a uma manobra parlamentar, o projeto teve coro suficiente para sua aprovação, porém, no meio tempo entre a aprovação do projeto e a aprovação dos aditivos, parte dos opositores ao projeto deixou o salão das sessões da Casa, diminuindo o coro necessário para a sua aprovação<sup>12</sup> e obrigando o projeto a ser adiado para o próximo ano. Esta manobra, possivelmente, foi uma resposta dos deputados opositores que, como apresenta a fala do deputado Modesto Luiz Caldeira

[...], entretanto os nobres deputados que são entusiastas da estrada de ferro querem que, rapidamente, com um progresso desmensurado, irracional, se vá de pronto fazer despesas que são inteiramente superiores às nossas débeis forças<sup>13</sup>.

Tinham como principal crítica, além do projeto ter sido apresentado em uma das últimas sessões daquele ano, a velocidade que os deputados favoráveis à ferrovia colocavam no andamento do projeto pelos ritos da casa, visto que para os opositores, seriam necessários alguns estudos antes de tomar algum tipo de decisão, como posto na fala do deputado Sr. Joaquim de Vasconcellos Teixeira da Motta:

Sr. presidente, não me consta (pode ser que tal fato se tenha dado, porém não com conhecimento meu) que a assembleia geral, ou a qualquer das províncias, tenha-se feito um pedido desta ordem, e com a exigência de ser resolvido nos últimos três dias da sessão, sem estudos prévios, sem um traço, sem um orçamento regular! Longe de mim duvidar da honradez, boa fé e patriotismo dos honrados cavalheiros que se

<sup>11</sup> NOTICIADOR DE MINAS, Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 243, 08 out. 1870, p. 03, grifos meus.

<sup>12</sup> Id., Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 245, 10 out. 1870, p. 03

<sup>13</sup> NOTICIADOR DE MINAS, op. cit., p. 02-03.

dirigiram a esta corporação em nome das ideias que fascinam a primeira vista. Mas, Srs., quais os conhecimentos técnicos desses indivíduos? Qual a experiência que tem elas dos trabalhos desta natureza? Quais os estudos feitos por pessoas competentemente habilitadas? Nada temos absolutamente – vamos construir um edifício de ar, vamos onerar a província com um sacrifício imenso de garantia de juros durante 50 longos anos!<sup>14</sup>

Durante boa parte das sessões de 1871 o projeto é deixado de lado, mas em alguns momentos aparecem pontos importantes sobre a questão. Na 2ª sessão extraordinária de 1871 é apresentado à Casa um ofício da Câmara Municipal de Leopoldina, pedindo que fossem decretados os fundos necessários para a abertura da linha férrea até Porto Novo do Cunha<sup>15</sup>. Na 5ª sessão ordinária, em 25 de Agosto de 1871, foi apresentado o ofício, pelo secretário da presidência, que submetia para deliberação da Assembleia uma proposta dos cidadãos José Viera de Rezende, político influente da região de Cataguases (BLASENHEIM, 1996: 98) e do Dr. Nominato José de Souza Lima, que seria eleito deputado pelo 3º distrito na próxima legislatura (FREITAS, 2009: 202), para realização de uma estrada de ferro entre Porto Novo do Cunha e Cataguases<sup>16</sup>.

Na 34ª sessão o requerimento de Rezende e Souza Lima é dispensado pelo deputado Modesto Caldeira, que compunha a comissão de estradas e pontes da Assembleia, visto que “são inaceitáveis as condições da proposta, por onerosa à província, como se deduz dos referidos pareceres anexos”<sup>17</sup>. Não foi possível confirmar a real intenção, porém, este deputado foi o mesmo a proferir, diversas vezes nas sessões do ano anterior, a questão financeira dos projetos ferroviários da província. Neste mesmo dia é, finalmente, posto em votação o projeto n. 120, com coro suficiente, é aprovado, com a retirada de um aditivo, não exposto na transcrição da discussão<sup>18</sup>, sendo publicado como lei n. 1826, em 10 de outubro daquele ano.

### **Considerações finais:**

Essa pequena exposição dos debates travados para a aprovação do projeto referente à EFL e tudo que o cercou teve como objetivo demonstrar que, como todos os projetos de vultoso valor financeiro na província eram cercados de influência e interesse por parte dos deputados. É sintomático que todos os deputados pelo 3º distrito estavam

<sup>14</sup> NOTICIADOR DE MINAS, Minas Gerais, Ouro Preto, ano 3, n. 243, 08 out. 1870, p. 01.

<sup>15</sup> Id., Minas Gerais, Ouro Preto, ano 4, n. 285, 09 mar. 1871, p. 03

<sup>16</sup> Id., Minas Gerais, Ouro Preto, ano 4, n. 349, 02 set. 1871, p. 01.

<sup>17</sup> Id., Minas Gerais, Ouro Preto, ano 4, n. 367, 17 out. 1871, p. 01.

<sup>18</sup> NOTICIADOR DE MINAS, op. cit.

ligados ao projeto n. 120, visto que tal movimento atrairia para eles o valor político importante para a continuidade da carreira, representando uma região da província que via crescer sua influência econômica. Não sem interesse Nominado José de Souza Lima, ao se ligar aos projetos ferroviários na região, é eleito deputado pelo distrito da Zona da Mata.

Um pequeno relato, encontrado durante a pesquisa no Jornal do Comércio, demonstra bem a forma como os políticos e os líderes políticos da região de Cataguases e Leopoldina buscavam associar os seus nomes às conquistas da companhia. No trecho, ressaltando a mudança do ponto final da companhia de Leopoldina para Cataguases são citados: Antônio Paulo de Mello Barreto, engenheiro e presidente da Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, Horta Barbosa, deputado que em mais ocasiões apareceu defendendo o projeto na Assembleia, José Vieira de Rezende, já citado aqui como membro de uma família poderosa em Cataguases e Nominato José de Souza Lima em uma comemoração do feito para a cidade, acompanhados de banda de música e de diversos moradores da cidade<sup>19</sup>.

Por fim, este trabalho é parte integrante de uma dissertação em construção, não sendo possível expandir aqui de forma satisfatórias algumas discussões que serão apresentadas de foram mais completa no trabalho futuro.

### Referências bibliográficas

BATISTA, Felipe de Alvarenga; GODOY, Marcelo Magalhães. O mito da modernização pelos trilhos: a “era ferroviária mineira”, 1869-1940. In: Seminário sobre a Economia Mineira, XV, 2012, Diamantina. **Anais do XV Seminário sobre a Economia Mineira**, 2012.

BLASENHEIM, Peter Louis. As ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 81-110, 1996.

CARRARA, Ângelo Alves. **Estruturas agrárias e capitalismo**: contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira. Mariana: Universidade Federal de Ouro Preto, 1999. (Série Estudos, 2).

---

<sup>19</sup> JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 27 abr 1872, p. 03.



FREITAS, Ana Paula Ribeiro. **Diversidade econômica e interesses regionais:** as políticas públicas do governo provincial mineiro (1870-1889). 312p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2009,

RESTITUTI, Cristiano Corte. **As fronteiras da província:** rotas de comércio interprovincial, Minas Gerais, 1839-1884. 335p. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Araraquara, 2006.

SARAIVA, Luiz Fernando. O Império nas Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853 – 1893. 365p. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, 2008.

### Fontes:

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro, 27 abr 1872,

NOTICIADOR DE MINAS, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 3, n. 226, 26 ago. 1870.

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 3, n. 233, 15 set. 1870.

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 3, n. 236, 22 set. 1870

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 3, n. 238, 27 set. 1870.

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 3, n. 239, 29 set. 1870.

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 3, n. 243, 08 out. 1870.

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 3, n. 245, 10 out. 1870.

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 4, n. 285, 09 mar. 1871.

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 4, n. 349, 02 set. 1871.

\_\_\_\_\_, **Minas Gerais**, Ouro Preto, ano 4, n. 367, 17 out. 1871.

**“FERIA DE CARNE HUMANA EN MEDIO DE UN PUEBLO LIBRE”: O PERIÓDICO *LA AURORA* E A ESCRAVIDÃO COMO ELEMENTO DE ALTERIDADE (PROVÍNCIA CISPLATINA, 1822-1823)**

Fabíula Paulo de Freitas Manhães<sup>1</sup>

**RESUMO:** Analisando a linguagem política contida no periódico *La Aurora*, publicado em Montevidéu entre dezembro de 1822 e abril de 1823, pretende-se compreender de quais maneiras a escravidão figura nas linhas de tal jornal como um elemento de diferenciação em relação ao Império do Brasil, tendo em vista que o período estudado abarca eventos decisivos para o fortalecimento da alteridade, tais como a proclamação da Independência da ex-colônia portuguesa, a subsequente adesão do general Carlos Frederico Lecor à causa emancipacionista e, sobretudo, a inauguração de uma série de conflitos na Província Cisplatina, conflitos estes decorrentes de tal conjuntura.

**PALAVRAS-CHAVE:** *La Aurora*; Província Cisplatina; Império do Brasil; escravidão; alteridade.

**ABSTRACT:** Analysing the political language contained in the jornal *La Aurora*, published in Montevideo between december 1822 and april 1823, aims to understand how slavery figure in that paper as an element of differentiation with respect to Empire of Brazil, bearing in mind that the period researched cover crucial events, such as the declaration of Independence of Portugal's former colony, the subsequent membership of general Carlos Frederico Lecor to the emancipation's cause and, above all, the opening of a set of conflicts in the Cisplatine Province, struggles arising from that scenario.

**KEYWORDS:** *La Aurora*; Cisplatine Province; Empire of Brazil; slavery; alterity.

## INTRODUÇÃO

No ano de 1822, com a proclamação da Independência do Brasil, inaugura-se na então Província Cisplatina um novo período de conflitos. Ao anunciar que apoiaria o império de D. Pedro I, o general Carlos Frederico Lecor, Barão da Laguna, provoca a

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Faculdade Saberes – SABERES. E-mail: fabiula.freitas99@gmail.com.

separação interna das tropas de ocupação: a Divisão dos Voluntários Reais, chefiada por Álvaro da Costa, permanece fiel a Portugal, enquanto Lecor e seu grupo decidem pela adesão à causa brasileira (FREGA, 2016: 58). A segmentação de posicionamentos e opiniões, no entanto, atingiu não apenas as tropas. A emancipação do Brasil surge como um novo elemento no horizonte dos habitantes da Cisplatina, conseqüentemente transformando-se em um tópico de discussão nas páginas dos periódicos publicados na capital Montevideu. Nesse contexto, o periódico intitulado *La Aurora* passa a circular pela cidade, tendo sua redação atribuída a Antonio Díaz (PIERROTTI, 2013: 35). Díaz, que conforme Ana Frega (2016: 58) é figura ligada à sociedade secreta independentista Sociedad de Los Caballeros Orientales, demonstra nas linhas de seu jornal forte posicionamento antiluso-americano, reiterando as ideias de emancipação – podendo significar independência total ou parcial, normalmente entrando nesta última opção a adesão às Províncias Unidas do Rio da Prata<sup>2</sup> – e liberdade dos *pueblos orientales*.

De acordo com Murillo Dias Winter (2014: 328-9), o período conflituoso oferecerá condições propícias para que ideias e projetos emancipacionistas sejam pensados e disseminados, além de fomentar o rechaço à presença brasileira na província. A partir de então, emerge em parte da população *oriental* um forte sentimento de diferenciação em relação aos *brasilenses* ou *brasileiros* – ou ainda, *imperiales*. Ainda segundo Winter (2014: 335), na percepção daqueles *orientais* desejosos da independência, a permanência dos imperiais levaria para a região “as piores características de um regime despótico”. A escravidão, nesse sentido, seria uma dentre tais características. Conforme João Paulo Pimenta (2007: 48), o caráter escravista da sociedade luso-brasileira figuraria como um recurso de grande importância na construção da diferenciação entre *orientais* e *brasileiros* – ou quaisquer outras identidades que exprimissem algum tipo de associação com os luso-americanos. Nosso objetivo, portanto, será analisar de quais maneiras o termo *escravidão* surge nas páginas de *La Aurora* como um recurso discursivo demarcador da alteridade em relação ao império vizinho. Para empreender tal estudo, lançaremos mão da proposta metodológica de John Pocock e

---

<sup>2</sup> Segundo Frega (2016), os novos estudos acerca da formação do Estado Oriental do Uruguai têm demonstrado e reiterado o fato de que a independência era naquele período considerada uma opção entre outras muitas. A autora, dessa forma, frisa a possível compatibilidade do termo “independência” com a “pertenencia a una unidad política mayor”.

Quentin Skinner<sup>3</sup>. Na perspectiva de tais autores, para se compreender um texto escrito no passado, é necessário que se entenda o significado que possuía em seu contexto de produção (JASMIN; FERES JÚNIOR, 2006: 19). Posto isso, buscaremos fazer a leitura dos jornais de maneira a conectar seu conteúdo com o ambiente e o momento no qual foram redigidos.

### ***Orientais, não brasileiros***

As discussões e problemáticas aqui apresentadas inserem-se em um contexto maior, que, segundo Ana Frega (2016: 31), foi perpassado por diversos “ejes conductores”, sendo a busca por “un orden político estable de alcance nacional” um desses eixos. O “caos” político, econômico e social provocado pela Revolução Artiguista (1811-1816) foi um dos fatores que reiteraram o desejo dos habitantes da margem leste do rio Uruguai por estabilidade e paz interna. Dessa maneira, no mês de janeiro de 1817, com o consentimento da maior parte das elites da Província Oriental, o “exército pacificador” português adentrou as muralhas de Montevideu (FREGA, 2016: 53). Ao menos por ora a situação dos orientais se viu regularizada. Segundo Pierrotti (2013: 29), Carlos Lecor teve êxito em sua tentativa de convencer à população de que a presença dos lusitanos seria temporária e não possuía outra finalidade que combater o anarquismo de Artigas e assegurar a tranquilidade na região. A ilusão, no entanto, acabaria apenas alguns dias após a entrada dos portugueses, quando foi solicitada a D. João VI a anexação do território oriental ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve (PIERROTTI, 2013: 29). Quatro anos depois, em 31 de julho de 1821, era celebrado o pacto de incorporação e criada a Província Cisplatina.

No ano seguinte, com a proclamação da Independência do Brasil, o quadro político e social da província é novamente alterado. A já citada divisão interna das tropas de ocupação é um fator decisivo no estabelecimento de um novo período de conflitos na região, conflitos esses representados pelas notáveis discrepâncias no tocante ao apoio à Cisplatina (PIMENTA, 2007: 50). De acordo com Winter (2014: 335), a presença lusitana

---

<sup>3</sup> É importante salientar que Skinner e Pocock não empregaram sua metodologia à análise da imprensa periódica. Entretanto, foram produzidos diversos trabalhos nos quais tais métodos são utilizados para o estudo de documentos dessa natureza. A título de exemplo, Cf. BASILE, M. Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834). Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2000.

na província teria gozado de maior aceitação, muito por conta dos ideais constitucionais difundidos a partir da Revolução do Porto. Os *imperiales*, no entanto, seriam vistos como intrusos, tiranos que pretendiam escravizar o *pueblo oriental*. A partir de então, será percebida na imprensa periódica montevideana uma intensa movimentação. A supracitada fragmentação de opiniões acerca do presente e do futuro da Província ecoa nas produções editoriais da região. A publicação intitulada *Pacífico Oriental de Montevideo*, por exemplo, se posicionava de maneira favorável ao estabelecimento da Província Cisplatina (PIMENTA, 2007: 46). Outros periódicos, como *El Ciudadano*, *El Pampero* e *La Aurora*, demonstravam clara oposição à ocupação *brasileira* (FREGA, 2016: 58). Ao empreender a análise de alguns jornais deste último grupo, Pimenta (2007) e Winter (2014) constataam a presença de diferentes elementos discursivos que atuam no sentido de distanciar o *pueblo oriental* de seus vizinhos imperiais, sendo um dos principais desses elementos o caráter escravista da sociedade luso-brasileira.

A ocupação luso-americana de fato promoveu a manutenção da escravidão na região (FREGA, 2016: 54). Eduardo Palermo (2004: 109), ao analisar o fenômeno escravista na região da fronteira entre os atuais Brasil e Uruguai, associa sua persistência à intensa presença luso-brasileira naquela área. Apesar da lei de 1825 que estabeleceu a liberdade para todos os afrodescendentes nascidos na Província Oriental a partir de então, e também das leis de abolição de 1842 e 1846, os proprietários brasileiros continuaram a introduzir escravos na região através da zona de fronteira (DUFFAU; POLLERO, 2016: 195).

O rechaço ao regime escravista, apesar de tudo, foi significativo, principalmente no recorte temporal aqui estudado. De acordo com Pimenta:

Se a província – ao menos oficialmente – se mantivera ao lado do Império do Brasil, o discurso da diferenciação oriental embasado na condenação à escravidão teria na alteridade *brasileira*, desde então, o seu principal contraponto. Em 1823, por exemplo, o periódico *Ciudadano* se valia de uma metáfora política bastante comum à época para atacar o Império: *escravidão*, no sentido político, contraposta a *liberdade* e desqualificando o governo de D. Pedro I com base na referência ao regime de trabalho dominante no Brasil (PIMENTA, 2007: 51). [grifos do autor]

Partindo para a análise de nossa fonte primária, o periódico *La Aurora*, podemos constatar em sua publicação de número 3 a “metáfora política” citada por Pimenta. No

artigo intitulado “Cabildo del ano anterior”, o redator critica a ausência de eleições populares para o Cabildo de Montevideú desde a chegada dos luso-americanos.

Pero cuando un pueblo, vejado por una faccion armada del poder se vé despojado hasta del derecho de votacion: cuando la tiranía establecida bajo un sistema calculado sobre la fuerza de las armas puede impunemente privarlo de aquel refugio de la *libertad*, y hacerle ver que su destino es la *esclavitud*; entonces es preciso que algun remedio extraordinario ponga fin a sus desgracias [...] (*LA AURORA*. MONTEVIDÉU, N. 03, 4 DE JANEIRO DE 1823). (*grifos nossos*)

O destino dos orientais, caso não tivessem reestabelecido seu direito ao voto, seria, portanto, a escravidão. A *esclavitud*, nesse caso, é contraposta à *libertad*, à garantia do voto e do exercício da soberania popular por parte do *pueblo oriental*. No número seguinte, notamos novamente a contraposição. No artigo intitulado “INTERIOR. Campaña Oriental.”, Díaz critica a conduta do Síndico Procurador do Estado, dr. Tomás García de Zuñiga, aliado de Lecor, que encontrava-se nesse momento na região da Campanha Oriental, buscando convencer os cabildos provinciais a jurar a Constituição do Império do Brasil.

Preguntad-lo vosostros, habitantes de la campaña, á todos los hombres justos y ellos os señalarán esa faccion execrable de que es membro principal el *desnaturalizado americano* que con pretensiones de sindico procurador del Estado quiere haceros (sic) á la fuerza *esclavos del Brasil*, ó victimas desgraciadas de la discordia y la guerra civil (*LA AURORA*. MONTEVIDÉU, N. 04, 11 DE JANEIRO DE 1823). (*grifos nossos*)

No trecho supracitado é interessante que se note a referência a Tomás García de Zuñiga: um *desnaturalizado americano*. Voltaremos a essa questão mais adiante. Nas passagens já citadas, portanto, percebemos a constante ligação entre a escravidão e outros termos de conotação negativa, tais como discórdia, guerra civil e privação de direitos. O Brasil – e seus aliados –, nesse sentido, seria o grande promotor de tais tribulações. A presença luso-brasileira, no fim das contas, estaria retirando do *pueblo oriental* toda a liberdade que possuía anteriormente, colocando em seu lugar um regime de servidão – nesse caso, num sentido político. A negação ao sistema de trabalho, no entanto, não se fazia apenas através de metáforas políticas. Na publicação de número 5, um artigo intitulado “Comercio de negros” denuncia a situação dos negros escravizados em Montevideú, chamando atenção para o perigo representado pelas doenças que os escravos viriam a possuir.

Este tráfico infame de la especie humana, contra el qual há declamado la filosofia con tanta vehemencia desde el siglo anterior, y que há sido ya abolido em este pais como en otros del nuevo mundo á proporcion que los pueblos han ido abrazando la causa de la ilustracion y la humanidad, se halla actualmente restabelecido en Montevideo por efecto de uma de las *medidas liberales* de la Logia de los Aristocratas (*LA AURORA*. MONTEVIDÉU, N. 05, 18 DE JANEIRO DE 1823).  
(*grifos do autor*)

É notável a associação que se faz entre a abolição da escravidão e o avanço das luzes no continente americano. Abandonar o regime escravista seria uma forma de reafirmar a chegada da ilustração à Província Oriental, entretanto, as *medidas liberales* – note o emprego da ironia – tomadas pelos Aristocratas, ou seja, os aliados de Lecor e de D. Pedro I, seriam um entrave para o progresso. É o que se percebe na continuação do texto.

El espectáculo de esta feria de carne humana en medio de un pueblo libre que ha derramado su sangre por los derechos de la humanidad no puede inspirar otro sentimiento que el de la indignacion ácia (sic) sus autores, y cualquiera que se halle dotado de la mas ligera dosis de filantropía mirará como una tolerancia perniciosa en el gobierno, la continuacion de un tráfico que tanto desonra la ilustracion de este pais, y compromete al mismo tiempo la salud pública por el abuso con que se verifica (*LA AURORA*. MONTEVIDÉU, N. 05, 18 DE JANEIRO DE 1823).

No fragmento acima notamos, portanto, a associação da escravidão com o atraso. Como assinala Winter (2014: 339-40), muitos elementos da monarquia brasileira, tais como a escravidão, são utilizados como contraponto à ilustração e às virtudes que possuíam os novos países americanos. O apelo a ideias como “filantropia” e “direitos da humanidade”, dessa forma, teria como objetivo reiterar o distanciamento dos *orientais* em relação aos *imperiales*: eram contra o tráfico de escravos, visto que tal atividade era desumana e feria os princípios de liberdade, ilustração, filantropia e virtude seguidos pelos povos americanos. E é nesse ponto que retornamos à crítica ao Síndico Procurador do Estado. Observamos que o redator de *La Aurora* define García de Zuñiga como um *desnaturalizado americano*. Os mesmos termos são utilizados na publicação de número 6, quando Diaz critica novamente a conduta do Síndico e do Barão da Laguna. Ao se referir às supostas prisões executadas por García de Zuñiga, o redator afirma que

[...] todos vieron como emanación de las providencias de aquel *desnaturalizado americano* executarse las prisiones de muchos patriotas benemeritos; perseguirse á (sic) otros con el fin de enfrenar por medio del terror la aspiracion general del pais por su

independência” [...] (*LA AURORA*. MONTEVIDÉU, N. 06, 25 DE JANEIRO DE 1823). (*grifo nosso*)

García de Zuñiga, por se aliar ao Império do Brasil e coadunar-se às ações do despótico Barão da Laguna, não poderia, portanto, ser considerado um verdadeiro americano. Ainda no número 6, no artigo intitulado “San Jose”, Díaz lamenta a presença de *americanos inocentes* na composição do exército imperial, que naquele momento era dirigido por Frutuoso Rivera (*LA AURORA*. MONTEVIDÉU, N. 06, 25 DE JANEIRO DE 1823).

De acordo com João Feres Júnior (2009: 54), nas primeiras décadas do século XIX o conceito de *América* sofrerá um rápido processo de politização, isto é, passará a ser utilizado como uma arma política por distintos grupos e agentes sociais. No auge de sua politização, os termos *América* e *americano* serão associados aos ideais de república, liberdade política e também a uma concepção de unidade continental embasada em uma identidade política coletiva propriamente *americana* (FERES JÚNIOR, 2009: 58). Já Nora Souto (2009: 71), ao analisar a trajetória do conceito de *América* na região do Prata, assinala a recorrência do discurso de diferenciação entre a América republicana e a Europa monárquica a partir da Revolução de Mayo. Partindo dessas premissas, podemos compreender o porquê de o redator de *La Aurora* negar constantemente a *americanidade* de Tomás García de Zuñiga. A simples associação do Síndico com o Império do Brasil, uma monarquia, na percepção de Díaz, despótica, escravista e atrasada, retirava-lhe os valores ditos *americanos* – a luta pela liberdade política e a defesa do sistema de governo republicano. Conforme Feres Júnior (2009: 63), quando se parte do ponto de vista da América espanhola, a sociedade luso-brasileira é excluída da identidade *americana*, já que se identifica com tudo que é contrário à *americanidade* – escravidão, despotismo, monarquia, opressão, privilégios etc. Para nosso redator, portanto, era essencial encontrar algum fator que estabelecesse de maneira contundente a fronteira entre o *ser oriental* – e, conseqüentemente, o *ser americano* – e o *ser brasileiro* ou *brasileiro*. Dentro da identidade *oriental* não havia espaço para ideias e práticas ditas atrasadas, contrárias às luzes do século, principalmente no que concerne aos “direitos do homem”. A escravidão, sendo uma dessas práticas, teria sido um elemento chave para a conformação de tal alteridade.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender, portanto, que a construção da diferença entre *orientais* e *brasileiros*, em nossa fonte, se dá por meio da justaposição de uma série de elementos – incluída aí a escravidão – que excluem o Império do Brasil do *ser americano*. Tal alteridade, nesse sentido, seria utilizada por nosso redator como uma estratégia de convencimento: Díaz procurava mostrar a seus leitores que a permanência da Província Oriental sob o jugo do Império do Brasil não deveria sequer ser uma alternativa. A ênfase do periodista nos malefícios trazidos à margem oriental do rio Uruguai pelos *brasileiros*, como pudemos notar na análise de *La Aurora*, é muito elucidativa a esse respeito.

O que se percebe em tal conjuntura é o recrudescimento da identidade dita *americana*, no entanto, na então Província Cisplatina é patente o fortalecimento de uma identidade específica, que assim como a *americana*, servirá como aglutinadora de interesses, ideais e planos diversos: a identidade *oriental*. Como coloca Pimenta (2007: 52), nesse contexto “uma identidade americana é, ao mesmo tempo, não-portenha, antibrasileira e *oriental*.” É importante salientar o quão basilar será esse momento de reforço a tal identidade para a futura consolidação nacional da República Oriental do Uruguai. O panorama até aqui apresentado reitera a ideia de que uma identidade nacional não surge abruptamente a partir de uma data ou evento específicos, mas sim de longos processos, permeados por conflitos, divergências, convergências e fragmentações.

## REFERÊNCIAS

### Fontes

Periódicos disponíveis no portal online da Biblioteca Nacional de Uruguay (BIBNA):

- *La Aurora*. Montevideu, 1822-1823.

### Bibliografia

BASILE, M. **Anarquistas, rusguentos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na Corte imperial (1829-1834)**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2000.

DUFFAU, N.; POLLERO, R. Población y sociedad. In: FREGA, A (Org). **Uruguay: Revolución, independencia y construcción del Estado. Tomo I – 1808/1880**. Montevideu: Editorial Planeta S.A., 2016, pp. 175-219.

FERES JÚNIOR, J. El concepto de América: ¿concepto básico o contraconcepto? In: SEBASTIÁN, J. F (Org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la**

**era de las revoluciones, 1750-1850.** Madri: Editorial del Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 51-67.

FREGA, A. La vida política. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Uruguay: Revolución, independencia y construcción del Estado. Tomo I – 1808/1880.** Montevidéo: Editorial Planeta S.A., 2016, pp. 31-83.

JASMIN, M. G.; FERES JÚNIOR, J (Orgs.). **História dos conceitos: debates e perspectivas.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.

PALERMO, E. Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil. In: **Memorias del Simposio La Ruta del esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias.** Montevidéo: Oficina UNESCO de Montevideo, 2004, pp. 91-113.

PIERROTTI, N. Volver a la Cisplatina (1817-1828). Una aproximación a los “estados de opinión” de los orientales sobre la independencia del Uruguay. **Humanidades: revista de la Universidad de Montevideo**, Montevidéo, v. XIII, 2013, pp. 17-69. Disponível em: <http://revistas.um.edu.uy/index.php/revistahumanidades/article/view/30/25>.

PIMENTA, J. P. G. Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma História da identidade Oriental (1808-1825). In: PAMPLONA, M. A.; MÄDER, M. E (Orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Região do Prata e Chile.** São Paulo: Paz e Terra, 2007, pp. 27-56.

SOUTO, N. América: Argentina – Río de la Plata. In: SEBASTIÁN, J. F (Org.). **Diccionario político y social del mundo iberoamericano: la era de las revoluciones, 1750-1850.** Madri: Editorial del Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, pp. 51-67.

WINTER, M. D. O déspota e os escravos: a alteridade brasileira na independência do Uruguai (1821-1828). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 40, n. 2, 2014, pp. 326-347. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/18258>.

## As finanças entre o regional e o local: O Conselho de Governo de Minas Gerais e as câmaras municipais (1825-1828).

Diego Rodolfo de Castro Gomes<sup>1</sup>

**Resumo:** Instituído pelo decreto de 20 de outubro de 1823, o Conselho de Governo de Minas Gerais era responsável pela administração provincial e também a garantia da participação das elites regionais no destino de suas províncias. Entre suas atribuições, o decreto determinava que o Conselho deveria examinar as receitas e despesas das câmaras municipais, essas que eram instituições criadas no período colonial e representavam o poder local. Desse modo, o artigo tem como finalidade analisar por intermédio das atas, votos e pareceres a atuação do Conselho mineiro como órgão fiscalizador das finanças municipais, identificando as primeiras medidas e os obstáculos encontrados por esses dirigentes na tarefa de adequar os municípios aos moldes do Império do Brasil.

**Palavras Chaves:** Conselho de Governo; Finanças; Câmaras Municipais.

**Abstract:** Established by the decree of October 20, 1823, the Governing Council of Minas Gerais was responsible for the provincial administration and also the guarantee of the participation of regional elites in the destiny of their provinces. Among its attributions, the decree determined that the Council should examine the revenues and expenditures of municipal councils, which were institutions created in the colonial period and represented local power. The purpose of this article is to analyze, through minutes, votes and opinions, the action of the Minas Gerais Council as a fiscalization agency for municipal finances, identifying the first measures and obstacles encountered by these leaders in the task of adapting municipalities to the mold of the Empire of Brazil.

**Keywords:** Governing Council; Finance; Municipal Councils.

---

<sup>1</sup> Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista Capes. Pesquisador do Núcleo de Estudos em História Social da Política. E-mail: [diegogomes94@gmail.com](mailto:diegogomes94@gmail.com)

### **O lócus do poder regional: O Conselho de Governo.**

O conselho de governo foi instituído pelo Decreto de 20 de outubro de 1823, este era uma órgão de administração provincial eletivo e vinculado diretamente ao Presidente de Província. Além do presidente que era nomeado pelo Imperador, o conselho era formado com mais seis membros, eleitos da mesma forma que se elegiam os deputados da Assembleia Geral. Ficou também definido que para ser conselheiro era necessário ter pelo menos 25 anos de idade e comprovar moradia na província há pelo menos seis anos.<sup>2</sup>

A criação desse órgão provincial, segundo Miriam Dolhnikoff, se insere na construção do Estado brasileiro na primeira metade do século XIX que foi marcado pela tensão entre unidade e autonomia. Fazendo parte de um arranjo institucional em que as elites regionais puderam se acomodar, pois possibilitou que elas tivessem certa autonomia para administrar suas províncias (DOLNIKHOFF, 2005). Para Raissa Cirino, ao analisar o Conselho de Governo do Maranhão o caracterizou como um espaço de comunicação e negociação entre o governo central e a municipalidade. Isto porque, em sua composição havia um presidente que era o representante do governo central, escolhido pelo Imperador e os conselheiros que eleitos eram os representantes da elite regionais no destino da província (CIRINO, 2015).

Essa instituição regional foi uma peça fundamental para unidade e construção do Império do Brasil. Por ter sido um espaço de política e certa autonomia para as elites regionais. Além disso, conforme Carlos Eduardo França de Oliveira, no que se refere as províncias de Minas Gerais e São Paulo, a ascensão política desses dirigentes regionais também se deu em relação a Corte localizada no Rio de Janeiro, visto que algumas famílias dessas províncias do centro-sul concentraram seus esforços na produção e circulação de gêneros de exportação, primeira necessidade e tráfico de escravos, então houve uma aproximação entre São Paulo e Minas Gerais, áreas produtoras e a Corte, o mercado consumidor (OLIVEIRA, 2014).

O Presidente em Conselho tinham entre suas atribuições fomentar a agricultura, comércio, indústria, artes, salubridade e comodidade em geral; vigiar os estabelecimentos de caridade, promoveriam a educação da mocidade, decidiriam

---

<sup>2</sup> BRASIL, Lei de 20 de outubro de 1823. Arts. 1 e 2.

conflitos de jurisdição e suspenderiam magistrados. Não estando os conselheiros reunidos, os Presidentes poderiam prover as matérias discriminadas como de competência dos Conselhos, e as submeteriam depois para sua aprovação (FERNANDES, 2014).

No que se refere as suas finanças, os grupos regionais pelo decreto de 20 de Outubro teriam a sua disposição para as despesas ordinárias e o desempenho das suas funções, apenas a oitava parte das sobras das renda de sua província. Somente o presidente e o secretário que possuíam um ordenado fixo, no caso de Minas Gerais ele era do valor de 3:200\$000 réis anuais para o presidente e 1:400\$000 réis anuais para os secretários, os conselheiros receberiam uma gratificação pelo tempo em que estivessem reunidos no valor de 3\$400 réis por dia. A administração e a arrecadação continuaria a ser feita pela Junta da Fazenda de cada província, mas agora presidida pelo próprio Presidente da Província. Ainda no âmbito fiscal o Conselho de governo era agora responsável por examinar anualmente as contas de receitas e despesas dos municípios, depois que elas fossem fiscalizadas pelo corregedor da respectiva Comarca, igualmente teriam que examinar as contas do Presidente da Província. O conselho teria que informar o governo central sobre qualquer abuso na arrecadação e renda.<sup>3</sup>

Como se percebe apesar de autonomia em diversas áreas na condução da província, no que diz respeito das suas finanças, esses grupos dirigentes da província ainda tinham uma grande interferência do governo central, sendo que qualquer deliberação a esse respeito deveria ser remetida e aprovada pela Assembleia Nacional. No entanto, em um dos item o Conselho possuía liberdade para discutir e aprovar resoluções que eram sobre a análise das contas de receitas e despesas das câmaras municipais. Com o dever de observar os erros e abusos da administração local e pedir a explicação e correção.

As câmaras municipais que são órgãos criados no Antigo Regime foram instituídas em lugares estratégicos, comerciais e/ou onde a situação social e demográfica merecia o reconhecimento como uma municipalidade. Isso poderia ser uma iniciativa de um rei, um vice-rei, um governador ou mesmo de um magistrado da coroa ou por petição da própria população. O senado que era constituído pelos representantes escolhidos pelo município eram autorizados a impor e recolher impostos, multas e taxas. O recolhimento de impostos e o arrendamento de terras e propriedades municipais, multas sobre infratores

---

<sup>3</sup> BRASIL, Lei de 20 de outubro de 1823. Arts. 5, 20, 24, 25 e 35.

e taxas de autorização era, as principais fontes de renda livre de restrição para as Câmaras. Com esses recursos que o senado camarário fazia os trabalhos públicos, na maioria das vezes por meio da terceirização ou subcontratação, neste sistema, era garantido as receitas e os serviços para o bem do município (RUSSELL–WOOD, 2012). Essas instituições municipais foram de extrema importância dentro da estrutura administrativa colonial portuguesa, principalmente porque ofereciam estabilidade ao Império português, promovia a pacificação do interior e permitia a defesa dos interesses locais na corte de justiça.

Os responsáveis por fiscalizar as câmaras municipais no período colonial eram os funcionários régios. Nos assuntos fiscais, essa tarefa pertencia aos provedores que recolhiam os impostos devidos a Coroa portuguesa, o montante arrecadado era entregue na repartição estipulada. No entanto, a monarquia portuguesa nunca teve o número suficiente de funcionários para que todas as câmaras do Império pudessem ser devidamente fiscalizada, mesmo após as reformas do final do século XVIII em que se aumentou o número de funcionários régios (MONTEIRO, 1996).

Mas na nova estrutura administrativa do Império brasileiro, as câmaras teriam um papel muito menor do que tiveram durante o período colonial, sendo que suas finanças agora seriam supervisionadas pelas províncias e caberia em um primeiro momento, ao Conselho de Governo atuar como órgão fiscalizador sobre as municipalidades. Isto porque a Constituição de 1824 previa outro órgão provincial o Conselho Geral que também atuaria nesse sentido, entretanto, ele não teve seu regimento aprovado e não pode ser implementado, o que ocorreu somente em 1828. Por essa razão, o Conselho de Governo deste sua instalação, no caso de Minas Gerais em 1825 e até 1828 com a instalação do Conselhos Gerais funcionou como único órgão do poder provincial, tanto na comunicação da província com a Corte no Rio de Janeiro, quanto para comunicação e adequação dos municípios ao novo Estado. Durante este período o Conselho de Governo foi o lócus do poder provincial.

### **A atuação do Conselho Mineiro.**

No dia 09 de junho do ano de 1825, O conselho de Governo de Minas Gerais iniciou os seus trabalhos oficialmente. Estavam presentes, o então Presidente José Teixeira da Fonseca Vasconcelos, escolhido pelo Imperador e os conselheiros eleitos:

Francisco Pereira de Santa Apolônia, Romualdo José Monteiro de Barros, Theotônio Alves de Oliveira Maciel, Joaquim José Lopes Mendes Ribeiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Marcos Antônio Monteiro de Barros. Como estava na forma da lei, neste dia eles fizeram seus juramentos.<sup>4</sup>

Em sua dinâmica de trabalho, o Conselho decidiu com a indicação de Bernardo Pereira de Vasconcelos que se dividissem as atribuições e assuntos contidos no artigo 24 do decreto de 20 de outubro de 1823, entre os conselheiros, cada um ficou responsável por analisar e dar seu parecer por determinado assunto e depois levar para deliberação no Conselho. A divisão então ficou assim, a parte referente a comércio, indústria e agricultura para Romualdo José Monteiro de Barros; Bernardo Pereira de Vasconcelos se responsabilizou por analisar a educação da mocidade, e os estabelecimentos de caridade, as prisões, casas de correção e trabalho; Francisco Pereira de Santa Apolônia cuidaria da parte de estabelecimento das Câmaras, obras e consertos e censo e estatística da província; Promover missões e a catequese dos índios, além de cuidar das questões referentes aos escravos ficou a cargo de João José Lopes Mendes Ribeiro; Resolver questões referentes a conflitos de jurisdições e queixas sobre funcionários públicos ficaram para João Batista Ferreira de Souza Coutinho e por fim para Theotônio Alves de Oliveira Maciel ficou a parte do exame das contas e receitas dos municípios e do Presidente, além da determinação das despesas extraordinárias.<sup>5</sup>

Como aponta Oliveira, esse tipo de divisão nas atividades que foi implementado pelo Conselho mineiro contribuiu para que a influência do local de origem dos conselheiros sobre suas decisões pudesse ser minimizadas. Pois cada um desse modo teria um campo de ação limitado pela parte que lhe ficou responsável (OLIVEIRA, 2014).

Uma das questões suscitadas em meios aos debates das primeiras reuniões ocorridas era de como as câmaras deveriam prestar conta de suas receitas e despesas. A questão foi resolvida na sessão do 11 de junho de 1825, em que ficou decidido por concordância de todos os conselheiros que essa prestação de conta deveria ocorrer por meio de certidão onde deveria constar as suas receitas e despesas do ano de 1825. Do mesmo modo, neste documento deveria estar as ordens particulares que autorizou as

---

<sup>4</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 09/06/1825.

<sup>5</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 14/06/1825.

despesas e o parecer dos ouvidores das comarcas correspondente de cada município com as dívidas ativas e passivas de cada um. Assim o Conselho expediu ordens para todas as Câmaras da Província.<sup>6</sup>

As primeiras certidões a serem entregues foram no mês de julho das cidades de São João de Rei, São José e Mariana. Em agosto foi a vez das Câmaras de Vila do Príncipe e Minas Novas, elas foram repassadas para Theotônio Alves de Oliveira Maciel para dar seu parecer. Nesta mesma reunião, o mesmo conselheiro deu suas primeiras percepções das contas que já haviam sido entregues, primeiro Maciel destacou o alto volume de despesas, além um excessivo gasto dos oficiais camarários com a propina<sup>7</sup>. O Conselho então registrou essas ponderações, contudo, por falta de tempo e com mais elementos a serem debatidos a questão foi adiada para uma próxima reunião.<sup>8</sup>

O problema nas contas das municipalidades suscitada pelo senhor Maciel voltou a estar em pauta no mês de Setembro daquele ano. O cerne da questão era se os oficiais camarários, juizes ordinários, vereadores e procuradores de quaisquer vila da província deviam ou não vender propinas. Para Bernardo Pereira de Vasconcelos “*Não deviam receber uma vez que as rendas das mesmas Câmaras não chegam para as despesas ordinárias*” Segundo Maciel ainda teria que examinar essa questão nas contas dos anos anteriores e que se achavam glosadas<sup>9</sup> pelos corregedores. Os demais conselheiros foram a favor desses pareceres. Vasconcelos votou ainda que a proibição deveria iniciar a partir de janeiro de 1826, insistiu que não havia uma lei clara sobre o assunto é que por essa razão, as propinas glosadas ou não glosadas deviam ficar percebidos na boa fé, além disso que a resolução não poderia ser geral para todas as cidades, uma vez que nem todas haviam entregado até aquela data as certidões com suas contas. Segundo o Conselheiro “*aconteceriam que umas recebessem as mesmas propinas e outros não, o que viria a ser uma desigualdade*”. Entretanto, Maciel votou que considerassem esses recebedores de

---

<sup>6</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 11/06/1825.

<sup>7</sup> A propina era uma quantia em dinheiro dada a funcionários da Coroa, oficiais, ministros, dentre outros, para seu sustento. A propina também era dada pela execução de serviços extraordinários, tais como a assistência das festas.

<sup>8</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 23/08/1825.

<sup>9</sup> Definição de glosada vem do termo glosar que é interpretar o texto, explicar ou anotar. BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino*: aulico, anatomico, architectonico Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. p. 373.



propina de má fé, tendo em vista a provisão de 24 de Maio de 1744, como não chegaram a um acordo sobre esta questão, novamente a resolução sobre o caso foi adiada.<sup>10</sup>

É necessário salientar que a provisão citada no argumento do conselheiro Maciel, foi estabelecida com o objetivo de diminuir e controlar os gastos da administração camarária no tempo colonial com propinas, principalmente quando ocorria as festas religiosas ou homenagens a pessoa do Rei. A provisão determinava que:

O juiz, vereadores, procurador, e escrivão da Câmara dessa vila cada um deles terá dez mil réis de propina em cada uma das quatro festas principais, que são de Corpo de Deus, Santa Isabel, o Anjo Custodio do Reino e o dia do Santo Orango da Igreja Matriz. E havendo alguma ocasião de propina extraordinária aprovada por ordem minha, ou estilo observado em semelhante caso, seja esta propina de dez mil réis como as referidas. Nas mais festas em que por estilo da Vila tiverem propina dos rendimentos da Câmara, os oficiais dela terá cada um dos sobreditos cinco mil réis somente. Os oficiais subalternos dos sobreditos que costumam ter propinas dos rendimentos das Câmaras tenham cada um de propina metade do que tem cada um dos vereadores. Todas as referidas propinas se devem entender não sendo maiores das que um até agora costumava levar, porque a minha real intenção, é regular as despesas das câmaras, então aumenta-las. (RAPM, 1986: 501).

Segundo Fernanda Fioravante, as propinas eram uma outra fonte de renda para os oficiais camarários, elas eram decorrentes das participações em festas como as religiosas ou ligadas a família real, quando de nascimentos, casamentos e exéquias. Entretanto, é preciso se atentar para o fato que essa fonte não era uma forma segura de obter renda, Fioravante ao analisar os valores dessas propinas, ainda afirma que esse tipo de renda não era suficiente para o enriquecimento dos camarários. Por outro lado, não se pode deixar de mencionar a importância dessas festividades promovidas pelas Câmaras, sobretudo como forma de distinção social, pois esses eventos eram uma forma de demarcação da hierarquia social, do reconhecimento daqueles homens que estavam responsáveis pelo governo local e constituía como um modo de reafirmação do poder da Coroa por meio de sua publicização. Desse modo, os altos gastos com festas pelo governo local, seguido do aumento das propinas pode ser justificado, na medida em que essas celebrações religiosas e cívicas eram para aproximar os súditos a imagem do rei, aumentando os laços de

---

<sup>10</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 01/09/1825.

fideliidade do povo com o monarca e ao mesmo tempo, legitimando os integrantes do poder local. Por fim, as obras públicas também era uma forma de afirmação das Câmaras perante a sociedade, primeiro ao adequar as cidades aos festejos e também demarcando os espaços de poder pelos prédios públicos, ela promovia uma ordenação social e regulação da população (FIORAVANTE, 2015).

O esbanjamento dos camarários em relação as festas religiosas ou cívicas fez com que ocorressem diversos atritos entre os corregedores e as câmaras, Principalmente após a provisão real de 1744 que regulava os gastos do poder local com as propinas. Após a emancipação da América portuguesa e a instituição de um órgão de poder provincial, como podemos constar, além dos corregedores, esse desequilíbrio nas contas camarárias se tornou uma questão problemática para os governantes da província, neste caso para o Conselho de Governo.

O Conselho votou a se reunir e os senhores Maciel e Vasconcelos sustentaram seus votos perante os outros conselheiros. Então se resolveu que por meio de decreto pela a suspensão das propinas a partir do ano de 1826, além de fazer uma representação a Sua Majestade Imperial sobre a questão. Sobre as festas promovidas pela casa, assentaram que convinha primeiro que o secretário apresentasse um plano e a propina, neste caso, deveria ser no máximo no valor de 50\$000 réis para os oficiais competentes. Essas mudanças se estendiam para toda a província mineira.<sup>11</sup>

É necessário acentuar que neste interim, poucas Câmaras haviam entregues as certidões requeridas. No ano de 1826 foram entregues a certidão da dívida passiva de Vila do Príncipe e da Vila de Caeté. No entanto, para Maciel as contas de Caeté não estavam devidamente documentadas como eles haviam ordenado, então assentaram que se oficiasse ao Ouvidor da Comarca de Sabará para que se atentasse para essa questão.<sup>12</sup> Com a demora da prestação de conta por parte das municipalidades ao Conselho, Maciel pediu que no início de 1827 que se expedissem novamente as ordens aos corregedores das Câmaras para a apresentação das Contas da Câmara, na forma determinada e assim foi feito.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 02/09/1825.

<sup>12</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 09/09/1826.

<sup>13</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 22/01/1827.

No ano de 1827, ainda chegaram as certidões de Sabará e Vila Nova da Rainha, mas foi no início de 1828 que foram entregues as Contas de Receitas e Despesas das Câmaras das vila de Campanha, Barbacena, Queluz, São José, Baempedy, Jacuhi e Paracatu pertinentes aos diferentes anos e passaram ao Senhor T. A. O. Maciel para o conveniente exame. Desse modo, somente quando havia um número expressivo que o conselheiro responsável por esse exame conseguiu dar seu parecer, na sessão extraordinária de 10 de abril de 1828. Em seus primeiros apontamentos, Maciel destacou que:

A câmara de Paracatu do Príncipe, que as suas contas de 1823, 24, 25 e 26 não se achavam em circunstancias de serem examinadas, por não serem ainda fiscalizadas pelo corregedor da Câmara na forma da lei de 20 de outubro de 1823. Nem contem qual seja o seu rendimento anual de que bens e direitos, nem o estado de suas dívidas ativas e passivas. A Vila de São José que apresentando a sua conta de receita e despesas feita no ano de 1826, dela se vê que o rendimento fora de 650\$000 réis e todo com a diferença de 5 réis foi em grande parte absorvido em propinas entre os oficiais da Câmara e justiça. O que constava por um simples certidão do escrivão da Câmara, quando deviam ser presentes os originais documentos e mandados, declarando quais sejam as suas rendas e de que pessoa, para melhor conhecimento de como são aproveitados o estado de sua dívida ativa e passiva que não é possível examinar-se como a lei de 20 de outubro de 1823, a conta de receita e despesa \$do ano de 1826, visto que não foi apresentada em correição do ano seguinte.  
(APM, SP 38, Sessão 10/04/1828).

Logo se verifica a dificuldade do Conselho em proceder o exame que a lei determinava, pois os documentos entregues não estavam nas normas que foram impostas. Inclusive, nem todos os anos foram prestados as devidas contas. Mas ele prossegue:

A Câmara da Vila de Queluz que observando-se a certidão do escrivão que simplesmente a receita de fora de 669\$429 e a despesa de 388\$869 réis, ficando liquida a quantia de 280\$429 réis que fora entregue ao tesoureiro do ano seguinte. A receita de 1825 fora de 748\$874 réis e da despesa de 523\$998 réis sobrando líquidos para o ano de 1826 a quantia de 224\$876 réis, não contavam qual fosse seu rendimento anual e nem diz de que provinha, não apresentaram os documentos e mandados, porque forma abonada as despesas, sendo tudo necessário para o exame do Conselho e que para isso devia exigir da mesma, bem como a declaração do que se deve e quanto é a dívida. (APM, SP 38, Sessão 10/04/1828).

Um dos obstáculos para que o Conselho pudesse fazer um exame mais rigoroso nas contas dos municípios, era a falta de informações, mesmo que as contas demonstrassem sobra em relação as suas receitas e despesas, não indicavam quais eram

suas receitas e quais eram suas despesas. As dívidas, também não estavam na prestação de contas, o que permitia a dúvida por parte dos conselheiros naquelas informações que foram recolhidas.

Ademais a Câmara de Santa Maria de Baependi não permitia o exame do Conselho, pois também não especificavam os seus rendimentos anuais, o mesmo ocorreu com as contas de São Carlos de Jacuhi, Vila da Campanha da Princesa, Barbacena, São João Del Rey, Sabará e Vila Nova da Rainha de Caeté. Todos os documentos entregues por elas carecia de alguma informação. Diante desse cenário, O conselho resolveu que as Câmaras deveriam explicar melhor as suas contas e seus rendimentos, principalmente para as contas futuras, mandando os documentos originais e declaração de que bens ou direitos resultam do estado de suas dívidas ativas e passivas para conhecer como suas rendas eram administradas.<sup>14</sup>

O processo de análise das certidões com as receitas e despesas dos municípios por parte do Conselho, se mostrou longo e difícil. Isto porque os conselheiros enfrentaram alguns empecilhos como a demora na resposta por grande parte dos oficiais camarários, pela falta de informações na prestação de contas ou mesmo por tais oficiais não terem conhecimento para fazer a prestação. Contudo, são os primeiros movimentos para um maior controle nos gastos da administração local e para a busca de um padrão na forma de declarar as receitas e despesas.

### **Considerações Finais**

O conselho de Governo foi um órgão fundamental na construção do Império do Brasil, pois foi um espaço de atuação das elites regionais, para se comunicar com a Corte no Rio de Janeiro, mas também disciplinar as instituições locais. Neste caso, principalmente por determinação do decreto de 20 de outubro de 1823, que atribuía a administração provincial examinar as contas das Câmaras Municipais.

O que se verificou é que esse processo de consolidação de um órgão de poder provincial sobre as instâncias locais não foi simples. Isto porque essas instituições locais que ainda não haviam tido esse nível de interferência em suas práticas, a partir de então tinha um novo poder constituído, o Conselho de Governo que começou a ditar as regras

---

<sup>14</sup> APM. Seção provincial 38. Registro de atos do Conselho do Governo e instalação do Governo. Sessão 10/04/1828.

para os políticos locais. Entretanto, isso não ocorreu sem resistência por parte dos oficiais camarários, uma vez que, muitas Câmaras demoraram a responder as ordens do Conselho de Governo, ou mesmo, não prestaram as contas de maneira correta como se havia determinado.

Por outro lado, quando o Conselho se viu diante da questão relativa a propina, não havia nenhuma lei que pusesse orientar o voto dos conselheiros, o que levou há um deles ter que se basear em uma provisão real do período colonial. Sendo assim, não havia um guia a ser seguido para que se efetuasse um exame correto das rendas e dívidas das municipalidades e muitos quesitos ainda precisavam ser definidos e prejudicavam a ação dos conselheiros.

Em suma, essas foram as primeiras medidas do Conselho de Governo em busca de um maior controle das finanças municipais. Esse foi o início do cerceamento dos poderes locais, a instituição do Conselho Geral e a lei de 1 de outubro de 1828 iriam consolidar esse processo, mas coube ao Conselho de Governo começar a traçar esse caminho.

### **Fontes**

Arquivo Público Mineiro. Seção Provincial SP 38. Registro de atos dos Conselhos e Instalação do Governo. (1825-1828).

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil de 1824. COLEÇÃO de leis do Império do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio>.

BRASIL. Lei de 20 de Outubro de 1823. *Collecção das Leis do Império do Brazil de 1823: Atos do Poder Legislativo*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

Revista do Arquivo Público Mineiro - REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais. Volume 3. 1896.

### **Bibliografia**

CIRINO, Raissa Gabrielle Vieira. Pelo bem da “pátria” e pelo Imperador: O Conselho Presidencial do Maranhão na construção do Império (1825–1831). Diss. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2015.

DOLNIKHOFF, Miriam. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Globo, 2005.

FERNANDES, Renata Silva. *O governo das províncias do Império do Brasil: os conselhos de governo e os conselhos gerais da província nos debates parlamentares (1823 – 1834)*. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2014.

FIORAVANTE, Fernanda. Às expensas das câmaras: um estudo sobre as despesas municipais de Vila Rica e de São João del Rei na primeira metade do século XVIII. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS*, v. 28, n. 2, 2015. P. 336-346.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História dos Municípios e do poder local: dos finais da Idade Média à União Europeia*. 1ª ed. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1996.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. 2014. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RUSSELL–WOOD, A. R. J. A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime. VENÂNCIO, RP; GONÇALVES, AL; CHAVES, CMG *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos séculos XVIII e XIX*. Belos Horizonte: Fino Traço, 2012.

## A Câmara de Mariana e o processo de construção do Estado Imperial brasileiro (1828-1834)

Glauber Miranda Florindo<sup>1</sup>

### Resumo

O presente trabalho analisa as rupturas e as continuidades ocorridas no decorrer do processo de construção do Estado monárquico constitucional brasileiro, no que diz respeito às dimensões dos poderes locais entre 1828 e 1834. Tendo em vista a importância das câmaras municipais dentro do Império Colonial Português e seu protagonismo no Processo de Independência, analisamos as transformações que essas instituições – mais especificamente, a Câmara de Mariana –, sofreram a partir da promulgação da Lei de 1º de outubro de 1828.

**Palavras-chave:** Brasil Império; Consolidação do Estado; Câmaras Municipais; Antigo Regime; Monarquia Constitucional

### Abstract

This paper analyzes the ruptures and continuities that occurred in the course of the process of construction of the Brazilian constitutional monarchic state, with regard to the dimensions of local powers between 1828 and 1834. Considering the importance of the municipal councils within the Portuguese Colonial Empire and its protagonism in the Independence Process.

**Keywords:** Brazil Empire; Consolidation of the State; City Councils; Old Regime; Constitutional monarchy

O Historiador que se debruça sobre o processo de construção do Estado no Brasil Imperial enfrenta o desafio de equacionar sob sua perspectiva de análise um conjunto de interações quase sempre ambíguas e contraditórias: o Processo de Independência reúne velhos expedientes a novos desafios, corpos velhos, trajando vestes modernas. O monarca resignificado, se torna constitucional, mas precisa do beija-mão das câmaras municipais – um símbolo precioso do antigo Império Colonial Português – para se tornar Imperador.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense – gmfhis@gmail.com

No pós-independência, a Constituinte é fechada, o embate entre as frações de classes que alicerçaram o I Reinado, faz com que o Pedro I tome as rédeas da monarquia constitucional, mas com uma Constituição outorgada, ou melhor, jurada pelas câmaras municipais.

Defendemos, nesse sentido, a hipótese de que as câmaras municipais, como elemento tradicional, oriundo de um universo monárquico-dinástico – não-constitucional – tiveram uma sobrevida no decorrer do Primeiro Reinado, embora, tenham em diversas ocasiões, entrado em conflito com os conselhos gerais de províncias, disputando com essas instituições o status de representante local do poder do Estado e, no pós-Abdicação, com a promulgação do Ato Adicional, as câmaras tiveram suas forças políticas bastante diminuídas pela criação dos legislativos provinciais que cancelaram em definitivo, a esfera provincial como representante local do poder do Estado.<sup>2</sup>

Em 7 de dezembro de 1829, D. Pedro I capotou a carruagem, a qual dirigia rumo à Quinta da Boa Vista, na rua do Lavradio. No momento do acidente, o Imperador foi lançado da carruagem para o chão, caindo desacordado. Segundo os relatórios de seus médicos, publicados em boletins no periódico *Diário do Rio de Janeiro*, o monarca fraturou 2 costelas, o que o deixou debilitado por algum tempo.<sup>3</sup>

Dois meses e alguns dias depois, na sessão extraordinária de 9 de fevereiro de 1830, o então presidente da Câmara Municipal de Mariana, Fortunato Rafael Arcanjo da Fonseca, ponderou que lhe “parecia acertado felicitar Sua Majestade Imperial pelo restabelecimento de sua saúde, em razão da queda que sofrera”.<sup>4</sup> Ficou resolvido que enviariam um ofício ao “ex-juiz de fora” Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, para que ele, em nome da Câmara de Mariana e dos habitantes daquele Termo, então, felicitasse o Imperador por sua recuperação.<sup>5</sup>

Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva ocupou o cargo de Juiz de Fora na Câmara Municipal de Mariana, do ano de 1813 ao de 1815, tal cargo sai de cena, no que diz respeito a chefia das municipalidades, com a promulgação do regimento das câmaras municipais em 1828. Portanto, a felicitação enviada pela Câmara de Mariana ao

---

<sup>2</sup> O presente trabalho é derivado da tese de doutorado do autor, defendida em março de 2018 na Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/stricto/td/2049.pdf>

<sup>3</sup> *DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO*. 10 de dezembro de 1829. Número 08.

<sup>4</sup> APM. *Vereações da Câmara de Mariana*. Sessão de 9 de fevereiro de 1830. Códice CMM-45. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full\\_pdf=0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full_pdf=0). Acesso em 10 de janeiro de 2018. P. 64

<sup>5</sup> *Ibidem*. P. 64



Imperador foi transmitida por um antigo funcionário – o “ex-juiz de fora” –, da antiga estrutura de funcionamento daquela câmara, que como todas as outras do Brasil Imperial funcionariam de outra forma a partir de 1º de outubro de 1828. Mas não apenas isso.

A Câmara de Mariana, ao enviar sua mensagem ao Imperador, executou uma ação comum aos tempos do Império Colonial Português, se comunicar diretamente com o Monarca. Dito de outra forma: o antigo Juiz de Fora, da antiga Câmara de Mariana envia uma antiga forma de representação a um novo monarca, que ainda representava continuidades com os antigos modos de governar. Tal ação da Câmara Municipal de Mariana se transformou bastante a partir do segundo quartel do século XIX. A Câmara de Mariana passou a se comunicar com o governo da província, isto é, com o presidente da província e com o Conselho Geral de Província. Da mesma forma, o Governo Central – tanto a Assembleia Geral, como o Imperador – passou a utilizar o governo da província como intermediário entre ele e a Câmara de Mariana. As câmaras tiveram seu canal direto de comunicação com o centro de poder redimensionado e se submeteram às províncias para ouvi-las e para serem ouvidas (SCHIAVINATTO, 2006: 214). Não quer dizer que deixaram de se comunicar com o Governo Central, no entanto, esse já não significava apenas a figura do monarca, pois havia um novo poder instituído, o da Assembleia Geral.

A vereação de 1829-1832, da câmara municipal de Mariana, teve como um dos seus primeiros trabalhos, o cumprimento do artigo 39 do regimento das câmaras municipais, segundo o qual as câmaras deveriam examinar suas posturas e propor ao Conselho Geral de Província, que aprovaria ou não, o que melhor conviesse ao município.<sup>6</sup> Na sessão de 26 de março de 1829, o vereador Coelho Bernardino Reis foi quem chamou a atenção para a necessidade dessa tarefa. Foi resolvido “que o secretário [faria cópias] das Posturas que estão em vigor e as [daria] aos senhores vereadores para em vista desta e dos provimentos que se encontram, [pudessem] fazer a suas propostas”.

7

O exame dos 64 artigos do livro de posturas da Câmara de Mariana se encerrou na sessão de 2 de setembro de 1829. Após a aprovação dos artigos se resolveu que o

---

<sup>6</sup> BRASIL. Assembleia Legislativa. Lei, de 01 de outubro de 1828. *Dá nova forma às Câmaras Municipais, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Lei de 1º de outubro de 1828.* Rio de Janeiro, RJ, 20 out. 1828. Art. 39

<sup>7</sup> APM. *Vereações da Câmara de Mariana*. Sessão de 26 de março de 1829. Códice CMM-45. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full\\_pdf=0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full_pdf=0). Acesso em 19 de janeiro de 2018. P. 6-7

secretário deveria passar tudo a limpo e encadernar o livro, para que o presidente da Câmara o rubricasse e o restante da vereação o assinasse.<sup>8</sup> No entanto, só na sessão de 5 de dezembro de 1829, ficou resolvido que as posturas deveriam ser remetidas, seguindo a lei regulamentar das câmaras municipais, ao secretário do Conselho geral de Província.<sup>9</sup>

Entre as sessões de 5 de dezembro de 1829 e de 10 de abril de 1830, as posturas passaram pelo crivo do Conselho Geral de Província e retornaram à Câmara de Mariana, que mandou produzir cópias para todos os membros daquela casa. O presidente determinou que as cópias das posturas fossem distribuídas aos membros da Câmara, para que eles as examinassem. Em uma sessão posterior, o documento depois de lido, seria discutido, tendo em vista a sua execução.<sup>10</sup>

Dezessete dias depois, na sessão extraordinária de 27 de abril de 1830, as posturas foram postas em discussão para que a câmara fizesse apontamentos a respeito “do que nos editais [deveria] se acautelar e demarcar”.<sup>11</sup> A ata dessa sessão trouxe uma longa nota transcrita, seu autor foi José Justino Gomes Pereira, segundo o vereador, a Câmara de Mariana em cumprimento da Lei de 1º de outubro de 1828, fez suas posturas e julgou que nos seus 64 artigos havia dado cabo de todos os objetos necessários ao município.<sup>12</sup> Em cumprimento da mesma lei, a câmara enviou as posturas a fim de serem confirmadas pelo Conselho Geral da Província.<sup>13</sup>

José Justino Gomes Pereira chama a atenção, então, para a autoridade do Conselho Geral de Província para alterar ou revogar o que fosse encontrado nas posturas, que fossem de encontro as leis gerais existentes ou o que entrasse em conflito com os “princípios de justiça e da boa razão”.<sup>14</sup> No entanto, o Conselho Geral de Província, complementa o vereador: “enviou a esta câmara uma composição nova que compreende

<sup>8</sup> APM. *Vereações da Câmara de Mariana*. Sessão de 2 de setembro de 1829. Códice CMM-45. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full\\_pdf=0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full_pdf=0). Acesso em 19 de janeiro de 2018. P. 50

<sup>9</sup> APM. *Vereações da Câmara de Mariana*. Sessão de 5 de dezembro de 1829. Códice CMM-45. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full\\_pdf=0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full_pdf=0). Acesso em 19 de janeiro de 2018. P. 56

<sup>10</sup> APM. *Vereações da Câmara de Mariana*. Sessão de 10 de abril de 1830. Códice CMM-45. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full\\_pdf=0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full_pdf=0). Acesso em 19 de janeiro de 2018. P. 77

<sup>11</sup> APM. *Vereações da Câmara de Mariana*. Sessão de 27 de abril de 1830. Códice CMM-45. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full\\_pdf=0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full_pdf=0). Acesso em 19 de janeiro de 2018. P. 78

<sup>12</sup> *Ibidem*. P. 78

<sup>13</sup> *Ibidem*. P. 78

<sup>14</sup> *Ibidem*. P. 78

duzentos e trinta e um artigos de posturas, e nenhum só, dos sessenta e quatro, passou pela sua original redação e, portanto, o Excelentíssimo Conselho arrogou a si a atribuição de fazer posturas”.<sup>15</sup>

O vereador continua sua exposição afirmando que “revogar” e “alterar” seriam os únicos vocábulos que estariam no artigo da lei que autorizava o Conselho Geral de Província confirmar ou não as posturas. Tais vocábulos na sua verdadeira acepção, complementou Gomes Pereira, não daria ao Conselho, autoridade para fazer novas posturas. O vereador prosseguiu: “muito menos artigos de lei não cabem nas atribuições do Excelentíssimo Conselho, nem projetos, porque o poder de legislar é exclusivamente concedido à Assembleia com a sanção Imperial”.<sup>16</sup>

O primeiro elemento para o qual queremos chamar a atenção, diz respeito a forma como se dá a crítica de Justino José Gomes Pereira ao Conselho Geral de Província. O primeiro ponto evidenciado pelo vereador foi o das atribuições das unidades político-administrativas do arranjo de Estado brasileiro. O vereador defende que o poder de legislar é único e exclusivo da Assembleia Geral, assim, sem deixar de se pautar pela legislação de 1º de outubro de 1828, Gomes Pereira, questiona a autoridade do governo provincial ao mesmo tempo que chama a atenção para a autoridade do Governo Central.

Na continuidade do seu discurso, o vereador defendeu a autoridade administrativa da Câmara Municipal de Mariana:

Se é, pois, garantido o Direito de petição e se a Lei faculta no artigo setenta e três, a qualquer particular que se ache agravado nos acórdãos, e posturas da câmara, levar seus recursos, quanto maior liberdade não deve ter esta Câmara, agravada em seus direitos e ofendida, sendo privada de suas atribuições legais!!!

Esta câmara tem pela lei autoridade administrativa, tem liberdade de voto, de discussão e de resolução, sobre objetos de sua competência, sua subordinação é somente à primeira autoridade da província, como se há expressado no artigo setenta e oito da lei das câmaras, como, pois, há de ficar reduzida a um simples órgão de execução das determinações do Excelentíssimo Conselho?<sup>17</sup>

Aqui, mais uma vez o vereador, chama a atenção para a autoridade proveniente, mesmo que de forma indireta, do Governo Central. Dito de outra forma, José Justiniano

---

<sup>15</sup> *Ibidem*. P. 78

<sup>16</sup> *Ibidem*. P. 79

<sup>17</sup> *Ibidem*. P. 79

Gomes Pereira diz que a câmara seria subordinada apenas ao presidente de província, que seria nomeado pelo Imperador, de acordo com o artigo 165 da Constituição de 1824.<sup>18</sup> Ou seja, mais uma vez, em sua fala, o vereador chama a atenção para o Governo Central como protagonista, seja na esfera legiferante ou na esfera do executivo.

Em outro momento, no ano de 1831, o vereador volta a se pronunciar, quando a câmara era questionada por suas contas, pelo Conselho Geral de Província. Em sua fala, José Justino Gomes Pereira, defende a autonomia da Câmara de Mariana e questiona a autoridade do Conselho Geral de Província. Nas suas palavras:

A Câmara não deve obediência cega e absoluta ao Conselho, sua subordinação inteira é à primeira autoridade administrativa da província em Conselho ou fora dele, artigo 78 da Lei regulamentar das Câmaras, ao Conselho Geral, cujas atribuições são consultivas, deve sim subordinação, mas nos casos marcados na mencionada Lei, quais: alienação de bens imóveis; criação, revogação ou alteração de uma lei peculiar, aplicação extraordinária de rendas, participação de mau tratamento de escravos. Sobre os mais objetos de sua competência é independente do Conselho a Câmara pela sua lei que tão positivamente marcou suas atribuições dando-lhe voto de resolução e discussão nas matérias.<sup>19</sup>

Vale observarmos que o vereador tem sua fala sempre pautada pela lei, a sua crítica, portanto, não é contra a legislação de 1828, mas sobre a sua má interpretação pelo Conselho Geral de Província. O vereador prossegue, na sessão de 17 de abril de 1830, convocando os demais vereadores para pugnar com energia pelas atribuições da Câmara de Mariana, mas também pelas regalias, pelo decoro e pela dignidade daquela “corporação”.<sup>20</sup> José Justino Gomes Pereira chama a atenção, então, para a antiguidade da Câmara de Mariana, segundo ele, a primeira da província, e, que pela Carta Régia de 17 de julho de 1723, teria a preferência em qualquer ato público de concorrência com outras câmaras. Gomes Pereira também cita a Carta Régia de 21 de fevereiro de 1729, que confirmaria a anterior. E, portanto, indagou: “como, pois, confunde o Excelentíssimo Conselho os privilégios desta câmara com a sua generalidade de artigos?” E

<sup>18</sup> BRASIL. Constituição Política do Imperio do Brazil. Carta de Lei de 25 de março de 1824. *Coleção das Leis do Brazil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Art. 165

<sup>19</sup> AHCMM. *Livros de Atas da Câmara Municipal*. Sessão de 17 de dezembro de 1831. Cód-214. p. 23

<sup>20</sup> APM. *Vereações da Câmara de Mariana*. Sessão de 27 de abril de 1830. Códice CMM-45. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full\\_pdf=0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full_pdf=0). Acesso em 19 de janeiro de 2018. P. 79

complementa: “em tempos de ignorância e que se diziam despóticos sempre esta câmara fez suas posturas, e agora em tempo liberais, essa [?] das luzes é que fica privada das atribuições que expressamente lhe concede a lei”.<sup>21</sup> Para José Justino Gomes Pereira, a atitude do Conselho Geral de Província representava uma “degradação” para aquela Câmara, que deveria recorrer ao poder executivo e legislativo e formalizar a queixa, de que o Conselho Geral de Província estava usurpando as atribuições e direitos da Câmara de Mariana.<sup>22</sup>

O posicionamento de José Justino Gomes Pereira pode ser interpretado de diversas formas. O vereador poderia ser um defensor do antigo arranjo de Estado, se considerarmos parte de sua fala, na qual diz que nos tempos em que “se diziam despóticos” a Câmara de Mariana teria mais autoridade do que sob um arranjo dito liberal. No entanto, Gomes Pereira se mostra desde o início da vereação de 1829-1832, um ferrenho defensor da observância da Lei de 1º de outubro de 1828, é só não perdermos de vista a sua indicação, mencionada anteriormente nesse trabalho, para que os fiscais do termo observassem os artigos 85 e 86 da dita lei.

Também podemos, de forma inocente, acreditar nas fontes e alegar que a defesa feita pelo vereador estava correta, ao que parece a ação praticada pelo Conselho Geral de Província foi bastante exagerada. Ou, podemos desconfiar totalmente das fontes e inferir que a atitude de José Justino Gomes Pereira ocorreu no desenrolar de um processo de construção do Estado, em que o conflito entre os poderes das unidades político-administrativas do Império foi recorrente. As duas interpretações, em dimensões distintas podem ser plausíveis.

No entanto, para nós, a fala e o posicionamento de José Justino Gomes Pereira, ilustram um aspecto peculiar do Brasil da primeira metade do século XIX. Gomes Pereira, sem dúvida defende a observância da Lei de 1º de outubro de 1828, e, chama a atenção para a autoridade e para as atribuições que a Câmara de Mariana deveria ter, na conformidade da lei. Mas, ao fazer a defesa da lei regulamentar das câmaras municipais, o vereador reconhece a autoridade do Governo Central em detrimento do governo da província. É reconhecida a autoridade da Assembleia Geral e do poder executivo, que consequentemente é o poder do Imperador, o responsável pela nomeação do presidente da província, cargo esse, seria a única autoridade as quais deveriam se submeter às

---

<sup>21</sup> *Ibidem*. P. 80

<sup>22</sup> *Ibidem*. P. 80

câmaras, na visão de Gomes Pereira. Havia, portanto, um debate a respeito dos lugares das autoridades, dos poderes político-administrativos do arranjo de Estado constitucional brasileiro.

Não podemos deixar de perceber como na argumentação de José Justino Gomes Pereira, a forma como a tradição da Câmara de Mariana foi evocada. A legitimidade de um arranjo de Estado constitucional se dava através da tradição. A Lei de 1º de outubro deveria ser mais bem observada e a Câmara de Mariana deveria ter o seu direito e a sua autoridade para elaborar suas posturas e, além disso, tê-las confirmada da forma correta pelo Conselho de Província, porque a Câmara de Mariana foi a primeira da província de Minas Gerais. Era a herança, mais uma vez, emprestando a sua legitimidade à construção.

A discussão a respeito das posturas continuou na sessão de 10 de maio de 1830. José Justino Gomes Pereira manteve seu posicionamento,<sup>23</sup> Manoel Francisco Silva Costa também defendeu a não observância das posturas enviadas pelo Conselho Geral de Província, pois elas eram incompatíveis com o município de Mariana; o vereador propôs que se o “Excelentíssimo Conselho, porém, exorbitar da delegação de poder”, a Câmara de Mariana deveria recorrer a “suprema autoridade”,<sup>24</sup> ou seja, ao presidente de província, conforme sugeriu Bernardino dos Reis, que “indicou que se officie ao Excelentíssimo Presidente da Província” enviando novas posturas, uma vez que o Conselho Geral de Província não estava instalado naquela ocasião, apresentando a “justa razão” da Câmara de Mariana não cumprir a execução de posturas que “inteiramente foram feitas pelo Conselho Geral, privando aquela câmara de suas atribuições”.<sup>25</sup>

Segundo a ata daquela sessão, todos os vereadores concordaram com os vereadores que se posicionaram a respeito do objeto em questão, com exceção do presidente da câmara, Fortunato Rafael Arcanjo Fonseca. No entanto, Ignácio José Rodrigues Duarte sugeriu que a câmara cumprisse as posturas enviadas pelo Conselho Geral de Província “até a última deliberação do Excelentíssimo Presidente de Província”.<sup>26</sup> Ao presidente da câmara, então, observou que o posicionamento do vereador Rodrigues Duarte era em parte discordante do que se havia vencido e pôs a matérias mais

---

<sup>23</sup>AHCMM. *Livros de Atas da Câmara Municipal*. Sessão de 10 de maio de 1830. Códice CMM-206. P. 03

<sup>24</sup>*Ibidem*. P. 03

<sup>25</sup>*Ibidem*. P. 03

<sup>26</sup>*Ibidem*. P. 03

uma vez em votação. Dessa vez, a câmara decidiu pelo cumprimento das posturas, com exceção dos vereadores Gomes Pereira e Bernardino do Reis.<sup>27</sup>

A matéria voltou a ser discutida na sessão extraordinária de 18 de maio de 1830.<sup>28</sup> José Justino Gomes Pereira, questionou o fato da matéria ter sido votada duas vezes e defendeu, mais uma vez, o não cumprimento das posturas enviada pelo Conselho Geral de Província. O Vereador Coelho Bernardino Reis defendeu a necessidade de se cumprir as posturas, “com protestos de requerer em tempo competente e fazer ver o que é necessário para a sua mudança”.<sup>29</sup> Gomes Pereira não teve seus protestos ouvidos e a câmara manteve a decisão de cumprir as posturas enviadas pelo Conselho Geral de Província.<sup>30</sup>

Como podemos observar, a discussão também se deu em torno do questionamento a respeito de qual esfera do poder local poderia deliberar a respeito das localidades. Para José Justino Gomes Pereira os Conselhos Gerais de Província poderiam acatar as posturas, revoga-las ou modifica-las, mas não teria autoridade para fazê-las, essa autoridade seria exclusiva das câmaras municipais. Inclusive o vereador usa um argumento muito comum na Assembleia Geral nas discussões que envolviam autonomia fosse da província ou dos municípios. A ideia de que a população nos municípios não teria conhecimento bastante para entender muitos preceitos, portanto os 231 artigos enviados pelo Conselho Geral de Província não seriam bem aplicados, e, por isso, a Câmara de Mariana deveria ter autonomia suficiente para cuidar da administração local, pois ela conheceria melhor aquela municipalidade.<sup>31</sup>

A fala de José Justino Gomes Pereira foi mais radical, segundo ele, de forma alguma se deveria observar as posturas vindas do Conselho Geral de Província, pois esse órgão não teria a atribuição de fazer posturas para os municípios. Sua fala bem fundamentada, demonstrando conhecimento da legislação, recebeu apoio na câmara, no entanto, Ignácio José Rodrigues Duarte sugeriu um caminho mais moderado para a câmara, que, embora, questionasse a ação do Conselho Geral de Província, não o

---

<sup>27</sup> *Ibidem*. P. 03-04

<sup>28</sup> *Ibidem*. P. 05

<sup>29</sup> *Ibidem*. P. 05

<sup>30</sup> *Ibidem*. P. 05

<sup>31</sup> APM. *Vereações da Câmara de Mariana*. Sessão de 18 de maio de 1830. Códice CMM-45. Disponível em: [http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full\\_pdf=0](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/brtexport/index.php?cid=46&mid=25&full_pdf=0). Acesso em 19 de janeiro de 2018. P. 79

desobedeceria, o que foi acatado pelos vereadores e venceu a posição defendida por Gomes Pereira.

Pablo de Oliveira Andrade defende que os conflitos ocorridos entre a Câmara de Mariana e o Conselho Geral de Província, seria um demonstrativo de uma “disputa de poder inter-oligarquias”, em que o aparato liberal do Estado não era questionado, mas sim a distribuição de poder (ANDRADE, 2012: 179). Reconhecemos que existiam disputas de poder entre as frações da classe dominante, no entanto, pensamos que há mais por trás desses conflitos. Pois não podemos perder de vista que o governo das províncias foi algo, naquele momento, relativamente novo no arranjo de Estado brasileiro, foi uma nova esfera de poder que se colocou na localidade, entre as municipalidades e o Governo Central, e, portanto, passou a ser um caminho natural para aqueles indivíduos das localidades que tencionaram uma projeção política dentro do Estado brasileiro. Dito de outra forma, a província apareceu como um novo itinerário no “caminho do clube” (Cf. CARVALHO, 2008). É nesse sentido, também, que se deu as disputas entre os membros da Câmara Municipal de Mariana e os membros do Conselho Geral de Província. Órgãos político-administrativos eletivos, vale lembrar.

Fortunato Rafael Arcanjo Fonseca não votou a favor da proposta de José Justino Gomes Pereira em nenhuma das duas ocasiões, talvez pelo fato de que o vereador, naquela ocasião fosse suplente no Conselho Geral de Província (ANDRADE, 2012: 145). Vale lembrar que na vereação de 1829-1832, o vereador em questão foi o que teve mais projeção, para além da Municipalidade de Mariana, chegando a ser deputado provincial a partir de 1835. A sua postura, na ocasião, provavelmente, se explica em função de pretensões particulares, mas que por posicionamento político vinculado a algum grupo.

Por fim, em meio as discussões que ocorreram na Câmara da Leal Cidade de Mariana, um detalhe que não pode passar despercebido. Após a “nota” de José Justino Gomes Pereira, na sessão de 27 de abril de 1830, o presidente propôs o envio de uma felicitação ao “Excelentíssimo Presidente”, Marechal José Manoel de Almeida, por sua posse. Na ocasião, Gome Pereira apoiou a proposta e sugeriu o envio de dois membros daquela câmara. Na sessão de 18 de maio de 1830, quando se encerrou a discussão em torno da observância ou não das posturas do Conselho Geral de Província, o vereador Coelho Bernardino Reis propôs o envio de felicitações a Assembleia Legislativa por ter



iniciado os seus trabalhos, e assim foi decidido.<sup>32</sup> Não houve felicitações ao Conselho Geral de Província.

A Câmara Municipal de Mariana não questionou a Lei de 1º de outubro de 1828, pelo contrário, nas suas atas sempre se observa a constante menção à necessidade de se cumprir minuciosamente a Constituição e suas lei regulamentares. No entanto, alguns vereadores se indispueram com o governo da província, sobretudo, com o conselho geral de província e suas intervenções no cotidiano da vereação da cidade de Mariana. Poderíamos reduzir a interpretação desses conflitos, a uma disputa entre grupos municipais e provinciais.

No entanto, a nossa pesquisa, por analisar os processos legiferantes que redefiniram as dimensões das unidades administrativas na Assembleia Constituinte e, também, na Assembleia Legislativa, percebe de forma mais complexa a disputa que se instalou nas municipalidades, e em específico, na Câmara de Mariana, a partir de 1828. Não foi apenas uma disputa entre grupos situados na capital da província com grupos situados na Câmara de Mariana, mas entre os que defendiam um arranjo de Estado mais descentralizado com autonomia nas esferas provinciais e com o legislativo forte frente ao poder executivo na Corte e os que defendiam um Estado centralizado, mantendo a autonomia local na esfera municipal e o executivo forte, através da figura do Imperador na Corte.

Dito de outra forma, até a Abdicação, a autoridade concentrada na figura de D. Pedro I, perturbou o campo constitucional, ou se seja, a divisão dos poderes não se equilibrava, pois embora constitucionais, algumas frações das classes dominantes, acreditavam que o arranjo que garantiria a ordem, necessitava de um executivo mais forte que o legislativo, isso, desde pelo menos a Constituinte. A capitulação de D. Pedro I vai abrir caminho para as frações das classes dominantes que pensavam um arranjo de Estado equilibrado entre os poderes e com autonomia para as localidades (a partir das províncias). Enfim, as câmaras municipais, como elementos tradicionais e importantíssimos, oriundos de um universo monárquico-dinástico – não-constitucional – tiveram sua sobrevida no decorrer do Primeiro Reinado e se tornaram no contexto pós-Abdicação, um dos últimos suspiros da antiga ordem política.

---

<sup>32</sup>AHCMM. *Livros de Atas da Câmara Municipal*. Sessão de 10 de maio de 1830. Códice CMM-206. P. 5

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Pablo de Oliveira. *A "legítima Representante": câmaras municipais, oligarquias e a institucionalização do Império liberal brasileiro (Mariana, 1822-1836)*. 2012. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2012.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da Ordem. A elite política imperial / Teatro de Sombras. A política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c.1780-1830)”. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *A adesão das Câmaras e a figura do Imperador*. Rev. bras. Hist., São Paulo, v. 18, n. 36, p. 367-394, 1998.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo 1780 - 1831*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

## Fontes Consultadas

### Atas da Câmara Municipal de Mariana

#### Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana

AHCMM. Livros de Atas da Câmara Municipal. Sessões de 1829-1833. Códice CMM-206

AHCMM. Livros de Atas da Câmara Municipal. Sessões de 1829-1833. Códice CMM-214.

#### Arquivo Público Mineiro

APM. Acórdãos da Câmara. Sessões de 1819 a 1823. Códice CMM-39.

APM. Termos de Acórdãos do Senado da Câmara de Mariana. Sessões de 1824 a 1828. Códice CMM-42

APM. Vereações da Câmara de Mariana. Sessões de 1829-1830. Códice CMM-45.

Poder provincial e os conflitos e tensões da vida local  
(Minas Gerais, 1821-1834).

Eduardo da Silva Júnior<sup>1</sup>

**Resumo:**

Este artigo concentra sua atenção no processo de regionalização do poder, ocorrido no Brasil durante os anos 1821-1834, que culminou na criação dos governos provinciais. Analisando os muitos conflitos e tensões ocorridos nas localidades e foram absorvidos pelo poder provincial por meio das petições. Buscamos demonstrar, como antigas formas da percepção do poder revestiram a interação da população da província de Minas Gerais com o Governo.

**Palavras-Chaves:** Conflitos, Governo Provincial, Petições.

**Abstract:**

This paper concentrates its attention in the process of regionalization of power, occurred in Brazil during the years 1821-834, that culminated in the creation of the provincial governments. Analyzing the many conflicts and tensions that have occurred in the localities and was absorbed by the provincial power by means of petitions. We seek to demonstrate how ancient forms of perception of power coated the interaction of Minas Gerais province's population with the Government.

**Keywords:** Conflicts, Provincial Government, Petitions.

Segundo Nuno Monteiro, uma das principais características do Império Português era a escassa importância dos corpos políticos intermediários e de sua quase nula

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrando do programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [edu1993@bol.com.br](mailto:edu1993@bol.com.br).

expressão territorial. Constituindo-se assim, uma monarquia onde se privilegiará uma estrutura essencialmente local – marcada pelo protagonismo das Câmaras Municipais. Que se converteram em *locus* de poder e principais interlocutoras dos interesses das partes com o centro da monarquia portuguesa (MONTEIRO, 2007).

Todavia, em meio aos debates relativos à organização administrativa do Império – promovido no âmbito da Ilustração portuguesa –, paulatinamente ganhou folego no mundo luso o tema da valorização dos espaços situados ao nível regional. Representativo de tal quadro é a proposta de reforma administrativa feita por D. Rodrigo de Souza Coutinho, apresentada em finais XVIII ao Conselho de Estado.

Nessa proposta, Souza Coutinho argumentava sobre a necessidade de realização de reformas na estrutura administrativa do Império português para que este conservasse seus domínios ultramarinos, principalmente os da América portuguesa – que era essencial para a sobrevivência do Império luso (LYRA, 1992).

Desse modo, propôs que várias partes do império seriam convertidas em “províncias da monarquia condecoradas com as mesmas honras e privilégios [...] todas reunidas ao mesmo sistema administrativo, todas estabelecidas para contribuírem com a multa e recíproca defesa da monarquia, todas sujeitas aos mesmos usos e costumes”<sup>2</sup>.

Contudo, se a questão dos espaços provinciais já se fazia presente no mundo luso por meio dos debates desencadeados no âmbito da Ilustração portuguesa, em 1821 essa tomaria uma nova direção – norteadas pelas novas linguagens e conceitos que foram postos em cena com o processo revolucionário francês em 1789 e a experiência constitucional de Cádiz em 1812, ao se tratar dos domínios lusos, principalmente com a Revolução do Porto em 1820 (PEREIRA, 2012) – a construção dos espaços provinciais deveria estar articulada ao constitucionalismo e à nova forma de soberania.

Foi nesses termos que, no ano de 1820, executou-se a conversão das capitânias em províncias<sup>3</sup>. Convocando representantes das várias partes do Império português,

---

<sup>2</sup> BN. *Coleção Linhares*. Projeto de reformulação do Império colonial português. Apud LYRA, Maria de Lourdes Viana. Op. Cit. 1992. p. 131.

<sup>3</sup> Segundo Márcia Regina Berbel, com a publicação das instruções para eleição dos deputados para Cortes Gerais e extraordinárias da Nação portuguesa em 23 de novembro de 1820, dar-se-ia a efetiva transformação das capitânias em províncias, visto que estas visavam a escolha dos deputados provinciais a participar dos debates da Cortes. Quando tais critérios foram aplicados nos domínios ultramarinos, levaram a elevação das capitânias à condição de unidades provinciais. Ver: (BERBEL, 1999).

eleitos a nível regional<sup>4</sup> para tomarem assento nas Cortes Gerais Extraditárias da Nação Portuguesa. Elas foram incumbidas de refletir a respeito do pacto político sobre o qual se assentava o Império Português e tecer uma Constituição para todo o mundo luso que o afastasse do perigo da desintegração territorial e reafirmasse a unidade do Império (NEVES, 2003).

Quando iniciados os trabalhos das Cortes, a temática dos espaços regionais ganhou lastro em meio a tensas discussões protagonizadas pelos deputados presentes nestas. Como resposta a tal questão criou-se os governos das províncias. Que ganhou forma com a criação das Juntas Provisórias de Governo, estabelecidas nas várias províncias que compunham a América portuguesa, elas foram incumbidas de governar essas regiões e articulá-las ao processo de “regeneração” do Império posto em curso pelas Cortes Gerais.

Com a progressiva implantação das Juntas Governativas nas províncias, o cargo de governadores e capitães-generais foram extintos. Tais Juntas eram compostas por cinco ou sete membros, que detinham caráter eletivo. Ao se tratar dos poderes das Juntas, elas detinham competências sobre assuntos civis, econômicos, administrativos e policial.

Ao lançarem mão do estabelecimento das Juntas governativas, as Cortes colocavam em curso um processo de reestruturação do poder no interior do império. Visto que, como sabido, desde de o traslado da Coroa para o Brasil, em 1808, este vinha exercendo a função de centro da monarquia portuguesa. Dessa forma, a ênfase na criação de governos nas províncias que deviam submissão apenas ao poder situado em Lisboa, relacionava-se não só a tomada relevância do espaço provincial, mas também se punha em curso uma estratégia de alteração da geografia do poder no interior do império. Onde, o espaço provincial, encontravam-se intimamente ligados a Portugal, isolando o polo de poder situado no Rio de Janeiro. Nessas condições, Portugal reassumiria sua proeminência no interior do Império português, assumindo a forma de “centro último da Monarquia portuguesa” (ALEXANDRE, 1993).

Os debates desencadeados no âmbito das Cortes Gerais Extraditárias da Nação Portuguesa acabaram por escancarar uma disputa por hegemonia entre europeus e americanos (ambos se identificando portugueses), revelando as leituras conflitantes que

---

<sup>4</sup> Cabe destacar que regional e provincial são utilizados aqui como sinônimo. Dessa forma, no decorrer do texto, quando falamos em poder regional, equivale a poder provincial, e regionalização do poder equivale a construção do poder provincial.

os dois grupos faziam do projeto que manteria a integridade do Império português (NEVES, 2003). Essa situação intensificou-se até que aos habitantes da porção do império, genericamente chamada de Brasil, se tornou possível enunciar o separatismo como uma opção (SILVA, 2012).

Após a separação do Brasil do restante do Império português, o espaço provincial foi dotado novamente de proeminência face ao tensionado cenário político. Desse modo, não por acaso, foi-se de consenso que seriam os deputados eleitos a nível provincial que tomariam assento nas cadeiras da Assembleia Legislativa e Constituinte de 1823. Distinto da última convocação dos representantes das províncias que compunham a América portuguesa, agora o que estava em jogo era o destino de um Brasil como país independente de Portugal.

Constituída de partes dispersas que possuíam pouca ou nenhuma conexão entre si, as possessões portuguesas na América compunham um “mosaico” (JANCSÓ; PIMENTA, 2000) à qual os legisladores presentes na Constituinte de 1823 foram incumbidos de produzir nexos e coesão, fazendo emergir da unidade dessas um Estado e uma Nação. Caso, assim como nas Cortes Gerais, os esforços de união fracassassem, o Brasil ver-se-ia fragmentar em várias partes independentes.

Tendo em vista a ampla autonomia que foi concedida às Juntas e seu passado de vinculação com o poder situado em Portugal, os legisladores optaram por sua extinção, que foi marcada na lei de 20 de outubro de 1823. Contudo, isso não implicou em um descrédito do espaço provincial – pelo contrário, este continuou tendo seus traços esculpidos, visto que a mesma lei deu nova forma ao governo das províncias.

A fórmula escolhida para governar as províncias foi a criação de um presidente de província, cuja escolha era do imperador, juntamente a um Conselho, de caráter eletivo. A ação conjunta destes detinha capacidade de influir no destino de todos nas localidades, dispondo de amplas atribuições referentes à administração e à fiscalização das coisas no interior da província.

Diante do quadro exposto, fica perceptível que a construção de um espaço e poder provincial se confunde com o percurso que levou à separação do Brasil de Portugal e à construção do Império do Brasil.

Os esforços para construção de um edifício Constitucional, postos em cursos em 1821 pelas Cortes Gerais portuguesas e, posteriormente, em 1823, pela Assembleia

Constituinte, inserem-se em um movimento mais amplo lançado pelas revoluções liberais que puseram em cena novas formas de se pensar a sociedade e o poder (LYRA, 1994). Essas solicitaram que a relações sociais deixassem de ser reguladas por elementos orgânicos e naturais (como a ordem natural das coisas, ordem divina e tradição), para serem submetidas à abstrações artificiais – ou seja, leis e códigos – aonde estariam contidos todas as liberdades, limites e direitos (HESPANHA, 1993).

Dessa forma, o poder regional – aqui também tratado como poder provincial – nascia articulado as novas formas de pensar a sociedade e o poder – postas em concurso com as revoluções liberais.

Dentre as diversas mudanças advindas na esteira destes movimentos, na presente reflexão, nos interessa mais imediatamente, aquele referente à alteração na concepção de governo – ou seja, a desestruturação da antiga associação de governo a justiça –, o que possibilitava a esse arbitrar os mais diversos conflitos.

Analisando a interação da província e o poder provincial – mediante a observação de duas petições<sup>5</sup> enviadas a esse por populares – buscaremos apontar tensões e descompassos que perpassaram a implantação desse novo imaginário político. Em outras palavras, buscar compreender como homens e mulheres que antes encontravam-se imersos em uma sociedade cuja “dinâmica relacional”, com os poderes e autoridades existentes, era norteadas por concepções “corporativas e jurisdicionais” (GOUVÊA, 2010), responderiam a essa virada na concepções de poder e governo que marcam a criação dos governos provinciais.

\*\*\*

Como sustenta Marília Nogueira dos Santos, “as distâncias entre o reino e sua conquista ultramarinas eram enormes, porém seus efeitos podiam ser minimizados através das correspondências”.

---

<sup>5</sup> Consideramos aqui como petições um conjunto documental constituído de: queixas, requerimentos e representações. Feito por homens e mulheres que habitavam as localidades de Minas Gerais, e direcionado ao governo da província. Dessa forma, “petição” trata-se de uma categoria mais genérica, capaz de englobar diversos escritos cuja natureza era fazer alguma solicitação, demanda ou queixa a uma autoridade.

Dessa forma, os diversos escritos direcionados ao rei ou as instituições que lhe davam corpo contendo: queixas, solicitações de mercê ou suplicas pela piedade de Vossa Majestade (ALMEIDA, 2001), deitam raízes na cultura luso-brasileira.

Com isso, nem mesmo, o rearranjo ocorrido no mundo luso partir de 1821, implicou no crepúsculo da prática de peticionar. Pelo contrário, como sustenta Renta Silva Fernandes, ela se configurou como um dos principais mecanismos de expressão dos “cidadãos” na vida pública (FERNANDES, 2018).

Diante desse quadro, que ganha sentido a queixa direcionada a Junta Provisória de Minas Gerais por Antônia Maria da Conceição, moradora da vila de Queluz, datada de 13 de janeiro de 1823. Nessa ela informava ao governo da província que:

[...] vivendo, honesta, e honradamente, tendo em sua companhia três filhas donzelas, dentre as quais uma de nome Joana Maria de idade de 17 para 18 anos, sucede, que no dia 28 de dezembro do ano próximo passado de 1822 das 9 para as 10 horas da noite do dito dia, José Ignácio Gomes Barbosa Capitão do 2º Regimento de Cavalaria de Milícias desta Comarca, sujeito já conhecido pelo seus autos feitos por toda e qualquer parte desta província, igualmente acompanhado pelo sócio de seus crimes Fortunato José [?] armados de pistola passaram a casa da suplicante e violentamente o dito Capitão conduziu raptada a filha da mesma [...] <sup>6</sup>

Segundo a suplicante, ninguém da localidade ousou retirar sua filha das garras do dito capitão Gomes Barbosa. Deste então, Joana Maria vivia com ele, que “publicamente” e “escandalosamente” andava com essa pelas ruas.

Antônia Maria da Conceição, finaliza sua petição solicitando ao governo por justiça e que o dito Gomes Barbosa fosse castigado.

Longe de petições como essa constituírem uma singularidade, pelo contrário, são recorrentes os recursos ao governo provincial quando os habitantes das localidades viam seus interesses mais imediatos ameaçados.

Como podemos observar na queixa do liberto Luiz Cabra datada de 1831. Direcionada ao poder provincial, momento em que esse era encarnado pelo presidente da província juntamente com o Conselho de Governo.

---

<sup>6</sup> APM. *Junta Provisória de Governo*. JGP- 1/7, Correspondências recebidas – Requerimentos. Cx. 5, Doc. 2.



Segundo Luiz Cabra, sendo ele homem livre por ter comprado seu título de liberdade, vinha sendo perseguido pelo Alferes José Coelho Duarte, que dizia deter sua posse por compra<sup>7</sup>.

Vendo-se assombrado pela possibilidade de perder o status de liberto. Luiz Cabra direcionou-se ao governo provincial, suplicando que este reconhecesse sua liberdade e cessasse as perseguições que vinha sofrendo. Ou seja, depositava no governo provincial sua esperança de permanecer como homem livre em uma sociedade escravocrata.

Para além de colocar em cena atores históricos que por muito tempo foram silenciados pela historiografia. As duas situações apontam para como os conflitos e tensões desencadeados no cotidiano da localidade saltavam para dentro do poder provincial. Obrigando-o a lidar com demandas que norteavam suas concepções de governo muito mais em um sentido antigo do que moderno.

Dessa forma, torna-se perceptível que em ambos os casos aqui tratados, o governo das províncias, ou melhor, o poder provincial, por vezes, se materializou na vida de homens e mulheres como um espaço de arbitrar conflito.

### **Considerações Finais**

Desse modo, com estes breves apontamentos pretendemos compreender o exercício governo na transição de um império a outro. Atentando-nos para fato de que ainda que o final do século XVIII tenha trazido mudanças no imaginário político, no que diz respeito a concepções de sociedade e poder (SILVA, 2012), isso não implicou na completa erosão e descarte do solo secular sobre o qual aqueles atores históricos estavam acostumados a caminhar; ou seja, muitos dos “lugares comuns” (HANSEN, 2012) que tornavam o mundo inteligível e palpável se mantiveram de pé, mesmo diante da construção de um Império afinado com os moldes liberais. Contribuindo para constituir sentido a Constituição e o novo quadro político-institucional que ela inaugurava.

Buscamos, com isso, apontar como antigas lógicas de percepção do poder podem ter sido constitucionalizadas<sup>8</sup> e, por vezes, nortearam a forma como a população da

---

<sup>7</sup> APM. *Sessão Provincial*. Registro de pareceres e indicações do Conselho do Governo. Sp-76, p. 215-217.

<sup>8</sup> Carlo Garriga e Marta Lorente classificam esse processo como constitucionalização de antigos elementos presentes na sociedade corporativa. Tal termo refere-se ao processo de mutação pelo qual passou a série de

província de Minas Gerais deu sentido à ação governativa e interagiu com o poder provincial.

## Bibliografia

Fonte: APM. *Junta Provisória de Governo*. JGP- 1/7, Correspondências recebidas – Requerimentos. Cx. 5, Doc. 2.

Fonte: APM. *Sessão Provincial*. Registro de pareceres e indicações do Conselho do Governo. Sp-76, p. 215-217.

ALEXANDRE, Valentim. *Os sentidos do Império: Questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os Índios Aldeados: histórias e identidades em construção. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: vol. 6, nº12. p. 51-7, 2001.

BERBEL, Márcia Regina. *A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes portuguesas 1821-1822*. São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Renata Silva. “Confiados na justiça da sua causa, sabedoria, e incansável zelo a prol da Província”: o Conselho Geral de Minas Gerais como espaço de participação dos cidadãos (1828-1834). *Revista Almanack*. Guarulhos: n.18, abr., p.289-329, 2018.

GARRIGA, CALOS; LORENTE; Marta. *La Constitución jurisdiccional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidade régias no mundo português, 1680-1730. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: Política e negócio no Império português, século XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.155-202.

HANSEN, João Adolfo. Lugar-comum. In: MUHANA, Adma; LAUDANNA, Myra; BAGOLIN, Luiz Armando (Orgs). *Retórica*. São Paulo: Annablume, 2012.

HESPANHA, Antônio Manuel. Lei e Justiça: história e prospectiva de um paradigma. In: HESPANHA, Antônio Manuel. *Justiça e litigiosidade: história e prospectiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p.7-58.

JANCSÓ, István. & PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira 1500-2000*. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175.

---

elementos-chave da cultura do Antigo Regime colocados a serviço da nova compreensão da política advinda da implantação do Constitucionalismos moderno. Ver: (GARRIGA; LORENTE, 2007).

LYRA, Maria de Lourdes Viana. A unidade Brasileira: Uma questão preliminar no processo de Independência. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: n.34, dez., p. 121-138, 1992.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do poderoso império*. Portugal e Brasil: Bastidores da política 1789-1822. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1994.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas. *Elites e Poder: Entre o antigo regime e o liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira da Neves. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

PEREIRA, Miriam Halpern. Coroa, Império e Nação (1807-1834). In: PEREIRA, Miriam Halpern. *Do Estado Liberal ao Estado-providência: um século em Portugal*. São Paulo: EDUSC, 2012.

SILVA, Ana Rosa Cloquet da. Apropriação do Constitucionalismo nas Minas Gerais (1820-1822). In: BERBEL, Márcia; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Orgs.). *A experiência constitucional de Cádiz: Espanha, Portugal e Brasil*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 137-166.

INTERAÇÃO DE MULHERES POBRES COM OS VALORES  
“DOMINANTES”: O CASO DE ANGÉLICA MARIA DO ESPÍRITO  
SANTO. BAEPENDI (MG), 1862

Elimar C. E. Santo<sup>1</sup>

**Resumo**

O presente trabalho dedicou-se a realizar uma breve análise do cotidiano social de mulheres pobres e a interação destas com alguns dos valores e estruturas dominantes, sendo aqui enfocados respectivamente as relações destas pessoas com os valores e estereótipos atribuídos ao gênero feminino e o aparato de justiça como órgão de resolução de conflitos. Tudo isso tendo em mente o contexto brasileiro de transformações, assim como a importância em estabelecer laços sociais que permitissem inserção socioeconômica, aquisição de prestígio e, para muitos, sobrevivência. Foi feito um estudo de caso de um processo criminal de 1862 movido por Angélica Maria do Espírito Santo contra Manoel Domingues Diogo Chaves, ocorrido na Freguesia de São Thomé das Letras, então pertencente à Cidade e Comarca de Baependi, sul de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** mulher, discurso, processo criminal.

INTERACTION OF POOR WOMEN WITH “DOMINATING” VALUES:  
THE CASE OF ANGÉLICA MARIA DO ESPÍRITO SANTO.  
BAEPENDI (MG), 1862

**Abstract**

The present paper is dedicated to a brief analysis of poor women’s daily social life and their interaction with predominant values and structures, respectively approaching their relations to stereotypes attributed to female gender roles and the law apparatus as a conflict solving agent. All within the transformations within the Brazilian context, such as the importance of establishing social bounds that allowed for socioeconomic insertion, prestige acquisition and, for many, survival. A case study of a criminal prosecution was done, a case moved in 1862 by Angélica Maria do Espírito Santo against Manoel Domingues Diogo Chaves, that occurred in the Freguesia de São Thomé das Letras, as of then owned by the City and the Comarca de Baependi, in the South of Minas Gerais.

**Keywords:** woman, speech, criminal procedure.

---

<sup>1</sup> Graduando em História (bacharelado) pela Universidade Federal de São João del-Rei. Contato: elimar.csanto@gmail.com

## Introdução

O século XIX sediou intensas mudanças do Brasil, que passou, por exemplo, de Colônia a sede do Reino Lusitano e, em seguida, um Império independente, cuja construção do Estado foi igualmente intensa e tumultuada<sup>2</sup>. Para a constituição do poder estatal era importantíssimo, como afirma Ivan Vellasco, construir também um sistema judiciário. O autor enfatiza a importância das negociações, para além do monopólio de violência, com os grupos regionais de elite e mesmo com os excluídos sociais, a fim de garantir legitimidade. Além do mais, conforme explica o autor, após a Independência, as elites, em nome da construção de um novo Estado e da “civilização”, fez diversos ataques às estruturas de administração e justiça coloniais, realçando a lentidão e os abusos de poder das mesmas. Com o surgimento de novas expectativas à justiça por parte do grupo citado e também das massas, houve necessidade de discutir as melhores formas de atender as demandas (VELLASCO, 2004: 17-22, 99). Em relação às políticas relacionadas à administração e justiça, Marcello Basile salienta a forte centralização do poder obra da Constituição de 1824 na figura do Imperador, no Primeiro Reinado (BASILE, 1990: 211). Vellasco, por sua vez, fazendo importante análise da estruturação judiciária imperial, traz um balanço das experiências liberal e conservadora. O autor afirma que, com as reformas liberais implementadas no final do Primeiro Reinado e início da Regência, fez-se mudanças profundas ao descentralizar a máquina jurídica. Como parte das medidas foram criados o juizado de paz (1827), Código Criminal (1830), e o Código do Processo Criminal (1832). Entretanto, após críticas sobre inconsistências e abusos, houve logo no início propostas de modificações na estrutura construída. Uma nova centralização jurídica ocorrera com o “Regresso conservador”, por meio principalmente da promulgação da Lei Interpretativa do Ato Adicional (1840) e do Código do Processo em 1841 (VELLASCO, 2004: 106-148). Seguido ao “golpe da maioria” em 1840, antecipando-se a maioria do futuro Imperador, deu-se início ao Segundo Reinado. Segundo Basile, findada a Revolta Praieira (1848), iniciou-se época de estabilidade sociopolítica e prosperidade econômica (BASILE, 1990: 244).<sup>3</sup>

Este breve resumo permite-nos fazer uma contextualização básica do objeto, o qual guarda relações diretas com o tumultuado contexto brasileiro, destacando-se a

---

<sup>2</sup> Sobre o assunto ver os trabalhos de BASILE (1990) e MATTOS (1987).

<sup>3</sup> Ilmar Rohloff de Mattos tem trabalho basilar sobre o “Tempo Saquarema”, que dá o título de seu livro (MATTOS, 1987).

estruturação judicial e as respostas e expectativas das populações a isso. Assim, nosso objeto perpassa uma análise da relação entre pessoas pobres, no caso mulheres, com valores e estruturas dominantes, a partir do já citado contexto de mudanças e também a conjuntura espacial de interior do país. Esmiuçando a questão, em relação a “valores” levou-se em conta aqueles concernentes ao gênero feminino; “estruturas”, por sua vez, refere-se ao aparato de justiça, pelo fato de a fonte selecionada ser um processo criminal. É importante seguir o alerta de Maria Odila Dias, sobre não apenas focar a “condição feminina” elaborada por eruditos, mas sim de inserir as mulheres estudadas em contextos históricos específicos, como atores sociais autônomos capazes de integrarem redes de ajuda mútua, de improvisarem papéis informais que fossem contra os modelos dominantes de feminilidade. Mais que isso, deve-se tratar as evidências encontradas não como atípicas ou patológicas, o que significaria acreditar ingenuamente no discurso de dominação. Por tudo isso, a autora ressalta o dever de desvelar aspectos omitidos pelos documentos oficiais e os preconceitos neles contidos (DIAS, 1995: 36, 49-51). Nossos objetivos, então, envolvem não apenas a análise das relações destas mulheres com os aspectos mencionados, mas também perceber quais elementos do discurso de mulher “ideal” daquele local eram vistos como necessários de mobilizar para a construção da acusação e defesa do processo, assim como possíveis ressignificações, improvisos e “desvios” aos modelos dominantes. Serão de grande valia o amparo teórico das noções de *gênero e usos/estratégias/táticas*, que serão apresentadas no decorrer do trabalho, as quais nos permitirão perceber parte dos papéis e improvisos sociais das personagens. Será feito um estudo de caso, cujos procedimentos serão melhor explicitados na terceira seção, dos elementos constitutivos de um processo criminal movido em 1862 por Angélica Maria do Espírito Santo contra Manoel Domingues Diogo Chaves. O referido caso ocorreu na Freguesia de São Thomé das Letras, então subordinada à cidade e Comarca de Baependi, localizadas no Sul de Minas Gerais<sup>4</sup>. Inicialmente será feita uma apresentação detalhada do caso, para, em seguida, traçar algumas problematizações e apontamentos que considerarmos pertinentes.

## **1. O caso de Angélica Maria do Espírito Santo (1862)**

### **1.1. Apresentação**

---

<sup>4</sup> O historiador Marcos Andrade faz, em sua obra, caracterização da região conhecida como “Sul de Minas”, analisando importantes aspectos socioeconômicos da mesma. (ANDRADE, 2008) Ver também o trabalho de Carla Alfonsina D’Auria sobre São Thomé das Letras. (D’AURIA, 2000).

A fonte que serve de base para a consecução de nossos objetivos é um processo criminal correspondente a um fato ocorrido na Freguesia de São Thomé das Letras, pertencente ao Termo e Comarca da Cidade de Baependi (Sul de Minas Gerais). Trata-se de um sumário de culpa iniciado em 8 de novembro de 1862 na subdelegacia de São Thomé, após queixa dada no dia 5 do mesmo mês por Angélica Maria do Espírito Santo<sup>5</sup> diretamente ao Juiz de Direito da Comarca. Na petição de denúncia o Juiz informou que a ofendida procurou-o para dar queixa contra Manoel Domingues Diogo Chaves<sup>6</sup>, o qual tentara comprar a honra de sua filha e, ao ter o pedido negado pela denunciante, ameaçara e injuriara a ela e à filha. Angélica declarou-se miserável e incapaz de “perseguir seu ofensor”<sup>7</sup>, o que, com base no art. 73 do Código do Processo Criminal, fez o processo seguir *ex-officio*.

Em auto de perguntas feito na subdelegacia de São Thomé, Angélica narrou o seguinte: que o acusado foi em sua casa e, chamando-a em conversa particular, ofereceu uma “casa de telha [...] bem arranjada” e também tratar dela e da filha, com a condição de “dar a sua filha para ele desonrar”<sup>8</sup>. A ofendida disse ter confrontado Manoel, questionando se ela, mesmo sendo uma mulher pobre, entregaria mesmo a filha. O réu teria argumentado que a menina não se casaria por causa da condição de pobreza e que, se fosse para “cair com alguma pessoa pobre, fosse com ele que tinha dinheiro e podia fazer-lhe alguma felicidade”<sup>9</sup>. Em seguida o mesmo teria pedido para entrar e conversar com a filha de Angélica, ao passo que esta repreendeu-lhe e, diante de insistência em entrar, “ela o ameaçara com justiça”<sup>10</sup>. Diante do aborrecimento e negativa da ofendida, o réu teria dito que, por ela dever-lhe dez mil réis, que “não botasse o crédito dele na rua”, que “estava pago”<sup>11</sup>. A denunciante teria pegado o dinheiro, ido à casa do réu e pagado o que devia. Após isso ele dissera para ela nunca mais voltar, com ou sem dinheiro, ao que

---

<sup>5</sup> 40 anos, natural da Freguesia, vivia de costurar e fiar, não sabia ler e escrever. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

<sup>6</sup> 37 anos, viúvo, negociante, brasileiro, natural da Vila de Araxá e sabia ler e escrever. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

<sup>7</sup> Petição de denúncia. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

<sup>8</sup> Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

<sup>9</sup> Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

<sup>10</sup> Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

<sup>11</sup> Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

ela respondeu “que ele não pensasse que ela ficava sentida, mas em obrigação”<sup>12</sup>. Posteriormente, Angélica teria comprado objetos de outra pessoa e, quando um cobrador foi procurar a dita mulher, ela entregou parte do dinheiro e ficou de dar o resto depois. O cobrador teria repassado a conta ao réu, que fora até a casa da ofendida para cobrar o resto, mas disse que também havia a dívida de antes, dos dez mil réis. Em nítida contradição, visto que Angélica disse pouco antes que quitara o que devia ao réu, a queixosa relatou ter argumentado que Manoel tinha dito que perdoava a dívida caso ela guardasse segredo. O réu teria ameaçado a levá-la ao tribunal e dito também que teria feito a promessa em troca de segredo na época em que tinha mulher. O acusado teria dito não esperar mais o dinheiro, porque a filha da ofendida teria mandado-o enfiar o dinheiro no c\*\*, tendo a menina, segundo o depoimento da mãe, gritado que dissera isso mesmo, dizendo mais que não precisava do dinheiro dele. Após isso, o réu injuriara a menina, chamando-a de “resto de negro”, e também a ofendida, que defendera a filha e sofrera ameaça de agressão. Montado a cavalo, Manoel teria avançado na casa de Angélica, estragado objetos e quase matado uma criança. No final do depoimento, a vítima relata que o réu, de saída, gritara de longe “adeus, mulata bonita”<sup>13</sup> referindo-se à filha da mesma.

## 1.2. Breves apontamentos

Após criteriosa explanação do caso, até aqui usando principalmente a fala da ofendida, convém fazer alguns apontamentos. Trata-se de um documento curto (pouco mais de 40 páginas), mas bastante rico em informações, as quais, por meio de uma leitura global das falas e versões do fato, permitem realçar alguns aspectos interessantes. Antes de mais nada, é necessário esclarecer rapidamente o procedimento metodológico que seguimos para o tratamento dos processos criminais como fonte. Estes documentos, segundo Celeste Zenha, compreendem uma batalha empreendida entre acusação e defesa para consecução de uma versão “verdadeira” do fato originário (ZENHA, 1984: 222). Keila Grinberg pontua que “são aqueles relativos a atos criminosos considerados como tais pelo Estado, cujas definições variaram ao longo do tempo” (GRINBERG, 2012: 123). Indo além, a autora afirma que um auto criminal refere-se a “um evento específico: o

---

<sup>12</sup> Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

<sup>13</sup> Depoimento de Angélica Maria do Espírito Santo. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.



crime e seu percurso nas instituições policiais e judiciárias” (GRINBERG, 2012: 126). No que se refere ao trabalho historiográfico com os processos criminais, é vital encará-los, como adverte Boris Fausto, como algo que diz respeito a um acontecimento que infringiu leis e também como a materialização da busca pela reconstituição de uma “verdade” que produza culpados ou inocentes. Ou seja, o autor alerta que não se pode analisar um documento desta natureza com o objetivo de descobrir “verdades”, uma vez que a relação entre o fato-base e o que vai para o júri não é linear (FAUSTO, 1984: 21). Em trabalho paradigmático, Sidney Chalhoub afirma que a análise de um processo criminal não deve focar em descobrir a “verdade”, o que não é possível, mas sim a produção das versões e seus significados, perpassando o dissecar das contradições, mentiras e repetições presentes nas versões, as quais permitem penetrar no contexto e nas contradições de uma época (CHALHOUB, 1986: 21-23). No que se refere às “mentiras” ditas, Sueann Caulfield é enfática em afirmar que as mesmas devem ser consideradas na análise pelo fato de dizerem muito do ambiente moral de um local, até porque uma mentira era dita com o mínimo de convicção pelo emissor, que certamente sabia que o que dizia era minimamente plausível para seu contexto social (CAULFIELD, 2005: 39). Além do mais, Keila Grinberg ressalta que os processos devem ser encarados como parte integrante dos esforços estatais de dominação, havendo, por isso, presença clara das intencionalidades tanto da justiça, incluindo dos escrivães que transcreveram as falas, quanto dos atores processuais (acusação, defesa, funcionários da justiça e testemunhas). Por isso, a autora sublinha a necessidade de entender as definições de crime para cada sociedade (GRINBERG, 2012: 122, 126). Feita esta contextualização historiográfica sobre a fonte, pode-se afirmar que a análise a ser empreendida encaixa-se no esforço de extrair indícios de um cotidiano social, apesar de haver críticas a esta possibilidade<sup>14</sup>, do recorte selecionado, assim como dos usos e visões sobre discursos e estruturas presentes no mesmo. Para tanto, enfoca-se as frestas e contradições das falas, assim como os elementos que informam a construção daquelas versões e que demonstram indícios da moral comum ao local.

A apresentação do caso feita em tópico anterior centrou-se principalmente no auto de perguntas feito à ofendida, não por ser considerada correta a versão da mesma, mas sim porque esta parte do documento é a mais rica em detalhes. Por isso, para além do

---

<sup>14</sup> Ver as obras de CORRÊA (1983) e RIBEIRO (1995).

objetivo primeiro de apresentar a “trama” analisada, procurou-se introduzir os principais elementos do caso a serem analisados, fornecidos quase exclusivamente pela parte referida. Dissecando o auto de perguntas, percebe-se um aspecto norteador de praticamente toda a trama processual: a referência aos valores e estereótipos atribuídos ao gênero<sup>15</sup> feminino. O mote da denúncia é a suposta tentativa de Manoel Chaves em “comprar” a honra da filha da ofendida, estando secundariamente relacionado a isso a ameaça de agressão e as injúrias que o mesmo também teria feito. A queixosa fez um contraponto contundente entre sua condição de pobreza e a manutenção da honra da filha a todo custo. Primeiramente, é necessário frisar novamente que o documento em questão se trata de uma luta entre duas partes, a acusadora e a defensora. Em vista disso, uma primeira questão a comentar são os claros indícios e fragmentos de uma moral comum ao local, no que se refere à conduta feminina. Aliás, a própria menção feita pela ofendida à palavra “desonrar” já diz muito do assunto, permitindo-se perceber que para aquela situação certamente a mulher deveria manter-se “honrada”, ou seja, pura e casta, tanto que para isso foi necessária uma ação judicial<sup>16</sup>. Outro elemento que corrobora esta ideia está presente na apelação que o réu fez após ser condenado pelo subdelegado. Além das alegações de irregularidades formais do processo, a fim de desmontar a argumentação da acusação alega-se que a ofendida não podia gabar-se da honestidade da filha, já que a mesma vivia “emancipada na vida mundana [...] há mais de três anos”<sup>17</sup>, sendo inclusive mãe.

Sobre a conduta “ideal” feminina, um primeiro trabalho a mencionar é o do historiador Ronaldo Vainfas. O autor, discorrendo sobre o patriarcalismo e a misoginia na Europa e no Brasil colonial, em época do Concílio de Trento e da Contrarreforma, pontua que os católicos e protestantes defendiam, desde o século XVI, um modelo familiar “monárquico” de concessão divina, no qual o pai era o “monarca” e “sacerdote” do lar. Tal família era, segundo Jean-Louis François Flandrin, existente desde o início do

---

<sup>15</sup> Segundo Joan Scott, o termo *gênero* serve para designar as relações sociais entre os sexos e enfatizar que, longe de serem biológicos, os papéis atribuídos aos sexos são construções e imposições socioculturais. Como diz o título de seu artigo, o gênero é uma *categoria útil para a análise histórica*, ou seja, extremamente importante para entender as características ditas femininas como imposições da época e local estudados e não como algo natural (como muitas vezes tentava-se apresentar). (SCOTT, 1995: 75).

<sup>16</sup> Celeste Zenha explica que muitas vezes *honra* referia-se à virgindade e *desonra* a desvirginar. Além disso, em um caso analisado pela autora demonstra-se que a honra poderia ser um bem valioso a pessoas despossuídas. (ZENHA, 1984: 182)

<sup>17</sup> Recurso do réu. AFB/IPHAN/SJDR/ETII. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

cristianismo, vinda do direito romano e da família judaico-cristã. A partir do século XVI os moralistas católicos esforçaram-se em incentivar o casamento, a autoridade patriarcal e a submissão da esposa, tida a última como de natureza “diabólica” e propensa a prejudicar o marido, seja por adultério ou má gestão da casa e dos bens do casal. Além do mais, na visão de manuais domésticos, as mulheres eram inferiores intelectualmente, tanto que o marido tinha de ser paciente, cuidadoso e racional no “governo” da mesma. Por outro lado, Vainfas frisa que esta misoginia era ação dos letrados e religiosos, tendo também impregnado o cotidiano popular. Seguindo a moral escolástica, os defensores do casamento recomendavam o cerceamento dos sentimentos e erotismos, sendo o sexo apenas para procriação, podendo a mulher apenas insinuar seus desejos, a serem decifrados ou não pelo marido segundo a vontade do mesmo, o qual manifestar-se-ia de modo aberto. Vainfas enfatiza que, no Brasil, apesar da forte vigilância e controle da mulher, muitas vezes estas reagiam livrando-se de maus casamentos e tomando liberdades amorosas e sexuais; apesar de acabarem interiorizando muitos dos discursos misóginos (VAINFAS, 1997: 119-127, 135, 139, 144).

Para o século XIX brasileiro em específico Silvia Brügger tem trabalho importante, debruçando-se sobre as transformações da moral conjugal no Bispado do Rio de Janeiro entre 1750 e 1888, e os ecos disso nas práticas conjugais das camadas sociais. A obra da autora, analisando o alcance como discurso ou prática dos discursos tridentino, romântico (que triunfa no Brasil de segunda metade do século XIX) e médico, permite a percepção de que da mulher basicamente esperava-se submissão, assim como o matrimônio, ser mãe e casta. É claro, porém, como abordado de modo bastante claro, que houve diferenças, confluências e rearranjos quanto a estes discursos e conforme a realidade brasileira (BRÜGGER, 1995). No caso analisado é difícil saber se estas mulheres, pobres, praticavam estes papéis em seu cotidiano. Todavia, pode-se perceber sem sombra de dúvida que elas sabiam da existência destes valores os quais deveriam ser ao menos aparentados em uma arena oficial como a justiça, para legitimação frente ao oponente.<sup>18</sup> Angélica, então, poderia estar tentando aparentar valores, o que o documento não permite “desvendar”, mas o que já é indício de uma relação dos valores “dominantes” com os populares. Aliás, é interessante a constatação de Sidney Chalhoub de que os

---

<sup>18</sup> Segundo Ivan Vellasco, o recurso à justiça, além de servir para resolução de conflitos, servia para obter legitimação social de um indivíduo sobre seu oponente, assim como exaltar à sociedade a posse de bens e outras formas de distinção frente aos demais. (VELLASCO, 2004: 173, 174, 181)

processos revelam a tentativa policial e política de, por meio de um esquadramento minucioso do cotidiano dos envolvidos, impor-lhes “padrões e regras preestabelecidas a todas as esferas da vida” (CHALHOUB, 1986: 32, 33). Para concluir a ideia é necessário ressaltar que estes valores eram exaltados como prática tanto pela acusação quanto pela defesa, justamente por seu papel direto na consecução de uma “verdade” final do caso.

É importante problematizar algumas nuances da estratégia de defesa do réu. Em recurso apresentado após condenação, percebe-se que o ponto central é afirmar que tudo não passava de uma história inventada pelas ofendidas para não pagar uma conta a Manoel. Dívida também mencionada de modo enfático pelo relato da ofendida. Um fato a destacar é que, para além da hipótese de que aquelas mulheres poderiam mesmo acreditar e praticar o que diziam (para o que o caso não oferece elementos suficientes), mesmo que fosse uma tática de Angélica para fugir da referida dívida, outra forma de resolução poderia ter sido escolhida, como fuga ou violência.<sup>19</sup> Além disso, um dado importante é que fora a ofendida quem dera a queixa, ou seja, não foi um caso iniciado por iniciativa exclusiva de algum agente da justiça. Pode-se acrescentar que este ponto se coaduna com o que vem sendo afirmado, sobre a ofendida ter priorizado outra forma de atuação que não a justiça. Por tudo isso, pode-se perceber um indício claro de visão popular face a justiça como forma de resolução de pendências. Ivan Vellasco, estudando a construção do aparelho judicial brasileiro no pós-Independência, esclarece nuances importantes. O autor pontua que a construção do Estado brasileiro não podia ser feita apenas com imposição e violência, mas também por negociações diretas com as massas, a fim de estabelecer reciprocidades e legitimidade. Para tanto, uma forma de atrair legitimidade para o Estado nascente era oferecer a ativação de cidadania e direitos por meio da justiça, fato que “seduzia”, como mesmo diz o título do livro, pessoas a participarem da ordem, principalmente aquelas sem posses (VELLASCO, 2004: 21, 179, 223-226).

É necessário considerar a acusação feita pela defesa de que Angélica tinha relação ilícita com um oficial de justiça, que depõe no processo, o qual teria levado a ofendida até o juiz para fazer a queixa. Em primeiro lugar, o dito oficial de justiça, no final de seu testemunho, ao ser perguntado pelo réu sobre as relações com a ofendida, confirmou ter

---

<sup>19</sup> Sobre o assunto ver os trabalhos de VELLASCO (2004) e FRANCO (1997).

amizade ilícita com ela. Um detalhe realmente importante, e relacionado à nossa linha de argumentação, é a hipótese de que este agente da justiça poderia ter passado informações à ofendida de como agir e o que falar diante da justiça. Entretanto, ainda sim a hipótese da visão popular sobre a justiça se confirma, haja vista que, como foi dito, outras formas de ação poderiam ser escolhidas pelas ofendidas seja para “resolver” a questão da honra ameaçada ou mesmo que fosse para traçar formas de fugir ao pagamento da dívida. Além do mais, por si só já é sugestivo o caso de uma possível orientação de um funcionário da justiça a uma pessoa mais pobre, o que demonstra haver relações entre os âmbitos oficial e popular que ultrapassam (e complexificam) as dicotomias entre dominantes e dominados. Enriquecendo um pouco mais a análise, pode-se considerar, por outro lado, no caso da alegada invenção, a existência de apropriações dessas estruturas e estratégias de dominação, então convertidas em táticas para a luta cotidiana por sobrevivência.

Tanto para a questões de a ofendida ter usado a justiça para fazer prevalecer uma história inventada a fim de obter ganhos contra um inimigo, ou também para o caso de, junto com a filha, ter sido mesmo ofendida e, por isso, recorrido a um processo judicial para se defender, percebe-se com clareza indícios de visão e relação popular com o aparelho jurídico. Afirma-se isso com base na ideia de que, seja em um caso ou em outro, Angélica apoderou-se de uma estrutura e de valores relacionados a si e seu gênero para se defender ou impor uma ação social. Michel De Certeau fornece um aporte teórico importante quando postula sobre os *usos*, *estratégias* e *táticas*. Sobre o uso ou consumo, o autor pontua que refere-se à forma silenciosa e astuciosa que não produz, mas que incorpora e ressignifica aquilo que lhe é imposto. Mesmo sem abandonar a imposição, os indivíduos, de dentro dela, manipulam suas regras para fins novos e estranhos aos pensados pelo impositor (CERTEAU, 1998: 94-95). Relacionado a isso Certeau afirma que as estratégias visam “produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar” (CERTEAU, 1998: 92). Esmiuçando melhor a questão, Certeau pontua que, partindo de regras impostas, pode-se chegar em novas situações e resultados estranhos aos pensados por quem as impôs, por meio de criatividade e improviso (CERTEAU, 1998: 92-95). As táticas, então, “segundo critérios próprios, selecionam fragmentos tomados nos vastos conjuntos da produção para a partir deles compor histórias originais” (CERTEAU, 1998: 98). Além do mais, elas, bem como sua dinâmica própria, não são captadas pelas estatísticas, ficando, por isso, invisíveis, sendo

perceptíveis apenas porque estes veículos que captam apenas os materiais usados, ou seja, o que foi consumido e não a forma como o foi, os quais são impostos a todos. Enquanto as estratégias partem de um “próprio”, e resulta em uma autonomia capaz de reunir vantagens e planejar o futuro, assim como de garantia contra as adversidades, as táticas vêm da ausência do “próprio”, ou seja, da autonomia e da capacidade de se manter e prever as circunstâncias futuras. Logo, sendo nesse caso necessário jogar com as imposições a elas feitas (CERTEAU, 1998: 98-100). Sobre o campo dos improvisos dos mais pobres, Maria Odila Dias empreendeu análise importante do “cotidiano e poder” das mulheres pobres na São Paulo do século XIX, destacando as formas como estas mulheres em seu cotidiano forjavam sua sobrevivência a partir de improvisos e formas de burlarem as leis (DIAS, 1995). Segundo a autora, as mesmas sobreviviam graças a redes de improviso, de parentesco, amizade, vizinhança, concubinato, favores, proteção, enfim, das quais tinham conhecimento e sabiam acionar com o fim de neutralizarem as autoridades (DIAS, 1995: 20). Rachel Sohiet, tratando dos crimes entre homens e mulheres na virada do século XIX para o XX, afirma que por vezes as mulheres pobres apropriavam-se dos instrumentos simbólicos de dominação masculina sobre o gênero feminino, usando-os a seu favor por exemplo nos casos em que viam a si ou a sua honra prejudicadas (SOHIET, 1997: 398, 399). Vale destacar que, segundo Ivan Vellasco, os pobres, escravos e forros da época imperial não só sabiam os benefícios oferecidos pela participação na ordem, como fizeram uso disso mesmo enfrentando obstáculos, assim como interpretaram a seu modo o papel da justiça e de seus agentes (VELLASCO, 2004: 163, 164).

No depoimento da ofendida também chama atenção a suposta tentativa do réu de justificar a proposta de “compra” da honra como a única alternativa existente para a filha de Angélica, haja vista ser uma moça pobre e, por isso, em impossibilidade de se casar. Outro ponto é que Manoel teria dito, segundo o relato da queixosa, que só pedira segredo porque tinha mulher na época do ocorrido. Entre as constatações possíveis, pode-se enumerar três: 1) a menção a um discurso claro que ainda associa o matrimônio a um contrato econômico firmado entre pessoas de posses. Conforme aponta Silvia Brügger, analisando a moral conjugal tridentina, entre ao menos o correr do século XVIII e início do XIX as estratégias matrimoniais eram tomadas pela família e aceitas/seguidas pelos filhos. O que importava para a jurisdição eclesiástica tridentina era o mútuo

consentimento do casal e não o desejo dos pais. Mas isso não significa exatamente que a Igreja se opusesse aos casamentos por aliança, visto que, apesar de reforçar o consentimento mútuo, submetia-os ao controle das famílias. Para a Igreja o que importava não era a felicidade individual, mas a procriação. A partir da segunda metade do século XIX, porém, com o predomínio do discurso romântico, apesar de os casamentos ainda serem principalmente por interesses familiares, os mesmos eram dissimulados sob o discurso agora dominante, do amor como ponto primaz da união de um casal (BRÜGGER, 1995: 14, 35, 76). O que se percebe neste caso é que, tanto no caso de uma invenção da queixosa ou de algo que de fato ocorreu, não houve preocupação de dissimular o caráter econômico do casamento. 2) a associação de pessoas pobres a relacionamentos ilegítimos. Reforçando o caráter contratualista e econômico do casamento, expõe-se como única alternativa à uma mulher pobre o estabelecimento de união ilegítima. Segundo Brügger, apesar de a união matrimonial ser bastante valorizada no século XIX brasileiro, não era acessível a todos, os quais muitos alegavam pobreza. Não seria, porém, falta de meios para arcar com os custos do casamento, uma vez que podia-se obter dispensa apresentando atestado de pobreza obtido do pároco, mas sim para sustento e estabilidade dos casados (BRÜGGER, 1995: 119). 3) A importância social atribuída ao matrimônio, apresentado como símbolo de estabilidade e mesmo de inserção social, podendo-se aqui ressaltar as palavras de Hebe Castro, apesar de a autora trabalhar com o âmbito rural (CASTRO, 1998: 58, 62). Por isso, convém insistir mais uma vez na afirmação de que, mesmo que fosse apenas um argumento mobilizado com fins de vencer o oponente, esta ideia demonstra que o matrimônio era um valor ainda presente ali naquele contexto. De fato não há como afirmar se era um valor ainda forte para o contexto local da época, uma vez que seu uso poderia referir-se a algo ultrapassado, apesar de que, no caso de ter sido orientada por um funcionário de justiça, há certas chances de ainda ser algo de expressão.

Mesmo que Angélica tenha sido orientada em como proceder e o que dizer, de seu longo depoimento sobressaem contradições instigantes. Uma delas é o palavreado chulo e explícito usado durante o relato, conforme foi demonstrado na descrição do caso. O que mais interessa neste ponto é que o mesmo permite descortinar indícios claros de hábitos cotidianos, que acabaram passando para o conjunto do documento. Tudo isso apesar das manipulações dos agentes da justiça e também de, por ali ser um veículo oficial e

“civilizado”, diante do qual, mesmo que não se praticasse certos atos ou falasse certas expressões, dever-se aparentar valores e costumes. Sempre lembrando estar em jogo para muitos grupos a consecução de projetos sociais e econômicos ou até de sobrevivência. Conforme afirma Ivan Vellasco, em um processo criminal, mais que ver o oponente punido, desejava-se tornar pública a querela e legitimar-se frente o adversário. O autor segue comentando que, mesmo que o réu fosse absolvido ou fugisse, saia perdendo pelo fato de que ser citado em um processo implicava em custos sociais e econômicos (VELLASCO, 2004: 180, 181). Retornando ao caso, é primordial frisar que a problematização neste ponto desenvolvida não busca dizer que pessoas mais ricas não falassem palavrões e que estes eram típicos dos pobres, o que seria comprar o discurso da fonte e reproduzir a ideologia de dominação. Na verdade, objetiva-se trabalhar com a ideia de que pessoas de diversas procedências sociais sentiam-se impelidas em falar de certas ações e hábitos, tentando disfarçar pontos e aparentarem pertencimento aos ideais civilizatórios. Um exemplo disso, também usando como exemplo um processo da cidade de Formiga, é um caso de 1864 em que o ofendido, após mencionar algumas das palavras injuriosas de que sua esposa foi vítima, evita mencionar as demais porque “a modéstia pede aqui o suplicante deles não fazer menção”<sup>20</sup>. Logo, o que se percebe é uma fímbria por onde acabou passando fragmentos cotidianos e que também acabaram transcritos pelo escrivão. Em relação a estes indícios, pode-se propor a ideia já bastante desenvolvida na historiografia sobre os hábitos populares mais “livres”. Trabalhando com a virada do século XIX para o XX, tendo processos criminais envolvendo mulheres como fonte, Martha Abreu sublinha que as mulheres pobres do Rio de Janeiro sabiam de muitos dos ideais dominantes e por vezes tentavam aparentá-los na arena judicial para terem chances de vitória. Todavia, para a autora formou-se uma “cultura popular” autônoma a partir das condições de vida dessas pessoas, na qual havia hábitos culturais próprios sobre assuntos como corpo, virgindade e honestidade (ESTEVES, 1989). Sidney Chalhoub e Rachel Sohiet, trabalhando com recortes semelhantes, Maria Odila Dias (para o século XIX e parte do XVIII), as duas últimas em trabalhos já citados, também são excelentes exemplos disso (CHALHOUB, 1986; DIAS, 1995; SOHIET, 1997).

Uma questão importantíssima, porém delicada, é a breve (e não segura) menção à cor. Apenas os depoimentos da ofendida e da terceira testemunha (o oficial de justiça

---

<sup>20</sup> AFF/LABDOC/UFSJ. Processo criminal 08, Cx. 25, 1864.



acusado de ter relações com a queixosa) dizem que o réu chamou a filha de Angélica de “mulata bonita” ao se despedir. Este aspecto da cor é algo impossível de ignorar para a análise, contudo uma dificuldade é o fato de ser mencionado de forma insegura e pontual. Uma variável a se considerar para a não-menção da cor pelas autoridades é o que a historiadora Hebe Castro chama de “silenciamento da cor”. Segundo a autora, na segunda metade do Oitocentos havia um contexto de aumento de negros e mestiços livres por causa, principalmente, do aumento da compra de alforrias; além disso, após a abolição do tráfico atlântico houve não só encarecimento do preço dos escravos, mas também concentração social da posse em poucas pessoas e intensificação do tráfico interno. Esta concentração gerou um cenário de deslegitimação do cativo, quando foi quebrada a solidariedade branca no que se refere a identificar o branco livre como potencial dono de escravos. Com isso, a cor deixou de ser diferenciação social e de situação de escravo ou livre, sendo mencionada em caso de cativos ou como depreciação (CASTRO, 1998: 94-99).

Por outro lado, há a hipótese de que, naquele contexto, e tendo em mente a condição de mulher pobre, provavelmente seria mais “lucrativo” à ofendida não mencionar a cor. Logo, se o fez, acreditamos que de fato era um dado existente, o que diz muito sobre o caso, visto se tratar de personagens que, além de mulheres pobres, guardam claras heranças com a escravidão. Questões seguras, porém, são o gênero feminino e a condição de pobreza. No último ponto, pode-se argumentar que, caso fosse pessoa de posses, certamente exaltaria as mesmas, assim como sua influência social e prestígio, o que contribuiria diretamente em uma maior legitimação face ao réu e, assim, daria mais chances de vitória. Um exemplo disso, guardando as necessárias diferenças quanto ao recorte espacial, ocorrera em Formiga, centro-oeste de Minas. Em 1865 José Manoel Soares deu queixa do Tenente Coronel José Ferreira Pires, acusando-o de ter tentado seduzir sua esposa, D. Maria Tomásia Soares. O que se vê entre os elementos mobilizados pela acusação e defesa é principalmente a exaltação de posses, prestígio e relações sociais de destaque como forma de legitimar a versão fornecida, assim como os possíveis prejuízos do caso para ambas as partes no que se refere aos negócios, por exemplo.<sup>21</sup>

## Conclusão

---

<sup>21</sup> AFF/LABDOC/UFSJ. Processo criminal 22, Cx. 25, 1865.

O que se percebe a partir do breve estudo de um fragmento social como este é que para aquela sociedade e época existia casos, sendo necessário testar uma possível regularidade a partir de mais fontes, em que mulheres pobres enxergavam a justiça como uma forma de defesa de suas posições ou consecução de seus interesses e táticas de sobrevivência. Este ponto, aliás, denuncia indícios da visão popular de que o papel do aparelho judicial, já em fase avançada de consolidação do Estado brasileiro, poderia ser uma alternativa à violência na resolução das pendências. Um dos objetivos de nossa análise foi testar o alcance dos processos criminais como fonte para pesquisa historiográfica do cotidiano popular, conforme vem sendo debatido ao menos desde a década de 1980. Inserido nisso, foi nossa preocupação tentar perceber até onde um processo em específico permitia-nos ir, sempre tendo em mente as limitações da fonte, incluindo o caráter de construção processual com fins de acusação e defesa, o que distorce muita coisa, mas não impede que dados cotidianos “escapem” das manipulações. Entre os detalhes que “escaparam” um exemplo é o palavreado chulo usado pela ofendida. Para além de entrar no equívoco de dizer que pessoas de elite não faziam o mesmo, isso sugere como, mesmo que orientada em como agir diante da justiça, Angélica não o foi (ou mesmo esqueceu) quanto a disfarçar seu linguajar, o que talvez possa comprovar a existência de hábitos populares mais “livres”. Por outro lado, as estratégias da acusação e da defesa permitem perceber, ao menos como discurso, a exaltação a estereótipos femininos como a honra e a defesa da mesma, assim como a visão do casamento como algo honrado, de prestígio e também de consecução de alianças socioeconômicas. Logo, por um lado percebeu-se a validade ao menos oficial de discursos sobre a mulher que vinham de séculos, claro que ressignificados conforme a conjuntura. Por outro, também é visível a validade, ou ao menos o que a ofendida achava que era válido, das ideias de casamento por aliança socioeconômica já em contexto de “triunfo” do discurso romântico conforme nos diz Silvia Brügger (1995), tendo em mente, é claro, que a autora trata de um grande centro urbano, enquanto tratamos de uma vila do interior.

## **Bibliografia**

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Elites Regionais e a Formação do Estado Imperial Brasileiro* – Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799 – 1850). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

BASILE, Marcello. O Império brasileiro: panorama político. IN: LINHARES, Maria Yedda Leite (Org.). *História geral do Brasil*. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BRÜGGER, S. M. J. *Valores e Vivências Matrimoniais: o triunfo do Discurso Amoroso*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998.

CAULFIELD, Sueann. *Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Trad. Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2005.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. 3. ed. Trad: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores do Rio de Janeiro na Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CORRÊA, Mariza. *Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

D'AURIA, Carla Alfonsina. *São Thomé das Letras na encruzilhada das fontes, dos tempos e dos saberes: um estudo sobre etnografia e historicidade com registros audiovisuais*. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Artes. Campinas, SP: [s.n.], 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2.ed. rev. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano. A criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciários. IN: DE LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 1987.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. *Cor e criminalidade – estudo e análise da justiça no Rio de Janeiro (1900-1930)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

SCOTT, Joan Wallach. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. IN: PRIORI, Mary Del(org.). *História das Mulheres no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VELLASCO, Ivan de A. *As seduções da Ordem – Violência, criminalidade de administração da justiça*. Minas Gerais, século 19. São Paulo: Anpocs/Edusc, 2004.

ZENHA, Celeste. *As Práticas da Justiça no Cotidiano da Pobreza: um estudo sobre o amor, o trabalho e a riqueza*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 1984.

### **Fontes primárias**

AFB/IPHAN/SJDR/ETII – Acervo do cartório do município de Baependi/MG. Sob guarda do Arquivo Histórico de São João del-Rei, localizado no Arquivo Histórico de São João del-Rei, pertencente ao Escritório Técnico II do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), São João del-Rei/MG. Processo criminal 14, Cx. 18, 1862.

AFF/LABDOC/UFSJ – Acervo do Fórum do município de Formiga/MG. Em processo de identificação pelo Projeto Fórum Documenta feito no Laboratório de Conservação e Pesquisa Documental (LABDOC)/Universidade Federal de João del-Rei (UFSJ), Campus Dom Bosco. Processo criminal 22, Cx. 25, 1865; e processo criminal 08, Cx. 25, 1864.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 15

### Teoria Queer, interseccionalidade e escrita da história

#### **Coordenadores:**

Cássio Bruno de Araujo Rocha - Doutorando em História- PPGH/ UFMG/CAPES

Natanael de Freitas Silva - Doutorando em História - PPHR/UFRRJ/CAPES

#### **Ementa:**

Passados quase três décadas desde a formação do campo de estudos e pesquisas, radicalmente trans-disciplinar (como resistência à disciplinarização do saber), que tem sido a Teoria Queer nos Estados Unidos (e ainda menos tempo desde sua difusão no Brasil e em outras regiões do Sul global, o que podemos datar a partir dos primeiros anos do século XXI), os diálogos com a história seguem sendo pouco expressivos. No entanto, a Teoria Queer apresenta um aparato teórico-conceitual que é capaz de dar lugar a questionamentos cruciais para a historiografia. Como já mostrara David Halperin, ou, em um anacronismo queer, Foucault, uma mirada queer sobre a história permite questionar certezas consagradas, revisitar periodizações clássicas, propor novos problemas, construir novos fatos, conceitos, descolonizar corpos, gêneros, afetos e potencializar a voz de personagens marginalizados (VERGUEIRO, 2015), pondo em xeque a heterossexualidade compulsória que, implicitamente, tem governado a escrita da história.

Assim, o presente Simpósio objetiva reunir diversos estudos que a partir das provocações da Teoria Queer (BUTLER, 2013; MISKOLCI, 2009 e 2012; SALIH, 2012), sobretudo com a denúncia e crítica da heterossexualização da ciência, dos corpos, das subjetividades e da linguagem (FOUCAULT, 1996; HARAWAY, 1995; DASTON, 2017), e da intersecção entre as posições de raça, gênero, classe e sexualidade (AZERÊDO, 1994; BRAH, 2006; ANZALDÚA, 2005; HIRATA, 2014) mobilizem as seguintes discussões: 1) Hierarquias sociais nos processos de produção dos corpos sexuais, suas dissidências, abjeções e contracondutas (FOUCAULT, 2008; CANDIOTTO, 2010; GRABOIS, 2011); 2) (homo)sexualidades, masculinidades e feminilidades disparatadas (MISKOLCI e SIMÕES, 2007; VERAS e ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2016) e 3) Relações de poder

e desigualdades de gênero/raça/etnia na (re)escrita da história e a sexualização do discurso historiográfico (RAGO, 2001; WELZER-LANG, 2004; JENKINS, 2014).

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 16

### Tantas falas para pouca escuta: Narrativas contemporâneas e perspectivas de (in)visibilidade e resistência em identidades subalternas

#### **Coordenadores:**

Giovana de Carvalho Castro - Doutoranda em História – UFJF

Lucas Esperança da Costa - Doutorando em Estudos Literários – UFJF

Cristiane Veloso de Araújo - Doutoranda em Estudos Literários – UFJF

#### **Ementa:**

Este Seminário Temático objetiva encampar trabalhos que tenham como foco analisar, através da perspectiva das interseccionalidades com foco em gênero, raça e classe como se constroem, em distintas temporalidades a partir do século XX, estratégias de resistência ao racismo e ao sexismo. Concomitantemente busca aprofundar quais as implicações das articulações de marcadores sociais como gênero, sexualidade, classe, raça e geração na produção de sujeitos, corpos e identidades coletivas e na construção de tais narrativas nos discursos socioculturais atuais. Para tanto elencamos como eixos balizadores do debate:

- 1) Direitos humanos, políticas públicas e cidadania;
- 2) Corporalidades, identidades e protagonismos negros;
- 3) Produção midiática e construção de narrativas acerca de identidades negras;
- 4) Resistência cultural e identitária em discursos subalternos;
- 5) Masculinidades e feminilidades negras;
- 6) A produção literária de resistência e de desconstrução dos estereótipos negros;

Analisar a construção de identidades e narrativas a partir de suas intersecções com a elaboração de discursos e as temporalidades tem se constituído enquanto categoria recente nas pesquisas historiográficas. Essa nova perspectiva trouxe consigo novas possibilidades analíticas, principalmente pós Annales, que oportunizaram lançar luz sobre novos sujeitos na História, novas metodologias para compreender tais sujeitos e novas fontes que permitissem dar voz a atores até então invisibilizados e silenciados pela historiografia. Gradativamente e em oposição a uma historiografia oficial

perenemente focada na escrita de uma história pautada pela negação e pelo silenciamento da diversidade dos protagonistas vários que a articularam assistimos, nos últimos anos, à uma intensa ampliação nas pesquisas sobre a construção da história a partir de sujeitos subalternos, aqui amplamente definidos como indivíduos alijados das instâncias de poder.

Essa ampliação tem sido marcada por clivagens interdisciplinares dialogando com metodologias, recortes e temáticas numa dança que articula saberes que envolvem diversos campos da produção cultural tais como cinema, as artes plásticas e a literatura. A produção de obras literárias tem se mostrado como campo privilegiado no que se refere à discutir representações sobre o negro numa busca de dar visibilidade ao seu protagonismo, bem como de produzir mecanismos para a desconstrução dos estereótipos históricos que os engessam no lugar da sub-alteridade ou mesmo da invisibilidade social.

Importante salientar que os discursos sobre corpos negros no Brasil pautaram-se, pela perspectiva “freiryana”, numa defesa da harmonia racial e da inexistência de conflitos e violações silenciando sobre as permanentes estratégias de resistência à dominação e às violências. Na longa duração essas construções desconsideraram, como apontado por Aimé Césaire, as permanentes estratégias de degradação física e simbólica sobre essas populações, que culminaram em diferentes elaborações identitárias sobre e por esses sujeitos, distintos entre si por sua não homogeneidade, elaborações essas que sintetizam a coluna dorsal desse simpósio.

Sendo assim, no desejo de contribuir para um debate híbrido e interdisciplinar focado na abertura para a discussão e a revisão de aspectos histórico-culturais silenciados, invisibilizados e distorcidos acerca da construção de lugares de subalternidade e suas perspectivas interseccionais com marcadores de gênero e raça bem como das resistências construídas pelos corpos alvejados, buscaremos compreendê-los como vetores sociais de diferença que atuam, de modo articulado, na produção das desigualdades, afirmando-se enquanto irredutíveis na singularidade mas sim, interligados entre e por um tecido que entrelaça convenções, normas e práticas sociais, numa concretude que insere tais corpos em espaços distintos e desiguais da narrativa historiográfica e cultural.

É inegável que as pesquisas e produções historiográficas com foco na produção interseccional vêm se consolidando ao longo das últimas décadas permitindo análises



mais complexas acerca dos fenômenos sociais, culturais e políticos relativos ao protagonismo negro, mas, de forma paradoxal contribuindo para sua essencialização e homogeneização. Faz-se necessário assim aprofundar essa discussão na busca de contribuir para escritas históricas que articulem a compreensão das práticas de subjetivação aos processos da memória (o lembrar, o relembrar, o esquecer) interligadas às relações de poder disseminadas nas sociedades e às identidades raciais e de gênero, com vistas a oportunizar a emergência de novos protagonismos

Assim, almejamos debater análises teóricas e/ou empíricas que contribuam para a crítica e contestações de naturalizações observadas nas diversas experiências sociais assumindo a interseccionalidades de gênero, raça, sexualidade, corporalidade, como construções discursivas, históricas e performativas e que carregam em si uma polifonia de narrativas em oposição à categorização que tende à busca da homogeneidade. Urge à historiografia questionar, de forma mais assertiva, como operar articulações interseccionais que suplantem a sobreposição de vetores de exclusão numa perspectiva efetivamente dialógica com marcadores que estão em constante processo de (re)construção e disputa no cenário social e político.

## **A violência e a redenção: uma análise da narrativa *Shirley Paixão* de Conceição Evaristo.**

Leonardo Mendes Gonçalves<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo objetiva analisar o conto *Shirley Paixão* da escritora Conceição Evaristo e observar a construção do discurso de violência vindo de uma sociedade patriarcal e machista, que violenta mulheres de diversas formas. Desta maneira, apontaremos como a escritora subverte este quadro de violência, de submissão aos atos de violência masculina e constrói mulheres insubmissas a este padrão de conduta, enquanto mulheres vitimadas pelas agressões de homens. Assim sendo, Shirley prefigura como uma personagem que rompe com essa práxis de passividade em relação à violência reivindicada pelo agressor masculino. No decorrer da narrativa, a autora apresenta alternativas na condução de um empoderamento feminino no combate a práticas machistas e retrógradas.

**Palavras-chave:** conto – violência – redenção – mulher – Conceição Evaristo.

**Abstract:** This article aims to analyze the short-story *Shirley Paixão* by Conceição Evaristo and observe some acts of violence against women in the different forms. In this way, Evaristo points out as a writer subversive to this picture of violence, of submission to acts of male and constructive violence, women who are insubmissive to this pattern of conduct, as women victimized by the aggression of men. Thus, Shirley prefigures as a character that breaks with this praxis of passivity in relation to the violence claimed by the male aggressor. Throughout the narrative, an author presents alternatives in the conduction of a feminine empowerment in the game of fight and retrogradation.

**Keywords:** short story - violence - redemption - woman - Conceição Evaristo.

### **Considerações iniciais.**

Em um de seus mais emblemáticos livros de contos *Insubmissas lágrimas de mulheres*, lançado em 2011 pela editora brasileira Malê, a escritora mineira Conceição Evaristo traz à superfície de suas textualidades questões concernentes à violência contra a mulher ainda tão vivenciada contemporaneamente por muitas mulheres no Brasil.

No decorrer das narrativas propostas nessa obra, o leitor ao adentrar pelas treze narrativas que compõe o livro, perceberá a presença da voz feminina descortinando histórias de mulheres negras que sofrem com traumas frutos da violência causados por homens em nome de um processo de conservação de um discurso patriarcal.

Em cada cena pintada nos contos, percebemos essas vozes femininas que externam suas dores, medos e repulsos causados pelos sofrimentos dessas ações de

---

<sup>1</sup>Mestre em Letras/Estudos Literários pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: leomendesgon@yahoo.com.br

homens próximos a elas; mas ao mesmo tempo observamos mulheres que explicitam modos de resistência contra as perversidades de tais práticas obsoletas.

É através da tessitura literária carregada de imagens, de um processo estilístico bem apropriado e original, pela presença de ricas metáforas, certa e adequada escolha vocabular e sonora, que a escritora Conceição Evaristo constitui suas narrativas, apresentando assim problemas vivenciados pelas mulheres. Na verdade, o que Evaristo propõe é essa transfiguração colhida do mundo real e projetando-a no texto ficcional.

Como parte dessa estruturação literária, a escritora ciente de um mundo repleto de histórias que escutou desde sua infância forjou sua perspectiva de narrar esse processo introspectivo que a escritora alcunhou como *escrevivência*, que nada mais é do que a sua própria escrita, perpassando pelos caminhos de sua vivência e/ou das vivências alheias.

Através desse neologismo, característico de Evaristo, observamos que tal técnica tem a ver com a experiência reflexiva da escritora em se apropriar de experiências de outrem ao longo de sua vida e transformá-las em material literário.

Desta maneira, Rafaela Kelsen Dias (DIAS, 2015) faz referência acerca da influência que a oralidade traz à performance literária da escritora. Desta maneira, considera que

[...] a forte influência dessas narrativas orais faz-se sentir na obra da autora em questão e distingue a sua escrita dentro do cenário da literatura brasileira em sentindo amplo. Junto à oralidade e à demarcação de signos culturais imanentes aos grupos a quem representa e a quem se dirige diretamente, Conceição Evaristo buscará remeter às colossais lutas empreendidas em um macro- social por meio da aguda e intimista retratação dos lares e almas de mulheres nascidas e criadas em contextos de subalternidade. Especialmente em *Insubmissas*, espaço no qual o diálogo é a principal via de acesso à narrativa, percebe-se o quanto o entrelaçamento e a cumplicidade comumente associados às conversas entre mulheres serão caros ao processo criativo de Evaristo. (DIAS, 2015: 58)

Nesta perspectiva, a recente literatura escrita por mulheres como Conceição Evaristo, notadamente, torna-se um dispositivo de luta e de resistência contra sistemas que apartam as mulheres de seus direitos, excluindo-as, portanto da sociedade. Em virtude disso, os escritos sobre as mulheres afrodescendentes em *Insubmissas lágrimas de mulheres* de Conceição Evaristo abordam temáticas relevantes tais como questões étnico-raciais, diaspóricas, de identidades dentre outras. Assim a escritora mineira se adéqua a

essa perspectiva de uma literatura que tenciona pelo engajamento, lutando contra as práticas de violência contra a mulher.

Com esse projeto literário, Conceição Evaristo pertence ao grupo de escritoras afro-americanas no século XXI, como explicita Salgueiro (SALGUEIRO, 1999) que traz em suas obras literárias além de arte e poesia, questões de nível de engajamento político através da literatura, como uma visão política e estratégica na consumação de um projeto contra o opressor e desestabilização dessa ideologia machista, transformando assim suas publicações numa força arrebatadora (SALGUEIRO, 1999: 140)

Dessa forma, Evaristo possibilita um enfrentamento e um posicionamento para aquelas mulheres construídas segundo sua ótica, transformando-as em mulheres fortes, destemidas e vencedoras de um destino que lhes é imputado. Além desse processo descritivo que percebemos na narrativa, essa pretensão é tornar essas figuras femininas redentoras de seu próprio caminho. Em outras palavras, livrar-se do julgo masculino é a estratégia de resistência e de combate a tais formas de pensamento dominador masculino.

Desta forma, Evaristo propõe escrever sobre essas dores que afligem as personagens femininas dos contos. Então seu projeto literário baseia-se na seguinte prerrogativa.

Queria escrever sobre as dores mais profundas dessas mulheres. Queria falar de um sofrimento e de uma carência que não significassem somente a falta do pão, de água ou de teto. Queria escrever sobre mulheres vitoriosas, insubmissas ao destino, apesar de... Parece que consegui. (EVARISTO, 2013: 32)

De acordo com Constância Lima Duarte (2016), há centenas de suporte midiáticos noticiando as humilhações e violências sofridas pelas mulheres. Em contrapartida, um número raso de textos literários e que abordam a condição contemporânea a qual muitas mulheres ainda vivem em pleno século XXI, sob a perseguição da violência doméstica que assombra várias mulheres no Brasil.

Diante da constatação de lembranças e fatos, eventos, histórias e conversas pretéritas de mulheres; todo esse arcabouço oral adquirido em sua percepção enquanto ouvinte atenta dessas narrativas serviu-lhe de inspiração e alento na escrita de seus contos em busca de uma discussão veemente na proposta de discutir tais questionamentos em torno da mulher. E testificando essa afirmação, Conceição Evaristo nos diz:

Como ouvi conversas de mulheres! Falar e ouvir entre nós era a talvez a única defesa, o único remédio que possuíamos. Venho de uma família em que as mulheres, mesmo não estando totalmente livres de uma dominação machista, primeiro a dos patrões, depois a dos homens seus familiares, raramente se permitiam fragilizar. Como ‘cabeça’ da família, elas construía um mundo próprio, muitas vezes distantes e independentes de seus homens e mormente para apoiá-los depois. Talvez por isso tantas personagens femininas em meus poemas e em minhas narrativas? Pergunto sobre isto, não afirmo. (EVARISTO, 2005: 4).

Ao desenvolver, portanto, *Insubmissas lágrimas de mulheres*, percebemos a influência das conversas entre as mulheres como um processo desencadeador desta postura engajada e de resistência contra os homens que fazem parte desse plano acional de dominação machista sob as mulheres.

### **Insubmissas mulheres: o projeto de resistência em Shirley Paixão.**

A narrativa que relata a história de Shirley e suas filhas é sem sombra de dúvida um protótipo dessas conversas ao longo de sua vida marcadamente visitada pela violência física. Nas considerações de Natália Fontes de Oliveira (OLIVEIRA, 2016), Evaristo é uma escritora que “escreve como um ato de luta, recusando o silêncio confrontando a cultura dominante que minimiza as diversas formas de violência sofridas por mulheres.” (OLIVEIRA, 2016: 161.)

Ao se fixar o olhar investigativo no conto “*Shirley Paixão*”, o foco narrativo nos leva a princípio de uma maneira intratextual, apresentando uma mulher que narra a história do marido, de Seni e as irmãs da adolescente violentada pelo pai, e logicamente Shirley não está fora dessa trama construída nesta narrativa. À medida que se somam os acontecimentos existe uma profusão de mudança nesses papéis sociais em que a mulher não mais aceita esse caminho de inserção em um enquadramento de aprisionamento do opressor, portanto é partindo desta asserção que Evaristo arquiteta sua narrativa na defesa de um projeto literário que opõe ao sistema de práticas físicas e ideológicas machistas.

A intratextualidade, portanto, configura-se como esse processo de escrituração de Conceição Evaristo, pois percebemos que a escritora constrói sua narração na retomada das histórias já contadas, não com as mesmas personagens, mas retomando o eixo central nessas narrativas que é a violência contra as mulheres.

A escritora propõe em *Shirley Paixão* uma narrativa entre as demais. A trajetória de mulheres de uma mesma família sofredoras de violências físicas e psicológicas diariamente. Assim, observamos que intratextualidade promove essa reposta em aproximar e criar através de elos de aproximação temáticas ao longo das treze narrativas que constituem “*Insubmissas lágrimas de mulheres.*”

A narrativa *Shirley Paixão* mostra a situação da violência sexual dentro do seio familiar. A postura de Evaristo é desestabilizar o discurso e práticas patriarcais, através dos atos revolucionários das mulheres frente ao embate na contemporaneidade. Constatamos, assim, que tais atos de violência estão coerentes com os casos observados por Constância Lima Duarte (DUARTE, 2016) ao perceber o crescimento de jornais que noticiavam o assassinato de mulheres pelo companheiro vingativo, mostrando de tal maneira como esses homens mostram alguma forma acional de violência contra as mulheres que constituem os mesmos laços familiares.

O marido de Shirley, que não é pai das filhas de Shirley, faz parte dessa composição social em que ocorre tais atos de violência. Ele é o sujeito que traz desconforto emocional e social à sua família, pois é o agenciador dessa violência.

Mas não nos enganemos com uma postura de subserviência e de passividade nessa narrativa. A voz feminina que emerge nessa narrativa engendra esse empoderamento de um discurso de resistência contra o discurso machista contra a agressividade de seu marido. Embora o estupro, como forma de violência, não tenha acontecido com Shirley, ela se compadece pela dor da filha do agressor, que mesmo não sendo filha biológica de Shirley, sente um grande apreço pela menina, uma vez que a reconhece como filha e a torna membro da confraria de mulheres naquela casa. Logo o efeito dessa confraria é criar uma rede de mulheres que estão em sintonia contra as violências vindas de homem inescrupuloso.

Mais um aspecto que merece ser observado, trata-se do uso do termo “paixão” empregado para dar o sobrenome à personagem Shirley. É possível que seja um procedimento intencionável lançado por Evaristo com a finalidade de explorar a carga semântica dessa palavra em consonância com o sentimento de Shirley desenvolvido no decorrer do conto pelas meninas. De acordo com algumas das concepções do termo paixão, encontramos definições como “um sentimento excessivo; um afeto violento e sofrimento prolongado” segundo as considerações de Silveira Bueno (BUENO, 2007: 565). Buscando por outra definição, temos “um sentimento intenso que possui a

capacidade de alterar o comportamento, o pensamento etc; amor, ódio ou desejo demonstrado de maneira extrema”<sup>2</sup>.

Após as concepções deste termo, compreendemos que Shirley é essa personagem que se transforma ao ver seu companheiro cometendo um ato infracional contra sua filha. Esse sentimento torna-se violento e perturbador, à medida que seu impulso é atacar o homem, portanto é partindo dessa mudança de personalidade que Shirley Paixão desenvolve tais sentimentos pelas meninas e pelo marido à medida que tais atos são revelados e descoberto pela personagem.

Em vista dessa cena perturbadora, ocasião em que Shirley descobre que o marido violentava Seni, Shirley tendo adquirido esse forte sentimento por Seni e pelas outras meninas cria um sentimento intenso de repulsa contra o marido diante de um incidente tão cruel como aquele que ela havia presenciado. Dessa forma, o casamento com aquele homem se define em virtude de tal agressão contra aquela mulher e ataca violentamente aquele homem.

O relato dessa transgressão cometida pelo homem é retratado de maneira bestializada, reformulando uma cena que apresenta esse homem animalizado, devido a agressão contra a menina: “Naquela noite, o animal estava tão furioso – afirma Shirley chorando – que Seni, para a sua salvação, fez do medo, do pavor, coragem. E se irrompeu em prantos e gritos” (EVARISTO, 2011: 29). Em decorrência dessa violência, Shirley transforma-se em uma mulher forte no sentido de parar essa situação que desestruturara toda concepção de família que podia existir.

De alguma forma, essa cena estabelece um retrato cruel da realidade a que muitas mulheres sofrem caladas por renunciar os laços com os companheiros que as violentam e as mulheres de sua família. Todavia Evaristo é energética neste ponto ao propor esse rompimento com uma visão de submissão, a de que a mulher não poderia ir contra as atitudes dos maridos.

De acordo com a feminista norte-americana bell Hooks (HOOKS, 2000), a violência física e/ou ideológica contra a mulher ainda se constitui como um mecanismo que estabelece essa dominação pelo homem sobre a mulher. Visto que as agressões são alternativas de repressão contra certo enfrentamento feminino ao discurso patriarcal.

---

<sup>2</sup> Consultamos a versão online do dicionário de língua portuguesa com o propósito de oferecermos outra concepção para o termo paixão. Desta maneira, esse verbete pode ser encontrado disponível em <<https://www.dicio.com.br/paixao/>>. Acesso em 20 Agosto de 2017.

Desse modo, ao abordar acerca do espancamento e do estupro, Bell Hooks afirma que tais empreendimentos consolidam esse sistema preservado por esses atos machistas.

Quando ele bate ou estupra mulheres, ele não está exercitando privilégio ou ceifando recompensas; ele pode se sentir satisfeito em exercitar a única forma de dominação permitida a ele. A estrutura de poder da classe dominante masculina que promove o abuso sexista dele contra as mulheres, colhem os benefícios materiais reais e os privilégios de suas ações. Contanto que ele ataque as mulheres e não o sexismo ou o capitalismo, ele ajuda a manter o sistema que permite a ele pouco, quando nenhum benefício ou privilégio. Ele é um opressor.<sup>3</sup> (HOOKS, 2000: 76)

A dominação pela violência é a mola propulsora dessa afirmação de um pensamento forma colonizador, entendido como a égide do pensamento que estabelece e explora o outro. O que ocorre, então, é o estabelecimento de discursos que viabilizam a exploração das mulheres nos mais diversos planos. Assim sendo, o sujeito-colonizador precisa dessa legitimidade trazendo, a fim de imputar um discurso de opressão a seus direitos de escolha, de vivência e faz um caminho que leva a essa legitimação do colonizador, o estuprador.

Distante da postura de submissão, Conceição é intensa ao não aceitar tal linha de pensamento. Seu contraponto é dar voz a essas mulheres chamando-as de insubmissas. Além de Shirley Paixão, ao longo dos outros doze contos Conceição indica a submissão a qual cada mulher se submete e cria essa noção de insubmissão. Portanto, acreditamos que a maternidade é este elo que protege as vítimas dessa situação adversa, constituindo-se num gesto de subserviência contra a figura do homem.

Em virtude de tal afeição pelas meninas, a maternidade é um elo atrelado nessas relações entre a mulher e as meninas. O espaço doméstico como é possível de se perceber reforça esse pacto entre as mulheres, pois como percebemos no desenrolar da trama essa preocupação que a escritora tem de criar uma sociedade matriarcal, que seja pautada no processo ideológico que combata a opressão fruto dessa sistemática imposta pelos homens-machistas.

---

<sup>3</sup> “When he [men] beats or rapes women, he is not exercising privilege or reaping positive rewards; he may feel satisfied in exercising the only form of domination allowed to him. The ruling-class male power structure that promotes his sexist abuse of women reaps the real material benefits and privileges from his actions. As long as he is attacking women and not sexism or capitalism, he helps to maintain a system that allows him few, if any benefits or privileges. He is an oppressor. He is an enemy to women. He is also an enemy to himself. He is also oppressed. (Tradução nossa)



Segundo Natália Fontes de Oliveira (OLIVEIRA, 2016), “a maternidade configura-se como sistemática a qual ajuda as mulheres a lutarem contra a vitimização e a buscarem o empoderamento” (FONTES, 2016: 160). O ato da maternidade, portanto, é simbólico, na proporção que a mãe propõe estratégias e coerção às práticas do marido, apesar de Seni e as outras meninas sofrerem com o ataque do pai.

A maternidade proporciona um elo de proteção, mesmo não havendo uma ligação consanguínea. Existe um sentimento intenso de união quando Shirley defende através da violência.

As meninas, filhas dele, se tornaram tão minhas quanto as minhas. Mãe me tornei de todas. E assim seguia a vida complicada entre nós. Eu, feliz, assistindo às minhas cinco meninas crescendo. Uma confraria de mulheres. (EVARISTO, 2016: 26)

A história da vida de Shirley é marcada por essa formação familiar tradicional em que essa mulher tem duas filhas, logo vai morar com um homem, que é pai de três meninas. Seni sofre abusos do pai. Em certa altura, Shirley presencia a cena do abuso sexual do pai contra filha, na mesma hora, como um reflexo, Shirley ataca o marido com golpes de ferro. Após passar em sua cabeça essa história; neste instante, percebe-se salutar sentimento intrínseco de maternidade que é defender as filhas, provocando um sentimento de ódio pelo marido, devido os atos cruéis de violência. Em virtude dessa paixão que desenvolvia pelas meninas, Shirley chega à conclusão que “por elas e pelas outras eu morreria ou mataria se preciso fosse. E necessário foi o gesto extremado meu de quase matá-lo” (EVARISTO, 2016: 28)

E assim o marido de Shirley é apontado na narrativa como o homem que ficou responsável por zelar pelas filhas, já que sua antiga esposa havia morrido. Esta informação nos mostra uma alegação arbitrária em relação ao homem, ao ser categorizado por essa relação ambivalente em que ao mesmo tempo que cuida, torna-se o potencial perturbador dessa harmonia familiar, o algoz dessa perturbação tanto física quanto mental.

Diante da união de Shirley e as cinco meninas, despertou no homem uma implicância com o estar sempre juntas das mulheres da casa. De todas as meninas Seni era a que mais chamava atenção de Shirley em virtude de sua conduta introspectiva. Sobre esta introspecção, acreditamos que seria devido da referência de uma figura feminina, já

que havia perdido sua mãe desde cedo e a outra a implicância do pai que gerava sempre atitudes de violência tanto física quanto emocional.

O ápice negativo desta narrativa se dá quando Shirley depara com aquela situação monstruosa de seu marido.

Por um momento, pensei que ele, na ignorância dele, tivesse subido ao quarto para brigar mais uma vez com Seni. Foi quando assisti à cena mais dolorosa de minha vida. Um homem esbravejando, tentando agarrar, possuir, violentar o corpo nu de uma menina, enquanto outras vozes desesperadas, desamparadas, chamavam por socorro. Pediam ajuda ao pai, sem perceberem que ele era o próprio algoz. (EVARISTO, 2011: 29-30)

Neste fragmento, observamos que Shirley já conhecia a forma como o pai de Seni a tratava e o via como um ser ignorante. Contudo aquele desentendimento que Shirley pensava que era uma simples discussão de pai contra filho seria o flagra de um ato infracional que geraria uma mudança de paradigma em torno da figura daquele homem.

Nesse momento de intensa luta, o pai é chamado pelas irmãs de Seni. Essa evocação se deu devido o imaginário que se tinha de ele ser o parâmetro de segurança para aquela situação, a fim de que ele as ajudassem naquela transgressão.

Um homem esbravejando, tentando agarrar, possuir, violentar o corpo nu de uma menina, enquanto outras vozes suplicantes, desamparada, chamavam por socorro. Pediam ajuda ao pai, sem perceberem que ele era o próprio algoz. (EVARISTO, 2016: 29-30)

Esse não reconhecimento da figura paterna a distanciam desse olhar paternal. É deliberada a construção desta incidência causando no leitor esse apagamento do zelar pelas filhas, do caráter afetivo e afetuoso também incumbido pelo pai na ausência da figura materna.

Esta transformação do marido afeta Shirley, gerando profundos conflitos nas relações institucionais entre esposa e marido, na própria relação de maternidade e paternidade. A proteção que era, à vista disso, esperada do pai, se dá pela imagem de uma estranha, que se aproxima e apresenta compaixão, e logo torna-se protetora daquelas meninas, inseridas nessa confraria.

A nível literário, a narradora relata um momento de tensão em sua narrativa e faz uma espécie de adiantamento dessa tensão no início da estrutura dessa textualidade, assim regressando aos eventos através de uma retrospectiva. Conceição Evaristo traça essa

retrospecção com a finalidade de antecipar o clímax da narrativa, chamando a atenção do leitor, a fim de que ele se interesse pela textualidade.

Elaborado esse processo, logo após se dará a narração do conto de forma normalizada no sentido de seguir certa linearidade. Assim observamos a presença de uma espécie de preâmbulo, que anuncia essa tensão e/ou as consequências geradas pela atitude do homem, somente após essa introdução que é o desfecho da história, vemos que narradora começa a narrar a sua história, que na verdade pertencem as histórias da confraria de mulheres.

Assim, o flashback como dispositivo literário é relevante à medida que essas ações são antecipadas e/ou retomadas da memória, já que é um relato vivenciado pela personagem.

Desta forma, observamos o início da narrativa que explicita o recurso narrativo.

Foi assim – me contou Shirley Paixão – quando vi caído o corpo ensanguentado daquele que tinha sido meu homem, nenhuma compaixão tive. E se não fosse uma vizinha, eu continuaria o meu insano ato. Queria matá-lo, queria acabar com aquele malacafento, mas ele é tão ruim que não morreu! Não adianta me perguntar se me arrependi. Arrependi não. Confessei à polícia o meu desejo, a minha intenção. Não que eu tivesse planejado, nunca. Vivíamos bem, as brigas e os desentendimentos que, às vezes, surgiam entre nós eram por questões corriqueiras, como na vida de qualquer casal. Nada demais. Mas, no momento em que tudo aconteceu, eu só tinha uma certeza: aquele homem não merecia viver. (EVARISTO, 2016: 23)

Parece-nos, ainda, que este trecho representa um desabafo que ela faz com seu interlocutor; um diálogo que ocorre com o leitor atento a sua confissão.

Após a narrativa abordar toda a situação enfrentada por Seni, suas irmãs e Shirley neste conto, Conceição Evaristo caminha para o fim mostrando uma alternativa para esse desfecho cruel na vida daquelas mulheres. A autora não deixou um fim trágico, um caminho sem volta para aquelas mulheres.

Como lemos no conto, Shirley após ter agredido o seu agressor, foi condenada a três anos de reclusão. Assim, “o homem não estava morto. Recuperou a vida na cadeia. Eu vivi ainda tempos de minha meia-morte, atrás das grades, longe das minhas filhas e de toda minha gente, por ter quase matado aquele animal. (EVARISTO, 2016: 31)

A marcação temporal no conto evidencia a passagem do tempo, enfatizando momentos díspares na narrativa. Momento do passado e momento atual são evocados

pelo foco narrativo explicitando, portanto, essa relação que comprova duas realidades vivenciadas pelas mulheres; o momento da violência e o momento atual, a qual nesta narrativa chamamos de redenção, imbricado na perspectiva de trazer a libertação dos males e do sofrimento em decorrência de uma sistemática opressora. Assim, entende-se como um processo de libertação que traz o fortalecimento com o objetivo de combater todo tipo de violência contra a figura feminina.

O advérbio “hoje” sugere essa ideia de contemporaneidade. Um tempo que não mais pertence ao passado de dores e de opressões causadas por um homem, mas este presente contido no último bloco do conto revela esse momento de redenção como vemos em “Hoje, quase trinta anos depois desses dolorosos fatos, continuamos a vida.” (EVARISTO, 2016: 31). Continuar a viver tornar um ato que revela o resgate da humanidade e dignidade perdida devido aos estigmas sociais, compelidos pela sociedade patriarcal.

A mentalidade envolvida em Shirley pressupõe em sua confraria a libertação, reabilitando sua dignidade e o papel como mulher que tem o direito à proteção, aos direitos, visto que a mulher não é a sombra do homem.

Tal discussão torna-se relevante na sociedade contemporânea, já que as mulheres devem ser tratadas com igual respeito em qualquer situação e ambiente social, não aceitando qualquer situação de opressão imposta por algum grupo social-opressora; coagindo desta maneira através de movimentos femininos esse posicionamento. Em especial, a literatura de Conceição Evaristo torna-se escritos que promove o engajamento na luta contra esse discurso que agride, que violenta os direitos das mulheres.

A narrativa retoma outro ponto relevante que após trinta anos depois do ocorrido. Existe uma ênfase em mostrar que mesmo o tempo tendo passado aquelas mulheres não quebraram o laço, a confraria que havia entre elas e continuaria nas próximas gerações.

A nossa irmandade, a confraria de mulheres, é agora fortalecida por uma geração de meninas netas que desponta. Seni continua buscando formas de suplantar as dores do passado. Creio, que ao longo do tempo, vem conseguindo. Entretanto, aprofunda, a cada dia, o seu dom de proteger e de cuidar da vida das pessoas. É uma excelente médica. Escolheu o ramo da pediatria. (EVARISTO, 2016: 31)

A redenção na vida de Seni não foi o complexo de culpa ou vitimização a que infelizmente muitas mulheres são submetidas. O recomeço na vida das mulheres daquela

confraria é traçado com o futuro promissor na perspectiva de romper com os paradigmas os quais muitas mulheres ainda se submetem, devido a essa falta de reflexão e clareza imposto pelo discurso opressor.

A libertação caminha em tempo presente, quando do momento em que o narrador anuncia os anos passados e que diversas ações ocorreram. Cada menina apresentada no conto teve um destino que não a impossibilitou de conquistar seu lugar naquela sociedade. Neste ponto de vista, a proposta da escritora é mostrar o enfrentamento contra uma sociedade que ridiculiza as mulheres que sofrem com tais práticas hostis. Embora a princípio o combate fosse por meio da violência, Shirley reconhece que esse efeito não conteria as injustiças vindas de homens como seu marido, mas pelo intermédio da confraria fosse assegurado uma geração que buscasse o fortalecimento de ações contra toda forma de prática que violasse seus direitos e dignidade.

O fim de toda aquela tragédia anunciada ao longo da narrativa desfecha como um ato revolucionário contra o discurso patriarcal. Assim sendo, aquelas mulheres reagiram, combatendo as atitudes do pai e do marido, que foi buscar formas de suplantar as dores.

Os paradigmas patriarcais explicitam ações e práticas abusivas que comumente atingem os direitos das mulheres. A luta de Shirley não converge apenas através da violência, mas também através do ato de coragem para cuidar de suas filhas. Como vimos, Shirley também é uma mulher configurada pelas dores.

Mesmo os contos em *Insubmissas lágrimas de mulheres* serem independentes, eles mencionam narrativas de mulheres quem trazem em suas vidas, traumas vivenciados por essas mulheres. Desta maneira, a voz narradora costura as histórias mediadas pela mediação entre leitor e personagem.

Segundo Elisângela Aparecida Lopes Fialho, Conceição Evaristo “brinca com a multiplicidade oferecida pelo texto literário, ao alternar o foco narrativo das histórias” (FIALHO, 2016: 188), alternando-o entre primeira e terceira pessoa. Ainda Fialho percebe o caráter metalinguístico do conto Shirley ao perceber que a citação abaixo funciona como uma espécie de texto que se refere a própria narrativa.

As lágrimas que surgem no texto são consequências das temáticas vivenciadas ao longo das narrativas, portanto as questões de ordem familiar traumas, desejos recônditos. Percebemos que o conto se estrutura quando a narradora transcreve a fala daquela mulher que fala, que relata suas complexas relações de dor.

Segundo Natália Fontes de Oliveira, diversas vezes a violência doméstica é difícil de ser reconhecida dentre outras práticas de violência como tal, dentre os diversos tipos de violência, porque o agressor faz parte da família e muitas vezes tem com a vítima uma relação afetiva. Sendo assim o agressor um homem, a violência ainda é camuflada por valores de uma sociedade patriarcal. (OLIVEIRA, 2016: 163)

Contudo, esses atos de insubordinação ocorrem na obra na perspectiva de evidenciar narrativas que não motivam atos de submissões, mas que reforcem uma textualidade que mostre mulheres insubmissas a esses padrões de patriarcalismo através da mudança comportamental.

### **Considerações finais.**

A narrativa “Shirley Paixão” traz histórias de como mulheres sofrem diferentes tipos de violência física, verbal e psicológica, que muitas vezes não são observados pelo cânone literário. Em vista disso, Conceição Evaristo constrói uma nova perspectiva para a produção literária brasileira, trazendo à superfície da discussão acadêmica por meio dos textos literários, discussões que viabilizam um novo olhar para questões relevantes de discussão que a violência contra a mulher.

Além do fator político ideológico, o projeto literário de Conceição Evaristo renova a construção da narrativa à medida que a escritora através de seu lirismo, de sua carga poética introduz muitos aspectos característicos do texto poético nessas narrativas. E o grande legado deixado para os leitores de *Insubmissas lágrimas de mulheres* é o empoderamento que se dá através de um processo contrário a um pensamento de culpa, reagindo de forma libertadora contra as marcas dessa violência masculina por meio do espancamento, do estupro e dentre diversas outras formas de agressão.

### **Referências**

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2007.

DIAS, Rafaela Kelsen. **Iguais a todas, diferente de todas**: a re-criação da categoria “mulher” em *Insubmissas lágrimas de mulheres*, de Conceição Evaristo. 2015. 131 f. Dissertação de Mestrado Letras, Universidade Federal de São João Del Rey, 2015.

DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Org.) **Escrevivências**: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Idea, 2016.

EVARISTO, Conceição. Gênero e etnia: uma escre(vivência) de dupla face. In: MOREIRA, Nadilza Martins de Barros; SCHNEIDER, Liane (Org.). **Mulheres no mundo**: etnia, marginalidade e diáspora. João Pessoa: UFPB, 2005.

\_\_\_\_\_. **Insubmissas lágrimas de mulher**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

FIALHO, Elisangela Aparecida Lopes. Insubmissas lágrimas de mulheres: um projeto estético, narrativo e autoral. DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Orgs.) **Escrevivência**: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Idea, 2016.

HOOKS, bell. **Feminist theory**: from margin to center. London: Pluto Press, 2009, p. 179.

OLIVEIRA, Natália Fontes de. Os condenados da terra: violência doméstica e maternidade em Insubmissas lágrimas de mulheres. In: DUARTE, Constância Lima; CÔRTEZ, Cristiane; PEREIRA, Maria do Rosário A. (Org.) **Escrevivências**: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. Belo Horizonte: Idea, 2016.

SALGUEIRO, Maria Aparecida F. de A. Mulher, Literatura e poder: em foco, as escritoras afro-americanas contemporâneas. In: **Mulher e Literatura** – VII Seminário Nacional. REIS, Livia de Freitas, VIANNA, Lúcia Helena; PORTO, Maria Bernadete. (Org) Niterói: UFF, 1999.

## COLONIALIDADE DOS SABERES E EPISTEMICÍDIO: REFLEXÕES SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS PARA O LUGAR SOCIAL DO NEGRO

Vanessa Ferreira Lopes<sup>1</sup>

### **Resumo:**

Este trabalho, ainda em sua fase inicial, propõe uma breve análise acerca do epistemicídio, gerado pela perpetuação da colonialidade dos saberes e, sua consequência para o lugar social do indivíduo negro. Apresenta reflexões teóricas sobre a exclusão, marginalização e silenciamento da população negra devido a epistemologia dominante, herdada e reformulada desde o pós-abolição. Compreende-se o colonialismo, como mecanismo de exploração do sistema capitalista, que degrada os indivíduos colonizados, seja nas suas produções políticas, sociais e culturais, o que gera o ódio racial. A pretensão de universalidade da ciência, de caráter tido como inquestionável, leva a hierarquização de saberes, negação da diversidade e subjetividade, na forma do epistemicídio, atingindo principalmente aqueles que historicamente ocupam a base da hierarquia social.

**Palavras-chave:** epistemicídio, colonialidade de saberes, biopoder, hierarquias de saberes, lugar social do negro.

### **Abstract:**

This work, still in his initial phase, proposes a brief analysis about epistemicide, generated by the perpetuation of the coloniality of knowledge and it's consequence for the social place of the black individual. It presents theoretical reflections on the exclusion, marginalization and silencing of the black population due to dominant epistemology, inherited and reformulated since the post abolition. It is understood colonialism, as a mechanism of exploration of the capitalist system, that degrades colonized individuals, be it in their political, social and cultural productions, which generates the racial hatred. The pretension of universality of science, of character considered as

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista do projeto de Extensão Conservação da Memória pelo Laboratório de Patrimônios Culturais. Contato: [vanessaloopes13@hotmail.com](mailto:vanessaloopes13@hotmail.com)



unquestionable, leads to hierarchization of knowledge, denial of diversity and subjectivity, in the form of epistemic, reaching mainly those who historically occupy the basis of social hierarchy.

**Keywords:** epistemicide, coloniality of knowledge, biopower, hierarchy of knowledge, social place black person.

## Introdução

A reflexão teórica aqui proposta, - acerca da perpetuação da colonialidade de saberes na atualidade, que tem como consequência o epistemicídio, que atinge e organiza diretamente o lugar social da população negra, é embasada, sobretudo, pelo pensamento de Sueli Carneiro, utilizando-se também do conceito de biopoder de Michel Foucault e, contribuições do Boaventura de Sousa Santos, Aníbal Quijano, Abdias Nascimento e Nilma Lino Gomes, empiricamente sustentado através de dados de censos e pesquisas proveniente de instituições de referência.

As linhas de pesquisas levam a compreender a supressão e subversão dos saberes da cultura negra, cooperando nos domínios de sua vida social, perpetua as hierarquias das relações sociais. A racialidade funcionando como mecanismo de subalternização e como uma nova estratégia de poder. A dimensão denominada por biopolítica ou biopoder de Foucault, articula-se de modo a categorizar perfis específicos de indivíduos que terão, ou não, direitos básicos de sobrevivência. Mesmo após 125 anos da abolição da escravidão, a população negra, em sua maioria, ocupa as piores posições em grande parte dos indicadores sociais: criminalidade, índices socioespaciais, educacionais, acesso a determinados bens e serviços, altos cargos de trabalhos e produções acadêmicas. A tese de Sueli Carneiro influi que as sociedades multirraciais, de histórico de colonização, utilizam-se do mecanismo da racialidade como ferramenta disciplinar das relações sociais, suas hierarquias e o lugar social do negro, como a produção de corpos tidos como dóceis, adestramento e desqualificação de produções contra hegemônicas.

Compreendendo o discurso e a produção de conhecimentos como objetos de disputas e armas ideológicas, pensa-se, após, estratégias de confronto a colonialidade da epistemologia hegemônica vigente, frente aos conhecimentos heterógenos. Objetiva-se a

análise e denúncia do epistemicídio, como uma reformulação das violências herdadas do período colonial para a subjugação dos afrodescendentes.

### **1. Colonialidade dos saberes**

Viver no período pós-colonial e pós-abolição não significa uma ruptura com a colonialidade estruturadora da sociedade. As estruturas econômicas, políticas, sociais e produtora/(re)conhecedora de conhecimento se mantém por uma reformulação de mecanismos da colonialidade. Como afirma Anibal Quijano (2005), a colonialidade do poder gera uma classificação social, que hierarquiza toda a sociedade. É preciso compreender essas amarras coloniais como uma necessidade para manutenção das hierarquias sociais vigentes, que garantem os privilégios e subjugação de grupos que compunham o que dentro de um parâmetro específico é compreendido como divergente e subversivo que, é automaticamente marginalizado, seguido por sua dizimação. O ser subversivo sendo aquele que não se enquadra, não se apresenta dentro dos parâmetros socialmente e artificialmente construídos.

Quijano analisa a colonialidade como um dos elementos constitutivos e específicos do padrão capitalista. É possível complementar sua afirmação ao dizer que é o capitalista, ocidental, cristão moderno. Tal forma de domínio pode ser compreendida pelo momento em que nações europeias a partir do século XVIII propuseram o empreendimento de se lançarem por terra e mar, na invasão, seguida de colonização de diferentes povos no continente americano e africano, com suas concepções, valores de mundo, desestruturando e invalidando o tudo que ali havia de existente. A Europa forçou e impôs o lugar para si como eixo central de um novo padrão de dominação, estabelecendo o parâmetro da colonialidade e modernidade. (QUIJANO, 2005). O moderno podemos compreender como os paradigmas epistemológicos de pretensão de uma racionalidade, ligada a cientificidade e, produtividade de um conhecimento inquestionável.

No contexto das revoluções técnico-científicas do século XVIII, as concepções de progresso, cientificismo, capitalismo e, posteriormente, o neoliberalismo, para além das problemáticas geográficas, políticas e econômicas, a produção de conhecimento e cultura tornou-se objeto de disputa (NUNES, 2008). A articulação de políticas agindo

como força para a subalternização dos saberes plurais agiu como uma tentativa de homogeneização dos saberes.

Referência nos estudos sobre as disputas das epistemologias, Boaventura de Sousa Santos explica a epistemologia ocidental, estabelecida pela necessidade de dominação colonial, na ideia de um pensamento abissal (SANTOS, 2010). Tal forma de pensamento compreende por uma linha divisória imaginária, unilateral, que divide as experiências profícuas inteligíveis ou temerários/ininteligíveis, passível de desprezo. Essa construção imaginária estrutura toda uma concepção de mundo e relações sociais, de forma que o que está ‘do outro lado da linha’ se torna irrelevante e desaparece nos parâmetros hegemônicos.

O principal ponto do pensamento abissal de Souza Santos (2005), é a impedimento de co-presença nos dois lados da linha. Estar/enxergar por um lado implica automaticamente invalidar tudo o que é existente e produzido pelo Outro. Essa “sutil” forma de dominação e subjugação é atualizada de tempos em tempos, a fim de garantir as estruturas sociais.

Ainda na análise de Boaventura de Sousa Santos, a primeira linha global moderna fruto do pensamento abissal seria o Tratado de Tordesilhas. Este, foi um acordo firmado entre Portugal e Espanha no ano de 1494, com o objetivo de resolver os conflitos territoriais descobertas no final do século XV. Uma linha imaginária a 370 léguas de Cabo Verde, serviria de referência para a divisão de terras, sendo as do oeste destinadas a Espanha e ao leste Portugal (MAGNOLI, 2003). É preciso acrescentar ainda, o Tratado de Madri em 1750, substituindo o de Tordesilhas, onde as coroas espanholas e portuguesas estabelecem novos limites para a exploração colonial no território da América do Sul.

Essa compreensão e visão epistemológica unitarista, fruto de ideias eurocêntricas, capitalistas, cristãs, naturalizou as experiências e identidades históricas mentes da colonialidade e da distribuição geocultural do poder capitalista mundial (QUIJANO, 2005). Tudo isso, implica a perda de autorrencia daqueles que não detém o poder, devido a ciência ser um fator de legitimidade e exclusividade do conhecimento.

O emblema da modernidade construído nos séculos XVIII e XIX, deu base a falsa dicotomia de tradições e desenvolvimento tecnológicos. Enxergando o tradicional como todo aquele conhecimento ‘ultrapassado’, sem fins produtivos, perante ao desenvolvimento científico que daria rumo ao progresso (MUDIMBE, 2013). Como já

dito, é preciso compreender essas concepções dentro do desenvolvimento capitalista. Adam Smith já afirmava em “A riqueza das nações” em 1776, que tal sistema se desenvolveria de toda forma, desde que rompeu os ‘grilhões’ que impedia o progresso. Dentro dessa visão, deveria o homem e/ou governo, exterminar todo aquele/aquilo que não se comprometesse com a “missão do desenvolvimento”. Nesse contexto, as sociedades colonizadas se viam despojadas de seus saberes intelectuais e de seus meios de expressão exteriorizados.

A dualidade antropológica e ética, de compreender os seres humanos de Norte e a ausência de humanidade no Sul, organizando todas as mentalidades vigentes. O dito Sul/Norte, não sendo aqueles geográficos, mas a organização de países em parâmetros tidos como desenvolvidos e subdesenvolvidos, descontextualizando a produção cultural dos últimos, na sua descrenças das práticas de conhecimento ali produzidos. Parâmetros estes, como já dito, dentro da lógica capitalista científica neoliberal cristã. (BOAVENTURA, 2010).

A colonialidade permitiu a transformação dos conhecimentos e produções de diversos povos e locais, em um espaço repleto de desconhecimentos, em um território estéril, pronto a ser preenchido pela razão imperial. (DUSSEL, 1992). A ciência moderna invisibilizando outras formas de conhecimentos (populares, leigos, plebeus, camponeses, indígenas, e no caso aqui estudado, afrodescendentes).

A colonialidade dos saberes se faz de forma tão perigoso e profunda, que o fim do colonialismo político, não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais. Persiste o eurocentrismo no projeto de modernidade, através da utilização perseverante e acrítico das muitas noções e conceitos coloniais racistas.

## **2. Biopolítica/biopoder**

(...) este biopoder foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1988:132).

A ideia de biopoder advém de Michel Foucault no Curso dado no Collège de France (1975-1976), publicado no livro “Em defesa da sociedade” lançado em 1999, que é muito bem trabalhado por Sueli Carneiro. A questão tem seu marco no século XVIII,

como uma técnica de poder sobre a vida, que influi diretamente nas configurações sociais e, conseqüentemente, nos campos disciplinares. Tal disciplina é chamada também como uma forma de “adestramento de corpos” (CARNEIRO, 2005). É necessário a compreensão desse adestramento como forma de padronização e subjugação de indivíduos que não correspondam às imposições do hegemônico vigente, sendo reformulado, ajustado por uma forma de controle.

O século XVIII, com novas concepções pautadas no cientificismo, diversos grupos populacionais sofreram e ainda colhem desse adestramento no intuito de seu enquadramento. Tal poder disciplinar envolve relações corpo e mentalidade que se encontram em torno de complexas relações econômicas e políticas que, em suma, visam a dominação, exploração e genocídios em suas variadas formas. Essa relação é marcada e diferenciada daquela já predominante na Idade Média tendo em vista o enfoque na questão biológica do ser humano, a fim de preservar e assegurar a sua continuidade. Se até o século XVIII a justificativa para a colonização e genocídio população africana e afrodescendente era o argumento cristão de que estes não tinham alma, o argumento posterior é da suposta ausência de racionalidade (MBEMBE, 2014).

Foucault sustenta a existência de uma guerra das raças do século XVIII sendo reformulada para o racismo de Estado no século XIX. Seria uma estatização do biológico. Leis estatais sendo, mesmo que mascaradamente, baseadas em critérios raciais, estabelecendo o direito à vida e a morte, uma espécie de “anátomo-política” do corpo humano, atualizada pelo biopoder. (FOUCAULT, 2002)

O racismo inscrito nas práticas de biopoder faz uma separação com pilares biológicos de quem deve permanecer com vida ou atirado para a morte, fixando uma relação direta entre ambas as condições, uma vez que o sentido da morte dos últimos favorece a sobrevivência e enriquecimento dos primeiros. A consequência direta dessa prática, é o genocídio, em suas variadas formas para além da morte do corpo físico, a partir de argumentos de evolucionismo. Guerras cotidianas destroem o temido grupo da “raça adversa”, este, estando permanentemente vulnerável a estrutura da qual está inserido que a todo momento se reformula e legitima sua não inserção ou existência.

O biopoder é estabelecido afim da preservação da espécie em sua forma tida como pura, contribuindo com ideias eugenistas pela crença na superioridade das espécies pelo darwinismo social. Sua atuação condicionado de diversas maneiras a vida de uma população, como também a sua duração. A exemplo, o estudo realizado por Michelle

Alexander no livro “A nova segregação: racismo e encarceramento em massa” (2010), que atribuiu ao Estado americano a atualização das leis Jim Crow para uma nova segregação - encarcerando homens negros, operando racismo institucionalizado.

(...) o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (FOUCAULT, 2002: 306).

O processo de colonização entrando assim, como ferramenta para o estabelecimento de uma ordem disciplinar pela lógica da racialidade e comandando as relações sociais, mesmo que, de forma não institucionalizada. Somente um fenótipo está ligado a capacidades legitimadas de intelectualidade, sucesso ou possibilidade de contribuição positiva para o desenvolvimento social, que portanto, ocupará sempre uma posição de poder sobre qualquer outro. Nesse quesito, entra a negação cultural e de saberes de determinados grupos que utilizam de outros meios de embasamento para além de métodos científicos. Tais formas racionalizadas sem institucionalização que atinge diretamente os grupos que hierarquicamente na sociedade ocupa a base social, a questão do não acesso à educação ou de uma não qualificada.

O biopoder não precisando da raça como critério institucionalizado para os genocídios, bastando a segregação, negação, marginalização e hostilização para criar um não-lugar e de morte. Se por um lado, o biopoder visa a preservação de um grupo, ele implica o abandono de outros e a explanação a morte, legitimando a vinculação de poder e suas hierarquias. Tal questão sendo exercida desde pela omissão, Estado ou ação. O racismo político se vale do biopoder para legitimação para permitir que grupos de indivíduos sejam tratados como subpopulações, como mero resíduos sociais, não mais como corpos vivos disponíveis para manipulação e/ou aniquilação.

A disciplina, regida por uma epistemologia dominante que se apresenta de forma universal e neutra, que na verdade está atravessada pelo racismo epistêmico e, conseqüentemente, pelo epistemicídio, uma vez que seus pilares se encontra na razão colonial. A prática e resultado de todo esse esquema é a dominação epistemológica, colocando específicos objetos subjugados e outros sujeitos como modelos. Esse epistemicídio, que nada mais é que a destruição de algumas formas de saberes locais e inferiorização de outros, desqualifica e assassina milhões de corpos e mentes todos os dias.

### 3. Epistemicídio: a morte acontece antes do tiro

A principal referência do tema epistemicídio no Brasil é proveniente da filósofa Sueli Carneiro que utiliza dos trabalhos do português Boaventura de Sousa Santos o qual compreende que o:

(...) epistemicídio se configura ‘pela negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento, por meio da desvalorização, negação ou ocultamento das contribuições do Continente Africano e da diáspora africana ao patrimônio cultural da humanidade; pela imposição do embranquecimento cultural e pela produção do fracasso e evasão escolar. A esses processos denominamos epistemicídio. (CARNEIRO, 2005: 324)

Com a contribuição de Sousa Santos (1997), o epistemicídio se estabeleceu como um dos instrumentos duradouros da dominação étnica/racial, pela negação que organiza a legitimidade das formas de conhecimento e, conseqüentemente, a relação dominantes e dominados. O genocídio que foi e é uma das formas da expansão européia e norte americana também engloba o epistemicídio.

Dentro da ideia de colonialidade de saberes e biopoder, já desenvolvida no início deste trabalho, visualizamos um cenário e relações que disputam posições, cargos, estabelecem critérios e legitimam o que tem ou não valor, seja econômico, social ou vida. Seja o indivíduo, grupos ou produções culturais e intelectuais, todas se encontram num emaranhado de ideias que legitimam tudo que é associado ou produzido pelo fenótipo que não seja o branco hegemônico.

A pressuposição construída pela racionalidade ocidental cristã relacionadas a legitimação e produção de conhecimentos também compõe aporias relacionadas a ação de educar de cada grupo humano (CARNEIRO, 2005). Como afirma Sousa Santos: “(...) para o velho paradigma, a ciência é uma prática social muito específica e privilegiada porque produz a única forma de conhecimento válido.” (SANTOS, 1997: p. 328)

Durante a expansão europeia dos séculos XVIII até no período posterior das grandes guerras mundiais, entrando em disputa também os EUA, o genocídio esteve e está atrelado e sendo sustentado também pelo epistemicídio. A desqualificação de formas de conhecimento produzidas por grupos não hegemônicos e/ou contrahegemônicos tidas como estranhos, exóticos. Boaventura de Sousa Santos ousa em dizer que o epistemicídio foi mais vasto que o genocídio. Há de se concordar, uma vez que a morte e a subordinação

intelectual se faz de muitas formas, até mesmo imperceptíveis, de forma que não causa a comoção geral.

A gravidade da inconveniência do epistemicídio para aqueles que se propõe a combatê-lo é o não derramamento de sangue, que para a grande maioria da sociedade, banaliza a sua ausência e diminui suas consequências, como se fosse diminuir também seus danos. Se por um lado a morte explícita sempre esteve nítida nos processos imperialistas, precisamos ter o enfoque e atenção para aquele outro tipo de morte que faz o corpo negro duvidar na sua própria capacidade de êxito.

Para além da supressão e invalidação do conhecimento de grupos, no caso estudado especificamente a população negra, isso gera a produção de indigência cultural (CARNEIRO, 2005) relacionado a negação ao acesso a uma educação de qualidade, deslegitimação cultural, invalidação de ser detentor de cultura, rebaixamento de capacidades (cognitivas). O que é preciso ressaltar, como também o fez por Carneiro, é da impossibilidade de desqualificar a produção de conhecimento sem anular também individualmente, ferindo a autoestima e suas relações sociais. Ao fazê-lo, desistir-se da racionalidade que até então o carregava, como se fosse um ser não pensante ou incapaz de se organizar sozinho ou de se manter (produtivamente ou intelectual) sem a adoção de um conhecimento “legítimo”. Dessa forma, pretende-se a morte da racionalidade do Outro perante ao Eu colonizador, sequestrando suas oportunidades, lugares, domínios, vontade de aprender e viver.

Estando o epistemicídio atrelado ao dispositivo de racialidade/biopoder, tem como característica justamente o controle do saber, disciplinar, normalizar, matar ou anular tudo que o contrapõe. O que Sueli Carneiro aponta é para “(...) ligação que não mais se destina ao corpo individual e coletivo, mas ao controle de mentes e corações.” (idem, 2005: 97). O que ocorre é a hegemonização cultural da modernidade ocidental legitimando epistemologicamente a cultura do dominador, que não tem por outra via a não ser a destruição e/ou desqualificação da cultura e do próprio Ser que se encontra dominado. A distinção entre conhecimentos do Norte e Sul, por Boaventura Sousa Santos (1997) no qual o Norte está sempre na base do conhecimento eurocêntrico, hierarquizando a aparência da realidade e do fato.

#### **4. Resultados: estatísticas sobre o lugar social do negro na sociedade brasileira**



É preciso compreender que, a ideia de raça mesmo sendo uma construção social, conduz as relações e estabelece aqueles que têm direito a vida e morte, aqueles que tem valor e alvos a serem desprezados, que na realidade, são apenas condições sociais desfavoráveis a um mesmo grupo aliado a condições biológicas incidindo nos piores índices se tratando de questões socioeconômicas. A colonialidade dos saberes, biopoder e epistemicídio são conceitos que servem para compreender a perversidade do racismo.

A dívida social brasileira com a população negra é profunda. Dos 518 anos da invasão dos portugueses no território brasileiro, quase 388 anos envolve trabalho escravo. Precisando ainda ressaltar que após a abolição da escravatura em 1888, mecanismos segregacionistas foram reformulados para a não-inserção da população afrodescendente na sociedade. Desde a negação a pedaço de terra para cultivo e sustento, negação de matrículas em escolas, analfabetos sendo impedidos de votar até 1985 e o destino a trabalhos degradantes. Toda essa conjuntura se pendurou de forma crítica até os dias atuais, gerando uma vulnerabilidade.

A disparidade que as estatísticas apresentam sobre ascensão social e acesso a questões básicas para a vivência e sobrevivência entre a população negra e branca é fruto dessa dívida histórica-social, que marginalizou todo aquele que carrega um tipo específico de fenótipo. Este, ocupa as piores posições na maior parte dos indicadores sociais: acesso a determinados bens de serviço, índices educacionais e maior participação nos indicadores de pobreza e indigência. Na popular obra intitulada “O povo brasileiro” (RIBEIRO, 1995:2012), o autor argumenta a propósito que “(...) a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação que pesa os negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros”.

Um dos braços fundamentais para o epistemicídio é a dificuldade/negação de acesso ou a precarização da educação, que contribui diretamente para a disparidade em termos de ascensão social. A exclusão das oportunidades educacionais dentro de um aparelho educacional que se constitui de múltiplas formas para aniquilamento da capacidade cognitiva e confiança intelectual para aqueles que detêm a afrodescendência. Segundo dados do movimento Todos Pela Educação (2016), a taxa de analfabetismo entre os pretos brasileiros é de 11,2% e pardo 11,1% e brancos 5%. Com relação aos estudantes do Ensino Fundamental, 82% dos que se declaram brancos terminam a etapa escolar até os 16 anos, significando a conclusão no tempo estipulado pelo Ministério da Educação (MEC). Entre as crianças pretas o percentual é de 66,4% e pardos de 67,8%. Esses

números sobre a educação básica indicam não a suposta “incapacidade” intelectual de negros e pardos, e sim mascara as desigualdades socioeconômicas que influi diretamente para o seu rendimento escolar. O sistema educacional é fruto de um processo histórico (PONCE,2005), refletindo dessa maneira as desigualdades e organizado nas relações de biopoder.

Dados do IBGE de 2015 aponta que apenas 17,8% dos brasileiros mais ricos são negros, em contraposição aos 82,2% branca. Entre a população mais pobre, três em cada quatro são pessoas negras, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. A análise inversa também chega ao mesmo resultado: de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, com uma análise das condições de vida da população brasileira, o difícil acesso a uma educação de qualidade à população negra se materializa nas condições de vida.

Em 2005, apenas 5,5% dos jovens negros entre 18 e 24 anos frequentavam uma faculdade, em contraposição aos 17,8% de jovens brancos na mesma faixa etária. Em 2015, já com a vigência da política de cotas e ações afirmativas, o número de negros alcançou 12,8% enquanto brancos 26,5%. A dificuldade da conquista dos estudantes negros ao diploma universitário, de acordo com os números do IBGE de 2015, reflete ao atraso escolar maior desse grupo do que aos alunos brancos. 53,2% dos negros em idade universitária estão cursando o ensino fundamental ou médio, ante a 29% dos brancos. Esses números refletem ao epistemicídio materializado, a negação aos negros da condição de sujeitos de conhecimento.

A imposição do embranquecimento cultural pela produção do fracasso e evasão escolar contribui para esse cenário (CARNEIRO, 2005). Isso demonstra a absoluta prevalência da brancura nas instâncias de poder na sociedade: desde meios de comunicação, chefias de empresas, diretorias, gerências, poderes Legislativo, Executivo, Judiciário, hierarquias eclesiásticas, corpo docente das universidades públicas e privadas. Analisando o cenário político eleito em 2014 no Brasil, dados levantados pela Revista Congresso em Foco com base nas informações cedidas pelos próprios eleitos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE): dos 1627 candidatos eleitos, 1229 se declararam brancos (76%). Pardos ficaram com 342 vagas, pretos com 51, amarelos 3 e 2 indígenas. Isso diz e influi diretamente na manutenção do racismo estrutural, que continua comandado hegemonicamente por brancos. O lugar social instituído para a população afrodescendente é de subalternidade.

Não há como o racismo não interferir na concepção de uma teoria ética ou política, pois ele é justamente a inabilidade ou até recusa das necessidades, direitos e dignidade do outro, do diferente, por ser identificado socialmente como parte de um grupo racial distinto, particular ou que pertence a um determinado lugar geográfico. (PIZA; PENSARELLI, 2016: 276)

As produções e manifestações culturais e religiosas da população negra ainda enfrenta grande resistência, silenciamento e marginalização quando apresentada. O racismo religioso é um reflexo contra as religiões de Matriz Africana na nossa sociedade, se expressando como uma desumanização das pessoas que são atacadas fisicamente e simbolicamente, juntamente com seus símbolos religiosos e práticas negras. Como afirmado pela prof. Doutora Petronilha Beatriz, muitos dos descendentes dos escravocratas hoje, renovam suas formas de crueldade de antepassados para reproduzirem de similar forma. O racismo religioso é uma forma de genocídio do povo negro, que perpassa o epistemicídio, uma vez que é uma manifestação e significado do povo afrodescendente, uma vez que a religião e seus símbolos organizam o olhar para o mundo do indivíduo, sua destruição também significa a perda de parâmetros constitutivos de vivência e sobrevivência, como apresentado no texto “A tradição oral” (HAMPÂNTÉ, 2010). Racismo religioso é o extermínio simbólico. Esses ataques e tentativas de atemorizante das práticas sagradas de matriz africana são formas de aniquilação da população negra. No cotidiano, tem-se a queima e apedrejamento dos terreiros, agressão de criança porque vestiu uma roupa que a identifica com a sua religião, linchamento verbal na internet e redes sociais de praticantes.

Os dados levantados pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)<sup>2</sup>, apresenta que de 2002 a 2014, das 20 maiores bilheterias, os homens brancos dominaram o elenco principal, representando 45% dos papéis de destaque. A questão de gênero também é destacada, uma vez que as mulheres brancas ocupam 35% dos principais papéis, seguida por homens negros (15%) e por último, as mulheres negras com apenas 5%. Em 2002, 2008 e 2013, nenhum filme analisado pelos pesquisadores foi protagonizado por uma mulher negra. Quando analisado diretores e roteiristas: 84% dos cineastas são homens

---

<sup>2</sup> Pesquisa escancara ausência de artistas negros no cinema brasileiro. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/pesquisa-escancara-ausencia-de-artistas-negros-no-cinema-brasileiro-18815033>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

brancos; 14%, mulheres brancas; e 2%, homens negros. Nenhuma diretora negra aparece no comando de uma produção de grande bilheteria nos 13 anos analisados pelo estudo.

Pelo levantamento feito pelo Departamento de Ações Afirmativas da UFJF, identificou em 2016 que cerca dos mil professores da instituição, apenas 20 são negros. Quando confrontado no cenário nacional atual, apenas 1% de professores negros nas universidades públicas, quando 45% da população se declara negra. Nada mais é que o retrato do lugar social destinado a população negra.

De fato, desde o Brasil colonial até na atualidade, as manifestações culturais e intelectuais dos africanos e afrodescendentes nunca tiveram legitimidade. O sistema educacional opera como aparelhamento de controle da estrutura racista. A atividade intelectual é atravessada pelo racismo epistêmico e, por conseguinte, pelo epistemicídio, pois ela se funda em uma razão colonial.

### **Conclusão: O perigo da subversividade**

É de se concluir que a atividade intelectual, a construção de saberes e legitimidade de conhecimentos são atravessadas pelo racismo epistêmico e, conseqüentemente o epistemicídio, herdeiro da colonialidade, que coloca a população negra numa relação de subalternidade. O atual cenário o qual estamos emerges é de uma epistemologia dominante, que apresenta-se de forma neutra e universal, que ignora e desqualifica toda ou qualquer possibilidade e contestação.

É de ressaltar a contribuição dos estudos da Nilma Lino Gomes (2009), propondo a necessidade da inserção de negros e negras no campo da pesquisa científica e de produção de conhecimento, não mais como objeto de estudo, mas como sujeitos que possuem e produzem conhecimento. De forma que o conhecimento realizado ‘por’ esses sujeitos privilegia a parceria ‘com’ os movimentos sociais, extrapolando a tendência nas academias. A pesquisa que dê visibilidade às subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sócio-raciais e suas vivências. A necessidade de articulação da militância política e a produção de conhecimento sobre a realidade étnico-racial a partir da própria vivência racial. Essa ação ameaça territórios historicamente demarcados, que empreende formas de aniquilamento ao corpo físico e a mentalidade do negro. Uma contraposição da tradição positivista por novas metodologias, envolvendo a memória, oralidade, ancestralidade, ritualidade,

temporalidade e corporeidade, instrumentos que a racionalidade ocidental moderna desconsidera.

Outra contribuição fundamental para a discussão de propostas a fim de combater o epistemicídio e a colonialidade de saberes, vem do Abdias Nascimento (1978). A começar, uma ampliação/preservação da consciência histórica dos descendentes de africanos da população; ensino compulsório de História e da Cultura da África e dos africanos na diáspora em todos os níveis culturais de educação; incluir informações válidas com referência aos brasileiros de origem africana em todos os censos demográficos; demonstrar seu muito autoproclamado interesse e amizade a África independente, concedendo ativo apoio material político e diplomático aos legítimos movimentos de libertação; projeto de selecionar e ensinar uma língua - o swahili - para todos os povos negros e africanos do mundo, para não precisar das elaborações conceituais da Europa para a comunicação internacional entre irmãos.

De toda forma, a construção de uma epistemologia alternativa e a luta contra o epistemicídio não é uma tarefa simplista, demanda esforços de diferentes âmbitos da sociedade. É preciso questionar as tradições, ressignificar a ideia de raça (como classificação social construída no processo de dominação colonial moderno eurocêntrico), valorizar as lutas subalternas, ocupar e reinventar espaços. Como a intelectual negra afirma:

Quando o trabalho intelectual surge de uma preocupação com a mudança social e política radical, quando esse trabalho é dirigido para as necessidades das pessoas, nos põe numa solidariedade e comunidade maiores. Enaltece fundamentalmente a vida. (HOOKS, 1995: 478)

#### Referências bibliográficas

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A CONSTRUÇÃO DO OUTRO COMO NÃO-SER COMO FUNDAMENTO DO SER**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. \_\_\_\_\_. A ordem do discurso. 3. ed.

HOOKS, Bell. **Intelectuais Negras**. Revista Estudos feministas. Nº2/95. vol.3. 1995.

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira.** In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. P. 419-441.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Editora Antígona, 2014

MUDIMBE, Valentin Yves. **A invenção de África: Gnose, filosofia e a ordem do conhecimento.** Mangualde (Portugal), Luanda:Edições Pedagogo; Edições Mulemba, 2013.

NASCIMENTO. Abdias. **O Genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina.** In: *Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Edgardo Lander (org). ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa.; MENESES, Maria Paula. (Org.). **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-98432005000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-98432005000200005)

IBGE mostra as cores da desigualdade . Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21206-ibge-mostra-as-cores-da-desigualdade>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

IBGE: negros são 17% dos mais ricos e três quartos da população mais pobre. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-12/ibge-negros-sao-17-dos-mais-ricos-e-tres-quartos-da-populacao-mais-pobre>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

O tamanho da desigualdade racial no Brasil em um gráfico. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/o-tamanho-da-desigualdade-racial-no-brasil-em-um-grafico/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

Só 3% dos eleitos em 2014 se declaram negros. Disponível: <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/so-3-dos-eleitos-em-2014-se-declaram-negros/>>. Acesso em: 01 dez. 2018.

## HISTÓRIA, LITERATURA, POESIA E RESISTÊNCIA NAS OBRAS DE GAYL JONES EM SONG FOR ANNINHO E OLIVEIRA FERREIRA SILVEIRA EM O POEMA SOBRE PALMARES

Karla Rocha<sup>1</sup>

### RESUMO:

Esse trabalho tem como objetivo apresentar os autores: Gayl Jones e Oliveira Ferreira Silveira, militantes de um movimento intelectual que visa à revisão dos papéis desempenhados pelos afrodescendentes de acordo com o discurso hegemônico. Portanto fazem uso do resgate histórico nas suas produções poéticas, afim de que possam ser apresentadas novas possibilidades de leitura e interpretação da História e da cultura deste povo.

**Palavras-chave:** Palmares, Quilombo, Negro, Literatura, poesia, História.

### ABSTRACT:

The objective of this paper is to present the authors: Gayl Jones and Oliveira Ferreira Silveira, militants of an intellectual movement that aims to review the roles played by Afro - descendants according to the hegemonic discourse. Therefore they make use of the historical rescue in their poetic productions, so that new possibilities of reading and interpretation of the history and culture of this people can be presented.

**Keywords:** Palmares, Quilombo, Negro, Literature, poetry, History.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os autores: Gayl Jones e Oliveira Ferreira Silveira, militantes de um movimento intelectual que visa à revisão dos papéis desempenhados pelos afrodescendentes de acordo com o discurso hegemônico. Ambos os autores em suas produções poéticas deixam claro um engajamento, na

---

<sup>1</sup> Mestra e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários – Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail [karlaeiterersantana78@gmail.com](mailto:karlaeiterersantana78@gmail.com)

perspectiva de um resgate histórico, afim de que possam ser apresentadas novas possibilidades de leitura e interpretação da História e da cultura deste povo. Sabemos que o escritor como um produtor, é um ser histórico, ele escreve sobre a realidade da qual faz parte, ou seja, o episódio histórico que vive: os traumas, as fraturas, os silêncios, as reticências e os fragmentos como observa (SELIGMANN, 2005). O escritor faz um recorte de determinados acontecimentos do real como afirma (CHARTIER, 1988) e das situações e a partir de uma forma literária ele a expõe. Ocorre, portanto, uma ficcionalização da realidade a qual está inserida na política de um discurso crítico, e visa necessidade de determinadas transformações serem feitas dentro da sociedade. A obra literária tem um papel importantíssimo, como produto social ela é capaz de interferir na realidade, modificando-a, pois nos leva às reflexões, pensar e questionar sobre a condição social do ser humano, isso consequentemente acarretará em mudanças nas práticas sociais. Sendo assim o autor, a obra e o público formam um conjunto imprescindível para que a obra se configure. A comunidade palmarina resistiu e persistiu por anos a fio, lutando pela tão sonhada liberdade. Para narrar esse acontecimento, muitas versões foram escritas e reescritas no decorrer desses anos. Ao pesquisarmos sobre o tema, nos interessamos por essas duas versões que se aproximam, quando apresentam o protagonismo negro. A importância dessa pesquisa se dá pela conscientização, da necessidade de tornar audíveis essas vozes, silenciadas por tanto tempo e de fortalecer o discurso que reafirma a importância do negro, para a formação histórica do nosso país. Diante do esquecimento do passado histórico, dessa experiência traumática para as vítimas do colonialismo, desse fato violento que foi a escravidão, nasceu um espírito de resistência que luta contra o pagamento das memórias e das subjetividades de pessoas que foram escravizadas. Por isso, precisamos trazer para os ambientes acadêmicos textos que produzam reflexões como esta entre a História, a literatura e a poesia, como nos alerta (BERND, 1988), cumpre reivindicar o espaço ainda não conquistado, para autores que a estão à margem na sociedade. Ambos os autores em suas produções poéticas deixam claro um engajamento, na perspectiva de um resgate histórico, afim de que possam ser apresentadas novas possibilidades de leitura e interpretação da História e da cultura deste povo.

A escritora estadunidense, Gayl Jones, autora do poema narrativo *Song For Anninho*. A autora foi precursora do renascimento das mulheres da década de 1980. É



uma das representantes menos conhecida da geração de escritores negros que liderou o renascimento feminino nos Estados Unidos. E o poeta Oliveira Ferreira Silveira, negro brasileiro, nasceu na área rural em Rosário do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Foi um militante engajado que lutava pela igualdade racial no país. Questionou a comemoração do dia 13 de maio e se tornou um dos idealizadores da transformação do dia 20 de novembro em o Dia da Consciência Negra. Vivia, constantemente, inquieto devido à situação da população negra no Brasil. Estudioso desse tema acabou se tornando um ativista fervoroso. Lutou pela inclusão do negro nos diversos espaços da sociedade e dentre suas estratégias, consta a publicação de artigos, reportagens, contos e crônicas. O escritor também foi um dos responsáveis pela criação do *Grupo Palmares*, de Porto Alegre e um dos fundadores do Movimento Negro Unificado (MNU-RS) e integrante do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

O poema *Song For Anninho* escrito por Gayl Jones é um tributo à memória de Palmares, um estado africano do século XVII, localizado na Serra da Barriga entre Alagoas e Pernambuco, no Brasil. Em 1670, Palmares teria entre vinte e trinta mil habitantes. Seu chefe (rei) chamava-se Zumbi, a existência de Palmares perdurou por quase cem anos, o Quilombo estava sob o ataque das forças coloniais portuguesas. Até então, a maioria das narrativas históricas foram baseadas em um registro fornecido pelas forças coloniais invasoras, mas o texto de Jones se diversifica dos demais, dando sentidos novos a Palmares.

O poeta Oliveira Silveira deixou uma grande contribuição para a história dos negros em seus escritos poéticos, literários e ficcionais, pois sua escrita parte do ponto de vista dos afrodescendentes e fez da sua poética uma ferramenta de resistência, trazendo à tona as questões de identidade negra. O *Poema Sobre Palmares* trata-se de um poema que resgata a identidade dos afrodescendentes, estabelecendo um diálogo entre o relato histórico e a criação literária, sendo assim, une a historiografia, a poesia e a literatura, reescrevendo uma versão diferente da história hegemônica, a respeito do quilombo dos Palmares.

Através dessas obras poéticas propomos algumas reflexões sobre essa articulação entre Literatura, poesia e História, analisar os elementos constituintes da visão sobre o negro, inscritos nas obras, apontando para o acréscimo que a poesia traz para o discurso histórico, acerca do mesmo tema, pois cumpre reivindicar esse espaço ainda não

conquistado na nossa sociedade. Durante muito tempo as mulheres e os homens negros estiveram excluídos das narrativas, não podendo ocupar o lugares como sujeitos de suas próprias histórias, porém esses lugares têm sido questionados. E esses escritores negros reivindicaram lugares como protagonistas de suas próprias histórias e também nos espaços discursivos, sempre contestando as restrições que eram feitas a eles.

Ambos os autores buscam a inserção do negro na sociedade para que deixe de ser marginalizado, subalternizado, desconectado da história política, social e econômica. Os poetas Problematizam fontes oficiais já exploradas por tantos autores e mostram como as fontes escritas, quando são revisitadas com olhares que perpassem o limite do texto escrito, ganham amplitude de tratamento e de interpretação. De acordo com (CHARTIER, 1988), é feito um recorte de determinados acontecimentos do real, e depois a partir de uma forma literária esses recortes são expostos. Ocorre, portanto, uma ficcionalização da realidade, mas a realidade está encaixada dentro das palavras, inserida na política de um discurso crítico, o qual visa necessidade de determinadas transformações serem feitas dentro da sociedade.

É importante que os escritores e os poetas sejam vistos como produtores, seres históricos que não se desvinculam de seu tempo e nem de seus semelhantes, eles escrevem sobre a realidade da qual fazem parte, ou seja, os episódios históricos que vivem: os traumas, as fraturas, os silêncios, as reticências e os fragmentos como declara (SELIGMANN, 2005). A obra literária tem um papel importantíssimo, como produto social ela é capaz de interferir na realidade, modificando-a, pois nos leva às reflexões, pensar e questionar sobre a condição social do ser humano, isso conseqüentemente, acarretará em mudanças nas práticas sociais.

O pensador (BOSI, 2002) alerta-nos para um exercício de atividade crítica que pode ajudar nas ações contra as forças repressoras: contra as dominações ideológicas, nos permitindo elaborar um olhar mais apurado: confrontando diferentes formas discursivas teremos mais reflexões. As narrativas, essas obras de ficção, precisam mostrar as tensões entre a história e as outras formas de narrar os mesmos acontecimentos históricos.

Conforme (CHARTIER, 2001) o papel do intelectual é contribuir para a construção de um espaço crítico no qual as pessoas façam uso público de sua razão. A posição hegemônica está em jogo devido à originalidade de cada pensamento. A

Literatura tem a possibilidade de reconstruir a realidade, pensando na produção e na recepção, pois o leitor também está preso em um momento histórico.

Os escritores quando produziram seus poemas nos revelaram uma nova face da história brasileira. Ao narrar a história de Zumbi e de seus companheiros, apresentaram-nos outro modo de entendermos as nossas raízes, nossa cultura e a nossa história. A partir dessa leitura podemos construir uma consciência crítica a respeito do povo brasileiro.

A narrativa (canção) dedicada à Anninho, o qual fora um dos soldados do rei Zumbi, tem o tom, a estrutura e as repetições íntimas, semelhantes às mesmas características de canções do blues. Muito lirismo e resistência permeiam essa canção. Almeyda, a protagonista, torna-se uma cantora de blues, forma musical originada no extremo sul dos Estados Unidos em torno do fim do século XIX, que se desenvolveu a partir de raízes das tradições musicais africanas. O poema, metaforicamente, é uma canção que Almeyda entoava sua história de amor, durante um tempo de batalha, repetindo todo o momento a dificuldade de manter vivo o amor, em um ambiente tão duro. Muitas canções clássicas de blues também transmitem essa mesma ansiedade contida na canção feita para Anninho.

O poema-canção enfatiza a ambiguidade e a complexidade das relações humanas. Cantar em meio à resistência de Palmares, produzir uma voz capaz de comunicar a esperança e a força necessária para resistir a tantas batalhas e ainda tentar desesperadamente, expressar seu amor, em meio à toda devastação e perseguição, é, sem dúvida alguma, algo inovador.

Almeyda ressalta a brutalidade dos colonizadores na sua canção, apela para a necessidade de relatar a história de maneira verdadeira, evitando assim a natureza enganosa das histórias europeias, escritas apenas por conquistadores. Tudo que os palmaristas têm são suas memórias e esses soldados planejam escrever essa história a sua maneira, mas Almeyda também cantará sua versão. Para evitar a má interpretação, a narradora incluirá o nome dos negros, mesmo dos traidores como o de Ganga Zumba, mas dos caçadores de escravos e dos conquistadores, não constarão da sua versão. Conforme testifica Coser (2005) todos eles deixarão de ser nomeados: os chefes militares, os governadores e vilões como Domingos Jorge Velho, pois como raciocinou Almeyda, eles mentiram sobre os negros nas versões deles abalando os códigos de ética e

transformaram seus feitos covardes em atos nobres, não merecendo de forma alguma serem nomeados por ela.

Cantar em primeira pessoa é testemunhar a colonização e a escravidão, é o ponto de vista do subalterno, compartilhando a ideia contida em Spivak (2010) que discorre sobre a importância da mulher ter voz e falar por si mesma, agenciar esse espaço social é o papel da mulher negra como intelectual, e Jones (1981), faz isso, rearticulando a canção-poema, imagina o espaço, o leitor e canta para que ele possa ouvir o que foi silenciado por muito tempo.

Como nos alerta (BERND, 1988) Almeyda enuncia um discurso de primeira pessoa que se faz presente por um eu enunciador que se quer negro, que assume a sua condição de mulher negra. Ela exprime o seu modo de ver e sentir os acontecimentos no Quilombo e reivindica um espaço que ainda é negado as mulheres afrodescendentes. Quando Almeyda se dispõe a contar sua própria história, acaba reescrevendo o seu passado e no bojo dessa narração, reconta a história dos habitantes do Quilombo.

Jones (1981) recupera muitas vozes quando conta sua versão desse episódio, mostrando que devemos buscar o passado para rememorar nossos heróis e recordar suas ações excepcionais, para que não sejam esquecidos. Tudo o que fizeram com Zumbi e seu exército não passaram de tentativas de controlar o espírito imortal de luta que eles possuíam, mas não obtiveram sucesso, já que seriam incapazes de destruir essa fibra, pois Zumbi dos Palmares e seus generais eram negros valentes e corajosos.

O *Poema Sobre Palmares* contém seiscentos e cinquenta e três estrofes. Possui métrica regular, pois do primeiro ao último verso apresentam duas sílabas poéticas (dissílabos) e os demais, quatro sílabas poéticas (tetrassílabos). Oliveira Silveira (1987) tematiza a experiência histórica e recria-a, retratando o mais importante quilombo das Américas. Ele trabalha com fatos históricos como elemento de constituição identitária. Para o autor, Zumbi é um herói da luta e da resistência, tão relevante para nossa história quanto Tiradentes.

Em seus versos, os homens e as mulheres negras foram localizados e valorizados, levantaram a voz e passaram a assumir os seus lugares. Para (SILVEIRA, 1987) toda a injustiça deve ser denunciada. Não só no poema em análise, mas a maioria de sua obra traz o negro como protagonista, buscando a sua afirmação e o resgate da sua história e de sua cultura. O autor estabelece um diálogo entre o relato histórico e a criação literária.

Caracteriza-se por um hibridismo entre Literatura e História que gera uma versão do ponto de vista dos afrodescendentes contemporâneos. Ele faz uma crítica à história hegemônica e retrata Palmares como símbolo da liberdade. Solicita que deixem tudo para traz e que se apague tudo o que foi dito sobre os negros na história hegemônica. Faz um apelo para que comecemos a enxergá-los sob outra perspectiva - a da memória do povo negro.

A literatura escrita por estes autores é tida como aquela que reescreve a história, contextualizada e criticamente, de acordo com o pensamento contemporâneo. Tem como objetivo pensar o conhecimento histórico, como um processo interpretativo. De acordo com (HUTCHEON, 1991), devemos considerar que tanto a Literatura como a História são “construções humanas”, discursos que trazem grandes contribuições e significados, para essa pretensão de verdade, ou seja, é no momento em que essas duas naturezas discursivas se encontram, é nessa linguagem comum que nasce uma interpretação de novas possibilidades.

O resgate da memória através da narrativa reforça a tradição e a história nacional e ainda contribui, para conferir à comunidade negra a condição de pertencimento e poder. Palmares tornou-se um símbolo de força que sempre impulsionará as lutas pela liberdade, pela justiça social e racial. A perda de território marcou o início da caminhada dos afrodescendentes e essa perda funciona como um elemento forte para identidade cultural. De acordo com (HAESBAERT, 1994), o território nasce com dupla conotação: material e simbólica, sendo que em ambas as acepções têm a ver com o poder tanto no sentido de dominação, mais concreto, como também no sentido mais simbólico, de apropriação e de dominação. Essa carga simbólica carrega as marcas do que foi vivido e o seu valor. Todo esse processo se dá de forma diaspórica para os africanos. A história dos negros iniciou-se, portanto, por uma trajetória forçada. Foram coagidos a um exílio, arrancados de sua terra, obrigados a esquecer de sua língua, sua cultura e sua identidade. Os negros tiveram:

Toda coletividade etnocultural irradiada para fora do seu meio original. (...) Os traços comuns às diferentes diásporas, são, primeiramente, uma identidade etnocultural que se exprime por uma comunidade de crença, língua, modo de vida, e provém de uma fonte territorial e de uma história localizadas num espaço de referência que está na ideologia do conjunto, pátria comum... Paraíso perdido (BRUNEAU, 1998: 6-7).

Muitas tensões são geradas por esse deslocamento forçado, pois é uma experiência colonial traumatizante, a perda desse território tanto em termos de espaço e cultura é impactante. Nesse território múltiplo, os sujeitos que o construíram e suas subjetividades, suas produções de significados foram marcadas pela História e pela literatura. Em relação à desvalorização que foi dada ao homem negro, à forçosa perda de sua identidade, ao rebaixamento a que eles foram submetidos, ou a maneira como os negros foram apresentados durante o período da escravidão percebemos que tudo estava de acordo com as conveniências e interesses políticos da época. Para tal compreensão, destaco as palavras de Hall:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela tornou-se politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de *diferença*. (HALL, 2005 apud AUGUSTONI e VIANA, 2010: 202, grifos do autor).

As práticas diaspóricas também faziam parte dos rituais feitos em Palmares, como a prática de manutenção dos laços comunitários e de resgate da identidade outrora perdida. É a prática da alteridade, tornam-se uma sociedade de acolhimento, como afirma (BRUNEAU, 1998: 8-9) “a diáspora como uma construção social visando estabelecer e manter laços entre populações migrantes, que se acreditam provenientes de uma mesma origem, real ou mítica, apresentando por isso características próprias”. Em relação a toda essa dispersão causada pela migração forçada – a diáspora africana, o exílio e as marcas que a escravidão pôde causar estão bem representados nesse trecho do Poema Sobre Palmares:

Quilombo!  
 costa africana  
 caçada humana  
 Angola e Congo  
 - quilombo!  
 tumba tumbeiro  
 navio negreiro  
 canseira e tombo

- quilombo!  
 venda no porto  
 marca no corpo  
 carga no lombo  
 - quilombo!  
 roda moenda  
 lavra fazenda  
 cava no fundo  
 - quilombo!  
 tuzima e tunda  
 relho na bunda  
 ferros e tronco  
 - quilombo!  
 fuga do açoite  
 negro na noite  
 caminho longo  
 - quilombo!  
 (SILVEIRA,1987: 4-5)

Esse território simbólico e funcional é o lugar onde os heróis palmarinos deveriam descansar após a morte, ou seja, enterrar os seus corpos. Na concepção de (HAESBAERT, 1994), o território funcional e simbólico seria um local onde exercemos domínio sobre o espaço, tanto para realizar funções como também para produzir significados. O território funcional está ligado às funções, aos recursos como proteção e abrigo: o lar, lugar de repouso. E o simbólico está ligado à produção de significado: a identidade. No poema *Song For Anninho*, Almeyda, deseja unir-se com a terra-o território, ela narra sua história aliada à de Palmares, para Zibatra uma índia curandeira:

I wanted my body to become  
 one with earth,  
 to become the earth.  
 And I saw it do so, Anninho,  
 the earth, the earth was me.  
 The flesh of the earth was my flesh. (JONES, 1981: 3).

Eu queria que o meu corpo se tornasse  
 um com a terra.  
 E eu vi isso acontecer também  
 a terra, a terra era eu.  
 A carne da terra era minha carne. (JONES, 1981: 3, tradução nossa).

No Poema Sobre Palmares a terra também era sagrada. Palmares é um território simbólico onde os corações latejavam, eram corações de tambor:

Palmares,  
coração latejante  
no perfil estufado do Brasil!  
coração de tambor  
ressoando no peito  
da história. (SILVEIRA, 1987: 10).

Em Song For Anninho há uma índia curandeira, Zibatra, conhecedora das ervas e de uma imensa cultura passada pelos seus ancestrais, ela é quem cuida de Almeyda e ouviu a versão de sua história sobre Palmares. Essa versão da história, como destaca (BOSI, 2002) tem por finalidade preservar as crenças e os valores de um grupo:

This is plant is Ipecacuanha that I rub on you...  
A fast cure; and its odor brings back memory  
And replenishes desire...(JONES, 1981: 9).

Esta planta é Ipecacuanha que esfrego em você...  
Uma cura rápida, e o cheiro dela traz a memória de volta  
E repõe desejo... (JONES, 1981: 9, tradução nossa).

No *Poema Sobre Palmares*, o poeta descreve a vegetação de Palmares, fala das famosas palmeiras as quais eram sentinelas também:

Palmar!  
Palmeiras de sentinela  
Guarnecendo a memória do teus  
Bravos! (SILVEIRA, 1987: 2).

A coletividade quilombola era o tempo todo submetida aos trajetos diaspóricos, além de muitos ali serem ex-escravizados, passam por uma longa jornada até chegarem ao Quilombo, muitas eram as caminhadas que tinham que fazer até conseguirem encontrar lugares seguros para a construção de novas habitações. E nessa perspectiva do novo Palmares Almeyda e Anninho também faziam seus planos:



At the new Palmares, we'll  
trade manioc and hide  
for houses, and ride through these mountains. (JONES, 1981: 89).

No novo Palmares, nós  
comercializaremos mandioca e esconderemos  
por cavalos e cavalgaremos através destas montanhas.  
(JONES, 1981: 89, tradução nossa).

Anninho e Almeyda querem contar, narrar, sua história, sobre o Quilombo dos Palmares, querem juntos entoar uma nova canção, enquanto seguem sua jornada. E à medida que Almeyda narra essa história, forma-se um quebra-cabeça como nos explica (SELIGMANN, 2003) que pouco a pouco, por meio de detalhes, a experiência traumática se torna nítida e através da canção reconstrói-se essa história:

This erth is my history, Anninho,  
none other than this whole earth.  
we build our houses on top  
of history. (JONES, 1981: 5).

Esta terra é minha história, Anninho,  
Nem mais nem menos que  
Nós construímos nossas casas em cima do topo da história (JONES,  
1981: 5, tradução nossa).

Almeyda ao reconstruir essa história em consonância com (SELIGMANN, 2003) quer salvá-la do esquecimento, precisa denunciar as barbáries e atrocidades cometidas contra os quilombolas. Conta sobre as crônicas que serão escritas narrando as guerras dos Palmares no acerto de contas, fala sobre zumbi ser o único homem temido por ela. E destaca que a imortalidade dele não poderia ser tirada, mas que os soldados portugueses em suas versões transformaram heróis em vilões:

We'll write his chronicles in wars against  
them, and in settling of accounts.  
Ah. They think they can kill his immortality.  
While I'm out writing his immortality.  
While I'm out writing his chronicles in  
expeditions against the Portuguese,  
you'll stay in the new place, writing  
his chronicles to hold against theirs.

You see how they transform heroes into villains,  
and noble actions into crimes, and elevated  
codes into venality?  
“I’ll write your chronicles, Anninho.”  
He laughs. (JONES, 1981: 78).

Nós escreveremos suas crônicas em guerras contra  
eles, e no acerto de contas.  
Ah. Eles pensam que eles podem matar sua imortalidade.  
Enquanto eu estou longe escrevendo suas crônicas em  
expedições contra o Português,  
você estará no novo Palmares escrevendo  
crônicas dele para manter-se contra as deles  
Você vê como eles transformaram heróis em vilões.  
e nobres ações em crimes, e elevados  
códigos em venalidade?  
“Eu escreverei suas crônicas, Anninho.”  
Ele ri. (JONES, 1981:78, tradução nossa).

O relato dramático sobre Palmares perpassa como elenca (SELIGMANN, 2003) pela rememoração do extermínio de muitos, pelos traumas e pelas dores, mas também é movido por fé, esperança de liberdade e amor. É por amor que Almeyda sobrevive para contar a história de luta e persistência em favor da liberdade dos palmarinos:

“We should go on, Anninho” (JONES, 1981: 18)

“Devemos continuar, Anninho” (JONES, 1981: 18, tradução nossa).

Em ambos poemas há muitas passagens marcadas, pela violência e pela dor. Como aponta (FANON, 2005) para o colonizador o colonizado é a encarnação do mal, essa é uma das inúmeras justificativas para tanta violência no período colonial. Muitas cenas de opressão, crueldade e a humilhação eram impostas aos negros que viveram esse período histórico. A respeito do tempo do cativo no *Poema Sobre Palmares há um trecho que* fala sobre a escravidão, seus horrores e mostra como Palmar foi à clareira, lugar da liberdade onde os negros não gemiam nos açoites, pois lá eram senhores de si mesmos:

Para Palmares veio o negro

Que não gemia nos açoites.  
 E pelo mato escuro veio o negro  
 Que se escondeu na própria noite.  
 Pela selva fechada veio negro  
 para quem o Palmar foi clareira.  
 (SILVEIRA, 1987: 5).

E em *Song For Anninho* a violência e a dor também são lembradas por Almeyda quando tem seus seios arrancados pelos soldados portugueses, como consequência causada pelas dores o seu útero secou e murchou. Sendo assim, quando conheceu o amor não pode mais ser uma mulher inteira:

The Portuguese soldier tore my necklace  
 Of seeds and shells and then he cut  
 Off my breasts. He was Without a name,  
 as I had no name for him.  
 This is an age that doesn't allow names,  
 Anninho, only eyes. (JONES, 1981: 79-80).

O soldado Português rasgou meu colar  
 de sementes e conchas e então ele  
 cortou meus seios. Ele era sem um nome,  
 como eu não tinha nome para ele. (JONES, 1981: 79-80, tradução  
 nossa).

Como observamos as obras em análise mostram a importância de uma nova forma de olhar, para esse sujeito negro que está sempre à margem. Os autores almejam a construção de uma nova identidade para os negros e deixam claro o sentimento de exaltação um grupo honrado de pessoas. Podemos dizer que eles fazem muito mais do que reivindicar um mero reconhecimento, eles resistem ao logo dessa história, juntamente com seu povo e buscam reapropriação de um espaço existencial que lhe sejam próprios.

## REFERÊNCIAS:

AUGUSTONI, P. & VIANA, A. L. *A identidade do sujeito na fronteira do pós-colonialismo em Angola*. Revista Ipotesi, Juiz de Fora. v. 14, n. 2, p. 189-205, jul./dez. 2010.

- BERND, Zilá. *Introdução à literatura negra*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRUNEAU, Michel. *Espaços e territórios de diásporas*. Tradução Lucy Magalhães [s.l.], 1998.
- CHARTIER, R. *Cultura Escrita, Literatura e História*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- \_\_\_\_\_. *História cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1988.
- COSER, Stelamaris. *Imaginando Palmares: a obra de Gayl Jones*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 629-644, set-dez. 2005.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”*. *ANAIS do V Congresso brasileiro de Geografia*. 1994. Curitiba: AGB, p. 206-214.
- JONES, Gayl. *Song For Anninho*. Boston: Beacon Press, 1981.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio (org). *História, Memória Literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: ed. Unicamp, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Adorno*. São Paulo: Publifolha, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O local da diferença: ensaios sobre memória*. São Paulo: Editora 34, 2005.
- SILVEIRA, Oliveira Ferreira. *Poema sobre Palmares*. Porto Alegre: Edição do Autor, 1987.

## QUILOMBOS CONTEMPORÂNEOS: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE A HISTORIOGRAFIA CONCEITUAL DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

Pablo Gomes Goulart<sup>1</sup>

### RESUMO:

Neste presente artigo busca-se apresentar uma breve análise conceitual sobre as discussões teóricas acerca do tema quilombo; sendo ainda mais preciso, a verdadeira motivação da construção deste estudo é a percepção da necessidade de divulgar a mudança conceitual e epistemológica que o termo quilombo sofreu principalmente a partir da década de 70, o que foi denominada de ressignificação quilombola, com estudiosos que perceberam que explicar o que são os quilombos pautados em afirmações realizadas ainda no período colonial brasileiro não compreende mais as demandas sociológicas e antropológicas que essas comunidades possuem hoje em suas formações sociais.

**PALAVRAS CHAVE:** Quilombos, Ressignificação.

### ABSTRACT:

In this article we present a brief conceptual analysis about the theoretical discussions about the quilombo theme; and even more precisely, the true motivation of the construction of this study is the perception of the need to disclose the conceptual and epistemological change that the term quilombo suffered mainly from the 70's, which was denominated quilombola resignification, with scholars who realized that explaining what quilombos are based on statements made even in the Brazilian colonial period no longer understands the sociological and anthropological demands that these communities have today in their social formations.

**KEYWORDS:** Quilombos; Resignification.

Quando tratamos e discutimos sobre quilombo, seja em um ambiente acadêmico ou não a primeira imagem que permeia o imaginário social é um grupo de pessoas que

---

<sup>1</sup> MESTRANDO EM HISTÓRIA SOCIAL PELA UFJF. Pablo.goulart49@gmail.com

fugiram da escravidão e formaram ali um lugar onde pudessem viver longe das atrocidades do regime escravista. Esta afirmação não está completamente equivocada, mas se ouvíssemos de pessoas ambientadas até meados do século XX.

Ao longo deste mesmo século, alguns estudiosos brasileiros dedicados à causa da incorporação do negro na sociedade em decorrência da dívida histórica que a sociedade brasileira possui por conta da escravidão longínqua e duradoura que perdurou por quase 400 anos em solo nacional questionaram o modelo tradicional e colonial que era dado aos quilombos desde pelo menos 1740, que a historiografia define como o primeiro momento em que a coroa portuguesa define o que é quilombo, “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte desprovida, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Essa mudança conceitual teve início com estudiosos e pesquisadores vinculados ao movimento negro tendo como o principal pioneiro Edison Carneiro, que em seu estudo denominado “ O Quilombo dos Palmares” datado de 1947 refunda a ideia das experiências da diáspora negra e história da África em território brasileiro, e em resultado desta análise foi um dos primeiros a sugerir uma classificação para os quilombos, chamando atenção para as “características e peculiaridades”, além de destacar os limites metodológicos das fontes usadas para analisá-los: produzidas pela repressão.

Argumentou sobre uma tipologia, no caso uma “fisionomia comum”, sendo que para ele o “movimento da fuga” por si só constituía a “negação da sociedade oficial”, e a formação de comunidades era a “reafirmação da cultura e do estilo de vida africanos”. Após este estudo pioneiro de Carneiro, Clóvis Moura em seu estudo denominado de “ Quilombos, resistência ao escravismo” continua com o pensamento estabelecido por Carneiro e salienta para a necessidade de entender os quilombos como um ponto de resistência, reafirmando a necessidade de mostrar o funcionamento e sociologia própria dos quilombos, segundo o autor o tipo de organização dos quilombos eram comparáveis a de verdadeiros “estados africanos” porém neste momento não pode ser atribuído uma noção de resistência fenotípica a estas comunidades. Somente a partir das décadas de 70 e 80, pautados nos estudos destes pesquisadores citados acima, outros autores começaram a tratar os quilombos como um símbolo contínuo de resistência ao sistema escravista, vinculando a luta racial e a noção de dívida histórica.

De acordo com Abdias Nascimento, “o quilombismo é um movimento político dos negros brasileiros”. Ele propõe que o quilombismo seja adotado como um projeto de “revolução não violenta” da população negra brasileira com o objetivo de criar uma nova sociedade, o “Estado Nacional Quilombista”. Para Abdias o “comunitarismo da tradição africana” unificaria os diversos níveis de vida e todos os meios de produção seriam de propriedade coletiva, com vistas a assegurar a realização completa do ser humano. Para esse autor o “quilombismo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial”.

Outro autor, ou melhor, autora, contemporânea a Abdias Nascimento que também trata da necessidade de ressignificar o conceito de quilombo é Beatriz Nascimento, historiadora e conhecida pelo ativismo ao movimento negro, a autora busca entender a contemporaneidade dos quilombos, que para ela é compreender a necessidade de uma reconfiguração conceitual, mas sem esvaziar o legado escravista e de luta presente no seio destas comunidades, é o que Beatriz Nascimento vai denominar de “Continuidade histórica”. Para a autora, “A continuidade seria a vida do homem – e dos homens – continuando aparentemente sem clivagens, embora achatada pelo vários processos e formas de dominação, subordinação, dominância e subserviência. Processo que aconteceu, ao longo desses anos, com aqueles que, em nossas abstrações, se englobam na categoria de negros” (NASCIMENTO, 1981:110).

Sendo assim, entender a história sobre os quilombos, desde sua origem fundadora, é de fundamental importância para entendermos a necessidade de incorporar a noção da continuidade histórica aos novos estudos desta temática, da qual também procuro levantar no estudo que realizo sobre uma comunidade remanescente de quilombo localizado em Petrópolis no estado do Rio de Janeiro denominada de Tapera.

Para uma melhor compreensão destas mudanças epistemológicas é necessário entender também a postura da historiografia como um todo, mas principalmente no que concerne aos estudos sobre escravidão. A partir da linha temporal citada no parágrafo acima os autores montam sua análise levando em consideração o escravo como agente da história, mostrando que a relação escravo x senhor seria, primordialmente, de caráter político, e que as formações dos quilombos deveriam ser entendidas dentro deste contexto. Portanto os estudos dos quilombos devem ser tratados de forma mais específica

e isolada, não podendo generalizar, pois cada comunidade possui um tipo de organização e infraestrutura que merece ser analisada individualmente.

Neste contexto surgem historiadores e historiadoras que vão se debruçar sobre a origem e características e diferenças presentes nos diversos quilombos que são encontrados em todo o Brasil, porém antes de apresentarmos esses estudos mais contemporâneos sobre o tema aqui estudado é preciso mostrar o ponto chave que legitimou a necessidade da mudança conceitual acerca do assunto, que foi o artigo 68, ou melhor, o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no artigo nº 68, da Constituição Federal de 1988 que começa a redefinir o conceito de quilombo e no seu enunciado consta que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Constituição Federal, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, art. nº 68, 1988).

Em torno desse artigo constitucional surgiram inúmeras possibilidades de análise sobre o que os estudos mais atuais determinam sobre o que é quilombo. José Maurício Arruti antropólogo e estudioso de comunidades remanescentes de quilombos as definem como:

Terras de uso comum: a área apossada de forma indivisa por um grupo de famílias ligadas entre si por estreitos laços de filiação e aliança [...], os limites físicos destas terras tendem a se confundir com os limites sociais e mesmo histórico-memoriais de uma determinada comunidade, na medida em que tal conjunto de famílias pensa e age como um grupo social dotado de uma identidade própria, vinculadas a sistemas simbólicos particulares e a regras de acesso ao uso das terras (ARRUTI. 2011: 287).

A historiadora Hebe Mattos, estudiosa das questões contemporâneas dos quilombos faz um análise significativa sobre como a implementação dos artigos constitucionais modificaram as análises sobre quilombos e suas diretrizes epistemológicas.

[...] Algumas comunidades negras rurais isoladas alcançaram certa notoriedade como possíveis descendentes de antigos quilombolas. A aprovação do artigo sobre os direitos territoriais das comunidades dos quilombos culminou, assim, em todo um processo de revisão histórica e mobilização política, que conjugava a afirmação de uma identidade



negra no Brasil à difusão de uma memória da luta dos escravos contra a escravidão. (MATTOS, 2005-2006:106).

No entanto, a maioria das muitas comunidades negras rurais espalhadas pelo país, em conflito pelo reconhecimento da posse tradicional de terras coletivas, então majoritariamente identificadas como “terras de preto”, nem sempre se associava à ideia histórica clássica do quilombo. Muitos dos grupos referenciados à memória da escravidão e à posse coletiva da terra, em casos estudados por antropólogos ou historiadores nos anos 70 e 80, tinham seu mito de origem em doações senhoriais realizadas no contexto da Abolição. Apesar disso, além da referência étnica e da posse coletiva da terra, também os conflitos fundiários vivenciados no tempo presente aproximavam o conjunto das “terras de preto”, habilitando-as a reivindicar enquadrar-se no novo dispositivo legal. (MATTOS, 2005-2006:106).

Com abrangência nacional, o processo de surgimento dessas novas comunidades quilombolas se apresenta hoje como uma realidade social inescapável. Segundo o decreto 4.887, de 20/11/2003, que regulamenta e legitima o artigo constitucional, em termos legais, “a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante auto definição da própria comunidade”, entendendo-as como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica única e singular, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”. (MATTOS, 2005-2006:108).

Mas há de surgir dúvidas sobre a origem destas mudanças conceituais, Se não são necessariamente descendentes de antigos acampamentos de escravos fugidos, escondidos nas matas desde o tempo do Brasil monárquico, de onde afinal surgiram esses novos quilombos? Como alguns estudiosos mais críticos tendem a ressaltar, eles têm claramente uma origem recente nas demandas por garantia de direitos à posse coletiva de terras, apresentadas por colonos e posseiros negros tradicionais, a partir do apoio de novos aliados, entre os quais a Pastoral da Terra da Igreja Católica, os movimentos negros, a Associação Brasileira de Antropologia e alguns outros atores da sociedade civil brasileira pós-redemocratização, que ocuparam papel especial neste processo.

Mas ainda, a autora Hebe Mattos aponta que há uma origem remota que não deve ser colocada de lado que é ancorada na formação de um campesinato constituído por escravos libertos e seus descendentes no contexto da desagregação da escravidão e de sua abolição no Brasil, que permite tais grupos reivindicarem-se como comunidades tradicionais e como quilombolas.

Diante deste cenário fica nítida a permanência do estado de luta ainda existente no seio destas comunidades, não mais em busca de liberdade como era no período escravista, mas sim em busca de seus direitos garantidos a partir da constituição de 1988, que em muitos momentos lhe são negados seja pela especulação imobiliária em regiões de veraneio ou tomada de terras por latifundiários em locais com forte influência do agronegócio; como, o estado de luta e resistência parece estar marcado no DNA dos moradores destas comunidades desde suas primeiras formações, seja em quilombos/cidades como Palmares ou comunidades pequenas compostas por um pequeno número de famílias, como a comunidade da tapera em Petrópolis RJ; é, e será sempre necessária uma atenção constante com o estado dessas comunidades que fazem parte de um conjunto de características de origens africanas em território tupiniquim tão importantes para a formação da identidade da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMANTINO, Márcia, FLORENTINO, Manolo. Uma morfologia dos Quilombos nas Américas. *Rev. Scielo*. Dezembro de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702012000500014>. Acesso em: 20 de março 2016.

ARRUTI, J. M. Quilombo. In: PINHO, O. (org.) *Raça: Perspectivas Antropológicas*. ABA / Ed. Unicamp / EDUFBA, 2008.

ARRUTI, José Maurício. *Relatório técnico-científico sobre a comunidade remanescente de Quilombo da ilha da Marambaia*. Rio de Janeiro, Koinomia/Projeto EGBÊ, 2003.

BOSI, Eclea. *O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia*. São Paulo: Ateliê de Psicologia. 2003.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1988.

GOMES & PEREIRA. *Mundo encaixado*. Belo Horizonte: Mazza; Juiz de Fora: UFJF, 1992.

GOMES, Flávio S. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo, Claroenigma, 1ª ed. 2015.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: Memória do Cativo e Políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 104-111, 2005-2006.

MATTOS, Hebe. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos: Memória do Cativo e Políticas de reparação no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 68, p. 104-111, 2005-2006.

MATTOS, Hebe; ABREU, Marta. Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: Memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *Revista Ibero-americana*, v. XI, 2011.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

\_\_\_\_\_, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTO, L.; KAISS, C.; COFRÉ, I. *Sobre o solo sagrado: identidade quilombola e catolicismo na comunidade de Água Morna (Curiúva, PR)*. Scielo, 2012. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-85872012000100003>. Acesso: 11/08/2017.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo, 2006.

REIS, João José, SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito: A resistência Negra no Brasil escravista*. São Paulo: 3ª, ed. Companhia das Letras, 2009.

VERAN, Jean François. Rio das Rãs: Memória de uma comunidade Remanescente de Quilombo. *Afro-Ásia*- Universidade Federal da Bahia, Bahia, p. 295-323, 1999.

YABETA, Daniela Paiva. *Marambaia: História, Memória e Direito na luta de um território quilombola no Rio de Janeiro*. Tese (doutorado em História) Programa de pós graduação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2014.

WEIMER, Rodrigo. *A gente de felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio grandense no pós emancipação*. Tese de doutorado; Rio de Janeiro, 2013.

## **EU SEI QUEM SOU: AUTODEFINIÇÕES DE MULHERES NEGRAS EM ANGELA DAVIS, LÉLIA GONZALEZ E PATRICIA HILL COLLINS**

Denise do Nascimento Santos<sup>1</sup>

Sei que vocês sentem comichões e vontade de vaiar quando veem uma mulher de cor se levantar e falar a respeito de coisas e dos direitos das mulheres. Nós fomos tão rebaixadas que ninguém pensou que iríamos nos levantar novamente; mas já fomos pisadas por tempo demais; vamos nos reerguer, e agora eu estou aqui. (Sojourner Truth, 1851)

### **RESUMO**

O objetivo desta comunicação é analisar os significados de autodefinição nos trabalhos das intelectuais Angela Yvonne Davis, Lélia Gonzalez e Patrícia Hill Collins e as possíveis tensões e diálogos estabelecidos entre estes e as imagens controladoras ou estereótipos construídos em relação às mulheres negras. Logo, o artigo irá analisar como a autodefinição, enquanto um dos principais pressupostos do feminismo negro permeia a escrita de algumas obras dessas intelectuais e se coloca como uma das ferramentas para a reconstrução e construção de novos imaginários sobre as corporeidades negras femininas, além de, a partir da busca de uma localização do pensamento e visão de mundo das mulheres negras, promover uma radical mudança social e política em sociedades marcadas pelo colonialismo e patriarcado branco.

**Palavras-Chave:** Intelectuais Negras. Autodefinição. Estereótipos. Interseccionalidade.

### **ABSTRACT**

The purpose of this paper is to analyze the meanings of self-definition in the works of the intellectuals Angela Yvonne Davis, Lélia Gonzalez and Patricia Hill Collins and the possible tensions and dialogues established between them and the controlling images or stereotypes built on black women. Therefore, the article will analyze how self-definition, while one of the main presupposeds of black feminism permeates the writing of some of these works of intellectuals and is one of the tools for the reconstruction and construction of new imaginaries about blacks females corporeities, from the search for a location of thought and world view of black women, to promote a radical social and political change in societies marked by colonialism and white patriarchy.

**Keywords:** Black Intellectuals. Self-definition. Stereotypes. Intersectionality.

---

<sup>1</sup>Graduada em Administração pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Especialista em Literatura e Cultura Afro-brasileira pela Universidade Federal de Juiz de Fora e História da África pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: denisensantos@yahoo.com.br.

## 1. QUEM ELES DIZEM QUE SOU?

O imaginário gerado em torno dos corpos negros femininos no século XIX pelas teorias racialistas legou às mulheres negras arquétipos e estereótipos centrados na objetificação e desumanização. Corpos de mulheres negras africanas foram construídos como selvagens, animalizados e violentos, assim como os corpos masculinos negros africanos, tornando-se justificativa para a disciplinarização e controle de corporeidades não brancas, bem como para a violência nos campos subjetivo e físico, essenciais para os projetos coloniais.

De acordo com Damasceno (2008) foi por meio do corpo de Saartije Baartmann que o cientista francês Georges Cuvier protocolou o termo raça. Saartije nasceu no Sul da África e pertencia ao grupo etnolinguístico Koi-san. Levada para a Inglaterra em 1810, pelo cirurgião Willian Dunlop, participou de espetáculos circenses e posteriormente na França era exibida em shows sendo exposta como um “elemento” exótico e animalesco do continente africano.

Logo, é no século XIX por meio das teorias racialistas que os corpos femininos negros africanos se configuram como o extremo e radical oposto aos corpos masculinos brancos europeus. Para KILOMBA (KILOMBA<sup>2</sup> 2012 apud RIBEIRO 2018) as mulheres negras seriam portadoras de uma dupla alteridade. Por não serem nem homens e nem brancas, seriam a antítese simultânea da masculinidade e da branquitude, dando-as a função e o lugar de o Outro do Outro.

## 2. FEMINISMO NEGRO: BREVE HISTÓRICO

O feminismo é um movimento criado para acabar com o sexismo, a exploração e a opressão sexistas (HOOKS, 2016). A definição utilizada por bell hooks (2016) amplia a significação do termo para além da superação das desigualdades entre homens e mulheres, incluindo as interconexões com outras formas de opressão e desigualdades que retroalimentam o sexismo.

Diante disso, o Feminismo Negro pode ser entendido como um movimento político, social e de produção epistemológica que insere na luta pelo fim do sexismo, o racismo como uma opressão essencial para se pensar o grupo histórico-social das

---

<sup>2</sup>KILOMBA, Grada. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. Münster: Unrast, 2012.

mulheres negras e contrapor a ideia de um discurso no qual as necessidades e experiências das mulheres seriam homogêneas (JABARGO, 2012).

Nos Estados Unidos o movimento feminista negro surgiu na confluência e tensão entre os movimentos abolicionistas e sufragistas tendo como precursoras Ida B Wells e Sojourner Truth. Segundo Jabargo (2012), as primeiras feministas negras foram extraordinariamente lúcidas ao posicionarem-se e fortes ao estabelecerem alianças com os homens negros nas comunidades de escravizados e com as mulheres brancas na luta pelo sufrágio feminino.

No Brasil, o Manifesto das Mulheres Negras apresentado no Congresso de Mulheres Brasileiras em 1975 marcou, de acordo com Moreira (2007), o primeiro reconhecimento formal das questões raciais presentes no movimento feminista. Já em 1985, as mulheres negras passam a estabelecer ligações com o movimento feminista a partir do III Encontro Feminista Latino-americano ocorrido em Bertioga (São Paulo). Neste ano, também aconteceram encontros estaduais e nacionais e a formação dos primeiros coletivos de mulheres negras.

### **3. INTELLECTUAIS NEGRAS: BIOGRAFIAS E OBRAS UTILIZADAS**

Lélia Gonzalez nasceu em 1935 em Belo Horizonte, Minas Gerais. Mudou-se com a família em 1942 para o Rio de Janeiro. Graduiu-se em História e Filosofia, tendo sido professora da rede pública de ensino. Posteriormente, concluiu o Mestrado em Comunicação Social e o Doutorado em Antropologia Política e Social. Como professora universitária na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro lecionou Cultura Brasileira e foi chefe do Departamento de Sociologia e Política. Lélia Gonzalez foi uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978. Além disso, participou da criação do Coletivo de Mulheres Negras N'Zinga e concorreu na política brasileira aos cargos de deputada federal e estadual em 1982 e 1986 respectivamente.

Angela Yvonne Davis nasceu em 1944 na cidade de Birmingham, no estado do Alabama. Em 1961 iniciou a sua graduação na Universidade de Brandeis em Waltham, Massachusetts, com especialização em Literatura Francesa. Davis, por meio de uma bolsa de Estudos, vai para a Universidade de *Sorbonne*, na França, onde começa a ser orientada em seus estudos de Filosofia por Hebert Marcuse. Em 1969, termina seu Doutorado em Filosofia. No mesmo ano foi nomeada professora de Filosofia da UCLA, mas acabou sendo demitida pelo então governador Ronald Reagan por seus

posicionamentos políticos. Angela Davis filiou-se ao Partido Comunista em 1968. Foi e é uma ativa militante do movimento pelos direitos civis, atuando na luta feminista, antirracista e contra o encarceramento como um empreendimento industrial. Atualmente é professora emérita do Departamento de Estudos Feministas da Universidade da Califórnia.

Patrícia Hill Collins nasceu na Filadélfia em 1948. Graduou-se em Sociologia na Universidade de Brandeis. O Mestrado e Doutorado de Collins são na área de Sociologia, o primeiro na Universidade de Harvard e o segundo na Universidade de Brandeis. Foi na década de 1970, diretora do Centro Afro-Americano da Universidade Tufts. Trabalhou por 23 anos, desde 1982 como professora no Departamento de Estudos Afro-Americanos da Universidade de Cincinnati. No ano de 1986, recebeu o título de *Charles Phelps Taft Distinguished Professor of Sociology*, atualmente é professora emérita da Universidade de Cincinnati e *distinguished professor* da Universidade de Maryland.

Nesta comunicação foram utilizados para análise o artigo Racismo e Sexismo (GONZALEZ, 1983), o livro Mulheres, Raça e Classe (DAVIS, 2016) e Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro (COLLINS, 2016).

No artigo Racismo e Sexismo, Gonzalez (1983) assinala que no Brasil três arquétipos – mulata, doméstica e mãe preta – colocam as mulheres negras em posições de subalternidade e desumanização limitando a presença e a produção intelectual dessas em espaços diversos. Gonzalez vai assinalar como o discurso de indivíduos negros é infantilizado e, dessa forma deslegitimado, em consequência do racismo.

No livro Mulheres, Raça e Classe (2016) a partir de uma perspectiva interseccional sobre as opressões de raça, classe e gênero, permeadas pelo capitalismo, Angela Davis elabora um estudo sobre as condições das mulheres negras escravizadas nos Estados Unidos do século XIX, argumentando também sobre diversos grupos femininos que reivindicaram a inclusão de suas pautas nos movimentos de mulheres nos séculos XIX e XX.

Em “Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro” (2016), Patrícia Hill Collins analisa os principais pressupostos do pensamento feminista negro, as premissas que o estruturam, bem como seu significado sociológico. Para a autora, o ponto de vista das mulheres negras é propulsor da construção de novos paradigmas acadêmicos.



#### 4. EU ME DEFINO

Nos textos estudados quatro dimensões podem levar a uma análise da autodefinição no trabalho das intelectuais: interseccionalidade, lugar ou ponto de vista, estereótipos e a fala caminho para uma nova construção epistemológica.

A autodefinição de mulheres negras configura-se no tema central que marca a história do feminismo negro e da produção de conhecimento das feministas negras. Segundo Patrícia Hill Collins (COLLINS, 2016: 102), “a autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana”.

##### 4.1 Interseccionalidade e lugar ou ponto de vista

A interseccionalidade, termo criado pela professora e jurista Kimberly Crenshaw em 1989, define como as várias relações de poder, opressões e discriminações atuam sobre a vida das mulheres. Para Crenshaw (CRENSHAW, 2012: 10) “a interseccionalidade sugere que, na verdade, nem sempre lidamos com grupos distintos de pessoas e sim com grupos sobrepostos”.

A interseccionalidade não pressupõe uma hierarquia de opressões (LORDE, 2013), mas suas conexões e o decorrente impacto que exercem sobre a vida de um indivíduo, determinando a posição deste em uma estrutura social instrumentalizada ideológica e institucionalmente pelo racismo e sexismo, por exemplo.

Gonzalez (1983) promove uma análise das articulações das opressões de gênero e raça sobre as mulheres negras, concluindo que “o lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira” (GONZALEZ, 1983: 244).

Para Gonzalez (1983), é num lugar de subalternidade, marginalidade e intersecção de opressões, fundamentado sobretudo pelo mito da democracia racial, que as mulheres negras também serão interpretadas e classificadas.

A percepção de um lugar no qual mulheres negras são interpretadas pela branquitude sob a ótica sexista e de desigualdades de classe também aparece no livro “Mulheres, Raça e Classe” (DAVIS, 2016). Por meio da construção histórico-social das lutas das mulheres negras na sociedade estadunidense, Davis (2016) argumentará sobre a posição destas na escravidão, nos processos abolicionistas, pelo sufrágio e por direitos.

É, por exemplo, a condição de mulher escravizada que possibilita às mulheres negras nos Estados Unidos vivenciar situações específicas de violência em relação aos homens escravizados. Submetidas às mesmas condições degradantes de trabalho a condição feminina de mulheres negras escravizadas era acessada com o estupro. Este se configurou em uma expressão ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre mulheres trabalhadoras.

Por outro lado, para Collins (2016) é a partir de sua posição marginal, determinada por sua raça, classe e gênero, em espaços de poder, principalmente nas universidades, que mulheres negras produzem um ponto de vista peculiar. O *status* de *outsider within*, estrangeira de dentro, proporcionaria às mulheres negras nos Estados Unidos um ponto de vista especial quanto ao self, à família e a sociedade. Collins (2016) afirma que este ponto de vista particular é um estímulo a criatividade, de forma a oferecer novas perspectivas epistemológicas.

No entanto, o meio acadêmico como salienta hooks (1995) torna-se um desafio para intelectuais negras na medida em que sua presença é vista como suspeita, sendo menos acolhida em relação a acadêmicas negras. Isso ocorreria tendo em vista o posicionamento e pensamento crítico daquelas e sua capacidade de desestabilizar a produção de conhecimento e os cânones centrados em elaborações racistas e sexistas. Desse modo, se para Collins (2016) o status de *outsider within* é necessário para uma mudança de paradigmas acadêmicos, ao inserir a experiência e saberes de mulheres negras em currículos dominados por autores brancos, ser a intrusa como afirma hooks (1995) implica em confrontar a resistência de universidades em aceitar como válidas as pesquisas e perspectivas de mulheres negras.

Como afirma Kilomba (2016), a academia não é um espaço neutro, mas que se configura em espaço de projeção do poder e da autoridade racial branca, sendo por isso um espaço de violência no qual pessoas negras têm sido classificadas, descritas e catalogadas como os Outros em relação a um Sujeito que é branco.

#### **4.2 Estereótipos ou imagens controladoras**

Partindo de um lugar ou ponto de vista imerso nas intersecções de raça, classe e gênero, as intelectuais irão analisar as imagens de controle criadas em relação às mulheres negras historicamente.

Jabargo (2012) salienta que a negação à categoria de não-mulher foi a única estratégia possível para as primeiras feministas negras norte americanas. É a partir dessa

negação, que diversas intelectuais negras examinam os estereótipos criados em torno de sua subjetividade e elaboram processos autênticos de definição de si mesmas e da categoria mulher negra enquanto grupo.

No artigo *Racismo e Sexismo*, Gonzalez (1983) assinala que no Brasil três arquétipos – mulata, doméstica e mãe preta – colocam as mulheres negras em posições de subalternidade e controle. É no carnaval que o mito da democracia racial é reencenado, ratificando as suposições e mitos da harmonia racial e da cordialidade brasileira. A mulata configura-se em um ser que é a um só tempo, o reflexo do hibridismo das raças brasileiras e da materialidade do imaginário sobre a sexualidade animalesca e anticristã dos corpos negros em Diáspora (GONZALEZ, 1983).

A versão cotidiana e distante da fetichização e do glamour da mulata seria a empregada doméstica. Para Gonzalez (GONZALEZ, 1983: 228), “o outro lado do endeusamento carnavalesco ocorre no cotidiano dessa mulher, no momento em que ela se transfigura na empregada doméstica”. A doméstica emerge fora do domínio da sexualização e promove a interligação entre raça e localização de classe. O arquétipo de empregada doméstica é um marcador de subalternidade para diversas mulheres negras independente de sua classe social. Configura-se em um lugar delimitado pela hierarquização racial brasileira que tenta destituir das mulheres negras a possibilidade de estarem e serem “imaginadas” em outros espaços e categorias profissionais.

A despeito da história de lutas por direitos das trabalhadoras domésticas ao longo dos séculos XX e XXI, esse estereótipo teria como propósito aproximar a imagem de mulheres negras das relações estabelecidas no período escravista no Brasil, nas quais caberia às populações indígenas, africanas e negras a ocupação de postos de trabalho caracterizados pela subserviência e subordinação.

Já a mãe preta, para Gonzalez (1983) seria a figura que daria uma rasteira na raça dominante. De acordo com a intelectual, a mãe preta é a responsável por propagar o pretuguês – uma mistura entre a língua portuguesa e algumas palavras de origem africana – para os filhos e filhas das famílias escravocratas. Apesar de, forçosamente, abdicarem da convivência com os próprios/as filhos/as para o cuidado com as crianças das casas grandes, diante da mãe preta a mãe branca seria a Outra, aquela que delega o cuidado, a educação e a formação inicial dos filhos a quem está à margem. Gonzalez (1983) reverte a possível crítica a uma postura submissa das mães pretas diante do sistema escravista, dando-a a função de mãe da cultura brasileira. Logo, a autora acessa o protagonismo

dessas mulheres trazendo a tona seu papel de coinventar um espaço de práticas escravistas burlando o controle e a negação aos valores culturais africanos e diaspóricos.

Como uma crítica relacionada a esta análise de Gonzalez (1983), pode-se analisar o impacto que este arquétipo tem sobre a produção intelectual feminina negra. A ideia de que uma personalidade maternal seria inerente a mulheres negras poderia promover a interrupção da assertividade e autonomia dessas.

Na análise de Gonzalez (1983) os arquétipos não são fixos, mas dependem da situação em que as mulheres negras são vistas. Possivelmente, existiria um lugar de trânsito determinado pela intersecção das opressões. Mulata e doméstica seriam atribuições de um mesmo sujeito, cuja escolha por um ou outro arquétipo seria resultante do contexto nos quais essas mulheres se encontram e como as perspectivas racistas, sexistas e de desigualdades de classes vão defini-las.

A análise de Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (2016) sobre as condições das mulheres negras escravizadas traz à discussão os estudos de intelectuais norte-americanos sobre as imagens construídas por estes. Em muitos casos, ancorados em visões paternalistas e estereotipadas, esses estudos não permitiram uma visão ampliada e complexa das relações, negociações e tensões construídas pelas comunidades negras. Para Davis (2016), Daniel Moynihan<sup>3</sup> (1967), por exemplo, revelou uma visão generalista sobre as mulheres negras definindo-as como propensas a serem esposas. Esse relatório relacionava os problemas sociais e econômicos da comunidade negra a estrutura familiar patriarcal, responsável por supostamente sufocar as masculinidades negras, sua autodeterminação e autoridade.

De acordo com Collins (2016), a imagem de mães negras fortes contradiz a noção patriarcal de poder familiar e por isso esse estereótipo torna-se, na contemporaneidade, uma forma de controlar um aspecto do comportamento das mulheres negras que é ameaçador as estruturas sexistas. Da mesma forma, a agressividade, presente no estereótipo de Sapphire nos Estados Unidos ou na “negra raivosa” ou “barraqueira” no Brasil, são para a socióloga subversões das definições de feminilidade criadas pelo patriarcado. Logo, os estereótipos ou imagens controladoras tem sobre as mulheres negras, assim como outros grupos marginalizados, o objetivo de desumanizá-las e controlá-las. Desse modo, “muitos dos atributos existentes nos estereótipos relacionados a

---

<sup>3</sup> MOYNIHAN, Daniel P. *The negro family: the case for national action*. Cambridge: MIT Press, 1967.

mulheres negras são, em verdade, versões distorcidas de aspectos do comportamento das mulheres negras vistos como os mais ameaçadores ao patriarcado branco” (COLLINS, 2016: 104).

Sobre isso, Davis (2016) revela que as mulheres negras escravizadas adquiriram características consideradas tabus pelos modelos de feminilidade do século XIX, de forma a criarem novos parâmetros para uma nova condição da mulher.

Portanto, reavaliar as imagens construídas a respeito dos corpos e da subjetividade de mulheres negras tem se apresentado na obra dessas intelectuais como ponto de partida para o entendimento das estratégias e tecnologias utilizadas pelo racismo e outras opressões para o controle, disciplinarização e subalternização de determinados grupos sociais.

### **4.3. Fala: caminho para a construção de novas epistemologias**

Por último, um aspecto que pode ser analisado para se pensar na autodefinição nas obras dessas intelectuais é a fala enquanto caminho para a construção de novas epistemologias promovidas por mulheres negras. É por meio da crítica às imagens criadas em torno dos corpos e das subjetividades das mulheres negras que essas e outras intelectuais negras elaboraram discursos autônomos e autênticos.

Gonzalez (1983) utiliza-se em seus artigos de uma linguagem que foge a norma culta da língua portuguesa demarcando a existência do pretuguês como contribuição à cultura brasileira e forma de cisão dos padrões acadêmicos de escrita, os quais excluem aqueles que não os dominam. Lélia Gonzalez desafia o cânone acadêmico ao burlar as regras gramaticais e as epistemologias brancas eurocêntricas, utilizando-as para análises sobre as populações negras e criando suas próprias formas de exame.

Para a intelectual,

o risco que assumimos aqui é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido falados, infantilizados (infans, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos), que neste trabalho assumimos nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa (GONZALEZ, 1983: 225).

Assim, o ato de falar transgride a possível tutela da branquitude sobre os discursos da população negra, ao mesmo tempo em que retira das margens as perspectivas daqueles considerados o lixo da sociedade.

Ao avaliar o movimento abolicionista e pelo sufrágio nos Estados Unidos, Davis (2016) percebe que racismo e sexismo mantiveram por algum tempo as mulheres negras

estadunidenses afastadas e/ou silenciadas das convenções e conferências. A intelectual desenvolve o estudo sobre os diversos âmbitos em que mulheres negras estiveram à frente, estimulando a luta por direitos para toda a comunidade negra por meio de seu trabalho intelectual, da formação de clubes e organizações e da educação das comunidades negras. As diversas formas de atuação deram as mulheres negras, as possibilidades de construir espaços de conhecimento e autoafirmação.

Ao delinear o significado e as premissas do pensamento feminista negro – o significado de autodefinição e de autoavaliação, a natureza interligada da opressão e a importância de redefinição da cultura – Collins (2016) analisa o conceito de *outsider within* de mulheres negras na Sociologia.

Logo, Collins (2016) afirma que mulheres negras podem inserir, em espaços nos quais são consideradas *outsiders within*, perspectivas e *insights* especiais apesar das resistências e da recusa desses locais em abrirem-se às intelectuais negras.

Afinal, para se tornarem *insiders* essas mulheres deveriam assimilar a perspectiva dos sujeitos dominantes de uma determinada área de conhecimento. Contudo, o ponto de vista destas, faz com que aja uma significativa divergência em relação às perspectivas dominantes. Uma postura crítica em relação à produção de conhecimento de homens brancos pode contestar a tentativa de universalização de vivências ou derrubar conceituações estereotipadas.

## 6. CONCLUSÃO

A partir desses quatro pontos levantados, pode-se perceber que a autodefinição é tomada como estratégia de (re) criação da própria realidade e de uma construção epistemológica que não somente é contra hegemônica, mas particular, peculiar, múltipla e pronta a promover a cisão das estruturas de poder vigentes, na tentativa de reorganização deste mesmo poder.

As escritas dessas intelectuais se articulam de forma a questionar as imagens criadas a respeito das mulheres negras, colocando sob suas análises a forma simbólica e subjetiva com que racismo, gênero e classe delimitam um não lugar ou um lugar de trânsito para estas. Por outro lado, a autodefinição é tomada como estratégia de (re) criação da própria realidade e de construção de feminismos negros. Logo, “autodefinição de mulheres negras dialoga com a dinâmica do poder envolvida no ato de se definir imagens do *self* e da comunidade” (COLLINS, 2016: 104). A autodefinição se

configuraria em espaço de (re) existências e produção de paradigmas e discursos que colocariam as mulheres negras no centro a partir de sua condição de marginalidade, colaborando para a afirmação pessoal e coletiva desse grupo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v. 31, n.01, p. 99-127, jan./abr., 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/se/v31n1/0102-6992-se-31-01-00099.pdf>. Acesso em: 09 set. 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. **A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero**. 1 ed. São Paulo: Ação Educativa, 2012. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2017.

DAMASCENO, Janaína. O corpo do outro – Construções raciais e imagens de controle do corpo feminino negro: o caso da Vênus Hotentote. **Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, v. 08, p. 01-07, ago., 2008. Disponível em: [www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina\\_Damasceno\\_69.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST69/Janaina_Damasceno_69.pdf). Acesso em: 02 dez. 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS, n. 02, p. 223-244, 1983. Disponível em: [https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7183/7183\\_3.PDF](https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/7183/7183_3.PDF). Acesso: 09 set. 2018.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 03, n. 02, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>. Acesso em: 02 dez. 2018.

HOOKS, Bell. Políticas feministas: de onde partimos. In: \_\_\_\_\_. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Tradução livre. 2016. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/politicas-feministas-de-onde-partimos-e28093-bell-hooks.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2108.

JABARGO, Mercedes. Introducción – Construyendo puentes: en diálogo desde / con el feminismo negro. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Feminismos negros: uma antologia**. Espanha: Traficantes de Sueños, 2012. p. 27-56. Disponível em: <https://www.traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Feminismos%20negros-TdS.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2018.

KILOMBA, Grada. **Quem pode falar?** Tradução para o português: Anne Caroline Quiangala. 2016. Disponível em: <http://www.pretaenerd.com.br/2016/01/traducao-quem-pode-falar-grada-kilomba.html>. Acesso em: 02 dez. 2018.

LORDE, Audre. **Não há hierarquia de opressão**. São Paulo: Rizoma, 2013. Disponível em: <https://rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde/>. Acesso em: 02 dez 2018.

MOREIRA, Núbia Regina. **O feminismo negro brasileiro: um estudo do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro e São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, SP, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/278996>. Acesso em: 02 dez. 2018.

RIBEIRO, Djamila. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. In:\_\_\_\_\_.**Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 122-127.



## Tem Ori<sup>1</sup> nas Afrodites : Diálogos de resistência em identidades diaspóricas

Giovana de Carvalho Castro<sup>2</sup>

### RESUMO

Pensar a construção de subjetividades negras é a coluna dorsal desse artigo. Para tanto foram utilizados dois artefatos culturais produzidos em temporalidade distintas que dialogam entre si por sua centralidade analítica em torno da estética negra como ferramenta de enfrentamento ao racismo. São eles Ori, lançado em 1989 e Afrodites de 2016.

Palavras chave: Subjetividades negras, Estética negra, Antirracismo

### ABSTRACT

To think of the construction of black subjectivities is the backbone of this article. In order to do so, two cultural artifacts produced in different temporality were used that dialogue with each other for their analytical centrality around the black aesthetic as a tool for coping with racism. They are “Ori”, released in 1989 and “Afrodites” of 2016.

Keywords: Black Subjectivities, Black Aesthetics, Anti-racism

Na esteira da escrita historiográfica o ofício do historiador percorreu muitos caminhos. Do positivismo com suas verdades rígidas, substanciais e inequívocas à sedução do construtivismo, de se fazer uma história ficção, de lacunas preenchidas pelas estratégias da imaginação. Mas dentre essas velas uma questão é ponto de partida: narrativas históricas são produzidas e as possibilidades de construção delas envolvem

---

<sup>1</sup> A concepção antropológica yorùbá (i. e., o pensamento acerca do homem) compreende o humano como feito de àrà (corpo), èmí (sopro/alma/elemento da vida), orí (cabeça/receptáculo do destino e da personalidade) e òkàn (coração, concebido como portador de inteligência e de conhecimento). Contudo, é a cabeça (orí) que recebe particular atenção, sendo considerada elemento central na identidade do sujeito, portadora do destino e divindade pessoal (BALOGUN,2007). Ori também nomeia o documentário produzido em 1989 por Beatriz Nascimento e Raquel Gerber composto pelos resultados de cerca de dez anos de pesquisa sobre a presença negra no Brasil.

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. giovanahistoria@bol.com.br

atores que tem suas experiências no tempo iluminadas e invisibilizadas de acordo com a produção dos discursos sobre eles.

No Brasil, esses discursos implicam em uma disputa de memórias e identidades forjadas à sombra dos processos traumáticos da escravidão, embasada na violência política e numa profunda exclusão alimentada pela negação ao reconhecimento do racismo, que alijou a população negra da história nacional inserindo-a numa estratégica invisibilidade e alicerçada num silêncio racial que varreu para debaixo do tapete as tensões e as disputas simbólicas inerentes ao debate. O racismo atua assim como obstáculo ao protagonismo do negro, sua agência com produtor de intelectualidade e de racionalidade.

Símbolo macro dessa exclusão o corpo negro tem sido terreno fértil para evidenciar as inúmeras formas como o racismo opera e como ele é afetado por ele, bem como ele se torna sinônimo de sobrevivência e resistência nas escritas sobre ser negro no Brasil. Inovadora e corajosamente, Beatriz Nascimento foi uma das primeiras intelectuais negras a pensar o corpo como território de resistência. Infelizmente enquanto mulher e negra sofreu a duplicidade do apagamento e suas análises acerca das relações entre racismo, corpo e identidade foram ignoradas, num desserviço que desconsiderou as relações entre o racismo e atributos corporais, bem como fez vista grossa às implicações simbólicas e materiais oriundas de como o corpo é experienciado em espaços racializados.

Imersos em sociedades pautadas pelo colonialismo, gênero e raça os corpos negros se configuraram como territórios abertos, expostos às interações com um mundo branco, hostil e homogeneizante. Degradados em suas manifestações, viram-se na emergência de construir estratégias de resistência e enfrentamento que articularam diversos movimentos negros pelo mundo, e, muitos desses na busca de ressignificar uma identidade descolada da tradição europeia, foram buscar na África suas origens, não a África concreta, mas uma mãe África mítica, romantizada, uma Atlântida como assinalado por Beatriz Nascimento.

GILROY (2001) é pontual em desconstruir essa perspectiva, invalidada segundo ele pela insustentabilidade da tese de pureza racial do movimento negro e pelas amarras impostas pelo essencialismo que invalida a concretude dos contatos entre colonizados e cultura europeia e seu pensar de si a partir disso. O que ele propõe no lugar dessa

mitologia? Um modo transnacional de pensar sobre a experiência negra, de um olhar sobre a diáspora para além da catástrofe que ela representa, mas também pela sua potência na configuração de uma mecânica cultural que, a partir da modernidade da qual se materializa, evoque reflexões que deem base para as lutas políticas atuais.

É dessa modernidade que se levantam dois artefatos culturais produzidos e aqui pensados numa perspectiva diaspórica. O primeiro é *Ori*, película que transpira força em imagem, resultado de quase dez anos de pesquisa, narrado e protagonizado por Beatriz Nascimento, ela mesma automeada Atlântica, descoberta de si feita ao longo da viagem pelo filme que pensa a aproximação dos dois hemisférios tendo o Atlântico como eixo de ligação. Nessa rota a África é partida e chegada ao mesmo tempo é também passageira e ingrediente primeiro da formação de uma nova identidade para o povo negro, uma identidade transatlântica. Nessa transmigração, como definido por Beatriz, “uma identidade nova brota da diáspora que, a revelia de reunir distintas culturas, as liga por um laço comum: a dor do exílio e da perda de si.” (ORI, 1989). O outro é *Afrodites*, um documentário produzido pela cineasta Renata Dorea em 2016 que traz para a centralidade da discussão a relação de mulheres negras com seu cabelo. Vinte e sete anos separam essas duas produções que se irmanam numa dimensão supratemporal ao trazerem para discussão as relações entre identidade, memórias individuais e coletivas e história do pensamento negro no Brasil.

Em *Ori* o mar abre a cena enquanto *Afrodites* se inicia ao som da voz rasgada de Elza Soares declamando que a “carne mais barata do mercado é a carne negra”<sup>3</sup>. Carne preta nas duas aberturas dão lugar a discussão que envolve a leitura desses dois documentários sobre corpo, racismo e identidades negras no Brasil. O corpo negro é protagonista nessas narrativas, pensado a partir de suas especificidades, como abrigo de dores inenarráveis e memórias traumáticas. Sobre o corpo negro recai uma história que lhe dá um lugar de centralidade nas lutas simbólicas em torno do ser/tornar-se negro enquanto espaço de negação ou de identificação.

Na trilha daquilo que COLLINS (2016) batiza de tradição de pensamento de mulheres negras Beatriz abre mão da neutralidade de suas proposições ao se assumir como uma mulher negra, e é desse lugar que emite suas falas, como pioneira, iniciadora

---

<sup>3</sup> Composição de Seu Jorge, Marcelo Yuca E Wilson Capellette

de caminho acerca de identidades e corporeidades negras. Protagonizando um momento em que o movimento negro no Brasil tinha como pauta primeira a necessidade do reconhecimento do racismo no Brasil, ela traz o corpo como instrumento político para emancipação e empoderamento negro, “(...) não somente o corpo como aparência – cor da pele, textura do cabelo, feições do rosto – pelas quais negras e negros são identificados e discriminados.” (RATZ, 2006). Esse lugar de análise do corpo se desenrola em eixos que revelam a pluridimensionalidade do ser negro em diáspora.

Crítica ácida da democracia racial supostamente existente no Brasil denuncia o tom falacioso do argumento que nada mais é que ideologia de dominação travestida de igualdade

a democracia racial brasileira talvez exista, mas em relação ao negro, inexistente. As manifestações preconceituosas são tão fortes que, por parte de nossa intelectualidade, dos nossos literatos, dos nossos poetas, da consciência nacional, vamos dizer, somos tratados como se vivêssemos ainda sob o escravismo (NASCIMENTO, 1974 apud RATTIS, 2006: 94).

Sob a signo do desenvolvimento e da civilização o Brasil afirmou-se como um país desprovido de conflitos raciais, terreno fértil para políticas de branqueamento que misturavam estudos sobre a subalternidade e a selvageria dos corpos negros sem que em momento algum esse ser negro fosse algo definido nas relações raciais. Ninguém era negro, e o “de cor” era usado com parcimônia e melindres em árduas situações nas quais a cor era um dado que necessitava ser colocado. Esse não referenciar não poupou a população negra do racismo, nem dos efeitos advindos dele, impulsionando-a para um esforço mimético que se assumiu como um desejo de inserção numa ordem na qual não havia espaço para ela. Segundo FANON (2008) essa atitude mimética é fruto do desejo do negro de se embranquecer, de se aproximar ao máximo da branquitude, de superar sua inferioridade e seu corpo traduz isso. Criado pelo hegemônico branco resta ao negro branquear, ocultar a cor, civilizar-se e render-se a uma estética que lhe é francamente estrangeira e inatingível. No contato inevitável e predatório com o branco no contexto da diáspora o negro não é indivíduo, é categoria homogênea e assustadora.

O colonizador se sustenta no racismo para estruturar a colonização e justificar sua intervenção, pois, através da difusão ideológica da suposta superioridade do colonizador, sua ação é vista como benefício e não como violência, o que resultou na alienação colonial, na construção mítica do colonizador e do colonizado [...]. Para Fanon (2008), o colonizado vivencia um processo de embranquecimento, ou seja, a negação de ser negro, sendo este processo alimentado pelo

colonialismo. Porém, como o colonizado não pode ser branco, constrói para si uma “máscara branca”, para negar sua cultura, sua identidade. A máscara é um grave sintoma do quanto a ideologia do colonizador acabou penetrando na consciência do colonizado; em outras palavras, representa o seu sentimento de inferiorização, de baixa-estima, provocando, inclusive, transtornos psicológicos. (CARDOSO, 2012: 115-116).

Essa duplicidade também impacta Beatriz que, na esteira das articulações, expõe as faces do racismo à brasileira, enfrenta diretamente os cânones acadêmicos empreendendo, ao mesmo tempo, uma viagem na qual também questiona sua própria identidade e o que a define.

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda hoje o resto de si mesmo. Ser negro não pode ser resumido a um “estado de espírito”, a “alma branca ou negra”, a aspectos de comportamento que determinados brancos elegeram como sendo de negro e assim adotá-los como seus. (RATZ, 2006: 108).

Mas negro não é uma categoria de enfoque simples e objetivo. Envolve um imbróglio associado ao fenótipo, mas que não pode limitar-se a ele, herança, ancestralidade, pertencimento e historicidade, enquanto a negritude consiste num espaço tensional que revela em si a identidade do ser negro associada a um lugar subalterno em seus espaços relacionais. Essas negociações em torno da cor envolvem uma dança esdrúxula com ideologias raciais que, apesar das suas particularidades, dialogam em termos práticos para operacionalizar de todas as formas o engendramento do subalterno associado a aspectos étnicos. Assim, para SPIVAK (2010), é a síntese da representação atribuída àqueles desprovidos de fala, silenciados, desempoderados, acarretando uma invisibilidade que, para Beatriz, está na raiz da perda da identidade.

Essa identidade buscada é também um desafio, pois encontrá-la envolve uma memória de dor. Quando MBEMBE (2017) afirma que negro é aquilo que se vê quando nada mais se vê estabelece um norte explicativo para uma opressão que não desaparece pela assunção da identidade. As tramas do biopoder se mantêm articuladas engendrando mortes simbólicas e físicas que tem no alterocídio seu alicerce primeiro. Se seu eu em nada se relaciona com o outro do subalterno instala-se uma dessemelhança hierarquizante, numa bilateralidade que é sempre desigual. Essa polarização é

amalgamada pela ameaça latente expressa nesse outro subalterno, de nomenclatura ameaçadora, selvagem, da qual só é vista a partir do desejo de eliminação. Negro em todas as suas formas.

Esse ser outro inferior criado pelo colonialismo e pela visão eurocêntrica de civilização obstaculiza a criação dessa identidade negra associada a negritude e inserir-se num mundo negro implica necessariamente no reconhecimento dessa fragmentação identitária. O riso debochado provocado pela sua presença, a rejeição inerente a isso e o desejo de ser reconhecidas por vias positivadas marcam as Afrodites em instâncias distintas. Vistas pelas lentes dos outros elas provocam estranhamento em seu desejo de encrespar.

Como brinquedo nas mãos do branco o negro fica paralisado mediante sua inexistência e passa a atrelar sua sobrevivência a rejeição de tudo que for negro em sua estética. Para as Afrodites o cabelo é símbolo dessa rejeição. Instadas a busca de uma visibilidade positivada todas narram sua inserção no mundo da química capilar, no alisar dos cabelos como campo tradicional das relações familiares e afetivas. Trabalho, esforço, dificuldade, feiúra. Todas essas características atribuídas ao cabelo crespo vão de encontro à conclusão primeira de Beatriz sobre a relação entre estética e identidade, pois “é preciso a imagem para recuperar a identidade. Porque o rosto de um é o reflexo do outro. O corpo de um é o reflexo do outro e cada um o reflexo de todos os corpos” (ORI, 1989). Esse corpo transformado e resgatado é o simbolismo das Afrodites para seu renascer como protagonistas que, junto com o tornar-se negro, passam a dialogar com a negritude. Como isso se irmana? Ou se separa?

Irmana-se porque, imersas nessa cacofonia, assumir-se negras também traz benesses, pois, o corpo individual torna-se coletivo ao adentrar num novo mundo de significados que, no olhar de Beatriz, oportuniza a ele vivenciar encontros consigo mesmo, ou melhor, reencontros “de uma imagem com outras imagens no espelho: com negros, com brancos, com pessoas de outras cores e compleições físicas e com outras histórias”(ORI, 1989). Afrodites bem o dizem. Reconhecimento de uma dor da qual se deseja apartamento, do (...) eu não (quero) continuar sofrendo acabando com minha autoestima como foi minha vida inteira”(AFRODITES, 2016) denota como o corpo transmuta-se em lugar de memória, de dor, mas também de “um golpe de cabeça, um jeito

de corpo para escapar dos estereótipos, dos preconceitos e do racismo explícito” (ORI, 1989) uma reinvenção de si que, ainda que perpassada pelo hegemônico enquanto afastamento, já não o tem mais como aspiração.

Suas experiências pessoais se misturam no roteiro no mapeamento dos efeitos perversos do racismo que invisibiliza outras referências que não as da branquitude e gravam à fogo na pele da população negra a percepção da própria inexistência. Como reflexo agrava-se a subalternidade na busca de uma autonomia que a aprisiona ainda mais

Como então nos desfazemos dos nossos complexos? Acreditando que embranquecemos quando clareamos a pele? Quando alisamos o cabelo? *Quando casamos com branco, surgindo a possibilidade da próxima geração ser mais clara?* Quando acreditamos na democracia racial brasileira? Quando aceitamos frases como “sou o branco mais preto do Brasil?” (*Samba da Benção*, de Vinícius de Moraes)? Quando ascendemos de classe social? Quando nosso grupo com o qual nos relacionamos, é totalmente branco? Quando acreditamos que apesar de tudo “contribuímos para a formação da etnia brasileira através da culinária e da música”, como quer a maioria dos nossos livros de História e Geografia? Contribuímos ou fomos forçados a fazer esta cultura? Nossa “contribuição” foi de escravos. (NASCIMENTO, 1974 apud RATTTS, 2006: 97).

A resposta para a libertação segundo Beatriz está no quilombo. Para recuperar a posição de sujeito é necessário historicizar, fortalecer a assunção de que “é tempo de falarmos de nós mesmos não como ‘contribuintes’ nem como vítimas de uma formação histórico-social, mas como participantes desta formação”. (NASCIMENTO, 1974 apud RATTTS, 2006: 101).

O termo quilombo que ela ambiciona está para além de identidade histórica, é ideológico. Metáfora de resistência e reinvenção calcada na possibilidade de reunião de corpos negros cientes de sua negritude e articuladores de redes de resistência e autodeterminação.

[...] a utilização do termo quilombo passa a ter uma conotação basicamente ideológica, basicamente doutrinária, no sentido de agregação, no sentido de comunidade, no sentido de luta como se reconhecendo homem, como se reconhecendo pessoa que realmente deve lutar por melhores condições de vida, porque merece essas melhores condições de vida desde o momento em que faz parte dessa sociedade. (NASCIMENTO, 1989 apud RATTTS, 2006: 53).

Seu nascimento a partir da fuga também é uma analogia. Para ser negra é preciso se desvincular da negra construída pelo branco, sair da categoria para a identidade. A fuga

é então um ato primeiro de rebeldia, de quem sabe não ser propriedade. Dentro dessa estrutura o corpo mais uma vez desponta como ícone de resistência. Afigura-se como ávido por espaços que lhe foram usurpados, dando a presença, existência: “A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou.” (NASCIMENTO, 1989 apud RATTTS, 2006: 59).

O corpo negro recriado por Beatriz é um corpo faminto, que contesta os espaços que ocupa e que ambiciona espalhar-se por eles em sua coletividade no engendramento de políticas de representação subversivas da dominação racial, por que “é muito mais que um cabelo, é um ato de resistência (...) a gente precisa muito empoderar as pretas porque a gente precisa deixar isso bem firmado”.(AFRODITES, 2016)

Na cabeça das Afrodites concentra-se um novo lugar, um novo encontro. Se na narrativa de Beatriz o “Ori significa a iniciação, um novo estágio da vida, a uma nova vida, um novo encontro” a transição capilar se estabelece enquanto rito iniciático de uma nova dimensão de ser, para uma negritude que “sabe fazer com que uma cabeça se articule consigo mesma, com seu passado com seu futuro e com seu momento ali”.

O corpo transmutado em documento evoca uma história que, segundo NASCIMENTO (1989) permite que, mesmo durante o domínio de um sistema social brote de dentro dele “um outro sistema diferencial, e é isso que o quilombo é. Só que não é um estado de poder no sentido que a gente entende. Poder político, poder de dominação. Por que ele não tem essa perspectiva. Cada indivíduo é poder, cada indivíduo é quilombo”

Quilombo traduz-se assim em identidades em trânsito, em mutabilidade, em conflito. Se no esforço da cultura diaspórica o reivindicar do ser negro implicou em tensas negociações sobre o conceito talvez pensar num corpo coletivo e constituir uma mentalidade quilombola possam transformar-se em ferramenta para que Afrodites, frente a espelho, se deparem com Beatriz.

## FONTES

ORI. Direção de Raquel Gerber. Brasil, 1989. 131 min

AFRODITES. Direção de Renata Dorea. Juiz de Fora, 2016. 20 min

## REFERÊNCIAS



BALOGUN, O. A. **The concepts of ori and human destiny in traditional yoruba thought: a soft-deterministic interpretation.** Nordic Journal of African Studies, v. 16, n. 1, p. 116- 130, 2007.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras.** 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Soc. estado., Brasília , v. 31, n. 1, p. 99-127, Apr. 2016 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922016000100099&lng=en&nrm=iso)>. access on 25.08.2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Bahia: Editora Edufba, 2008XAVIER, Arnado. **Beafricanção.** In: RATTTS, Alex; GOMES, Bethânia (Org.). Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015. p. 118.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência.** São Paulo, Rio de Janeiro: 34/Universidade Cândido Mendes – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra.** Lisboa: Ed. Antígona, 2017

NASCIMENTO, Beatriz. **“Um retrato”.** In: RATTTS, Alex; GOMES, Bethânia (Org.). Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015

RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica, sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento.** São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silencing the Past: Power and the Production of History.** Beacon Press, 1995

XAVIER, Arnado. **Beafricanção.** In: RATTTS, Alex; GOMES, Bethânia (Org.). Todas [as] distâncias: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Salvador: Ogum's Toques Negros, 2015. p. 118.

## **“A REVOLUÇÃO SERÁ CRESPA E NÃO NA TV...”:<sup>1</sup> NOVÍSSIMAS MÍDIAS, MODA E RAÇA NO BRASIL\***

Ana Beatriz Fernandes Lima Silva<sup>2</sup>

### **RESUMO**

O presente artigo busca realizar uma breve recapitulação histórica dos momentos de visibilidade e invisibilidade das mulheres negras brasileiras, as condições econômicas e sociais às quais estiveram expostas e a reverberação dessas dinâmicas na atualidade. A utilização de plataformas da internet para a construção dos discursos descentralizados se apresenta como o foco da análise.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Representação Racial; Novas Mídias; Mulheres Negras.

### **ABSTRACT**

The present article seeks to make a brief historical recapitulation of the moments of visibility and invisibility of the Brazilian black women, the economic and social conditions to which they were exposed and the reverberation of these dynamics in the present time. The use of Internet platforms for the construction of decentralized discourses presents itself as the focus of the analysis.

### **KEYWORDS**

Racial Representation; New Media; Black Women.

### **Introdução**

Partindo do pressuposto de que as mulheres negras estão em situação de vulnerabilidade, e são compelidas a vivenciar diariamente as opressões combinadas do racismo e do machismo, considerou-se oportuno delinear os modos como essa dinâmica ocorre no âmbito da moda e da cultura de massa. As teorias raciais – e racistas – e as ideologias patriarcais que fundamentam a sociedade brasileira desde sua fundação são fatores que influenciam diretamente no acesso da população negra à educação, saúde e

---

<sup>1</sup> Trecho da música “Ouça-me” da rapper paulista Tássia Reis. Temas como a valorização do negro, de sua beleza e potencial, bem como mensagens feministas são recorrentes em suas letras que tratam tanto de sua experiência pessoal quanto de experiências partilhadas com outras pessoas negras.

<sup>2</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Artes, Cultura e Linguagens, na linha de pesquisa Arte, Moda: História e Cultura, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Bolsista CAPES (2018-2020). beatrizflimas@gmail.com

qualidade de vida, bem como aos produtos e serviços que atendam suas demandas específicas.

Além dessas dificuldades conservadas pelo sistema, outros empecilhos advindos do pensamento racista, como a associação da imagem dos negros aos estereótipos negativos ligados a cor, apresentaram-se como obstáculos à identificação dessa parcela da população com os modelos de beleza produzidos pela indústria da moda e ao interesse do mercado em tê-los como seus representantes nas publicidades. Para compreender essas problemáticas é necessário, portanto, considerar todo o histórico de exclusão social, econômica e cultural ao qual esse grupo foi submetido desde o período colonial.

O objetivo central constitui-se em investigar o lugar delegado à mulher negra no âmbito da coletividade, bem como explorar as potencialidades no uso da moda e da tecnologia para amplificar as vozes subalternizadas. Ademais, as temáticas sobre os modos de representação da mulher negra desenvolvidas nos estudos acadêmicos, com raras exceções estão situadas na época contemporânea. As práticas digitais recentes e a repercussão na vida cotidiana ainda não constituem um campo estimado de fontes de pesquisa sobre o assunto.

A metodologia deste trabalho consistiu na pesquisa e análise de fontes bibliográficas sobre a história da população negra no Brasil, desde o período da escravidão e suas reverberações na contemporaneidade. Além do uso de textos originais e interpretações de outros autores, sites e redes sociais de produtoras de conteúdo negras constituíram um suporte para a análise dos discursos.

O texto se organiza de forma cronológica a fim de estabelecer precedentes para a argumentação das práticas que se desenvolveram a partir do século XX e que se consolidaram no século XXI. Por fim, de modo a imprimir um caráter inovador ao trabalho, foi realizada a abordagem da temática recente das redes sociais e do apelo às identidades pós-modernas.

### **As representações do negro: alguns apontamentos sobre imagens, reflexos e projeções**

Para o indivíduo negro, que por um longo período de tempo ficou relegado à invisibilidade e ainda enfrenta dificuldades em ser ver representado dentro de um sistema racista, a produção de imagens pode ser entendida como um ato de transgressão e construção de significados.

Em um primeiro momento os negros e os indígenas brasileiros foram retratados nas pinturas como objetos do olhar científico, ocupando paisagens irreais e atuando como personagens de narrativas fantasiosas e doutrinárias. O pintor Jean-Baptiste Debret se destacou entre os artistas que retrataram a população negra durante o período colonial, principalmente por registrar cenas domésticas e atividades cotidianas (SOUZA, 2007).

Com o desenvolvimento da técnica fotográfica, a possibilidade de produzir imagens mais próximas ao real e em maior quantidade, logo se mostrou como uma vantagem. Sobre o sucesso dos retratos no Brasil do século XIX, Koutsoukos argumenta:

Rapidamente, muitos fotógrafos estrangeiros invadiram a Corte e outras cidades brasileiras, fugindo talvez da concorrência profissional que havia em seus países de origem, em busca de fortuna e sucesso no mercado que se abria, e/ou atraídos pela diversidade possível de temas, dada a beleza “pitoresca” do país, já descrita antes e ao mesmo tempo por numerosos viajantes e registrada em desenhos e litografias aquareladas. (KOUTSOUKOS, 2006: 16)

O racismo das instituições que controlam a difusão de conteúdos pareceu se tornar mais brando em alguns momentos, como ao abordar temáticas negras em suas produções desde meados do século XX e incentivar a valorização de elementos da cultura afro-brasileira. Em oposição às pautas que reivindicam o bem-estar social dos grupos mais fragilizados no interior da sociedade brasileira, as novelas, por exemplo, podem ser percebidas como espaços utilizados pela mídia para defender seus interesses junto à população. Eventualmente atuando como formas complementares para suprir as demandas por lucro, as novelas apresentam modelos de ser, vestir e consumir e ao relacionar certas atitudes com produtos específicos cumprem sua função de manter o mercado consumidor em crescimento.

A valorização do poder de compra dos negros forçou o desenvolvimento de novas identidades mais adequadas. Referências a serem seguidas tornaram-se aos poucos disponíveis em páginas de revista, na televisão e na internet. Se antes as atrizes e os atores exerciam o papel de mediadores da relação entre empresas e público, atualmente o próprio público elege seus representantes, pessoas comuns, para servirem de exemplo. A sociedade sistematizada pela lógica do consumo propõe novas práticas cotidianas, maneiras de ser e pensar.

Apesar da questão do consumo ser cara à parte da população negra, existe também a necessidade de solucionar questões que afligem um número maior de pessoas e que foram requisitadas por muito tempo. Na passagem do século XX para o século XXI

ocorreram algumas mudanças políticas e econômicas no Brasil que podem ser observadas a partir dos meios de comunicação massiva.

Uma das datas fundamentais para começar a pensar essas mudanças é o ano de 1995, marcado pelo início do governo de Fernando Henrique Cardoso, eleito presidente pelo PSDB, Partido da Social Democracia Brasileira. Cientista político e sociólogo, FHC desenvolveu alguns trabalhos sobre a questão racial no Brasil, e apesar de não colocar essa questão como fundamental em seu governo, possibilitou alguns avanços junto ao movimento negro. Após dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, de 1995 até 2002, foi eleito como seu sucessor o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores. Na gestão de Lula e seus aliados, as pautas do movimento negro estiveram no centro dos debates sociais, entretanto isso não se mostrou suficiente para sanar de vez os problemas que a população negra enfrenta no Brasil.

A Lei 10.639/2003 que obriga a abordagem da História e Cultura Afro-Brasileira no Ensino Fundamental e Médio, bem como a efetivação das cotas raciais no ensino superior são alguns dos avanços concretizados nos últimos anos. As políticas socioeconômicas implantadas nas últimas décadas possibilitaram o crescimento de postos de trabalho e conseqüentemente o aumento da renda, convertida no acúmulo de bens pela população.

Assim como citado anteriormente, a partir da década de 1990 foi possível notar a mobilidade social e principalmente econômica de uma fração da população negra. A possibilidade de consumo, o acesso à informação e à educação superior foram algumas das mudanças que serviram como base para uma transformação também nos modos de representação do negro nas telenovelas, atuando para além dos papéis de empregados ou escravos e no caso das mulheres principalmente sendo possível usufruir de identidades que não mais estivessem atreladas somente à doméstica ou ao estereótipo adaptado da “mammy” norte-americana.

A teledramaturgia brasileira, independentemente de qualquer falha, sempre teve importância fundamental no debate e na exposição de temáticas sociais, sendo as novelas um dos espaços mais favoráveis para isso, pois não exigem conhecimento formal prévio ou alfabetização, e constroem seu sentido através de imagens. Entretanto, apesar de ser um meio que não prevê nenhum conhecimento anterior, essas são plataformas que pertencem a um grupo dominante e que serve justamente para resguardar seus interesses, ou seja, o debate dos temas nem sempre é uma ação indiferente ou até mesmo

benevolente, mas algo que dialoga com um projeto de nação, que nesse caso tende a aproximar-se da ideia de miscigenação e democracia racial.

### **“A revolução será crespada e não na TV...”: um estudo de caso sobre produtoras de conteúdo negras e plataformas digitais**

O desenvolvimento dos meios de comunicação e a integração de pautas negras nos conteúdos elaborados no fim do século XX representaram avanços consideráveis, entretanto, com o início do século XXI, a facilidade do acesso às novas tecnologias provocou mudanças ainda maiores na relação dos indivíduos com a sociedade.

Bruna Fernandes (2013) esclarece, em sua dissertação sobre a relação entre os blogs de moda e a influência que exercem nos comportamentos de consumo que, ‘A internet existe desde a década de 60 e nessa altura era utilizada para fins militares e acadêmicos. [...] sua utilização comercial começou apenas na década de 90. Desde então sua evolução tem sido exponencial.’ (FERNANDES, 2013: 16).

No caso do Brasil, o acesso aos computadores e à internet ocorreu de forma gradual devido ao alto valor das máquinas e à dificuldade de se conectar, já que isso depende da instalação de aparato específico. Em meados da primeira década deste século começaram a surgir as redes sociais, salas de bate-papo e fóruns dos mais variados assuntos. O fácil acesso à informação e a possibilidade de falar por si mesmo foram alguns dos atrativos dessa nova forma de comunicação.

Outro ponto que deve ser ressaltado é o crescimento do uso de aparelhos celulares conectados à internet, que segundo o Instituto Data Popular alcançou em 2015 a marca de 47% da população, algo por volta de 81,5 milhões de pessoas. A possibilidade de ter informações ao alcance das mãos, porém, não impede que as notícias sejam pouco aprofundadas, e que necessitem de atenção.

Recentemente com o crescimento acelerado de plataformas como o *YouTube*, o *Facebook* e o *Instagram* algumas pautas ganharam ainda mais notoriedade. Para além da influência de movimentos políticos e sociais que se organizam *off-line*, os debates sobre feminismo e racismo, por exemplo, tornam-se cada vez mais comuns e chegam a um número muito maior de pessoas com a facilidade de um toque.

A preferência por imagens e vídeos que sejam de fácil assimilação e não demandem tempo também torna menos complicada a veiculação de ideias,

principalmente entre os mais jovens. Sobre este assunto, o Coletivo Feminista Não Me Kahlo expõe na parte introdutória de seu livro:

É muito improvável que uma pessoa que está navegando pelas redes sociais queira parar para ler um artigo acadêmico de vinte páginas sobre o feminismo, não é? Porém, essa mesma pessoa estará disposta a assistir a um vídeo, a ver uma imagem ou a ler um texto menor que lhe interesse. Sendo assim, alguém que nunca tenha tido contato com o feminismo passa a tê-lo e a compreender melhor nossa agenda (2016: 13).

O movimento feminista e pelos direitos dos negros, ao se inserir nos espaços de debate da internet sofrem mudanças não apenas no que tange aos discursos, mas principalmente em relação às suas práticas.

Atualmente também é possível identificar o uso do discurso de empoderamento, algo como tornar-se “poderoso” através de atitudes e conscientização sobre determinados assuntos que concernem à sua própria experiência, enquanto dispositivo imprescindível para a mudança social, simplificando as demandas e transformando-as em ações individualizadas e apolíticas.

O foco no sucesso das mulheres, o incentivo à tomada do mercado de trabalho, o empreendedorismo e o acúmulo de funções em busca de independência financeira se convertem em gastos com produtos, o que conseqüentemente incentiva o mercado a produzir uma quantidade cada vez maior de itens para serem consumidos por esse público. Além disso, também é importante dar atenção aos modelos de beleza veiculados pela publicidade e ditados arbitrariamente pela indústria.

As revistas e a televisão cumpriram muito bem seu papel de disciplinar o corpo feminino apesar de limitar a poucos exemplos os modos de ser mulher. Ao contrário dos meios tradicionais, a internet possibilitou que mais tipos de beleza fossem considerados. No caso das mulheres negras, apesar da visibilidade em campanhas publicitárias ter aumentado nos últimos anos, ainda não representa uma quebra total dos padrões impostos, mas uma adaptação necessária para suprir um público ávido por se ver representado.

Os cabelos lisos e sem defeitos aos poucos são substituídos por cachos igualmente perfeitos que quase sempre compõe o visual de mulheres jovens, magras e de pele mais clara.

Com o desenvolvimento rápido da internet e a possibilidade de expressão para além das mídias tradicionais, surgiram os primeiros blogs, plataformas que concentram textos e imagens produzidos por pessoas que não são necessariamente especialistas em

determinado assunto, mas que decidiram compartilhar opiniões, experiências e conhecimentos.

No Brasil, os blogs de moda e beleza começaram a se tornar comuns em meados da primeira década do século XIX e eram páginas pessoais, em sua maioria, destinadas para análise e resenha de produtos, tópicos relacionados à moda de rua e dicas de compras. Segundo pesquisa desenvolvida por Fernandes (2013), com o advento da internet o comportamento dos consumidores passou por muitas mudanças, e a geração de conteúdos nos meios digitais tornou-se mais relevante para a decisão de compra de terceiros do que os *reviews* fornecidos pelos fabricantes, por exemplo. Aos poucos começou a se delinear a dinâmica que é observada atualmente, onde as *blogueiras*, que em certa medida representam os interesses do consumidor, passaram a ser parte fundamental na intermediação das relações entre as marcas e seu público-alvo.

As resenhas de produtos de beleza para as mulheres negras mostraram-se importantes. Partindo do pressuposto de que até pouco tempo atrás poucas mulheres negras protagonizavam publicidades de moda de maneira significativa e que o acesso às informações sobre os produtos mais indicados de acordo com a textura dos cabelos ou características da pele estava restrito a espaços muito específicos, a possibilidade de poder se informar sobre o produto mais apropriado para sua situação significou um grande avanço. O apelo das resenhas para esse público pode ser justificado também pelo fato de configurar-se como um grupo jovem, e que mesmo possuindo poder de compra não é ele próprio o controlador do dinheiro, ou seja, todas as informações que possam influenciar em uma aquisição mais consciente é bem aceita.

A interação entre *blogueira* e leitora mostra-se bastante significativa se observada pelo viés da representatividade. Tendo em vista que muitas dessas produtoras de conteúdo digital são hoje importantes influências para o público jovem, a forma como elas se expressam, seu estilo, ideias e até mesmo seu biotipo constituem códigos de comportamento que são incorporados às práticas cotidianas de suas seguidoras. Nesse ponto, *blogueiras* negras exercem uma função bastante particular ao servir de modelo para suas semelhantes, ao passo que, no Brasil, a maioria das profissionais de internet bem-sucedidas na área de moda e beleza são entendidas fenotipicamente enquanto brancas.

Ao possibilitar a veiculação e o compartilhamento de vídeos de maneira gratuita e simples, o *YouTube* revolucionou a interação dos usuários de internet e se tornou uma



das plataformas mais lucrativas e populares da atualidade. Assim como os *blogs*, essa plataforma constitui-se de conteúdos produzidos por pessoas que desejam compartilhar sua impressão sobre determinado assunto.

Com conteúdos mais atrativos e variados que os dos canais de televisão tradicionais, o *YouTube* destaca-se entre o público jovem. Os vídeos, na maioria das vezes, não exigem reflexões complexas ou conhecimento prévio e diferente dos *blogs*, que são basicamente formados por texto, permitem uma liberdade maior para o espectador, que pode escolher, quando, onde e com qual aparelho eletrônico irá acessar o conteúdo.

Em julho de 2017, o *Google BrandLab* São Paulo, projeto do *Google* com foco em estratégias digitais para marcas, publicou uma pesquisa sobre o crescente interesse das mulheres brasileiras por cabelos crespos e cacheados. Os dados indicam que nos últimos dois anos a procura por dicas sobre cabelo afro cresceu 309% e superou, pela primeira vez na história da plataforma, a busca por cabelos lisos. Ainda segundo a pesquisa, uma em cada três mulheres utiliza o *YouTube* para encontrar informações sobre beleza.

Mesmo no *YouTube* há pouca visibilidade para pessoas negras, independente do tom de pele, o que se fez notório ao longo da pesquisa realizada previamente para elaboração deste trabalho, portanto importa frisar que, para pessoas de pele retinta a invisibilidade é observada de maneira mais contundente, seja pelo baixo número de inscritos, seja pela ausência desses indivíduos em publicidades do *site*.

A mais recente das redes sociais a obter êxito através da utilização em massa por seus usuários é o *Instagram*, rede de compartilhamento de imagens. Essa plataforma possui duas funções que podem ser utilizadas de maneira complementar: as histórias, ou *stories* em inglês, onde podem ser postados vídeos e fotos que expiram no prazo de 24 horas, e o arquivamento de fotos em ordem cronológica. É possível também adicionar legendas e *hashtags* (#) que facilitam a localização de imagens de acordo com temas e palavras.

O *Instagram* é uma espécie de portfólio para produtores de conteúdo, e permite que o indivíduo estabeleça sua marca pessoal através da história contada pelas fotos organizadas em seu perfil. A plataforma constitui um modo ainda mais rápido de se informar sobre um assunto, pois prioriza o uso de imagens e textos curtos.

Diferente do *YouTube* e dos *blogs*, gerar conteúdos no *Instagram* é rápido, não exige edições criteriosas e é bastante espontâneo, ou seja, qualquer pessoa pode conseguir um número alto de seguidores se produzir e/ou compartilhar conteúdos relevantes e que agradem os demais. Por seu caráter espontâneo, muitas marcas acabam associando-se a figuras de destaque nos mais variados nichos de mercado como forma de promover seus produtos atrelando-os a opinião de pessoas comuns. Essa relação entre empresas e “influenciadores digitais” ocorre de forma simbiótica, uma vez que esses indivíduos acabam utilizando parte da gratificação obtida com publicidade, e que pode vir de diferentes formas entre elas dinheiro, produtos e serviços, em suas próprias contas do Instagram, financiando suas postagens para que elas atinjam públicos cada vez maiores.

### **Considerações Finais**

Através da exposição de fatos históricos e exemplos, pretendeu-se ao longo deste trabalho produzir argumentos necessários para embasar a hipótese de que as mulheres negras, por sua experiência social específica, estariam predispostas à situação de invisibilidade social. Pode-se concluir que não apenas as questões de gênero e raça exercem influência nessa situação como, dentro do próprio grupo, as características fenotípicas mais próximas do ideal eurocêntrico configuram-se como “vantagens” no que tange à representatividade e à valorização expressada pelo pensamento hegemônico.

A abordagem das tecnologias e da moda enquanto plataformas para a visibilidade das mulheres negras constituiu o caráter inovador deste trabalho, e pode servir de incentivo para o desenvolvimento de outras produções sobre o assunto, visto que ainda há muito para ser explorado, como por exemplo, as especificidades das produtoras de conteúdo negras no mercado de moda e beleza.

As referências bibliográficas utilizadas mostraram-se suficientes para construir uma base argumentativa para o trabalho, entretanto, pelo número reduzido de pesquisas na área de moda que abordem a questão racial na contemporaneidade e desvinculada da cultura popular, foi necessário recorrer a outras áreas do conhecimento, como a História e as Ciências Sociais.

Apesar de constatar através deste trabalho que muitos espaços começaram a incluir pessoas negras, até mesmo como protagonistas, e que o acesso ao consumo e à melhores condições sociais foi possível com a implementação de políticas públicas nas últimas décadas, essa mudança não significou o abrandamento do preconceito racial,

como pode ser observado através dos noticiários e das redes sociais. Entretanto, a partir da visibilidade e do impacto do debate racial na articulação e autoestima da população negra, pode-se constituir uma mudança efetiva no futuro.

Sobre a questão do debate racial, é importante salientar as plataformas disponíveis na internet como espaço propício para a difusão de conceitos e discursos para o público mais jovem. Assuntos como a valorização dos cabelos, a importância da autoestima, e a vivência coletiva podem ser o início para a conscientização dos indivíduos e a modificação das estruturas sociais.

Outro ponto que deve ser observado e necessita de reflexões mais profundas é o conceito de Mariza Corrêa (1996) sobre a valorização das mulatas em relação à mulher negra de pele escura e como ele ocorre no contexto atual. Ao observar as principais representantes negras nas plataformas digitais é nítida a valorização da beleza negra que tende a privilegiar as peles claras, não apenas pelos conteúdos abordados em vídeos ou postagens, mas principalmente pela ausência, ou utilização conveniente e específica, de pautas como o racismo ou opressões ligadas à cor.

A auto-declaração étnica passa nas últimas décadas por mudanças significativas, que são tanto o reflexo quanto o impulso para as mudanças das políticas públicas e dos meios de comunicação. Entretanto, muito ainda deve ser considerado criticamente, tanto para elucidar a falsa sensação de que a internet é um espaço democrático que independe de condição econômica e social, quanto para delimitar como ocorrem as dinâmicas entre criadores de conteúdo, marcas e público.

**\*O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001**

### **Referências bibliográficas**

COLETIVO NÃO ME KAHLO. **#MeuAmigoSecreto: Feminismo além das redes**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2016.

FERNANDES, Bruna. **A influência dos blogs de moda e beleza no comportamento das seguidoras**. 2013. 123p. . Dissertação (Mestrado em Marketing) – Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto.

GOOGLE BRANDLAB. **Dossiê BrandLab: A Revolução dos Cachos**. Julho de 2017. Disponível em: <<https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising/channels/v%C3%ADdeo/revolucao-dos-cachos/>>. Acesso em: 08 out. 2017.

KOUTSOUKOS, Sandra. **No estúdio do fotógrafo. Representação e auto representação de negros livres, forros e escravos no Brasil da segunda metade do século XIX.** 2006. 382 p. Tese (Doutorado em Multimeios) – Instituto de Artes, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

MELLO, Daniel. **Pesquisa revela que 81,5 milhões de brasileiros acessam a internet pelo celular.** *Portal EBC*, Brasília, set. de 2015. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/tecnologia/2015/09/pesquisa-revela-que-815-milhoes-de-brasileiros-acessam-internet-pelo-celular>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SANTOS, Sales dos. **Ações afirmativas nos governos FHC e Lula: um balanço.** São Cristóvão: Revista Tomo, n. 24, jan./jun. de 2014. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/3185>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

SOUZA, Vanessa. **O vestuário do negro na fotografia e na pintura: Brasil, 1850-1890.** 2007, 137 p. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

## IDENTIDADE E AFIRMAÇÃO: A RELAÇÃO DA MULHER NEGRA COM O CABELO CRESPO

Jéssica Campos Martins<sup>1</sup>

**RESUMO.** Este trabalho tem por objetivo entender quais são as motivações que levam mulheres negras a deixar de alisar o cabelo e quais as implicações objetivas e subjetivas deste ato. Para isso, tem-se como objetivo principal analisar quais são os motivos que as levam a deixar de alisar o cabelo, assumindo seu cabelo natural, e quais as consequências sociais percebidas a partir desse processo. Para tanto, faz-se necessário desmembrar o objetivo principal do trabalho em três específicos, que seriam: a) entender o significado do alisamento do cabelo, na perspectiva da mulher negra; b) compreender as razões que as levam a deixar de alisar o cabelo e c) analisar, de acordo com suas percepções, as implicações sociais deste ato.

**Palavras-chaves:** Mulheres negras. Cabelo crespo. Racismo.

**ABSTRACT.** This work aims to understand the motivations that lead black women to stop smoothing hair and what the objective and subjective implications of this act. For this, the main objective is to analyze what are the reasons that lead them to stop smoothing hair, assuming their natural hair, and what social consequences are perceived from that process. Therefore, it is necessary to dismember the main objective of the work in three specific ones, which would be: a) to understand the meaning of hair straightening, from the perspective of the black woman; b) understand the reasons that lead them to stop smoothing hair, and c) analyze, according to their perceptions, the social implications of this act.

**Keywords:** Black woman. Curly hair. Racismo.

O presente trabalho se destina a entender quais são as motivações que levam mulheres negras a deixar de alisar o cabelo. A pertinência deste trabalho se revela no fato de que o cabelo crespo é um dos marcadores fenotípicos que é usado para distinguir quem é negro e quem é branco dentro da sociedade brasileira. Portanto, é parte integrante da discussão acerca da questão racial no Brasil, pois favorece a compreensão de processos silenciosos que atentam contra a identidade de muitos indivíduos.

Tendo sempre o referencial branco como positivo, aqueles que não se enquadram nesse perfil estético e identitário sofrem desde a infância, ainda no ambiente escolar, um processo de degradação de sua autoestima.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Administração – UFJF ; je\_cmartins@hotmail.com

A metodologia empregada neste trabalho objetivou compreender os motivos que levam mulheres negras a deixar de alisar o cabelo e a partir disso reconhecer as consequências sociais percebidas por elas durante este processo. Para esta pesquisa foram entrevistadas dez mulheres autodeclaradas negras, que expuseram sobre sua relação com o cabelo desde a infância até a fase adulta. As entrevistadas foram escolhidas com base no critério não probabilístico por julgamento devido a natureza qualitativa da pesquisa.

Partindo da premissa que o cabelo é um marcador importante na definição da identidade dos indivíduos que compõem o grupo racial negro no Brasil, integrando dessa maneira a discussão sobre negritude, neste trabalho ele será o principal componente a ser analisado afim de entender seu significado para mulheres negras que em algum momento da vida mantiveram uma relação conflituosa com ele. Para tanto, fez-se necessário retomar as condições históricas que determinaram o lugar social da população negra dentro do contexto brasileiro. As condições históricas que foram delineando a estrutura racial do país foram em suma o processo de escravização da população negra, o processo de classificação racial, as teorias racialistas do século XIX, a política de branqueamento e o mito da democracia racial que serão descritos a seguir.

O processo de escravização dos negros marcou a subordinação a qual os corpos africanos e afrodescendentes foram colocados no período colonial, desde a retirada do africano de seu continente vindo para cá já na condição de objeto.

Devido a forte miscigenação entre brancos, negros e indígenas, no início do século XX, o Brasil já exibia um complexo sistema racial, de natureza multirracial. Devido a isso, a classificação racial brasileira tem muitas particularidades.

No início do século XX, o Brasil exibia um complexo sistema de classificação racial de natureza pluralista ou multirracial, em contraste com o sistema rigidamente birracial dos Estados Unidos. O Brasil nunca teve um sistema birracial rígido, já dizia o historiador Thomas Skidmore, em 1982:

A cor da pele, a textura do cabelo, e outros sinais físicos visíveis determinavam a categoria racial em que a pessoa era colocada. A soma total das características físicas (o fenótipo) era o fator determinante. (SKIDMORE, 1982:55).

A classificação racial brasileira tem suas particularidades. Diferente do contexto norte-americano, onde apenas uma gota de sangue é suficiente para determinar quem é

negro e quem é branco. No Brasil ainda existem brechas para a dúvida ou contestação acerca da identidade racial dos indivíduos.

O fato de que o país tivesse escapado à rígida aplicação da “regra de ascendência”, pela qual os antepassados e não a aparência física (a não ser quando a pessoa pode “passar” por branca) determina a classificação racial, não deve ser exagerado. As origens podiam ainda ser tidas por relevantes uma vez que os mestiços – em ascensão social - davam-se a grande trabalho para esconder os seus ascendentes fenotípicos. [...] Os limites sociais da sua mobilidade dependiam sem dúvida da aparência (quanto mais “negroide”, menos móvel) e do grau de “brancura” cultural (educação, maneiras, riqueza) que era capaz de atingir. (SKIDMORE, 1982:56).

Sendo assim, o fato de pessoas serem filhos de pai ou mãe branca, abre precedente para que sua negritude seja deslegitimada, de acordo com a conveniência do próprio indivíduo ou daqueles que o apontam como sendo não-negro. E no Brasil, quanto mais próximo do fenótipo branco-eurocêntrico, mais chances de ascender socialmente, de circular em ambientes embranquecidos e neles ser aceito.

Pode-se, a partir disso, dizer que o “mulato” foi a figura central da “democracia racial” brasileira, mito que será mencionado e problematizado logo adiante.

Outro dado importante a ser considerado a respeito do período analisado, é que antes mesmo da Abolição, o Brasil já tinha um grande número de homens livres de cor, mesmo sendo os escravos ainda em maior número no Brasil do século XVII, o número de negros livres era significativo. De acordo com o autor, devido a existência desse numeroso contingente de negros já libertos, quando veio a abolição, o Brasil já estava familiarizado/ habituado com sua presença e conviviam com a possibilidade de mobilidade e ascensão social por parte destes:

Branco jamais constituíram maioria em nenhum lugar do Brasil até que a imigração veio alterar radicalmente o equilíbrio racial nos estados do Sul e do Centro-Sul”. [...] portanto, a relativa ausência de regionalismo no Brasil ajudou a produzir um sistema multirracial. A escravidão tornou-se uma instituição regional nos Estados Unidos, enquanto que no Brasil foi verdadeiramente nacional[...] Ao tempo em que começou a campanha da abolição, a população escrava nacional estava concentrada nas três maiores províncias produtoras de café, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (SKIDMORE, 1982:58-59)

É essencial compreender que essa sociedade multirracial brasileira se apoiava em premissas implicitamente racistas. Os brasileiros em geral tinham fixada a ideia de que “quanto mais branco melhor”, o que levava naturalmente a um ideal de branqueamento, que teve expressão nas teorias racistas.

E esse ideal parece ter se materializado na prática cotidiana dos brasileiros à época. Primeiro através do estímulo governamental à imigração europeia. A partir de 1890, três milhões de europeus radicaram-se no Brasil. As leis de 1890 proibiam a imigração de africanos e asiáticos. Segundo, porque devido às miseráveis condições de vida e ao desequilíbrio no que se refere à predominância de escravos do sexo masculino que ingressaram no Brasil (os escravos importados até 1850, quando cessou o tráfico negreiro no país, eram em sua maioria homens), a taxa de natalidade entre os negros caiu.

Finalmente podemos falar do efeito do “branqueamento” naquela época: a miscigenação, desde que esta cumprisse o objetivo almejado, que era ter o gene branco como dominante nesses cruzamentos. Ademais, durante o período alto do pensamento racial, a ideologia do “branqueamento ganhou legitimidade científica através das teorias raciais, e empenho da elite a favor de um Brasil mais branco.

A respeito do racismo biológico, surgiram a partir de 1840, três escolas do pensamento racial. A primeira, sistematizada nos Estados Unidos nas décadas de 1840 e 1850 tinha como base o argumento de que “a pretendida inferioridade das raças - negra e índia – podia ser correlacionada com suas diferenças físicas em relação aos brancos” (SKIDMORE, 1982).

A segunda foi a escola história, que emergiu nos Estados Unidos e Europa e foi muito influente no Brasil trazendo o culto ao arianismo, considerando que as raças humanas podiam ser diferentes umas das outras, mas a branca permanecia sendo superior. Com isso, acreditava-se que o “ariano” havia atingido o mais alto grau de civilização ocidental estava destinado, deterministicamente, pela natureza e pela História, a ganhar o crescente controle do mundo” (SKIDMORE, 1982).

A terceira escola de pensamento racial era o darwinismo social que advogava que se a evolução resultava da sobrevivência dos mais aptos, as raças inferiores estavam fadadas a desaparecerem. Dessa forma, descreviam os negros como sendo uma espécie incipiente.



O professor Nina Rodrigues, da prestigiosa faculdade de medicina da Bahia, no começo da década de 1890 tornou-se o principal doutrinador racista brasileiro de sua época e aplicava a teoria da inferioridade racial diretamente em seu trabalho de medicina-legal. Dizia que as características raciais inatas afetavam o comportamento social e deveriam ser levadas em consideração por legisladores e autoridades policiais.

A política de branqueamento vigente no Brasil no final do século XIX legitimava o eurocentrismo, apoiando-se em duas condições: imigração europeia em massa, subsidiada pelo Estado, e cultivo do ideal de branqueamento (FERREIRA, 2002:74). Nessa direção, a ideia do branqueamento foi defendida, no início do século XX, por vários cientistas e representantes da intelectualidade brasileira.

A teoria do “branqueamento” aceita pela maior parte da elite brasileira no período entre 1889 e 1914 baseava-se na presunção da superioridade racial branca. A suposição inicial juntava-se a mais duas: primeiro, que a população negra diminuía em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa entre os negros, a menor expectativa de vida da população negra e segundo, que a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara. Por fim, a imigração europeia reforçaria a resultante predominância branca, tentativa de eliminar pretos e pardos pela infusão de sangue branco.

Estimava-se que em cem anos o Brasil estaria completamente branco, projetando essa composição racial brasileira até o ano 2012. Ou seja, dado um século a partir de sua projeção, o Brasil seria um país de brancos.

Em 1934, uma Assembleia Constituinte se reuniu para fazer uma nova Constituição que incluía uma política de imigração que adotava o princípio de cotas nacionais. O artigo dizia, entre outras coisas, que “A entrada de imigrantes no território nacional sofreria restrições necessárias a garantir a integração étnica do imigrante”.

Diante desse quadro, podemos concluir que para além de um ideal nacional, o branqueamento foi durante o final do século XIX e início do XX uma política nacional, respaldada por leis e decretos, apesar de, desde a independência do Brasil, em 1822, ter-se iniciado o processo de imigração europeia. A política ficou para trás, mas o ideal permanece até hoje no imaginário social brasileiro.

Também a política de branqueamento e seu ideal que sobrevive até hoje, favorece os mecanismos de tornar o Brasil um país miscigenado e mascarar o preconceito racial.

A crença de que, no Brasil, vive-se uma 'democracia racial' dada a identidade nacional ser fruto da mistura de três raças: o branco, o índio e o negro foi difundida no país e no exterior através da obra "Casa Grande e Senzala" de Gilberto Freyre. A contribuição de Gilberto Freyre foi sua pesquisa sobre a formação do povo brasileiro durante o período colonial.

Freyre mostra que o Brasil, desde o início de sua colonização foi um caldeirão de mistura racial, onde miscigenaram-se brancos e negros, índios e brancos, negros e índios e desta miscigenação toda gerou o mestiço, figura importante dessa chamada "democracia racial".

No entanto, o cruzamento entre as raças nem sempre ocorrera de forma pacífica e respeitosa aqui no Brasil durante o período colonial. Ocorreram momentos em que o colonizador, com requintes de sadomasoquismo, explorou e oprimiu mulheres africanas e indígenas. Dessa forma, a miscigenação não foi apenas resultado de uma prazerosa confraternização entre as raças, mas foi também consequência de uma intensa exploração sexual realizada pelo homem branco. E mais, a ideologia de Gilberto Freyre chegou a inibir, durante algum tempo, a atuação de movimentos de luta pela igualdade racial no Brasil, visto que algo que é negado não pode ser combatido.

Em síntese, o mito da democracia racial é a ideia equivocada de que no Brasil não existe preconceito racial, por ser um país miscigenado, onde há a mistura das raças. Porém, a realidade parece estar bem distante desta divulgada por Freyre. Somos cotidianamente confrontados por situações de discriminação racial explícitas e sutis, e o fato de sermos um país mestiço não nos exime desse problema estrutural, arraigado em nossa sociedade. Constitui-se a partir desse mito, o racismo silencioso, velado e naturalizado.

O preconceito contra a população negra, em função de um mito que o nega, torna-se difícil de ser compreendido e combatido. Há mecanismos subliminares de encobertamento permeados por um aparente tratamento cordial, desenvolvendo a crença de que a discriminação racial não existe (FERREIRA, 1999a, 2000 apud FERREIRA 2002:70). Assim, no Brasil, o preconceito não é abertamente afirmado, dificultando a elaboração de leis que favoreçam sua reversão. A ideologia de que vivemos num país em que as diferenças são aceitas e valorizadas, 'um verdadeiro exemplo para as outras nações', encobre o problema (FERREIRA, 1999a, 2000 apud FERREIRA 2002:71).

Não se pode alegar a existência efetiva de uma democracia racial num país onde

existe discriminação e exclusão racial.

Neste trabalho, o conceito de raça será utilizado como uma categoria socialmente construída, empregada para informar como determinadas características fenotípicas como cor da pele, textura de cabelos, formato de lábios e nariz influenciam a classificação racial no contexto brasileiro. Quando abordamos o termo raça, estamos falando de uma categoria socialmente construída a partir de referências sociais, culturais e históricas, baseada em diferenças físicas, ascendência genealógica e na cor da pele para hierarquizar seres humanos, determinando qual a posição desses indivíduos na estrutura social. SOUZA(1983) nos traz que:

A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição social inferior. (SOUZA, 1983:19)

Segundo a autora, foi criado todo um conjunto de atribuições negativas aos negros com o objetivo de manter a participação social desta população nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social. (SOUZA, 1983). E acrescenta que:

Apesar de estar fundamentada em qualidades biológicas, principalmente a cor da pele, raça sempre foi definida no Brasil em termos de atributo compartilhado por um determinado grupo social, tendo em comum uma mesma graduação social, um mesmo contingente de prestígio e a mesma bagagem de valores culturais. (SOUZA, 1980:20)

Indo de encontro ao ideal de branqueamento, para se furtar da posição social desprestigiada, muitos negros e negras tendem a lançar mão de subterfúgios para camuflar seu pertencimento racial. Temos como exemplo aqueles negros e negras que oscilam no momento da autodeclaração racial. No Brasil, entre os dois polos preto-branco temos um gradiente de cores que variam do “pardo” ao “moreno”, passando pelo “moreno-claro”, “moreno-escuro”, “marrom”, entre outros.

Para muitos negros, é preciso passar por um longo processo de aceitação até começar a se autodeclarar negro nas pesquisas e censos. O racismo certamente contribui para constranger a identificação racial da população negra.

Neuza Santos SOUZA (1983) justifica a classificação racial no Brasil como

sendo influenciada pelo racismo brasileiro e também pela estrutura de classe. Logo, para ela, quanto mais próximo o negro esteja da classe dominante em termos de poder aquisitivo, “mais claro” esse negro estaria.

Nas sociedades de classes multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições na estrutura de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante (SOUZA, 1983:20).

Hoje, na classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estão inseridos no seguimento negro pessoas que se autodeclaram pretas ou pardas. E o racismo ajuda a construir o imaginário social que vai influenciar esta autonegação. Pessoas que interiorizam o racismo tendem a se autodeclararem como sendo mais claras, já aquelas que tem seu pertencimento racial bem resolvido tendem a reafirmá-lo no momento dessa escolha.

Considerando todos os fatores condicionantes até aqui apresentados cria-se condições para seguir a argumentação sobre como os percursos históricos levaram os negros às piores condições de vida do pós-Abolição até os dias de hoje. A herança deixada pelas teorias racistas, pela escravidão, pela falsa democracia racial e ideal de branqueamento que ainda persistem, criam condições desfavoráveis para a existência dos negros na sociedade brasileira e acabam forçando sua permanência nesses lugares de subalternidade.

Aos negros foram relegadas as piores condições de vida, os empregos subalternos e informais, o limitado acesso à educação e à qualificação profissional. E conforme apresentado no Dossiê sobre mulheres negras do IPEA, “ainda persistem padrões diferenciados de participação na educação e no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras” (IPEA, 2013:54).

Os processos estruturantes que levaram as mulheres negras às posições sociais de maior vulnerabilidade são: racismo e patriarcado. E as dimensões de raça e gênero são aquelas que se interseccionam, criando condições desfavoráveis para este segmento populacional. Portanto, estando localizadas no estrato social mais baixo, as mulheres negras são aquelas que mais sofrem consequências negativas por conta de sua posição social e os estigmas que carregam, frutos do processo escravagista, da hipersexualização

de seus corpos e da precarização de seus postos de trabalho.

Ao falar de mulheres negras, estamos nos referindo à possibilidade concreta da articulação de, pelo menos, dois eixos de subordinação, a saber, o ser mulher e o ser negra. O racismo e o machismo articulados como engrenagens do sistema capitalista e patriarcal contribuem para o fortalecimento do estigma social que recai sobre mulheres negras e ainda funciona como determinante do lugar social que fará com que sejam vistas sempre como ocupantes permanentes da base da pirâmide social.

O racismo, nem sempre explícito, baseado na superioridade racial de um determinado grupo, contribui para construir no imaginário social a crença de que o negro é pertencente a uma camada social inferior. Neste contexto existe uma violência simbólica que é interiorizada pela própria vítima do racismo. Acontece do negro internalizar representações negativas sobre si e sobre seu grupo racial, chegando até a desqualificar-se enquanto pessoa, muitas vezes chegando a reproduzir atos e frases racistas contra seu próprio grupo racial, rechaçando seus pares. Dessa forma, como salienta GOMES (2008), “a violência racista apresenta não somente consequências sociais, econômicas e políticas, mas, sobretudo, psíquicas, tocando no campo das escolhas afetivo/sexuais, do desejo e da identidade”. Como vimos, a sociedade multicultural e racista classifica as pessoas de acordo com a proximidade dos padrões raciais das classes dominantes. Logo, se os representantes das classes sociais privilegiadas são brancos, ser branco é o referencial de tudo aquilo que é positivo e que deve ser valorizado.

As representações que o negro faz de si mesmo e as representações que o outro faz deste são, num geral, representações negativas, principalmente no que se refere à cor e ao corpo. E para superar e ressignificar esses elementos o negro precisa (re)construir um novo referencial de beleza que considere suas próprias características fenotípicas.

É possível estabelecer relação entre o processo de branqueamento e a resignação das mulheres negras no que diz respeito a forma de usar o cabelo. Resignação esta que também pode ser encarada como adaptação, pois, alisar o cabelo para ser aceita no meio social também pode ser visto como uma forma de existir na sociedade racista. Existir sem ser hostilizada, sem ser questionada ou desqualificada.

A caricatura do negro no imaginário social vai contribuir de maneira negativa para o processo de construção da sua identidade. A identidade negra é entendida no contexto deste trabalho como um processo construído historicamente numa sociedade que ainda

padece de um rascunho ambíguo e do mito da democracia racial. É também um processo que se dá no contato com o outro, no contraste, na negociação, na troca, no conflito e no diálogo, como coloca Gomes (2008).

O cabelo aqui é analisado dentro das relações raciais, pois segundo a autora, cabelo e cor da pele são frequentemente utilizados como critério de classificação racial para apontar quem é negro e quem é branco na nossa sociedade.

Nesta pesquisa qualitativa de caráter exploratório foram selecionadas com base no critério não probabilístico por julgamento 10 entrevistadas todas autodeclaradas negras, com média de idade de 25,3 anos, tendo a de menos idade 18 anos e a de mais idade 33 anos. Destas, 5 são ativistas e atuam em movimentos sociais da cidade de Juiz de Fora, movimento negro ou feminista. As outras 5 do grupo das não-ativistas, não se encontram organizadas em nenhum grupo de militância política.

A escolha por dividir a amostra dessa forma busca visualizar se para o grupo de não-ativistas o significado de deixar de alisar o cabelo difere do significado atribuído pelas mulheres negras ativistas.

Para entender o significado que essas mulheres negras atribuem ao processo de alisamento, buscou-se entender primeiro *quando e porque começaram os processos de alisamento capilar* na vida dessas mulheres, de quando datam e sob quais influências eles foram realizados. Também foram questionadas sobre como era a sua relação com o próprio cabelo no período da infância e adolescência e como era a aceitação de seus cabelos no ambiente escolar.

De acordo com as respondentes da pesquisa os alisamentos normalmente datam da infância ou início da adolescência e o procedimento é geralmente realizado sob o aval e supervisão de um familiar adulto. A suposta facilidade de cuidar de um cabelo alisado foi relatada como sendo o fator que motivou a busca pelo alisamento E as piadas, apelidos e deboches dos colegas da escola foi relatado como sendo um dos fatores que estimulou nas entrevistadas o desejo de terem seus cabelos alisados.

O alisamento, em alguns casos, foi visto por essas mulheres negras como paliativo, visto que as ofensas de cunho racista não se esgotaram após terem alisado o cabelo.

O uso das tranças foi relatado como uma lembrança negativa da infância para as entrevistadas, porém, para algumas delas, as tranças puderam ser hoje ressignificadas em sua fase adulta. A trança representava na época um aprisionamento, a negação de diversas

possibilidades, entre elas, a possibilidade de usar o cabelo solto.

De um total de 10 entrevistadas, apenas uma, do grupo das não-ativistas, disse ter tido uma boa aceitação do seu cabelo no ambiente escolar.

Na adolescência é comum os alisamentos se intensificarem e se tornarem mais frequentes e regulares. Outro fator de mudança é que na adolescência, os cuidados e a responsabilidade como cabelo passa da tutela do adulto para as próprias jovens. Dessa forma, as entrevistadas relataram terem usado químicas mais fortes e de maneira mais recorrente a partir da adolescência.

A influência para deixar de alisar o cabelo normalmente vem por meio de grupos e projetos de valorização divulgados nas redes sociais.

Para as ativistas, o fato de estar inserida no movimento negro e nos debates em torno da questão racial e de gênero as fizeram problematizar o uso do cabelo alisado.

Para três das entrevistadas não-ativistas o impulso que as levou a abandonar os alisamentos foi o fato de os procedimentos químicos afetarem sua saúde, deixando queimaduras e feridas no couro cabeludo.

Dessa forma, as razões que levam as mulheres negras a abandonarem os alisamentos químicos são as mais variadas, e é possível observar que o incentivo para alisar o cabelo começa dentro de casa, porém o incentivo para deixar de alisar o cabelo geralmente vem de outros grupos, de militância ou grupos virtuais, onde a questão racial atrelada a questão de gênero vem sendo pautada.

## CONCLUSÃO

As mulheres negras entrevistadas sinalizaram que suas motivações para deixar de alisar o cabelo vieram de grupos e páginas de incentivo na rede social Facebook, onde era possível, através do diálogo com outras mulheres negras que também passavam pelo processo de transição capilar, fortalecer sua autoestima e seguir adiante na decisão de não mais alisar o cabelo.

Algumas relacionaram a decisão de abandonar os alisamentos ao despertar para a questão racial, discutida dentro do grupo de militância do qual faziam parte. A partir desse engajamento era possível localizar a questão do cabelo dentro dessa discussão racial, o que possibilitou para algumas das entrevistadas uma reflexão mais crítica acerca de sua rotina de alisar o cabelo. Essas mulheres, ao assumirem o cabelo crespo natural,

estão negando uma estética embranquecida, mesmo que essa decisão não seja tomada intencionalmente.

A respeito das implicações sociais percebidas por essas mulheres, entre aspectos positivos e negativos, é possível destacar que a sociedade ainda não convive bem com a presença de uma mulher negra de cabelo crespo natural.

Em termos de implicações objetivas, algumas entrevistadas relataram a questão do mercado de trabalho como um fator de insegurança para elas no processo de transição capilar. Aquelas que o fizeram de maneira um pouco mais tranquila foram as entrevistadas que são funcionárias públicas concursadas ou que sai trabalhadoras autônomas.

Dessa forma, concluímos que, mesmo com o advento da Internet, o acesso facilitado as discussões mais politizadas, a farta produção acadêmica a respeito da questão racial e as políticas de ações afirmativas, no Brasil ainda é difícil o reconhecimento do racismo que desvirtua as instituições, desde a escola primária até as grandes organizações.

## REFERÊNCIAS

FERREIRA, R. F. **O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente.** Psicologia e Sociedade; 14(1) UNIMACRO, 2002 p.69-86.

FERREIRA, R. F. **Uma história de lutas e vitórias:** a construção da identidade de um afro-descendente brasileiro. São Paulo, 1999 a, 281p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, USP.

GOMES, N. L. **Sem perder a raiz:** corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 376 p. ( Cultura negra e Identidades).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Dossiê Mulheres Negras:** retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Organizadoras : Mariana Mazzini Marcondes [et al.] Brasília: IPEA, 2013. 160p.

SKIDMORE, T. E. **Preto no Branco:** raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 332p. (Estudos brasileiros, v. 9).

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983. 86 p. (Coleção Tendências, v.4).



## SIMPÓSIO TEMÁTICO 17

### Sociedades escravistas nas Américas (séculos XVI - XIX)

#### **Coordenadores:**

Ana Caroline Carvalho Miranda - Doutoranda em História - UFJF

Ana Paula Dutra Bôscaro - Doutoranda em História – UFJF

Caio da Silva Batista - Doutorando em História – UFJF

Dayana de Oliveira Silva - Mestranda em História - UFJF

Roseli dos Santos - Doutoranda em História - UFJF

#### **Ementa:**

Nas últimas décadas, a historiografia tem lançado luz sobre as problemáticas envolvendo as populações escrava e egressa do cativeiro nas Américas, buscando uma melhor compreensão das relações de poder, das sociabilidades, dos tratos comerciais, culturais e religiosos em que estes indivíduos estavam inseridos. A partir disso, as práticas cotidianas, as trajetórias individuais e coletivas estão sendo resgatadas e as diversas faces da escravidão e da liberdade postas em evidência. O intuito deste simpósio é criar um espaço para apresentar e discutir criticamente as diferentes experiências da escravidão, nos distintos espaços das Américas, entre os séculos XVI ao XIX. Dentre os temas: tráfico atlântico e interno; moradia e escravidão urbana; escravidão e espacialidade; alforria e libertos; família e redes de sociabilidade; racialização e hierarquias sociais; culturas africanas e etnicidade; política e diplomacia da escravidão; economia e estruturas produtivas; ideias antiescravistas e pró-escravistas; resistência escrava; cidadania e formação dos estados nacionais; experiências e relações de trabalho; escravidão, lei e justiça; e, por fim, trabalhos que se debruçam sobre o pós-abolição.

Visamos contemplar trabalhos que utilizem diversas tipologias documentais em suas análises, das quais, podemos citar: testamentos, inventários post mortem, ações cíveis, processos crime e administrativo, fontes eclesiásticas, correspondências, relatos de viajantes e legislações. Do ponto vista teórico-metodológico, serão aceitas pesquisas fundamentadas na História Social, Demografia Histórica, História Econômica, História Cultural, Micro-História, dentre outras correntes.

Ao longo dos anos, muitos foram os estudos que se dedicaram a analisar a escravidão, englobando não apenas as áreas urbanas, centrais e dinâmicas, mas também as regiões agrárias nas Américas. Os enfoques e temas de estudo são inesgotáveis. O tema abre espaço para investigações diversas e bastantes complexas. Nesse sentido, o atual Simpósio Temático ganha importância sumária, pois permitirá o enriquecimento e o estímulo das futuras análises e abordagens. Ao promover a discussão e a reflexão sobre a escravidão negra no Brasil e nas Américas entre os séculos XVI ao XIX, buscamos congregamos pesquisadores que pensem sobre os múltiplos significados desta instituição. Dentro desta perspectiva, almejamos introduzir e discutir questões que permitam o avanço das pesquisas acerca da escravidão urbana e rural.

# A ASCENSÃO ECONÔMICA DE UM PRETO FORRO NO BRASIL DO SÉCULO XVIII: A RETOMADA DA NARRATIVA APÓS DUZENTOS ANOS

Beatriz Souza Oliveira<sup>1</sup>

## Resumo

Este presente artigo tem como objeto de estudo a história de um preto forro que viveu em meados da década de 1760 no Brasil. Trabalharemos com a recuperação da trajetória individual de Domingos, e assim sua ascensão econômica obtida ao longo de sua vida, e para isso, utilizaremos jornais e o testamento dele. Reforçaremos a partir disso a importância da continuidade de trabalho que revisem a relação subjetiva da figura negra com a história, destacando assim sua ação autônoma como agente histórico e produtor de narrativas.

**Palavras-chave:** Preto forro, História do Brasil, Campanha/MG, Vila de São José/MG.

## Abstract

This article has as object of study the history of a black lining that lived in the mid-1760 in Brazil. We will work with the recovery of individual trajectory of Sundays, and so your economic rise achieved over the course of your life, and for that, we will use newspapers and his will. We will strengthen from this the importance of continuity of work to review the subjective relationship of black figure with the story, highlighting how your autonomous action as an agent and producer of historical narratives.

**Keywords:** black lining, history of Brazil, Campanha/MG, Vila de São José/MG.

## A revisão historiográfica sobre a figura negra no período colonial

Por uma grande parcela de tempo a história do Brasil no período colonial foi compreendida de uma maneira um tanto limitada, e em alguns aspectos, acabava por ressaltar uma visão romantizada da história, prejudicando assim o estudo e o entendimento dos sujeitos que pertenciam a essa temporalidade, principalmente quando destacamos a figura negra no decorrer da história. E por esse motivo, surgiram novas

---

<sup>1</sup> Graduanda de licenciatura em história pela UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais – unidade Campanha (beatrizsouzaoliveira47@gmail.com).

demandas, fazendo com que, historiadores voltassem a analisar contextos não abordados em sua “totalidade”, e assim, revisar trabalhos e abordagens já produzidos.

Ao se adensar e enriquecer, nas últimas três décadas, a produção acadêmica sobre a história dos trabalhadores no Brasil tem provocado a revisão de algumas interpretações clássicas e sugerido novos caminhos de investigação. Grosso modo, pode-se dizer que tal esforço intelectual e político abalou o que chamaremos aqui de “paradigma da ausência”. (CHALHOUB; SILVA, 2009: 15)

Assim como os sujeitos propriamente ditos, muitos costumes e elementos de sua cultura ancestral e das práticas culturais existentes nela, de várias formas foram estigmatizadas e inferiorizadas, e por muito tempo esse ponto de vista se perpetuou-se como uma verdade absoluta. Assim como ressaltado por Munanga (2015), as perspectivas de Hegel sobre a figura negra e sua cultura é um perfeito exemplar das visões e compreensões do período moderno sobre esse assunto, e partir disso compreende-se porque o sujeito negro inicialmente é visto como um ser sem história, que necessita de um auxílio para chegar a um determinado ponto de evolução.

Partindo desses diferentes traços que determinam o caráter dos negros, Hegel conclui que a África é um mundo histórico não desenvolvido, inteiramente preso ao espírito natural e por isso mesmo se encontra ainda no começo da história universal. E como se encontrava ainda no começo da história universal, isto é, da história geral da Humanidade a África foi rechaçada fora dela. No esquema da leitura da evolução da história feita por Hegel, a consciência da temporalidade é um dado imediato da consciência. É por conta da dimensão temporal da existência humana que Hegel não nega expressamente as sociedades negras da África. Mas para ele, este nível é quase sem valor filosófico, porque a natureza orgânica não tem história. (MUNANGA, 2015: 26)

A figura negra nos estudos do período luso-brasileiro foi estigmatizada por uma binaridade, e mesmo reconhecendo a importância do pioneirismo existente nesses estudos no país, devemos também compreender que existem muitas falhas e lacunas também, o que por sinal, reflete o conhecimento e o pensamento do período, assim como os valores dessa sociedade.

Esta dualidade destacada pode ser entendida como se de um lado a história entendesse-o como um sujeito submisso e passivo, sem autonomia ou gerência das suas atitudes perante o contexto em que estava inserido, e por outro lado, alguns outros autores em outra corrente, tratavam-no com heroísmo, destacando seus atos de bravura. De maneira geral, tanto uma quanto outra visão, acaba por romantizar os atos de protesto, resistência e insurreição escrava, tanto movimentos individuais quanto e/ou coletivos.

Apesar de todas as dificuldades e de todo o peso histórico acerca das visões sobre esse assunto, diversos métodos foram adquiridos para compreender a complexidade das sociedades negras e também dos indivíduos que formam esse corpo social. Para essa tarefa um avanço no campo teórico-metodológico da história social e cultural deve ser notado, e o uso da interdisciplinaridade com outras disciplinas, como é o caso da sociologia e da antropologia por exemplo.

“(…) A partir dessas novas perspectivas, uma série de visões estereotipadas, preconceituosas e simplistas têm sido ultrapassadas, revelando sociedades complexas, nas quais indivíduos e grupos étnicos e sociais diversos circulam, interagem, influenciam-se mutuamente e transformam suas culturas, histórias e identidades. (ALMEIDA, 1997: 151)

As novas perspectivas culturais e indenitárias do negro tiveram avanços com relação às metodologias historiográficas utilizadas, e principalmente com a demanda de novas discussões sobre estes sujeitos silenciados, esquecidos e marginalizados pela da história e pela sociedade moderna, sendo assim, grupos e movimentos tentam resgatar a memória e as narrativas dos seus antepassados que por muito tempo foram negadas.

Por meio desses discursos, entende-se então a importância das metodologias da micro-história, da história social e cultural, e em alguns casos, a história oral e história pública, que tentam resgatar a narrativa dos “grupos subalternos”. Pensando nisso, fica evidente a necessidade e a importância da historiografia revisionista e o debate sobre a figura e a identidade negra.

Assim, novas maneiras de estudar a história de uma comunidade surgem, e a abertura do uso de novas fontes também. Foi possível então utilizar como fontes históricas os processos crimes e cíveis, testamentos, inventários, jornais, etc., para compreender o cotidiano da sociedade colonial, juntamente ao relacionamento das pessoas dessa sociedade, e a partir disso encarar o negro não somente como propriedade de um senhor, mas também como autor de processos, dono de propriedades, comerciantes, artistas, ou até mesmo indivíduos muito bem colocados socialmente.

Estas e muitas outras narrativas que surgiram e ganharam forma nas novas abordagens não diminuem a crueldade do sistema escravista brasileiro, até porque os reflexos deste período ainda se perpetuam na sociedade contemporânea, como exemplo, a marginalização do sujeito negro e a problemática sobre seu corpo, e também a

dificuldade de compreender a identidade negra e assim, a autodeclaração do próprio sujeito como tal.

### **A retomada da narrativa de um preto forro mais de duzentos anos póstumo**

Com todas estas rupturas, estas novas metodologias e conceitos, destaca-se também a importância do rompimento da exaltação dos grandes heróis, mesmo entendendo a importância e relevância destes agentes. Com a abertura para novos agentes e temas no campo biográfico, é possível juntamente a micro-história reconstruir e recuperar trajetórias individuais de sujeitos simples. A partir do estudo de sujeitos comuns foi possível compreender o cotidiano do meio social em que estão inseridos, e também o estudo dos grupos “subalternos”.

A redescoberta da biografia remete principalmente a experiências no campo da história atentas ao ‘cotidiano’, a ‘subjetividade outras’: por exemplo, a história oral, os estudos sobre a cultura popular e a história das mulheres. O desejo de estender o campo da história, de trazer para o primeiro plano os excluídos da memória, reabriu o debate sobre o valor do método biográfico. Nos anos anteriores, a maioria dos historiadores pensava que as classes populares não podiam ser objeto da história, a não ser numa abordagem quantitativa: como dizia François Furet em 1963, a noção de classes subalternas evocava toda uma idéia de quantidade e de anonimato. Contudo, entre o final dos anos 70 e o começo dos 80, a atenção pouco a pouco deslocou da atividade econômica e política do camponês ou do operário para sua subjetividade e seu ‘vivido’. (LORIGA, 1998: 226.)

Pensando sobre essas correntes revisionistas e as novas possibilidades de materiais e fontes de estudo que permitem dar voz aos sujeitos silenciados e esquecidos, inserimos a recuperação da história de Domingos, um preto forro de se deslocou espacialmente da Vila de São José para a cidade de Campanha, e que conseguiu uma ascensão econômica e social significativa no século XVIII.

Essa pesquisa inicialmente tem como objetivo principal recuperar a trajetória particular de Domingos da Costa Souza e também o contexto histórico que está inserido, de maneira que destaque a figura negra como um agente ativo e participativo da história. Para esta tarefa, faremos uso das metodologias da micro-história, da história da família e do cotidiano, história econômica e também da história social e cultural.

Faremos uso dos documentos referentes ao Domingos, sendo eles, o testamento do mesmo, e também um recorte do jornal de Campanha – Minas Gerais, chamado “Voz Diocesana” que contém uma matéria escrita por Thalita de Oliveira Casadei onde a

mesma cita Domingos e a possibilidade de novas perspectivas acerca dos pretos forros no século XVIII na região.

A historiadora Thalita de Oliveira Casadei trabalhou no jornal “Voz Diocesana” em Campanha pelos anos 1967 a 1974. Ela escrevia uma coluna bem importante nesse jornal, que tinha como objetivo descrever acontecimentos marcantes sobre a história de Campanha, como a visita de pessoas ilustres, reconhecimento do trabalho de campanhenses pelo Brasil, e também, como muitos outros assuntos, recortes sobre o período colonial na localidade. Dentre esses assuntos foi possível identificar a menção do sujeito analisado.

A reportagem descrita é titulada como “Aspectos da escravidão na Campanha” e tenta nos mostrar um pouco sobre a história de Campanha no período colonial e sua relação com a escravidão, e para isso, ela nos fala sobre as diversas possibilidades que perpassam a figura dos pretos forros na cidade, o que acaba não sendo tão diferente de outras localidades do país, e assim como dito por ela, os escravos poderiam adquirir liberdade, constituir família, enriquecer e também chegavam até a possuir escravos.

Thalita nos mostra assim como a abordagem revisionista, que da mesma maneira que existe o negro escravizado, também existe o negro liberto que poderia acumular bens. Essa reportagem é uma amostra de possível ascensão econômica de Domingos, não somente pela menção aos escravos que chegou a possuir e que também libertou em seu testamento, mas também pela doação de quartas e oitavas de ouro que deixa para os mesmos.

A partir deste fragmento percebemos o rompimento com a visão já discutida anteriormente, da figura negra passiva e submissa versus figura heroica, pois neste fragmento é possível perceber que os sujeitos são produtores de narrativas que participam ativamente na comunidade que estão inseridos, podendo então ser compreendidos como agentes históricos.

Um pouco mais para o fim do recorte desta matéria, a autora nos deixa a sensação de que a ascensão econômica de Domingos pode ter relação e influencia com o comércio interno, que era um fator muito presente nas Vilas de São José e da Campanha da Princesa.

(...) a economia de Minas Gerais deixara de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, numa agricultura e numa pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que observamos é, ao lado do definhamento da atividade

mineradora, o crescimento de uma agricultura e de uma pecuária mercantis não-exportadoras já existentes desde o início do século XVIII; é isto que explica o fato de Minas aparecer, em 1819, como a maior capitania escravista do País. (FRAGOSO, 1998: 125)

Dialogando então com estas duas fontes, o testamento e a matéria de jornal, é possível perceber a necessidade da continuidade de produções que quebrem com os estereótipos, possibilitando assim uma visão mais ampla acerca dos acontecimentos cotidianos na nossa história. Adentremos então no segundo documento analisado, o testamento.

O testamento de Domingos nos mostra que certamente houve um destaque relevante, que derivou uma ascensão econômica deste. Diversas são as informações que se fazem presentes em seu documento, e uma delas é sua movimentação espacial do sujeito como já citado anteriormente. Ele parte da Vila de São José (atual Tiradentes) e fixa-se na região de São Gonçalo, que pertencia à região da Vila Campanha da Princesa, o que na época correspondia a uma área que abrangia os municípios vizinhos da delimitação atual. Mesmo fixando-se na região de Campanha, Domingos acaba por escolher ser enterrado em uma Igreja na Vila de São José, o que nos faz perceber que ele possivelmente mantinha uma relação entre uma Vila e outra, mesmo tendo uma fazenda em São Gonçalo.

Em quase todas as partes do documento, Domingos cita diversas dívidas tanto dele, quanto da esposa, que no caso também é uma escrava forra. Mesmo a presença de dívidas em documentos de este período ser algo muito comum, podemos notar certa possibilidade de crédito que ele e a esposa detinham na região em que residiam, mesmo tendo a sombra da escravidão.

Assim como dito por Thalita, no testamento é possível notar a partir da leitura do documento a libertação de escravos e a doação de quantias para os mesmos, mas uma informação muito relevante é inserida, o forro destina quantias aos seus afilhados também, sendo alguns filhos de escravos que pertenceram a ele.

### **A sociabilidade do sujeito negro enquanto escravizado e as possibilidades de libertação**

Histórias e narrativas como a de Domingos nos mostram a possibilidade de libertação e de mobilidade social, entre os pretos também, mesmo que de alguma maneira, era um tanto mais difícil para tal situação, pois, quanto mais afastado da origem africana,



mais próximo da liberdade ele ficava, uma vez que, entende-se que a liberdade tinha cor, e ela era branca.

A liberdade era, a princípio, um atributo do 'branco' que potencializava a inserção social e a propriedade. Durante a segunda metade do século XIX, entretanto, esta representação da liberdade começou a ter as suas bases solapadas. O crescimento demográfico de negros e mestiços, livres ou libertos, já não permitia perceber os não-brancos livres como exceção controladas. (CASTRO, 1995: 38)

Assim como dito por João José Reis e Eduardo Silva (1989), as práticas da negociação como forma de apaziguar a solucionar conflitos eram constantes, o que nos mostra um aspecto da relação cotidiana do período colonial, que auxiliaram de alguma forma para a manutenção de raízes e ramificações culturais atuais.

Os escravos também não enfrentavam os senhores somente através da força, individual ou coletiva. As revoltas, a formação de quilombos e sua defesa, a violência pessoal, conviveram com estratégias ou tecnologias pacíficas de resistência. Os escravos rompiam a dominação cotidiana por meio de pequenos atos de desobediência, manipulação pessoal e autonomia cultural. A própria acomodação escrava tinha um teor sempre ambíguo. (...). (REIS; SILVA, 1989: 32)

A sociabilidade e a relação de negociação do escravo com o seu senhor seria facilitada pelo branqueamento desse indivíduo, ou seja, precisaria existir um afastamento das raízes ou lembranças de uma negritude autodeclarada. Conseguimos então observar que nessa relação de liberdade tem um aspecto importante sobre a separação racial no período. Mas que separação racial seria essa e o que distinguiria um do outro? Reis e Silva (1989) também tratam sobre este aspecto de diferenciação em seu livro:

“(...) os africanos eram sempre designados de *pretos*, em contraste com *crioulos*, a conhecida designação dos pretos brasileiros. A designação *negro* era pouco usada porque seu campo semântico confundia, incluindo africano e crioulo. (...) quando as rebeliões africanas estabeleciam a urgência política de enfatizar as diferenças entre os escravos nascidos aqui, supostamente confiáveis, e os aguerridos escravos arrancados da África. (REIS; SILVA, 1989: 45)

Os senhores em seu modo admiravam e incentivavam a desavença entre crioulos e africanos, uma vez que esse tipo de situação acabava por eliminar uma insurreição ou rebelião conjunta. Algo que poderia nutrir essa inimizade seriam o paternalismo e as facilidades encontradas pelo negro nascido no Brasil, e uma delas era a facilitação em conseguir a carta de alforria.

Apreciada e incentivada pelos escravocratas, a inimizade entre crioulos e africanos era muito mais profunda do que as divergências entre as

diferentes nações africanas. Crioulos e africanos mantinham relações em geral diferenciadas com senhores e brancos. Os primeiros, e mais ainda os mestiços, experimentavam com maior frequência a face paternalista da escravidão, ao mesmo tempo que conheciam melhor os opressores e portanto sabiam explorar mais habilmente suas fraquezas no cotidiano. Paternalismo, bem entendido, não significavam relações escravistas harmoniosas e ausência de contradição; era estratégia de controle, meio de dominar de forma mais sutil e eficiente, com menos desgaste e alguma negociação. (...) O modelo paternalista baiano então desenvolveu a especialidade de estabelecer uma hierarquia de privilégios entre os escravos, fundada na origem destes, e de atizar as diferenças entre crioulos e africanos (...). Os escravos nascidos no Brasil tinham certas prerrogativas no trabalho, recebiam melhor tratamento e podiam constituir família e adquirir alforria mais facilmente. (REIS; SILVA, 1989: 45)

Esse branqueamento poderia surgir com a mestiçagem, oriunda do cruzamento das etnias africanas com a europeia, como ocorre com os que se declaram pardos por exemplo. Mas caso não fosse possível esse afastamento concreto pela miscigenação e pelo nascimento do indivíduo na colônia, entendemos também que poderia acontecer de forma simbólica, como a reprodução de costumes e práticas brancas.

A situação acima destacada nos faz pensar também na hierarquização existente nessa sociedade, uma vez que essa situação não era somente reproduzida pelos europeus, mas também, pelos homens de cor. É perceptível essa relação ao encararmos a hierarquia existente nas próprias Irmandades de cor, que eram entendidas como espaços de socialização.

A socialização destes dois polos, o escravo e o senhor, era extremamente importante para evitar e resolver conflitos que poderiam causar fugas e insurreições negras, e conseqüentemente, também auxiliava na possibilidade de adquirir uma posição mais “confortável” de trabalho, ou até mesmo resultando em acordos que dariam a sonhada libertação da situação de escravizado.

É importante destacar que, um escravo liberto que tem posse de escravos não justifica, e muito menos suaviza as crueldades sofridas e praticadas no período. Essa relação de poder de um sujeito sobre outro pode ser interpretada como uma maneira de inserção social pós-libertação da condição do indivíduo como escravizado, e assim tentar igualar-se ao senhor branco, na tentativa de romper com os estigmas que o perseguem por ser um ex-escravo. Contudo, devemos lembrar também dos valores e comportamentos dessa sociedade, e como um indivíduo deveria agir para pertencer e participar como agente ativo no corpo social.

Ao destacarmos essas possibilidades de socialização, fica evidente a necessidade de se estudar o caso do preto forro, pois, o mesmo adquiriu sua liberdade, mesmo que a situação de conquista deste direito é ainda desconhecida por nós, mostra que existem exceções por aí. E esses casos nos parecem necessários de análise para compreender melhor a história naquela época.

Com este breve artigo apresentamos a busca e recuperação da trajetória de Domingos, reafirmando a importância dos estudos revisionistas e das novas configurações nos estudos dos sujeitos e comunidades africanas e afro-brasileiras no período colonial.

Conseguimos também formular algumas teorias de como essa ascensão econômica dele se deu, e uma das principais é o comércio, o que era muito presente na região. Estamos trabalhando também as redes de sociabilidade que ele possuía, e a importância dos contatos estabelecidos por ele.

Fontes:

CASADEI, Thalita de Oliveira. Aspectos da escravidão na Campanha. *Voz Diocesana*, Campanha/MG, 20 fev. 1969, p. 4.

Livro 1 de Assento de Óbitos (1740-1765) – ACDC (Arquivo da Cúria Diocesana de Campanha).

Referências:

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *História e antropologia*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 151.

CASTRO, Hebe Maria da Costa Mattos Gomes de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. *Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980*. *Cad. AEL*, v.14, n.26, 2009, p. 15.

FRAGOSO, João Luiz. *Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro: 1790-1830*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 225-250.

MUNANGA, Kabengele. *Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

## Precarização e busca da liberdade no Brasil oitocentista

Caio da Silva Batista<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente estudo analisa a precarização da liberdade e a busca pela alforria pela via judicial nas cidades brasileiras do século XIX. Para alcançar este objetivo serão utilizados como fontes processos contra a liberdade individual, justificação e ações de liberdade tramitadas na cidade mineira de Juiz de Fora durante a segunda metade do oitocentos. As análises destas fontes permitirão compreender como escravos, livres e libertos buscaram a justiça para adquirir ou manter a liberdade. Além deste aspecto, a documentação escolhida permitirá reconstruir parte da trajetória de vida dos envolvidos nas ações e a debater pontos relevantes da escravidão urbana do Brasil do século XIX como a judicialização da liberdade, a redução à escravidão de indivíduos livres e as alterações ocorridas no sistema escravista no decorrer do século XIX.

**PALAVRAS-CHAVES:** Escravidão, precarização da liberdade, século XIX.

**RÉSUMÉ:** La présente étude analyse la précarité de la liberté et la recherche de la liberté judiciaire dans les villes brésiliennes du XIX siècle. Pour atteindre cet objectif, les processus seront utilisés comme sources contre la liberté individuelle, la justification et les actions en faveur de la liberté traitées dans la ville de Juiz de Fora au cours de la seconde moitié du dix-huitième siècle. L'analyse de ces sources nous permettra de comprendre comment des esclaves, libres et libérés, ont cherché justice pour acquérir ou maintenir la liberté. Outre cet aspect, la documentation choisie permettra de reconstituer une partie du parcours de vie des personnes impliquées dans les actions et de discuter des points pertinents de l'esclavage urbain au Brésil au XIX siècle, tels que la judiciarisation de la liberté, la réduction en esclavage d'individus libres et les changements survenus dans le système au XIX siècle.

**MOTS CLÉS:** Esclavage, précarité de la liberté, XIX siècle.

O presente artigo analisa como escravos, livres de “cor” e alforriados buscaram a justiça para adquirir a liberdade ou comprovar sua condição de livre/liberto. Em paralelo, este estudo irá reconstruir parte da trajetória de vida desses indivíduos. Para alcançar os objetivos propostos, utilizarei processo criminal contra a liberdade individual, ação de liberdade e justificação tramitados na cidade mineira de Juiz de Fora durante o século XIX<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em História Social do Brasil pela Universidade Salgado de Oliveira. Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor da rede pública do estado do Rio de Janeiro. E-mail: [caiodasilvabatista@gmail.com](mailto:caiodasilvabatista@gmail.com).

<sup>2</sup> Arquivo Histórico de Juiz de Fora, doravante AHJF. Fundo: Fórum Benjamin Colluci – Processos criminais do período imperial. Série 10: Processos relativos a crime contra a liberdade individual. 1854-1886. Série 47: Processos relativos a ação de liberdade, 1840 – 1885. AHJF. Fundo: Fórum Benjamin

O primeiro documento trata-se de ações criminais de indivíduos supostamente livres ou libertos que haviam sido reduzidos à condição de escravo. Este ato era considerado crime pelo Código Criminal do Brasil de 1830 e sua punição era prisão e multa (BRASIL, 1830). Por sua vez, a justificação era um instrumento jurídico no qual um suposto forro ou livre buscava provar sua liberdade (PAES, 2014: 82 – 83). Para isso, utilizava-se uma série de provas, como por exemplo, depoimentos e registro de alforrias, para comprovar a condição de livre, evitando-se a redução à escravidão.

As fontes citadas acima envolvem supostos livres e libertos de “cor” que buscavam na justiça manter e/ou comprovar sua condição de liberdade. A análise desta documentação permitirá compreender o quanto era tênue a fronteira entre a liberdade e a escravidão na sociedade brasileira do século XIX.

Em relação à ação de liberdade, esta envolvia escravizados que por meio da justiça buscavam o direito de serem livres (GRIMBERG, 2008: 9 – 14). Esse instrumento jurídico passou a ser mais utilizado após a Lei do Ventre Livre de 1871 em decorrência do reconhecimento do direito à liberdade (BRASIL, 1871).

Como é percebido, a partir da análise dos processos contra a liberdade individual, da ação de liberdade e justificação será possível penetrar na luta judicial de alguns escravos, libertos e livres de “cor” para garantir ou buscar o direito de liberdade. Entretanto, como irei demonstrar buscar a justiça não era garantia de conseguir ser livre. Em muitos casos os juízes davam vereditos em favor do “direito sagrado à propriedade” assegurada aos senhores nessa sociedade.

Outra questão que as fontes utilizadas irão abordar diz respeito à ressignificação das relações entre senhores e escravos existentes no Brasil desde meados do século XIX. A abolição gradual da escravidão iniciada em 1850 com a proibição do tráfico atlântico de escravos e a Segunda Escravidão alteraram as relações entre senhores e escravos<sup>3</sup>. Em meio a esse contexto, o Estado intervinha de forma mais direta nos assuntos envolvendo

---

Colluci – Processos civis do período imperial. Série: Ações de Liberdade. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora, doravante AHUFJF. Fundo: 1º ofício civil. Série: Carta de Liberdade. Sub-Série: Comprovação de Liberdade. Caixa 01.

<sup>3</sup> Compartilho com as ideias apresentadas por alguns autores sobre as alterações das relações entre senhores e escravos no Brasil a partir da segunda metade do século XIX e o aumento da intervenção estatal na mesma. Dentre esses trabalhos cito: CHALHOUB, Sidney. A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. LARA, Silva Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Direitos e justiça no Brasil: ensaios de História Social. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006. MATTOS, Hebe. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.

senhores e escravos e, a partir de 1871 com a Lei do Ventre Livre, passou a assegurar ao cativo o direito de compra de sua liberdade sem o consentimento de seu senhor. Essas mudanças, de forma gradual, promoviam a perda da legitimidade da escravidão que chegaria ao seu fim em 1888 com a abolição da escravatura.

Em relação à localidade estudada, a escolha de Juiz de Fora se deu, pois outro objetivo deste trabalho é discutir a sociedade escravista urbana no interior do Brasil oitocentista. Nesse sentido, ao escolher Juiz de Fora, cidade que se localizava na Zona da Mata de Minas Gerais, essa pesquisa busca discutir o sistema escravista para além dos grandes centros urbanos do Brasil do século XIX, como Rio de Janeiro e Salvador.

Mesmo sendo um pequeno centro urbano interiorano do sudeste escravista oitocentista, Juiz de Fora teve grande relevância econômica na região da Zona da Mata mineira. A localidade se firmou como principal entreposto de mercadorias e de escravos da Mata de Minas Gerais graças a seu sistema viário que contava com a rodovia União e Indústria, inaugurada em 1861, e as ferrovias Dom Pedro II e Leopoldina, construídas na década de setenta. Essa infraestrutura auxiliou o comércio de exportação, baseado no café, e importação, tanto atacado quando varejo na localidade (GIROLETI, 1988: 46).

Mesmo possuindo um grande contingente de escravos nas áreas rurais o distrito sede do município contou com escravos, que desenvolviam atividades diversas. Na cidade, essa mão de obra era utilizada em serviços públicos, manufaturas, estabelecimentos comerciais, no carregamento, dentre outras atividades (BATISTA, 2015). Essa mão de obra também poderia ser utilizada na cafeicultura, quando essa demandava um maior número de trabalhadores (BATISTA, 2015).

Era neste contexto espacial, temporal, social e econômico que se encontravam Irêne Thereza e Rita personagens das histórias que serão apresentadas adiante. Elas representam alguns dos muitos livres, libertos e escravos que lutaram pela liberdade na justiça durante o regime escravista no Brasil oitocentista.

### **A tênue fronteira entra a liberdade e a escravidão**

Em 1847 na cidade de Carrancas, província de Minas Gerais, José Venâncio de Carvalho concedeu a liberdade a sua escravinha Irêne Thereza, conhecida com Helena,

na época com 4 anos. Ela era filha da cativa Mariana, pertencente a José Venâncio. Por sua mãe não ter sido libertada Irêne Thereza permaneceu na casa de seu antigo senhor<sup>4</sup>.

Vinte anos depois, José Venâncio residia na cidade de Juiz de Fora. Em 1867 José Ayres foi a sua casa entregar a carta de alforria de Irêne Thereza e pegar a relação dos bens de Venâncio que seriam penhorados para o pagamento de suas dívidas. No entanto, o penhor não pode acontecer, pois Irêne Thereza estava relacionada como escrava de Venâncio.

Era de conhecimento público em Juiz de Fora que Irêne Thereza era forra desde os 4 anos de idade. Por esse motivo, a promotoria municipal abriu uma denúncia contra José Venâncio. De acordo com o promotor, Venâncio havia reduzido à escravidão uma pessoa livre. Para comprovar este fato, a promotoria pedia provas para confirmar a condição de liberta de Irêne Thereza.

Nos autos do processo constam dois documentos comprobatórios da liberdade de Irêne Thereza. O primeiro era sua carta de alforria dada de forma incondicional em 1843 por José Venâncio. A segunda prova era um pedido feito por Venâncio ao subdelegado de polícia de Juiz de Fora em 1869 para recapturar sua escrava Irêne Thereza que estava acoitada em São Francisco de Paula. O subdelegado sabendo da condição de liberta de Irêne Thereza não atendeu a solicitação de Venâncio.

Além desses documentos foram ouvidos seis testemunhas juramentadas e uma referida. Todos os depoentes, com exceção de Ivanir Mattos, compadre de José Venâncio, confirmaram a liberdade de Irêne.

Os relatos dos doutores Joaquim de Miranda e Antônio Fortes Bustamante e do capitão Francisco Fortes Bustamante reforçam as evidências da liberdade de Irêne. A primeira testemunha iria receber a penhora de José Venâncio, a segunda era padrinho do filho da Irêne e a terceira tabelião do cartório de Juiz de Fora.

De acordo com o advogado Joaquim Miranda os bens de José Venâncio não poderiam ser penhorados, pois o mesmo havia lhe confessado que Irêne era liberta e suas demais escravas já haviam sido vendidas ou hipotecadas. Por não possuir bens para penhora Venâncio lhe pediu um tempo para juntar recursos e pagar a dívida. Após dois meses a mesma foi quitada.

---

<sup>4</sup> AHJF. Fundo: Fórum Benjamin Colluci – Processos criminais do período imperial. Série 10: Processos relativos a crime contra a liberdade individual. Caixa 15. 15/11/1869. Para evitar notas repetitivas todas as vezes na qual me referir a este processo deve-se levar em consideração esta referência.



O tabelião Francisco Fortes Bustamante relatou ter recebido em 1867 do vigário Tiago Ribeiro duas cartas de liberdade. O documento era assinado por José Venâncio em favor de Irêne e de Carolina. Ao saber do ocorrido Venâncio foi lhe procurar e pediu para que não lançassem no livro de notas as cartas. Bustamante não informou se registrou ou não as cartas. No entanto, confirmou ser Irêne liberta em decorrência de Martinho, seu filho, ter sido batizado como livre.

Os relatos do capitão Fortes Bustamante, padrinho do filho de Irêne, e do doutor José Maria da Silva Velho apresentam a atribulada convivência existente entre Irêne e José Venâncio. Essas desavenças desencadeavam em maus-tratos, como tapas no rosto, castigos e ameaças de redução à escravidão sofrida pela liberta na casa de seu antigo senhor. Todavia, os motivos desses desentendimentos não constam nos autos do processo.

O desfecho desta história ocorreu três meses após a abertura desta ação. Era fevereiro de 1870 quando os autos do processo foram concluídos. José Venâncio foi acusado de reduzir à escravidão pessoa livre e deveria ser preso. Para evitar à reclusão o advogado do réu pediu para que fosse pago uma fiança. O juiz acatou o pedido e determinou o valor de 1:000\$000 (um conto de réis). Além disso, José Venâncio deveria pagar 300\$000 (trezentos mil réis) referente às custas do processo. Em relação à Irêne, o juiz concluiu ser ela liberta e sua carta de alforria era legítima.

O processo contra a liberdade individual, ora analisado, apresenta o caso de uma liberta que foi reduzida à condição de escrava. Como foi demonstrado, Irêne conseguiu provar sua liberdade. No entanto, nem todos os finais tiveram o mesmo desfecho. O caso da escrava Rita, personagem da próxima história que será apresentada, teve um final diferente de Irêne Thereza.

### **A escrava Rita e a busca pela liberdade**

Em 1870 Marcelino de Assis Tostes, curador da escrava Rita, pedia ao juiz municipal de órfãos que fossem chamados testemunhas para confirmar a liberdade de sua curatela<sup>5</sup>. De acordo com a denúncia o antigo senhor de Rita, Miguel Correa Torres, havia lhe dado a libertado em seu testamento e seus herdeiros não cumpriram sua vontade.

---

<sup>5</sup> AHUFJF. Fundo: Cartório 1º ofício civil. Série: carta de liberdade. Processo 01. Caixa 01. Este documento foi classificado como Carta de Liberdade, no entanto trata-se de uma justificação. Para evitar notas repetitivas todas as vezes na qual me referir a este processo deve-se levar em consideração esta referência.

No ato de abertura desta justificação Rita estava acoitada, pois, de acordo com os autos, ela sofria perseguição do capitão Francisco de Paula Villas Boas. O encaço ocorria em decorrência da compra do direito da herança de Miguel Torres pelo capitão, que reivindicava a posse de Rita.

Para apurar os fatos foram ouvidas cinco testemunhas. Todas relataram que Miguel Torres havia dado a liberdade a Rita em seu testamento que havia sido queimado pelo seu irmão Leofridio. A destruição do testamento ocorreu, pois Leofridio não concordava com as vontades de seu irmão. De acordo com os autos, em seu testamento Miguel havia dado a alforria incondicional a Rita e Maria. Além disso, reconheceu Justo como seu filho e destinou parte de sua herança para sua irmã Flávia Flausina.

A justificação de Rita apresenta evidências de que Leofridio desapareceu com o testamento de seu irmão. Os depoimentos de Idelfonso Lage e de Flavia Flausina, irmã de Miguel, reforçam essas pistas. Além disso, revelam mais detalhes sobre a vida de Rita e de seu antigo senhor.

Nesse sentido, Idelfonso Lage informou que Miguel Torres cometeu suicídio. Na ocasião da morte de Torres, Lage era subdelegado e foi à sua casa realizar o corpo de delito. Ele sabia da existência do testamento e perguntou a Flávia Flausino onde o mesmo se encontrava. Ela respondeu que o testamento estava em poder de seu irmão Leofridio.

Todavia, o testamento não foi encontrado. Em seu depoimento Idelfonso relatou desconfiar da participação de Leofridio no desaparecimento do testamento. Inclusive após a morte de Torres ordenou a sua prisão. No entanto, a mesma não ocorreu em decorrência da morte de Leofridio.

Lage acrescentou ainda que na época do falecimento de Torres promoveu uma investigação para buscar o paradeiro do testamento de seu amigo. As investigações lhe forneceram informações contundentes da participação de Leofridio neste ato. A motivação, de acordo com seu testemunho, foi em decorrência do reconhecimento de Miguel de seu filho de nome Justo e a destinação de parte de sua herança para sua irmã.

Flavia Flausina também confirmou a existência do testamento de seu irmão Miguel e que o mesmo havia sido destruído por Leofridio em decorrência deste não concordar com os desejos de Miguel. Disse também ter sido Rita e Maria alforriadas no testamento de seu irmão.

Após inquirir as testemunhas foi a vez do capitão Villas Boas se defender. Representado por seu procurador, o advogado Justino Carneiro, buscou desqualificar a

justificação alegando ser a mesma irregular em decorrência da não qualificação do curador Marcelino de Assis Tostes. Além deste aspecto, a defesa do capitão afirmava serem as provas defeituosas e contraditórias.

Em relação ao testamento, o procurador buscou provar a sua não existência. Para isso, afirmou que os depoimentos das testemunhas não eram consistentes o suficiente para provar a existência deste documento.

Por todos estes motivos a defesa do capitão Villas Boas pedia a anulação da justificação. Acrescentava ainda que a desqualificação do curador na ação era uma “violência ao legítimo senhor, e um atentado aos preceitos da lei.”.

Após a defesa da acusação foi a vez de Rita, representado pelo seu curador Marcelino de Assis Tostes, apresentar sua defesa. A estratégia utilizada foi a defesa da legitimidade dos depoimentos e da veracidade da alforria de Rita por seu falecido senhor Miguel Torres. Nesse sentido, a defesa de Rita buscou sustentar a tese de destruição do testamento por Leofridio para prejudicar a libertanda. Por fim, Marcelino Tostes defendia a validação da justificação, pois qualquer cidadão tinha o direito de justificar a liberdade. Tal preceito era assegurado pelas leis, inclusive as criminais.

Após todos os trâmites o juiz municipal deu a sentença em fevereiro de 1871. A justificação foi julgada improcedente, pois o princípio do “direito a propriedade”, no caso de Rita, deveria prevalecer. Nas palavras do magistrado esse preceito era tão “sagrado” quanto o da liberdade. Além deste aspecto, o juiz concluiu que os depoimentos das testemunhas não ofereciam informações contundentes sobre a existência do testamento. Ao final foi assegurado a libertanda possíveis direitos que poderia adquirir em decorrência de futuras ações, todavia, não foi especificada.

Creio que esta última observação esteja relacionado à ação de liberdade movida por Rita em Juiz de Fora. Ela foi iniciada no dia 19 de julho de 1870, um mês após a abertura de sua justificação. Nesta ação, Rita, também foi representada pelo curador Marcelino de Assis Tostes. Neste processo, tal como na justificação, Rita alegava ter sido escrava de Miguel Torres, que havia lhe dado à liberdade perante a testemunhas “qualificadas”<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> AHJF. Fundo Civil do Fórum Benjamim Colluci. Série: Ações de liberdade. Caixa 116. 19/07/1870. Para evitar notas repetitivas todas as vezes na qual me referir a este processo deve-se levar em consideração esta referência.

Por ser uma pessoa forra, Rita solicitava a “proteção da lei em favor de sua liberdade”. Informou que estava escondida em decorrência da perseguição do capitão Francisco de Paula Villas Boas. Ele havia comprado o direito da herança de seu antigo senhor Miguel Torres, e reivindicava sua pose.

Para comprovar sua liberdade Rita pedia que fossem ouvidos como testemunhas o cônego Roussim, o padre João de Souza e dona Flausina. Todavia, na ação de liberdade não consta o depoimento das mesmas.

Ao ser ouvido, o capitão Villas Boas alegava ser Rita sua escrava. Em relação à alforria de sua cativa informava que a mesma até poderia ter sido dita por Miguel Torres em vida, mas essa vontade nunca foi reconhecida pela lei. Ao final de sua defesa o capitão fazia um apelo ao “sagrado direito à propriedade”. Assim, ele fazia a seguinte apelação “e no ilustrado critério deste juízo, que não consentirá no sacrifício do seu sagrado direito de propriedade, e mesmo atropelo de todas as formas do direito”. Junto com este apelo foi anexado o depoimento de Delfino, morador da cidade de Juiz de Fora. Em seu depoimento foi confirmado ser Rita escrava do capitão Villas Boas, no entanto, ela estava acoitada.

Em relação ao seu paradeiro, o suposto senhor de Rita informava que a mesma estava na cidade de Juiz de Fora na casa de Flavia Flausina, irmã do falecido Miguel Torres. Ao saber o suposto local onde Rita se encontrava, o juiz ordenou ao oficial de justiça que fosse à casa de Flausina para realizar a leitura da petição de devolução da suposta escrava ao seu senhor. No entanto, Rita não se encontrava na residência de Flávia. Esta não soube informar o seu paradeiro.

Munido de um mandato de busca o oficial foi a casa de Justo Correia Torres, filho de Miguel Torres e também morador da cidade de Juiz de Fora, com o intuito de levar Rita ao seu senhor. No entanto, a escrava não estava na residência de Justo.

Os autos foram concluídos no dia 20 de julho de 1870, um dia após a abertura da justificação analisada no início desta seção. Infelizmente não há o veredito final desta ação de liberdade. No entanto, na justificação aberta por Rita há o desfecho desta história.

Assim, em 1871 o juiz concluiu ser Rita escrava de Villas Boas. A decisão se embasava na falta de provas contundentes sobre a liberdade de Rita. A escrava recorreu da decisão ao tribunal da apelação de Ouro Preto que manteve o parecer favorável a Villas Boas.

### **Concluindo os casos de Irêne Thereza, Simplicio e Rita**

As histórias de Irêne Thereza e Rita vão muito além de libertos e escravos buscando na justiça provar sua liberdade. Esses documentos são provas da tênue fronteira existente entre a escravidão e a liberdade na sociedade brasileira escravista. De um lado havia senhores e de outro libertos e livres que viviam constantemente o perigo de serem reduzidos à condição de escravo (GONÇALVES, 2011: 19). É importante lembrar que até a promulgação da Lei do Ventre Livre em 1871 toda pessoa de cor era considerado, em geral, escravo até que o contrário fosse provado (CHALHOUB, 2012: 232).

Nos casos apresentados temos a presença de indivíduos de “status sociais” diferentes, Irêne Thereza era liberta e Rita, escrava. Todavia, mesmo pertencendo a grupos distintos elas tinham um ponto em comum: eram “pessoas de cor”. A primeira personagem era parda e a segunda crioula.

Em relação ao veredicto das ações um foi favorável a liberdade enquanto outro à propriedade. Mesmo com esse equilíbrio de veredicto, é importante salientar que não se deve pensar em uma justiça favorável a liberdade e contrária à escravidão. De uma forma geral, o poder judiciário buscou manter o direito a propriedade dos senhores sobre seus escravos (GRIMBERG, 2008). Na justificação de Rita, por exemplo, o parecer do juiz deixa claro esta evidência ao afirmar que a liberdade era um direito “sagrado”, todavia o da propriedade prevaleceria quando o primeiro não fosse comprovado. A partir dessa afirmação é possível verificar que para comprovar a sua condição de livre um indivíduo dentro desta sociedade deveria apresentar provas contundentes. Caso contrário, o mesmo estava condicionado a continuar na escravidão.

No entanto, mesmo com a justiça tendendo pareceres favoráveis aos senhores de escravos muitos indivíduos conseguiram comprovar sua condição de liberdade. O caso de Irêne exemplifica como tal conquista era adquirida.

Nesse sentido, a forra Irêne Thereza anexou uma cópia do registro de sua carta de alforria nos autos da ação. Além disso, teve como testemunhas dois membros da importante família Fortes Bustamante, inclusive um era padrinho de seu filho.

No processo contra a liberdade individual de Irêne seu suposto senhor José Venâncio não reconheceu sua liberdade. Por ter reduzido um livre a condição de escravo o juiz determinou que Venâncio fosse preso. No entanto, a prisão foi convertida em uma fiança de 1:000\$000 (um conto de réis).

Rita não teve a mesma sorte de Irêne Thereza. A escrava buscou sua alforria por meio de justificação e ação de liberdade. Nesses instrumentos jurídicos Rita alegava ter sido alforriada por seu antigo senhor Miguel Torres por meio de testamento. Porém, o mesmo havia sido destruído por seu irmão Leofridio que não concordava com suas vontades.

De acordo com o parecer judicial Rita não apresentou provas consistentes da existência do testamento de Miguel Torres. Por esse motivo, o direito a propriedade permaneceu sobre o da liberdade. Assim, Rita foi considerada escrava do capitão Villas Boas que havia comprado o direito de herança dos herdeiros de Miguel Torres.

Os documentos analisados neste artigo além de apresentarem a luta jurídica de escravos e libertos em prol da liberdade fornecem informações sobre parte da trajetória da vida dos envolvidos. Mesmo sendo produzido por magistrados, advogados e membros da polícia em busca de investigar se Irêne e Rita poderiam usufruir do “direito sagrado” da liberdade os relatos das testemunhas permitem reconstruir parte da vida desses indivíduos.

Nesse sentido, a partir do processo de Irêne Thereza em 1847 foi libertada de forma incondicional por seu senhor José Venâncio. Quando foi libertada Irêne tinha 4 anos e como sua mãe não havia sido alforriada ele permaneceu na casa de Venâncio. Os anos se passaram e em 1867, quando morava na cidade de Juiz de Fora, José Venâncio ainda tinha a companhia de Irêne em sua residência. Com 24 anos de idade a forra já possuía um filho de nome Martini, cujo padrinho era o estimado capitão Fortes Bustamante.

Irêne Thereza tinha uma relação muito conturbada com seu antigo senhor. A partir dos testemunhos da ação é possível verificar que em diversas ocasiões José Venâncio agredia e ameaçava de reescravizar a liberta. Como consta nos autos em novembro 1869 Irêne Thereza saiu da casa de seu antigo senhor. Provavelmente as frequentes desavenças influenciaram nessa decisão. Nessa ocasião, Venâncio foi à delegacia para reivindicar a posse de Irêne. Porém, a mesma foi indeferida, pois a autoridade policial sabia que Irêne era pessoa livre.

As informações constantes na ação não permitem saber os motivos das desavenças de Irêne e seu antigo senhor. Também não constam referências sobre o paradeiro de sua mãe. Talvez, na época da abertura do processo ela estava falecida.

Para assegurar seu direito à liberdade a forra Irêne teve que recorrer à justiça. Assim, ela denunciava seu antigo senhor de tê-la reduzido à condição de escrava. Esse fato foi confirmado nos autos da ação. Com isso, a liberta conseguiu comprovar a autenticidade de sua carta de alforria e José Venâncio foi acusado e punido por ter reduzido à escravidão pessoa livre.

Rita ao contrário de Irêne Thereza não era livre. De acordo com sua justificação ela havia sido alforriada no testamento de seu senhor Miguel Torres. Todavia, o mesmo fora destruído por seu irmão Leofridio, por não concordar com as vontades de seu irmão.

Rita havia sido criada na cidade de Juiz de Fora pelo cônego Roussin. Posteriormente, o falecido doutor Miguel Torres passou a ser seu senhor.

Flávia Flausino, irmã de Miguel, informou que mesmo recebendo a liberdade Rita esmolou após a morte de seu senhor para comprar sua alforria. Além disso, a escrava havia tido um filho, libertado na pia batismal, com Leofridio, suspeito de queimar o testamento de seu irmão de Miguel.

Além de buscar a comprovação de sua alforria por meio de uma justificação Rita também deu início a uma ação de liberdade. Neste documento a escrava por meio de seu curador informava que estava foragida em decorrência da perseguição do capitão Villas Boas. Ele havia comprado o direito da herança de seu antigo senhor e reivindicava sua posse.

Rita, assim como na justificação, alegava ser liberta. Acrescentou ainda que na ocasião da venda da herança de seu senhor ela estava prestes a receber sua carta de liberdade. Porém, esse fato não ocorreu.

O seu suposto senhor, o capitão Villas Boas, sabia de seu paradeiro. Na ação ele informava que sua escrava se encontrava “acoitada” na cidade de Juiz de Fora. Havia a suspeita dela se encontrar na residência de Flavia Flausino, irmã do falecido Miguel, ou de Justo, filho do antigo senhor de Rita. No entanto, ela não foi localizada em nenhuma das duas casas. Talvez, por meio de uma rede de informantes, Rita conseguiu escapar antes da chegada do oficial de justiça e se esconder em outro local ou mesmo fugir para outra região.

A ação de liberdade de Rita tramitou entre 1870 a 1871. Após a conclusão dos autos o juiz municipal deu um veredito desfavorável à liberdade de Rita. Assim, ela deveria ser devolvida a seu então senhor o capitão Villas Boas. Esta decisão foi tomada, pois, de acordo com o magistrado, a libertanda não apresentou provas contundentes sobre

sua condição de livre. Este parecer foi mantido pelos juízes do tribunal da apelação de Outro Preto.

Como se pode observar, as trajetórias de Irêne e Rita envolvem indivíduos de grupos sociais diferentes e fornecem informações importantes sobre o mundo dos livres, libertos e escravos do século XIX. Nesse sentido, a história de Irêne apresenta a fragilidade e as dificuldades que os indivíduos livres de cor encontravam na sociedade escravista oitocentista.

Irêne Thereza era parda e forra. Ela havia sido libertada incondicionalmente aos 4 anos por seu então senhor José Venâncio, que tinha sua mãe como escrava. Vinte anos após sua alforria em 1867, ano no qual o processo contra a liberdade individual foi aberto, Irêne ainda residia na casa de seu ex-senhor.

Nas entrelinhas da ação de Irêne Thereza é possível detectar a existência de uma relação de dependência vivida por muitos libertos no Brasil. Mesmo sendo livre aos 4 anos de idade a forra ainda residia na casa de seu antigo senhor. Essa realidade foi vivida por outros libertos no Brasil oitocentista.

A falta de recursos para se manter de forma autônomo, a “proteção” ao direito a liberdade, dentre outros fatores faziam com que forros e livres pobres criassem relações de dependência com seus “compadres” ou antigos senhores. De acordo com Mônica de Oliveira para muitos indivíduos a liberdade significava autonomia (OLIVEIRA, 2016: 79). No entanto, para outros ela mantinha a relação de dependência (OLIVEIRA, 2016: 79). Ao analisar a ação de Irêne é possível verificar que a liberta se encaixava no segundo grupo.

Mesmo criando laços de dependência com seu antigo senhor, Irêne buscava se inserir de forma autônoma no mundo dos livres. Dentre as estratégias adotadas pela forra estava a criação de laços sociais com indivíduos “notáveis” em Juiz de Fora. Como consta na ação, Irêne escolheu o capitão Antonio Fortes Bustamente, membro de uma importante família de Juiz de Fora, para ser padrinho de seu filho.

Como apontado por Mônica Oliveira, a busca por proteção de “pessoas notáveis” a partir do apadrinhamento era uma das práticas exercidas pelos libertos para se diferenciar dentro deste grupo social (OLIVEIRA, 2016: 81). Além disso, relacionar-se com esses indivíduos oferecia ao alforriado proteção e o auxílio ao reconhecimento de sua condição de livre pela sociedade.



Por fim, o caso de Irêne apresenta o constante perigo que muitos libertos tinham em ser reescravizados pelos seus antigos senhores. No processo de Irêne seu antigo senhor José Venâncio, de acordo com as testemunhas, a ameaçava constantemente de reduzi-la à condição de escrava. Além das agressões psicológicas a forra Irêne sofria agressões físicas, pois havia sido agredida em diversas ocasiões pelo seu ex-senhor.

Assim, mesmo sendo livre Irêne era “lembrada” pelo seu antigo senhor que poderia ser reduzida à condição de escrava. É importante lembrar que a ação de Irêne foi aberta, pois José Venâncio havia colocado a liberta entre seus bens que seriam penhorados. Com isso, foi iniciado um processo contra a liberdade individual, pois Venâncio comprometia o direito à liberdade de Irêne.

Irêne conseguiram provar que era livre. No entanto, a escrava Rita, não teve a mesma sorte. Ela buscou por meio do depoimento de testemunhas comprovar que seu falecido senhor havia lhe dado a liberdade em testamento. No entanto, o mesmo havia desaparecido. Por falta de provas contundentes o juiz assegurou o direito “sagrado” a propriedade ao capitão Villas Boas então senhor de Rita.

Para além do teor jurídico, esta ação demonstra as redes sociais desenvolvidas por escravos dentro da cidade. Rita por meio de seu curador Marcelino de Assis Tostes iniciou duas ações em busca de sua liberdade. Nos autos dos processos são apresentados depoimentos que auxiliam a detectar a relação da cativa com diversos indivíduos livres. Estes depuseram a favor de sua liberdade e alguns a acoitaram na cidade de Juiz de Fora.

Por fim, os documentos analisados neste artigo apresentam a existência de laços pessoais entre indivíduos de “status” social diferente. Nas cidades o universo dos escravos e dos livres entrelaçava-se. Eles dividiam, em muitas ocasiões, o mesmo ambiente, fosse no cotidiano, no trabalho onde exerciam suas funções lado a lado, em festas, jogos e tavernas. Esta convivência fazia com que se desenvolvessem laços amorosos, de amizade, compadrio e familiares entre esses indivíduos<sup>7</sup>. Diversos exemplos dessas interações foram apresentados no decorrer deste artigo.

As relações sociais desenvolvidas entre escravos, libertos e livres também auxiliavam na busca da liberdade pela via judicial. Como foi possível verificar, nos

---

<sup>7</sup> Alguns autores ao analisarem a escravidão urbana apresentam as redes de sociabilidade desenvolvida entre escravos, livres e libertos no Brasil oitocentista. Dentre esses trabalhos cito: ALGRANTI, Leila Mezan. O feitor ausente - Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998. BATISTA, Caio da Silva. Op. Cit. CHALHOUB, Sidney. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. MATTOS, Hebe. Op. Cit.

processos contra a liberdade individual, ação de liberdade e justificação os suplicantes tiveram um curador. Este deveria ser uma pessoa livre e de preferência “qualificada”.

Além disso, em alguns casos os libertandos precisaram da ajuda de livres e forros para se acoitarem na cidade enquanto suas ações tramitavam, como foi o caso de Rita. Além disso, libertos e livres poderiam testemunhar a favor dos escravos e intervir em sua liberdade. No entanto, como demonstrei o contato com esses indivíduos nem sempre assegurava a liberdade pela via judicial.

Por outro lado, as redes sociais desenvolvidas entre cativos, livres e forros eram essenciais para os escravizados que buscavam sua liberdade. Essas relações auxiliavam o recém-alforriado na inserção em uma nova ordem social: o mundo dos livres. Sobre essa questão Hebe Mattos faz a seguinte observação: “(...) Numa sociedade marcada pelas relações pessoais, estabelecer laços era essencial para a obtenção de um lugar, por mais obscuro que fosse, no mundo dos livres” (MATTOS,2013: 62).

Além deste aspecto, é importante lembrar que os libertandos que conquistaram a liberdade se juntavam, na maioria dos casos, a população livre pobre, formando a “arraia miúda”. Muitos desses libertos, como foi o caso de Irêne Thereza viviam como agregados nas casas de seus antigos senhores ou de indivíduos livres mais abastados<sup>8</sup>.

Se os libertandos que conseguiam a alforria estavam condicionados, em muitos casos, a uma vida pobre, não é muito difícil imaginar como deveria ser a vida dos libertandos que perdiam suas ações. A devolução ao seu senhor poderia ser bem dolorosa. Sobre esta questão Sidney Chalhoub faz a seguinte observação “(...) a volta para “casa” podia incluir seu cortejo de sevícias por parte de um senhor irado e vingativo” (CHALHOUB, 2011: 133).

Por fim, os documentos analisados neste trabalho apresentaram escravos, livres e libertos que por meio de suas redes sociais buscaram na justiça o direito de se manterem livre ou se tornar forro. Assim, foi possível ver trajetórias de alguns homens e mulheres em busca de sua liberdade que contribuíram para a construção da História do nosso país.

## **Bibliografia e fontes**

---

<sup>8</sup> Utilizo o conceito de agregado definido por Carlos Bacellar no qual é enfatizado que este indivíduo era desprovido e morava de “favor” na residência ou terras de alguém. Sobre essa questão consultar: BACELLAR, Carlos. Agregados em casa agregados na roça: uma discussão. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil. Lisboa: Livros Horizonte, 2011, p.: 187 – 199.

## Fontes

Arquivo Histórico de Juiz de Fora

Fundo: Fórum Benjamin Colluci – Processos criminais do período imperial.

Série 10: Processos relativos a crime contra a liberdade individual. 1854-1886.

Fundo: Fórum Benjamin Colluci – Processos civis do período imperial.

Série 47: Processos relativos a ação de liberdade, 1840 – 1885.

Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Fundo: 1º ofício civil.

Série: Carta de Liberdade. Sub-Série: Comprovação de Liberdade. Caixa 01.

BRASIL. **Código criminal do Império do Brasil de 1830**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm). Acesso em: 22 jun. 2017.

BRASIL. Lei número 2040 de 28 de setembro de 1871. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/LIM2040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM2040.htm). Acesso em: 28 abr. 2018.

## Bibliografia

ALGRANTI, Leila Mezan. **O feitor ausente** - Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

BATISTA, Caio da - Silva Batista. **Cotidiano e escravidão urbana na paróquia de Santo Antônio do Juiz de Fora (MG), 1850 - 1888**. Juiz de Fora: FUNALFA/Templo, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costumes no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

\_\_\_\_\_. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

- GIROLETTI, Domingos. **Industrialização de Juiz de Fora**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 1988.
- GONÇALVES, Andréia Lisly. **As margens da liberdade**: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.
- GRIMBERG, Keila. **Liberata**: a lei da ambiguidade - as ações de liberdade da corte de apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- LARA, Silva Hunold & MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiça no Brasil**: ensaios de História Social. Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.
- MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX). 3ª ed. Campinas: Ed. UNICAMP, 2013.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **A terra e seus homens**: roceiros livres de cor e senhores no longo século XVIII. Rio de Janeiro: Ed. 7 Letras, 2016.
- PAES, Mariana Armond Dias. **Sujeitos da História, sujeitos de direitos**: personalidade jurídica no Brasil escravista (1860 – 1888). Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Org.). **Sexualidade, família e religião na colonização do Brasil**. Lisboa: Livros Horizonte, 2011.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 18

### História oral, memória, biografia e trajetórias: temas, abordagens e perspectivas de investigação nas temporalidades históricas

#### **Coordenadores:**

Amanda Monteiro (Doutoranda/PPGHIS UFJF)

Ana Cláudia Gonçalves (Doutoranda/PPGHIS UFJF)

Esther Itaborahy Costa (Doutoranda/PPGHIS UFJF)

Priscila Musquim Alcântara de Oliveira (Doutora/PPGHIS UFJF)

#### **Ementa:**

Este simpósio temático objetiva dar visibilidade às pesquisas em torno das questões identitárias, relacionadas à utilização da memória e da oralidade como fontes prioritárias para entender os diversos sujeitos históricos, bem como à utilização do gênero biográfico e das análises de trajetórias individuais em investigações no campo da história, incluindo, além do trabalho empírico realizado por historiadores que se dedicam ao estudo de trajetórias individuais e biografias, a biografia enquanto fonte a ser analisada pelo investigador ao longo de seu trabalho.

Segundo Geovani Levi, grande parte das questões metodológicas da historiografia contemporânea está relacionada à biografia, especialmente no que tange aos problemas de escala em análise, relações entre regras e práticas e sua relação com as ciências sociais. Para o historiador, esse debate ganha dimensões ainda maiores quando se considera a complexidade humana, a formação progressiva e não-linear das personagens e suas contradições. Notadamente, a partir do século XIX, e posteriormente no século XX, o sucesso editorial das biografias, com os avanços na historiografia e a ampliação das fontes e temáticas nesse campo, permitiram às trajetórias ganhar espaço na escrita acadêmica, contribuindo para a observação de diferentes aspectos históricos.

Para os historiadores, a biografia permite, através da análise de uma vida, compreender redes, grupos, partidos, movimentos religiosos, e uma gama de organizações nas quais o indivíduo analisado se inseriu, levando em conta a sua relação com os demais membros. Nesse sentido, Michel de Certeau ressalta que cada homem deve ser entendido como “um locus no qual uma incoerente e frequentemente

contraditória pluralidade de determinações relacionais interagem” (CERTEAU, 1984, p. XI). A biografia é uma opção que traz consigo uma série de desafios, sendo o mais expressivo deles o de, por meio da análise de uma vida, oferecer contribuições para ampliar o conhecimento sobre determinado assunto no campo da história. Conforme ressalta PhillippeLevillan, é possível, por meio da biografia, analisar relações entre a vontade própria do indivíduo e as forças convergentes ou concorrentes a ele, e a partir dessa análise, fazer o balanço entre o herdado e o adquirido em todos os domínios.

Outro aspecto a ser destacado, dentro das discussões que exploramos, envolve a relação entre história e memória. Nas palavras de Pierre Nora (1993), “a memória é um fenômeno sempre atual, vivido no eterno presente”. A história, por sua vez, “[...] é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” (NORA, 1993, p. 9). Assim, ao tratar a memória como um objeto de análise histórica, uma das principais metodologias utilizadas tem sido a história oral. É importante ressaltar que as fontes orais dispõem das mesmas exigências teóricas e metodológicas contidas nos outros tipos de fontes das quais recorre o historiador. Logo, fontes escritas e orais devem ser pensadas dentro de seus contextos de produção, ambas devem ser analisadas sob o mesmo rigor. Deste modo, como salientado por Alessandro Portelli, “na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que o outro)”(PORTELLI, 1997, p.25). Ademais, como afirma Beatriz Sarlo (2007), a história oral conserva lembranças e repara identidades machucadas, colaborando com a reconstituição do passado e permitindo a recuperação do que foi perdido pela violência do poder.

Essas discussões têm ocupado nos últimos anos um espaço cada vez maior entre os debates realizados pelos historiadores, além de pesquisadores de outras áreas do conhecimento. Este avanço produz no campo historiográfico efeitos significativos para a compreensão das diversas formas por meio das quais os sujeitos históricos compreendem seu passado, vinculam suas experiências e interpretam suas vidas e o mundo à sua volta. Portanto, o simpósio temático “História oral, memória, biografia e trajetórias: temas, abordagens e perspectivas de investigação nas temporalidades históricas” está aberto aos recortes temáticos que explorem e avaliem a natureza do gênero biográfico, das trajetórias de vida, da história oral e do processo de memória histórica.

## A LITERATURA COMO FORMA DE REPRESENTAÇÃO MEMORIALÍSTICA

Izabella Maddaleno<sup>1</sup>

### Resumo:

A literatura nos oferece inúmeras possibilidades de desvelarmos a sociedade, através de fatores sociais, culturais e históricos. Neste sentido, este trabalho tem como proposta analisar o romance *Memória inventada: um romance de mães e filhas* da escritora norte-americana Erica Jong. Para isso, nos embasaremos nos conceitos de arquivos, apresentados por Michel Foucault e Jacques Derrida, relacionando-os com as questões concernentes à memória. Assinalemos que o crítico Jacques Le Goff em seu ensaio, *História e memória*, conceituou a palavra “memória” como a capacidade que o homem possui de conservar e atualizar impressões ou informações passadas, sobre isso comenta: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas (LE GOFF, 2003: 419).

Palavras-chaves: Literatura – arquivo- memória

## LA LITTÉRATURE COMME FORME DE REPRESENTATION MEMORIALISTE

### Abstract:

La littérature nous offre de nombreuses possibilités pour dévoiler la société, à travers des facteurs sociaux, culturels et historiques. En ce sens, cet ouvrage vise à analyser le roman et des filles *Memória inventada: um romance de mães e filhas* de l'écrivaine américaine Erica Jong. Pour ce faire, nous nous appuyerons sur les concepts d'archives présentés par Michel Foucault et Jacques Derrida, en les reliant à des questions concernant la mémoire. Notons que le critique Jacques Le Goff, dans son essai, *História e memória*, avait conceptualisé le mot "mémoire" comme la capacité de l'homme à préserver et à mettre à jour des impressions ou des informations passées: "La mémoire, propriété de préserver l'information, tout d'abord, fait référence à un ensemble de fonctions psychiques, grâce auxquelles l'homme peut actualiser des impressions ou des informations passées (LE GOFF, 2003: 419).

Mots-clés: littérature - dossier- mémoire

---

<sup>1</sup> Mestre em Estudos Literários pela UFJF, doutoranda em Estudos Literários (UFJF) e professora substituta do Departamento de Letras (UFJF). E-mail: izabellalettras@gmail.com.

A proposta deste trabalho é analisar o livro *Memória inventada: um romance de mães e filhas* da escritora norte-americana Érica Jong, nascida em 1942, e filha de judeus, que se mudaram para os Estados Unidos, fugindo do Nazismo. Vale comentar que os livros desta autora possuem traços autobiográficos. Ainda nos embasaremos nos conceitos de arquivos, apresentados por Michel Foucault e Jacques Derrida, tentando relacioná-los com as questões, que são concernentes à memória.

Ressaltamos que Jacques Le Goff, em *História e memória*, definiu a palavra memória como a capacidade que o homem possui de conservar e atualizar as impressões ou as informações passadas, apontando que: “A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas” (LE GOFF, 2003: 419).

Dessa forma, *Memória inventada* é um romance memorialístico, e nos narra a história de quatro gerações de mulheres de origem judia: Sarah, Salomé, Sally e Sara, que preservaram as suas memórias, através de arquivos, e não se limitaram em relatar apenas as suas vivências, mas buscaram analisá-las, trazendo-as para o presente, propiciando, então, a atualização de suas informações passadas. A obra é apresentada ora em formato de diário, entrevistas, cartas, e narrativa.

O primeiro contato que temos é o relato dramático da personagem Sarah, por meio de um prólogo, o ano é de 1905. Ela relembra a trágica perda do filho, que morreu ao tentar se esconder com sua família dos cossacos, os guardas de Czar, comprimindo tão forte seu filho contra o seu seio, sufocando-o. Sublinhemos que na época descrita, os russos viviam sob o jugo do autoritarismo do Czar Nicolau II.

De fato, a população russa vivia em precárias condições de miserabilidade, perseguição, opressão, tortura e mortes, estando sob a autoridade de um tirano. O motivo que levou Sarah a migrar para a América aconteceu, quando os cossacos retornaram novamente para o seu povoado, e atearam fogo na sinagoga, matando todos os que ali estavam, inclusive seu pai e seu irmão. Notemos que os acontecimentos históricos entremeiam-se à ficção. É claro que a autora não pretendeu ser uma historiadora, e nem investigar a verdade do passado, porém é inevitável que ao desnudar esses acontecimentos, ela buscou reconstruí-los de maneira realística, sendo mais uma



intérprete destes marcantes fatos.

Destaquemos que Fausto Colombo em *Arquivos imperfeitos* sublinhou que os acontecimentos da memória Ocidental ajudam não só a trazer as conclusões históricas, mas possibilitam construir o saber do mundo articulado em dados e informações, bem como demonstrou a escritora, recontando à história, a partir de outro ângulo, de uma sobrevivente judia e de seus desafios, enfrentados em um país distante, sobre isso considera Colombo:

Os acontecimentos da memória Ocidental, especializada e traduzida em signos num determinado suporte levam bem mais além as conclusões de puro caráter histórico (...) o resultado é (...) o da construção de uma arquitetura (...) que desenha nas suas volutas o saber do mundo, articulado em dados e informações (COLOMBO, 2003: 41).

No primeiro capítulo, a história que é posta em cena é a de Sara, o ano é de 2005. Ela é uma estudante de doutorado, separada e mãe, também possui um emprego no Conselho de história judaica em Nova York, explicitando-nos a importância de preservar a história dos judeus, depois do Holocausto. Ela relata ainda que depois da morte da mãe, a biblioteca seria o ponto de partida para o estudo de sua origem, já que era o local, que conservava os arquivos das famílias judaicas, revelando o interesse de resgatar o passado das mulheres de sua família, assim lemos: “Eu fiquei apaixonada pela história dos judeus (...) particularmente dessas mulheres dessas famílias (...) Gostaria de resgatar essas mulheres do esquecimento” (JONG, 1999: 21).

Vale ressaltar que a procura da memória familiar se constitui para Sara uma procura de identidade e de autoconhecimento. Assim, os arquivos são os verdadeiros lugares da memória, já que suprimem os riscos do esquecimento, possibilitando, então, o retorno à gênese da história de sua família, como pontuou Jacques Derrida, em *Mal de arquivo*, comentando sobre a propriedade que o arquivo desempenha de remeter ao começo: “De certa maneira, o vocábulo remete bastante bem, como temos razões de acreditar ao *arkê* no sentido físico, histórico ou, ontológico; isto é, ao originário, ao primeiro, ao principal, ao primitivo em suma, ao começo” (DERRIDA, 2001: 12).

Foi nessa biblioteca, que Sara encontrou uma caixa, contendo muitas fotos de mulheres da virada de meio século atrás, em meio a essas fotografias, ela encontrou uma, que havia o nome de sua bisavó e datada com o ano de 1905. Foi a partir deste registro, que a pesquisadora começou a refletir sobre a sua religião, o judaísmo, pois ele ainda não

era tão claro para ela. E, sobretudo, a pensar na vida de Sarah, conforme vemos: “O que trouxera aquela Sarah à América? Será que tivera sucesso ou fracassara? (...) Onde estava o resto de sua história?” (JONG, 1999: 25). Nota-se a importância da fotografia, como um signo que é o suporte para a lembrança materializada. Fausto Colombo afirmou que, embora a presença do objeto que a fotografia testemunha é passada, ela é um ponto referencial para a recordação: “O paradoxo da fotografia constitui o seu fascínio e sua mais concreta ligação com a questão da memória: enquanto incidivelmente ligada ao passado de um objeto, à fase anterior à sua perda ou à sua transformação, a imagem fotográfica é principalmente lembrança materializada” (COLOMBO, 1991: 49).

O capítulo três principia com as narrativas de Sarah, em 1906, detalhando a partida da Rússia para a América em um navio. É interessante notar que, no período de 1880 a 1920, a imigração dos judeus, da Rússia para os Estados Unidos, aumentou significativamente. Eles viam seduzidos por melhores condições de vida, na América, e ainda fugiam da opressão de seu país. Contudo, muitos deles não foram bem sucedidos, em seus planos, enfrentando uma dura realidade de subjugação, exploração e desemprego.

Ao chegar na América, sozinha e tendo que adotar uma língua e cultura que eram diversas da sua, Sarah sentiu um estranhamento. Cabe assinalar que ela achou muito diferente o modo como os americanos relacionavam-se com o tempo, associando ao dinheiro, segundo ela o tempo não era algo mensurável e não tinha valor, delineamos que a concepção de tempo da protagonista era adversa. Lembramos que a Rússia vivia um período de estagnação econômica, e os Estados Unidos vivia o momento de grande desenvolvimento, desse modo o tempo passa a ter valor devido às exigências deste mercado capitalista.

A princípio, ela foi morar com uma parenta e trabalhava em um depósito de carvão, mas logo conseguiu um outro emprego como desenhista. Naquela época pintar para os judeus significava: “erguer-se em rebelião”, dado que corriam o risco de sofrerem torturas. Sarah nos rememora dois pintores da época, que procediam dessa forma: Marc Chagal e Julius Modocar, pseudônimo Pascin: “O judeu que pintava era sempre torturado, fosse Chagal ou Pascin” (JONG, 1999: 36). Frisemos que mais uma vez o real se mescla com o ficcional.

Foi com este emprego, que a situação financeira de Sarah começou a melhorar. Logo depois, apaixonou-se e casou-se com o seu patrão. Foi, então, que alugaram um melhor estúdio, no qual atendia as pessoas mais ricas. Cabe considerar que foi também nesta época que ela e o marido começaram a engajar-se na luta por melhores condições para os trabalhadores e refugiados. Sarah nos relatou que os revolucionários, que frequentavam as reuniões, tinham plena convicção de que poderiam melhorar o mundo, livrando a população do jugo capitalista, então dizia: “Esta era a principal diferença entre aquela **época e agora**: os intelectuais realmente acreditavam que um mundo melhor estava ao alcance” (JONG, 1999: 60) (Grifo nossos). Observemos, nesta passagem, que a protagonista, fez uma análise dos intelectuais do tempo de seu tempo e os do tempo presente, no qual a escrita está sendo produzida.

Na verdade, esta reflexão é imprescindível, pois Sarah, ao resgatar o passado, trazendo-o para o presente, já mantendo certo distanciamento temporal ao analisa-lo, possibilitou ver com maior clareza o tempo passado, além de compará-lo com o presente. Assinalemos que Jacques Le Goff citou em *História e Memória*, o crítico Changeux, que explicitou, acerca do processo de atualização dos vestígios mnemônicos, visto que a memória é a principal responsável por organizar e reler estes vestígios, a respeito disso considerou: “O processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios” (LE GOFF, 2003: 420). Tal como observamos no relato de Sarah, que organizou os seus vestígios, em forma de um relato, tentando seguir uma ordem cronológica dos acontecimentos narrado, fazendo ainda uma releitura desses vestígios.

Cabe elucidar que essa personagem era bastante engajada, assumindo uma posição política de denúncia, algo bem avançado para uma mulher, que nesta época vivia sob o domínio patriarcalista. Desse modo, a partir de suas pinturas, ela buscava retratar à ilusão da América, demonstrando o outro lado desconhecido por muitos, no qual nem todos os imigrantes eram bem sucedidos, e muitos viviam em condições de extrema pobreza e miséria, dizendo que: “A pobreza de Nova York denunciava a mentira da Terra Dourada” (JONG, 1999: 65). Ela não assinava sua arte com seu nome, mas havia adotado um pseudônimo, posto que o papel que a mulher ocupava na sociedade era restrito às tarefas do lar.

No entanto, alguns acontecimentos mudaram um pouco a trajetória dessa personagem, dado que um rico proprietário foi assassinado, ao sair do estúdio de Sarah, isso fez com que ela perdesse o seu trabalho, pois teve a reputação arruinada. Seu marido, então, desapareceu, deixando-a grávida. Ela, por sorte, conseguiu um novo trabalho, porém a autoria de sua obra era dada aos patrões. Depois de sete anos, o marido dela retorna, assumindo a filha, Salomé: “Quando Salomé estava com sete anos, Levitsky voltou (...) anunciou a mamãe que iria se casar de novo na sinagoga porque só havia se casado na prefeitura. Legitimou minha Salomé” (JONG, 1999: 78).

A história de Salomé é retratada no ano de 1929. Este capítulo é apresentado em forma de diário e de cartas datadas e organizadas sequencialmente. Assinala-se que a autora, ao utilizar a estratégia de uma escrita confessional da rememoração, confere uma maior autenticidade à narrativa. Salomé é uma personagem feminista e politizada, em muitos momentos da narrativa. Comenta a respeito dos rumos da economia, e da crise de 1929, que levou muitos jovens a saírem dos Estados Unidos e irem para Paris, buscando melhores oportunidades.

Ela descobriu que seu verdadeiro pai, estava preso. E ao visitá-lo na prisão, ele contou de seu passado, judeu imigrante, e enfatizou a importância de se preservar a memória, através de perguntas retóricas, levando a uma reflexão sobre a necessidade da lembrança, assim sublinhamos: “Será a memória é que nos torna humanos? Será a memória o ponto crucial de tudo o que inventamos? (...) O que há de tão grandioso quanto à memória? (JONG, 1999: 113).

Salomé também contou um pouco de sua vida para o pai, por meio de cartas. Ela havia se casado com um refugiado judeu, Aaron, com o qual teve uma filha, Sally. Em uma de suas escritas, ela descreveu o genocídio dos judeus, a partir das experiências do marido, evidenciando as atrocidades cometidas pelos alemães, e citando o exemplo de quando eles obrigavam os judeus a cavarem suas próprias covas para depois assassiná-los, dizendo que: “A SS e seus entusiasmados defensores da Polônia levaram todos os judeus para uma floresta, fizeram cavar as próprias sepulturas e começaram a trucidar as pessoas à bala (JONG, 1999: 119).

De fato, Salomé tenta resgatar a história do Holocausto e do marido, já que ele não conseguia escrever sobre sua própria história, já que a escrita do massacre dos nazistas e de seu sofrimento, diante da barbárie, o fazia reviver toda esta tragédia. O

romance da personagem foi intitulado como, *Território da memória*, narrando a história, através do ponto de vista de um sobrevivente. Cabe assinalar que a escritora, Erica Jong, ao abordar sobre este acontecimento histórico, contribui por manter vivo o discurso da memória do Holocausto, e é fato como apontou o crítico Andreas Huyssen, em *Seduzidos pela memória*, que o assunto do Holocausto tornou-se uma metáfora para a criação de outras histórias: “No movimento transnacional dos discursos da memória, o Holocausto, perde sua qualidade de evento histórico e específico e começa a funcionar como uma metáfora para outras histórias e memórias” (HYSSSEN, 2003: 13).

A personagem descrita também enfrentava problemas com o marido, pois ele sofria de transtornos psicológicos. É fato que o trauma passado, o deixou assim, e para aliviar a tensão, ele construiu um mundo imaginário com o intuito de se livrar de todos os seus problemas, conforme vemos: “O dr. Bartolow diz que Aaron construiu um mundo imaginário para se abrigar de todas as coisas que não consegue enfrentar” (JONG, 1999: 134). Vale comentar que em uma das cartas que Salomé escreveu para Sally, ela ressaltou o valor da memória para os judeus, pois mantém o passado vivo e documentá-lo seria um modo de reverência, acreditando ser a memória um ponto crucial da humanidade, ressaltando que: “acreditamos que cada geração carrega a anterior através da memória. Para os judeus a memória é coisa sagrada (...) Documentamos o nosso passado com o modo de reverenciá-lo (...) a memória é o ponto crucial de nossa humanidade” (JONG, 1999: 184).

A próxima mulher retratada na obra, é Sally, cantora famosa de folk dos anos 60, considerada como um ícone para sua geração. As músicas que ela compunha tinham um caráter autobiográfico. Teve uma filha, mas morreu precocemente devido ao envolvimento com o álcool e com as drogas.

Ressaltemos que o capítulo onze, é formado por meio de uma entrevista oral de Sarah, que foi direcionada para a personagem Sara. Nessa entrevista, a sua bisavó rememorou toda história dela, não se limitando em apenas narrar suas vivências, mas de também analisa-las. O objetivo da gravação é de que se preservasse a origem familiar deles, segundo lemos: “(...) ela quis que eu narrasse as raízes da família para você, que falasse com você numa fita para o futuro, para que você soubesse de onde veio e porquê (JONG, 1999: 225). É importante ressaltar que essas mulheres eram oriundas de uma tradição religiosa judaica e por isso não podiam de deixar de transmitir para as futuras

gerações a recordação de suas origens, tal qual explicitou Jacques Le Goff, ao ponderar, que o judaísmo é uma religião da recordação, uma vez que o ato de recordar é considerado para os judeus uma tarefa religiosa, consoante vemos: (...) “necessidade da lembrança como tarefa religiosa” (LE GOFF, 2003: 438). Dessa forma, compreende-se melhor a atitude memorialista de Sarah uma vez que para ela lembrar é visto como um ato sagrado.

No penúltimo capítulo da obra, Sara rememora a infância, recordando do pai e da madrasta. O primeiro encontro que teve com mãe também é lembrado, e ainda a falta que ela fez, logo depois que faleceu. Essas lembranças foram escritas em um caderno de anotação. O intuito dela era o de resgatar de seus ancestrais, pois a partir desta retomada poderia se distanciar deles, como sublinhamos: “Eu tinha que encontrar meus ancestrais para me separar deles” (JONG, 1999: 264). Desse modo, Le Goff discorreu sobre a importância da memória para o indivíduo como uma constante busca de identidade, afirmando que: “A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje” (LE GOFF, 2003: 469).

Neste sentido, Sara, ao encontrar os arquivos de sua família fez uma lista para que pudesse organizá-los, apontando as especificidades dele. Percebemos que cada um desses arquivos estava contido em gêneros bem diversos. Assim, o arquivo de Sarah consistia basicamente em fitas, os de Salomé foram encontrados em cartas e diários. Já os de Sally estavam em fotos e fragmentos de entrevistas. Como pode ser visto, o reencontro de Sara com o passado se atualizou de maneira fragmentária, uma vez que os arquivos não são descritos em sua totalidade, mas aparecem por meio de fragmentos, como explicitou Foucault: “O arquivo não é descritível em sua totalidade e é incontornável em sua atualidade. Dá-se por fragmentos, regiões e níveis, melhor, sem dúvida, e com mais clareza na medida em que o tempo dele nos separa” (FOUCAULT, 1987: 162).

É Fato que Sara teve o trabalho de reunir todos esses arquivos e organizá-los cronologicamente, conforme relatou; “Também terei de organizar suas lembranças numa ordem mais ou menos cronológica” (JONG, 1999: 264). Considera-se ainda que esses arquivos sejam os depósitos de recordações, eliminando o risco do esquecimento, como enfatizou Derrida; “Não haveria desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade de um esquecimento” (DERRIDA, 2001: 32).

Sara também se propôs organizar uma exposição, tendo como tema principal a história dos judeus, demonstrando a grandeza de seu povo não como vítimas do Holocausto, mas como sobreviventes, e desse modo poderiam escolher uma família para contar sua trajetória na América: “Então pegamos a história de uma família e mostramos sua odisseia no decorrer dos cem anos” (JONG, 1999: 280).

Neste sentido, a história escolhida foi a de Sara. Nota-se que a divulgação dos arquivos privados de sua família mostra a vital importância desses arquivos para os historiadores, porque essa documentação pessoal é vista em sua espontaneidade e intimidade, revelando não só as virtudes das pessoas, mas também os defeitos, e isso foi ilustrado muito bem pela autora. Segundo afirmou a pesquisadora Ângela de Castro:

Este é o grande feitiço do arquivo privado. Por guardar uma documentação pessoal, produzida com a marca da personalidade e não destinada explicitamente ao espaço público, ele revelaria seu produtor de forma “verdadeira”: aí ele se mostraria de fato, o que seria atestado pela espontaneidade e pela intimidade que marca boa parte dos registros (CASTRO, 1936: 125).

Na verdade, essa exposição proporcionou revistar o passado, sendo essencial para o processo de construção da memória coletiva, permitindo que o passado e presente se encontrem para construção de um futuro melhor, como assinalou Achugar: “A avaliação do passado é central na construção da memória coletiva e, sobretudo, no planejamento das políticas de tal memória. Assim ela se constitui campo de batalha, onde presente debate o passado como um modo de construir o futuro” (ACHUGAR, 2006: 23).

Vale pontuar que para a exposição passou por um crivo seletivo da diretora do Conselho de História, como delineado por Sara: “Lisette de Hiirsch vetou boa parte dos textos e dos objetos que ela propôs” (JONG, 1999: 281). Nesta passagem é possível sublinhar uma das práticas arquivistas de seleção do material, a diretora ao solicitar que Sara suplantasse algumas informações escolheu o que iria ser mostrado na exposição, e que futuramente esse material poderia ser arquivado, sobre isso pontuou Colombo: “Começamos pela seleção do material. Este é o âmbito que poderíamos chamar de ativação preventiva do esquecimento: trata-se (...) de decidir, diante de um conjunto de informações, quais devem ser privilegiadas ou podem ser abandonadas ao possível cancelamento” (COLOMBO, 1991: 89). Assim, o arquivo não é uma realidade pronta e acabada, ele é construído de acordo com o olhar do sujeito.

### Considerações finais:

Em suma, os arquivos são meios de preservação da memória e de rememoração histórica. Na verdade, é a partir da memória que podemos retornar ao passado, refletindo-o e analisando-o. Sublinhemos o papel relevante da Literatura, em constituir-se como um verdadeiro meio de preservação de nossa história, pois é a partir dela que podemos dar novas significações a história rememorada, seja através do enredo, dos personagens, do narrador e também de nós, leitores.

### Referências bibliográficas:

ACHUGAR, Hugo. *Planeta sem boca: escritores efêmeros sobre a arte, cultura e literatura*. Trad. Lylei Nascimento. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

COLOMBO, Fausto. *Arquivos imperfeitos: memória social e cultural eletrônica*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo; uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. *Estudos Históricos*, v. 11, n. 21, 1998, p. 121-127.

HYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

JONG, Erica. *Memória inventada; um romance de mães e filhas*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.



## **‘Navegando contra o vento’: uma leitura da biografia de José de Magalhães Pinto**

Esther Itaborahy Costa<sup>1</sup>

### RESUMO

Escrita em 1994, com edição da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), esta biografia sobre José de Magalhães Pinto – segundo o presidente da empresa à época – é um “trabalho isento e historicamente esclarecedor”. Dois mineiros assinam a obra. Roberto Drummond, famoso escritor, autor de diversas obras literárias – entre elas, *Hilda Furacão* (1991) e José Geraldo Bandeira de Melo, cronista político por 39 anos. Dividida em duas partes, a obra pretende trazer à luz um personagem que os próprios autores designam de 'grande homem'. Bancário, banqueiro e político, Magalhães Pinto esteve presente nos principais momentos pós 1930. Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros – contra Vargas. Foi constituinte federal por 5 mandatos, governador, ministro, senador. Foi um dos líderes civis do Golpe Civil- Militar de março de 1964.

**PALAVRAS-CHAVE:** Magalhães Pinto; biografia

### ABSTRACT

Written in 1994, with an edition of Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), this biography of José de Magalhães Pinto - according to the company's president at the time is - an "exempt and historically enlightening work." Two miners sign the work. Roberto Drummond, famous writer, author of several literary works - among them, *Hilda Furacão* (1991) and José Geraldo Bandeira de Melo, political chronicler for 39 years. Divided into two parts, the work aims to bring to light a character that the authors themselves designate as 'great man'. Bank officer, banker and politician, Magalhães Pinto was present in the main moments after 1930. He was one of the signers of the Manifesto dos Mineiros - against Vargas. It was constituent federal for 5 terms, governor, minister, senator. He was one of the civilian leaders of the Civil-Military Coup of March 1964.

**KEYWORDS:** Magalhães Pinto; biography

### INTRODUÇÃO

Escrita em 1994, com edição da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), esta biografia<sup>2</sup> sobre José de Magalhães Pinto – segundo o presidente da empresa à época – é um “trabalho isento e historicamente esclarecedor”. Dois mineiros assinam a obra. Roberto Drummond, famoso escritor, autor de diversas obras literárias –

---

<sup>1</sup>Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Bolsista Capes/DS. esther.icosta@yahoo.com.br

<sup>2</sup>MELO, José Geraldo Bandeira de. *Navegando contra o vento*; DRUMMOND, Roberto. *O romance de uma vida*. CEMIG: Belo Horizonte- MG, 1994. 272p.

entre elas, Hilda Furacão<sup>3</sup> (1991) e José Geraldo Bandeira de Melo, cronista político por 39 anos. Na orelha do livro, Carlos Eloy Carvalho Guimarães – então presidente da empresa - afirma que, não seria tarefa fácil escrever sobre tal personagem, pois

A vida política de Magalhães Pinto é muito dinâmica e tem relação direta e decisiva com o período de grandes transformações sociais brasileiras: desde o Manifesto dos Mineiros em 1943, até a consolidação da abertura política dos anos oitenta.

Ao final de sua apresentação do livro descreve brevemente o homem empresário/político que foi Magalhães

“Da vida política de Magalhães Pinto eu poderia destacar muitos lances, mas basta colocar que ele foi um dos poucos políticos e empresários brasileiros com a capacidade incomum de transformar problemas em oportunidades” [...]

O então governador Hélio Garcia<sup>4</sup> é responsável pelo prefácio e define a obra como útil “para se ter uma ideia mais segura a respeito do nosso tempo, comparado ao tempo passado”. E segue

[...] não me parece muito certa a ideia de que os problemas de hoje são mais complicados do que os problemas antigos. Cada tempo é um tempo. Tem a sua história, a sua inquietação e a presença de lideranças importantes que ajudam a dispersar os temores e a recriar esperanças.

Ao falar sobre nosso personagem não economiza nos elogios

O Dr. Magalhães adquiriu experiência e se tornou um líder porque enfrentou dificuldades. Tanto dificuldades pessoais como dificuldades na política. Não achou nada pronto. Teve de construir caminhos e achar soluções. Sem deixar de ser idealista, preferiu o realismo. Foi prático e objetivo: aplaudiu o certo, censurou o errado. Criticou e criticou-se, ou seja, praticou a autocrítica que não é sinal de fraqueza, mas de força. Ele até dizia que a crítica é um remédio amargo, mas a doença o torna indispensável, principalmente quando se trata de doenças da política.

Ao se referir ao político Magalhães também não poupa ao apresentar as ‘qualidades’ ao “político honrado, patriota e que fez de tudo para melhorar o País e o seu Estado”

Quando na oposição, na crítica, não radicalizou. Com razão, porque até os contrários possuem algumas identidades. Renovador no discurso e na prática política, Magalhães Pinto não quis ser perfeito no que fazia;

<sup>3</sup> A obra foi adaptada em forma de minissérie para a TV Globo em 1998.

<sup>4</sup> Para saber mais sobre o ex-governador <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/helio-carvalho-garcia>>. Acesso em 08/08/2018.

o que queria era fazer alguma coisa, qualquer coisa benefício dos outros. Teve ousadia, e ter ousadia faz bem, quando não descamba para a aventura. Os políticos tanto devem ser ousados, como devem saber distinguir a ousadia da aventura. Magalhães sabia, com certeza.

A biografia é dividida em duas partes: a primeira *O romance de uma vida* escrita por Roberto Drummond, é definida pelo mesmo como

Em que são narrados episódios ligados à saga de um menino pobre conhecido como Juquinha, que fez de sua vida m Conto de fadas verdadeiro: tornou-se banqueiro e político, chegou a governador de Minas e ganhou o título de general civil de uma revolução que mudou o destino do Brasil. Seu nome: José de Magalhães Pinto, várias vezes deputado, senador e ministro.

Já a segunda parte, escrita por J. G. Bandeira de Melo intitulada *Navegando contra o vento* afirma que em abril de 1992 a Cemig ainda não havia decidido escrever ou não uma biografia sobre Magalhães. Contudo, a partir da visita de Amyr Klink, o “navegador solitário”, e o sucesso da conversa, talvez as coisas tenham mudado de figura, já que em 1994, é lançada a obra aqui em questão em que pese a “certeza de que presta um serviço a Minas e ao país”.

É interessante notar a comparação que o autor faz do navegador e do empresário/político

Evidente que Klink não conhece Magalhães Pinto, talvez nem ouviu falar dele. Mas a vida de Magalhães, foi do jeito que Klink falou: não temer os temporais e partir sempre, porque o pior dos naufrágios é não partir. Não somente o Magalhães político, como também o Magalhães gente, o Magalhães empresário, financista, o Magalhães cidadão. Não teve medo de sair. Saiu sempre sem ligar para o céu escuro, as nuvens correndo de um lado para o outro, a chuva chegando, o vento soprando. Foi o contrário da maioria dos políticos que não gostam de temporais ou então enfrentam se estiverem agasalhados, com a bússola na mão. Sair, só sem perigo de naufragar. (*Op. Cit:* 1994: 115).

Neste sentido, nosso objetivo neste artigo é elencar passagens relevantes da primeira parte que compõe a biografia/romance sobre a participação de Magalhães Pinto no Golpe Civil-Militar de 1964 a partir de análise documental e discussão historiográfica.

## QUEM FOI MAGALHÃES PINTO

Nascido em Santo Antônio do Monte no Oeste Mineiro, o sexto filho de José Caetano de Magalhães Pinto – “Coronel Juca Pinto” – e de Maria de Magalhães Pinto – “Dona Maricota” -, diferente de muitos meninos de sua idade, muda-se para Juiz de Fora a fim de continuar seus estudos. Juquinha, apelido que ganhara dos pais em casa – tinha 13 anos. A ‘Manchester Mineira’ recebia os ecos do Rio de Janeiro, então a capital cultural e federal do país. O ano era 1922 e nosso personagem se matricula na então Academia de Comércio para concluir o equivalente ao ginásio.

É ali que, mesmo sem ter na família grandes caciques políticos, inicia sua caminhada rumo ao ‘seu destino’ (DRUMMOND; MELO, 1994: 46). Ainda aos 17 anos torna-se escriturário do Banco da Lavoura em Juiz de Fora e aos 26 é promovido a diretor. Pouco tempo depois foi transferido, como diretor, para a sucursal do banco na capital federal.

Em 1943 desponta como um dos signatários do *Manifesto dos Mineiros*, o primeiro movimento político organizado contra o presidente Getúlio Vargas. Em 1944 funda o Banco Nacional de Minas Gerais, mais tarde, Banco Nacional. Em 1945, elege-se pela primeira vez deputado federal. Em 1947, com a vitória de Milton Campos, é convidado para ser Secretário de Finanças. É reeleito mais três vezes para deputado (1950, 1954, 1958) e em 1960 vence Tancredo Neves elegendo-se governador de Minas Gerais.

A partir de 1961 passa a conspirar contra o governo de João Goulart (FICO, 2014), mesmo tendo apoiado as Reformas de Base proposta pelo presidente. Em 1964, torna-se o ‘líder civil da Revolução de 1964’, título que lhe rendera em 1967 o cargo de Ministro de Relações Internacionais no governo de Costa e Silva. Ainda como ministro, tem papel de destaque nas negociações em torno da libertação do embaixador americano Charles Burke Elbrick e com a eleição de Médici retorna às funções de deputado federal, integrando a Comissão de Finanças, Orçamento e Economia, bem como o Conselho Interamericano de Comércio e Produção. Em 1970 é eleito senador e em 1975 é eleito por unanimidade para a presidência do Senado, conferindo-lhe a presidência do Congresso Nacional. Em 1978 lança-se como candidato civil à presidência da república.

Com a derrota, concorre novamente como deputado federal e é eleito como o mais votado em Minas. Em 1982, é eleito para seu último mandato eletivo como deputado

federal, sendo o 12º mais votado no estado. Em 1984 lança campanha em prol do restabelecimento das eleições diretas para presidente e vota em Tancredo Neves que é eleito presidente da República. Sofre um derrame e deixa a Câmara. Falece em seis de março de 1996.

## LITERATURA E HISTÓRIA: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Há muito, em especial no mundo acadêmico, se discute os limites entre o trabalho do historiador e do biógrafo, este, muitas vezes representado por jornalistas, literatos, etc. Mas, se há limites, quais são eles? Somente historiadores podem escrever biografias?

Walter Benjamin apresenta duas considerações entre os conceitos História e Narrativa no texto “O Narrador”; a primeira delas seria a relação existente entre a experiência e a capacidade de narrar, donde analisa até que ponto uma interfere na outra. Já a segunda seria a afirmação de que a narrativa deve ultrapassar a informação, pois aquela estaria comprometida com a sobrevivência do momento em que é contada, enquanto esta perderia relevância após ser veiculada já que bastaria em si mesma. Sendo assim, a narrativa não explicaria tudo para transparecer a realidade (MAYNARD, 2012).

Eric Hobsbawm em “A volta da narrativa” afirma que os historiadores a partir de 1945 passaram a questionar a hegemonia da história política e elegeram um padrão historiográfico que privilegiava explicações socioeconômicas para responder às grandes questões do passado. Buscando fugir da subjetividade, recorreram então, às forças sociais que, segundo eles, eram capazes de objetivar a história. Assim, escrever história não seria apenas registrar fatos, estes deveriam ser explicados de forma esquemática, direta e objetiva, em que o econômico e o social ocupariam lugar privilegiado.

Buscando entender o retorno da história à narrativa, Hobsbawm lança mão das obras de diversos autores – Geertz, Ginzburg, Duby, Thompson – para explicar como eles adequaram suas pesquisas a essa nova forma de escrever uma narrativa. Volta aos arquivos, o retorno da subjetividade, são algumas novidades no fazer histórico que passa a ser criticado por Hayden White por este questionar o elemento ficcional das narrativas. Segundo White, a narrativa escrita pelos historiadores não era original, ao mesmo tempo em que critica se o que estes escrevem seria realmente uma história, já que utilizam-se da ficção em suas tramas (MAYNARD, 2012).

Suas críticas são basicamente duas: a primeira reside no fato de que os historiadores ao descreverem a realidade histórica, utilizam-se das estruturas narrativas e estas devem ser mais modernas e atrativas ao leitor. Já a segunda diz respeito ao uso da subjetividade no trabalho do historiador, o que para White desqualificaria a história como disciplina científica. White ainda critica a objetividade do relato do historiador, já que segundo ele, a história seria escrita a partir da interpretação.

O ser historiador é exercer uma função, é executar um trabalho, é produzir um discurso sobre o passado que é, ao mesmo tempo convocado e limitado pelas estruturas institucionais, políticas, econômicas, ideológicas, culturais, simbólicas e linguísticas que vigoram num dado tempo (ALBUQUERQUE JÚNIOR, *Apud* AVELAR; SCHMITD, 2012: 30).

Natalie Zemon Davis em “O retorno de Martin Guerre” afirma que seu texto é uma invenção, mas sua escrita está baseada na ‘atenta escuta das vozes do passado’ (DAVIS, 1987: 21). Contudo, sua obra historiográfica ainda é posta em dúvida, pois muitos a consideram uma mera literatura. É interessante citar a análise que Ginzburg fez da obra de Davis

A tentativa feita por Natalie Zemon Davis de contornar as lacunas com uma documentação arquivística, contígua no espaço e no tempo à que se perdeu ou nunca se materializou, é apenas uma das muitas alternativas possíveis. [...] (até que ponto valeria a pena discutir esse problema?). Entre as que certamente têm de ser excluídas está a invenção. Além de contraditório, seria, pelo que precede, absurdo (GINZBURG *Apud* KIRSCHNER, 2013: 111-112).

Ginzburg ainda fala sobre as críticas de White

Uma verificação das pretensões de verdade inerentes às narrações historiográficas como tais implicaria a discussão dos problemas concretos, ligados às fontes e às técnicas da pesquisa, a que os historiadores tinham se proposto em seu trabalho. Se esses elementos são desdenhados, como faz White, a historiografia se configura como puro e simples documento ideológico (GINZBURG *Apud* KIRSCHNER, 2013: 112).

Os historiadores apresentam personagens reais em seus escritos (Magalhães Pinto foi um dos maiores políticos brasileiros pós 1930) e Peter Burke em “A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa” alerta que não se pode inventar personagens e nem lhe atribuir palavras, pensamentos ou problemas que não tenham sido daqueles sobre quem se escreve (MAYNARD, 2012). Diferentemente de um literato, o

historiador precisa de suas fontes para lhe ajudar a falar: o historiador vai até onde sua fonte o permite.

É provável que os historiadores possam aprender algo, a partir das técnicas narrativas de romancistas como Tolstoi e Schimazaki Toson, mas não o bastante para resolver todos os seus problemas literários. Pois os historiadores não são livres para inventar seus personagens, ou mesmo as palavras e os pensamentos de seus personagens, além de ser improvável que sejam capazes de condensar os problemas de uma época na narrativa sobre uma família, como fizeram os romancistas [...] que declaram ‘usar a textura e os expedientes de um romance para contar uma história verdadeira’ (BURKE, 1992: 340).

Mas o que é o romance? Um romance pode contar uma biografia? Uma biografia pode contar um romance? Quando se pensa em romance, se pensa em histórias de amor. Do mocinho e da mocinha. Do amor impossível. Das famílias que se odeiam. Da história com começo, meio e fim. Cronologicamente apresentada. Uma narrativa ficcional com personagens de todos os tipos, cores, planetas, ideias. Para nosso trabalho, utilizaremos a seguinte definição

Romance é uma forma de contar uma história, não, necessariamente a invenção dessa história. Romance é um procedimento narrativo (multiforme), pautado pelo cruzamento de emoções, de acontecimentos (por menores que sejam), de personagens e de expectativas quanto ao desfecho, o momento de separação entre autor e personagens, leitor e autor, leitor e personagens (SILVA, 2004: 1- 2).

Burke acredita em um novo tipo de narrativa e para isso lança mão de novas formas de narrar para auxiliar os historiadores a criar

uma narrativa densa o suficiente para lidar não apenas com a sequência de acontecimentos e das intenções conscientes dos atores nesses acontecimentos, mas também com as estruturas instituições, modos de pensar etc.- e se elas atuam como um freio ou um acelerador para os acontecimentos (BURKE, 1992: 339).

A primeira delas seria o uso de micronarrativa, ou seja, contar a vida de pessoas comuns, onde vivem. Martin Guerre seria um exemplo. Contudo, adverte que a micronarrativa não sana todos os problemas e que traz a grande dificuldade de ‘ligar dos detalhes locais às tendências gerais’. A segunda seria escrever narrativa de frente para trás com diferentes pontos de vista, mas aqui é possível confundir o leitor. Já a terceira seriam as histórias que se movimentam para frente e para trás, entre o público e o privado, podendo apresentar múltiplos pontos de vista (BURKE, 1992: 347).

Roger Chartier, especialista em história dos livros e da leitura, afirma que várias questões podem dificultar a distinção entre a história e o romance literário. A primeira seria a forte influência das representações do passado que a literatura propõe a partir do teatro dos séculos XVI e XVII e do romance do XIX “[...] deslocaram fatos e personagens históricos para a ficção literária, colocando em cena ou nas páginas situações que foram reais ou então que são apresentadas como real” (CHARTIER, 2009: 25). A segunda seria o fato da literatura se apropriar não somente do passado, ou seja, algumas ficções utilizaram-se de técnicas historiográficas para garantir a ilusão do discurso e tal recurso, segundo Chartier, deve se submeter a “critérios objetivos de validação ou de negação”. (CHARTIER, 2009: 30).

Neste sentido, torna-se mister nos atentar para a questão da leitura. Nenhum texto é estático. Sua leitura não está apenas no texto, no autor, ou no leitor. Chartier afirma que as obras – sejam elas quais forem – não tem sentido universal. Seus significados são plurais, se constroem a partir da recepção e da apropriação que os diferentes públicos fazem, ou seja, a “[...] a recepção também inventa, desloca e distorce” (CHARTIER, 1994: 9).

A Literatura é, portanto, uma dinâmica que envolve a todos, com movimento bastante dialético, de forma que o efetivo da Literatura é um processo envolvendo atores historicamente situados em contextos sociais claramente definidos. O real Dom Quixote é aquele que se instaura a cada ato de leitura. Para cada leitura haverá um Dom Quixote que é diferente, sem deixar de ser essencialmente o mesmo (RIBEIRO, 2000: 97).

Seguindo as mesmas preocupações com a leitura, Robert Darnton, reafirma que tanto historiadores como literários devem colaborar mutuamente no que tange à forma como textos são lidos. Para ele, os literários insistem em afirmar que o significado dos livros não está nas páginas, e conseqüentemente, a reação do leitor é o ponto chave da análise literária (DARTON, 1992). Já as fontes históricas, afirma Sandra Pesavento, não permitem que o historiador crie ou invente traços do passado, pois “[...] se são discursos, são representações discursivas sobre o que se passou; se são imagens, são também construções gráficas ou pictóricas, sobre o real” (PESAVENTO, 2006, 4). Ou seja, são vestígios, marcas da historicidade e representações de algo que teve lugar no tempo.



O historiador, segundo Pesavento, tem o ‘mundo à sua disposição’. Já que tudo pode ser convertido em fonte, basta que tenha um tema e uma pergunta pautados em conceitos, que o objeto é construído e problematizado. Possibilitando, assim, enxergar, descobrir, coletar documentos para decifrá-lo. Ou seja, cabe ao historiador, explicar como tal fato ocorreu.

[...] a rigor, é o historiador que transforma estes traços em fontes, através das perguntas que ele faz ao passado. Atribuindo ao traço a condição de documento ou fonte, portador de um significado e de um indício de resposta às suas indagações, o historiador transforma a natureza do traço. Transforma o *velho* em *antigo*, ou seja, rastro portador de tempo acumulado e, por extensão de significações. Como fonte, o traço revela, desvela sentido (PESAVENTO, 2006: 5).

Pesavento ainda afirma que a literatura pode colaborar com os estudos historiográficos. Segundo ela, a literatura permite ao historiador multiplicar as possibilidades de leitura das diversas fontes. Assim, o discurso histórico alcançaria o

‘efeito de real’ fornecido pelo texto literário que consegue fazer seu leitor privilegiado — no caso, o historiador, com o seu capital específico de conhecimento — divisar sob nova luz o seu objeto de análise, numa temporalidade passada. Nesta dimensão, o texto literário inaugura um *plus* como possibilidade de conhecimento do mundo (PESAVENTO, 2006: 6).

Dessa forma, a literatura é vista como fonte privilegiada para o historiador<sup>5</sup>. Ela permite o acesso ao imaginário<sup>6</sup> possibilitando a leitura de uma realidade passada que só chega ao leitor pelo esforço do pensamento.

O historiador se aproxima do real passado, recuperando com o seu texto que recolhe, cruza e compõe, evidências e provas, na busca da verdade *daquilo que foi um dia*. Mas sua tarefa é sempre a de representação daquela temporalidade passada. Ele também constrói uma possibilidade de acontecimento, num tempo onde não esteve presente e que ele reconfigura pela narrativa (PESAVENTO: 2006: 3).

---

<sup>5</sup> Cabe afirmar que não foi estabelecida nenhuma hierarquia entre os modos de dizer o real entre Literatura e História. As leituras realizadas sobre tal ponto foram no sentido de nos elucidar como trabalhar um romance como fonte histórica.

<sup>6</sup> Pesavento afirma que o imaginário é “atividade do espírito que extrapola as percepções sensíveis da realidade concreta, definindo e qualificando espaços, temporalidades, práticas e atores, [...] representa também o abstrato, o não-visto e não-experimentado. É elemento organizador do mundo, que dá coerência, legitimidade e identidade. É sistema de identificação, classificação e valorização do real, pautando condutas e inspirando ações. É, podemos dizer, um real *mais real* que o real *concreto*...p.1.

Contudo, cabe ressaltar que a análise de fontes não é tarefa simples. Darnton, em seu célebre ‘O Grande Massacre dos Gatos’ (1986), analisa as formas de pensar na França do século XVIII, a partir de contos populares, e afirma que não basta mostrar o que as pessoas pensam, mas como pensam, a partir da identificação e interpretação de fatos. Para tanto, era necessário revelar como esses indivíduos atribuíam significado à realidade social. Seria possível, então, entender a ‘visão de mundo’ de cada ser, constatando diversas e surpreendentes realidades.

[...] na verdade [...], os contos populares são documentos históricos. Surgiram ao longo de muitos séculos e sofreram diferentes transformações, em diferentes tradições culturais. Longe de expressarem as imutáveis operações do ser interno do homem, sugerem que as próprias mentalidades mudaram (DARNTON, 1986: 26).

O historiador não está preocupado em investigar a representação do passado feita pelo literato, seu trabalho gira em torno de pensar a realidade através do tempo do escrito para então, compreender a mentalidade de uma época. Ou seja,

É preciso ter em conta, contudo, que os discursos literário e histórico são formas diferentes de dizer o real. Ambos são representações construídas sobre o mundo e que traduzem, ambos, sentidos e significados inscritos no tempo. Entretanto, as narrativas histórica e a literária guardam com a realidade distintos níveis de aproximação (PESAVENTO, 2006: 5).

Porém, o historiador deve ter outras questões em mente quando se trabalha a literatura como fonte. Segundo Valdeci Borges, a estética do texto deve ser levada em consideração, pois, “o valor e a importância de um texto literário não são absolutos” já que o historiador pode recorrer “tanto aos escritores apreciados e reconhecidos como grandes pelo grupo de agentes intelectuais, quanto àqueles considerados como menores e medíocres” (BORGES, 2010: 105). Outro ponto a ser destacado é a atenção ao fato de como a linguagem literária funciona, ou seja, considerar a pluralidade e instabilidade dos textos, buscando seus vários sentidos, já que não há um único sentido estabelecido nas obras. Há que se atentar como o literato incorpora as regras de escrita, restrições, critérios e convenções para fazer suas reflexões da realidade que o cerca e aquela que representa. Para Borges, é imprescindível que, ao utilizar a literatura como fonte histórica, deve-se problematizá-la e historicizá-la.

[...] seja ela conto, crônica, poesia ou romance -, inseri-la no movimento da sociedade, investigar as suas redes de interlocução social,

destrinchar não a sua suposta autonomia em relação à sociedade, mas sim a forma como constrói ou representa a sua relação com a realidade social – algo que faz mesmo ao negar fazê-lo (CHALOUB; PEREIRA *apud* BORGES, 2010: 103).

A autora ainda afirma que não há literatura sem contato com a sociedade, com a cultura, com a história.

[...] a criatividade, a imaginação e a originalidade, partem das condições reais do tempo e do lugar, as quais, ressaltamos, podem ser concretas ou não, da existência social e de suas experiências (CANDIDO *apud* BORGES, 2010: 103) [...] e lembra que o autor de um texto está inserido na realidade sociocultural de seu tempo e dialoga com ela quando produz sua obra. (DAVI *apud* BORGES, 2010: 103).

De qualquer forma, ao optar por utilizar a Literatura enquanto fonte, o historiador deve tomar os mesmos cuidados que toma ao lidar com todas as categorias de fontes, sendo necessário que se volte para ela de maneira adequada, entendendo que um livro é expressão tanto de um autor quanto de sua época e também de seus leitores, já que não se pode imaginar a Literatura sem levar em conta sua recepção. Borges coloca, de maneira sucinta, que a Literatura, seja ela na forma de crônica, conto ou romance, se apresenta “[...] como uma configuração poética do real, que também agrega o imaginado, impondo-se como uma categoria de fonte especial para a história cultural de uma sociedade” (BORGES, 2010: 108).

## O ROMANCE DE UMA VIDA: FICÇÃO E HISTÓRIA

O texto se inicia com referências sobre o dia 29 de março de 1964 – na Infantaria Divisionária da 4ª RM (ID-4), enquanto isso, Magalhães estaria no Palácio da Liberdade – sede do governo de Minas Gerais. Percebemos de início a utilização da ficção tanto discutida anteriormente, já que o autor afirma que a ‘lua no céu da capital convida os seresteiros a cantar’. Contudo, não é este clima que se apresenta na ID-4, pois, segundo o General Guedes<sup>7</sup> “a lua não está boa para uma revolução” (DRUMMOND, 1994: 15).

Mesclando ficção e fatos históricos, o autor segue fazendo referência às luzes que brilham no Palácio, tudo devido aos eventos desses tempos: comícios, greves, marchas. Tudo gira em torno de golpe, contra-golpe, comunismo, reforma agrária. Os tempos são

---

<sup>7</sup> Para mais detalhes sobre o General Carlos Luís Guedes <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/guedes-carlos-luis>> Acesso em: 13/08/2018.

turbulentos em terras tupiniquins. A guarda do Palácio foi reforçada. Homens entram e saem. Secretários, deputados<sup>8</sup> – homens da confiança – e que, de acordo com Drummond, sabiam dos planos do governador.

É interessante notar a descrição do ano de 1964 feita pelo autor, em especial, ao mês de março:

“[...] o Brasil vive dias agitados: multidões ganham as ruas de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte na Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Marinheiros rebelam-se, reeditando o célebre episódio do Couraçado Potemkin, o navio russo. E desde o comício da Central do Brasil, na 6ª feira, 13, no Rio de Janeiro, transmitido pela televisão para todo o país, não é preciso ser vidente para prever: - Graves acontecimentos se anunciam. Só se fala em golpe, contra-golpe, na comunização do Brasil, na reforma agrária (na lei ou na marra) (DRUMMOND; 1994: 16).

Reformas agrária, política, financeira, educacional, eram algumas das pautas propostas por João Goulart. Jacob Gorender afirma

foi a luta por elas [pelas reformas de base] que permitiu mobilizar e aglutinar grande conjunto de forças e esboçar, de 1963 a 1964, uma situação pré-revolucionária no Brasil. Os militantes comunistas puderam aplicar uma orientação tática ajustada à realidade concreta e coerente com a linha política (GORENDER Apud FICO, 2004: 17).

Segundo Carlos Fico existe farta documentação sobre a campanha de desestabilização do governo de João Goulart já em 1961, mas não existem evidências que comprovem que todos os envolvidos, desde o início, planejavam sua derrubada. É certo que queriam enfraquecê-lo visando as eleições gerais de 1962 e a campanha eleitoral para a escolha do novo presidente em 1965 (FICO, 2014: 32). Já o papel americano na tentativa de desestabilização veio por meio de apoio financeiro: US\$5 milhões teriam sido liberados pelos Estados Unidos para os governadores que fizessem oposição a Goulart. E nesta ‘negociação’ estava Magalhães Pinto, governador da ‘ilha de sanidade administrativa’ mais ativa na conspiração contra Jango, que viria em 1964 a ser um dos líderes civis do Golpe Civil-Militar de 31 de março.

---

<sup>8</sup> Os nomes citados são do secretário do Interior e Justiça Oswaldo Pieruccetti e do deputado José Monteiro de Castro. Para mais detalhes sobre o deputado José Monteiro <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-monteiro-de-castro>>. Acesso em 13/08/2018.

Os dois secretários do governador passam a conversar diretamente com possíveis aliados em favor da ‘revolução’. O primeiro teria sido Castello Branco, então chefe do EMFA – Estado Maior das Forças Armadas –, e ele é categórico ‘[...] a ruptura com a ordem era muito difícil’, afirmaria Monteiro de Castro alguns anos depois. Para o general, a revolução aconteceria somente quando houvesse alguma justificativa histórica a ponto de ser necessário o fechamento do Congresso e que a população entendesse a ação militar (DRUMMOND, 1994: 15).

Era mister para Magalhães que as conversas com os comandos das FFAA fossem proveitosos e feitos na mais profunda discrição. Segundo Monteiro e Castro, “Saíamos inúmeras vezes à noite, para não sermos notados, no avião da Líder. As viagens eram programadas. Chegávamos com o mínimo de articulação que nos permitisse ser recebidos por esses comandantes” (DRUMMOND, 1994: 15). Magalhães também tinha bom relacionamento com os generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes, ressalvada a diferença entre os discursos, “[...] era claro, nos dois lados, o sentimento de resistência às ameaças de quebra da hierarquia das Forças Armadas [...]”, contudo, era claro para o governador e seus secretários, que “existia uma atmosfera que permitia a todo o país aceitá-la [a Revolução] e acabar por aderir” (DRUMMOND, 1994: 17).

Perante todos esses fatos, em especial à Revolta dos Marinheiros, origina-se um manifesto escrito por Magalhães Pinto – lido pelo vice governador, Clóvis Salgado - e transmitido no dia 20 de março às 21h de dentro do Palácio da Liberdade. Nele, apesar de dizer que Minas é a favor das Reformas de Base propostas por Jango, afirma que não cabe no Brasil um sistema ditatorial, e que está disposto a lutar contra o golpe. A seguir, alguns excertos extraídos do Manifesto

De Minas parte esta conclamação ao País. O governador do Estado cumpre o dever de interpretar as aspirações, angústias e a atitude da gente mineira. Faz, com todo povo, uma só frente na preservação do regime democrático, no aprimoramento e dinamização das instituições livres, para que a mudança social, que não se deve deter, seja um avanço, não um recuo, uma consolidação de conquista, não um retrocesso a técnicas políticas de opressão [...]

Reconhecemos ter-se acelerado o processo de transformação econômica, social e política, em todos os setores da vida nacional. Por isso mesmo, somos a favor das reformas de base [...]

Os últimos acontecimentos demonstraram uma duplicidade de processo, que é nosso dever denunciar à Nação. Ao mesmo tempo em que, de forma regular, se apela para o Congresso, a fim de pedir emendas constitucionais consideradas imprescindíveis às reformas, efetuam-se manobras publicitárias e promocionais. O que então se revela não é só desesperança na capacidade da representação política. É também descrença no regime democrático ou incapacidade de adaptar-se a ele [...]

Esperamos uma atitude franca e clara do presidente da República. Sem desconhecemos a existência de transformações em curso, resultantes da tomada de consciência do nosso povo e exacerbadas pelo processo inflacionário, afirmamos que a revolução comandada de cima não é outra coisa senão golpe de Estado. Estamos dispostos a lutar contra o golpe. Já não há lugar para a reprodução de sistemas ditatoriais arquivados em nossa história [...]

Esperamos uma atitude clara e conseqüente das Forças Armadas. A Lei maior fez delas não defensoras de parcialidades do País, mas de toda a pátria; não garantidoras de um, mas dos poderes constitucionais; servidoras, não de situações, e eventualidades, mas da lei e da ordem [...]

Juntos digamos ao Brasil que Minas está determinada a preservar a democracia e a tradição cristã; a lutar pela justiça social, contra o desespero; contra o ódio entre irmãos; contra o fanatismo; contra a irresponsabilidade [...] (DRUMMOND, 1994: 30-32)

## BIBLIOGRAFIA

BORGES, Valdeci. *História e Literatura: algumas considerações*. Revista de Teoria da História. Ano 1. Número 3, junho/2010.

BURKE, Peter. *A história dos acontecimentos e o renascimento da narrativa*. In: A escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DARTON, Robert. *História da Leitura*. In: BURKE, Peter (org.). A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

DRUMMOND, Roberto; MELO, José Geraldo Bandeira. *Magalhães Pinto – Navegando contra o vento*. CEMIG, Belo Horizonte, 1994.

FICO, Carlos. FICO, Carlos. O Golpe de 1964: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

PESAVENTO, Sandra. *História e Literatura: uma velha-nova história*. In: COSTA, Cléria Botelho da & MACHADO, Maria Clara Tomaz. História e literatura: identidades e fronteiras. Uberlândia: EDUFU, 2006.

RIBEIRO, Luis Filipe. *Geometrias do Imaginário*. Edicións Laiovento. Coleção "Vento do Sul" - volume 14, 2000.

## **A dimensão sobre uma liderança quilombola: concepção coletiva e particular**

Ana Cláudia Gonçalves<sup>1</sup>

### **Resumo**

Este trabalho focaliza-se na experiência da principal liderança do quilombo do *Baú*, a comunidade está localizada no município de Araçuaí, estado de Minas Gerais. A proposta desta pesquisa consiste em investigar como ocorreu a consolidação da liderança de Antônio Cosme das Neves e de que maneira esta se reverberou na comunidade. Para tanto, foi analisado suas estratégias de ação política frente às demandas sociais e ao reconhecimento identitário. Neste sentido, intencionei entender a partir das memórias produzidas, como os processos de aprendizagem sobre os direitos quilombolas foram construídos. Para o caso da presente pesquisa, intercalei a utilização de fontes orais, através de entrevistas com representantes da comunidade; e textuais, por meio dos debates teóricos relacionados ao conceito de memória.

**Palavras-chaves:** Memória; Quilombo do *Baú*; Antônio Come das Neves.

### **Abstrac**

This work focuses on the experience of the main leadership of the quilombo of the *Baú*, the community is located in the municipality of Araçuaí, state of Minas Gerais. The purpose of this research is to investigate how the consolidation of Antônio Cosme das Neves' leadership occurred and how it reverberated in the community. In order to do so, it analyzed its strategies of political action against social demands and the recognition of identity. In this sense, I intended to understand from the memories produced, how the learning processes on quilombola rights were built. For the case of the present research, I have interpolated the use of oral sources, through interviews with representatives of the community; and textual, through the theoretical debates related to the concept of memory.

---

<sup>1</sup>Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: gonalves\_anaclaudia@yahoo.com.br



**Keywords:** Memory; Quilombo do *Baú*; Antônio Come das Neves.

*Ser quilombola é voltar a sonhar, nós sabemos que a caminhada é longa, mas pelo menos temos algo para sonhar (...) então hoje ser quilombola é um direito não só dos Baús de Araçuaí, mas de todos irmãos quilombolas do Brasil inteiro.*

*Atrás de um grande fazendeiro teve um povo escravo (...) os ricos que hoje aparece em tantos livros, não fez nada pelo Brasil (...) dentro de um quilombo muitos se enriqueceram com o sangue derramado dos pobres negros sem defesa.*

*Meu sonho principalmente como liderança da comunidade é que nossa juventude pudesse se manter aqui dentro e não precisasse sair pra fora.*

Antônio Cosme das Neves – Presidente da Associação Quilombola do Baú

O campo empírico desta pesquisa localiza-se no município de Araçuaí, região nordeste do Estado de Minas Gerais, precisamente na microrregião do Médio Vale do Jequitinhonha. Busco apresentar a contextualização histórica e social da principal liderança da comunidade quilombola do *Baú*, a qual é Antônio Cosme das Neves. Pretendo com isto, mostrar a consolidação de uma liderança e de que maneira esta se reverbera na comunidade.

Tendo em vista que estas comunidades têm suas historicidades majoritariamente constituídas pela oralidade, a memória se torna de extrema importância para este trabalho e, ao ser tratada como um objeto de análise histórica, a História Oral mostra-se como uma metodologia adequada para cumprir os objetivos da pesquisa. Conforme salientado por Alistair Thomsom, a História Oral pode ser

um poderoso instrumento para a descoberta, exploração e avaliação da natureza do processo de memória histórica - como as pessoas compreendem seu passado, como vinculam a experiência individual e seu contexto social, como o passado torna-se parte do presente, e como os indivíduos o utilizam para interpretar suas vidas e o mundo à sua volta. (THOMPSON, 2000:52).

Nesta direção, Marieta de Moraes Ferreira salienta a importância que tiveram as lutas pelos direitos civis na abertura do campo da História Oral, uma vez que procuraram “dar voz aos excluídos, recuperar as trajetórias dos grupos dominados, tirar do

esquecimento o que a história oficial sufocara durante tanto tempo”. Assim, a metodologia afirma-se como “um instrumento de construção de identidade de grupos e de transformação social” (FERREIRA, 1994:4). Portanto, os depoimentos das testemunhas que vivenciaram opressões sociais e políticas propiciaram para que houvesse maior reconhecimento das identidades e deram visibilidade para as experiências que haviam sido silenciadas.

Contudo, a inserção da História Oral no círculo acadêmico não teve boa aceitação, como evidenciado por Phillippe Joutard, “a reintrodução da fonte oral na segunda metade do século XX em países de antiga tradição escrita não foi bem recebida pelos historiadores, salvo talvez nos Estados Unidos, precursores nessa matéria” (JOUTARD, 1996: 44). Houve, portanto, uma avaliação negativa para com os adeptos da História Oral, os quais voltaram suas preocupações para tornar mais explícitos e rigorosos os pressupostos metodológicos dos seus trabalhos. Este esforço em responder às críticas recebidas possibilitou revelar que a metodologia possui um potencial extremamente rico para pesquisas.

Nesta direção, ao analisar o percurso da História Oral, Alistair Thompson aponta que nas últimas décadas do século XX esta metodologia teve como umas das suas mudanças mais significativas “o reconhecimento de que a, assim chamada não confiabilidade da memória pode ser um recurso, em vez de um problema para a interpretação e a reconstrução históricas” (THOMPSON, 2000:52).

Assim, ao evidenciar experiências sociais e identidades até então ignoradas, esta linha de pesquisa possibilitou que depoimentos orais fossem vistos como fontes importantes para esclarecer melhor determinados contextos e suas representações.

No que tange a introdução da História Oral no Brasil, José Carlos Sebe Bom Meihy aponta que sua utilização se conecta ao contexto da redemocratização, sobretudo, devido aos questionamentos que se fazia naquele momento em referência a ditadura civil-militar.

Assim, a maior ênfase foi dada aos testemunhos da ditadura, entretanto, o autor destaca que “dois grupos singulares pela importância étnica no Brasil têm sido pouco vistos: os índios e os negros”. Desta forma, Meihy sublinha que há “lacunas das atenções da história oral brasileira que não enfrentou ainda os dilemas de sua vocação” (MEIHY, 2000: 94).

Neste sentido, a contribuição do estudo que trago é, sobretudo, devido sua inserção no campo da História do tempo presente em uma perspectiva temática pouco explorada entre os historiadores brasileiros, fugindo também da demarcação que tem sido costumeira, qual seja dos anos da ditadura civil-militar.

Deste modo, em relação a essa linha historiográfica que exploro, outro aspecto a ser destacado envolve a relação entre História e Memória. Uma vez que o conceito de memória tornou-se muito difundido e revalorizado. Em contrapartida, foi alvo de críticas, levando vários pesquisadores a refletirem sobre o termo. Neste contexto, Sabina Loriga salienta que “é preciso restabelecer a confiança no testemunho e na possibilidade de acreditar no relato histórico” (LORIGA, 2009:18), sem perder de vista o rigor do método historiográfico, isto é, manter o exercício crítico sobre os enunciados.

Portanto, conforme observa Keila Carvalho, “entender a fonte histórica sob o viés da memória, implica, antes de tudo, em considerarmos o contexto em que foi produzida, os atores nela envolvidos, com seus anseios, posicionamentos e intenções” (CARVALHO, 2012: 216). Neste sentido, as fontes orais que utilizo nessa pesquisa dispõem das mesmas exigências teóricas e metodológicas contidas nos outros tipos de fontes das quais recorre o historiador. Logo, fontes escritas e orais devem ser pensadas dentro de seus contextos de produção, ambas devem ser analisadas sob o mesmo rigor. Deste modo, como salientado por Alessandro Portelli, “na realidade, as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que o outro)”(PORTELLI, 1997:25).

Minha concepção acerca da relação entre Memória e História perpassa pela perspectiva de “complementaridade”, defendida por Paul Ricoeur, para o qual a relação existente entre as duas não deve ser pensada em termos antinômicos, pois, a memória constitui-se como uma das possibilidades de capturar os processos históricos.

Nesta direção, Pierre Nora salienta que a diferença entre Memória e História consiste em ser a primeira dinâmica suscetível a lembrança e ao esquecimento. A História perpassa por uma análise e um discurso crítico, enquanto “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”(NORA, 1993:9).

Posta desta forma, torna-se fundamental o retorno às ideias de Maurice Halbwachs, que em 1925 elaborou uma espécie de “sociologia da memória coletiva”.

Halbwachs concebeu que a memória individual se constitui a partir da memória coletiva, uma vez que lembranças são organizadas no interior de um grupo. Halbwachs enuncia que a memória coletiva

é o processo social de reconstrução do passado vivido e experimentado por um determinado grupo, comunidade ou sociedade. Este passado vivido é distinto da história, a qual se refere mais a fatos e eventos registrados, como dados e feitos, independentemente destes terem sido sentidos e experimentados por alguém (HALBWACHS, 1991:2).

Neste sentido, ao fazer a associação entre memória e sociedade, o autor compreendeu que é a partir das interações sociais que os indivíduos se constituem. Mesmo a memória sendo um ato de reconstrução particular, ela é o resultado de determinada interação social. Joutard observou que, “houve, desde o início, uma estreita ligação entre história oral e identidade” (JOUTARD, 2000:43). Portanto, a memória, enquanto elemento que se processa do presente para o passado, possibilita compreender as formas que se constituem o sentido da identidade que, no caso dos remanescentes das comunidades dos quilombos, abrange um processo que visa romper com as barreiras do silêncio e propiciar um reforço no senso de pertencimento.

Desse modo, através dos relatos de memória presentes na pesquisa, busco mostrar as estratégias de sobrevivência e militância de um líder quilombola.

Antônio Cosme das Neves é morador do quilombo do *Baú* e atual presidente da associação (ano de 2017). O mesmo nasceu no território quilombola, onde começou a trabalhar com seis anos, aos onze anos mudou-se para Araçuaí onde residiu no bairro Pipoca<sup>2</sup>.

Ao narrar sua história particular, Antônio sempre ressalta a imagem de seu pai, que nasceu na cidade de Salto da Divisa, localizada no estado de Minas Gerais, e mudou-se para o quilombo do *Baú* após casar-se com sua mãe, a senhora Maria do Carmo, que é natural do quilombo.

Antônio relata que quando tinha cinco anos, seu pai andava com ele pelo território para mostrar os alimentos que podiam ser ingeridos e os perigos do território. Tal aprendizado foi de extrema importância para o mesmo na luta pela sobrevivência, pois, quando ainda criança saía de casa às três horas da madrugada para buscar leite. Antônio

---

<sup>2</sup> A comunidade está dividida em dois territórios: área urbana e área rural. O território urbano localiza-se no bairro Sagrado Coração de Jesus, popularmente conhecido como bairro Pipoca, e a parte rural fica na Fazenda Santana, cerca de 80 km de Araçuaí.

diz que havia um vaqueiro, chamado *Deusdete*, que os ajudava separando uma vaca para que ele tirasse leite escondido dos fazendeiros.

Já sobre a mudança para Araçuaí, ela se deu por iniciativa de seu pai, para que Antônio e os irmãos estudassem, pois, de acordo com o depoente:

a escola só funcionava normal em época de campanha política(...). E quem dava aula aqui não era nem professora formada, minha irmã que tinha terceira serie é que era professora (...). E isso foi dos anos 80 pra cá, (...) a primeira escola que cê vê é essa ai, tinha escola antes nas casas, achava um comodozinho ai e dava aula pra gente, chegava não tinha quadro, às vezes o giz era carvão, escrevia de carvão num papel pregado na parede (...). Ai parava, mandava nós pra Itira, nós andava oito quilômetros a pé pra estudar, ai foi indo até o momento que eles cortaram a escola, não tinha escola de jeito nenhum, todo mundo era analfabeto, aqui quem tinha escolaridade maior era terceira serie. E os mais velhos mesmo, igual meu avô, meu pai, minha mãe, não sabia assinar nem o nome, não tinha a oportunidade de estudar nem nada<sup>3</sup>.

Após se mudar para Araçuaí, o seu pai adoeceu e Antônio teve que interromper os estudos com quatorze anos para trabalhar e ajudar a família, concluindo apenas até a quarta serie. Com isto, Antônio atuou em uma gama de atividades, trabalhando como engraxate, vendendo picolé, capinando, vendendo roupas e remédios de porta em porta, foi representante comercial de empresas multinacionais, motorista de ambulância, auxiliar de fisioterapeuta, garçom e segurança particular.

Em 1986, com a ausência de emprego na região, Antônio foi trabalhar no corte de cana em São Paulo. Sobre sua atuação neste trabalho, o mesmo conta que ganhou várias vezes o prêmio *Facão de Ouro*<sup>4</sup>, se tornando capa de vários jornais.

Em todas as usinas que eu passei eu fui o maior de todos, em torno de cinco, seis, sete mil pessoas, eu sempre fui um dos primeiro, cortava em torno de trinta e três quando eu tava muito ruim por dia, trinta e seis toneladas de cana por dia, eu já cheguei a cortar trinta e sete, quando a cana era muito boa no meio já cheguei a cortar quarenta toneladas de cana por dia<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 18/07/2015.

<sup>4</sup> Premiação destinada aos trabalhadores que cortarem as maiores quantidades de cana.

<sup>5</sup> Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 22/04/2016.

O trabalho árduo implicou em uma grave lesão. Em 1989, durante o trabalho no corte de cana Antônio faturou o fêmur, joelho, menisco, ligamento cruzado e pataca do joelho. Devido às péssimas condições de trabalho e o atendimento que lhe foi prestado ao se acidentar, a lesão se agravou, pois, apenas em 2002 recebeu o atendimento adequado e foi aposentado por invalidez. Atualmente, Antônio faz leves trabalhos em sua roça, mas a principal atividade é como presidente da Associação da comunidade.

No decorrer da entrevista, as recordações de seu pai sempre se fizeram muito presentes. As lembranças do pai foram narradas com muita emoção, o depoimento foi em alguns momentos interrompido pelo abalo de uma memória que se mostra dolorosas. Entretanto, Antônio diz que é também desses momentos difíceis de serem narrados, que ele retira suas forças para permanecer lutando pela conquista da terra.

Assim, diz que o pai, que lhe passou a marca indelével de seu protagonismo, deixou-lhe uma mensagem extremamente importante para seu papel de liderança:

Meu pai me deixou um recado e foi assim que ele me disse no leito de morte: ‘Meu filho cê vai lutar por um povo, pelo nosso povo, cê vai passar por muitas dificuldades na vida igual eu passei, igual eu fui enviado pra tirar aquele povo do sofrimento e da fome (pausa). Mas eu vou estar com você sempre nessa batalha’. Então, enquanto eu respirar nessa terra eu vou lutar pelo meu povo, pra que eles não passem a mesma fome que eles já passaram<sup>6</sup>.

Como presidente da comunidade, Antônio sofre diversas ameaças, ele conta que as desqualificações raciais e sociais ampliaram-se depois que se tornou presidente da associação. Este narra uma situação em particular ocorrida entre ele e um dos herdeiros da fazenda, que acarretou em um processo judicial:

Eu estava em um certo lugar, foi na onde que eu fui até ameaçado de morte, (...) chegou um senhor, herdeiro dessa fazenda, e me perguntou: ‘Porque que nós tava entrando na terra do tio deles?’ Falei, não, nós não tamu entrando não, nós estamos retornando pra terra que um dia foi tomada de nós. Falou (o herdeiro da fazenda): ‘Mas como que foi tomada?’ Que a terra era deles e nós comprou essa terra na mão de quem? Ai eu fui e falei com ele, olha, naquela época a terra é de quem tinha dinheiro pra regularizar, agora eu gostaria que você me desse um documento me provando na mão de quem seu pai, ou sua mãe, ou seus avós compraram essa terra. Porque até a onde eu sei, quando seu povo chegou lá nós já existia lá. Ai foi quando ele falo assim: ‘Moço cê ta

---

<sup>6</sup> Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 22/04/2016.

querendo é morrer, cê ta querendo tomar um tiro na cara'. Ainda me chamou até de negrinho, 'um negrinho desse ousado'<sup>7</sup>.

Tais ameaças acarretaram na inclusão de Antônio e sua família no Programa de Proteção dos Direitos Humanos, pois, foi constatado que além das discriminações raciais sofridas, ele também é vítima de ameaças de morte por ser líder de um quilombo.

Os conflitos, as injúrias raciais e as situações socioeconômicas precárias foram fatores que fortaleceram politicamente o presidente da associação, pois, a partir destes impasses, ele obteve mais conhecimentos políticos e jurídicos. Desta forma, durante seu preparo para assumir a presidência da associação contou com a ajuda dos filhos para pesquisar e compreender sobre quais eram os direitos quilombolas.

Devido ao nível de politização que alcançou, atualmente Antônio é também vice-diretor de educação da *N'Golo*, que é a Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais, além de também ser vice-presidente da recém criada Comissão das Comunidades Quilombolas do Vale, que está ligada a *N'Golo*. A iniciativa para criar a comissão foi do próprio Antônio, que ao justificar a importância da comissão diz que:

Tinha que criar algo a nível de Jequitinhonha para ter uma representatividade maior(...). Porque outras comunidades consegue alcançar e nós aqui não consegue acessar? [políticas públicas] Nós tamu tentando chegar próximo ao que outras comunidades perto de Belo Horizonte tenham chegado<sup>8</sup>.

A questão das lideranças na comunidade sempre foi baseada nas experiências e nos ensinamentos dos membros mais velhos. Entretanto, para o cargo de presidente da comunidade, bem como sua representatividade fora do quilombo, a sucessão apresenta-se como problemática, devido ao alto número de pessoas analfabetas, as quais concebem que para a presidência da comunidade, necessita-se de alguém que possua conhecimento das leis e domínio da escrita.

À vista disso, o estudo demonstrou que os *Baús*, além de exigirem do líder certas normas de conduta no interior da comunidade, também demandam dele um elevado grau de instrução, de modo que consiga articular a vinda de políticas públicas para a comunidade. Assim, os membros mais velhos concebem que a liderança de Antônio é

<sup>7</sup> Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 22/04/2016.

<sup>8</sup> Entrevista concedida a pesquisadora pelo morador da Comunidade *Baú*, Antônio Cosme das Neves em 18/07/2015.

legítima, pois, dizem que ele sempre contribuiu para a vida na comunidade. Sobre isto, a senhora Joana Pereira Chaves de 59 anos diz que se não fosse pelo presidente, ela não estaria mais na comunidade. Sua filha Elisangela Pereira Chaves de 34 anos, completa dizendo: “se não fosse por ele eu já tinha passado até fome”<sup>9</sup>.

O reconhecimento dos membros da comunidade, sobretudo, dos mais velhos, é de extrema importância para o cargo de presidente, tal como também seu reconhecimento como liderança. Assim, a comunidade afirma que Antônio cumpre com o papel de liderança, uma vez que atua desde recolher alimentos para famílias que estejam precisando até a resolver os problemas de desentendimentos familiares. Além disto, delegam a ele a conquista da instalação do “Luz Para Todos” na comunidade, política está acessada anterior ao seu mandato como presidente.

Na última eleição ocorrida em 2015, os membros da comunidade propuseram modificar o estatuto, elegendo Antônio como presidente vitalício da associação. Antônio se opôs a proposta, mas por insistência da comunidade, o estatuto foi alterando aumentando o mandato para mais quatro anos.

Em todas as entrevistas realizadas, foi dito que até o momento não visualizam outro membro da comunidade que poderia substituir Antônio. A frase “se ele sair acabou a comunidade”, foi repetida diversas vezes. As características do presidente foram sendo elencadas como de extrema importância para esta função, uma delas é a desinibição e o potencial de falar em público. Mariza P. Chaves diz que “ele tem coragem de subir nos palcos, falar o que ele tem que falar, tem que ser uma pessoa igual ele mesmo pra resolver”<sup>10</sup>. Outro elemento necessário apontado é o conhecimento sobre as leis vigentes, bem como limites e alcances das mesmas. Sobre isto, a senhora Laurinda P. Chaves enfatizou em sua fala que: “o que ele não poder resolver pra gente, a gente pode até aquietar, que ai ninguém resolve não”<sup>11</sup>.

Desta forma, a resposta que a comunidade traz sobre a atuação de Antônio frente as políticas públicas, revela aspectos importantes da interação social do líder. Este se

---

<sup>9</sup> Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Elisangela Pereira Chaves em 21/04/2016.

<sup>10</sup> Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Mariza Pacheco Chaves em 20/04/2016.

<sup>11</sup> Entrevista concedida a pesquisadora pela moradora da Comunidade *Baú*, Laurinda Pereira Chaves em 21/04/2016.



destaca por ter capacidade de articular os trabalhos entre a comunidade e os órgãos públicos.

Verifica-se que a atuação da liderança junto à comunidade, levando informação e conscientização, tem sido positiva para a busca de recursos e para o estabelecimento de relações que os levem para a pauta dos órgãos públicos.

É preciso destacar ainda, as críticas feitas por Antônio em referência ao processo de como as políticas públicas são desenvolvidas, o mesmo enfatizou, principalmente, o afastamento e o desinteresse dos agentes que atuam nos gabinetes governamentais. Para Antônio, as políticas quilombolas são elaboradas de maneira tão abstrata e tão carregadas de burocracia, que não é possível de serem entendidas por muitos no quilombo, dado o baixo índice de alfabetização dos quilombolas.

Assim, como presidente da comunidade, Antônio busca levar explicações claras sobre as políticas públicas, apresentando as estratégias para o acesso e os efeitos que estas terão na vida da comunidade. Em suma, o objetivo é trazer para a comunidade os temas importantes que ocorrem externamente, relacionando-os com as demandas internas.

Sabe-se que os direitos presentes nos manuais jurídicos, nem sempre são efetivados na prática. É preciso constantemente lutar para materializar o direito, é neste sentido, que Antônio defende a necessidade dos quilombolas se apropriarem do conhecimento legislativo, de modo a alcançarem mais espaço nas esferas que possuem poder de decisão política.

Como dito anteriormente, as aprendizagens adquiridas como presidente da associação, fortaleceram Antônio politicamente, a ponto de ser procurado por outras lideranças quilombolas para prestar orientação política.

Sobre isto, Antônio explica que é fundamental que as lideranças reflitam sobre as questões institucionais. O presidente explicou que para a função dele, é necessário acolher todas as demandas da comunidade e buscar por ações efetivas através das políticas públicas.

O testemunho prestado por Antônio juntamente com a perspectiva que a comunidade traz, revelam que o presidente destaca-se por apresentar: auto nível de conscientização étnica; desenvoltura para dialogar tanto com as pessoas no interior do

quilombo, quanto com a sociedade envolvente; habilidade para articular e negociar as garantias dos direitos.

### **Considerações Finais**

O foco deste trabalho deu-se na atuação de Antônio Cosme das Neves, sua ascensão como liderança quilombola lhe propiciou uma grande influência na região e uma autonomia em relação às elites tradicionais. Possibilitando reconhecimento para toda comunidade, neste sentido, os ganhos foram tanto a nível material, quanto social, político e cultural.

As ações de Antônio foram relacionadas com a história de sua comunidade, de sua família e com a situação política de seu município. De modo a retratar, o engajamento deste líder e demonstrar por meio desta representação a complexidade da vida social de um líder quilombola.

Em suma, o comprometimento de Antônio e de outros membros da comunidade se fundamenta em reivindicações para os quilombolas, vistos como um grupo possuidor de uma identidade que lhes é própria, devendo-lhes ser garantidos determinados direitos.

### **Fontes**

Entrevistas concedidas pelos moradores da comunidade quilombola do *Baú*:

- Antônio Cosme das Neves, 43 anos. Entrevistas realizadas em 18/07/2015 e 22/04/2016.
- Elisângela Pereira Chaves, 34 anos. Entrevista realizada em 21/04/2016.
- Laurinda Pereira Chaves, 63 anos. Entrevista realizada em 21/04/2016.
- Mariza Pacheco Chaves, 52 anos. Entrevista realizada em 20/04/2016.

### **Bibliografia**

CARVALHO, Keila Auxiliadora. *Colônia Santa Izabel: a lepra e o isolamento em Minas Gerais (1920-1960)*. Tese (Doutorado) – História Social, UFF, Rio de Janeiro. 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: um inventário das diferenças. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.); MOTTA, Marly Silva da; DIAS, José Luciano de Mattos; ALBERTI, Verena; ABREU, Alzira Alves de; D'ARAUJO, Maria Celina;

FARIAS, Ignez Cordeiro de. *Entre-vistas: Abordagens e usos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1994.

HALBWACHS, Maurice. *Fragmentos da la Memoria Coletctiva*. Seleção e tradução. Miguel Angel Aguilar D. (texto em espanhol). Universidad Autónoma Meropolitana-Iztapalapa Licenciatura em Psicologia Social. Publicado originalmente em Revista de Cultura Psicológica, Año 1, Número 1, México, UNAM- Facultad de psicología, 1991.

JOUTARD, Philippe. “História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos”. In: FERREIRA, Marieta e AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

JOUTARD, Phillippe. “Desafios à história oral do século XX”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

LORIGA, Sabina. A tarefa do historiador. In: GOMES, Angela de Castro & SCHMIDT, Benito Bisso. *Memórias e narrativas (auto)biográficas*. Rio de Janeiro: Editora FGV; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. Desafios da História Oral Latino-americana: o caso do Brasil. In: ALBERTI, Verena.; FERNANDES, Tania Maria.; FERREIRA, Marieta de Moraes. (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

NORA, Pierre. Ente Memória e História: A problemática dos lugares. *Proj. História*, São Paulo(10), dez.1993.

PORTELLI, Alessandro. “Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade”. In: *Projeto História*. São Paulo, nº.14, 1997.

THOMPSON, Alistair. “Aos cinquenta anos: uma perspectiva internacional da história oral”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Orgs.) *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

## A TRAJETÓRIA DE VIDA DE JOVENS POBRES INSERIDOS NO TRÁFICO DE DROGAS: UMA ANÁLISE PSICOSSOCIAL

Flávia Fernandes Guimarães<sup>1</sup>

Fernando Santana de Paiva<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir de uma perspectiva psicossocial, que aborda o jovem como ser político, social e histórico, produto e produtor de realidade, este trabalho busca compreender qual é o papel do tráfico de drogas na trajetória de vida dos jovens pobres inseridos nesta atividade, identificar as motivações de inserção, além de analisar em que medida o tráfico de drogas se configura uma alternativa ao cenário de pobreza em que os jovens estão imersos e se há outras estratégias de enfrentamento ao contexto, construídas pelos mesmos. Assinala-se que a inserção juvenil no tráfico vem se demonstrando uma crescente, além dos graves desdobramentos associados, como os elevados índices de encarceramento e mortalidade de jovens. Propõe-se ouvir as memórias e analisar a história de vida de jovens inseridos no tráfico de drogas, em cumprimento de medida socioeducativa em Juiz de Fora.

**Palavras-chave:** Criminalização; Juventude; Pobreza; Tráfico de drogas; Trajetória de vida.

**Abstract:** From a psychosocial perspective, which addresses the young person as a political, social and historical being, product and producer of reality, this work seeks to understand the role of drug trafficking in the life trajectory of the poor young people inserted in this activity, to identify the motivations for insertion, as well as analyzing how drug trafficking is an alternative to the poverty scenario in which young people are immersed and whether there are other coping strategies built by them. It is pointed out that the insertion of poor young people in trafficking has been showing a growing, in addition to the serious associated consequences, such as the high rates of incarceration and mortality of young people. It is proposed to listen to the memories and analyze the

---

<sup>1</sup> Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) – flaviafgui@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – fernandosantana.paiva@yahoo.com.br

life history of young people involved in drug trafficking, in compliance with socio-educational measures in Juiz de Fora.

**Keywords:** Criminalization; Youth; Poverty; Drug trafficking; Life trajectory.

“Em cada período histórico, observamos a emergência de diferentes expressões da juventude, que irão produzir formas de ser e agir a partir do momento histórico, social e cultural vigentes” (GONZÁLES & GUARESCHI, 2009: 48). Neste trabalho abordamos a juventude de acordo com a perspectiva da psicologia social crítica, que compreende o homem como ser político, social e histórico, produto e produtor da realidade (MARTÍN-BARÓ, 2017). Compreendemos que a definição de juventude, por trazer em sua essência conceitos não universais e estáticos, permite diferentes entendimentos, variáveis no tempo e de acordo com o que é estabelecido como sendo o papel da juventude em uma dada sociedade.

Cada recorte sociocultural permite que seja observada uma pluralidade de juventudes. A autora segue afirmando que a realidade das maiorias juvenis dos países latino-americanos é mais dura e menos utópica. (XIMENES, 2016). Os jovens convivem com inúmeros paradoxos que refletem as contradições existentes entre a idealização juvenil e a realidade. Na juventude, os conflitos refletem os tensionamentos cotidianos vividos pela sociedade contemporânea, sendo a pobreza fenômeno social e econômico atrelado às situações de exclusão e vulnerabilidade aos quais os jovens estão subordinados.

Nos últimos anos o tema juventude tem adquirido crescente destaque em distintos campos como o acadêmico, político e cultural. No campo acadêmico, ele vem sendo pesquisado a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. O pré-projeto de pesquisa de mestrado, do qual faz parte este trabalho, tem como objetivos analisar e compreender o processo de inserção de jovens pobres no tráfico de drogas no município de Juiz de Fora, a partir de uma perspectiva psicossocial. Pretende-se compreender qual é o papel do tráfico de drogas na trajetória de vida dos jovens pobres inseridos, analisar as motivações de inserção do jovem no tráfico de drogas, bem como identificar como os elementos psicossociais, como o fatalismo e a revolta, permeiam a inserção desses jovens no tráfico de drogas.

Ademais, este trabalho visa analisar em que medida o tráfico de drogas se configura como uma alternativa ao cenário de pobreza em que os jovens estão imersos e verificar a existência de outras estratégias de enfrentamento ao contexto de precarização juvenil, construídas pelos jovens.

Pretende-se, nesta investigação descritivo-exploratória, ter como fundamento a perspectiva qualitativa. Tal abordagem considera o caráter histórico com o qual os fenômenos são compreendidos (MINAYO, 2007) e concebe os participantes como capazes de desenvolver modos específicos de percepção e interpretação do mundo. Ademais, se aprofunda em um nível da realidade não mensurável (DESLANDES, NETO & GOMES, 1994) e proporciona um modelo de entendimento profundo de ligações entre elementos, direcionado à compreensão da manifestação do objeto de estudo (MINAYO, 2007). Dada a importância atribuída ao contexto nas pesquisas qualitativas, a investigação é precedida por um período exploratório. Este, por sua vez, é antecedido por uma fase de negociações para obter acesso ao campo, que poderá permitir a definição de questões iniciais, bem como os procedimentos adequados ao estudo (ALVES-MAZZOTI, 1999).

O trabalho de campo será realizado em uma unidade do sistema de atendimento às medidas socioeducativas, o Centro Socioeducativo de Juiz de Fora. Os participantes serão jovens atendidos pelo serviço, respeitando-se critérios de inclusão estabelecidos previamente. Ressalta-se que os referidos critérios serão negociados junto à instituição em questão. O número de participantes será estabelecido a partir do critério de exaustão/saturação dos dados construídos durante a investigação (TURATO, 2008).

O projeto foi submetido à Secretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Vara da Infância e da Juventude de Juiz de Fora, a fim de se obter autorização para a entrada no campo de pesquisa. Salienta-se que o referido projeto será submetido ao Comitê de Ética da UFJF-MG e os procedimentos previstos obedecerão aos Critérios de Ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

A observação participante, essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, será utilizada como uma das técnicas de coleta de dados (MINAYO, 2009), através da inserção no cotidiano de funcionamento do campo. Tal técnica se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Além disso, parte do pressuposto de que o espaço da pesquisa deve ser relativizado no sentido de ser visto a partir dos olhos dos participantes. O principal instrumento da observação participante é o diário de campo, que será utilizado sempre que necessário. O uso deste em pesquisa qualitativa permite o registro de eventos diversificados e sucessivos, favorecendo o registro com toda a variabilidade do objeto em diferentes momentos.

Ademais, será utilizado o método história de vida, que permite que se trabalhe com a trajetória de vida do entrevistado, na tentativa de construção da biografia do depoente e, deste modo, possibilita vislumbrar aspectos sócio-histórico-culturais que não são observados por meio de outras fontes (SANTOS & ARAÚJO, 2007). Tal instrumento permite a narrativa do passado a partir do presente. Isto implica na compreensão de que as experiências do narrador são incorporadas e que não há um significado único a se atribuir a um acontecimento. No relato de vida o que interessa ao pesquisador é o ponto de vista do sujeito, apreender e compreender a vida conforme ela é relatada interpretada pelo próprio ator. Assim, o método de história ou relato de vida tem como consequência tirar o pesquisador de seu pedestal de “dono do saber” e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: o que ele acredita que seja importante sobre sua vida.

Durante o processo, serão acrescidas perguntas de entrevista semiestruturada, a fim de adentrar com maior profundidade na construção de sentidos e significados dos entrevistados, abarcando elementos de sua realidade. (MINAYO, 2009). Ressalta-se que as entrevistas serão gravadas em equipamento de áudio, após consentimento dos participantes.

A Análise de Conteúdo do tipo temática ou categorial será utilizada para analisar os dados qualitativos das entrevistas (GOMES, 2008). A categorização consiste num processo de redução do texto às palavras e expressões significativas. As categorias analíticas serão determinadas antes e depois da realização da pesquisa de campo, ratificando-se o caráter aberto da etapa de pesquisa, cujo foco é evidenciar as identificações e visão sobre a realidade em que estão inseridas (MINAYO, 2007).

### **Juventude pobre criminalizada**

Para que possamos adentrar na temática “inserção do jovem no tráfico de drogas”, entendemos ser antes necessário abordar o assunto criminalização da pobreza e, mais especificamente, do jovem pobre. Historicamente a urbanização e modernização do Brasil se deram com a exclusão das classes subalternas, de caráter higienista, através do esvaziamento do centro e remoção dos bairros pobres para áreas periféricas. Nesse sentido, a massa de ex-escravos, excluída do mercado de trabalho formal, teve como um de seus destinos a criminalização. A população “disfuncional” ao capital constrói formas de resistências individuais e coletivas para sobreviver ao ataque das forças instituídas.

Neste cenário, “o Estado lança mão do aparato policial e do Judiciário com vistas a regular e gerenciar as consideradas classes perigosas” (BATISTA, 2003: 81). Cabe lembrar que, na formação sócio-histórica da sociedade brasileira, os pobres e a pobreza se constituíram presenças marcantes, sobretudo por conta do escravismo e da forma pela qual o capitalismo se desenvolveu no país. Destaca-se ainda que, no Brasil, a pobreza foi vista como sinônimo de vadiagem, de amoralidade e de outros elementos vinculados à delinquência e criminalidade (COIMBRA, 1998), quer dizer, a questão social foi tratada, em grande parte da história do país, como questão de polícia.

Em seu artigo sobre exclusão e políticas públicas, Zaluar (1997) afirma que no Brasil, quando as discriminações raciais combinam-se com as discriminações contra o pobre, tem-se as mais claras situações de exclusão em diversos setores, por variados processos. Segundo a autora, a exclusão como manifestação de injustiça (distributiva) se revela quando pessoas são sistematicamente excluídas dos serviços, benefícios e garantias oferecidos ou assegurados pelo Estado, pensados, em geral, como direitos de cidadania (ZALUAR, 1997). Contemporaneamente, a criminalização e o estigma assumem contornos raciais e étnicos, na medida em que jovens pobres e negros e a população de rua são tidos como perigosos para a sociedade, considerados ameaça para a propriedade privada e para a reprodução do capital. O Estado penal, além de criminalizar os jovens pobres e negros, dissemina o medo ao outro, ou seja, os efeitos deletérios da crise avançam sobre as relações sociais, produzindo desconfiança, ratificando as desigualdades. Criminaliza jovens pobres e negros em detrimento de situações das quais são vítimas (BARROS, 2008).

A questão da criminalidade e sua vinculação retórica com a pobreza, segundo Zaluar (1997), monta armadilha perigosa. Justificar a criminalidade violenta de uma pequena parcela de jovens pobres é desviar a atenção dos que deveriam estar sendo controlados: os que fazem a fortuna por trás do tráfico de drogas e armas, por um lado, e os que desviam as verbas que deveriam ser destinadas às políticas públicas que educariam esses jovens para uma sociabilidade positiva e para os direitos positivos de participação (ZALUAR, 1997). Na realidade das periferias, com ambiente familiar por vezes degradado, os jovens se tornam alvos da vontade punitiva da sociedade, onde a homogeneização daquilo que se pensa ser periferia e quem são seus agentes toca a todos e de maneira especial os jovens, que se tornam os suspeitos sociais (TAKEUTI, 2002), a partir do discurso produzido acerca da pobreza.



Nívia Barros (2008) relata que a forma de caracterizar a juventude contemporânea não tem sido aplicada da mesma maneira às diferentes classes sociais. Aos jovens pobres é reservada uma criminalização de sua conduta e são empregados mecanismos de repressão e punição rigorosos. Com base nas críticas à rede de proteção e a partir de luta dos setores mobilizados, nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente. Entretanto, apesar de inovador, o ECA continua tendo suas raízes históricas, de caráter normativo, coercitivo, regulador e resguardará sempre os interesses dos grupos hegemônicos que compõem o Estado (BARROS, 2008). Zaluar (1997) afirma que os vícios e problemas do Sistema de Justiça no Brasil não são poucos e já foram denunciados por muitos autores ligados à defesa dos direitos humanos. A autora defende que políticas sociais sejam implementadas porque um país democrático e justo não pode existir sem tais políticas, mas não porque os pobres constituem um perigo permanente à segurança, não porque se constituem classe perigosa.

O Brasil passa por um extermínio dos jovens pobres, negros, moradores de favelas. Essa juventude passa por um processo de incriminação, que vem de raízes que vão em direção ao processo de criminalização da pobreza (SOARES, 2004). A partir disso, na intenção de manter os “criminosos” longe dos espaços públicos, o Estado, por meio da propagação do medo que percorre a sociedade, é tomado pela ideia da produção de ambientes fechados que possam manter longe da sociedade os “desviantes”, no intuito de “ressocializar”. Mas as estatísticas comprovam que a ideia da ressocialização está longe de ser uma prática verdadeira no contexto das prisões. O modelo real que ocorre dentro desses “campos” é de repressão, controle, castigo (WACQUANT, 2011). A vigilância policial fornece à prisão os infratores que esta transforma em delinquentes, alvo e auxiliares dos controles policiais que regularmente mandam alguns deles de volta à prisão (FOUCAULT, 2009).

Vera Malaguti (2003) estudou situações de adolescentes presos com drogas no Rio de Janeiro e constatou que um menino branco e de classe média, ao entrar no sistema penal com uma quantidade de drogas, recebe tratamento fora do sistema, psicológico. Quando se trata de menino negro e da periferia, o destino dele é o estereótipo criminalizante. A autora aponta significativo aumento do aprisionamento no Brasil. Entretanto, ela argumenta que o Direito Penal não resolve conflitos sociais e se a intenção é diminuir a criminalidade, deve ser aumentada a presença do Estado com políticas públicas e sociais (BATISTA, 2003). Acrescenta-se que desde as pesquisas inicialmente realizadas nas décadas de 70 e 80, até os mais recentes levantamentos acerca daqueles que são incriminados e/ou registram em suas

vidas algumas passagens pela estrutura policial, persiste a constância de um mesmo perfil social, econômico e racial. Isto é, no Brasil, existe a permanência de uma “clientela” específica no que tange ao processo de criminalização. O perfil dos jovens que se encontraram cumprindo medida socioeducativa privativa de liberdade no Brasil é formado por homens, jovens, negros, solteiros e de baixa escolaridade.

O Mapa do Encarceramento de 2016 evidencia o crescimento de encarceramentos no país entre 2005 e 2012. Este aumento foi impulsionado pela prisão de jovens, de negros e de mulheres. Os crimes que mais motivam prisões são patrimoniais e relativos a drogas, que somados atingem cerca de 70% das causas de prisões. O perfil da população carcerária, novamente, deixa evidente que a seletividade penal recai sobre segmentos específicos (jovens e negros). O estado de Minas Gerais teve um crescimento no número de presos muito acima do verificado em outros estados, chegando a 624%, ou mais de seis vezes. A construção do estereótipo de infrator é feita, em grande medida, pelos órgãos responsáveis pelo sistema de justiça punitiva e de controle social, e em especial pela polícia e pelo Poder Judiciário, ainda que, esse feitiço de etiquetamento esteja endossado e provocado pela própria sociedade (SANTOS, 2013).

Conforme dados apresentados por pesquisa do UNICEF (2011), no Brasil, 661 mil lares são chefiados por adolescentes entre 15 e 19 anos. Outro alarmante se refere às estatísticas sobre os assassinatos de adolescentes. Essa vulnerabilidade revela gravíssimas violações de direitos dos adolescentes, das famílias e das comunidades. Tragicamente, a primeira causa de morte na adolescência no Brasil são os homicídios, superando os acidentes de trânsito. Estatísticas revelam graves violações de direitos juvenis, das famílias e das comunidades. Diariamente, em média, são assassinados 19 adolescentes entre 15 e 19 anos em nosso país. Esse índice é maior do que o dobro da média para a população brasileira em geral. Os homicídios atingem especialmente os jovens negros (71,44%), do sexo masculino (93,03%), moradores das periferias dos grandes centros urbanos brasileiros, de acordo com o Mapa da Violência de 2013 (WAISELFIS, 2013) e tem como grandes polos de concentração de mortes dos jovens os territórios dominados por quadrilhas, milícias ou traficantes de drogas. Jovens e negros são as principais vítimas de violência no país (CERQUEIRA, 2017).

Em contexto de ausência de redes de proteção, a juventude pobre, abatida pelo peso do desemprego e subemprego, pode buscar no tráfico meio de sobreviver, por não conseguirem “escapar” da miséria do cotidiano (FRAGA, 2004). O autor aponta que não há

nexo causal entre pobreza e criminalidade, contudo, não se pode negar que os jovens das periferias são incorporados subalternamente nessas redes complexas, em geral atuando em territórios onde as drogas são armazenadas e distribuídas. No cenário com um mercado formal de trabalho sem grandes expectativas e políticas sociais fragmentadas, as atividades do tráfico se apresentam como vantajosas e mediatizam relações e recursos para atender às necessidades impostas pela sociedade de consumo. O mundo do tráfico apresenta-se como uma fonte de renda imediata, que permite um padrão de consumo não acessado através do mundo do trabalho formal ou informal, tornando-se, dessa maneira, uma possibilidade para jovens de periferia (COSTA, 2005).

### **Sobre a inserção do jovem pobre no tráfico de drogas**

Os jovens inseridos no tráfico de drogas constituem-se por influência dessa realidade objetiva de escassas condições sociais. Dessa forma, vão construindo a sua maneira de estar no mundo, em condições que podem ser consideradas quase irracionais. No tráfico de drogas e no combate a ele, existe a tentativa de se justificar ideologicamente a atuação dos mecanismos repressores como garantia de uma vida mais digna para todos os cidadãos. “As condições de grande vulnerabilidade não são definidoras para a adesão ao tráfico, mas podem ser vereda propiciadora para que setores ilegais e criminosos se expandam” (FEFFERMANN, 2006: 175). O tráfico torna-se visível em regiões em que o Estado é omissivo e/ou violento. A vulnerabilidade do jovem nesta situação é maior, com vários fatores relacionados, entre eles: o característico relativo à idade; por ter sido aviltado em seus direitos, sofrer efeito dessa violência, ou ainda por não ter opção de trabalho no mercado legal.

Nas pesquisas realizadas sobre a questão do tráfico um ponto é comum: os jovens necessitam de reconhecimento social para construção de uma identidade. Ingressam no tráfico e conhecem as vantagens e desvantagens disso (FEFFERMANN, 2006). Tornam-se alvo fácil dos policiais, dos traficantes e da sociedade. O tráfico de drogas é um protótipo da sociedade de consumo e expressa toda a violência nela embutida e produz ainda mais violência. O tráfico como fenômeno político, econômico e social está condicionado por fatores inscritos em relações visíveis ou não, que se ramificam além das fronteiras de cada país.

A globalizada proibição, com sua política de “guerra às drogas”, é imposta nas três vigentes e complementares convenções da Organização das Nações Unidas (ONU) –

Convenção Única sobre entorpecentes de 1961; o Convênio sobre substâncias psicotrópicas de 1971; e a Convenção das Nações. Suas diretrizes orientam a formulação das leis internas sobre a matéria nos diversos Estados nacionais. Os dispositivos criminalizadores, presentes nessas convenções internacionais e nas leis nacionais, são hoje uma das maiores fontes de violações e princípios assegurados em normas inscritas nas declarações internacionais de direitos humanos e nas constituições democráticas. Aliás, “a explícita opção bélica que rege a proibição e sua política de ‘guerra às drogas’ já deixa claro o descompromisso com os direitos fundamentais dos indivíduos” (KARAM, 2017: 212). A autora afirma que os dispositivos criminalizadores, que institucionalizam a proibição e sua política de “guerra às drogas”, partem de uma distinção feita entre determinadas substâncias psicoativas tornadas ilícitas e outras substâncias da mesma natureza que permanecem lícitas. Assim, as convenções internacionais e leis nacionais, como a brasileira Lei 11343/2006, introduzem uma arbitrária diferenciação entre as condutas de produtores, comerciantes e consumidores de umas e outras substâncias: umas constituem crime e outras são perfeitamente lícitas. A política de guerra às drogas e repressão aos usuários, principalmente nos países em que os direitos de cidadania são precários, não livrou esses países do tráfico e não foi capaz de impedir a epidemia do HIV pelo uso de drogas injetáveis nos portos e cidades ao longo das rotas dos criminosos, nem epidemia de mortes por homicídio entre os jovens das suas principais metrópoles (ZALUAR, 1997).

Nas sociedades atuais, quando não há referência para a construção ético-moral, passa-se a viver da contradição entre os princípios de emancipação, que continuaram a apontar para a igualdade e a integração social e os princípios de regulação, que passaram a gerir os processos de desigualdade e de exclusão produzidos pelo próprio desenvolvimento capitalista (SANTOS, 1995). No Brasil, essa situação é muito complexa e resulta numa realidade racionalizada pela relação custo-benefício, na qual a miséria se alastra e os vínculos sociais são rompidos, uma vez que os “pactos são forjados com o intuito de preservar os privilégios dos mais fortes e lesar cada vez mais o direito dos mais fracos” (FEFFERMANN, 2006: 176).

Embora o tráfico de drogas seja um fenômeno mundial, é importante refletir sobre as singularidades locais da inserção social e da organização do tráfico de drogas, tornando mais concreta a análise com base em constantes que caracterizam sua situação geral. No Brasil, o endurecimento da lei vinha no bojo do conjunto de leis repressivas da ditadura militar que, segundo alguns especialistas, auxiliaram, de forma indireta, na construção do tráfico de drogas. “A história do Comando Vermelho é um exemplo dessa relação. Desde 1980,

aproximadamente, aparece como empresa do tráfico de drogas do setor competitivo (varejista) no Rio de Janeiro” (FEFFERMANN, 2006: 175). Não há dados precisos sobre o tráfico, pois são difíceis de aferir, visto que ele se expande por meio de “organizações de caráter transnacional, multinacionais do crime”. Todavia o relator da CPI do Tráfico de Drogas, deputado Moroni Torgan, estima 20 mil mortes, anualmente no Brasil, pelo tráfico de drogas, que geraria 200 mil empregos diretos. No Brasil, com o Sistema de Justiça ainda voltado para os crimes individuais e desaparecido para investigar os meandros e grupos mais importantes do crime organizado, não há ideia do impacto que ele hoje tem nas instituições e na sociedade (ZALUAR, 1997).

A política criminal de drogas imposta ao mundo pelos Estados Unidos forjou uma nova guerra e um novo inimigo: a ponta pobre do mercado varejista. Estratégia de sobrevivência em tempos difíceis, a comercialização das substâncias ilícitas ocupou periferias brasileiras. Essa economia proibicionista gerou uma criminalização sem igual na história dos nossos sistemas penais. No panorama mundial ela foi o grande vetor da maior onda de encarceramento do Ocidente. Ao analisar a história dessa política criminal no Brasil, é possível constatar seu fracasso: aumentou a produção, a comercialização e o consumo constante, cresceu a corrupção entre as forças de combate e o número de mortos nessa guerra. “A droga se converteu no grande eixo moral, religioso, político e ético na reconstrução do inimigo interno, alavancando o crescente aumento da população encarcerada, como sempre seletivamente composta por pobres, jovens e afrodescendentes” (BATISTA, 2003: 81).

Vera Malaguti (2003) defende que a atitude do sistema criminal em relação aos jovens torna-se evidente a partir do momento em que o “mito da droga” se estabelece no Brasil, no período da transição da ditadura, na década de 1970, em que se via, por um lado, leis de oferta e demanda, e, por outro, uma carga ideológica e emocional disseminada pela mídia e calorosamente acolhida no imaginário social, propiciando que a visão seletiva do sistema penal agisse, sobretudo, na juventude, com a diferenciação de tratamento aos jovens pobres e aos ricos. Assim, “o inimigo se multiplicou nos bairros pobres, na figura do jovem traficante, vítima do desemprego e da destruição do Estado pelo aprofundamento do modelo neoliberal” (BATISTA, 2003: 83).

Dowdney (2003) visitou favelas cariocas com indivíduos envolvidos em atividades relacionadas ao tráfico de drogas e constatou quadro racial extremo. De todos os entrevistados entre 12 e 23 anos, 55% eram negros, 40% mestiços e 5% brancos. A marginalização e escassez de opções que representam um fator importante no momento do alistamento a este

tipo de crime se fazem presentes de forma marcante para determinadas parcelas da sociedade e, neste sentido, a questão racial que, invariavelmente está ligada ao panorama social e econômico, representa um elemento importante. Segundo os entrevistados, os fatores para o alistamento ao tráfico podem ser resumidos nos seguintes elementos: “discriminação racial e contra favelados”; falta de bagagem educacional e de capacitação profissional; falta de autoconfiança quando fora da favela, provocada pela sensação de rejeição e diferença. Soma-se que, para os entrevistados, o tráfico é um padrão que dá oportunidades iguais a todos os moradores (DOWDNEY, 2003).

Importante ressaltar que essa impressão de que o tráfico é um padrão democrático e que disponibiliza a esses jovens a oportunidade de uma atividade laboral menos miserável pode ser falaciosa. Segundo declara pesquisa realizada pelo Observatório de Favelas com 230 crianças, adolescentes e jovens de 11 a 24 anos, integrantes de grupos armados em 34 localidades pobres da cidade do Rio de Janeiro, a maioria destes indivíduos arrisca suas vidas por uma média de um a três salários mínimos, 60% afirmam que costumam trabalhar mais de dez horas por dia, com escalas de serviço de 12 a 24 horas sem descanso, 57% dos entrevistados declararam que não tinham dia de folga por semana. Além disso, dos 230 entrevistados, 45 deles morreram ao longo da pesquisa e ao final apenas 97 deles seguiam trabalhando no tráfico de drogas, o que corresponde a que 40% tenha resolvido deixar o tráfico voluntariamente. Ou seja, ademais da alta taxa de mortalidade que importa exercer esse tipo de atividade criminosa, as condições de trabalho em si tampouco são muito atraentes. Talvez a única vantagem mais verificável nesta função seja a aceitação de qualquer indivíduo, não existindo maiores processos de seleção ou a formação de identidade e visibilidade dentro de seu entorno (ZAMORA, 2008).

A dimensão estrutural explicita-se à medida que se constata que o tráfico de drogas constitui-se, hoje, um mercado ilícito, criminalizado, setorizado, altamente rentável e de alcance internacional. Para funcionar adequadamente, esse mercado interno carece de um espaço sociogeográfico que permita controlar o acesso dos consumidores e da polícia, e que reúna condições específicas de pobreza e miserabilidade (CRUZ NETO, 2001). Além disso, é necessário que haja mão de obra jovem, barata e abundante, vivendo em condições de extrema dificuldade, exclusão e vulnerabilidade social, de tal forma que o elevadíssimo risco de vida que caracteriza o “varejo das drogas” seja relegado e só pressentido quando se torna real. Assim, visando garantir a permanência de estruturas societárias desiguais e dominantes, no âmbito material e psicossocial, as classes populares são submetidas a processos permeados

de ideologia, como o fatalismo (MARTÍN-BARÓ, 2017), que representa a predominância de formas de aceitação e reprodução acríticas da realidade cotidiana.

O tráfico como fenômeno político, econômico e social está condicionado por fatores inscritos em relações visíveis ou não, que se ramificam além das fronteiras de cada país. Uma reflexão sobre as trajetórias desses jovens não esconde nem exclui a influência da estrutura social em suas decisões individuais. “As opções dadas a eles, além de relacionarem-se ao campo da subjetividade humana, estão nitidamente vinculadas à luta por meios de sobrevivência em uma sociedade cada vez mais competitiva e injusta, na qual paira o espectro do desemprego, do trabalho temporário e informal” (CRUZ NETO, 2001: 124). O autor acrescenta que esses indivíduos são perpassados por questões socioestruturais, além de uma série de aspectos que impactam diretamente suas trajetórias. Assim, é fundamental compreender que as escolhas dos mesmos não podem ser explicadas apenas por determinismos sociais, embora sejam realizadas frente às condições dadas. Vale salientar que as condições dadas são reinterpretadas e reconstruídas pelo sujeito dentro de seu espaço de liberdade e capacidade de construir sentidos acerca de sua trajetória.

Neste cenário de precarização da vida social, com reflexos na escassez de trabalho em especial para os jovens pobres e negros de nossa realidade, o tráfico de drogas pode se configurar como uma alternativa posta pelas condições objetivas de existência. A alternativa pelo trabalho ilegal pode se configurar como uma saída precária, mas que pode garantir a inserção perversa do jovem no mercado de consumo capitalista. As motivações de inserção no tráfico não passam necessariamente por uma escolha individual deste jovem, tomado de maneira isolada e desde uma perspectiva subjetivista, mas se apresenta a grande parte deles como o caminho a ser seguido, visto de maneira natural, configurando uma das facetas do fatalismo latino americano, como sinalizado por Martín-Baró (1998: 89):

[...] uma vez estabelecida la cultura de la pobreza, em ella radicaré la causa del fatalismo de la población, independientemente de que las condiciones sociales cambien o no. El fatalismo echaría sus raíces em el psiquismo de las personas, más que en el funcionamiento de las estructuras económicas, políticas e sociales.

“O fatalismo no espaço latino-americano poderia ser examinado em uma tripla vertente: afetiva, comportamental e ideacional” (MARTÍN-BARÓ, 1998: 89). Na dimensão dos sentimentos, há a resignação frente ao próprio destino, o distanciamento emocional e a aceitação do sofrimento; nas ações, há a submissão, o conformismo, a passividade e a falta

de memória e perspectivas; já as ideias se caracterizam pela pré-definição da vida e pela religião. Há, com isso, o autor chama de “mitificación de las fuerzas históricas como naturaleza de Dios” (MARTÍN-BARÓ, 1998: 89), o que motiva o indivíduo a explicar os fatos cotidianos que lhe são dolorosos por meio dos fenômenos da natureza ou da vontade de uma entidade superior, ambos impossíveis de serem controlados. Estabelecendo-se essas equivocadas justificativas, o sofrimento se cristalizaria na forma daquilo que Sawaia (2009) chama de potência de padecimento, ou seja, de reação e não de ação, na medida em que as condições sociais se mantêm, transformando-se em um estado permanente da existência (SAWAIA, 2009).

### **Considerações finais**

A juventude, por seus característicos, sua perplexidade e ambivalência, que alterna dúvida e construção de certezas, surge como categoria propícia para simbolizar dilemas contemporâneos. “A juventude catalisa as tensões sociais como também as exterioriza, surgindo como retrato projetivo da sociedade” (FEFFERMANN, 2006: 175). Como pensar a construção de subjetividades de jovens que desde muito cedo são rotulados e sobrevivem através e apesar dos clichês, dos estereótipos de pobres, negros e perigosos? Há que se ficar atento para o risco de ao invés de uma compreensão social e histórica sobre como certas condições da vida na sociedade capitalista haja uma visão que faça parecer para as pessoas que realmente não existiria outra forma de viver, sendo visto apenas como um problema psicológico (PARKER, 2014).

Considerando que, “para o estudo da subjetividade, é necessário entender os seus determinantes objetivos, este é o cenário dos protagonistas desta história, na qual a barbárie perpassa todos os momentos do seu dia” (FEFFERMANN, 2006: 177). Olhando para a história, vendo como ela interfere na vida dos mesmos é que se torna possível o reconhecimento desses jovens como sujeitos. Martín-Baró (2017) assinala que a Psicologia Social busca desvelar a constituição da atividade humana tal como ela é forjada em uma história, em uma situação e relacionada com o ser e fazer das pessoas. Dessa forma, busca-se com este trabalho analisar em que medida uma determinada ação fora configurada pela influência de outros sujeitos, de que maneira o seu sentido integral resulta de sua relação essencial com o ser e fazer dos outros (MARTÍN-BARÓ, 2017).



Cumprе assinalar que, o envolvimento de jovens no tráfico vem se demonstrando uma crescente, além dos graves desdobramentos por vezes associados, como os elevados índices de encarceramento e mortalidade de jovens. Como nos demonstra o autor, a Psicologia Social estuda o comportamento humano tal como ele é significado e valorado e estuda como esta significação e valoração vincula a pessoa a uma sociedade concreta. Trata-se de encontrar as relações concretas entre cada ação e cada sociedade (MARTÍN-BARÓ, 2017). O autor acrescenta que a Psicologia Social é uma ciência intermediária que tem como objetivo demonstrar a conexão entre a estrutura pessoal e a estrutura social, ou seja, pretende examinar a dupla realidade constituída pela pessoa que é a realização e concretização de uma sociedade que é uma totalidade de pessoas e relações. Apesar disso, nota-se uma carência de produções qualitativas, que contemplem a subjetividade dos envolvidos. Especialmente no que diz respeito à Psicologia, aponta-se a necessidade de estudos que se interessem por esta discussão.

Acredita-se que a referida pesquisa possa contribuir para o aprimoramento do conhecimento sobre juventude, ressaltando aquela com envolvimento no tráfico e possa também fornecer subsídios para debates e elaboração de políticas públicas, em especial as voltadas para o segmento infante-juvenil. Além disso, espera-se com o trabalho embasar futuras pesquisas sobre a temática e estimular debates acerca da temática e subsidiar profissionais no trabalho com essa população e possibilidades de ação, bem como questionar e problematizar as principais leis que abarcam a temática da juventude, sobretudo de proteção à referida população.

## Referências

ALVES-MAZZOTI, A. J. *O planejamento de pesquisas qualitativas*. In: O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa quantitativa e qualitativa. 2.ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1999.

BARROS, N. V. et. al. Juventude e Criminalização da Pobreza. In: Educere et Educare. *Revista em Educação*, v. 3, n. 5, p. 141-148, jan.-jun, 2008.

BATISTA, V. M. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral. *Mapa encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília. Série Juventude Viva, 2015.

- CERQUEIRA, Daniel. *Atlas da violência*. Rio de Janeiro. Ipea e FBSP, 2017.
- COIMBRA, C. M. B. *Discursos sobre segurança pública e produção de subjetividades: a violência urbana e alguns de seus efeitos*. Trabalho de Pós- Doutorado, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1998.
- COSTA, A. P. M. *As garantias processuais e o direito penal juvenil: como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
- CRUZ NETO, O. *Nem soldados nem inocentes: juventude e tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. 20 ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.
- DESLANDES, S. F., NETO, O. C., & GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- DOWDNEY, L. *Crianças do tráfico*. Um estudo de caso de crianças em violência armada organizada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 2003.
- FEFFERMANN, M. *Vidas arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico*. Petrópolis: Editora Vozes, 2006.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- FRAGA, P. C. Política, isolamento e solidão: práticas sociais na produção de violência contra jovens. In: Sales, M. A.; Matos, M. C.; Leal, M. C. (Orgs.). *Política social, família e juventude: uma questão de direitos*. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: M. Minayo (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 27 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.
- GONZÁLES, Z. K; GUARESCHI, N. M. F. Concepções sobre a categoria juventude: paradoxos e as produções nos modos de ser jovem. In: L. R. Cruz; N. M. F. Guareschi (Orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*. p. 104-123. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2009.
- KARAM, M. L. Considerações sobre as políticas criminais, drogas e direitos humanos. In: Dalla Vecchia, Marcelo et al. (Orgs.). *Drogas e direitos humanos: reflexões em tempos de guerra às drogas*. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Psicología de la liberación*. Madrid: Trotta, 1998.
- MARTÍN-BARÓ, I. *Crítica e libertação na psicologia: estudos psicossociais*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.
- MINAYO, M.C.S. *O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa Social*. Teoria, método e criatividade. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- PARKER, I. *Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação*. Campinas: Editora Alínea, 2014.
- SANTOS, E. P. Desconstruindo a Menoridade: a Psicologia e a produção da categoria menor. In: Gonçalves, H. S.; Brandão, E. P. *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2013.
- SANTOS, B.S.A. Construção multicultural da igualdade e da diferença. *Conferência no VII Congresso Brasileiro de Sociologia*, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.
- SANTOS, S. M. & ARAÚJO, O. R. História oral: vozes narrativas e textos. *Cadernos de História da Educação*, v 6, 191-201, 2007.
- TURATO, E. R. et al. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 24, n.1, p. 17-27, 2008.
- SAWAIA, B. B. *Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social*. *Psicologia & Sociedade*, 21(3), 364-372, 2009.
- SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo In: Novaes, Regina; Vannuchi, Paulo. *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Perseu Abramo. p. 130 -159, 2004.
- TAKEUTI, N. M. *No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.
- WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- WASELFIS, J. J. *Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2013.
- XIMENES, V.; CIDADE, E. C. Juventude e pobreza: implicações psicossociais do fatalismo. In: *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology (IJP)*, v. 50, n. 1, p. 128-136, 2016.
- ZALUAR, A. *Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas*. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, São Paulo, 1997.
- ZAMORA, M. H. Direitos Humanos no Brasil 2008. In: *Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. Brasília, 2008.

## SIMPÓSIO TEMÁTICO 19

### Audiovisual e Música: novas perspectivas para a construção do conhecimento histórico

#### **Coordenadores:**

Nathalia Guimarães e Sousa - Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

Tomás Santos Lopes de Freitas - Mestrando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora.

#### **Ementa:**

A historiografia por um longo período considerou ilegítimos diversos objetos e fontes que eram tidos como alternativos a um fazer histórico factual e positivista. É principalmente com a revolução historiográfica, trazida pela escola dos Annales, que repensamos a potencialidade das representações diversas. O cinema, por exemplo, bem como a música, passa a ser um “importante canal através do qual conseguiu apreender testemunhos da sociedade, de sua mentalidade, de seus costumes e de sua ideologia”. (SILVA, 2004, p.2). A utilização de fontes históricas alternativas às fontes escritas oficiais contribui para a exploração de diversas linguagens e procedimentos de pesquisa abrindo novas perspectivas para interpretar a história, redimensionando a importância da vida cotidiana dos diferentes grupos sociais e estimulando o estabelecimento de relações entre problemáticas históricas. Além disso, essa nova ótica propicia, também, a percepção temporal nas suas diferentes gradações, tais como: mudanças, permanências e simultaneidade. É nesse sentido que as fontes audiovisuais e musicais vêm ganhando cada vez mais espaço na pesquisa histórica contribuindo para a construção de uma bibliografia mais ou menos recente. Portanto, a utilização do cinema, da televisão, da música como fonte e também como objeto, acende as possibilidades de percorrer novos caminhos investigativos. O objetivo deste Simpósio Temático é propiciar um espaço para discutir e trocar experiências acerca destas novas fontes e temáticas para a compreensão da história. Como nos orienta Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2008, p. 236) “a questão, no entanto, é perceber as fontes audiovisuais e musicais em suas estruturas internas de linguagem e seus mecanismos

de representação da realidade, a partir de seus códigos internos”. Para tanto, espera-se trabalhos que visam utilizar o audiovisual e a música tanto como fonte quanto como objeto para a escrita da história, a fim de problematizar temas como a identidade, a representação, a transformação da realidade, a linguagem, o imaginário, entre outros, com o intuito de revelar características políticas, econômicas, sociais e/ou culturais das sociedades através de uma perspectiva interdisciplinar.

## CULTURA E POLÍTICA: A MÚSICA COMO PERSPECTIVA DE ANÁLISE HISTÓRICA

Nathalia Guimarães e Sousa<sup>1</sup>

### Resumo:

A construção desta pesquisa foi empreendida sob uma perspectiva interdisciplinar, buscando a interlocução entre Música e História como um possível exercício “antropofágico” oswaldiano, com o intuito de investigar, nas entranhas do universo de brasilidades, características políticas, sociais e culturais imanentes às particularidades nacionais. Assim posto, o objetivo que se desnuda é o desenvolvimento de uma pesquisa que visa perceber os desafios concernentes à pesquisa histórica em música, desvendar as possíveis relações entre cultura e política no contexto da ditadura civil-militar, bem como identificar de que maneira o movimento tropicalista e Caetano Veloso, especialmente, procuraram esquadriñar elementos da cultura brasileira e articulá-los às conotações político-ideológicas na canção *Tropicália* à luz do conceito de *circularidade cultural* cunhado por Carlo Ginzburg. A busca pela interpretação do real, através do imaginário discursivo, expõe o delírio tropical de Caetano Veloso, com posicionamentos polêmicos sobre a política brasileira, prenhe de figuras de linguagem paradoxais, expressas em suas canções.

**Palavras-chave:** História; Música; Cultura; Política; Tropicália.

### Résumé:

La constrictio de cette recherche a été faite sous une perspective interdisciplinaire, en quête de l’interlocution entre la musique et l’histoire, comme une possibilité de s’utiliser l’antropofagie “oswaldiana” dans une investigation, sur l’univers de “brasilidades”, sur les caractéristiques sociales et culturels immanent aux particularismes nationales. De cette façon, le but qu’on a c’est le développement d’une recherche qui veut apercevoir les défis d’une recherche historique sur la musique, découvrir les possibles rapports entre culture et politique dans le contexte de la dictature civil-militaire au Brésil, et aussi identifier de quelle façon le mouvement “tropicalista” et Caetano Veloso, spécifiquement, ont essayé de scanner des éléments de la culture brésilienne et de les articulés avec les connotations politique et ideologique auprès de la chanson *Tropicália*, en utilisant le concept de circularité culturel créé par Carlo Ginzburg. La quête pour l’interprétation du réel, através l’imaginaire discursif, expose le delire tropical du Caetano Veloso, avec ses posicionaments polemiques sur la politique brésilienne, plein de figures de rhétorique paradoxales dans ses musiques, poèmes et textes diverses.

**Palavras-chave:** Histoire; Musique; Culture; Politique; Tropicália.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: nathaliags7@outlook.com

Este trabalho é fruto do intenso exercício investigativo sobre a contribuição da música para a compreensão e escrita da História. Nessa perspectiva, visou identificar quais são as ligações que podem ser subtraídas a partir da interlocução entre história e música. Sabe-se que a música é um artefato cultural capaz de (re)construir as subjetividades e, como elemento constitutivo das identidades, revela características políticas, econômicas, sociais e, obviamente, culturais, possibilitando o descortinar de novas abordagens, novos objetos e novos problemas, tal como nos inspiram Jacques Le Goff e Pierre Nora (1995a; 1995b; 1988).

A música, assim como qualquer outra manifestação artística, é fruto da experiência e da construção humana e, de acordo com seu contexto de produção, também é capaz de expressar e revelar características intrínsecas às sociedades, contribuindo assim, para a compreensão da História.

A potencialidade da música no que diz respeito à sua eficiência na comunicação, é indicativa da forte presença de tal expressão artística no cotidiano das pessoas. Ao constatar o desenvolvimento científico-tecnológico e considerarmos que vivemos num contexto marcado pelo advento da sociedade globalizada, podemos pensar que os efeitos produzidos por tais acontecimentos nos fornecem elementos para identificar a ampliação do acesso e do consumo da música, favorecendo a caracterização da sociedade contemporânea como uma sociedade que ouve.

A música apresenta uma linguagem própria, repercute uma determinada visão de mundo e permite deslindar relações sócio-políticas pelo poder de comunicação que lhe é peculiar, em especial, considerando sua forma de produção, difusão e circulação, num momento em que os meios de comunicação de massa se consolidam.

Apropriando-me das palavras de José Miguel Wisnik (WISNIK, 1989: 13):

Pretende apenas se aproximar daquele limiar em que a música fala ao mesmo tempo ao horizonte da sociedade e ao vértice subjetivo de cada um, sem se deixar reduzir às outras linguagens. Esse limiar está fora e dentro da história. A música ensaia e antecipa aquelas transformações que estão se dando, que vão se dar, ou que deveriam se dar, na sociedade.

A música se constitui como um importante objeto de investigação que permite conhecer, como nos lembra José Geraldo Vinci de Moraes (MORAES, 2000: 204), “zonas obscuras das histórias do cotidiano”, ou seja, a música se estabelece como uma opulenta fonte para entender as realidades e descortinar a história de diferentes setores da sociedade.

Considerando o período ditatorial brasileiro, podemos ponderar sobre a existência de uma vasta bibliografia, sobretudo sobre o papel da cultura como força de resistência ao *status quo* vigente. Diversos historiadores se aventuraram pelo tema na tentativa de explicar e, principalmente, expor os acontecimentos de um período extremamente triste da nossa história.

Ouso dizer que é quase impossível falar de ditadura sem falar de cultura. Isso se deve ao fato de uma das principais formas de resistência e engajamento político partirem das manifestações artísticas como um todo, seja através do teatro, do cinema, das artes plásticas ou da música, essencialmente.

Embora haja extensa investigação sobre o tema, acredito ser necessário explorá-lo um pouco mais tendo em vista a tendência em observar, na contemporaneidade, o recrudescimento de posturas conservadoras, que impõem uma polarização simplista entre direita e esquerda, maniqueísta e que se expressa na luta do bem contra o mal. Os discursos que se referem à liberdade, especialmente à liberdade de expressão, nos mostram uma certa fragilidade democrática, em que a dualidade discursiva apresenta posições antagônicas existentes, levando a uma postura de violência contra o diferente e, muitas vezes, vem desprovida de embasamento confirmando-se uma visão de senso comum que estimula o recrudescimento do ódio.

Sendo assim,

a legitimação de discursos preconceituosos e seus efeitos perversos sobre a sociedade atual, indica uma postura intolerante frente à acepção vulgar pela qual a visão de mundo, por diferentes setores sociais, propagandeada expõe uma dualidade empobrecedora de perspectivas dialógicas, demonstrando em alguns momentos alienação, mas essencialmente uma reação marcada pela agressividade. (SOUSA, 2015: 754)



Nesse sentido, uma análise da complexidade do sistema implementado através do golpe no ano de 1964 e seus desdobramentos, possibilita identificar suas especificidades e a revolucionária convergência entre política e cultura.

O alinhamento e a confluência entre a dimensão política e a dimensão cultural, neste período, se deu de forma bastante enfática e possibilitou a organização da sociedade como um todo e, particularmente, da classe artística na busca do reconhecimento de um sentimento, de uma prática e de uma representação participativa na contestação ao abuso do poder.

Para tanto, diferentes linhas interpretativas sobre a ditadura civil-militar fizeram, e ainda fazem, parte do debate historiográfico, ampliando, assim, as análises e as considerações acerca do período.

Devemos então, para caracterizar o período de uma forma mais verticalizada, considerar a conjuntura internacional e o papel dos Estados Unidos na construção do golpe. Sabemos que a crise econômica, identificada durante o governo Jango, as disputas entre as classes sociais e a aliança entre os setores nacionais conservadores e os Estados Unidos desembocaram no golpe. (FICO, 2004)

De acordo com Jorge Ferreira (FERREIRA, 2003), o governo do presidente João Goulart foi fortemente marcado por tensões e disputas. O perfil do então presidente assustava determinados setores da sociedade, na medida em que sua política era baseada numa radicalização da tradição getulista, ou seja, sua agenda era composta de uma política nacionalista que defendia a aplicação da Lei de Remessa de Lucros, a nacionalização de empresas estrangeiras, o voto do analfabeto e a elaboração de um programa de reforma de base.

Tais medidas foram apropriadas e deturpadas pelos opositores de Jango constituindo um discurso que visava cooptar a população contra o “perigo vermelho” e denunciar uma guinada mais à esquerda do presidente, aliado ainda à pressão estadunidense – que vivenciava um período de guerra contra a URSS – com a finalidade de interferir diretamente na economia brasileira.

Além da influência de acontecimentos internacionais na política nacional, a ditadura civil-militar também era composta pela articulação ao poder legislativo. A

disputa pela maioria no congresso e a alta rotatividade ministerial, buscava garantir mudanças institucionalizadas e legitimadas a partir da criação de leis. Segundo Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1986: 10), o sistema político deixa de produzir decisões. Para ele,

a crise brasileira de 1964 foi uma crise de paralisia decisória, ou seja, um colapso do sistema político, resultante de sua incapacidade de funcionar (isto é, de tomar decisões sobre questões conflitantes) e não a consequência de algum programa governamental específico, consistentemente implementado.

Somado a essas duas vertentes de explicações sobre o golpe de 1964 podemos destacar também o papel dos militares como atores decisivos. A presença de militares em diversos setores do governo foi central para coordenar e dirigir o país. Nilson Borges (BORGES, 2017) destaca a presença militar em três momentos, desde 1964 até 1985: o primeiro momento é marcado pelos eventos ocorridos a partir de 31 de março de 1964 e se estende até a publicação do Ato Institucional de número 5; o segundo, inicia-se com o pronunciamento do AI-5 até a sua revogação no governo Geisel; o terceiro, compreende o período que vai desde o projeto de liberalização política até o fim do governo João Figueiredo. Nessa perspectiva, é inevitável identificar a presença das Forças Armadas como principais articuladores durante os 21 anos de ditadura.

Além disso, não podemos deixar de considerar o papel desempenhado também por setores da sociedade civil. O financiamento de empresários nos mostra que cidadãos representantes da esfera privada também apoiaram o golpe, ocupando, ainda, cargos importantes no ministério. Tal apoio foi significativo para se fazer uma revisão historiográfica do conceito de ditadura militar, passando a ser denominado como ditadura civil-militar, imiscuindo-se no âmbito público. (FICO, 2004)

Nessa perspectiva, tornava-se cada vez mais substantiva uma articulação entre cultura e política, no qual o processo de politização era gradativo e heterogêneo, ou seja, o período da ditadura civil-militar marca um forte engajamento na vida política e social, pública e privada dos sujeitos.

O tema do nacionalismo, presente desde o modernismo de 1922, propunha uma linguagem anti-imperialista e ganhou amplo destaque nesse período. A principal característica do nacional-popular é a busca pela representação dos problemas sociais e

políticos do Brasil através da arte engajada. Resgatar o que o Brasil tem de mais puro e original, negando essencialmente qualquer coisa que vinha de fora, se constituía no objetivo dos nacionalistas em forjar o espectro de nossa brasilidade. Esse projeto, no âmbito musical e ideológico foi representado por Elis Regina, Edu Lobo, Chico Buarque, Geraldo Vandré, entre outros.

Segundo Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2014: 37):

O ponto comum entre eles era a defesa do nacional-popular, expressão que designava, ao mesmo tempo, uma cultura política e uma política cultural das esquerdas, cujo sentido poderia ser traduzido na busca da expressão simbólica da nacionalidade, que não deveria ser reduzida ao regional folclorizado (que representava uma parte da nação), nem aos padrões universais da cultura humanista – como na cultura das elites burguesas, por exemplo.

Vale lembrar que, parte dos artistas engajados no movimento nacional-popular eram pessoas que possuíam certos privilégios, nascidos no seio de famílias abastadas. Porém, tal circunstância não deslegitima, nem mesmo diminui a importância desses artistas na tentativa de construir uma autêntica música popular brasileira. A politização crítica desses artistas se deu devido à necessidade de reagir contra o investimento do Estado conservador em um modelo de modernização pautado na ordem e no progresso, acrescido ainda da influência direta do capital internacional.

A valorização desses artistas em um modelo que propunha a volta ao passado, às raízes populares, para construir um futuro através de uma identidade genuinamente brasileira, fez parte de um ideário no qual o artista seria capaz de (re)descobrir, não o povo, mas como ele pode se engajar com esse povo e como pode acessar esse povo na construção de uma autêntica cultura nacional, ou seja, a arte era um instrumento eficiente para atingir a população e veicular ideologias, baseadas na chave da denúncia de um sistema autoritário e repressivo.

Para Marcelo Ridenti (RIDENTI, 2017), a característica dessa juventude brasileira, típica dos anos 1960, lembrava o conceito, cunhado por Michael Löwy e Robert Sayre (1995), de romantismo revolucionário. Esse conceito, tinha como pressuposto a valorização de uma ação capaz de modificar a história a fim de criar o

homem novo. A rebeldia e o espírito revolucionário estavam na ordem do dia e constituía uma nova identidade para essa juventude.

De acordo com RIDENTI (RIDENTI, 2017: 136):

Essa versão brasileira não se dissociava de traços do romantismo revolucionário da época em escala internacional: a liberação sexual, o desejo de renovação, a fusão entre vida pública e privada, a ânsia de viver o momento, a fruição da vida boêmia, a aposta na ação em detrimento da teoria, os padrões irregulares de trabalho e a relativa pobreza, típicas da juventude de esquerda na época, são características que marcaram os movimentos sociais nos anos 1960 em todo o mundo, fazendo lembrar a velha tradição romântica.

O teatro foi uma das primeiras manifestações artísticas que propôs a estreita relação entre a política e a cultura. O Teatro de Arena, o Teatro Oficina e, posteriormente, o Teatro Opinião, buscavam a renovação, a nacionalização e a popularização da dramaturgia brasileira. Promoviam também, uma relação intrínseca entre a arte e os movimentos populares, além de levar para os palcos temas do cotidiano, sobre os trabalhadores, os retirantes nordestinos, entre outros, refletindo, assim, sobre a conjuntura política, econômica, social e cultural, tornando-se um dos bastiões da resistência.

O show Opinião, homônimo do grupo que a apresentou, foi o primeiro marco cultural de esquerda depois do golpe de 1964. Nele, havia um hibridismo entre teatro e música, com personagens que representavam diferentes setores da sociedade na confluência entre a tríade da menina de classe média (Nara Leão), do sambista do morro (Zé Kéti) e do camponês nordestino (João do Vale). Juntos, representavam e apresentavam a resistência contra a ditadura, influenciando outras manifestações artísticas. (NAPOLITANO, 2014)

Além do Teatro Opinião, o Teatro Oficina também se destacava na representação da peça de Oswald de Andrade O rei da vela, passando a estimular e influenciar diretamente na produção de outros artistas como Hélio Oiticica, Caetano Veloso e Glauber Rocha, principalmente. Sob direção de José Celso Martinez Corrêa, o Oficina esbanjava brasilidade, através de preceitos antropofágicos, numa linguagem irreverente e debochada, levantava a crítica à corrente nacional-popular e propunha fazer com que o seu público se reconhecesse como classe média, reconhecesse seus privilégios e se mobilizasse. Posteriormente outra montagem de sucesso, Roda Viva, escrita por Chico

Buarque, foi recriada por José Celso e ia de encontro com essa nova onda de “superpolitização” das artes. (RIDENTI, 2017)

Ainda no campo das artes, o Cinema Novo também se destacava através das produções de Glauber Rocha, Cacá Diegues, Nelson Pereira dos Santos, Ruy Guerra, Luiz Carlos Barreto, entre outros cineastas. Nessa esfera, os artistas também buscavam uma forma de representar o homem simples, o verdadeiro povo brasileiro e, inspirados na *nouvelle vague* francesa e no neorrealismo italiano, produziam filmes com uma estética própria, representando o mundo rural, do trabalhador nordestino e da fome. (NAPOLITANO, 2014)

Paralelamente, a poesia concretista dos irmãos Haroldo de Campos e Augusto de Campos e também de Décio Pignatari, usava e abusava da palavra, fragmentando-a, decompondo-a em signos e colocando-a numa perspectiva visual, geométrica, numa síntese de brasilidade e tendências internacionais, incorporando a linguagem publicitária e industrial.

Mas foi através da música que a conexão entre arte e política ganhou mais expressão. Os festivais da canção contribuíram com o programa da esquerda difundindo a canção por todos os cantos e, assim, a música se constituía numa fórmula cada vez mais eficaz na diluição de formas e mensagens que buscavam afirmar a nacionalidade e reivindicar pela liberdade.

Vale ressaltar que os festivais eram promovidos por emissoras de TV na qual faziam parte da solidificação de uma indústria cultural capitalista. Sendo assim, tais festivais não correspondiam com seu objetivo inicial de incentivar e valorizar a música popular brasileira e possibilitar que compositores amadores e desconhecidos do público tenham representatividade. O que era veiculado, eram valores já conhecidos, típicos da MPB nacionalista, de compositores profissionais e consagrados que se beneficiavam de contratos e do mercado de discos. (CAMPOS, 2012)

Porém, independente disso, os festivais se tornaram febre no Brasil e consagraram canções que conseguiram consolidar a imagem do país. As músicas Arrastão, de Edu Lobo e Vinícius de Moraes, interpretada por Elis Regina levou o primeiro lugar no I Festival de Música Popular Brasileira; Porta-Estandarte, de Geraldo Vandré e Fernando Lona, ficou em primeiro lugar no Festival Nacional de Música

Popular Brasileira; A Banda de Chico Buarque e Disparada de Geraldo Vandré e Teo de Barros dividiram o primeiro lugar no II Festival de Música Popular Brasileira; no III Festival de Música Popular Brasileira, o primeiro lugar ficou para Ponteio, de Edu Lobo e Capinam, o segundo lugar para Domingo no Parque de Gilberto Gil, interpretado por Gil e Os Mutantes, em terceiro lugar, Roda Viva de Chico Buarque e em quarto lugar Alegria, alegria de Caetano Veloso; no III Festival Internacional da Canção, o primeiro lugar foi de Sabiá, de Chico Buarque e o segundo lugar, Pra não dizer que não falei das flores de Geraldo Vandré.

Essas músicas ficaram extremamente conhecidas e mobilizaram um enorme público, que decorava suas letras, torciam, aplaudiam e vaiavam os artistas que subiam aos palcos para defendê-las. A música atingiu o seu auge do poder de comunicação e, com a contribuição da consolidação da TV como um dos principais veículos de massa, promoveu a síntese entre arte, vida e política mais bem-acabada da história. Como nos lembra Marcos Napolitano (NAPOLITANO, 2014: 73), “antes de ser reflexo, a cultura era uma espécie de cimento que reforçava identidades e valores político-sociais que informavam aquela geração”.

Contudo, o sistema ditatorial brasileiro interferia diretamente nesse processo de articulação da cultura, na qual também requer um olhar mais complexificado. Sua agenda pautada na repressão buscava na promulgação dos Atos Institucionais o arcabouço legal para a institucionalização e legitimação violência. Com isso, a censura cerceava e controlava a produção artística e cultural através do Departamento de Censura e Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, ligado ao Ministério da justiça e os serviços de inteligência como as Forças Armadas e o Serviço Nacional de Informações. Assim, as obras eram proibidas ou solicitava-se uma modificação nas partes que os censores consideravam uma ameaça ao seu governo consolidando um sistema pautado na vigilância e na punição

A partir do AI-5, uma fase mais obscura e repressora do regime, a censura e a repressão tomaram conta do panorama político-cultural e obrigou a classe artística a adotar uma postura mais subliminar em suas mensagens, às vezes com vínculos políticos menos explícitos, ou através de um tipo de manifestação mais autônomo, organizado na clandestinidade e inspirados na contracultura. Com essa perseguição, muitos artistas foram presos, torturados e obrigados a deixarem seu país. (FICO, 2017)

Como ressalta Carlos Fico (FICO, 2017: 187-188):

Livros, jornais, teatro, música e cinema sempre foram atividades visadas pelos mandantes do momento e, muitas vezes, tratadas como simples rotina policial, pois as prerrogativas de censura de diversões públicas sempre foram dadas aos governos de maneira explícita, legalizadamente.

Isso não quer dizer que antes do AI-5 não havia censura, perseguição, violência e opressão. No início do golpe, a ditadura ainda tentava camuflar o seu propósito e reprimia os setores mais pobres da população, em especial os trabalhadores, apostando no silenciamento imaneente dessa classe.

No entanto, contraditoriamente, o sistema ditatorial brasileiro apostava fortemente e incentivava financeiramente os meios de comunicação e a cultura. O Estado, ao mesmo tempo que se colocava como opressor da cultura, investia maciçamente nesse aparato como um mecanismo para se aproximar de determinados setores da sociedade. Concomitantemente, a sociedade se valia da cultura patrocinada pelo Estado para resistir. (NAPOLITANO, 2011)

A ampliação do sistema da cultura e a consolidação da indústria cultural eram favoráveis à lógica capitalista no qual os artistas também se valiam para alcançar uma maior capilaridade.

Vale lembrar que os setores conservadores não foram os únicos a instituírem o processo de repressão contra a cultura. A patrulha de coibição à esquerda estigmatizava determinados grupos de alienados, pois para eles, a arte deveria estar a serviço unicamente para a resistência, o protesto e o engajamento, ou seja, a arte militante. Outros grupos, como os tropicalistas, por exemplo, que buscavam uma forma diferente de expressão contra o sistema, sofreram um enorme cerceamento de ambos os lados.

## REFERÊNCIAS:

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.13-42.

CAMPOS, Augusto de. **Balanço da bossa e outras bossas**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p.343-425.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: Ferreira, Jorge & Delgado, Lucília A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano**. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017, p.167-205.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.47, 2004, p. 29-60.

HOBSBAWM, Eric. **Trocando mitos por história**. Disponível em: <[http://www.vermelho.org.br/noticia\\_print.php?id\\_noticia=163920&id\\_secao=9](http://www.vermelho.org.br/noticia_print.php?id_noticia=163920&id_secao=9)>.

Acesso em: 7 ago. 2017.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: novas abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: novos objetos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MORAES, José Geraldo V. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**, 20/39, ANPUH/Humanitas / FAPESP, 2000, p.203-222.

NAPOLITANO, Marcos. **Cultura brasileira: utopia e massificação (1950/1980)**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música: história cultural da música popular**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

RIDENTI, Marcelo. Cultura. In: Reis, Daniel Aarão. **Modernização, ditadura e democracia**. Coleção: História do Brasil Nação 1808-2010, V.5. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014.

SANTOS, Wanderley G. **Sessenta e quatro: anatomia da crise**. São Paulo, Vértice, 1986.



SOUSA, Nathalia Guimarães. “Um índio descera de uma estrela...”: a representação da identidade indígena em uma canção brasileira. In: IV JORNADA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFJF, 4., 2015, Juiz de Fora. **Anais eletrônicos**. Juiz de Fora: UFJF, 2015. Disponível em: < <https://www.jornadacsoufjf.com/>>. Acesso em: 24 out. 2017.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**: uma outra história das músicas. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## Uma sociedade doente: considerações do cinema expressionista alemão nos anos 1920

Tatiana de Carvalho Castro<sup>1</sup>

### Resumo

Este trabalho tem por objetivo fazer algumas considerações sobre o cinema expressionista alemão na primeira parte do século XX e estabelecer um diálogo entre os problemas sociais, econômicos e políticos que afetaram a Europa após a Primeira Guerra e os problemas psicológicos que visivelmente se manifestavam não apenas na população, mas também no cinema e nas publicidades. Dentro das considerações esse trabalho se preocupa em mostrar os principais teóricos que buscavam refletir criticamente o papel do cinema enquanto produto de cultura de massa no recorte temporal apresentado, como Siegfried Kracauer. Como exemplo, de corporeidade doente, esse trabalho analisa três consideráveis filmes do expressionismo alemão: *O Gabinete do Dr. Caligari* (Wiene, 1920), *Nosferatu* (Murnau, 1922) e *Segredos de uma Alma* (Pabst, 1926).

**Palavras-Chave:** Expressionismo alemão, cinema, Primeira Guerra Mundial, psicanálise

### Abstract

The aim of this work is to make some considerations about German expressionist cinema in the early part of the twentieth century and to establish a dialogue between the social, economic and political problems that affected Europe after the First World War and the psychological problems that were manifest not only in population, but also in the cinema and advertising. Within the considerations, this work is concerned with showing the main theorists who sought to critically reflect the role of cinema as a product of mass culture in the presented temporal clipping, as Siegfried Kracauer. As an example, of diseased corporeality, this work analyzes three considerable German expressionism films: *The Cabinet of Dr. Caligari* (Wiene, 1920), *Nosferatu* (Murnau, 1922) and *Secrets of a Soul* (Pabst, 1926).

---

<sup>1</sup>Graduada em licenciatura em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais UEMG. E-mail: tccastro6@gmail.com

**Keywords:** German expressionism, cinema, World War I, psychoanalysis

### **O vazio no cinema Alemão: período predecessor à Primeira Guerra Mundial**

Pouco se sabe do cinema pré-primeira guerra, devido às perdas durante o conflito. Porém é notável a influência dos primeiros filmes na construção da estética expressionista no cinema alemão. A Alemanha teve um desenvolvimento cinematográfico atrasado em relação à França, “[...] a Alemanha produzia apenas 10% dos filmes exibidos em seus cinemas” (MASCARELLO, 2006: 61).

Mesmo com a baixa realização de obras fílmicas, foram produzidos diferentes formatos e gêneros de filmes. Muitos deles se perderam com o envolvimento na Primeira Guerra em conjunto com a baixa exportação. O pouco acesso às produções ou conhecimento sobre o cinema do pré-primeira guerra estava nas críticas levantadas por estudiosos da época. Um dos nomes que se destacam é do escritor, crítico cultural e teórico do cinema Siegfried Kracauer<sup>2</sup> que através de uma análise da cultura de massa busca relacionar a importância das imagens no controle social e político e como isso se reflete no comportamento coletivo da população e seus possíveis agravamentos.

Toda hostilidade política e social é nutrida pela cultura de massa da época. Para os contemporâneos do início do século XX, ao contrário de outras temporalidades, essa hostilidade se mantém através da semiótica e da cultura de imagens. Apesar de não ter sido a única forma de se fazer cinema na Alemanha antes da Primeira Guerra Mundial, o expressionismo foi a marca de um gênero dentro do cinema da época que ganhou grande destaque e observação.

Os filmes, enquanto arte e produto de massa, durante toda a primeira parte do século XX mantiveram-se firmes no mercado cultural. O filme foi um dos principais mecanismos de difusão política e ideológica como já comentado. Porém existia um outro fator relevante dentro desta sociedade modernizada e consumidora de imagens, o que para Kracauer (2009) vai se constituir no medo subconsciente do vazio. Kracauer busca traçar

---

<sup>2</sup>Siegfried Kracauer escreve boa parte da sua vida e dedica-se muito aos estudos cinematográficos, expondo como o filme é um importante veículo para modelar o comportamento social. Após a Segunda Guerra Mundial Kracauer escreve “De Caligari a Hitler: uma história psicológica do filme alemão” (1947) e com o mesmo explica como o cinema expressionista estava prevendo um colapso social e político relacionando uma sociedade triste e melancólica com o surgimento de uma esperança.

a cultura de massa em contraponto a uma filosofia da história, através de um objeto para construir críticas durante o tempo em que vive, ou seja, relacionar a história como um dos principais mecanismos para as produções cinematográficas.

Para esse pensador, o medo do vazio consiste na intensa participação da burguesia e seu restrito gosto artístico dentro do movimento. O excesso de coisas, porém com poucos significados relevantes para a formação humana. Os principais materiais de difusão de imagens da época analisados por Kracauer consistem nas fotografias, nas revistas de grande circulação e no cinema. Dentro do percurso estão as manifestações artísticas como os livros, danças e as biografias.

Assim, esse autor busca entender qual o impacto político, econômico e de pensamento vinculado aos materiais de massa. Quando Kracauer cita pela primeira vez o medo do vazio, busca classificá-lo como *Horror vacui* e o descreve como um fenômeno consciente ou inconsciente que “[...] aspiram reconstruir o mundo destruído a partir da perspectiva de um sentido de credo mais elevado, da superação de sua individualidade perversa e do despertar para uma ordem superior na qual possam encontrar o seu lugar” (KRACAUER, 2009: 152).

O autor busca incluir na discussão a participação religiosa e uma possível crença coletiva ou individual. A inclusão da alma humana na política, na economia e no processo construtivo de concepções é para o autor o elemento primordial pois, independente da classe social, todos consomem o que podem da cultura de massa; ou seja, todos absorvem a arte construída e definida como certa pela burguesia.

A fotografia, as revistas e o cinema constituem-se gradativamente durante todo o século XX e ganham espaços distintos ao mesmo tempo em que se completam. As revistas e o cinema não se formam sem a fotografia e a mesma não se constrói sem interpretações e significados de memória.

Já no final da década de 1920, Kracauer “[...] estava ciente de que a produção cinematográfica média não fazia mais do que avançar a negatividade do processo histórico” (KRACAUER, 2009: 24). Quando o autor escreve sobre “as pequenas balconistas que vão ao cinema”, busca relacionar diferentes tipos e formatos de filmes de grande sucesso e circulação com a participação da massa invisível da população.

Porém, apesar da diferença no conteúdo narrativo dos filmes, o autor sempre se lembra de fechar sua escrita com a reação das pequenas balconistas, colocando, de forma simbólica, como a massa que consome o cinema se manifesta, de diferentes formas, à

exibição do mesmo. No final as pequenas balconistas saem do cinema e retornam ao cotidiano de suas vidas. “A sociedade é muito poderosa para tolerar películas diferentes daquelas que lhe convêm. O filme precisa espelhar essa sociedade, quer queira, quer não” (KRACAUER, 2009: 312).

A principal crítica de Kracauer em relação aos filmes que são produzidos dentro desse período pré-Primeira Guerra está ligada ao vazio e ao sensacionalismo barato, a alimentação exagerada da vida fútil que vai ao encontro do crescimento das salas de cinema. O cinema estabilizou-se em relação ao seu público, fazendo com que o mesmo também não ofereça grandes surpresas. Para Kracauer, o expressivo crescimento do consumo cinematográfico deveria ser mais explorado para fortalecer uma cultura que dialogasse com a política e assim possivelmente consolidar uma massa criticamente ativa. O uso do clichê faz com que a realidade social pareça “[...] volatilizada, petrificada e desfigurada às vezes de modo idiota, às vezes de modo inócuo, pernicioso” (KRACAUER, 2009: 328).

Outro exemplo colocado pelo autor para justificar o discurso da classe dominante dentro dos filmes são as grandes ambientações envolvendo o medievo. As ilustrações medievais, que ganharam espaço nessa época, surgem como mais um mecanismo de controle, já que representar um soldado lutando contra um sistema em uma realidade distante é mais convencional e pouco instigante (criticamente dizendo) do que um indivíduo dentro de uma ambientação que corresponda à temporalidade do espectador. O presente, que até meados da década de 1920 estava dominando todo campo visual, desaparece em alguns filmes e reaparece em novos gêneros.

Kracauer analisa o novo gênero de se fazer cinema, os documentários, que não se constitui novo, já que no Primeiro Cinema já existiam as filmagens do dia-a-dia com a intenção de gravar e remontar histórias reais. Para ele os documentários ficavam responsáveis por construir e mostrar a realidade como de fato precisava ser mostrada, mas em uma análise mais profunda, não era exatamente o que ocorria.

“[...] mas o que acontece é justamente o contrário. Isola-nos da vida, que unicamente nos diz respeito, acumulam o público com uma tal quantidade de observações indiferentes, embotando o que é realmente importante” (KRACAUER, 2009: 332).

Assim como os filmes ficcionais, os documentários acabam contribuindo para nutrir o vazio iminente na sociedade consumidora de imagens da época. A proposta de capturar basicamente tudo sem envolver de fato uma dúvida ou instigar e convidar o

espectador para críticas mais diretas e mais racionais do sistema, que comanda a cultura de massa, é o que transforma a sociedade cega e dirigida, política e economicamente, pela cultura da burguesia.

### **Uma sociedade doente**

A primeira parte do século XX é marcada pela ocorrência de duas grandes guerras mundiais, o que modifica todo o cenário político, econômico e social do mundo e principalmente do continente europeu. O marco central entre o século XIX e XX são as rupturas e todo o pessimismo expressionista. O cinema encontra-se neste processo de ruptura e modifica-se como nunca no início do século XX.

É no segundo ano de Primeira Guerra Mundial que o cinema, principalmente o estadunidense, adota uma nova roupagem e novos conceitos estéticos.

O cinema, dentro de uma perspectiva historiográfica, passa do “Primeiro Cinema” para o “Cinema Clássico”. A mudança se encontra na estrutura adotada na estética e no processo de feitura do mesmo. O primeiro cinema é marcado pelo ilusionismo, espetáculo e mágica, com “caráter de espetáculo popular” (COSTA, 2005: 29). A primeira fase deste início do cinema vive até 1908, quando se abre a segunda fase do primeiro cinema, sobrevivendo até 1915, quando o mesmo adota a narratividade como principal elemento estético.

Assim como as demais artes, o cinema avança junto com a tecnologia, a urbanização e a classe média, que desde o século XIX pouco consumia as produções cinematográficas. O primeiro cinema foi fundamental para a formação da ideia de *diegese*, ou seja, a capacidade de atribuir caráter realístico à ficção.

Costuma-se usar o termo *diegese* para designar o ambiente autônomo da ficção, o mundo da história que está sendo contada. *Diegese* é o processo pelo qual o trabalho da narração constrói um enredo que deslancha de forma aparentemente automática, como se fosse real, mas numa dimensão espaço-temporal que não inclui o espectador (COSTA, 2005: 32).

Para um bom efeito de ficção o filme precisa envolver-se na psicologia humana. É com a precariedade do primeiro cinema, em relação às ficções e à narrativa, que as

demandas sociais e o espectador procuram por inovações capazes de satisfazer o entretenimento do século XX, que já não é mais o mesmo do século passado.

Com a chegada da primeira grande guerra, os filmes estadunidenses acabam ganhando o espaço industrial do cinema, predominando as narrativas e as personalidades. Quando a guerra chega ao fim, um novo conceito político e social domina o cenário cultural das massas.

A Primeira Guerra (1914 - 1918) deixou marcas e incertezas na sociedade, principalmente com o agravamento da crise econômica e política. O filme *O Gabinete do Dr. Caligari* (1920)<sup>3</sup> abre a década de 1920 com todo o seu mistério, descrevendo o medo social, muito bem expressado pelo cenário exótico e inovador e maquiagens pesadas; os personagens da trama envolvem todo o pessimismo pessoal sob a influência da figura de Cesare, um monstro assassino e sonâmbulo criado pelo Dr. Caligari. Esse filme faz parte do estilo artístico da sua época, o expressionismo. Esse movimento, que buscava pensar a arte de forma geral, seja na pintura ou no cinema, em um contexto de existência de tristeza que estabelecesse um “[...] alinhamento da criatividade com os impulsos emocionais e instintivos do ser humano” (MASCARELLO, 2006: 55), teve origem na Alemanha nos primeiros anos do século XX e pretendia expressar através das artes as incertezas da infante nação alemã.

O fato de o expressionismo ter surgido às vésperas da Primeira Guerra Mundial não foi mero acaso. O seu surgimento acontece quando o império alemão, acompanhando toda a Europa, caminhava para a “fase superior do capitalismo”, o imperialismo, época de crises e revoluções, contra o qual já se pronunciavam escritores como Heinrich Mann e Karl Kraus. Era uma sociedade dominada pela grande burguesia, militares e nobres, que na arte encontrava sua representação em uma estética autoritária, acadêmica e oficializada. A partir disso, toda uma geração de artista começou a se rebelar contra os valores herdados por um século que, no seu entender, já havia acabado, atitude antiburguesa que na Alemanha detonou o expressionismo (SILVA, 2006: 2).

---

<sup>3</sup> Filme expressionista Alemão de suspense e terror dirigido por Robert Wiene. A história se passa na Alemanha, inicia-se com a conversa de dois homens, um deles começa a contar a história que é o desenvolvimento da narrativa do filme. Tudo começa com o misterioso Dr. Caligari e seu companheiro Cesare. Este, por sua vez, é um sonâmbulo dentro de uma figura assustadora, capaz de prever o futuro. O narrador expõe dois amigos na sua história, Alan e Francis. Após Alan perguntar a Cesare quanto tempo ainda lhe resta de vida e o mesmo responder até o amanhecer, é brutalmente assassinado. Francis, suspeitando que Cesare havia de fato matado o amigo, entra em contato com a polícia e inicia-se uma investigação em cima do Dr. Caligari e o seu experimento. No final da trama, descobrem que o Dr. Caligari era responsável por uma clínica psiquiátrica e que o mesmo a utilizava a hipnose para promover assassinatos. No final a narrativa do filme é surpreendida quando Francis, quem promoveu toda a investigação e perseguição contra Caligari e Cesare, era apenas um interno do hospital psiquiátrico com desordem mental.

Esse movimento caracteriza-se por duas fases, uma que antecede a primeira grande guerra e outra pós-primeira grande guerra.

Estudiosos do Expressionismo alemão dividem o movimento em dois momentos, que correspondem aos períodos pré e pós-Primeira Guerra. No período pré-guerra, ele teria se desenvolvido em diálogo com as vanguardas internacionais pela busca de uma nova linguagem expressiva, ao passo que, após o início do conflito, passaria a adquirir tons cada vez mais nacionalistas e politicamente engajados (MATTOS 2000: 42 apud MASCARELLO, 2006: 58).

O filme, enquanto produto do expressionismo, só vai ganhar grande destaque na segunda fase do movimento. Dentro do movimento esses filmes se destacam, pois a sua função não era manter-se neutro. O gênero, enquanto caminho estético que o filme pretende seguir, pode carregar fortes críticas a um sistema vigente, ou trabalhar para ajudar a mantê-lo; “[...] um gênero se desenvolve de acordo com as condições sociais; transformações em gênero e textos podem influenciar e reforçar as condições sociais” (THWAITES, 1994: 100. Apud CHANDLER, 2000: 4, tradução nossa).

O expressionismo, dentro da arte cinematográfica, é responsável por se sobressair com cenários pesados e distorcidos, sempre dentro de um contexto urbano, em formatos estéticos cubistas (utilização de formas geométricas para descrever a natureza). Dentro do expressionismo há um resgate significativo do sobrenatural dentro também de uma essência gótica, com elementos pesados e carregados de cores escuras. A principal crítica feita por esse movimento se revelou contra o saturado desenvolvimento racionalista que encontrou seu auge no século XX.

*O Gabinete do Dr. Caligari* (1920) avança sua estória através do relato de um sujeito psicologicamente instável, sua loucura expressa em um ser figurativo, Cesare monstro que após prever o futuro mata seus consultores. O expressionismo Alemão, que é posterior à primeira grande guerra, ficou responsável por questionar o quão doente estava a Europa após o conflito, principalmente a Alemanha, que saíra do combate com uma infeliz crise político-econômica.

Seguindo a tendência de *O Gabinete do Dr. Caligari* (1920), dois anos mais tarde surge *Nosferatu* (1922)<sup>4</sup> de Wilhelm Murnau. Assim como *Caligari*, *Nosferatu* vai tratar

---

<sup>4</sup>Nosferatu foi dirigido por Friedrich Wilhelm Murnau, foi a única produção cinematográfica da empresa Prana-Film e sua gravação teve início no ano de 1921. A estória se passa no século XIX e mostra como um surto de peste afetou a cidade de Wisborg e a vida de Knock, que encarrega Hutter como responsável por



de uma sociedade doente e infeliz do pós-primeira guerra. Seu roteiro baseou-se na obra literária de Bram Stoker *O Drácula*, apesar de construir uma narrativa divergente. “A influência do romance do literato, contudo, não colocou limites narrativos e tampouco estéticos à criatividade cinematográfica de Murnau” (BARSALINI: 2). *Nosferatu* é um vampiro que se apaixona por uma mortal chamada Ellen; sua obsessão é tão evidente que foi capaz de trazer o terror para a cidade da jovem. Esse filme é considerado um dos primeiros filmes do gênero terror e busca exhibir-se muito com isso. A relação com *Caligari* novamente está na forma como o filme se preocupa em relacionar o sonambulismo e o transe hipnótico ao medo e o terror. *Nosferatu* é a personificação da doença mental dentro de uma sociedade afetada por sua existência. Quando o Conde Orlok chega à cidade de Wisborg, traz consigo a morte dos seus tripulantes através de uma doença misteriosa. Ao abrir o caixão, onde o Conde dormia durante o dia, saem inúmeros ratos carregados de peste. Enquanto isso Knock, que dá a missão a Hutter, espera com muita ansiedade a chegada de seu “mestre” internado em um manicômio. Knock é um personagem importante dentro da trama, pois a ele é atribuída a vinda da peste bem como a sua consequência, a morte. O mesmo é perseguido pela população enfurecida, mas consegue se esconder fora da cidade. Hutter luta contra o vampiro, porém sua esposa Ellen acaba falecendo. Orlok morre transformando-se em cinzas pela luz do sol.

Assim como em *Caligari* (1920), *Nosferatu* (1922) mostra dois indivíduos mentalmente doentes que ligam toda a trama do filme. A relação de *Nosferatu* com a Primeira Guerra Mundial se dá através de um dos seus produtores, Albin Grau, que participou dos horrores da guerra e acabava ouvindo lendas camponesas, como as de Vampiros capazes de matar pessoas, histórias e lendas que muito o instigaram. *Nosferatu* compõe os filmes expressionistas e sua manifestação artística, assim como *Caligari* está diretamente vinculado ao existencialismo depressivo humano na Alemanha e no seu confronto direto com a racionalidade. Uma sociedade doente que enxerga angústia e miséria através de um vazio.

---

encontrar uma casa na cidade para um conde dos Montes Cárpatos. A casa ofertada é uma velha moradia toda destruída pelo tempo. Hutter deixa sua jovem esposa, Ellen aos cuidados do seu amigo Harding. O conde Orlok vivia em um assustador castelo que recebe Hutter e lhe oferece acomodações. O conde aceita de imediato a proposta de Hutter após ver a foto da sua adorável esposa Ellen. Preocupada com o marido e ligada a ele através de um poder sobrenatural, Ellen entra em um estado de transe e começa a ter sonhos perturbadores e a sonambular enquanto dorme. Orlok se muda para a cidade e junto com ele a sua obsessão por Ellen, medo e mistérios.

A personagem Nosferatu do filme de Murnau pode muito bem ser vista como um produto desse sentimento em que se encontra o homem alemão dos anos 20. É a encarnação do vazio, da morte viva de que é prisioneiro o ser humano desse século, estraçalhado pela experiência inigualavelmente mórbida da Guerra Mundial (BARSALINI: 4).

Os filmes expressionistas não se preocupavam apenas em mostrar o estado psíquico de uma sociedade afetada por uma guerra. Estava inclusa a difusão da cultura alemã e a arte. Contudo é de grande importância o cinema alemão da época para compreender, através do filme, alguns aspectos sociais e políticos.

### **Psicanálise, medo e sociedade**

A exibição da psicanálise crescia cada vez mais em conjunto com as tecnologias cinematográficas. O expressionismo no cinema também ficou responsável por difundir a psicanálise, até a década de 1920 ainda muito clínica, agora como um campo para se explicar as incertezas da tristeza existencial.

O cinema foi um veículo importante para se compreender a psicanálise freudiana. O primeiro filme alemão a tratar diretamente do assunto, com auxílio do próprio Freud, foi *Segredos de uma Alma* (1926)<sup>5</sup> de Georg Wilhelm Pabst. O envolvimento do expressionismo com a psicanálise é evidente desde *O Gabinete do Dr. Caligari* (1920), porém *Segredos de uma Alma* (1926) busca explicitar com mais ênfase as questões psicanalíticas.

O tratamento psicanalítico das doenças nervosas é apresentado como uma questão “das mais atuais de nosso tempo”, prometendo-se que o filme dará “explicações sobre tudo que é necessário saber” a respeito. Uma vez obtida a autorização, revela-se todo o entusiasmo publicitário: não há melhor maneira de “mostrar a atividade de pensar” do que filmando “temas tão abstratos e supra-sensíveis quanto os da teoria freudiana”(LACOSTE, 1992: 26. Aspas internas no original.).

Werner Krauss foi um grande nome do cinema expressionista alemão, atuou em *O Gabinete do Dr. Caligari* (1920) como Dr. Caligari e em *Segredos de uma Alma* (1926)

---

<sup>5</sup> Nessa obra de 1926 W.G. Pabst, ao consultar Freud, dirige um filme com a finalidade de explicar a psicanálise através de uma narrativa dentro do gênero suspense. Werner Krauss interpreta Martin Fellman (ou professor Mathias). Um homem atormentado e obcecado por assassinar a sua esposa. O filme é responsável por envolver o expressionismo com o realismo. No elenco estão Ruth Weyher como a esposa do professor; Ilka Grüning, Jack Trevor e Pavel Pavlov.

como professor Mathias. Seu porte físico e a sua grande capacidade em formular expressões e caretas fez com que a construção narrativa do filme se aproximasse bastante da mensagem psicanalítica que se pretendia passar. O estilo de Krauss “[...] é geralmente descrito como capaz de ser ao mesmo tempo estático e desarticulado, sempre adaptável, com ou sem caracterização de maquiagem, ao clima e à iluminação desejados” (LACOSTE, 1992: 76).

Pabst atribui a Krauss a função de interpretar um homem afetado pelo medo irracional de facas e por uma compulsão doentia em querer matar sua esposa, interpretada pela atriz Hertha von Walther. A intenção seria levar ao público as provocações que a psicanálise levantou durante todos os últimos anos, dentro do seu campo clínico para o tratamento das histerias nervosas, de uma forma consciente através das técnicas apresentadas pela época. De uma forma satisfatória, o cinema mudo conseguia passar a psicanálise através da intensa expressividade física. Assim *Segredos de uma Alma* (1926) consegue mover o relacionamento entre linguagem e imagens, um importante marco para a psicanálise freudiana da época.

A década de 1920 é marcada pela intensa relação da psicanálise com a vinculação cinematográfica, porém esse foi um problema que particularmente preocupou muito Freud. Para o professor, progenitor do conceito psicanalítico, a exploração desses conceitos através da cultura de massa poderia tornar o conhecimento da psicanálise algo simplista e vulgar.

Freud chegou a receber diferentes propostas para auxiliar na criação de filmes estadunidenses. Uma delas de Samuel Goldwyn, ainda na década de 1910, que chegou a ofertar ao professor 100.000 dólares para ajudá-lo na elaboração de uma história de amor entre Cleópatra e Marco Antônio. Freud achou interessante a ideia de ligar a psicanálise ao amor, mas “[...] não aceitou a oferta, recusando-se até mesmo a encontrar Goldwyn” (LACOSTE, 1992: 38).

Pabst teve um excelente resultado com *Segredos de uma Alma* (1926) dentro de uma perspectiva realista ao transferir para a cultura de massas a psicanálise e promover diferentes formas de interpretação. Com o expressionismo incluso no cinema da época e a necessidade de levar reflexões mais existencialistas, que tratassem de dialogar com a tristeza e o medo do irreal, a forma de se trabalhar a histeria nervosa não era um problema para os roteiros.

O professor Mathias é a personificação de um arquétipo humano que padece com as doenças nervosas. A interpretação que fica é a de uma doença comum do tempo, muito estudada e estimulada pela ciência. Para Kracauer, *Segredos de uma Alma* (1926) é a formação de um filme restrito, ou seja, que foge dos padrões coletivos. Para se entender a funcionalidade de um filme específico, basicamente se entende que o mesmo foge de discussões sociais e políticas, porém a propaganda “[...] antipsicanalítica tornou-se algumas vezes, passando pela arte, instrumento de uma propaganda política” (LACOSTE, 1992: 69).

A formação do modelo de homem doente visível em *Segredos de uma Alma* (1926) é a mesma que perpassou por *O Gabinete do Dr. Caligari* (1920), sujeitos afetados pela histeria nervosa relacionada a uma construção socio-histórica do pós-Primeira Guerra mundial, que acabou levantando polêmicas e estabelecendo relações entre psicanálise e política que se seguiram até a Segunda Guerra Mundial.

Em outros países o cinema do expressionismo alemão, mais precisamente a psicanálise na sua construção, levantou questionamentos eloquentes em cima da figura do sujeito doente dos nervos. Na França surgira o termo *caligarismo*<sup>6</sup> na intenção de reputar o caos social. A concordância nas imagens entre o Dr. Caligari e o professor Mathias, vivido por Krauss, a narrativa apresentada por ambos e a forma como o cinema expressionista posicionou a psicanálise para se discutir uma sociedade doente permitem classificar esse problema como restrito a uma classe social com tempo para ficar doente que “[...] não deixa de revelar, de cara, um tipo de verdade duvidosa que ainda hoje revela a considerar a psicanálise como um luxo” (LACOSTE, 1992: 68). Krauss é o mesmo rosto para um psiquiatra quanto para um neurótico recuperado. Esse envolvimento provoca uma delirante relação familiar no trato da psicanálise no cinema expressionista alemão.

### Referência Bibliográfica

CHANDLER, Daniel. **An Introduction to Genre Theory**. [s.l.], 2000.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1992.

---

<sup>6</sup>LACOSTE, 1992, p. 71.

KRACAUER, Siegfried. **O ornamento da massa**. São Paulo, Cosac Naify, 2009.

\_\_\_\_\_. **De Caligari a Hitler: uma história psicológica do cinema além**. Jorge Zahar, 1988..

KOHATSU, Lineu Norio. Cinema expressionista alemão: o estranho, o estranhamento e o efeito de estranhamento. **Impulso**, v. 23, n. 57, p. 103-118.

LACOSTE, Patrick. **Psicanálise na tela: Pabst, Abraham, Sachs, Freud e o filme Segredos de uma alma**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

LANDEIRA-FERNANDEZ, J.; CHENIAUX, Elie. **Cinema e loucura: conhecendo os transtornos mentais através dos filmes**. Artmed Editora, 2009.

MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. [Lisboa], Dinalivro, 2005.

MASCARELLO, Fernando (org.). **História do Cinema Mundial**. Campinas, Papirus, 2006.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. 2ª ed, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.

SILVA, Michel. O cinema expressionista alemão. **R. Urutaguá, Maringá**, ago./set./out./nov, 2006.

## TRABALHO, HISTÓRIA E CINEMA: DIÁLOGOS A PARTIR DO FILME BRASILEIRO *A QUEDA*

Janaína Di Lourenço Esteves<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho constitui-se num empreendimento analítico que visa identificar, sob perspectiva histórica, a forma como são representadas as relações de trabalho em linguagem cinematográfica, através da análise fílmica de *A Queda* (Nelson Xavier, Ruy Guerra, 1978) em comunicação com *Os Fuzis* (Ruy Guerra, 1963), já que um é continuação do outro: enquanto no segundo os protagonistas são soldados no sertão baiano, no primeiro são operários no Rio de Janeiro. Essa trajetória permite traçar aspectos históricos e cinematográficos de cada época: a fome e a seca no sertão, que influenciaram na fundação da estética do cinema novo, e a migração para os centros urbanos, efeito do vazio político nas zonas rurais e da rápida modernização do país, que alertaram cineastas dos anos 70 da necessidade de retratar a nova realidade social e trabalhista.

**Palavras-Chave:** História. Trabalho. Cinema. *A Queda*. *Os Fuzis*.

**Abstract:** This article is an analytical project that aims to identify, in a historical perspective, the way in which work relations are represented in cinematographic language, through the film analysis of *A Queda* (Nelson Xavier, Ruy Guerra, 1978) in communication with *Os Fuzis* (Ruy Guerra, 1963), since one is a continuation of the other: while in the second the protagonists are soldiers in the backlands of Bahia, the first are workers in Rio de Janeiro. This trajectory allows us to trace historical and cinematographic aspects of each era: hunger and drought in the interior, which influenced the founding of the aesthetics of Cinema Novo, and migration to urban centers, an effect of the political vacuum in rural areas and the rapid modernization of which warned filmmakers in the 1970s of the need to portray the new social and labor reality.

**Keywords:** History. Labor. Cinema. *A Queda*. *Os Fuzis*.

### Considerações iniciais

Em 1963, próximo ao golpe militar brasileiro, Ruy Guerra lançava seu segundo filme, *Os Fuzis*, o qual iria compor a “trilogia de ouro” do cinema novo, juntamente com *Vidas Secas* (Nelson Pereira dos Santos, 1963) e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (Glauber

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: janadilourenco@gmail.com

Rocha, 1964). Nele, soldados do litoral são convocados para o sertão nordestino com o objetivo de proteger os depósitos de alimentos da cidade contra os pobres famintos com a seca. 15 anos mais tarde, em 1978, no contexto da Embrafilme, empresa mista criada em 1969 para o fomento do cinema nacional, Ruy Guerra e Nelson Xavier dão continuidade a essa história em *A Queda: os ex-soldados Mário* (Nelson Xavier) e José (Hugo Carnava) agora são imigrantes rurais na cidade grande, operários da construção civil.

Esse percurso e diálogo entre ambos os filmes<sup>2</sup> ilustra bem a história do país naquele momento, marcada por intensa migração de nordestinos desde 1950 para os grandes centros urbanos, onde trabalhavam principalmente nos setores da construção civil e fabril. Essa realidade foi perceptível no cinema brasileiro, como pontua Ismail Xavier (2001: 115), em que, a partir dos anos 70, pode-se perceber a incidência cada vez maior de filmes que abordam as lutas sindicais, a vida do operário, a industrialização e a luta de classes.

Nesse sentido, nosso objetivo será empreender uma análise de *A Queda*, visando sua comunicação com *Os Fuzis*, tendo em vista que um é continuação do outro. Tomando-se os filmes como fontes históricas, a metodologia utilizada foi a análise fílmica. Partindo das proposições de Eduardo Morettin (2003: 40), este trabalho buscou, essencialmente, “o discurso que a obra cinematográfica constrói sobre a sociedade na qual se insere, apontando para suas ambiguidades, incertezas e tensões”.

No caso de *Os Fuzis*, a análise deu prioridade para a questão da fome e do contato entre o urbano e o rural, enquanto que no caso de *A Queda* priorizou-se a questão do trabalho e da modernização. No quesito estético, abordamos um aspecto que perpassa as duas obras: a relação entre documentário e ficção. E, finalmente, nossa abordagem dá especial atenção às relações com o contexto histórico e cinematográfico, uma vez que, como dito, o próprio desenvolvimento da narrativa dentro do filme acontece em comunicação com a conjuntura daquele período.

---

<sup>2</sup> Ambos receberam o prêmio Urso de Prata no Festival de Berlim.

### “Da fome. A estética.”<sup>3</sup>

*Os Fuzis* é uma das obras mais conhecidas do Cinema Novo, primeiro movimento cinematográfico brasileiro, que conferiu ao Brasil um lugar na história do cinema mundial. Movimento que no seu auge já pode ver seu arrefecimento com a deflagração do golpe em 1964 e, em 1968, com o estabelecimento do AI-5. Os cineastas do movimento estavam prontos para, de acordo com Glauber Rocha, “pôr seu cinema e sua profissão a serviço das causas importantes de seu tempo”<sup>4</sup>.

Era um momento conturbado: clamava-se por reformas sociais, principalmente a agrária. O cinema novo via na fome o sintoma e o nervo da sociedade latino-americana, marcada pelo colonialismo. Ao compreender a fome, podia-se superar suas estruturas através de sua maior manifestação cultural: a violência. O movimento preconizava a violência das imagens, imagens que se impõe, que machucam o espectador. E, por justamente assumir a cultura da fome, torna-se indigesto.

Da violência, nasce *Os Fuzis*. Nele, porém, a violência não vem dos famintos. Em vez de comida, o governo manda soldados para proteger o estoque de comida de um armazém no campo. Em uma entrevista concedida para Jony Clay Borges, em passagem por Manaus, Ruy Guerra conta sobre sua ideia:

Era um projeto que tinha há algum tempo e que adaptei para o Nordeste. Tentei filmar na Grécia, mas a censura não deixou. O projeto era sobre uma aldeia atacada pelos lobos a cada inverno. Os aldeões pediam às autoridades armas para se proteger, mas o pedido era negado por medo de rebeliões. Transformei os lobos da ideia original nos famintos da seca.<sup>5</sup>

Em preto e branco, a história acontece no interior da Bahia, fazendo uma ligação com a Guerra dos Canudos<sup>6</sup>, aspecto esse pontuado pelo próprio Ruy Guerra numa entrevista concedida à Luana Laux e Márcia Rego.<sup>7</sup> O mesmo aposta numa abordagem interessante: enquanto os famintos são retratados de forma documental, os soldados têm história. A presença de cada um é ameaçadora para ambos os lados: enquanto o medo que

<sup>3</sup> Frase retirada de: XAVIER, Ismail. Sertão mar: Glauber Rocha e a estética da fome. São Paulo: Cosac Naify, 2007. p. 13.

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/21/esticadafome.htm>>. Acesso em: nov. 2018.

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.ruyguerra.com.br/entrevista.php?id=86&idioma=1>>. Acesso em: nov. 2018.

<sup>6</sup> Confronto entre populares e exército no interior baiano durante os anos de 1896 e 97, motivado pela seca, pela fome e pelo desemprego.

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dcAj3zyoRKE&t=853s>>. Acesso em: nov. 2018.



impera sobre os famintos é a violência, o que impera sobre os soldados é a fome. A mesma é algo dado no filme, uma realidade. A última é foco de atenção mais minuciosa, de um maior desenvolvimento, a fim de mostrar suas próprias contradições. Como pontua Roberto Schwarz (1978: 31): “O ator está para o figurante como o cidadão e a civilização técnica estão para o flagelado, como a possibilidade está para a miséria pré-traçada, como o enredo está para a inércia. É desta codificação que resulta a eficácia visual d' *Os fuzis*.”

Outra dicotomia se dá na tensão entre o urbano e o rural, ou melhor, na sobreposição: os soldados se gabam de seus fuzis, ameaçadores, imponentes, caminhando pelas ruas enquanto são observados pelos habitantes. Naquele contexto, são opressores. Ao tratar sobre as relações entre ostentação de poder e posse de armas no cinema brasileiro, Ismail Xavier cita a cena em que os soldados exibem seus fuzis e questionam os locais sobre como utilizá-los. Em suas palavras:

Nesta cena, temos um resumo dos métodos de intimidação usados pelo poder que detém um aparato técnico e faz questão de mostrá-lo, exibir a sua competência de uso em contraste com a impotência dos oprimidos. O gesto de humilhar, no caso, define a distância entre o campo e a cidade (de onde vêm o braço armado do Estado). (XAVIER, 2006: 60-61)

A contradição aparece, primeiramente, quando um soldado comete o homicídio de um inocente acidentalmente. A cena da conversa, que ocorre após o acontecido, entre os soldados Mário e José e o motorista Gaúcho (Átila Iório) exemplifica bem isso, pois perpassa-se questões sobre lei e culpa. No dia do carregamento do caminhão, Gaúcho se depara com uma criança morta, literalmente, de fome, nos braços de seu pai. Ele se revolta e decide impedir o carregamento, sendo perseguido pelos soldados e morto por José. Em *A Queda*, somos levados a crer que esses acontecimentos fizeram com que José e Mário, amigo de longa data de Gaúcho, abandonassem a farda. Os famintos, por sua vez, que até então seguiam um beato profético com seu boi mítico na esperança de chuva na seca que se estendia, matam o bicho quando não há mais esperança, depois que os alimentos dos armazéns são levados embora.

### **De opressor à oprimido**

O filme *A Queda* foi realizado durante o crescimento da Embrafilme, no governo Geisel, empresa que se constituía como um grande paradoxo para a categoria

cinematográfica, que viu uma demanda antiga de uma empresa de cinema financiada pelo Estado ser realizada pelo governo ditatorial. A própria empresa também se desenvolveu sob diversas contradições, uma vez que precisava construir uma política cultural proativa sem abrir mão dos instrumentos de repressão, como bem pontua Napolitano (2014). Nesse contexto, em que o regime perdia o fôlego, muitas vezes cedeu-se uma certa liberdade de expressão visando melhorar a relação com a classe artística para manter a oposição sob controle. Roberto Farias, naquele momento, era o diretor da empresa, e esse período da Embrafilme ficou marcado pela adesão e dominância do grupo de cineastas que eram identificados com o cinema novo<sup>8</sup>.

Colorido, *A Queda* foi, de acordo com entrevista de Ruy Guerra à Neusa Barbosa, “escrito junto com a câmera”: não tinha diálogos pré-estabelecidos nem marcação de câmera, “dava-se o tema da cena, os atores começavam a improvisar.”<sup>9</sup> O filme retrata a queda que suscitou na morte de José em seu trabalho na construção do Metrô do Rio de Janeiro. Mário, com condolências ao amigo de longa data, à viúva Lindalva (Maria Sílvia) e aos seus filhos, os ajuda nos trâmites legais em relação ao ocorrido, uma vez que a empreiteira tentava abafar a situação. Agora, os soldados opressores são os operários oprimidos. Em entrevista concedida a Ivalda Freitas, Henrique Faulhaber e Caio Rubens, no ano de lançamento do filme, Ruy Guerra afirma que:

“A Queda” para mim foi uma necessidade de colocar, fundamentalmente, uma paisagem humana que não está sendo vista no cinema nacional, que é a personagem de gente trabalhando e de povo mesmo, de massa operária, embora não vá muito longe na análise. [...] Eu peguei uma paisagem humana simples de gente trabalhando e conto uma estória de reivindicação puramente social num nível até reformista, simples.<sup>10</sup>

Naquele contexto, o setor da construção possuía um dos maiores índices de acidentes de trabalho do Brasil, devido principalmente às políticas que facilitaram a exploração do trabalhador e à falta de fiscalização das condições de trabalho, o que mostra que os crimes praticados pela ditadura não se restringiam à repressão direta. Além disso, uma característica marcante dos operários deste setor era a sua origem rural, sendo muitos oriundos do Nordeste. (CAMPOS, 2014)

<sup>8</sup> Na época, a empresa já produzia filmes, porém sua participação em *A queda* foi na distribuição.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://www.ruyguerra.com.br/entrevista.php?id=2&idioma=1>>. Acesso em: nov. 2018.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.ruyguerra.com.br/entrevista.php?id=85&idioma=>>>. Acesso em: nov. 2018.

Uma das dificuldades legais que Mário encontrou no caso de José foi a ausência de carteira assinada. Uma das formas mais comuns de recrutamento de mão de obra durante esse período era através das subempreiteiras de trabalhadores, as quais forneciam, de acordo com Pedro Henrique Campos, “o regime mais precário de trabalho, já que não pressupunha vinculação direta com a empresa realizadora da obra” (2014: 70). O subempreiteiro era o sogro de Mário, Salatiel (Lima Duarte), o qual não concordava com as atitudes do genro. Numa cena, ele afirma que se Mário e os outros trabalhadores saíssem do serviço para comparecer ao enterro de José, descontaria de seus salários a ausência no dia de trabalho, com a justificativa de que precisava entregar a obra completa em quinze dias.

A forma como Ruy Guerra e Nelson Xavier conduzem *A Queda* se assemelha à forma de *Os Fuzis*. O enredo pertence apenas à trajetória de Mário. Os operários e os patrões (quando estão no local da obra) são retratados de forma documental: enquanto os operários concedem entrevista sobre suas vidas, os patrões explicam sobre os procedimentos da construção. A viúva, mesmo aparecendo ativamente no enredo, também “fala para a câmera” sobre sua perda. Numa entrevista de um dos patrões, quando questionado sobre a falta de equipamentos de segurança para os trabalhadores, ele diz: “Pode acontecer. Ontem fui tomar banho em casa e não tinha sabonete. Acho que existe paralelo entre as duas coisas, questão de descuido, de momento”. Esse tipo de desculpa bizarra não fica restrita ao filme. Campos aponta que um engenheiro, numa entrevista para a revista *O Empreiteiro* (1978 apud CAMPOS, 2014: 68), questionado sobre a alta tendência à rotatividade entre os operários do setor, explicou que esse fenômeno se devia ao “‘primitivismo dos trabalhadores da construção’ sendo essa marca da ‘própria índole do brasileiro [, que] é de não parar muito tempo num só lugar’”.

Quando não estão em obra, os patrões aparecem apenas discutindo suas ações frente às atitudes de Mário. Porém, novamente, não em forma de enredo. Ouvimos apenas suas vozes, enquanto na tela são exibidas imagens dos senhores no escritório. Esse recurso cria um distanciamento no espectador, sendo bem condizente com a realidade, em que a “massa” não participa das grandes discussões, ficando à cargo de seus supostos representantes políticos e das empresas que tanto influenciam no processo de decisões.

Outro recurso utilizado pelo filme são os *flashbacks*, extraídos de *Os Fuzis*, com o objetivo de intercomunicar as obras. Quando Mário leva José ao hospital, vemos a

recordação de ambos no caminhão em direção ao sertão. Quando vê o amigo no necrotério, somos inseridos na conversa dos soldados com Gaúcho sobre o inocente assassinado. Quando reencontra o ex-companheiro de farda (Paulo César Peréio) que matou o inocente, insere-se a lembrança de Mário sobre o ocorrido. E, por fim, quando o protagonista se encontra desesperado e perseguido pela empreiteira, evoca-se a cena do carregamento do caminhão com os alimentos do armazém, na frente dos pobres famintos. A rebelião e perseguição de Gaúcho, todavia, não aparecem. Apenas seu assassinato que é exposto no filme através das falas de Mário para sua esposa Laura (Isabel Ribeiro), ao final, quando lamenta a morte dos seus dois companheiros, um de Fuzis e outro da Queda.

Uma característica muito marcante no filme, que de certa forma também é presente em *Os Fuzis*, é a não idealização de personagens: eles possuem seus pontos falhos, suas “maldades”, suas contradições. A dialética opressor e oprimido é realizada quando possível. Uma das primeiras cenas de *A Queda* retrata a indústria que provavelmente seja a mais violenta: a da carne. As imagens de um matadouro real da época mostram os trabalhadores cobertos de sangue matando os animais a pauladas. Cenas escuras, sem pudor: um feto morto, animais sendo jogados que nem objetos nos cômodos sujos onde serão assassinados. Ali, os trabalhadores são opressores. Um funcionário se dirige em direção aos patrões, limpos e bem vestidos, servindo-lhes aparentemente copos de sangue. Então, oprimidos.

Num momento do filme, Mário, ao chegar em casa após beber com seu ex-companheiro de farda e ser chamado por ele de trouxa, por aparentemente querer dar satisfação à esposa, a estupra. Reflexo dessa opressão é a forma como a censura a viu. Em um relatório da Divisão de Censura de Diversões Públicas, de 1980, que determinava os cortes do filme para a TV, indicava-se a supressão da referida cena, a mesma definida como “sequência do envolvimento sexual”<sup>11</sup>. Noutro, do mesmo órgão e ano, a cena foi chamada de “sequência do ato sexual”<sup>12</sup>. Apenas em um relatório, de 1978, o ocorrido é definido como “relação sexual forçada”<sup>13</sup>.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://memoriacinebr.com.br/arquivo.asp?0230560C02001>>. Acesso em: nov. 2018.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://memoriacinebr.com.br/arquivo.asp?0230560C021>>. Acesso em: nov. 2018.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://memoriacinebr.com.br/arquivo.asp?0230560C032>>. Acesso em: nov. 2018.

Os pontos falhos também ficam expostos na fraqueza moral, nas contradições. Salatiel, à mando de seus superiores, influencia Mário a abandonar os trâmites legais para investir num acordo direto com a empreiteira. Em troca, ele e o sogro receberiam recompensas. Mário se seduz e convence a viúva. Não sabia, porém, que o sogro havia concordado em mudar a causa da morte de José, a qual passava a ser atropelamento. Nesse setor, a culpabilização do operário pelos acidentes era bem comum, como pontua Campos (2014). Josivalda também não foi contemplada nem com 1% da quantia que receberia na justiça. Revoltado, Mário tenta reverter o que fez. Não dá mais tempo, no entanto. Desnorteada, a viúva desiste do caso para sair da cidade. Demitido, ele não pode mais entrar no canteiro de obras e “instigar” seus colegas trabalho. Calado, um jornal, que até então o apoiava, recusa-se a publicar matérias sobre a empreiteira. Vencedora, a empreiteira começa a perseguir Mário, o acusando de roubo. Mário agora vive o Gaúcho de *Os Fuzis*, sozinho contra o sistema e as injustiças sociais, predado pela classe dominante.

Finalmente, cabe destacar aquilo que podemos chamar, nos termos de Ismail Xavier (2001: 125), de “alegorias da modernização”, as quais se constituem através de imagens documentais retratando a pobreza nas grandes cidades, mostradas ao final do filme, assim como imagens de *shoppings centers* e de letreiros de crédito bancário exibidas durante as lamentações de Mário para sua esposa. Fica clara a intenção de Ruy Guerra e Nelson Xavier de retratar a atualidade daquele momento: a urbanização do país suscitada pelo milagre econômico e o caos estabelecido por ela. Todavia, isso ainda se dá através do esquema de *Os Fuzis*, isto é, do contato entre o urbano e o rural. Como pontua Xavier:

Ao representar a modernização como processo global, observa-a dos seus pontos de fronteira, nos cofins [Os Fuzis]; e, quando mergulha na cidade, é para nela apontar a presença essencial das figuras representativas das correntes migratórias - o arcaico dentro do moderno - [como acontece em A Queda]. (XAVIER, 2001: 119-121)

Seguindo a linha de raciocínio de Roberto Schwarz, citada no início deste trabalho, podemos concluir que, na intercomunicação entre os dois filmes, os soldados estão para as empreiteiras como os famintos estão para os operários, e o rural está para o urbano como o imigrante está para a modernização. E é a partir dessas esquematizações que se resulta a indigestão da nossa cultura.

## Considerações finais

Na análise, visou-se destacar o percurso que se desenrola tanto interna quanto externamente entre as duas obras, assim como identificar a forma como o trabalho se expressa na história de *A Queda*. Em relação aos dois filmes, pode-se pontuar a permanência de três características que, de certa forma, sustentam ambas as narrativas: a relação dicotômica entre arcaico e moderno (que também pode configurar-se entre rural e urbano), a dialética entre opressor e oprimido e a linguagem ficcional em diálogo com a documental. No que tange ao contexto social, pode-se salientar a forte onda migratória em direção ao Sudeste, principalmente vinda do Nordeste, desde a década de 1950. Tal fato reflete no cenário dos anos 70: a maioria dos operários da construção civil eram de origem rural e, para além disso, esse setor era o que possuía um dos maiores índices de acidentes de trabalho.

Sendo assim, *A Queda* busca denunciar esse contexto, invocando o poder crescente das empreiteiras no país. Tal denúncia é feita de forma documental, procurando, em certo sentido, desumanizar os agentes das construtoras e criar um distanciamento. Em contrapartida, a forma documental pela qual são retratados os trabalhadores em geral (excetuando-se Mário e poucos outros, que se inserem na ficção de fato) caminha na direção de conceder voz ao outro e de se destacar a metáfora da modernização, que configura-se em *A Queda* sob o olhar do arcaico dentro do moderno, ao contrário de *Os Fuzis* em que essa fórmula é exatamente oposta.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

BRASÍLIA, DF. Parecer de Censura Cinema s/n, de 17 de fevereiro de 1978. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Disponível em: <<http://memoriacinebr.com.br/arquivo.asp?0230560C032>>. Acesso em: nov. 2018.

BRASÍLIA, DF. Parecer de Censura TV nº 1163/80, de 20 de março de 1980. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Disponível em: <<http://memoriacinebr.com.br/arquivo.asp?0230560C02001>>. Acesso em: nov. 2018.

BRASÍLIA, DF. Parecer de Censura TV nº 1164/80, de 18 de março de 1980. Divisão de Censura de Diversões Públicas. Disponível em: <<http://memoriacinebr.com.br/arquivo.asp?0230560C021>>. Acesso em: nov. 2018.

GUERRA, Ruy. De volta ao campo de batalha. Entrevista concedida a Neusa Barbosa. Disponível em: <<http://www.ruyguerra.com.br/entrevista.php?id=2&idioma=1>>. Acesso em: nov. 2018.

GUERRA, Ruy. Diretor de cinema destaca a importância da sétima arte na Amazônia. Entrevista concedida a Jony C. Borges. Disponível em: <<http://www.ruyguerra.com.br/entrevista.php?id=86&idioma=1>>. Acesso em: nov. 2018.

GUERRA, Ruy. **Os Fuzis**. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes, Inbracine Filmes, Daga Filmes, 1963. 35mm, p&b.

GUERRA, Ruy. Os Fuzis por Ruy Guerra. Entrevista concedida a Luana Laux e Márcia Rego. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dcAj3zyoRKE&t=853s>> . Acesso em: nov. 2018.

GUERRA, Ruy. Ruy Guerra abre o verbo. Entrevista concedida a Valda Freitas, Henrique Faulhaber e Caio Rubens. Disponível em: <<http://www.ruyguerra.com.br/entrevista.php?id=85&idioma=>>>. Acesso em: nov. 2018.

GUERRA, Ruy. XAVIER, Nelson. **A Queda**. Rio de Janeiro: Zoom Cinematográfica, Daga Films, Nelson Xavier Produções Cinematográficas, 1978. 35mm, colorido.

ROCHA, Glauber. A estética da fome. Disponível em: <<http://www.contracampo.com.br/21/esteticadafome.htm>>. Acesso em: nov. 2018.

**BIBLIOGRAFIA**

CAMPOS, Pedro Henrique P. Os empreiteiros de obras públicas e as políticas da ditadura para os trabalhadores da construção civil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 33, v. 12, p. 65-83, 2014.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: História do Regime Militar Brasileiro. In: “**A democracia relativa**”: os anos Geisel. São Paulo: Contexto, 2014. p. 229-254.

SCHWARZ, Roberto. O pai de família e outros estudos. In: **O Cinema e Os Fuzis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 29-36.

XAVIER, Ismail. Da violência justiceira à violência ressentida. **Ilha do Desterro**, Florianópolis, nº 51, p.55-68, jul./dez. 2006.

XAVIER, Ismail. O cinema brasileiro moderno. In: **Do golpe à abertura: a resposta do cinema de autor**. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 51-126.



## Tão felizes (nunca fomos): A Memória da luta armada na ditadura militar brasileira a partir do filme *Nunca fomos tão felizes* (1984, Murilo Salles)

Geraldo Homero do Couto Neto<sup>1</sup>

**Resumo:** Essa pesquisa irá analisar o filme *Nunca fomos tão felizes*, dirigido por Murilo Salles em 1984, a partir do pressuposto de uma memória em disputa nos anos decorrentes da ditadura militar no Brasil, em que a memória clandestina estava, junto com a redemocratização do país, a ser discutida devido a dissolução do AI-5. O filme, então, passa a fazer um movimento de contra-poder, refutando a memória hegemônica do Estado ditatorial brasileiro. A partir disso, também será analisado a memória dos herdeiros da ditadura, os filhos e parentes próximos que não sofreram com a censura e tortura diretamente, mas na procura de familiares desaparecidos, ou mudando-se de casa com os pais clandestinos no país.

**Palavras-chave:** memória; cinema; história

**Abstract:** This research intends to analyze the film *Nunca fomos tão felizes*, directed by Murilo Salles in 1984, from the assumption of a memory in dispute in the years of the military dictatorship in Brazil, in which clandestine memory was, together with the redemocratization of the country, to be discussed due to the dissolution of AI-5. The film is a counter-power movement, refuting the hegemonic memory of the Brazilian dictatorial state. From this, will also be analyzed the memory of the heirs of the dictatorship, the children and close relatives who did not suffer with censorship and torture directly, but in the search of missing relatives, or home moving with clandestine parents in the country.

**Key words:** memory; cinema; history

### Introdução

O presente artigo irá analisar o filme *Nunca fomos tão felizes* de 1984, dirigido por Murilo Salles, em consonância com a memória da luta armada brasileira nas décadas da ditadura militar.

O filme conta a história de Gabriel, estudante de um colégio religioso do interior. Seu pai (Beto), que a oito anos não via o filho, vai buscá-lo para viverem "juntos", mas devido aos problemas relacionados à ditadura, o pai nunca está presente na vida do filho, o que o leva a buscar mais informações sobre o passado de Beto como uma forma de

---

<sup>1</sup> Graduado em História pela UFJF. E-mail: geraldohomero6@hotmail.com

conhecer melhor sua vida e se relacionar com um pai que ele não conhece, ou pelo menos, não lembra de ter conhecido.

São três importantes questões a serem tratadas neste artigo. A primeira é a forma como o filme retrata os problemas da época apenas focando no ponto de vista de Gabriel, a segunda é como trabalha-se os simbolismos na narrativa fílmica - seja nos planos, cortes e *mise-em-scène* -, e a terceira é como podemos perceber a memória que se foi suprimida pelo regime autoritário brasileiro em plena efervescência de resistência armada da classe média no pós-AI-5. Tais pontos nos ajudarão a demarcar um melhor entendimento do próprio filme, e dele partindo para as problematizações concernentes ao período e seus desdobramentos até os dias de hoje nas memórias dos Filhos da Ditadura.

Tais aspectos elencados nos permitirão perceber o filme interligado à história que ele quer narrar, e a história da ditadura militar brasileira, sendo de suma importância a análise fílmica para melhor compreensão dos processos e divergências históricas que tais análises podem acarretar, além dos significados e significações que a película traz à tona, muitas vezes despercebidas por quem analisa somente o enredo da trama.

## **O Ponto de Vista**

Cheio de perguntas e sem respostas concretas, Gabriel vive uma pequena, mas imprescindível, parte de sua vida em um apartamento esperando telefonemas do pai e de encontros esporádicos com o mesmo.

Em uma das primeiras cenas do filme (logo após o pai buscar o filho no colégio para viver com ele), Gabriel e Beto estão viajando para a cidade do Rio de Janeiro, seu pai para o carro e começa a jogar gasolina em todo o veículo para depois queimá-lo. Gabriel não entende a situação e pergunta ao pai o que está acontecendo ou o porquê de ele ter sido preso. Mas Beto não dá respostas concretas, tais quais: "Isso tinha que ser assim para a minha própria segurança" ou "depois te explico", ou até mesmo, "gostaria de responder, mas não posso, quanto menos você souber mais seguro estará".

Tais respostas de seu pai, leva Gabriel a tentar encontrar por si só quem realmente foi o pai e o que estava acontecendo. Vasculhando os armários do apartamento - que lhes foi emprestado por uma amiga e ex-namorada de Beto, Leonor -, encontrando o jornal

que o pai lia depois de ter se embriagado e chegado em casa sem fazer alarde, ou reparando nos fósforos da boate *Twist* que seu pai usa para ascender os cigarros. Ou seja, ele tenta encontrar pequenas pistas para, em sua cabeça, traçar a verdadeira identidade do pai que ele busca tanto conhecer melhor.

No decorrer deste processo de descoberta, Gabriel passa a tomar alguns medos do pai para si mesmo, principalmente no que diz respeito à discricção em relação ao local onde eles estão, sendo vetado ao filho levar pessoas ao apartamento, além disso, era preciso que Gabriel tomasse cuidado ao entrar em casa, uma vez que poderia haver policiais disfarçados de porteiros observando cada passo que ele dava. Um exemplo deste medo que Gabriel adquire do pai é quando ele está comprando cachorro quente e o vendedor começa a fazer perguntas pessoais e dizer assertivamente sobre sua vida, com quem ele anda e com quem ele mora, fazendo com que Gabriel prestasse mais atenção ao que acontece a sua volta.

A partir desta tentativa de encontrar um passado que não é dele, Gabriel se distancia do pai e começa a tentar descobrir o seu próprio presente, comprando uma TV, uma guitarra, uma câmera polaroide e se relacionando com uma dançarina da boate *Twist*. Ao encontrar-se pela primeira vez com a dançarina em sua casa, Gabriel a machuca durante a relação sexual, ela diz a ele para parar pois estava doendo, mas ele continua, até que ela se levanta e sai. Revelando o quão conturbado ele estava com essa vida de filho de um militante, vida marcada pelo anonimato, fugas, desaparecimento, medo e repressão policial.

Tais aspectos mostram que a ditadura não só teve seus terríveis frutos nas memórias de seus participantes, mas também em quem os rodeava, filhos, amigos e parentes. Gabriel, ao lidar com o silêncio do pai relacionado a um passado traumático, passa a fazer parte, mesmo que indiretamente, do passado repressivo da ditadura; mesmo sem saber o que estava realmente acontecendo, ao tentar descobrir começa a entender o pai, mas ao mesmo tempo não o compreender muito bem.

Tais indagações nos fazem compreender melhor um aspecto não muito explorado na historiografia brasileira a respeito das heranças da ditadura, não somente dos filhos, mas de toda uma gama de pessoas que viveram indiretamente os acontecimentos da militância ou da luta armada no Brasil daquele período. Como afirma Fernando Perlatto

"O ato de olhar para essas consequências e desdobramentos possibilita refletir sobre as continuidades da ditadura a partir de uma perspectiva diversa, que confere centralidade às subjetividades profundamente afetadas pelo arbítrio da ditadura" (PERLATTO, 2017:31).

O máximo que sabemos do mundo militante de seu pai é a partir das pistas coletadas pelo protagonista e, com o decorrer do filme, suas ligações com o pai e o, chamado no jornal, terrorismo protagonizado pelos comunistas. Uma única vez que somos apresentados à visão do pai é quando ele está com os companheiros de trabalho comprando armas e se preparando para uma ação. Seu amigo é raptado em uma loja por, aparentemente, policiais à paisana. O que faz crer que seu pai fazia parte de um grupo de luta armada na ditadura, uma vez que logo depois, já no fim do filme, vemos Beto voltar para casa ferido e inconsciente e na televisão ouve-se uma notícia de sequestros de um embaixador em que houve enfrentamento armado e um saiu com vida, mas ferido. Na tevê ouve-se também a menção de dois grupos de luta armada brasileiros, a ALN (Ação libertadora nacional) e a VPR (Vanguarda popular revolucionária), que provavelmente era um dos grupos que Beto participava. Importante ressaltar, que o filme se passa, não nitidamente, no final de 1970, em que o embaixador suíço Bucher foi sequestrado, o que nos leva a crer que o Pai de Gabriel foi um dos participantes deste esquema.

Em um artigo do Jornal do Brasil de 29-08-1984 escrito por José Carlos Avellar, Bucher havia visto o filme no festival de cinema de Locarno na Suíça, o embaixador disse que se sentiu emocionado com o personagem de Gabriel, com a atmosfera nervosa e com as imagens da praia e do céu azul (AVELLAR, 1984:3). O que indica mais uma vez a ligação do pai, no filme, com a luta armada e o sequestro do embaixador suíço.

## **Simbolismos**

A partir da análise fílmica, percebe-se diversas características importantes a serem analisadas no filme. A primeira delas é, quando Gabriel chega no apartamento que o pai conseguiu emprestado, ele está vazio por completo, somente um armário que levava à um quarto e algumas coisas pessoais espalhadas pelos cantos. É um local novo para Gabriel, que será utilizado por ele para a criação de suas memórias presentes. Com o decorrer do filme, vemos a casa ficar mais cheia: TV, guitarra, amplificador, polaroide, mesa e sofá,

demonstrando uma certa criação de subsídios para sua sobrevivência perante à memória inalcançável de seu pai.

O que antes era um refúgio para o pai, agora torna-se um local modificado por Gabriel, que, ao vasculhar as coisas do armário, encontra uma fotografia de Leonor, logo depois ele troca a foto do porta-retratos pela foto de sua mãe, morta anos depois que ele nasceu. Tais transformações feitas por ele demonstram suas próprias transformações perante o pai, hora Gabriel está ansioso para encontrar o pai e falar com ele pelo telefone, hora está, segundo ele, de "saco cheio" desta situação em que eles se encontravam.

Outro ponto importante a ser destacado é a posição do filme perante a ditadura. Logo nos primeiros segundos aparece, o nome do filme nessa ordem: com letras pequenas para "Nunca fomos" e letras grandes garrafais para "Tão felizes", já quando o filme acaba a ordem é invertida criando o efeito de "Tão felizes, nunca fomos", o que, mesmo de forma indireta, transpassa ao espectador sua posição em relação à ditadura, que mesmo em 1984, ainda gerava rebuliço nas ruas pelas "Diretas Já", para a eleições diretas, o que não ocorreu, sendo eleito um presidente civil de forma indireta (RIDENTI, 2014: 8, 13). O título do filme, mesmo no começo, transpassa ao espectador uma leitura inversa, das maiores letras para as menores (AVELLAR, 1984:1).

Segundo o próprio diretor Murilo Salles sobre o filme: "é um filme que tem uma trama simples e aparente, mas que propicia outras leituras num nível metafórico da relação pai e filho, seja sob a ótica da afetividade ou mesmo de seu conteúdo político" (Apud AVELLAR, 1984:3). Desta forma, pensar o filme com um olhar político que ele acarreta é um fato de extrema importância para entendermos o filme e o contexto que ele está narrando.

### **Depois do golpe**

O regime ditatorial brasileiro sempre se pautou pelo viés da legalidade, deu-se o golpe em nome da ameaçada democracia brasileira e as "ameaças comunistas", governavam com uma constituição e teve apoio da sociedade civil, principalmente empresariado nacional e internacional, fazendeiros, setores da classe média e até mesmo

de alguns trabalhadores. Mas dès de seu começo no governo ditatorial brasileiro houve repressão. Como aponta Ridenti (2014), ao derrubar-se o governo constitucional:

Foram realizadas prisões, intervenções em sindicatos e movimentos populares, cassações, expulsão de funcionários civis e militares de seus cargos, abertura de Inquéritos Policiais Militares e toda sorte de violência e humilhação contra os adeptos do governo deposto, até mesmo alguns assassinatos (RIDENTI, 2014:2).

Com o golpe, a política de esquerda estava balizada em derrotar o regime, seja pelo viés institucional ou revolucionário com a luta armada. Com o tempo; a esquerda brasileira, após as muitas dissidências com o PCB, além das outras organizações criadas antes do golpe; formaram um mosaico diversificado de organizações políticas. O PCB:

buscava alianças com a oposição legal e moderada, buscando “derrotar” politicamente o regime militar. Já a maioria dos demais grupos de esquerda, apesar de suas diferentes propostas, convergiam na necessidade de “derrubar” a ditadura pelas armas (RIDENTI, 2014:4).

A partir do AI-5, o Presidente com quase poderes ilimitados (podendo legislar por decreto, suspender direitos políticos dos cidadãos), o governo tenta legitimar-se a partir da premissa da modernização, uma vez que pela legalidade estava comprometido. Entre os anos de 1969 e 1973 o governo apoiou-se em um projeto modernizador do Estado, promovendo desenvolvimento às custas da retirada de liberdades democráticas, que em 1970 fica evidente pelo slogan "milagre brasileiro" da economia, em que os índices de crescimento, nitidamente aumentaram.

O filme *Nunca fomos tão felizes* se passa nesse período modernizador da ditadura brasileira, na televisão que Gabriel assiste, ouve-se a frase de uma propaganda do governo: "a verdadeira democracia se constrói com o esforço de cada um para a segurança de todos estamos forjando o nosso destino com ordem e progresso. Brasileiros! Nunca fomos tão felizes". No mesmo momento que se passa essa cena na tevê, Gabriel entra no quarto e vê o pai deitado na cama, ferido e inconsciente. O pai morre tempos depois. O filho tira uma foto com sua câmera polaroide do pai deitado e sem vida, e essa foto torna-se a única que Gabriel tem do pai. E essa lembrança vai estar com ele para sempre: Tão felizes. Nunca fomos.

## Considerações finais

A película de Murilo Salles toca em um tema de suma importância para o entendimento da ditadura brasileira: suas heranças. Tal qual o curta-documentário *15 Filhos* de 1995, dirigido por Maria Oliveira e Marta Nehring, que nos mostra as memórias dos filhos da ditadura militar assolados pelo medo, nomadismo e repressão, seja sofrido por seus pais, familiares ou parentes próximos, o filme *Nunca fomos tão felizes* aborda esses aspectos, e chega a ir além, mostrando um filho que não teve pai por oito anos, mas que gostaria de encontrar com um pai que nunca mais terá, que foi morto pela ditadura, suas únicas recordações estarão em um vácuo de alguns dias de setembro e dezembro, mas que, com certeza, irão para sempre com ele. Na última cena do filme, Gabriel mostra ao vendedor de cachorro quentes a foto que tirou de seu pai e diz: "Meu pai". Demonstrando que, mesmo sem entender direito quem era o pai, ou os pormenores de sua prisão, acabou sofrendo com a ditadura, sofrendo com um mundo que nunca soube existir: o da violência e da repressão.

Muito diferente de dita "ditabranda", a ditadura brasileira conseguiu envolver uma gama enorme da sociedade civil brasileira. O cinema, então, permaneceu, nos anos da redemocratização, como uma forte arma de reivindicação de uma memória marginalizada perante a memória hegemônica Oficial (Estado), garantindo, assim, o não esquecimento de momentos traumáticos para a sociedade brasileira. Essa memória clandestina é afrontosa à memória oficial dos militares, a memória, então, neste momento estava em disputa. "Ao dizerem das torturas, repressão e censura, queriam afirmar uma outra possibilidade de fazer política no País e, queriam, também, justiça" (BERGER; CHAVES, 2009:31). Queriam ser ouvidos, as vozes dos que sofreram com os terrores das torturas, das prisões e da censura, estavam agora aptas a serem bradadas pelos ares. Por isso é de suma valia a memória hereditária dos filhos da ditadura, por nos levarem a outros meandros de interpretação do que foi a ditadura.

Por isso a importância de se ver nos filmes fortes indícios culturais da história da ditadura, pois são uma fonte riquíssimos para o entendimento de momentos traumáticos, que muitas vezes ficaram calados ou sussurrados pelo ar, mas que encontraram um momento para serem ditos, por isso, quanto mais se discutir sobre, menores serão as chances de esquecermos memórias que foram tão importantes para a reformulação de um país à beira de um colapso nervoso por estar calado. Segundo Marc Ferro (1992:13-19) o

cinema, mesmo em tempos autoritários, permanece autônomo. Ao agir como contrapoder o cinema é capaz de dizer o que muitas vezes estava entalado na garganta.

## Referências Bibliográficas

### Fonte

NUNCA FOMOS TÃO FELIZES. Murilo Salles. Murilo Salles. Rio de Janeiro: Morena Filmes, 1984. 35mm.

### Bibliografia

AVELLAR, José Carlos. O centro, a direita, a esquerda. **Jornal do Brasil**: Rio de Janeiro 29-08-1984. Disponível em: <<http://memoriacinebr.com.br/arquivo.asp?0240154I00401>>

BERGER, Christa. A contribuição do cinema para a memória da ditadura brasileira. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 29-36, dec. 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/comueduc/article/view/43580/47202>>.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.

PERLATTO, Fernando. Os descendentes da dor: memória dos filhos da luta armada. **Revista Poder & Cultura**, Rio de Janeiro, Vol. 4, Nº 7, pp. 20-33, Jan.-Jun. 2017.

RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá; Reis, Daniel Aarão; Ridenti, Marcelo; (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014.



## **Histórias de Cinemas: mapeando pesquisas na Região Sudeste**

Ryan Brandão Barbosa Reinh de Assis<sup>1</sup>

**Resumo:** Esse artigo torna público os primeiros resultados de uma iniciativa que pretende mapear as pesquisas realizadas, até o momento, em nível de graduação e pós-graduação, nas Universidades Públicas do Brasil (Federais e Estaduais), sobre os espaços de exibição cinematográfica do nosso país. A princípio, será apresentado o levantamento que foi feito nas instituições de ensino superior localizadas no Espírito Santo e no Rio de Janeiro. Futuramente, a intenção do pesquisador é desenvolver um banco de dados, intitulado “Histórias de Cinemas”, que reunirá todos esses trabalhos e, portanto, aproximará os pesquisadores da área.

**Palavras-chave:** Histórias de Cinemas; Universidades Públicas; Região Sudeste.

**Abstract:** This paper will present the first results of an initiative that intends to map the researches already done, at undergraduate and postgraduate level, in the Brazilian Public Universities (Federal and State), on the cinematographic exhibition spaces of our country. In this moment, it will be presented the surveys that were done in higher education institutions located in Espírito Santo and Rio de Janeiro. In the future, the researcher's intentions is to develop a database, entitled “Histórias de Cinemas”, which will gather all the works and will bring the researchers of the area closer.

**Key-words:** Histórias de Cinemas; Public Universities; Southeast Region.

### **Considerações iniciais**

No presente artigo, tornamos público o levantamento das pesquisas realizadas, até o momento, nas Universidades Públicas do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, acerca

---

<sup>1</sup> Doutorando em Cinema e Audiovisual na Universidade Federal Fluminense. Mestre em Artes, Cultura e Linguagens (2016) e Bacharel em Comunicação Social (2013) pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: [ryan.brandao@hotmail.com](mailto:ryan.brandao@hotmail.com)

dos espaços de exibição cinematográfica do nosso país. Por sua vez, esse trabalho se alinha aos estudos desenvolvidos, principalmente, a partir da década de 1980, em torno do que tem sido chamado, na Europa, nos Estados Unidos e na Austrália, de “New Cinema History” e, no Brasil, de “Histórias de Cinemas”. De acordo com Talitha Ferraz (2017), os estudiosos vinculados à “New Cinema History” apontam que a triangulação formada (1) pelos equipamentos cinematográficos de exibição, (2) pela programação dos cinemas e (3) pelas experiências pessoais e coletivas das audiências não havia sido contemplada pela “Grande História do Cinema” que, por sua vez, destacava o texto fílmico e a figura do realizador. “Qualquer pessoa que se interessasse por questões históricas não-cinetextuais – por exemplo, o que poderia ter se passado nas bilhões de vezes em que os textos fílmicos foram lidos pelos espectadores – era considerada empirista” (ALLEN, 2002, p. 300, tradução nossa). Portanto, nas palavras de Richard Maltby (2011), as pesquisas com as quais lidamos se inserem dentro de um domínio que considera bastante problemática a presunção de que é o texto fílmico o recinto onde o cinema nasce e para onde, seguramente, ele sempre volta. Nesse sentido, elas devem ser cada vez mais valorizadas, o que é o objetivo do presente projeto.

Ainda que a intenção seja mapear as pesquisas realizadas, até o momento, em todos os estados da Região Sudeste, sobre as salas de cinema brasileiras, nesse momento, em virtude das dimensões desse artigo, será divulgado somente o levantamento feito no Espírito Santo e no Rio de Janeiro, que cobre oito Universidades Públicas: (1) Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), (2) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), (3) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), (4) Universidade Federal Fluminense (UFF), (5) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), (6) Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), (7) Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO) e (8) Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF). Portanto, são cinco Universidades Federais e três Universidades Estaduais. Além disso, no decorrer do levantamento, serão mencionados alguns trabalhos importantes, que não foram teses, dissertações ou monografias, mas que também tiveram alguma relação com as Universidades, na medida em que foram conduzidas por professores dessas instituições.

## O levantamento

### Espírito Santo

**01 - Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)**DISSERTAÇÕES

<b>TÍTULO</b>		
O fechamento das salas de cinema na cidade de Vitória e a política da Embrafilme para a produção do cinema nacional: Projetando a própria crise		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
André Malverdes	História	2007

Obs: Foram encontradas outras três publicações de André Malverdes: “No escurinho do cinema: a história das salas de exibição na Grande Vitória” (2008), “Memórias fotográficas: a história das salas de cinema de Vitória” (2011) e “Inventário analítico Cine Memória: as salas de cinema do Espírito Santo (2013)”.

MONOGRAFIAS

Bacharelado

<b>TÍTULO</b>		
Cinema no Espírito Santo: um estudo de caso sobre o fechamento das salas		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Cícero Peixoto de Oliveira Gilcéia Lima Gonçalves Maria das Graças Tardin	Comunicação Social	1982

<b>Rio de Janeiro</b>
-----------------------

**01 - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)**TESES

<b>TÍTULO</b>
Entre achados e perdidos:

Colecionando memórias dos palácios cinematográficos da cidade do Rio de Janeiro		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Márcia Cristina da Silva Sousa	Memória Social	2013

### DISSERTAÇÕES

<b>TÍTULO</b>		
Cine Palácio: Documento cinematográfico e patrimônio arquitetônico no “Museu de Percurso Lugar de Memória Cinelândia / Entorno”		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Glória Gelmini de Castro	Museologia e Patrimônio	2016

<b>TÍTULO</b>		
Cenas da cidade: De cinema à igreja, a memória do Cine Palácio Campo Grande		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
William de Souza Vieira	Memória Social	2009

Obs: A dissertação foi publicada, no ano de 2017, pela Editora Multifoco.

<b>TÍTULO</b>		
Uma janela para o mundo: Memória e cinema em Vitória da Conquista		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Milene de Cássia Silveira Gusmão	Memória Social	2001

## **02 - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**

### TESES

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

<b>TÍTULO</b>		
Espectação cinematográfica no subúrbio carioca da Leopoldina: Dos “cinemas de estação” às experiências contemporâneas de exibição		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Talitha Gomes Ferraz	Comunicação e Cultura	2014

<b>TÍTULO</b>		
Arquitetura do espetáculo: Teatros e cinemas na formação do espaço público da Praça Tiradentes e da Cinelândia		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Evelyn Furquim Werneck Lima	História Social	1997

Obs: A tese foi publicada, no ano de 2000, pela Editora da UFRJ.

### DISSERTAÇÕES

<b>TÍTULO</b>		
Revitalização do Cine Orly: “Espaço São Carlos” de apoio à cultura cinematográfica		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Izabella de Souza Barreto Ramos Ferreira	Arquitetura	2016

<b>TÍTULO</b>		
Conflito entre uso e forma nas salas de cinema tombadas do Rio de Janeiro		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Bruno Sarmiento dos Santos	Arquitetura	2015

<b>TÍTULO</b>

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

Cinemas no Rio de Janeiro: Trajetória e recorte espacial		
AUTORIA	PPG	ANO
Raquel Gomes de Sousa	Geografia	2014

TÍTULO		
<p>Construção de sociabilidades e memórias na Tijuca: O caso dos extintos cinemas da Praça Saens Peña e as atuais formas de espetação cinematográfica no bairro</p>		
AUTORIA	PPG	ANO
Talitha Gomes Ferraz	Comunicação e Cultura	2009

Obs: Com o título “A segunda Cinelândia carioca”, a dissertação foi publicada, no ano de 2012, pela Editora Mórula.

TÍTULO		
<p>Teatro e cinema: Espaço público e cultura na identidade do Rio de Janeiro (1900-1940)</p>		
AUTORIA	PPG	ANO
Maria Célia Félix de Souza	Planejamento Urbano e Regional	2007

TÍTULO		
<p>Salas de cinema <i>art déco</i> no Rio de Janeiro: A conquista de uma identidade arquitetônica (1928-1941)</p>		
AUTORIA	PPG	ANO
Renato da Gama-Rosa Costa	Arquitetura	1998

Obs: A dissertação foi publicada, no ano de 2011, pela Editora Apicuri.

TÍTULO
Determinação do critério de ruídos recomendável

para salas de exibição cinematográfica		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Osvaldo Luiz Emery	Arquitetura	1994

MONOGRAFIAS

Especialização

<b>TÍTULO</b>		
Acessibilidade nos cinemas: A experiência cinematográfica sob uma perspectiva inclusiva		
<b>AUTORIA</b>	<b>ESPECIALIZAÇÃO</b>	<b>ANO</b>
Osvaldo Luiz Emery	Acessibilidade Cultural	1994

MONOGRAFIAS

Bacharelado

<b>TÍTULO</b>		
Análise estratégica do cine pipocão: Estudo de caso de cinemas no interior da Região Sudeste		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Adriana Bustamante Celes	Administração	2007

**03 - Universidade Federal Fluminense (UFF)**

TESES

<b>TÍTULO</b>		
Cine(mão): espaços e subjetividades darkroom		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Helder Tiago Cordeiro Maia	Estudos Literários	2018

Obs: A tese foi publicada, no ano de 2018, pela Editora Devires.

<b>TÍTULO</b>		
A noiva da colina vai ao cinema: A história da exibição cinematográfica em Piracicaba (SP)		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Natasha Hernandez Almeida Zapata	Cinema e Audiovisual	2018

### DISSERTAÇÕES

<b>TÍTULO</b>		
O Estado e a exibição: As políticas estatais de acesso ao cinema e audiovisual no Rio de Janeiro a partir de 2010		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Adil Giovanni Lepri	Comunicação	2016

<b>TÍTULO</b>		
Público de cinema em foco: Um olhar acerca das salas de exibição do bairro de Botafogo e seus frequentadores		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Bianca Salles Pires	Sociologia	2013

<b>TÍTULO</b>		
A melhor diversão? Para quem? Consumo de cinema no Brasil após a chegada dos multiplexes		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Carla Sobrosa Mesquita Monsorens	Comunicação	2011



MONOGRAFIAS

## Bacharelado

<b>TÍTULO</b>		
Inventário das salas de cinema de rua de Patos de Minas: Exibidores e espaços de exibição comercial no Alto do Paranaíba, Minas Gerais		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Natália Teles Silva e Fróes	Cinema e Audiovisual	2018

<b>TÍTULO</b>		
Exibidores brasileiros: Breve histórico dos exibidores cinematográficos de Varginha (MG)		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Otávio Henrique Reis Lima	Cinema e Audiovisual	2017

<b>TÍTULO</b>		
Niterói através dos cinemas: Uma análise das relações do niteroiense com os cinemas de rua entre 1950 e 1989		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Ana Carolina Azevedo Reveles Esposito	Produção Cultural	2014

<b>TÍTULO</b>		
Cinema Icaraí: proposta de preservação e uso cultural		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Joana da Fonseca Rosa	Arquitetura	2010

<b>TÍTULO</b>		
A projeção digital nos cinemas do Rio de Janeiro		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Rodrigo Rodrigues Torres	Cinema e Audiovisual	2010

<b>TÍTULO</b>		
Cinema digital e popular: O Ponto Cine como uma alternativa de democratização do mercado exterior		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Marcele Moreira Bessa	Comunicação	2009

<b>TÍTULO</b>		
Projeto de readequação de usos para o extinto Cine Imperador		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Juliana Lopes Pinto	Arquitetura	2007

<b>TÍTULO</b>		
Reabilitação do Cine Bom Jardim		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Camila Cariello dos Santos	Arquitetura	2007

<b>TÍTULO</b>		
Memória, uso e espaço: um estudo de caso do Cinema Icarai		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Marco Antônio Pimentel Raquel Faber Marra Barreto	Arquitetura	2007

<b>TÍTULO</b>		
Complexo de cinemas em Mesquita		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Neile Fabiana Menta Pinto	Arquitetura	2007

<b>TÍTULO</b>		
A dinâmica da distribuição espacial dos cinemas na área central do Rio de Janeiro		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Maikon Rorerth de Novaes	Geografia	2006

<b>TÍTULO</b>		
Multiplex: o cinema na era do fast-food		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Clarisse Goulart	Produção Cultural	2004

<b>TÍTULO</b>		
Modernização e revitalização do edifício do cinema Pathé		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Marco Antônio Pimentel de Mello Sérgio Roberto Leusin de Amorim Rosani Rocha	Arquitetura	2001

<b>TÍTULO</b>		
Espaco Alternativo: cinema ao ar livre na Ilha do Governador		
<b>AUTORIA</b>	<b>FACULDADE</b>	<b>ANO</b>
Lélia Mendes de Vasconcellos Maurício Monteiro Campbell Raphael Cabral	Arquitetura	2000

### OUTROS

É essencial destacar também os seguintes trabalhos: “Cinematographo em Nitheroy: a história das salas de cinema de Niterói” (Rafael de Luna Freire, 2012); “Cine Arte UFF 35 anos” (Alexander Vancellote, Denise Cataldo e Paulo Máttar, 2003) e, por fim, “Espaços de sonho: cinema e arquitetura no Rio de Janeiro” (João Luiz Vieira e Margareth Campos Pereira, 1983).

**04 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**

Não foram encontrados trabalhos na instituição

**05 - Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)**DISSERTAÇÕES

<b>TÍTULO</b>		
Imagens na cidade, imagens da cidade: Mapeando relações de Petrópolis com o cinema		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Aline Castella Freire	Educação, Cultura e Comunicação	2015

<b>TÍTULO</b>		
Na tela, o cine Guaraci, um artefato transformado em símbolo geográfico no cruzamento dos tempos em Rocha Miranda, Rio de Janeiro		
<b>AUTORIA</b>	<b>PPG</b>	<b>ANO</b>
Lúcia Rodrigues de Almeida Dias	Geografia	2014

**06 - Universidade Estadual da Zona Oeste (UEZO)**

Não foram encontrados trabalhos na instituição

**07 - Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF)**

Não foram encontrados trabalhos na instituição

<b>Outras</b>
---------------

- GONZAGA, Alice. **Palácios e poeiras: 100 anos de cinemas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

### Considerações finais

Nos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, encontramos a seguinte quantidade de pesquisas:

<b>UNIVERSIDADES / OUTRAS</b>	<b>PESQUISAS</b>
Universidade Federal do Espírito Santo	5
Universidade Federal do Estado do Rio Janeiro	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro	11
Universidade Federal Fluminense	22
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	0
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2
Universidade Estadual da Zona Oeste	0
Universidade Estadual do Norte Fluminense	0
Outras	1

São, portanto, 45 trabalhos produzidos. A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) se destacam, com 11 e 22 projetos respectivamente. O próximo levantamento abarcará as Universidades Públicas de Minas Gerais e de São Paulo. Em Minas Gerais, são 13 instituições de ensino superior: Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade Federal de Lavras (UFLA), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), Universidade Federal de

Uberlândia (UFU), Universidade Federal de Viçosa (UFV), Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Já em São Paulo, são 7 instituições de ensino superior: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade de São Paulo (USP) Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP). Sem sombra de dúvidas, elas adicionarão trabalhos importantes ao banco de dados “Histórias de Cinemas”.

### **Referências bibliográficas:**

ALLEN, Robert C. From exhibition to reception: reflections on the audience in film history. In: WALLER, Gregory (Ed.). **Moviegoing in America: a sourcebook in the history of film exhibition**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 2002.

BILTEREYST, Daniel; LOTZE, Kathleen; MEERS, Philippe. Triangulation in historical audience research: methodological research project on cinema audiences in Flanders. In: **Participations**, Volume 9, Issue 2, 2012.

FERRAZ, Talitha. As potências da “nostalgia ativa” na luta pela salvaguarda do Cine Vaz Lobo. In: **Revista do PPG em Comunicação e Cultura da UFRJ**, v.21, n.3, 2017.

MALTBY, Richard. New Cinema Histories. In: MALTBY, Richard; BILTEREYST, Daniel; MEERS, Philippe (Eds.). **Explorations in New Cinema History: approaches and case studies**. Oxford: Blackwell Publishers, 2011.

## **A recepção crítica de Cidade de Deus: entre a polêmica nacional e a aclamação estrangeira**

Tomás Santos Lopes de Freitas<sup>1</sup>

**Resumo:** Filmes como Cidade de Deus (2002, dir. Fernando Meirelles & Katia Lund), que trazem marcadamente um retrato de miséria e marginalização social, se consolidaram em determinado período na produção brasileira que circulava internacionalmente, muito em função de corresponderem a um horizonte de expectativas estrangeiro do Brasil. Eles trazem um retrato vendável no estrangeiro e, defendemos, sua ampla aclamação também se deve ao fato de as imagens do filme serem recebidas como um "retrato fiel" da sociedade. No Brasil o longa foi alvo de uma ampla discussão na crítica especializada, que questionava a espetacularização da pobreza supostamente retratada no filme. Procuraremos comparar estas duas recepções, ressaltando o papel do retrato social que o filme propõe.

**Palavras-chave:** estudos de recepção; história e cinema.

**Abstract:** Films such as Cidade de Deus (2002, dir. Fernando Meirelles & Katia Lund), which markedly bring a portrait of poverty and social marginalization, were consolidated in a certain moment of the brazilian production that circulated internationally, much due to them corresponding to foreign expetations of Brazil. They carry a portrait that is marketable abroad and their wide acclamation is also due to the fact that the images in the film are perceived as a "reliable portrait" of society. In Brazil, the film was targeted by a broad discussion among the critics, questioning the spectacularization of poverty allegedly pictured in the film. We will compare these two receptions, highlighting the role of the social portrait offered in the film.

**Keywords:** reception studies; history and cinema.

---

<sup>1</sup> Licenciado em História pela UFJF (2017) e mestrando em História na linha Poder, Mercado e Trabalho pela mesma instituição. E-mail: [tomasdefreitas@hotmail.com](mailto:tomasdefreitas@hotmail.com)

Cidade de Deus foi, inegavelmente, um marco para o cinema brasileiro. Fez avançar nossa cinematografia técnica e dramaturgicamente, inserindo o processo de pós-produção no processo fílmico, refinando a estética e abrindo portas no cenário internacional para diversos filmes que se aproveitariam da aceitação temática do filme de Meirelles e Lund. Até o trabalho feito com os atores foi visto como inovador, recrutando moradores da própria comunidade que dá nome ao longa.

Ainda que sucesso de público e de grande parte da crítica, contudo, Cidade de Deus não se viu livre de polêmicas e debates mais aprofundados acerca do Brasil que estava sendo Retratado. O principal deles veio a partir da ideia de uma “estética e cosmética da fome”, proposta pela pesquisadora Ivana Bentes, da Escola de Comunicação da UFRJ. A autora promove uma reflexão comparada entre a forma como foram utilizados territórios fraturados socialmente – em especial o sertão e a favela – no Cinema Novo e na filmografia do final do século XX e início do XXI. São “lugar da miséria, do misticismo, dos deserdados, nãolugares e simultaneamente espécies de cartão-postal perverso, com suas reservas de “tipicidade” e “folclore”, onde tradição e invenção são extraídas da adversidade” (BENTES, 2007: 242).

Para entender a lógica de utilização destes espaços na cinematografia cinemanovista, Bentes retoma o conceito de Estética da Fome, proposto por Glauber Rocha. Segundo ela, Rocha

Abandonava o discurso político-sociológico corrente na década de 1960 e 1970 de “denúncia” e “vitimização” diante da pobreza, para dar um sentido afirmativo e transformador para os fenômenos ligados à fome, à pobreza e à miséria latino-americanas. Buscando reverter “forças auto-destrutivas máximas” num impulso criador, mítico e onírico. (...) em “Estética da fome”, Glauber tematizava com urgência e virulência, com raiva até, sobre “o paternalismo do europeu em relação ao Terceiro Mundo”. Analisava a “linguagem de lágrimas e mudo sofrimento” do humanismo, um discurso, político e uma estética incapaz de expressar a brutalidade da pobreza. Transformando a fome em “folclore” e choro conformado” (BENTES, 2007: 243)

O Cinema Novo então propunha uma questão ética e uma questão estética acerca de como retratar o sertão e a favela que muito difere da forma de, por exemplo, Meirelles e Lund. Eticamente, como demonstrar a pobreza e a exclusão de forma não piegas, não paternalista? Esteticamente, como levar o espectador a sentir, a compreender os efeitos



da pobreza e da fome? Neste cenário, Rocha propõe uma estética da violência, na qual “seria necessário violentar a percepção, os sentidos e o pensamento do espectador, para destruir os clichês sobre a miséria: clichês sociológicos, políticos, comportamentais.” (BENTES, 2007: 245).

Já no início do XXI, “encontramos o sertão e a favela inseridos em um outro contexto e imaginário, onde a miséria é cada vez mais consumida como um elemento de “tipicidade” ou “natureza” diante da qual não há nada a fazer.”. Em um ensaio proposto para Bentes pelo Estado de S. Paulo, mais específico acerca de Cidade de Deus, a autora diz trata-se de

um filme-sintoma da reiteração de um prognóstico social sinistro: o espetáculo consumível dos pobres se matando entre si. É claro que os discursos "descritivos" sobre a pobreza (no cinema, TV, vídeo) podem funcionar tanto como reforço dos estereótipos quanto abertura para uma discussão mais ampla e complexa em que a pobreza não seja vista somente como "risco" e "ameaça" social em si. Esse talvez seja o viés político, extracinematográfico que o filme pode provocar. Já a narrativa nos remete freqüentemente para uma sensação já experimentada no filme de ação hollywoodiano, o "turismo no inferno" em que as favelas surgem não como "museu da miséria", mas novos campos de concentração e horrores. O cinema do massacre dos pobres nos prepara para o massacre real, que já acontece e por massacres por vir, como o cinema americano de ação antecipou e produziu o clima de terror e controle internacional e o clamor por "justiça infinita"?<sup>1</sup>

Toda essa discussão teve alguma ressonância na crítica especializada do filme, endossando-a ou criticando-a. José Geraldo Couto, para a Folha de S. Paulo, apresenta todos os pontos levantados por Bentes: politicamente pode-se questionar “a apresentação da favela como um espaço de violência fechado em si mesmo”, sociologicamente pode-se condenar a “a proporção falsa entre negros e brancos na favela” e, referindo-se especificamente a Bentes, “Pode-se ainda criticar a adoção de fórmulas narrativas do filme de ação americano, destinadas a garantir a identificação do espectador com os bandidos "do bem", contra os "do mal". Isso posto, Couto se mostra contrário a todas essas afirmações, reforçando o vigor e primor técnico do longa. Ainda termina seu comentário com uma crítica direta à cosmética da fome, afirmando que

Todas essas conquistas -sem falar da hábil assimilação de técnicas da publicidade e do videoclipe com propósitos narrativos essencialmente cinematográficos- correm o risco de ser obscurecidas por uma reação

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.consciencia.net/2003/08/09/ivana.html>

defensiva e ressentida, armada com o slogan "cosmética da fome".<sup>2</sup>

Em direção contrária está Cleber Eduardo, da revista *Época*. Já vemos o caráter de sua crítica no subtítulo da matéria, no qual afirma que “Cidade de Deus é entretenimento sedutor, mas seu passeio pelo lado selvagem da sociedade carrega muito mais estilo do que verdade”. Inicialmente Eduardo elogia o filme, com seus bons atores e estrutura ágil, mas já no meio de seu texto faz menção ao ensaio de Bentes, questionando a forma como o Meirelles e Lund acabam apresentando um olhar “estrangeiro” daquele universo. Ele afirma que

Cidade de Deus é um neto fashion, tatuado e cheio de piercing de Rio 40 Graus (1955), de Nelson Pereira dos Santos, marco dos retratos sobre as agruras do povo brasileiro. Cada filme reflete seu período. Rio 40 Graustinha uma proximidade com os pobres, ali vistos como os vizinhos ignorados. Em Cidade de Deus, o pobre é 'o outro', um estrangeiro selvagem, distante apesar de tão próximo. Ele está em um mundo bárbaro, à parte, com regras próprias, sintoma de uma sociedade partida, sem elos entre seus andares. O abismo social resultou no não-reconhecimento de um vizinho pelo outro. A aproximação se dá a distância e evita o choque entre as diferenças sociais. Ilhados em um novo quilombo, os personagens não reagem aos de cima. Matam-se uns aos outros e são opressores de si mesmos. Cidade de Deus esvazia a idéia de contraste. Permite ao espectador se sentir longe daquilo.<sup>3</sup>

Se nacionalmente, ainda que um sucesso de público (lucrou, de acordo com o site Box Office Mojo, mais de dez milhões de dólares em solo brasileiro<sup>4</sup>), esteve envolto em alguns questionamentos acerca de sua natureza e narrativa, internacionalmente foi um sucesso enorme. Em relação ao público, é o 39º filme estrangeiro de maior bilheteria nos Estados Unidos, a frente de filmes multipremiados como *Amour*, *Corra, Lola, Corra* e *O Segredo dos Teus Olhos*, e faturou mais de um milhão de dólares na Alemanha, Espanha e Reino Unido.

Em sites agregadores das notas do público, 97% das mais de duzentas e cinquenta mil avaliações no Rotten Tomatoes aprovaram o filme<sup>5</sup>, enquanto no Imdb<sup>6</sup> o filme é o vigésimo primeiro melhor avaliado da história pelos espectadores, com uma média de 8,6 em mais de quinhentas e oitenta mil opiniões. São vastas suas indicações às mais importantes premiações do mundo, com um elemento inédito na cinematografia

<sup>2</sup> Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/critica/ult569u898.shtml>

<sup>3</sup> Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT373958-1661,00.html>

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.boxofficemojo.com/movies/?page=intl&id=cityofgod.htm>

<sup>5</sup> Disponível em: [https://www.rottentomatoes.com/m/city\\_of\\_god/#audience\\_review](https://www.rottentomatoes.com/m/city_of_god/#audience_review)

<sup>6</sup> Disponível em: [http://www.imdb.com/chart/top?ref=tt\\_awd](http://www.imdb.com/chart/top?ref=tt_awd)

brasileira: a presença em categorias técnicas – foi indicado ao Oscar de melhor direção, roteiro adaptado, fotografia e montagem, sendo que nesta última foi consagrado no BAFTA, a mais importante premiação inglesa.

A aceitação crítica também foi enorme: uma nota média de 8,3 em 157 avaliações presentes no agregador Rotten Tomatoes<sup>7</sup>, e aclamação em veículos importantes como o New York Times, L.A. Times e The Guardian. Este último, inclusive, considerou o filme como o sexto melhor longa de ação ou guerra de todos os tempos.

A análise das críticas estrangeiras a respeito de Cidade de Deus nos são caras por permitirem que discutamos as visões de Brasil presentes no imaginário internacional. Considerando que o horizonte de expectativas tem um papel fundamental para a recepção, as análises nunca estarão descoladas de sua realidade social. Assim, defendemos que parte da aceitação massiva do longa se dá também pelo retrato acurado da sociedade brasileira, e que seu sucesso embasa parte da produção nacional – principalmente a de escala mais alta e que intenciona uma fatia de bilheteria no mercado internacional – na medida em que aponta para uma visão de Brasil “vendável”.

No fim de sua análise, o respeitado crítico norte-americano Roger Ebert faz um paralelo entre Cidade de Deus e Gangues de Nova Iorque. Ele afirma que

In both films, there are really two cities: the city of the employed and secure, who are served by law and municipal services, and the city of the castaways, whose alliances are born of opportunity and desperation. Those who live beneath rarely have their stories told "City of God" does not exploit or condescend, does not pump up its stories for contrived effect, does not contain silly and reassuring romantic sidebars, but simply looks, with a passionately knowing eye, at what it know.<sup>8</sup>

Ebert faz uma separação entre “duas cidades” existentes no filme: uma dos empregados e seguros, protegidos pelas leis e agraciados com serviços públicos, e outra dos excluídos, desesperados. Os que vivem “abaixo”, diz raramente tem sua história contada. Nessa fala conseguimos perceber uma espécie de legitimação do longa por dar voz aos marginalizados, aos que vivem em espaços nos quais o Estado não chega – os

---

<sup>7</sup> Disponível em: [https://www.rottentomatoes.com/m/city\\_of\\_god/#contentReviews](https://www.rottentomatoes.com/m/city_of_god/#contentReviews)

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.rogerebert.com/reviews/city-of-god-2003>

universos são separados e praticamente imiscíveis, num cenário social realmente profundamente desigual.

O grande diferencial de alguns filmes contemporâneos que conseguiram rodagem internacional é justamente o acerto em mostrar essas duas realidades se misturando, tendo suas fronteiras relativizadas. É o caso de *Que Horas Ela Volta?*, por exemplo: o longa se preocupa em construir o universo da empregada doméstica Val como distante ao dos patrões, praticamente inatingível; mas sua filha, Jéssica, relativiza as distâncias ocupando espaços antes impensáveis: o quarto de visitas, uma faculdade pública disputada e em geral acessível somente aos que cursaram ensino privado.

O último parágrafo de Ebert, sobre o olhar certeiro do cineasta, nos permite uma aproximação com a discussão levantada por Ivana Bentes: não há, na crítica estrangeira, proposições que apontem para uma glamourização estética a respeito do olhar sobre a favela e a criminalidade. Os diretores são exaltados justamente por conseguirem imprimir um caráter de real, de olhar acurado para aqueles espaços.

Tal caráter se manifesta também nas críticas do *The Guardian* e do *New York Times*. É interessante notar como todas as três peças analisadas são longas e se preocupam em esmiuçar a temática do filme por longos parágrafos – algo que só é discutido superficialmente em *O Som ao Redor* e *Que Horas Ela Volta*.

No jornal nova-iorquino é levantada uma questão interessante. Stephen Holden escreve que

*City of God*, "which opens today in New York and Los Angeles, is the latest and one of the most powerful in a recent spate of movies that remind us that the civilized society we take for granted is actually a luxury. Although the police pop up now and again in *Cidade de Deus*, law and order are as scarce on these mean streets (just minutes away from one of the world's most glorious beaches) as they are in the slums of 1860's Manhattan depicted in Martin Scorsese's *Gangs of New York*.<sup>9</sup>

Há um “mundo civilizado” tomado como certo por boa parte da população – ao menos dos países desenvolvidos. Filmes como *Cidade de Deus* e *Gangues de Nova Iorque* rompem com essa visão, o que potencializa com este impacto. Contudo, ambos os longas

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.theguardian.com/culture/2003/jan/03/artsfeatures2>

são de realidades distantes: Meirelles e Lund geograficamente, Scorsese temporalmente. São raros os esforços de mostrarem como, no século XX, também há um cenário de marginalização e desigualdade perto da Times Square ou do Empire State Building – um universo distante do da Manhattan de 1860.

Até o longa como um trabalho histórico é ressaltado pela análise do *The Guardian*. O crítico Peter Bradshaw afirma que

His mastery of his material consists not merely in the adaptation of Paulo Lins's novel, but a direct engagement with the ghetto itself, and his triumphant recruitment of a veritable army of non-professionals is the result of an almost military raid on this dangerous territory. This is something that combines film-making with oral history. It is a compelling piece of work.<sup>10</sup>

É provavelmente neste vértice do fazer fílmico com um teor histórico – ou ao menos uma visão histórica do Brasil até então disseminada – que se consolida o horizonte de expectativas. Não defendemos que *Cidade de Deus* está descolado da realidade social brasileira do período; a própria crítica nacional reconhece que há um casamento entre a temática de Meirelles e Lund e o cenário social do final do início do século XX. Pablo Villaça, um dos críticos mais respeitados atualmente inicia sua análise dizendo que

*Cidade de Deus* é o filme certo no momento certo. Lançada em meio a uma das maiores crises de violência da história de nosso país (mesmo se considerarmos a violência patrocinada pelo Estado na época da ditadura), a produção retrata de forma realista - e, conseqüentemente, chocante - o terrível universo do tráfico que é, sem dúvida, o maior responsável pelas barbaridades que todos enfrentamos atualmente. Mergulhando sem reservas em um mundo praticamente desconhecido por boa parte da sociedade, que de seu confortável sofá encara todos os habitantes de nossas favelas como um mero constrangimento, *Cidade de Deus* prova que o problema é infinitamente mais complexo do que o *Jornal Nacional* tenta nos fazer acreditar: capturar Elías Maluco (ou qualquer outro grande traficante) será tão eficaz no combate ao tráfico quanto a morte de Osama bin Laden o será para o fim do terrorismo mundial. O problema não reside em uma pessoa, mas em um sistema cujo `código de honra` é mais sangrento do que a guerra do Vietnã e cujos lucros são maiores do que a indústria do tabaco.<sup>11</sup>

---

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.nytimes.com/movie/review?res=9507E0D71E31F934A25752C0A9659C8B63>

<sup>11</sup> Disponível em: <http://cinemaemcena.cartacapital.com.br/critica/filme/6784/cidade-de-deus>

Problematizamos aqui o casamento existente entre o sucesso internacional do filme, muito em função também de sua primazia técnica, e sua temática, que encaixa-se em uma visão de subdesenvolvimento presente no ideário estrangeiro. Com isso, o próprio mercado brasileiro – ao menos o grande mercado – se mobiliza para atender as expectativas deste público de fora, o que conseguimos ver a partir dos longas lançados em festivais internacionais lá fora e daqueles que conseguem bilheteria internacional.

### **A internacionalização do cinema brasileiro pós-retomada.**

Três autores versam sobre o movimento de internacionalização do cinema brasileiro no início do século XXI: Valente (2010), Johnson (2009) e Ballerini (2017). Todos eles procuram apontar caminhos comuns seguidos pela cinematografia – o que nos ajuda a pensar acerca de um horizonte de expectativas consolidado com Cidade de Deus.

Valente já inicia seu texto destacando o papel seminal do filme de Meirelles e Lund no imaginário estrangeiro. Ele diz:

Queremos apenas usar a figura de retórica para dar conta do tamanho do fenômeno representado por este filme na definição da imagem do cinema brasileiro (e do Brasil, por que não?) lá fora. De fato, Cidade de Deus passou a ocupar um espaço neste imaginário estrangeiro, que tem poucos e raros precedentes na história (e cujas muitas semelhanças entre si podem nos ajudar a pensar acerca do que se espera e como se constrói, afinal, esta imagem de país): Orfeu Negro, o Cinema Novo de forma mais ampla (e menos especificamente algum filme), Pixote, Central do Brasil... e é isso. Exceto que, por circunstâncias que podem ir do momento em que ele surge (muito mais “globalizado”) até características próprias da sua linguagem (dramatúrgica e estética), pode-se afirmar sem medo que Cidade de Deus avançou bem mais do que seus predecessores, no sentido de que se espalhou bem além de uma cultura cinéfila necessariamente cosmopolita, que tem por base o circuito dos festivais, e se infiltrou mesmo no subconsciente comum do caldo do que é o “cinema mundial”. (VALENTE, 2010: 33)

Tal afirmação pode ser comprovada pela recepção, da crítica e do público, pela quantidade de entrevistas estrangeiras sobre o Brasil, não necessariamente só de cineastas ou artistas, e pelo fato de o filme ter possibilitado sólida carreira internacional para seu diretor, fotógrafo, roteirista e montador (que não só concorrem ao Oscar como, ao longo da década de 2000, participam de diversos filmes Hollywoodianos).

Ao falar sobre a participação brasileira em festivais internacionais, em especial Cannes, Veneza e Berlim, Valente faz uma afirmação que nos permite traçar fortes paralelos com o horizonte de expectativas proposto por este trabalho. Sobre os longas

escolhidos para representar o país em tais festivais, é notável perceber que

os filmes escolhidos para representar o Brasil nestes festivais (escolhidos pelos estrangeiros, é bom que se diga, algo diferente do que é ser enviado para o Oscar de filme estrangeiro, uma escolha feita por brasileiros) partilham, em maior ou menor grau, de algo que se pode esperar de uma imagem do cinema brasileiro, e principalmente do Brasil, construída lá fora. Assim, para cada exemplar urbano em torno da classe média, como um *A Via Láctea* (exibido na Semana da Crítica de Cannes), temos muitos outros que se passam ou nas áreas sertanejas/rurais (*Mutum*; *Cinema, Aspirinas e Urubus*; *A Festa da Menina Morta*; *Garapa*; *Árido Movie*), ou em torno das favelas e conflitos urbanos de classes mais baixas (*5x Favela*; *Lixo Extraordinário*; *Cidade Baixa*; *No Meu Lugar*; *O Invasor*). Isso também ajuda a entender porque alguns cineastas que gozam de considerável prestígio dentro do Brasil, como é o caso de José Eduardo Belmonte ou Eduardo Coutinho, quase não circulam lá fora. (VALENTE, 2010: 34).

Ballerini aponta uma trajetória de internacionalização semelhante à proposta por Valente. Fazendo um paralelo com o movimento do Cinema Novo, principalmente da década de 1960, o autor aponta para uma homogeneidade temática na produção fílmica contemporânea, muitas vezes por corresponder à expectativas e demandas de festivais. Para ele,

(...) há algo que une o atual momento do cinema brasileiro à fase iniciada por Glauber Rocha nos anos 1960. Trata-se da homogeneidade temática dos filmes brasileiros que circulam no exterior. Apesar de nossa produção ter atingido certo grau de diversidade temática e estética, do ponto de vista internacional, permanecemos produzindo os mesmos tipos de filme, envolvendo questões como a vida na favela, o tráfico de drogas, a miséria no Nordeste e a violência. (BALLERINI, 2017: 187)

O autor traz duas entrevistas, com o cineasta Samuel Tomfohr e o jornalista da CNN Marco Woldt, que falam sobre o tema, principalmente sobre a importância de *Cidade de Deus*. Woldt fala do papel seminal de *Cidade de Deus* em promover uma associação do cinema brasileiro com a edição rápida, cores vívidas, extrema violência e narrativas envolvendo o universo da favela. O jornalista afirma que o filme de Meirelles e Lund

Foi decisivo nesse processo. Durante muitas décadas, acontecimentos nas favelas brasileiras não eram cobertos pela mídia internacional devido à dificuldade de acesso a elas. Para muitos de fora, o filme de Fernando Meirelles foi o primeiro retrato da vida dentro da favela, embora ficcional. A análise das divisões de classe, combinada com estética e entretenimento, transformou o filme em cult e sucesso de bilheteria (BALLERINI, 2017: 196)

Tomfohr segue uma linha semelhante, caracterizando a visão do Brasil internacionalmente como marcada pelo exótico, sensual e violento. Ele atribui a dificuldade dos filmes estrangeiros – em especial o cinema brasileiro – em quebrar barreiras no mercado norte-americano por uma “combinação da expectativa do público com a percepção por parte dos distribuidores com relação àquilo que o público quer” (BALLERINI, 2017: 196). Neste sentido, é significativa o levantamento acerca da bilheteria dos filmes brasileiros no mercado estadunidense de 1995 à 2010, presente tanto no texto de Ballerini como no de Johnson.

Bellerini argumenta acertadamente que há uma homogeneização temática presente nos filmes que conseguiram rodagem nos Estados Unidos – violência, tráfico, vida nas favelas, etc. Johnson, ao analisar a mesma tabela, ressalta que “(...) os filmes que tem acesso ao mercado americano são filmes orientados para um público mais amplo do que para um público restrito” (JOHNSON, 2010: 138), o que fortalece a tese de um horizonte de expectativas, no sentido de uma visão prévia aceita como realidade brasileira que fortalece a propagação de determinados filmes.

Afinal, como novamente salienta Johnson, há uma clara tendência da crítica e público estadunidenses de situar os filmes em termos do seu próprio conhecimento, e não necessariamente da realidade em si retratada – não vemos, assim, um debate no cenário internacional como o suscitado por Ivana Bentes.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BALLERINI, F. Cinema brasileiro no século 21. São Paulo: Summus editorial, 2012.
- BENTES, I. Sertões e favelas no cinema brasileiro contemporâneo: estética e cosmética da fome. *ALCEU*: v.8, n.15, p. 242 a 255, jul./dez. 2007.
- JOHNSON, R. O cinema brasileiro visto de fora In: MELEIRO, A. (Org.). *Cinema e Mercado*. São Paulo: Escrituras Editora, 2010. p. 135-155.
- VALENTE, E. Quais as imagens do Brasil lá Fora?. *Cinema brasileiro: anos 2000, 10 questões*: volume único, p. 32 a 37, Rio de Janeiro, 2011.



## SIMPÓSIO TEMÁTICO 20

### A Escrita Feminina e as Relações de Gênero: Diálogos Possíveis

#### **Coordenadoras:**

Ioneide Maria Piffano Brion de Souza - Doutora em História, Política e Bens Culturais - (FGV) / Doutoranda do Programa de Pós-graduação em História (UFJF)

Laura Junqueira de Mello Reis - Mestranda do Programa de Pós-graduação em História - (UFJF)

Mariana Mello Alves de Souza - Mestranda do Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos Literários (UFJF)

Natália Lopes de Souza - Mestranda do Programa de Pós-graduação em História (UFJF)

#### **Ementa:**

Nos debates mais recentes a escrita literária e a historiográfica são compreendidas como leituras possíveis da recriação do real uma vez que os discursos não apenas representam, mas também instituem imaginários e práticas sociais. O texto lido não oferecerá apenas a mediação do conhecimento de si mesmo, mas em última instância, estará proporcionando o conhecimento de um “mundo” através do mundo dos escritos. De acordo com Paul Ricoeur “contando histórias os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais do desenvolvimento, marcam com enredo e desenlaces o curso muito complicado das ações reais” (RICOEUR, 1978). Sendo assim, há uma crescente confluência entre História e Escritos Ficcionalis que tem possibilitado encarar a forma historiográfica e a forma ficcional como apenas formas de apropriação e construção da realidade, modalidades de discurso que devem ser situadas no mundo real e que possuem por objeto o homem.

Este Simpósio Temático pretende ser um espaço para se pensar a escrita de autoria feminina não só através da literatura mas também através de artigos de periódicos, cartas, diários e todos os meios utilizados pelas mulheres para se expressarem. Propondo assim, o entendimento desses escritos como uma forma de perceber as experiências sociais, o papel e o lugar social destinado a mulher em sua temporalidade. Desta forma, enfatizando discussões que busquem problematizar como atribuições de feminilidades e masculinidades são historicamente formatadas. Para tanto, deseja-se a análise das

relações de gênero articular outros marcadores operantes socialmente (raça, classe, geração, identidade, sexualidade, religião, por exemplo) desenvolvendo, assim, investigações críticas sobre identidades de gênero, particularmente a partir de perspectivas que problematizem processos de naturalização e normatização.

Objetivos:

- \* Acolher resultados de pesquisas concluídas ou em andamento que possam revelar experiências e/ou a agência de sujeitos silenciados no passado e/ou no presente, a partir de uma perspectiva de gênero que tenha a escrita feminina como fonte.
- \* Discutir pesquisas e a utilização destas para compreender e perceber como foram/são construídas as relações de poder que estruturam sistemas de desigualdades e exclusão.
- \* Receber estudos que se voltem para a produção literária de escritoras, buscando desvendar como se constroem literariamente a(s) identidade(s) feminina(s).
- \* Refletir sobre a definição dos papéis sociais procurando revelar os obstáculos que se interpõem à afirmação da intelectual no mundo das Letras.
- \* Entender a abertura de espaço que determinados periódicos estavam destinando às mulheres escritoras, a partir de meados do século XIX.
- \*Problematizar a escrita feminina como meio de resistência ao pensamento dominante.

As desigualdades de gênero na sociedade resultam de uma tendência histórica em “naturalizar” desigualdades preexistentes. A naturalização das desigualdades de gênero desempenha uma função fundamental na reprodução das desigualdades sociais, quer sejam elas de classe, raciais, de geração, étnicas e/ou sexuais e ajudam a difundir a ideia de igualdade de oportunidade para todos, ainda que em presença de forte hierarquização. Isto se torna possível porque as desigualdades de gênero aludem sempre às relações de poder,consequentemente,a forma como vivencia-se a opressão e a discriminação está diretamente relacionada a esta articulação. Os papéis sociais instituídos para o conjunto dos indivíduos são estabelecidos na sociedade como normas ou como costumes, sendo possível percebê-los na memória de histórias de vida, nos documentos oficiais e/ou nas leis. Assim, neste movimento reflexivo, os discursos historiográficos e os literários, ainda que mantenham suas fronteiras e particularidades, podem ser mobilizados de forma articulada para uma compreensão mais complexa desses papéis sociais. Partindo dessa perspectiva, pode-se sugerir que os textos ficcionais têm o potencial de contribuir para

uma interpretação mais ampla e multifacetada das sociedades e das relações que nela se desdobram.

Assim, é pensando na relevância social de pesquisas que se debruçam sobre questões de gênero, num contexto político e cultural em que a espoliação e a apropriação do corpo feminino adquire a cada dia novas e mais problemáticas configurações, é que propomos esse espaço de debate.

## Madame de Staël: um panorama sobre os estudos biográficos, literários e teóricos acerca da herança deixada pela personagem no plano França-Brasil

Louise Salles Schaeffer<sup>1</sup>

### Resumo

Este artigo<sup>2</sup> apresenta um panorama de estudos (artigos, teses, biografias, dissertações) feitos na Europa e na América do Sul, e aqui são enfatizados os estudos feitos na França e no Brasil, produzidos sobre a figura de Madame de Staël, seja no campo das Letras, com ênfase na literatura e os trabalhos de tradução e revisão, seja no campo da História, através de uma caracterização da personagem no contexto de uma França Revolucionária. É por meio da influência e da herança que os pensamentos e ideais da Baronesa deixados à História Cultural, Intelectual e Social Contemporânea que surgem os principais estudos feitos sobre a personagem e que ditam as principais pesquisas no campo literário e histórico sobre o contexto em que a França estava inserida no século XIX.

**Palavras-chave:** Madame de Staël, Romantismo, Tradução.

### Résumé

Cet article présente un panorama des études (articles, thèses, biographies, mémoires) réalisées en Europe et en Amérique du Sud, et souligne ici les études réalisées en France et au Brésil, réalisées sur la figure de Madame de Staël, que ce soit sur le terrain l'accent étant mis sur la littérature et le travail de traduction et de révision, que ce soit dans le domaine de l'histoire, à travers une caractérisation du personnage dans le contexte d'une France révolutionnaire. C'est par influence et par héritage que les pensées et les idéaux des Baronesa laissés à l'histoire sociale culturelle, intellectuelle et contemporaine ont été les principales études réalisées sur le personnage et qui dictent les recherches

---

<sup>1</sup> Licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email lo-loal@hotmail.com.

<sup>2</sup> Este artigo foi elaborado a partir da pesquisa e projeto do Trabalho de Conclusão de Curso realizado pela autora.

principales dans le domaine littéraire et historique sur le contexte dans lequel le La France a été insérée au XIXe siècle.

**Mots-clés:** Madame de Staël, Romantisme, Traduction.

### Madame de Staël global: a baronesa que encantou a Europa.

Anne Louise Germaine Necker nasceu em Paris no dia 22 de abril de 1766, no contexto de uma França governada por Luis XV e possuiu uma vida baseada em críticas, contestações e pensamentos muito à frente do seu tempo. Foi uma mulher determinada, independente e muito culta, para os parâmetros da época era considerada uma forte influência na escrita e na produção letrada francesa. Desde muito nova já se interessava pela vida política e era muito erudita. Sua educação fez com que se tornasse uma escritora importante, divulgadora fundamental do Romantismo na França e uma das principais interlocutoras entre as culturas francesa e alemã no início do século XIX. (RAVAGNANI, 2006). Germaine recebeu grande influência do Iluminismo e da Revolução Francesa e foi uma difusora das ideias libertárias no período totalitário, este, que se moldava através de um nacionalismo exacerbado e um império ditatorial de Napoleão Bonaparte.

Corajosa, Anne Louise não tinha receio de suas ações, muito ambiciosa sempre buscava difundir o conhecimento através da crítica literária. Foi introduzida na vida política desde muito nova, estudos apontam que a partir dos 11 anos já frequentava os salões literários franceses, inclusive o de sua mãe e praticava leitura de autores como Montesquieu, Voltaire e Rousseau. Por influência de seus pais, ela se dedicou fortemente aos estudos e à produção literária, como também ao aprendizado de outras línguas. Desde pequena, Madame de Staël esteve rodeada de pessoas influentes no meio literário e isso permitiu que ela tivesse uma abertura promíscua no mundo político aristocrático.

Madame de Staël possui inúmeras obras, peças de teatro, artigos e citações que marcaram profundamente o século das luzes na França. Ela recebia os melhores estudos e possuía uma educação digna de baronesa, sua formação através dos livros e estudos libertários fez com que, segundo o autor Ricardo Vélez Rodriguez, ela se tornasse uma das personagens mais estudadas na França nos anos 2000. É importante apontar e analisar suas principais obras e o contexto histórico onde elas estão inseridas, portanto, ilustrarei aqui algumas de suas principais publicações.

Além de produções literárias, Madame de Staël escreveu romances, ensaios, cartas e peças de teatro. Durante o período de 1789 a 1799, a França passava pelos

reflexos da Revolução Francesa e é durante essa movimentação política que Madame de Staël emerge com sua produção. Ainda jovem, durante a adolescência, entre os anos de 1781 a 1785 ela escreveu três romances *Mirza, Adelaide et Théodor* e *Pauline* que só foram publicados dez anos mais tarde. Em 1786 ela escreveu uma peça de teatro, *Sophie ou Les sentiments secrets*, porém só foi publicada em 1790. Já em 1788 publicou *Lettres sur le caractere et les écrits de J. J. Rousseau*.

Em 1793, no auge do ano do terror sob à luz dos impactos da Revolução Francesa, Staël publicou *Refléxions sur le procès de la reine* onde defendeu a rainha Maria Antonieta que fora acusada de crimes que não havia cometido. Essa obra é um exemplo de como Staël transcendeu os domínios do Romantismo através do seu papel como precursora do feminismo e defensora das mulheres. Os escritos de Madame de Staël sobre a defesa dos direitos das mulheres lhe renderam, segundo Janaina Ravagnani, o título de primeira feminista da história.

Ainda segundo Janaina Ravagnani, no ano de 1795, a França corria sob os efeitos da Convenção, cuja repressão aos monarquistas ordenou que Madame de Staël deixasse a França, assim sendo, o ministro da polícia francesa assinou um mandado de prisão contra Madame de Staël caso ela voltasse à França. Se refugiando em Coppet, o castelo da família na Suíça, a francesa publicou *De l'influence des passions*. Ainda no mesmo ano, também publicou *Essai sur les fictions*.

O início do século XIX foi o mais marcante e importante em relação à produção de Madame de Staël, isto porque, são publicadas suas obras mais consagradas, consideradas como fonte historiográfica fundamental do romantismo, liberalismo político e teoria literária, essenciais principalmente para o campo da literatura. *De la Littérature: Considérée dans ses rapports avec les Institutions Sociales* que foi publicada em 1800, Madame de Staël enfatiza “Eu me propus a examinar que influência a religião, as leis e os costumes exercem sobre a literatura, e qual a influência da literatura sobre a religião, os costumes e as leis.” (STAEL, 1991: 65)

Assim como *De la littérature*, obras como *Delphine* de 1802, *Corine ou L'Italie* de 1807, *Dix annés d'exil* de 1810 e por fim *De L'Allemagne* de 1813 circularam na Era Napoleônica e são o marco da produção de Staël. Essas obras são consideradas as mais famosas e mais célebres da francesa. Por meio dessas publicações. Madame de Staël é apreciada como precursora não somente do Romantismo na França e pelo intercâmbio

cultural mediado por ela entre a nação francesa e outras nações, mas também, como precursora do liberalismo político.

O fim do processo revolucionário francês em 1799 veio a partir do Golpe de Brumário, cujo resultado instituiu o Consulado (1799 a 1804) na França, ou seja, a primeira fase do governo de Napoleão. Consequentemente, a história francesa e europeia se transformavam, uma vez, que começava de fato a Era Napoleônica. É a partir dessa conturbada relação do imperador com a figura de Madame de Staël na Era Napoleônica, que a produção letrada da francesa se tornou visível e fez com que sua ligação com Napoleão se tornasse uma das relações mais odiadas do período na França, fazendo com que a baronesa fosse considerada inimiga número um do imperador. Seus escritos a condenaram como antipatriota e Napoleão não perdoou a “traição” que ela se submeteu. Foi por meio desse choque, que Madame de Staël foi exiliada da França e muitas de suas publicações foram proibidas de circularem no país por conterem ideias antinacionalistas.

Quando falamos da herança deixada por Madame de Staël é inevitável que a França apareça como o primeiro país da lista de produções sobre a personagem. É nesse país que está sediada a *Société des Etudes Staéliennes* principal fonte de conhecimento e estudos sobre a francesa e onde são produzidos a grande maioria de estudos sobre a personagem. No Brasil há poucos estudos que falam sobre a vida e a obra de Madame de Staël, entretanto, fora do Brasil muito se publicou e discutiu sobre sua vida e suas obras. Dentre as muitas biografias publicadas, destacam-se na maioria dos casos os autores franceses. Existem desde autores contemporâneos à baronesa, que viveram no século XIX até os autores mais atuais que escreveram e publicaram no século XXI. Isso demonstra, em um primeiro momento, a herança cultural, romântica e intelectual que Madame de Staël deixou para a nação francesa e os franceses, mas, também ilustra a importância dos escritos que a *la femme de lettre* realizou em seu período e que contribuíram fortemente para uma herança de estudos literários e históricos que envolvam a França e seus autores.

Dentre os principais nomes de pesquisadores inseridos nessa pesquisa surgem estudiosos como Simone Balayé, importante historiadora e escritora francesa do século XX que foi presidente da *Société des Etudes Staéliennes* a partir do ano de 1984 e foi uma grande estudiosa de Madame de Staël, dedicando 40 anos da sua vida a essas pesquisas. Balayé foi responsável por grande parte dos artigos publicados nos *Cahiers Staéliennes*, inclusive também se ocupou de reeditar vários escritos da própria Madame, assim como escrever boa parte dos prefácios e das introduções nessas reedições a partir de 1960.

Escreveu uma tese de mestrado em 1973 abordando a vida e as obras de Madame de Staël, além de ter publicado dois importantes livros como *Madame de Staël: Lumières et Liberté* em 1979 e *Madame de Staël: écrire, lutter, vivre* em 1994. As pesquisas de Simone Balayé representam uma importante contribuição para a herança literária de Stael não somente na França, mas para todo o mundo. Outro autor que contribuiu com diversos artigos para os *Cahiers Staeliennes* é o crítico literário Gérard Gengembre, que junto com Jean Goldzink publicaram recentemente, em 2017, um importante livro chamado *Madame de Staël, la femme qui osait penser*.

Entre alguns dos nomes de estudiosos mais conhecidos emerge o historiador e escritor francês Albert Sorel e sua obra *Madame de Stael* publicada em 1890. Assim como a escritora Béatrix d'Andlau com a publicação da obra *La jeunesse de Madame de Staël (1766 à 1786)*, o filósofo e historiador francês Jules Michelet em 1854, com a publicação do livro *Mulheres da revolução*, cujo primeiro capítulo é dedicado a Madame de Staël e seu salão e Julia Kristeva, uma filósofa, crítica literária e escritora muito citada e utilizada como referência em diversos trabalhos produzidos no Brasil. Em 1988, ela publicou o artigo *Gloire, deliu et écriture* na edição de número 62 da importante Revista do século XIX *Romantisme* e apontou os extremos em que Stael sempre abordava, como revolução e suicídio, literatura e amor, felicidade e traição e etc.

Beatrice Didier em 1999 debate a participação da baronesa na Revolução, as características de um romance e faz uma reflexão sobre literatura em seu livro *Madame de Staël*. Robert de Luppé publicou em 1969 *Les Idées littéraires de Madame de Staël et l'héritage des lumières (1795-1800)* que disserta através de belas fontes o romance, os ideais, a poesia, a comédia e tragédia à luz do papel de Staël como uma heroína do século XVIII. Em 2015, Laurence de Cambronne publicou *Madame de Staël, la femme qui faisait trembler Napoléon* que debate acerca da trajetória política de Madame de Staël desde os primórdios da Revolução até o enfrentamento com Napoleão, enfatizando o caráter de uma mulher a frente do seu tempo e uma intelectual visionária.

Três importantes biografias sobre Madame de Stael que estão sempre presente em quase todos trabalhos e estudos são em primeiro lugar Gislain Diesbach, autor fundamental na construção e apresentação da vida de Madame de Stael. Sua obra consagrada chamada *Madame de Stael* e foi publicada em 1983. Em segundo lugar há a obra *Madame de Staël* do historiador e escritor francês Michel Winock, publicado em 2010. Em terceiro, mesmo que haja tantas biografias sobre Staël que circulam o mundo



até os dias de hoje, a primeira biógrafa oficial dela foi sua prima Albertine Necker de Saussure que escreveu uma biografia sob o título *Notice sur le caractere et les écrits de Madame de Staël* e foi publicada em 1821 no primeiro volume das *Oeuvres Completes*.

É possível encontrar todo e qualquer tipo de fonte, documentação e referências sobre a baronesa, cujo reflexo como escritora a consagrou como a francesa mais estudada dos anos 2000 no país, em decorrência dos duzentos anos de publicação da obra *De La litterature*. O reflexo de sua grandeza pode ser visto através não somente dos diversos eventos que ocorrem em função da Société Des Études Staliennes, mas também pode ser observado nos nomes de escolas e ruas que rodeiam o país.

### Madame de Staël global: uma mulher letrada na América do Sul.

Como já foi mencionado anteriormente, são poucos os estudos feitos no Brasil sobre Madame de Staël, porém, existe inúmeros pesquisadores que estudaram ou que seguem estudando a personagem em território brasileiro. Neste item, será feito um levantamento de pesquisadores brasileiros que contribuíram fortemente para os estudos literários e históricos, onde é possível enxergar o reflexo de Madame de Staël e uma discussão importante dentro do duplo ambiente história-literatura. Nesse levantamento foi possível afirmar que grande parte dos trabalhos feitos sobre a baronesa provém da região Sul do Brasil, com destaque para Santa Catarina e Paraná. Logo depois, um número considerado de pesquisas aparece na região Sudeste, ênfase para São Paulo e Rio de Janeiro.

Dentro desse panorama de estudos em português sobre a baronesa é importante salientar a relação existente entre dois ambientes os quais a própria francesa transitava. De um lado, majoritariamente há o campo das Letras, que busca através dos estudos literários reunir pesquisas que tratam dos estudos de tradução, teoria literária e revisão. Nesse contexto é essencial a abordagem das principais produções feitas na região Sul e Sudeste do Brasil, que englobam fundamentais pesquisas de tradução em relação à Madame. Por outro lado, emerge o campo da História que trata a participação histórica da personagem, visando sua trajetória e a pluralidade feminina que ela alcançou inserida do contexto de uma França revolucionária nos fins do século XVIII.

A contribuição para o debate historiográfico presente no campo da História tem destaque nesse projeto às duas historiadoras principais. A primeira seja talvez, uma das principais estudiosas de Madame de Staël no Brasil, Maria Stella Brescianni, professora

emérita do Instituto de Ciências Humanas na UNICAMP e que disserta em seu artigo “O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos: Germaine de Staël e as ficções literárias” sobre o que se entende como foro íntimo e a definição de ficção dentro da literatura na visão de Madame de Staël. Bresciani ainda disserta que, em seus escritos políticos, a francesa defendia, além da liberdade individual, a obediência às leis e governos. A segunda historiadora inserida no debate é Flora Maria Morena Martini de Araujo que propõe na sua dissertação de mestrado um estudo que permeia os estudos de relações de gênero, analisando a partir da escrita feminina os possíveis caminhos que a mulheres poderiam seguir. A autora também aborda a importância das produções escritas dessas mulheres, cuja representação na história eleva a importância da representatividade feminina frente aos emblemas de transgressão imposta às mulheres. É com base nas obras *Les Conversations d’Emile* de Madame d’Epinay e *Corinne* de Madame de Staël que a autora relaciona a construção do modelo feminino e discute a relação do gênero tendo em vista um campo majoritariamente masculino.

Antes de apontar e discutir cada pesquisador no campo das Letras é essencial que haja uma separação dos eixos que compõem o debate letrado. Como foi mencionado, o campo das Letras é a grande maioria de produções sobre a figura de Madame de Staël no país, portanto é fundamental separar em dois eixos os estudos aqui mencionados dentro do ambiente da literatura. O primeiro engloba os estudos de tradução e aborda os principais pesquisadores que contribuíram para a importância da tradução da personagem. O segundo relaciona aspectos da teoria literária, que se aproxima da interpretação, crítica, história e conceito da literatura de um modo geral.

Dentro do eixo dos Estudos de Tradução, surge a doutora em Letras Narcelli Piucco considerada um dos nomes importantes inseridos nessa esfera literária, presente no campo das Letras. Através de suas dissertações de mestrado e doutorado, a autora aborda a tradução literária sob o viés da obra *Corinne ou l’Italie* de Madame de Staël. Ainda dentro do campo de produção no ambiente das Letras, emerge o nome de Silvana Carvalho que promove um pertinente estudo de tradução a partir de sua dissertação de mestrado. A doutora em Letras Marie-Helene Catherine Torres também contribui fortemente para os estudos sobre Madame de Stael no Brasil, uma vez que a autora traz uma importante discussão a respeito das ideais que a baronesa disserta sobre o conceito de literatura comparada, o intercâmbio cultural e a importância da tradução. Para Torres:

As obras de Madame de Staël são clássicos que desenvolveram um papel fundamental na elaboração da cultura francesa e de outras culturas contemporâneas porque transmitiram valores e visões de mundo que contribuíram com a formação dos cânones literários e das culturas modernas. (TORRES, 2011: 102)

A mestre em Letras Janaina Ravagnani, que embora seja graduada em comunicação social, possui mestrado em Letras, aborda através da tradução uma série de textos de Madame de Staël sob a perspectiva da mediação cultural que a francesa permitia entre França e Alemanha. Tais textos traduzidos foram extraídos das obras *De l'Allemagne*, *De la littérature considérée dans ses rapports avec les institutions sociales* e *Des l'esprit des traductions*. Além de suas traduções, Ravagnani disserta também sobre o papel de mediadora da baronesa e divulgadora do Romantismo na França.

Por fim, quando se trata do eixo dos estudos de Tradução aqui apontados, inserimos Fabiana Regina Soares que colabora para essa linha de pensamento através de uma análise de outro tipo de fonte: as cartas. É por meio de cartas trocadas entre o Lord Byron e Madame de Stael, que a autora contribui para a tradução em nosso idioma, pois em sua tese, Soares aborda além de uma seleção de cartas traduzidas do inglês para o português, também trata da importância de uma tradução, seja ela de qualquer produção escrita:

Toda tradução é regida por um projeto, seja ele explicitado pelo tradutor ou não. O projeto é articulado com base na posição tradutória e nas exigências específicas, impostas pela obra que se irá traduzir. O projeto de tradução é, dessa forma, a maneira como o tradutor, após confrontar-se com a obra, escolhe traduzir o texto. A importância do projeto de tradução fica mais clara quando se adentra o terreno da crítica de tradução. (SOARES, 2010: 54)

Já no eixo da Teoria Literária, há nomes respeitáveis que contribuíram fortemente para uma importante compreensão das obras de Staël no contexto da interpretação e crítica da literatura. Primeiramente, há o nome de Claudia Amigo Pino, que embora seja formada em jornalismo, possui mestrado em literatura e doutorado em Letras. A doutora em Estudos Literários Nabil Araujo de Souza, aborda em seu artigo, a revolução na crítica literária francesa feita por Madame de Staël no início do século XIX. Segundo a autora é através de dois livros da francesa que é inaugurado o Romantismo na

França, são eles *De la Litterature* e *De l'Allemagne*. (DE SOUZA, 2013). É por meio dessas duas obras que Souza, analisa a crítica de Stael em relação a literatura alemã.

O doutor em Ciência da Literatura, Roberto Acízelo de Souza, um dos maiores estudiosos da área de teoria da literatura do Brasil também contribuiu enormemente para o debate desse segundo eixo. O autor abrange em seu livro “Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)” uma compreensão dos fundamentos da criação literária a partir de textos de autores das mais diversas nacionalidades.

Concluindo esse eixo, é de fundamental importância a discussão elaborada por Edmir Missio, um dos principais nomes que auxiliaram enormemente para a realização desse projeto. O doutor em Teoria Literária debate em sua dissertação de mestrado um importante estudo sobre a figura de Madame de Staël, pois, embora trate de uma tradução de alguns capítulos da obra *De l'Allemagne*, o autor discute em grande parte:

Na realidade, a tese faz a apresentação das primeiras obras de Mme de Staël, de sua herança suíça e francesa, de sua crítica e distanciamento do espírito das Luzes, de seus grandes romances e de suas relações como poder político, de modo a melhor compreender as questões envolvidas em *De l'Allemagne* e seu contexto histórico. A tradução de passagens essenciais de *De l'Allemagne* tem por base a seleção dos excertos da edição francesa da Larousse, permitindo aos leitores brasileiros um contato mais "direto" com as idéias de Mme de Staël, e uma reflexão sobre as questões de nosso próprio movimento romântico. (MISSIO, 1997: 7)

A dissertação de Missio é uma importante fonte metodológica para os estudos de língua portuguesa e contribui para futuras pesquisas sobre a Madame de Staël no Brasil, pois, além de contextualizar a personagem no âmbito histórico o qual ela viveu, o autor também aponta aspectos que norteiam os estudos literários e que fortalecem tanto a crítica literária feita por Staël como a participação da baronesa para a inserção do Romantismo na França. Edmir Missio contribuiu tanto para os estudos de Staël no país, que no ano de 2016 traduziu a obra *De l'Allemagne* para o português do Brasil.

Narceli Piucco relata que segundo a própria Madame de Staël, a tradução possui uma importância indiscutível, pois, é uma prática que permite a nação se tornar mais ela mesma, revelando o espírito nacional. A própria Madame de Staël criou uma mediação

cultural entre Alemanha e França não somente através da obra *De l'Allemagne*, mas através também das traduções feitas por ela de alguns textos alemães que passaram a ser acessíveis aos leitores franceses. Por ser erudita, Staël traduziu diversos textos do alemão e do inglês, por exemplo, para a língua francesa, justamente para expandir o conhecimento do povo francês a partir de outras leituras que não fossem só aquelas que circulavam na França. Há quem diga que Madame de Staël era contra a tradução, porém ela faz uma crítica ao modo de traduzir dos franceses, pois segundo a autora, quando os franceses traduzem eles inserem alguma característica francesa, fazendo com que o texto original da primeira língua abordada tenha acréscimos desnecessários para a leitura.

Entretanto, traduzir não é uma tarefa tão fácil. Segundo o crítico literário e teórico francês Antoine Berman, é preciso conhecer bem quem é o tradutor, assim como é necessário ter informações sobre o autor original. Segundo Berman é preciso saber principalmente a nacionalidade desse tradutor, se ele possui outra função, em quais outras línguas ele já traduziu, quais são seus domínios linguísticos e literários, quais as traduções principais que ele já fez, se já escreveu sobre os princípios e práticas que norteiam a tradução, enfim, traduzir possui muitos aportes teóricos que muitas vezes não se tem conhecimento e são esses aportes que determinam o horizonte tradutório desse tradutor. Há diferentes formas de traduzir e é opção do tradutor escolhe-las, como por exemplo, manter todas as palavras e citações que aparecem em francês no original, optando por manter em francês quando houver a tradução, como forma de preservar a personalidade principal da obra.

É nesse ponto que a discussão de como as traduções de Madame de Staël surgem no Brasil, emerge assim como, um ponto fundamental no debate sobre os estudos de traduções. Bem como foram exemplificados no trabalho aqui exposto, todos os títulos citados em francês até o momento não foram traduzidos para o português, como por exemplo, as biografias mais importantes de autores como Michel Winock, Gislain Diesbach, Saussure e Simone Balayé. Dentre esses autores, nenhum de seus títulos foram traduzidos em português. Embora haja estudos sobre ela no Brasil, como também já foi citado, não deixa de ser um incômodo a questão de não ter obras que são consideradas “bíblias” sobre a baronesa. Esse ponto é crucial, pois acaba dificultando enormemente para os futuros estudos sobre a personagem, tendo em vista que a maioria das obras está em francês.

Contudo, não é somente as biografias e os textos desses autores que não chegam ao país, as próprias obras de Madame de Staël são raras de se encontrar no português do Brasil. De todos os seus romances, peças de teatro, artigos e livros, apenas dois chegaram ao Brasil traduzidos. O primeiro deles foi *Corinne Ou l'Italie*, que embora tenha sido a obra mais traduzida da Baronesa em diversas línguas, chegou ao Brasil apenas na primeira metade do século XX, em 1945. Já o segundo é *Da Alemanha*, publicado em São Paulo em 2016.

### Considerações finais

Há uma imensa quantidade de material sobre Germaine de Staël que está disponível para importantes estudos sobre a personagem e a relevância que essas ferramentas possuem para a elaboração de um debate historiográfico crítico e intelectual. Seja na Europa com os pesquisadores franceses que contribuíram fortemente com todo e qualquer tipo de metodologia na idealização de estudos sobre a autora, seja na América com uma historiografia abrangente que trata da baronesa de Stael também da mesma forma. Também é importante enfatizar a relevância desses estudos para o campo da Letras, através da teoria literária e os estudos de tradução e para o campo da História, a partir da contextualização em que Madame de Staël se encontrava, cuja problematização elenca elementos substanciais para a historiografia.

Madame de Staël possui um papel representativo no que diz respeito às discussões sobre teoria da tradução, (pois além de falar de tradução ela também foi tradutora), sobre as origens do liberalismo político e do romantismo, as circulações de ideias, o intercâmbio cultural promovido pela sua produção literária e as práticas de tradução. Além de abordar esses assuntos, ainda escreveu sobre a imaginação, a emoção e a sensibilidade. Sobre gênero, feminismo, direitos e relações humanas. É a partir desses temas que surge a importância de ler e estudar essa personagem, cujos pensamentos e produções a tornaram uma mulher extremamente discutida na sociedade francesa nos dias atuais, perpetuando a herança glorificante que ela deixou no país.

Em suma, Madame de Staël foi uma mulher à frente do seu tempo, foi capaz de construir nos fins do século XVIII e início do XIX o que apenas homens da época faziam. Erudita, célebre, feminista, mulher, Madame de Staël sempre será lembrada, não importa a época, como a mulher que seria capaz de governar o mundo.

## Referências

BALAYÉ, Simone. **Le dossier Staël**. In: Romantisme: Le romantisme allemand. n°20, pp. 101-109; 1978.

BRESCIANI, Maria Stella. **“O poder da imaginação: do foro íntimo aos costumes políticos. Germaine de Stael e as ficções literárias.”** In Seixas, Jacy A., Bresciani, Maria Stella, Brepohl, Marion (orgs.). Brasília: Editora Universidade de Brasília. P. 97-104. 2002.

CARVALHO, Silvânia. **Biografia e tradução: Madame de Staël - a study of her life and times**. 156 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2008.

DE SOUZA, Nabil Araujo. **Robespierre a Kant: Mme. de Staël a a “Revolução Alemã” da crítica francesa**. Caligrama. V. 18, n.1, p.211-236. Belo Horizonte, 2013.

GUEDES, Rosane Mavignier. **A difícil decisão do tradutor: Traduzir ou não traduzir**. Cadernos de Letras (UFRJ) n. 26, p. 14-26. Jun. 2010. Disponível em: [http://www.letras.ufrj.br/anglo\\_germanicas/cadernos/numeros/062010/textos/cl26062010Rosane.pdf](http://www.letras.ufrj.br/anglo_germanicas/cadernos/numeros/062010/textos/cl26062010Rosane.pdf). Acesso dia 18/06/2018.

MISSIO, Edmir. **De l'Allemagne de Mme. da Stael: apresentação e tradução de textos escolhidos**. Campinas, SP. n. 1, 1997.

PIUCCO, Narceli. **Corinne ou l'Italie de Mme de Staël: da adaptação à retradução estrangeirizante**. Florianópolis, 2008. 225 f. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em Estudos da Tradução), UFSC, 2008.

RAVAGNANI, Janaina. **Madame de Staël e o Romantismo: Projeto de Tradução**. Curitiba, 2013.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. **Madame de Staël, precursora do Liberalismo Doutrinário**. Cogitationes, ano 1, n.1. 2010.

SOARES, Fabiana Regina da Silva. **Tradução comentada de cartas de Byron para e sobre Madame de Staël**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Florianópolis, 2010.

STAEL, Madame de. **De la littérature**. Paris: GF Flammarion, 1991.

TORRES, Marie Hélène Catherine. **Madame De Stael: Literatura e Tradução**. Cad. Trad., Florianópolis, v. 35, nº especial 1, p. 75-86, jan/jun. 2015.

WINOCK, Michel. **Madame de Staël**. Fayard, 2010.



Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860): como colaboradora do  
jornal *A Marmota na Corte* (1849-1852)

Laura Junqueira de Mello Reis<sup>1</sup>

Resumo: O atual trabalho tem como objetivo pensar a mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860) a partir da sua colaboração no periódico oitocentista *A Marmota na Corte* (1849-1852). Buscamos entender Beatriz como uma relevante escritora do século XIX, que teve sua importância compreendida na época, e portanto fez parte do livro *Parnaso Brasileiro*, primeiro livro que tinha como objetivo reunir os grandes literatos brasileiros da época. As poesias de Beatriz eram de tom romântico, e algumas continham tons de ironia quanto à condição feminina nos oitocentos. O jornal será nossa principal fonte de pesquisa, considerando que foi em parte da imprensa do século XIX que as mulheres encontraram um meio de expressão para suas habilidades literárias, como afirma Dulcília Buitoni.

Palavras-chave: Beatriz Francisca de Assis Brandão; imprensa; oitocentos.

Summary: The current work aims to think about Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860) from her collaboration in the nineteenth-century periodical *A Marmota na Corte* (1849-1852). We seek to understand Beatriz as a relevant writer of the nineteenth century, who had its importance understood at the time, and therefore was part of the book *Parnassus Brasileiro*, the first book that had the objective of bringing together the great Brazilian literati of the time. Her poetry was romantic, and some contained tones of irony about the female condition in the nineteenth century. The newspaper will be our main source of research, considering that it was in part of the 19th century press that women found a expression environment for their literary skills, as Dulcília Buitoni affirms.

Keywords: Beatriz Francisca de Assis Brandão; press; 18th century.

---

<sup>1</sup> Mestranda no programa de pós graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: laurajunqueiramreis@gmail.com

Uma mulher que, diferentemente da maioria de sua geração, que permanecia analfabeta, estudou às escondidas, lutou por sua ascensão intelectual e social, escreveu poemas, traduções, fundou escola para moças e sonhou expandir suas conquistas a todas as mulheres de seu tempo. (PEREIRA, 2009: 23).

O interesse na escritora Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779 - 1860) surgiu a partir da leitura feita do jornal *A Marmota na Corte* (1859 – 1852). Ao estudarmos o jornal percebemos que algumas mulheres escreviam nele, mas uma em especial utilizava seu nome completo para referir-se como autora de determinadas poesias, era Beatriz. Procuramos então saber quem era essa autora, que bravamente se identificava em uma época que até o anonimato dos escritores homens era frequente (CHARTIER, 1995). Segundo o dicionário Blake (BLAKE – letra B, 1970), Beatriz era filha do sargento mor Francisco Sanches Brandão e de dona Isabel Feliciano Narciza de Seixas, nascida em Villa- Rica, atual Ouro Preto e então capital de Minas Gerais, no dia 29 de julho de 1779. Conforme exposto no dicionário literário brasileiro de Raimundo Menezes (MENEZES, 1978), Beatriz era cega, mas não conseguimos encontrar essa informação em outra fonte, e concluímos após a leitura de Claudia Pereira (PEREIRA, 2009) que essa informação é falsa.

Para pensarmos a contribuição de Beatriz Brandão no periódico *A Marmota na Corte* precisamos entender quem era ela e qual era sua influência como escritora no período. Segundo Claudia Gomes Pereira (PEREIRA, 2005), Beatriz casou-se no dia 20 de maio de 1813 com Alferes Vicente Batista Rodrigues Alvarenga, mas a autora reforça a ideia que Beatriz não foi uma mulher que dedicou-se exclusivamente ao papel de esposa, Beatriz continuou escrevendo e abriu uma escola no período. A autora (PEREIRA, 2005) também chama a atenção para a função de Beatriz como professora em Ouro Preto e que sua escola seria a primeira na região dedicada a ensinar meninas.

Outra questão importante na vida de Beatriz, que Claudia Gomes Pereira chama atenção foi para o fato de Beatriz ter solicitado divórcio, após 26 anos de casada, denunciando ganância e desonestidade de seu marido (PEREIRA, 2005). Foi após seu divórcio, que Beatriz decidiu mudar-se para o Rio de Janeiro, nessa altura a escritora já contava com 60 anos, em 1839, viveu na corte com uma sobrinha e uma escrava. Apesar de passar a morar na corte apenas nessa data, a escritora já era conhecida na capital do império, visto que enviava frequentemente seus textos para periódicos fluminenses. Por

isso, quando Beatriz tornou-se colaboradora do jornal *A Marmota na Corte* não era de se estranhar.

As poesias de Beatriz eram tão significativas que Januário da Cunha Barbosa<sup>2</sup> a convidou para participar de seu livro ‘Parnaso Brasileiro’ em 1830. Januário pretendia reunir os grandes escritores brasileiros da época, e convidou Beatriz para fazer parte, apenas ela e Delfina Benigna da Cunha<sup>3</sup> foram mulheres que compuseram a obra, dentre vários homens. Consideramos como significativo uma mulher estar presente em uma obra tão importante para a literatura brasileira, a partir de sua inclusão no livro podemos perceber que Beatriz tinha certo reconhecimento entre seus contemporâneos. Mesmo com esse reconhecimento constatamos uma dificuldade que a encarava por ser mulher, quando em 1850 Joaquim Noberto de Sousa Silva propõe a entrada de Beatriz como membra do IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), a autora tem sua entrada negada com a justificativa que ela deveria participar de um sociedade literária; nenhuma mulher fazia parte do IHGB<sup>4</sup>. Januário da Cunha Barbosa, o mesmo que havia a convidado para participar do Parnaso Brasileiro era um dos fundadores do Instituto. Algumas informações sobre a autora se contradizem nas fontes, pois segundo o dicionário Blake, Beatriz era sócia honorária do IHGB.

Ao pesquisarmos em jornais da década de 30, muitos deles falavam sobre o livro ‘Parnaso Brasileiro’, e citavam os diversos escritores que poderiam encontrar-se lá, mas nenhum deles citou a presença de Beatriz como uma das escritoras. Em 1830 três edições (77, 78, 82) do *Jornal do Comércio (RJ)* publicam sobre a publicação do 2 volume do livro, mas não citam o nome de Beatriz, apesar da poesia da mesma estar presente. A mesma publicação saiu no *Diário de Pernambuco*: “Subscre-se essa obra na casas dos

---

<sup>2</sup> Filho de Leonardo José da Cunha Barbosa e dona Bernarda Maria de Jesus, nasceu no Rio de Janeiro em 10 de julho de 1780 e faleceu em 22 de fevereiro de 1846. Era cônego e foi um dos principais ombreiros da Independência do Brasil, foi eleito deputado de primeira legislatura por Minas Gerais e Rio de Janeiro ao mesmo tempo, foi diretor da imprensa nacional e da biblioteca nacional. Juntamente com o general Raymundo José da Cunha Mattos foi fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e participou de muitas associações de letras e ciências, nacionais ou estrangeiras. Informações retiradas do: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

<sup>3</sup> Filha do capitão mor Joaquim Ferreira da Cunha de Sá Menezes e de dona Maria de Paula e Cunha, nasceu na vila de São José do Norte, da província do Rio Grande do Sul, em 17 de junho de 1791 e faleceu em 13 de abril de 1857. Era cega desde 20 meses em decorrência do sofrimento de varíola, era escritora e escrevia desde os 12 anos, em todas suas poesias percebia o desgosto que ela tinha por não ver a luz. Informações retiradas do: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

<sup>4</sup> A primeira mulher a ingressar no instituto foi em 1965.

Srs. Veiga, Rua da Quitanda esquina da de S. Pedro; E. S. Plancher, Rua do Ouvidor n. 95, e na typografia Nacional. O preço da subscrição he de 2\$rs. Pelo volume, pagos adiantados; e o de cada hum dos 4 n<sup>o</sup>avulsos, he de 600rs., quando não contenhão mais de 8 folhas de impressão.”<sup>5</sup> Apareceu também uma publicação sobre a venda do livro no jornal *Império do Brasil: Diário do Governo (CE)*<sup>6</sup>; em 1835 o jornal *Correio official: In médio posita virtus (RJ)*<sup>7</sup>, publicou que o livro estava sendo vendido por 4U000réis na Loja de Papel na rua do Ouvidor; em 1831, também foi publicado no *Diário do Rio de Janeiro*<sup>8</sup>; O jornal *Império do Brasil: Diário Fluminense*<sup>9</sup> publicou em 1831, na edição 18, que o autor do livro Parnaso Brasileiro, tornava publicar que estava recebendo poesias em sua casa (na Rua dos Pescadores, n. 112) para colocar no segundo volume; *O Universal*<sup>10</sup>, jornal de Minas Gerais, também publicou sobre o livro; *O Novo Farol Paulistano*<sup>11</sup>, jornal de São Paulo, também publicou sobre o livro.

A única publicação que efetivamente fala no nome de Beatriz Brandão e liga a escritora a sua participação no Parnaso Brasileiro, foi publicada no *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, na década de 1850. A publicação tratava de Beatriz e um poema que ela dedicou à atriz do teatro ‘Gymnasio Dramatico’, D. Maria Velluti. Nesse poema, Beatriz demonstra toda sua admiração a amiga. O jornal a fim de mostrar aos seus leitores quem era Beatriz, comentou da sua participação no segundo volume do livro ‘Parnaso Brasileiro’ do cônego Januário da Cunha Barbosa e resgatou a fala de Januário a respeito da escritora:

Os amates da literatura acharão nas seguintes poesias de uma brasielira da província de Minas- Gerais uma prova de que também o bello sexo entre nós é capaz de sentir e de expressas as bellezas que antecedem o estrocucos até hoje poderosos parecião conduzi-lo aos cuidados internos da família. A Sr. D. Beatriz Francisca de Assis Brandão annunciando aos desejos que lhe havíamos manifestado de publicar algumas das suas excellentes producções, faz ver por isso mesmo quanto anheia concorrer para a gloria da pátria, chamando pelo seu exemplo as nossas patricias á celebridade da carreira litteraria, que lhes não é vedada, e em que muitas se terião feito honrosamente conhecidas de uma modéstia mal entendida as não acanhasse na publicação de seus escriptos.<sup>12</sup>

<sup>5</sup> *Diário de Pernambuco*, Pernambuco, ed. 346B em 1830 e ed. 265 em 1831.

<sup>6</sup> *Império do Brasil: Diário do Governo (CE)*, Ceará, ed 19, 1832.

<sup>7</sup> *Correio official: In médio posita virtus*, Rio de Janeiro, ed.107, 1835.

<sup>8</sup> *Diário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro*, ed. 1000015, 19 de outubro de 1831.

<sup>9</sup> *Império do Brasil: Diário Fluminense*, Rio de Janeiro, ed.18, 1831.

<sup>10</sup> *O Universal*, Minas Gerais, ed.674, 1831.

<sup>11</sup> *O Novo Farol Paulistano*, São Paulo, ed. 31, 1831;

<sup>12</sup> *Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal*, Rio de Janeiro, ed 257, 20 de setembro de 1859.

Januário escreveu essa declaração na década de 1830.

Beatriz era uma mulher que vivia de seus escritos, e lançou seu primeiro livro em 1856, chamado ‘Cantos da Mocidade’, era uma coletânea de suas poesias. Seu livro foi citado no *Annaes da Academia Philosophica do Rio de Janeiro*, em 1858. Dizia que “encontraram-se páginas coloridas de doces harmonias, e perfumadas de poesia, se sentimento, e de vida.”<sup>13</sup>. O livro foi publicado na tipografia de Paula Brito. Segundo Constância Lima Duarte (DUARTE, 2003:05):

Quando Zahidé Muzart afirma que [...] no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente.

Beatriz Francisca de Assis Brandão escreveu em alguns jornais do século XIX, mas foi colaboradora do *Guanabara*<sup>14</sup> e da *Marmota na Corte*. O que nos importa para esse trabalho, é sua colaboração no jornal *A Marmota na Corte*. Jornal que tinha o bello sexo como público alvo, era redigido por Próspero Diniz<sup>15</sup> e editado por Francisco de Paula Brito<sup>16</sup>. O jornal tinha 4 páginas e em todas suas edições havia um espaço dedicado à poesias, vendia-se por 80 réis a folha avulsa toda terça-feira e sexta-feira, na loja de Paula Brito.

É preciso pensarmos Paula Brito e Próspero Diniz para além de amante das letras, precisamos entendê-los como empresários que necessitavam da venda de seus jornais para sobreviver. Levando em consideração a nova empreitada que Próspero Diniz se

---

<sup>13</sup> *Anaes da Academia Philosophica do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1858. P. 27

<sup>14</sup> Revista mensal, artística, científica e literária, era editada na tipografia de Paula Brito e redigida por Manuel de Araujo Porto-Alegre, Antonio Gonçalves Dias e Joaquim Manoel de Macedo.

<sup>15</sup> Próspero Diniz nasceu na Bahia, entre os anos de 1815 a 1820, filho do famoso farmacêutico, Manuel Diniz. Devido aos seus interesses acadêmicos introduziu-se na elite imperial baiana, mas acabou morrendo em 1852, pobre e sem prestígio, pois em seus artigos não poupava nem mesmo aqueles que lhe de bom grado o receberam. Informações retiradas do dicionário bibliográfico brasileiro (Blake). BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

<sup>16</sup> Francisco de Paula Brito (1809-1861) nasceu em Suruí, província do Rio de Janeiro, filho de um carpinteiro; abandonou os estudos, na Corte, para fazer-se tipógrafo, entrando como aprendiz na Tipografia Nacional, de onde passou às oficinas do Jornal do Comercio. Instalou, em 1831, tipografia própria, participando do Sete de Abril. Fundou o periódico *A Mulher do Simplício*, atacando Evaristo da Veiga; mas foi *A Marmota* a sua melhor atividade em jornal. Em sua loja acolheu a maioria dos escritores do tempo. Faleceu em extrema pobreza. Informação retirada de: SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

propôs a fazer, criando uma versão da *Marmota da Bahia*<sup>17</sup> para a corte, temos que compreender que o jornal visava obter um grande número de assinantes. Em virtude disso acreditamos que publicar poesias de Beatriz, uma autora que fazia parte de um livro como o Parnaso Brasileiro, poderia ser encarado como uma forma de atrair assinantes para o novo periódico.

Diante da presença de Beatriz no jornal estudado nos surgiu alguns questionamentos: porque a autora usava seu nome completo? Acreditava que o tom de ironia presente em suas poesias quanto a condição feminina no século XIX não atingiria os homens? Estar presente e atuante em um jornal dominando pelos homens já não era significativo para a autora, mesmo que suas poesias não confrontassem diretamente as concepções masculinas? Para além de escritora, sua atuação como professora não era também bastante significativa?

Acreditamos que só de Beatriz se mostrar como professora e abrir uma escola para meninas, demonstrando o interesse em ensinar o público feminino já poderia ser considerado grandioso. Ao lermos o livro de June E. Harher (HARHER, 1981) percebemos que cada época tinham suas reivindicações, e ao primeiro momento, as reivindicações das mulheres estavam ligadas ao direito à educação. Beatriz estava então, além de tudo, auxiliando as mulheres nesse sentido.

Quanto a poesia de Beatriz e o assuntos que a autora abordava precisamos fazer-se valer de uma interdisciplinaridade entre história e literatura. Tomando como objeto as poesias de Beatriz no jornal *A Marmota na Corte*, que é a nossa fonte de pesquisa. Para pensarmos na literatura como objeto da história corroboramos com o pensamento da historiadora Sandra Pasavento (PASAVENTO, 2004: 82):

A literatura permite o acesso à sintonia fina ou ao clima de uma época ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis e valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário. Porque se fala disto e não daquilo em um texto? O que é recorrente em uma época, o que escandaliza, o que emociona, o que é aceito socialmente e o que é condenado e proibido? Para além das disposições legais ou de códigos de etiquetas de uma sociedade, é a literatura que fornece indícios para pensar como e por que as pessoas agiam desta e daquela forma.

---

<sup>17</sup> A *Marmota* era editada na tipografia de Epiphânio Pedroza, suas tiragens eram bissemanais, e tinha Próspero Diniz como redator até 1849.

Portanto, precisamos pensar Beatriz dentro do contexto que ela se encontrava. Apesar de ser uma mulher que vinha de uma família abastada, ela era uma mulher escritora do século XIX consciente da sua ‘condição’ estando inserida em uma sociedade que ainda caminhava para a aceitação da presença da mulher em lugares públicos e destinados aos homens. Por isso acreditamos que a autora fazia uso de indiretas em sua obra, como forma de questionar o lugar da mulher, sem (talvez) ser percebida dessa maneira pelo público masculino.

Segundo o artigo de Fernanda Priamo, Leandro Gonçalves e Nícea Nogueira (PRIAMO; GONÇALVES; NOGUEIRA, 2011) podemos pressupor que Beatriz não utilizava de pseudônimo pois não escrevia poemas contestadores da ordem social, a um primeiro momento pode parecer que sim, mas consideramos que seus poemas iam além. Seus poemas abordavam o tema do amor, contextualizando-a quanto ao momento literário da época, precisamos levar em consideração que Beatriz estava inserida ao movimento do romantismo. “Nessa fase da literatura o lirismo caracterizava a poesia, assim como a subjetividade e o predomínio da sensibilidade e da imaginação sobre a razão” (PRIAMO; GONÇALVES; NOGUEIRA, 2011:10). E mesmo escrevendo poesias de cunho romântico, sua presença como colaboradora em um jornal com tanta dimensão<sup>18</sup> como *A Marmota na Corte* era de grande relevância. De acordo com Claudia Pereira (PEREIRA, 2009: 91):

As poucas notas biográficas existentes sobre Beatriz Brandão classificam-na também como uma escritora vinculada à estética neoclássica, ou, por outras vezes, a um período de transição entre as estéticas neoclássica e romântica.

A fim de entendermos melhor a colaboração de Beatriz Brandão no jornal *A Marmota na Corte* iremos analisar algumas de suas poesias. Algo que era muito comum e que nos demonstra que Beatriz escrevia como forma de sobrevivência, eram as poesias encomendadas. Na edição 101 Beatriz fez uma glosa<sup>19</sup> a partir de uma morte feita pelo Dr. Sampaio. No poema, o eu lírico é masculino, e se mostrava apaixonado por sua amada, dizendo que só a deixará de ama-la no dia em que morrer. Na época em questão

---

<sup>18</sup> No final de 1859, segundo Próspero Diniz, o jornal contava com 511 assinantes. *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, edição 31, 21 de dezembro de 1849.

<sup>19</sup> “A glosa é uma décima em versos redondilhos maiores (sete sílabas pelo padrão grave de contagem 125 silábica) que, entre os cantadores brasileiros, é sempre feita em décimas, cujo verso final repete o mote.” PEREIRA, Cláudia Gomes Dias Costa. *Contestado fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2009. P. 125.

era comum que pagassem escritore(a)s para fazer um poema ao seu amado(a) caso não possuísse o dom de ser um poeta romântico.<sup>20</sup> A gloza é assinada por B. F. A. Brandão

Na edição seguinte, a 102, há um poema de Beatriz Brandão felicitando o aniversário de Ilm. Sr. Prudencio Augusto Brandão. Nesse poema, Beatriz o parabenizava pelos seus 28 anos e por ser um bom cidadão, bom pai, marido e irmão, um cidadão que promove o progresso nacional.<sup>21</sup> Por ter o mesmo sobrenome de Beatriz podemos supor que tratava-se de um parente da escritora, mas não obtivemos sucesso na procura de fontes que comprovem essa relação parental entre os dois. A autora assina seu nome como B. F. A. B.

Paula Brito, o então editor da *Marmota na Corte*, sempre colocava motes a prêmio no jornal, para que seus leitores e colaboradores fizessem uma gloza sobre a mote e então essas glozas seriam analisadas por ele e outros escritores da época, para decidirem que autor ganharia o prêmio. Os prêmios, em sua maioria, consistiam em produtos que eram vendidos na loja de Paula Brito, ou então alguns meses de assinatura de alguns dos jornais editados na tipografia de Paula Brito. Beatriz respondeu alguns desses motes. Na edição 203, ela apareceu glozando a respeito do mote:

Entre solteiro e casado  
(Decida quem for juiz);  
Qual é o melhor estado;  
Qual dos dous é mais feliz.<sup>22</sup>

Beatriz colocou para o leitor condições em que o homem solteiro vivia e também o homem casado. Segunda a autora o homem casado era mais feliz por ter a companhia de uma mulher, além de ter também os frutos desse amor, que são os filhos. Após expor tais condições, a escritora terminou a gloza perguntando então ao leitor, quem ele consideraria mais feliz. A autora assina seu nome completo: Beatriz Francisca de Assis Brandão.

Na edição 207, a escritora respondeu novamente a mote colocada a prêmio por Paula Brito. Dessa vez o editor do jornal considerou a gloza de Beatriz Brandão tão interessante, que colocou um texto chamando atenção das suas leitoras para lessem o que Beatriz havia escrito. Ao analisarmos a gloza percebemos o porquê de Paula Brito pedir tanta atenção à ela. Nesse poema Beatriz escreveu sobre a relação de interesse que por

<sup>20</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed. 101, 15 de outubro de 1850.

<sup>21</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed.102, 18 de outubro de 1850.

<sup>22</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed.203, 21 de outubro de 1851.



vezes surgia em uma intenção de casamento, por isso a autora parecia escrever para que o homem tomasse cuidado com quem irá relacionar-se, mas em uma análise mais delicada percebemos que a autora também chamou atenção para que as mulheres não se casassem com quem tinha interesse apenas em suas fortunas, como quando ela coloca “a noiva é um acessório; se isto não for notório; decida quem fôr juiz.” A autora colocou que nesses casamentos por interesse todos os dois são infelizes, o homem queixava-se das fúrias da mulher. Por fim, a autora terminou a gloza com o questionamento: “qual do dous é mais feliz?”. Diferentemente da gloza anterior, nessa a autora não julgou o casamento como necessariamente feliz<sup>23</sup>. Apesar desse poema não estar assinado, o editor do jornal colocou o nome da autora antes de publicar a gloza.

Na edição 208, Beatriz Brandão fez uma gloza sobre a seguinte mote, também de sua autoria:

Foi de Deos á semelhança  
O primeiro homem formado;  
Que semelhança teria  
A mulher que lhe foi dada?<sup>24</sup>

Na mote Beatriz fala da criação de Deos do homem e da mulher. Da mulher ela diz:

Tirou-lhe Deos a costella,  
Co’ um sorpo vida lhe deu,  
E de mil graças encheu  
Producção tão rica e bella!  
Brilhante, qual uma estrella,  
Foi o homem a alegria:  
Ternura, amor, sympathia  
Encheram seu terno peito;  
Vêde um ente tão perfeito  
Que semelhança teria!<sup>25</sup>

É um poema pequeno, em que a autora finalizou dizendo que Deus teria querido fazer-los a partir do mesmo material, porém não teria assim feito, visto que essência que lhe foi dada (para a criação da mulher) foi mais ilustre. Além de colocar a mulher como uma figura mais ilustre, a escritora ainda evidenciou as virtudes da mulher, visto que elas tem um ventre e são capazes de procriar.

<sup>23</sup> Nesse momento podemos levar em consideração a trajetória de Beatriz e sua relação com um casamento que havia terminado de maneira conturbada.

<sup>24</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed. 208, 7 de novembro de 1851.

<sup>25</sup> *A Marmota na Corte*, Rio de Janeiro, ed. 208, 7 de novembro de 1851.

Por fim, acreditamos, que a colaboração de Beatriz Francisca de Assis Brandão no jornal *A Marmota na Corte* foi produtiva tanto para a escritora quanto para o periódico. Suas poesias até hoje tocam os pesquisadores que se debruçam sobre seus escritos, assim como já exposto no trabalho, creiamos que a autora expunha seu nome completo em virtude de não tratar diretamente de temas que desvinculassem a moral da sociedade, na maioria de seus escritos. Porém, mesmo analisando somente o que a autora escreveu no jornal em questão, percebemos que por vezes ela utilizava de certa ironia sobre a condição da mulher no casamento, e queria demonstrar para as leitoras do jornal o quão as virtudes que as mulheres possuem(iam) tinham que ser reconhecidas. Consideramos assim a autora como corajosa em se inserir como escritora em um ambiente predominantemente masculino, e carregando em suas poesias temas que colocam as mulheres em voga, mas sem abandonar o seu viés romântico.

Fonte:

Jornais:

*A Marmota na Corte, Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco, Império do Brasil: Diário do Governo (CE), Correio oficial: In médio posita virtus (RJ), Diário do Rio de Janeiro, Império do Brasil: Diário Fluminense, O Universal (MG), O Novo Farol Paulistano, Correio Mercantil, e Instructivo, Político, Universal, Anaes da Academia Filosofica do Rio de Janeiro, Guanabara, Marmota da Bahia.*

Todos os jornais encontram-se disponíveis para acesso no site da hemeroteca digital: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

Bibliografia:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

BUITONI, Dulcília S. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica. *Cadernos pagu* (4) 1995: pp. 37-47.

DUARTE, Lima Constância. Feminismo e literatura no Brasil. *Estud. av.* vol.17 no.49 São Paulo Sept. /Dec. 2003.

HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850- 1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MENEZES, Raimundo de. *DICIONÁRIO LITERÁRIO BRASILEIRO*. Segunda edição revista, aumentada e atualizada. Rio de Janeiro, LTC, 1978.

PASAVENTO, Sandra Jathy. *História e História Cultural*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. P. 82

PEREIRA, Cláudia Gomes Dias Costa. *Beatriz Brandão: mulher e escritora no Brasil do século XIX*. São Paulo: Scortecci, 2005.

PEREIRA, Cláudia Gomes Dias Costa. *Contestado fruto: a poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868)*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: UFMG/FALE, 2009.

PRIAMO, Fernanda Pires; GONÇALVES, Leandro Pereira; NOGUEIRA, Nícea Helena. Literatura Imperial: a escrita poética feminina de Beatriz Brandão. *Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades (Online)*, v. 8, p. 1-19, 2011.

## Entre o público e o privado: A intimidade contada por Maria Firmina dos Reis

Natália Lopes de Souza<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende analisar os escritos da poetisa maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917) intitulado *Álbum* (1853 – 1901), compilados pelo seu biógrafo José Nascimento Morais Filho. O *Álbum* é, segundo Reis, um livro da alma que se estampa os mais íntimos sentimentos, ou seja, escritos que vislumbram a intimidade desta poetisa. Pretende-se, com este compilado de informações entender a pessoa de Maria Firmina dos Reis enquanto mulher na sociedade maranhense do século XIX contrapondo sua visibilidade na esfera pública, além de captar nuances da vida em sociedade problematizando os espaços de fala e de sociabilidades habitados por ela. Cabe a este trabalho a tarefa de analisar o *Álbum* a partir da perspectiva de fonte histórica buscando vislumbrar a sociedade maranhense a qual esta poetisa estava inserida.

**Palavras-chave:** Maria Firmina dos Reis; *Álbum*; sociedade maranhense

**Abstract:** The present work intends to analyze the writings of the poet Maranhão Maria Firmina dos Reis (1822-1917) entitled *Album* (1853 - 1901), compiled by her biographer José Nascimento Morais Filho. The album is, according to Reis, a book of the soul that shows the most intimate feelings, that is, writings that glimpse the intimacy of this poetess. The purpose of this compilation of information is to understand the person of Maria Firmina dos Reis as a woman in Maranhão society of the nineteenth century, opposing their visibility in the public sphere, besides capturing nuances of life in society, problematizing the spaces of speech and sociabilities inhabited by she. It is the task of this work to analyze the *Album* from the perspective of a historical source in order to glimpse the Maranhão society to which this poet was inserted.

**Keywords:** Maria Firmina dos Reis; *Album*; Maranhão society

### O álbum como fonte historiográfica

O álbum é o livro da alma; é nele que estampamos os nossos mais íntimos sentimentos, os nossos mais extremos afetos; assim como as mais pungentes dores de nossos corações. (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).<sup>2</sup>

A presente citação, já evidencia que a fonte de pesquisa que nos debruçaremos neste artigo se trata de um diário, intitulado álbum escrito por Maria Firmina dos Reis

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. naty.lopes94@hotmail.com

<sup>2</sup> Essa citação foi escrita por Maria Firmina dos Reis em seu diário intitulado *Álbum* e retirada do compilado de informações organizadas pelo seu biógrafo José Nascimento Morais Filho em sua obra *Maria Firmina dos Reis: fragmentos de uma vida* (1975), cabe ressaltar que as passagens do álbum possuem caráter fac-similar.

poetisa e professora maranhense do século XIX, nesta citação já percebemos que encontraremos escritos a respeito da intimidade desta mulher poetisa no oitocentos, bem como ter um vislumbre do mundo que ela estava inserida.

Deixamos claro, portanto, que o conteúdo autobiográfico possui uma voz unilateral carregada de ressignificações, ou seja, seus escritos precisam ser analisados com o mesmo rigor da memória, não perdendo de vista as nuances de esquecimento. Partiremos de uma análise de fonte construída e não uma verdade, pois, os conteúdos dos textos de seu álbum tiverem uma certa intencionalidade por parte da autora, é o que podemos perceber neste trecho: “Aqui neste livro íntimo [...] a quem tenho confiado os mais ardentes e os mais profundos sentimentos de minha alma” (REIS, *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p). Deste modo, ela escreveu no álbum apenas eventos e pessoas que de alguma maneira marcaram sua vida.

Sobre isso, Raymond Williams (1984: 13) adverte sobre a escrita autobiográfica que esconde intenções subjetivas, isto é, não há relato livre de desejo, de imaginação. Contudo, segundo Neves e Pinto (2012: 1), os diários, fornecem informações a respeito de uma realidade externa aos textos, uma vez que esses artefatos visam à semelhança com o verdadeiro, ou seja, a partir dos escritos poderemos vislumbrar a intimidade e as sociabilidades de Maria Firmina.

De acordo com Pinsky e Luca (2009: 316) “a história se utiliza de documentos, transformados em fonte pelo olhar do pesquisador”. E uma das fontes utilizadas são os diários pessoais, estes, segundo as autoras foram por muito tempo desconsiderados pelos historiadores, contudo, a partir da década de 1980, momento de revalorização do indivíduo, tal realidade muda visivelmente, tornando os diários documentos valiosos para a compreensão de vidas cotidianas de determinada época.

Nos dias atuais, portanto, a utilização de diários pessoais como fonte documental no trabalho de (re)construção histórica assume cada vez mais um duplo papel: o de permitir ao pesquisador analisar o momento em que foi escrito, ou pelo menos depreender algumas de suas características, e o de informá-lo sobre a trajetória de vida do diarista. A obra é ela e seu próprio tempo. Ou melhor, o tempo de seu autor, enquanto representante de uma determinada sociedade, classe e época, e principalmente enquanto agente de enquadramento da memória. (MOREIRA, 1996: 183)

Assim sendo, os diários possibilitam as pesquisas por ajudar no entendimento do tempo de seu autor bem como utilizá-los como fontes ancoradas na memória trazendo um

olhar subjetivo para os escritos deixados. Amparados nisso, partiremos de uma análise onde o indivíduo é produtor e enunciador de um discurso (DUBAR, 2004: 65), ou seja, o entendimento do álbum de Maria Firmina nos permite entender sua figura enquanto participante ativa do discurso narrado, além de buscar reflexões pautadas na intimidade e das relações de sociabilidade que ela estava inserida bem como obter um vislumbre de costumes sociais.

## Rompendo as barreiras do público e do privado

Mas, se o meu álbum, em algum dia, depois de minha morte, puder merecer a atenção de alguém ele levará a posteridade o nome de uma pessoa estimável como era Vicente Cabral (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Essa citação de Reis é do ano de 1874 e nos faz pensar o porquê de ela discorrer sobre a possibilidade de leitura futura por outros após sua morte. A partir disso, levantamos como hipótese, que de algum modo ela tinha percepção de ocupar um lugar de difícil acesso para mulheres e principalmente para mulheres negras e pobres. Para entendermos esse lugar ocupado por ela precisamos entender quem foi Maria Firmina. Ela nasceu no dia 11 de março de 1822 em São Luís no Maranhão, filha de Leonor Fillippa dos Reis, mulata forra<sup>3</sup>. Aos cinco anos de idade mudou-se para Villa de Guimarães onde permaneceria até sua morte em 11 de novembro de 1917 aos 95 anos.

Esse lugar ao qual temos falado que Reis ocupou é tanto o de professora pública, visto que ela passou no concurso público para a cadeira vitalícia de primeiras letras do sexo feminino da Villa de Guimarães, tendo sido nomeada em 17 de agosto de 1847<sup>4</sup>. Para além disso, ela foi poetisa e escritora tendo publicado romances, contos e poesias em diversos jornais a partir da década de 1860. Portanto, o lugar ocupado por ela na imprensa maranhense estava começando a ser ocupado pelas mulheres pois antes esses espaços públicos eram destinados aos homens.

Essa situação começa a mudar a partir da década de 1850, tanto na Corte quanto em outras províncias se observa o aparecimento e a proliferação de escritos de autorias

<sup>3</sup> APEM. Autos de justificação de nascimento de Maria Firmina dos Reis. Fundo da Arquidiocese do Maranhão, caixa nº114, documento nº4171, 1847.

<sup>4</sup> APEM. Portarias de nomeação, licenças e demissões (1839-1914). Fundo Secretaria do Governo. Livro1561, folha 55, 1847.

femininas bem como periódicos editados por mulheres, como é o caso do *Jornal das Senhoras* de 1852<sup>5</sup>. Deste modo, fica claro a percepção que Firmina tinha de ocupar espaços, principalmente da imprensa que estavam iniciando a abertura para a circulação de publicações femininas.

Assim sendo, seu álbum ganha importância no que diz respeito ao entendimento a respeito da vida de uma mulher negra maranhense no oitocentos, suas relações sociais e costumes bem como intimidade por trás da figura da escritora que fazia críticas sociais, principalmente contrárias a escravidão. É uma fonte de pesquisa importante pois o pesquisador pode “aproveitar as informações esparsas por ele fornecidas, ou ainda ler nas entrelinhas os silêncios impostos ao texto por seu autor, para complementar as fontes oficiais ou não, e assim de algum modo responder às suas indagações sobre o passado”. (MOREIRA, 1996: 183).

Em oposição a todas as formas de ficção, a biografia e a autobiografia são textos referenciais: exatamente como o discurso científico ou histórico, eles se propõem a fornecer informações a respeito de uma “realidade” externa ao texto (LEJEUNE, 2008: 36). Deste modo, todos os trechos analisados perpassam pela realidade experimentada por Reis, contudo cabe sempre ter em mente a intencionalidade dos mesmos trechos escritos por ela. Ancorado nisso, Reis, nos dá uma outra definição para álbum, pautada nas experiências que marcaram sua vida,

Bem, compreendeis o que é um álbum – são as páginas d’alma escritas ora com sangue, outra hora com lágrimas; nunca animadas por benéfico sorriso. Amor ou desesperança – saudade, ou dor, eis o que ele significa. (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Denotamos então, segundo o significado de álbum que este registro foi fruto da vivência dela permeada por sentimentos e por pessoas que passaram por sua vida, são estes, que dão a tônica dos escritos de Reis, ou seja, sua escrita possuía traços de melancolia que foi fruto das experiências de vida que a marcaram. Fazendo juz a este significado dado por ela ao álbum, Maria Firmina dos Reis iniciou seu texto autobiográfico no dia 9 de janeiro de 1853<sup>6</sup>, “dia este que há de ser eternamente gravado em minha mente” (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p). Este dia foi importante pois

<sup>5</sup> Periódico encontrado no site da Hemeroteca Digital. Para mais informações ver: BARBOSA, Everton Vieira. O *Jornal das Senhoras*: Conexões culturais femininas pelo Atlântico em meados do século XIX. *XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH conhecimento histórico e diálogo social*. 2013.

<sup>6</sup> Não sabemos ao certo se esta foi uma das primeiras coisas escritas por ela, mas na biografia a seu respeito, Morais Filho nos mostra essa, como sendo a primeira publicação do álbum.

Reis dedica um texto a sua mãe que acabava de falecer, este foi denominado “Uma lágrima sobre o túmulo”.

Oh! Sim!... E para sempre escondida aquela que eu tanto amara!... Eu chorava... No silêncio da noite, minha dor, tocava a desesperação ... o Mar desbobrava-se a meus pés, - as estrelas cintilavam, sobre minha cabeça, - a viração andava em torno de mim. Deus se me revelava em cada um daqueles objetos. Oh! Eu amo a Deus porque Ele é justo, - santo – e onipotente. (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Já seus últimos escritos se encerram em 11 de setembro de 1903, aqui ela afirmava tinha chegado do Pará e se encontrava em Guimarães. Segundo Luiza Lobo (1993: 230) o álbum parece ter forma originalmente entrecortada, descontínua, parecendo apresentar páginas perdidas, contudo, segundo ela é importante pois apresenta a intimidade de uma mulher brasileira do XIX.

Retornando ao conteúdo do álbum, cabe ressaltar também, que de acordo com as informações de Moraes Filho, por volta de 1870 Reis abandonou os escritos de seu álbum retornando a escrita em 1872, “há dois anos que te abandonei, meu pobre álbum” (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p). Esses silenciamentos contidos no álbum denota ainda a intencionalidade da autora e sua seletividade em escrever apenas aquilo que ela deseja bem como indagar os motivos do abandono do álbum. Mas não são apenas os silêncios do texto que devem ser observados. Em se tratando de diários, pode-se verificar que em muitos casos seus autores apresentam uma maneira meio livre de realizar seus registros (MOREIRA, 1996: 183), ou seja, a seletividade do autor está implícita em todo o corpo do texto e é isso que vemos ao analisar os documentos pessoais de Maria Firmina dos Reis.

É interessante pontuar que Maria Firmina em 1863, fez uma descrição de si mesma no texto *Resumo de minha vida*, no que diz respeito a escritos autobiográficos, Luca e Pinsky nos informam que estes são meios privilegiados de acesso a atitudes e representações do sujeito (2009: 320). Deste modo, ao descrever a si própria temos uma noção da representação que Reis faz de si mesma.

De uma compleição débil, e acanhada, eu não podia deixar de ser uma criatura frágil, tímida, e por consequência melancólica: uma espécie de educação freirática, veio dar remate a estas disposições naturais. Encerrada na casa materna, eu só conhecia o céu, as estrelas, e as flores, que minha avó cultivava com esmero talvez, por isso eu tanto ame as flores. (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).



Deste modo, essa descrição no álbum corrobora com a nossa hipótese de que ela desejava ou esperava que seu álbum fosse lido por outras pessoas pois descreve a si mesmo. Para além disso, percebemos neste trecho um vislumbre da educação dada a mulher, segundo Reis era freirática, essa palavra, segundo o dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto (1832) significa próprio de freira, ou seja, uma educação recebida por freiras e/ou em conventos, isso evidencia a educação dada as mulheres no período, que majoritariamente tinham aulas em casa ou eram educadas em conventos, aprendendo a bordar e outras atividades do lar.

Além disso, ao falar de sua compleição acanhada podemos perceber que este comportamento era o esperado par as mulheres do período, visto que em vários periódicos estas características eram exaltadas, temos como exemplo disso, o periódico que Reis colaborou, *O jardim das Maranhenses* (1861-1862). Para além disso, ela afirmava que está encerrada em casa materna, enfatizando a sua presença no espaço privado doméstico, lugar este ocupado pelas mulheres no XIX, salvaguardando as mulheres escravas e libertas, pois estas circulavam pelos espaços públicos devido a venda da sua força de trabalho. Firmina acaba por circular também nestes espaços devido a profissão de professora e por ser poetisa.

Segundo Le Goff (2006: 138) o documento histórico é produto de uma construção, deste modo, o álbum é uma construção de Maria Firmina onde ela narrou episódios de sua vida que ela considerava importantes bem como descreveu como foi sua infância e suas características físicas, além disso, deixa claro para o leitor o quanto esses episódios causaram a ela muitas dores e sofrimentos. Na seguinte citação, a poetisa narra a passagem de sua infância para a adolescência, sempre rememorando os tempos de criança: “da minha melancolia infantil, passei insensivelmente a um meigo olhar inocente de felicidades. Ah! Por que tão depressa fugiste. Ah! por que fugiste idade única da vida” (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Ainda a respeito de sua vida, Reis não teve filhos e nem se casou, contudo, passou por uma experiência de maternidade por volta do ano de 1862/1863 “Renato – creio que assim se chamará o pequeno órfão que recebi”, mas logo em seguida este morre e ela escreveu o seguinte texto em seu diário: “Renato! Renato, meu filho adotivo, meu pobre anjinho, já não existes! Que fatalidade, meu Deus! É duro ver-se morrer aquela a quem se dedica afeição quase materna” (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p). A partir deste trecho, podemos dizer que apesar de não ter tido filhos, Reis obteve diversas experiências

maternas, inclusive Morais Filho entrevista dois filhos de criação dela, Nhazinha Goulart e Leude Guimarães, este segundo o álbum, nasceu dia 12 outubro de 1883.

No que diz respeito às sociabilidades, no texto o que é a vida, Reis nos deu um vislumbre da sociedade ao qual ela estava inserida nos mostrando um cenário de festas e costumes locais e de alguma forma ela questiona se a vida seria apenas isso.

O que é a vida? Será acaso a vida o respirar, o sorrir no trocar de cumprimentos banais e quantas vezes frívolos...o banquetear com aparatosa regularidade, com suntuoso luxo dos amigos [...]Ou será então o deslumbrante, e sedutor aspecto de um salão dourado, [...] Ou será a vaidade satisfeita pela posse de um rosto que a natureza adornou com a perfeita formosura dos anjos. (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Ao narrar este trecho, Reis mistura o público e o privado, fala do exterior para exemplificar o que se passa no interior, além disso, documentos assim expressam a vida privada segundo regras de boas maneiras e que apresenta uma imagem de si controladoras da espontaneidade e da revelação da intimidade, remete para o jogo sutil entre o público e o privado, entre o íntimo e o ostensivo. (LUCA, PINSKY, 2009: .320).

É interessante notar ainda que no texto “Lágrimas num baile” de 1873, Firmina dos Reis dizia que participava de uma reunião, e a partir dele podemos ter uma visão, a partir da construção de Reis desse lugar de sociabilidade frequentado por ela bem como os costumes vigentes no período.

“Ontem eu assistia uma pequena, mas bem animada reunião. Valsavam os pares alegres, e risonhos: mas no fundo dos corações, quanto fel, quanta amargura! A máscara do rosto, quantas vezes encobre um vértice de dores, e de desesperanças” (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Esse trecho escrito por Firmina dos Reis evidencia uma sociedade envolta em máscaras ao mesmo tempo em que relata um costume do período, as reuniões e as personalidades das pessoas que só se conhecem no âmbito privado. Outro ponto que merece ser destacado é que, ao longo da escrita do álbum, a autora vai citando nomes, como Vicente Cabral, Alfredo Rodrigues de Melo e Raimundo Marcos Cordeiro, todos estes citados passam pela vida dela, alguns são amigos e outros casam com amigas delas, como podemos ver no seguinte trecho: “Aqui nesse livro íntimo, onde só tenho estampado os nomes sacros que mais hei amado no mundo” (REIS *apud* MORAIS FILHO, 1975, s/p), deste modo, essa gama de nomes revelam a rede de sociabilidade que ela estava inserida e cabe muito mais estudos a respeito dessas pessoas citadas.

Contudo, um desses nomes merece destaque, Raimundo Marcos Cordeiro, segundo Reis é um amigo da família, ela não dá outros detalhes sobre o mesmo, apenas o que temos acesso no compilado de Moraes Filho é de um poema que Cordeiro dedica a Reis, segue um trecho:

Uma saudade - No álbum da Exm<sup>a</sup> Snr<sup>a</sup> D.M.F.R  
 Nestas Folhas perfumadas,  
 Pelas rosas desfolhadas  
 Dos teus cantos de amizade,  
 Deixo um – adeus magoado,  
 Todo de pranto bganhado,  
 No teu álbum, -uma saudade!...

Em seu texto *Auto-Retrato de uma pioneira abolicionista*, Luiza Lobo nos diz que esse poema revela “toda a reverência respeitosa por alguém cujo amor seria impossível, quer pela classe social, quer pela raça, quer pela idade” (LOBO, 1993: 234). Contudo, não temos como dizer baseado no álbum que de fato algo existiu entre os dois, apenas podemos dizer que, apenas Cordeiro e Otton com o poema *A Minha Mamaia M. F dos Reis* são os únicos homens a escreverem no álbum de Maria Firmina dos Reis.

Os escritos autobiográficos de Maria Firmina, como dito anteriormente se encerram em 1903, suspeitamos que nesse período dada o avanço da idade ela não conseguiria mais escrever, contudo, um dos últimos textos dela datado de 1903 se chama *Lágrimas da Velhice*. Nele a poetisa afirmava sua tristeza e solidão, solidão esta que se intensifica na velhice.

Essa lágrima é o resumo de quanta dor na vida, de quanta amargura nos punge a alma, de quanta mágoa nos dilacera a alma! Essa lágrima, que a dor espreme na âmbula de quanta dor o mundo oferece. Oh! Essa lágrima vertida na solidão, escondida a todos; porque ninguém comove - como-a lousa de um sepulcro – árida como um deserto – triste, e lúgubre como o som de um sino gemendo um morto que a terra vai fazer desaparecer para sempre!. (REIS MORAIS FILHO, 1975, s/p).

Neste trecho, já podemos perceber a fala da poetisa em relação a velhice, sua solidão na sociedade maranhense além de demonstrar um resumo de sua vida afirmando ser de muita dor. É interessante pois ela traz nosso olhar para a representação da velhice que ela construiu de si mesma. Embora documento unilateral e ambíguo, seu diário pessoal nos revela todo um mundo construído a partir da visão de Reis, sua seletividade dos assuntos que marcaram sua vida e da lembrança de pessoas que compartilharam de sua rede de sociabilidades.

Por fim, seu álbum e seus escritos autobiográficos revelam toda uma história contada por Maria Firmina dos Reis em que público e privado se misturam as memórias que a marcaram, e denotam para nós toda uma sociedade ressignificada ao qual temos acesso através dos olhos dessa poetisa maranhense do século XIX.

### Considerações Finais

Podemos destacar e reafirmar a importância que diários, cartas pessoais e outros possuem como fontes históricas, tanto no que diz respeito para o entendimento de uma sociedade através de um olhar quanto para se entender a intimidade e o espaço privado. Para além disso, o álbum deixado por Maria Firmina dos Reis nos revela uma intencionalidade por parte da autora por escrever apenas eventos que tiveram importância em sua vida. Deste modo, levantamos como hipótese que Reis tinha percepção do lugar que ocupava na sociedade permitindo assim, através do seu álbum, nos mostrar um vislumbre do cotidiano dela e da vida social maranhense.

Seus escritos autobiográficos nos ajudaram a entender a pessoa de Maria Firmina dos Reis, bem como entender sua intimidade, e suas relações de sociabilidades, a partir dele, podemos ter uma percepção onde espaço privado e espaço público possuíam fronteiras fluídas nas quais o álbum perpassava. Deste modo, constitui-se como fonte importante para o entendimento de uma mulher negra, escritora e poetisa do século XIX na Província do Maranhão.

### Referências Bibliográficas

#### Fontes:

APEM. Autos de justificação de nascimento de Maria Firmina dos Reis. Fundo da Arquidiocese do Maranhão. Documento n°4171, 1847.

APEM. Portarias de nomeação, licenças e demissões (1839-1914). Fundo Secretaria do Governo. Livro1561, folha 55, 1847.

MORAIS FILHO, José Nascimento. Maria Firmina dos reis: fragmentos de uma vida. São Luís: governo do Estado do Maranhão, 1975.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*. Província de Goyaz. Typographia de Silva, 1832.

#### Bibliografia:

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

BARBOSA, Everton Vieira. O Jornal das Senhoras: Conexões culturais femininas pelo Atlântico em meados do século XIX. *XXVII Simpósio Nacional de História ANPUH conhecimento histórico e diálogo social*. 2013.

DUBAR, Claude. Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo. *Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia*. Unité Mixte de Recherche. Université-CNRS2004.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad. Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2006.

LEJEUNE, P. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOBO, Luíza. Auto-Retrato de uma pioneira abolicionista . *Crítica sem juízo*. Rio de Janeiro. Ed Francisco Alves, 1993.

MOREIRA, Regina L. Os diários pessoais e a (Re) Construção Histórica. *DOSSIÊ DIÁRIO DE VARGAS. Estudos Históricos*. 1996.

NEVES, Leonardo dos santos; PINTO, Helder de Moraes. O diário é uma série de vestígios: Possibilidades de análise de narrativas autobiografias como método de pesquisa para a História da Educação em Minas Gerais. *XVIII Encontro Regional (AMPUH – MG)*. Mariana, 2002.

PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (orgs.). Fontes históricas: desafios, propostas e debates. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, 333 p.

WILLIAMS, R. *O Campo e a Cidade, na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## MULHERES OU MILITARES: O LUGAR DA MULHER ENFERMEIRA BRASILEIRA NA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Renata Rezende Marcon<sup>1</sup>

### Resumo:

Este trabalho utiliza livros de memórias, publicados por duas enfermeiras brasileiras voluntárias na Segunda Guerra Mundial, para refletir a leitura da mulher brasileira sobre esta experiência. Busca-se destacar questões relativas às dificuldades específicas decorrentes do gênero feminino neste conflito, seja na preparação fornecida pelo governo, seja no dia-a-dia desse trabalho. Realiza-se uma análise de questões levantadas pelas próprias mulheres que fornecem as fontes deste trabalho, com o objetivo de compreender sua leitura do período, considerando suas particularidades. Com visões bastante opostas, que vão de uma ótica de viés materno até uma mais ativista, este texto pretende trazer à luz a voz dessas mulheres.

Palavras-chave: mulheres; enfermeiras; Segunda Guerra Mundial.

## WOMEN OR MILITARY: THE ROLE OF THE BRAZILLIAN FEMALE NURSE IN WORLD WAR II

### Abstract:

This essay resorts on books of testimony, published by two Brazilian voluntary nurses in World War II, to reflect on the role of the Brazilian women in this conflict – specially how these women saw themselves and their own places at war. It intends to reflect on questions concerning gender – the problems they faced in preparation to war and during it. It also addresses questions raised by these women, as a way to understand how they comprehend that period of their lives, considering their own singularity. This work intends to listen to these women's voices, bringing into account their various points of view, from the act of nursing as a motherly job to an expression of self-assertion.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Email: marconrenata@outlook.com

Keywords: women; nurses; World War II.

### **1. Considerações Iniciais**

O campo conhecido como História das Mulheres tem, já por bastante tempo, tentado reconstruir a ideia de que a História como um todo pode ser resumida na “história dos homens”. Isso não é um pensamento recente, e historiadoras infinitamente mais capacitadas confirmam a frase anterior. A História, aquela que define os séculos em que a experiência humana esteve presente, contou com a experiência de homens e mulheres – e outros – que deram forma, conjuntamente, à sociedade que conhecemos. Suas relações, seus atritos, suas atividades isoladas, tudo isso é importante para que possamos compreender, hoje, quem somos e como viemos a ser.

A História das Mulheres, apesar de ter um nome aparentemente excludente, não procura estabelecer a experiência feminina como uma parte isolada da História, ou apenas incluir novas informações à ela, como se fosse um adendo. O objetivo de buscarmos contar essa história está em recuperar uma visão e um número de experiências únicas que fazem parte da História da Humanidade, mas que por muito tempo foram ignoradas, deixadas de lado como algo ora inexistente, ora sem importância.

Essa história é encontrada frequentemente em relatos pessoais e, muitas vezes, particulares. As mulheres, por muito tempo, foram escritoras de casa. Escreviam cartas, diários, a história da família, etc, e essas palavras frequentemente surgiam no escuro, no silêncio, longe dos olhos maldosos e das críticas públicas. As mulheres que constituem o objeto deste trabalho contrariam essa norma.

Existem algumas características que marcam as palavras narradas pelas mulheres, que caracterizam o que escrevem, onde e como registram suas ideias e desejos. Algo que se repete é a narrativa dos grandes eventos que viveram, mas geralmente associadas aos grandes homens próximos a elas. Nossas mulheres não fogem desta tradição, mas se incluem, de maneiras diversas, nessas memórias.

O trabalho que se dá aqui se propõe a ouvir a história de um grupo de mulheres que raramente conseguiu esse espaço, na historiografia brasileira. É difícil imaginar o motivo de isso acontecer, visto que suas experiências narram um momento singular na história do Brasil e na trajetória das mulheres brasileiras. As próximas páginas representam,

enfim, o esforço de ouvir e compreender as palavras destas mulheres que desejam se fazer ouvir.

## 2. Contexto

Em 1942, o então presidente Getúlio Vargas, depois de ver a costa brasileira ser repetidamente atacada, decide tomar parte na Segunda Guerra Mundial. Em 1944, à partir de uma solicitação feita pelos Estados Unidos, enviou um corpo médico e de soldados brasileiros ao *front* italiano, batizado de Força Expedicionária Brasileira (FEB), para auxiliar no combate, pelo lado dos Aliados. Esse grupamento reuniu centenas de homens e mulheres, muitos voluntários, que se mobilizaram, segundo eles mesmos, com o objetivo de defender a soberania brasileira e os direitos de igualdade e liberdade que se chocavam com o movimento fascista.

Além das centenas de homens enviados na posição de combatentes, a FEB contou também com 67 mulheres que se ofereceram para servir como enfermeiras. No *front* italiano para o qual seriam alocadas, já estavam estabelecidos combatentes e hospitais estadunidenses, com experiência consideravelmente avançada, em comparação com os brasileiros que chegavam. O corpo de enfermeiras brasileiras fora mobilizado à pedido também dos EUA, para que pudessem auxiliar no atendimento dos “pracinhas” que seriam enviados, já que, caso contrário, a língua seria mais uma dificuldade.

Essas mulheres estavam presentes nas linhas diretas da Segunda Guerra, e foram parte fundamental da experiência de guerra do Brasil, ainda que essa tenha se dado em território exterior ao nosso. Sua participação e excelência naquele trabalho aparecem nos relatos dos próprios “pracinhas” e de seus superiores – grupos que, inclusive, contam com um espaço na historiografia consideravelmente extenso. Ora, se os soldados contam, em seus relatos, a importância dessas mulheres, porque é que não ouvimos o que elas mesmas têm a dizer?

O campo da História nunca procurou ouvir essas mulheres e contar sua história, como fez com os “pracinhas”, mas os estudiosos do campo da Enfermagem o fizeram. É desconcertante perceber que nós, historiadores, no entanto, não tentamos trazer nosso olhar para elas, e as deixamos isoladas ao trabalho de colegas de outras áreas, negando à estas mulheres o olhar particular da História e o espaço que suas experiências e suas palavras merecem ter.



Pode ser tarde demais para procura-las diretamente agora, visto que praticamente todas essas mulheres já faleceram. Entretanto, algumas delas nos deixaram livros de memórias e testemunhos, deixando claro o desejo de serem lembradas e de contar suas histórias. Basta que estejamos dispostos a permitir à elas o direito de se pronunciar.

Foram escolhidos, para isso, dois livros escritos, cada um, por uma enfermeira. O primeiro, publicado por uma chefe do grupo de enfermeiras da (FEB), Elza Cansação Medeiros, em 1987, chamado “E foi assim que a cobra fumou” e o segundo, publicado por uma de suas subordinadas, Olímpia de Araújo Camerino, em 1983, chamado de “A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial”.

A forma como essas mulheres vivenciaram a Guerra, como percebiam seu lugar nela e o que decidiram narrar dessa experiência são bastante distintas, como pode-se perceber pela simples escolha que fizeram para o título de seus livros. Sua idade, criação e formação acadêmica também influenciam bastante nas suas palavras registradas. São essas múltiplas visões que dão forma à discussão realizada a seguir.

### **3. A feminilidade materna de Olímpia**

O título que Olímpia dá a seu livro de memórias, *A Mulher Brasileira na Segunda Guerra Mundial*, traduz claramente a visão que ela tem do trabalho de enfermeira voluntária na guerra. Para ela, esse pequeno grupo de mulheres representa o que é a mulher brasileira como um todo. Essa visão é permeada pela ideia de feminilidade, pelo ato nato de cuidar do outro, de dar assistência, carinho e apoio. Era trabalho das enfermeiras dar apoio moral e força aos “pracinhas”, sendo uma mulher da mesma pátria – ou seja, alguém que os lembra de casa –, escrevendo e lendo cartas, e tudo o mais que fosse capacidade da mulher.

Nas primeiras páginas, Olímpia justifica a decisão de se voluntariar para a FEB como resposta a um “chamado da Pátria, ao dever da Humanidade, de amor pelo Brasil.” Esse amor pela pátria se faz presente pela extensão do livro, que em momento algum menciona questões políticas ou descontentamentos com a complicada situação do treinamento e da patente militar.<sup>2</sup>

---

<sup>2</sup> O treinamento oferecido pelo governo brasileiro era bastante despreparado para receber mulheres, o que implicou em exercícios sem relação com a atividade da enfermagem que seria exercida, e o ensino da língua francesa, por exemplo, sendo que estariam estacionadas na Itália, em conjunto com o exército estadunidense. Além disso, passaram por situações bastante complicadas decorrentes da falta de patente

Se diz orgulhosa de poder vestir o uniforme da FEB e apenas se manifesta negativamente quando comenta do isolamento e humilhação que sentiram em relação às enfermeiras estadunidenses, quando traz a questão das patentes militares. Mesmo assim, essa reclamação fica sobre àquelas enfermeiras, e nunca sobre o despreparo e má administração do governo do Brasil. Para ela, o voluntariado é uma expressão do civismo e nada parece abalar o orgulho que sente de estar envolvida nisso.

Além do patriotismo, compreensivelmente presente nos relatos dos “febianos”, a ideia da religiosidade se faz bastante presente na narração de Olímpia. Ela afirma que manifestações de cristandade e fé eram frequentes nas enfermeiras – coisa que não aparece, de maneira alguma, no relato de Elza, por exemplo.

Lembra com orgulho e saudade, até um certo saudosismo, daqueles tempos em que esteve presente na Guerra, servindo ao Brasil e auxiliando os soldados brasileiros. Lembra de algumas histórias que ela pode testemunhar nos hospitais em que esteve estacionada, e traz com certa melancolia o desmonte de um dos hospitais, após a declaração de fim da Guerra.

Conta, por fim, que muitas pessoas fizeram ideias erradas de seu voluntariado e, por isso, sofreram duras críticas. Não explicita que tipo de críticas aquelas pessoas que, em suas palavras, não “podiam alcançar a grandeza de vosso gesto”, proferiam; apenas pede que um dia tentem compreendê-las.

#### **4. Elza, a enfermeira por profissão**

O livro de Elza que discutimos aqui chama-se “E foi assim que a cobra fumou”, e foi publicado em 1987. Antes deste, ela havia publicado um outro livro em 1966, chamado “Nas barbas do tedesco”. O livro adotado aqui é, de certa maneira, uma reedição do original: conta basicamente as mesmas histórias, mas com uma consciência política mais declarada. A escolha em abordar apenas esta obra se dá por dois motivos: primeiramente, entende-se que seria uma análise comparativa mais honesta se fossem utilizados textos publicados na mesma década; além disso, utilizar os dois livros de Elza despertaria um tanto de novas questões que não caberiam neste texto.

---

militar para as enfermeiras, que não podiam ser consideradas civis, por estarem alocadas em meio ao *front*, mas também não possuíam patente de oficiais. Isso gerou conflitos entre o pessoal brasileiro e americano, e também as impediu, muitas vezes, de encontrar lugar para comer e dormir.

A narrativa que Elza constrói se distancia bastante daquela construída por Olímpia. As primeiras páginas do livro são dedicadas a contar, com o máximo de detalhamento, todos os acontecimentos que levaram à participação direta do Brasil na Guerra, fazendo pesquisas para poder contar as informações a que ela não tinha acesso na época. Toda essa parte é marcada por fortes críticas ao governo Vargas, se referindo à ele explicitamente como um ditador adepto das ideias fascistas, chegando a citar também Mussolini e Hitler como “doentes mentais” e “paranoicos”. Esse tipo de crítica estará presente em toda a extensão do livro.

Ainda no início do livro, ela esclarece que escreve o livro para que as futuras gerações compreendam o motivo de o Brasil ter entrado no conflito, e para que ninguém se esqueça da importância da ação dos brasileiros e brasileiras que nele estiveram envolvidos.

Elza fala abertamente das dificuldades que passaram e dos obstáculos que tiveram de enfrentar. Conta em detalhes como foi realizado o Curso Preparatório, que visava adequar as mulheres voluntárias ao trabalho que seria exercido na Itália: mal planejado, não adequado à mulher ou ao trabalho que seria feito, feito com pressa e despreocupadamente. Os uniformes que receberam, antes do embarque, eram – além de bastante feios, como ela diz – nada adequados para as temperaturas italianas, ou práticos como o serviço demandava. Eram da mesma cor que os uniformes alemães e ela traz diversos casos em que isso implicou em situações complicadas e perigosas.

Assim como Olímpia, Elza também traz os problemas decorrentes da falta de patente oficial. No entanto, assim como em todo o seu relato, esses casos são resgatados com maiores detalhes e de forma bastante crítica. Ao contar as dificuldades que passaram, ela não poupa críticas ao descaso de Vargas com os “febianos”.

Por ser uma das poucas mulheres mais preparadas, por já ter diplomas de enfermagem e ser a única a falar inglês, Elza se tornou a chefe do seu corpo de enfermeiras estacionadas no mesmo hospital. Dividia a chefia com outra enfermeira estadunidense e tinha contato mais direto com as autoridades militares naquele front. Com isso, seu relato conta com uma maior variedade de experiências, que enriquece a análise.

Ela conta que havia uma rotação aleatória de chefes, e que alguns deles tornavam a situação bastante desconfortável para algumas enfermeiras. Em seu relato, é possível

identificar situações de assédio<sup>3</sup>, ainda que ela não classifique esses episódios como tal. Há apenas um momento em que ela traz à tona o machismo da época: “A forma encontrada [de combater] face ao machismo da época, foi acorrer às escolas de enfermagem”.

As duras críticas que receberam não passam batidas no texto de Elza, e ela traz explicitamente exemplos que demonstram o teor das ofensas. Ela conta que sofreu dentro de casa, já que seu pai cortou relações com a filha por “estar metida no meio de soldados”; em outra ocasião, declara que a “até a mulher de um militar de alta patente do Exército tachou-nos de prostitutas que queriam ir para a guerra para fazer a vida”. Com apenas dois exemplos, não é difícil compreender o teor das críticas que elas tiveram de enfrentar, já no Brasil. Como ela mesma diz, sua guerra começou aqui mesmo, antes de sequer sair do Brasil.

Apesar de tudo isso, proclama que as enfermeiras eram tratadas por todos “com carinho e atenção”. É interessante perceber que esse reconhecimento está bastante presente na estrutura que permeia seu livro de memórias: suas páginas são focadas, majoritariamente, a contar casos e anedotas de “pracinhas”, deixando histórias das próprias enfermeiras em segundo plano. Já no fim do livro, ela escreve um texto apaixonado em homenagem à honra do serviço dos “pracinhas”, mas não menciona o trabalho das enfermeiras, mesmo sendo uma delas.

Por fim, ela lamenta a desmobilização da FEB, que causa uma enorme perda ao Exército Brasileiro, ao ignorar a experiência prática dos “pracinhas” e das enfermeiras, e o descaso da população geral com essas pessoas que ela pronuncia como heróis. Para ela, essa desmobilização repentina aconteceu pelo medo de Getúlio Vargas em ter soldados treinados e até então mobilizados, recém saídos de um combate pelo fim dos fascismos e governos ditatoriais, coisa que era realidade no Brasil.

## 5. Uma análise comparativa

---

<sup>3</sup> Elza e mais três mulheres fizeram parte do Destacamento Precursor da FEB, grupo enviado à Itália antes dos “pracinhas”, de forma a estarem preparadas e a postos para recebe-los, caso precisassem de algum auxílio já no desembarque. Em sua primeira noite no front, Elza relata ter resgatado suas colegas que se encontravam em outro quarto e tiveram o quarto invadido por alguns soldados da tropa norte-americana. Em outra ocasião, já meses depois, afirma terem sofrido certas perseguições por um major, que não permitia que saíssem à noite e “outras coisas que não vale a pena recordar”.

As duas mulheres trazidas aqui foram bastante diferentes uma da outra. Elza era filha de um médico – que havia estudado na Alemanha e era amigo pessoal do Kaiser – e diplomada em cursos de enfermagem, foi para a guerra no início dos seus 20 e poucos anos, pertencia à classe alta e já havia tido contato com pessoas de diferentes países e formações, também havia aprendido a falar inglês com a empregada doméstica estrangeira que trabalhava em sua casa. Olímpia, por outro lado, não era tão jovem como Elza, vinha de família mais simples e com menos escolaridade. Não tivera as mesmas oportunidades e pluralidade de ambientes e contatos. Essas diferenças são marcantes nos relatos que cada uma delas constrói.

O livro de Elza é consideravelmente mais longo, e traz um esforço intelectual, no sentido de contar toda a história política por trás de sua participação no conflito. O objetivo não é contar apenas aquilo que vivenciou, mas tudo o que considera importante na participação brasileira no geral. Seu livro é organizado por meio de contos e anedotas, demonstrando sua vontade de recordar apenas os momentos descontraídos e divertidos, como ela mesma coloca.

Sua voz mais íntima fica reservada ao final do livro, nos momentos em que narra uma certa tristeza em perceber a falta de consideração por parte do governo e da população sobre uma experiência que foi tão significativa para ela e, como ela comenta diversas vezes, um triunfo do povo brasileiro.

Sua leitura crítica dos acontecimentos do período sugerem uma postura mais consciente e progressista de seu meio, o que pode implicar na ideia de que ela seria mais dedicada à contar a experiência feminina. Mas isso seria pensar com os olhos de agora, e isso é algo que não podemos, de forma alguma, fazer. Quando mergulhamos de fato em suas palavras, percebemos que ela pouco fala do lugar dessas mulheres. Uma parte bastante extensa de seu livro conta as histórias que envolvem os “pracinhas”, que também são objeto principal dos momentos em que ela faz discursos mais emocionados sobre a ação brasileira na Guerra. As anedotas das enfermeiras aparecem em momentos mais escassos, e geralmente se localizam nos seus períodos de férias, e não nos hospitais ou no *front*.

A leitura que Olímpia faz é mais tradicionalista, ou seja, coloca o lugar da mulher na função de cuidadora, naquela que dá apoio e se preocupa com o homem, naquela que se

importa com o bem-estar do outro. O curioso é que, ao contrário que inicialmente poderíamos imaginar, é ela que constrói uma narrativa em que o foco principal é a participação da mulher. Ela escreve menos através de uma perspectiva múltipla e de entretenimento, e mais pautada nos seus sentimentos, na sua experiência particular, numa trajetória pessoal. Ela não tenta amenizar a experiência, como Elza faz, ao registrar as histórias mais divertidas. Ela tenta apenas passar adiante aquilo que apenas ela viveu, e como viveu, e deixar registrado o que foi a Guerra para ela.

É importante notar, no entanto, que a obra de Elza é uma coleção de anedotas porque grande parte destas foi escrita para publicação em jornal. Apesar disso, é curioso perceber que ela dedica uma parte menor para as suas experiências, e prefere contar alguns casos que aconteceram com os “pracinhas”, que ela não testemunhou, mas “ouviu dizer”.

As duas declaram, inúmeras vezes, o patriotismo presente na decisão de se voluntariar. Ainda que o nacionalismo de Olímpia seja relacionado à um lugar de fornecer apoio e conforto aos soldados brasileiros que estarão na linha de frente e o nacionalismo de Elza seja pautado em se afirmar como cidadã da pátria, é inegável a força dessa ideia no voluntariado dessas duas mulheres e, também, do sentimento de orgulho de servir o Brasil, mesmo com todas as críticas sofridas antes, durante e depois da Guerra e das inúmeras dificuldades, criadas pelo governo ou simplesmente pelo ambiente de conflito violento.

## **6. Considerações Finais**

De maneira geral, o esforço de escrever estes livros, independente da maneira em que foram escritos e em quem estava o foco das narrativas, nos faz perceber como essas mulheres também reclamam o direito de contar esta história, da qual fizeram parte. A própria existência destes livros demonstra o desejo de se identificar como uma mulher que serviu na Segunda Guerra Mundial, em nome do Brasil e do povo brasileiro, como elas colocam, e de serem ouvidas como alguém que estava lá e quem tem o que dizer sobre o episódio.

O fato de termos estes livros de memória, hoje, representam uma maneira daquelas mulheres de dizer “nós estamos aqui e temos algo importante para contar, e queremos ser ouvidas”.

## **Fontes:**

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

MEDEIROS, Elza Cansação. **Nas barbas do Tedesco**. Rio de Janeiro: Americana, 1955.

MEDEIROS, Elza Cansação. **E foi assim que a cobra fumou**. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

CAMERINO, Olímpia de Araújo. **A mulher brasileira na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi, 1983.

**Bibliografia:**

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & realidade. Rio Grande do Sul, v. 20, n. 2, 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/71721>>

# COMUNICAÇÕES LIVRES



## A ALTERIDADE ATRAVÉS DO ESPELHO: POSSIBILIDADES DE LEITURA DAS OBRAS DE DAMIÃO DE GÓIS

Thays Alves Rodrigues<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo parte da análise de um conjunto de obras de Damião de Góis (1502-1574) com o intuito de fornecer uma leitura alternativa das mesmas que, comumente, são apresentadas ora como representantes de uma precursora abordagem “etnográfica” em Portugal, ora como exemplos máximos do humanismo erasmiano. Longe de desconsiderarmos tais abordagens, intentamos fornecer elementos que permitam uma reflexão mais acurada, apontando para a relação existente entre elas e o pensamento “analógico” do século XVI que definia a alteridade, “o outro”, a partir de classificações da semelhança, de diferentes graus “do eu”. Finalmente, procuramos observar em que medida este mote equipara Góis aos demais autores de sua época.

**Palavras-chave:** Damião de Góis, alteridade, semelhança, classificação.

**Abstract:** This article is based on the analysis of a set of works by Damião de Góis (1502-1574) with the purpose of providing an alternative reading of these works, which are commonly presented or as an example of an ethnographic approach in Portugal, or as prime examples of Erasmian humanism. Far from disregarding such approaches, we try to provide elements that allow for a more accurate reflection, pointing to the relation between them and the "analogical" thought of the sixteenth century that defined alterity, "the other", from classifications of similarity, of different degrees of "self." Finally, we try to observe to what extent this mote equates Góis with the other authors of his time.

**Keywords:** Damião de Góis, otherness, resemblance, classification.

### 1. INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense (UFF).  
*E-mail:* [thaysalvests@hotmail.com](mailto:thaysalvests@hotmail.com).

O expansionismo, ou a superação da era do Mediterrâneo pela do Atlântico e do Índico, figura-se como momento de viragem na história, quando os limites do homem medieval são dilatados, não só em termos geográficos, como também humanos e sociais, devido à profusão de povos e paragens. Inseridos neste contexto, os portugueses do renascimento adquirem, então, uma dupla consciência relacional: eles percebem sua alteridade no tocante a Antiguidade, enquanto “modernos”, e no que se refere à diversidade de povos que se revelava, como “civilizados”. Este será o impasse de todos àqueles cronistas, religiosos e homens do Estado que tencionaram pensar o Império em formação.

De acordo com Eduard Fueter, os descobrimentos suscitaram um novo problema na historiografia do século XVI, que seria o gosto pelo detalhe da conquista, bem como pelas descrições dos habitantes dos países recém descobertos (FUETER, 1953: 320). Tendo em vista o caso português, Diogo Ramada Curto nos fala que as crônicas de Gomes Eanes de Zurara foram as primeiras a fazerem referências aos costumes dos inimigos dos portugueses, “numa obra de conteúdo muito heterogêneo, é precisamente quando o interesse do autor se afasta da narrativa dos feitos de guerra que vemos esboçada uma intenção etnográfica” (CURTO, 2009: 62).

John H. Elliott, detido sobre a colonização do Novo Mundo, reitera esta suposição ao sugerir que a necessidade de explorar os recursos do continente americano, bem como o empenho em administrar e converter ao cristianismo sua população, é que impulsionou os europeus a ampliarem seu campo de visão, organizando e classificando suas “descobertas” num pensamento coerente. Sendo assim, não havia um interesse epistemológico consciente de estudar a diversidade social e cultural, mas sim a intenção de incorporá-la à “república cristã”, que, ao transformar a antiga ambição romana de “civilizar” no desejo de “converter”, forneceu elementos para uma classificação dual da humanidade, ora ordenada por sua filiação religiosa, ora por seu grau de civilidade (ELLIOTT, 1984).

Delio Cantimori afirma que os humanistas, de fato, voltaram sua atenção ao homem e à vida moral, de forma que as práticas e os modos de vida foram o centro de sua atenção (CANTIMORI, 1984: 167). No caso específico de Damião de Góis, Elisabeth Feist Hirsch destaca seu empenho etnográfico nas comparações feitas entre a África e a Ásia em suas crônicas, responsáveis por criar uma “atmosfera de unidade planetária”

(HIRSCH, 1967: 238).<sup>2</sup> Por sua vez, Marcel Battailon afirma que tais comparações podem ser interpretadas como uma forma de solidariedade humana, uma vez que nos seus escritos todos os povos com que teve contato “são chamados a depor e a comprovar, sendo tratados num espírito de igualdade humana”. Solidariedade que, segundo este autor, o diferencia dos demais cronistas da época (BATAILLON, 1938: 7).

Sem pender para uma ou outra colocação, Damião de Góis de fato realiza amplas descrições da diversidade cultural que se avultava diante dos olhos dos portugueses, mas isso não necessariamente o diferenciaria dos seus pares. Segundo João Adolfo Hansen, a cronística do século XVI unia uma série de objetivos que ultrapassava os de exaltação do Rei e os de oferecimento de conselhos baseados no agir de exemplos do passado, pois o conhecimento de novos povos gera a reflexão da concepção tradicional de “natureza humana” que, para tanto, explora a descrição minuciosa dos costumes “exóticos” nos Espelhos de Príncipe, numa espécie de pré-história da antropologia (HANSEN, 2002: 61-97). Ademais, ao atentarmos para àquilo que Michel Foucault compreende como sendo a *epistémé* do século XVI, a semelhança, nos munimos de uma ferramenta capaz de relativizar o elevado grau de “tolerância”, de “humanismo erasmiano”, atribuído ao autor em questão (FOUCAULT, 1981: 34-58).

Diante disso, inspirados por Paul Oskar Kristeller - historiador contextualista, que assinala as dificuldades de utilizar o termo “humanismo” na renascença, por se tratar de uma nomeação romântica do século XIX -, (KRISTELLER, 1966: 30) propomos uma análise centrada no contexto de produção de conhecimento da primeira metade do século XVI que, conforme já assinalado, estabelece seus significados a partir das relações de semelhanças; como também uma análise do “texto pelo próprio texto”. Pois, não obstante a relevância da conjuntura para nós historiadores, ao compreendermos um texto mais pela contextualização de seu autor, e menos pelo texto, corremos o risco de limitar nossas análises, como sugere Paul Ricoeur. (RICOEUR, 2013: 108-109)

Tal proposta tem por objetivo apresentar uma leitura alternativa das obras de Damião de Góis, a saber, *Lamentação do povo da Lapónia, A fé, a religião e os costumes da Etiópia* (ambas de 1540), bem como a *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*

---

<sup>2</sup> Apesar de afirmar que a etnologia estava fora de seu campo, utilizando-se de afirmações como essa: “[...]quomo meu offiço seja screuer Chronica, & nam costumes de gentes, nem historia gêral[...].” Cf. GOIS, Damião de. *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* composta per Damiam de Goes, Diuidida em quatro partes. Em Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1566-1567. Part. III, CAP. XLIII. Disponível em <http://www.bnportugal.pt/>. Acesso em 23/07/2018.

(1566-1567) e a *Chronica do principe Dom Ioam* (1567), que via de regra são apresentadas como herdeiras de um humanismo erasmiano responsável pela apreensão das “diferenças” dos diversos povos. Como resultado desta leitura, centrada na descrição dos costumes, apreendemos algumas formas de classificação que diferem pouco do trabalho realizado pelos demais escritores do tempo de Góis, como João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda.

## 2. TOLERÂNCIA OU SEMELHANÇA?

Com Foucault aprendemos que a semelhança é a *epistémé* do século XVI, responsável pelos “códigos fundamentais”, os “códigos ordenadores” da cultura ocidental, aqueles encarregados por organizar seus esquemas de pensamento, sua linguagem, sua hierarquia, por fim, suas práticas (FOUCAULT, Op. Cit). Assim sendo, até meados do século XVII não há diferença que separe culturas geograficamente distantes, mas sim “graus de semelhança” como afirma Andrea Daher (DAHER, 2012: 19).

Ao abordar os recursos de construção do discurso histórico de Damião de Góis, Hirsch destaca a comparação como um dos elementos utilizados pelo autor na afirmação da verdade de seus escritos, ao estabelecer uma relação entre o que já conhecia e o que presenciava. Aí residiria nas palavras de Hirsch o seu empenho etnográfico, e o elemento diferenciador de suas crônicas em relação às demais de seu tempo. Vejamos alguns exemplos de comparação responsáveis por criar “uma atmosfera de unidade planetária” (HIRSCH, Op. Cit):

Tem [os índios do Brasil] hum çerto genero de bailhar, em que andam todos aho redor, quasi quomo has rondas de Flandres, sem se mudarem do lugar em que começam, cantando todos por hum tom cantigas, em que contam suas valentias, & feitos de guerra, dando muitos asouios, & fazendo mui grande estrondo com hos pés (GOIS, 1566-1567: Part. I. Cap. LVI. Fol. 52).

Como observamos, o autor compara as danças dos indígenas brasileiros às danças da Flandres, onde foi mandado por D. João III em 1523 como escrivão da feitoria de Antuérpia. Com efeito, nunca esteve no Brasil, baseando-se nos relatos de quem esteve

lá. Posteriormente, ao falar da bebida preferida dos etíopes, feita de mel e água, compara-a com as bebidas que havia experimentado na Rússia, Lovânia e na Lituânia: “[...] nam tẽ vinho, em lugar do qual vsam hũa beueragem feita de mel, & aguoa, que he quomo ha que viam hos Moscouitas, Roxos, Liuonios, & Litanos, a que chamão Mede, muito suaue de beber, & delle tam forte quomo maluasia de Candia, & do mesmo sabor [...]” (GÓIS, 1566-1567: Parte III. Cap. LXII. Fol. 112). Mais uma vez, o cronista estabelece uma comparação baseando-se na sua experiência adquirida nas viagens que realizou pelo continente europeu e no livro que lhe foi dado por Zaga-Zabo, bispo abexim que esteve na corte portuguesa entre os anos de 1527 -1534 (acompanhou o retorno da embaixada de Duarte Galvão à Corte), no qual relata as crenças e os costumes, sobretudo religiosos, dos etíopes (MARCOCCI, 2012: 179).

Este relato de Zaga-Zabo é incorporado à *A fé, a religião e os Costumes da Etiópia*, 1540, (GÓIS, 1945: 123-201) texto que defende a inclusão do cristianismo etíope na cristandade europeia junto ao papa Paulo III, no qual as comparações são ainda mais surpreendentes, pois relativizam hábitos evidentemente judaicos, como a circuncisão, os jejuns, a observância do sábado, associados a própria vivência de Jesus.

Ora, a nossa Circuncisão não é imunda, mas lei e graça concedidas ao nosso pai Abraão, que as recebeu de Deus como sinal, não para com ela se salvar a ele e a seus filhos, mas para os filhos de Abraão se distinguirem dos demais povos [...], como diz São Paulo, mostrando que não nos salvamos pela circuncisão, mas pela fé, pois em Cristo ela nada vale nem o prepúcio, mas só a criatura renovada. Ora, Paulo não pregou a destruição da lei mas a sua estabilização, ele que também foi circuncidado, e Timóteo, [...](GÓIS, 1945: 172).

Para efeito da presente análise, interessa destacar ainda que, em face da impossibilidade de analogias diretas, Góis recorre a autoridades inquestionáveis, como é o evangelho, e, neste movimento, restabelece o elo que aproxima as duas culturas. No caso dos lapões, por exemplo, que “não têm o menor conhecimento da lei de Cristo” (GÓIS, 1945: 207), o autor destaca que, no entanto, conhecem o sacramento do matrimônio, na “Descrição da Lapónia” que antecede a “Lamentação ...”: “A religião desta gente consiste em adorar por deuses o fogo e ídolos de pedra. E de qualquer coisa animada que lhes surja de manhã julgam do que lhes há-de suceder durante o dia. Conhecem o matrimônio e são muito ciumentos ” (GÓIS, 1945: 206).

Ou então, mediante aquelas sociedades também analógicas, mas hierarquicamente diferentes, como a chinesa e a ocidental - no sentido de que para aquelas há uma hierarquia imanente dos seres dada pelo taiji (fonte de todos os princípios de ordem, a origem da energia universal), enquanto que para esta há uma hierarquia transcendente dos seres – em que não há possibilidade de compreensão religiosa mútua como demonstra Jacques Gernet (GERNET, 1982: 263-333), Damião de Góis acaba recorrendo à descrição de assuntos secundários em termos de fé, referindo-se à pintura das imagens dos deuses daquele povo e, ressaltando que seus hábitos de pintar encontram similitudes com os dos pintores flamengos: “Hás figuras destas imagens todas trouxe Fernam perez dandrade, pintadas em panos de paugagem, & arvoredos quase do mesmo modo que sam hos panos pintados que fazem em Flandres, [...]”(GOIS, 1566-1567: Parte IV. Cap. XXV. Fol. 30).

Os exemplos arrolados reforçam tanto o argumento do interesse etnográfico defendido pela biógrafa do cronista, Elisabeth Feist Hirsch, quanto a “solidariedade” humanista reflexo da influência de Erasmo que Marcel Bataillon reconhece em Góis, e que outros reafirmam. José V. de Pina Martins, em relação a *A fé, a Religião, e os Costumes da Etiópia*, evidencia que

esta obra de erasmianos propósitos não escondia, à face da Europa os aspectos lusitanos de uma expansão que propunha, por consequência, não apenas uma glória e frutos de interesse nacional, mas igualmente frutos do interesse universal. *Góis*, como português, como diplomata culto, e além disso como humanista, *identificava deste modo um erasmismo declarado com um patriotismo que, embora o fosse menos por motivos compreensíveis, se harmonizava à perfeição com uma visão universal da história do Mundo*” (MARTINS, 1973: 70-71. Grifo meu).

Como vemos, Pina Martins não nega, em Góis, a associação do humanismo erasmiano ao patriotismo típico do contexto expansionista português. Todavia, fica patente que seu objetivo não é demonstrar a efetividade desta ligação no escrito de Góis, muito menos compreendê-la, mas apenas assinalar o que ele chamaria – nas páginas anteriores – de sólida relação entre Erasmo e Damião de Góis. Neste sentido, associa o entusiasmo do humanista lusitano com a propaganda dos contatos orientais ao proselitismo religioso que almejava reconduzir a fé etíope sob o controle da Sé Romana. Ao reconhecer o primado desta última linha de força do Império, confirmaria a ingerência erasmiana nas obras de Góis. O mesmo aconteceria com *Lamentação do povo da Lapónia*,

na qual, segundo Martins, é visível o “sopro de concórdia e de união de comunidades dispersas numa espécie de diáspora trágica”. (MARTINS, 1973: 72-73).

Para além destas possibilidades interpretativas, os excertos apresentados também reiteram o argumento de Foucault, apresentado no início deste tópico, de que os códigos hermenêuticos do século XVI eram coerentemente organizados pela semelhança. Ela operou através da conveniência, emulação, simpatia e analogia; sendo esta a sobreposição da conveniência e da emulação ao tratar tanto da comparação das semelhanças através do espaço como das relações que se podem efetuar entre as coisas. A analogia opera sobre as mais sutis relações de semelhanças que possam haver, como as evidenciadas nos exemplos acima. A conveniência se dá na relação que o europeu, leia-se português, estabelece com os demais povos; e a emulação na tentativa de equiparar as práticas dos índios do Brasil, dos etíopes, dos lapões e dos chineses, com as dos habitantes da Flandres, da Rússia, da Lituânia, e da cristandade ocidental de modo geral.

Assim sendo, o que para muitos é sinónimo de tolerância e do relativismo cultural humanista, também pode ser a expressão de um quadro interpretativo maior, regido por códigos pautados na analogia e, que, no limite, favoreceram a inclusão da diversidade de povos nas divisas do Estado português, pautado no princípio da *Respublica Christiana*, na qual converge a vivência social e religiosa. Isso porque o cristianismo, que principiou dando as costas para o Império (pagão), torná-lo-ia seu aliado, transformando a *orbis terrarum* dos romanos em *orbis christianum*. O conceito de *civilitas*, tomado do antigo Império Romano, forneceria à cristandade a estrutura intelectual necessária para o exercício de uma pretensão considerada legítima, a da universalidade da fé (RODRIGUES, 2012: 190).

### **2.1. Marcas de enunciação: “eu vi”**

A preocupação com a “verdade” parece-nos uma constante entre os cronistas portugueses do século XVI. Isso é observado já no prólogo da *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel*, de Damião de Góis:

[...] por me parecer que se nam mouera. V. A. a me mandar cousa em que consistiam, todolos feitos, & lououores deste felicissimo Rei, & daquelles que ho seruiram na guerra, & na paz, senam por confiar de miho mais substancial que no screuer das Chronicas se requiere, que he

com verdade dar a cada hũ ho louuor, ou reprehensam que merece (GOIS, 1566-1567: Fol. 1).

E também no prólogo da *Chronica do principe Dom Ioam*:

[...] porque he cousa clara poersse a mais juízos quem de vontade screve historia [...] porque nestes se requiere alto stylo descrever, grade ornamento de lingoagem, sutil, & discreto artiçior hetprico, & isto tam temperado, que ho discuido do scriptornam cegue há gloria do que tratta, nem [...] faça suspeita de pouca fé, & pareça ser há tal scriptura, mais imitaçam de tragedias fabulosas, sob cõr de verdade, q stylo historico, no qual se requiere certa notiçia do q se tratta, & inteira fé no que se conta, & grande prudenciã no que se screve; [...] (GOIS, 1567: “Prologo”, sem paginação).

Como também nos escritos de autores coevos à Góis. Vejamos Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559), por exemplo, que no prólogo da sua *Historia do descobrimento & conquista da India pelos portugueses*, nos diz que

conhecendo eu estas virtudes heroicas de V. A. porq este livro & outros q tenho feito tem algu parentesco com as letras me atrevi a fazelos: porq como digo ficaste ppetua lembrãça de tão notaveis façanhas como fizerã tantos fidalgos &caualeyros Portugueses vossos vassallos paho q me ajudou muyto ter ãndado na India, õdefuycõ meu pay, [...] q examineycõ testemunhas de vista [...] (CASTANHEDA, 1552. V. I. “Prologo”, sem paginação).

Ou ainda João de Barros (1496-1570), que no prólogo da terceira década, defende que a “primeira, e mais principal parte da Historia he a verdade dela, [...] porem em algumas cousas não ha de ser tanta, que se diga por ella o dito da muita justiça, que fica em crueldade, principalmente nas cousas, que tratam da infamia de alguẽm, ainda que verdade sejam” (BARROS, 1777-1788. Part. III, “Prologo”, sem paginação).

Apesar de algumas vezes matizado, como faz João de Barros, o compromisso com a verdade histórica envolvia, para além de um estilo adequado, com “linguagem ornada” e “sutil artifício retórico”, a referência às “marcas” de enunciação do sujeito narrativo, responsáveis por balizar os efeitos de veracidade do relato. Castanheda, por exemplo, comprova a proximidade com o objeto narrado e, por conseguinte, a autoridade no que expõe, recorrendo a verbos da área da visão. Artifício semelhante é identificado em Góis nos exemplos elencados no início desta seção. Neles observamos o esforço do cronista



em comprovar a verdade de suas comparações, realizadas graças à experiência adquirida em suas viagens pelo continente europeu, e, devido ao contato, na Corte, com membros das embaixadas etíopes.

François Hartog, em *O espelho de Heródoto*, aborda as possibilidades de enunciação do autor, leia-se Heródoto e Tucídides, que pretende persuadir o leitor/ouvinte da veracidade textual, seriam elas: “eu vi”, “eu ouvi”, “eu digo”, “eu escrevo” (HARTOG, 1999). Como podemos inferir através do que já foi exposto, há a ocorrência de todas essas alternativas nos escritos de Góis, que engenhosamente utiliza-se do “eu vi” nos capítulos referentes aos costumes dos povos orientais, assim como aos da “gente de Sancta Cruz”. Vejamos como atesta seu conhecimento sobre a habilidade dos índios:

Sam grandes frecheiros [os índios], [...] & *ho que eu aqerca disto vi direi aqui*. No anno de mil, & quinhentos, & treze estando elrei dom Emanuel ã Sãctos ho Velho, tẽdo despacho em hũa casa de madeira, que alli entã estaua, na ponta do caes, posta sobella aguoa, George Lopez Bixorda que naquelle tempo tinha ho tratto do pao brasil que trazẽ desta terra de Sancta Cruz, veo a fallar a elRei, & cõ elle tres homẽs desta prouincia, [...] cada hũ delles trazia seu arco, & frechas, vinha com elles hũ homem Portugues, que sabia ha lingoa, per quẽ lhes elRei fez perguntar algũas cousas, & quando fallaram na destreza que tem no tirar, dixerão que se sua Alteza ho queria ver que loguo lho amostrariam, no qual com menos ha mare vazaua, & vinham pelo rio abaixo algũs pedaços de cortiça tamanhos quomo ha palma de hũa mão, ou pouquo mais, cõtra has quaes loguo armaram hos arcos, & a quantas dellas tiraram, indo pela aguoa abaixo, pregarão em cada hũa sua frecha, sem errarem nenhũ tiro, ho que *eu vi, porquestaua na mesma casa quãdo isto passou* (GOIS, 1566-1567: Parte I. Cap. LVI. Op. Cit).

Mesmo não tendo conhecido pessoalmente o Brasil, assim como as regiões orientais, a exemplo de Castanheda, percebemos seu intento de assegurar os acontecimentos narrados através da presença neles. Na primeira metade do século XVI, institui-se a compreensão de que “a experiência é a madre das cousas”, único meio de se conhecer a verdade (PEREIRA, 1892: 196). Esta tópica recuperada da antiguidade clássica pelos humanistas – como podemos apreender a partir dos estudos de Hartog -, será amplamente explorada, num primeiro momento que antecede o desenvolvimento dos vocabulários, léxicos, e dicionários, pelos cronistas da expansão que estiveram no Oriente em vista da impossibilidade de uma comunicação efetiva com os povos desta região. Segundo Maria Leonor Carvalhão Buescu, a primeira técnica do “contacto-comunicação” foi o olhar, que se estruturou a partir da montagem de cenários dotados de visibilidade,

ou seja, através de uma verdadeira “hermenêutica do gesto, do ritual e da postura”. Daí a identificação nos escritos de Fernão Mendes Pinto, Fernão Lopes de Castanheda, Duarte Barbosa, entre outros, de longas descrições visivelmente assimiláveis - vestuário, hábitos alimentares, cerimônias (CARVALHÃO BUESCU, 1986: 38; 1991:12-18).

Cláudio Pinheiro reitera esta assertiva ao afirmar que

[...] antes do desenvolvimento de gramáticas propriamente escritas estes primeiros conquistadores (e os Estados europeus por detrás deles) terminam cunhando verdadeiras gramáticas analíticas da *performance* corporal e vocabulários da mímica; as quais é possível visualizar a partir de crônicas, tratados, peregrinações, cartas, relações, roteiros, diários de bordo, informações, panegíricos, etc (PINHEIRO, 2008: 53. Grifo do autor).

Ao anteceder o desenvolvimento de vocabulários e dicionários bilíngues, com entradas entre o português e as línguas coloniais (línguas asiáticas, americanas e algumas africanas), o “privilegio do olhar” contribuiu para o conhecimento dos usos e costumes dos “novos” povos. Sendo assim, não nos estranha a recorrência de “eu vi” nas obras dos primeiros conquistadores que procuravam evidenciar a verdade do que escreviam, mas sim nas crônicas de autores como Damião de Góis, que mesmo não tendo saído da Europa lançou mão dos mesmos recursos retóricos para comprovar sua aproximação com os etíopes e com os índios, por exemplo, a partir de seu próprio espaço e não o do “outro”. O autor, apoiado numa chave de leitura humanista, parece-nos que não pretendeu ficar de fora deste primeiro movimento de contato com a diversidade de culturas que se avultava aos olhos dos portugueses.

## 2.2 Comparar e classificar

Particularmente, os capítulos das obras de Damião de Góis destinados à descrição “dalgũas particularidades da terra” e dos “costumes da gente” forneceram a matéria de análise que possibilitou a apreensão do pensamento analógico, de descrições mais generalizadas pautadas naquilo que a visão alcança em termos do “outro”, que, portanto, quase não diferiu do mesmo (CARVALHÃO BUESCU, 1991: 37).

Com efeito, os povos geograficamente distantes dos europeus não foram assimilados por completo, havia graus de semelhança utilizados pelo narrador para inscrever o mundo que se conta no mundo em que se conta. No limite, o trabalho dos

cronistas consistia em tradução, já que nas palavras de George Steiner “dentro ou entre idiomas, a comunicação (neste caso, a visual) humana é igual à tradução” (STEINER, 1977: 63. Tradução minha). E, num texto que inscreve os costumes de outras culturas, a tradução encontra-se ligada à nomeação que, por conseguinte, é um modo de classificação.

De acordo com Anthony Pagden os métodos usados no final do século XV para classificar homens baseavam-se em características gerais (fisiológicas, localização geográfica...). Contudo, os atributos comportamentais sempre foram mais distintivos, por isso o observador de determinado grupo examinava desde a organização do governo, crenças e rituais como o matrimônio, até os hábitos alimentares, como fica patente com os exemplos expostos até aqui. Feito isso, esbarrava-se num primeiro problema, o semântico, já que numa Europa que compreendia pouco dos povos que estavam para além de suas fronteiras existiam poucos termos para classificar os homens (PAGDEN, 1988: 33).

O que pode ser confirmado com colocações como a de Eduardo França Paiva, que identificou seis grandes categorias de organização da sociedade ibero-americana entre os séculos XV e XVIII: “qualidade”, “casta”, “raça”, “nação”, “cor” e “condição”. Estas, com efeito, associavam-se e confundiam-se, necessariamente as quatro primeiras (PAIVA, 2015). Vejamos como Damião de Góis usa indistintamente noções de casta, qualidade e nação, tanto para os portugueses quanto para os indianos e africanos da Etiópia, que a esta altura era assimilada como pertencente ao território indiano.

[...] parece q Deos per feus occultos misterios nam quis entam, nem depois permittir q ha coroa delles [Castela] se ajútasse à de Portugal, porq separados estes Regnos, seu sancto nome por cada hum delles fosse, quomo ho cada dia he, mais conhecido, exalçado, & glorificado, ho q per industria, & trabalho dos Reis destes dous, Regnos, do Oriente aho Ocçidente vai em tanto cresçimento, q se Deos por nossos pecados nam quiser fechar à *naçam Castelhana*, & *Portuguesa* has portas q lhes per sua graça quis abrir, dos mares, & terras q tem achado, [...] (GOIS, 1566-1567: Parte I, Cap. LVJ. Fol. 153. Grifo meu).

Sabemos que antes do desenvolvimento dos Estados Nacionais, que definiam a unidade territorial e política em torno da própria língua, “nação” era sinônimo do “outro”, do muçulmano, do judeu, do não europeu. Mas, no tempo em que Góis escreve, isso ainda não parece assumir limites muito claros, ao ponto do autor fazer referência à nação

Castelhana e Portuguesa, como também ao vassalo do “Xeque Ismael” da Pérsia, Raix Hamed como homem de nação, ou seja, muçulmano (GOIS, 1566-1567: Parte III, Cap. LXVIII) .

O mesmo acontecia com as categorias “casta” e “qualidade”. Góis reconhece a qualidade dos oficiais do rei D. Manuel que eram “todos de boa casta, e conhecidos por valentes homens” (GOIS, 1566-1567: Parte IV. Cap. LXXXIII), como também a do mancebo Abexim, que acompanhou o embaixador Matheus à corte portuguesa a mando da “regente” Helena da Etiópia (avó do Preste João), tido por “homem muito prudente” e “mui nobre” (GOIS, 1566-1567: Parte III. Cap. LVIII). E ainda a dos Naires do Malabar, “que são homens de casta nobre” (GOIS, 1566-1567: Parte III. Cap. XLII. Grifo meu).

De acordo com Rui Loureiro, nos primeiros anos de vivência no Oriente os portugueses usaram indistintamente a palavra “casta” para designar todas as gentes que encontravam e, pouco a pouco, o termo passou a significar as distinções da sociedade indiana, como podemos observar nestes dois últimos exemplos (LOUREIRO, 1991: 160). Também podemos inferir que “qualidade” e “casta” conjugavam-se, ao menos neste primeiro momento de indefinição da semântica da classificação.

A “qualidade” (calidade, calidad), conceito latinizado possivelmente pelo filósofo romano Cícero, foi amplamente empregado no Antigo Regime, distinguindo as pessoas que a possuíam das que não eram providas dela ou das que a tinham em menor proporção ou menos intensidade. Elio Antonio de Nebrija, em seu *Vocabulário español-latino*, de 1495, a definiu como “Calidade o acidente. Qualitas. atis” (NEBRIJA, 2005: Fol. XXIII). João de Barros, por sua vez, em sua *Grammatica da língua portuguesa*, publicada em 1540, em relação ao nome próprio e comum assevera que “todolos nomes am de ter hũa de duas calidádes: própria, ou, comũ, calidáde em o nome e hũa diferença pela qual conhecemos: hũ do outro” (BARROS, 1540: Fol. 5). Daí o fato de todos os nomes citados por Damião de Góis virem acompanhados por alguma caracterização e/ou qualidade, já que se tratava de uma convenção.

Ora, se as categorias utilizadas para a organização social não eram sinônimo de classificação, de fato, o que, então, o era? Apoiados pela fala de Pagden, respondemos que a observação dos costumes determinava a hierarquização (noção fundamental para uma sociedade de Antigo Regime). Tomemos como amostra a passagem na qual Góis descreve algumas particularidades dos índios:

Há gente desta prouinçia he baça, de cabelo preto, comprido, & corredio, sem barba de meã estatura: *sam tam barbaros que nenhũa cousa crê, nem adoram, nẽ sabem ler, nem screuer, nẽ tem egrejas, nem usam imajẽs, de nenhũ genero, ante has quaes possam idolatrar, nem lei, nem peso, nẽ medida, nẽ moeda, nẽ Rei, nem senhor*, obedecem somente aquelles que nas guerras, que tem hũs com hos outros, sam mais valentes, & destes fazẽ cabeça, em quanto nam cometem couardia: andão nus, & se algũs se cobrem sam hos nobres, com vestidos que fazẽ de pẽnas de papagaios, & outras aues de diuersas cores, teçidos com fio dalgodam: [...] (GOIS, 1566-1567: Parte I. Cap. LVI. Grifo meu).

Como também a que narra os costumes de Çofala, assimilada à Etiópia Oriental na pena do cronista:

Hos scriptores antigos partem ha Ethiopia em superior, & inferior, na qual superior Oriental esta ho lugar, & terra de Çofala, na costa do mar aque chamã Prassodum. [...] *Diz Diodoro Siculo, que foram hos Ethiopes hos primeiros homẽs que tiuerão conhecimẽto de Deos, & primeiro usaram religiam, & çeremonias no culto deuino, & foram hos primeiros que acharão ha moda de screuer, & que delles veo ho conhecimento destas cousas ahos Egypcios, donde diz que elles descendẽ, & tomarão has leis por que se governauam. Mas estes Ethiopes a meu juízo deuem de ser hos da terra do Abexi, por ser gẽte, que ha muito tempo que tem lei, [...] & nã has que jazem do mar Darabia, atte ho cabo de Boa Sperança, & ho sinal disso, he serem tam incultos, & barbaros quomo sam.* [...] (GOIS, 1566-1567: Parte I. Cap. X. Grifo meu).

Observamos que a ausência de hábitos relacionados ao cristianismo, bem como ao registro escrito, corroboraram para a classificação dos índios e dos habitantes do mar da Arábia até o Cabo da Boa Esperança como bárbaros. Este foi o artifício usado pelos juristas, teólogos e todos àqueles que inseridos de alguma forma no aparelho do Estado Moderno foram responsáveis por justificar sua autoridade política. A falta de “polícia” destas sociedades, ou seja, de civilidade impelia a ingerência da Coroa. O estereótipo do bárbaro serviu aos interesses dos colonizadores (RAMINELLI, 1996: 73).

Se levarmos em consideração o fato da vivência de Damião de Góis confundir-se como os próprios elementos que caracterizaram o humanismo em Portugal, veremos que sua trajetória atendia aos pressupostos do cortesão ideal elencados por Baldassare Castiglione -possuir origem nobre, residir na corte na mocidade, ter proximidade com o rei e formação em humanidades (CASTIGLIONE, 1997: 67). Góis, além do tempo na

corde como pajem (1511-1523), estudou em Pádua (1534-1538), também desempenhou as funções de diplomata, na qual teve a oportunidade de conhecer Lutero, Felipe Melanchton, e Erasmo de Roterdã, de mestre do infante D. João (futuro pai de D. Sebastião), e de guarda-mor do Arquivo da Torre do Tombo (1548). Compreendemos, assim, sua conseqüente valorização das letras, mais do que da tolerância defendida por Erasmo (HIRSCH, Elizabeth Feist. Op. Cit).

Isso devido ao fato da escrita ser muito mais ornadora que a fala, permitindo o desenvolvimento do raciocínio silogístico, influenciando as habilidades e métodos de ocupação social, e também a justificação das diferenças entre o “nós” e o “outro”, não porque exista uma distinção ou transformação total do pensamento das sociedades orais e do das sociedades escritas, o destas últimas apenas foram domesticados pelas formas gráficas, como afirma o antropólogo britânico Jack Goody (GOODY, 1988: Cap. 1).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De forma geral, as crônicas, tradicionalmente voltadas para o protagonismo de uma figura régia, passam a compreender a própria empresa da expansão, revelando os hábitos e culturas dos povos contatados, concebidos no quadro coerente de dilatação da fé. Contudo, estas primeiras informações eram imprecisas, por isso aceitava-se o etíope ocidental, supostamente cristão e letrado, mas reconhecia-se a bestialidade “da gente de Santa Cruz” e do etíope oriental, por serem “incultos e terem conhecimento de Deus”, o que implicava a interferência do Estado português.

Em face do foi exposto até aqui, o diferenciador interesse etnográfico, como também, a diferenciadora solidariedade humanista atribuída à Damião de Góis, devem ser matizados. Pois, nestes primeiros anos da presença portuguesa no oriente e na América, recorreu-se aos mecanismos analógicos para racionalizarem a novidade. Inserido neste contexto de produção, no *corpus* documental analisado não há lugar para a especificidade, o “outro” é o mesmo, ainda que haja lugar para a sua voz como acontece em “A fé, a Religião e os Costumes da Etiópia”, o que inviabiliza a identificação de um olhar etnográfico.

Além disso, se de fato as décadas *Da Ásia* serviram de referência para a elaboração da *Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel* - como assevera Manuel Severim de Faria ao dizer que Góis “achou larga e ordenadamente escrita toda a história da Índia, que os

Rei Dom Manuel pertencia, de maneira que aos escritos do mesmo João de Barros podemos atribuir grande parte de sua Crônica” - (FARIA, 1777-1788: XXIX-XXX), a quem deveriam os comentários de tolerância presentes na crônica, senão à Barros. Segundo António José Saraiva, *Da Ásia* nos apresenta uma visão de mundo “cheia de admiração por civilizações não europeias, capaz de aceitar a ideia de exiguidade da Europa e a relatividade da sua civilização, e de considerar, enfim, o mundo de um ponto de vista múltiplo e segundo uma escala planetária” (SARAIVA, 1972: 355).

Não que Damião de Góis não demonstre maior abertura se comparado a autores como Fernão Lopes de Castanheda, que viveu no Oriente entre os anos de 1528 e 1538, e que classificou os habitantes de Java como “grosseiros e mal feitos” (CASTANHEDA, 1991: 196-197). Apenas destacamos o cuidado necessário no uso de adjetivações que em alguns casos deturpam uma análise mais acurada de obras como as quais nos debruçamos sobre. O autor/Góis é o tradutor da diferença na mesmidade através de uma retórica da alteridade que faz crer, no mundo que se conta, no mundo sobre o qual que se conta.

#### **FONTES**

BARROS, João de. **Da Asia de João de Barros e de Diogo do Couto**. Nova edição. Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1777-1788. 24 vol.

\_\_\_\_\_. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone : Apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.

CASTANHEDA, Fernão Lopes. **Historia do descobrimento & conquista da India pelos portugueses**. Coimbra: em casa de João de Barreira e João Alvarez, 1552-1561. 8 Vol.

GOIS, Damião de. **Chronica do príncipe Dom Ioam**. Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1567.

\_\_\_\_\_. **Chronica do Felicissimo Rei Dom Emanuel composta per Damiam de Goes, Diuidida em quatro partes**. Em Lisboa: em casa de Francisco Correa, 1566-1567.

\_\_\_\_\_. “A fé, a Religião e os costumes da Etíopia”. In: **Opúsculos Históricos**. Tradução de Dias de Carvalho. Porto: Livraria Civilização, 1945, pp. 123-201.

\_\_\_\_\_. “Lamentação do povo da Lapónia”. In: **Opúsculos Históricos**. Tradução de Dias de Carvalho. Porto: Livraria Civilização, 1945, pp. 205-210.

NEBRIJA, Antonio de. **Vocabulário español-latino**. Publicación: Alicante. Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2005.

#### **BIBLIOGRAFIA**

BATAILLON, Marcel. **O cosmopolitismo de Damião de Góis**. Lisboa: Seara Nova, 1938.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. A peregrinação de Fernão Mendes Pinto ou as alternativas do olhar. In: Carvalhão Buescu, M. L. **Ensaio de Literatura portuguesa**. \_\_\_\_\_. “A Viagem e a Fala”. In: **Revista Prelo**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda (INCM), 1991. V. 19 (Viagens).

- CANTIMORI, Delio. **Humanismo y religiones em el Renacimiento**. Trad. Antonio Prometo Moya. Barcelona: Ediciones Península, 1984.
- CASTIGLIONE, Baldassare. **O cortesão**. Trad. Carlos Nilson Moulin Louzada. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- CURTO, Diogo Ramada. **Cultura imperial e projetos coloniais (séc. XV e XVIII)**. Campinas/SP: Edidota da Unicamp, 2009.
- DAHER, Andrea. **A Oralidade perdida. Ensaio de história das práticas letradas**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2012.
- ELLIOTT, J. H. **O velho Mundo e o Novo: 1492-1650**. Trad. Maria Lucília Filipe. Lisboa: Editorial Quercus, 1984.
- FARIA, Manuel Severim de. **Vida de João de Barros por Manuel Severim de faria e índice geral das quatro décadas da sua Ásia (1624)**. Nova Ed. Lisboa: na Régia Officina Typografica, 1777-1788.
- FOUCALT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- FUETER, Ed. **História de La historiografia moderna**. Vol I. Trad. Ana María Ripullone. Editorial Nova: Buenos Aires, 1953.
- GERNET, Jacques. **Chine et christianisme. La première confrontation**. Paris: Gallimard, 1982.
- GOODY, Jack. **A Domesticação do Pensamento Selvagem**. Lisboa: Presença, 1988.
- HANSEN, João Adolfo. "Educando príncipes no espelho". In: FREITAS, Marcos Cézár de e KUHLMANN Jr., Moysés (org.). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, Editora, 2002.
- HARTOG, F. **O Espelho de Heródoto**. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.
- HIRSCH, Elisabeth Feist. **Damião de Góis**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian. 1967.
- KRISTELLER, Paul Oskar. "Philosophy and Humanism in Renaissance Perspective". In: O'KELLY, Bernard (edited by). **The Renaissance image of man and the world**. Ohio: Ohio Univerity Press, 1966.
- MARCOCCI, Giuseppe. **A Consciência de um Império: Portugal e o seu mundo (sécs. XV-XVII)**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.
- MARTINS, J. V. de Pina. **Humanismo e Erasmismo na Cultura Portuguesa do Século XVI**. Estudo e Textos, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1973.
- PAGDEN, Anthony. **La caída del hombre natural. El indio americano y los orígenes de la etnología comparativa**. Traducción de Belén Urrutia, Madrid, Alianza América, 1988.
- PAIVA, Eduardo França. **Dar nome ao novo: uma história lexical da Ibero-América entre os séculos XVI e XVIII (as dinâmicas de mestiçagem e o mundo do trabalho)**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- PINHEIRO, Cláudio Costa. "Língua e conquista: Formação de intérpretes e políticas imperiais portuguesas de comunicação em Ásia nos alvares da modernidade". In: LIMA, I. L.; CARMO, Laura. (Orgs.). **História Social da Língua Nacional**. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2008.
- RAMINELLI, Ronald. **Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação. O discurso e o excesso de significação**. Lisboa: Edições 70, 2013.



RODRIGUES, Rui Luis. **Entre o dito e o maldito: Humanismo erasmiano, ortodoxia e heresia nos processos de confessionalização do Ocidente, 1530-1685**. Tese de doutorado em História Social, São Paulo: USP, 2012.

SARAIVA, António José. “Uma concepção planetária da História em João de Barros”. In: **Para a História da Cultura em Portugal**. Volume 2. Lisboa Publicações Europa-América, 1972.

STEINER, George. **After Babel: aspects of language and translation**. Oxford: Ox. Univ. Press, 1977.

STEINMETZ, George. **Sociology and Empire: the imperial entanglements of a discipline**. Durham and London: Duke University Press, 2013.

VERMEULEN, Han. **Before Boas: The Genesis of Ethnography and Ethnology in the German Enlightenment**. Nebraska Univ. Press. 2017.

## O Distrito da Lage nos últimos anos da escravidão, 1850-1888

Amanda Cardoso Reis<sup>1</sup>

### Resumo:

A presente proposta visa à abordagem das estratégias sociais praticadas no âmbito da economia do Distrito da Lage, pela elite rural<sup>2</sup> (ANDRADE, 2014; GRAÇA FILHO, 2003; HEINZ, 2006) ali residente na segunda metade do século XIX. Trata-se de um estudo das estratégias de manutenção de riqueza dessa elite nos anos finais da escravidão. O Distrito da Lage conformava o Termo da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes. Região povoada em meados do século XVIII por fazendeiros que dedicavam suas atividades econômicas na pecuária e agricultura voltadas para o abastecimento do mercado interno. Esta elite rural de Minas Gerais concentrava sua riqueza reunindo diversos recursos materiais e imateriais, visando aumentar seu prestígio e compor, juntamente com outras famílias poderosas, uma elite rural com grande apego a escravidão.

Palavras chave: Elite, terra, Lage.

The present proposal aims to approach the social strategies practiced within the economy of the District of Lage, by the rural elite living there in the second half of the 19th century. It is a study of the elite's wealth maintenance strategies in the final years of slavery. The District of Lage conformed the Term of the Town of São José, Comarca of the Rio das Mortes. Region settled in the mid-eighteenth century by farmers who dedicated their economic activities in livestock and agriculture aimed at supplying the domestic market. This rural elite of Minas Gerais concentrated its wealth by bringing together diverse material and immaterial resources, in order to increase its prestige and to compose, together with other powerful families, a rural elite with great attachment to slavery.

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de São João del Rei, UFSJ. E-mail: [reisamandahist@gmail.com](mailto:reisamandahist@gmail.com)

<sup>2</sup> Consideramos como membros da Elite os proprietários de escravaria com 20 ou mais cativos, homens que se destacavam por ocuparem cargos chave dentro da sociedade, possuidores de influência e prestígio.

Key words: Elite, land, Lage.

\*\*\*

O Distrito da Lage, hoje município de Resende Costa - MG, nosso espaço de observação começou a ser ocupado em meados do século XVIII por homens de posses, sendo as fazendas responsáveis pelas primeiras paisagens. Esses fazendeiros dedicavam suas atividades em áreas de produção de alimentos, inicialmente, voltadas para o abastecimento das zonas mineradoras, pois a região não desempenhava atividade mineradora. Na primeira metade do século XIX, a região já demonstrava grande apego a escravidão, esse fato foi demonstrado por Maria Lúcia Chaves Resende Teixeira, ao afirmar que “O Distrito da Lage apresentava 958 escravos contra 682 homens livres em 1835” (TEIXEIRA, 2006).

O período escolhido nos permitirá perceber as transformações da estrutura social e econômica da Lage. O recorte temporal se justifica por ser o ano de 1850 descrito por José Murilo de Carvalho como “Marco divisório” (CARVALHO, 2012), trazendo grandes mudanças sociais, econômicas e na mentalidade dos fazendeiros escravistas do Brasil. Esse estudo é posterior a Lei Eusébio de Queirós e a Lei de Terras, passando pelo ano de 1871 com a vigência da Lei do Ventre Livre, deixando livre o ventre das escravas e libertando a nova geração de descende de africanos que era a principal mão de obra do Brasil. Finalizamos com a Lei Áurea, abolindo a escravidão.

Partindo da análise do Distrito da Lage, nosso local de observação, podemos afirmar que a Lage conformava o Termo da Vila de São José, Comarca do Rio das Mortes.

A Comarca do Rio das Mortes abrangia uma extensa área, de relevo diversificado. No início do século XIX, compreendia ao sudeste, parte da Zona da Mata e a região do Paraibuna; de Simão Pereira, Juiz de Fora até Barbacena. Ao noroeste, vilas como a de Formigas e Piumhy, ligadas à região do Alto do São Francisco. Ao norte, localidades, como a de vila de Queluz, estavam mais próximas da capital Vila Rica do que da sede da comarca, a vila de São João del Rei. Assim, a magnitude geográfica da Comarca obriga o pesquisador a proceder reduções na amplitude da pesquisa. (GRAÇA FILHO, 2003: 23).

Diante da grandeza e diversidade regional da Comarca do Rio das Mortes, nos limitamos ao estudo da Lage, hoje o município de Resende Costa, MG. A região se

destacava pelo alto percentual de escravos em 1835, comparada ao de homens livres. (TEIXEIRA, 2006).

De fato, a alta proporção de escravos na população do Distrito da Lage claramente sinaliza o dinamismo da economia local e deve se mostrar bastante rica no fornecimento de informações para construção histórica da cultura escravista mineira do século XIX. As possibilidades são muits. (TEIXEIRA, 2006:39).

Como afirma Afonso de Alencastro Graça Filho, partindo para análise de uma região voltada para o abastecimento do mercado interno, pela produção de alimentos e com forte apego a escravidão, com destaque das grandes fazendas escravistas.

A diversidade regional em Minas Gerais nos alerta para as dificuldades de abarcá-la em modelos generalizantes. Se para alguns autores, a agricultura mineira de subsistência seria predominantemente camponesa, com diminutos plantéis de escravos ou assentada no trabalho familiar, a distinção que queremos apresentar diz respeito não à existência disseminada dessas formas reprodutivas em toda Minas Gerais. (GRAÇA FILHO, 2003:24)

Estudos realizados no Distrito da Lage, têm apontado seu predomínio de escravo comparado a São João del Rei, no final do século XIX, confirmando o dinamismo econômico local da região. Desejamos saber como se constituiu o mercado de terras na Lage, já que as fazendas escravistas foram às responsáveis pelas primeiras paisagens no Distrito, como aponta Teixeira “os primeiros ocupantes da região não foram pessoas de camadas mais pobres. Fazendeiros bem situados e relacionados eram os proprietários das terras e fazendas no Distrito de Lages.” (TEIXEIRA, 2006:50).

Considerando a complexidade e influência da classe senhorial da segunda metade do século XIX, diversas foram as estratégias de enriquecimento por seus membros. Os laços de parentesco, clientela, relacionamentos consanguíneos, vinculação a partidos de poder etc. ditavam os rumos das estratégias para compor a elite rural.

Antônio Carlos Jucá de Sampaio ressalta ainda, nesse sentido, que outro ponto forte de evidência dessa elite é,

[O] Monopólio da terra por parte da elite agrária não visava apenas garantir para estas as melhores terras, inclusive para sua expansão futura. A formação de propriedades com dimensões muito acima de qualquer capacidade de investimento, tinha como função garantir não

só uma fonte de renda extra para os seus proprietários, através do sistema de arrendamentos, como estabelecer uma clara diferenciação social entre proprietários e não proprietários, inclusive no interior da própria elite agrária, uma vez que a ocupação precoce da terra vai fazer com que muitos senhores dependam desse sistema. (SAMPAIO,1994:17)

O monopólio de terras e sua mercantilização se encontravam no âmago da crise do trabalho escravo, como bem salienta Hebe Maria Mattos (MATTOS, 2009) e esse seria um requisito básico para compreendermos o que a crise do trabalho escravo representou para a comunidade local. Mattos mostra que durante os anos de 1850 a 1870 o mercado de compra e vendas cresceu. De acordo com a autora, “compravam-se terras com benfeitorias, sítios ou fazendas, como também se comprava terra simplesmente em matas ou capoeiras” (MATTOS, 2009:107), o valor da terra estava no trabalho a ela empregado.

Outro fato importante que caracterizavam as elites foi estudo por Jonas Vargas, para Pelotas no Rio Grande do Sul ao afirmar que:

As elites de um determinado lugar, caso fossem hipoteticamente transpostas para outro espaço, não seriam obrigatoriamente elites, pois os patamares de riqueza, poder e prestígio social sempre possuem as suas diferenças, ainda mais em territórios tão amplos como o do Império português e, posteriormente, o do Brasil. Em regiões mais periféricas as condições materiais para ocupar os estratos superiores da hierarquia social eram menos exigentes, o que não significa que os seus detentores não tivessem sua posição reconhecida enquanto tal. Ciosas de sua posição de elite local e regional, elas barganhavam com os grandes centros de poder, negociando seu apoio e auxiliando a manter a ordem social local sob a garantia de receber mais mercês e honras que reforçassem a sua posição. (VARGAS, 2013: 152)

Assim podemos compreender melhor as alianças políticas traçadas pela elite regional para conseguirem prestígio dentro da elite rural da qual faziam parte. Mesmo que esses homens não fossem considerados os homens mais ricos da região, eram sem dúvida capazes de tecer laços e barganhar poderes.

Paula Chaves Teixeira Pinto (TEIXEIRA, 2011) confirma os caminhos para a ampliação da riqueza que se iniciou em 1850 com a proibição do tráfico de escravos e também a promulgação da lei de terras. Esses foram fatores que não criaram empecilhos para os fazendeiros de Minas Gerais, na forma de produção, não afetando diretamente na produção de riqueza desses homens.

A região, conformada por fazendas escravistas, com forte apego a esta forma de trabalho compulsório, tinha na tríade escravidão, terra e animais a base de produção das riquezas e das mercadorias que asseguravam sua inserção no mercado abastecedor sul - mineiro e no comércio interprovincial com a Corte do Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX. (TEIXERA, 2011:228)

Esse cenário, na segunda metade do século XIX, nos indica que houve necessidade de modificações na economia brasileira e na mentalidade da elite que passava por esse processo de manutenção de riqueza e prestígio nos anos finais da escravidão. Fragoso e Martins (FRAGOSO e MARTINS, 2003) contribuem para o conhecimento histórico das elites políticas e dos grandes negociantes no Rio de Janeiro e em São Paulo no final do Império. Mostrando-nos que mesmo atravessando esse período de crise na escravidão, a economia entre os anos de 1835-1880 continuava baseada na mão de obra escrava. Por meio desses dados, pode-se constatar que as elites políticas traçaram estratégias de se manterem no poder além de um possível estabelecimento para novas formas de produção. Esse estudo se torna ainda mais importante para o conhecimento das elites mineiras e das estratégias desenvolvidas por esses homens poderosos e suas famílias. Os autores ainda ressaltam que a maior ocupação dos membros da elite era a de fazendeiros e proprietários de terra, seguida da de advogados. Os fazendeiros conquistavam uma posição passada de pai para filho, ou seja, hereditariamente.

Outro aspecto importante a ser salientado são os laços familiares e matrimoniais. Eram estratégias utilizadas pelas elites na manutenção do poder e se davam entre membros que compunham a mesma família, através de casamentos entre primos, tios e sobrinhas. Essa era uma estratégia de preservação da riqueza e do sobrenome familiar. Quando os casamentos eram realizados fora da parentela representavam alianças precisas e calculadas. Aliar-se por matrimônio a uma outra família de prestígio representava estender a esse parentesco ritual de solidariedades. Outra estratégia importante foram os dotes, que constituíam peça chave nos arranjos matrimoniais, imperando na dotação de bens a mulheres, pois os homens eram mais privilegiados nos círculos de poder e de mando de famílias abastadas. O dote continha bens de representação social, como adereços, joias e roupas. O sentido da dotação permaneceu, como afirma Hebe Mattos (MATTOS, 1995), como garantia de possibilidade de escolha dos melhores partidos de posse que a família pudesse conseguir. Funcionando como barganha matrimonial do

século XIX, pode-se observar o grande peso estratégico das mulheres nessas alianças matrimoniais.

Afonso Graça Filho frisa os casamentos entre "iguais"- relacionamentos consanguíneos, que os principais negociantes do século XIX também eram donos de escravos e terras. Demonstra assim que a riqueza da elite não estava apenas concentrada, em sua maioria, em atividades mercantis. E que esses homens eram também fazendeiros (GRAÇA FILHO, 2002:70). O autor também salienta que os casamentos sucessivos fortaleciam a posição social desses negociantes, sendo possível acumular bens herdados por duas esposas, além da herança paterna ou materna (GRAÇA FILHO, 2002:71). As alianças matrimoniais, no século XIX, foram extremamente importantes para a manutenção da riqueza das famílias de elite. A diversidade de riqueza desses homens pode ser analisada a partir de registros cartoriais, nos quais aparecem diversos imóveis urbanos e rurais, animais, escravos, entre outros bens. (GRAÇA FILHO, 2002:129) Ainda segundo o autor, além de comerciantes, fazendeiros, provedores de instituições e irmandades, a elite de negociantes da Comarca do Rio das Mortes controlava o crédito em São João del-Rei, o que também revela a ascendência social local dessas famílias e deixa claro a notoriedade e o poder da elite sanjoanense. (GRAÇA FILHO, 2002:70).

Marcos Ferreira de Andrade (ANDRADE, 2014) também discorre sobre o papel desempenhado pelas alianças matrimoniais vistas como meio para manutenção e ampliação das fortunas das elites, salientando que se constituíam importantes para fixação na identidade da parentela. O autor ainda demonstra que existiam recursos utilizados para evitar fracionamento do patrimônio como a endogamia, estratégia comum entre as famílias poderosas e tradicionais desse período. Ao que parece a necessidade de alianças matrimoniais era forma de consolidar a expansão socioeconômica e política das famílias de elite. Esses casamentos entre "iguais" ilustra a força do parentesco e das relações de poder e política. Atentando para a origem das fortunas, o autor percebe que ela estava associada à diversificação das atividades e ao comércio nas praças regionais com a Corte, "os caminhos do enriquecimento poderiam ser encontrados por meio da conjugação das atividades econômicas (agropastoris, comerciais, etc.) os laços familiares e a ocupação de cargos políticos" (ANDRADE, 2014:360). Ainda segundo o autor, o enriquecimento da elite Sul – mineira se daria através do fornecimento de víveres para a Corte ou através do comércio de gado *vacum* (ANDRADE, 2014:117). Percebe-se que a elite escravista

do século XIX transitava em diversos ramos de atividades econômicas e que esse fato foi marcante nos traços da época, ao se tratar dos grandes homens e suas fortunas.

O trabalho de Silvia Brugger (BRUGGER, 2007), analisando São João del-Rei no século XVIII e XIX salienta que as alianças matrimoniais eram viáveis quando houvesse algo a ser trocado entre as famílias de poder,

Este caso ajuda a pensar que a igualdade que as famílias buscavam na escolha dos cônjuges de seus filhos não era apenas de condição jurídica. Ser igual significava, dentro da lógica patriarcal da sociedade, ter o que trocar. Assim, as uniões matrimoniais selavam alianças entre grupos familiares que tinham algo a se oferecer, reciprocamente, fosse prestígio social, riqueza, acesso a redes de poder, entre outras tantas possibilidades. Não me parece ter ocorrido à toa o predomínio, no Brasil, dos casamentos por “carta de ametade”. A ideia de comunhão de bens integrava-se perfeitamente a lógica de troca entre iguais. Por isto, provavelmente, foram raros os casamentos com contratos pré-nupciais de “dote e arras”, que pressupunham separação de bens e, portanto, desigualdade. (BRUGGER, 2007:226).

A autora ainda explica as percepções ocorridas nos enlaces matrimoniais e afirma que,

A percepção das mudanças das opções matrimoniais, ao longo do período estudado, permite que se afirme que elas efetivamente se constituíam como estratégias familiares. Não eram fruto apenas de escolhas pessoais ou românticas. Respondiam a projetos familiares. Alguns bem-sucedidos; outros, nem tanto. Mas a lógica que presidia a celebração dos enlaces era, sem sombra de dúvida, a patriarcal. (BRUGGER, 2007: 280)

Dentre os vários elementos encontrados por Paula Chaves Teixeira Pinto (TEIXEIRA, 2009), no Distrito da Lage, para a família de Gervásio P. Alvim fica evidente que a família se apresentou como elemento importante de inserção no comércio regional e também nas trocas entre as praças comerciais. A família ostentava grande capacidade de vínculos, redes de clientela e inserção nas redes de negócios desse período. Gervásio Pereira Alvim e sua família estabeleceram laços de parentesco e vizinhança além de atuarem no abastecimento da Corte após a vinda da Família Real. (TEIXEIRA, 2009: 192-194)

Não podemos deixar de citar a Lei do Ventre Livre de 1871, com a instituição da liberdade dos nascituros trazia mudanças no mundo rural. Os rumos da abolição necessitavam de ações políticas que viessem a preparar a mentalidade e o comportamento das elites agrárias. Love e Barickman ressaltam ainda em seus estudos que um quarto da elite era formado por fazendeiros e que,



Essa proporção parece reduzida, dado o caráter predominantemente rural na economia. Além disso, diferenças acentuadas ocorrem entre os estados: os fazendeiros constituíam 38% da elite paulista, aproximadamente o dobro de sua participação entre as elites de Minas e Pernambuco [...]. Da elite ampliada, 34% eram homens de negócios (comerciantes, industriais, banqueiros e intermediários ou comissários, investidores em estradas de ferro e proprietários de minas). Reagrupando as categorias, encontramos 28% ligados ao setor exportador agrícola (lideranças de associações rurais, exportadores, proprietários de terra e comissários). Uma categoria composta chamada “proprietários”, e que inclui todos os detentores de propriedade. (HEINZ, 2006:82)

Para uma análise da riqueza e estratégias de enriquecimento no Distrito da Lage e do mercado de terras do mesmo, recorreremos as Escrituras e registros de Transferência de propriedades, compra e venda, entre os anos de 1862 a 1888. Esta documentação encontra-se alocada no Cartório Único de Notas de Resende Costa, trata-se de uma documentação inédita, que não recebeu nenhum tratamento historiográfico, sobretudo de catalogação. Essas fontes nos permitem conhecer quais foram às transformações ocorridas nas riquezas na segunda metade do século XIX, a partir das transações registradas em Ofício de Notas. Utilizamos ainda os inventários *post-mortem*, que se encontram sob a guarda do IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional de São João del Rei.

O que se pode compreender das informações oferecidas pelos Registros de Escrituras de Compra e Venda para os anos de 1862 a 1871 é que mesmo com as leis implantadas e a necessidade de mudanças na mentalidade da elite referente ao desapego a escravidão é que esse desapego na compra de mão de obra escrava foi um processo que aconteceu lentamente a partir do ano de 1871, pois o número de escrituras de escravos sofre redução referente aos primeiros registros. Encontramos ainda registros em que eram comprados escravos no ano de 1874, mas que essa mão de obra tinha seu valor aumentado em relação aos anos anteriores.

Outro fato importante analisado nos Registros de Compra e venda para o período proposto é que acontece maior fragmentação de propriedades, os fazendeiros do Distrito da Lage mudam de comportamento deixando de comprar uma fazenda em torno da Lage para comprar partes de terras, sejam sortes de terras, matas virgens ou campos. Percebe-se que esses homens de poder passaram a acumular terras como forma de se manterem ativos dentro do sistema pré-capitalista ali implantado, tornando essas aquisições o

instrumento capaz de assegurar a eles e as suas famílias a sobrevivência e o enriquecimento.

Esse fato é bem evidenciado por Teixeira,

Tais fenômenos sugerem que a posse da terra na região encontrava-se em fase de fragmentação, fruto do crescimento demográfico da área. A região do distrito da Lage deixava de ser zona de fronteira e passava a incorporar o centro das povoações do Sul de Minas, ou melhor, deixava de ser parte do Sul de Minas com o avanço das áreas de fronteira para regiões mais próximas à província de São Paulo. Embora ainda fosse uma região rica, a fragmentação das propriedades fundiária acarretava na diminuição dos padrões de fortuna. E, talvez, fosse tempo de migrar para as novas áreas. Apesar do movimento de fragmentação da propriedade fundiária no distrito da Lage, observamos que algumas fazendas tinham extensões bastante grandes e com área de reserva (capoeiras e matas virgens) bastante considerável. (TEIXEIRA, 2009:256-257)

Riquezas provindas também de fazendas bem estruturadas, com paióis, senzalas, engenhos, casas de vivenda etc. Altas extensões de terras, de animais, ajudavam a delinear este cenário de prosperidade econômica. A pecuária, agricultura, e os engenhos garantiram certa independência a estes fazendeiros, já que deste modo, a recorrência às Vilas de São João e São José del Rei tornava-se desnecessária. A origem das fortunas estava associada à capacidade de diversificar as atividades e na comercialização dos produtos. O caminho para o enriquecimento, dos fazendeiros do distrito da Lage, estava na comunhão entre as atividades econômicas (agropastoris e comerciais) e nos laços familiares tecidos entre as famílias de boa influência da região.

É importante frisar que se faz necessário um estudo pormenorizado dos anos de 1871 a 1888, os anos finais da escravidão brasileira. Somente compreendendo como a elite rural do Distrito da Lage conseguiu manter seus padrões de riqueza e seu status em uma sociedade que enfrentava mudanças nas leis brasileiras é que poderemos afirmar com mais propriedade como a Lage se transformou no final do século XIX. Esse estudo específico tem sido realizado no programa de Pós Graduação pela Universidade Federal de São João del Rei.

## **Bibliografia**

Anais da XXXIV Semana de História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Gênero, raça, sexualidade e classe: potencialidades interseccionais sob a ótica do saber histórico. Geraldo Homero do Couto Neto; Janaína Di Lourenço Esteves; Lucas dos Santos Silva; Vanessa Ferreira Lopes (Org.). Juiz de Fora, 2018. 1101 p. ISSN: 2317-0468.

## Fontes Primárias

- Arquivo Cartório de Ofício do segundo tabelionato de notas de Resende Costa:
  - Livro de 1862- 1868.
  - Livro de 1868- 1871.
  - Livro de 1871- 1875.
  - Livro de 1875- 1876.
  - Livro de 1876- 1878.
  - Livro de 1878.
  - Livro de 1879- 1881.
  - Livro de 1881- 1882.
  - Livro de 1882- 1883.
  - Livro de 1883- 1884.
  - Livro de 1884- 1885.
  - Livro de 1885- 1886.
  - Livro de 1886- 1887.
  - Livro de 1887- 1896.

- Arquivo Histórico do Escritório Técnico II – IPHAN, São João Del Rei.

## Bibliografias

ALMICO, Rita de Cassia Silva. **Fortunas em movimento**: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora / 1870-1914. Campinas, São Paulo, 2001. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites Regionais e a formação do estado imperial brasileiro**: Minas Gerais. Campanha da Princesa (1799-1850). 2.ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro. Editora Campus, 1997.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. **Ao sul da história:** lavradores pobres na crise do trabalho escravo/ Hebe Mattos. Rio de Janeiro: Editora FGV, Faperj, 2009.

CARVALHO, José Murilo. **A construção Nacional: 1830-1889**, volume 2. Rio de Janeiro: objetiva 2012, 1. ed.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma Discussão Conceitual, Rio de Janeiro, 1997. Scielo. In: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152581997000203](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581997000203)

CHARTIER, Roger. **A história cultural.** Entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1990.

CHARTIER, Roger. Introdução. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: **A História Cultural entre práticas e representações.** Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. Família e fortuna em Bananal. IN: MATTOS, Hebe Maria e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate:** uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

FRAGOSO, João e MARTINS, Maria Fernanda. Grandes Negociantes e elite política nas últimas décadas da escravidão (1850-1880). In: FLORENTINO, Manolo e MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I).** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

FRAGOSO, João Luiz Ribeiro. **Homens de grossa aventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). 2.ed. ver. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920)** – um estudo de relações não-capitalistas de produção. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983 .

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do oeste**: elite mercantil e o mito da decadência de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Annablume, 2003.

HUCITEC, **História econômica & história de empresas**, v.I, 1998 – São Paulo, ABPHE. 1998.

LOVE, Joseph L. e BARICKMAN, Bert J. *Elites Regionais*. In: HEINZ, Flávio M. (org.) **Por uma história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

MATTOS, Hebe Maria e SCHNOOR, Eduardo (orgs.). **Resgate**: uma janela para o oitocentos. Rio de Janeiro: Topbooks, 1995.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A riqueza dos baianos no século XIX. IN: **Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX**: itinerário de uma historiadora. Salvador; Corrupio, 2004.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Política de terras no Brasil**: elite agrária e reações à legislação fundiária na passagem do império para a república. IN: História Econômica e História das empresas. São Paulo, HUCITEC/APBHE, 2002.

MOTTA, Márcia Maria Menendes, **Nas fronteiras do poder, conflito e direito á terra no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

MELO, Keila Cecília. **Senhores e Possuidores Estrutura Fundiária, Unidades Rurais Pró-indiviso e o Mercado de Terras em Minas Gerais - São José Do Rio das Mortes, c.1830 a c.1856**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São João del Rei, 2015.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. **A riqueza fugaz: trajetórias e estratégias de famílias de proprietários de terras em Vassouras, 1820-1890**; Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2005. (Tese de Doutorado)

PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de(orgs.). **O historiador e suas fontes** – São Paulo: Contexto, 2009.

PINTO, Francisco Eduardo, **A hidra de sete bocas: sesmeiros e posseiros em conflitos no povoamento de Minas Gerais (1750-1822)** UFJF, 2014.

PINTO, Francisco Eduardo. **A Guarda Nacional e o perfil dos homens qualificados no termo de São João del Rei no ano de 1850**. Monografia. Universidade Federal de São João del Re, 2001.

PINTO, Francisco Eduardo. **A Guarda Nacional e o perfil dos homens matriculados no termo de São João del Rei (1850-1873)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

PELUZI, Maristela de Oliveira. **Os grandes proprietários escravistas do Distrito da Lage (1830/1850)**. São João Del rei: UFSJ, 2003. (Monografia de especialização em História de Minas Gerais).

RESENDE, Ana Paula Mendonça. **A produção Doméstica têxtil no Distrito da Lage na primeira metade do século XIX**. São João Del rei: UFSJ, 2005. (Monografia de especialização em História de Minas no século XIX).

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo-sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)**. UFF. Niterói 1994. (mestrado).

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. **Família escrava e riqueza na comarca do Rio das Mortes: O distrito da Lage e o quarteirão do Mosquito**. São Paulo: Annablume; Coronel Xavier Chaves: Prefeitura Municipal de Coronel Xavier Chaves, 2006.

TEIXEIRA, Paula Chaves. **Negócios entre mineiros e cariocas:** famílias, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880). (Dissertação de História). Niterói, RJ: UFF, 2009.

TEIXEIRA, Paula Chaves Teixeira. **De Minas para a Corte. Da Corte para Minas:** Movimentações familiares e trocas mercantis (c. 1790 – c.1880). (Doutorado em História). Niterói, RJ: UFF, 2014.

VARGAS, Jonas Moreira. **Pelas Margens do Atlântico:** Um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX). Rio de Janeiro, 2013. UFRJ (Tese de Doutorado).

VARGAS, Jonas Moreira. **De Charque, couros e escravos:** A concentração de riquezas terras e mão de obra em Pelotas (1850-1890) Saeculum- revista de História; João Pessoa, janeiro/julho. 2012.

## ATUAÇÃO POLÍTICA DE PADRES EM SÃO JOÃO DEL REI - FIM DO PRIMEIRO REINADO E REGÊNCIAS

Júlia Lopes Viana Lazzarini<sup>1</sup>

### Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo analisar o contexto em que padres se inseriram nos debates políticos em São João Del Rei e suas relações com a política imperial, especificamente entre o fim do primeiro reinado e durante as regências. Buscaremos sondar quais foram suas visões políticas e como esses indivíduos as expressavam, tal sondagem se dará por meio da análise dos periódicos de São João Del Rei, especialmente o *Astro de Minas*. Além disso, partimos da ideia de que os padres possuísem espaço privilegiado na sociedade devido à suas relações com o sagrado.

**Palavras-chave:** Política imperial; padres políticos; imprensa.

## POLITICAL ACTION OF PRIESTS IN SÃO JOÃO DEL REI - END OF THE FIRST REIGN AND REGENCIES.

### Abstract:

The present work has the objective of analyzing the context in which priests were inserted in the political debates in São João Del Rei and its relations with the imperial policy, specifically between the end of the first reign and during the regencies. We will seek to probe what their political views were and how these individuals expressed them; such a survey will be made through the analysis of the periodicals of São João Del Rei, especially the *Astro de Minas*. In addition, we start from the idea that the priests had privileged space in the society due to their relations with the sacred.

**Keywords:** Imperial politics; political priests; press.

### 1. O clero entre a Igreja e o Estado

Há argumento que afirma que o clero de uma determinada localidade nasce do povo e reflete o povo a quem ele se direciona, incorporando desde os costumes mais simples

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de São João Del Rei. Bolsista da UFSJ. E-mail: [jlazzarini@gmail.com](mailto:jlazzarini@gmail.com)

\* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)



até as estruturas mais complexas. Contudo, segundo Augustin Wernet, seja pela formação ou pela reflexão, o sujeito não precisa necessariamente se reduzir totalmente às sujeições do meio, podendo vir a se mostrar de forma diferente da de um simples reflexo (WERNET, 1987: 15). Neste sentido, Pierre Bourdieu diz haver hipótese que afirma a existência de certa correspondência entre as estruturas sociais (e de poder) e as estruturas mentais, que intermedia os “sistemas simbólicos, língua, religião, arte, etc”. Dessa maneira a religião faria parte de um aparato que contribui para a imposição de princípios de pensamento e percepção do mundo, impondo práticas e representações, introduzindo valores morais e sistematizando crenças religiosas (BOURDIEU, 2015: 33). A Igreja possuiria como função específica a manutenção da ordem simbólica, contribuindo para a manutenção também do poder político, pela inculcação de percepções, formas de pensamento e de ações que são capazes de promover a “naturalização” das estruturas de poder (Ibidem: 70).

No Brasil o catolicismo se deu nos moldes do antigo regime, e desde o padroado régio, vindo da herança portuguesa, a Igreja se confundia com o Estado. O poder político e o religioso se mesclavam, tendo como predominância o aspecto político, já que o padroado dava o *status* de chefe efetivo da Igreja ao Rei, e não ao Papa; sendo assim, o poder político era exercido por meio da legitimação religiosa (WERNET, 1987: 18). O clero nascido desse “casamento” entra a Igreja e o Estado teve como uma de suas características ser, o que Françoise Souza chamou, o sustentáculo de influência mental, cultural e política sobre os fiéis. Essa influência se dinamizava por meio do magistério, da assistência, do púlpito e da catequese (SOUZA, 2010: 44-45).

A religião se dava também como uma forma de socialização, onde grande parte dos indivíduos e famílias se encontravam. As missas, festas e cortejos, para além de uma representação simbólica e mental, são espaços onde as pessoas e ideias circulam. As Ordens terceiras também estão inseridas nesses sistemas de socialização. As pessoas em geral passavam suas vidas ligadas à instituição religiosa, quando nasciam já eram inseridos nessa rede, passavam pelo batismo e se tornavam parte formadora da comunidade religiosa; quando se casavam e quando se preparavam para a morte a religião lhes servia a mesa.

O Estado se utilizou desse caráter da Igreja e do clero para se legitimar e para alcançar a população. Não se usou somente da questão simbólica e mental, mas também das estruturas organizativas e materiais da Igreja. De acordo com Françoise Souza o

Estado se via com dificuldades logísticas quanto a cobrança de impostos, feitura de inventários, publicidade das decisões administrativas e eleitorais e pela manutenção da ordem social (SOUZA, 2010: 43). Os registros de batismo, de casamentos e de óbitos foram os registros oficiais utilizados pelo Estado para os censos até a implementação dos cartórios leigos; a paróquia servia como centro eleitoral durante o Império, a mesa eleitoral era formada pelo juiz de fora responsável, por 4 cidadãos (dois secretários e dois escrutinadores) e pelo pároco, sendo este responsável por fazer a listagem dos votantes da paróquia, antes da votação era responsável por ler as regras eleitorais e rezar uma missa na igreja Matriz, um *Te Deum*; as votações aconteciam dentro das igrejas ou capelas das cabeças de província (SOUZA, 2010: 53). À mesa eleitoral, segundo Francisco Belisário Soares de Souza, a lei entregava poderes ilimitados, tendo facilmente margens para a desordem e para a corrupção (SOUZA, 1979). Sendo assim fica evidente a participação do clero nas decisões políticas desde o processo de escolha de quem poderia votar até às possibilidades de que seu “discurso patriótico” influenciasse nas decisões dos votantes. Ao mesmo tempo em que exercia seu papel como pároco também exercia seu papel como funcionário público, com desígnios religiosos e administrativos.

Acrescentando-se a isso, José Murilo de Carvalho evidencia o fato dos clérigos serem funcionários públicos pagos pelos cofres do governo geral, com salários conhecidos como “côngruas” que variavam de acordo com a paróquia em que se colava (quanto maior e mais influente for a paróquia mais recursos ela era capaz de captar) (CARVALHO, 2013: 183). Com a desorganização dos seminários após o padroado e a expulsão dos jesuítas, o clero brasileiro seria reconhecido por seus “costumes pouco acordes com a disciplina eclesiástica”, adquirindo terras, escravos, exercendo cargos políticos, com filhos bastardos e formando famílias ilegítimas (CARVALHO, 2013: 182).

Mesmo assim, as famílias tinham o costume de direcionar um de seus filhos a condição de clérigo, tanto pela questão religiosa quanto por ser “um bom negócio”, como afirmava Machado de Assis em seu Dom Casmurro: “[...] a igreja brasileira tem altos destinos. Não esqueçamos que um bispo presidiu a Constituinte, e que o Padre Feijó governou o Império...” (ASSIS, 2016: 447). Neste sentido, Alcir Lenharo afirma que os políticos em geral tinham relação com a propriedade; os dois exemplos usados pelo autor foram os padres José Custódio Dias, proprietário de fazenda, negociante e político e José Bento Ferreira de Melo, também proprietário de terras e escravos. Para o autor, só eram políticos porque tinham suas bases na propriedade, “o envolvimento com a propriedade

e com os negócios estava inserido na lógica da prática política desses homens” (LENHARO, 1993: 99-100). No entanto, Wlamir Silva afirma que as relações com a propriedade não se davam da mesma forma, por vezes a relação com a propriedade se dava por meio de um padrinho ou protetor, como é o caso do padre José Antônio Marinho (SILVA, 2009: 119).

Todo esse contexto de envolvimento com a Igreja e o Estado, suas possíveis relações familiares e com a propriedade, possivelmente propiciaram a entrada dos padres na vida política, atingindo o auge de suas participações justamente durante o período regencial. Segundo Françoise Souza, desde a Independência até 1841, há um destaque de clérigos atuantes no movimento político, não somente dentro dos cargos, mas também em movimentos intelectuais e revolucionários por todo o país (SOUZA, 2008).

Uma das questões mais polêmicas quanto a participação do clero na política é a de que esses indivíduos se utilizavam do *status* de clérigo simplesmente para conseguir subir na pirâmide social. Neste caso, segundo Tarquínio de Sousa, eram homens “mais do século do que da eternidade”; homens que tinham abandonado seus deveres espirituais em favor de sua carreira política (SOUSA, 1988: 147). Discordando de que os padres fossem homens sem proximidade real para com a Igreja, além de seus títulos e sua influência, Françoise Souza defende que em grande parte das vezes, os padres traziam propostas em defesa dos interesses da Igreja (SOUZA, 2010: 411).

Desse modo, a historiografia parece mostrar que alguns artifícios auxiliaram na ascensão do padre na política imperial, como a religião herdada do antigo regime, assim como a relação dos sacerdotes com a propriedade, mas outro ponto precisa ser destacado: a imprensa como espaço de debate e de inserção política.

## **2. A imprensa como espaço de debate**

Marco Morel mostra que, na sociedade carioca, as diferentes vertentes políticas se expressavam e se propagavam por meio da imprensa. O autor argumenta que a partir do decreto de 2 de março de 1821, em que se suspendia a censura prévia à imprensa, o número de periódicos aumentou de forma significativa, mesmo que em determinados períodos houvesse um recuo. É a partir deste momento que há a transformação do espaço público, com a mudança das formas de comunicação, que até aquele momento se

caracterizava em formas típicas de panfletos, e que agora se dava, principalmente, por meio de debates na imprensa. Além disso, a leitura individual e privada faz com que a opinião passe a ser algo abstrato, com o julgamento de cada cidadão-leitor (MOREL, 2016: 238-240). As ideias dirigidas ao “povo” por meio da imprensa tem um caráter educador, transmitido por meio da “reflexão dos indivíduos ‘ilustrados’” (Ibidem: 243).

Minas, segundo Nelson Werneck Sodré, somente conheceu a imprensa a partir de 1823 com a fundação do *Compilador Mineiro*, em Ouro Preto; em 1825 surgiram *O Universal*, *O Companheiro do Conselho*, *O Patriota Mineiro* e *O Diário do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais*. Já fora da capital da província mineira começaram a surgir outros impressos: em 1827, em São João Del Rei o *Astro de Minas* e *O Amigo da Verdade*, seguidos pelo *Eco do Serro*, diamantinense. Segundo Sodré o periódico liberal de maior monta foi o *Sentinela do Serro*, fundado por Teófilo Otoni em 1830, resistindo até 1833 (SODRÉ, 1983: 86-87).

Na mesma linha, Françoise Souza ao estudar os padres políticos, demonstra que a grande parte deles havia se inserido em algum espaço de socialização, como clubes, sociedades e principalmente na redação de periódicos - o padre e deputado José Antônio Marinho foi redator/colaborador de pelo menos 5 periódicos, "*O Astro de Minas*" (1827-1839), "*Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*" (1832-1833) "*Despertador Mineiro*", "*Americano*" e "*Correio Mercantil*" (SOUZA, 2010: 450).

A redação e participação quanto às publicações em periódicos auxiliava aos atores a se inserir nas discussões à cerca dos debates políticos do período, os quais eram vistos como decisivos para a construção nacional. Segundo Basile, a discussão dos projetos regenciais de reformas constitucionais foram amplamente debatidas e criticadas pela imprensa, marcando as divergências políticas entre *liberais moderados*, *exaltados* e *caramurus*. Para o autor essas correntes políticas passam por momento de transição durante a votação das reformas constitucionais na segunda legislatura e se intensificando com a aprovação do Ato Adicional, posto em prática em 1834, na terceira legislatura. A desagregação dos grupos políticos definidos anteriormente (*liberais moderados*, *exaltados* e *caramurus*), devido a discordâncias internas acerca das decisões tomadas nas Câmaras, deu oportunidade para a rearticulação sob novas facções políticas marcadas pelo *Regresso* e pelo *Progresso*, que daria base aos *Conservadores* e *Liberais*, que marcaram todo o Segundo Reinado (BASILE, 2009: 213).

### 3. Atuações políticas de padres em São João Del Rei

Em São João Del Rei houve alguns casos em que padres se envolveram em cargos públicos e/ou em embates sobre a política imperial. Tentamos selecionar alguns casos mais destacados entre 1830 a 1837, mais ou menos, período marcado pela abdicação do Imperador D. Pedro I e pelo período das Regências.

No âmbito local, sondamos dois processos eleitorais, um em 1830, no qual os eleitores deveriam votar em um deputado que substituiria a um que se encontrava inabilitado para a função; segundo processo eleitoral se deu para a escolha dos deputados gerais em 1833. Sendo assim, tendo em vista a participação dos clérigos no ambiente político procuraremos analisar o papel destes pelas lentes dos periódicos do período.

#### 3.1. Luiz José Dias Custódio

Reverendo Luiz José Dias Custódio era natural da Vila de Penela, Comarca e Bispado de Coimbra. Filho de Dr. Antônio Dias Custódio e de Damásia Caetana Ribeiro da Conceição. De acordo com Rodrigo Fialho, era conhecido em meio à hierarquia eclesiástica e transitava em seus diversos escalões com facilidade, desde que viera para o Brasil. Kursou o bacharelado em Cânone pela Universidade de Coimbra. Foi o redator do periódico *O Amigo da Verdade* e, mais tarde, em 1842, foi um dos criadores e redatores do periódico *A Ordem: Viva o Imperador!* Desde sua vinda para o Brasil residiu a maior parte da sua vida em São João del-Rei. Estabeleceu estreitos vínculos com a política conservadora mineira. Custódio foi colado vigário na Matriz de Nossa Senhora do Pilar em São João Del Rei em 1824. Na vila de São João del-Rei “o Vigário não conquistou o seu rebanho como o vigário antecessor” (FIALHO, 2017).

O dito Reverendo foi reconhecido pelo seu forte embate com o periódico *Astro de Minas* e sua forte participação no *Amigo da Verdade*, ambos de São João. Era visto, ao menos pelo *Astro de Minas* e pelos liberais moderados, como “um absolutista declarado”<sup>2</sup>, com seu “gênio turbulento”<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> *Astro de Minas*, Nº 548, 1831

<sup>3</sup> *Astro de Minas*, Nº 436, 1830

Sua rixa com o periódico “inimigo” se deu ao longo de anos. Em 1830 Luiz José Dias Custódio foi intimado pelo Juiz de Paz da Villa de São João Del Rei e pelo Vigário da Vara afim de comparecer com suas funções eleitorais na Matriz de São João Del Rei onde deveria ter se efetivado as eleições primárias em 29 de agosto de 1830, afim de eleger à um deputado que substituiria a outro. No entanto, segundo relato publicado no *Astro de Minas*, o dito Vigário esteve presente durante a escolha dos secretários (Antônio Fernandes Moreira e Martiniano Severo de Barros, ambos moderados) e escrutinadores (padre Francisco Antônio da Costa e Francisco de Paula d’Almeida Magalhães) que formariam a Mesa, após a indicação dos nomes dos ditos integrante o Rev. Padre “já cheio de cólera” interrompeu afirmando não estar de acordo com os nomes indicados enquanto o “povo por geral aclamação aprovou os propostos”. Mesmo assim, de acordo com o redator do *Astro*, o Rev. “estava prevenido contra a vontade geral, já disposto a perturbar tudo” e dizia, quando indagado pelo povo sobre o motivo da recusa, considerar os indicados “ótimos, muito bons”, mas eram parentes, segundo o Reverendo. Sendo discordada tal acusação, pelo menos de forma pública e notória. Após a confusão e a não concordância do Vigário Luiz José Dias Custódio, o dito “tomou a extraordinária medida de se retirar, dizendo que dissolvia a Assembleia, e que queria ver o que lhe haviam de fazer”. Após toda a confusão e as reclamações à cerca do comportamento “ilegal, e até indigno de um Pastor”, foi nomeado para as eleições, adiada então para o dia 2 de setembro de 1830, o Vigário Joaquim José de Sousa Lira.<sup>4</sup>

Um ponto interessante de se explicitar a “rasteira Oração, que por obediência a Lei” o padre Custódio apresentou à Assembleia do dia 29 de agosto de 1830 em que entrelaça a religião e a política, vejamos:

A Poderosa mão do Onipotente é quem dirige e maneja os destinos das Nações. Sim, meus Srs. Se uma nação se prostitui em crimes e dissoluções, e esquecida de seus deveres rompe em desatinos filhos da perversidade, e de uma natureza estragada e corrompida, ela é infalivelmente aniquilada, e reduzida a abominação dos outros povos. Se porém temente a Deus, ela observa e cumpre os divinos preceitos de sua Lei santa, e se regula por aquelas que os Soberanos Legisladores lhe prescrevem sua exaltação e prosperidade é necessariamente a justa recompensa do seu merecimento.<sup>5</sup>

E continua:

[O Profeta Rei] dando-nos ao mesmo tempo um Chefe, que faz a inveja de todos os monarcas, o nosso Imortal Imperador D. Pedro I, Digno

<sup>4</sup> *Astro de Minas*, Nº. 434, 1830

<sup>5</sup> *Astro de Minas*, Nº 437, 1830

Primogênito da Augusta Casa dos Bragança, e dádiva preciosa do Céu (...) e as imensas e incalculáveis vantagens, que se reconhecem no Governo Monárquico Constitucional Representativo.<sup>6</sup>

Enquanto acentua o papel do “Profeta Rei”, de Deus, e dos preceitos católicos como responsáveis pelo destino das nações e dos homens, o padre Dias Custódio faz diretamente uma ligação com a monarquia, no caso D. Pedro I e dando destaque a origem portuguesa (a Augusta Casa dos Bragança), o que teria despertado críticas por parte dos liberais moderados, que afirmaram não ser “necessário lembrar-se da Casa de Bragança, por que toda sua glória resulta em ser Imperador Constitucional do Brasil”. Ou seja, Dias Custódio parece fazer uma ligação entre as vontades divinas e o Governo monárquico, com a pessoa de D. Pedro I, ligado aos Bragança de Portugal, visto posteriormente como tirano pelos moderados.

Antes do acontecido de 1830 já havia relatos sobre confusões causadas em outros processos eleitorais pelo padre Luiz José Dias Custódio. Em um desses casos, em 1828, teria sido acusado de fazer circular uma lista de nomes que indicava para os cargos eletivos em disputa, sendo o princípio das discórdias entre ele e Baptista Caetano de Almeida (MACULAN, 2011: 74).

Em 1830, em algumas edições do *Astro de Minas*, um indivíduo identificado pelo pseudônimo “O Bordão dos Corcundas”, posteriormente se revelando ser o Sr. Caetano Alves de Magalhães, após uma série de trocas de correspondências com o Rev. Luiz Dias Custódio, publicadas em seus respectivos periódicos, o dito Sr. Magalhães se viu indignado com as acusações do Vigário, que o acusava ser um dos que incitavam o “barulho e a desordem” durante as reuniões das Assembleias eleitorais. Em resposta a acusação, Magalhães afirma ser público o conhecimento de que o dito Vigário havia sido parte da revolta acontecida na Bahia em 1822 e sendo favorável aos portugueses que tomaram o Forte de São Pedro e a cidade de Salvador, “quando se uniu ao Madeira na Bahia para atraiçoar o Brasil (...), emprestando-lhe dinheiro para manter as tropas lusitanas”. Após a derrota dos portugueses o Vigário teria se visto em situações complicadas e teria fugido para o Rio de Janeiro e se fixado em São João Del Rei, para a “desgraça” da Villa, pois “veio o Padre Vigário para Lobo perseguidor de suas ovelhas”<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Idem

<sup>7</sup> *Astro de Minas*, Nº 442, 1830.

Segundo o *Astro de Minas*, em agosto de 1831, em uma de suas práticas e homilias, o padre pregou que a liberdade vem com as leis, mesmo quando “injustas” não devem ser desobedecidas e sim deve-se recorrer também por meio das leis. Em consequência, a essa máxima o *Astro* o acusou de despótico pela forma como pregava a “obediência cega” e afirmou que ensinasse “a seus fregueses o verdadeiro Evangelho” e que não se metesse “em questões políticas, visto que não as quer ensinar como deve”, e mais, deveria constituir-se “um Pastor prudente, que encaminhe as suas ovelhas para a obediência da lei, e não as queira precipitar no abismo das arbitrariedades”.<sup>8</sup> A questão da “obediência às leis” se apresenta nos dois discursos, o que quer dizer então esses termos? Se levarmos em conta o grupo político a quem o padre Dias Custódio se alinhava, nesse momento denominado como *caramurus*, poderíamos pensar que o termo “obedecer às leis” seria uma denúncia contra a pressão política sobre Pedro I que acabou por causar a abdicação.

Em 1831, foi identificado como um dos membros da “Sociedade da União e Lealdade”, denominado pelo *Astro de Minas* em 31 de maio do dito ano como “Sociedade de Colunas estabelecida em S. João Del Rei para fazer de D. Pedro, Imperador sem trambolho”. Já em 1833 foi declarado pelo mesmo jornal, após a escolha dos eleitores para a eleição dos deputados da 3ª legislatura, como um dos “satélites” *caramurus* que “provocam à movimentos sediciosos” e afirma ser o “padre Luiz José Dias Custódio, o veneno desta freguesia, chefe, e fautor de dissensões, rixas, e de procedimento, e desordenados planos executados contra o progresso do feliz sistema, que nos rege”. Ainda afirmando o caráter do dito Vigário como um *caramuru* “da gema”, um codinome Cacique diz que “os *Caramurus* desta Villa andam desesperados e furiosos principalmente os três de gema, Luiz José Dias Custódio, Luiz Joaquim Nogueira da Gama e Francisco Joaquim d’Araújo Pereira da Silva”, estes três últimos expressavam seus ideais *caramurus* também por meio de periódicos como *O Amigo da Verdade*, *O Papagaio* e *o Constitucional Mineiro*.

Enquanto os liberais moderados argumentam que os *caramurus* são partidários do “tirano”, o periódico *Constitucional Mineiro* acusa o governo da capitania e da Câmara Municipal de São João Del Rei quanto a forma com que pretendiam afastar de suas funções o pároco Dias Custódio. Por meio de devassa, 247 cidadãos de São João Del Rei

---

<sup>8</sup> *Astro de Minas*, Nº 584, 1831.



“expuseram a ‘inconveniência’ da conservação do pároco” e oficiando ao Bispo Diocesano, para “obstar ao ingresso d’aquele pároco, quando se verifique a sua absolvição pela Relação da Bahia, ou suspenda-o das respectivas funções quando já se ache no exercício delas”<sup>9</sup>, ou seja, pediam que se afastasse o pároco devido à sua atuação favorável aos portugueses na Bahia em 1822 até que se resolvesse a situação e aplicasse a lei. O argumento usado pelo Constitucional Mineiro foi o de que era contra a lei “fazer reviver processo findo” baseando-se em um dos artigos da Constituição, acusando assim seus adversários políticos como despóticos, fazendo passar suas vontades acima da lei.<sup>10</sup>

### 3.2. Francisco Antônio da Costa

Francisco Antônio da Costa foi vigário em São João Del Rei, presbítero secular da Ordem de São Pedro, pelo menos desde a década de 1820. Em 1829 o padre apareceu pela primeira vez entre os votados, conseguindo 199 votos nas eleições para vereadores, ficando como 4º suplente. No ano seguinte tomou posse na Câmara municipal na Villa de São João Del Rei, nomeado pela dita câmara, como Fiscal nas Paróquias de São João Del Rei, São Gonçalo e Rio das Mortes, tal função requeria que Antônio da Costa informasse qualquer infração a lei e à Constituição e informar sobre “o mau tratamento, ou atos de crueldade que se costumem praticar com escravos”.<sup>11</sup> Chegou a fiscalizar obras públicas como a construção de calçadas e da iluminação, também fiscalizou quanto a boa aparência dos estabelecimentos comerciais “com calçadas limpas e muros caiados” e todas as tendas públicas deveriam ter licença. Ao que parece, todas suas designações quanto a fiscalização foram publicadas no periódico *Astro de Minas*.

Foi integrante da *Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional* de São João Del Rei, sendo escolhido por votação como Vice Presidente da Sociedade no ano de 1832.<sup>12</sup> Tal Sociedade possuía visões políticas associadas ao viés liberal-moderado defendendo o Governo Regencial. Em um dos discursos feitos nas reuniões da Sociedade, em fevereiro do ano de 1832, o Rev. Francisco Antônio da Costa toma a tribuna e afirma saber, por fonte confiável, que na Corte se pretendia a demissão de membros da Regência por meio de sublevação. Segundo o padre o Conselho Geral de

<sup>9</sup> *Constitucional Mineiro*, Nº 51

<sup>10</sup> *Idem*

<sup>11</sup> *Astro de Minas*, Nº 214, 1829

<sup>12</sup> *Astro de Minas*, Nº 656, 1832

Província afirmava não transigir procedimento que não marchem de acordo com a Constituição, e indaga “com que direito meia dúzia de descontentes, um resto de tropa mercenária, e empregados prevaricadores disporão a seu bel prazer da sorte de todo o Império?” Afirma ainda que de acordo com suas leituras das folhas da oposição no Rio de Janeiro se caracterizam como “retrogradas” e mostra “com evidencias tais pretensões”. Em seguida, Francisco Antônio da Costa chama à “Sociedade, que tem por timbre defender a liberdade e Independência Nacional” da Villa de São João e de toda a província que se comuniquem e se aliem ao Governo de Província e à Regência, propondo a disseminação do reconhecimento de conspirações contra a regência e ao governo; a resistência às ordens ilegais e inconstitucionais; que no caso de sucesso dos opositores o “Governo legal de Minas, promoverá de sua parte o desligamento da Corte até que nela se restabeleça a ordem legal” e que a Sociedade, com seus poucos fundos, “espontaneamente oferece, podendo o Governo Provincial lançar mão deles, se assim julgar mister, no caso de urgência”. Após essas fervorosas propostas Francisco Antônio da Costa pede que se marque uma Sessão Extraordinária para discutir a “urgência da matéria”.<sup>13</sup>

O presidente da província respondeu às propostas da Sociedade e da Câmara Municipal e afirma “não ser indiferente ao iminente perigo de que se acha ameaçada a estabilidade do Império” por causa de um “partido faccioso e anarquista, composto de indivíduos perversos” e diz que deve-se recorrer à todas as alianças para “inutilizar os planos e tentativas de tão execrada facção”.<sup>14</sup> Por fim diz estar enviando à Regência um “igual e firme protesto da marcha legal que se tem proposto a seguir. Dessa forma vê-se a paridade com que se encontra a Câmara e a Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional com o Governo de Província, que sofreria forte golpe no ano seguinte por parte dos caramurus e em consequência disso, o vice-presidente da província, Bernardo Pereira de Vasconcellos, se hospedara em São João Del Rei.

Antônio da Costa foi eleito vereador em São João Del Rei nas 2º e 3º legislatura, alcançando o segundo lugar entre os mais votados, sendo presidente da Câmara em 1834. Foi Coletor de Impostos dentro do Termo de São João Del Rei e conseguiu cargo como Deputado provincial na 1ª legislatura.

---

<sup>13</sup> *Astro de Minas*, Nº 662, 1832

<sup>14</sup> *Astro de Minas*, Nº 667, 1832

### 3.3. José Antônio Marinho

O Padre José Antônio Marinho, torna-se redator do *Astro de Minas* no fim do ano de 1835, era um mulato filho de lavradores do norte de Minas Gerais, nascido em 1803 na freguesia do Brejo salgado e falecido no Rio de Janeiro em 1853 (SILVA, 2009: 114). Teve como padrinho um rico fazendeiro. Devido a independência em 1822 não houve possibilidade de ser enviado a Coimbra, desta forma foi para o seminário de Olinda, onde começou seus estudos. Foi partidário da Confederação do Equador, pegou em armas e chegou ao posto de alferes, porém, com a ordem restituída pouco depois, não lhe foi permitido o retorno ao Seminário de Olinda. Nesse meio tempo viveu de dar aulas particulares, retomou seus estudos no Seminário do Caraça, sendo aluno e professor ao mesmo tempo. Teve notória carreira como clérigo, foi padre em Minas e no Rio de Janeiro (AMARAL, 2007: 3). Na capital do Império, tornou-se pregador da Capela Imperial; cônego honorário da mesma em 1839; camareiro secreto de Pio IX em 1840; em 1847 recebeu honras de mosenhor, cura do Santíssimo Sacramento da Sé do Rio de Janeiro, por concurso; em 1847, Comendador da Ordem de Cristo.

De acordo com Alex Amaral o aspecto religioso de José Antônio Marinho era alvo de críticas por parte de seus inimigos políticos, pelo fato de não ser um sacerdote dos mais ortodoxos. O periódico de Barbacena *O Parahybuna*, que defendia um catolicismo ortodoxo, claramente fazendo-se parte do Regresso, afirmava inclusive que o Regente e sacerdote Diogo Antônio Feijó era o chefe de um “Governo do Diabo”.<sup>15</sup> Segundo consta Alex Amaral, o padre Antônio Marinho seria a versão de Diogo Feijó para Minas Gerais, com suas “ideias extravagantes” (AMARAL, 2007: 3).

Além de padre e parlamentar, Marinho foi Lente de filosofia em várias vilas, como Congonhas, Ouro Preto e São João Del Rei. Foi advogado, Diretor dos Índios, funcionário da Tesouraria Geral da Província, além de fundar o Colégio Marinho no Rio de Janeiro (SILVA, 2009: 115). Defendia a instrução pública, opinião que ficou clara, já que foi sócio da *Sociedade Promotora da Instrução Pública* e editor de seu jornal. Foi membro ativo do partido Liberal, tendo diversas divergências com os Regressistas e Conservadores.

---

<sup>15</sup> *Parahybuna*, Nº 143, 1836

O Cônego Marinho colaborou e editou vários periódicos liberais, dentre eles o *Jornal da Sociedade Promotora da Instrução Pública*, em Ouro Preto, no *Astro de Minas*, o *Despertador Mineiro* e o *Americano*, de São João del Rei. Fez parte também da redação do *Correio Mercantil*, no Rio de Janeiro e do *Constitucional*, em Ouro Preto (SILVA, 2009: 115).

Foi eleito Juiz de Paz e vereador em Ouro Preto em 1834<sup>16</sup>; eleito Deputado Provincial na 1ª, 2ª e 4ª legislaturas; foi eleito Deputado à Assembleia Geral na 4ª, 5ª, 7ª e 8ª legislatura,<sup>17</sup> tendo consideráveis votos na 6ª legislatura, ficando como suplente. Segundo Wlamir Silva, Marinho teve dois mandatos interrompidos, em 1842 e 1848.

Antônio Marinho parece ter sido assíduo quanto à pregação em festas comemorativas, como no festejo dos sucessos do 7 de Abril, em Congonhas em 1831 (enquanto foi professor de filosofia do Seminário). Fez uma “eloquente oração” e afirmou estar tudo “mudado, as ideias, a linguagem; a autoridade já não será tirana, e a obediência não será escravidão” e completa “o nosso triunfo atrai o espanto das Nações, a firmeza do nosso caráter, e a nossa moderação levará a nossa glória à mais remota posteridade”. Segundo o redator do *Astro de Minas*, após a missa todos foram convidados a jantar no colégio da vila e a ouvir poesias “análogas ao objeto da função”.<sup>18</sup> Bem, é interessante notar que o padre Marinho no momento em que estava em suas atividades clericais, no caso uma missa e um sermão, se usou de suas opiniões políticas para expressar os acontecimentos recentes. Além disso, a própria festa dá o tom dos discursos proferidos, já que esta foi dada em comemoração aos sucessos obtidos no 7 de Abril de 1831. Outro ponto muito interessante de se notar é que o festejo, e posteriormente o jantar, foi oferecido pelo Colégio do Senhor do Matosinho de Congonhas do Campo, ligado a professores e aos estudantes.

Já em 1836 Marinho toma frente da edição do *Astro de Minas*, em São João Del Rei e dá os louros ao periódico, marcando forte admiração às ideias pregadas pela folha. Segundo Marinho o “*Astro* não se calou, graças ao patriotismo firme e desinteressando dos que a esse tempo o escreveram”, o *Astro* seria “um dos sustentadores da ordem”. No mesmo texto Marinho afirma ser desejo “vermos reunidos, formando um só corpo e com um só pensamento todos os nossos concidadãos” e “destruir essas prevenções e

<sup>16</sup> *O Universal*, Nº. 888 e Nº 961, 1833

<sup>17</sup> *O Vigilante*, Nº 279, 1835

<sup>18</sup> *O Universal*, Nº 550, 1831

desconfianças nascidas de uma longa luta de partidos”.<sup>19</sup> No entanto, seu apelo não foi atendido e, segundo Wlamir Silva, em 1849 Marinho se afastou da política com a hegemonia do partido Conservador (SILVA, 2009: 114).

#### 4. Conclusão

Levando em conta a bibliografia e as fontes analisadas podemos confirmar a hipótese de que os clérigos se utilizavam do púlpito para expressar suas visões políticas. Podemos ver os exemplos dos padres Luiz José Dias Custódio e José Antônio Marinho no que tange ao discurso de viés político nas festividades religiosas, missas e “orações” nos dias das assembleias eleitorais. Ambos mesclaram a religião e a política, penso que isso esteja diretamente relacionada com a formação religiosa e o contexto político em que vivia o país desde o início do século XIX. Enquanto Dias Custódio se esgueirara das fileiras que apoiavam a facção portuguesa que tomou Salvador em 1822 e se estabilizou em São João Del Rei, Antônio Marinho, pobre e mulato, saiu do norte de Minas com a ajuda de um padrinho e se envolveu na Confederação do Equador, expulso do seminário de Olinda em consequência de seus atos Marinho se encaminha de volta a Minas, ocupando cargos e disseminando suas ideias. Ambos, mesmo que de forma natural e espontânea, usavam o púlpito como forma de influenciar e expressar suas crenças política.

Esse uso do púlpito naturalmente atrairia o desconforto da oposição como foi o caso em que o *Astro de Minas* dizia que Dias Custódio deveria ensinar “a seus fregueses o verdadeiro Evangelho” e que não se metesse “em questões políticas, visto que não as quer ensinar como deve”, que deveria se constituir “um Pastor prudente, que encaminhe as suas ovelhas para a obediência da lei, e não as queira precipitar no abismo das arbitrariedades”.<sup>20</sup> Infelizmente não tive acesso à fontes que expressassem o mesmo contra clérigos liberais moderados, que eram a facção hegemônica na província.

Outra questão essencial e que foi um dos pilares do presente trabalho foi o uso da imprensa como forma de disseminação das ideias e das informações concernentes à política imperial. Ao consultarmos os periódicos mineiros, sobretudo os são joanenses, e em particular o *Astro de Minas*, conseguimos perceber a troca de correspondências e a divergência de visões políticas, em que os liberais moderados e os caramurus se

---

<sup>19</sup> *Astro de Minas*, Nº 1272, 1836

<sup>20</sup> *Astro de Minas*, Nº 584, 1831.

expressavam e defendiam seus interesses. Os clérigos pormenorizados no trabalho se utilizaram dos periódicos para publicar suas ideias políticas, José Antônio Marinho chegou a ser redator de vários periódicos, assim como Dias Custódio. Francisco Antônio da Costa, apesar de não ter editado periódicos, ao menos ao que se sabe, aproveitou a oportunidade de ter a disposição um periódico aliado à suas ideias para publicitar suas preocupações, suas funções e suas crenças.

A participação dos padres nas Sociedades e clubes também foi outro fator marcante. Todos os padres mapeados como políticos que foram eleitos ou que se expressaram em periódicos, inclusive os que não foram apresentados no presente artigo, fizeram parte de ao menos uma sociedade. A maioria deles foram sócios da Sociedade Protetora da Liberdade e da Independência Nacional, de viés liberal moderado, enquanto Dias Custódio se associou à Sociedade União e Liberdade, caramuru.

Por fim, nas listas de eleitores e eleitos para vereadores e deputados publicadas nos periódicos, em sua maioria possuía o nome de vários padres, se contarmos os não eleitos mas que receberam votos o número deles poderia aumentar ainda mais. Sendo assim, apesar de a pesquisa estar em andamento, é possível reafirmar a hipótese de que os padres possuem posição privilegiada na sociedade, assim como um espaço de discurso específico e também privilegiado, o púlpito.

## 5. Fontes e bibliografia:

### Jornais:

- *Astro de Minas* (1827-1839)
- *Constitucional Mineiro* (1832-18233)
- *O Universal* (1825-1842)
- *O Vigilante* (1833-1835)
- *Parahybuna* (1837-1839)

### Bibliografia de apoio:

AMARAL, Alex L. Documento inédito: História do jornal *Astro de Minas* pela pena do padre José Marinho. **Revista de História Estudos Culturais**, Vol. 4, ano IV, n.º 4, 2007.

BASILE, M. O “negócio mais melindroso”: reforma constitucional e composições políticas no Parlamento regencial (1831-1834). IN: NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das.

**Livros e impressos:** retratos do setecentos e do oitocentos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, p. 213.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem:** a elite política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

FIALHO, Rodrigo. **Nos arquivos pelas fontes:** A trajetória incompleta de Luiz José Dias Custódio, um português que viveu no Brasil no século XIX, percursos de uma pesquisa constante. **Revista Verbo de Minas**, Juiz de Fora, v. 18, n. 31, p. 6-22, Jan./jul. 2017, disponível em:

<<https://seer.cesjf.br/index.php/verboDeMinas/article/viewFile/1169/836>>

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação:** O abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1840. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1993.

MACULAN, C. E. **As luzes do tempo:** Baptista Caetano de Almeida, projeto civilizacional e práticas políticas no Brasil pós-Independência. (São João del-Rei, 1824-1839). 219 f. Dissertação (mestrado em História) Universidade federal de Juiz de Fora, 2011.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos:** imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade Imperial (1820-1840). Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SILVA, Wlamir. **Liberais e povo:** A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834). São Paulo: HUCETEC, 2009.

SOUZA, Françoise Jean Oliveira. **Do Altar a Tribuna:** os padres políticos na formação do Estado nacional brasileiro, 1823-1841. Rio de Janeiro, 460 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Françoise J. O. Religião e Política no primeiro reinado e regências: a atuação dos padres-políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. **Revista Almanack braziliense**, nº 08, novembro de 2008.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. **Fatos e Personagens em Torno de um regime**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988.

WENET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX:** a reforma de D. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

## Literatura e *superstitio*: a marginalização da magia em Horácio

Allan Camuri<sup>1</sup>

**Resumo:** Durante o período das guerras civis romanas e o principado augustano, houve uma preocupação por parte de intelectuais e das elites dirigentes em restaurar a estabilidade da *urbs* por meio da perpetuação da *mos maiorum*, que, na retórica da época, iria solucionar as perturbações geradas pelas “falhas” humanas nas relações com os deuses. Uma dessas falhas pode ser identificada nas obras do poeta Horácio: as práticas de magia. Como o contexto de reforma augustana de Roma influenciou as visões do poeta a respeito da magia e da feiticeira? Como o uso da magia nas obras de Horácio pode representar a *superstitio* romana? Através do épodo V e da sátira I.VIII, pretendo analisar como o poeta Horácio representou em suas obras as práticas de magia e como essas poderiam representar uma ameaça para a *religio* romana.

**Palavras-chave:** *superstitio*, magia, Horácio.

### Literature and *superstitio*: the marginalization of magic in Horace

**Resume:** During the period of the civil wars and augustus's principate, there was a concern on part of the intellectuals and elites in restore the stability of the *urbs* though the perpetuation of the *mos maiorum*, which, in the speech of the time, would resolve the disturbances generated by the “fails” in human relations with the gods. One of these fails can be identified in Horace's poems: the practice of magic. How the augustan's reformation context influenced the poet's visions about the magic and the sorceress? How the use of magic in Horace's poems can represent the roman *superstitio*? Through the epode V and the satire I.VIII, I intend to analyze how Horace represented in the poems the practice of magic and how these practices can represent a threat to roman *religio*.

**Key-words:** *superstitio*, magic, Horace.

Mary Beard, John North e Simon Price (1998: 217) no livro “Religions of Rome”, associam o termo *superstitio* as práticas religiosas que se opõem a *religio*, ou seja, a religião oficial romana. Assim, *superstitio* designa o comportamento impróprio de indivíduos cujas práticas religiosas são consideradas irregulares aos olhos da religião normatizada. Na Roma augustana, a recriação das bases do *mos maiorum*<sup>2</sup> buscou

<sup>1</sup> Allan Camuri é graduando em licenciatura em História pela Universidade Veiga de Almeida e membro do grupo de pesquisa intitulado Ensino de história: narrativas, representações, memória e tecnologias. Email: Allan\_camuri@hotmail.com.

<sup>2</sup> Pode ser traduzido do latim para o português como costume dos ancestrais.



principalmente a restauração de uma sociedade romana ideal através de diversos meios culturais, sendo a religião e as artes duas facetas importantes para essa recuperação da *virtus*<sup>3</sup> e da *urbs*<sup>4</sup>.

O final da república e início do principado augustano foram marcados por mudanças de mentalidades que buscava a construção da identidade romana e a perpetuação das tradições ancestrais após a sangrenta sucessão de guerras civis que espalharam o medo e a instabilidade na cidade e no império. Augusto se representou como sendo o salvador da *virtus* romana e iniciará seu objetivo de reformulação espiritual da *urbs*. A questão é: a retórica de que as perturbações foram provocadas devido as falhas nas relações morais e religiosas é anterior a batalha do Ácio. A necessidade de uma reconstituição da sociedade romana já estava presente na mentalidade das elites e dos intelectuais antes mesmo de Augusto iniciar a sua “reforma” do *mos maiorum*. Embora estejamos falando aqui de revolução, essa revolução de Augusto será conservadora: ao invés de romper com o passado, ela irá forjar elementos ou ressignifica-los no meio cultural, religioso e mitológico romano.

O uso da magia se insere no que os intelectuais da época consideraram *superstitio*, sendo uma das práticas combatidas pela revolução.

(...) “magia” não é uma categoria singular; mas um termo aplicado a uma série de operações aos quais as regras conflitam com as regras da religião, ciência e lógica da sociedade em questão. Por isso, para os historiadores, o interessante naquilo que escolhemos chamar de “magia” está em como esse conflito é definido, em quais praticas são percebidas como quebradoras de regras, e como a percepção sob elas muda ao longo do tempo<sup>5</sup> (BEARD; NORTH; PRICE, 1998: 154).

---

<sup>3</sup> Por *Virtus*, entendemos como sendo o caráter guerreiro do homem romano. *Virtus* pode ser aplicado também no sentido de prosperidade de Roma no que tange suas relações com os deuses e com o poder político vigente.

<sup>4</sup> Cidade romana.

<sup>5</sup> Tradução própria do original em inglês. No original: (...) “magic” is not a single category at all; but a term applied to a set of operations whose rules conflict with the prevailing rules of religion, science or logic of the society concerned. And so, for the historian, the interest of what we may choose to call 'magic' lies in how that conflict is defined, what particular practices are perceived as breaking the rules, and how that perception changes over time.

O conceito de magia possui fortes variações de acordo com cada sociedade. Há um complexo debate a respeito das divergências e convergências entre religião e magia. Porém, o fato é que o termo magia, ao estudarmos a civilização romana, pode ser identificado como uma variante religiosa não tradicional no que tange as relações entre indivíduos e os deuses, no qual o praticante da magia, se comparado ao sacerdote por exemplo, é visto como algo negativo. Sendo assim, as posições excludentes perante às práticas de magia em Roma se devem ao fato de que havia a crença de que elas poderiam representar graves ameaças ao estado, a religião oficial e a *virtus*. Na religião oficial, a posição excludente da elite romana em relação a um determinado núcleo de indivíduos tem como desdobramento a recorrência desses as práticas de magia. Segundo Pedro Paulo Funari (1993: 19 – 20):

(...) diferentemente das práticas oficiais, reservadas aos homens sacerdotes, a magia era acessível a todos. É por isso que as mulheres são, com tanta frequência, associadas à bruxaria. Excluídas da religiosidade masculina, militar e oficial, suspeitava-se de que eram capazes de agir de maneira sobrenatural, em detrimento especialmente dos homens. No entanto, também os escravos e pobres eram considerados suspeitos, por parte da elite, de praticar a magia. Portanto, a formalidade da religião manifestava-se de maneira diversa nos dois grupos: a elite controlava a religião oficial, enquanto as camadas populares atuavam na magia e nos cultos secretos.

Sendo uma ameaça ao Estado e ao ideal romano e ganhando destaque entre indivíduos marginalizados, a magia é uma prática perseguida pelas elites estatais e ridicularizada por muitos intelectuais, principalmente no contexto das guerras civis e do principado augustano. A utilização da magia nas obras de Horácio pode ser considerada uma crítica a *superstitio* romana e àqueles que recorriam a ela.

O poeta Horácio se tornou parte do círculo de Mecenas em 37 A.E.C.<sup>6</sup>, ainda durante o período da guerra civil entre Otávio e Marco Antônio. Seus **Épodos** foram publicados antes de integrar o grupo de poetas ligados a Otávio, mas já apresentavam críticas a diversos aspectos da sociedade romana. O primeiro livro das **Sátiras** foi

---

<sup>6</sup> Todas as datas expostas na presente pesquisa se tratam de eventos ocorridos antes da era comum (A.E.C.), caso ocorra a necessidade de expor datações da nossa era, essas serão então destacadas (E.C.).

publicado em 35, os primeiros três livros de suas **Odes** são escritos já sob o principado augustano, e publicados em 23. Para Pierre Grimal (2008: 82), a consagração do poeta ao público ocorre quando é dada a ele, a honra de compor o *Carmem Saeculare*, hino cantado por um coro durante a celebração dos jogos seculares em 17.

Ao representar a figura da feiticeira no épodo V e na sátira I.VIII, Horácio faz uma crítica ao uso da magia em Roma. No épodo V, um grupo de feiticeiras, lideradas por Canídia, exercem um ritual mágico onde o soterramento de um menino ainda vivo é necessário para que seu fígado e medula fossem arrancados e utilizados na formação de um filtro de amor. A líder é descrita primeiramente preparando o ambiente e unificando ingredientes para a execução do ritual.

Feroz Canídia soltos os cabelos,/ Que as serpes enlaçavam,/ Dentro de um fogo mágico metia/ As folhas da figueira/ Dentre as pedras dum tumulto arrancadas,/ E o fúnebre cipreste,/ E da coruja os ovos, e a plumagem/ Tintos no torpe sangue/ De uma palmeira rã, e ervas trazidas/ De Colcos, e de Iberia./ Duros países, de venenos férteis,/ E os ossos arrancados/ Das fauces de cadela esfomeada./ Depois, correndo em torno,/ A feroz maga, os ângulos da casa/ Borrifa a nua terra/ Com o licor, que tirou do Estige lago. (HORÁCIO, épodo V: 19-35).<sup>7</sup>

Canídia é descrita com cabelos soltos e enlaçados por serpentes, o que pode representar uma alusão à deusa Hécate, considerada patrona da magia, pois essa é mostrada sendo acompanhada não só por cães, mas também por serpentes. A utilização de sangue, ervas venenosas e ossos, assim como o encantamento, eram males associados ao praticante do ritual mágico, o que pode ter movido Horácio a enfatizar tais características no épodo V e também na sátira I.VIII. Estige, na mitologia greco-romana, é considerado um dos rios do submundo, o que, junto com as referências a deusa Hécate, mostra uma intenção por parte de Horácio em associar as feiticeiras ao vil e ao maligno. Nos versos seguintes, aparecem outras duas feiticeiras, que junto de Canídia, executam o ritual.

---

<sup>7</sup> Todas as citações do épodo V de Horácio utilizadas no presente trabalho foram traduzidas do original em latim por José Agostinho de Macedo.

Veia insensível ao remorso, ao grito/ À voz da consciência, /Com a dura enchada escava a terra fria, /e geme de trabalho;/ Forma cova profunda onde soterra/ O mísero menino./ Deixando a flor da terra a face imberbe/ Como fica nas ondas,/ Do forte nadador suspensa a frente./ Só podendo com a vista/ Ir tocar os manjares que no dia/ três vezes lhe renovam,/ Para que às mãos de descarnada fome/ o mísero expirasse./ E arrancando-lhe o fígado, e as medulas/ Para formar um filtro/ Poderoso em amor, quando em seus olhos/ Fitos nas iguarias,/ Se embaciasse a luz: já não faltava/ Ao feitiço horroroso,/ Mais do que a torpe Folia a cujo encanto/ Dos céus se despegavam/ A branca lua, as lúcidas estrelas (HORÁCIO, épedo V: 39-61).

Ao descrever as feiticeiras Veia e Folia, Horácio atribui a elas um caráter cruel e maléfico. Tal assertiva pode ser comprovada quando o poeta fala sobre a insensibilidade de Veia ao enterrar o menino, assim quando é descrito a forma com que o menino seria sacrificado: tendo de olhar para as comidas postas pelas feiticeiras sem poder toca-las. O sacrifício humano demonstra as claras diferenças entre a prática religiosa associada a *superstitio*, demonstrada no ritual de magia presente no épedo V, e a *religio*, havendo assim uma discrepância entre as execuções de rituais oficiais e a representação da *superstitio* pela literatura horaciana.

Canídia retorna a cena, descrita pelo poeta roendo as unhas negras, o que talvez mostre a intenção de Horácio em associar a bruxa a um caráter horripilante. Ao longo do poema, Horácio deixa claro o objetivo das feiticeiras ao realizar o ritual.

Mas ah! Que se levanta, / Mais poderosa maga o encanto quebra/  
Com mais potentes versos! / Mas ah Varo! (Que lágrimas te esperam!)  
Mais eficaz bebida/ Te vai unir a mim: quando enlaçado/  
Teu coração conserve,/ Não, não te hão de soltar márcios encantos./  
Eu te preparo um filtro,/ Mais poderoso que os encantos todos./  
Que teus desdêns mais fortes/ Será mais baixo o céu, que as salfas ondas,  
/ Mais alta que as estrelas,/ Primeiro se verá subindo a terra/  
Senão arder de amores,/ Por mim teu coração, como arde em chamas/  
Este negro betume (HORÁCIO, Épedo V: 94-110).

Todo o aparato realizado pelas feiticeiras objetivava a conquista de Varo por Canídia através de um ritual mágico. Tal representação em Horácio, associa as feiticeiras a um caráter negativo da mulher no âmbito religioso. O objetivo da execução do ritual mágico no épedo V de Horácio antagoniza o ideal feminino religioso, que pode ser melhor

exemplificado no papel das Virgens de Vesta. Segundo Mary Beard, John North e Simon Price (1998: 51), as Virgens de Vesta formavam o único grupo religioso exclusivamente feminino em Roma, possuindo atribuições únicas e punidas com a morte caso perdessem a virgindade. A manutenção da virgindade por essas sacerdotisas obviamente faz com que sejam evitados os contatos sexuais. Em seu poema, Horácio demonstra, por meio da crítica, a oposição que a magia faz em relação a *religio*. Canídia contraria o paradigma feminino de inserção na religião romana ao tentar, através da ilegalidade mágica, a conquista de Varo, ou seja, ela executa um sacrifício humano a fim de ter seus anseios sexuais atendidos. Diferente das Virgens de Vesta, a feiticeira romana era livre e não submetida a uma ordem estatal e religiosa que determinava o seu comportamento, sendo alvo de críticas das elites e de intelectuais do período.

O ideal de mulher romana no âmbito religioso deveria seguir os moldes representado pelas Virgens de Vesta, sendo controlada pela ordenação político-religiosa. A magia propriamente dita não era o único fator que movia as críticas de Horácio, mas também o fato de suas praticantes serem mulheres livres, que não correspondiam ao ideal feminino na concepção do poeta e imposto pela ordem romana e pela revolução augustana. A ideologia do principado trouxe como um dos motores da “restauração” da sociedade romana, a crença de que a mulher deveria ser sujeitada ao casamento e submetida a dominação masculina, tornando-se um instrumento da *virtus* (BELTRÃO, 2008: 144-145).

Enquanto no épedo V está representada a face vil e maligna da bruxa, a sátira I.VIII ridiculariza a mulher feiticeira, pondo em cheque o real poder da magia e de sua praticante. O poema é narrado pela estátua do deus Priapo, localizada em um jardim que antes fora um cemitério de escravos.

A imagem de Priapo fora erguida a partir de um tronco de figueira e intencionava a expulsão de pássaros e ladrões do jardim, servido de espantalho e como protetor divino contra ladrões. No poema, o deus Priapo se mostra preocupado, pois não eram aves ou salteadores que adentraram o jardim-cemitério, mas sim as feiticeiras Canídia e Sagana.

Meu afã e maior cuidado, agora,/ Não são ladrões, ou feras  
avesadas/ A vexar estes sítios, mas aquelas/ Que com seus versos  
e peçonhas turvam/ Os humanos espíritos – Não posso/ Dar cabo  
delas, ou fazer que deixem/ Daqui vir recolher mirrados ossos/ E  
maléficas plantas, mal que a lua Vaga descobre a sua argêntea

face./ Eu mesmo vi Canídia – solta a grenha,/ Nus os pés,  
sobraçada a negra toga,/ Com a velha Sagana errar uivando:/  
Dava-lhe a palidez hediondo aspecto (HORÁCIO, sátira I.VIII:  
24-36).<sup>8</sup>

Tais versos mostram não apenas a preocupação de Priapo em não poder expulsá-las ou eliminá-las, mas também características semelhantes com a representação da prática de magia presente no épodo V. O adentrar das feiticeiras é feito durante a noite e, de acordo com a narrativa de Priapo, seus objetivos eram recolher ossos e plantas para a execução de um ritual mágico. O uivar da maga demonstra novamente uma referência a deusa Hécate, que mais adiante no poema, junto de Tisífone, é invocada pelas bruxas.

Por Hécate uma brada; a outra invoca/ A feroz Tisífone: do  
Averno/ As cadelas, e horríficas serpentes/ Viras então vagar:  
vermelha a lua,/ por tal não ver, c'os túmulos se esconde./ Se  
nisto minto, grasnadores corvos/ Me inficionem co'o branco  
esterco a face;/ E venha Júlio, com o ladrão Vorano,/ E o mulheril  
pediáco emporcalhar-me,/ Com as urinas e fétidos excremento!  
(HORÁCIO, sátira I.VIII: 48-57).

A evocação de Hécate traz as criaturas provindas do Averno, que de acordo com a mitologia romana, era uma entrada para o submundo. A execução do ritual mágico altera a coloração da lua, representando um ataque por parte das feiticeiras ao que seria normal e natural, demonstrando a força opositora que a prática de magia exercia contra à estabilidade da *urbs* e da *religio*. A invocação da Fúria Tisífone<sup>9</sup> dá a entender que o feitiço executado por Canídia e Sagana pode ter cunho vingativo.

O ritual exercido pelas feiticeiras envolve de alguma forma o contato com o espírito dos mortos.

Entram a esgravatar o chão coas unhas;/ Rasgam c'os dentes  
negra cordeirinha;/ Derramam sobre a cova o quente sangue, /  
Para que ali os Manes atraídos,/ Aos nefandos conjuros lhes  
respondam. (HORÁCIO, sátira I.VIII: 37- 41).

<sup>8</sup> Todas as citações da sátira I.VIII de Horácio contidas no presente trabalho foram traduzidas do original em latim por António Luís Seabra.

<sup>9</sup> As fúrias são as vingadoras dos mortais. Na mitologia grega, as fúrias são conhecidas como Erínas.

Especificamente nesse trecho, o caráter e vil das bruxas é enfatizado. Elas sacrificam uma coelha, a matando com os dentes, para utilizar seu sangue no ritual mágico com o objetivo de atrair os espíritos. Com isso, Horácio exalta nas praticantes de magia um certo caráter animalesco. Priapo, após presenciar a vinda de criaturas nefastas que responderam a invocação de Hécate, se vinga das feiticeiras e as expulsa do antigo cemitério.

Não sem vingança, os brados e feitiços/ Daquelas bruxas: pois que, abrindo as nalgas,/ O tronco me estalou, bem como estala/ Disparada bexiga. Ei-las em fuga/ Para a cidade; e não sem grande riso/ E grande zombaria, cair viras/ Os dentes a Canídia, e à vil Sagana/ A levantada cabeleira, as ervas,/ E dos braços os vínculos do encanto. (HORÁCIO, sátira I.VIII: 65-73).

O fator cômico é perceptível nesse trecho. Priapo debocha das feiticeiras, que são ridicularizadas nos versos de Horácio. Os dentes de Canídia caem, assim como os cabelos de Sagana, representando a fraqueza das feiticeiras e a falha na execução do ritual.

A expulsão das bruxas por Priapo demonstra a intenção do poeta em representar a força da *religio* romana no período de revolução das mentalidades e o caráter ridículo e fragilizado da *superstitio* perante o *mos maiorum*. O poeta Horácio constrói uma narrativa que demonstra a derrota da magia perante a religião normatizada e a prevalência da *religio* no contexto de reestruturação da sociedade romana. Ao partirmos de uma abordagem que considere o conceito de magia exposto anteriormente, iremos perceber a forma com o qual a figura da feiticeira é construída por Horácio e como ela combate a *religio*.

A caracterização de Canídia, por exemplo, é feita sempre representando uma oposição a religião normatizada. A utilização de ervas envenenadas, a crueldade exercida durante os rituais, a evocação de forças do submundo, a tentativa de executar um feitiço em um terreno que antes fora um cemitério e a tentativa de amarrar amorosamente um indivíduo por meio da magia são alguns dos elementos que entram em conflito com a *religio* romana. Horácio enfatiza tais aspectos em Canídia e nas outras feiticeiras justamente para mostrar a negatividade que envolve a *superstitio* e, posteriormente, como a força dessa negatividade é derrotada pela *religio* representada por Priapo na sátira I.VIII.

## Referências

BEARD, Mary; NORTH, John; PRICE, Simon. **Religions of Rome: A history**. Vol. 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BELTRÃO, Cláudia. *Fortuna, virtus e a sujeição do feminino em Horácio*. **Phoênix 14**, Rio de Janeiro, 2008, pp. 130-146.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Roma: vida pública e vida privada**. São Paulo: Atual, 1993.

GRIMAL, Pierre. **O século de Augusto**. Lisboa: Edições 70, 2008.

HORÁCIO. **Obras completas**. Tradução de Elpino Duriense, José Agostinho de Macedo, Antonio Luís de Seabra e Francisco Antonio Picot. São Paulo: Edições Cultura, 1941.

\_\_\_\_\_. **Sátiras**. Tradução de Antonio Luís de Seabra. São Paulo: EDIPRO, 2011.



## **A Inconfidência Mineira no Museu Histórico Nacional: a pintura de “Tiradentes” (1949), da artista Regina Veiga (1890-1968)**

Paulo Roberto Franco Ferreira<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo resulta do estudo da obra *Tiradentes*, de 1949, da artista Regina Veiga (1890-1968). O óleo faz parte do acervo do Museu Histórico Nacional e compõe o atual circuito expositivo. A pintura evidencia a representação de um Tiradentes mítico e heroico, momentos antes da aplicação da sentença de morte. A partir desse artigo questões relevantes precisaram ser respondidas: como o tema é tratado no Museu Histórico Nacional?; Qual diálogo da pintura com a iconografia de Tiradentes neste circuito expositivo?; e Porque a pintora decidiu representar Tiradentes em 1949?

**Palavras-chave:** Tiradentes; Regina Veiga; Museu Histórico Nacional; pintura brasileira.

*Abstract: This article results from the study of the painting Tiradentes, 1949, by artist Regina Veiga (1890-1968). The oil is part of the collection of the National Historical Museum and composes the current exhibition circuit. The painting evidences the representation of a mythical and heroic Tiradentes moments before the application of the sentence of death. From this article relevant questions had to be answered: how is the theme treated in the National History Museum?; What dialogue of the painting with the iconography of Tiradentes in this exhibition circuit?; and Why did the painter decide to represent Tiradentes in 1949?*

**Keywords:** *Tiradentes; Regina Veiga; National Historical Museum; Brazilian painting.*

### **Introdução:**

Dentre as pinturas do Museu Histórico Nacional (MHN) do Rio de Janeiro ligadas ao mártir mineiro, a obra *Tiradentes* (1949), da artista Regina Veiga, aparentemente essa pintura não possui pesquisas acadêmicas reconhecidas pelo museu, o que reforça a

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de História, (desde 2015), da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail para contato: <paulo.r.18@hotmail.com>.

importância dessa investigação. Desse modo, destaco o valor dessa pesquisa para esse museu. O MHN é uma instituição que está localizada na Fortaleza de Santiago, no estado do Rio de Janeiro. Criado em 1922, reúne hoje um acervo com cerca de 258 mil itens. No ano de 1932, Gustavo Barroso criou o primeiro curso de museus do país. Atualmente, a exposição de longa duração apresenta uma História do Brasil desde seus primórdios, passando pela herança da cultura indígena, pelo descobrimento do Brasil, até chegar na exposição de objetos contemporâneos. Abriga, também, exposições temporárias, nacionais e estrangeiras.<sup>2</sup> Assim, os estudos relacionados ao acervo, do MHN, contribuem contribuirão para a compreensão do processo de construção e seleção da memória realizado por meio a partir da variedade de peças em exposição na última de suas salas.

A metodologia utilizada para observação e descrição da pintura *Tiradentes*, de Regina Veiga, e das pinturas comparadas está envolvida com a “análise iconográfica”. Tal ideia é utilizada em estudos do doutor e professor Jorge Coli, da UNICAMP. Bem como pelo Laboratório de História da Arte, da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que possui como responsáveis os doutores/professores Maraliz Christo e Martinho Júnior. Desse modo, se fará um embate direto e livre com a pintura, dirigindo-se a atenção para a História da Arte.

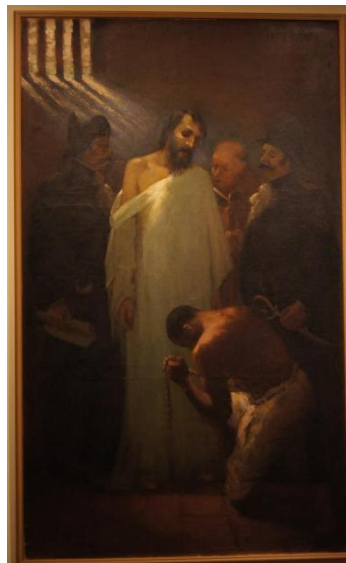
Por conseguinte, no início das pesquisas, me foi orientado a leitura de três livros importantes, criando possibilidades para ampliação dos estudos acerca de outros textos que se ligam ao tema. Em primeiro lugar, o livro da Maria Alice Milliet, *Tiradentes: o corpo do herói* (2001), aborda uma ampla análise de pinturas históricas ligadas ao mito de Tiradentes, bem como a análise de textos literários. Já o livro *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil* (2004), do autor José Murilo de Carvalho, é um livro que aborda a formação do imaginário brasileiro no período da República, a partir da ideologia ligada ao jacobinismo da Revolução Francesa, ao liberalismo Norte-Americano e ao positivismo de Auguste Comte. Tal texto possui a análise de diversos quadros e objetos importantes, que me ajudaram a pensar na iconografia do mito Tiradentes. Além disso, a tese de doutoramento da professora Maraliz Christo, *Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e ‘Tiradentes Esquartejado’* (2005), aponta a análise de pinturas nacionais e internacionais, relacionadas a iconografia do Tiradentes, bem como a metodologia de análise de pintura aplicada no Laboratório de História da Arte, da UFJF.

---

<sup>2</sup>Mais informações no site do Museu Histórico Nacional: <<http://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>>. Acesso em 17 de nov. de 2018.

## Representações do mártir mineiro no Museu Histórico Nacional:

O quadro intitulado *Tiradentes*, datado em 1949, é um óleo sobre tela que possui dimensões iguais a 1,85 x 1,35 m [fig. 1], da artista Regina Veiga (1890-1968). Assim, ao ter contato direto com a obra, pude observar o posicionamento e os elementos que caracterizam os personagens representados na cena transmitida pela artista. Tiradentes está no centro da obra. Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), aparece representado com vestes brancas, barbas e cabelos grandes, semelhante ao Cristo. O carrasco está ajoelhado aos seus pés. Jerônimo Capitania segura a corda do enforcamento em sua mão. Os guardas estão posicionados do lado direito e esquerdo de Tiradentes. Um está com a folha da sentença e outro com uma espada. O padre está numa posição posterior ao mártir mineiro, segurando uma Bíblia em suas mãos. Num contexto geral, podemos dizer que está representado na obra a cena da manhã de 21 de abril, de 1792. Desse jeito, Joaquim se prepara para cumprir a sentença de morte e ao mesmo tempo há o pedido de perdão do carrasco Jerônimo.



[Fig. 1] Regina Veiga. *Tiradentes*, datado em 1949. Óleo sobre tela, 1,85 x 1,35 m. MNH. Imagem fotografada em 2017, disponível em arquivo pessoal.

Historicamente, Tiradentes é reconhecido como um dos líderes da Inconfidência ou Conjuração Mineira, ocorrida no ano de 1789. Nesse período, uma tentativa de revolta teria acontecido na capitania de Minas Gerais, em pleno ciclo do ouro, contra o domínio português e a execução da derrama. Esse movimento social possuía o intuito de libertação e envolveu um grupo com representantes da elite mineira e de intelectuais, bem como o

alferes Joaquim José da Silva Xavier, que mais tarde seria apelidado como Tiradentes. De acordo com Maria Alice Milliet, doutora em História da Arte pela Universidade de São Paulo (USP), o herói foi condenado injustamente, perante um governo monárquico instável.<sup>3</sup>

Aliás, a pintura de Regina Veiga destaca a representação de um Tiradentes mítico e heroico, disposto na cena anterior à aplicação sentença de sua morte. Assim, uma outra questão que chama a atenção é o diálogo da obra com a iconografia de Tiradentes. Segundo a autora Maria Alice Milliet: “A morte exemplar permeia toda a iconografia do Tiradentes. A imagem, tal como foi veiculada pelas artes, oferece um vasto campo de investigação que não se esgota no período abordado, mas se estende até a atualidade”.<sup>4</sup>

Paulo Knauss, o diretor do MHN, aponta as suas escolhas e decisões sobre a montagem na exposição dessas peças, denotando a importância desse personagem para o museu. Segundo ele, numa entrevista concedida em 18 de junho do ano de 2018 (em função de uma visita na UFJF para a palestra *O retrato de esquecido de D. João VI*, organizada pelo Laboratório de História da Arte), havia poucos recursos para montar a sala, mas ideia inicial era criar expor diferentes heróis através de seus respectivos hologramas. Mas com pouco recurso financeiro, a ideia ficou no papel. Assim, a solução foi expor as peças ligadas a representação de Tiradentes, se problematizando a questão do herói, fazendo-se uma releitura desta questão.

Assim, na última sala que compõe o trajeto expositivo do museu, o diretor trata de expor os objetos relativos à figura de Tiradentes. Em primeiro lugar, o que se destaca numa das paredes é o texto com o título *Seja marginal seja herói*, frase que pertence ao famoso pintor Hélio Oiticica (1937-1980). Além disso, a cor negra das paredes e a iluminação dão um ar de dramatização às obras ali expostas, dos artistas Pedro Bruno (1888-1949), Leopoldino de Faria (1836-1911), Eduardo de Sá (1866-1940), Aurélio de Figueiredo (1856-1916), Décio Villares (1851-19310) e José Wasth Rodrigues (1891-1957). A seguir segue uma descrição dessas obras, organizadas pela aproximação à representação, da imagem do mártir mineiro, com a pintura *Tiradentes* (de 1949), da artista Regina Veiga.

Inicialmente, abordo a pintura de Pedro Bruno, denominada de *O precursor*, sem datação [fig. 2]. O artista representa Tiradentes numa posição de suplício, com o olhar

<sup>3</sup>MILLIET, Maria Alice. Tiradentes: O corpo do herói. Editora Martins Fontes: 2001. p. 11.

<sup>4</sup>Op. cit., p. 255.

elevado, como se estivesse prevendo um acontecimento importante para as gerações futuras, o cumprimento de sua sentença. À direita, o carrasco também lamenta o ocorrido. A frente do mártir está um padre encapuzado e agachado, com um crucifixo numa das mãos. Com a outra mão, aponta para o Cristo em seu crucifixo, dando ênfase ao caráter divino de Tiradentes.



[Fig. 2] Pedro Bruno (1888-1949). *O precursor*, s/ data, óleo sobre tela. MHN, RJ. Imagem fotografada em 2017, disponível em arquivo pessoal.

Em segundo lugar, aborda-se o pequeno estudo de Leopoldino de Faria para o quadro *Resposta de Tiradentes à comutação da pena de morte* [fig. 3]. Na pintura está representada a figura de Tiradentes ao centro, ladeado por dois grupos de pessoas: à direita os personagens da Inconfidência; à esquerda o embargador, os réus e os padres franciscanos. Com o braço esticado e palma da mão aberta, denota um forte gesto acerca da sentença preconcebida pela monarquia.



[Fig. 3]: Leopoldino de Faria (1836-1911). Estudo para *Resposta de Tiradentes à comutação da pena de morte*, s/ data. Óleo sobre tela, 47 x 62,3 cm. MHN, RJ. Imagem fotografada em 2017, disponível em arquivo pessoal.

*Leitura da sentença dos inconfidentes*, do artista Eduardo de Sá (1866-1940) é outra tela que pertence ao MHN [fig. 4]. Na obra, Tiradentes está no centro, dividindo a atenção das pessoas que se encontram no mesmo recinto. Entre estes estão religiosos e réus, bem como o embargador que segura o documento da sentença. Tiradentes possui um gesto de afeto e consolação, direcionado aos seus companheiros.



[Fig. 4]: Eduardo de Sá (1866-1940). *Leitura da sentença dos inconfidentes*, s/ data, óleo sobre tela. MHN, RJ. Imagem fotografada em 2017, disponível em arquivo pessoal.

Também está exposto o óleo sobre tela *Martírio de Tiradentes*, de 1893, do pintor Aurélio de Figueiredo [fig. 5]. Na obra, Tiradentes é representado na hora de sua morte, com a corda no pescoço. Desse modo, o mártir se encontra parado diante o cadafalso. À esquerda de seus pés, o padre está agachado, com as duas mãos erguidas. Na outra mão segura um crucifixo. À direita, também ajoelhado, o carrasco está com uma das mãos no rosto, lamentando a morte de Tiradentes.

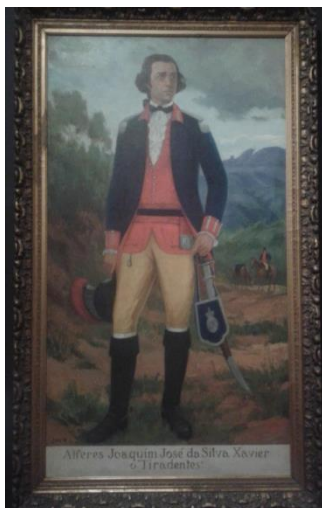


[Fig. 5]: Aurélio de Figueiredo (1854-1916). *Martírio de Tiradentes*, 1893. Óleo sobre tela, 57 x 45 cm. MHN, RJ. Imagem fotografada em 2017, disponível em arquivo pessoal.

A tela *Tiradentes*, do pintor Décio Villares [fig. 6], não possui data e apresenta um busto com a corda do enforcamento, ornamentos da vitória, vestes brancas, cabelos e a barba compridos. Tais características físicas enfatizam a semelhança com as representações de Cristo, além de um olhar que mira o horizonte. Podemos observar, também, um gesso com o busto de Tiradentes, do mesmo pintor, sem datação [fig. 7]. O gesso está num suporte de chão, de cor negra, apresentando um personagem que ganha em energia.

<p>[Fig. 6]: Décio Villares (1851-1931). <i>Tiradentes</i>, s/d, 22 x 18 cm. MHN, RJ. Imagem fotografada em 2017, disponível em arquivo pessoal.</p>	<p>[Fig. 7]: Décio Villares (1851-1931). <i>Tiradentes</i>, gesso, s/ d, 66 x 54 cm. MHN, RJ. Imagem fotografada em 2017, disponível em arquivo pessoal.</p>

No início da sala, há uma tela retratando esse personagem, intitulada *Alferes Joaquim José da Silva Xavier*, o Tiradentes datada em 1940, do artista José Wash Rodrigues [fig. 8]. O artista representou a imagem de um Tiradentes com uniforme de alferes, um oficial abaixo de tenente, apontando, assim, uma visão diferenciada do herói.



[Fig. 8]: José Wasth Rodrigues (1891-1957). *Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes*; de 1940. Óleo sobre tela, 196 x 98 cm. MHN, RJ. Imagem fotografada em 2017, disponível em arquivo pessoal.

Portanto, observa-se que, as pinturas históricas expostas nessa sala procuram abordar o momento mais importante do personagem Tiradentes antes ou durante a Inconfidência Mineira, bem como apresentar um caráter espiritual ou que ganha em energia. Desse jeito, a pintura de Tiradentes, da artista Regina Veiga, procura expor elementos de uma representação já bem conhecida, enraizada pelo imaginário da população brasileira. Constata-se que a questão da nação brasileira sugere a construção desse personagem, sendo que, desse modo, compreende-se uma apropriação de uma imagem, principalmente, martirizada.

### **Regina Veiga na iconografia de Tiradentes dos séculos XIX e XX:**

A decisão da artista em representar o mártir mineiro nessa data se tornou uma questão relevante. Desse modo, se faz necessário analisar hipóteses possíveis que levaram Regina Veiga a representar desse jeito o seu quadro *Tiradentes*, em 1949.

No documento de doação do quadro ao MHN, assinalado pelos herdeiros de Regina Veiga, apresenta-se dados sobre a chegada da obra ao museu, bem como uma pequena biografia da artista. Segundo o documento, a pintora foi bastante conhecida: seu nome consta no Dicionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IGHB) e de várias outras publicações importantes, como na relação organizada pelo historiador Theodoro de Braga (1872-1953). Além disso, aponta-se que artista foi discípula de Rodolfo Amoedo e possui formação estrangeira, aprendendo desenho na Alemanha e participando da Academia Julièn, na França:



Acreditamos que o nome de Regina Veiga seja bastante conhecido. Seu nome consta do Dicionário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro de 1922, pág. 1620, e de várias outras publicações conforme relação organizada por Theodoro Braga, em *Artistas Pintores do Brasil*, publicada em 1942. Regina Veiga era natural do Estado do Rio. Foi discípula de Amoedo no Brasil. Estudou desenho na Alemanha. Na França estudou na Academia Julièn e com o prof. O.D.V. Guillonnet. Fez diversas exposições no Brasil e uma de suas telas “A escadaria do Convento Santo Antônio” foi exposta em Paris no “Salon des Artistes Français”.<sup>5</sup>

De um modo geral, podemos destacar que Regina Veiga começou sua prática no Brasil, em 1906. Em 1911, aprofundou seus estudos na Europa com Heimmanhn, de Munich, e Gutin, de Paris, retornando ao Brasil em 1914. Regina Veiga participou das EGBA e conquistou vários prêmios, a saber: em 1906 (menção honrosa de 2º grau); em 1907 (menção honrosa de 1º grau); em 1914 (medalha de bronze); em 1917 (pequena medalha de prata); e em 1918 (grande medalha de prata). A artista também expôs coletiva e individualmente em outros espaços. Na Galeria Jorge apresentou-se algumas vezes: em 1916, com Maria Pardos; em 1918, com vários pintores nacionais; em 1925, individualmente. Em 1934, expôs no Hotel Palace e, em 1943, organizou a Exposição Regina Veiga. Já em 1949, desenvolveu exposição individual, participando também da exposição *Um século de pintura brasileira*, em 1950. Por fim, a artista veio a falecer no ano de 1968.

Carlos Rubens, em seu livro *Pequena História das Artes Plásticas no Brasil*<sup>6</sup>, de 1941, aponta a artista como famosa pelas pinturas de nu. As obras *Fertilidade*, datada em 1918, exposta na Pinacoteca do Estado de São Paulo; e *Nu*, datada em 1917, de coleção particular, são exemplos de pinturas de nu importantes realizadas no início de sua carreira e expostas nos *salons* de belas artes.

No período entre os séculos XIX e XX, Regina Veiga é apontada como uma das artistas que compõem um conjunto de nomes femininos. Segundo Ana Paula Cavalcanti Simioni, nesse período as artistas femininas permaneceram invisíveis:

As pintoras e escultoras atuantes ao longo do século XIX e início do século XX permanecem ainda praticamente desconhecidas; suas obras raramente expostas. A despeito de tal invisibilidade, houve sim muitas

<sup>5</sup>ACERVO ONLINE DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. Apresentação/Processos de Entrada de Acervo, 1969, Proc. n° 07/69. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibvirtmhn&pagfis=38965>>. Acesso em: 17 de nov. de 2018.

<sup>6</sup>RUBENS, Carlos. *Pequena História da Artes Plásticas no Brasil*. São Paulo: 1941, p. 240.

mulheres que participaram ativamente dos meios artísticos nacionais ao longo desse período. (Ana Paula Cavalcanti Simioni, 2015, p. 91)

Assim, acerca de uma aproximação com a iconografia de Tiradentes na pintura do século XIX e XX, podemos apontar algumas obras que se assemelham e outras que se afastam da representação de Regina Veiga. Desse modo, a tela se aproxima de outras representações, a partir da cena destacada, como na obra do artista Rafael Falco (1885-1967). Bem como se distancia das representações dos artistas Pedro Américo (1843-1905) e Cândido Portinari (1903-1962), que apresentam um herói em pedaços.

Antes, é importante abordar que segundo a pesquisa de José Murilo de Carvalho, no livro *A formação das almas*, a ideia do mito relacionado à representação de Tiradentes surge no período do Brasil República (que teve início com o golpe militar de 1889). De acordo com ele, a utilização do mito foi uma das maneiras de legitimar esse regime político.<sup>7</sup> Mesmo com seu ideal libertador, com o qual todos se identificavam, desde o período do Brasil República, a figura de Tiradentes também apresenta a marca das diversas interpretações de sua memória, surgidas até na contemporaneidade. Desse modo, a imagem de mártir mineiro se tornou uma construção com ambiguidades. A seguir, aponta-se uma descrição dessas obras, ligadas a iconografia do mártir mineiro.

Na pintura *Tiradentes diante o carrasco*, de Rafael Falco [fig. 9], é representado a figura de Tiradentes se apresentando ao carrasco, para cumprir sua execução. O carrasco segura um camisolão branco e a corda do enforcamento. Também, observa-se as figuras de dois padres, dois oficiais e diversos militares ao redor do mártir, que está no recinto. A tela foi exposta no Décimo Sexto (XVI) Salão Paulista de Belas Artes, de 1951, e no Palácio Tiradentes (antiga sede da Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro), em 1959. Hoje, se encontra no Museu da Câmara dos Deputados, em Brasília. Além disso, a obra já foi reproduzida, pelo Tesouro Nacional, na cédula de cinco mil cruzeiros, de 1964 até 1974.

---

<sup>7</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.



[Fig. 9]: Rafael Falco (1885-1967). *Tiradentes diante o carrasco*, datada em 1951. Óleo sobre tela, 128 x 182 cm. Acervo da Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/acamara/visiteacamara/cultura-na-camara/museu/acervo/obras-de-arte/rafael-falco>>. Acesso em: 13 de outubro de 2018.

Na mesma data da pintura de Regina Veiga, mas com uma representação que se afasta da pintura da artista, podemos apontar o painel *Tiradentes*, do pintor Cândido Portinari [fig. 10]. Nas três telas horizontais é representado seis momentos da Conjuração Mineira. O ponto em evidência se trata do poste com a cabeça de Tiradentes, no canto direito do quadro, bem como duas mulheres que ali estão ajoelhadas, em forma de reverência e tristeza pela morte do condenado. Assim, essa pintura foi concluída em 1948-49, sendo que atualmente se encontra no Memorial da América Latina, em São Paulo. Vale a pena ressaltar que o quadro foi uma encomenda para decorar o saguão do Colégio Cataguases (propriedade de Francisco Peixoto e projetado por Oscar Niemeyer), em Minas Gerais. Podemos lembrar, também que, a data de 1949 demarca uma década após os 150 anos do acontecimento da Inconfidência Mineira, ocorrida em Vila Rica (1789).



[Fig. 10]: Cândido Portinari. *Tiradentes*, datado em 1948-49. Painel a têmpera, 309 x 1767 cm. Fundação Memorial da América Latina, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/#/acervo/obra/3195/detalhes>>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

*Tiradentes Esquartejado*, obra do artista Pedro Américo [fig. 11], também apresenta o personagem num momento de seu esquartejamento. Inicialmente, feita para compor um conjunto de quadros que retrataria a tragédia da Conjuração Mineira, mas tal conjunto não seria terminado. Ao analisar a pintura, Maraliz Christo aponta a rejeição pelo público, por retratar um morto aos pedaços, representação contraditória às principais telas sobre Tiradentes. Datado em 1893, a obra de Pedro Américo apresenta elementos

ambíguos, mas que servem para enriquecer a interpretação sobre o mito. Na pintura é representado alguns símbolos reforçadores da religiosidade, como sua cabeça similar a aparência de Jesus Cristo e o crucifixo próximo. Além disso, seu corpo esquartejado faz clara alusão à morte violenta do herói.



[Fig. 11]: Pedro Américo (1843-1905). *Tiradentes Esquartejado* ou *Tiradentes Supliciado*, datado em 1893, 270 x 165 cm. Museu Mariano Procópio, MG. Disponível em: <<http://mapro.inwebonline.net/ficha.aspx?t=o&id=10917#ad-image-0>>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

Conclui-se que Regina Veiga foi uma pintora influente no período em que viveu. Assim, ela compôs o grupo de mulheres participantes das Exposições Gerais de Belas Artes (EGBA), no final do século XIX e início do século XX. Desse modo, sua decisão por pintar o quadro *Tiradentes*, em 1949, se aproxima de representações que apontam a cena de Tiradentes antes de sua pena de morte, como na obra de Rafael Falco, datada em 1951. Mas se distancia de representações em que o Joaquim Xavier da Silva aparece em pedaços, depois da aplicação de sua sentença, ou seja, em pinturas como de Pedro Américo, em 1893, e de Cândido Portinari, em 1949. Desse jeito, observa-se que a iconografia de Tiradentes, construída pela pintura brasileira ao longo do século XIX e XX, se apresenta, principalmente, com um caráter ambíguo ao representar diferentes imagens do mártir mineiro.

### **Referências:**

BALLAROTTI, Carlos Roberto. A Construção do mito de Tiradentes: de mártir republicano a

herói cívico na atualidade. **In: Revista Antíteses**, vol. 2, n. 3, jan.-jun. de 2009, p. 201-225. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/1946>>. Acesso em: 9 de jun, de 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/>>. Acesso em: 12 de out. de 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004.

CHRISTO, Maraliz de Castro. **Pintura, história e heróis no século XIX: Pedro Américo e ‘Tiradentes Esquartejado’**. Unicamp: Campinas, 2005.

CHRISTO, Maraliz de C. V. A pintura de história no Brasil no século XIX: panorama introdutório. In: Dossiê “Los relatos icônicos de la nación”, **revista Arbor do Consejo Superior de Investigaciones Científicas**, da Espanha, 2009.

COLI, Jorge. **Como estudar a arte brasileira no século XIX?** São Paulo: SENAC, 2005.  
 \_\_\_\_\_. **O Corpo da Liberdade**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.  
 \_\_\_\_\_. **O que é arte?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FUNDAÇÃO MUSEU MARIANO PROCÓPIO. **Acervo Online**. Disponível em: <<http://mapro.inwebonline.net/>>. Acesso em: 13 de out. de 2018.

GOMBRICH, Ernst Hans. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado e LOPES, Regis (org). **Futuro do pretérito; história dos museus na escrita da história**. Editora ARGOS Coleção História e Patrimônio, 2009.

LIMA JR., Augusto de. **‘Tiradentes’, em Pequena História da Inconfidência Mineira**. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1955.

LIMA JR., Augusto de. **História da Inconfidência de Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1968.

MAXWELL, Kenneth. **O livro de Tiradentes: Transmissão Atlântica de Ideias Políticas no Século XVIII**. Editora Companhia das Letras: São Paulo, 2013, 1ª edição.

MEIRELLES, Cecília. **Romanceiro da Inconfidência**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1983.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: O corpo do herói**. Editora Martins Fontes: 2001.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://mhn.museus.gov.br/>>. Acesso em 13 de out. de 2018.

PEREIRA, Sônia Gomes. **A arte brasileira no século XIX**. Belo Horizonte: C/ arte, 2008.

PROJETO PORTINARI. **Página Principal**. Disponível em: <<http://www.portinari.org.br/>>. Acesso em 13 de out. 2018.

RUBENS, Carlos. **Pequena História da Artes Plásticas no Brasil**. São Paulo: 1941.

SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. Mulheres Invisíveis. **In: Mulheres artistas – as pioneiras (1880-1930)**. Dir.:Tadeu Chiarelli. Pinacoteca do Estado de São Paulo: São Paulo, 2015.

SITE DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Página Inicial**. Disponível em: <<http://mhn.museus.gov.br/>>. Acesso em: 7 de maio de 2018.

SITE DO PORTAL da Câmara dos Deputados. **Rafael Falco**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/visiteacamara/cultura-na-camara/museu/acervo/obras-de-arte/rafael-falco>>. Acesso em: 24 de jun. de 2018.

SOUTHEY, Robert. **História do Brasil**. Trad. de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro. 3.ed. São Paulo: Obelisco, 1965.

### **Fontes primárias:**

ACERVO ONLINE DO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. **Apresentação/Processos de Entrada de Acervo, 1969, Proc. n° 07/69**. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibvirtmhn&pagfis=38965>>. Acesso em: 17 de nov. de 2018.

## NOTAS PRÉVIAS SOBRE A PRESENÇA DE MARIA LACERDA DE MOURA EM JUIZ DE FORA (OUTUBRO, 1920)

Júlia Machado de Souza Freitas<sup>1</sup>

Nicole Vieira Abreu Ornellas<sup>2</sup>

Luís Eduardo de Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** No presente trabalho, apresentamos as notas prévias que elaboramos sobre as repercussões políticas e sociais da passagem da educadora libertária e militante feminista Maria Lacerda de Moura (1887-1945) por Juiz de Fora em outubro de 1920. As fontes primárias para tal estudos são notícias sobre esse evento publicadas então pelos jornais *O Proletário* e *O Lynce*, em especial. Nosso objetivo é identificar e compreender em que contexto o papel da mulher operária na sociedade começou a ser discutido de modo mais aberto e constante em Juiz de Fora. Nesse sentido, a análise em curso das fontes pesquisadas aponta para a hipótese de que essa conferência da mencionada militante libertária e feminista contribuiu de modo significativo para dar visibilidade às reivindicações específicas das mulheres trabalhadoras locais, que formavam então a principal força de trabalho da indústria têxtil juizforana.

**Palavras-chaves:** Juiz de Fora - Maria Lacerda de Moura - Mulher operária

## PRELIMINARY NOTES ABOUT THE PRESENCE OF MARIA LACERDA DE MOURA IN JUIZ DE FORA (OCTOBER, 1920)

**Abstract:** In the present work, we present the previous notes elaborated about the political and social repercussions of the passage of the libertarian educator and feminist activist Maria Lacerda de Moura (1887-1945) by Juiz de Fora in October 1920. The primary sources for this research are news published about this event in the newspapers *O Proletário*, *O Dia* and *O Lynce*. Our objective is to identify and understand in which context the role of proletarian women in society began to be discussed in a more open and constant way in Juiz de Fora. In this sense, the current analysis of the sources researched points to the hypothesis that this conference of the aforementioned libertarian and feminist militant contributed significantly giving visibility to specific demands of the local proletarian women, who were then the main labor force of the Juiz de Fora textile industry.

---

<sup>1</sup> Graduanda de História na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, juliamachado2711@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda de Direito na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, nicole.abreuorn@hotmail.com

<sup>3</sup> Doutor em História social e Professor do Núcleo de História do IF Sudeste MG / Campus Juiz de Fora, luiseduardo.oliveira@ifsudestemg.edu.br

**Keywords:** Juiz de Fora - Maria Lacerda de Moura – Proletarian woman

### **Notas prévias**

Nas notas prévias que aqui apresentamos procuramos discutir as repercussões políticas e sociais da passagem da educadora libertária e militante feminista Maria Lacerda de Moura por Juiz de Fora em outubro de 1920. Nesta época, a exemplo do que ocorria nacionalmente, o setor industrial juizforano experimentava uma ampla expansão e diversificação de suas atividades, com o emprego de um grande contingente de operários, muitos deles imigrantes europeus, sobretudo de origem italiana. Cabe destacar que no mais importante ramo da indústria local, o têxtil, as mulheres representavam a principal mão de obra empregada. Em termos organizativos, o operariado tinha, então, como sua principal entidade de classe a Federação Operária Mineira (FOM), fundada no decurso da greve geral ocorrida na cidade em janeiro daquele ano, greve esta, deflagrada em função do quadro de miséria e exclusão que os trabalhadores se encontravam há tempos inseridos.

No entanto, em Juiz de Fora, mesmo nos primeiros meses após a greve de 1920, as mulheres tinham um papel muito reduzido no campo associativo, ao que tudo indica, em função da presença quase exclusiva de homens na condução das atividades cotidianas das associações proletárias locais. Nos interessa então, identificar e discutir em que contexto o papel da mulher operária na sociedade começou a ser discutido de modo mais aberto e constante nessa cidade.

Por meio da pesquisa e análise de artigos com a temática ‘a mulher operária’, publicados tanto n’*O Proletário*, órgão de divulgação da FOM, quanto nos jornais *O Dia* e *O Lynce*, dentre outros, estamos procurando compreender em que medida a vinda de Maria Lacerda de Moura contribuiu para despertar o interesse do operariado local pelas questões que envolviam os direitos das mulheres. Acreditamos, nesse sentido, que a difusão do conteúdo da conferência ministrada por ela, “Mulher brasileira e a questão trabalhista”, fez com que os artigos relacionados a essa temática se tornassem mais incisivos e mais próximos aos ideais defendidos pela renomada educadora libertária e militante feminista.

### **Dados biográficos de Maria Lacerda de Moura**



Maria Lacerda de Moura (Manhuaçu, 16 de maio de 1887 — Rio de Janeiro, 20 de março de 1945) foi uma professora, escritora, anarquista e feminista brasileira. Filha de pais espíritas e anticlericais, cresceu na cidade de Barbacena, no interior de Minas Gerais, onde se formou como professora pela Escola Normal Municipal de Barbacena. De acordo com Isabel Lousada e Ângela Laguardia:

É nesta cidade mineira, incrustada na Serra da Mantiqueira e sob a atmosfera de uma sociedade provinciana, onde o clero católico mantinha o controle sobre o ensino, as relações familiares e sociais, e onde a educação da mulher era restrita ao papel de esposa e mãe, que Maria Lacerda, filha de pai espírita, maçom e anticlerical convicto, inicia uma trajetória que, mais tarde, lhe vai conferir uma diversidade de papéis e definir uma personalidade forte e combativa, sempre em busca de novos desafios (LOUSADA e LAGUARDIA, 2013: 100).

A partir de 1912, Maria Lacerda de Moura a publicar crônicas em um jornal local e em 1918 publicou seu primeiro livro, *Em torno da educação*, constituído de crônicas e conferências que realizou em Barbacena sobre o tema. Isabel Lousada e Ângela Laguardia ressaltam que a publicação desse livro possibilitou a Maria Lacerda estabelecer contatos com jornalistas e escritores de Belo Horizonte, São Paulo, Santos e Rio de Janeiro. Nessa época, conheceu José Oiticica e teve contato com as ideias pedagógicas renovadoras da médica feminista Maria Montessori e dos pedagogos anarquistas Paul Robin, Sebastien Faure e Francisco Ferrer y Guardia. De acordo com aquelas pesquisadoras, Maria Lacerda de Moura:

Professora, autodidata e educadora convicta, acreditava na força revolucionária da educação e na missão de exercê-la. A sua demanda é iniciada baseando-se nesta crença, levando-a a procurar métodos inovadores de educação, tendo por isso mesmo, mais tarde, adotado a pedagogia libertária de Francisco Ferrer y Guardia (1859-1909) (LOUSADA e LAGUARDIA, 2013: 100).

O ano de 1921, aos 34 anos, Maria Lacerda de Moura mudou-se para São Paulo e passou a ter um maior contato com o associativismo feminino e com o movimento operário da época. Chegou a colaborar com a líder feminista Bertha Lutz e presidiu a Federação Internacional Feminina. Mas em 1922 rompeu com os movimentos associativos feministas, fundamentalmente preocupados com o sufrágio feminino, pois entendia que a luta pelo direito de voto respondia a uma parcela muito limitada das

necessidades das mulheres. Como explicam Maria Aparecida Schumacher e Érico Teixeira Vital Brazil:

[Maria Lacerda de Moura] afastou-se do movimento feminista quando passou a acreditar que a luta pelo direito ao voto significava apenas um avanço pontual na condição feminina e que beneficiaria principalmente as mulheres da elite, sem, contudo, abalar as estruturas patriarcais (SCHUMAHER e BRAZIL, 2001: 399-400).

Nos cinco anos seguintes, Maria Lacerda de Moura colaborou assiduamente com a imprensa operária e progressista de São Paulo, tendo lançado em 1923 a revista *Renascença*. Já entre 1928 e 1937, viveu em uma comunidade agrícola em Guararema, no interior de São Paulo, formada por anarquistas individualistas e desertores espanhóis, franceses e italianos da Primeira Guerra Mundial. Foi o período de sua vida em que mais produziu e atuou, colaborando semanalmente no jornal *O Combate* de São Paulo; pronunciou as conferências no Uruguai e na Argentina, a convite de instituições educacionais antifascistas; teve o encontro com Luiz Carlos Prestes, exilado em Buenos Aires; fez conferências pacifistas e desencadeou a campanha antifascista em São Paulo, Santos, Campinas e Sorocaba.

Como é possível perceber em um artigo publicado na revista espanhola *Estúdios* em 1931, Maria Lacerda foi uma oradora prestigiada não só em âmbito nacional, seu brilhantismo e seus ideais vanguardistas também encantaram e foram objeto de muito elogio nos demais lugares em que ela esteve. De acordo com Santiago Valenti Camp, autor de tal artigo:

Não existe no Brasil, pelo menos que saibamos, uma instituição docente ou uma entidade que tenha realizado um trabalho de tanto alcance na esfera psicológica e na ordem normativa que possa comparar-se à obra de Maria Lacerda de Moura [...] É indubitável que a produção filosófica e pedagógica devida à grande ideóloga, tem um extraordinário valor intelectual; porém, é desde o ponto de vista ético que sua personalidade destaca de modo superlativo. Mesmo nos países em que a literatura feminista logrou maior esplendor, escritoras do porte de Maria Lacerda não abundam (CAMP, 1931:11).

A comunidade de Guararema, entretanto, foi desarticulada com repressão política iniciada com a decretação do Estado Novo em 1937 e, no ano seguinte, Maria Lacerda de Moura mudou-se para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na Rádio Mayrink Veiga lendo horóscopos. Considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil, tratou em sua obra de temas como a condição feminina, amor livre, direito ao prazer

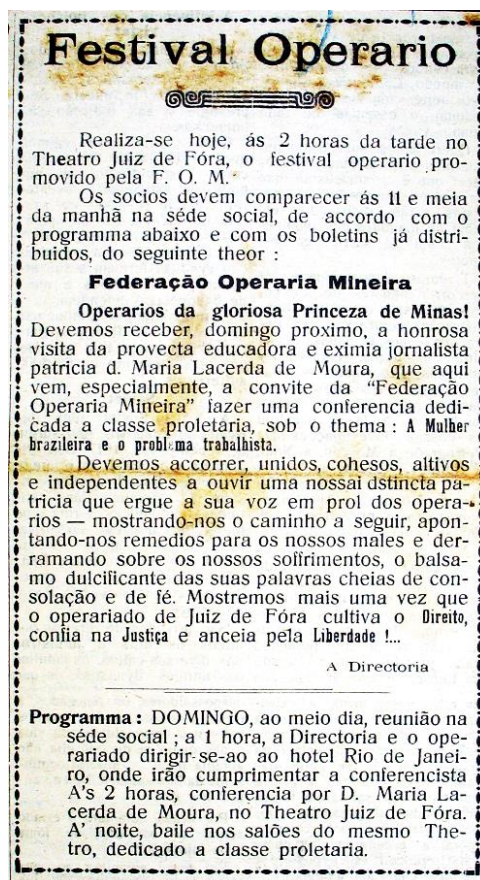
sexual, divórcio, maternidade consciente, prostituição, combate ao clericalismo, ao fascismo e ao militarismo, e estabeleceu uma articulação entre o problema da emancipação feminina e a luta pela emancipação do indivíduo no capitalismo industrial. Suas posições, bastante avançadas para a época, compartilham muitos aspectos similares às daquelas das feministas da década de 1970, considerada a década do feminismo radical.

### **A presença de Maria Lacerda de Moura em Juiz de Fora em outubro de 1920**

A palestra “A mulher brasileira e a questão trabalhista” foi ministrada por Maria Lacerda de Moura no dia 31 de outubro de 1920, às 14 horas de um domingo, no Theatro Juiz de Fora, localizado na Rua Espírito Santo, bem no centro da cidade. Tais elementos, e também o fato de a conferência ter sido lida e gratuita, nos permitem inferir a acessibilidade desse evento para a classe operária juizforana.

Em sua passagem por Juiz de Fora, Maria Lacerda foi extremamente reverenciada pela liderança do operariado local, tendo feito parte da programação do “Festival Operário” não só a conferência por ela proferida, como também uma recepção no hotel em que ela estava hospedada e, mais tarde, um baile dedicado à classe operária nos salões do Theatro Juiz de Fora, conforme demonstra a programação veiculada no jornal *O Proletário* no dia 31 de outubro de 1920. Também é possível observar no recorte abaixo o enaltecimento à figura de Maria Lacerda de Moura, descrita em sua “honrosa visita” à Juiz de Fora como “profecta educadora e eximia jornalista”.

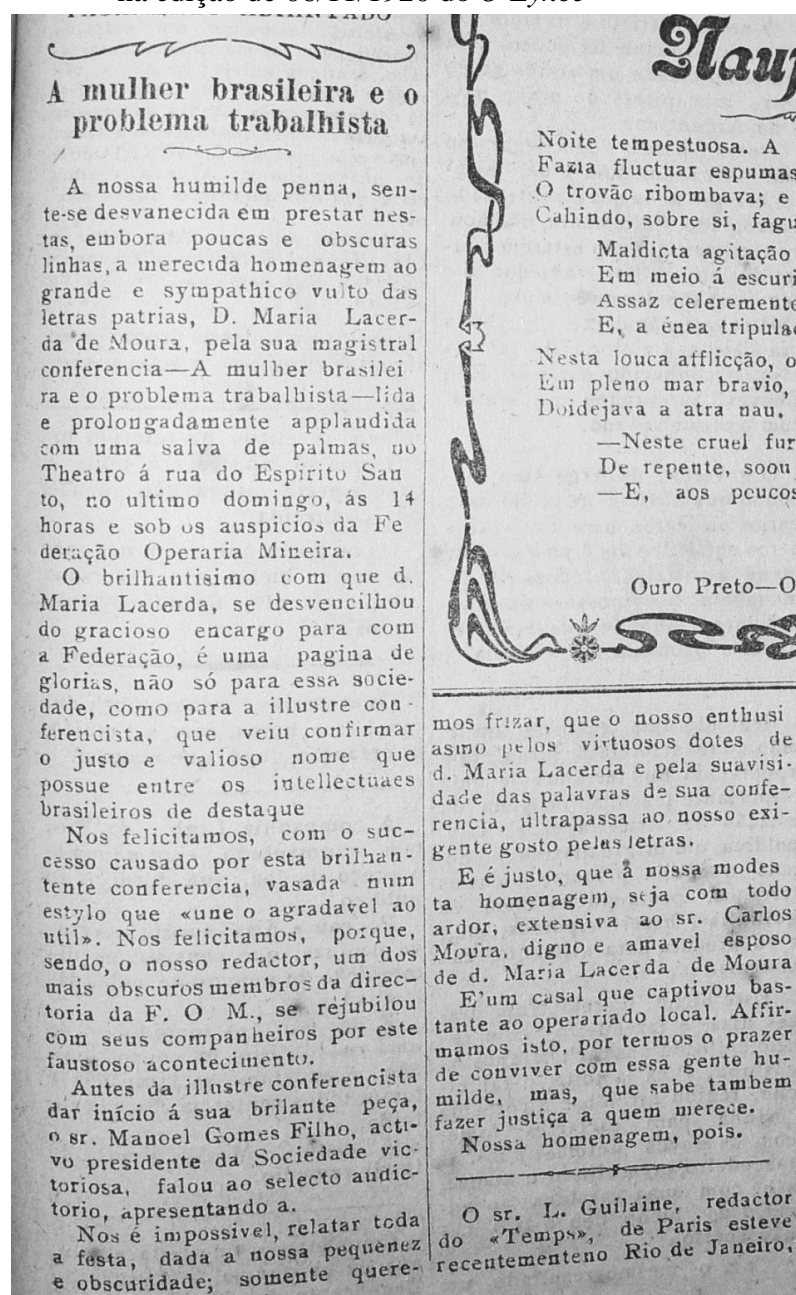
**Figura 1.** Recorte do convite da *Federação Operária Mineira* para o Festival Operário, publicada na edição de 31/10/1920 do jornal *O Proletário*



**Fonte:** *O Proletário*, 31/10/1920, p. 1.

Entretanto, não foi apenas o mencionado órgão operário que deu grande publicidade à vinda dessa militante libertária e feminista à Juiz de Fora, tendo sua passagem também repercutido em jornais da grande imprensa. *O Lynce*, por exemplo, fez uma verdadeira ode à palestra e à conferencista, como mostra o recorte abaixo, datado de 6 de novembro de 1920, onde Maria Lacerda de Moura foi retratada em termos muito elogiosos, tendo sido sua palestra, nas palavras do próprio jornal, “prolongadamente aplaudida com uma salva de palmas”.

**Figura 2.** Artigo sobre a conferência proferida por Maria Lacerda de Moura publicada na edição de 06/11/1920 do *O Lynce*



Fonte: *O Lynce*, 06/11/1920, p. 1.

Com efeito, acreditamos a princípio que a ampla aceitação da palestra por parte inclusive de órgãos conservadores da grande imprensa, à exemplo do *O Lynce*, pode estar relacionada com o tom mais comedido da argumentação mobilizada nesse evento por Maria Lacerda de Moura. A palestra se deu no final de 1920, e a radicalização do discurso de Maria Lacerda, como indica os dados biográficos apresentada anteriormente, se deu somente após sua mudança para São Paulo no ano seguinte, em 1921. Anos depois, essa mudança de postura foi determinante para ampla divulgação internacional dessa militante

libertária. Tal internacionalização se deu onze anos após sua vinda à Juiz de Fora e é a partir desse momento que ela passa a escrever para jornais argentinos e espanhóis, por exemplo, a fim de divulgar seus ideais - algo que pretendemos avaliar de forma mais circunstanciada no prosseguimento futuro dos estudos que estamos realizando sobre essa temática.

### **Considerações finais**

Acreditamos que grande destaque dado pela imprensa local à conferência “A mulher brasileira e a questão trabalhista”, bem como a maior incidência de artigos enfocando as questões feministas nos jornais proletários locais após tal evento, constituem indícios importantes de que foi principalmente nos primeiros anos da década de 1920 que a presença de trabalhadoras nas associações e mobilizações operárias locais se tornou mais efetiva e constante. Deste modo, em nossa análise preliminar, percebemos que a passagem de Maria Lacerda de Moura resultou em uma intensificação na formação da consciência de classe das trabalhadoras juizforanas, visto que uma grande greve ocorrida após a vinda da educadora libertária, a greve de junho de 1924, começou justamente pelas operárias de uma grande indústria têxtil da cidade, a Fábrica de Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, indicando assim um maior protagonismo e empoderamento de classe.

### **Referências bibliográficas:**

CAMP, Santiago Valenti. “La pensadora María Lacerda de Moura”. *In: Estúdios*, Barcelona, fevereiro de 1931, ano IX, n.º 90.

LOUSADA, Isabel e LAGUARDIA, Ângela. “Maria Lacerda de Moura e Ana de Castro Osório: correspondência em trânsitos atlânticos e feministas”. *In: Navegações*, Lisboa, v. 6, n.º 1, p. 99-104, jan/jun. 2013.

SCHUMACHER, Maria Aparecida e BRAZIL, Érico T. Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

### **Fontes:**

*O Lynce*, Juiz de Fora, 06 de novembro de 1920, p. 1.

*O proletário*, Juiz de Fora, 31 de outubro de 1920, p. 1

## **Gênero e Feminismo em jogo: Uma análise sobre o (não) lugar feminino nos games contemporâneos**

Jorgeana Roberta Alcântara Teixeira<sup>1</sup>

Júlia Canella da Silva<sup>2</sup>

Tiago Nascimento Guarnieri de Oliveira<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo traçar uma análise acerca da ausência de representatividade feminina nos jogos eletrônicos, esta quando se apresenta é materializada por estereótipos e padrões femininos carregados de machismo, apelo sexual e silenciamento. Em contrapartida levantamentos como a Pesquisa Games Brasil apontam o público feminino como maioria no universo *gamer* do país, é preciso debater então qual a representatividade e o lugar encontrado por mulheres dentro desse espaço popularmente dominado por homens. Em um contexto social e político em que o empoderamento e o espaço de fala e manifestação dos direitos femininos e feministas vem ganhando cada vez mais força, discutir a representação dos corpos e de estereótipos de gênero que são divulgados e estabelecidos como padrão a ser seguido se mostra tarefa essencial. A metodologia de pesquisa é baseada em revisão bibliográfica acerca do tema, bem como fontes secundárias como jogos eletrônicos, suas histórias, públicos e produções, além divulgações da mídia acerca de lançamentos e novos jogos desenvolvidos.

**Palavras-chave:** Gênero; jogos eletrônicos; mulheres.

**Abstract:** The present article aims to analyze the absence of female representation in electronic games, when it is presented is materialized by female stereotypes and patterns loaded with, sexual appeal and silencing. On the other hand, surveys such as Brasil Games Research point the female audience as the majority in the gamer universe in the country, so it is necessary to debate the representativeness and the place found by women in this

---

<sup>1</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e bolsista PROEX/UFJF. E-mail: joo\_alcantara@hotmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em História pela Universidade Federal de Juiz de fora e bolsista PROPP/UFJF. E-mail: juliacanella97@gmail.com

<sup>3</sup> Graduando em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail:Guarnieri.tiago@gmail.com

space popularly dominated by men. In a social and political context when the empowerment, the space of speech and expression of feminine and feminist rights has been gaining strength, discussing the representation of bodies and gender stereotypes that are disclosed and established as the standard to be followed if shows essential task. The research methodology is based on bibliographic review about the theme, as well as secondary sources such as electronic games, their stories, audiences and productions, as well as media releases about new games and games developed.

**Key words:** gender; electronic games; women.

## Introdução

Partido da importância do movimento feminista e do papel das representações e dos estereótipos nas relações de gênero com suas transformações, as questões relativas a representatividade tem estado em voga atualmente, dessa forma enquanto pesquisadores que se dedicam a pensar o lugar dos jogos eletrônicos e games no processo de ensino e aprendizagem em história, pautamos aqui as diversas representações femininas encontradas nos games e suas problemáticas. Para tanto utilizamos enquanto metodologia a revisão bibliográfica através de artigos, pesquisas e notícias atuais que tratam da temática para refletir sobre como as mulheres são representadas neste universo e a que público tais representações atendem.

A justificativa dessa pesquisa se dá pela enorme influência que os jogos exercem sobre os jovens da geração Z e Alpha<sup>4</sup>, extremamente conectadas. Essas gerações que nasceram no mundo moderno e são jogadores desde criança, afinal no Brasil os jogos se tornaram populares nos anos 2000. No último ano o Brasil ocupou o 4º lugar no ranking de países que mais possuem jogadores e 13º entre os que mais consomem jogos eletrônicos nas plataformas modernas, com aproximadamente 75 milhões de jogadores e movimentando cerca de 1,3 bilhões de dólares anualmente, sendo o maior consumidor de jogos da América Latina, ainda que os jogos no país sejam vendidos ao preço do dólar (PACHECO,2018).

---

<sup>4</sup> A chamada geração Alpha são as crianças que nasceram depois do ano 2010, substituindo a geração Z.



## Feminismo em jogo

Apesar do pouco espaço na literatura ou nas artes enquanto agentes, as mulheres sempre foram assunto comum na poesia, no romance, na pintura, na escultura e diversas outras formas de representação. Entretanto, o que se apresenta é a visão masculina de seus corpos, seus desejos, suas personalidades e aspirações, está descrita então a idealização da mulher pelo imaginário masculino e social de sua época. O processo de silenciamento histórico pelo qual passam estes sujeitos vem se rompendo através de um esforço em comum, e majoritariamente feminino, para que e permita as mulheres ingerência sobre o contar de sua história e suas representações.

Os jogos eletrônicos, por sua vez, vêm se tornando cada vez mais uma questão a ser debatida quando pensamos em nossos jovens, afinal 82% destes consomem jogos eletrônicos, porém as mulheres representam a maioria na comunidade, em torno de 59%, mas os grupos online de games e diversos outros espaços desse universo são dominados por homens. Assim como existe uma carência de representações femininas nos jogos eletrônicos, uma vez que a maioria dos protagonistas são homens. Recentemente o cenário tem mudado e finalmente as mulheres tem ganhado espaço e representações, em virtude do crescimento do número de jogadoras, resultando em representações menos estereotipadas.

Dessa forma iniciamos a nossa pesquisa sobre a relação entre os jogos eletrônicos e as representações femininas ao longo do tempo. A mais famosa representação feminina, se deu na franquia de jogo *Tomb Raider*<sup>5</sup>, que em sua criação tinha como protagonista a atriz Angelina Jolie, que como *Lara Croft* era representada enquanto uma mulher com trajés curtos, um belo corpo e hipersexualizada, fazendo do que a atenção ao jogo não estivesse principalmente em sua história ou jogabilidade, e sim em sua protagonista que fora feita para agradar e vender ao público masculino, o chamado “fenômeno Lara Croft (ALMEIDA, PIMENTA, 2015) a qual fez a protagonista aparecer em determinadas revistas destinadas ao público masculino. No jogo *Tomb Raider II* de 1997, haviam cenas da personagem dentro de um banheiro, onde era possível tirar sua roupa. É importante falar sobre a evolução da personagem e de como sua representação mudou ao longo dos anos, a qual trataremos mais à frente.

---

<sup>5</sup> Franquia de jogos eletrônicos, história em quadrinhos e filmes iniciada em 1996.

Ainda dentro do estereótipo feminino podemos citar as representações dentro de jogos como *Mortal Kombat e Resident Evil*, o primeiro trata de um jogo de luta que traz personagens femininas seminuas, de lingerie, e hipersexualizadas, novamente um produto feito para agradar ao público masculino. Já o segundo exemplo acrescenta para a discussão uma outra problemática, principalmente durante o quarto jogo da franquia, a qual tem a protagonista uma moça jovem e indefesa, que precisa a todo custo ser defendida pelo protagonista masculino. Podemos analisar que existem muito menos jogos com personagens femininos do que masculino.

Além da discussão sobre a representação feminina nos jogos eletrônicos, levantaremos também a questão do ambiente dos jogos ser dominado predominantemente por homens e, conseqüentemente, machistas. Em relatos, muitas mulheres afirmam que preferem não jogar online e nem participar de grupos sobre os jogos, e quando o fazem usam apenas o primeiro nome, o sobrenome ou então se apropriam de um nome masculino e escondem sua verdadeira identidade, conseqüência de diversas formas de assédio sofridas no ambiente em que curiosamente elas são maioria, porém ainda tratadas como jogadoras inferiores.

### **As mulheres que se representam**

À medida que a indústria de videogames cresce vemos cada vez mais jogos que se preocupam em criar uma experiência imersiva para o jogador, seja por meio de músicas mais bem trabalhadas, gráfico mais elaborado ou história construída com riqueza de detalhes. Mesmo com toda essa evolução, não vemos uma evolução proporcional quando se trata de representatividade dentro do mundo dos jogos eletrônicos.

A figura feminina sempre foi deixada de lado, sendo via de regra uma personagem coadjuvante ou hipersexualizada, não visando a inclusão do público feminino, mas sim agradar aos jogadores homens. Hoje em dia vemos um número maior de personagens femininas, mas, ainda longe do ideal. Quanto a hipersexualização não vemos quase nenhuma evolução, as personagens continuam dando a impressão de serem personagens femininas, mas, feitas para agradar homens. Jogos de luta em geral são um ótimo exemplo para olharmos a hipersexualização.

*Lara Croft* a personagem do famoso jogo *Tomb Raider*, é vista como uma importante personagem feminina nos jogos. Sua série de jogos recentemente sofreu uma

reformulação na qual passamos a ver uma Lara mais realista, esse realismo, entretanto, diminuiu a sexualização da personagem vestindo-a com roupas comuns do dia a dia, sem decotes ou exposições exageradas. Quando isso aconteceu diversos jogadores se manifestaram contra, o interessante a se ressaltar acerca dessas reclamações é que elas não contestavam a qualidade do jogo, e sim a caracterização da personagem.

Mesmo com tais críticas a caracterização de Lara não mudou, a empresa decidiu manter a personagem como estava. Com essa decisão percebemos uma grande vitória no campo da inclusão, e no campo da evolução das personagens femininas. Lara agora deixa o espaço de personagem feminina com aspectos da antiga indústria de videogame e passa a ser uma personagem da talvez reformulada indústria dos jogos eletrônicos.

Outro estilo de jogo que vale uma olhada quando se trata de questões de gênero são os jogos de esporte, estes existem desde os primórdios do videogame, consoles como o Atari 2600 já possuíam jogos dessa modalidade. Nesse gênero de jogos também vemos problemas graves em relação a representatividade, dentro dos jogos de esporte se olharmos os jogos de futebol, esporte que mais faz sucesso no Brasil, veremos que o futebol feminino é deixado completamente de lado, o jogo FIFA só foi apresentar a modalidade de futebol feminino em 2016, e mesmo assim de forma bem rudimentar se comparado ao masculino. E o jogo PES, seu concorrente, ainda não apresenta. Esse dado é bastante significativo, pois jogos de futebol circulam o mundo todo e mesmo assim as empresas não se interessaram em colocar futebol feminino até pouquíssimo tempo atrás.

Franquias que tratam a respeito de grandes eventos históricos como as duas grandes guerras também tem o costume de excluir a figura feminina, isso começou a ser revertido recentemente com as franquias *Call of Duty* e *Battlefield*, ambas agora apresentam personagens femininas *Battlefield* inclusive apresenta a personagem na provável capa do futuro jogo, novamente a reação de vários jogadores não foi positiva, chegou a existir uma *hashtag* na internet contra a publicidade e as temáticas do jogo.

Os argumentos em defesa do boicote ao jogo variavam, existiam alguns que defendiam que dar protagonismo a uma mulher era ser infiel a história, mas, esse argumento se mostra invalido, visto que grande parte das franquias que tratam de períodos históricos hoje em dia se preocupam muito com fidelidade aos períodos representados, chegando por vezes a contratar historiadores para fazerem parte da equipe de produção. Entretanto, a visão de que em grandes eventos históricos não existiu participação feminina vem novamente do processo de silenciamento de uma história escrita por e para homens.

Outro jogo lançado recentemente que vale menção é Red Dead Redemption 2, ele se trata de um jogo de faroeste no qual estão presentes personagens femininas que representam o início do movimento feminista nos EUA. Entretanto, muitos dos jogadores ao invés de elogiarem a empresa por tentar trazer representações reais do período, reagiram violentamente documentando a morte proposital dentro das representantes do movimento feminista no jogo, ainda que isso afetasse negativamente seu progresso. A partir dos dados expostos acima podemos apontar um grande problema da indústria dos jogos eletrônicos, o preconceito de grande parte de seus jogadores ainda que as empresas estejam tentando melhorar em questão de inclusão e representatividade, os jogadores não parecem compreender tal evolução efetivamente.

Tais questões apresentadas são uma análise breve da imensa problemática que se envolve ao redor das discursões entre jogos eletrônicos e representações femininas, devendo-se passar pelo lugar feminino das mulheres no universo de jogadores e jogadoras de games e de como esse ambiente se mostra hostil, machista e muito vezes com relatos de assédio. Necessitando cada vez mais de novas pesquisas e pesquisadores, para se mudar o ambiente e questionar tais ações. Afinal, a maior parte da comunidade *gamer* é formada por mulheres, que buscam seu lugar e representações que de fato sejam representativas e romper com estereótipos. Sendo possível e necessário encarar os jogos eletrônicos como algo construtivo e influenciar de sujeitos, afinal são uma narrativa complexa e de extrema utilidade e necessidade de discursão.

### **Referências:**

Almeida, Carolina de. e Pimenta, Francisco. Jogos eletrônicos, protagonistas femininas e redução de estereótipos: a série Tomb Raider. São Paulo, 2015.

Casagrande, Paula; Pozzebon, Eliane e Frigo, Luciana. A representatividade das mulheres nos games. Curitiba, 2017. Disponível em: <<https://www.sbgames.org/sbgames2017/papers/CulturaFull/175394.pdf>> Acesso em: 01 dez. 2018.

Y. Correa, et al. Visual: ideologias e estereótipos na constituição de personagens do gênero feminino. In: Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital- *SBGames*, 12., 2013, São Paulo - SP. Disponível em: <[http://www.sbgames.org/sbgames2013/proceedings/cultura/Cultura-e-24\\_full.pdf](http://www.sbgames.org/sbgames2013/proceedings/cultura/Cultura-e-24_full.pdf)> Acesso em: 01 dez. 2018.